REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. "B" AO Nº 112 – QUARTA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder **Renan Calheiros - PMDB** ..... **Líder do PMDB - 19** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (12) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Walter Pinheiro - PT** (22,25) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49) Lídice da Mata (29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) ..... **Líder do PT - 13** **Walter Pinheiro** (22,25) Vice-Líderes do PT Wellington Dias (26) Lindbergh Farias (23) Ana Rita (27) Anibal Diniz (24) **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** (49) Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21) **Líder do PSB - 4** **Lídice da Mata** (29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (30) **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (37,45)	**Líder** **Jayme Campos - DEM** (28) Vice-Líderes Cyro Miranda (34) Flexa Ribeiro (7,35) Lúcia Vânia (31) Mário Couto (32) Paulo Bauer (6,33) ..... **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (5) Paulo Bauer (6,33) Flexa Ribeiro (7,35) **Líder do DEM - 5** **José Agripino** (2,10,14,43,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13	**Governo**	**PSD - 2**
Líder **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes Blairo Maggi (19) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) ..... **Líder do PTB - 6** **Gim Argello** Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti **Líder do PR - 6** **Blairo Maggi** (19) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42) **Líder do PSC - 1** **Eduardo Amorim** (17,47,48)	**Líder** **Eduardo Braga - PMDB** (38) Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata (29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	**Líder** **Kátia Abreu - PSD** (11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão **PSOL - 1** **Líder** **Randolfe Rodrigues - PSOL** (18)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1– SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1– ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2012..... 4

Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de maio de 2012..... 20

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de maio de 2012..... 41

1.1.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 47

1.1.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2012..... 62

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2012..... 88

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2012..... 109

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2012..... 123

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2012..... 148

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2012..... 171

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2012..... 179

1.1.4 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de maio de 2012 (Realizada em conjunto com a 24ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2012 183

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012..... 195

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2012..... 198

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2012..... 202

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2012 204

1.1.5 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de maio de 2012 (Realizada em conjunto com a 24ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2012 207

1.1.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2012..... 215

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2012..... 246

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2012..... 274

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2012 295

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012..... 327

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2012 338

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2012 372

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 385

1.1.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática – CCT

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 389

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 405

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 420

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e três de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, Antonio Russo, Alfredo Nascimento e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Roberto Requião, João Vicente Claudino e João Ribeiro. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 21ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1 – Mensagem (SF) nº 31 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Alessandro Serafini Octaviani Luis para fazer sua exposição. Item 2 – Mensagem (SF) nº 32 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para fazer sua exposição. Item 3 – Mensagem (SF) nº 33 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça", tendo como Relator o Senador Eduardo Braga, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Vinícius Marques de Carvalho para fazer sua exposição. Após as exposições dos sabatinados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Kátia Abreu e Antonio Russo. Encerradas as votações secretas, a Presidência convida os Senadores Antonio Russo e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. Procedidos os escrutínios, a Comissão aprova a indicação do Senhor Alessandro Octaviani Luis para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça por vinte e dois votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; aprova a indicação do Senhor Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça por vinte e dois votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; e aprova a indicação do Senhor Vinícius Marques de Carvalho para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça por vinte e dois votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência comunica aos membros providências da Comissão para economia e modernização dos procedimentos internos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Contamos aqui com a presença do bravo Senador Dornelles, competente Senador Dornelles!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª sabe que, na Psicanálise, aborda-se o fenômeno da projeção, em que uma pessoa atribui a outra suas próprias qualidades.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não é o meu caso.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Bravo e competente é V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o bravo e competente Senador Dornelles!

Teremos aí um desafio muito grande, meu caro Senador Dornelles, em relação à Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF).

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª tem de comandar essa batalha, porque, realmente, o assunto é de grande complexidade, muito mais do que pensei num primeiro momento. Mas, sob seu comando, sob sua liderança, vamos encontrar uma solução para o problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um tema fundamental.

O Senador Lindbergh também já se faz presente aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nesse tema, minha liderança é o Senador Francisco Dornelles, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Veja V. Exª como é o seu prestígio!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª é meu líder. Desse modo, se sou líder dele, V. Exª é líder dos dois.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, está aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloysio Nunes.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leio os itens constantes da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 31, DE 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Alessandro Serafin Octaviani Luis para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatório: a ser apreciado em votação secreta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Lindbergh Farias.
Relatório: a ser apreciado em votação secreta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Vinícius Marques de Carvalho para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eduardo Braga.
Relatório: a ser apreciado em votação secreta.

O Senador Eduardo Braga está na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao lado.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria os conduza ao plenário da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator do Item 1 da pauta, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Permita-me, Senador Aloysio, dizer que, depois da fala de V. Exª, vou passar a palavra ao Senador Lindbergh Farias, Relator do Item 2; ao Senador Eduardo Braga; e aos sabatinados, para sermos mais expeditos aqui, até porque hoje é quarta-feira, que não é dia de funcionamento da Comissão de Assuntos Econômicos. Estamos fazendo uma reunião extraordinária.

Então, primeiro, vou passar a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que vai apresentar seu relatório relativo à indicação do Sr. Alessandro Serafin Octaviani Luis.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por intermédio da Mensagem nº 31, de 2012, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Alessandro Serafin Octaviani

Luis para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça.

É competência do Senado Federal a aprovação prévia, por voto secreto, após arguição pública, da escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Cabe esclarecer que o mandato do Conselheiro a ser reconduzido será de dois anos. O art. 113 da Lei nº 12.529, de 2011, visando a implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, estabeleceu mandatos de dois anos para os primeiros dois mandatos vagos e de três anos para o terceiro e o quarto mandatos vagos. Dessa forma, será feita a transição para o modelo de mandatos de quatro anos, não coincidentes, vedada a recondução.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, como é do conhecimento de todos.

Acompanha a Mensagem o *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento às exigências regimentais e constitucionais.

Quero dizer que a comprovação de todos os títulos se encontra na documentação que me foi encaminhada. Está tudo lá, tim-tim por tim-tim, preto no branco.

Nascido em 15 de junho de 1975, em São Caetano do Sul/São Paulo, o indicado é Bacharel em Direito (1999), Mestre em Ciência Política (2005) e Doutor em Direito Econômico e Financeiro (2008), todos os títulos acadêmicos obtidos pela Universidade de São Paulo (USP). A sua tese de doutorado foi intitulada: "Recursos genéticos e desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramisciano".

O indicado é atualmente professor da Faculdade de Direto da Universidade de São Paulo – área de Direito Econômico e Economia Política –, bem como da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.

O indicado atuou na área de advocacia especializada em Direito Econômico, entre 2008 e 2010, como Sócio de Octaviani & Massonetto Advocacia, e em Direito do Seguro, entre 1998 e 2004, como Associado de Ernesto Tzirulnik Advocacia. Também prestou consultoria à FGV Projetos para a área de inovação tecnológica entre 2009 e 2010. Ademais, o indicado publicou livros e artigos em periódicos, especialmente, nas áreas de seguro e biotecnologia.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Sr. Alessandro Serafin Octaviani Luis para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Permita-me observar, Sr. Presidente, que os indicados pela Presidente Dilma para comporem o Conselho do Cade, por sugestão do Ministro José Eduardo Cardozo, têm sido sempre pessoas muito qualificadas, que, no desempenho de suas funções, mostraram-se à altura de suas responsabilidades. É gente dura, gente séria e eficiente. O Sr. Alessandro Serafin Octaviani Luis não desmente essa regra e merece, em minha opinião, ser reconduzido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Passo a palavra, agora, ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, por intermédio da Mensagem – MSF nº 32, de 2012 (Mensagem nº 194, de 16 de maio 2012, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o disposto no § 2º do art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para ser conduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça.

Cumpre destacar que esta é a primeira indicação ao cargo de Superintendente-Geral do Cade, cargo que foi criado pela Lei nº 12.529/2011, para, entre outras atribuições, acompanhar, permanentemente, as atividades e práticas comerciais de pessoas físicas ou jurídicas que detiverem posição dominante em mercado relevante de bens ou serviços, para prevenir infrações da ordem econômica, podendo ainda instaurar e instruir processo administrativo para imposição de sanções administrativas.

Conforme o currículo que acompanha a mensagem, o indicado, nascido em 20 de março de 1977, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), graduou-se em Direito, no ano de 1999, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Além disso, é pós-graduado em Direito do Consumidor pela Universidade Cândido Mendes, título de 2001; Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), com distinção e louvor, em 2005; Mestre em Direito da Concorrência e Regulação (Master of Law in Competition and Regulation Policy), pela Escola de Direito de Nova York (New York School of Law), título certificado e revalidado como Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 2006 e Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), com nota máxima, em 2008.

A experiência profissional do indicado inicia-se em 1999 no escritório Pinheiro Neto Advogados, no Rio de Janeiro, onde trabalhou como advogado associado até 2001. Em 2002, em Nova York, atuou no Comissão Federal do Comércio (Federal Trade Comission), que é a Autoridade de Concorrência dos Estados Unidos da América.

De volta ao Brasil, de 2003 a 2008, foi Coordenador-Geral de Defesa da Concorrência na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Em 2006, após concurso público, foi nomeado para o cargo efetivo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; e, de agosto de 2008 até a presente data, exerce mandato de Conselheiro no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), sendo o Conselheiro Supervisor do Grupo Técnico de Setores Regulados.

No âmbito acadêmico é Professor Adjunto da FGV Direito Rio, desde 2010, responsável pelas áreas de defesa da concorrência e regulação; foi Professor Adjunto da Universidade Católica de Brasília de fevereiro 2011 a fevereiro de 2012 e Professor contratado na graduação da Faculdade de Direito da Uerj entre 2003 e 2007 para disciplinas de Direito da Concorrência e Regulação, bem como para grupos de pesquisa em Análise Econômica do Direito e Concorrência. Foi ainda Coordenador Editorial da Revista de Direito da Cidade do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* da Uerj (de 2005 a 2007).

O currículo do indicado apresenta artigos, capítulos de livros e livros de sua autoria, já proferiu diversas palestras sobre temas ligados a concorrência e regulação, tanto no Brasil quanto em outros países. Em análise ao seu perfil, evidencia-se um profissional com a experiência técnica e a produção acadêmica necessária e adequada ao cargo.

Em vista do exposto, considero que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para que deliberem a respeito da indicação do Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo para ser conduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Passo a palavra agora ao próximo Relator, o homem que está em todos os lugares ao mesmo tempo, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª imagine como estamos! Estamos numa reunião extraordinária da CAE, simultânea a uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a CCT, com a CCJ.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Exatamente.

Mas vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Coube a nós a Relatoria, entregue pela Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 33, de 2012, da Presidenta da República (Mensagem nº 195, de 16 de maio de 2012, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Vinícius Marques de Carvalho para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Por intermédio da Mensagem nº 33, de 2012, e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 6º da Lei nº 12.529, de 2011, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Vinícius Marques de Carvalho para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Por sua vez, o *caput* do art. 6º da Lei nº 12.529, 2011, exige a aprovação do Senado para a nomeação de Conselheiro e Presidente do Cade.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído ao Presidente do Cade pelo art. 10 da mencionada Lei nº 12.529, de 2011, entre as quais destacam-se: representar legalmente o Cade no Brasil ou no exterior, em juízo ou fora dele; presidir, com direito a voto, inclusive o de qualidade, as reuniões do Plenário; distribuir, por sorteio, os processos aos Conselheiros; solicitar, a seu critério, que a Superintendência-Geral auxilie o Tribunal na tomada de providências extrajudiciais para o cumprimento das decisões do Tribunal; determinar à Procuradoria Federal junto ao Cade as providências judiciais determinadas pelo Tribunal.

Acompanha a mensagem *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o *curriculum vitae*, o candidato pertence à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e exerce, desde março de 2011, a função de Secretário de Direito Econômico. De agosto de 2008 a fevereiro de 2011, foi Conselheiro do Cade. Antes disso, entre agosto de 2006 e abril de 2007, foi assessor da Presidência do Cade.

Nascido em 5 de dezembro de 1977, o indicado é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, Doutor em Direito Econômico Comparado pela Universidade Paris I e Doutor em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O indicado é professor do Curso de Especialização em Direito Econômico e Setores Regulados da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, já tendo, também, ministrado diversos cursos de especialização.

Já publicou dois livros, oito capítulos em livros organizados por terceiros e seis artigos e ensaios sobre defesa da concorrência e direito comercial.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Vinícius Marques de Carvalho para o exercício da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, pela competência, agilidade também, como os demais Senadores – Senador Aloysio Nunes, Senador Lindbergh.

Eu vou passar a palavra primeiro para o Dr. Vinícius, que vai ser o presidente, e o presidente tem que falar antes do pessoal. Aí eu vou passar para o Ragazzo e, depois, para o Octaviani.

Eu queria só ponderar com os Srs. Senadores e com as Srªs Senadoras que os três sabatinados são muito bons, como disse muito bem o Senador Aloysio Nunes aqui; basta ver o currículo e o relatório apresentado pelo Senador Aloysio, pelo Senador Eduardo Braga, pelo Senador Lindbergh; eu vou dar a palavra a eles, mas, se V. Exªs me permitirem, faço um apelo: eles vão fazer seus respectivos *speechs*, vão falar, e eu vou abrir a votação, se todos estiverem de acordo, porque estamos num dia complicadíssimo; se fosse uma cara nova, Senador Suplicy, até seria importante a sabatina, e nós temos buscado primeiro fazer a sabatina, para depois abrir a votação; mas, no caso dos três, acho que são pessoas...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...sérias, competentes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu perguntaria a V. Exª se, realmente, os indicados estiverem de acordo... Eu faria duas ou três questões. Mas, se eu pudesse indicar, que eles pudessem falar sobre esse assunto durante a exposição, seria possível?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Dornelles, V. Exª tem o comando aqui das pedras.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em primeiro lugar, refiro-me à mudança dos critérios da autorização antecipada e *a posteriori* para antecipada. E ali ficou estabelecido que, para facilitar aqui no Senado a solução de problemas num prazo mais curto, seria necessário diminuir aquela ação do Cade no exame de concentração de "galinheiro". Então, seriam aumentados os limites. Se isso foi aumentado, quais são os limites atuais e como vai ser implementado?

Em segundo lugar, ficou estabelecido também que os prazos para exame do Cade, ou seja, a partir do não pronunciamento do Cade, dentro de um determinado período, seria considerado aprovado o ato de concentração.

Terceiro ponto: quando se falou em termos de multa, a multa era de 1 a 30% do faturamento bruto. Foi reduzido de 0,1 a 20%.

Mas a ideia inicial aqui no Senado era de que fosse com base no mercado relevante, onde se situa a inflação, e no projeto de lei saiu "ramo de atividade empresarial em que ocorreu a inflação". E até hoje não houve a definição de ramo de atividade empresarial. De modo que, qual é o receio? É o de que uma empresa tenha a subsidiária, faça um ato irregular no extremo sul ou no extremo norte, e que toda a multa incida sobre o faturamento de todo o grupo. Essa maneira – "ramo de atividade empresarial em que ocorreu a inflação" – corrige o problema? Como vai ser definida essa expressão "ramo de atividade empresarial que ocorreu a inflação"?

Se V. Sª pudesse falar sobre isso na sua exposição, realmente eram os questionamentos que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Algum Senador já quer fazer alguma pergunta? Nós estamos invertendo a sabatina; nós perguntamos antes da exposição.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, vou seguir o exemplo do Senador Francisco Dornelles, para adiantar aqui as perguntas aos três indicados para o cargo.

Eu tenho acompanhado, desde o ano 2000, a situação da citricultura paulista. Fiz inúmeros alertas e nós aqui promovemos, através da CAE, nos últimos quinze anos, inúmeras audiências públicas sobre a situação dos produtores de laranja, das indústrias de suco de laranja, inclusive realizamos audiências pú-

blicas no interior de São Paulo, em Barretos, há mais de dez anos, e em outras regiões. Acho, inclusive, que esse episódio que continua a chamar a atenção de todos os envolvidos com a produção de laranja e suco de laranja tem tido uma atenção muito especial da parte da Secretaria de Defesa da Concorrência, assim como também do Cade.

O objetivo que tive sempre foi o de promover a saudável concorrência, impedir o movimento de concentração no setor, instar os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência a investigar as denúncias de formação de cartel nesse segmento.

Então, quero fazer indagações, primeiro, ao Sr. Vinícius Marques de Carvalho, atual Secretário de Direito Econômico, agora indicado para a Presidência do Cade e pessoa com quem tenho mantido uma relação de muita colaboração desde quando ele foi assessor da Bancada do PT aqui no Senado, prestando os mais relevantes serviços, mas, também, quando ocupando essas funções no Ministério da Justiça.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico investiga a suposta prática de cartel na indústria processadora de laranja desde 2006, quando os fabricantes de suco foram alvo da chamada Operação Fanta, feita por policiais federais e técnicos do SDE. Poderia nos informar o atual estágio em que se encontra e como os passos seguintes se desenvolverão e como é que o desdobramento dessas averiguações acabarão influenciando os passos para promover uma situação mais saudável na relação entre os produtores de laranja e os produtores de suco de laranja?

Ao Sr. Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo, tendo em conta que foi conselheiro relator no Cade do processo que analisou a aprovação da fusão dos produtores de suco de laranja Citrovita, do Grupo Votorantim, e Citrosuco, do Grupo Fischer, em dezembro do ano passado, e tendo em conta uma das exigências que, como relator, o senhor colocou para aprovação dessa fusão foi a criação do Consecitrus, um conselho arbitral composto pelos produtores e as indústrias processadoras que teriam o objetivo as formas de comercialização de laranja e seus derivados, os preços de aquisição de frutas e outras funções, a exemplo do que ocorre com o Consecana, do setor de cana-de-açúcar, que foi muito recomendado pelo ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, porque o Consecana ajudou muito a resolver problemas de natureza semelhante. Então, se poderá tecer um breve resumo ou alguns comentários a respeito dessa decisão do Cade e como o Consecitrus poderá inibir a concentração vertical e horizontal na citricultura e seus efeitos sobre os pequenos e médios agricultores.

Também eu gostaria de perguntar ao Sr. Alessandro Serafin Octaviani Luis que, dada a vivência profissional do senhor no Cade e seus estudos na área de Direito Econômico, quais os efeitos dessa reestruturação recente do Cade no sistema brasileiro de defesa da concorrência, na defesa do ambiente concorrencial na economia brasileira.

Em 9 de maio, portanto há cerca de 15 dias, Sr. Presidente, fiz um pronunciamento sobre o Consecitrus e a crise na agricultura, onde observei a estranheza da parte da Associtrus e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, que estavam de alguma maneira se sentindo excluídas do Consecitrus, pelos passos que foram dados, e recebi uma comunicação, que encaminhei, aqui colocando as observações tanto da Fapesp quanto da Associtrus para o Presidente do Cade, Sr. Olavo Chinaglia, que me disse que encaminhou a todos os membros do Cade, portanto estão a par. E gostaria até de ressaltar que, a partir daquele meu pronunciamento, eu recebi da parte do Presidente da Fapesp, Cesário Ramalho da Silva, que, juntamente com o ex-Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Hafers, tiveram um diálogo comigo e houveram por bem encaminhar-me uma carta datada de ontem, que eu gostaria de brevemente aqui registrar porque poderá também servir para os esclarecimentos deste assunto tão momentoso.

> *Em prosseguimento aos nossos contatos, quero reafirmar a posição da Sociedade Rural Brasileira em relação ao Consecitrus. Sempre é bom relembrar que as negociações entre os setores industrial e produção se iniciaram há mais de dois anos, sob os auspícios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, contando sempre com a participação ativa e interessada de nossa entidade.*
> *Em relação à área de produção, sempre houve consenso de que a representação deveria ser paritária, que as entidades ali representativas do setor teriam o mesmo peso nas votações, como acontece no Consecana, que serviu de modelo para se buscar plataforma nacional de negociações para a citricultura.*
> *Os estatutos do conselho foram moldados dentro dessa ideia matriz para representação paritária entre as entidades dos setores.*
> *A Faesp se retirou dos entendimentos e não participou de reunião da fundação e aprovação dos estatutos do Consecitrus, segundo motivos de foro interno da entidade.*
> *Como havia interesse em sinalização pública da criação do conselho, a formalização de sua criação perante o Cade e a representação do*

setor está temporariamente sob responsabilidade da Sociedade Rural.

Consta da ata de reunião por nós sugestão de que a Sociedade Rural envidará esforços para que outras entidades do setor participem do Consecitrus.

Dentro desse espírito de pluralidade, fizemos convites para que juntem a nós nessa tarefa de racionalizar as relações entre agricultura e indústria, dentro da cadeia produtiva da citricultura, a Associtrus, a conclamar do Estado do Paraná, a Associação de Produtores de Citricultura do Triângulo Mineiro e Minas Gerais, além de já estarmos em contato com a entidade de representação dos produtores dos Estados da Bahia e de Sergipe.

Dessa maneira, reafirmo a posição da Sociedade Rural Brasileira de ser o vetor de entendimento para que o Consecitrus seja amplo, plural, transparente, até nos anseios da citricultura brasileira.

Cesário Ramalho da Silva.

Quem sabe possa vir, então, com a coordenação da parte do Cade, as diretrizes, uma harmonização de todos os interessados. É importante, acredito no espírito da criação do que foi criado e é o Consecana, que também o Consecitrus seja uma entidade onde ninguém e nenhuma entidade se sintam excluídos. Se for produtor, seja de bens da citricultura, de bens agrícolas, seja a Associtrus, seja a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, sejam as entidades, inclusive de outros Estados, como aqui citadas, de Maringá, no Paraná, de Minas Gerais, de Sergipe e outros Estados produtores de laranja; Mato Grosso do Sul. Então, que todos tenham a possibilidade de participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que a laranja hoje seja um exemplo para tratar de outros setores aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou iniciar aqui as exposições pelo Dr. Vinícius Marques de Carvalho. Depois, passarei a palavra para o Dr. Ragazzo e para o Dr. Alessandro.

Com a palavra o Dr. Vinícius Marques de Carvalho.

Conforme combinado, encerradas as arguições, comunico aos Srs. Senadores que, terminada a fala dos três, daremos início à votação ou, então, durante a fala, porque eles já vão respondendo. Aí fica a critério de V. Exªs.

Posso abrir durante a fala já as votações? Ou é melhor nós esperarmos... *(Pausa.)* Então, vamos esperar os três falarem e depois abrimos a votação.

Pensei que eu tinha que responder sobre oligopsônio. E têm alguns aí.

Passo a palavra ao Dr. Vinícius.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Bom dia, Senadores. Bom dia, Senador Delcídio do Amaral.

Quero, antes de mais nada, agradecer ao Senado Federal por mais esta oportunidade. É a terceira sabatina da qual participo. Esta, em especial, é um momento muito importante para mim, pessoalmente, porque é a sabatina em que a Presidenta Dilma me indicou como Presidente do Cade.

Os processos de sabatina no Senado Federal têm sido muito ricos para nós, autoridades de defesa da concorrência, porque não só permite que a gente possa discutir os temas centrais de defesa da concorrência no Brasil, mas também é uma forma de prestação de contas à sociedade sobre o que tem sido feito nos últimos anos.

Vivemos um momento muito importante no sistema brasileiro de defesa da concorrência. Este ano, o Cade faz 50 anos. Nós entramos agora numa terceira fase desse sistema, uma fase até 1994, em que não havia análise de atos de concentração; de 94 até precisamente dia 29 de maio deste ano, em que os atos de concentração passaram a ser analisados no Cade, mas após a sua efetivação; e agora, com a nova lei de defesa da concorrência, análise prévia de atos de concentração.

Isso impõe uma série de desafios ao Cade, e o primeiro grande desafio, na minha visão, é o desafio que se impõe de que o Cade continue a ser uma entidade do Estado brasileiro. Em todas essas fases que eu mencionei, da política de defesa da concorrência no Brasil, não houve sequer uma ruptura em termos de postura do órgão, tipos de análises que são feitas, critérios que o Cade utiliza para decidir, e todas as gestões do órgão visaram primordialmente a implementação dessa política de defesa da concorrência que nada mais é do que o arcabouço mínimo de normas que um país tem que ter para regulamentar suas atividades econômicas.

Então, se o Estado, em algumas situações, decide intervir mais ou menos na economia, com instrumentos específicos, o fato é que a defesa da concorrência – eu brinco que é como a educação básica – é o mínimo que se tem que garantir nas relações de mercado e nas relações econômicas de uma maneira geral.

O nosso objetivo principal é o combate ao abuso do poder econômico. Isso é importante mencionar, Senadores, porque o poder econômico não é um mal em si. O poder econômico gera, em algumas situações, como quando bem regulamentado, quando bem orga-

nizado, efeitos positivos para a sociedade, o que de alguma maneira, na nossa visão, tem que ser combatido, seja de forma preventiva, na análise de atos de concentração, seja na forma repressiva, na análise de condutas anticompetitivas, é o seu abuso.

Temos tentado nos organizar para dar conta dessa missão, dar cabo dessa missão. Agora, com a nova Lei de Defesa da Concorrência, vamos enfrentar algumas grandes mudanças. Além da análise prévia de atos de concentração, recebemos o órgão do Ministério da Justiça, que é parte da Secretaria de Direito Econômico, que faz instrução; recebemos também no Ministério da Fazenda as competências de instrução de atos de concentração. Essa é uma tarefa difícil que entendemos estar nos preparando com o máximo de rigor possível para ela, com o máximo de eficiência possível para ela.

E aí, sendo bem objetivo, para não tomar também muito o tempo dos senhores, algumas agendas que eu acho que interessam, algumas questões que já foram levantadas pelo Senador Dornelles e pelo Senador Suplicy, agendas que precisamos enfrentar no Brasil.

No ano passado, Senador Dornelles, 88% dos julgamentos do Cade foram atos de concentração, fusões, aquisições, incorporações. Desses 88% de processos que o Cade julgou, atos de concentração, 80% ou mais, um pouco mais, foram casos considerados sumários, ou seja, que dado a sua insignificância, do ponto de vista concorrencial, passaram por uma análise sumária do Cade. Casos como entrada de uma empresa em um mercado em que ela não atuava, ou baixa participação de mercado, soma de mercado abaixo de 20%, situações de pequenos atos de concentração, mesmo em termos de faturamento das empresas. E não é possível, no meu entender, que numa sociedade que tem recursos escassos e que precisa alocar da sua forma mais eficiente os seus recursos escassos, que o Cade tenha que analisar 80% de atos de concentrações sumários.

Por isso, quando o Senador Dornelles menciona a questão do aumento dos valores do faturamento, nós encararmos esse desafio. O Ministério da Justiça e o Ministério da Fazenda receberam uma competência da Lei de Defesa da Concorrência, da lei nova, para analisar a possibilidade de aumentar esses valores. Fizemos um estudo sobre isso e chegamos à conclusão de que é plenamente possível continuar analisando os casos mais importantes que o País tem em termos de atos de concentração, estabelecendo um faturamento mínimo, de um lado, da empresa compradora em geral, mas de uma das partes, de 750 milhões, e de outra das partes de 75 milhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso. A lei estabelece 400 de um lado e 30 do outro.

Havia uma emenda, de autoria do Senador Dornelles, no Senado Federal, que aumentava um bilhão de um lado e 40 do outro. Avaliamos que se aumentássemos para 750 e, ao invés de colocar 40, colocássemos 75, teríamos um filtro melhor em termos de manter a análise de casos importantes, sendo em que em termos de quantidade de redução de casos o efeito seria o mesmo com base no histórico de 2008 até 2011. Foi esse o estudo que fizemos.

É uma portaria interministerial. A portaria já está pronta no Ministério da Justiça e está em vias de ser assinada pelo Ministro da Fazenda também. Essa é a informação que obtive ontem, ao final do dia.

Em relação ao prazo mencionado também pelo Senador Dornelles. Houve, como todo mundo sabe, um veto da Presidenta em relação ao dispositivo que dizia que o descumprimento de todos os prazos previstos na lei geraria a aprovação tácita do ato de concentração.

O espírito que identificamos na lei era o prazo que descumprido deveria gerar a aprovação tácita era o prazo de 240 dias. Havia prazos de 48 horas na lei que, se descumpridos gerassem a autorização tácita, poderia gerar problemas na organização interna no sistema de defesa da concorrência.

O que nós fizemos, Senadores? A Procuradoria do Cade fez um parecer entendendo que o prazo de 40 dias é, sim, peremptório, que o descumprimento desse prazo gera a aprovação tácita do ato de concentração. E, depois disso, na nossa proposta de regimento interno, que foi à consulta pública – art. 132 –, deixamos claro ali também que o descumprimento desse prazo gerará, acarretará a aprovação tácita do ato de concentração. Esse prazo global de 240 dias.

Há um prazo na lei, por exemplo, Senador Aloysio Nunes, que é o seguinte: se a Superintendência Geral decidir impugnar um ato de concentração, ela tem 48 horas para encaminhar isso ao conselho. Pela leitura anterior da lei, se ela encaminhasse em 72 horas o ato estava aprovado. Teria precluído.

E entendíamos que esse prazo de 48 horas não era o mais importante. O importante é o prazo de 240 dias. Com um adendo, trabalhamos hoje – o Conselheiro Ragazzo pode até aprofundar esse tema – com a ideia de que grande parte dos atos de concentração, a maioria deles, certamente, será analisada em no máximo 60 dias. O prazo de 240 dias é para casos que levariam 240 dias na Comissão Europeia. Levariam 240 dias nos Estados Unidos. Ou seja, casos em que se tem uma concentração muito elevada do mercado, exigindo uma análise do poder de compra – oligopsô-

nio. Exigem uma análise de poder coordenado. Exigem uma análise de eficiências decorrentes da operação.

Agora, a grande maioria dos casos em que a concentração é menor que 20% do mercado, não tem por que o Cade levar mais do que 30, 60 dias no máximo para analisar essas operações, desde que a documentação chegue com as informações suficientes. É esse o prazo que trabalhamos hoje. É esse o prazo que entendemos como razoável, para que não se imponha um custo à sociedade brasileira das atividades econômicas no Brasil.

Sobre a questão dos ramos de atividade, falo sobre a questão da laranja, e permito-me encerrar se os senhores acharem adequado.

A gente entende, Senador, que ramo de atividade, o primeiro pressuposto do qual a gente tem que partir é que ele tem que ser estabelecido pelo Cade a priori. Uma lista ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – ... a gente está trabalhando por volta de 150 ramos de atividade.

Uma lista que possa ser usada pela sociedade, pelas empresas para servir de referência aos seus comportamentos e à análise de seus processos. Muitas empresas têm processo no Cade, e elas precisam conseguir minimamente avaliar que multas poderiam receber se fossem condenadas, se vale a pena fazer um acordo. A gente tem estimulado, no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência tanto em conduta quanto em controle de atos de concentração, acordos, que a gente acha que vale a pena para a sociedade e para as empresas também.

Então, esta lista deve ser estabelecida *a priori* e não em cada caso concreto, porque, em cada caso concreto, geraria uma insegurança jurídica muito grande para o mercado, para Judiciário na discussão dessas multas depois.

O que a gente entende? Que foi muito feliz a emenda do Senado que reduziu a alíquota mínima de 1% para 0,1%. Por que foi muito feliz, em nossa opinião? Porque você tem situações em que, por exemplo, um cartel, numa região específica no país, em que o mercado relevante é local. A gente já teve casos assim no Cade. Mesmo o faturamento à alíquota de 1% gerava uma multa, às vezes, maior que o faturamento da empresa naquela região. Então, na fazia sentido.

A redução de 0,1% vai permitir adequarmos com tranquilidade essas questões relacionadas a mercado geográfico, que acho que vão ajudar muito na justiça mesmo da multa que o Cade tem que aplicar em determinadas situações.

E um último ponto, questão levantada pelo Senador Suplicy, que eu acho que também envolve um pouco o ponto que o Senador Dornelles mencionou sobre oligopsônio.

Senador, muito obrigado pela pergunta, a gente tem debatido esse tema. O senhor tem sido um estimulador desse debate.

De fato, há um processo na Secretaria de Direito Econômico sobre um suposto cartel. Esse processo decorreu de uma busca e apreensão que foi feita com autorização judicial. Anos se passaram para que documentos eletrônicos e físicos dessa busca e apreensão pudessem vir aos autos. Eles vieram aos autos. A Secretaria colacionou esses documentos aos autos. Existe uma decisão judicial da Justiça Federal dizendo que esses autos não podem sair da Secretaria de Direito Econômico, ou seja, as empresas, ninguém pode fazer carga dos autos.

Então, as empresas têm que se defender indo ao SDE, analisando os autos lá. Isso gera uma demanda em termos de organização logística nossa para dar acesso a todo mundo, que não é fácil organizar. E, no momento, é esta fase em que estamos.

Depois dessa fase, a gente vai abrir para... na verdade, a Superintendência-Geral deve abrir para... que as partes façam... sugiram as provas que elas querem fazer nos processos. E aí é o saneamento do processo, são as alegações finais.

Então, é essa fase em que está o processo.

Sobre essa questão vou deixar o Conselheiro Ragazzo falar um pouco mais sobre o Consecitrus que envolve também a questão do oligopsônio. E ela é importante porque existem situações hoje no Brasil de concentração de mercados em etapas intermediárias da cadeia produtiva. Essa concentração de mercado gera um poder de compra para as empresas que estão se concentrando perante os seus fornecedores de insumo, porque, quando se trata de insumos agrícolas. Em geral esses fornecedores são muito pulverizados. Não tem uma concentração muito grande.

Isso tem que ser analisado em cada caso concreto, para que não haja uma diminuição da oferta desses insumos. Se houver uma diminuição da oferta desses insumos porque os produtores deixam de produzir, porque deixa de valer a pena vender aquele produto, você pode ter um aumento de preço muito grande naquele insumo e isso tem efeito na cadeia como um todo e chega ao consumidor final e nos preocupamos com isso.

Agora, como essa relação não é direta com o consumidor final, tem que de fato analisar se há efeitos para o consumidor final decorrentes do aumento do poder de compra.

Em algumas circunstâncias – e estou falando em tese –, o poder de compra tem efeitos positivos para o consumidor final, porque gera eficiência, gera diminuição de custos de transação. Então, isso tem que ser analisado sempre em cada caso concreto.

Não sei se falei muito Senador, mas tentei endereçar todas as questões, agradeço e continuo à disposição para responder qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Vinícius Marques de Carvalho.

Quero aproveitar para cumprimentar o Senador José Agripino, nosso aniversariante de hoje, desejando muito sucesso e que Deus sempre o abençoe e ilumine, parabenizando pelo aniversário. Não é sempre que fazemos 28 anos, não é Agripino?

Com a palavra o Dr. Ragazzo, o objetivo Dr. Ragazzo.

O SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO – Não vou decepcionar, Senadores. Vou ser bem mais breve, não sem antes agradecer a oportunidade de estar aqui, também pela terceira vez, a exemplo do Secretário Vinícius.

Só para complementar o que o Secretário Vinícius falou para o Senador Dornelles, na verdade todo esse planejamento surgiu a partir da criação de grupos de trabalho que verificaram as melhores práticas estrangeiras. Então, o número que vamos chegar, em termos de atos de concentração, é muito semelhante ao que tem hoje no Canadá, é muito semelhante ao que tem hoje na França, com esse critério baseado em 750 milhões de um lado e 75 milhões do outro.

Para os casos que ainda assim sejam simples, vamos ter um mecanismo de triagem, um departamento interno dentro da superintendência para tratar esses casos, dentro dos 60 dias, a que o Secretário Vinícius se referiu.

Isso tudo foi feito com muita abertura para o setor privado, foram feitas inúmeras audiências públicas, o nosso Regimento Interno passou por um processo de consulta pública, que terminou há pouco tempo. Agora, com base nessas sugestões e recomendações que foram feitas pelo setor privado, por advogados, pela CNI, por várias outras entidades, nós nos adequamos, várias dessas sugestões foram acatadas, foram aceitas, porque eram de fato relevantes, e o novo Regimento Interno do Cade vai ser publicado na sessão do dia 29, próxima terça-feira.

Indo especificamente para a pergunta do Senador Suplicy – até para manter a minha promessa de ser objetivo –, na fusão da Citrosuco com Citrovita verificamos que o único problema competitivo que existia era relacionado ao poder de compra, e solucionar problemas de poder de compra não é uma coisa trivial, não é algo simples.

Até inspirados pela solução do Consecana, e também por conta do que os produtores apresentaram como demanda, buscamos uma série de obrigações. Entre essas obrigações, a maioria estava relacionada à disponibilidade de informações da indústria em relação aos produtores. Então, obrigamos a indústria que começasse a prestar aos produtores informações relacionadas a volume estocado do suco produzido no Brasil, volumes anuais de exportação, preços médios anuais de venda do suco no mercado externo, preços médios anuais de exportação, custo médio da tonelada métrica do suco de laranja, além do rendimento médio da produção.

Qual era a lógica, com base nisso? Equilibrar um pouco a relação da maior, reduzir a simetria de informação que os produtores tinham com relação à indústria para que elas possam negociar a margem de maneira mais equilibrada. Durante esse período também existia uma proibição à possibilidade do aumento da verticalização, por parte dessas empresas que fizeram parte do ato de concentração.

A inspiração disso era justamente dar as bases para o que seria o Consecitrus. Então, existe um modelo do que era necessário em termos de qualidade de informação e de obrigações entre produtores e indústria e também existe uma outra questão, que talvez o Senador tenha se referido com maior ênfase, que é a de representatividade do Consecitrus. O ato de concentração do Consecitrus foi apresentado agora e está em análise pelo Conselho, mas acredito que as bases fundamentais do que deve ser o Consecitrus já foram estabelecidas. Agora, há uma discussão de representatividade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Desde que V. Exª seja tão objetivo quanto o sabatinado, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O importante é que se possa assegurar a efetiva participação de todos os produtores. Acredito que este seja o princípio que cria o Consecitrus: que todos tenham a possibilidade de lá serem representados. Os responsáveis pelo Consecitrus e, penso, o Cade têm de exigir que isso efetivamente aconteça. Que os produtores de laranja se entendam bem e não excluam essa ou aquela entidade ou parte, desde que bem representativa! Muito obrigado.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu só gostaria de complementar, Sr. Presidente, dizendo que, nesse caso, a CLT define bem quem são os representantes

legais, e o representante legal dos produtores rurais é a Confederação Nacional da Agricultura.

O SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO – Para manter a minha promessa de ser conciso, termino aqui minha exposição, colocando-me à disposição para esclarecer quaisquer outras dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Ragazzo.

A pressão é enorme para que eu abra a votação, até porque os Senadores estão atuando em várias Comissões.

Portanto, vou passar a palavra ao mais objetivo ainda Dr. Alessandro e vou abrir a votação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o laborioso Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Nobre cientista.

Está começando a reunião da CCJ, e já nos estão chamando para ir para lá também. Então, temos de ser polivalentes. Se puder abrir a votação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E vários Senadores são relatores de processos. Então, já vou abrir a votação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao brevíssimo Alessandro.

O SR. ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUIS – Muito obrigado.

Senadores, vou ser bastante breve.

É uma enorme honra estar aqui. Eu gostaria de falar rapidamente.

Além de tudo aquilo que já foi falado, muitas coisas que foram endereçadas são, na verdade, resultado da sugestão e da provocação desta Casa. Então, de fato, o Cade e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência vêm mantendo um diálogo bastante profícuo com o Senado em termos de aceitar suas sugestões e de tentar encaminhá-las de maneira técnica.

Talvez, eu tenha só dois pontos a abordar, para contribuir aqui.

A pedido do Senador Dornelles, vou tratar aqui um pouquinho sobre os ramos de atividade e, talvez, sobre a questão do oligopsônio.

Talvez, seja interessante abordar o seguinte ponto: como a política de concorrência é, na verdade, uma entre as várias políticas econômicas que o Estado articula, o Cade tem a obrigação de se articular com as demais agências reguladoras. No nosso caso específico, temos mantido um diálogo bastante profícuo com a Comissão de Valores Mobiliários e com a Superintendência de Seguros Privados – eu as destacaria entre as várias com as quais conversamos de maneira bastante proveitosa. Na minha experiência pessoal – cada um dos sabatinados terá a sua experiência bastante proveitosa para relatar –, essas são as duas agências reguladoras com as quais temos conversado de maneira muito interessante, para resolver problemas que são comuns a essas duas políticas econômicas.

A respeito dos temas que nos foram endereçados, por conta da preocupação e da insistência do Senador Dornelles ao longo de todo esse processo, que nos foi bastante útil, quero dizer que, certamente, a questão do aumento dos limites permite que o Cade tenha uma atuação mais específica e, portanto, mais qualificada. Aquilo que interessa pouco não sugará os recursos da administração; aquilo que interessa muito terá toda a nossa atenção. Acho que é esse o arranjo que o Cade tem buscado. Certamente, com essa sequência de aumentos, desde a lei anterior, passando para a atual redação da lei, passando para o aproveitamento da válvula de escape, pela Portaria Interministerial, chega-se aos dois limites de R$750 milhões e de R$75 milhões, e isso nos permitirá tirar da frente aquilo que interessa pouco e colocar na nossa frente aquilo que interessa muito. Esse é um objetivo que temos buscado com bastante intensidade.

A respeito dos prazos – acho que este ponto já foi muito tocado pelo Vinícius –, há o parecer e o Regimento, que compensam, de alguma maneira, o veto da lei e subordinam a Administração Pública a esse objetivo.

Com relação à questão dos ramos de atividade, acho que, de fato, duas questões resolvem esse problema. Primeiro, temos de jogar isso ao setor privado de maneira antecedente. Portanto, essa lista de 150 setores de atividade é baseada em diversos outros bancos de dados do Estado, como a Cnae e a Pintec, nos próprios *sites* e na reflexão das demais agências reguladoras. E o princípio da proporcionalidade, como foi dito aqui pelo Secretário Vinícius, permite-nos adequar a questão geográfica ao ramo de atividade, impedindo algumas distorções, como essas que estão preocupando o Senador.

As questões levantadas pelo Senador Suplicy, parece-me, também já foram objeto de comentário anteriormente. Com isso, já encerro. O Senador Suplicy tem uma preocupação muito pertinente, que é a de se colocarem dentro da estrutura do Consecitrus todos os representados. Acho que, aqui, o princípio básico é a analogia com as antigas câmaras setoriais ou com os diversos arranjos cooperativos que trazem informação para todos os integrantes do sistema.

Desse ponto de vista, Senador Suplicy, embora esse seja um ato de concentração em análise e eu só possa me pronunciar em tese, certamente, é um princípio a ser respeitado por todos que todos os atores do mercado relevante ou daquele setor estejam representados. Isso, certamente, está na cabeça de todos e no horizonte de sentido de quem julgará esse caso.

Sendo assim, Senadores, atendendo ao princípio da brevidade, aqui determinado pelo nosso Presidente, encerro minha participação, agradecendo, mais uma vez, a grande honra de estar aqui sendo sabatinado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Alessandro, o breve!

Eu gostaria de deixar claro que começamos esta sessão com a presença de poucos Senadores, porque os outros Senadores estão em outras Comissões. Quero dizer que fizemos até uma sabatina mais expedita, até porque as pessoas que estão sendo sabatinadas aqui já são conselheiras do Cade. O próprio Vinícius tem larga experiência nessa área de defesa econômica. Todos eles são muito bem formados. Portanto, fizemos uma agenda mais expedita, porque são pessoas que já foram sabatinadas aqui e que, agora, terão a responsabilidade de comandar o Super Cade, que vem ao encontro do que, aqui, votamos e discutimos longamente.

Então, essa foi a razão de termos feito uma audiência mais rápida. E há o fato de que hoje não é dia de funcionamento da CAE. Então, já estamos confundindo as nossas atividades com as de outras Comissões. Aqui, há Senadores que são relatores em outras Comissões.

Então, estamos fazendo a audiência de maneira mais expedita, até pela confiança que temos em nossos sabatinados e pela qualidade dos sabatinados.

O Senador Dornelles pediu a palavra. Está inscrito como debatedor.

O Senador Suplicy quer fazer mais algum comentário? Não? (*Pausa.*)

A Senadora Kátia Abreu e o Senador Antonio Russo também estão inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

Lembro que a votação está aberta.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, minha questão se refere ainda ao ramo de atividade empresarial em que ocorreu uma infração. Vamos admitir que haja uma empresa que opera em todo o País e que uma subsidiária, em determinado Estado do Sul ou do Norte, cometa uma infração. A base de cálculo não será o faturamento de todo o País, será um percentual? Vai ser calculado o percentual do faturamento daquela empresa que fez a infração? Em relação ao grupo, essa será a base de cálculo para o faturamento?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Dr. Vinícius.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A multa é de 0,1% a 20%.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Isso.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Inclusive, quero cumprimentar o Cade por ter acordado com a multa de 0,1%. Às vezes, ele era obrigado a ficar com 1%, mesmo querendo colocar uma multa menor.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Sim.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Hoje, se ele quiser, pode colocar 1%, mas pode colocar também uma multa menor.

Eu queria mais ou menos ter uma ideia da base de cálculo da atividade empresarial em que ocorreu uma infração, de uma empresa que opera em todo o País e que, em determinado Estado, tem uma subsidiária em que houve uma infração.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Senador, vou dar um exemplo. Não vou citar empresas, mas vou dar um exemplo que já ocorreu.

Havia uma investigação sobre um cartel num mercado de venda de botijão de gás no triângulo mineiro. As empresas têm abrangência nacional, são todas empresas nacionais, mas o mercado geográfico era aquela região ou aqueles Municípios.

Não fazia sentido se impor uma multa. Em cartel, que é a conduta considerada mais grave, coloca-se sempre a multa próximo dos 20% se você tem a abrangência nacional. Não fazia sentido, naquela situação, impor-se uma multa de 20% do faturamento. E naquele caso específico, quando se impôs 1%, se pensou em 1%, ainda assim podia ser muito, dependendo da situação concreta. Por isso que o 01 permite essa adequação.

Então, com esse 01, a gente pode usar o faturamento da empresa e, aplicando uma multa com uma alíquota, na verdade, de 01, garantir essa proporcionalidade de que não se está sobrepunindo a empresa em decorrência de uma conduta. Assim, se a empresa tiver destacado esse faturamento do ponto de vista contábil daquela região, o faturamento utilizado até pode ser o da subsidiária, por exemplo. Só que aí pode ser que a multa, a alíquota não seja mais 01, porque, se você alterar a base de cálculo, altera-se a alíquota. Por isso tem-se que analisar, no caso concreto, qual é a situação mais adequada.

O que importa, na verdade, é que o faturamento seja apreendido do ponto de vista contábil, porque, se a empresa falar: "Olha, o meu faturamento é tal", que comprove. Precisa comprovar, porque, se não comprovar, não tenho como saber se você está apresentando algo correto ou não.

Então é esse o caminho que a gente está pretendendo seguir.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Dr. Vinícius.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os conselheiros, que serão futuro presidente, superintendente e conselheiro do Cade e dizer da importância desse órgão para o Brasil e para os segmentos econômicos.

Eu sou, por opção, uma grande defensora da livre iniciativa, do livre mercado, do liberalismo econômico. Acho da maior importância essas características e esses pilares que sustentam a democracia no País. Mas também não posso deixar de me preocupar com os excessos, às vezes, praticados por segmentos das cadeias econômicas específicas.

Se existe uma forte concentração empresarial, é na área do agronegócio, da agropecuária brasileira. Nós temos uma economia perfeita na agropecuária, onde muitos, milhares produzem tudo e nós temos meia dúzia que vendem os insumos e compram a produção. É assim no Brasil. É assim em qualquer parte do mundo. Essa concentração é excessiva. Não estou dizendo que é abusiva. Ela é normalmente excessiva e começa pelos defensivos agrícolas. Nós temos meia dúzia que controla a venda de 80% desses insumos.

Na área de fertilizantes, normalmente coincidem com os mesmos que vendem os defensivos, também meia dúzia que controlam 90% não só da produção, mas das jazidas de exploração no País, o que é mais sério ainda.

Na área do leite, é um escândalo. Menos de meia dúzia controla toda a pasteurização do leite e de comercialização.

E falo da área de carne, dos frigoríficos que, enfim, são o objeto da minha pergunta. Está acontecendo o que não havia no Brasil. Justamente na área de carnes, nós tínhamos ainda uma diversificação de empresas médias, pequenas e grandes, o que nos dava uma certa tranquilidade no mesmo Município, na mesma região, porque a concorrência é salutar; é ela que vai fazer com que os preços possam melhorar, os pagos ao produtor, porque esse é o único produto em que o vendedor não põe preço. Ele bate à porta da indústria e pergunta: "Quanto você paga pelo meu produto hoje"? Porque normalmente esses preços, quando não são colocados nas bolsas internacionais, são também, às vezes, "combinados" com as empresas do País.

E era a última cadeia que não havia concentração, e nós estamos assistindo pacificamente a um patrocínio governamental que ocorreu no governo passado de uma concentração de uma empresa só, que é a JBS. Não quero aqui fazer nenhuma crítica à empresa. Espero que ela faça muito sucesso no Brasil, porque, se ela não fizer sucesso, nós estamos perdidos. Hoje estão todos os brasileiros pecuaristas rezando pela JBS para que nada aconteça, justamente por conta dessa concentração.

E comprando os frigoríficos médios, patrocinados com o dinheiro governamental do BNDES.

O que o Cade me diz a respeito disso? Até que ponto os recursos governamentais podem promover uma concentração desta forma? E até onde o Cadê poderia se insurgir no sentido de que esta linha de crédito, de recursos que vêm do orçamento da União, pudesse também atingir outros setores, outras empresas, especialmente as médias empresas.

Então, está havendo uma concentração em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, uma compra generalizada por parte da JBS e, às vezes, compra e não abre a planta. O pior é isso: comprar e não abrir, deixar a planta fechada. E nós sabemos que existem distâncias para esses produtos que se tornam inviáveis. Então, acaba o produtor tendo que "morrer", vamos dizer assim, com o preço imposto por esse único frigorífico que, às vezes, fica a 500 quilômetros de distância dessas fazendas.

Então, gostaria muito de saber o que vocês pensam dessa concentração em geral na agropecuária brasileira, no agronegócio, e também especificamente sobre essa concentração última do JBS, dos frigoríficos no País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só gostaria de ouvir também o Senador Antonio Russo e, depois, se não houver nenhum Senador que queira fazer alguma pergunta, aí entraríamos na reta final, em que falaria o Vinícius, o Ragazzo e o Alessandro, para concluir a sabatina.

Posteriormente, vamos abrir a urna, porque ainda há Senadores e Senadoras votando.

Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado, Presidente.

Queria parabenizar a moçada, os moços. Estou vendo a idade aqui, 77...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – ...75...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós agradecemos.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – A minha pergunta já foi parcialmente respondida pelo Sr. Vinícius, quanto aos prazos entre a consulta ao Cade e a resposta.

Quando existem duas empresas que se fundem, o senhor nos fala em 30, 60 dias e iria até 240.

A minha pergunta é a seguinte: o senhor pede, nos 30, 60 dias, entregas de papeis. Eu daria uma sugestão até: quando o comercial anda na frente da analise do Cade, e quando nós tivemos, por exemplo, uma fusão muito grande, e o Cade ficou para resolver porque era uma fusão bastante significativa, eu me reporto à Sadia/Perdigão, que demorou bastante, no primeiro momento em que eles fizeram o negócio, as coisas já começam a andar comercialmente. E eles procuram em escala, eles têm compra de insumos, há diversos fatores que levam a medidas já imediatas à fusão. E o Cade tem 30, 60 dias.

A minha proposta talvez, eu ao invés de receber em 30, 60 dias os papeis, como o senhor falou, se tivesse alguém nesse caso específico, não firmas menores, mas neste caso específico, que tivesse uma presença a cada 30 dias de uma pessoa do Cade, porque sinalizaria ao investidor essa dúvida que fica. O investidor tem muito dúvida, se vai ser aprovado, se não vai ser aprovado. E a cada 30 dias, desse uma sinalização para a indústria, nos seus insumos, nas suas compras e até nas marcas que a gente está vendo hoje, que a Sadia é a marca, a Perdigão é a industrial. E como funcionaria isso para o investidor de modo geral e para aqueles cooperados da Sadia e da Perdigão, no caso. E, futuramente, de outras empresas?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Vinicius para as considerações finais e as respostas às perguntas dos Senadores e da Senadora Kátia Abreu.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Senadora Kátia Abreu, obrigado pela pergunta. De fato, a gente tem-se preocupado bastante com essa questão da concentração no setor de frigoríficos.

A nova lei de defesa da concorrência, se ela tivesse existido antes, a gente poderia ter atuado nessa situação de maneira até mais preventiva, porque essas operações teriam que ser todas apresentadas antes de se efetivarem.

O que a gente avalia nesses casos, Senadora?

Esses atos de concentração estão sendo submetidos ao Cade. A aquisição desses frigoríficos, a JBS, usando o exemplo que a senhora deu, tem que se submeter ao Cade. Hoje ela submete depois de adquirir. Mas ela tem que submeter isso ao Cade para que analise.

E essas questões que a senhora mencionou sobre fechamento de planta, situações como essa podem ser endereçadas na decisão do Cade em termos de remédios contra os efeitos possivelmente anticompetitivos da operação.

O Cade, pela informação que tenho, até do presidente atual, Dr. Olavo Chinaglia, já em relação a essas operações, tem mandado ofícios para JBS perguntando o estado dos ativos que ela está adquirindo, porque pode ser que seja o caso – não quero antecipar nada aqui, até porque a decisão não é só minha –, mas pode ser que seja o caso de até a decisão final do Cade, que este exija da JBS que não venda os ativos ou não feche os ativos que ela está adquirindo, porque o problema todo é reversibilidade da operação.

Uma empresa adquire outra, fecha. Se seis meses depois se o Cade decidir pela não aprovação da operação, o ativo já sumiu. Então, o Cade hoje tem instrumentos para impedir que esses ativos desapareçam do mercado até a decisão final.

Então, essa é uma preocupação que a gente tem. Na semana passada, o Cade recebeu algumas preocupações de alguns Senadores já nesse sentido e tem olhado para esses processos com essa preocupação de tentar impedir que essas operações se tornem irreversíveis do ponto de vista concorrencial

Senador Antonio Russo. A preocupação que o senhor apresenta é bastante significativa e importante.

O que a gente pensou em fazer para essas operações em que a própria empresa sabe que é uma operação complexa do ponto de vista concorrencial, e os senhores não tenham dúvida de que ela sabe quando é, que elas possam ainda antes de apresentar formalmente essa operação ao Cade, possam levar ao Conselho a operação que está sendo negociada, apresentar ao Conselho a operação que está negociada para que o Cade já enderece os documentos que ele precisa analisar, a forma como a empresa precisa preencher o formulário ainda durante a negociação para que o Cade, quando receba os documentos, possa resolver em muito pouco tempo.

Então, essa questão que o senhor mencionou já está endereçada nessa perspectiva que acho que é até melhor do que você pedir informações ou dar sinalizações de 30 em 30 dias é você já poder falar antes do contrato assinado.

E as empresas podem apresentar as operações antes do contrato assinado também. Isso é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Carlos Ragazzo.

O SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO – Na verdade, o Secretário Vinícius já endereçou todos esses pontos. A ideia de fazer essas reuniões prévias, a apresentação da operação foi retirada de outros países. Então, a gente seguiu um pouco as melhores práticas de outros países como os Estados Unidos, Canadá, até mesmo comissão europeia que fazem essas reuniões de uma maneira a tornar mais ágil a análise dos documentos e das informações que são necessárias para se avaliarem os riscos competitivos de uma operação. Tudo foi feito com essa premissa.

Temos um departamento – uma vez já falei sobre isso, mas vou falar de novo – de triagem, especializado para fazer isso, analisar essas informações e identificar o que está faltando, justamente para que possamos ser mais eficientes e mais rápidos.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – A possibilidade de um elemento do Cade ir até a indústria durante essa transição é viável?

O SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO – Isso acontece, em geral, para sanar algumas dúvidas. Não é tão comum, mas acontece de as empresas convidarem os membros do Cade para poder ver o processo produtivo, para tirar dúvidas sobre definição de mercado relevante, como funciona o processo produtivo, como seria algum tipo de substitutibilidade envolvendo aquele determinado mercado, se existem outros players que podem participar. Isso já acontece. Não seria novidade fazer isso agora no novo Cade.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sempre partindo da empresa para o Cade.

O SR. CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO – Já aconteceu das duas formas, tanto o Cade sugerir que isso fosse necessário, que isso seria necessário, e também da empresa sugerindo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Carlos Ragazzo.

Agora, com a palavra o Dr. Alexandro.

O SR. ALESSANDRO SERAFIN OCTAVIANI LUÍS – Senadora Kátia Abreu se refere a um movimento preocupante de concentração no setor da agroindústria. Gostaria só de lembrar que o surgimento da política antitruste tem uma relação enorme com o setor da agroindústria, muitos produtores ali sendo vítimas de alguma forma de concentração econômica das estradas de ferro ou de outras facilidades que fariam a sua riqueza circular pelos Estados Unidos, e uma hora eles estavam bloqueados e são parte, os produtores rurais são parte desse surgimento da política antitruste. Então, na verdade, estamos aqui num terreno bastante comum.

Creio que em três breves respostas: certamente, será objeto de muita preocupação do Cade, nos setores hoje já concentrados, que foram objeto de concentração nas últimas décadas, essa próxima rodada, porque o movimento, na cabeça racional da maioria dos empresários, quando mais se concentrarem, mais eficiente, individualmente falando, e, portanto, melhor assim. Justamente existe a autoridade da concorrência para falar "Opa, acho que estamos chegando ao limite que essa sociedade, que é composta por consumidores, por trabalhadores, por produtores de outros elos da cadeia, estamos chegando a um limite que essa sociedade é capaz de agüentar.

Então, do ponto de vista do passado, que não para, ele tenderá a maior concentração, acho que já existe aí uma enorme tarefa para o sistema brasileiro de defesa da concorrência, que é olhar para essa nova leva de concentrações que virá.

Tem outro ponto de vista, que é uma política econômica complementar a essa que são os programas de incentivo que o Estado tem para fazer surgirem na verdade novos concorrentes, que são aqueles mais inovadores, que desorganizam os setores já estabelecidos. Então, uma série de programas de inovação tecnológica elas podem colocar em cheque, para além do controle da concentração, elas forjam novos concorrentes, que é uma forma também, por outra estirpe de políticas de se fazer incentivos à concorrência.

Por último, essa questão concreta que é a dos frigoríficos e da JBS, especificamente, também não poderei jamais aqui me pronunciar em concreto porque sou relator de um dos casos e, então, aqui analisarei as coisas em tese, mas posso afirmar que a preocupação com a reversibilidade das operações é presente, tanto que meu gabinete, recentemente, expediu ofício perguntando justamente essa questão para a empresa: o que está acontecendo com esses ativos e, a partir daí, teremos a informação sobre se eles serão ou não reversíveis ao final dessa operação, e isso possibilitará a adequada intervenção.

Última das minhas intervenções, os questionamentos do Senador Antonio Russo que, na verdade, são questionamentos de uma pessoa que conhece a realidade das empresas e, portanto, a tensão que uma condição de insegurança leva para as empresas. Na verdade, a preocupação de V. Exª é com rapidez e celeridade nas respostas do Cade. Acho que o todo da reforma do sistema brasileiro de concorrência aponta para isso. E eventualmente alguns detalhes serão acertados. Essa possibilidade de visita ao local faz parte da nossa realidade. Eu, particularmente, sou um conse-

lheiro que gosto de visitar os locais que estão sendo analisados e eu avalio que, desse ponto de vista, as preocupações de V. Exª estão sanadas no encaminhamento das políticas do sistema.

Eram essas, Presidente Delcídio, as minhas considerações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me ainda, mas eu gostaria de, tendo em conta que o setor de supermercados foi também objeto de análise do Cade e nós tivemos uma notícia recente, divulgada na imprensa, de que o presidente do Conselho Administrativo, acredito, do Grupo Pão de Açúcar, deixou a presidência em função de um entendimento com o Cassino, outra empresa que se associou ao Pão de Açúcar, gostaria de saber em que medida o Cade vem examinando o grau de concentração no ramo de supermercados e se este assunto está sendo acompanhado presentemente pelo Cade, para eventual decisão ou simplesmente um acompanhamento, já que o assunto foi objeto de exame do Cade algum tempo atrás.

Como saiu o principal empresário que desenvolveu tanto o Pão de Açúcar, acredito que esse seja um motivo de preocupação e de conhecimento de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Vinícius. E se o Alessandro e o Ragazzo quiserem também comentar, a palavra está aberta.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Talvez nem seja necessário entrar em muitos detalhes, Senador. O fato é que quando houve aquele movimento da possibilidade da fusão Pão de Açúcar/Carrefour, o Cade foi muito procurado naquela época, e a gente tinha uma resposta bastante precisa para isso: Se isso se tornar um ato de concentração, o Cade analisará. Não se tornou. Então, naquela operação específica e agora, acho que até em consequência desse processo todo, a mudança no Conselho Administrativo das empresas, não envolve o Cade de forma alguma.

Agora, o setor de varejo em si, assim como vários outros setores da economia que têm passado por processos de consolidação, tem que ser objeto constante de acompanhamento do Cade. Com a nova lei, criou-se um departamento de estudos econômicos do Cade, cuja principal tarefa, uma das principais, será certamente a elaboração de estudos de mercado, principalmente em alguns mercados sensíveis como esses que foram mencionados aqui, que envolvem agroindústria, indústria de varejo, alguns temas que precisamos acompanhar com mais rigor. Isso será feito, sim, e está no nosso horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Encerrada a sabatina.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Sr. Presidente, uma pergunta do Ministério Público Federal, por meu intermédio, ao Dr. Vinícius: se V. Sª acha a presença do Ministério Público, no Cade, importante ou não; e se não, o porquê – desculpe. Obrigado.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – É importante no Cade, nada mais nada menos porque a lei definiu que ele está presente no Cade.

O que é importante mencionar, Senador, é que o Cade é a única autarquia, o único órgão do Governo Federal em que o Ministério Público tem assento no Conselho, realiza uma espécie de trabalho de acompanhamento e de participação mesmo nas decisões que o órgão toma. Esse não é o modelo, inclusive, institucional, em que o Ministério Público atua como regra, ele faz o controle externo, não faz parte do Poder Executivo, mas, no Cade, dada a importância da proteção dos direitos difusos, o Ministério Público atua constantemente.

Então, entendemos como importante a participação do Ministério Público, principalmente, na análise das condutas anticompetitivas.

Além disso, o Ministério Público tem tido um grande trabalho de parceria com o sistema de defesa da concorrência também na assinatura dos acordos de leniência, que são aqueles acordos de delação premiada que as empresas fazem quando, enfim, participam de uma conduta de cartel, por exemplo. Eles têm atuado em parceria. Temos uma estratégia nacional de combate a cartéis que já vem de alguns anos, em que o Ministério Público é um ator central dessa estratégia e tem participado com bastante relevância.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Convido o Senador Antonio Russo e o Senador Eduardo Suplicy para serem escrutinadores. Nós vamos, agora, fazer a contagem dos votos.

Eu gostaria até de aproveitar a oportunidade e informar que não vamos fazer na próxima semana, mas na outra semana, a nomenclatura da Comissão de Assuntos Econômicos, o comando burocrático da Comissão. Na outra semana a modernidade vai chegar à Comissão de Assuntos Econômicos. Parece inacreditável, mas é verdade. Portanto, eu peço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, sem ser nesta semana mas a partir da outra semana, tragam seus *tablets, pois* teremos apenas pouquíssimas pautas impressas para serem entregues aos Senadores e Sena-

doras que ainda não se adaptaram ao uso de *tablets* ou .que, porventura, tenham esquecido o dispositivo. As pautas cheias deverão ser impressas por aqueles que queiram tê-las em papel. Então, é só deixar...

Nós não vamos fazer isso nesta semana porque estou fazendo essa comunicação numa reunião extraordinária, mas a partir da semana seguinte à semana que vem nós vamos procurar implementar aqui a utilização de *tablets* na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, alguma coisa contra a modernidade ou...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senado Antonio Russo e eu acabamos de contar os votos. São 22 votos vezes três, todos a favor , nenhum voto contrário; os três foram aprovados por consenso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, eu quero declarar aqui... (*Palmas.)*

Portanto, eu quero declarar aqui que a Comissão de Assuntos Econômicos aprova o nome do Sr. Alessandro Serafin Octaviani Luís para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, do Sr. Carlos Emmanuel Ragazzo para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça; e do Sr. Vinicius Marques de Carvalho para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Quero aqui informar que foram 22 votos a 0; portanto, nenhum voto contra, o que demonstra claramente a competência e a qualidade do Conselheiro, do Presidente e do Superintendente-Geral, que fora aqui sabatinados.

Eu só queria registrar aqui que o Ragazzo já passou por três sabatinas, o Vinicius por três, e do Alessandro essa é a segunda.

Se fosse a minha caçula, ela diria: "Três sabatinas e ainda não passaram de ano"?

Passaram e foram aprovados em todas as sabatinas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de requerer a urgência para que posse examinado em plenário a designação dos três ainda hoje.

Gostaria, também,de registrar que inúmeros alunos do Prof. Carlos Emanuel Joppert Ragazzo, da Fundação Getúlio Vargas, vieram assistir à audiência da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, agradeço a . Exª o lembrete,mas nós já conversamos com os Líderes, que fizeram acordo para dar preferência para votação ainda hoje no plenário do Senado Federal dos três nomes que foram sabatinados, mas...

O que eu tenho de fazer?

V. Exª, Senador Suplicy, precisa apresentar um requerimento para dispensa de interstício. Então, V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse é o sentido do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Exatamente. V. Exª sempre está certo.

Eu pensei que íamos nos livrar disso, mas não; agora é preciso um requerimento de interstício.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode ser oral?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Oral? Não, papel. É preciso haver um papel assinado por V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Providenciarei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Papel, burocracia que fascina todos nós aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, quero dar os parabéns, Vinícius, a você, parabéns ao Alessandro, parabéns ao Ragazzo e desejar que vocês continuem trabalhando, acima de tudo, pelo Brasil, com dignidade, com espírito público, com qualidade, com capacidade intelectual e sucesso, acima de tudo, ao novo Super Cade.

Um abraço a vocês.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 0 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (24ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (15ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (10ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2012, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia vinte e três de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, a

Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antonio Russo, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Casildo Maldaner, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, Ivo Cassol, Jayme Campos, João Capiberibe, Jorge Viana, José Agripino, José Pimentel, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Maria do Carmo Alves, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, Blairo Maggi, Ana Rita, João Durval, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Eduardo Amorim. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositores os Srs. Mário Lima Júnior, Secretário-Executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP, representando o Sr. José Leônidas de Menezes Cristino, Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP; Wilen Manteli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Wagner Ferreira Cardoso, Gerente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representando o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Luiz Antônio Fayet, Consultor para Logística de Transporte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e Richard Klien, Conselheiro da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – Abratec, representando o Sr. Sérgio Salomão, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – Abratec, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, que "altera a alínea 'b' do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral", em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3 de 2012, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu e outros, aos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura nºs 10 de 2012, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, e 15 de 2012, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu e outros, e ao Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 8 de 2012, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu e outros. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Kátia Abreu, Jorge Viana, Luiz Henrique, Sérgio Souza, Inácio Arruda, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assunto Econômicos – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Há número regimental. Declaro aberta esta audiência pública, em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, que "altera a alínea *b* do inciso II do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral".

Os requerimentos de realização da audiência foram os seguintes: Requerimento nº 3/2012, da Senadora Kátia Abreu e outros; Requerimento nº 10/2012, do Senador Francisco Dornelles; Requerimento nº 15/2012, da Senadora Kátia Abreu e outros; Requerimento nº 8/2012, da Senadora Kátia Abreu e outros.

Repito: a reunião tem por objetivo instruir o PLS nº 118, de 2009, da Senadora Kátia Abreu e outros.

Os nossos convidados já se encontram na Casa.

Tenho a alegria de convidar a fazer parte da Mesa o Sr. Mário Lima Júnior, Secretário Executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP); o Sr. Wagner Ferreira Cardoso, Gerente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI); o Sr. Luiz Antônio Fayet, Consultor para Logística de Transporte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Sr. Richard Klien, Conselheiro da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec), representante do Sr. Sérgio Salomão, Presidente da Abratec; o Sr. Wilen Manteli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).

Comunico que o Sr. Eduardo Requião informou que não poderá comparecer à audiência.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 10 minutos, e, em seguida, abriremos a fase

de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra aos Srs. Senadores e às Senadoras será concedida de acordo com a ordem da inscrição; os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Inicialmente, concedemos a palavra ao Sr. Mário Lima Júnior, Secretário...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão aos nossos convidados. Qualquer um deles poderia discorrer sobre esse tema com toda a propriedade. No art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, há alguns conceitos básicos: porto público, porto privado, porto misto. Eu agradeceria se alguns dos senhores expositores pudessem, inicialmente, elucidar-nos a respeito da compreensão exata desses conceitos. Isso seria muito útil para nós.

Muito obrigado.

O SR. WILEN MANTELI – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Sr. Wilen Manteli...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pode até descontar do tempo de exposição. É que eu gostaria que fossem esclarecidos esses conceitos básicos.

O SR. WILEN MANTELI – Serei bem rápido. Acho isso importante.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Peço permissão ao Mário, a quem já estava concedida a palavra, para ouvirmos o Sr. Wilen Manteli.

O SR. WILEN MANTELI – Para não haver confusão, acho muito importante esse esclarecimento. Está havendo uma confusão muito grande.

A Lei nº 8.630 estabeleceu, vamos dizer, o porto organizado, que é todo o porto, que é o conjunto, que é o porto público. É sinônimo de porto público. Como as Companhias Docas e as administradoras não operam mais na movimentação de carga e como a Lei obrigou o arrendamento dos terminais, então, há o terminal de uso público, o terminal arrendado de uso público, sempre através de licitação. Esse terminal tem a finalidade de movimentar cargas para terceiros, é aberto ao público. Então, a atividade fim dele é justamente a movimentação de carga.

Existe também o terminal de uso exclusivo. Os melhores exemplos – e é um terminal que está dentro ou fora da área do porto; normalmente, é uma atividade-fim de uma atividade produtiva, de uma indústria, de um setor produtivo – são os terminais da Petrobras e os da Vale do Rio Doce. Eles são uma atividade-meio. O uso é exclusivo. Eles só operam para determinada indústria.

A Lei criou a figura do terminal de uso misto, que atende à indústria e que, dentro da sua capacidade ociosa, pode operar cargas de terceiros. Agora, há também o terminal fora da área do porto que opera a carga própria de terceiros, que é um terminal de uso privativo misto – isso é o que está gerando, vamos dizer, certa polêmica.

Mas o fundamental é entender, para não confundir, que o terminal de indústria é um instrumento poderoso para o desenvolvimento industrial, para atrair novas indústrias, porque esse agrega carga, esse desenvolve carga. É uma pena que o País não esteja sabendo utilizar esse instrumento, como se usava nos idos de 60! – e o Dr. Barreiros, que é da Portobrás, sabe disso –, usava-se esse instrumento para atrair indústria. Esse agrega cargas.

Então, há esses três tipos de terminal. Há outros, mas não vou entrar nesse detalhamento. O importante é que porto arrendado, terminal arrendado, é uma atividade em si mesma. A sua atividade-fim é movimentar cargas para o público em geral. O terminal de uso privativo exclusivo misto, normalmente, atende a uma indústria, é uma atividade meio de uma indústria. E há o terminal de uso privativo misto fora da área do porto, que movimenta carga própria de terceiros, o que é uma questão que está sendo examinada hoje.

Não sei se esclareci.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A explicação atendeu à reivindicação de V. Exª? (*Pausa.*)

Então, quero agradecer ao Dr. Manteli.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Sr. Mário Lima Júnior.

O SR. MÁRIO LIMA JÚNIOR – Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Benedito de Lira, meus cumprimentos! Em nome de V. Exª, desejo cumprimentar todos os Senadores aqui presentes.

Cumprimento também os componentes da Mesa. Eu os queria cumprimentar em nome de Wilen Manteli.

Dentro dos meus 10 minutos, quero fazer somente uma pequena colocação sobre a minha origem. Sou engenheiro portuário. Eu milito dentro do sistema há 37 anos. Eu me formei e adquiri cultura portuária dentro de uma empresa de economia mista chamada Companhia Docas do Ceará. Esse foi o início da minha carreira de portuário.

Vivi numa época – era o início da minha carreira profissional – em que todo o sistema portuário nacional era estatal. Os portos brasileiros, que eram administrados diretamente pela União ou que eram administrados, de forma indireta, pelas Companhias Docas, empresas de economia mista, faziam toda a operação portuária do sistema brasileiro. Com o avançar dos anos, essa estrutura totalmente operada pela União ou pelo sistema direto de governo se tornou um tanto lenta comparativamente ao ritmo que o País pedia em relação à movimentação dos portos.

Então, em 1993, saiu a Lei nº 8.630, elaborada dentro desta Casa. Com essa lei de flexibilização – quero até complementar, Senador, a questão histórica – novas alternativas foram criadas, novas oportunidades para que a iniciativa privada participasse de forma mais efetiva dentro das operações portuárias.

Com isso, surgiram, então, os modelos de terminal privativo de uso exclusivo e misto, como foi dito aqui pelo Dr. Manteli. O funcionário público saiu da operação portuária. Os operadores de empilhadeiras, de guindastes e de equipamentos portuários deixaram de ser funcionários públicos. E os berços dos portos passaram a ser arrendados para operadores privados que pudessem fazer essa operação em nome da União, já que a União, constitucionalmente, é responsável pela exploração dos portos.

Seguidamente, surgiu, então, a questão da regulação. Já que o Governo ia sair da operação direta, surgiu, então, a Antaq, que é uma agência reguladora, para, em função da proteção da sociedade, fazer com que essas operações se fizessem dentro do critério democrático de atendimento da sociedade. Já que o Governo saiu da operação direta, surgiu a Antaq, para aplicar, de forma disciplinada, por meio de suas resoluções, toda a regulação desse sistema para o acesso dos privados aos berços arrendados dos portos administrados pelas Companhias Docas e também para fiscalizar, orientar e disciplinar a entrada das iniciativas dos terminais privativos.

Assim, isso se deu. Hoje há cerca de uns 34 portos públicos marítimos e em torno de 118 terminais privativos exclusivos ou mistos, que estão fazendo a operação portuária brasileira.

Então, em números de hoje, movimentam-se por volta de 800 milhões de toneladas no Brasil na atualidade. Existe a expectativa de, entre 2014 e 2015, chegarmos ao primeiro bilhão de toneladas movimentadas nos portos brasileiros, nesses 8,5 mil quilômetros de costa brasileira. Esse é um marco histórico, que, realmente, coloca o Brasil numa posição bastante interessante mundialmente.

A movimentação de contêineres, hoje, está no nível entre seis e sete milhões de unidades por ano. E também existe a expectativa de, entre 2015 e 2018, chegarmos a algo em torno de 10 milhões de TEUs de movimentação nos portos brasileiros.

Esta audiência se dá, naturalmente, depois de 19 anos desse marco regulatório que nos rege, pois a Lei nº 8.630 é de 1993. É claro que, nesses 19 anos, houve novas expectativas, novos investimentos, novas iniciativas, e existe também uma demanda cada vez mais crescente da iniciativa privada na direção de movimentações portuárias em maior intensidade. Então, a Lei nº 8.630 nos arremete, junto com as leis subsequentes e com os decretos e resoluções da Antaq disciplinando o processo, a uma atualização desse marco regulatório, à busca desse novo arcabouço do sistema portuário nacional.

Um trabalho de governo está sendo feito na atualidade entre a Secretaria de Portos, o Ministério do Planejamento, a Casa Civil e os principais Ministérios da máquina pública federal no sentido de modernizar, de propor sugestões para a atualização desse sistema. Para subsidiar esse trabalho do Governo Federal, há a conciliação, a conjugação do Plano Nacional de Logística e Transportes, que foi um trabalho feito em 2005 e em 2006 pelo Ministério dos Transportes – que é o nosso Ministério de viação, no modelo antigo, ou seja, que cuida das vias marítimas e terrestres –, com o Plano Nacional de Logística Portuária, que foi um trabalho recente da própria Secretaria de Portos, estamos caminhando, então, para a conjugação de esforços que estão compondo essas expectativas.

Existem as projeções de demanda, o que vai acontecer nos próximos dez a vinte anos de movimentação de demanda de carga no sistema. Existe a questão da integração das rodovias, ferrovias e as vias marítimas, através dos portos. Existe a questão do disciplinamento dos investimentos que serão feitos nos acessos portuários; o equacionamento das zonas de produção nacionais com os pontos de saída e chegada dessas mercadorias nos portos.

Enfim, é um trabalho muito interessante que está sendo executado e que, naturalmente, nos remeterá muito em breve para uma proposta de novo modelo.

Sobre a questão do terminal privativo de uso misto, que é objeto dessa audiência, realmente quando se fala em terminal de uso privativo, aí a questão da composição da carga própria do proprietário do terminal de uso privativo e a carga de terceiros, o aparato legal que existe aí naturalmente é baseado no sistema também da Constituição que define os termos que estão na Lei nº 8.630.

De modo que nós, por parte da Secretaria de Portos, aguardamos para ver a decisão sobre essa questão, naturalmente defendendo que os termos do que está lá escrito, precipuamente a carga da proprietária do terminal e, de uma forma subsidiária, a carga de terceiros.

Naturalmente, aguardamos e estamos aqui nesta audiência, à disposição dos que estão presentes. Vi o relatório de S. Exª o Senador Jorge Viana, o interessantíssimo trabalho de relatoria executado por ele; estamos de pleno acordo. Eu queria parabenizá-lo pela forma como equacionou e colocou muito bem o que está disposto. Eu vi a apresentação da reunião de 6 de março e esperamos que tenhamos um bom debate e estamos à disposição, corroborando com tudo que está declarado na relatoria do nosso Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a apresentação do Dr. Mário Lima.

Queria cumprimentar o Deputado Reinhold Stephanes e o Diretor Presidente da Antaq, Dr. Tiago, que também se encontra presente.

Cumprimentar a minha querida Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que compõe, juntamente com as outras duas Comissões, esta audiência pública.

Dando seqüência aos trabalhos, eu concedo a palavra ao Dr. Wagner Ferreira Cardoso.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Boa tarde a todos. E agradeço por terem convidado a CNI para participar deste debate. Isso muito nos honra.

Antes de começar, eu queria explicar um pouquinho este tema, que foi uma proposta do Senador. Esse tema já foi discutido há uns quatro anos, na Casa das Garças, no Rio de Janeiro – uma instituição de cabeças premiadas, que tem Pedro Malan, Dionísio Dias Carneiro, Rogério Werneck, Armínio Fraga, Ilan Goldfajn.

As pessoas que debateram estão vivendo isso há muito tempo. Então, elas começaram do final. Apesar de todas essas cabeças premiadas na Casa das Garças, ninguém entendeu nada do assunto. Eu não me conformo que um cara inteligente como o Rogério Werneck, no final, tenha falado para mim que não entendeu nada. As pessoas começaram discutindo do final. Isso é uma coisa normal porque as pessoas estão vivendo isso há muitos anos e, então, começam a discutir pelo final.

Eu fiz uma apresentação do comecinho e queria pedir, em vez de dez, doze minutos se possível. Tem um *power point* meu aqui e que eu vou tentar explicar. Perdoem-me, mas aqui tem grandes pessoas do setor de transporte, como o empresário Richard Klien, José Guimarães Barreiros, Tiago Lima, o Superintendente da Antaq... Então, quem já conhece isso, me perdoe, mas eu saí da Casa das Garças decepcionado porque se o Dionísio Dias Carneiro, Pedro Malan, Ilan Goldfajn, Armínio Fraga não entenderam, é uma coisa ruim.

Vamos lá, pode passar a primeira, por favor.

No nosso entendimento, no entendimento da CNI, a Lei dos Portos foi uma das principais reformas estruturais da economia brasileira. Ela tinha dois pilares: a retirada do Estado da movimentação e o aumento da produtividade.

Para vocês terem uma ideia disso, no tempo em que era movimentado pela estatal, um container fazia de oito a dez movimentos por vez; agora nós temos 50. O ganho de produtividade com a entrada da iniciativa privada nos portos foi altíssimo.

A Lei dos Portos tinha três pilares. A Lei dos Portos, quando chegou ao Congresso, foi uma luta, uma briga louca. Ela tinha três pilares básicos: quebrar o monopólio da estiva; transferir a operação portuária à iniciativa privada, tirando a capatazia; e permitir que os terminais de uso privativo movimentassem cargas de terceiros.

Esse é o assunto de hoje.

Você podia passar, por favor.

Este é o assunto de hoje: uma disputa entre operadores; operador que tem terminal público e operador que tem terminal de uso privativo. Esse é o foco. Esse é o tema da proposta da Senadora Kátia Abreu.

A Lei dos Portos tinha dois movimentos: retirada do Estado da movimentação e a concorrência entre terminais.

Por favor, pode passar a próxima.

Ela fez dois tipos de terminais: um de uso público, que é o arrendamento, uma área púbica que vai ser arrendada, que tem que ser licitada; e o de uso privativo, que é autorizado. O de uso privativo pode ser exclusivo ou misto. Antes disso eram todos exclusivos.

Agora, terminais de uso privativo existem há muito tempo. O terminal da Icomi no Amapá é de 1957. E uma coisa interessante é o seguinte: naquele tempo, se dava concessão sem licitação, porque foi antes da Constituição de 1988. O terminal era obrigado a movimentar carga de terceiros. Era justamente ao contrário. O terminal de uso privativo era obrigado e até o gerente de um terminal falava o seguinte: "Puxa, meu navio está esperando e eu vou ter que movimentar carga de terceiros!" Aquilo era um problema na época para eles. Mas eles tinham um terminal longe e eram obrigados a movimentar. Era um sinal totalmente diferente do sinal de hoje.

Vamos em frente.

Na questão de misto, a Lei de Portos falou: misto é para movimentação de carga própria e de terceiros. Não avançou mais nada. Ela só falou isso.

Por favor, o próximo.

A questão é esta: a Lei dos Portos não estabeleceu qualquer restrição quanto à movimentação de carga própria e de terceiros nos terminais portuários privativos de uso misto, seja pela quantidade, pela qualidade ou pela proporção de carga. Ela falou só isto: terminal de uso misto é para movimentar cargas próprias e de terceiros. E ela não definiu. Ela falou de forma incompleta, porque, se ela fala nesses termos, ela deveria definir o que era carga própria e o que era carga de terceiros. Mas ela não definiu.

Por favor, próximo.

Muito bem, aí veio essa disputa entre operadores. E saiu um decreto do Governo, que diz que a carga de terceiros, quer dizer, a carga que não é do terminal, porque a carga que não é de propriedade do terminal, do CGC, na importação ou na exportação, ela tem que ter as mesmas características de armazenamento e movimentação; ela deve ser compatível com a técnica da infraestrutura e da superestrutura; e deve ser eventual e subsidiária. A lei nunca falou isso. E ela diz depois também, no art. 35, que era movimentação preponderante, subsidiária e eventual. Quer dizer, ela proíbe e proíbe de novo. Ela proíbe duas vezes. E ela proibiu também na definição de carga própria.

Então, o Decreto nº 6.620 proibiu três vezes, no sentido de que existam terminais de uso privativo misto.

Portanto, qual foi o sinal dado para o mercado? O sinal dado é que houve uma falha de governo. Um decreto avançou em cima de uma lei. Assim, as restrições impostas ao Decreto nº 6.620 representam uma clara barreira à instalação de novos terminais privados e se opõem a maior participação do setor privado na operação portuária.

A CNI precisa movimentar carga, ela precisa atender. Ela não está ligando se o terminal é público ou privado. Nós precisamos é de porto, porque a carga está crescendo, como vocês vão ver.

Agora, quais são as principais características? Isto que eu achei que pode esclarecer: no terminal de uso público, o regime de outorga é um arrendamento – alguns chamam de subconcessão –; e no terminal de uso privativo, a outorga é uma autorização. Não precisa de concessão. Essa é uma diferença. Outra: a empresa outorgada, no terminal de uso público, não pode recusar a prestação do serviço. Como é terminal de uso público, ela tem que movimentar carga de qualquer um que queira. No caso do terminal de uso privativo, há liberdade de atuação. O de uso público é licitado. Por ser arrendamento de uma área pública, ele precisa ser licitado. O de uso privativo não precisa ser licitado.

O próximo, por favor.

Para o público, na grande maioria dos casos, existem investimentos realizados? Bem, eu vou deixar isso para o senhor. Existem diferenças.

O próximo, por favor.

Mas as três grandes diferenças são estas: o terminal de uso público é obrigado a contratar trabalhadores no Ogmo, coisa que o terminal de uso privativo, depois da lei, não precisa. Existe o pagamento do valor de outorga. No caso, tem valor de outorga de mais de 200 milhões. E, no de uso privativo, não precisa. Isso aumenta o preço do terminal de uso público. O 1 e o 2 aumentam o preço do terminal de uso público. O 3, depois de visitado, está tendo receita no outro dia. O terminal de uso privativo demora muitos anos para ter receita. Ele tem oito, dez anos de construção só de custos, para, depois, ter receita. Então, essa é uma conta difícil de ser feita: qual é o melhor, qual é a simetria.

Por favor.

Outra coisa: paralelamente a essa discussão e a esse decreto que está travando novos investimentos no Brasil, o País está sofrendo um seriíssimo problema na área de infraestrutra. Pelas contas da CNI, nós temos um déficit anual de 122 bilhões em infraestrutura. Isso é geral. Países como China, Chile e Índia investem muito mais do que o Brasil em infraestrutura.

Próximo, por favor.

Tivemos avanços do PAC, sem dúvida, mas os problemas estão sendo agravados pelo forte aumento da demanda.

Por favor, próximo.

No porto, a carga está crescendo permanentemente.

Próximo, por favor.

Só a crise de 2008 freou o crescimento da movimentação de contêiner nos portos brasileiros. Depois ela cresceu.

Então, nós temos uma situação que restringe o investimento privado dos portos e temos um crescimento violento da demanda por espaço nos portos.

Próximo, por favor.

A pergunta que se faz é: Por que um terminal de uso privativo está parado, está sem fazer nada e não pode descer um contêiner? Hoje está proibido. Por que isso?

Próximo, por favor.

Em nosso entendimento, o setor privado é essencial para alavancar investimentos na infraestrutura brasileira. A regra de ouro para capitais privados combina segurança jurídica, marcos regulatórios. Sem regras claras de confiança, o investimento privado não deslancha. A superação da deficiência do sistema logístico nacional depende da efetiva participação do setor privado em complementação ao investimento público.

Então, nós da CNI acreditamos que o PL da Senadora Kátia Abreu vai na direção correta, vai na direção do investimento privado no setor portuário brasileiro.

Próximo, por favor.

Ele fala: misto, movimentação de carga própria de terceiros, independentemente do percentual de carga. Se quisermos sacramentar mais, devemos definir carga própria e de terceiros também.

Nós não somos contra terminal de uso público de jeito nenhum. Nós somos a favor é de porto. A indústria precisa de porto para crescer.

As restrições ao investimento privado, que foram colocadas no Decreto nº 6.620... Ora, o Decreto nº 6.620 tem muita coisa boa. Foram restrições e foram alguns artigos do Decreto nº 6.620 que restringiram o investimento privado no setor portuário brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradecemos a participação do Dr. Wagner.

Dando seqüência à audiência, concedo a palavra ao Dr. Luiz Antônio Fayet.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Sr. Presidente, DDs. Srs. Senadores, é uma honra ter sido convidado para voltar ao Congresso Nacional, onde, na Câmara dos Deputados, tive oportunidade de representar o meu Estado do Paraná.

O tema que hoje estamos abordando tem um impacto brutal para o agronegócio brasileiro. E vou me obrigar a fazer uma brevíssima contextualização.

Próximo, por favor.

Aqui está um exemplo: a evolução das exportações brasileiras do complexo soja em, simplesmente, 20 safras. Nós partimos de 12 milhões de toneladas, em 1992, e atingimos 48 milhões de toneladas em 2011, quatro vezes mais, num curto espaço de 20 anos.

Por que isso aconteceu? Aconteceu por algumas razões. Primeiro, o grande crescimento da população mundial. Nós, em 1950, éramos 3,5 bilhões de habitantes; hoje, somos 7 bilhões de habitantes. Simplesmente dois países, Índia e China, detêm cerca de 40% desse contingente, e 1 bilhão desses habitantes da Índia e da China estão em subconsumo alimentar.

Então, há uma perspectiva fantástica de um lado; de outro, nós temos uma restrição de áreas no mundo. Segundo os especialistas, o Brasil detém 1/5 das áreas ainda disponíveis para ampliar as atividades do setor rural. Entretanto, quando se consideram as condições climáticas, essa vantagem do Brasil se amplia.

Vejam, também, neste mapa o que aconteceu além da expansão da produção e das exportações: a mudança da geografia da produção.

Aquele Paralelo 16, que está anotado ali, é mais ou menos um ponto de referência para remeter as mercadorias para o Norte ou para o Sul/Sudeste. Por falta de capacidade portuária, observem: mais da metade da produção está acima do Paralelo 16. São as novas fronteiras atingidas por aqueles Estados que estão despertando na produção e no desenvolvimento econômico-social, pois aqueles Estados, em função da falta de capacidade exportadora, em 2009, somente de soja e milho, transferiram para o Sul e Sudeste 38 milhões de toneladas, inclusive para atender um déficit que existe na Região Sul/Sudeste.

Em 2011, que é este mapa, saltou para 45 milhões de toneladas. Tudo isso congestionando portos do Sul e Sudeste. Mas, pior: determinando que sejam corridos 500 a 1.000 quilômetros mais, por via terrestre, para se atingir esses portos.

Próximo, por favor.

Esse fato está muito caracterizado neste gráfico da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais. À medida que foram correndo os anos, nós fomos avançando para essas novas fronteiras pujantes, novas fronteiras do Brasil; nós fomos tendo uma ampliação brutal dos custos entre a porteira e um porto de embarque.

Hoje nós estamos, Srs. Senadores, com um custo em relação à Argentina e aos Estados Unidos de quatro vezes mais. Isso significa renda subtraída de quem produz. O exemplo que estou usando é para soja e milho, mas nós podemos usar para produtos industrializados e para outros ramos da produção brasileira.

Eu dou um exemplo numérico para que se faça uma avaliação. Mencionei, no *slide* anterior, que 45 milhões foram transferidos de lá de cima para baixo no ano passado. Pegando somente 30 milhões de toneladas e aplicando esse diferencial, que dá mais ou menos US$2.00 por saco, nós tivemos um sobrecusto ou uma renda subtraída dos produtores da região, acima do Paralelo 16, da ordem de R$3 bilhões, somente no ano passado. Se essa renda tivesse caído nas mãos dos produtores, quanto nós teríamos desenvolvido as novas fronteiras com essa fortuna fantástica nas mãos da iniciativa privada?

Próximo, por favor.

Este mapa é um *ranking* mundial. O Brasil é hoje o segundo maior supridor do mercado internacional, e ainda nesta década passará a ser o primeiro, pelas razões que esbocei, fundamentalmente: o crescimento da demanda e, em contrapartida, a escassez de áreas. Nós vamos ser os primeiros. O que isso significa para nós?

Há 50 anos – vejam a evolução –, nós éramos importadores de alimentos. Há 20 anos, nós éramos vendedores. Hoje, nós somos os mais disputados fornecedores, tendo em vista a escassez mundial.

E aqui eu faço um registro, que é significativo: o agronegócio tem um conteúdo nacional. Mais de 90% do valor de venda é de conteúdo nacional. São gerados aqui, desde a genética, todos os processos até chegar à sua fase final. Isso determina que as regiões do agronegócio têm um desenvolvimento equilibrado, distribuição de renda e uma dinâmica fantástica.

Essa questão do conteúdo nacional é extremamente importante, porque é a maior fábrica de mercado interno. E é uma fábrica sadia, porque é renda obtida com trabalho, com a disputa de mercados internacionais e que vem se irradiar no mercado interno de consumo.

Mas há outro ângulo que eu gostaria de registrar: a dependência do mundo com relação ao Brasil exige uma observação muito atenta dos aspectos estratégicos que isso representa. Nós não podemos transigir nisso. Nós somos, já hoje, para o mundo, muito mais importantes do que qualquer fornecedor de petróleo isoladamente. E seremos ainda, criticamente, muito mais importantes.

Eu vejo o exemplo da soja, em que três países representam 85% da oferta no mercado internacional: o Brasil, o maior; os Estados Unidos quase juntos; e Argentina. Estados Unidos e Argentina praticamente esgotaram as suas fronteiras de ocupação, nós não. Quem vai ser o responsável pela continuidade de atendimento do mercado tão concentrado? Felizmente, é o Brasil. É mais uma grande oportunidade. Então, eu repito, além dessas condições, nós temos em mãos uma alavanca para o desenvolvimento interno, que é a exportação do agronegócio.

Próximo.

Mas eu assisto à discussão dessa questão há muitos anos. Trabalho há muitos anos com isso. A Constituição, muito bem foi colocado, determina, em dois artigos, que a exploração pode ser por autorização, concessão ou permissão, sendo concessão e permissão é por licitação.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Permite-me mais uns instantes, Senador?

E a seguir, a Lei nº 8630 estabelece as características *(falha na gravação.)* instalação portuária sobre as seguintes modalidades... E entra no terminal privativo de uso misto, em que fala exclusivamente o seguinte: movimentação de carga própria e de terceiros – perdoe-me, Manteli – sem distinguir se é ociosa ou se não é ociosa. É carga própria e de terceiros.

Próximo, por favor.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Presidente. Por favor, volte aquela tela, só para eu... Acho que é o ponto principal de dúvidas dos Senadores, Presidente, se o senhor permitir...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Apenas para que não precise voltar posteriormente.

Normalmente, aqueles que não querem que o porto privado misto seja construído, eles se atêm ao art. 175, fazendo de conta que o art. 21 não existe. Nós precisamos avaliar os dois artigos combinados, porque, no art. 21 da Constituição "compete à União autorizar, conceder ou permitir" e, no art. 175, é que obriga que apenas o sistema permissão e o sistema concessão sejam feitos por licitação, mas a autorização não; é de autorrecriação da União, sem precisar da licitação.

Pode passar o próximo, em que ele vai mostrar outra lei referendando essa situação, que, no caso de autorização, não é necessário \ licitação, que é a Lei nº 10.233.

Obrigada e peço desculpas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Continuando, por favor, o próximo.

Depende da autorização – está explicitado isso –, vinculando-se aquele artigo apresentando no *slide* anterior.

O próximo, por favor.

Essa questão foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal através da DPF 139, e lá a própria Procuradoria da Antaq tomou um posicionamento.

Por favor, o próximo.

Perdoem-me, mas houve uma falha de organização. Aliás, o anterior, por favor.

Aqui, neste *slide*, o Procurador-Geral da Antaq, em 2007, Aristarte Gonçalves Leite Júnior, posicionou – está nos autos e eu tenho inclusive cópia desses autos para oferecer – que o terminal privativo de uso misto tem a obrigação de transitar cargas próprias e de terceiros, nem só próprias nem só de terceiros. E nada mais.

Esta foi, em síntese, a posição dele. Essa questão de querer quantificar, qualificar não existe na lei e não pode existir. Por quê? Porque a característica é não ser exclusivo ou, então, não ser público, que são as outras figuras. O terminal misto opera em condições diferentes. E aí nós temos que analisar uma característica do nosso País.

Por favor, o próximo.

Vejam a Resolução 1695 da Antaq, que é fruto da discussão da Resolução 1660. Ela estabeleceu, nas áreas de atuação das Superintendências Sudam, Sudene e Sudeco que poderão ser consideradas como cargas próprias aquelas vinculadas a projetos apoiados, fomentados, supervisionados por essas autar-

quias da União. A lei não diz nada disso. Não há na lei nenhuma referência a isso. É uma espécie de atalho que vai criando uma insegurança jurídica insustentável, principalmente quando nós analisamos que os investimentos em terminais privativos de uso misto são investimentos bilionários. Não é pouco dinheiro face às necessidades que o País tem.

Próximo, por favor.

O próprio Tribunal de Contas da União sugere leilão de quatro terminais portuários privativos. Aí estão eles, os terminais. Eu chamo a atenção, por exemplo, para a Embraport, da Portonave e Itapoá.

Nós temos o setor de produção de carnes de aves nos três Estados do Sul.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Já estou finalizando, Senador.

Eles estavam com restrições para ampliarem as unidades de abate de frangos em função da falta de alternativas para retirarem essas mercadorias para o exterior. Para se ter uma ideia, um abatedouro em Dois Vizinhos, no Paraná, abate 500 mil aves por dia, e ia passar para 750 mil.

A carne de frango é US$2 mil por tonelada, no mínimo. E isso irriga a economia de uma maneira brutal. Então, vejam quantos prejuízos por estarem na instabilidade jurídica dessa avaliação, que não é terminativa, esses terminais privativos.

Por favor, o próximo.

Observem o Embraport, que está sendo discutido.

O Embraport, esse imenso investimento de uma importância brutal para a economia brasileira, particularmente para a economia paulista, está vulnerabilizado diante dessas considerações que têm sido feitas.

Próximo, por favor.

Também ficamos em dúvida se será atingido – há um erro ali na minha redação – o Superporto do Açu, um investimento fantástico desenvolvido na região norte do Rio de Janeiro. Essas questões todas estão levando a esta condição de instabilidade. E a pergunta que nós temos que fazer: Nós podemos ficar sem isso no Brasil? Ora, não podemos.

O Brasil é muito grande, muito diversificado. Eu tenho visto a comparação com modelos da Holanda, da Bélgica, de não sei o quê. O Brasil é outro país. Nós estamos ocupando o nosso País agora. A organização nossa tem que ser peculiar às necessidades do País. Então, a liberação do capital privado para correr o risco integral e fazer a construção de terminais privativos para enriquecer as novas fronteiras é uma necessidade. Se nós não fizermos isso, as regiões das novas fronteiras estão condenadas na sua condição de desenvolvimento.

Eu ainda coloquei três *slides* só para argumentar a posição do Brasil. Aqui nós podemos observar o tamanho da economia do Brasil em relação ao resto do mundo e essa necessidade desesperadora. A nossa economia já é a sexta do mundo. O desenvolvimento do agronegócio é fantástico, mas não é o único. Então, nós não podemos ficar nesse tamanho.

E por fim – por favor, dá para recuar um? –, o *ranking* de qualidade dos portos no mundo.

E assim, só para concluir a segunda... Aí está a concentração.

O último. Aqui estão o meu *e-mail e* as minhas referências.

Volta um.

Este está mostrando a participação dos portos e TUPs na movimentação de contêineres, conforme dados da Antaq.

É Santos. Santos tem quase 40% da movimentação.

Eu gostaria de concluir. Na nossa avaliação, sob o aspecto jurídico, não há dúvida, é indiscutível que terminal privativo de uso misto pode movimentar, e deve movimentar, cargas próprias e de terceiros.

E segundo, sob o aspecto econômico, nós vemos que não temos o direito de condenar regiões do Brasil, ou a economia brasileira como um todo, a uma parada na sua disputa do mercado internacional, do aumento de sua competitividade por uma firula. Afinal, eu também fui Deputado. Nós fazemos leis dentro do interesse nacional, e essa proposta da Senadora Kátia Abreu é para aclarar definitivamente o Texto Legal e para abrir as portas da competitividade brasileira a continuar a exportar, trazer riquezas para o nosso País e promover o desenvolvimento econômico e social interno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Dr. Luiz Antônio Fayet.

Dando sequência a nossa audiência, concedo a palavra ao Sr. Richard Klien, Conselheiro da Abratec.

O SR. RICHARD KLIEN – Sr. Presidente, Sr. Senador Benedito de Lira; Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia; Exmª Senadora Kátia Abreu; Exmºs Srs. Senadores, eu sou Richard Klien, Conselheiro da Abratec.

Eu sou economista de formação e já trabalhei como caminhoneiro, como armador e, hoje, a minha principal atividade é operador portuário. Operador portuário de porto público e de terminal privativo.

Eu sou Presidente do Conselho de Administração da Santos Brasil, o maior terminal de contêineres do Hemisfério Sul, e presidente do Conselho de Adminis-

tração da Multiterminais, o maior operador portuário do porto do Rio de Janeiro.

A nossa empresa foi contratada pela TyssenKrupp e é operadora portuária do porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico, localizado no nosso Estado.

Querido Fayet, eu gostaria de começar dizendo a você que o Sr. Eike Batista não reclama do marco regulatório para o porto de Açu. Eu acho que as suas dúvidas não são as dele. Ele está muito feliz com o marco regulatório de um porto industrial para o porto de Açu. Eu pelo menos nunca o ouvi reclamar sobre o marco regulatório.

Eu gostaria de tomar esta oportunidade hoje para apresentar a V. Exªs a minha visão macroeconômica da contribuição da modernização portuária empreendida pela promulgação da Lei nº 8630, a famosa Lei dos Portos.

Eu acredito piamente que a Lei dos Portos implementada, com vigor, pelo Exmº Presidente Lula é um dos pilares do nosso novo Brasil. E, como se sabe, a lei prestigia tanto os portos públicos quanto os terminais privativos. Ambos tiveram um crescimento fenomenal, como nós vamos demonstrar aqui hoje.

Por favor, próximo *slide*.

Esse é o crescimento, senhores, do comércio exterior com base 100, no ano de 1996, que é o primeiro ano da implementação da privatização das operações portuárias do porto público e que alcançou um múltiplo de cinco vezes, até o ano de 2011. E embaixo o PIB.

A relação dessas duas curvas demonstra que a abertura da economia brasileira que era da ordem de 12%, ou seja, o comércio exterior era 12% do PIB, hoje se encontra no patamar de 20%, uma abertura quase duas vezes maior.

Próximo, por favor.

Aqui a área de minha especialização, que é a operação de carga geral. Como os senhores sabem, quase toda carga geral no mundo hoje é movimentada em contêineres. Este foi o grande catalisador da globalização, que tornou possível a fabricação distante e a comercialização nos grandes mercados consumidores.

Nós vemos aqui, à direita, aquela mesma corrente de comércio agora expressada em bilhões de dólares. Saímos de um patamar onde já patinávamos há uma década a US$100 bilhões e hoje estamos alcançando a expressiva cifra de US$500 bilhões de comércio exterior. E a movimentação de contêineres quintuplicou também, como se vê nesse gráfico.

Próximo, por favor.

O Brasil é uma ilha. O Brasil é um continente, mas para o comércio internacional ele é uma ilha, pois 99% do peso do seu comércio e 95% do valor do comércio exterior brasileiro se dão por mar. Portanto, quando em 2010 o Brasil se destacou como o País com o maior crescimento do seu comércio exterior ante todas as economias do mundo, inclusive a China, eu achei isso um dado muito impressionante. E, vejam os senhores, 32% de crescimento nas exportações e 43% de crescimento nas importações, em um só ano, depois da crise, quando ninguém estava preparado para isso, o Brasil conseguiu crescer esse volume muito expressivo para qualquer nação no mundo.

Próximo, por favor.

Em 2011 se repete o mesmo crescimento. Exportações crescem 27%; importações, 24%. Novamente o Brasil desponta como uma das economias do mundo onde o comércio exterior tem o maior crescimento.

Próximo, por favor.

Eu mencionei que o contêiner foi o catalisador da expansão do comércio internacional. E por que isso ocorreu? Porque o contêiner possibilitou, com o aumento do comércio, uma geração de economias de escala sem precedentes no aumento do tamanho dos navios.

Quando os portos públicos eram operados pelo governo, antes da Lei nº 8.630, o maior navio que atracava no Brasil era de mais ou menos dois mil e poucos TEU, contêineres de 20 pés. Hoje, no mundo já trafegam navios de 15 mil contêineres e estão sendo manufaturados navios que serão capazes de transportar 20 mil contêineres. E o Brasil já recebe esses navios de nove mil TEU.

Para receber um navio de nove mil TEU, os senhores compreenderão facilmente que precisa de outro porto, não aquele cujas operações foram privatizadas na década de 90, com dez anos de atraso, porque aqueles navios tinham um deque com 12 contêineres de largura. Portanto, os guindastes eram de doze fileiras. Hoje, esses navios super-post-panamax são de até 19 fileiras de contêiner e os portos foram reconstruídos, os cais aprofundados, os canais dragados, equipamentos novos adquiridos – aqueles velhos foram todos aposentados – que são capazes de movimentar contêineres nesses verdadeiros monstros de nove mil TEU.

Próximo, por favor.

E aqui algumas métricas dos investimentos, apenas nos terminais de uso público das associadas da Abratec, que é a Associação Brasileira de Terminais Especializados de Contêineres. Foram US$4 bilhões, ou R$6 bilhões – este é um número expressivo até nesta Casa – nesse período de 1998 a 2010. E os resultados são esses aqui. Eu começo pelo último, por gentileza.

Portêineres são aqueles grandes guindastes. O Brasil, como uma Nação, tinha 11 portêineres quando os terminais foram entregues à iniciativa privada para serem operados por ela. Hoje, tem 103 e estamos caminhando para 150. A produtividade cresceu, a ex-

tensão de cais mais do que duplicou e vai aumentar mais 50%. A área dos terminais aumentou. A produtividade cresceu. E, principalmente, os trabalhadores que achavam que com a privatização portuária iriam perder seus empregos tiveram uma ótima notícia: o número de empregos diretos nos terminais portuários públicos cresceu de 1.600 a 8.500 e estamos rumando para os 11.500 empregos.

Próximo, por favor.

Essa é a estatística da Antaq. Nós vemos aqui por categoria de carga. Carga geral, granéis sólidos, granéis líquidos. Em azul estão os terminais privativos e em verde são os portos públicos. Como se vê, na carga geral onde predominam os contêineres, o piano foi carregado pelos terminais dos portos públicos e há uma pequena participação dos terminais privativos. E aí se encontram principalmente os produtos siderúrgicos e a celulose.

Próximo, por favor.

Quanto aos granéis. Um porto de granel é completamente diferente de um terminal de carga geral. Nos terminais privativos imperam os granéis, que em grande parte são o alto serviço. Também tem os condomínios industriais onde se reúnem vários exportadores ou importadores que podem utilizar a mesma estrutura portuária, mas não há uma participação expressiva da carga geral nos terminais privativos.

Próximo, por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICHARD KLEIN – Mais um minuto, Sr. Presidente. Eu já estou terminando. Muito obrigado.

Isso não ocorreu sem que o Governo fizesse a sua parte. Eu diria que a principal contribuição foi a criação da SEP pelo Exmº Sr. Presidente Lula, mas houve a estruturação da Antaq, que publicou esse Plano Geral de Outorgas indicando as áreas onde poderão ser instalados novos terminais privativos, novos portos públicos. Isso está claramente delimitado nesse Plano Geral de Outorgas da Antaq.

Próximo, por favor.

Também a SEP... O Governo alocou R$2 bilhões para dragar todos os portos. Sem que esse investimento fosse feito pelo Governo nos acessos marítimos, aqueles grandes navios não poderiam acessar os nossos portos. E nós ficaríamos literalmente fora do jogo do comércio internacional, porque sem os grandes navios nós não teríamos fretes capazes de competir no mercado internacional.

Próximo, por favor.

Eu apresentei esse *slide* no início. É um resumo do resumo do marco regulatório, que foi consolidado pelo Presidente Lula por meio do Decreto nº 6.620. Eu reconheço que há interpretações diversas sobre os terminais privativos, mas acredito verdadeiramente – já pude expressar isso à nossa Exmª Senadora – que o nosso marco regulatório não impede o desenvolvimento dos terminais privativos para o agronegócio. É a minha convicção.

Eu pretendo até trabalhar mais para fazer isso acontecer, na medida em que eu possa contribuir para isso. E registro que é um fenômeno completamente anômalo o embarque de carga geral em contêineres em terminais privativos. O mundo todo concessiona a operação nos portos públicos, como o Brasil faz.

Próximo, por favor.

Esse modelo é vencedor. É um modelo que não impede a flexibilidade dos terminais privativos movimentarem, além da carga própria, a carga de terceiros, de uma forma complementar. E confere a segurança ao investidor, que apostou, acreditou no marco regulatório e já investiu cerca de R$4 bilhões, nas quatro empresas que foram listadas no mercado de capitais no Brasil.

Só esta semana, tivemos duas notícias de novos investimentos. A EcoRodovias comprou um terminal dentro do porto de Santos, um investimento total de R$1,4 bilhão. Ela vai modernizar esse terminal, que será um grande competidor porque se encontra logo na entrada do Porto de Santos. E hoje, vindo aqui para Brasília, eu li, no avião, que a ALL negocia com a WTorre a participação, em um terminal privativo, de R$5 bilhões.

Então, acho que o marco regulatório atual...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RICHARD KLEIN – ...tem contribuído enormemente para o desenvolvimento do nosso País. Sempre se pode melhorar um pouco, mas acho muito perigoso uma mudança radical num time que está dando certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Dr. Richard.

Agora, concedo a palavra ao Dr. Wilen Manteli.

O SR. WILEN MANTELI – Senador Benedito e demais Senadores, muito obrigado pelo convite. Eu estou representando a Associação Brasileira dos Terminais Portuários. É uma entidade que congrega terminais de uso privativo exclusivos, mistos e de uso público. Eu estou no meio do furacão, senhoras e senhores.

O papel da ABTP, desde o seu início, foi sempre de construir a união empresarial. Quando o setor empresarial se divide, os corporativistas e a ação governamental entram dividindo o setor. E o setor empresarial perde espaço.

A Lei nº 8.630, tão reclamada pelo setor empresarial, foi possível se construir, em 1993, depois de três anos de trabalho com o apoio desta Casa, graças à união do setor empresarial, muito bem liderada e coordenada pelo nosso líder Jorge Gerdau, por meio da ação empresarial; e a ABTP foi uma das entidades que participou ativamente da elaboração dessa lei.

Então, sempre que o setor empresarial se desagrega, perde o seu espaço. E agora, nesse momento, temos essas discussões. São normais divergências, interpretações, competição. São normais. E o papel da ABTP é tentar pacificar o setor. Esse é o nosso papel.

A nossa preocupação – e essa é a minha missão nesta audiência pública – é que essa discussão está afetando os terminais de indústria. Eu vejo conceitos e missões. Preocupa-me, no setor governamental, que está havendo uma evasão de competência da SEP, que, como disse Richard Klien, foi em bom momento criada pelo Presidente Lula, porque antes o setor portuário era a terceira ou quarta prioridade no Ministério dos Transportes. Mas hoje não mais a SEP tem a palavra final sobre portos.

A Antaq, que é a agência que deve implementar as políticas ditadas pela SEP regular e fiscalizar, também já não tem mais a palavra. Há outros órgãos interferindo na competência da SEP e da Antaq, emitindo conceitos. Então, essa questão está atingindo os terminais de indústrias, que, como foi dito na interferência anterior, são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da nossa indústria usados no passado, nos idos dos anos 60 e 70, para atrair grandes indústrias.

Um dos erros que nós cometemos foi o de instalar nossas indústrias ao longo das rodovias. Com os rios e margens que nós temos, poderíamos instalá-las ao longo dos canais marítimos e dos nossos rios, o que dá um fator de competitividade muito grande. Mas temos tempo para recuperar.

Agora, com essas interpretações, com essas restrições que estão querendo impor aos terminais de indústrias, a ABTP não concorda. E aí nós temos a unanimidade, dentro da Assembleia da ABTP, quer de terminal exclusivo, misto ou de terminais públicos, de que esses terminais estão fora dessa briga. Esses terminais não podem entrar, porque eles têm uma atividade produtiva em terra.

E quando eu falei com o meu amigo Fayet me corrigiu e disse: "Terminal que tiver capacidade ociosa, privativo, querendo – é uma decisão do empresário – poderá operar carga de terceiros". Querendo. Até porque a regulação dessa atividade, ou seja, quem negocia com o tribunal privativo é diferente do porto público. É um negócio privado. É regido pelo direito privado. Não há proteção do Estado numa operação com o terminal público, onde o dono da carga tem maiores proteções. Então, é uma regulação, com foi dito ali, regida pelo direito privado.

Eu peço para passar a primeira. Eu estou falando por último e já falaram sobre mais de 60% da minha apresentação, então vou passar correndo.

Aí são duas fotos da Vale e do Porto da Usiminas, que mostram bem o que estou dizendo sobre porto de indústrias e sobre a importância estratégica desse instrumento chamado porto de indústria, porque não podemos permitir que eles sejam afetados.

A Vale e a Petrobras – para pegar as nossas empresas – não teriam a expressão globalizada ou mundializada sem esses terminais. Essas duas empresas, Vale e Petrobras, movimentam, por ano, mais de 300 milhões de toneladas. Jamais atingiriam esse conceito globalizado ou mundializado sem os seus terminais. Imaginem se tivessem de escoar esses 300 milhões de toneladas nos portos públicos? Prejudicariam a carga conteinerizada de valor agregado maior.

Então, podemos dizer: dos 890 milhões de toneladas movimentadas nos portos nacionais entre importação e exportação, em média, 70% passam pelos 130 terminais privativos; 30% pelos portos públicos de maior valor agregado, evidentemente. E mostra... E esse é o papel da ABTP compatibilizar esses interesses. Nós não temos que acabar com essa briga de porto privativo e público. Eles são complementares. São complementares, e há espaço para todos.

O próximo, por favor.

Isso já foi discutido. Eu pediria para...

Pode passar.

Também. Pode passar. Pode passar. Pode passar.

Bom, aqui eu queria reforçar o que o Fayet falou. E aproveito que aqui está o Diretor Tiago, da Antaq, que não tem muito tempo de casa, para dizer que esperamos que ele e seus dois superintendentes, Giovanni e Mário, corrijam isso, que tomem a resolução. Nós estamos em um país republicano, federativo. Não pode, a partir do Paralelo 16, lá para cima, ser diferente do centro, da região Sudeste e da Região Sul. Quer dizer, lá para cima, o terminal privativo pode movimentar qualquer carga e aqui para baixo não. Tem que acabar com isso. Ou é igual para todos ou não é. Nós estamos em uma República. Quando se faz uma lei, ela tem que ser igual para todos, no momento da sua elaboração e da sua implementação. De mais a mais, a Antaq, Dr. Tiago, com todo respeito que devo a V. Exª, não tem a competência para estabelecer essa diferenciação e esse tratamento não isonômico.

Próximo, por favor.

Aí tem outra ameaça da Antaq, que comete uma injustiça contra o órgão gestor de mão de obra. O Dr. Tiago sabe disto, e seus dois excelentes superintendentes sabem também: não tem competência a Antaq para entrar em questão de mão de obra. De mais a mais, o Ogmo não é bicho-papão, o Ogmo é solução, que foi encontrada nesta Casa. É o órgão que administra a mão de obra. O que está faltando para o Ogmo, para o trabalhador avulso, é uma ação muito mais do Estado, de aposentar esses trabalhadores. Porque 40% dessa mão de obra, num universo de 30 mil trabalhadores, não têm mais condições de continuar, quer pela idade, quer pela situação de saúde. Aliás, o Senador José Pimentel sabe disto, é uma promessa desta Casa, em audiência pública, em dezembro – V. Exª está lembrado? –, fazer uma audiência pública. Chamar o Ministério do Trabalho, que é o grande omisso nessa questão, fazer um exame nesse pessoal, um levantamento, junto com a Previdência Social, e aposentar e melhorar esse quadro. Esses trabalhadores não têm condições de ser treinados. Não têm saúde, não têm idade para isso.

Esse é um fator que também gera o custo Brasil, por causa das deficiências. Lamentavelmente. Eles não têm condições de trabalhar nem de ser treinados. É uma pena. É uma injustiça que se faz com esses trabalhadores.

Próximo, por favor.

Aqui, outra questão que eu coloco. Por que a procura? E veja os senhores: porto é um grande negócio. Estamos todos aqui, por quê? Porque porto é um grande negócio. Quem aplicar em porto, seja privativo ou público, ganha dinheiro. É um grande negócio. Na ABTP, nós somos procurados por investidores brasileiros e estrangeiros. E aí eu quero dizer: há certa incerteza com essa confusão de marcos regulatórios e um excesso de órgãos. Ninguém sabe quem tem a palavra final sobre portos. Lamentavelmente. Deveria ser a SEP, nas políticas públicas, e a Antaq, na parte da implementação das políticas. Mas têm muitos órgãos. É TCU, é Casa Civil... E eu pergunto, com todo o respeito que devemos ao TCU, porque ele tem uma grande administração, mas TCU opinando em portos, fiscalizando portos, dizendo o que um terminal privativo pode fazer? Não é competência dele. Então, nós temos aí...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WILEN MANTELI – Mais dois minutos, Excelência.

Por que há uma procura por terminais privativos? Aí tem uma grande resposta. Desde 1993, o Poder Executivo vem sonegando a adaptação determinada por esta Casa, na Lei nº 8.630, de em torno de 98 terminais que envolvem mais, só na ABTP, de 19 contratos de arrendamento, que implicam investimento de R$11 bilhões.

Próximo.

Vou mostrar que empresas estão nessa insegurança. Não sabem se investem ou não investem nos próximos dez anos. Olhem as empresas que estão aí: Transpetro, Ultracargo, Bunge, Chuan e todo esse conjunto de empresas que estão aguardando há muitos anos uma decisão de governo, de adaptação.

Senhoras e senhores, não é prorrogação, não é omitir a licitação. A Lei dos Portos, aprovada por esta Casa, determinou em dois dispositivos a adaptação de todos os contratos. O Governo adaptou a grande maioria dos contratos, dando a eles 50 anos de vigência. E essas empresas que não tinham contrato de arrendamento na época não tiveram a contemplação, coisa que estamos reclamando há muito tempo, foi prometida pelo Ministério dos Transportes, depois criaram a Antaq, que também não cumpriu; a SEP, e agora há uma confusão aí, tentando fazer uma adaptação.

Próximo, por favor.

O Governo não licita áreas há muito tempo. Nos últimos dez anos, foram licitados não mais do que cinco terminais. E quando licita demora muito tempo. Leva cinco anos, sete anos ou muito mais. E criou um tal de EVTE (Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica), que, no fundo, é para tirar mais dinheiro do investidor. Paga-se ali.... A taxa interna de retorno do investidor é achatada. Quer dizer, não pode ter muito lucro, para pagar mais para a administração do porto. Já paga pela outorga. Se pegarmos um porto como o de Santos, a doca está com um grande caixa. Agora, quem faz a dragagem? Recursos públicos. Nós estamos pagando duas vezes e ainda há a ameaça de aumentar tarifa.

Então, essas coisas têm que ser examinadas. Nós não reclamamos... Nós queremos é baratear o custo da exportação e da importação para aumentar a nossa fatia no mercado internacional.

O próximo.

Aí está o que eu chamo de guerra nas estrelas, que é outro absurdo. É algo que também impede a busca de mais áreas no porto público, é a interferência de inúmeros órgãos e entidades na atividade pública. É a velha piada que usam em terminais de contêineres: quando um operário abre um contêiner, saem mais fiscais do que mercadorias. (*Risos*.) Mas é a verdade. Olhem só o cipoal de órgãos, de entidades. Sei que o meu amigo aqui não concorda, mas é o que me contam na ABTP. É uma teia de aranha. Em Vitória, a Companhia Docas de Vitória – insuspeita –, 28 entidades. Faltou a Igreja lá entrar. Então, gente,

essa questão se resolve sem investimento, mas com decisão de governo e atuação do setor empresarial. Esse é um dos papeis da ABTP.

Próximo.

Bom, esta é a decisão para deixar muito claro o papel da ABTP em relação aos terminais de indústria. Depois de muito debate entre os associados, a decisão da ABTP em relação à manobra da Antaq, em defesa dos terminais de indústria. Bem definido o que se trata de terminal de indústria, na defesa inclusive dos terminais do sistema Petrobras, que não é que tenham liberdade, eles são obrigados a movimentar as cargas lá.

Próximo.

Então, a missão da ABTP está ali. Nós lutamos pela isonomia concorrencial entre o setor portuário e contra o abuso do poder econômico. Nós queremos isonomia. Por isso nós defendemos o que colocamos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A Mesa agradece ao Dr. Wilen Manteli, o último palestrante.

Agora vamos abrir o debate.

Como autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu tem direito à palavra antes que os demais Senadores inscritos possam se manifestar.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu, considerando que o Senador Francisco Dornelles não se encontra na reunião.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ele é o Relator? O Jorge Viana está? (*Pausa*.)

(Fala fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não, o Senador Francisco Dornelles é autor de outro requerimento.

(Fala fora do microfone. Inaudível.)

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O Relator Jorge? Ah, desculpe, é porque você é tão precioso aqui, Senador Jorge Viana. (*Risos*.)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra S. Exª a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer aos nossos palestrantes. Muito obrigada por terem vindo ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Se V. Exª, que tem capacidade de articulação, tiver a mesma capacidade ao resumir o máximo que puder...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Vou tentar, Sr. Presidente. Agora, nós estamos tratando do futuro do País inteiro neste simples decretozinho que amaldiçoou e fechou os portos do Brasil depois de... Há quantos anos D. João VI abriu? Duzentos? Depois de 200 anos abertos por D. João VI, um decreto fechou os portos do Brasil, e nós aqui estamos tentando abri-los. Portanto, eu pretendo fazer o mais rápido possível para lhe atender.

Dá para perceber que as palavras do Sr. Klien – com quem temos uma discussão de longa data, desde 2008, sobre este assunto – são frágeis. Na minha avaliação, são frágeis. Investir US$4 bilhões no nosso Porto de Santos... O porto é seu. Quatro bilhões de dólares não dão para fazer um porto sozinho, de três berços. Um porto... Então, no período inteiro. Quatro bilhões no período inteiro. Agora, eu só quero lembrar que para fazer um porto novo, de quatro berços, do tamanho do de Santos, no Brasil, gasta-se exatamente esse tanto. Eu estou achando volumes... Apesar de para a construção de porto ser um valor considerável, para o investimento, mas não quero discutir. Agora, isso não tem problema nenhum. O senhor pode investir no seu porto quantas vezes quiser. Eu acho ótimo. Aliás, torço por todos os portos do Brasil. Eu só não posso deixar que uma imobiliária, por exemplo, instalada em Brasília, que seja autônoma e capaz de construir todos os prédios de Brasília, que isso seja argumento suficiente para que outras pessoas não construam prédios em Brasília. Isso não é argumento.

Quando Fernando Henrique Cardoso privatizou os portos, foi extraordinário que isso tivesse acontecido. Mas isso não foi final. Isso não foi um fato definitivo. Muito ao contrário, eles receberam os portos prontos e com a sua carga e capacidade de arrecadação e faturamento na curva máxima, porque eram os únicos que existiam no Brasil e, portanto, com a capacidade já totalmente em seu ápice. O lucro total.

Agora, os portos novos eles vão começar do zero, com a sua curva no zero. Vão ter de fazer a superestrutura, a infraestrutura, todas as reformas que ele aqui citou, inclusive a nosso favor, dizendo que o Governo Federal teve de fazer... E ai se não fosse o Governo Federal. Os portos privados mistos não estão pedindo isso para o Governo Federal não. Muito ao contrário, os portos privados mistos – muito obrigada, Sr. Klien – vão ter de fazer tudo isso que o Governo Federal fez para eles.

Agora, se alguém me perguntar o que é melhor para o empresário do País, de qualquer país do mundo: achar a superestrutura pronta e só instalar seus terminais em cima, como aconteceu com eles, ou é preferível eu começar do zero, começar um condomínio sem ninguém, fazer meu prédio sozinha, ou comprar meu apartamento num condomínio? É claro que

eu prefiro comprar um apartamento num condomínio a ter de fazer um prédio sozinha.

Qual é o problema de nós não optarmos definitivamente pelo porto público? Por um simples motivozinho: nós não temos tesouro para bancar essa superestrutura. Nós não temos tesouro, caixa, dinheiro para investimentos nem nas nossas estradas, nem nas nossas ferrovias, nem nas nossas hidrovias. Nós precisamos da iniciativa privada para cobrir uma ausência do Governo brasileiro de anos e anos, não é de agora, em que muito pouco sobra para investimentos. Como se diz no Tocantins, nós estamos "pegando o boi" em ter alguém que queira fazer esse investimento e correr esses riscos.

Agora, uma coisa é muito importante. Quando eles entraram na licitação – eu repito: não tenho nada contra privatização; muito ao contrário, sou super a favor, e devemos agradecer àqueles que entraram na privatização –, quando eles fizeram as propostas para entrar e ganhar a licitação, aqueles que ganharam fizeram uma proposta em que, de 1998, quando foram privatizados os portos, até 2011, eles teriam uma capacidade X de movimentação de contêineres.

Por exemplo, em 1998, 16.600 contêineres – um porto X, mas é o Porto de Santos, vou ser bem clara –, para chegar em 2011 com 80 mil contêineres de movimento. Essa foi a previsão feita para entrar com o *down payment*, que é a entrada e o pagamento da licitação. Eles tiveram uma movimentação de 142% a mais, o que superou as expectativas deles. Só nessa diferençazinha faturaram, a dinheiro de hoje, R$1 bilhão. Ele está reclamando de quatro em treze anos. Um bilhão apenas na diferença do dia da licitação e o que foi projetado e esperado e o que foi realizado. Quem conhece Orçamento sabe do que estou falando. Fora o lucro, porque quando eles fizeram a proposta de licitação, eles já tinham colocado o lucro sobre essa movimentação. Ou algum empresário é doido de comprar alguma coisa em que já não tenha colocado seu lucro? Eles tiveram uma movimentação a mais.

Então eu quero aqui dizer com isso, Sr. Presidente e colegas Senadores e Senadoras, que não justifica. O que justifica – desculpe-me, Sr. Klien, a sinceridade, eu já te disse isso várias vezes, em vários embates, duríssimos que nós tivemos ao longo dos anos –, mas vocês viram a movimentação aqui demonstrada, em que o primeiro lugar do Brasil é o Porto de Santos, 40% da movimentação de contêiner e o segundo colocado cai para 9%. Isso é reserva de mercado, isso é cartel, não se pode fazer isso com o País, eles estão defendendo o que é deles. Agora, nós Senadores da República temos que defender o que é do Brasil, ele está papel dele de empresário de não quere concorrência, de não querer competição. Agora, nós não podemos permitir isso, nós temos que permitir que as pessoas construam portos. E essa desculpa de que segurança nacional. Não me fale em segurança nacional, nós vamos comparar o Brasil com a Noruega, nós vamos comparar o Brasil com outros países que tem uma titica de mar, que tem uma titica de litoral? Nós temos oito mil quilômetros de litoral, de um abandono total e de uma ausência. Que segurança nacional é essa? E outra coisa, todos os portos privados mistos, ou porto exclusivamente privado, precisam ter toda a regulamentação de um porto público, ele tem lá dentro a Marinha, ele tem a Receita Federal, ele tem a Polícia Federal, ele tem todo o policiamento e todo um cumprimento de regras que ele é obrigado a se submeter. Não é abrindo as portas de uma loja e exportando e importando não. São normas rigorosíssimas.

Agora quero falar o que é o pior: eu estive na China há três semanas e visitei a 4ª maior empresa de transporte marítimo do mundo, tem 800 navios Panamax e Sub-Panamax.

Senadora, é o lugar mais caro do mundo para aportar; não têm condições. Eu pedi para eles: O senhor poderia me falar quanto que o senhor paga para chegar e encostar-se ao Porto de Santos? Quanto que o senhor paga? Ele disse: Eu também gostaria de saber, quando a senhora descobrir a senhora me fala, porque quando eu chego lá o valor é fechado e ninguém sabe o que tem dentro desse valor.

Então está impossível, impraticável transportar para o Brasil. Nós queremos sim, fazer transporte marítimo brasileiro, criar uma linha Ásia Expresso-Oriente, que eles querem chamar, mas reclamaram enormemente das taxas portuárias cobradas pelo Brasil, e também não venham dizer do Ogmo, porque eles são obrigados a se submeter a um sindicato que é um sistema de Ogmo.

Quando foi privatizado, eu concordo que o sistema de Ogmo era pesadíssimo. O que significava isso? O custo médio da mão de obra avulsa em cima de contêiner era alguma coisa insuportável. Hoje, com as mudanças da legislação do Ogmo, o que significa hoje? Antigamente essa mão de obra de Ogmo significava 67% por contêiner; hoje significa 23%. Então isso não é mais empecilho para a concorrência.

O que eu quero pedir aos colegas Senadores é apenas a oportunidade da livre iniciativa, do livre mercado, da livre opção para que as pessoas possam competir, porque essa competição, única pessoa que vai ganhar chama-se: cidadão brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Queria acordar aqui com os palestrantes, o seguinte: como temos um número considerável de Senadores inscritos nós poderíamos fazer três Senadores por cada...

(*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Já começou a Ordem do Dia? A pauta está aberta ou trancada, como ontem?

(*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, como primeiro Senador inscrito, Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. convidados, eu sou da linha do Deng Xiaoping, quer dizer, Deng Xiaoping dizia que pouco importa a coro do gato, desde que caça ratos. Inácio da Arruda, que é do PCdoB, ficou todo feliz quando eu disse que era da linha do Deng Xiaoping.

Mas o fato é o seguinte, os dados que foram apresentados a respeito do custo que nós temos, ou da renda que é subtraída do produtor brasileiro em função do alto custo da lavoura até o embarque é uma coisa realmente astronômica, sobretudo quando se compara com as condições de competidores nossos. Então preciso, evidentemente, ampliar a capacidade portuária do nosso País e melhor distribuí-la ao longo da nossa costa.

Agora, o tema da audiência era marco regulatório. O pilar do marco regulatório é a lei, de que estamos falando. E a lei não faz distinção, não fala em percentual, carga própria ou carga de terceiro. Apenas diz que o porto misto pode movimentar carga própria e de terceiros. É a lei.

Eu entendo que qualquer restrição que possa vir a ser colocada à eficácia dessa norma legal não se sustenta do ponto de vista constitucional. Agora, evidentemente, a Senadora Kátia Abreu preferiu uma via de, digamos assim, explicitar na lei aquilo que a rigor já estava contido nela, para dar mais segurança jurídica a esse tema, àqueles que queiram investir em portos mistos.

Então, eu tenho simpatia pelo projeto da Senadora Kátia Abreu; parece-me um projeto adequado, importante. Eu já tinha discutido um pouco sobre o projeto, antes da convocação da audiência pública, com o Senador Jorge Viana.

O Senador Jorge Viana, em seu parecer, tem um ponto, no meu entender, essencial. É a objeção essencial dele, e eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores a respeito desta que é a objeção central do Senador Jorge Viana.

Eu leio o parecer, do qual providenciei cópias, para que todos o tivessem. Diz ele, na página 3, no parágrafo seguinte:

> *Desse ponto de vista, qual seja o do interesse público, não parece apropriado, como pretende o projeto sob exame, estender às instalações portuárias de uso privativo função idêntica àquela essencialmente reservada aos terminais de uso público. Como os terminais de uso privativo não estão sujeitos aos princípios gerais de interesse público [confesso que não entendi direito o que é isso], porque voltados para a movimentação de suas próprias cargas e, subsidiariamente, de algumas cargas de terceiros, haveria importantes assimetrias de custos de operação e de encargos regulatórios entre os terminais localizados nos portos públicos e os de uso privativo, caso se admitisse a indiscriminada movimentação de cargas de terceiros pelos portos de uso privativo (...)*

Conclui o Senador Jorge Viana:

> *(...) tornando desigual a concorrência entre o operador de um porto público e o operador privado de seu próprio porto, com desvantagens para os terminais públicos em relação aos de uso privativo.*

Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores sobre esse ponto, que me parece ser o ponto central da objeção do Senador Jorge Viana ao projeto da Senadora Kátia Abreu, pelo qual, eu repito, tenho muita simpatia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Após o Senador Aloysio, tem a palavra o Senador Viana, que é o Relator do projeto de lei.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srª Presidente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Se ele responder tudo...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, estou aqui, como faço sempre, na posição de relatoria. Eu entendo que esta Audiência, com a audiência que está tendo, com tantos Senadores e Senadoras, porque é um tema estratégico para o País, o meu papel é o de ouvir, de acolher, de levar em conta a opinião inclusive dos colegas Senadores, mas também a dos especialistas.

Eu queria, antes de tudo, dizer que foi muita acertada a nossa decisão de audiência pública. É um tema que fala do País, do atrás, mas especialmente do País para frente que queremos e que buscamos todos.

O Senador Aloysio já também pegou, no meu próprio parecer, uma questão que é central; eu só a reforço. Eu gostaria de ouvir, porque estamos fazendo aqui, de

maneira pública... Os interesses são enormes. Olha a audiência que temos aqui. Nós temos audiência aqui, em comissões, de temas da maior importância todos os dias. Às vezes, um ou dois Senadores, sem ninguém na plateia, só o testemunho de quem nos ouve depois em casa, enfim. Mas aqui não. É, de fato, um tema da maior importância. Mexe com a atividade produtiva, com a logística do País, com a vantagem comparativa ou não do Brasil. Os números são gigantescos.

Então, para mim, não é uma relatoria fácil. Mas acho que o Brasil adotou uma medida quando privatizou lá atrás os portos; tem concessões feitas, tem situações em andamento e tem uma realidade.

E aí eu não quero me alongar, porque, como eu falei, não vou tentar polemizar nada. Eu acho que o questionamento do Senador Aloysio é da maior importância. Eu gostaria de ouvir os lados, porque aqui a gente tentou trazer os que têm opiniões divergentes ou conflitantes sobre esse tema. Mas, certamente, meus Colegas Senadores vão fazer questionamentos.

Agora, o que me parece – e aí eu gostaria, se possível, de ter um comentário na volta da palavra para os nossos convidados – é que o problema maior hoje, está muito claro, não está diretamente ligado só à questão do porto em si. É que nós temos um problema de logística gravíssimo no País. Qual é o Estado maior produtor de soja hoje? É Mato Grosso. Mas, em quantos quilômetros de distância Mato Grosso fica do porto? Então, minha gente, a culpa também está sendo colocada no porto, mas eu queria saber quem são os outros vilões dessa história? Isso porque, às vezes, a gente é levado para um debate, porque o problema está ali, mas o problema no fundo, no fundo não está só ali.

Então eu gostaria que também aqui nós colocássemos direitinho: Quem são os adversários ou os inimigos para que possamos ter eficiência na hora de operar o embarque e o desembarque, ou seja, o embarque das exportações e o desembarque das importações, aqui no nosso País, para que a gente pudesse focar direitinho, porque às vezes o problema pode ser solucionado de outra maneira.

Eu não estou querendo levar o debate para nenhum outro lugar, mas apenas para que se possa ampliar um pouco isso, porque eu vi que houve uma complementaridade na hora das posições e têm problemas de toda ordem. Tem um processo absolutamente burocrático de operação. Aí nós estamos discutindo a modelagem de portos. Mas se puder pedir algo mais, que fosse para vocês aprofundarem também outra questão: como é que os países do mundo operam, porque são cargas diferentes e situações bastante diferentes para um País que é produtor de alimentos, como o nosso, de grãos especialmente, que é um volume extraordinário, com distâncias enormes, também sobre aquilo que se movimenta em cargas de outros países.

E aí só um comentário do Dr. Wilen Manteli, nosso convidado, o senhor me desculpe, é que eu sou da Região Norte, têm muitos aqui que são do Nordeste, estamos aqui no Centro-Oeste. Eu só queria discordar, com educação, de V. Sª, porque V. Sª falou da isonomia; ou seja, que o País não pode ter uma regra no Sul, outra no Nordeste... Mas o grande erro do Brasil foi querer ter uma regra só para o País inteiro. Um jeito de ser injusto é tratar diferentes de forma igual. E se olharmos para o que tem de infraestrutura no Norte, no Nordeste e, mesmo aqui no Centro-Oeste, é muito diferente do que temos no Sul e Sudeste.

Então, para o Brasil ficar mais igual nós temos que ter um tratamento diferenciado, pelo menos durante um período – e é isso que a gente de alguma maneira tem buscado –, para as regiões que ainda não têm uma infraestrutura, seja de energia, muito menos portuária. Vamos para o Norte? Vamos falar de portos que não cabem nos dedos de uma mão. Vamos para o Sul e Sudeste, e aí nós temos uma maior concentração, inclusive, de previsão de investimentos.

Era só um repara para fazer, porque eu acho que durante um bom tempo para que o Brasil possa ficar um País só, e é difícil, porque é um continente, nós vamos ter que dar um tratamento diferenciado para algumas regiões, como também às vezes vai acontecer de se dar um tratamento diferenciado para o Sul e Sudeste exatamente para poder ter este País mais igual.

Eu acho que a questão portuária no Brasil é estratégica. Como a Senadora Kátia Abreu falou, nós estamos falando de 8 mil quilômetros de costa, 8 mil quilômetros de costa, com uma concentração quase impraticável, no Sudeste, dos portos, no Sudeste. E eu acho que isso agrava muito o custo da logística no Brasil.

Talvez seja importante comentar como andam, porque pode ajudar, os investimentos, pois foi falado um pouco, o público e o privado nessa área, seja do ponto de vista do que está planejado; quem é que está pondo a mão no bolso de fato. Isso porque a gente fala que o setor privado está investimento muito, o público investe mal e pouco. Eu gostaria de ver também um comentário sobre esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srª Presidente, Srs. palestrantes, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que nós já estamos adentrando a Ordem do Dia no plenário, eu vou procurar adotar uma linguagem telegráfica

Eu me perfilo com o projeto da Senadora Kátia Abreu, porque exalta o princípio de liberdade de iniciativa, que se encontra amarrada no atual marco regulatório. Então, exaltar a liberdade de iniciativa é exaltar a Constituição, pela qual tanto lutamos para escrever.

Outro aspecto que queria mencionar é o custo do frete nacional em função da estadia dos navios nos portos, a *demurrage* dos navios nos portos. E tenho uma configuração clara no meu Estado. Fizemos um grande esforço para ampliar o número de portos. Temos três portos públicos e hoje temos mais três portos privados. Eu queria demonstrar aos Senadores e Senadoras o que aconteceu no complexo portuário de São Francisco do Sul, que tem um porto público e dois terminais privados.

O terminal privado de Itapoá, que está funcionando há pouco mais de cinco meses, já tem um movimento de navios quase igual ao porto de São Francisco do Sul, que existe há mais de 100 anos. Mas o Porto de Itapoá bateu o recorde de movimento de carga por hora, o que baliza como são eficientes esses portos privados.

Estabelecer diferença entre porto público e privado com relação a cargas de terceiros é afrontar o princípio constitucional da liberdade de iniciativa. Por isso, com todo o apreço, a consideração e a admiração que tenho pelo Senador Jorge Viana, que é um homem intransigente, acredito que com a evolução desse debate, poderá refluir no seu parecer, eu votarei com o projeto da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza. Depois, V. Exª, Senador Inácio Arruda.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, a minha indagação ia ficar muito centrada no que o Senador Luiz Henrique falou. Também vou procurar ser bastante objetivo.

Sou do Estado do Paraná, que tem um dos portos mais antigos do Brasil. E na minha visão está estagnado. A própria geografia do Estado, e aí pegando, Senador Jorge, muito do que vem do Norte, e hoje, Senador Luiz Henrique, passa pelo Paraná muito do que é exportado por Itapoá e por São Francisco do Sul. Percebo que, primeiro, há um custo muito grande que chega de US$30 mil e US$40 mil/dia o custo de um navio estacionado, esperando para atracar, ficando em média 30 dias. Então, chega a US$1,5 milhão o custo de um navio atracado na Baía de Paranaguá para aportar e depois ter ainda todo o custo de carregamento. Há também uma discussão muito grande no que diz respeito à otimização dos *shiploaders,* e assim por diante, que está de certa forma muito atrasada, demorando um navio, que poderia ser carregado em pouco tempo, às vezes dias. E o tempo, as condições climáticas não ajudam – um porto aberto. A otimização dos portos eu entendo que é necessária.

Tem os outros modais de transportes. Se resolvermos, por exemplo, o problema de ferrovias, que é gigante no Brasil. Sabemos que hoje o Brasil tem muito menos ferrovias do que tinha na década de 60 – mas é gigante. Mas não basta se resolvermos o problema da estagnação que está nos portos. E se não resolvermos os problemas desses modais de transportes, começando pelos portos, acho que o Brasil, a minha opinião, todo se estagnará na medida em que não vai crescer do tamanho que deve crescer e que esperamos que cresça.

Essa questão colocada pelo Fayet do custo Brasil, da exportação de *commodities* ou dos produtos agropecuários, é gritante. Não temos competitividade hoje com os nossos irmãos argentinos na medida em que vivemos dentro de um Mercosul. Eles conseguem colocar o produto deles aqui dentro do Brasil mais barato do que o produto brasileiro. É muito mais barato, em alguns casos, levarmos o produto para a China e trazermos de volta manufaturado, do que produzirmos no Brasil e levarmos para o Nordeste, ou trazermos do Nordeste para o Sul. Os modais de transporte, Senador Jorge Viana, são um problema do Brasil. E as Comissões, aqui do Senado Federal, têm a responsabilidade de tratar isso como um todo.

Para concluir, entendo que nós vivemos nova realidade; nós vivemos uma realidade diferente do que era há 20 anos, há 10 anos, do que era há dois anos. O Brasil vive uma nova realidade. O Brasil, hoje, tem uma estabilidade econômica maior do que todos os países da zona do Euro, do que os Estados Unidos, do que o Japão. Nós temos um Brasil que é nosso é que é gigante pelo seu tamanho territorial e pelo tamanho da sua nação, do seu povo. Nós temos de cuidar dos modais de transporte para sermos ainda maiores. Não há como nós discutirmos os modais de transporte sem passarmos pelos portos. Discuti essa questão, no ano passado, no PPA, profundamente, alocando recursos por emendas de Parlamentares do Senado e da Câmara, recursos vultosos para os portos, por entender que é pelos portos que temos de começar.

Finalizo com uma pergunta sobre o percentual de portos públicos e privados, hoje, no Brasil. É preciso entender um pouco o tamanho disso – se nós temos muito mais públicos ou muito mais privados – e a otimização dos portos públicos e privados. É preciso entender um pouco isso para, até mesmo, poder me pautar quando da votação desse projeto aqui nesta Comissão e em outras Comissões das quais sou membro.

No mais, agradeço ao Sr. Presidente.

Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Agradeço ao Senador Sérgio Souza.

Concedo a palavra ao Senado Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Depois será a Senadora Ana Amélia, e aí encerra-se a inscrição.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O tempo está nos oprimindo aqui neste momento, mas acho que é um excelente debate. Falo do problema da nossa malha de transporte, do conjunto de modais. Vemos o nosso problema ferroviário. Há pouco estava reunido com a Bancada do meu Estado e com o Governador, que está preocupado, exatamente, com a Transnordestina, que é uma realidade para nós muito importante, mas apresenta dificuldades porque está parada em vários trechos.

Nós temos dois portos no Ceará. São dois portos públicos, mas bastante competitivos. Temos um porto público bastante competitivo. Claro que não temos um volume de carga que os portos do Sudeste têm hoje. Não podemos deixar que essa contradição público/privado impeça o Brasil de acelerar o seu passo. Acho que é esse o problema que a gente tem de resolver.

Nesse sentido, eu pediria ao nosso Relator uma atenção especial. Acho que tanto o Jorge quanto eu e o Presidente da Mesa, neste instante, temos uma realidade muito distinta, no Norte e no Nordeste brasileiros, que precisa de vantagens adicionais em tudo, em infraestrutura, em investimentos industriais. Em tudo nós precisamos dessa vantagem adicional. Agora, ao mesmo tempo, temos de estar atentos para a flexibilização que a legislação permitiu e se está, de fato, havendo extrapolação na regulamentação da atividade. Senão a regulamentação passa a ter mais peso do que a lei. É uma complicação para nós. Já fiz aqui umas dez propostas de modificação legislativa em função de regulamentações posteriores à lei que criavam engessamentos para o que nós definimos antes.

Então, acho que nós temos de ter esse zelo, esse cuidado, porque o que nós estamos precisando é fazer com que o País dê passos mais largos, que se destrave, de fato, o País. Sem essa preocupação de que esse setor privado vá engolir o setor público. O setor público tem todas as condições de ser altamente competitivo, está demonstrando. Só a ação de mercado, também, mostrou que não é solução. Quem está afundando é a Europa, são os Estados Unidos. Eles privatizaram tudo, acabaram com tudo. Então, não é um problema só de mercado que resolve. É mercado e o Poder Público com um plano estratégico ousado. Acho que estamos fazendo isso no Brasil. Acho que temos hoje o que não tínhamos antes, uma secretaria especial só para cuidar disso, que é a Secretaria de Portos. Acho que a Secretaria tem todas as condições de oferecer ao nosso Relator uma opinião bem balizada do que nós precisamos no Brasil.

Eu acho que manter o que está na lei e garantir que a lei funcione, acho que essa correção que a nossa Senadora quer fazer é para poder fazer a lei funcionar. Talvez a lei não esteja funcionando adequadamente. Acho que a gente precisa que ela funcione adequadamente. Não vejo prejuízo para nenhum porto público se nós tivermos um porto privado com as condições que a lei já ofereceu. Não vejo prejuízo, agora acho que devemos fazer em concordância, vamos atuar em concordância. Há uma secretaria especial que cuida disso corretamente, que está fazendo avançar o sistema portuário brasileiro. Então não há porque temer a ação do Governo. Nem o Governo pode temer que algum setor privado vá engolir o setor público. Acho que não vai, não tem força para isso, não tem como fazer isso e nós precisamos permitir que haja agilidade principalmente no transporte. Esse nosso então, na área portuária!... Olha, eu acho que para a gente aumentar a competitividade do Brasil tínhamos que mandar uma parte dessa demanda do Sudeste era lá para o Nordeste. Aí acho que a gente iria competir numa situação muito melhor com o resto do mundo nessa área portuária.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Inácio.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srs. expositores, especialmente a nossa Presidente Lúcia Vânia e o Dr. Manteli, que eu tive a honra de, junto com a Senadora Kátia Abreu, indicá-lo para fazer a exposição.

É dispensável falar sobre a relevância deste tema, mas nós também temos que fazer um pouco de dever de casa porque o projeto está desde 2009 na Casa e isso dá um retrato bem acabado de quanto a burocracia legislativa, ou do Poder Executivo também, contribui para termos atraso nos avanços de competitividade.

Então, para o Dr. Mário Lima Júnior, eu quero apenas saber o seguinte: Em relação ao projeto que estamos discutindo, da Senadora Kátia Abreu, qual é a posição do Governo claramente a respeito disso? Admite esses avanços como quer, ou quer limitar? E para o Dr. Manteli eu queria saber o seguinte: O senhor, que desde os anos 70... Eu, como jornalista, acompanhava a luta pelos avanços da competitividade e o Dr. Jorge Gerdau Johannpeter disse que o importante não é o tamanho do Estado, mas que ele seja eficiente –

e por isso eu respeito por essa opinião tão lúcida –, ele disse que apesar dos avanços, no prefácio do seu livro sobre a guerra para a reabertura dos portos no Brasil, apesar dos avanços, ainda há muito que fazer para aprimorar a competitividade do setor portuário.

Eu queria saber do senhor, quais são os principais entraves? São ideológicos? São econômicos? São comerciais, são de concorrência, são de ordem... O senhor imagina que isso está até agora atrasando um processo de modernização do setor?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado à Senadora Ana Amélia. Terei muita honra e muita alegria de conceder a palavra à minha colega, Presidente da Comissão de Infraestrutura, a Senadora...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Lúcia Vânia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu falei o seu nome... Eu estava vendo outro negócio aqui.

Mas, com a palavra V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura, que comigo e com o Senador Delcídio Amaral estamos fazendo esta audiência pública conjunta.

Com a palavra V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Senador Benedito de Lira e quero estender os cumprimentos a todos os expositores, em nome da Comissão de Infraestrutura.

A minha posição aqui é muito clara.

Eu acho que esse projeto da Senadora Kátia Abreu é um projeto importante. Nós temos um Relator que é aberto ao diálogo, eu não tenho dúvida que o Senador Jorge Viana vai ouvir as posições aqui levantadas e vai fazer uma reflexão sobre esse projeto.

Acredito que o interesse da Senadora Kátia Abreu é, exatamente, dar clareza ao espírito da lei que foi, de certa forma, mutilado pelo decreto. E tenho certeza que essa mutilação tem impedido ou tem gerado dificuldades jurídicas, o que impede novos investimentos.

Hoje eu estive no Tribunal de Contas da União, quando foi feita a leitura e análise das contas do Governo, e nós pudemos ver ali que uma das coisas que os ministros mais chamaram a atenção é o baixo investimento do Governo na área portuária.

Portanto, acredito que a Senadora Ana Amélia e o Senador Aloysio Nunes levantaram duas questões objetivas que poderiam clarear e nos orientar para que possamos realmente fazer um voto importante nessa área.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, minha querida Lúcia Vânia.

Eu gostaria de chamar atenção dos nossos convidados, pela ordem, quem fala primeiro? (*Pausa*.)

É o Dr. Fayet, a quem concedo a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar pelas posições fantásticas. Eu fui escalado, já estou escalado há muitos anos, trabalhando principalmente nas regiões pioneiras e fico muito satisfeito dessa receptividade e contribuições. Exatamente para isso que estou integralmente à disposição porque é um tema muito longo e existem muitos detalhes para serem esclarecidos.

Eu gostaria de atacar uma questão fundamental que foi levantada aqui. O Brasil precisa de tudo. Em termos de infraestrutura, não dá para discutir. E nós achamos que as regiões pioneiras, a nova fronteira do agronegócio, no caso particular nosso, ela tem que receber incentivos ao máximo para ser dotado com maior velocidade possível de infraestrutura, em especial, de capacidade portuária, porque o maior déficit de capacidade portuária está no chamado Arco Norte.

A nossa grande preocupação é que todo esse processo seja legal, e os juristas levantaram que a forma como foi conduzido esse diferencial não é a mais adequada. Nós não somos contra; nós somos com relação, temos restrições quanto à forma como isso foi colocado. Mas nós somos fortemente favoráveis, e eu tenho participado diretamente, inclusive da modelagem dos portos no Arco Norte.

Eu posso adicionar um testemunho a V. Exªs. Essa matéria dos portos do Arco Norte transitou numa câmara que existe no Ministério da Agricultura. Essa câmara é assessora do ministro. No ano de 2007, era ministro o atual Deputado Reinhold Stephanes e, passado a ele o problema do Terminal de Grãos do Maranhão, ele teve uma intervenção pessoal para acelerar, mas isso foi em 2007. Nós estamos decorrendo cinco anos e o terminal ainda não está implantado. Todas as dificuldades que estamos observando, se fosse um terminal privativo, ele já estaria implantado, disso não tenho dúvida.

Eu quero fazer um registro, principalmente para a questão das novas fronteiras. Eu usei um exemplo e registrei, só no ano passado, só em soja e milho, só para 30 milhões das 45 que foram transferidas para o Sul-Sudeste, houve uma perda de renda dos produtores da ordem de R$3 bilhões. Se nós multiplicarmos isso por vários anos em que vem acontecendo e para todos os produtos, é realmente uma fortuna incalculável o que está se perdendo com relação a isso.

Aproveito para fazer um registro, meu conterrâneo Senador, a respeito das sobrestadias e das multas por

espera, as demurrages, que acontecem. O seu exemplo no Porto de Paranaguá, vários portos do Brasil. Santos e Paranaguá são os mais congestionados. No caso de Paranaguá, muitas vezes, quase o ano inteiro, para cada navio atracado, nós temos um e meio navio esperando lá fora. Nós temos casos em que as sobrestadias mais as demurrages custaram mais do que as cargas.

Preocupa-me novamente isso com relação às regiões pioneiras do Brasil porque esse congestionamento portuário e as distâncias em que estão as novas fronteiras determinam que os custos dos insumos para o setor rural, lá, são muito mais caros do que no Sul/Sudeste. A nossa busca, embora eu seja um sulista, em abrir as oportunidades no Arco Norte é exatamente para ampliar a competitividade e a renda dos produtores das novas fronteiras.

Finalizando, a questão das assimetrias que foram apontadas. Eu gostaria de fazer a observação de que, quando se entra numa licitação de alguma coisa que já existe, estamos recebendo aquele patrimônio e clientela pronta. Esse ponto não tem sido abordado. Receber a clientela, mas não de presente, compulsoriamente, a clientela é cativa daquele ponto.

Então, quando vemos essa questão das assimetrias, eu acho que precisamos fazer uma análise profunda. Eu comparo o que foi feito em Itapoá com o que foi feito em outros terminais da nossa região. Em Itapoá ou em Portonave os investidores tiveram de fazer tudo, inclusive disputar clientes, o que não é uma tarefa fácil. Essas assimetrias, se botarmos num papel, vamos ver que elas não existem, elas conspiram mais contra os terminais que fazem por conta e risco da iniciativa privada do que quem está acomodado num terminal público, porque ele não está com a pressão da remuneração de um brutal investimento; ele pode, inclusive, quebrar a sua empresa.

Então, estamos numa corrida contra o tempo – essa é a grande observação que faço.

O Brasil precisa de tudo. Precisamos contar com a força da iniciativa privada e aproveitar uma oportunidade única no mundo. Hoje, a aversão ao risco... Perdoem-me, tenho mais de 50 anos de trabalho em planejamento econômico, em planejamento estratégico. A aversão ao risco no mundo é uma coisa terrível, e encontrar um porto seguro como o Brasil para implantar no setor portuário atrai dinheiro do país e do mundo, o que nos permite transformar uma realidade que conspira contra a economia nacional, desacelera a economia nacional, para transformá-lo numa alavanca de desenvolvimento.

No ano passado, segundo as avaliações da iniciativa privada e do setor público, na região das novas fronteiras deixaram de ser produzidos 3 milhões de toneladas, entre soja e milho, porque não teríamos como tirar de lá. Essa é a triste realidade!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra agora o Dr. Mário Júnior. Quero chamar a atenção dos nossos palestrantes para que falem resumidamente, sucintamente, porque já começou a Ordem do Dia e a qualquer hora estaremos sendo chamados para processo de votação.

O SR. MÁRIO LIMA JÚNIOR – Houve uma questão de investimentos públicos que estão aplicados nos portos, que estão sendo aplicados neste Governo. Temos R$6 bilhões de reais para esse quadriênio, dos quais R$2 bilhões são de dragagem nos portos, dragagem de aprofundamento para dar condição àqueles navios maiores de adentrarem nos portos brasileiros. As dragagens de manutenção nos portos organizados se dão com os próprios recursos dos portos, através das tarifas de infraestrutura marítima.

Então, toda intervenção com recursos da União nos portos, eles são oriundos, são destinados a aprofundamento. Manutenção de aprofundamento é com a receita gerada nos próprios portos.

S. Exª, o Senador Sérgio Souza, nos perguntou a respeito de percentuais de movimentação. Eu falei isso no início da minha fala, mas vou repetir: estamos hoje num patamar em torno de 800 milhões de toneladas movimentadas no Brasil. Trinta e cinco por cento desse valor é movimentado nos portos públicos e 65% nos terminais de uso privativo, com um detalhe... Desculpem-me, são 35% movimentados nos portos organizados, e 65% desses 800 milhões de toneladas nos terminais privativos, do tipo Vale, etc., mas com a característica de os contêineres ocuparem um percentual muito pequeno nos terminais privativos. A maioria deles, a grande representatividade é realmente de granéis sólidos.

A Senadora Ana Amélia perguntou sobre a posição do Governo com respeito a esse assunto.

Primeiro, eu queria reconhecer o alto nível do que foi hoje debatido aqui nesta sessão do Senado, o alto nível das apresentações feitas e da participação, evidentemente, de S. Exªs os Senadores. Então, acho que avançamos muito nesta tarde.

Também quero parabenizar o trabalho da Senadora Kátia Abreu pela sua determinação num tema tão relevante para o País.

Nós estamos avançando. O Governo sente também a questão da inconsistência jurídica nesse aspecto todo, o que é importante levarmos em conta. O Governo – falo de forma sintética por questão do avançado da hora – está trabalhando junto ao Plano Nacional de Logística Portuária e ao Plano Nacional

de Logística e Transportes, feito pelo Ministério dos Transportes. Estamos juntando os dois para trabalharmos em termos de planejamento dos investimentos nas estradas, nas rodovias, no acesso aos portos, e no reestudo da configuração do arcabouço operacional e legal desse sistema.

Então, Senadora, essa é uma comissão, um grupo de alto nível, envolvendo a Secretaria de Portos e a Secretaria de Planejamento, coordenadas pela Casa Civil. Esse grupo está trabalhando com afinco na identificação desse espaço. Reconhecemos que o tema é polêmico. A questão do marco legal tem muitas nuanças, e o próprio Tribunal de Contas também está debruçado sobre o tema. De modo que esperamos que, muito em breve, se chegue a uma definição da condição desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria de dar sequência, mas peço desculpas aos demais palestrantes por não se manifestarem mais, infelizmente. Vocês deixaram um conteúdo da maior importância para que possamos nos debruçar sobre o projeto.

Queria agradecer aos senhores que aqui se encontram. Infelizmente, nós precisamos encerrar a reunião, porque há uma votação nominal no painel e temos que participar do processo de votação.

Muito obrigado a todos os senhores.

Em nome do Senador Delcídio do Amaral, da Senadora Vânia e em meu nome, nós agradecemos a presença de V. Exªs.

(Iniciada às 15 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 26 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Clésio Andrade, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Antonio Russo e Gim Argello. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 23ª e 24ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei da Câmara nº 51 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que "altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 18/10/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 224 de 2004, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo", tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 461 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "altera o art. 195 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CCT, na forma da Subemenda à Emenda nº 1-CCJ-CCT e da Subemenda à Emenda nº 2-CCJ-CCT que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ-CCT e 2-CCJ-CCT. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 531 de 2011, não ter-

minativo, de autoria do Senador Zeze Perrella, que "altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica", tendo como Relator o Senador Clésio Andrade, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. O Presidente em exercício, Senador Lobão Filho, designa o Senador Valdir Raupp Relator "Ad Hoc", em substituição ao Senador Clésio Andrade. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antonio, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 493 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 76 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. Em 15/5/2012, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, em virtude de requerimento, apresentado no Plenário do Senado, para tramitação conjunta com outros projetos. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 299 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 593 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Clésio Andrade, que "dispõe sobre o financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para pessoas de baixa renda", tendo como Relator o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a legislação tributária federal e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 410 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "eleva para cinqüenta por cento, nos anos-calendário de 2010, 2011 e 2012, o limite previsto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para a compensação de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", tendo

como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 13– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 21 de 2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir a fragilidade das contas dos municípios dentro do Pacto Federativo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Sr. Eduardo Tadeu Pereira – Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Sr. João Carlos Coser – Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); e Sr. Dércio Garcia Munhoz, professor. Em 15/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 21 de 2012-CAE. Item 14– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 24 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que requer, conforme o artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir a concentração das atividades de abate e comercialização de bovino no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Enio Antonio Marques Pereira – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Fernando Furlan – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Marcos Antonio Molina dos Santos – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Marfrig; Joesley Batista – Presidente da holding que controla o frigorífico JBS; Francisco Maia – Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – Acrissul; Luciano Coutinho – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e representante da Comissão Nacional de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Em 15/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 24 de 2012-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Declaro aberta a 25ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, sob as bênçãos de Deus.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 23ª e 24ª reuniões.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram*. (Pausa.)*

As atas estão, portanto, aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Antes de entrarmos na pauta, gostaria de ler os dois requerimentos da pauta de hoje.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 21, DE 2012

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir a fragilidade das contas dos municípios dentro do Pacto Federativo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Sr. Eduardo Tadeu Pereira – Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Sr. João Carlos Coser – Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) ; e Sr. Dércio Garcia Munhoz, professor.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

1. Em 15/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Na ausência da autora do requerimento, coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

A comissão aprova o Requerimento nº 21, de 2012.

Último requerimento:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 24, de 2012

Requer, conforme o artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para discutir a concentração das atividades de abate e comercialização de bovino no Brasil,

com a presença dos seguintes convidados: Enio Antonio Marques Pereira – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Fernando Furlan – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Marcos Antonio Molina dos Santos – Presidente do Conselho de Administração do Grupo Marfrig; Joesley Batista – Presidente da holding que controla o frigorífico JBS; Francisco Maia – Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – Acrissul; Luciano Coutinho – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e representante da Comissão Nacional de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Observações:

1. Em 15/5/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Coloco em votação esse requerimento.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

A comissão aprova o Requerimento nº 24, de 2012.

Damos início à pauta.

O Item 1 foi retirado de pauta por solicitação do Sr. Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2011
– Não Terminativo –

Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: *Deputado Sandes Júnior*
Relatoria: *Senador José Pimentel*
Relatório: *Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.*

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa;
2. Em 11/10/2011, foi concedida Vista ao Senador Aloysio Nunes Ferreira;
3. Em 18/10/2011, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;
4. Em 29/5/2012, foi retirada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira a Emenda nº 1, de sua autoria;
5. Em 29/5/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2004
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Esse Item 2, Srs. Senadores, por ausência do Senador Relator, Senador Randolfe e a pedido do próprio, foi retirado de pauta também.

O Item 3 também foi retirado de pauta a pedido do Senador Armando Monteiro que se encontra em outra atividade neste momento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, de 2009 – COMPLEMENTAR
– Não Terminativo –

Altera o art. 195 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos.

Autoria: *Senador Sérgio Zambiasi*
Relatoria: *Senador Armando Monteiro*
Relatório: *Favorável ao Projeto, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-*CCT, na forma da Subemenda à Emenda nº 1-CCJ-CCT e da Subemenda à Emenda nº 2-CCJ-CCT que apresenta.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ;
2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ-CCT e 2-CCJ-CCT.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Item 4. Finalmente um que não foi retirado de pauta. .

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2011 – Não Terminativo –

Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica.

Autoria: Senador Zeze Perrella

Relatoria: Senador Clésio Andrade (Substituído por *ad hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Eu peço ao Senador Valdir Raupp que possa relatar *ad hoc* o Item 4.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido à apreciação desta Comissão o PLS nº 531, de 2011, de autoria do Senador Zezé Perrella, cuja ementa é reproduzida acima.

O art. 1º da proposição dá nova redação ao art. 45 da Lei nº 9.615, de 1998, a Lei Pelé. O artigo 45 da referida Lei trata da contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para atletas profissionais, por parte das entidades de prática desportiva.

O art. 1º introduz as seguintes modificações:

i) amplia o escopo do referido artigo, para abranger também os responsáveis técnicos das respectivas equipes;

ii) determina que a entidade de administração do esporte ou liga responsável pelo registro de atleta profissional deverá exigir a comprovação de contratação do seguro aqui referido como condição para participação do segurado em qualquer competição a ela vinculada.

Da análise.

Preliminarmente, entendemos que o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011, atende aos preceitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional, especialmente ao disposto no art. 24, IX, da Carta Magna. A proposição também atende ao requisito de juridicidade.

Compete especificamente à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por deliberação do Plenário.

Do ponto de vista da técnica legislativa, há pequeno reparo a fazer. Conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, art. 12, III, *d*, em uma modificação de lei por alteração de redação, supressão ou acréscimo, o artigo modificado deve ser identificado *com as letras "NR" maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final*. Propomos emenda de redação ao final para corrigir esse lapso.

Do voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011, na forma das emendas que já são de conhecimento. Portanto, dou como lidas as emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Valdir Raupp.

Os Senadores que concordam com o seguinte relatório permaneçam como se encontram.

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com as Emendas nºs 01 e 02.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Dando prosseguimento à pauta, o Item 5 o Relator pede a sua retirada.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2012 *– Não Terminativo –*

Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

Autoria: *Senador Lauro Antonio*
Relatoria: *Senador Vital do Rêgo*
Relatório: *Favorável ao Projeto.*

Observações:

A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.)

O Item 6 o Relator também pede a sua retirada.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2004
– Terminativo –

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

Autoria: *Senador Mozarildo Cavalcanti*
Relatoria: *Senador Waldemir Moka*
Relatório: *Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta.*

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE;
2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE-CCJ.)

O Item 7 o Relator pede a sua retirada.

O Item 8 é retirado de pauta em virtude do requerimento apresentado em Plenário para tramitação em conjunto com outros projetos.

O Item 9 o Relator pede a retirada de pauta e o Item 10 é terminativo e não temos quórum.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, de 2007
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação.

Autoria: *Senador Arthur Virgílio*
Relatoria: *Senador Valdir Raupp*
Relatório: *Pela aprovação do Projeto.*

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos.

Autoria: *Senadora Ana Amélia*
Relatoria: *Senador Cyro Miranda*
Relatório: *Pela aprovação do Projeto.*

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto;
2. Em 15/5/2012, foi concedida Vista Coletiva.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para reduzir para um ano o prazo mínimo entre aquisições de veículos com gozo do incentivo fiscal por um mesmo contribuinte.

Autoria: *Senador Eunício Oliveira*
Relatoria: *Senador Humberto Costa*
Relatório: *Pela rejeição do Projeto.*

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com Parecer favorável ao Projeto.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadores, infelizmente, a comissão hoje está disputando espaço com a Comissão de Ética que concentra em si todas as atenções em função do depoimento do Senador Demóstenes Torres. Portanto, não temos quórum e a pauta está finalizada.

Agradeço a presença de todos e encerro esta reunião agradecendo a todos.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e quinze minutos, do dia treze de junho de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Aníbal Diniz, Humberto Costa, Roberto Requião, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Luiz Henrique, Alvaro Dias e Sérgio Petecão. Registra a presença o Senador Fernando Collor. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) OFICIO "S" Nº 9, de 2012. Não Terminativo.** Indicação do Senhor Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2012/2014, conforme dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. Relatório: Votação Secreta. Em 06/06/2012 a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2012/2014, conforme dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal, por unanimidade, com 20 (vinte) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezessete horas e um minuto; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.
Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)
Aprovado.
A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.
A presente reunião destina-se a deliberação de item único.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 9, de 2012
– Não Terminativo –

Indicação do Senhor Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2012/2014, conforme dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Votação Secreta.

Observações:

Em 6/6/2012 a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Na presente reunião procederemos à arguição do indicado em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade no âmbito desta CCJ.

Registro, com prazer, a presença do ex-Presidente do Brasil e Presidente da Comissão de Relações Exteriores, meu Presidente Fernando Collor de Mello. Muito obrigado pela sua presença, meu Presidente.

Convido o Senador Armando Monteiro e o Senador Ciro Nogueira para trazerem até a Mesa o Ministro Falcão.

Antes de conceder a palavra ao Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão para sua exposição, quero comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores que acabo de receber o Ofício nº 760-CN, do Conselho Nacional de Justiça, 2012, Corregedoria Nacional de Justiça, Gabinete da Corregedora, Brasília, 12 de junho de 2102:

À S. Exª o Sr. Senador Eunício Oliveira
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal

Exmº Sr. Senador
Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira,
Cumprimentando V. Exª, dirijo-me por ofício para lamentar a minha ausência na sabatina de hoje, quando será arguido o meu colega e amigo, Francisco Falcão, com vista à indicação para o cargo de Corregedor Nacional de Justiça do CNJ. Compromisso inadiável agendado há mais de um mês em Curitiba, no Paraná, só isso pode justificar a minha ausência nesta tarde de hoje.
O Ministro Francisco Falcão é meu colega de Tribunal há mais de 13 anos. Juntos, fomos sabatinados no Senado, em 1999, quando ingressamos no Superior Tribunal de Justiça, compondo ainda juntos a 1ª Sessão, nascendo dessa convivência uma amizade fraterna e extremamente respeitosa.
À frente da Corregedoria Nacional, tive no meu colega, Francisco Falcão, o Ministro Falcão, apoio incondicional, especialmente nos momentos mais difíceis nesta Corregedoria.
Agora, quando se aproxima a sucessão, estreitamos as conversas, trocamos ideias, compartilhamos os problemas, enfim, estamos bem mais próximos em torno dos projetos da Corregedoria do CNJ.
Tudo isso está a indicar o que considero fundamental para a instituição: a continuidade do trabalho.
Com este depoimento, Sr. Senador Eunício Oliveira, quero desculpar-me mais uma vez pela ausência, o que já o fiz com o meu colega e amigo, Ministro Francisco Falcão.
Atenciosamente, – Ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça – Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Quero só registrar, Ministro Falcão, que esta foi a primeira vez que tive a oportunidade de fazer a leitura de um ofício, de uma carta tão afirmativa em prol de um sabatinado ou arguido nesta Comissão. Portanto, a V. Exª o registro da Mesa e da Presidência parabenizando-o antes do início da sabatina.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, vou dar a palavra a V. Exª. Deixe-me apenas concluir.

Vou pedir à Mesa e à nossa Secretária que tire cópias deste ofício e distribua a todos os Srs. Senadores. Também peço que verifique as autoridades – Ministros e Desembargadores – presentes para que eu possa fazer o efetivo registro.

Antes de conceder a palavra ao Ministro Falcão, vou conceder a palavra ao nosso Relator, Senador Vital do Rêgo, que apesar de estar presidindo a CPI mista veio aqui para, como Relator, dar uma palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, a responsabilidade pública e a importância desta reunião também nos chama e tem valores imensuráveis para mim. Na oportunidade que V. Exª faz a leitura desse ofício e talha na sua leitura, na condição de Presidente, com a justificativa da Ministra Eliana Calmon, toda a importância que tem, peço a palavra pela ordem e na condição de Relator da matéria, para prestar uma homenagem especialíssima à baiana de Salvador, Ministra Eliana Calmon, que se destacou nas suas funções no Ministério Público Federal, depois como Juíza Federal por mais de uma década, promovida ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e foi, sem dúvida alguma, nesta Comissão, de um valor imensurável nos debates que promovemos pela valorização do Conselho Nacional de Justiça.

O trabalho que a Ministra Eliana Calmon fez ao longo desses últimos anos enobrece o Senado, que pôde compartilhar com a Ministra os avanços que o CNJ produziu. Por isso que, na condição de Relator desta matéria, oportunamente presto esta homenagem quando iniciamos uma reunião que, para todos nós, é uma reunião histórica em que vamos apreciar, após a sabatina, a condução do Ministro Falcão ao cargo de Corregedor do CNJ na vaga do Superior Tribunal de Justiça.

Por isso as minhas palavras de emoção, de respeito, de admiração e de reconhecimento ao trabalho dessa mulher que engrandeceu os quadros do CNJ e também engrandece a Justiça brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, meu querido companheiro, Senador Vital do Rêgo, que foi o Relator do processo. Também agradeço ao Senador Armando Monteiro, que, tendo em vista que o nosso Senador Vital do Rêgo estava presidindo a CPI e o Armando foi, por nós aqui, pela Mesa, indicado relator *ad hoc*, leu o relatório proposto por V. Exª.

Antes de passar a palavra ao Ministro Falcão, eu quero registrar a presença do Desembargador Dácio Vieira, que também é Corregedor do Tribunal; do Professor Roberto Rosas, que foi professor da Mônica na UnB; do Desembargador Rogério Favretto; do jurista Caio Asfor Rocha; do Dr. Bruno Dantas, que é Conselheiro do CNJ; do Desembargador Marcelo Buhatem, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; do Dr. Emmanuel Campelo, indicado também para o CNJ pela Câmara dos Deputados; e das demais autoridades. Também quero convidar os Desembargadores para que tomem assento à última mesa, destinada aos senhores Senadores, nesta tarde de hoje.

Concedo a palavra, para que faça sua explanação, ao Ministro Francisco Falcão.

É tradição da Casa, Ministro Falcão, conceder quinze minutos nesses casos, mas V. Exª terá o tempo que desejar para fazer o seu pronunciamento na exposição que fará para os Senadores e para as Senadoras. Tem a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO – Eminente Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Alta Casa da República na pessoa de quem cumprimento todos os demais eminentes Senadores aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, quero, em primeiro lugar, consignar que me sinto profundamente honrado em comparecer a esta conspícua Comissão e submeter-me à arguição que se insere no rito a ser observado para a nomeação do cargo de Corregedor Nacional de Justiça. Coloco-me desde já à inteira disposição de V. Exªs para todas as indagações que reputarem necessárias e pertinentes.

Peço licença para breves palavras introdutórias.

Inicio pela própria criação do Conselho Nacional de Justiça, do qual o Corregedor é uma espécie de braço executivo.

O pano de fundo da realidade então vivida pelo Judiciário brasileiro e que desafiou o legislador no âmbito da reforma do Judiciário redundando na criação do Conselho Nacional de Justiça era deveras preocupante e, de certo modo, desalentador. No plano da jurisdição, tinha-se a morosidade como fator a atingir a credibilidade da Justiça brasileira, que, entretanto, era tanto ou até mais afetada por gravíssimos problemas situados na esfera de sua administração, que deram azo, inclusive, à CPI do Judiciário.

Não é meu propósito rememorar aqui o embate de ideias e questionamentos de toda ordem que precederam a criação do Conselho Nacional de Justiça, mas insta enfatizar a enorme importância que tiveram na formatação de um órgão altamente equilibrado, seja no tocante à sua composição, seja no que diz respeito à definição de suas competências. Com efeito, deve-se em boa parte à grande representatividade e à visão plural de sua composição o merecido conceito granjeado pelo Conselho Nacional de Justiça em tão curto espaço de tempo, além – cumpre assinalar – do ganho institucional de não passar para a sociedade a falsa impressão de corporativismo que inevitavelmente passaria caso fosse ele integrado apenas por magistrados.

O rol de competências, a seu turno, denota a grande preocupação com a melhoria dos serviços jurisdicionais de nosso País em todos os sentidos e com a imperiosa necessidade de modernização e aprimoramento da gestão administrativa, com eficazes meios de controle e fiscalização, sem nenhuma afronta no particular – é bom que se deixe isso bem remarcado – quer à autonomia dos tribunais, quer ao princípio federativo. Tampouco a independência jurídica dos magistrados no exercício da jurisdição viu-se atingida, ressalvada, por razões óbvias, a prestação jurisdicional viciada, em que a convicção do julgador cede lugar à ilicitude, em reprovável desvio de conduta, que não pode e não deve ficar impune. E não deve ficar impune na salvaguarda da prestação jurisdicional isenta e imparcial a que todos os que recorrem ao Judiciário têm direito.

É inquestionável que o Conselho Nacional de Justiça vem desempenhando um papel fundamental na cena judiciária brasileira. É um verdadeiro divisor de águas na história do nosso Poder Judiciário.

Se hoje preponderam em sua atuação as ações profiláticas e corretivas, isso se deve substancialmente ao caráter urgente de que as mesmas se revestem para que se restaure, o mais rapidamente possível, a credibilidade do Judiciário, se não totalmente perdida, fortemente estiolada.

A ninguém é dado ignorar a concomitância de medidas outras que estão sendo implementadas pelo CNJ, como vetor que é de modernização, aprimoramento do Poder Judiciário, tendentes a melhorar cada vez mais os serviços jurisdicionais na busca incessante da Justiça acessível, democrática, célere e qualificada, pela qual todos os brasileiros anseiam.

Em decorrência da honrosa indicação do Superior Tribunal de Justiça e na esperança de vê-la robustecida pela igualmente honrosa aprovação dos eminentes Senadores da República, estou prestes a exercer um dos mais importantes cargos do Poder Judiciário brasileiro. É uma investidura que, de um lado, enriquece sobremodo a minha trajetória funcional, mas, em contrapartida, de outro, representa um enorme desafio e impõe gravíssimas responsabilidades. Espero que a experiência por mim haurida no exercício de outros relevantes cargos que ocupei me ajude a enfrentar

esse desafio, cumprindo a contento a espinhosa, mas, sobre todos os títulos, edificante missão.

Ao falar de experiência, quero ressaltar especialmente as duas passagens que tive pelo órgão de supervisão administrativa e financeira da Justiça Federal, o Conselho da Justiça Federal.

Quando o integrei pela primeira vez, encontrava-me na Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e, na segunda passagem, já quando Ministro do Superior Tribunal de Justiça, exerci, de 2009 a 2011, o cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal. Para que V. Exªs tenham uma noção, ainda que superficial, do trabalho que ali desenvolvi, disponibilizei para os Srs. Senadores um relatório das inspeções procedidas nos quatro dos cinco Tribunais Regionais Federais do Brasil.

Quero afiançar-lhes agora, como fiz quando de minha posse no cargo de Corregedor da Justiça Federal, que meus atos de gestão serão inteiramente balizados pelo interesse público, com o timbre da austeridade e da transparência. Diligenciarei permanentemente em busca de resultados consentâneos com as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa sintonia se mostra fundamental no plano institucional.

Em minha atuação à frente da Corregedoria, pretendo, se aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado da República, priorizar as medidas de natureza preventiva, afinal de contas, como consagrado pela sabedoria popular, é bem melhor prevenir do que remediar. Indubitavelmente, o cuidado com a prevenção tende a reduzir a atividade censória. Asseguro a V. Exªs, contudo, que jamais tergiversarei quando a imposição da sanção se fizer necessária. Assim agindo, estou certo de que concorrerei para o resguardo da dignidade da magistratura brasileira, constituída em sua imensa maioria por juízes competentes, probos e comprometidos com os mais caros valores republicanos.

Espero em Deus que, nessa minha nova empreitada, jamais me falte a humildade, fazendo-me sempre receptivo a sugestões e aconselhamentos, e que nunca me faltem forças para me dedicar com determinação e total intensidade ao trabalho, predicados acentuados nas lições preciosas que recebi do meu saudoso pai, Djaci Falcão, meu exemplo de vida.

Encaminhando-me para o ponto final destas palavras, quero deixar aqui assinalado que espero contar com o apoio e a colaboração dos corregedores dos diversos ramos do Judiciário, no plano federal e estadual, para que se concretize a ideia de funcionamento sistêmico, facilitando o desempenho das funções comedidas a cada um de nós, com o que alcançaremos resultados extraordinários para a Justiça brasileira como um todo.

Encerrando, não posso deixar de registrar nesta minha nova caminhada que encontrei o terreno aplainado pela operosa e eficiente gestão da Ministra Eliana Calmon, que, com competência, visão institucional, determinação, e tudo perpassado pela coragem moral que sempre a caracterizou, vem realizando um notável trabalho à frente da Corregedoria Nacional de Justiça.

Com estas singelas palavras, eu agradeço a atenção de todas as senhoras e senhores Senadores que me ouviram. Muito obrigado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Falcão.

Registro com prazer também a presença do Desembargador Nelson Calandra, que é Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, a AMB.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, para fazer um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra, como relator, antes dos inscritos, o Senador Vital do Rêgo, porque ele está no ritmo da CPI.

Senador Vital do Rêgo, V. Exª tem a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade. O senhor me bote nos trilhos, num ritmo menos intenso do que aquele ritmo alucinante da CPI e com a candência da direção de V. Exª.

Quero, primeiro, agradecer a V. Exª. Todos nós, aqui na Comissão de Justiça... E olhe que estou com saudade destes encontros aqui na mais brilhante comissão da Casa sob o ponto de vista da ciência jurídica, que é a Comissão de Justiça – estou privado desses encontros, que acontecem sempre às quartas-feiras, em virtude de presidir a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito.

Num gesto bem paraibano, mais nordestino, pedi a V. Exª para relatar esta matéria. E divido com o meu querido Senador Armando Monteiro, que V. Exª, numa atitude...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Quero dizer que gostaria de relatar essa matéria.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Também V. Exª? Parece que muitos daqui queriam relatar essa matéria, mas este paraibano pediu primeiro e, como V. Exª, Senador Eunício, sabe distribuir bem essas relatorias e comunga com lealdades que lhe são muito comuns a quem lhe chega primeiro pedindo determinada matéria – vez por outra não sou atendido por V. Exª porque chega atrasado um dos meus pedidos –, desta feita, eu fui atendido por V. Exª. E quero dividir com todos os companheiros que estão aqui este relatório. Inicialmente, com o Senador Armando que,

em virtude de susto cardiocirculatório não pude estar aqui na última quarta-feira. Estou aqui de volta, feliz, graças a Deus, absolutamente recuperado, para dizer como é caro para o sentimento pernambucano, para o sentimento nordestino, para o sentimento pátrio, para o sentimento paraibano, para o sentimento nacional este momento que nós estamos vivendo.

Algumas palavras, algumas expressões podiam marcar muito este encontro: competência, eficiência, rapidez, respeito à magistratura, austeridade, transparência. Isso certamente povoará as palavras dos Srs. Senadores que haverão de sabatinar o Ministro Falcão. Francisco Falcão é um cidadão nascido em Pernambuco, como todos sabem, mas com profundas raízes na minha, na nossa Paraíba, Pedro Simon, Estado que eu tenho a honra de representar nesta Casa.

Sua vida, sua estória podem ser coroadas hoje neste Senado Federal. É muito honroso, para mim, dividir com os senhores a relatoria desta matéria. Primeiro, pela admiração que eu nutro a um magistrado que, recentemente, completou 60 anos de vida e que pode rever, nos atos desta sua vida, ou nos atos que marcaram esta sua vida e, na revisão desses fatos e na revisão desses atos, constatar que em nenhum momento da sua estória deslustrou a imagem e a memória do Ministro paraibano que embargou sua voz, agora há pouco, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Djaci Falcão, seu honroso pai. Não deslustrou, não deslustrará nunca, o Ministro Francisco Falcão que percorrer, até chegar ao cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça, uma carreira marcadamente pública. Foi assim na Prefeitura de Recife, foi assim como Assessor do Governo de Pernambuco e militante na advocacia de Pernambuco, do Pará, na advocacia da Paraíba. Mas a vocação herdada, esse fenótipo ou esse genótipo que marca a carga cromossômica de todos nós, alimentada pelo extraordinário exercício profissional ao longo destes últimos 23 anos, desde que foi indicado para a vaga relativa ao quinto constitucional de advogado no Tribunal Regional Federal, fez do Ministro, hoje Ministro Francisco Falcão, um dos mais eficientes magistrados da justiça brasileira.

Chegou ao STJ em 99. Nestes últimos 13 anos tem sido recordista em termos de aplicação, sentenças, em termo de aplicação jurisdicional. Eu confio muito em V. Exª, Ministro Falcão. Sei que ao final de seu pronunciamento, quando V. Exª disse do respeito e da admiração do terreno que já estava aplainado pela Ministra Eliana, que nós reverenciamos aqui, certamente V. Exª vai tornar este terreno como edificador de colunas e de torres que se consolidarão nesta sua gestão marcada pela eficiência, pela austeridade, pelas medidas de natureza preventiva e por fazer da Magistratura nacional digna de todos os brasileiros.

Vá com Deus e a confiança do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente; Srs. Senadores; Ministro Falcão, realmente se diz que o fruto não nasce longe da árvore e que pela árvore se conhece o fruto. Então, pelo seu pai, figura que aprendi a respeitar desde o tempo de faculdade, uma referência não apenas jurídica, no ponto de vista de suas ideias; mas, moral e ética no ponto de vista de suas atividades. Vejo com muita satisfação seu nome e sua indicação.

Interessante seus colegas atuais, os que passaram pelo Tribunal do Rio Grande com V. Exª, fazerem questão de me telefonar apenas para dizer da admiração, do orgulho que V. Exª representa.

Eu participei deste o início da organização deste Conselho. Amigo pessoal do Ministro Jobim, que era Presidente do Tribunal, acompanhei todos os passos, desde a ideia inicial até a consolidação do Conselho. No início, debatemos muito aqui no Senado. A gente achava que o Conselho deveria ser mais participativo e menos corporativo. Jobim nos disse à época que isso era para tirar e que não era para avançar o sinal porque não sairia e que, daqui a pouco, não sairia nem no Senado. Ele estava certo, absolutamente correto. Dizia ele: "Não se preocupe, na medida em que o Conselho for funcionando, o que vai imperar é a busca da verdade, não vai haver sentido corporativo ou coisa que o valha, porque quem estiver nesse Conselho vai querer buscar a verdade." E hoje eu não tenho nenhuma dúvida de que ele estava certo e foi realmente o que aconteceu.

Dizia ele a dificuldade da justiça brasileira. O Supremo não tinha poder nenhum com relação à administração, com relação ao andamento das coisas. O Supremo era supremo na hora da decisão das questões; agora, na hora do vencimento, na hora do fazer, na hora da execução, cada tribunal, cada juiz tinha sua autonomia. Daí a importância de um órgão que fizesse a corregedoria de tudo isso.

Confesso que o Conselho foi muito além do que eu imaginava nos seus aspectos positivos. Eu não dou muita importância nem significado às coisas graves que estão acontecendo, até porque elas já existiam, mas com o Conselho vieram à tona e com o Conselho não vão se repetir. Não há dúvida nenhuma de que estamos em um caminho absolutamente certo. Dos três Poderes, o Judiciário é o que toma essa iniciativa em primeiro lugar. Por conta própria, ela faz essa autocensura que aos poucos nos leva a uma posição concreta.

Vejo que o Judiciário foi muito feliz na escolha do Dipp, que foi o primeiro. Gaúcho, mas, apesar de gaúcho, tranquilo, sereno e que fez o que tinha de fazer e inicial muitas coisas de nossa querida Ministra Eliana, foram iniciadas no tempo do Dipp. Só que ele, mais silencioso, menos jornal, menos controvertido... Mas, justiça seja feita, fez o que tinha de fazer e iniciou essa história. Depois, vem a Ministra Eliana, baiana na expressão máxima de dizer, de falar, de expor as coisas, talvez até com um pouquinho (eu não acho), alguns podem até achar, de exagero, mas digna e no grau certo de retidão de fazer aquilo que deveria ser feito. Chegou a criar problema. Problema que, lá pelas tantas, o Supremo decidiu... Uma decisão, que seria a morte do Conselho, onde a Corregedora pedia autonomia, mas qualquer Corregedor estadual teria o direito de iniciar uma ação e, iniciada a ação pelo Corregedor Estadual em seu Estado, o Corregedor Federal tinha de esperar para que se decidisse lá e voltava-se tudo à estaca zero. O supremo, se não me engano, até por unanimidade, tomou a decisão de as coisas continuarem como estavam.

Eu acho que a Ministra Eliana foi muito competente e fez as coisas, talvez tenha exagerado na parte de imprensa, mas foi bom, porque as coisas vão tomar seu curso.

Eu diria que V. Exª vai ocupar o espaço mais importante. Dipp iniciou, em silêncio, mas começou; a Eliana fez a continuidade com espalhafato, mas continuou. V. Exª, talvez colocando as coisas nos devidos lugares, vai poder avançar em caráter definitivo.

Eu vejo, pela carta enviada pela Ministra Eliana, algo que, pelo amor de Deus, é uma apresentação. Ela diz, em primeiro lugar, que V. Exª esteve ao lado dela durante todo trabalho; que V. Exª esteve ao lado dela principalmente nas horas mais difíceis; que ela acompanhou V. Exª e que vou com emoção sua indicação. Eu fico muito feliz com isso.

Eu vou fazer uma pergunta... Porque eu vou fazer a pergunta?... Não era para fazer, mas eu vou fazer. Uma revista publicou que V. Exª, há quinze anos, quando era juiz em Recife, teria nomeado em seu gabinete um parente seu. Então, a revista faz essa indagação: "Mas é esse o homem que vai para a Corregedoria?" Os meus colegas lá do Rio Grande do Sul, e seus colegas, me falaram que esse é um assunto superado, até porque em uma época, lá atrás, não existia o fato que hoje é proibido e que não poderia ser, mas hoje, se acontece, é proibido, naquela época...

Eu perguntaria a V. Exª, se V. Exª voltasse hoje a ser juiz em Recife não o faria, mesmo que não fosse proibido... E isso não significa... quer dizer... que V. Exª não vai ter – e isso para mim é importante – a continuidade da ação dos dois que lhe antecederam. É importante para nós... quer dizer, é o óbvio! Mas, mesmo sendo o óbvio, é importante que eu pergunte para lhe dar a oportunidade de V. Exª responder e constar nos anais da história que V. Exª foi escolhido e que houve sua manifestação de que o que está sendo feito vai ser continuado e que teremos em V. Exª, por sua história e sua biografia, a continuidade no sentido de, graças a Deus, se Deus quiser, o Tribunal nos dar o exemplo e caminhando na frente, o que a gente não imaginava. O mais respeitado dos Três Poderes, o de maior credibilidade na opinião pública, veio a nu e colocou as coisas que deveriam ser postas e está corrigindo com muitíssima galhardia. Então, eu faço esta pergunta... V. Exª, no seu estilo, vai ser o estilo de seus antecessores. Seu caminho vai ser esse... E o que aconteceu há 15 anos, no passado, não tem nada a ver com o que será V. Exª daqui para diante. Com muita alegria, anuncio meu voto, meu carinho e meu respeito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Próximo orador inscrito, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Ministro Francisco Falcão, em primeiro lugar, quero apresentar a expressão de meu profundo respeito e admiração por sua atividade na Magistratura. Esse balanço alentado, pesado, já é uma garantia... sobretudo de que no próximo passo que o senhor terá em sua vida profissional, sairá com o mesmo brilho e com a mesma eficiência e mesmo rigor dos passos anteriores.

Mas minha pergunta se refere, Sr. Ministro, a uma das atribuições do Conselho Nacional de Justiça que é, exatamente, a de zelar pelo cumprimento, entre outros, do art. 37 da Constituição que tem, como um de seus princípios, a publicidade.

Ora, recentemente foi promulgada a Lei de Acesso às Informações Públicas. Há dificuldades generalizadas de diferentes órgãos públicos, seja da União, dos Estados, dos Municípios, dos poderes ao cumprimento da lei. Há toda fase ainda de adaptação, prevista, inclusive, pela própria lei. Eu pergunto a V. Exª que medidas V. Exª pretende tomar na Corregedoria Nacional de Justiça para que esta lei, o cumprimento desta lei se dê de uma maneira ampla e irrestrita, sem nenhum obstáculo pelo Poder Judiciário na sua totalidade. Há questões que foram já objeto de controvérsia, sobre vencimentos de juízes, de servidores. Como V. Exª encara a sua tarefa, a sua futura tarefa

no tocante a esse problema da implantação da Lei de Acesso à Informação.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

Pela ordem de inscrição, Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira; Exmº Sr. Relator, Senador Vital do Rêgo; Exmº Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Falcão; Srªs e Srs. Senadores; autoridades que vêm com sua presença prestigiar a sabatina a que hoje se submete, humildemente e de forma altiva, S. Exª, o Ministro Francisco Falcão, é com alegria que hoje, Sr. Presidente, Eunício Oliveira, eu participo, embora não sendo membro efetivo desta Comissão, deste momento em que estamos por ouvir de S. Exª, o Ministro Francisco Falcão, todas as iniciativas que S. Exª deseja realizar, deseja concluir como Corregedor do Conselho Nacional de Justiça após, naturalmente, a deliberação de S. Exªs, as Srªs e Srs. Senadores.

Eu gostaria, inicialmente, Sr. Ministro, de dizer a V. Exª da minha admiração pelo seu trabalho, que não vem de hoje, já vem de muito tempo, que já vem de meu pai com S. Exª, o Sr. Ministro Djaci Falcão, em outras épocas. Depois, já veio a nossa geração, em que tínhamos a oportunidade também de compartilharmos parte da nossa adolescência aqui em Brasília. Depois, V. Exª foi para o Recife e eu aqui permaneci. V. Exª se formou pela Universidade Federal de Pernambuco. Enfim, de lá, depois com o Governador Marco Maciel e Tribunal Regional Federal da 5ª Região; depois Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Corregedor-Geral da Justiça Federal e agora, com muito orgulho para nós, que compartilhamos essa satisfação de sermos nordestinos, vê-lo ser guindado a Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

É claro que V. Exª tem consciência – isso já teve oportunidade de numa conversa me revelar – da enorme responsabilidade que estaria ou está por recair sobre seus ombros, sucedendo um grande gaúcho, um grande Ministro – o Ministro Gilson Dipp – também agora substituindo a Ministra Eliana Calmon, que neste ofício lido, endereçado a S. Exª, o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira, dá conhecimento dos termos em que ela se refere a V. Exª. É mais um dos atestados da envergadura, do conhecimento jurídico da consciência que V. Exª tem do papel que vai lhe caber desempenhar nesse próximo biênio.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a Justiça brasileira estará muito bem entregue nas suas mãos na função de Corregedor e nas questões que lhe chegarem às mãos. V. Exª, como Corregedor-Geral da Justiça Federal, deu também uma demonstração clara da sua eficiência no julgamento dos processos e no andamento dos processos que lhe chegaram às mãos. No seu período: 197 processos administrativos, 19 pedidos de providência, uma correição parcial extraordinária, 15 procedimentos de controle administrativo, 5 inspeções, 4 representações por excesso de prazo, 7 recursos disciplinares de Magistrado, 9 recursos disciplinares e 7 procedimentos administrativos disciplinares.

Eu não posso deixar de me referir, porque não esqueço, são detalhes e os detalhes às vezes fazem a grande diferença. V. Exª foi tido como um dos melhores Corregedores-Gerais da Justiça Federal do nosso País, não somente pela eficiência do seu trabalho, mas pela profundidade do seu conhecimento jurídico, pela impessoalidade que domina as suas decisões e pela forma sempre correta com que recebe todos aqueles litigantes, V. Exª no papel de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Por isso, nas minhas palavras, Sr. Presidente, não dirigiria nenhuma pergunta a S. Exª, o Ministro Falcão. As minhas palavras são somente no sentido de dizer da minha alegria, da minha satisfação de ver o Ministro Francisco Falcão sendo agora aprovado por esta egrégia Comissão de Constituição e Justiça como o novo Corregedor do Conselho Nacional de Justiça. Aqui há um integrante do Conselho Nacional de Justiça, que é o Dr. Bruno Dantas, que saiu desta Casa, conselheiro desta Casa, do Senado da República, um dos mais brilhantes consultores que nós aqui já tivemos no Senado da República é hoje membro do Conselho Nacional de Justiça. V. Exª, tenho certeza, sabe que poderá contar com ele nessa árdua tarefa que lhe caberá como novo Corregedor do CNJ.

Portanto, Sr. Ministro, desejo-lhe o melhor sucesso, o melhor êxito, continuado êxito na sua carreira como Magistrado e dizendo que torço para que nesse seu período se repitam todos os êxitos que V. Exª vem alcançando ao longo de sua carreira.

Seja muito feliz, Exmº Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Falcão!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente Collor, que também é Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu registro com prazer a presença da Juíza Renata Gil, que é Vice-Presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros; do Conselheiro Marcelo Nobre, do CNJ; do Juiz-Auditor Militar José Barroso Filho, Presidente da Amajum; do Dr. Djaci Falcão Neto, advogado e filho de V. Exª, Mi-

nistro Falcão e do Desembargador Nelson Calandra, Presidente da AMB.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Aécio Neves. Tem a palavra V. Exª, Senador Aécio Neves

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Ilustre Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira, caríssimo amigo, ilustre Relator, Senador Vital do Rêgo, Srs. Senadores, ilustre Ministro Francisco Falcão, sabe V. Exª que esta Comissão de Justiça, dentre outras inúmeras atribuições, tem esta, a de sabatinar candidatos a membros dos Tribunais Superiores, membros dos Conselhos Nacionais, seja do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça e, ao longo desses últimos 18 meses dessa nova Legislatura, tivemos aqui, Ministro Falcão, a oportunidade de, cumprindo com o nosso dever, sabatinar inúmeros ilustres membros desses Poderes, ou desses Colegiados aos quais me referi. Mas eu devo confessar a V. Exª que desde que aqui cheguei, em fevereiro do ano passado, nenhuma sabatina, ou nenhuma indicação que chega a esta Comissão me traz tanta alegria quanto a de V. Exª. Conheço sua trajetória, não apenas por amigos próximos e comuns que temos, mas pelo testemunho, em especial dos seus pares.

Nelson Rodrigues nos ensinava há décadas que a unanimidade quase sempre é burra, mas eu acho que ele não se importaria que abríssemos uma exceção para o caso de V. Exª, reproduzido ou externado com clareza por sua indicação por unanimidade pelos seus pares para o cargo de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça. Mas sempre me chamou muito a atenção, independentemente da questão geracional interna, dentro do Superior Tribunal de Justiça, independentemente da região de onde vinham ou de onde se originaram os Srs. Ministros. Sobre V. Exª sempre se podia ouvir uma palavra de respeito e isso para nós é extremamente revelador. V. Exª, que é discípulo, não apenas nas letras, mas na sua formação humanística do grande Ministro Djaci Falcão, chega aqui neste Colegiado com uma expectativa de todos os seus membros extremamente positiva. Positiva porque o cargo de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça nos últimos anos vem tomando uma importância crescente, desde o trabalho iniciado por Gilson Dipp no início do funcionamento do Conselho, depois sucedido por Eliana Calmon, como diz aqui o grande Ministro Governador, Senador Pedro Simon, cada um ao seu estilo, mas a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça se transformou quase que numa janela aberta, por onde a população, a sociedade brasileira poderia colocar os seus olhos e conhecer um pouco mais profundamente o funcionamento do seu Poder Judiciário, um dos pilares fundamentais da nossa democracia.

Portanto, cada vez mais será cobrado do Conselho Nacional, ou da Corregedoria em especial e do próprio Conselho em última instância, sempre essa interlocução, sempre essa capacidade de trazer a realidade do funcionamento da Justiça a todos os cidadãos que dela dependem, em especial os mais desprovidos de outros acessos, que não seja a própria imparcialidade e celeridade da Justiça.

Portanto, V. Exª, no momento em que assume a Corregedoria do Conselho – ou que vem a assumir a partir desta sabatina – a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, sabe da responsabilidade que terá ao avaliar a conduta profissional, a conduta funcional de todo Poder Judiciário com as pressões naturais que um cargo dessa responsabilidade certamente lhe trarão. Mas a sua experiência, a sua vivência, as uma serenidade e a respeitabilidade que adquiriu ao longo de toda a sua trajetória dá a todos nós a segurança de que o Conselho – e a Corregedoria, em especial – permitirão o avanço, permitirão que a confiança da sociedade brasileira nesse Poder possa continuar avançando.

Eu quis buscar uma máxima, algo que pudesse reproduzir um pouco o sentimento que este modesto parlamentar das Minas Gerais tem em relação a V. Exª e busquei uma que me parece que sintetiza, por mais singela que seja, em parte o perfil de V. Exª, do ilustre Ministro Francisco Falcão, com seu enorme conhecimento jurídico, mas com sua amabilidade, com sua simplicidade no trato com todas as pessoas, independentemente da sua dimensão social, profissional, enfim, e da posição que ocupe.

Uma antiga máxima, que certamente os juristas aqui, como o ilustre Senador Aloysio, dentre tantos, conhece muito bem dizia que mais vale um juiz bom e prudente que uma lei boa. Com um juiz mau e injusto, uma lei boa de nada serve, pois no julgamento ele a desvirtua e a torna injusta a seu modo.

Por isso, Ministro Falcão, tenho certeza de que a sua ascendência, a sua posse no cargo de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça nos dá a certeza de, em primeiro lugar, da bondade – ouso dizer – e da prudência de julgar somadas à imparcialidade e à firmeza, que são marcas definitivas da trajetória de V. Exª.

Feito, portanto, esse rápido preâmbulo, deixo apenas para constar desta sabatina. Há três questionamentos que eu acho que seria interessante que este Plenário pudesse sobre eles conhecer a posição de V. Exª. Aqui, em outros debates que tivemos, em outras sabatinas que envolveram membros do Conselho Nacional de Justiça ficou muito claro que existem

posições divergentes. Se o senhor pudesse, de forma simplificada trazê-las. De um lado, aqueles que acham que o Conselho Nacional de Justiça deveria ser objetivamente um órgão fiscalizador, punidor e de controle efetivamente dos atos da Magistratura. Objetivamente essa deveria para alguns ser a prioridade absoluta do Conselho Nacional de Justiça. Para outros, o Conselho deveria ter uma dimensão diferente, nem maior nem menor, mas diferente. Deveria ser um órgão formulador de novas políticas que pudessem garantir uma maior celeridade, uma maior eficiência às decisões judiciais e uma aproximação maior da justiça com a sociedade que ela deve representar.

Gostaria, portanto, de ouvir de V. Exª, na sua visão, com a sua experiência, qual dessas atribuições seriam prioritárias para o Conselho Nacional de Justiça ou se uma simbiose entre ambas.

Faço uma segunda indagação. Recebi recentemente, Senador Aloysio Nunes, membro da Associação dos Magistrados Brasileiros com uma demanda que provavelmente chegou a outros membros deste Senado, uma demanda de ampliação dos cargos para magistratura dentro do Conselho Nacional de Justiça, numa visão de que, como esse é um conselho nacional da Magistratura, ela estaria sub-representada e, portanto, haveria necessidade de uma ampliação do colegiado. Gostaria de saber de V. Exª, que acompanha tão de perto – como disse mais uma vez o Senador Pedro Simon – o trabalho deste Conselho, ao lado inclusive da Ministra Eliana Calmon, se V. Exª concorda com essa eventual postulação e consequente alteração.

Ao final, sabe V. Exª que sou um homem do interior das Minas Gerais, de São João Del Rei, a mesma São João de Tancredo, um admirador permanente de seu pai, o Ministro Djaci. Me chamou sempre muita atenção... Um dos pontos, se pudesse destacar um, onde é perceptível, é claro, o avanço da justiça brasileira – é claro para todos os cidadãos, independentemente também do nível de conhecimento, de formação que tenho – diz respeito ao juizados especiais, juizados de conciliação. Portanto, gostaria de saber de V. Exª o que pode ser feito para aprimorar esses juizados especiais, o que pode ser feito através do próprio Conselho Nacional de Justiça, no sentido não de aperfeiçoá-lo, mas aproximá-lo ainda mais dos cidadãos que dele dependem.

Ficam aqui essas três indagações a V. Exª e a alegria pessoal desse seu admirador pela possibilidade de os brasileiros terem – espero eu a partir dos próximos dias – V. Exª sucedendo Gilson Dipp, Eliana Calmon e avançando no trabalho de Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Falcão, conheço V. Exª há algum tempo, aliás, tive a oportunidade e a honra de presidir a CCJ quando V. Exª foi indicado para exercer as funções de Ministro do STJ, que é a nossa mais alta corte de Justiça para matérias infraconstitucionais. Lá só chega quem tem preparo.

No STJ, não conheço ninguém que não esteja preparado para desempenhar suas funções. São todos juízes de qualidade, que exercem suas funções com muito equilíbrio, mas, dentre eles, destacam-se alguns por uma característica que V. Exª tem, guarde bem, que é a capacidade de liderança, que reputo fundamental para o exercício da Corregedoria do CNJ.

Não invejo a missão de V. Exª, porque o CNJ foi...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Agripino, permita-me interromper V. Exª para convidar o Ministro Cesar Asfor e o Ministro Gilberto Martins para se sentarem aqui compondo a nossa Mesa. Peço desculpas a V. Exª por tê-lo interrompido.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Ministro Cesar Asfor e o Ministro Humberto Martins, que nos honram muito com suas presenças.

Eu dizia, Ministro Cesar Asfor e Ministro Humberto, e é até bom que seja na presença de V. Exªs, que o STJ é a corte de Justiça mais alta do País para decisão e julgamento de matérias infraconstitucionais e que lá não chega quem não está preparado para exercer essas funções. São todos homens e mulheres de alta qualificação. No STJ, as pessoas conseguem se diferenciar pela capacidade de liderança: alguns formam opinião.

Eu dizia que o CNJ foi o órgão criado pela reforma do Judiciário. Acompanhei muito de perto porque presidi a CCJ naquela época e até designei o Senador José Jorge. O CNJ foi criado com a missão específica de ser o órgão de investigação do mal feito, do incorreto, no âmbito da Justiça como um todo. É uma espécie de órgão de auditoria, e o corregedor é o fiscal dos fiscais.

Dizia que a missão é ingrata de V. Exª porque V. Exª vai ter, ao lado do seus pares do CNJ, a missão muitos vezes de fiscalizar os seus iguais, os seus pares. É sempre muito duro. Essa missão se reserva normalmente àqueles que têm a capacidade de liderar, porque a liderança impõe respeito, naturalmente a liderança impõe respeito.

O STJ levou, evidentemente, na hora em que escolheu o nome de V. Exª, Ministro Falcão, em consideração o seu predicado especial: a capacidade de liderar, o seu jeito afável, manso de não querer impor nada, mas de, pela simpatia, ser capaz de sintonizar pensamentos e exercer lideranças. Digo isso na presença de um ex-Presidente do STJ, que é o Senador Asfor Rocha, que é outro líder da Casa, e sem demérito da capacidade do Ministro Humberto, por quem tenho o maior respeito e consideração.

Levando em consideração essa sua peculiaridade, tenho duas indagações. O STJ é repositório de talentos e esses talentos, com o passar do tempo, envelhecem. Há uma lei que tenho minhas considerações sobre ela e que obriga que Ministros, ao completarem 70 anos, aposentem-se compulsoriamente. Em princípio, não concordo. Claro que isso mexe com a gradação da carreira, mas os melhores talentos, as figuras mais maduras, pela compulsória, aos 70 anos, são obrigados a deixar a Corte. Talvez muitos deles, no melhor dos seus momentos, são obrigados a deixar a Corte. Gostaria de conhecer o seu pensamento sobre isso. Sei que é um tema delicado, mas gostaria de conhecer o seu pensamento, porque essa é uma oportunidade que temos.

O juiz tem, na independência, a razão maior de exercer a sua função. O exercício das punições ou das auditorias que o CNJ impõe pela obrigação de exercer o seu papel pode inibir, em alguns momentos, a independência do Juiz, pode criar algumas dificuldades. O juiz precisa ser audacioso. A independência e a audácia são irmãs gêmeas e gostaria de conhecer o pensamento de V. Exª sobre como deve atuar a Corregedoria e o CNJ para não inibir a capacidade de independência no julgamento de um juiz.

Eram essas as questões que gostaria de fazer, com a manifestação evidente de apreço ao conterrâneo pernambucano. Somos vizinhos de Estado. V. Exª não está sendo sabatinado, V. Exª está sendo exaltado, homenageado, a começar pelo Senador Pedro Simon. Todos que falaram aqui exaltaram a sua figura. Eu apenas ousei fazer essas provocações, de conterrâneo para conterrâneo que confia muito no brio do exercício da missão para a qual V. Exª está indicado e, com certeza, vai lograr êxito pela CCJ do Senado e pelo Plenário do Senado.

Eram as questões que tinha a fazer, com o meu elogio ao STJ pela escola do seu nome e pela indicação do seu nome, que, tenho certeza, vai passar por larga margem nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Agripino.

Próximo inscrito é o Senador Armando Monteiro, a quem dou a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadores Eunício e Vital do Rêgo, Srs. Ministros Cesar Asfor e Humberto Martins – e uma saudação especial ao nosso Ministro conterrâneo Francisco Falcão:

Quero destacar, Ministro Falcão, a minha alegria em vê-lo merecedor de todas essas homenagens que lhe foram aqui tributadas, como reconhecimento a uma trajetória que tem sido pontilhada por exemplos de correção no desempenho de suas funções em já quase 22 anos, salvo engano, de judicatura, dos quais 13 anos já, salvo engano, na condição de Ministro do STJ.

V. Exª pôde, durante essa trajetória, exercer a Corregedoria Regional do Tribunal da 5ª Região. V. Exª presidiu o Tribunal Regional da 5ª região e pôde, depois, no biênio 2010/11, ser Corregedor-Geral da Justiça Federal. V. Exª tem uma trajetória onde há indiscutivelmente um acúmulo. V. Exª dispõe de credenciais que são inquestionáveis para poder se desempenhar muito bem no cumprimento dessa nova missão, que, tenho certeza, a partir dessa sabatina, lhe será confiada pelos nossos Pares e referendada pelo Plenário do Senado Federal.

Quero lhe dizer que, como conterrâneo, como companheiro de geração, sinto-me feliz por vê-lo guindado a esta situação. Quero também destacar o momento em que tive e que pude compartilhar a sua emoção quando V. Exª lembrava da figura extraordinária do grande paraibano, do grande ministro, pernambucano e paraibano, porque Paraíba e Pernambuco têm uma relação muito próxima. Essa fronteira é rigorosamente virtual e precisaria até evocar Odilon Ribeiro Coutinho para dizer que João Pessoa é o mais aprazível bairro de Recife.

Queria dizer a V. Exª que fico muito feliz em vê-lo consagrado nessa sessão memorável. Quero, ao final, introduzir uma pequena questão para provocar, estou certo, uma opinião de V. Exª sobre uma questão que me parece pertinente.

Sabemos que o grande desafio é a prestação jurisdicional. Todos reconhecem que, na Justiça brasileira, em que pesem as dificuldades que decorrem dos códigos de processo, do grande número de recursos que contribuem para que essa prestação jurisdicional seja menos célere, os tribunais deste País têm desempenhos muito pouco homogêneos no que diz respeito à produtividade dos tribunais. Creio que Corregedoria tem também o papel de atuar para induzir a troca de experiências e, sobretudo, estabelecer parâmetros de produtividade que consagrem essa ideia de uma emulação no desempenho desses tribunais, de modo

que se eleve a produtividade, que é algo tão importante para melhorar o desempenho da Justiça em nosso País. Pergunto a V. Exª o que a Corregedoria poderia fazer para tornar mais homogêneo o desempenho, sobretudo na perspectiva de ganhos de produtividade, que são necessários.

Muito obrigado.

Quero mais uma vez me congratular com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo orador inscrito Senador Ciro Nogueira.

Tem a palavra V. Exª Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Ministros, Ministro Falcão, meu querido Ministro Cesar, Ministro Humberto:

Fico muito feliz por estar aqui presente nesta Casa em um momento ímpar para a Justiça brasileira. Estamos aqui para fazer a sabatina daquele que vai conduzir o CNJ em substituição ao trabalho magnífico que a nossa Ministra Eliana desenvolveu nos últimos anos.

Não consigo ver, como se diz na minha terra, ninguém mais talhado para esse desafio, Ministro, do que uma figura com a sua história, com o seu currículo, com a sua experiência. É uma experiência de vida brilhante pelos cargos que já ocupou, pelos cursos que já fez. Observo, olhando um pouco o seu currículo, que há uma busca constante por reciclagem, o que é importante para qualquer magistrado.

Fico muito feliz e tenho certeza de que o CNJ estará em boas mãos nos próximos anos. Acho que o senhor vai ter uma oportunidade de ouro. O senhor sempre foi um homem do diálogo, de ter colegas e conselheiros de pessoas do quilate do Ministro Cesar Asfor Rocha, do Ministro Humberto. Tenho a convicção de que o senhor desempenhará um grande trabalho.

Tenho dois questionamentos para fazer. O primeiro já foi feito aqui pelo nosso grande Senador e Líder José Agripino e diz respeito à votação dos 75 anos. Uma luta que tenho há muito tempo é a votação dessa matéria. Acho que o que está envolvido hoje não é o argumento de quem é contra ou a favor, mas sim o interesse de se nomear novos ministros. Acho que esse é o menor de todos os argumentos que temos hoje nesta Casa. Espero que nos próximos meses, ao menos, tenhamos a decisão correta de colocar essa matéria em votação para que o plenário seja soberano. Não consigo imaginar, sei que vai demorar ainda uns 15 ou 20 anos, mas já pensou o STJ sem figuras como o Ministro Cesar Asfor Rocha e o Ministro Humberto? Vai demorar muito ainda, eu sei, mas já fico com medo de que isso um dia aconteça. Tem mais 15 ou 20 anos, pelo que estou vendo, pela idade que eles têm.

O outro questionamento, Ministro, para finalizar, é sobre sua visão a respeito da Lei de Improbidade Administrativa. O que o senhor acha que pode ser aperfeiçoado nesta Casa? Qual sua visão sobre o que poderia acontecer?

Mas minhas palavras são de homenagem, homenagem à sua trajetória. Tenho uma expectativa muito positiva do que o senhor vai produzir junto com um plenário de pessoas capacitadas, que estão ao seu lado. Saúdo, também, a presença do Dr. Bruno, que é um grande representante desta Casa, uma figura muito querida que vai ser um grande auxiliar e que vai ajudar-lhe muito nesse trabalho de tornar a nossa Justiça mais transparente e mais acessível à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre Ministro Francisco Falcão, Ministro Cesar Asfor Rocha, Ministro Humberto Martins, sejam bem-vindos ao Senado.

O Conselho Nacional de Justiça, penso, com a Emenda Constitucional nº 45, muda a realidade do Judiciário Nacional. Como todos sabemos, até a Emenda Constitucional nº 45, nós tínhamos cada tribunal como uma ilha, cada presidente de tribunal como um soberano dentro dessas ilhas. O CNJ faz essa unificação do Poder Judiciário, que deve ser nacional, nos dizeres do Ministro Peluso, quando Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Penso que a indicação de um Ministro do Superior Tribunal de Justiça para o CNJ se reveste de uma particularidade. V. Exª chega aqui como Ministro do Superior Tribunal de Justiça e não há que se falar que um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, ao menos em tese, não tenha a idoneidade moral para compor o Conselho Nacional de Justiça, tanto que é Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Parto dessa premissa e faço algumas indagações a V. Exª a respeito da sua posição como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

V. Exª acredita que um conselheiro do CNJ pode ter 30 anos e julgar um Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, administrativamente, no CNJ? A Constituição não estabelece idade mínima para ser conselheiro do CNJ. Como um conselheiro de 31 anos não pode ser Ministro do STJ, porque nós sabemos que para ser Ministro do STJ, pelo art. 104 da Constituição, é preciso ter no mínimo 35 anos, e pode julgar administrativamente um Ministro do Superior Tribunal de Justiça? Qual é a ideia de V. Exª sobre essa idade mínima?

A segunda indagação diz respeito ao conflito entre a segurança jurídica e a moralidade. Nesse conflito entre a segurança jurídica – o prazo de cinco anos para ajuizamento, o prazo decadencial de cinco anos para que as ações sejam manejadas – e a moralidade prevista na Constituição, na opinião de V. Exª, o que deveria prevalecer: a moralidade ou a segurança jurídica?

Outra indagação, V. Exª entende que um corregedor, e V. Exª será corregedor, e eu conheço a sua experiência como corregedor do TRF da 5ª Região e depois do Conselho Federal – V. Exª foi corregedor e eu acompanhei, como Procurador da República, a sua sabatina para a assunção ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, nessa função de corregedor –, está apenas qualificado para punir ou para auxiliar, educar, na realização de atos lícitos? Porque nós sabemos a grande crítica que a Ministra Eliana Calmon recebeu como corregedora.

E aqui eu quero render homenagens ao Ministro Dipp e depois à Ministra Eliana Calmon, como corregedores do Conselho Nacional de Justiça, porque eles mostraram à sociedade que, como existem políticos que cometem ilícitos – Senadores, Deputados, Governadores, políticos –, e eu tenho orgulho de ser político, existem magistrados que também cometem ilícitos. E esse "pus" deve ser retirado para fora. Nós não podemos aqui guardar o lixo para baixo do tapete. Na função de corregedor, qual é a ideia de V. Exª a respeito disso?

V. Exª será Peluzziano ou será mais voltado para a Ministra Eliana Calmon, calmoniano?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Falconiano, muito bem.

Eu queria ouvi-lo sobre isso.

E uma última indagação a V. Exª. Nós sabemos da resistência dos Tribunais de Justiça a essa correição por parte do Conselho Nacional de Justiça. Isso tem que ser dito. Infelizmente, alguns não querem que a luz do sol seja um detergente nos Tribunais de Justiça. O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso tem sido cliente assíduo da corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, apesar da competência e do trabalho seriíssimo que vem sendo desenvolvido agora pelo Presidente do TJ, Desembargador Rubens e o Corregedor, Desembargador Márcio Vidal. Mas o que V. Exª fará para quebrar essa resistência e o nome, o termo é esse, dos Tribunais de Justiça, a essa função nobre do Conselho Nacional de Justiça?

Muito me alegraria ouvi-lo sobre essas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como último orador inscrito para arguir o Ministro Falcão, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. Em seguida vou encerrar a discussão, a arguição, vou dar a palavra ao Ministro Falcão para fazer as respostas aos Srs. Senadores e darei início ao processo de votação.

Tem a palavra V. Exª, Senador Romero Jucá, já quase sem voz.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Eunício Oliveira, quero saudar o Ministro César Asfor, saudar o Ministro Humberto Martins, saudar o relator Vital do Rêgo...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Engraçado, Sr. Presidente. No tempo de líder, ele nunca perdeu a voz. Durante os oito anos de líder, ele nunca perdeu a voz. *(Risos.)*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois é, mas hoje a voz está meio ruim porque eu estava lendo o relatório da Medida Provisória nº 563. O relatório era muito extenso e a gente estava num debate muito forte. Tenho que voltar a ser líder, não é?

Mas eu quero saudar o Ministro Francisco Falcão.

Em rápidas palavras aqui, todos foram unânimes nas qualidades da forma como o Ministro Francisco Falcão atua na sua vida profissional. Estive aqui quando o Ministro Francisco Falcão foi sabatinado pela primeira vez no STJ. Votei com muita tranquilidade porque conhecia a sua história, conhecia o seu passado, a história da sua família. Como pernambucano, conterrâneo que sou também, conhecia profundamente todas as suas qualidades. Votei com tranquilidade. Vimos, ao longo de todos esses anos, que o voto do Senado, o voto de confiança do Senado, que maciçamente aprovou o nome do Ministro Francisco Falcão, foi um voto correto porque o Ministro Francisco Falcão engrandeceu o STJ, engrandeceu a história jurídica brasileira.

Então, mais uma vez, nós estamos aqui vendo a sabatina, todos com confiança. A Casa unanimemente tem a confiança de que o Ministro Francisco Falcão vai exercer o seu papel com competência, dignidade, honestidade, como o tem feito. Portanto, só me resta aqui registrar a minha satisfação de ver um ilustre pernambucano, um ilustre conterrâneo, um amigo de longos anos, exercendo o papel que vem exercendo o Ministro Francisco Falcão.

Para deixar apenas um quesito. Como deve atuar a Corregedoria junto aos cartórios? Falaram aqui de outras questões, mas vamos tratar da questão operacional dos cartórios. Queria saber, também, a opinião de V. Exª, saudando V. Exª e parabenizando já pelo resultado que vai haver na CCJ e, depois, no Plenário, com certeza, de uma aprovação maciça, a Casa re-

conhecendo a condição que V. Exª tem para fazer um grande trabalho no CNJ, na Corregedoria.

Meus parabéns pela sabatina. Eu gostaria de ter essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se não fosse a presença do Ministro César Asfor hoje, eu ia estar muito enciumado, profundamente enciumado, Senador. Todo mundo aqui é pernambucano. Já disseram que a Paraíba é uma extensão de Pernambuco. Eu lembro bem que, no Ceará, era Conselho Regional de Administração do Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Concedo a palavra ao Ministro Falcão para as respostas aos Srs. Senadores na sua arguição. Tem a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO – Senador Pedro Simon, quanto à questão de contratação de parentes, fato ocorrido há 15 anos, quando não havia nenhuma legislação que proibisse, era uma prática comum nos Poderes da República. Eu, inclusive, depois, fui favorável – Ministro Jobim é testemunha – a essa lei contra o nepotismo em todos os Poderes. Hoje sou um grande fiscalizador. Fiz isso numa inspeção que fiz no Tribunal Regional Federal de São Paulo. Talvez por isso esta notícia tenha saído em um dos jornais. Já deve ter sido algum recado que estão querendo me mandar. Mas eu não tenho receio nem tenho medo de recado de ninguém. Vou continuar o meu trabalho com o rigor que for necessário.

Quanto à pergunta do Senador Aloysio, quero dizer que sou plenamente favorável à Lei da Transparência. A lei tem que ser para todo mundo. Funcionário público tem que ser transparente, tem que ter a vida aberta, pública. Ninguém pode ter vida escondida. Quem está no serviço público tem que ser transparente, tem que ser claro e tem que estar aberto. Eu defendo uma posição que alguns não concordam. Nos Estados Unidos, todos nós sabemos, não existe sigilo bancário nem sigilo fiscal. Servidor público não deve ter. Eu defendo que as pessoas que estão ocupando cargo público têm que ter o máximo de transparência.

Quanto à pergunta do eminente Senador Aécio Neves, eu acho que o CNJ tem que ser, sim, um formulador de trajetórias, de decisões administrativas, mas tem que ser ao mesmo tempo um órgão fiscalizador porque nós sabemos que, se deixarmos a fiscalização de forma exclusiva nas corregedorias locais, a coisa não funciona, tanto não funciona que foi criado o CNJ. Eu pretendo trabalhar em parceria com os corregedores.

No primeiro momento, nós vamos dar toda ênfase ao trabalhado das Corregedorias. Onde não houver a punição pelas Corregedorias vai entrar o Conselho Nacional de Justiça, e vai entrar com mão de ferro, podem ter certeza quanto a isso. Eu não tergiversarei quanto a esse posicionamento, com transparência, com amplo direito de defesa, procurando preservar a imagem dos magistrados. Eu jamais levarei nenhum magistrado à opinião pública sem que ele primeiro seja julgado e tenha o seu amplo direito de defesa.

Quanto à questão da ampliação do CNJ, acho que está de bom tamanho a composição de quinze membros, até porque órgão grande não funciona. À medida que os tribunais vão crescendo vão ficando improdutivos e as brigas vão se generalizando por grupos. Acho que a composição de quinze é uma composição de bom tamanho.

Quanto aos juizados especiais, todos nós sabemos que, exatamente para que não seja necessário o aumento dos tribunais, temos de cada vez mais incentivar o funcionamento e o aperfeiçoamento dos juizados especiais, fazer mutirão como, aliás, nós fizemos em parceria com o CNJ, o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça. Fizemos um mutirão no Tribunal da 1ª Região, com sede em Brasília, e no Tribunal da 3ª Região, com sede em São Paulo, onde, até o final desse mutirão, que vai ocorrer no mês de setembro de 2012, serão julgados mais de 150 mil processos.

A pergunta do Senador Agripino, quanto à questão... Estou sendo rápido porque o Presidente está me cobrando pressa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode ficar à vontade.

O SR. FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO – Quanto à questão dos 70 anos, vou dar como exemplo a história de um magistrado de 44 anos, meu pai. Foi juiz desde a longínqua Comarca de Serrita, no interior de Pernambuco, e chegou à Presidência do Supremo Tribunal Federal. Ao completar 69 anos chegou para mim e disse: meu filho, estou pensando em me aposentar. E eu disse a ele: mas, meu pai, o senhor não vai advogar, o senhor sempre foi juiz. E ele me disse: mas, estou muito cansado. Sempre mantive o meu trabalho em dia e está na hora de ir para casa, até para não desmanchar todo esse trabalho que fiz durante quarenta e quatro anos. Não aguento mais, estou cansado e preciso descansar. Então, diante dessa reflexão, imaginem os Senhores uma pessoa que foi juiz por quarenta e quatro anos chegar aos 69 anos, podendo ficar mais um ano no Supremo, mas ele foi tão correto que achou que estava na hora de se aposentar, estava cansado, ele não ia mais produzir como produzia antes. Então, eu acho que a idade de 70 anos está de bom tamanho. Eu até seria beneficiário, teria mais cinco anos, se fosse o caso, no STJ, mas acho que 70 está de bom tamanho, até por que precisamos

oxigenar o Poder Judiciário, precisamos renovar. Sou contra o aumento da idade limite para 75 anos.

Quanto à questão da independência do juiz na decisão judicial, acho que a posição do CNJ vai ser no sentido de que só vamos intervir no posicionamento do juiz na decisão judicial quando essa decisão judicial estiver contaminada, quando essa decisão judicial estiver viciada. Fora isso, temos de assegurar ao juiz a sua independência para decidir e julgar com a sua livre convicção. A função do CNJ é administrativa e de traçar diretrizes para o bom funcionamento do Poder Judiciário. Agora, quando houver desvio de conduta na decisão judicial, o CNJ tem de estar presente.

Quanto à pergunta formulada pelo Senador Ciro Nogueira quanto à questão da Lei da Improbidade, que está completando vinte anos, é da época do nosso ex-presidente Fernando Collor, ela tem trazido uma grande transparência para os atos da Administração Pública, embora, aqui e acolá, esteja havendo algum abuso por parte do Ministério Público. Mas esses abusos o STJ corrige quando for o momento oportuno.

Quanto à pergunta do eminente Senador Pedro Taques – vou começar pela última –, se eu estou na linha Peluso ou Eliana, eu respondo a V. Exª que eu estou numa posição intermediária. Eu estarei numa posição de equilíbrio, de preservação da imagem da magistratura. A magistratura precisa ter credibilidade. Nós temos que ter um Judiciário com credibilidade. Nós não podemos desmoralizar o Poder Judiciário e, ao mesmo tempo, temos que ser duros quando houver desvio de conduta.

Quanto à questão dos trinta anos para o Conselheiro do CNJ, eu acho que está de bom tamanho essa idade. Nós precisamos de gente nova. O Judiciário está se renovando. Exemplo disso é que temos aqui o nosso Conselheiro, jovem Conselheiro, que já foi elogiado por todos os senhores, o Bruno.

Quanto à questão da segurança jurídica e da moralidade pública, eu acho que temos que dar ênfase à segurança jurídica, que é um predicado constitucional importante assegurado pela nossa Constituição, mas nem por isso deixamos de dar também efetividade à questão da moralidade pública, que, em alguns casos, está até acima da segurança jurídica.

E quanto à questão de... Punir os auxiliares... Essa pergunta eu fiquei um pouquinho... Punir os auxiliares... Hein, Senador Pedro Taques, a outra pergunta de V. Exª... Punir os auxiliares...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Exª...

O SR. FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO – Punir os auxiliares?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, o papel do Corregedor, na opinião de V. Exª, é um papel preponderante de punição ou um papel de educação?

O SR. FRANCISCO CÂNDIDO DE MELO FALCÃO – Eu acho que o papel do CNJ é, antes de mais nada, um papel de formatar posições administrativas e posições para a magistratura como um todo. Mas, com isso, não quero dizer que onde houver desvio de conduta nós não deveremos estar lá. Isso, sim. Nós deveremos fazer esse papel de auxiliar as corregedorias, formatar políticas públicas para o Judiciário como um todo, porque, como eu estava dizendo ao Senador Aécio Neves, nós temos um Judiciário que decide de uma maneira aqui e diferentemente em outro Estado. Nós temos que padronizar o Poder Judiciário, em termos de informática, em termos de pessoal, de procedimento, de vencimentos... Nós não podemos ter um juiz num Estado ganhando mais do que um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso é inconcebível.

E quanto à última pergunta, do Senador Romero Jucá, quanto à questão dos cartórios, eu acho que nós temos que continuar essa política que a Ministra Eliana Calmon vem desenvolvendo em relação aos cartórios exatamente na fiscalização dos procedimentos e da questão da cobrança de custas, que às vezes existe certo abuso, principalmente nos cartórios extrajudiciais.

Mais alguma indagação?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência não tem indagação a V. Exª.

Não havendo mais inscritos, eu vou iniciar o processo de votação, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Há, sobre a mesa, à disposição dos Srs. Senadores, cédulas de votação, devidamente rubricadas por esta Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal dos Srs. Senadores e da Srªs Senadoras.

Será procedida a chamada nominal obedecidas as composições partidárias, para que os Srs. Senadores e Senadoras possam exercitar o seu direito de voto secreto ao parecer do Senador Vital do Rêgo e do Senador Armando Monteiro, que teve participação efetiva nesse relatório.

Senador José Pimentel.

Vou começar a ordem de votação.

Os Srs. Senadores apanham a chapa aqui na mesa.

Senador José Pimentel.

Senadora Marta Suplicy.

Senador Pedro Taques.

Senador Jorge Viana.

Srs. Senadores, estamos em processo de votação nominal. Por gentileza, comparecer à Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Valadares.

Senador Inácio Arruda.

Senador Eduardo Lopes.

Senador Eduardo Suplicy.

Senadora Ana Rita.

Senador Aníbal Diniz.

Senador Acir Gurgacz.

Senador Lindbergh Farias.

Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Humberto Costa.

Senador Pedro Simon.

Senador Romero Jucá.

Senador Vital do Rêgo.

Senador Renan Calheiros.

Senador Valadares.

Senador Luiz Henrique.

Senador Francisco Dornelles.

Senador Aécio Neves.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Aécio Neves.

Senador Eduardo Braga.

Senador Aécio.

Senador Alvaro Dias.

Senador Aloysio já votou, né?

Senador José Agripino.

Srs. Senadores, estamos em processo de votação nominal.

Senador José Agripino.

Senador José Agripino.

Senador Dornelles.

Senador José Agripino.

Senador Armando Monteiro.

Senador Gim...

Senador Armando Monteiro.

Senador Gim Argello.

Senador Gim Argello.

Senador Gim Argello.

Senador Magno Malta.

Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Randolfe Rodrigues. Corre!

Senador Sérgio Petecão.

Senador Eunício Oliveira.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Eunício, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, ainda estamos em processo de votação. É sobre a votação?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – É porque os Senadores estão saindo... É para submeter a V. Exª o pedido que eu quero fazer. Porque semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De urgência?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De urgência, a Mesa vai pedir de ofício. V. Exª pode ficar tranquilo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Para que a Mesa não esqueça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obviamente, sempre em parceria com V. Exª, o que me honra muito.

Senador Ciro Nogueira.

Senador Ciro Nogueira.

Senador Inácio Arruda.

Todos votaram?

Srs. Senadores, estamos em processo de votação.

Senador Flexa Ribeiro.

Todos os Senadores votaram?

Senador Eduardo Lopes, V. Exª já votou?

Meu Presidente, Senador Valadares, V. Exª já votou?

Todos votaram?

Eu vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Vou convidar o Senador Valadares e o Senador José Agripino para serem os escrutinadores.

Nós temos vinte votos efetivados?

Confiram para mim, por favor, senhores. *(Pausa.)*

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vinte votos SIM. Unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votaram vinte Srs. Senadores membros desta Comissão. Dos vinte Senadores que votaram, vinte Senadores votaram a favor do Ministro Francisco Cândido de Melo Falcão.

A escolha foi aprovada pela Comissão e a matéria vai a Plenário e, de ofício...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... e, de ofício, a Mesa já, a pedido do Senador Agripino...

O SR. (Orador não identificado) – Eu me somo a esse pedido também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havia o compromisso da Mesa e a Mesa vai submeter... Obviamente, os Srs. Senadores terão o voto, se quiserem, inclusive, com pronunciamento. A Mesa vai submeter, depois de anunciar a aprovação, pela Comissão, à unanimidade dos Senadores presentes, eu não poderia deixar – a Mesa tem muito pouco direito de

manifestação, a não ser para dirigir os trabalhos –, mas eu não poderia deixar de registrar aqui a nossa alegria de termos o Ministro Falcão como Conselheiro do CNJ.

O Ministro Falcão, como foi dito aqui, é um Ministro que se destaca pela sua forma simples, humilde, mas firme na atuação como juiz. Por exemplo, poucas vezes, nesta Comissão, nós tivemos aqui o privilégio de ter um sabatinado recebendo a unanimidade dos votos dos Srs. Senadores. Por isso que o voto é secreto.

Eu consulto os Srs. Senadores, já parabenizando o Ministro Falcão e agradecendo aqui a presença do Ministro César Ásfor, que honra a todos nós cearenses, a Justiça brasileira e o Tribunal ao qual pertence, e também ao Ministro Humberto Martins, que nos abrilhanta nesta tarde de hoje, aos juristas que aqui vieram, aos juízes, às autoridades – vejo ali, no meio de nós, o jurista que também, hoje, tem grande atuação no Nordeste brasileiro e no meu querido Ceará, Dr. Caio Ásfor, que está aqui entre nós – e tantos outros, quero colocar em votação, com a anuência dos Srs. e Srªs Senadoras, o regime de urgência para que essa matéria seja encaminhada, após o encerramento desta sessão, ao Plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Coletivamente, todos os Srs. Senadores concordam que nós mandemos este processo, ainda na tarde de hoje, ao Plenário do Senado Federal para que o Presidente Sarney possa ter a oportunidade, como tive aqui, de colocar o nome do Ministro Francisco Cândido Falcão para ser Ministro Conselheiro do CNJ e Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, está encerrada a sessão.

(Iniciada às 15 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 1 minuto.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia três de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG e JORGE VIANA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA**, **RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN, CRISTOVAM BUARQUE E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, WALDEMIR MOKA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ÁLVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELO E RANDOLFE RODRIGUES.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA** para discutir os temas em foco no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável,com ênfase no assunto "Uso Sustentável da Energia". Comparecem os seguintes convidados: Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; Neilton Fidelis da Silva, Assessor Técnico da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Eduardo Leão, Diretor Executivo – União da Indústria de Cana-de-açúcar – UNICA; e Marcelo Moraes, Coordenador – Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico. A Senhora Professora Suani Teixeira Coelho, do Centro de Referência em Pesquisa de Biomassa, e o Greenpeace Brasil não compareceram. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização da audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 7/2012, CMA, com o objetivo de discutir os temas em foco no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com ênfase no assunto "Uso Sustentável da Energia".

Convido para compor a Mesa o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Neilton Fidelis da Silva, Assessor Técnico da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Eduardo Leão, Diretor Executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar, Unica; Marcelo Moraes, Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico.

Informo aos Srs. Senadores que também foram convidados para a audiência a professora Suani Teixeira Coelho, do Centro Nacional de Referência em Biomassa, e o Greenpeace Brasil. Infelizmente, a professora Suani e o Diretor Executivo do Greenpeace, Sr. Marcelo Furtado, não puderam comparecer.

Antes de iniciar esta audiência, gostaria de submeter a inclusão extrapauta de requerimento de minha autoria que solicita a realização, por esta Comissão, do evento internacional denominado Diálogo sobre o Protocolo de Nagoya em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a União Europeia.

Aqueles que concordam com a inclusão extra-pauta do requerimento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, informo que a realização do evento Diálogo sobre o Protocolo de Nagoya será realizado no dia 08 de maio, terça feira, às 14 horas, no auditório do Interlegis, estando todos, desde já, convidados a participar.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados. Muito nos honram com a sua presença. Estamos em mais um ciclo de debates sobre a Rio +20; este ano já tivemos a presença da Ministra Isabela Teixeira, do Meio Ambiente, falando da posição brasileira e das expectativas brasileiras sobre esta conferência internacional que é a mais importante deste início de século. Tivemos um debate sobre a economia da sustentabilidade, hoje nós vamos discutir a energia e temos mais duas programações já agendadas, uma para discutir inovação tecnológica para a sustentabilidade e o outro tema tem como título cidades sustentáveis.

Esse tema é especial, não se pode discutir economia verde sem discutir mudança da matriz energética mundial, pelo menos a matriz mais utilizada, essa é uma preocupação de todos, até porque um dos grandes responsáveis pelo aquecimento global é exatamente a utilização de energias de origem fóssil. Tenho dito reiteradas vezes que o Brasil tem o diferencial de competitividade pelo fato de ter matriz energética extremamente diversificada, e deve ser um legado da Rio+20 a promoção de amplo debate, profundo, sereno sobre como utilizar de forma adequada todos os nossos potenciais energéticos.

Pessoalmente, defendo que possamos utilizar todas as nossas matrizes dentro de uma grande convergência nacional sobre o que é melhor usar em cada tempo e ao mesmo tempo utilizar os recursos auferidos com o petróleo do pré-sal para investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação para aprofundar nosso conhecimento o desenvolvimento de novas tecnologias para a produção de energias renováveis.

Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Vamos iniciar nosso debate ouvindo nossos convidados.

Agradeço também a presença do Dr. Eduardo Leão, Diretor Executivo da Unica.

Vamos iniciar, ouvindo o Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Cumprimento o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA, e demais membros da Mesa, todos os participantes deste evento; agradeço em nome do Ministério de Minas e Energia a oportunidade de estar nesta discussão sobre energias renováveis, energias sustentáveis. É uma aspecto muito importante, o Brasil tem muito a dizer na Rio +20, temos certeza de que o País sairá desta conferência, no que diz respeito a nossa matriz energética, numa situação bastante confortável.

Vou utilizar nestes 15 minutos a que tenho direito – são 15 minutos para cada expositor – umas quatro ou cinco transparências de apoio.

Vou iniciar dizendo que a preocupação brasileira no que diz respeito ao setor energético é uma situação extremamente favorável por diversos pontos de vista que olhemos nossa matriz energética.

O Brasil é um País de grande porte, um País que está se aproximando de uma população de 200 milhões de habitantes, crescendo a sua economia, o seu setor energético, porque a economia só cresce se tiver energia, sem energia ela não cresce. O desafio dos próximos anos, dos próximos dez anos, do nosso plano decenal até 2020, é um desafio muito grande; para dar uma ideia no que diz respeito à capacidade instalada no nosso sistema no final de 2010, que seria o ano histórico do plano de 2020, quer dizer, que seria de 2011 a 2020, nós tínhamos uma capacidade instalada de 112 mil mW e, nos próximos dez anos

até 2020, nós vamos ter que instalar 70 mil mW, que é algo representativo.

Vejam que os 112 nós fizemos nos últimos cento e tantos anos e, em dez anos, vamos ter que fazer 70 mil mW, sete mil por ano, considerando a autoprodução na indústria também porque a expansão do sistema se faz por meio da autoprodução e da expansão do sistema também.

Este sistema energético brasileiro traz uma situação privilegiada em parte pela dimensão continental do País: temos abundância de fontes primárias de energia. O Brasil não tem escassez em termos de identificar, quantificar e utilizar fontes energéticas da natureza, que são as fontes primárias de energia. Isso traz uma situação diferencial ao País. Quando eu falo isso, significa que no momento atual nós atendemos todas as necessidades brasileiras de energia com fontes nacionais. A importação de energia no Brasil varia em torno de 5% a 7%, parcela relativamente pequena, e está centralizada em cima da parcela de energia elétrica de Itaipu, a parcela paraguaia que o Brasil compra de Itaipu, a que ela não usa, o gás natural da Bolívia e um pouco de carvão mineral para a siderurgia. Então o País é auto-suficiente. Historicamente, fomos um grande importador de energia, houve época na década de 70 que importávamos 45% da energia que o Brasil precisava, principalmente na forma de petróleo, e vamos nos transformar em exportadores com o pré-sal, exportadores de petróleo certamente e possivelmente de gás natural, dependendo do contexto internacional desse energético.

Então, nossa situação é favorável, ou seja, temos condições de atender a expansão do nosso mercado energético nos próximos anos, dez, quinze, vinte ou mais anos, com fontes nacionais e de forma diversificada.

Eu vou apresentar agora a primeira transparência, que pode parecer um pouco confusa, mas se extraem muitas informações disso aí.

Nós conseguimos olhando este gráfico, entender a matriz energética atual Brasileira, quer dizer, atual 2010, e o que vai acontecer com ela nos próximos 10 anos, resultado das políticas energéticas estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia.

Então, observamos que está colocado para o ano de 2010 diferentes energéticos visualizados aqui. Estamos visualizando aqui o petróleo, os derivados da cana, a hidro, o gás natural e assim por diante. Todos os energéticos mais importantes. Essa primeira barra aqui representa o ano de 2010, e a segunda, o ano 2020. E aqui mostra a percentagem de cada fonte no total. Portanto, significa o seguinte: nós temos 37,8% de derivados do petróleo, que participa com 37,8% da matriz energética. Dados relativos ao Brasil. Quando olhamos aqui, já chama a atenção a característica da matriz energética Brasileira, com grande participação de fontes renováveis.

Observem que a segunda fonte energética Brasileira são os derivados da cana. Essa fonte só existe no Brasil. O que são? O etanol, o bagaço da cana que é queimado para produzir calor na produção do açúcar e do álcool, e produzir energia elétrica concedente para a rede numa co-geração extremamente eficiente. Isto só existe no Brasil: uma fonte com tecnologia nacional amplamente viável, estamos expandindo a nossa fronteira agrícola, produzindo energia e alimento sem competição um com o outro, sem atingir os ecossistemas que temos que preservar e produzindo alimentos e energia de forma competitiva. O programa de etanol é um sucesso reconhecido internacionalmente. A terceira fonte é a hidroeletricidade, potencial grande do Brasil. Aí vêm as demais fontes, gás natural, carvão mineral, etc., que têm papeis complementares.

A gente observa uma coisa interessante. O petróleo tem uma tendência decrescente, ou seja, há uma política de afastamento do petróleo. Nós temos hoje um consumo de 37% acima da média mundial, que é de 32%, mas estamos baixando e vamos reduzir significamente isso. Estamos aumentando a participação, nesses dez anos, da biomassa da cana de açúcar, que é fonte renovável, sustentável, baixa emissora de gases de efeito estufa. E a hidroeletricidade está apresentando redução em função da diversificação da matriz energética para energia elétrica. O Brasil, praticamente nas últimas décadas, só usava hidroeletricidade e hoje estamos fazendo uma matriz diversificada com a cana, a biomassa com eólica, e com gás natural e outras fontes utilizadas na produção de energia elétrica. O gás natural com a oferta que está aparecendo no Brasil começa a ter participação relevante; a participação atual é muito baixa, tinha que se usar um pouco mais de gás.

Dado este panorama, quero fazer agora pequenas comparações internacionais para mostrar que a matriz nossa é sustentável, limpa, como é amplamente conhecida tanto no Brasil, divulgado pela imprensa, quanto nos fóruns internacionais que discutem as questões energéticas. Dois índices são interessantes: um, a utilização de combustíveis fósseis. Quando olhamos a utilização de combustíveis fósseis, a matriz energética brasileira tem uma participação de 53% em 2010, com pequena tendência de redução, para 51%, mostrando que o Brasil está tentando sair, de alguma maneira, pelo menos com pequena tendência, dos combustíveis fósseis. Observem que o mundo usa 81%. Atualmente, 81% da energia usada mundialmente vem dos com-

bustíveis fósseis. Algo assim que surpreende, porque os combustíveis fósseis, o petróleo, o gás e o carvão são os que emitem gases de efeito estufa. Outro índice interessante é o que diz respeito a fontes renováveis, que dá uma sustentabilidade à matriz energética brasileira. Quer dizer, quando vemos que no ano de 2010 nós temos 45% das nossas fontes renováveis, enquanto em 2020, caminhando para 48%, também uma pequena tendência de elevação da parcela de fontes renováveis. E o mundo utiliza apenas 13%. Então, essa comparação mostra que o Brasil tem uma situação de sustentabilidade muito grande porque tem sua matriz com estas características, com estas fontes renováveis que são fontes de baixa emissão de gases de efeito estufa e, portanto, contribuem para a questão da mudança climática, fontes competitivas que são bastante importantes, ou seja, estamos produzindo energia com os menores custos possíveis para a sociedade e com tecnologia nacional. E todas essas fontes nós temos um montante muito grande a desenvolver para os próximos anos. Portanto, a situação brasileira, no que diz respeito a energia, é extremamente confortável.

Vários países e regiões do mundo não têm fontes primárias para produção de energia; são, às vezes, 100% importadores, como Japão, Bélgica. E, daqueles que têm produção própria, uma grande parcela é baseada em cima de combustíveis fósseis e não de fontes renováveis porque não têm o que o Brasil tem, características favoráveis para o desenvolvimento dessas fontes, em função das peculiaridades de país continental, de estarmos em região tropical, temos produção de cana, vamos ter futuramente a energia solar, outra fonte que estamos no ministério fazendo esforço para viabilizar, mas que, temos certeza, em algum momento ela vai se concretizar.

Vou para a transparência seguinte, em que aparece aqui uma parte daquele balanço, daquela matriz anterior. Aquela matriz era para todos os energéticos. Esta aqui é só para a energia elétrica, que é uma parte daquela matriz anterior. Nesta de energia elétrica, a situação brasileira é mais favorável ainda por conta da hidroeletricidade.

A hidroeletricidade é um fenômeno um pouco raro no mundo; quer dizer, o potencial hidroelétrico no mundo está distribuído concentradamente em 15 países, mais ou menos, porque para ter hidroeletricidade é preciso ter montanhas, é preciso ter chuva alta nas regiões de montanha, o Brasil tem, nós chamamos, no setor elétrico, de caixa d'água a região de Minas, porque chove nas montanhas e se forma o São Francisco, o Tocantins, a Bacia do Paraná. Isso não é muito comum pelo mundo; então, são poucos os países que têm este potencial hidroelétrico. Para dar uma idéia, se todo o potencial hidroelétrico do mundo fosse desenvolvido, atenderia mais ou menos metade da energia elétrica que o mundo utiliza atualmente. Então, uma fonte que não é tão usual e tão de grande porte em termos mundiais, mas no Brasil ela tem importância muito grande. Nós temos um potencial hidroelétrico enorme, uma parte, um terço já está desenvolvido, em construção, e nós vamos continuar aproveitando este potencial, a parcela ambientalmente viável nós devemos chegar a algo como dois terços apenas. Hoje nós aproveitamos cerca de um terço e vamos complementar com dois terços, e mais ou menos um terço do potencial hidroelétrico brasileiro está em terras indígenas, em parques nacionais e não têm possibilidade de serem desenvolvidos.

Nesta transparência observamos que a hidroeletricidade sofre uma redução nesses 10 anos, hoje ela tem 80% de participação, cai para 73%, isso por conta da política de diversificar a nossa matriz. A segunda fonte, a fonte seguinte é a biomassa, que está tendo um crescimento muito grande, observamos que praticamente dobra a sua participação nesses 10 anos de 5% para 10% baseado fundamentalmente na cana de açúcar, que é o grande energético para produção de álcool e energia elétrica. Existe uma fonte aqui que atualmente ainda tem participação pequena, mas vai ter elevação muito grande que é a eólica. Observem que aumenta 10 vezes a participação; quer dizer, a fonte eólica se tornou realidade no Brasil, competitiva, e está tendo desenvolvimento sustentável. Aparecem as demais fontes que têm aí o seu papel complementar.

Quando nós olhamos aqueles dois índices que são a utilização de combustíveis fósseis e a parcela de fontes renováveis que é uma forma de avaliar a sustentabilidade e a economicidade da matriz, a questão ambiental da emissão de gases de efeito estufa, nós vemos que o Brasil quase não usa combustíveis fósseis para produzir energia elétrica por conta da biomassa, da hidroelétrica e da eólica, valores atuais de 10% caindo para 8%. Portanto, tendente a redução. Enquanto que o mundo utiliza 68% dos combustíveis fosseis para produzir energia elétrica. Então isso dá um diferencial enorme ao Brasil.

Quando olhamos as fontes renováveis, o Brasil tem hoje 86% de fontes renováveis para produção de energia elétrica e tem tendência pequena de crescimento, para 88%, e o mundo usa apenas 18%. Então a situação brasileira é extremamente favorável.

Eu queria fazer mais um comentário. Vejam, aqui estamos dizendo que a matriz vai evoluir numa certa tendência, reduzir a eletricidade, aumentar a biomassa e assim por diante. Não existe nenhuma lei nem decreto que diga que os brasileiros vão reduzir o petróleo

para esse montante. Isto resulta da implantação das políticas energéticas do Ministério por meio dos leiloes que realizamos para expandir nosso sistema energético de geração, de transmissão, leilões de biodiesel, bicombustível e outros. Nesses leilões são fixadas diretrizes que orientam a sociedade a levar a matriz energética de acordo com as políticas. Por exemplo, em alguns momentos nós fazemos leilão de usinas estruturante de hidroelétricas da região Norte brasileira, então aparecem as usinas do Madeira, do Xingu, como Belo Monte, que entram no sistema. Nós não estamos nesse momento, por razões da nossa lei de mudança climática, permitindo a habilitação de usinas térmicas a carvão. Portanto, não aparece a usina a carvão na expansão do sistema. Fazemos leilões só para energias renováveis, só para eólica, como fizemos, criamos a opção eólica. Então, nesse contexto da realização dos leilões com as diretrizes que são estabelecidas, se implementa a política energética no sentido da matriz brasileira caminhar nessa direção.

Vejam este horizonte aqui, que é um horizonte de 10 anos, curto no planejamento energético, se nós olhássemos mais 20 anos na frente, 30, nós teremos uma situação muito parecida porque o Brasil não tem escassez de fontes primárias.

Eu queria comentar só um pouquinho a questão específica da energia elétrica, que está nesta última transparência aqui, depois farei um fecho dos meus comentários. Esta é a expansão do sistema elétrico brasileiro nos próximos 10 anos, de acordo com o nosso plano 2020 aprovado já pelo Ministério de Minas e Energia, em que aparecem aqui os dados da capacidade instalada atual, em 2010, são os famosos 112 mil megawatts no final de 2010, com a participação de 71% de hidroelétricas, e a capacidade instalada para 2020, dez anos depois, atingindo 181 mil megawatts, com a hidroelétrica participando com 64%.

E aqui estão discriminados os 70 mil megawatts que nós necessitamos expandir nos próximos dez anos. Aqui aparece de forma bem explicita a política energética do ministério no que diz respeito a energia elétrica. Vemos que 81% da expansão do sistema está baseado nestas três fontes: hidroelétrica, eólica e biomassa. E o restante, de forma complementar, em que aparecem a usina de Angra III, nuclear. Mas energia elétrica só, capacidade instalada. Então, vejam: 81% da expansão do sistema está baseado nessas três fontes que têm cinco características que justificam essa prioridade. Primeira, fontes renováveis, ou seja, não se acabam com o tempo, dão sustentabilidade à matriz energética brasileira. Segundo, o Brasil tem grande potencial dessas três fontes, portanto, pode contar com elas para expandir o sistema nos próximos dez, vinte ou trinta anos. Terceira característica: são as mais competitivas, ou seja, elas produzem energia, o quilowatt/hora pelo menor custo comparado com as demais fontes utilizadas para produzir energia elétrica. Competitiva. Quarta característica: tecnologia nacional dominada nos três segmentos aqui. E, quinta característica: do ponto de vista ambiental, as mais favoráveis para produzir energia elétrica. Do ponto de vista ambiental no que diz respeito a influências ambientais localizadas onde o projeto se encontra e também na questão da emissão de gases de efeito estufa para a questão das mudanças climáticas. Isso mostra que o Brasil tem uma política, está no caminho certo, tem uma matriz em que os índices utilizados e a utilização de combustíveis fósseis, a participação de matriz de fontes renováveis, a consideração da competitividade e a questão ambiental mostram que é perfeitamente justificada e sua expansão está sendo feita também nessa direção.

A última transparência é só para mostrar o desafio do setor energético brasileiro. Neste horizonte de dez anos, nós vamos ter que investir no setor energético brasileiro cerca de R$1 trilhão. E esse valor é difícil avaliar se é muito ou pouco. Interessante olhar o que está escrito aqui, que mostra o desafio para a expansão do setor energético brasileiro nesse horizonte de dez anos.

Nós temos que investir, nestes dez anos, 2,6% do PIB nacional no setor energético, ou seja, o PIB somado dos dez anos. É necessário investir no setor energético brasileiro para este expandir. De acordo com aqueles números a que me referi anteriormente, isso representa 12% da formação bruta de capital fixo no País, que é um conceito macroeconômico da poupança nacional.

Nunca o País fez um esforço, no setor energético, dessa dimensão. Na década de 70, quando começou o esforço para aumentar a produção de petróleo, a construção das grandes hidrelétricas: Itaipu, Tucuruí e assim por diante, esse número aqui era na faixa de 2% e aqui 10% da formação bruta de capital. Portanto, o País está diante de um desafio maior do que teve no período em que mais investiu proporcionalmente a economia dentro do setor energético. E isso, em parte, é influenciado por esse primeiro item aqui, que é a questão do pré-sal. Ou seja, do investimento total no setor energético, 63% está destinado ao pré-sal e à produção do petróleo e do gás natural associado, que tem benefícios indiscutíveis para o País, inclusive na formação de recursos do fundo para aplicar na infraestrutura, na educação e em vários outros setores da economia nacional.

Aqui se observa também que a energia elétrica tem um peso razoável, mas bem inferior, de 21%, e o biocombustível, de 14%, totalizando os 100%. Então, é um grande desafio, mas que o Brasil vai conseguir cumprir, porque nós temos os projetos, nós temos as nossas fontes, temos a tecnologia, temos um Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com uma capacidade imensa de financiar a longo prazo, como está ocorrendo no setor energético. E os brasileiros vão ter essa energia de que precisam para o seu desenvolvimento de acordo com os cenários que nós utilizamos no planejamento, que é um crescimento do mercado em torno de 4% ou 5%, e a economia também em torno dessa ordem.

Passei do meu tempo. Peço desculpas, mas procurei resumir aqui o que eu queria colocar como mensagem do Ministério de Minas e Energia sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Altino Ventura. V. Sª traz informações muito importantes sobre os investimentos planejados pelo Ministério de Minas e Energia, pelo setor energético brasileiro nos próximos anos.

Passo agora a palavra ao Prof. Neilton Fidelis da Silva, Assessor Técnico da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA – Bom dia a todos e a todas as presentes.

Quero, no nome do Senador Rodrigo Rollemberg e também do Sr. Luiz Pinguelli Rosa, agradecer o convite. Ele foi convidado para estar nesta audiência pública, mas tinha outra agenda hoje e, por entender a importância desta atividade para o fórum, solicitou-me representá-lo, o que para mim é sempre um desafio pela figura que o Prof. Pinguelli representa.

Tomei como base o que alguns outros iam tratar aqui: a questão da tecnologia e optei por outra abordagem focada também no tema proposto.

O tema da sustentabilidade não é de hoje que está em pauta. Eu peguei essa frase aí do Proudhon, um pensador anarquista que, em 1840, já apontava para esse conceito de sustentabilidade que veio desembocar no conceito de desenvolvimento sustentável. Ele dizia: "Pode a geração de hoje destruir a de amanhã"?

Ele já questionava isso em 1840, porque essa relação do humano com os recursos naturais, essa relação de amor e uso não é de hoje. Então, esse tema da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável já vem perseguindo, porque, fazendo uso do que Marx fala, todo o mundo do valor de uso, ou seja, a produção de coisas essencialmente é recurso natural convertido em coisas através do trabalho. E o trabalho pode ser o trabalho que a máquina humana executa ou o trabalho externo a essa máquina através de fonte de conversão de energia. Então, esse dilema da humanidade não vem de hoje.

Esse conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável aponta para a garantia da qualidade de vida atual e das gerações futuras. Eu queria também abordar hoje essa garantia da qualidade de vida para a geração atual. Acho que a Rio+20 vai ter que responder também para a geração de hoje como resolvemos algumas assimetrias que vou mostrar mais à frente do uso ou da possibilidade de acesso aos confortos que a tecnologia de conversão de energia deu para o homem.

Também há uma crítica, hoje, que diz que o conceito de desenvolvimento sustentável atual não está significando muito, porque ele pode ser usado inclusive para posições antagônicas, uma vez que se usa o mesmo conceito para justificar a sua ação. Ou seja, alguns teóricos dizem que o desenvolvimento sustentável hoje assume uma acepção diversa. É utilizado pelo mercado internacional como ferramenta de ajuste à garantia de uma nova ordem mundial de expansão capitalista. Isso difere fortemente dos pensamentos originários do desenvolvimento sustentável que questionavam a necessidade de uma rota de desenvolvimento que fosse menos danosa aos recursos naturais.

O que se verifica hoje é a adoção de um modelo de crescimento que garanta a sustentação do desenvolvimento dos Estados nacionais, e a indústria de energia é foco, é base para toda a produção de coisas, de bens e de serviços. O desafio é ampliar, sustentar esse desenvolvimento dos Estados nacionais sem que se ampliem os efeitos negativos ao meio ambiente. Ou seja, desejamos fazer uso dos recursos naturais, mas desejamos eficiência nesse uso.

A adoção de novas tecnologias de produção para o uso dos recursos renováveis – a eficiência energética entra neste contexto – se mostra como uma alternativa viável sob o ponto de vista ambiental. E essas tecnologias de conversão ainda sofrem impedimento advindo de avaliações econômicas, ou seja, apesar de tudo, nós ainda estamos presos ao ditame único de mercado, já que não importa o benefício ambiental ou social de um determinado conversor. Se a avaliação estrita de mercado não é viável, essa tecnologia é colocada ao lado à espera de que se torne possível a sua utilização.

A energia é o fator-chave para isso. Ela está no centro das atividades dos Estados nacionais. Ela interfere fortemente nas relações sociais. Ela é vital para o sistema produtor de bens e serviços.

Quando se avalia o processo de formação dos mercados e da indústria produtiva na história, percebe-

-se que é ele muito estreito, a relação é muito direta. Que tecnologia se adota para a conversão de energia? Essa estrutura de energia que se coloca consolida algumas formas, consolida o estado burguês com a eletricidade, consolida algumas estruturas pré-capitalistas de produção de coisas através do uso do humano como sendo a máquina conversora. Inclusive escravizamos outros semelhantes para produzir energia e manter essa estrutura de produção.

Eu acho interessante o que a Carmen Contreras fala. Ela diz que a estrutura produtiva existe e se recria graças à estrutura energética. Por oposição, a estrutura energética existe e se recria graças à estrutura produtiva. Então, eu percebo que, quando discutimos hoje, para a Rio+20, a sustentabilidade, estamos muito focados no conversor. Acho que precisamos, antes de discutir o conversor, discutir para que esse montante de energia de que necessitamos. Parece-me que, quando optamos por determinadas tecnologias renováveis, o que estamos fazendo é substituir a constante de mola que sustenta a atração que o sistema produtivo exige. Então, se não colocamos um olhar sobre para que a produção *(inaudível)* de energia a gente só vai adiar esse problema. Só para você ter uma idéia, a energia eólica, sempre, não vejo ninguém que seja contrário, mas aqui no Brasil já há uma pequena discussão. A comunidade de Galinhos, no Rio Grande do Norte, tem rejeitado formalmente a instalação do parque nas Dunas de Galo, em Galinhos. E aí, claro, as discussões de tornam... Não, é a comunidade que está sendo mal informada. Não importa, se a comunidade aceitou se impor, alguma lacuna se abriu, e a gente precisa responder isso.

E aí a Rio+20 tem o foco fundamental do desenvolvimento sustentável, e a base da Rio+20 será a economia verde. E aí a gente vai dar uma pequena...

Bom, como é que está estruturada a economia verde para a Rio+20? A base que o Pnuma coloca é que a economia verde é aquela que resulta no melhor bem-estar do humano e da igualdade social, reduzindo os riscos ambientais e problemas ecológicos que possam vir. A base da economia verde está na redução de emissão de gás do efeito estufa que é um problema de energia – a gente vai mostrar aí – e na promoção de eficiência energética e no uso dos recursos.

Eu costumo a dizer em sala de aula que, se a economia verde é promoção de eficiência energética, desde o primeiro conversor de combustão, a gente vem fazendo isso, porque, se a gente olha a história de energia, os conversores saltam de menos de 1% de rendimento. E hoje você tem conversores no mercado com quase 98% de rendimento. É o caso dos conversores elétricos.

Por outro lado, há o grande fetiche da sociedade que é o conversor mais absurdo sob o ponto de vista da lei da termodinâmica, que é o transporte individual. É um conversor que não chega a mais de 20% de rendimento, mas é o nosso grande desejo, é o nosso grande fetiche de consumo, tanto que, a cada dia, ele se mascara. Acho que há pessoas que nunca viram o motor do carro e nem tampouco onde fica o tanque de gasolina. E nem percebem que, para cada um real que você coloca no tanque, você utiliza menos de R$0,20 para de fato executar o trabalho de se deslocar. Então, a gente precisa discutir isto na Rio+20: as estruturas de transporte.

Quer dizer, a economia verde está voltada para...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Explica isso. Como é gastar R$1...

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA – É uma avaliação um tanto simplificada, porque o rendimento do conversor de combustão interna ele não chega a 22%. Ou seja, se efetivamente você precisa de um trabalho para fazer girar a roda para deslocar, grande parte da energia é perda de calor. É um equipamento de baixíssimo rendimento. Mas é o grande fetiche da sociedade. E a gente não conseguiu romper com essa estrutura, inclusive de transporte individual. Como disse o Bianchi no filme Economicamente Viável, o carro segue muito aquela história do "bom não é ter, bom é humilhar". Quer dizer, muitas vezes, o carro não tem a função de o transportar, o carro tem a função de o diferenciar dos outros.

Então, economia verde está pautada na redução de gases do efeito estufa, na eficiência energética e no uso de fontes renováveis. Aí, se a gente percebe que 75% dos gases que intensificam o efeito estufa advêm do processo de produção e uso de energia, a gente pode dizer que a mudança climática é na verdade um problema de produção e uso de energia.

Isso aqui é um gráfico que já ficou conhecido em que a gente mostra que, de fato, 75% das emissões globais de gases que intensificam o efeito estufa, de alguma maneira, estão diretamente ligadas a produção e uso de energia e a parte menor ao uso da terra e à mudança no uso da terra. Então é sob essa ótica da energia que a gente está aqui discutindo.

Bom, só para a gente colocar, e o secretário Altino falou muito bem, ele sintetizou isso bastante. O Brasil é um país diferente do geral. Nós só contribuímos... A contribuição ao total de emissões de gases do efeito estufa do País, o setor energético só contribui com 16,5%, enquanto você pode ver que o mundo supera os 80%. Então, somos um país diferente em termos de produção de energia. Isso faz com que... Agora no fórum a gente estava discutindo os problemas setoriais

de energia, e se percebe que o Brasil tem um grande diferencial, tanto para o plano da indústria, para o plano de transporte, para o plano de mineração, é porque a nossa a emissão por unidade produtiva no Brasil, em termos de energia, é muito baixo. Isso dá um diferencial ao País que precisa ser mostrado na Rio+20, pois temos uma diferença que é favorável, como o Secretário bem colocou aqui.

Aí também há uma simetria que se tem. Aí a gente está mostrando para o Brasil, mas se pegar outros países do mundo, essa diferença é muito grande. Quer dizer, um brasileiro médio, e médio já contempla diferenças grandes, tem uma emissão per capita de 1,5 toneladas de CO2 equivalente ano. Um europeu médio é 8,5 e o americano médio é 20,5.

Então, essas assimetrias terão de ser discutidas na Rio+20 uma forma de reduzir. Reduzir essas simetrias não é permanecer os países pobres nesse nível de consumo de energia só com projetos paliativos. A gente tem que ter uma discussão de como, de fato, superar essas diferenças.

E aí você tem o mundo, 1,3 bilhões de pessoas não possuem acesso à energia elétrica; uma tecnologia de quase dois séculos. E se você mantiver essa taxa de eletrificação que a gente vem fazendo com projetos pilotos ou projetos muitas vezes voluntários, você levará 40 anos para levar energia elétrica a todos na Ásia e 80 anos na África subsariana. Então, a Rio+20 tem que apontar como a gente vai resolver.

Por isso que falo: antes de a gente discutir o conversor, a gente tem que discutir o que está antes dele, porque, para mim, que estou no centro urbano, tenho carro, que tenho energia elétrica, é muito fácil dizer: "não, a gente coloca um sistema fotovoltaico isolado numa comunidade x, para ela usar quatro horas por dia, e resolve-se problema. Não resolve. A gente não pode criar energia para uns e uma energia de outra forma para outros. A gente tem que tentar universalizar de forma que o acesso e a possibilidade que venha disso sejam plenas para toda a população. Só para ilustrar, há países que têm consumo per capita anual de 94kw e há países que têm 4.737kWh *per capita*.

Então a gente tem que discutir, a Rio+20 tem que apontar como resolver essas diferenças.

Só para ilustrar, o IDH ainda está muito vinculado ao consumo de energia elétrica, principalmente quando você está no início do acesso à energia elétrica. Os países que já têm níveis elevados de consumo per capita energia, a teoria mostra que tendência que essa qualidade de vida venha cair, porque o excesso de energia também é corruptora do ambiente social, como diz o Ivan Illitch.

A gente pode avaliar que o ideário da economia verde não avança na crítica do modo de produção. Dessa forma não responde com a ruptura do modelo de produção pautado na troca, como diz 2,52 mesário, na criação de necessidade sem necessidade alguma. Então, Mesário coloca que a obsolescência planejada determina que as coisas consumidas devam ser destruídas, substituídas e descartadas em um ritmo sempre crescente. E a gente não está discutindo esse processo de produção de coisas.

Já finalizando, o Illitch que acreditar na possibilidade de altos níveis de energia limpa como solução para todos os males constitui um erro de juízo. imaginar que a equidade na participação de poder e consumo de energia possa crescer junta. E está mostrado que acesso e garantia de abastecimento energético sempre foi uma moeda de diferencial na sociedade na estrutura de evolução que ela tem e de desenvolvimento.

Atentar para que tecnologias limpas de produção de energia não venham simplesmente a servir de amortecedor da crise energética ambienta, porque a gente sempre está colocando o novo conversor como "seus problemas acabaram". A partir daqui a gente avança. E também o Illich coloca que devemos reconhecer que a energia física, ultrapassados certos limites, torna-se inevitavelmente corruptora do ambiente social.

Então, a gente já está vendo isso, esse excesso de carros nas ruas, o excesso de uso de energia, contraditoriamente a uma legião de seres humanos no mundo que não têm nenhuma forma de acesso de energia mesmo após dois séculos de uso. Isso mostra que a gente precisa discutir na Rio+20. Estou reforçando isso porque tem sido a minha tese, a gente tem que discutir antes do conversos, discutir para quem e como essa energia deve ser gerada.

Bom, era isso que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Muito bom, professor Neilton Fidelis, realmente foi uma exposição bastante interessante e bastante estimulante para o debate.

Convido agora o Sr. Eduardo Leão, Diretor Executivo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)

Registro aqui, com alegria, a presença do Senador Jorge Viana e da Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra, Eduardo Leão.

O SR. EDUARDO LEÃO – Eu queria cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, em nome de quem cumprimento os Senadores aqui presentes, cumprimentar o Secretário Altino Ventura, em nome de quem cumprimento os demais colegas da Mesa, autoridades, senhoras e senhores aqui presentes.

Senador, eu queria, inicialmente, agradecer a oportunidade de estar aqui presente e falar um pou-

co e mais especificamente sobre o nosso setor, que é o setor sucroenergético, setor que contribui de uma maneira importante não só para a matriz energética, como bem, aqui, destacado pelo secretário, mas também é um importante tema de debate, agora, durante o evento da Rio+20.

A Unica é uma entidade que representa cerca de 60% da produção de etanol, açúcar e cana-de-açúcar, no Brasil, e nós, hoje, atuamos em praticamente todas, nas diversas áreas que envolvem o setor de biocombustíveis, que envolve desde temas econômicos, mas também temas muito focados nas questões de sustentabilidade, na questão ambiental, na questão social.

Eu queria iniciar a nossa apresentação, aqui, tentando mostrar um pouco a importância do setor sucroenergético, atualmente, para a economia, para a sociedade brasileira e, logicamente, para o meio ambiente.

Estamos falando de um setor que tem mais de 400 unidades produtivas – são 430 usinas no País –, gerando cerca de 1,2 milhão de empregos diretos. São 70 mil produtores rurais, um PIB de quase US$50 bilhões anuais, exportações da ordem de 15 bilhões e hoje, como já mencionado pelo secretário, é a segunda fonte de energia nacional: são 18% da matriz energética gerados a partir da cana-de-açúcar.

Um aspecto, também, que acho muito importante, nessa visão geral sobre o setor, é mencionar que somente devido ao etanol, ao uso do etanol nesses últimos pouco mais de 30 anos, nós fomos capazes de evitar a emissão de cerca de 600 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera, isso porque a substituição que houve da gasolina pelo etanol permitiu, então, essa redução extremamente significativa.

Isso se dá pelo fato de que, ao se utilizar o etanol e analisarmos o ciclo produtivo ao longo da sua produção, há uma reabsorção da maior parte do CO2 emitido pelos automóveis quando queimam etanol. Então, a cana-de-açúcar, ao realizar a fotossíntese, captura a maior parte daquele CO2 que foi emitido ao ser queimando no automóvel.

Então, ele é extremamente positivo, sob o ponto de vista da discussão relacionada a aquecimento global.

É importante, também, mencionar que nós somos, hoje, o maior produtor de açúcar do País, com 25% da produção mundial e cerca de metade de todo o comércio mundial de açúcar. Cinquenta por cento do comércio de açúcar vêm do Brasil e somos, hoje, o segundo maior produtor de etanol, com 20% da produção e cerca de 20% das exportações mundiais.

Próximo, por favor.

Bem, o secretário já mencionou a questão da matriz energética e a importância da cana-de-açúcar, que, hoje, é a maior fonte de energia renovável do País. Já superamos a energia hidroelétrica, a cana-de-açúcar com cerca de 18% da matriz, quase 20% da matriz energética brasileira.

Próximo, por favor.

É importante mencionar, também, que a cana é responsável não só pela produção de açúcar e etanol, que, vamos dizer, são os produtos mais conhecidos, mas também pela produção de energia elétrica.

Hoje, praticamente todas as usinas utilizam o bagaço para geração de energia elétrica para rodar a sua indústria. Essa geração é feita a partir da queima do bagaço, que é a sobra depois de utilizado o caldo da cana para produzir o etanol e o açúcar, e, com isso, então, você gera a autossuficiência de todas as usinas no País. O mais importante é que, cada vez mais, essas usinas têm gerado excedentes elétricos que têm sido exportados para a rede nacional, contribuindo de uma maneira importante para o aumento da segurança energética no País.

Próximo.

É importante mencionar também que há uma revolução tecnológica importante no setor de tal forma que um dos principais novos produtos vai ser a produção do etanol a partir do bagaço também, quer dizer, cada vez mais vai ser utilizado o 100% do potencial energético que a cana apresenta.

Próximo.

Uma série de novos produtos tem sido hoje desenvolvidos, que vão desde a questão dos plásticos – hoje muitas empresas já estão utilizando os plásticos renováveis a partir da cana-de-açúcar –, mas também uma série de outros novos produtos, como por exemplo o *diesel,* que já está sendo utilizado de forma experimental em alguns ônibus de São Paulo e no Rio de Janeiro, o querosene de avião, que é também uma das grandes apostas da indústria da aviação, e uma série de outros produtos de cosméticos, solventes, alimentos etc.

Próximo.

Do ponto de vista do potencial do etanol, isso já foi também mencionado, nós temos hoje a perspectiva de quase dobrar a produção de automóveis *flex* aqui no País, hoje eles representam cerca de 50% da frota, mas podem atingir mais de 80% da frota até 2020, quer dizer, esse é um mercado em potencial extremamente importante, uma conquista praticamente brasileira o desenvolvimento de automóveis *flex*, que têm sido aperfeiçoados ano a ano, e que, pela própria competitividade que nós temos na produção do etanol, pode ser, e tem sido, cada vez mais uma opção clara dos consumidores brasileiros.

Próximo, por favor.

Também é importante destacar a questão da bioeletricidade, como nós chamamos, a partir da cogeração de energia elétrica, que eu já mencionei. Hoje, temos já a utilização de cerca de 1.200 *MW* médios de geração de energia elétrica, o que corresponde a algo próximo a 2,5% do consumo nacional, que seria mais ou menos o equivalente ao consumo de seis milhões de residência por ano, gerando 2,5 milhões de toneladas de CO_2 evitadas, quase 60 mil empregos diretos somente no termo de bioeletricidade e um ganho de 5% na energia armazenada nos reservatórios da região Sudeste e Centro-Oeste. Portanto, é um ganho importante para a segurança energética brasileira.

Próximo.

Aqui, só para destacar um aspecto muito importante da energia do bagaço, que é a complementaridade que ela tem com a energia hidrelétrica. Quer dizer, não só ela acrescenta energia ao sistema, como também acrescenta no momento em que há uma potencial escassez maior da energia gerada a partir dos reservatórios de água, que é exatamente no período seco, quando nós estamos colhendo a cana-de-açúcar e gerando, então, a energia elétrica. Então ela tem um efeito importante na complementaridade da energia hidrelétrica, sem esquecer também a importância de que ela é gerada exatamente onde está a maior parte do consumo brasileiro. Se nós pegarmos a região Centro-Sul, onde há cerca de 62% do consumo nacional de energia, a cana está concentrada exatamente nessa região, gerando também um importante aspecto, do ponto de vista de eficiência energética na sua transmissão.

Próximo.

Só para mostrar o potencial da bioeletricidade. Assim como no caso do etanol, a bioeletricidade tem um potencial extremamente grande de crescimento. Nós temos a perspectiva de um potencial de cerca de 15 mil *MW* daqui a dez anos, em 2020, 2021, o que, só para ilustrar, representa mais ou menos o equivalente a três Belo Monte geradas a partir dos canaviais brasileiros.

Próximo.

Importante também considerar o potencial que existe de consumo no mundo.

Próximo, por favor.

Hoje nós temos, esse mapa aí mostra, onde estão os principais consumidores de energia de fósseis no País. Então, quanto maior esses barris de petróleo, maior o consumo. Vemos aí basicamente esse consumo concentrado nos Estados Unidos, União Europeia e nos chamados Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), que são exatamente os países onde já começam a vigorar mandatos de mistura obrigatório do etanol na gasolina. Onde há consumo maior, já existe uma preocupação maior de aumentar a segurança energética desses países e, mais do que isso, contribuir para as reduções e emissões de CO_2 no mundo, cumprindo, então, seus compromissos para o combate ao aquecimento global.

Próximo, por favor.

Aqui vocês podem ver que praticamente todos os continentes e em boa parte dos países maiores consumidores hoje de combustíveis preveem mandatos de mistura, de tal forma que cada vez mais se vê um processo de globalização, de interesse em reduzir a dependência dos fósseis e de cumprir os seus compromissos de redução de emissões de gás de efeito estufa.

Próximo.

Os Estados Unidos têm um plano extremamente ambicioso de consumo de etanol. Nesse gráfico, vocês podem ver que há, pela legislação americana, a previsão de consumo anual de etanol, que vai chegar a cerca de 140 bilhões de litros ao ano em 2022. Só para se ter um referencial, hoje o Brasil consome um pouco mais de 20 bilhões de litros, 22 bilhões, 23 bilhões de litros. Os Estados Unidos pretendem consumir quase sete vezes esse volume em 2022, um potencial extremamente grande, destacando que, cada vez mais, os Estados Unidos vão querer um etanol considerado mais limpo, que tenha maior capacidade de reduzir emissões do que o etanol que eles produzem, que é o etanol de milho, o que abre logicamente uma oportunidade muito grande para o nosso etanol.

Próximo.

A União Europeia está indo na mesma direção. Ela também aprovou uma legislação na qual prevê que, até 2020, 10% dos seus combustíveis e transportes devem conter energias renováveis, então, uma oportunidade de algo próximo a 14 bilhões de litro ao ano até o ano de 2020.

Próximo.

Chamando a atenção que o etanol de cana-de-açúcar é de fato aquele mais sustentável tanto no ponto de vista do balanço energético, quer dizer, para cada unidade de energia fóssil você consegue produzir 9.3 unidades de energia renovável, no caso do etanol de cana-de-açúcar, além disso, você consegue reduzir até 90% as emissões de gases de efeito estufa quando comparado com a gasolina e é o produto que tem a maior produtividade de etanol, ou seja, quantidade de litros por hectare. Conseguimos produzir cerca de sete mil litros por hectare de etanol comparativamente muito superior às demais matérias-primas do mundo, como o milho, a beterraba e o trigo.

Próximo, por favor.

Para atingir esse potencial que mencionamos, precisamos praticamente dobrar a quantidade de produção de cana-de-açúcar ao longo desses dez anos. É um desafio, como o Secretário mencionou, extremamente vultoso.

Próximo, por favor.

Nós estamos falando de investimentos, de algo próximo a 120 novas usinas que devam ser construídas ao longo desta década. Não é uma coisa simples, porém, não é uma coisa impossível de ser feita. Só para se ter uma ideia, já chegamos a ter, no ano de 2006, 2007, a inauguração de mais de 40 novas usinas. Então, nós tivemos 115 novas usinas entre 2005 e 2009. Temos sentido dificuldades, nos últimos três anos de crescimento, tivemos problemas climáticos e temos tido aí alguma dificuldade do ponto de vista de competitividade, que é um tema que temos debate com o Governo, de tal forma a criar, vamos dizer, políticas públicas necessárias para esses investimentos.

Próximo, por favor.

As duas grandes questões, se o Senador me permitir, vou tentar falar de uma maneira bastante sucinta, seria: quais são os benefícios que trariam esse crescimento para a sociedade, para o meio ambiente e como garantir essa expansão?

Próximo.

Hoje, nós temos um PIB de US$48 bilhões. Podemos atingir US$90 bilhões em 2020. Exportamos US$15 bilhões, podemos exportar US$26 bilhões .

Próximo, por favor.

Do ponto de vista de empregos, podemos gerar cerca de 700 mil empregos diretos e indiretos ao longo dos próximos dez anos com um investimento da ordem de R$46 bilhões na área agrícola e R$110 bilhões na área industrial. Estamos falando de investimentos superiores a R$150 bilhões.

Próximo, por favor.

Um detalhe extremamente importante para esta discussão: estamos falando de algo equivalente a 30% a 40% de reduções das emissões em relação às metas que o Brasil estabeleceu para 2020. Com o crescimento do etanol, nós teremos condições de atingir até 40% das metas que o Brasil se impôs de reduções até 2020.

Próximo.

E isso, de uma maneira sustentável. Importante também trazer esta informação: a cana-de-açúcar hoje representa 2,5% das terras aráveis no Brasil. Se formos olhar só o etanol, estamos falando de algo próximo a 1,5% das terras aráveis no Brasil, já excluindo todas as terras consideradas sensíveis, ou seja, excluímos dessa conta 60% do território brasileiro.

Próximo.

Sem mencionar o fato de que hoje já há um agrozoneamento que garante, então, a sustentabilidade da produção, proibindo a produção de cana-de-açúcar em mais de 92% do território nacional. Com isso, podemos garantir um crescimento de uma maneira sustentável, sem qualquer prejuízo do ponto de vista ambiental, sem qualquer prejuízo do ponto de vista de competição com alimentos.

Próximo.

Então, para concluir, só gostaria de destacar, Srª Senadora, as questões que temos debatido com o Governo no sentido de garantir maior competitividade ao etanol. Isso vai desde a questão relacionada a uma política tributária que realmente reconheça os benefícios do etanol, do ponto de vista social, do ponto de vista econômico, do ponto de vista ambiental, financiamentos que garantam a atividade – esses investimentos vão superar R$150 bilhões ao longo dos próximos dez anos –, até uma política setorial de longo prazo para a bioeletricidade, que envolveria leilões dedicados à bioeletricidade e uma transparência na formação de preços da gasolina no longo prazo, de tal forma que o investidor possa realmente prever a sua condição de rentabilidade ao longo dos próximos anos. Do ponto de vista do setor privado, também há compromissos importantes no sentido de ganhos constantes de eficiência, de produtividade e de desenvolvimento de difusão de novas tecnologias.

Com isso, Senador, concluo a minha explanação e fico à disposição para quaisquer outros esclarecimentos e comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Leão.

Antes de passar a palavra ao Sr. Marcelo Moraes, Coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, convido o Senador Jorge Viana para presidir a reunião.

Quero pedir desculpas aos nossos convidados, mas eu vou ter que fazer uma viagem já marcada e terei que me ausentar. Mas quero cumprimentá-los pela qualidade das exposições – já estou levando as exposições apresentadas. Eu teria várias perguntas a serem feitas aqui, mas como não estarei para ouvir as respostas, as farei em outra oportunidade. Quero agradecer muito a presença de todos. É um debate da maior qualidade este que a Comissão de Meio Ambiente está fazendo nesta quinta-feira.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria mais uma vez, como já o fez o Presidente Rodrigo, cumprimentar a todos os expositores e agra-

decer à Senadora Vanessa, que está aqui. Temos só mais um expositor.

Passo imediatamente a palavra para o Marcelo Moraes, para que ele possa fazer sua exposição. Ele vem pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico. Por gentileza, sua exposição.

O SR. MARCELO MORAES – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Primeiro, quero agradecer o convite do Senador Rodrigo Rollemberg, do senhor, agradecer a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, que foi presidente quando Deputada da Comissão da Amazônia, então conhece bem o assunto também. Vou ser bastante breve. Em nome da Leni, quero cumprimentar todos os amigos da Comissão de Meio Ambiente e, em nome do Ivan, todos os colegas aqui do Senado Federal e do Congresso.

O Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico é composto por 19 associações, só para vocês saberem quem somos. São 19 associações nacionais do setor elétrico, que representam cinco segmentos do setor: geração, transmissão, distribuição, comercialização e consumo. Todas as associações nacionais do setor elétrico estão presentes no Fórum de Meio Ambiente e lá nós não tratamos de uma fonte específico, de um empreendimento específico. A gente trata realmente do setor e do planejamento do setor para os próximos dez, quinze, vinte anos, junto com o Ministério de Minas e Energia, tentando colaborar no que é possível e no que a gente pode.

Hoje nós vamos falar especificamente das energias renováveis, então a gente trouxe quatro fontes hidrelétricas, envolvendo também PCHs, as Pequenas Centrais Hidrelétricas, eólicas, biomassa e solar.

Este é o mapa do potencial hídrico brasileiro, no qual a gente vê, nessas *pizzas*, o vermelho e o amarelo são o potencial ainda a ser explorado, óbvio que boa parte desse potencial, por questões ambientais e outras, como a indígena etc., não é possível a exploração, mas a gente ainda tem, principalmente na região Norte e Nordeste, mais especificamente na região Norte, um grande potencial a ser estudado e a ser explorado se possível. A gente acha que os números que o Dr. Altino trouxe aqui, cerca de 70 mil, 80 mil *MW,* ainda podem ser explorados no Brasil, obviamente respeitando todos os princípios socioambientais e os requisitos internacionais também nas questões de meio ambiente.

Este é o mapa do que já foi aproveitado em termos de energia hidrelétrica no mundo. A gente vê que o Brasil separa países já desenvolvidos, grandes economias mundiais que exploraram, no caso da França, até 100% do seu potencial hídrico – a França tem 70%, 75% mais ou menos de sua energia de fonte nuclear. E, acima do Brasil, os Brics, Brasil, Rússia, Índia e China, ou seja, as economias em desenvolvimento que têm uma capacidade ainda de geração de energia hídrica muito grande e que tem um potencial competitivo, em virtude de ser uma energia limpa e barata, que pode trazer uma competição acirrada com os países já desenvolvidos, principalmente nas questões industriais.

Isso aqui já a gente só trouxe... Eu milito no Congresso há mais de dez anos e a gente escuta muito falar que a energia hidrelétrica não é limpa. Então a gente trouxe o último trabalho de IPCC, que é o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, que é quem autoridade para falar sobre esse assunto. Nesse trabalho de maio, diz: "Não é possível provar que as hidrelétricas contribuem para o aumento do efeito estufa. As emissões de gases de efeito estufa apontadas por decomposição de matéria orgânica em sistema de água doce naturais e artificiais [no caso dos reservatórios] podem ser superestimadas e é possível até que hidrelétricas funcionem como sumidouro de gás de efeito estufa". Ou seja, isso nos dá segurança para que o Brasil defenda uma fonte de energia altamente competitiva, barata, limpa e armazenável, que é a grande vantagem da fonte hidrelétrica em relação a outras fontes. A gente pode defender com bastante naturalidade e sem medo de errar que a fonte hidrelétrica também é tão limpa e tão renovável quanto outras fontes mais recentes, no caso, eólica, solar e biomassa.

Próximo, por favor.

Falando um pouquinho em eólica, este é o mapa da eólica no Brasil, exploração dos recursos eólicos, de energia eólica. A gente vê, aqui em baixo, nesse quadrado aqui em baixo, que hoje temos 1,5% mais ou menos de gigawatts instalados, que representa um pouco mais 1% da geração de energia brasileira, da potência instalada, e a gente pode chegar em 11,5% talvez até um pouquinho mais em 2020, como o Dr. Altino disse. A gente pode aumentar aí sete, oito vezes, podendo até chegar a dez vezes a geração de energia eólica, que é importantíssima para o Brasil. O Brasil é um país, como todos sabemos, com características naturais especialíssimas no mundo, não tem nenhum outro país que se compare aos recursos naturais que nós temos, e o nosso mapa eólico também é bastante favorável.

Como já foi dito pelos colegas aqui também, em virtude da expansão da energia eólica, começamos a enfrentar pequenos problemas de licenciamento, que vão se agravar à medida que a matriz vá avançando na sua instalação. É importante o Senado e o Congresso estarem sintonizados com essas dificuldades que começam a surgir porque talvez aqui seja o foro ade-

quado para a gente começar a discutir para onde queremos ir. Energia eólica, hoje, é espetacular, temos um potencial gigantesco, mas vamos começar a enfrentar problema de licenciamento nas comunidades também.

Próximo.

Da biomassa não vou falar aqui, porque o Eduardo já falou bastante. O que a caracteriza ele também disse, mas onde está concentrada a biomassa, isso é muito importante, é na região do grande consumo de energia elétrica brasileira. Então, você diminui um pouco aí a questão de transmissão de energia, mais para a frente vou até mostrar um outro mapa do Brasil à noite, para a gente ver exatamente onde está o consumo e onde está a nova geração, o potencial ainda de expansão. Mas a biomassa tem um papel fundamental, com possibilidade de expansão entre 50% e duas vezes nos próximos oito anos. Então podemos até dobrar nos próximos oito anos.

Próximo.

Mapa solar brasileiro. Como eu disse, é um país espetacular. Essa coluna da esquerda mostra a radiação solar. À medida que vai clareando, a radiação é maior. Então a gente vê que o Brasil é um país bastante equânime, as regiões praticamente se equivalem. É uma energia que pode ser utilizada em todos os cantos do País, especialmente essa região um pouquinho mais clara tem um potencial ainda melhor, mas ainda é uma energia com um custo muito alto.

Esta é uma decisão também que o Congresso vai ter que tomar, junto com o Governo brasileiro, até que ponto vale a gente pagar até seis, sete vezes mais do que a energia hidrelétrica ou três vezes mais do que a energia eólica para começarmos a desenvolver essa fonte. A gente entende que ela é necessária, importante, mas tem que ter incentivos para que a gente possa, principalmente, melhorar na questão de equipamentos. Os equipamentos ainda não conseguem produzir uma quantidade de energia grande, de energia elétrica, a preços módicos. Talvez o grande avanço seria o incentivo para equipamento. A gente vê que a capacidade instalada hoje é de 5 *MW*, ou seja é incipiente. Na *pizza* da geração de energia brasileira, ela sequer aparece, porque realmente é muito pouco. Só para se ter uma ideia, o parque é mais ou menos de 115, 117 mil *MW*, 1.000 *MW.* Nós temos 5 *MW* instalados de solar.

Próximo.

Este mapa aqui é só para mostrar a complementaridade das fontes. O Eduardo também falou isso, e isso é fundamental para o Brasil. A expansão da solar, da eólica e da biomassa é importantíssima, porque ela é complementar à hídrica e também à térmica. Então quanto nos períodos... Essa linha tracejada aqui é a linha da energia hidráulica, quando ela cai, começa a ventar e fazer sol e a safra da cana. E quando a afluência é alta, sol, incidência de sol, ventos e a entressafra da cana, acontece. Então são energias complementares. Outra grande vantagem competitiva que o Brasil tem em relação a outros países do mundo. Mas é importante saber que, para a expansão das fontes alternativas, é necessário ter uma fonte firme, ou seja, aquela fonte que vai gerar 24 horas por dia se for necessário. E essa fonte está no reservatório de água ou nas termelétricas, seja ela qual fonte for, gás, óleo, carvão ou até nuclear.

Próximo.

Essa é a questão do armazenamento, que é uma discussão grande dentro do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico. Essa é a demanda de energia, a linha de demanda de energia para os próximos dez anos, uma demanda absolutamente crescente em virtude de o País estar em desenvolvimento, e esta é a linha de armazenamento que vamos ter, é a estima para os próximos dez anos. Ou seja, nós não vamos ter água armazenada na mesma quantidade de expansão do sistema. A gente vai precisar realmente de um *backup* ou discutir a questão do reservatório, que a gente estava até conversando com o Dr. Altino um pouco mais cedo, o Brasil já não tem grandes reservatórios a ser explorados, talvez poucos.

Mas o que a gente queria chamar a atenção com esse gráfico aqui é tentar achar o equilíbrio entre os grandes reservatórios e usina fio d'água. A gente entende que com a usina fio d'água, com raras exceções, estamos cometendo um crime tão grande quanto ao fazer grandes reservatórios. Seria o ideal achar o meio-termo para que a gente consiga armazenar uma quantidade de água que supra momentos de dificuldade de geração de energia de outras fontes que a gente tenha no Brasil.

Próximo, por favor.

Essa é a nossa *pizza*, como a gente falou. Aqui o que vale ressaltar é realmente uma matriz absolutamente limpa, o diferencial competitivo gigantesco em relação a qualquer outro país do mundo, podemos falar isso com muito orgulho, seja aqui, seja na Rio+20, seja onde o Brasil estiver representado. Esse quadradinho aqui de baixo é importantíssimo também. O ano passado, 92% da energia gerada no sistema interligado foi de hidrelétrica. Então, a gente pode falar com segurança que o Brasil, em 2011, foi o país que gerou a energia elétrica mais limpa em comparação a qualquer outro país do Planeta. Isso a gente pode falar com bastante segurança e de boca cheia na Rio+20.

Esse eu vou pular, porque é só uma complexidade do sistema interligado.

Próximo.

Aqui eu queria só chamar atenção. Este é o mapa do Brasil, uma foto tirada à noite, mostrando os grandes centros de consumo e de energia elétrica. Então a gente vê que o potencial hidroelétrico está aqui e o grande consumo está aqui. Essa é uma vantagem das fontes da biomassa e da solar, que podem ser um pouco mais destinadas aqui para a região Sul/Sudeste, e também a eólica aqui na costa, na região Nordeste.

Mas o que a gente quer trazer com isso aqui é a importância da transmissão, que também tem entraves ambientais importantes, mas é fundamental. Esta aqui é o Linhão do Madeira, que vai entrar agora com as usinas do Rio Madeira e que vai trazer energia que está sendo gerada na região Norte para baixo.

Outra coisa que a gente quer mostrar com esse mapa também é que a energia sempre foi um vetor de desenvolvimento em qualquer lugar do mundo. E por que não também ser um vetor de desenvolvimento da região Norte, tão carente de indústria, emprego, geração de renda? Então a gente quer chamar um pouco atenção para essa área do Brasil que ainda está inexplorada, onde a gente acha que o recurso hídrico, com responsabilidade, pode ajudar bastante.

Próximo.

Esse quadro o Dr. Altino já mostrou. Eu só vou chamar atenção aqui para duas coisas. Primeiro, como ele também já ressaltou, a vantagem que o Brasil tem. Uma matriz de combustíveis fósseis gera muito pouco, 10%, e em 2020 vai reduzir. No mundo, em 2010, havia 68% de geração de energia elétrica de combustíveis fósseis, Senador. Então a gente vê o diferencial do Brasil em 2020, com cerca de 8%, e o mundo, com 68%. Nós estamos muito avançados.

Com relação à energia renovável, é exatamente o oposto. Enquanto o Brasil hoje produz 86% da sua energia renovável, chegando a 88% em 2020, o mundo ainda está em 18%.

A China está fazendo um esforço gigantesco para, em 2020, chegar a 12% de energia renovável, enquanto o Brasil chegará a 88% de energia renovável. Então também podemos falar isso com muito orgulho em relação à energia elétrica brasileira.

Próximo, por favor. Este nós vamos pular.

Aqui é só para mostrar os preços. Às vezes a gente não entende por que alguma fonte não conseguiu avançar, então a gente trouxe um comparativo. Hidrelétricas, já tem aqui, em 2016, até a R$58,00, que foi o caso de Teles Pires. Então nós temos hidrelétrica a R$58,00; eólica a R$99,00; biomassa chegando também a R$100,00; térmica ainda um pouco mais cara, a óleo, a R$170,00; a PCH, que tem uma dificuldade grande hoje para se expandir, em virtude das dificuldades ambientais, a R$140,00.

Então realmente é a opção que o Brasil vai fazer. Energia a R$58,00 – desculpem, porque faltou um quadradinho aqui –, a R$100,00, a R$140,00, a R$170,00, ou a R$300,00, R$350,00, no caso da eólica – não é, Dr. Altino? –, da solar, desculpe, entre R$300,00 e R$350,00. É uma opção de governo, da qual o Congresso também vai poder participar. Quem vai pagar essa conta é o consumidor de energia, que já está no limite.

Próximo.

Isso eu trouxe exatamente para mostrar em termos da conta, porque a gente fala muito. Trinta por cento da conta de energia elétrica é energia. Esses números são aproximados. Vinte e dois por cento são transmissão e distribuição e 48%, ou seja, quase metade da conta de luz brasileira, refletem encargos setoriais e tributos. Ou seja, se houver uma discussão, e a gente já está tendo essa discussão na renovação das concessões, em que a gente vai poder apertar um pouquinho mais esses 30 aqui, acho que a gente poderia aproveitar essa discussão para apertar um pouquinho também aqui.

Há Estado que chega a cobrar 40% de ICMS de energia. A gente chama "energia por dentro", então a gente entende que o consumidor poderia ser beneficiado. E traria competitividade também para a indústria brasileira se a gente reduzisse essa parcela aqui de encargos e tributos.

Próximo, por favor.

Esse eu vou só passar. A gente trouxe, para ficar aqui na Comissão, Senador, as oportunidades e desafios dessas quatro fontes que nós mostramos aqui. Então tem hidrelétrica,...

Próximo, por favor.

Eu vou chamar atenção para a PCH, que realmente tem tido muita dificuldade. No Congresso brasileiro, isso vai ser importante para a gente continuar avançando no desenvolvimento dessa fonte. A PCH traz com ela também pequenos reservatórios importantes para o abastecimento e saneamento de pequenos Municípios. E hoje há uma dificuldade com o avanço da eólica, que ficou realmente muito competitiva, e o Governo tem optado por dar motricidade tarifária e não fazer leilões específicos de PCH. Então talvez no Congresso a gente consiga criar artifícios para dar competitividade para as PCHs.

Próximo.

Eólica, também, oportunidades e desafios.

Próximo.

Biomassa, que a gente também trouxe; o Eduardo falou um pouquinho. E a solar, que ainda é o nosso principal desafio, a questão dos custos, que são ainda muito elevados.

Próximo. Mais uma, por favor. Mais duas. Obrigado.

Bom, isso aqui é só um exemplo. A gente também está tratando de potencial hidráulico brasileiro, então existe uma proposta...

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. MARCELO MORAES – Já estou encerrando.

Existe uma proposta para a gente criar reservas estratégicas de potencial hidráulico. Essa reserva estratégica não seria só para a geração de energia, seria para uso múltiplo da água...

Bom, isso aqui é só um exemplo. A gente também está tratando de potencial hidráulico brasileiro, então existe uma proposta...

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. MARCELO MORAES – Já estou encerrando.

Existe uma proposta para a gente criar reservas estratégicas de potencial hidráulico. Essa reserva estratégica não seria só para a geração de energia, seria para o uso múltiplo da água. Então, pegar ainda os grandes potenciais que existem, principalmente na região amazônica, e preservar essa região. Se um dia o governo brasileiro achar conveniente gerar energia naqueles potenciais, a gente gera também.

Isto aqui é o exemplo do que aconteceu na usina de Santa Isabel, que foi licenciada em 2001. Nós trouxemos fotos de satélite aqui de 88, 98 e 2008. Em vinte anos, esta área verde é de floresta, a área amarela é área antropizada: uso humano e também agricultura e pecuária. Em dez anos, a amarela tomou um pouco de espaço. Em vinte anos, ela praticamente dominou toda a região ao redor do reservatório da usina de Santa Isabel.

Se tivesse sido feita uma reserva quando ela foi leiloada, em 2001, se tivesse sido feita uma reserva estratégica para a exploração desse potencial, certamente, este quadro aqui de 2008 não se refletiria.

Então, agora, a gente está entrando com uma proposta. Já existe aqui o PLS nº 179 do Senado, do Senador Gilberto Goellner, para criar uma reserva estratégica dos potenciais hídricos e garantir, primeiro, a preservação da área ao redor dos reservatórios, da APP; e, segundo, se o Brasil achar conveniente, quando achar conveniente, fazer a exploração desse recurso hídrico, seja com reservatório, seja sem reservatório, seja com fio d'água. Mas o importante é que esse reservatório, esse curso da água esteja já marcado para uma exploração de recurso hídrico, caso o País ache conveniente.

Próximo.

Sobre esse eu não vou falar.

Próxima.

É a última. Esta, Senador, é para a gente mostrar só onde estamos hoje. O Brasil é um país, felizmente, que tem diversos caminhos. Podemos hoje escolher; podemos nos dar ao luxo da escolha.

Só com relação à Rio+20, que é o tema hoje aqui, antes de ontem, eu li um artigo feito pelo Paulo, se não me engano, representando o *Greenpeace,* falando do sorriso amarelo em relação à Rio+20, em virtude do Código Florestal.

A gente acha que o Brasil não tem que ter esse sorriso amarelo não, Senador. O senhor, que conquistou, com o seu sorriso, o povo lá do Acre, pode ir para a Rio+20 com bastante certeza de que o Brasil é um país...

É lógico que temos muito a avançar, aperfeiçoar, mas, em relação a outras nações do Planeta, principalmente as mais desenvolvidas, aonde estamos chegando – já somos a quinta ou sexta economia do mundo –, estamos muito adiante na questão energética e elétrica. Podemos chegar à Rio+20 certos de que o Senado fez um grande trabalho, que o Congresso fez um grande trabalho e que o Governo brasileiro, junto com os agentes privados e estatais, também tem feito um grande trabalho na geração de energia e na energia elétrica brasileira.

Obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço.

Eu queria, mais uma vez, cumprimentar e agradecer ao Marcelo Moraes, que vem pelo Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico; ao Dr. Neilton Fidelis, pela exposição também; ao Eduardo Leão e ao Dr. Altino, que é também uma figura muito respeitada no setor e que nos honra com sua presença.

Antes de perguntar se a Senadora Vanessa quer fazer algum questionamento, eu gostaria de, aproveitando a posição em que estou, obviamente, além de agradecer a presença de todos, pedir que disponibilizem para a Secretaria da Comissão as apresentações. Mas eu gostaria de, especificamente, fazer algum comentário e também alguns questionamentos.

O comentário é que eu acho que as exposições enriquecem o debate de uma área estratégica para o País. Eu particularmente tenho uma proximidade muito grande com setor elétrico. Acho que é uma área-chave para um país que quer se firmar como uma liderança nesse mundo, e tem conseguido, como é o caso do Brasil.

É evidente também que, já mais recentemente, começando no governo do Presidente Lula, retomamos o aproveitamento do potencial hidrelétrico que temos

com grande usinas. E isso veio acompanhado, também, de um grande debate e eu diria até que de um conflito.

Mas é um passo importante, porque, nesse período que o Brasil parou de construir hidrelétricas de maior porte, também houve um avanço na tecnologia. Principalmente na tecnologia voltada a compatibilizar com o meio ambiente, diminuindo os impactos ambientais.

É evidente que nós temos hoje, como é o caso das hidrelétricas do Madeira, que em outros tempos trariam um enfrentamento e uma dificuldade de licenciamento muito maior... Obviamente, junto com esse avanço dessa nova tecnologia, também tivemos um problema sério. Com a diminuição dos lagos, nós também temos aí um problema mais grave no período da seca, porque não tem armazenamento e logo você perde bastante no fator de capacidade. E, aí, como o Brasil tem essa possibilidade, como bem colocou aqui o Moraes, de fazer compensação – na época da seca, você tem mais vento, e a eólica é promissora no Brasil, pelo potencial que tem –, é claro que a gente tem que equacionar.

Mas eu queria dizer, fazendo esse comentário, Senadora Vanessa, que somos da região Norte e que as grandes hidrelétricas hoje estão sendo construídas lá: as do Madeira e a de Belo Monte. Eu particularmente não tenho nenhuma posição radicalizada, ao contrário, acho que temos o conhecimento, a ciência, para nos dar a possibilidade de melhor aproveitar o potencial natural que nós temos.

Fui voto vencido, ainda no governo do Presidente Lula, mas não estou convencido, porque eu achava e acho que todo e qualquer aproveitamento de recurso natural, na região Norte, tem que considerar os moradores da região nos ganhos advindos do aproveitamento, e não seria nada complexo para o Brasil.

À época, falei com o Presidente Lula, falei ainda com a então Ministra de Minas e Energia e hoje Presidente Dilma: olha, não tem sentido você fazer as duas hidrelétricas do Madeira e os Estados do Acre e Rondônia, e até o Amazonas – porque estamos falando do aproveitamento de um rio que tem os afluentes que vêm do Acre, que vêm de Rondônia, que vão para o Amazonas – não serem parte desse aproveitamento. Com isso, você envolveria as populações locais.

Eu estou falando porque 49% são públicos, 51% são privados. Nos 49% públicos, por que não as empresas de Rondônia, do Acre e do Amazonas serem sócias, com 1% que fosse desses 49%? Obviamente, entraríamos no financiamento e seríamos parte do negócio sem nenhum problema. Todo mundo adorou, o Presidente Lula adorou, a então Ministra Dilma adorou, mas essa coisa não prosperou. E eu, como amazônida, sigo defendendo essa tese.

Certamente, na hora de implementar o empreendimento, nós seríamos os ajudantes, porque seríamos os beneficiários. O que nós vamos ter? Vamos ter ganhado com a energia local? Vamos. Mas uma parte pequena da energia de Santo Antônio e de Jirau vai ser usada na região e outra parte enorme virá para Araraquara, salvo engano, na linha de transmissão, para abastecer o Sul e o Sudeste. E nós vamos seguir assim: a região mais pobre facilita a vida da mais rica. Não era para ser o contrário, o mais rico facilita a vida do mais pobre? Sem nenhum tipo de doação, apenas uma relação de cumprir o que está na Constituição, que é diminuir as desigualdades regionais.

Agora estamos com Belo Monte. Todo debate é legítimo sobre as preocupações ambientais. Mas, de novo, o ganho da população no entorno da usina é muito pequeno. O prejuízo, as perdas são muito maiores. Porque agora o desafio não é só, gente, a questão ambiental. Nós estamos encontrando uma equação ambiental cujo avanço, de alguma maneira, é visível.

Mas e no social? Sabe o que está acontecendo hoje em Belo Monte? Greve dos trabalhadores. Sabe o que aconteceu até a semana passada em Jirau e Santo Antônio? Greve dos trabalhadores. Sabe o que está acontecendo no entorno das usinas de Santo Antônio e de Jirau? Prostituição, aumento do consumo e uso de drogas.

E aí, nesse aspecto, sinto muito dizer aqui, mesmo no exercício da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado – estou falando isso porque nós temos aqui o Dr. Altino, que é uma pessoa que tem amor por esse tema, é uma autoridade nesse tema e trabalha com planejamento –, se me perguntarem "mas o Brasil avançou no aspecto social das grandes obras, especificamente de hidrelétricas?" Pouquíssimo. Ainda não é perceptível, ainda não é visível. É claro que foram construídas cidades. Mas eu sou da região.

Ontem, eu falava com um secretário do Ministério de Educação. Ele está estarrecido com o entorno de Belo Monte, porque já tínhamos um problema lá, que só está se agravando. Ninguém tem dúvida do impacto que é você ter, como nós temos lá, Mutum-Paraná, que agora não existe mais, e Jaci-Paraná, uma cidade com cinco mil habitantes, onde você tem dez mil pessoas que não têm nenhum vínculo com aquela cidade nem com aquela sociedade, nem com aquele povo, que estão ali de passagem. E quem está de passagem, sinceramente, não estabelece relações, o local é apenas uma coisa utilitária. Vai lá, tira o máximo que der e vai embora. Então o Brasil andou pouquíssimo.

Qual é o tema da Rio+20? Desenvolvimento sustentável. A gente fala de economia verde – desenvol-

vimento sustentável. Há desenvolvimento sustentável sem a componente social? Não conheço. Pelo menos tem que haver um tripé: o econômico, o ambiental e o social. Eu estou referindo que estamos voltando no econômico, e é importante para o Brasil aproveitar o seu recurso hidrelétrico, que é energia limpa. Por isso, quando alguns mais radicais vêm questionar, eu digo: Ah, está defendendo o uso intensivo do fóssil, mas energia limpa não? Então o Acre tem que continuar consumindo energia a diesel, produzida em Rondônia, e não a limpa? Então estamos de acordo.

Quando nós vamos para o ambiental, há um avanço enorme já alcançado, e acho que ainda há uma tarefa pela frente. Mas, sinceramente, no social, todos nós fomos pegos de surpresa com as rebeliões, com o que houve lá – eu mesmo fui ver, fiz parte de uma comissão aqui, com o Senador Rodrigo – nas grandes obras. E acho que o Brasil andou pouquíssimo nesse aspecto.

E faço aqui uma sugestão: vamos pensar, Secretário Altino, em envolver as populações que estão entrando com os recursos naturais, porque elas são as cuidadoras, no processo e no negócio, para que os ganhos não sejam de *royalties* ou de compensação ambiental em que a maioria dos gestores desaparece com o dinheiro ou faz o dinheiro desaparecer. Então tem que ser uma coisa mais duradora, para que o aproveitamento de um recurso hídrico para a geração de energia numa região possa ser a possibilidade de aquela região mudar, e não a realidade dela piorar.

Belo Monte é uma realidade. Eu sei que o Governo está preocupado, sou parte do Governo. Acredito sinceramente que a Eletronorte, a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia estão preocupados, mas não basta, porque toda vez que foram construir uma usina também havia as preocupações. As pessoas não fizeram sem preocupação. Mas nós temos que mudar, estabelecer uma mudança na maneira de tratar principalmente a componente social, que é a mais importante, a vida, as pessoas.

Eu acho, com todo o respeito, Moraes, que normalmente se joga a culpa: "Ah, é o problema ambiental". Eu acho que há uma soma. Nós até que estamos avançados. Eu sei que está ainda muito travado o licenciamento, mas eu queria pôr a componente social.

Nós estamos aqui, depois de vinte anos da Rio 92, fazendo a Rio+20. Se nós não colocarmos como prioridade tão grande quanto o negócio o aspecto social, nós não vamos trabalhar na agenda socioambiental. Se nós não trabalharmos a agenda socioambiental – eu estou aqui presidindo a Comissão de Meio Ambiente do Senado –, nós não vamos poder falar de sustentabilidade. Aí – desculpe-me Moraes –, o sorriso tem que ser amarelo. E o Brasil tem tudo para dar um sorriso escancarado, porque é um dos poucos países, como você bem colocou, que reúne as condições de trabalhar muito bem com esses três aspectos.

Eu sou um defensor de que... Está todo mundo meio assim: "Mas o que vai acontecer na Rio+20?" Para mim, se fosse atendido um aspecto já estaria ótimo. E quem pode ter a autoridade de fazer isso é a Presidente Dilma, porque o Brasil é o único país que cresce com inclusão social. O Brasil é um país que cresce com inclusão social e é um país que está procurando, apesar do desastre que foi a votação do Código na Câmara... Eu acredito que a Presidente vai tomar uma atitude do veto às barbaridades que foram feitas lá, já que havia um entendimento, um consenso político, inclusive com os Deputados, aqui no Senado. Mas sou confiante de que nós vamos seguir sendo uma referência do ponto de vista ambiental.

Então o Brasil cresce e faz inclusão. Imagine se o mundo, depois da Rio+20, vai seguir estabelecendo o *ranking* dos países a partir do PIB. O PIB só fala de um aspecto, o econômico. Há país que pode estar crescendo muito no PIB e aumentando a injustiça social e a degradação ambiental. Então imagine se a Presidente Dilma – é o que eu defendo – estabelecesse como um desafio para o mundo ter um novo indicador que possa ser o indicador do *ranking* dos países que leve em conta o desenvolvimento sustentável.

Quais são as três letrinhas mágicas, que não sejam as do PIB, mas que levem em conta o social, o ambiental e o econômico? E aí, quando nós dissermos "aquele país, de zero a dez, é sete", nós vamos saber que ele é sete porque as componentes estão juntas. E aquele país que só cresce e que aumenta a desigualdade ou a degradação ambiental vai estar lá em zero ou um, mesmo com o crescimento econômico.

Eu acho que este seria um desafio extraordinário se o mundo se prendesse a um novo indicador que pudesse expressar, de fato, se estamos tendo desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento com injustiça social e com degradação ambiental.

A minha defesa, como engenheiro florestal, como Senador, é construir isto. E eu acho que o Brasil tem essa autoridade. A Presidente Dilma tem esta autoridade de olhar para o mundo e dizer que nós fazemos crescimento com inclusão social, ao passo que muitos países não fazem, mas, sim, às custas da degradação de outros, de terceiros, de outros continentes. Enfim, isto tem muito a ver com energia.

Então, para mim, este é um aspecto que faz parte do comentário que eu queria fazer para ver se poderíamos pôr na nossa agenda a preocupação com o social.

Eu não acredito em uma solução com alguém de fora, chegando à Amazônia, no lugar que vai ter a usina e dando presentes, por exemplo, uma casa nova, para todo mundo, um carro na garagem. Isto não vai resolver. Eu estou falando em mudar a vida das pessoas. Mas, para mudar a vida das pessoas, tem de haver o econômico e, para ter o econômico, teria de haver participação nos empreendimentos. Não é possível usarem os recursos naturais da Amazônia e quem vive na Amazônia, quem cuida deles não ganhar nada, aliás, perde muito.

Então, este é um aspecto importante, eu vou martelar nisso. Acredito que o bom-senso possa prevalecer no tempo.

Quanto aos questionamentos, são duas questões que, certamente, o Rodrigo traria, mas se o senhor puder comentá-las ou alguém que queira – porque depois vou passar a palavra para a Senadora Vanessa. Qual proporção de investimentos que temos dos setores públicos e privados, especificamente do privado? Estão crescendo os investimentos privados no Brasil?

Então, para termos alguma noção, quem pudesse fazer esse paralelo nos investimentos que virão.

Uma pergunta exclusiva para o Dr. Altino relacionada ao custo da energia. O Moraes levantou aqui, mas, por mais que se queira agora botar o foco só nos encargos sociais... Porque isso virou moda no Brasil também. O Brasil tem um custo de 36% de encargos sociais e é alto para as atividades produtivas, e a gente não faz uma qualificação disso. Às vezes, o setor que tem riscos, que é tão prioritário, tem os mesmos custos de um outro que não tem risco e só tem ganhado. Mas, enfim, não gosto de satanizar isso, porque eu fui Prefeito, fui Governador, e quando o dinheiro dos impostos é bem-aplicado a gente tem retorno. Então, defendo o equilíbrio.

Causa-me estranheza, porque tenho assistido aos leilões, mas quando vi os leilões de Santo Antônio, de Girau, de Belo Monte, das eólicas, das novas usinas, só tem caído o custo da geração de energia. Isto é real, mas muito. A eólica saiu de quase R$300,00 para R$99,00. A hidroelétrica sai de R$180,00, R$190,00 para R$70,00, R$80,00 lá em Santo Antônio e Girau. E a conta de luz só aumenta de todos os brasileiros! Só aumenta. Todo mundo, de norte a sul, reclama. Eu entendo que é um setor que exige grandes investimentos, já foi colocado aqui, mas quando será, Dr. Altino – eu sei que agora vão acabar as concessões, os encargos vão desaparecer, uma montanha de dinheiro...

Hoje, nós, no Acre, estamos vivendo uma situação que é a pior dos mundos. Antes, a nossa energia era gerada a *diesel*; o Governo arrecadava um ICMS pequeno, uma energia suja; agora a energia é limpa, produzida em Rondônia, não há mais arrecadação para o governo, porque o ICMS da geração foi para Rondônia. Eu estava no Governo e concordei com essa situação porque tem de pensar o Brasil, não podia pensar só o meu Estado, mas o Estado deixou de arrecadar quase R$40 milhões por ano de ICMS, a energia de Rondônia foi ser gerada a *diesel*, agora ela é cara e ruim, e o Estado não ganha nada.

Certamente, nós estamos começando a ter a segunda linha de transmissão. Lá, com o Dr. Márcio Zimmermann, fui informado de que o Governo Federal, o Ministério, tem tido uma atenção especial com a região, é bom que se reconheça, mas do ponto de vista dos custos, é inexplicável como nós podemos ter uma das energias mais caras do mundo? Ou seja, não há uma política. E a nossa energia é muito cara. E nós temos a água como fonte de boa parte desta energia. Um recurso natural que é de todos nós. Aí fica muito difícil para mim, como Senador, como ex-Prefeito, como ex-Governador, como cidadão entender isso.

E, aproveitando a vinda de V. Sª aqui, se o senhor pudesse falar um pouco, porque a Firjan fala isso, de como nós podemos ter... Porque eu não sou favorável que cortem os investimentos para poder resolver o problema da conta. Mas eu acho que dava para diminuir o custo da conta de luz e seguir tendo um investimento. Por isso a pergunta anterior de onde vêm os investimentos? Porque eu não conheço negócio melhor do que energia, para agora e para o futuro. Então, é absolutamente um bom negócio; seguro que é.

Outra pergunta para V. Sª. Praticamente parou com as construções de PCHs no Brasil: as Pequenas Centrais Hidrelétricas. A eólica aumentou; a solar é uma promessa; as grandes hidrelétricas estão vindo, e as Pequenas Centrais Hidrelétricas agora passaram a ser um mau negócio. Por quê? Porque os custos fixos se mantiveram, o preço da energia caiu e a política de incentivo para o setor... Eu, sinceramente, se o senhor pudesse comentar, é a terceira pergunta, quando é que o Brasil vai ter leilão exclusivo para PCH, com política de financiamento exclusiva para PCH, como está fazendo, inclusive, com a eólica, se vai ter? Porque é muito importante, pois são usinas mais entranhadas nas regiões, nas cidades, nos municípios, e certamente ajudariam a resolver o problema de energia, e o impacto socioambiental também é bastante reduzido.

Seriam estes os meus comentários.

E, para a gente ganhar tempo – eu peço desculpas a todos os nossos convidados por eu haver me alongado –, indago se a Senadora Vanessa gostaria de usar da palavra. (*(Pausa.)*

Depois, a gente voltaria para a Mesa para a última fala de cada um dos nossos convidados.

Peço a compreensão do Dr. Altino para que ele possa... Muito obrigado por estar aqui.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu serei bastante breve; agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Na realidade, fiz questão de fazer este breve comentário – daqui a pouco tenho de estar na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – para concordar com absolutamente tudo o que V. Exª disse.

V. Exª se estendeu, mas penso que abordou tudo aquilo que nós, da Amazônia, devemos abordar.

O Dr. Marcelo dizia, já debatemos de longa data, na Câmara, quando lá estive coordenando a Comissão da Amazônia, e até pouco tempo, aquele mapa que o Dr. Marcelo apresentou do sistema nacional interligado, mostrava o grande vazio que é a Amazônia, que estávamos completamente desligados, e ainda estamos, porque a ligação do Amapá e o Amazonas do linhão de Tucuruí é uma obra que deverá ser realidade ao final – penso eu– de 2013 e início de 2014, que é um avanço muito importante.

Agora, o que chama a atenção mesmo é exatamente o vazio, porque ele não é um vazio de pessoas, é um vazio energético, nós geramos energia a óleo naquilo que é a maior floresta e maior concentração de biodiversidade do planeta. E, agora, estamos produzindo, porque somos detentores da maior capacidade, como disse o Senador Jorge Viana, para abastecer outras regiões que não a nossa. Até um dia desses, Senador Jorge Viana, antes do Programa Luz para Todos, vinha da hidrelétrica de Balbina, que foi um erro do passado, um grande erro, que não deve mais se repetir, mas o linhão da hidrelétrica de Balbina, que levava energia de Balbina a Manaus, passava por cima de muitas casas e todas elas sem energia. Quantas vezes eu fui à direção da Eletronorte, à época, pedir por aqueles moradores. E a Eletronorte apresentava a conta, botava a conta encima da mesa. Com um agricultor, que produz cupuaçu, macaxera, pagaria aquela conta? Mas isto foi antes do Programa Luz para Todos. É sinal que o Brasil está avançando.

Isto deve servir como exemplo para tudo isto que o Senador Jorge Viana colocou. Nós precisamos ter participação nisso. Primeiro, com energia, porque não é possível mais gerá-la para os outros a consumir e a gente sem nada. Primeiro nós precisamos ter energia. O Programa Luz para Todos tem de ser concluído na região. No Estado do Acre está uma maravilha, está todo concluído; no meu, quanto mais se faz, mais aparece serviço para fazer. Imagina V. Exª, Senador Jorge Viana, no nosso Estado, quanto mais ligações fazem, mais ligações aparecem. Para cada ligação feita aparece a necessidade de novas cinco ligações. E esta é a proporção que se trabalha.

Então, primeiro é isto: resolver o problema energético de abastecimento com energia alternativa para as comunidades isoladas e, segundo, fazer como que esse potencial de geração hidráulica sirva para isto que o Senador Jorge Viana colocou, para o processo de inclusão social, de desenvolvimento sustentável, porque na Rio+20 nós vamos falar o quê? Economia verde e desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável requer recursos, requer investimentos fortes. Nós não vamos, daqui para amanhã, fazer o que historicamente as grandes corporações de medicamentos, por exemplo, no mundo, fazem conosco: levam embora a nossa matéria-prima, pesquisam, fazem a síntese, descobrem o medicamento, mandam de volta e nós pagamos os *royalties* para eles. Nós é que precisamos fazer isto. E boa parte desses recursos, boa parte não, mas uma parte tem de vir desse sistema da remuneração. Como é que vamos remunerar as comunidades? Porque é o recurso que está sendo utilizado.

Cumprimento o Senador Jorge Viana, que tem sido um dos grandes debatedores deste tema, um dos coordenadores do grupo de Senadores que deverá participar da Rio+20, por mais este debate, que só faz acrescentar, Senador, e aumentar a nossa convicção, a sua convicção, V. Exª que já foi Governador por duas vezes de um Estado importante, mas que carece, como o meu, de desenvolvimento. Carece muito. Nós estamos, lá, muito atrás do que está São Paulo. E precisamos entender que essa nossa riqueza não é ruim para o Brasil, nem a gente vive em um santuário, nós não vivemos em um santuário, mas queremos utilizá-la de forma correta.

Eu também penso como o Senador e acho que devemos explorar os recursos hídricos. Não sou contrário a isso. Acho que quem defende que não se utilize os recursos hídricos conspira contra a Nação e contra o nosso povo, eu não tenho dúvida quanto a isso, agora, com todos os cuidados, que não são só ambientais, são sociais também.

Meus cumprimentos a V. Sªs, e ao Senador Jorge Viana; eu assino embaixo de toda a sua exposição.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Vanessa, que tão bem defende a Amazônia e o Brasil, especialmente o seu Estado aqui nesta Casa, e já o fazia na Câmara e, certamente, por conta do seu trabalho é que o povo do Amazonas lhe deu este mandato de Senadora.

Passo aos expositores.

Vou deixar o Dr. Altino para o final, por ele ser o mais profundo estudioso deste tema e o mais antigo também, autoridade aqui que nos honra, possa encerrar as exposições.

Por favor, Dr. Eduardo Leão, para as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO LEÃO DE SOUSA – Senador, mais uma vez, eu queria cumprimentá-lo pela excelente exposição e argumentos que trouxe aqui a esta Comissão e agradecer a oportunidade de falar um pouco do nosso setor, do setor sucroenergético brasileiro.

Para finalizar, eu gostaria de reforçar um pouco alguns números que vão na linha que o senhor mencionou, que é a importância da sustentabilidade sob a ótica das três vertentes: vertente econômica, vertente social e a vertente ambiental.

O Brasil tem cumprido de maneira extremamente satisfatória, do ponto de vista de sua matriz energética, boa parte destes principais temas.

No caso do setor sucroenergético, nós temos, sob a vertente econômica, um setor que gera um PIB de US$50 bilhões, e que pode chegar a gerar, em 2020, algo próximo a US$90 bilhões, quer dizer uma contribuição fundamental, eu acho, para o aspecto econômico do País.

Do ponto de vista social, é um setor que gera mais de um milhão de empregos, empregos estes que vem sendo hoje extremamente alterados, com o advento da mecanização, quer dizer é um processo de requalificação e treinamento extremamente acelerado no setor, de tal forma que devemos gerar mais 350 mil empregos diretos ao longo dos próximos 10 anos. Acho que está é uma vertente social extremamente importante, principalmente considerando que são empregos gerados no interior. Esta é uma característica do setor sucroenergético, que leva a indústria onde está sendo produzida a agricultura, diferentemente de outras culturas que você produz em determinada região e a industrializa ou a exporta a mil a dois mil quilômetros. No caso da cana, pela característica de perecibilidade dela, ela leva o aparato industrial e de serviços ao campo. Acho que isto é um aspecto muito importante.

Do ponto de vista ambiental, já pude mencionar aqui, somente pelo uso do etanol e da bioeletricidade nos últimos 30 anos nós pudemos evitar a emissão de cerca de 600 milhões de toneladas de CO_2 equivalente, acho que é um dado extremamente importante. E, mais do que isto: se tivermos os investimentos que precisamos ao longo desta década, nós vamos ter condições, em 2020, de evitar a emissão de 112 milhões de toneladas de CO_2 equivalente ao ano, o que corresponde de 30% a 40% de todas as metas brasileiras de redução de emissões dentro da área de energia.

Finalmente, acho que cabe mencionar também, a dimensão de saúde pública.

Segundo estudos do Prof. Saldiva, da Universidade de São Paulo, somente em função do uso do etanol, da existência do etanol, e somente considerando o Município de São Paulo, nós temos tido condições de evitar aproximadamente 25 mil internações ao ano em função de doenças respiratórias e cardiovasculares, cerca de 400 mortes por ano, em função dessas enfermidades.

Do ponto de vista de saúde pública, estamos falando segundo os estudos do Prof. Saldiva, de uma economia da ordem de US$140 milhões para o sistema de saúde no País em função desses benefícios. Mas, mais do que isso estamos falando de vidas, estamos falando de qualidade de vida.

Então, com isso, Senador, concluo a minha exposição e, mais uma vez, agradeço imensamente a oportunidade de estar presente neste dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Leão. Ao cumprimentá-lo, faço um comentário: há pouco tempo, debatia-se a expansão da cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal, inclusive, no Governo do Presidente Lula, foi feito um trabalho muito interessante, coordenado pela Drª Tereza Campelo, que era o de estabelecer um limite da presença de etanol nesta região sob pena de comprometê-la. Aliás, eu até fiz uma exposição, à época, a convite do Dr. Marcos Jean, e acho temerário que se coloque mais um componente que trará uma discussão que diminui esse potencial que temos pela produção do etanol e da energia advinda dele também. Mas esse é um debate que está só começando.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Moraes para que possa fazer as suas considerações finais.

O SR. MARCELO MORAES – Obrigado, Senador. Serei bastante breve.

Eu queria mostrar o *slide* 25, foi o *slide* que eu pulei, Senador, porque a discussão era outra, mas a gente vai voltar para falar disso, se o senhor achar conveniente e quando o senhor quiser.

Neste *slide* a gente falava sobre o pagamento da compensação financeira dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Então, só em 2011 foram pagos quase R$2 bilhões a título de compensação financeira para Estados e Municípios basicamente, que dão 90% desta conta, e 10% vão para a União, para os Ministérios. Só Furnas, que é uma empresa do setor, pagou R$184 milhões.

A gente discute muito como está sendo usado esse recurso, Senador. Eu acho que os Estados têm toda a liberdade, fazem o que quer com esses recur-

sos, com exceção de pagamento de dívidas e contratação de pessoal, e têm toda a liberdade. Mas a gente acha que fosse conveniente usar parte desse recurso ou carimbar parte desse recurso para despesas socioambientais daquele Estado ou daquele Município.

Então, a gente pulou isso. Um outro dado que eu ia trazer é referente a Belo Monte, que tem vários problemas, o setor é consciente, a gente sabe que temos de avançar, e já avançamos muito em relação ao passado, mas temos de avançar ainda mais, mas Belo Monte soltou uma nota, há 10 dias, com os investimentos socioambientais: R$3.2 bilhões, mais R$2.5 bilhões do Governo de contrapartida. Então, só Belo Monte socioambiental, boa parte desses recursos, cerca de 70% vão para as questões ambientais, mas só Belo Monte gastará com investimentos socioambientais mais de R$5 bilhões.

Então, Senador, a gente está até construindo um artigo: "Para onde vai o dinheiro?" "Onde está este dinheiro?" Porque o setor é cobrado e a gente recolhe, mas o cidadão realmente, em muitos casos, não vê os benefícios daquele empreendimento.

Existe uma pesquisa que está sendo concluída pela Aneel que o IDH dos Municípios cresce bastante, mas a gente sabe que onde têm 20, 30 mil homens trabalhando, nós vamos ter problemas de prostituição, de alcoolismo, isto é absolutamente intrínseco àquele empreendimento que está sendo construído. Eu concordo plenamente com o senhor, quando o senhor disse que aquelas pessoas não contribuem, porque elas não deixam nada naquele lugar, elas constroem o empreendimento e 90%, 95% vão embora para os seus Estados de origem e não deixam nada naquela região.

Mas, mais uma coisa que eu queria trazer, inclusive o Senado, há duas semanas também, há 10 dias, fez um requerimento de fiscalização para saber onde está sendo gasto este dinheiro da compensação financeira.

Então, acho que isso é importante para que a população saiba, o Senado saiba que o setor – falando especificamente no nosso caso – paga, mas o dinheiro não chega a quem deve chegar. E aí a gente já não pode mais entrar porque não está na nossa seara, para onde vai e como ele é gasto.

Eram essas as observações que eu queria fazer e trazer esses números especificamente de Belo Monte.

Como relação também à energia do Acre, Senador, os encargos, a gente paga, só de RGR, CCC e ISS, dão mais ou menos R$7 bilhões por ano destes três encargos que o País paga, e todo o setor elétrico paga. Então, a CCC, por exemplo, que é para combustível, é para financiar o combustível dos Estados que estão isolados. Agora o Acre já não está mais. Então, quem paga pelo combustível destes Estados que estão isolados são os outros consumidores, os das regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste para financiar, senão essa energia seria impossível de ser consumida pelo consumidor da região isolada, porque o custo dela seria absolutamente fora de qualquer padrão internacional.

Então, é um encargo que é necessário, mas que com o linhão e com especificamente Amazonas com o gasoduto Urucu-Manaus pode ser bastante diminuído, e tem de ser. Mas aí entra também a discussão dos Estados que vão ter de abrir mão do ICMS do óleo. E a gente sabe que há Estados em que esta receita chega a 40% da receita do Estado, o ICMS do óleo da geração de energia térmica a óleo. Então, outra discussão também que está fora da discussão do ambiente do setor elétrico, mas que talvez esta Casa e o senhor possam ser protagonistas.

Por fim, agradeço a todos os que estiveram envolvidos aqui, a Leni, o Ivan, em nome de todos, cumprimento os colegas do Senado. A Grace, a Júlia e Luiza que me ajudaram a construir esta apresentação na Biape, no Femazze; e ao Dr. Altino, que é o maior especialista do setor, sem dúvida alguma. É uma honra fazer parte da mesa do senhor, Dr. Altino, eu gostaria de ter falado isso no início, mas agora faço o registro; e a V. Exª, Senador Jorge Viana, que fez um trabalho no Código Florestal absolutamente brilhante. Eu estava aqui na ultima reunião, e o senhor estava emocionado, foi bacana ver isso, pelo trabalho que foi feito. Eu ainda acho que a gente pode chegar com um sorriso lá na Rio+20, mesmo com todos os defeitos que a gente tem.

Obrigado mais uma vez pela oportunidade. Estou à disposição do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Marcelo Moraes.

Passo imediatamente a palavra ao Neilton Fidelis.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA – Serei breve. Apenas quero mostrar algo que não passei na transparência. Trata-se de um alerta que a Geógrafa Bertha Becker faz. Ela diz que a economia verde passa necessariamente pelo desenvolvimento tecnológico, e que os países industrializados serão atores de destaque nesse processo, podendo configurar, assim, uma nova dependência dos países pobres.

Então, é um alerta para que a gente tenha claro que esse caminho pode gerar nova dependência.

Por outro lado, também é alertado que muitos problemas não passam pela transferência tecnológica. Muitos dos problemas não internos. E aí o Senador, brilhantemente, colocou que existe uma série de problemas internos que contribuem para que de fato esse tripé da sustentabilidade seja bem-estruturado,

que pode ser resolvido internamente, com soluções nossas, que a gente não consegue dar.

Finalizando, quero dizer que o Fórum Brasileiro de Mudança Climática promoverá, agora a partir de maio, não sob o seu comando, mas sob o seu acompanhamento por força legal, às consultas públicas dos planos setoriais de mitigação de gás efeito estufa, visando a cumprir os compromissos que o Brasil assumiu em Copenhagen.

Então são cinco planos – creio –: indústria, mineração, transporte, saúde, siderurgia também, que nós vamos promover essas consultas públicas. De fato, a Comissão vai ser um ator relevante nesse processo.

E, ao término deste ano, também devemos ter a revisão do Plano Nacional de Mudança Climática, que também vai ser necessário que diversos atores da sociedade se juntem nesse processo de construção do Plano.

Finalizando, agradeço ao Senador e todos da Mesa presentes pelo convite, colocando que o Fórum Brasileiro de Mudança Climática, na pessoa do seu secretário, o Professor Pinguelli, está à disposição desta Casa sempre que for solicitado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Dr. Neilton Fidelis.

Antes de passar para a figura que tem autoridade para encerrar esta reunião de hoje, que é o Dr. Altino, queria só – depois vou agradecer também – fazer um breve comentário.

O que o Marcelo estava colocando, acho que, de qualquer sorte, é importante registrar, porque os números falados assim parecem: ah, um bilhão e meio. Agora mesmo com o fim das concessões, vamos ter disponibilizados R$30 bilhões por ano. Porque os números do setor elétrico são gigantescos. Então: um bilhão.

O governo brasileiro, por exemplo, a partir do Presidente Lula e da Presidente Dilma que segue com o programa, está universalizando o acesso à energia, com recursos do setor. Isso é importante.

Então, até sabemos onde está indo parte dos recursos. O problema não é esse só. É que, de fato, temos que fazer uma mudança, mudar alguns paradigmas nossos.

O setor elétrico – é claro que o Marcelo está aqui e está cumprindo bem o papel, que é de fazer a defesa do setor, eu também defendo o setor – é uma área estratégica, é primeira necessidade. Não tem como não considerarmos o debate.

Quando falamos do Nordeste, do Norte do País, são regiões distantes. Não é uma coisa simples encher de luz. Não vai ter isso. Tomara que não tenha, porque senão a Amazônia vai deixar de existir. Se ficarem lá aqueles pontos iguais que estão lá no Sul e Sudeste, para ficar tudo clarinho ali, vai ter que desaparecer a floresta. Tomara que não aconteça. E é caro.

Agora mesmo estamos numa situação no Acre, que não está todo interligado. Tem um projeto do ministério de fazer a interligação para alguns Municípios. Mas nós chegamos numa situação que já é antieconômico se fazer a extensão das linhas de transmissão para atingir as pessoas, porque elas moram longe. Aí tem-se que pensar no sistema isolado. Qual é o sistema isolado que independa de um abastecimento, que é mais caro do que o próprio fornecimento de energia? Sei que é a conta CCC também é paga pelo restante do Brasil.

Mas, gente, gerar energia lá em Santa Rosa ou em Jordão, para levar mil litros de diesel, para gerar um mega, paga-se R$800,00 – R$800,00. Então, o *megawatt* já começa com R$800,00 e chega a R$1,5 mil o custo dele. E estávamos falando de R$70,00 no Madeira, que o governo está comprando. É uma diferença brutal. E isso está mudando. Isso tem que significar mudança na conta de luz das pessoas. Não tem que tergiversar.

O Brasil não pode ser o país com uma das contas de energia elétrica mais caras do mundo, porque estamos fazendo investimento, estamos andando, estamos com uma matriz limpa, crescendo. E nem falei das usinas nucleares.

Mas passaria agora para o Dr. Altino, que é um professor dessa área e tem uma vida toda dedicada ao setor. Quem sabe pode nos trazer uma luz de quando é que, no Brasil, vamos – além de ter a melhor matriz energética, mais exemplar do mundo – ter uma conta de luz no final do mês também exemplar no mundo.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Perfeito.

Primeiro, queria agradecer aqui as palavras generosas do Senador Jorge Viana, que tive o privilégio de conhecer e conviver em 2002, quando ele governador do Acre. Naquela ocasião eu era Presidente da Eletrobrás e pude acompanhar o espírito público, o homem público que o Senador Jorge Viana representa. Um batalhador que fez uma gestão extraordinária.

No setor elétrico recebemos recomendações do Governo Fernando Henrique, na época, de ajudar o Estado do Acre, que estava tendo uma gestão muito importante. Tive a oportunidade, dentro das possibilidades, na época, da Eletrobrás participar em alguns programas na região do Estado do Acre. Tive a oportunidade de visitar o Estado do Acre. Aliás, era o último Estado do Brasil que eu não conhecia. Então, quero cumprimentar aqui, publicamente, o Senador Jorge Viana pelo homem público que ele é.

Quero dizer que foram levantados vários temas aqui. Mais ou menos, anotei aqui quatro temas. Tem quatro e tem recursos também.

Vejam, temas que exigiriam tempo muito grande para debatermos, mas eu quero comentar, usar o meu poder de síntese e tocar esses pontos aí e levantar alguns argumentos, não digo contra, mas argumentos que permitam a gente ter uma reflexão mais profunda sobre as questões. Foram questões extremamente importantes e estou de acordo com, praticamente, tudo o que foi colocado aqui. Então vou sintetizar alguns aspectos que foram colocados aqui.

O primeiro ponto, a questão da usina hidrelétrica construída na região norte do Brasil, grande parte da energia vai para fora daquela região e os benefícios daquela região ficam poucos. Bom, estou plenamente de acordo que a comunidade local deveria ser sócia, digamos, como operacionalizar isso não sei, não sei nem se existe experiência internacional, mas é possível chegar lá.

Veja bem, estou de acordo com esse...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – É mais ou menos assim, lá é uma floresta.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Perfeito. Então, estou de acordo de que teríamos que ter mais mecanismo e trazer mais benefícios.

E assim, isso não é crítica, mas os comentários que foram feitos dos problemas que estão existindo, eu entendi, estão direcionados mais na fase de construção do empreendimento. Perfeito? Então, veja bem, a construção do empreendimento. Existem duas fases distintas, primeiro a construção e depois o empreendimento que vai funcionar 50, 80, 100 anos. São duas coisas completamente distintas. Na fase da construção do empreendimento é muito difícil gerenciar a mobilidade, a quantidade de pessoas que chegam num ritmo muito rápido, questões de saúde, saneamento, questões de prostituição, drogas, segurança. Isso tudo, por mais que se faça um esforço se consegue e estamos aprendendo com o que já fizemos no passado. Veja, a experiência de Belo Monte está longe de resolver plenamente essa questão, porque é muito difícil, mas o esforço está sendo feito e algumas coisas está-se conseguindo.

Essa fase de construção é uma fase difícil para a população local. Passada essa fase, a situação muda completamente, a comunidade local passa a ter benefícios muitos grandes.

Eu tive a experiência de ser Diretor Técnico de Itaipu Binacional durante cinco anos. Morei cinco anos dentro da usina, minha família ficou no Rio de Janeiro, eu ia trabalhar lá e voltava alguns finais de semana etc. Moral é o seguinte, chegava sete e meia da manhã para trabalhar e saía às sete e meia da noite. Conheci o que é uma usina fio d'água, com um lago constante, junto de uma comunidade urbana importante como Foz do Iguaçu e os Municípios lindeiros que estão lá naquela região. Não é só Foz do Iguaçu. E vi o que é uma usina, a fio d'água, com reservatório constante proporciona de benefício à comunidade local.

Não tive nenhum receio de dizer o que vou dizer agora, em ambientes de ambientalistas contra reservatórios, contra usinas hidrelétricas. É pena que o Lago de Itaipu tenha sido tão pequeno. Quanto maior, maior o benefício. Eu chamo os Municípios lindeiros da região do Itaipu, do Paraná, como a Califórnia brasileira. Visitei todos eles. Convivi com a comunidade local, era muito importante que se conhecesse essa experiência para ver como esses Municípios se beneficiam do lago de Itaipu.

Os *royalties* que se paga de Itaipu é muito mais do que se paga pelo uso da água. Tudo bem, essa é uma questão. Esses *royalties* significam, na época em que eu estava lá, no final da década de 90, significam US$75 milhões por ano. Alguns Municípios recebiam US$2 mil *per capita* por ano, sem pagar de volta. Havia Município que dobrava o orçamento municipal. Esses prefeitos aplicavam bem, alguns não aplicavam. Mas nós temos uma democracia, foram eleitos, mas a maioria aplicava. Precisa ver que tem escola, saneamento, transporte para as crianças, a saúde atendida, uma região diferenciada.

No lago de Itaipu existem praias. A comunidade tem praia, tem abastecimento d'água, tem criação de peixes, tem navegação, tem lazer. Veja, a presença de Itaipu mudou a região oeste do Paraná. Uma usina fio d'água com lago constante. Não diria a mesma coisa de uma usina que tenha reservatória e em que o lago flutue. Então, Belo Monte, na região de Altamira, passada a fase de construção, que tem todos esses problemas – e temos de enfrentá-los e de tentar minimizá-los, já que não vamos conseguir resolvê-los plenamente –, vai mudar. Então, o Brasil, vejam bem, reage contra uma usina daquela lá em Belo Monte – inclusive a comunidade do Pará é contra – porque não vê a experiência de Itaipu. Os Municípios à montantes aonde o lago não chega lamentam que o lago não chegue lá. Então, essa é uma realidade.

Agora, o fato de a usina hidrelétrica está localizada em Rondônia, no Acre...Vejam, a energia que ela produz...O primeiro suprimento é para o mercado local. Se o mercado local subir a quantidade que for, a usina vai atender esse mercado antes de mandar para as regiões vizinhas. Então, as usinas lá vão dar ao Acre e à Rondônia um excedente de geração muito grande. O fato de poder energia para São Paulo é que permite

estabilizá-la, fazê-la. Se não ela não seria feita nunca. Aquele recurso natural não seria aproveitado. Então, a região vai se beneficiar de uma garantia energética muito boa, vai se beneficiar de todos os usos múltiplos do recurso hídrico, que não é só energia elétrica. Os outros são, talvez, até mais importantes para a comunidade. Estou convencido de que os empreendimentos hidrelétricos da região norte vão trazer muito benefício às comunidades locais. Agora, na fase de construção há problemas. Então, estou de acordo e a gente tem de minimizar isso aí. Então, em relação às hidrelétricas queria fazer esse comentário.

Em relação aos recursos públicos e privados queria dizer o seguinte. O setor energético brasileiro – vou exagerar – não usa recursos orçamentários para expandir o sistema, não tem recursos do Orçamento da União para expandir. O sistema é autofinanciável porque produz a energia e tem uma tarifa nessa energia. Portanto, é autofinanciável. Os chamados recursos estatais do investimento são recursos de empresas de economia mista sobre as quais os governos têm o controle acionário, sejam empresas federais, como a Petrobras e a Eletrobrás, sejam empresas estaduais como Copel, Cemig e assim por diante. Essas empresas são agentes do setor energético. Os recursos de que elas dispõem para investir foram gerados pela atividade da energia. Então, nesse sentido, não são recursos públicos. O fato de o Governo ser o controlador da empresa...Ela é um empresa de economia mista. Inclusive, com acionistas privados, alguns dos quais no exterior, e supervisionados pela CVM, como é o caso da Petrobras e da Eletrobrás.

Agora, existem recursos orçamentários para manter o Ministério de Minas e Energia, para manter a Aneel e assim por diante. Mas o grande investimento, a grande parcela de investimento feita na expansão do sistema, o chamado ACT, é a partir de recursos próprios dos agentes que estão atuando no setor, onde há agentes que são privados, empresas privadas, e agentes que são empresas de economia mista de controle estatal que geraram os seus recursos dentro da atividade do setor. Agora, esses programas de expansão se viabilizam por meio de financiamentos do BNDES. Felizmente, o Brasil tem o BNDES. Os brasileiros não sabem o valor do BNDES . A carteira de investimentos do BNDES é maior do que a do Banco Mundial, do BID e do Banco Europeu juntos. Está financiando a infraestrutura brasileira com financiamentos de longo prazo, está certo, e com taxas de juros civilizadas. Entra com parcelas que podem ser de 60% a 70% do financiamento de grandes empreendimentos.

No caso brasileiro, conseguimos criar algo que não existe no mundo, a SPE, a Sociedade de Propósito Específico, que é uma parceria público-privada. Então, conseguimos fazer uma usina hidrelétrica de grande porte, como Belo Monte, juntando, digamos, as coisas boas do setor privado com as coisas boas do setor estatal. Dificilmente, sairia uma usina como belo monte se fosse ser feita só pelo setor privado. E o inverso: ser feita só pelo setor estatal. Está certo? Seria uma usina extremamente cara. Então, o Brasil conseguiu. Isso não existe no mundo. Vejam, as grandes hidrelétricas do mundo todas são estatais, inclusive nos Estados Unidos. Foram construídas pelo Governo e não se fala em privatizá-las. São as usinas do vale do Tennessee. Tem um uso múltiplo do recurso. São empresas...Vocês imaginam que o Estado brasileiro, através das nossas empresas, poderia construir hoje uma grande usina como Belo Monte? Não se reproduz mais o fenômeno de Itaipu. Foi construída pela Eletrobrás com US$ 12 bilhões de investimentos próprios da Eletrobrás em um único empreendimento. Fez uma usina que custou US$ 1 mil por quilowatt. Poderia ter custado a metade, mas custou US$1 mil por quilowatt. Não se reproduz mais isso. E o Brasil encontrou um caminho de viabilizar suas hidrelétricas juntando o setor estatal, empresas estatais, de economia mista, com o setor privado.

Então, com relação à questão dos recursos, faço essa reflexão. Veja, como eu disse tem que ser uma coisa...Vou falar agora sobre...Sim, o benefício da questão das hidrelétricas lá na região. O esforço brasileiro hoje é o de levar a energia do nosso sistema interligado para a Região Norte. É um grande sucesso. Nós, agora em 2014, vamos completar todas as capitais dos Estados do Brasil, dos Estados da Região Norte, Boa Vista será a última. Recebe energia da Venezuela hoje e vai passar a receber do sistema interligado com linhas de transmissão. Não paramos aí. O próximo passo é levar esse sistema de transmissão para as cidades que não são capitais. Estamos para licitar, este ano, uma linha extremamente importante no Estado do Acre, que é de Rio Branco para Cruzeiro do Sul. É rede básica, 220 kW. Vamos atender os Municípios no caminho da região. A vantagem de levar esse sistema de transmissão permite atender áreas isoladas da Região Norte, que eram atendidas por geração térmica local, com uma série de deficiências de suprimentos e que tinham uma qualidade inferior aos brasileiros que estão no sistema interligado. Quando nós levamos o sistema interligado para essa região temos uma redução do CCC, está certo, e o consumidor brasileiro, no seu conjunto, paga a linha de transmissão que foi feita, que é muito menos do que o CCC fazia. É algo que contribui na direção, está certo, de reduzir o custo da energia através de um encargo que hoje é significativo, que vai reduzi-lo

e que contribuirá para o aspecto ambiental da geração térmica. Então, a prioridade é que estamos levando essa energia para todos os lugares possíveis do Brasil. É evidente que para algum Município de pequeno porte no interior do Amazonas, muito distante, não temos condição de levar uma linha de transmissão, mas vamos achar uma solução para essa situação, o que provavelmente vai ser continuar a geração Diesel. Vai ser uma melhoria em termos do que há hoje no Brasil, a geração Diesel na Região Norte. Isso vai para a redução. Não é só no Acre que estamos fazendo isso. Na Região de Parintins, no Amazonas, também estamos levando a linha Tucuruí/Manaus. Nós vamos fazer alguns rebaixamentos e atender alguns Municípios na região do Pará e do Amazonas, em Monte Alegre, Parintins e outros Municípios. Então, esse é outro ponto também relevante.

Bom, a questão, digamos, do custo da energia. O custo da energia é o seguinte: não tenho nenhuma dúvida de que à medida que o tempo passa o segmento de geração de energia que está baseado na hidreletricidade pode transferir para a sociedade reduções de custo proporcionais ao que incide. Nós vimos, ali, que e energia é 30%. Portanto, vamos supor, nesse segmento é 30% o custo da energia para o consumidor. Temos, no Brasil, uma situação extremamente privilegiada. Em uma usina hidrelétrica que custe R$100,00 por megawatt/hora, 85%, 90% são custos de investimentos. Os outros R$10,00, R$15,00, são de manutenção e operação. Esse financiamento, esse investimento, é pago, nos primeiros 20, 30 anos de operação da usina. Então, a partir desse momento, essa usina hidrelétrica que continua produzindo não tem mais a parcela de investimentos e passa a custar R$10,00, R$15,00. Isso vai acontecer agora na questão das concessões que vencem em 2015. São usinas que estão amortizadas e que tem um custo só de operação e manutenção. Algumas ainda têm amortizações a serem feitas.

A solução que foi adotada, a decisão que foi adotada, vai fazer com que esse recurso que hoje entra nas empresas, está certo – empresas de economia mista, Estado e União, como a Copel, a Cemig, a Eletrobrás, a Chesf, Furnas etc... Na geração e distribuição também, mas é menos. Na geração e na amortização não há esse fenômeno da amortização que têm as hidrelétricas. É bem menor. Na distribuição já é captada essa redução. Agora, isso vai fazer com que essas empresas que hoje têm uma receita desse ganho, que vai passar para modicidade tarifária, vão perder isso. Portanto, vai diminuir a capacidade desses agentes de investir na expansão. Esse fenômeno vai existir. Temos de ver a transição disso aí.

É muito importante a participação das empresas de economia mista. Agora, só vencem em 2015 20% do parque. Então, são 20% do parque. Algumas não estão plenamente amortizadas, ainda há amortização, em cima de 30%. Então, vai ter um impacto de redução de tarifas. Nós vamos chegar a isso. Ou seja, a energia hidrelétrica brasileira, que é de baixo custo, que possui uma parte de investimentos já amortizada, vai se transferir para benefícios. À medida que o tempo for passando isso vai acontecendo. Vou dar um dado interessantíssimo. Todos nós, nessa ocasião, já estaremos saindo do purgatório para o céu, mas a gente fez alguns estudos sobre o cenário de 2050. Aí vimos qual era. Para ter uma idéia de como é a capacidade de atendimento do potencial hidrelétrico, ver a necessidade nuclear etc. Para dar uma idéia, o Brasil pode chegar em 2050 atendendo metade da energia elétrica que os brasileiros vão precisar com usinas hidrelétricas custando R$10,00, R$15,00 por megawatt. É somente o custo de operação e de manutenção. Nenhum país do mundo tem isso. É claro que nós estamos em 2012 e que vamos caminhar nessa direção. O primeiro passo vai ser agora em 2015. Então, é uma contribuição para a redução das tarifas.

Agora, por que é a tarifa é cara? Já se falou aqui na questão do imposto. Estamos atacando a questão. A CCC é uma que vamos ter de reduzir. A RGR, por exemplo, é um encargo que todos pagam, mas tem uma finalidade social muito importante. Vejam, é a RGR que financia o Luz para Todos. São 15 milhões de brasileiros que não tinham energia e que passaram a ter. É o maior programa de inclusão social que já se fez neste Planeta, no tempo em que foi feito. Uma pessoa que, no Séc. XXI, não tem energia elétrica na sua casa, não é um cidadão, é um excluído. O Brasil realizou, nesse período do Governo Lula – e agora com a Presidenta Dilma – esse esforço usando recursos do RGR, que é um encargo que está na conta de todos os consumidores brasileiros. Está nos 42%. Mas fomos regatar esses 15 milhões de brasileiros, que têm energia hoje. Estatisticamente, o setor elétrico brasileiro pode afirmar que 100% da sociedade brasileira foi atendida. A parcela que não foi atendida, estatisticamente, é desprezível e nos vamos buscar, também, essa parcela. Não é econômico atender essa população. É preciso que a sociedade toda faça o seu esforço de investimento para levar essas linhas rurais para essa comunidade para que ela tenha energia. Esse esforço está sendo feito em um desses encargos. São algumas explicações.

A energia elétrica, no Brasil, está cara porque existe uma razão estrutural, conjuntural. Nós construímos as usinas mais econômicas primeiro. Fizemos Paulo Afonso, na década de 40, 50. Fizemos Furnas,

fizemos as usinas do Iguaçu, de Foz do Areia, de Santiago, Segredo, de Caxias, as usinas do Uruguai, as Usinas do Rio Paraná. São as usinas mais econômicas. Hoje estamos fazendo usinas mais longe do centro de carga que exigem transmissão. Mais ainda, não estou aqui dizendo que o meio ambiente está responsável, mas é um fato. Inclusive, estou de acordo. Por exemplo, por razões ambientais que devemos adotar, nós estamos construindo as nossas usinas mais caras do que poderíamos fazer. Por exemplo, as duas usinas do Madeira, Jirau e Santo Antônio, poderiam ser somente uma. Ao invés de termos duas usinas de 20 metros poderíamos ter uma usina só de 40 metros. Teríamos mais 500 km^2 de inundação, a fio d'água, com lago constante, que traria benefícios para a comunidade que está lá. Se nós tivéssemos inundado esses 500 km^2 a mais, em todos os processos de mitigação, teríamos evitado dois vertedouros para mais de 100 mil m^3/seg. de concreto, duas casas de força. Ao invés de serem dois vertedouros seria só um, ao invés de serem duas casas de força, de 1km...

Quem conheceu a casa de força de Itaipu sabe que tem 980 metros de concreto. Pois bem, as usinas do Madeira têm quase isso porque são turbinas boas, cada uma. Então, estamos fazendo duas casas de força de quase 1km de concreto para preservar o meio ambiente. Estou de acordo. Se fosse uma só seria fio d'água também. Estou dizendo que estou de acordo com isso porque é uma demanda da sociedade. Estamos fazendo lá Belo Monte, que é uma usina fio d'água, a última da cadeira do Xingu, e não estamos fazendo nenhum reservatório à montante, que se poderia fazer, por razões ambientais. Já houve a decisão do Conselho Nacional de Política Energética de que nenhuma usina será feita à montante no rio Xingu, principalmente em Belo Monte. Qual é a conseqüência disso? Belo Monte produz muito menos energia do que poderia produzir e uma energia mais cara. Então, a sociedade está demandando essas questões.

Não quero ter uma definição de valores, dizer se é bom ou não. Acho que preservar o meio ambiente é um interesse da nossa sociedade, principalmente na Região Amazônica. Não a conheci tão bem quanto o nosso ilustre Senador, mas tive a oportunidade de visitar toda ela, inclusive cidades do interior. Andei pela floresta, andei no rio. Conheci bastante por conta da minha atividade no setor de energia elétrica. Então, diria que existem algumas razões que explicam por que a energia elétrica é cara, mas tem uma parcela dela que poderia ser mais econômica e nós poderíamos buscar isso aí. Seja na economia da parcela, no custo da energia propriamente dita, seja na questão dos impostos.

Acho que tinha mais um item. A PCH. O Brasil teve um caminho diferente do da China, por exemplo. A China começou a construir as pequenas centrais hidrelétricas. Construiu milhares e milhares na zona rural. Depois, começou a construir as grandes usinas. Nós começamos com o contrário, com as grandes usinas, e demos pouca prioridade à PCH. Existe uma diferença entre a Pequena Central Hidrelétrica e a grande. É a chamada economia de escala.

A Pequena Central Hidrelétrica gera uma energia mais cara, indiscutivelmente. Primeiro, queria caracterizar que nem toda usina com pouca capacidade instalada é uma PCH. O conceito de PCH é o de uma pequena obra. Se eu for uma PCH na Amazônia, onde não há queda e onde há vazões gigantescas, tenho de fazer um vertedouro enorme. Essa usina vai custar R$1.000,00 megawatt/hora. Então, não é uma PCH, mesma se ela tiver 5 megawatts instalados. Então, PCH existe em alguns lugares, lugares onde a obra é de pequeno porte e onde há uma capacidade instalada, pela legislação, de 30 megawatts, hoje chegando a 50 megawatts, menos de 30.

A primeira coisa é que a PCH é mais cara. Segundo, ela está localizada em rios que são afluentes dos principais, esses rios são não regularizados. Então, a produção dela, em geral, é pequena. O que está acontecendo é que as PCHs que nós construímos e que estão entrando no mercado vendendo sua energia estão gerando muito menos do que os valores a elas atribuídos. A metodologia de cálculo deu alguma vantagem, estimou a energia que ela poderia produzir e não produz, o que significa que ela custa caro. Então, está vivendo uma crise, uma crise conjuntural com a qual estamos preocupados e para a qual vamos tentar achar um caminho em que a PCH não é competitiva com as outras opções que o Brasil tem.

Então a PCH hoje para entrar competitiva – porque já fizemos as melhores – talvez precise ser R$160, R$170, R$180. Então o Ministério de Minas e Energia fica diante do seguinte dilema: vamos fazer um leilão só de PCH, por exemplo, com R$170,00 por megawatt/hora, quando existe opções de outras fontes que custam R$100; R$110 diante da demanda da sociedade de ter uma redução no custo da energia. Esse mesmo raciocínio se aplica a solar. A solar custa R$ 300; R$350 megawatt/hora. E há uma demanda de nós fazermos o leilão só de solar e transferir esse custo para o consumidor, que está lá dizendo: "quero reduzir a minha conta de luz". Então nós vamos fazer um leilão de R$300; R$350 para solar, quando o Brasil tem uma opção de fazer de R$100?

Veja: o Ministério de Minas e Energia não consegue se explicar diante da sociedade. Teremos dificul-

dade junto ao Tribunal de Contas, eventualmente, ou Ministério Público por que vamos fazer uma fonte mais cara, se o Brasil tem outras opções mais econômicas e isto está de encontro à demanda da sociedade de ter uma redução no seu custo.

A questão da PCH, em alguns rios, o problema ambiental dela é muito pior do que uma usina de grande porte. Por exemplo, se eu tenho uma usina de grande porte tipo Itaipu, eu faço uma escada de peixe os peixes sobem. Não subiam na cachoeira em Sete Quedas, hoje sobem. E é um problema ali localizado, quando eu vou para os rios: o Rio Paraguai, lá no Mato Grosso, que a cada dez, quinze quilômetros eu boto uma barragenzinha para fizer uma PCH, o impacto ambiental disso no que diz respeito a questão de peixe é muito maior do que uma hidrelétrica, eu faço uma escada de peixe e resolvo o problema. Então um impacto ambiental pode ser...O problema de um rio no que diz respeito a peixe é você não ter um barramento com uma distância entre eles muito pequena, em alguns locais que os rios, os afluentes do Paraguai, por exemplo, tem uma quantidade enorme de PCH é uma quase junto da outra. O impacto ambiental disso é muito grande e é difícil de resolver.

Eu quando era chefe de Departamento de Geração na Eletrobrás – foi um dos trabalhos que me deu muita gratificação naquela época – 1983 – nós lançamos os manuais de pequenas centrais hidrelétricas, que foi um instrumento extremamente útil. E queríamos começar o programa de pequenas centrais hidrelétricas no Brasil, achávamos que o programa ia ter um sucesso e a resposta não foi boa, nós estávamos construindo as grandes usinas, era mais fácil fazer a geração diesel na Região Norte do que a PCH. Veja, não teve resposta o programa.

Então, eu sou um entusiasta da pequena central hidrelétrica. Agora tenho eu reconhecer que ela é mais cara, não PCH em todo lugar, na Região Norte é raro ter uma PCH, por conta das vazões dos rios, não tem queda, a região de planície. Ela, além de ser mais cara em algumas circunstâncias pode ter impacto ambiental complicado para resolver.

Veja, não estou colocando aqui que estou contra a PCH, o Ministério está preocupado que o programa tenha continuidade que teve depois do Proinfa, mas existem algumas dificuldades que nós temos que resolver e equacionar.

Talvez eu tenha falado mais tempo do que devia, mas os assuntos foram muito pertinentes e eu quis trazer, não uma resposta, digamos sim, mas pelo menos uma reflexão que permite a gente pensar, corrigir erros do passado e achar os caminhos mais adequados para levarmos à frente questões tão importantes como foram colocadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado Sr. Altino. V. Sª não respondeu nada, V. Sª deu uma aula sobre a história e sobre o que devemos refletir na hora de tomar decisão no País.

O Senado agradece. Aqui, a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Certamente tem aí nos Anais agora esse seu testemunho, que é da maior importância, tendo em vista sua vida que se confunde com a vida do setor elétrico brasileiro.

Agradeço a presença de todos, dos convidados, dos que nos assistem, dos que estão aqui no plenário e dizer que esta audiência, atendendo requerimento da comissão, ela atende o interesse nacional, a sociedade quer ter segurança sobre as alternativas energéticas mais limpas, sustentáveis, quer ter segurança sobre o fornecimento de energia para o futuro e, obviamente, quer também que encontremos uma maneira de ter energia boa, de qualidade e com custo mais baixo possível.

Esse é um questionamento que permanece; que fica e eu sei que é um desafio do Governo de construir bem o fecho dessa equação que não é nada fácil, mas que é possível.

Obrigado a todos. Bom dia.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA N° 7.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia oito de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, RANDOLFE RODRIGUES, CRISTOVAM BUARQUE, VALDIR RAUPP, LOBÃO FILHO, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer

os Senhores Senadores **ACIR GUGRACZ, JORGE VIANA, WALDEMIR MOKA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO e GIM ARGELLO**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à **PAUTA**, destinada à **DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 2) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, de 2012 – Não Terminativo**, que dispõe "Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio do maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria "ad hoc": Senador Ivo Cassol. Relatório: Pelo arquivamento. **Resultado**: Concedida vista da matéria ao Senhor Senador Pedro Taques, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2012 – Não Terminativo**, que dispõe "Copa do mundo de 2014. Determinação para realização de levantamento para avaliar o panorama das ações de governo para o Mundial nas áreas aeroportuária, mobilidade urbana, estádios e turismo". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria "ad hoc": Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo encaminhamento de requerimentos de informações à Casa Civil, à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e aos Ministérios de Estado do Esporte e do Turismo. **Resultado**: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo encaminhamento de requerimento de informações à Casa Civil, Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e aos Ministérios de Estado do Esporte e Turismo. **ITEM 4) AVISO Nº 79, de 2011 – Não Terminativo**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2516, de 2011 – TCU – Plenário, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria realizado com o objetivo de apresentar um diagnóstico das principais causas e vulnerabilidades que contribuem para a elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais no Brasil – (TC 028.459/2010-5)". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Luiz Henrique. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado**: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela apresentação de requerimento de informações aos órgãos e entidades listados em recomendações formuladas no Acórdão do TCU. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, de 2011 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo". Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela rejeição. **Resultado**: Retirado de Pauta. É passada a Presidência da reunião ao Senador Ivo Cassol. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 2010 – Terminativo,** que "Estabelece condições de transparência pública na internet para a realização de transferências voluntárias e constitucionais às unidades federativas". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela reautuação como Projeto de Lei Complementar e, no mérito, pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado**: Aprovado o encaminhamento à Mesa da matéria, para reautuação como projeto de lei complementar e, no mérito, aprovado o projeto com a Emenda nº 2-CMA (Substitutivo), por unanimidade. Nos termos do art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar de discussão na próxima reunião da Comissão, estando aberto o prazo para apresentação de emendas ao substitutivo. É devolvida a Presidência da reunião ao Senador Rodrigo Rollemberg. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, de 2008 – Terminativo**, que "Dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e dá outras providências". Autoria: Senador Fernando Collor. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 1 e 3-CCJ, com subemenda à emenda nº 2-CCJ, e com duas emendas que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2011 – Não Terminativo**, que "Altera as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.001, de 13 de março de 1990, e nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para substituir 50% da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada aos Municípios por participação no resultado da exploração de recursos hídricos de novas usinas hidroelétricas". Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. **Resultado**: Retirado de Pauta. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2008 – Terminativo**, que "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a impressão do número do lote e das datas de fabricação e de validade de medicamentos". Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado**: Aprovado o projeto com as Emendas nº 1, 2 e 3-CMA, por unanimidade. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2010 – Terminativo**, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências –

Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana". Autoria: Deputado Miguel Martini. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda que apresenta (substitutivo). **Resultado**: Retirado de Pauta. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2010 – Terminativo**, que "Altera o art. 43, §3º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências" – Código de Defesa do Consumidor (CDC), para tornar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores sobre as correções de informações dos consumidores". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Lobão Filho. Relatório: Pela rejeição. **Resultado**: É rejeitado o relatório do Senador Lobão Filho e, nos termos do art. 132, § 5º do RISF, conforme deliberação da Comissão, é aprovado o voto em separado do Senador Anibal Diniz, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2011 – Terminativo**, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever a obrigatoriedade das empresas de comunicar ocorrências relativas à violação ou vulnerabilidade de seus sistemas de segurança que armazenam dados cadastrais dos consumidores". Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado**: Concedida vista do projeto ao Senador Anibal Diniz, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2011 – Terminativo**, que "Altera o Código de Defesa do Consumidor para criar mecanismos de ressarcimento ao consumidor que sofreu cobrança indevida". Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição. **Resultado**: Rejeitado o projeto, por unanimidade. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2011 – Terminativo**, que "Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO2), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos". Autoria: Senador Clésio Andrade. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do projeto com as duas emendas de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado**: Aprovado o projeto com as Emendas nº 1-CMA e 2-CMA, por unanimidade. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2007 – Terminativo**, que "Dispõe sobre o Programa de Substituição de Embalagens Plásticas Convencionais por Congêneres Biodegradáveis". Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição. **Resultado**: Concedida vista coletiva do projeto aos membros da comissão, nos termos do art. 132 do RISF. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência:

Informo o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na secretaria da comissão:

– Ofício nº 11.107/2012/GM/CGU-PR, da Controladoria-Geral da União, que comunica a disponibilização no site da CGU dos relatórios da 35º etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos.

– Ofício nº 671/2012-SF, que encaminha o Aviso nº 122, do Ministério da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 1.546, de 2011, de autoria da CMA.

– Ofício nº 631/2012-SF, que encaminha o Aviso nº 41/2012, do Banco Central do Brasil, em resposta ao Requerimento nº 1545, de 2011, de autoria da CMA.

– Ofício da Câmara Municipal de Nova Friburgo, enviado à Comissão e aos Senadores Lindbergh Farias e Cristovam Buarque, contendo cópia do relatório final de CPI da tragédia ambiental ocorrida no Estado do Rio de Janeiro.

Informo que esses documentos serão distribuídos a um dos Senadores membros para relatar.

Passamos à pauta.

O Item 1 está retirado de pauta.

ITEM 2

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 2, DE 2012
– Não Terminativo –

Copa do mundo de 2014. Acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio do maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatório: Pelo arquivamento

O Relator não está presente. Então, vamos pular para aguardar a chegado do Relator.

Consulto o Senador Ivo Cassol se pode relatar *ad hoc* o Item 2...

Bem, eu salto os itens 2 e 3, Senador Ivo Cassol . Com a chegada do nobre Senador Luiz Henrique – eu quero registrar a presença dos nobres Senadores Luiz Henrique, Ivo Cassol, Pedro Taques e Jorge Viana, vamos direto ao item, cujo relator é o Senador Luiz Henrique.

ITEM 4

AVISO Nº 79, de 2011
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2516, de 2011 – TCU – Plenário, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria realizado com o objetivo de apresentar um diagnóstico das principais causas e vulnerabilidades que contribuem para a elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais no Brasil – (TC 028.459/2010-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em 29 de setembro de 2011, o Senado Federal recebeu, por meio do Aviso nº 79, de 2011 (nº 1.367/SESES/TCU/Plenário, de 2011, na origem), cópia do Acórdão nº 2.516/2011-TCU-Plenário e dos respectivos relatório e voto que o fundamentam. Em 9 de março de 2012, fui designado relator da matéria no âmbito desta Comissão.

O Acórdão sob exame refere-se a relatório de levantamento de auditoria sobre as principais causas e vulnerabilidades relacionadas à elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais no Brasil.

O objetivo específico do relatório é buscar respostas para as seguintes questões:

– Quais são as principais causas que contribuem para a elevada ocorrência de queimadas e incêndios florestais no Brasil?

– Como funciona o arranjo institucional brasileiro para tratar das queimadas e incêndios florestais?

– Quais as principais vulnerabilidades na prevenção e combate às queimadas e incêndios florestais em unidades de conservação federais?

O trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) abrangeu as ações dos seguintes órgãos e entidades:

– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

– Ministério do Meio Ambiente (MMA);

– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);

– Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

– Fundação Nacional do Índio (Funai); e

– Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Segundo os auditores do TCU, as principais ações federais de prevenção e combate às queimadas e aos incêndios florestais são coordenadas pelo Ibama, por meio do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo).

Além disso, várias outras iniciativas governamentais contribuem, direta ou indiretamente, para o objetivo, em especial o Plano Amazônia Sustentável, o Programa de Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do. Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado).

Os auditores do TCU identificaram três macroprocessos da ação do Governo Federal, relacionados ao tema: prevenção, monitoramento e combate.

Embora a prevenção seja considerada a função mais importante, o Ibama reconhece que o investimento nessas ações é praticamente inexistente, fazendo com que a atuação do PrevFogo seja mais expressiva no combate às queimadas e aos incêndios florestais. A inércia governamental em relação à adoção de medidas preventivas é atribuída ao pouco conhecimento a respeito do valor econômico da biodiversidade nacional, bem como sobre as perdas derivadas da ocorrência de queimadas e incêndios florestais.

As estratégias de combate, por sua vez, estão centradas na contratação de brigadistas. Essa sistemática é objeto de críticas tendo em vista o custo da capacitação dos brigadistas e a insuficiência, diante da gravidade das situações que se apresentam, desse treinamento. O quadro é agravado pela impossibilidade legal de contratação por mais de 180 dias, bem como da vedação da prorrogação ou recontratação pelo período de dois anos.

O principal entrave verificado nas ações de combate diz respeito à falta de estrutura compatível com a demanda. As deficiências passam por: sistema de comunicação inexistente, meios de transporte em número e capacidade aquém do necessário, logística de acampamento incipiente, falta de equipamentos de pronto emprego e de padronização dos acionamentos externos.

No que tange ao monitoramento, o PrevFogo conta com o apoio do Inpe, que possui sofisticados sistemas de detecção de focos de calor. – Aliás, eu tenho a honra de, como Ministro da Ciência e Tecnologia, ter celebrado o acordo com a China, que resultou na construção dos satélites que hoje fazem o monitoramento a cada instante do nosso território.

As imagens de satélite são processadas no Instituto e disponibilizadas na Internet em diversos formatos para atendimento das necessidades dos usuários, a exemplo de informações sobre quantificação e dispersão de emissões de queimadas, mapas de risco de queima da vegetação e focos em áreas de conservação, entre outras.

Vale aqui assinalar que as imagens de satélite são captadas em estações de rastreamento que já naquela época o Governo Federal distribuiu ao longo do território nacional dentro da linha da órbita do satélite.

De acordo com o Acórdão sob exame, as causas das queimadas e incêndios florestais podem ser resumidas no seguinte enunciado: "a atividade econômica na Região Amazônica e no Centro-Oeste do Brasil, baseada, sobretudo, na pecuária extensiva e na agricultura de grande porte, com ênfase no comércio internacional de *commodities* agrícolas, induz o desmatamento, o uso do fogo na agropecuária e as queimadas, dando origem aos incêndios florestais".

De modo mais detalhado, além dessas observações, o Tribunal de Contas da União identifica as causas, classificando-as em:

Econômicas: causas associadas à atividade madeireira predatória, à pecuária, à expansão agrícola, ao desmatamento e à maior valorização da terra nua em relação à floresta nativa;

Políticas: conflito entre as políticas públicas (expansão de estradas, reforma agrária, crédito rural, agropecuária) e baixa articulação institucional do Governo Federal e na integração dos planos de governo;

Diz ainda o TCU:

Fragilidades na gestão ambiental pública: deficiências no ordenamento territorial; assentamentos rurais e regularização fundiária; gestão de terras indígenas e unidades de conservação; monitoramento e controle ambiental insuficientes; ausência de dados de áreas queimadas; fragilidades no licenciamento e na fiscalização ambiental;

Informação e conhecimento: ausência de indicadores de gestão ambiental, tais quais qualidade do ar e do solo, área queimada, índices de biodiversidade e capacidade de suporte por região; pesquisa e desenvolvimento tecnológico insuficientes sobre alternativas ao uso do fogo; falta de acesso do produtor à assistência técnica e à extensão rural, bem como à educação ambiental;

Culturais e intencionais: uso de velas em rituais religiosos; fogos de artifício e balões; uso do fogo na agropecuária; queima de lixo e restos culturais; incendiários, piromaníacos e vandalismo;

Acidentais: explosões em mineração; rompimento de cabos de alta tensão; preparação de aceiros; fagulhas de máquinas.

No que tange à atuação do Governo Federal na prevenção combate às queimadas e incêndios florestais, segundo o TCU, alguns aspectos apresentam riscos:

A articulação entre órgãos e entidades governamentais mostra-se deficiente e pode comprometer a eficácia na prevenção, monitoramento e combate às queimadas e incêndios florestais; e

A indefinição dos papéis e responsabilidades dos órgãos envolvidos com a problemática das queimadas e incêndios florestais prejudica a eficácia na atuação do Governo Federal;

O relatório considera alarmante a situação das unidades de conservação federais em relação às queimadas e incêndios florestais. O documento aponta como principais vulnerabilidades nas unidades de conservação:

Inexistência de indicadores oficiais de áreas queimadas em unidades de conservação e terras indígenas no Brasil;

Ausência de instrumentos de planejamento e gestão das unidades de conservação – plano de manejo, plano de manejo de fogo e/ou plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais;

Insuficiência de recursos humanos, materiais e financeiros para prevenção e combate aos incêndios florestais em unidades de conservação federais pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (decorrente, em boa medida, da po-

lítica de criação de novas unidades de conservação sem o correspondente fortalecimento institucional do ICMBio); e

Conflitos com as populações dentro e nas áreas de amortecimento das unidades de conservação.

No intuito de sanar diversas das deficiências apontadas ao longo do relatório, os Ministros do TCU formulam, no Acórdão, recomendações aos seguintes órgãos:

Casa Civil da Presidência da República;

Ministério do Meio Ambiente;

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Ministério da Ciência e Tecnologia;

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Ministério da Integração Nacional;

Ministério da Educação;

Ante o exposto, voto para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento do Aviso nº 79, de 2012, e, em seguida, promova o seu arquivamento nos Anais desta Casa

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, fiquei em dúvida e gostaria, se fosse possível, de um esclarecimento do Senador Luiz Henrique. Queria saber se não seria mais cauteloso da nossa parte oficiar a esses órgãos ou entidades que o Tribunal de Contas fez a recomendação e indagar se as recomendações foram ou ainda estão sendo cumpridas. E concordo inteiramente com o brilhante relatório do Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Acolho a sugestão do Senador Pedro Taques. Acho de boa medida que a Comissão faça esses expedientes para saber em que termos foram acolhidos no Governo e se há alguma iniciativa no sentido de criar efetivamente uma política de combate às queimadas e incêndios florestais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação com as alterações propostas pelo Senador Pedro Taques.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado com as sugestões do Senador Pedro Taques.

Consulto o Senador Ivo Cassol se ele pode ler *ad hoc* o relatório do item nº 2 da pauta. E solicito aos nobres Senadores que permaneçam porque temos uma pauta extensa de projetos terminativos. Também solicito à Secretaria da Comissão que ligue para os demais membros.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, só para confirmar com o Presidente se preciso ler todo o relatório ou posso ir para a conclusão final.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª está autorizado a ir para a conclusão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – sobre o Aviso CMA nº 2, de 2012 (nº 1.367/Seses/TCU/Plenário, de 2011, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.333/TCU/Plenário, de 2011, sobre relatório de acompanhamento da operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio do Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro.

Toda a obra foi orçada inicialmente em R$720 milhões. O preço contratado, após o procedimento licitatório, foi de R$ 705 milhões. Desse montante, R$400 milhões virão do financiamento do BNDES, cabendo ao tesouro estadual prover o restante.

O Acórdão nº 267/TCU/Plenário, de 2011, apontou pendências em relação ao estudo de viabilidade econômica do empreendimento, bem como quanto à descrição dos projetos de intervenção do entorno, que não permitiam verificar a aderência dos custos incorridos ao preço acordado ou apreciar a compatibilidade entre o tempo disponível e o prazo necessário para a conclusão da obra.

Convém frisar que a conformidade dos custos da obra e a definição dos métodos e do prazo para a sua execução são condições para que o BNDES libere parcelas que excedam a 20% do total financiado, nos termos do Acórdão nº 845/TCU/Plenário, de 2011.

Em sua primeira avaliação, os técnicos do TCU encontraram um possível sobrepreço de R$163,4 milhões no orçamento da obra. Após reuniões técnicas para dirimir dúvidas e esclarecer nuanças executivas de cada serviço, chegou-se a um novo orçamento no valor de R$859,5 milhões – redução de R$97,3 milhões em relação ao valor informado previamente. O Ministro-Relator Valmir Campelo destaca, em seu voto, os seguintes abatimentos nos custos projetados, decorrentes de prescrições feitas pelos auditores responsáveis:

a) desmontagem de estrutura metálica para o Maracanã:. R$ 11,2 milhões;

b) demolição da estrutura de concreto armado R$ 8,9 milhões;

c) sistema de ar condicionado R$ 7,3 milhões;

d) locação de equipe de topografia R$ 7,2 milhões;

e) sistema de cobertura tensionada R$ 4,3 milhões;

f) administração local R$ 4,3 milhões;

g) mobiliário esportivo R$ 4,0 milhões;

h) pastilha de porcelana formato palito R$ 3,2 milhões;

Total R$ 50,4 milhões.

Outros R$84 milhões foram objeto de justificativas apresentadas pelo governo fluminense, as quais foram acatadas parcialmente pelo TCU.

Restaram pendentes R$14,8 milhões de possível sobrepreço – ou 2,08% do valor contratado. Em face do valor total do orçamento analisado, a unidade técnica encarregada entendeu como sendo inexpressiva a materialidade da diferença observada. Efetivamente, em situações excepcionais, a jurisprudência da Corte de Contas admite baixos percentuais de sobrepreço nos orçamentos de obras públicas.

Na ausência de sobrepreço no último orçamento apresentado, que balizará qualquer futura alteração contratual, o TCU cientificou o BNDES e o governo fluminense que, até aquele momento, não existiam óbices ao regular repasse de recursos às obras de reforma e adequação do Estádio do Maracanã, nos termos do contrato de empréstimo firmado entre ambos.

O relatório também tratou da possível isenção tributária advinda da Lei nº 12.350, de 2010. Essa norma criou o regime especial de tributação para a construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol destinados às Copas das Confederações de 2013 e do Mundo de 2014. Os tributos federais abrangidos pelo regime especial são os impostos de importação e sobre produtos industrializados, o PIS/Pasep e a Cofins. Neste caso, o TCU decidiu dar ciência ao BNDES sobre a necessidade da promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado na hipótese da confirmação da utilização desses benefícios. Outra exigência feita pela Corte de Contas referiu-se à tempestiva alimentação do Portal de Acompanhamento da Copa. Trata-se de condição indispensável ao regular fluxo de recursos para os financiamentos realizados no âmbito do programa ProCopa Arenas. Dessa forma, alertou-se o BNDES que esse regramento é uma condicionante para o repasse de valores.

Em face do exposto, voto para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento do Aviso CMA nº 2, de 2012, e, em seguida, promova o seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

A matéria está em discussão.(*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso tendo em conta os valores que representam cifras de mais de R$100 milhões, eu vou analisá-los.

Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Pedro Taques.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, DE 2012 – Não Terminativo –

Copa do mundo de 2014. Determinação para realização de levantamento para avaliar o panorama das ações de governo para o Mundial nas áreas aeroportuária, mobilidade urbana, estádios e turismo.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Designo o Senador Aníbal Diniz para relatar *ad hoc* o Aviso nº 6.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Diz o relatório do Senador Blairo Maggi:

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente,Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Aviso da CMA nº 6, de 2012, do Tribunal de Contas da União (TCU) (nº 1.776– Seses-TCU-Plenário, de 30 de novembro de 2011, na origem), cujo objeto é discriminado em epígrafe.

O TCU, na qualidade de órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo da administração pública, regulamentou procedimentos internos destinados a atender às demandas que lhe são encaminhadas pelo Parlamento, no cumprimento de suas competências constitucionais.

Da Análise.

O instrumento destina-se, exclusivamente, a dar conhecimento do relatório e voto contido no Acórdão nº 3.134/2011-TCU-Plenário daquela Corte de Contas, relativo a levantamento constante da Tomada de Contas (TC) 028.253/2011-6.

No voto, há algumas recomendações e determinações de extrema relevância:

1. À Casa Civil da Presidência da República: recomendação de que, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, tendo em vista o que dispõe o art. 59, § 1º, inciso V, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como o estabelecido no art. 1º, incisos I, II e III da Lei 12.462/2011 e no art. 2º, incisos I, II e III do Decreto 7.581/2011, utilizasse critérios objetivos, entre eles os relacionados à previsão de término das obras, para identificar quais empreendimentos devem ser considerados como obras da Copa do Mundo de 2014.

2. Ao Ministério de Estado do Esporte: a mesma recomendação supracitada feita à Casa Civil, e as determinações de que**,** com base no art. 157, caput, do Regimento Interno do TCU, que na condição do coordenador do Comitê Gestor da Copa do Mundo Fifa de 2014, conforme designação dada pelo Decreto de 14 de janeiro de 2010, e, ante o disposto na Instrução Normativa TCU nº 62, de 26 de maio de 2010, apresentasse, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, esclarecimentos sobre:

– Limitação da matriz de responsabilidades às ações do primeiro ciclo e desatualizada no que se refere a prazos e valores de todas as obras dos estádios, o que prejudica a sua utilização como instrumento de planejamento e controle das ações preparatórias para a Copa do Mundo de 2014;

– não inclusão das obras do entorno e de acessibilidade aos estádios, relativas ao segundo e terceiro ciclos de planejamento, bem como *das* ações relacionadas aos diversos órgãos e entidades federais envolvidos nos preparativos do evento, conforme dispõe o parágrafo único do art. 2º da IN/TCU nº 62, de 26 de maio de 2010; e se

– as obras não constantes da Resolução nº 2/2011 do Grupo Executivo da Copa do Mundo – Gecopa, que aprovou a revisão das ações previstas para o Mundial nas áreas de mobilidade urbana, portos e aeroportos, foram ou não excluídas da matriz de responsabilidades.

3. Ao Ministério de Estado do Turismo: a determinação de que, com fundamento no art. 157, *caput*, do Regimento Interno do TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, encaminhasse, por intermédio da 5ª Secretaria de Controle Externo, o cronograma previsto para obter os números da oferta atual e da oferta futura dos meios de hospedagem para contemplar a demanda da Copa do Mundo, incluindo no documento, se possível, a previsão dos investimentos, dos prazos de início e conclusão, dos valores totais a serem aplicados e das linhas de crédito abertas com esse objetivo, por cidade-sede.

4. À Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero): a determinação de que, com fundamento no art. 157, *caput*, do Regimento Interno do TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, encaminhasse, por intermédio da 1ª Secretaria de Controle Externo, o cronograma previsto para obtenção dos resultados alcançados em decorrência das ações em curso naquela empresa, relacionados à gestão de pessoas e estrutura organizacional.

Voto

À luz do exposto, opinamos pelo encaminhamento de requerimentos de informações à Casa Civil, Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e aos Ministérios de Estado do Esporte e do Turismo, para que comuniquem se as determinações e recomendações constantes do Aviso nº 6, de 2012, do Tribunal de Contas da União, foram cumpridas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Aníbal Diniz permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao Item nº 15, da pauta. Projeto de lei terminativo. Vamos adiantar a leitura, enquanto aguardamos o quórum necessário para decisão terminativa.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO2), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

Solicito ao Senador Ivo Cassol que presida a reunião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esse é um projeto que está dentro, perfeitamente, das grandes preocupações nacionais e até mundiais, relacionadas aos problemas ambientais.

Tenho defendido em muitos lugares a necessidade de uma política fiscal verde, a ideia de que é preciso que tenhamos uma política fiscal que leve em conta se o produto consumido é um produto de depredador ou se é um produto conservador da natureza.

O projeto ora submetido para exame nesta Comissão dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV e na sua Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO2), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos.

O autor pondera que a escolha consciente do consumidor é um dos meios mais eficazes de promoção dos objetivos ambientais. Contudo, para que essa escolha seja de fato consciente, deve-se, ainda segundo o autor, fornecer informações adequadas. No caso em exame, essas informações dizem respeito à eficiência energética dos motores dos veículos disponíveis no mercado. Tal providência seria importante porque 8,6% das emissões brasileiras de dióxido de carbono (CO2) advêm da queima de combustíveis fósseis por veículos automotores.

Com esse intuito, a proposição acrescenta § 3º ao art. 13 da Lei nº 8.723, de 1993, para obrigar os fabricantes e os órgãos de licenciamento de veículos automotivos a divulgarem, no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo e na nota fiscal, a quantidade de gases poluentes emitidos para a atmosfera pelos veículos automotores.

A proposição foi lida em Plenário no dia 15 de fevereiro de 2011 e distribuída para decisão terminativa nesta Comissão.

Em 1º de abril, o Senador Antonio Carlos Valadares, apresentou duas emendas, que acolhi totalmente, porque, creio, engrandecem o projeto.

A primeira altera o § 3º proposto, para acrescentar no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo e na nota fiscal do veículo também informações relativas ao consumo médio de combustível dos veículos automotores, para que aquele que vai comprar saiba se o veículo que ele escolheu está acima ou abaixo da média.

A segunda emenda do Senador Valadares altera o § 2º para prever que é obrigação dos fabricantes fornecerem ao consumidor, além das especificações de uso, segurança e manutenção, também as informações propostas pelo autor da lei quanto às emissões de gases poluentes, assim como as relativas ao consumo médio.

Sr. Presidente, conforme o art. 102-A, II, a, do Regimento Interno do Senado, compete a esta comissão opinar sobre esse projeto. Entretanto, como a proposição foi distribuída apenas a esta Comissão, cabe manifestarmo-nos preliminarmente sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade.

No que tange à análise da constitucionalidade formal, o projeto trata da proteção do meio ambiente e controle da poluição. Insere-se, portanto, no campo das nossas competências.

A proposição não invade as esferas de iniciativa privativa do Presidente da República, não interfere nos temas de competência exclusiva do Congresso e a espécie normativa escolhida – projeto de lei – está adequada à matéria.

Sob o aspecto material, entendemos que não há afronta a nenhum princípio ou direito fundamental.

Em relação ao aspecto ambiental – e aqui está o que considero mais importante – salientamos que o projeto contribui para a divulgação de dados e informações ambientais, um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Em relação ao aspecto de defesa do consumidor, cumpre salientar que a proposição está em perfeita sintonia com o disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código do Consumidor.

Não há, portanto, reparos a fazer em relação à constitucionalidade e à juridicidade.

Cabe ressaltar que as emendas apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares encontram amparo no art. 122, I, do Regimento Interno.

Assim, também não há reparos a fazer em relação à regimentalidade.

No mérito, concordamos com o argumento de que o poder de escolha do consumidor é fundamental para o cumprimento de objetivos ambientais e que a opção do consumidor só será consciente se ele dispuser de informações adequadas.

Entendemos que os fabricantes de veículos, assim como os órgãos de licenciamento, devem informar os valores de emissão. Ademais concordamos que a informação ao consumidor deve contemplar não apenas o dióxido de carbono, mas todos os gases de efeito estufa.

Com relação às emendas, entendemos que ambas se complementam na medida em que, pela pri-

meira, inserem-se as informações sobre o consumo médio, enquanto a segunda torna uma obrigação torna a divulgação das informações uma obrigação geral dos fabricantes.

Em face do exposto, Senador Rodrigo, antes de manifestar o meu voto pela aprovação, eu quero dizer que esse é um tipo de projeto que nós deveríamos ampliar.

Eu quero sugerir que a gente faça aqui uma audiência, no espírito desse projeto de lei, sobre uma política fiscal verde. Como podemos ter uma política fiscal que induza o consumidor em busca de produtos com equilíbrio ecológico, Senador Cassol? Eu ainda acho que, em algum momento no futuro, vamos ter que ter medidas repressivas, gerais, que proíbam certos produtos. Por enquanto, eu creio que o consumidor sabendo do risco ambiental, embora não para sua privacidade, ele poderá tomar boas decisões.

Então, eu quero deixar aqui aberta essa proposta – vou formalizá-la – de uma audiência pública para discutir a possibilidade de uma política fiscal verde, que aumente os impostos sobre os bens poluentes que consumimos e reduza os impostos e até que se dêem subsídios àqueles que não são poluidores.

Então, meu parecer é pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 38, de 2011, e pela aprovação das duas emendas apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol Bloco/PP – RO) – Obrigado, nobre Relator.

Em discussão.

Não havendo mais discussão, vamos à votação.

Uma vez que o projeto é terminativo, eu farei a chamada nominal para a votação.

Como vota o Senador Diniz?

Primeiro, vamos votar o projeto e, depois, as duas emendas.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com o Relator? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em homenagem ao Relator, que é tão grande quanto seu ancestral navegador, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Agora, pergunto ao Plenário se posso repetir a mesma votação verificada em relação ao projeto para as duas emendas apresentadas. O Plenário concorda com isso? (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

Resultado: o Projeto é aprovado por unanimidade, com as duas emendas. Todos os votos foram favoráveis.

Passamos ao Item 6 da pauta.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pergunto a V. Exª se há algum inconveniente em votarmos também, com inversão de pauta, o Item 11, desde que respeitada, é claro, a ordem natural...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Se o senhor permitir, vamos colocar em votação, primeiro, o Item 6, do nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, que é o Relator da matéria. Em seguida, virá o seu Item.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Vou conceder a palavra ao nosso colega Rodrigo Rollemberg para relatar a matéria constante do Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2010 – Terminativo –

Estabelece condições de transparência pública na Internet para a realização de transferências voluntárias e constitucionais às unidades federativas.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: pela reautuação como Projeto de Lei Complementar e, no mérito, pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações: – Matéria apreciada pela CCJ, com parecer pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. – A matéria constou na pauta dos dias 10/04/2012 e 17/4/2012. Conforme orientação da CMA, poderá ser designado Relator *ad hoc* para a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Prezado Presidente, trata-se do parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2010, do Senador Raimundo Colombo, que *estabelece condições de transparência pública na Internet para a realização de transferências voluntárias e constitucionais às unidades federativas.*

Relatório

Vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 60, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que condiciona a transferência de recursos da União a outros entes federados ao cumprimento, pelos recebedores de tais recursos, do dever de fornecer ao ente repassador informações a serem divulgadas no sítio eletrônico do Governo Federal na Internet denominado Portal da Transparência.

A proposição é constituída por sete artigos. O art. 1º identifica a obrigação principal supramencionada. O art. 2º remete ao órgão federal incumbido de gerenciar o Portal da Transparência a regulamentação dos aspectos operacionais relacionados aos dados a serem fornecidos. O art. 3º determina que os entes recebedores das transferências empenhem-se em fornecer informações corretas, completas e compreensíveis. O art. 4º enumera os casos de infração que, nos termos do art. 5º, devem ter por consequência a suspensão das transferências. Por fim, o art. 6º atribui ao Tribunal de Contas da União a competência para dirimir dúvidas acerca do cumprimento da nova lei, que, conforme o art. 7º, entrará em vigor após 180 dias de sua publicação.

Na justificação, o autor, ao lado de saudar a iniciativa de uso da Internet para a divulgação de dados sobre a execução financeira do Governo Federal, traduzida no Portal da Transparência, observa que a situação é bem diversa nos níveis estadual, distrital e municipal, havendo verdadeiras "caixas pretas" em vários entes federados, que não possuem mecanismos de transparência das ações da Administração Pública. Nessa linha, o autor considera inadequado que a União continue realizando transferências constitucionais e voluntárias a Estados e Municípios que não tenham compromisso com a transparência, o que, em sua visão, justifica a nova disciplina legislativa.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com uma emenda ao seu art. 1º, sendo encaminhado a esta Comissão para decisão terminativa.

Análise

Trata-se de matéria atinente ao controle e fiscalização das finanças públicas de que cuida esta Comissão, nos termos do art. 102-A a 102-D do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não obstante o parecer emitido pela CCJ, pela aprovação do projeto com uma emenda, impõe-se a esta CMA discutir os seus aspectos constitucionais formais e jurídicos que deixaram de ser contemplados por ocasião do exame daquela Comissão.

Cumpre ter presente que a matéria nele versada diz respeito às finanças públicas e, mais especificamente, à fiscalização financeira da administração pública, temas cuja regulação cabe à lei complementar, nos termos do art. 163, I e V, da Constituição Federal.

Não bastasse isso, o art. 165, § 9º, I, da mesma Carta reza competir à lei complementar dispor sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização da lei de diretrizes orçamentárias. Em cumprimento a esse preceito, foi editada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que, em seu art. 4º, I, *f*, dispôs constituir matéria regulável pela lei de diretrizes orçamentárias *as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas*. Ora, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias sujeita-se, por força do *caput* do art. 165 da Carta Magna, à regra da reserva de iniciativa conferida ao Chefe do Poder Executivo. Desse modo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 60, de 2010, caso venha a tramitar como projeto de lei ordinária, estará em conflito com a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo certo que esse vício de inconstitucionalidade formal compromete a proposição como um todo, e havendo possibilidade saná-lo pela reautuação do PLS como projeto de lei complementar, consideramos adequado remetê-lo à Secretaria-Geral da Mesa para a adoção das providências cabíveis no caso. Iniciativa similar foi adotada pela CCJ relativamente ao PLS nº 207, de 2009, que institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, que exploram atividade econômica de produção, comercialização de bens ou de prestação

de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, apresentado originalmente como projeto de lei complementar, mas que, no entender da CCJ, deveria tramitar como projeto de lei ordinária, o qual se encontra tramitando na referida comissão.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto vai ao encontro do princípio da publicidade da Administração Pública, estabelecido por meio do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, sendo por isso elogiado. Ademais, a divulgação de informações sobre as transferências financeiras e voluntárias da União para as unidades federativas por meio da rede mundial de computadores e Internet propiciará aos cidadãos ou às entidades que os congregue condições para exercer o poder de fiscalização sobre a Administração Pública, por força do que dispõe o art. 74, § 2º, da Lei Maior.

Em face da orientação contida no Item 27.1 da cartilha que uniformiza a aplicação das normas regimentais aos procedimentos adotados no âmbito das comissões permanentes do Senado Federal, impõe-se o encaminhamento desse projeto de lei ordinária à Secretaria-Geral da Mesa, com a sugestão de que seja autuado como projeto de lei complementar sobre o qual antecipamos a nossa manifestação pela sua aprovação quanto ao mérito, mediante a apresentação deste substitutivo, que incorpora a emenda aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça como contribuição ao aperfeiçoamento do projeto.

Ante o exposto e em conformidade com o art. 133, inciso V, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pelo encaminhamento à Mesa do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2010, para que seja procedida a sua reautuação como projeto de lei complementar e por sua aprovação na forma do substitutivo seguinte:

> O Congresso Nacional decreta:
>
> Art. 1º As unidades federativas que recebem transferências financeiras voluntárias e constitucionais do Governo Federal ficam obrigadas, a fornecer a este as informações suficientes para alimentar o Portal da Transparência, que garantam nível de transparência pública sobre a aplicação desses recursos equivalente ao praticado na esfera federal, na forma do regulamento.
>
> Art. 2º Compete ao órgão federal encarregado de manter o Portal da Transparência, regulamentar todos os aspectos operacionais relacionados com os dados a serem fornecidos pelas unidades federativas, incluindo sua composição, formatação e periodicidade de encaminhamento.
>
> Parágrafo único: Para considerar atendido o disposto no art. 1º, a unidade federativa deverá fornecer dados dos três últimos exercícios e do exercício corrente com defasagem máxima de dois meses.
>
> Art. 3º Para manter o enquadramento nesta lei, a unidade federativa deverá empenhar-se em fornecer informações corretas, completas e de fácil compreensão.
>
> Art. 4º Constitui infração ao disposto nesta lei:
>
> I – omitir, falsear ou deturpar dados;
>
> II – interromper por seis meses o fornecimento das informações;
>
> III – atrasar em mais de três meses o fornecimento das informações, injustificadamente.
>
> Art. 5º As infrações ao disposto nesta lei terão como penalidade a suspensão das transferências de verbas federais.
>
> Art. 6º Compete ao Tribunal de Contas da União dirimir dúvidas a respeito do cumprimento desta Lei.
>
> Art. 7º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Apenas para esclarecimento, quero registrar que esse projeto complementa e aperfeiçoa o projeto já aprovado pelo Congresso Nacional, denominado Lei da Transparência, de autoria do nobre Senador João Alberto Capiberibe.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Votaremos primeiro o projeto e, depois, o substitutivo. Como o projeto é terminativo, eu farei a chamada nominal para a votação.

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, quem vota com o Relator vota no substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – No substitutivo. Primeiramente, vota-se só o projeto e, depois, votamos o substitutivo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Vejam bem, só para a Secretaria esclarecer: eu entendo que o primeiro voto é para votar na modificação do projeto de projeto de lei ordinária para projeto de lei complementar, para, em seguida, votar no substitutivo. É isso? Não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Primeiro, vota o projeto: "sim" ou "não". Depois, vota o substitutivo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB –DF) – Então, é isso. Vota primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Primeiro, vota-se o projeto e, depois, vota-se o substitutivo do projeto.

Quem vota "sim" vota com o Relator.

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – O Senador Anibal Diniz já confirmou voto, votando "sim".

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP –RO) – Como vota Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Como vota o Senador e Ex-Governador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – O projeto está aprovado.

Submeto à deliberação do Plenário se posso repetir a mesma votação do projeto para a emenda do substitutivo apresentada. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram? *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, resultado: o projeto na forma da Emenda nº 1, da CMA, substitutivo, é aprovado por unanimidade dos votos aqui apresentados.

Comunico que, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, que o projeto será submetido ao turno suplementar de discussão na próxima reunião desta Comissão, estando aberto o prazo para a apresentação de emenda ao substitutivo.

Passo a Presidência ao nosso Presidente, ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Vamos ao Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 329, DE 2010 – Terminativo –

Altera o art. 43, §3º, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências" – Código de Defesa do Consumidor (CDC), para tornar rápida a comunicação aos destinatários dos bancos de dados e dos cadastros de consumidores sobre as correções de informações dos consumidores.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: – Em 4/10/2011, foi concedida vista coletiva do projeto aos membros da CMA. Nos termos do art. 132, § 1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista. – Em 13/12/2011, foi apresentado voto em separado pelo Senador Anibal Diniz, pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta;

Com a palavra o Senador Lobão Filho para a leitura do relatório.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

É submetido à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o projeto de lei do Senado do Senador Antonio Carlos Valadares que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências

Ao justificar a sua proposição, o autor afirma que o objetivo é tornar célere e eficaz a retirada, nos órgãos de restrição ao crédito, de dados e informações incorretas e que foram corrigidas pelo consumidor. Atualmente, a lei confere ao arquivista o prazo de cinco dias úteis para comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas. A proposta é reduzir esse prazo de cinco dias úteis para 24 ho-

ras, sob o argumento de que o prazo previsto em lei é incompatível com o atual estágio da tecnologia da informação e prejudica o consumidor.

Da análise.

A matéria objeto da proposição está inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 22 da Constituição. Cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos do art. 48 da Lei Maior. E a iniciativa parlamentar, portanto, é legítima.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos se afigura dotado de potencial.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, julgamos que andou bem o legislador ao estabelecer em cinco dias o prazo para que o arquivista comunique a alteração de dados sobre o consumidor aos eventuais destinatários das informações incorretas.

Observe-se que a lei atualmente determina a imediata – isso é importante frisar, Sr. Presidente – correção das informações inexatas. O prazo de cinco dias é apenas para que, na eventualidade de o arquivista ter enviado informações a algum destinatário, ele possa comunicar a alteração.

As consultas aos bancos de dados hoje são feitas quase sempre *on line*. Sendo assim, tão logo os dados sejam corrigidos, os usuários dos bancos de dados já têm condições de acessar praticamente *on line* a informação corrigida.

Há casos, porém, em menor número, em que os bancos de dados remetem as informações para os usuários, atualizando-as periodicamente. E, nesses casos, o prazo estabelecido em lei para a comunicação da alteração, de cinco dias, é razoável, não se justificando a redução de prazo pretendida.

Voto

Portanto, em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2010, e, no mérito, por sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz para leitura do voto em separado. Solicito que todos permaneçam presentes, para que possamos manter o quórum e fazer as votações terminativas.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vamos direto à análise. Tributando o máximo respeito e consideração ao eminente relator, aqui serão expostos os motivos que nos levam a concluir pela apresentação de voto pela aprovação do projeto em exame.

De início, verifica-se inexistirem óbices constitucionais quanto à iniciativa, de acordo com o art. 61 do Texto Constitucional. O objeto da proposição está inserido na competência legislativa da União, a teor do art. 22, I e do art. 24, VIII, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos do art. 48, todos da Constituição da República.

Conforme já anotado pelo eminente Relator, o projeto se afigura irretocável quanto a sua juridicidade, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico, iii) possui o atributo da generalidade, iv) se afigura dotado de potencial coercitividade e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Ademais, não se vislumbram impropriedades ou incorreções de técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.

No mérito, registramos a relevância e pertinência da aprovação do projeto. Como bem observou o autor da proposição, "o prazo de cinco dias úteis para que a empresa que mantém o cadastro comunique aos seus clientes, ou destinatários das informações, a correção efetuada pelo consumidor, baixando a restrição cadastral" não mais se justifica.

Do ponto de vista econômico-comercial, a restrição ao crédito impede que muitos negócios deixem de ser realizados. Uma maior agilidade no sistema de comunicação das informações constantes nos bancos de dados e cadastros relativos aos consumidores confere mais dinâmica e eficiência à realização de contratos comerciais. O prazo de cinco dias úteis para a comunicação das informações aos usuários dos bancos de dados acaba por postergar, no mínimo, por uma semana a efetivação dos negócios. O retorno rápido do consumidor ao mercado e à obtenção de crédito fomenta a circulação de bens e, com isso, é benéfico à economia.

Do ponto de vista técnico-operacional, a proposição mostra-se plenamente viável. O desenvolvimento alcançado pelas tecnologias de informação e pelos sistemas de comunicação permite que o prazo de cinco dias seja reduzido. Conforme apontado pelo autor, na justificação do projeto:

> *No setor empresarial a comunicação tem sido beneficiada com a tecnologia, veja o exemplo do sistema de pagamento brasileiro e o sistema de comércio eletrônico e de concessão de crédito que atuam no ambiente de liquidação e de transações em tempo real.*

Não é razoável que seja praticamente imediata a inscrição de restrição ao crédito ao consumidor, bas-

tando para tanto o protesto de um título em cartório ou a propositura de uma ação de cobrança ou uma execução judicial, mas que a regularização da situação do consumidor demore cinco dias úteis.

Por outro lado, o prazo de 24 horas proposto pelo autor nos parece demasiado estreito, mesmo considerando que o acesso aos bancos de dados se dê em tempo real, por meio de sistemas *on-line*. Parece-nos que o prazo de dois dias seja mais adequado, contemplando de forma razoável tanto os interesses dos consumidores, quanto dos gestores e usuários dos bancos de dados e serviços de proteção ao crédito.

Nesse sentido, apresentamos voto pela aprovação do projeto, com emenda que altera para dois dias úteis o prazo para comunicação de alterações das informações relativas ao consumidor constantes de bancos de dados e cadastros. A redução de cinco para dois dias é significativa e contempla o propósito do autor, de tornar mais célere a retirada da inscrição negativa do consumidor em órgãos de proteção ao crédito e agilizar seu retorno ao mercado e à possibilidade de consumo.

Quanto ao voto, por todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2010, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2010, a seguinte redação:

> "Art. 1º O § 3º do art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> ´Art. 43. .....
> .....
> § 3º O consumidor sempre que encontrar inexatidão, nos seus dados e cadastros, poderá exigir a sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de dois dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
> ..... '"(NR)

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, a lei é clara (*fora do microfone.)* que as alterações precisam ser feitas de imediato, mas a lei não prevê prazo para que o cadastro seja alterado. Esse prazo apenas é para comunicar aqueles que porventura tenham feitos consultas e que poderiam acessar *on-line*, instantaneamente, e ver que a alteração já foi feita, mas que o órgão que controla esse cadastro possa comunicar àquele que porventura tenha se utilizado daquele cadastro de que houve uma alteração.

Mas, no espírito de defesa do consumidor, que no meu entendimento é sempre a parte mais fraca, eu fiz meu relatório achando que era inexequível o prazo de 24 horas. Porém, ouvindo o Senador Aníbal Diniz, eu concordo que em 48 horas é extremamente razoável que os detentores desses cadastros possam comunicar a quem deles tenha se utilizado.

Portanto, Sr. Presidente, eu concordo com o voto do Substitutivo e, mesmo tendo relatado contra o mérito, declamo aqui o meu voto favorável ao Substitutivo do Senador que acaba de proferir seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho.

Em discussão.(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vou proceder à votação nominal.

Quem votar com o relatório do Senador Aníbal Diniz, vota "sim". O Senador Anibal Diniz vota "sim".

Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, o relatório que está em discussão é apenas o do Senador Anibal Diniz?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – "Sim".

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, "sim".

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Projeto foi aprovado.

Pergunto ao Plenário se posso repetir a mesma votação do Projeto para a emenda apresentada pelo Senador Aníbal Diniz.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O Projeto é aprovado, com a Emenda nº 1 – CMA, por unanimidade.

Designo o Senador Anibal Diniz para fazer a apresentação do parecer vencedor, nos termos dos arts. 128 e 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos ao Item 9 da pauta.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Quero, aqui, apresentar, em nome pessoal e também em nome do Senador Antonio Carlos Valadares, um agradecimento ao Senador Lobão Filho, que fez o seu relatório contrário no mérito, mas que compreendeu que esse ajuste feito na redução de cinco para dois dias era adequado para a matéria. Tendo o Senador aberto mão do seu relatório em favor do voto substitutivo, faço um agradecimento especial, por essa sua atitude grandiosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

A Mesa, a Presidência se associa às palavras do Senador Anibal Diniz em relação ao gesto do Senador Lobão Filho.

Passo a palavra ao Relator do Item 9.

Faço um apelo para que todos permaneçam aqui, para que possamos esvaziar a pauta. Ainda há alguns itens terminativos na Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2008 – Terminativo –

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a impressão do número do lote e das datas de fabricação e de validade de medicamentos.

Autoria: Senador Papaléo Paes.

Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Relatório: pela aprovação com três emendas que apresenta.

Observações: – Matéria apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

– A matéria constou na pauta do dia 17/4/2012.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, trata-se de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2008, de iniciativa do então Senador Papaléo Paes, que é composto de quatro artigos.

Vou diretamente à análise, já que, depois, vou ler também as emendas apresentadas.

Nos termos do disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução n° 1, de 2005, compete a esta Comissão apreciar matérias referentes à defesa do consumidor.

Em relação à constitucionalidade, a proposição está em conformidade com as disposições referentes à competência normativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa. O projeto está harmonizado com as demais disposições constitucionais.

No que concerne à juridicidade, o projeto de lei sob análise cumpre as exigências de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade.

Para a avaliação de mérito, destaque-se que o art. 31 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), exige, na apresentação de produtos, informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados.

Como se vê, o PLS n° 259, de 2008, está em perfeita consonância com o art. 31 do CDC, que cuida do dever de informar do fornecedor, porquanto contribui efetivamente para o cumprimento do referido dispositivo consumerista.

Ademais, considerada a gravidade dos problemas causados pela ingestão de medicamentos fora do prazo de validade, entendemos que o consumidor desses produtos carece de maior proteção.

Dessa maneira, julgamos que o projeto, se convertido em lei, conferirá maior tutela ao consumidor. Portanto, julgamos meritória a proposta.

Entretanto, no tocante à técnica legislativa, são necessários pequenos reparos de redação. Para tanto, apresentamos três emendas de redação.

Vou lê-las agora.

As emendas propostas dizem o seguinte:

EMENDA Nº – CMA

Dar-se-á ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2008, a seguinte redação:

"Art. 1° O § 2º do art. 11 da Lei n° 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art.11 .....

§ 2° Os produtos importados cuja comercialização no mercado interno independa de prescrição médica, terão acrescentados, nos rótulos e nas embalagens, dizeres esclarecedores, no idioma português, sobre a composição, a indicação, o modo de usar, o número do lote e as datas de fabricação e de validade do produto, observado o dispositivo do § 2º do art. 57 e no art. 60-A.

Dar-se-á ao art. 2º do projeto de Lei nº 259, de 2008, a seguinte redação:

Art. 2º Acrescente-se ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º.

§ 2º É obrigatória, nos rótulos de medicamentos, a impressão do número de lote e das datas de fabricação e de validade do produto, de forma facilmente compreensível e facilmente legível sem a utilização de instrumento óptico por pessoa que não necessita de correção visual, em caracteres cujas especificidades são definidas pelo órgão competente, vedado o uso exclusivo de relevo negativo ou positivo, sem cor ou com cor que não mantenha nítido e permanente contraste com a do suporte.

O art. 3º da lei vai ter a seguinte redação:

Art. 3º É obrigatório nas embalagens de medicamentos a impressão do número do lote, as datas de fabricação e de validade do produto de forma facilmente compreensível e legível sem a utilização de instrumento óptico por pessoas que não necessitam de correção visual, em caracteres cujas especificidades serão definidas pelo órgão competente, vedado seu uso exclusivo de relevo negativo ou positivo, sem cor ou com cor que não mantenha nítido e permanente contraste com a do suporte.

Então, o relatório, Sr. Presidente, é pela aprovação, de autoria do eminente Senador Papaléo Paes.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação a matéria.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, voto conhecido.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi aprovado por unanimidade.

Submeto à deliberação do Plenário se posso repetir a mesma votação do projeto para as três emendas apresentadas.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto é aprovado com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CMA, por unanimidade...

Emendas nºs 1, 2 e 3, da CMA, por unanimidade.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2011 – Terminativo –

Altera o Código de Defesa do Consumidor para criar mecanismos de ressarcimento ao consumidor que sofreu cobrança indevida.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, e Srs. Senadores.

Submete-se à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 320, de 2011.

A proposição, de autoria do Senador Ciro Nogueira, "*altera o Código de Defesa do Consumidor para criar mecanismos de ressarcimento ao consumidor que sofreu cobrança indevida*".

O art. 1º acrescenta § 2º ao art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer que *a "decisão definitiva e líquida favorável ao consumidor a respeito da cobrança indevida exarada por órgão ou entidade estadual de defesa do consumidor consistirá em título executivo".*

O autor argumenta que as cobranças indevidas têm prejudicado milhares de consumidores e que, embora o CDC preveja o direito do consumidor de receber em dobro o valor indevidamente cobrado, na prática a única forma de receber a multa é ingressar com uma ação judicial para demonstrar que a cobrança foi indevida, obter um provimento judicial favorável e promover a execução do valor apurado.

Afirma o Senador Ciro Nogueira que os Procon's têm verificado, mediante procedimento próprio, a existência de cobranças indevidas, razão pela qual propõe que a decisão exarada em processo do órgão que reconheça a existência da cobrança indevida, concluindo pela obrigação do pagamento da multa, consista em título executivo extrajudicial, com o que, caso o fornecedor não indenize o consumidor, sujeitar-se– á à execução forçada prevista no Código de Processo Civil.

Análise

A proposição trata de *título executivo extrajudicial* e *relações de consumo*, temas que se inserem na competência legislativa da União. Assim, a iniciativa parlamentar é legítima. Tampouco há inconstitucionalidade material na proposição. E quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável.

Passemos à análise de mérito.

Pode-se dizer que a *ação de conhecimento* tem por finalidade a definição de direitos, enquanto que a *ação de execução* visa à realização prática de um direito que já se encontra definido.

A *ação de execução* é promovida mediante a apresentação de um título, que pode ser judicial ou extrajudicial. A criação de um título executivo extrajudicial somente é possível por meio de lei, em razão do disposto na Constituição, segundo a qual compete privativamente à União legislar sobre direito processual civil.

De posse de um título executivo extrajudicial, o credor promove a *ação de execução*, não havendo necessidade da *ação de conhecimento* para ter reconhecido o seu direito.

Os títulos executivos extrajudiciais estão definidos no art. 585 do CPC e em algumas leis extravagantes.

O CDC estabelece que *o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável*.

Para fazer valer o seu direito, o consumidor deve acionar o Poder Judiciário com uma ação de conhecimento, na qual terá ou não reconhecido o seu direito. Com a sentença favorável (título executivo judicial), poderá então promover a sua execução.

A proposição tem por finalidade incluir no rol dos títulos executivos extrajudiciais a decisão definitiva e líquida favorável ao consumidor a respeito da cobrança indevida exarada por órgão ou entidade estadual de defesa do consumidor.

Dessa forma, o consumidor-credor poderá impetrar no Poder Judiciário uma ação de execução, prescindindo da ação de conhecimento.

Os títulos executivos extrajudiciais normalmente consistem de atos em que as partes reconhecem expressa e documentalmente a existência de uma obrigação, mas há casos também de atos praticados unilateralmente, sem manifestação da parte devedora.

Não haveria, portanto, em princípio, empecilho para a inclusão da decisão exarada por órgão de defesa do consumidor no rol dos títulos executivos extrajudiciais, como pretende o projeto.

Todavia, é preciso ter muita cautela na criação de novos títulos, em razão das sérias repercussões sobre o patrimônio do devedor que resultam da execução.

Para se prescindir do processo de conhecimento, da definição do direito pelo juiz, é preciso que haja segurança quanto à certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação.

Em que pese a grande relevância dos órgãos de defesa do consumidor no combate aos abusos, não vemos razões que justifiquem conferir a suas decisões acerca de cobrança indevida a natureza de título executivo extrajudicial.

A atuação dos órgãos de defesa do consumidor, no caso, deve-se dar de outra forma, como adverte Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin:

O Poder Público não deve assistir impassível aos abusos praticados na cobrança de dívidas de consumo. Afora a propositura de ações cíveis, nos

termos da legitimidade que lhe dá o art. 82, tem ele, como verdadeiro dever-poder, que aplicar, nos casos de infringência ao art. 42, as sanções administrativas previstas no Código.

Em especial, são pertinentes as penas de multa, de suspensão do fornecimento do serviço (a cobrança de dívidas), de suspensão temporária de atividade e cassação de licença do estabelecimento ou da atividade.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2011, do nobre Senador Cyro Miranda, e, no mérito, por sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vou proceder à chamada nominal. Quem vota com o relator vota "Não."

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O relatório do Senador Flexa Ribeiro, pela rejeição do projeto, foi aprovado por unanimidade.

Resultado: o projeto é rejeitado por unanimidade.

Vamos ao Item nº 17.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2007 – Terminativo –

Dispõe sobre o Programa de Substituição de Embalagens Plásticas Convencionais por Congêneres Biodegradáveis.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relator: Senador Flexa Ribeiro

Com a palavra o relator para leitura do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 259, de 2007, que institui um programa de substituição de embalagens plásticas convencionais por congêneres biodegradáveis.

De acordo com o projeto, são consideradas embalagens plásticas convencionais aquelas manufaturadas com resinas petroquímicas, ao passo que as biodegradáveis são feitas com material passível de degradação por microorganismos (art. 2º).

O Programa prevê a concessão de incentivos fiscais e creditícios para alcançar suas metas (art. 4º, inciso III) e a implementação do prazo máximo de 5 anos a contar da data de publicação da lei.

Até o momento, não foram oferecidas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

De acordo com o inciso II do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, em especial sobre controle da poluição e conservação da natureza.

Como a proposição foi distribuída apenas a esta Comissão, cabe manifestarmo-nos sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade do PLS nº 259, de 2007.

No que tange à análise da constitucionalidade formal e material, entendemos que não há afronta a qualquer norma, princípio ou direito fundamental consagrado no texto constitucional.

Ademais, a proposição mostra-se sintonizada com as prescrições do Capítulo VI do Título VIII da Constituição Federal, dedicado integralmente à proteção do

meio ambiente e à espécie normativa escolhida – projeto de lei – está adequada à matéria a ser disciplinada.

No que tange à juridicidade, entendemos que o projeto está em consonância com o regramento geral sobre a proteção ambiental no Brasil.

Não há, portanto, reparos a fazer em relação à constitucionalidade e à juridicidade do PLS nº 259, de 2007. Também não há ressalvas a fazer em relação à regimentalidade do projeto.

No mérito, contudo, em que pesem as justas preocupações da Autora, Senadora Maria do Carmo Alves, consideramos que o ordenamento jurídico brasileiro já contempla satisfatoriamente a questão.

As sacolas plásticas, após o uso a que se destinam, passam à condição de resíduo, ficando, portanto, sujeitas ao disposto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), entre outras providências.

A PNRS dispõe de uma série de instrumentos, inclusive econômicos, destinados a promover a adequada gestão dos resíduos sólidos no Brasil.

A edição da Lei nº 12.305, de 2010, deu-se posteriormente à apresentação do PLS nº 259, em 2007, e à manifestação do Senador Valter Pereira, primeiro Relator designado na CMA. Já as manifestações dos Senadores Vital do Rêgo e Lindbergh Farias deram-se posteriormente àquela lei e, portanto, já consideram essa inovação legislativa, que foi devidamente apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional.

Aplica-se, pois, a Lei nº 12.305, de 2010, às sacolas plásticas, em especial as disposições referentes aos planos de resíduos sólidos, à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e aos sistemas de logística reversa. A partir de agosto de 2012, por exemplo, a implantação da coleta seletiva pelo município será condição para o acesso a recursos federais. Além disso, metas de coleta seletiva e reciclagem, entre vários outros quesitos, deverão integrar o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Dessa maneira, entendemos que, embora o PLS nº 259, de 2007, veicule legítimas preocupações, a matéria já se encontra devidamente disciplinada no ordenamento jurídico brasileiro.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2007.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O projeto da ilustre Senadora sergipana é da maior importância. Aliás, a CDL, por sua entidade nacional e suas entidades estaduais – tem defendido essa substituição. Em São Paulo, os supermercados já implementaram esse processo. De modo que para uma análise melhor do projeto peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista coletiva concedida ao Projeto de Lei do Senado nº 259.

Quero registrar com muita alegria e com muita honra aqui a presença entre nós do querido Deputado Ibsen Pinheiro. É uma alegria tê-lo aqui na nossa Comissão, na nossa Casa.

Item 12.

Designo o Senador Ivo Cassol para relatar o Item 12 *ad hoc*.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever a obrigatoriedade das empresas de comunicar ocorrências relativas à violação ou vulnerabilidade de seus sistemas de segurança que armazenam dados cadastrais dos consumidores.

Autoria**:** Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vamos direto ao voto, Sr. Presidente.

Voto

Pelos motivos expostos, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 271, de 2011, com a seguinte emenda:

Renumere-se o parágrafo único do art. 43-A da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor em parágrafo primeiro com a seguinte redação, e inclua-se parágrafo segundo:

"Art. 43-A .....

.....

§1° No caso de eventual acesso indevido, é obrigatória a comunicação do fato ao consumidor diretamente impactado, pela pessoa jurídica responsável pelo armazenamento dos dados referidos no *caput* deste artigo, sob pena de aplicação de multa, observado o disposto no art. 57 desta Lei."

§ 2° O disposto neste artigo não se aplica às instituições que dispõe o art. 1º da Lei Complementar 105, de 10 de Janeiro de 2001.

Sala da Comissão.

Portanto, pelo voto favorável, Sr. Presidente, com a emenda.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Considerando que após 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor e que vai ter um processo de atualização, agora inclusive feito por Comissão de Juristas, eu pediria vista para que a gente pudesse aprofundar a adequação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida ao Senador Aníbal Diniz.

Antes de encerrar – nós não temos mais relatores presentes –, eu quero dar um informe sobre o Código Florestal. Lamentavelmente, o texto aprovado pelo Senado Federal, a partir de um grande acordo, de um grande entendimento entre as diversas Comissões da Casa e que envolveu inclusive naquele momento também a participação de vários Deputados, foi radicalmente modificado na Câmara Federal.

A Comissão de Agricultura aprovou a indicação de formulação de um documento a ser encaminhado, com algumas sugestões, à Presidenta Dilma.

Eu gostaria de registrar que nós devemos...

Por outro lado, o Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique apresentaram projeto no Senado restabelecendo o fruto, o conteúdo do entendimento produzido no Senado Federal, especialmente no que se refere à recuperação de áreas de preservação permanente em áreas consolidadas.

Então, eu quero submeter aqui à nossa Comissão...

Nós vamos dar continuidade aos entendimentos com as demais Comissões para saber qual o melhor encaminhamento a ser dado nesse caso: se aceleramos a apreciação desse projeto apresentado pelos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, para ver que tipo de contribuição nós podemos dar para a solução da lacuna que provavelmente ficará com o já anunciado veto da Presidenta, parcial ou total, ao Código aprovado na Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, caros Colegas, queria, primeiro, antes de mais nada, cumprimentar V. Exª pela excepcional audiência que tivemos ontem aqui nesta Casa, discutindo a Carta da Terra, recebendo figuras que deveriam estar no cotidiano desta Casa e discutindo um tema tão importante, porque discutindo a vida no Planeta, discutindo o desenvolvimento sustentável, discutindo a preparação da Rio+20.

Mas, em relação ao Código Florestal, ainda hoje, a Ministra das Relações Institucionais, Ideli, esteve aqui no Senado reafirmando a disposição da Presidente Dilma de fazer valer o entendimento construído aqui no Senado, que recebeu 57 votos. Foi uma proposta suprapartidária, em que todos cederam, para que pudéssemos ter um texto equilibrado, como bem tem sido demonstrado nos diferentes editoriais que temos lido, como o de ontem na *Folha de S. Paulo.*

Eu só queria dizer que, neste momento, essa matéria chegou às mãos da Presidência oficialmente; ela tem quinze dias para se posicionar. E é muito importante a iniciativa de apreciação da proposta nossa. Nós estamos sugerindo que V. Exª seja o relator dessa matéria, porque está como titular, como membro das comissões em que essa matéria será apreciada, para que possamos dar celeridade à proposta, porque acredito no veto da Presidente Dilma. É pelo bem do Brasil. É pelo bem do meio ambiente. É pelo bem dos produtores e agricultores que esse veto tem que vir. Mas, essencialmente, nós temos que trabalhar a reconstrução do entendimento a partir de posição que tire da insegurança jurídica os produtores e criadores e ao mesmo tempo deixe claro para o Brasil e para o mundo que o Brasil vai seguir tendo políticas de precaução e políticas explícitas de proteção das águas, do meio ambiente, de nossas florestas.

Por isso, eu queria, associando-me ao posicionamento de V. Exª, dizer que vamos ter muito trabalho pela frente nas próximas duas semanas, na busca de fazer valer uma posição que dê segurança jurídica para quem cria e produz neste País, mas essencialmente para a opinião pública, a sociedade, com a posição firme da Presidente Dilma em defesa de nossas florestas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu quero registrar que hoje à tarde nós procuraremos os demais presidentes das comissões por onde tramitou o Código Florestal – Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Agricultura, Comissão de Ciência e Tecnologia – e também os líderes partidários, para ver qual o melhor encaminhamento a ser dado a essa matéria, registrando que realmente o texto aprovado pelo Senado, que teve o reconhecimento

de grande parte da opinião pública como um texto equilibrado, construído a partir de um grande entendimento. Inclusive, quero registrar aqui mais uma vez que o entendimento envolveu também representantes da Câmara dos Deputados.

Entendo que o que aconteceu na Câmara foi um retrocesso e vamos ver o que é possível fazer para corrigi-lo, para permitir que o Brasil tenha uma legislação avançada, uma legislação que faça com que o Brasil seja, como tenho dito, um grande produtor de alimentos, água, energia, sem abrir mão da sua condição de grande potência ambiental.

Agradecendo a presença de todos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presença reunião.

(Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e cinqüenta e sete minutos do dia dez de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **ANIBAL DINIZ**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **VICENTINHO ALVES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO e ANA RITA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, RANDOLFE RODRIGUES, GIM ARGELLO, ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, WALDEMIR MOKA e EDUARDO BRAGA.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA** como parte integrante da I Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, a fim de debater o seguinte assunto "A ANVISA e a Implementação da Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos". Comparecem os seguintes convidados: Silvano Silvério da Costa, Diretor do Departamento de Ambiente Urbano – Ministério do Meio Ambiente – MMA; Jaime César de Moura Oliveira, Diretor – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Sérgio Mena Barreto, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias – ABRAFARMA; Jorge Raimundo, Presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa– INTERFARMA. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhores Presidente, que apresenta questionamentos e tece comentários. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A reunião destina-se a audiência pública, como parte integrante da I Semana de Vigilância Sanitária do Congresso Nacional, a fim de debater o seguinte assunto: "A Anvisa e a Implementação da Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos", em atendimento ao Requerimento nº 36, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa.

Convidamos o Sr. Silvano Silvério da Costa, Diretor do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

Convido também o Sr. Jaime César de Moura Oliveira, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Seja muito bem-vindo, Sr. Jaime.

Convidamos também o Sr. Sérgio Mena Barreto, que é Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma).

Seja muito bem-vindo.

Convidamos também o Sr. Jorge Raimundo, Presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

Informo que o Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Sr. Wilson Duarte Alecrim, justificou sua ausência.

Esta audiência pública tratará de um tema de extrema relevância para a saúde pública e para a preservação do meio ambiente. O descarte inadequado de medicamentos em desuso ou vencido, ou de sobras à destinação desses produtos ao lixo comum, ou à rede pública de esgoto pode trazer graves consequências ao meio ambiente e à saúde humana, com ocorrência de quadros intoxicação e de reações adversas decorrentes do uso indevido, seja acidental ou intencional.

Além desse tipo de situação, nós temos, no Brasil, uma anomalia: na medida em que as pessoas recebem uma receita e elas adquirem o medicamento, às vezes a receita estabelece um número x de comprimidos e se tem que comprar uma caixa com um número muito maior, e isso é estranho. Por exemplo, uma vez, numa viagem ao Peru, o Governador Binho Marques não se sentiu bem e foi ao departamento médico e, na hora que foi adquirir a medicação, eles abrem a caixinha de medicamento e vendem exatamente o número de comprimidos receitado. E aqui, às vezes, quando a pessoa tem que tomar 10 comprimidos, tem que comprar uma caixa com 30, e o resto é um problema de destinação e um perigoso convite à automedicação, porque depois a pessoa pode ter problema semelhante e achar que pode tomar aqueles mesmos comprimidos. Assim, o sistema de logística reversa visa, justamente, propiciar uma forma adequada de descarte desses produtos.

Os medicamentos inservíveis de uso humano e veterinário não foram incluídos, pela lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, na categoria dos resíduos que devem se submeter, de imediato, ao sistema de logística reversa, que está no art. 33. Para que isso ocorra, é necessário o estabelecimento de um acordo setorial.

Então, esta audiência pública tem exatamente o objetivo de tratar desse assunto numa semana em que está se debatendo, com atenção, essa questão, e as pessoas que estão compondo essa Mesa conosco são exatamente as pessoas que têm um posicionamento importante a este respeito.

Nesse sentido, eu não sei qual foi a ordem das falas estabelecidas, mas, se não há uma ordem previamente estabelecida, eu passo a palavra ao Sr. Silvano Silvério da Costa, Diretor do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente. V. Exª tem o tempo de 10 ou 15 minutos, vou me certificar aqui com a coordenação.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Muito obrigado, Senador. Queria cumprimentá-lo, Senador Anibal Diniz, Presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente aqui do Senado e, na pessoa de V. Exª, cumprimentar toda a Comissão de Meio Ambiente.

Em nome do Ministério do Meio Ambiente, queria cumprimentar aqui também o Jaime César, Diretor da Anvisa, e, na pessoa dele, todos os servidores da Anvisa, todos os trabalhadores da Anvisa e todo o setor de saúde. Também o parabenizo pela semana que a Anvisa dedica a discutir as questões relacionadas ao seu espaço institucional.

Queria cumprimentar aqui também os dois representantes da indústria farmacêutica, de toda a comercialização de medicamentos, envolvidos nessa indústria da comercialização e do comércio, especificamente; queria também cumprimentar todos os presentes aqui.

Minha fala, Senador, tem, talvez, a finalidade de contextualizar essa discussão específica do descarte de medicamentos dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. É uma política relativamente nova, foi sancionada pelo Presidente Lula dia 2 de agosto de 2010, é a Lei 12.305. E nós temos um grande prazer de ter uma lei regulamentada num prazo eu diria recorde: essa lei foi regulamentada no dia 23 de dezembro de 2010. Então, vejam que nós temos uma lei de 2010 e o decreto que a regulamenta é também do mesmo ano, o que não é uma coisa muito comum, sobretudo num tema com tamanha complexidade como é o tema dos resíduos sólidos. A dizer pelo tempo em que esse instrumento legal passou aqui no Congresso, que foram 21 anos, dá para entender um pouco essa complexidade.

A despeito de toda a complexidade que foi para aprovar esse projeto de lei aqui no Congresso Nacional, o regulamento da lei buscou não tangenciar o que era necessário regulamentar, ele foi muito profundo e permitiu detalhar e botar logo, quatro meses e meio depois, esse instrumento regulamentador em curso. Então, a Política Nacional de Resíduos tem lei e tem regulamento, e o regulamento desce a detalhes para estabelecer a forma com que os instrumentos da política pudessem ser explicitados; e uma vez explicitados, todo o setor envolvido, que não é pequeno... A Política Nacional de Resíduos diz respeito aos cidadãos comuns, diz respeito ao setor privado e aos governos, tanto Governo Federal, quanto governos estaduais e governos municipais, e de uma forma vinculada desses setores. E ela acabou instituindo princípios modernos, e a gente pode dizer que essa política faz o Brasil figurar no rol dos países com instrumento normativo dos mais modernos do mundo, a gente pode dizer com toda tranquilidade. Tanto é que a lei que foi sancionada, no momento em que foi sancionada, teve quase que nenhuma resistência e foi uma lei bastante aplaudida por todos os segmentos, em que pese todo o envolvimento e toda a vinculação e responsabilidade. Ela acabou instituindo a chamada responsabilidade com-

partilhada, que talvez seja um dos instrumentos mais importantes. E essa responsabilidade compartilhada veio com um instrumento explícito, que é a chamada logística reversa. Portanto, se a gente puder fazer aqui certa analogia para entender, a logística reversa é um setor de distribuição, um setor comercial. Os fabricantes têm um esforço grande para colocar o produto na casa do cidadão. Então, essa é a logística de distribuição. A logística reversa é o caminho de volta desses resíduos pós-consumo para aquela cadeia ou para outras cadeias, aí dando uma destinação mais adequada do ponto de vista ambiental.

De fato, como o Senador já remeteu aqui, a logística reversa específica de medicamentos descartados não é obrigatória de forma explícita pela lei. O art. 33 da lei dispõe seis cadeias de logística reversa obrigatória e explicita que são os agrotóxicos, suas embalagens e resíduos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, suas embalagens e resíduos, eletroeletrônicos e lâmpadas de vapor de sódio, mercurial e mista. Então, essa obrigatoriedade é explícita no art. 33. Por outro lado, o parágrafo desse artigo estabelece que a logística reversa pode ser estendida para outras cadeias e produtos desde que haja a comprovação do impacto ambiental e à saúde pública. Então, esse tema, por si só, tem uma vinculação seja pelas questões ambientais resultantes do descarte inadequado, seja também pelos impactos à saúde pública ou à saúde humana que, eventualmente, isso possa significar.

O Decreto é de 23 de dezembro de 2010. No dia 17 de fevereiro de 2011, o Governo já estava instituindo o Comitê Orientador, que foi definido pelo Decreto nº 7.404. O Comitê Orientador é um conselho de cinco Ministros, presidido pela Ministra Izabella, do Meio Ambiente, com o Ministro da Fazenda, o Ministro da Saúde, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Esse conselho, na sua primeira reunião, já criou o seu regimento e definiu um conjunto de deliberações para que a logística reversa pudesse ser colocada de pé. Logo no primeiro semestre de 2011, esse Comitê Orientador definiu as prioridades para a logística reversa no Brasil. Estabeleceu como critério importante que aquelas cadeias de logística reversa obrigatória pela lei seriam priorizadas – portanto, as seis a que me referi seriam priorizadas –, mas colocou como prioridade das prioridades aquelas que ainda não têm nenhuma logística reversa instituída. Então, nesse rol, foi dada prioridade para a logística reversa de eletroeletrônicos e a logística reversa de lâmpadas de vapor de sódio, mercurial e mista, como também para a parte de embalagens de óleos lubrificantes, porque hoje já temos quatro cadeias que têm logística reversa por instrumentos normativos do Conama, que são pneus, pilhas e baterias, agrotóxicos e resíduos, que, inclusive, têm lei definindo os termos, e óleos lubrificantes, que também têm resolução.

Então, o Comitê Orientador já criou dois grupos de trabalho, buscando definir a logística reversa das cadeias de eletroeletrônicos, de lâmpadas de vapor de sódio, mercurial e mista e também de embalagens de óleos lubrificantes. E o Comitê Orientador deliberou também pela criação de mais dois grupos de trabalhos temáticos, que é o grupo de trabalho de descarte de medicamentos e o grupo de trabalho temático de embalagens em geral. Quero até reputar aqui uma grande responsabilidade da Anvisa nesses termos, porque a Anvisa foi procurar o Comitê Orientador para explicitar a importância, porque já se estavam discutindo diretrizes da agência sobre esse termo, e o Ministro da Saúde entendeu por bem colocar na prioridade da logística reversa no Brasil.

Portanto, temos cinco cadeias em fase de elaboração da logística reversa por via do acordo setorial. No dia 29 de dezembro do ano passado, nós já tivemos o primeiro edital com um chamamento do acordo setorial de embalagens de óleos lubrificantes. No dia 17 de fevereiro, o setor apresentou uma proposta, e já estamos para colocar essa proposta de acordo setorial em consulta pública, como rito do decreto. Muito provavelmente a gente deve ter, ainda este ano, essa logística reversa instituída no País.

O Comitê Orientador, na última reunião, agora, no mês de abril, aprovou também dois editais importantes, que é o edital que estabelece o chamamento do acordo setorial de embalagens em geral. E veja que aí é, Senador Anibal, uma prioridade muito grande, porque estamos falando de 30% de todos os resíduos que afluem aos lixões brasileiros e aos aterros sanitários, que é a fração seca dos resíduos sólidos. Então, em relação a essa fração seca, o GTT conseguiu chegar ao seu final, apresentou uma proposta de edital de chamamento, que deve ser publicado nos próximos dias, chamando o setor para apresentar uma proposta de acordo setorial que vai envolver todos os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes desse segmento. E também o edital que vai chamar o acordo setorial de lâmpadas de vapor de sódio, mercurial e mista, que também foi aprovado e deve ser publicado nos próximos dias.

Então, vejam que temos ainda dois outros grupos criados em funcionamento, que é o grupo de trabalho temático de descarte de medicamento, que vou deixar porque o Jaime talvez possa abordar com um pouco mais de profundidade, pois é a Anvisa que está à frente da coordenação desse grupo de trabalho temático,

com uma complexidade também muito grande, porque todos os grupos de trabalho temático são muito complexos. No grupo de trabalho temático de embalagens em geral, por exemplo, 50 entidades participavam, porque elas chegam ao seu final, mas conseguindo chegar ao fim com a minuta de edital para ser publicada. O setor teve muita discussão, mas é um processo interessante, porque, no momento em que publiciza o edital, chamando o acordo setorial, os segmentos, de certa forma, já têm certo alinhamento para poder apresentar ao Governo uma proposta. É melhor fazer assim do que a outra forma de fazer, que seria a criação da logística reversa por via do regulamento, que também era possível fazer – o decreto permite –, mas o Governo entendeu que era razoável tentar pela via do acordo setorial; se não houver proposta de acordo setorial, aí sim, o Governo estabelece a logística reversa por meio do regulamento. E aí caberá para todos os segmentos envolvidos.

Já passei três minutos do meu tempo de 10 minutos, mas queria dizer que essa discussão é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Na realidade, o senhor está no tempo. Foram-lhe conferidos 15 minutos.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Que bom. Então, tenho mais 2 minutos. Obrigado. Nós, do Ministério do Meio Ambiente, participamos do GTT de descarte de medicamentos. Viemos acompanhando a discussão. Ela tem uma complexidade bastante grande e pertinente. O setor tem feito uma discussão com muita maturidade, vem apresentando as limitações, vem apresentando os riscos, mas a gente percebe que há uma vontade de instituir essa logística reversa, o que para nós, no Brasil, vai ser muito importante. Nós temos a perspectiva de que esse instrumento da política nacional de resíduos, que é a logística reversa... Eu estou falando da logística reversa, mas poderia falar de outros instrumentos da política nacional de resíduos. Nós temos, por exemplo, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Daqui a pouco estou indo para o Conselho Nacional de Saúde. A versão final da proposta de Plano Nacional de Resíduos Sólidos foi apreciada pelo Conselho Nacional das Cidades; hoje em apreciação no plenário do Conselho Nacional de Saúde; vai para o plenário do Conama; está pautada para ir também para o plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E o Plano Nacional de Resíduos Sólidos materializa toda a política, tem diretrizes, instrumentos, metas, programas e ações e outro instrumento importante que vai permitir a implementação da política de forma planejada no nosso País.

Fico por aqui, mais uma vez parabenizando e agradecendo o convite da Comissão de Meio Ambiente do Senado, em nome do Presidente, Senador Anibal Diniz. Também quero agradecer a receptividade e dizer que estamos à disposição no Ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado. E um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Silvano Silvério da Costa.

Passamos a palavra ao Sr. Jaime César de Moura Oliveira, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Em nome da diretoria colegiada da Anvisa, quero agradecer a V. Exª e aos integrantes da Comissão de Meio Ambiente a oportunidade de vir tratar deste que é um dos temas prioritários e mais relevantes atualmente na Anvisa.

Esse é mais um painel que ocorre esta semana aqui, entre outros painéis da Anvisa, na semana de vigilância sanitária do Congresso Nacional, onde está se debatendo regulação, o papel da vigilância sanitária em políticas de desenvolvimento econômico e o papel da vigilância sanitária em políticas de inclusão social, de inclusão produtiva.

Quero também cumprimentar o Silvano Silvério, Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; Jorge Raimundo, da Interfarma, Sérgio Barreto, da Abrafarma.

Vou fazer uma breve apresentação a respeito de como vêm se desenvolvendo os trabalhos do GTT, do grupo de trabalho de medicamentos com o objetivo de se discutir a implantação de um sistema de logística reversa nessa área.

Como o Silvano já tinha dito, na verdade esse é mais um dos grupos de trabalho que existem no âmbito do Governo Federal cuidando de logística reversa.

Então, o que vai ser apresentado aqui será especificamente sobre medicamentos, muito embora existam outros GTTs, outros grupos de trabalho, cuidando de assuntos específicos, como óleos lubrificantes, embalagens plásticas, etc.

Por gentileza, podemos ir para o seguinte.

Isso é um painel geral a respeito da lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, editada em agosto de 2010, como o Silvano já havia dito. É uma lei de uma política pública de resíduos e estabelece uma série de princípios, objetivos e instrumentos, e entre esses instrumentos, a logística reversa, diretrizes e metas de ações para tentar transformar a realidade que temos, hoje, no País, a respeito da gestão de resíduos sólidos: resíduos domiciliares, resíduos industriais e a forma

como eles são dispostos, como são tratados e quais são as prioridades de utilização desses resíduos. Tudo isso está estabelecido de uma forma geral nessa lei.

Ela procura estabelecer a gestão integrada desses resíduos e garantir o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Para tanto, ela faz uso de alguns instrumentos, entre eles, o plano de resíduos e a logística reversa.

Podemos prosseguir.

Ela estabelece, e isso é um dos pontos mais importantes da lei, uma espécie de hierarquia na forma como os resíduos sólidos devem ser geridos, a destinação que eles devem receber.

O primeiro objetivo é que não haja geração desses resíduos. Portanto, o foco principal da política são medidas para evitar que a geração continue nos níveis que existem hoje em dia. Então, a não geração é o primeiro objetivo.

O segundo objetivo: onde não for possível não gerar resíduo, que se desenvolva uma tecnologia, que se desenvolvam estratégias para reduzir a geração de resíduos.

E na sequência, que a lei trata como hipótese de destinação final desses resíduos, é a reutilização, quando for possível, reciclagem, o tratamento ou a disposição final, que, aí sim, significa encaminhar o resíduo para um aterro sanitário ou para algum outro método de tratamento do resíduo, como a incineração, por exemplo.

Essa lei tem uma grande inovação: a instituição da responsabilidade compartilhada, ou seja, os mecanismos da lei e as medidas adotadas pela lei geram responsabilidades entre todos os atores que, dentro da sociedade, geram ou manipulam resíduos sólidos.

Então, essa responsabilidade ocorre desde o consumidor. Por exemplo, uma vez instituído um sistema de logística reversa para um determinado produto, não se pode mais destinar esse produto para o lixo comum; ele tem que obedecer ao ciclo de retorno, ou seja, tem que dar destino ao resíduo pós-consumo, ao produto que ele tem em casa depois do uso, e o destino é um ponto de coleta. Portanto, envolve desde o consumidor até os fabricantes e importadores do produto, que, segundo a lei, são os responsáveis por dar a destinação adequada aos resíduos devolvidos pelos consumidores.

A responsabilidade compartilhada está completamente em linha com o que dispõe o art. 225 da Constituição, que diz que a proteção do meio ambiente é uma obrigação do Poder Público e da sociedade de uma forma geral. Não poderia deixar de envolver todos os atores da cadeia, especialmente os consumidores.

Institui como um dos instrumentos a logística reversa. E dentro dessa logística, a lei deu uma série de possibilidades para que ela fosse estabelecida. Assim, a logística reversa pode ser estabelecida por regulamento, por decreto ou por termos de compromisso.

Mas o grande instrumento inovador que essa lei estabeleceu foram os acordos setoriais, que significam um contrato onde todos os envolvidos de uma determinada cadeia sentam à mesa e negociam uma forma de garantir que a geração de resíduos pós-consumo possa receber uma destinação adequada. É basicamente um contrato, onde todas as partes têm que estar de acordo com o modelo, com os termos desse contrato, para que se possa chegar a um acordo setorial.

Por gentileza.

A logística reversa é vista, inclusive, como um instrumento de desenvolvimento econômico-social. Por exemplo, sociedades de catadores podem estar incluídas no processo de logística reversa, dependendo da capacidade da associação de catadores, da qualificação que ela tem e do tipo de resíduo que está manipulando. Mas é importantíssimo como instrumento de desenvolvimento econômico-social. E o objetivo é viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos ao setor empresarial, como disse, importadores e fabricantes, que são os responsáveis pela destinação final desses resíduos.

Podemos prosseguir.

Estas são as seis logísticas reversas, os seis sistemas de logísticas reversas obrigatórios, estabelecidos pela lei: agrotóxicos, que têm lei estabelecendo a logística reversa; pneus, e existe uma resolução do Conama atualmente; óleos lubrificantes, também há uma resolução do Conama, mas que está sendo tratada dentro da proposta de acordos setoriais; lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, produtos elétrico-eletrônicos e seus componentes. Essas são as seis logísticas obrigatórias segundo a lei.

Medicamento não é uma delas, mas o comitê ministerial que foi instituído no âmbito do Poder Público federal, para decidir quais são as outras logísticas reversas que devem ser estabelecidas, incluiu medicamentos entre elas.

Por gentileza.

Aqui é a previsão legal do que eu acabei de dizer, e acrescentando que, além daqueles seis sistemas de logística reversa obrigatórios, podem-se estabelecer outros sistemas, considerando prioritariamente o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

Sempre que se verificar que o grau de impacto à saúde ou ao meio ambiente justifica a instituição de uma logística reversa, ela pode ser instituída.

Por gentileza.

A respeito de medicamentos, especificamente. Esse é o cenário atual que temos a respeito do gerenciamento de resíduos de medicamentos no País.

O Brasil não dispõe de uma legislação específica para o gerenciamento de resíduos com a abrangência e o sistema montado pela lei, especialmente na parte de compartilhamento.

O assunto é tratado por alguns normativos esparsos, como resoluções do Conama e resoluções da própria Anvisa, mas que não estão ainda seguindo o modelo da nova lei. Eles não tratam de responsabilidade compartilhada. As normas atuais não tratam da responsabilidade compartilhada.

O descarte de medicamentos hoje em dia é feito de forma aleatória, normalmente no sistema público de coleta de lixo urbano ou diretamente na rede pública de esgoto, no caso da parte líquida dos medicamentos.

A forma correta de descarte de medicamentos, logicamente, tem sido uma preocupação não só no Brasil como no mundo. Vamos ver alguns exemplos de iniciativas de logísticas reversas de medicamentos adotadas por outros países.

As preocupações relacionadas a um descarte incorreto ou à não existência de um modelo adequado de gerenciamento para resíduos de medicamentos. A primeira preocupação é de índole ambiental, a respeito de potenciais danos ambientais causados por contaminação de solo e água. Há o problema da reutilização, como o Senador falou no começo, já que as sobras de medicamentos normalmente levam a uma automedicação ou ao consumo incorreto desses medicamentos, podendo causar intoxicações, reações adversas, etc.

Desde 1996, entre os principais agentes tóxico-farmacológicos que aparecem como responsáveis por intoxicação no Sinitox, que é o sistema de monitoramento de intoxicações, os medicamentos aparecem em primeiro lugar.

E logicamente existe também a ampliação do mercado de medicamentos, que está em franca expansão no País e que pode catalisar e ampliar a dimensão dessas questões que estão sendo levantadas.

Por gentileza.

Existem algumas experiências nacionais voluntárias, que já são adotadas como sistemas de logística reversa de medicamentos, ou seja, o consumidor leva até um ponto de coleta e depois existem responsáveis por dar uma destinação adequada a esses produtos.

A rede Panvel, no sul do País, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a PUC, patrocina o Programa Destino Certo que, desde janeiro de 2010 até março de 2011, recolheu aproximadamente três toneladas de medicamentos, com pontos de coletas em 28 filiais em Porto Alegre.

A Eurofarma e o Pão de Açúcar, também em uma parceria, estabeleceram um programa de descarte correto de medicamentos e alguns outros produtos, na Rede de Supermercados Pão de Açúcar, com destinação posteriormente dada pelos fabricantes desses medicamentos.

Ali estão algumas informações a respeito da forma como são divulgadas essas informações, porque a comunicação é da instituição da logística reversa e de qual a atitude que deve ter o consumidor em relação à destinação aos pontos de coleta, o que é fundamental para a operação de um sistema desses.

A Droga Raia também tem o Programa Descarte Consciente de Medicamentos, com a utilização daquelas máquinas de recolhimento que os senhores estão vendo à direita da apresentação.

Podemos prosseguir.

E algumas experiências internacionais já estabelecidas em grau bem mais amplo do que essas nacionais, que são um *benchmarking* que estamos utilizando também, entre outros vários fatores, para tentar modelar uma logística reversa para o País.

Na França, existe o programa Cyclamed de recolhimento de medicamentos, cujos pontos de recolhimento são as farmácias. Aproximadamente 77% dos franceses, segundo dados desse programa, estão fazendo o retorno correto aos pontos de coleta estabelecidos nas farmácias.

Podemos prosseguir.

A Espanha tem um programa importantíssimo de logística reversa, inclusive com uma articulação muito grande entre as indústrias fabricantes de medicamentos através dessa entidade chamada Sigre, que estabelece pontos de coleta e faz a destinação final de resíduos. Há, inclusive, uma logomarca específica em todas as embalagens dos produtos por intermédio da qual o consumidor reconhece que aquele é um produto para o qual deve ser dada uma destinação específica.

Em Portugal existe também o programa chamado Valormed, que tem uma adesão de 98,5% das farmácias. Há retorno de aproximadamente 300 milhões de medicamentos por ano.

Na Suécia, há o Apoteket. O programa coleta em torno de 65% a 75% dos medicamentos não utilizados. E nas farmácias são disponibilizados sacos plásticos transparentes para descarte dos medicamentos.

O Canadá também possui um programa. Nos Estados Unidos conseguimos identificar dois programas específicos, mas lá são estadualizados: um no estado de Nova, que é aquele programa Secure Medicine Return, e no estado do Maine, que é um Programa

de Disposição Segura de Medicamentos, apesar de a EPA ambiental americana estar tocando, agora, um programa de avaliação dos impactos ambientais pelo descarte incorreto de medicamentos.

Podemos prosseguir.

Isso o Silvano já falou, mas é a forma como está organizado o Governo Federal para instituir os grupos de trabalho que cuidam de cada um dos sistemas de logística reversa.

Esse é o nosso GTT de medicamentos, que tem o objetivo de elaborar uma proposta de sistema de logística reversa para medicamentos, através da apresentação de um edital de chamamento.

Podemos prosseguir.

Essas são as entidades que estão representadas no GTT. Existe uma ampla cobertura, desde entidades governamentais, defesa do consumidor, passando pelas próprias entidades de representação setorial das indústrias e de limpeza pública e tratamento de resíduos, etc.

Temos um calendário. Ali os senhores podem ver que, até março de 2013, temos que chegar à conclusão de uma minuta de edital de chamamento para o acordo setorial.

Esses são os Estados com os quais estamos nos articulando para garantir que as políticas desenvolvidas localmente estejam alinhadas com a política nacional, ou seja, para que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária aja de forma uniforme em relação à política de descarte de medicamentos.

O Acre, Senador, está entre os Estados que estamos aguardando uma confirmação a respeito da adesão a essa política nacional.

Por gentileza.

Estamos agora na etapa de estudo de viabilidade econômica e operacional, que é uma obrigação legal para se instituir essa logística reversa.

Segundo dados preliminares – depois, se necessário e se sobrar tempo, eu explico a metodologia – de um estudo feito pela Anvisa, temos um contingente de 5 mil a 34 mil toneladas de resíduos de medicamentos por ano gerados no País. São dados Anvisa.

Pode prosseguir.

(*Falha na gravação.*)

[...] pela ABDI, que é a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, esse montante poderia ser de 9 mil toneladas até 65 mil toneladas por ano.

Vocês podem ver que temos uma margem bastante extensa a respeito da quantidade de resíduos que é gerada. De fato, ainda temos dificuldade para encontrar esses dados, mas existem estratégias dentro do estudo de viabilidade que devem propiciar que tenhamos dados com mais precisão, porque eles são fundamentais para dimensionar o sistema de logística reversa tanto em termos de custo como em termos de estrutura.

E uma das estratégias do estudo de viabilidade é a campanha de recolhimento de medicamentos, que pode oferecer dados mais precisos a respeito da quantidade de medicamento que as pessoas têm em casa hoje em dia e que podem ser destinados via esse sistema.

Muito obrigado. Desculpe ter ultrapassado um pouco o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Jaime César, que falou pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa.

Agora ouviremos o pronunciamento do Sr. Sérgio Mena Barreto, que é da Associação Brasileira de Rede de Farmácias e Drogarias.

Registramos a presença do Senador Sérgio Souza, o que muito nos honra.

Com a palavra o Sr. Sérgio Barreto.

O SR. SÉRGIO MENA BARRETO – Bom dia, Senador Anibal Diniz, Senador Sérgio Souza, demais membros da Mesa, Dr. Silvano, do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Jaime, Diretor da Anvisa; Dr. Jorge Raimundo, da Interfarma. Quero pedir licença à Mesa para também saudar os presentes, o pessoal da Anvisa, nossos parceiros nesse projeto, nos estudos, uma parceria de dois anos; o pessoal do setor regulado, indústria, atacado e varejo, entidades que estão trabalhando conosco.

Talvez eu seja um pouco repetitivo, porque o Jaime foi bem amplo na sua apresentação. Quero começar dizendo que a Abrafarma tem participado de toda esta discussão e também tem olhado o que está acontecendo fora do Brasil – e o Jaime já fez um passeio bem interessante, portanto vou pular a parte que ele já falou.

Vou mostrar um quadro do que está acontecendo no mundo inteiro. Na verdade, essa é uma discussão relativamente nova, importante, e devido ao grau de complexidade, vai levando certo tempo até ser incrementada de fato.

Temos, para citar, uma série de iniciativas que estão em andamento na Austrália, Espanha, França, México, Portugal, Suécia, Canadá e Estados Unidos. Em todos esses países, as farmácias, realmente, são o ponto final, digamos assim. Aqui no Brasil temos 65 mil farmácias. E a farmácia é o local aonde o cidadão vai e devolve o produto vencido, o medicamento vencido. Mas o sistema está estruturado em torno da responsabilidade do fabricante. Assim como a legislação brasileira na Política Nacional de Resíduos Sólidos previu a responsabilidade do fabricante, no caso do Brasil já

há algumas legislações, parcas legislações, que definem isso. E no mundo inteiro é assim que funciona.

A farmácia funciona como um braço operador de toda essa estrutura; é parceira e participa no sentido de doação de tempo, estrutura, pessoas, coleta, mas, no final das contas, é uma responsabilidade do fabricante.

Aproveitando que o Jaime já deu uma passada rápida, vou citar dois dados: em Portugal há 2.900 farmácias. É uma realidade muito diferente da do Brasil, já que Portugal é um país pequeno, como todos conhecem. Lá o sistema foi estruturado, e estamos usando dados de 2010, em torno da quantidade de medicamentos colocados no mercado.

Em Portugal é assim: em 2010, foram 336 milhões de embalagens. Para cada embalagem, cobrou-se 0,06 de euro. Estruturou-se uma empresa, da qual participa indústria, atacado e varejo, e dali se monta aquela estrutura, sendo o sistema financiado pela indústria.

Como eu falei, Portugal é muito pequeno, tem 2.900 lojas, mas há uma adesão de 95%, como o Jaime já citou. Em termos de recursos, isso envolveu um 1,7 milhão de euros em 2010.

Estivemos em Portugal e ficamos muito impressionados, pois achamos que era uma coisa menor, mas acabamos ficando impressionados com o que vimos.

Esses são os dados da Espanha, do Sigre, que também já foi citado anteriormente. No Sigre é um pouco diferente, a Espanha já é um país bem maior, 20 mil farmácias, já há um volume bem maior de recolhimento. Então, ao contrário das 800 toneladas de Portugal por ano, temos 3.500 toneladas aproximadamente. E lá o sistema também funciona da seguinte maneira: por cada embalagem colocada no mercado, há um valor em euro, em centavos de euro, que são condicionados para aquela política de reverso.

Em 2010, chegou a 9,464 milhões de euros, e isso se remunera a todo o sistema de captação de coleta, que é uma coisa complexa.

Essa foi uma viagem que fizemos a Portugal. Realmente, o setor está interessado e discutindo isso. Fomos às nossas expensas a Portugal, setor regulado, indústria, atacado e varejo.

Nas farmácias portuguesas há um sistema muito simples, como falei. Portugal é muito pequeno. Assim, há um pequeno coletador em cada loja de fibra de vidro. Dentro desse coletador, existem caixas, que hoje são mais simples por uma questão de custo, não são mais coloridas como eram. Esse sistema é chamado Valormed e foi criado pela indústria, atacado e varejo. O cidadão vai à farmácia e deposita o resíduo sólido dentro daquela caixa, que é recolhida pelo atacado – o atacado é remunerado por esse transporte – e vai para um depósito. Essas são caixinhas já cheias de resíduos sólidos. Essas caixinhas vão para um processamento.

Em Portugal, por ser muito pequeno, há uma única unidade que atende a todas as 2.900 farmácias. E é um processamento basicamente de retirada e abertura dessas caixas – essa é a esteira. No final é separado o vidro e alguma coisa que vai para triturar, para reaproveitamento, mas é muito pouco. O resto vai para incineração mesmo. Portugal optou pela incineração. Então, incinera praticamente tudo que arrecada.

E no Brasil? O que está acontecendo no Brasil? Como eu falei, temos uma realidade bem diferente. Temos um mercado que é crescente, o que traz uma preocupação, porque quanto mais esse mercado cresce, mais resíduo vai gerar, é óbvio. Chegamos aqui a R$44 bilhões em vendas até fevereiro deste ano, dos quais 28% são de medicamentos que não precisam de prescrição, 40% de referência. É um dado apenas para termos um montante.

Esse mercado se divide de uma maneira muito diferente. Preciso falar disso aqui para entendermos por que discutir o custeio é importante.

Esse mercado de R$44 bilhões se divide em 37% das grandes redes, que são da Abrafarma, que eu represento aqui hoje; outras redes, 12% desse mercado – a Abrafarma tem 3.800 lojas. Só a Abrafarma tem quase o dobro ou uma vez e meia as lojas de Portugal. Essas outras redes têm 3.200 lojas; temos 57 mil farmácias independentes, mais as 763 de supermercados.

Esses 41 bilhões divididos por 57, 58 mil lojas, que são 47,8% do mercado, vão chegar a um número muito crítico. Vou dizer para vocês, que vão concordar comigo. Temos 65 mil farmácias no Brasil – vou voltar o *slide* para mostrar –, temos 65.788. Esses são dados do IMS, que é o instituto que faz a auditoria de mercado, ou seja, é transação de venda de atacado, da indústria para o setor.

Das 65 mil farmácias, 12 mil detêm 75% do mercado. Vou repetir porque é um número muito forte e temos que entender: das 65 mil farmácias, 12 mil detêm 75% do mercado. Isso me diz que temos ali em torno de 53 mil farmácias que têm um nível de venda absurdamente baixo.

Não está no mérito se deveríamos ter mais ou menos farmácias, mas essa é a realidade, que me faz chegar à conclusão de que seria muito fácil fazer, talvez, uma política de logística reversa, mas isso será muito difícil em função do custo. E temos que pensar nesse nível de complexidade.

Se formos pensar na Abrafarma, por exemplo, que é a rede que represento, ela está em 150 cidades. Este Brasil tem 6 mil Municípios. É muito local. E onde estão as pequenas farmácias? Espalhadas pelo

Brasil inteiro. Essa turma que fatura 25% desse mercado, que tem a venda baixa por mês, está dividida, e são eles que atendem o País inteiro; não sou eu, eu atendo muito pouco.

Temos aqui dois exemplos que o Jaime já citou, vou apenas aprofundar um pouco mais.

Na Abrafarma, temos várias iniciativas de coleta. E temos que ser sinceros e transparentes e dizer que essas iniciativas acontecem em parceria com a indústria, que é tem sido uma parceira excelente.

Na Abrafarma, temos a Drogaria São Paulo, que faz isso; a Raia, a Drogasil; a Panvel; o Walmart, que é meu associado. Trouxe dois exemplos apenas e depois vou encerrar com as três perguntas que temos que responder.

A Raia, o Programa Descarte Consciente, como o Jaime já falou, é uma parceria de uma empresa privada – a BHS – que desenvolveu um equipamento chamado Ecomed. A Raia em si e a Medley que são nossas parceiras.

Essa experiência está localizada em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e envolve três coisas: o funcionamento do programa em si e tudo que envolve esse funcionamento, que é material educativo, treinamento das pessoas, a logística de colocar esse equipamento lá; a coleta em si, quando o cidadão vai às lojas e deposita o resíduo; e a incineração, que é o método encontrado.

Essa é a máquina. É uma estação coletora. É cara. É um espetáculo de equipamento, mas é uma coisa absolutamente cara. Ela identifica, faz a leitura do código de barras da caixinha que vai ser descartada. O cidadão distribui... Temos um equipamento que não existe em nenhum local do mundo, um equipamento de primeiro mundo. Mas é uma coisa cara, sendo difícil, talvez, extrapolar essa realidade para o Brasil inteiro.

Aqui o próprio cidadão é recebido pela máquina, ou seja, existe um autoatendimento e não é preciso o apoio de ninguém; a máquina lê o seu código de barras e o cidadão deposita a sua caixinha: *spray* ou líquido, de um lado; pomada e comprimido, do outro. Dentro dessa máquina tem uma bomba, que é lacrada e é pesada. E dela sai, inclusive, um relatório, pois como há um código de barra, sabe-se o que foi recolhido nessa máquina.

Então, é um sistema sofisticado, mas impossível de ser multiplicado, a meu ver, em função do custo. Está em São Paulo, Rio, Minas e Paraná. Temos um sistema de coleta e incineração com parceria local, empresas terceirizadas em cada cidade. E é assim que funciona.

No primeiro ano, foram recolhidos 16.413 medicamentos; 1.500 quilos aproximadamente e eles fazem uma estimativa da quantidade de água que foi preservada: 658 milhões de litros; é a estimativa que a empresa faz.

A outra experiência, que o Jaime já citou e eu vou citar também um pouco mais aprofundadamente, é da Panvel, que é o Destino Certo, no Rio Grande do Sul. É uma experiência de 277 lojas – a Raia, esqueci de falar, está com 260 lojas na experiência –, mas a experiência não está em todas as lojas, e, sim, em poucas lojas. Eles agora estão expandindo para o mesmo sistema da Raia, da Ecomed. E vou explicar por que estão fazendo isso.

A Panvel opera basicamente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo do programa é evitar que pacientes tenham medicamentos sem uso em casa e adotem o hábito de destino ambiental correto, assumindo consciência ambiental e facilitando a vida.

Esse é o modelo de um recolhimento. E nessas fotos que estou mostrando, o recolhimento é de uma maneira que a própria empresa já abandonou, já que tinha que haver a separação por um profissional farmacêutico e não queremos que ninguém toque nesse tipo de produto, por ter um risco ambiental, de saúde, enfim, há vários riscos envolvidos nessa experiência.

A empresa está migrando para a Ecomed. Até dezembro do ano passado, havia 14 lojas em Porto Alegre, no começo; depois foram mais 14, totalizando, com isso, 28 lojas; mais duas em Curitiba e mais quatro em Passo Fundo.

E por que não ampliaram para todas as filiais? Primeiro, por causa do custo, que é um problema muito sério. Em algumas cidades, quanto menos estrutura o Município tem ou quanto menos estrutura o Estado tem para dar destinação, mais caro é.

Para se ter uma ideia, vamos citar o interior de São Paulo e vou falar de um Estado grande. Qualquer empresa em uma cidade específica, quando é falado sobre a necessidade de recolher o resíduo, a proposta básica já é de R$1.500. A partir daí, vai-se acrescentando volumes em quilos. Então, para qualquer destinação se paga 400, você paga 2 mil. E isso varia muito, dependendo da existência ou não da estrutura. O custo, portanto, é muito alto e isso inviabiliza o sistema.

Diferença de entendimento das Visas locais; profissionalização do programa – gestão de patrocínios, coletas, rastreabilidade. Eles agora estão migrando para a Ecomed, a máquina que citei, com a parceria que foi realizada também com uma indústria farmacêutica. De janeiro de 2010 até ao final de julho de 2011, essa empresa recolheu quatro toneladas de medicamentos vencidos na cidade.

Mostrei dois exemplos e acho que temos três desafios no Brasil, independentemente de termos olhado

os exemplos da Espanha e Portugal. Este País é um país continental, de um nível de complexidade muito grande. Assim, eu diria que os três desafios são as três questões que precisamos responder e sobre as quais ainda nem pensamos:

1ª) Como se equaciona o custo desse sistema, se temos realidades tão diferentes e custa de forma diferente ir para uma outra cidade? Por exemplo, se está a 300 quilômetros de uma cidade, custa mais ainda. Se não temos destinação correta, como se custeia isto? Como se financia isto? Vai ser um modelo como o da Espanha, de Portugal? Ou se vai estabelecer uma taxa por cada unidade estabelecida? Como se repassa isso para o custo do produto, para o preço do produto? Na Espanha e em Portugal se fez isto: repassou-se para o custo na ocasião.

2ª) Que modelo ou modelos atendem a realidade brasileira? Este País é muito complexo.

E a terceira e última questão, que não discutimos ainda:

3ª) O que fazer com os resíduos internos, os vencidos da cadeia? Estamos falando do recolhimento do consumidor, mas dentro da cadeia temos um nível de medicamentos vencidos, que, em alguns casos, tem uma solução boa. Se a empresa é grande e tem condições de custear, vai lá e custeia. Ou se há uma estrutura de vigilância sanitária bem estruturada vai lá e faz funcionar. Mas em outros casos... E já vimos, no interior de São Paulo, farmácias enterrando o lixo, o medicamento vencido na beira do rio.

Esse é um problema do qual não podemos fugir. E não podemos deixar de abordar a questão quando estivermos discutindo lá na frente o que fazer realmente com a destinação de todos os medicamentos vencidos.

Era isso que eu queria falar. Muito obrigado e desculpem-me por ter excedido um pouco no tempo.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Sérgio Barreto.

Com a palavra, agora, o Sr. Jorge Raimundo, do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma.

O SR. JORGE RAIMUNDO – Bom dia a todos.

Senador Anibal Diniz, obrigado pelo convite.

Sr. Silvano Silvério da Costa, cumprimento-o e digo que tenho o prazer de estar junto; também cumprimento o Dr. Jaime César de Moura Oliveira e o Dr. Sérgio Mena Barreto.

Acho que a minha fala está totalmente facilitada. Também queria cumprimentar e agradecer a presença do Senador Adelmir Santana, que é um dos maiores conhecedores do tema tanto do ponto de vista legislativo quanto do ponto de vista da prática da sua atuação na Associação Comercial.

Cumprimento, ainda, as senhoras e os senhores presentes; a Anvisa, todas as pessoas da indústria, dizendo que o meu trabalho é extremamente simplificado. Depois das três apresentações, tenho aqui uma série de *slides* que são todos repetitivos. Nós não combinamos absolutamente nada. Nada. Mas a legislação existe. O setor farmacêutico e os medicamentos não foram incluídos como prioritários, mas existe, por parte da indústria, a responsabilidade social.

Desde o início, a indústria, junto com o varejo e às redes, está procurando encontrar uma solução para resolver um problema de tamanha magnitude. Acho que os exemplos de fora são extremamente importantes. A França tem um exemplo muito importante. Em Portugal tem um muito bom. A Espanha também. Mas quando olhamos para o Brasil, talvez não saibamos a dimensão deste gigante país.

O Brasil tem aproximadamente 200 milhões de habitantes e 65 mil farmácias com volume de negócios de quatro bilhões de unidades de medicamentos. É um negócio gigantesco. Quatro bilhões de unidades. E a gente sabe que pelo menos em torno de 100 milhões de pessoas devem ter medicamentos em casa: sendo consumido ou que já foi consumido. Então, como é que esse sistema vai funcionar em um país de tamanha magnitude?

Nas discussões que tivemos, acreditamos que a melhor forma foi a criação do Cori. Não uma imposição, como por exemplo, vocês vão ter que fazer assim, a legislação vai ter que ser assim. Não. Vamos criar um sistema para escolhermos um modelo que seja útil.

Nós já vimos que existem coisas que estão acontecendo no Brasil. Redes já estão coletando. O problema é saber para onde vai esse lixo, para onde vai esse descarte depois dessa coleta e como é feito em determinados Municípios. Há Municípios que tem área para o descarte; há Municípios que não têm. Tem lugares de incineração no Brasil todo. Mas a incineração, no Brasil, é feita de que forma? Em quais locais? Não existe ainda uma resposta concreta para todo o sistema.

A indústria quer sim, de uma forma geral, adotar e trabalhar no sistema, e acha extremamente importante. E o Governo, juntamente com a indústria, há alguns anos, já começou a resolver o problema do lixo hospitalar.

O descarte hospitalar já é separado. Já existe aterro sanitário para o descarte hospitalar, o que já é uma forma de reduzir bastante o risco. Mas quando se fala em logística reversa, temos que lembrar o seguinte: no setor farmacêutico, o que se usa lá fora é a palavra “descarte” realmente, não se usa a logística

reversa, porque muito pouco da indústria farmacêutica pode ser reaproveitado.

Não estamos falando nem de bula e nem de embalagem de medicamentos. O grosso do negócio são os comprimidos que sobram, que ficam na casa do paciente. E isso é impossível de reaproveitar. Mas não temos o que fazer com eles em termos de reaproveitamento.

Por isso, ao invés de logística reversa, preferimos falar em descarte de medicamentos, que é o processo onde o paciente vai ter as informações de como fazer, terá uma programação, informação na bula, na embalagem, e vai levar até determinada farmácia, que é um ponto de venda, e colocar aquela sobra ali. Esta sobra será reutilizada. Mas não se pode triturar tudo junto, não se pode botar um blíster que tem seis comprimidos e triturar aquilo, porque há medicamentos ali dentro.

Portanto, temos que entender que em relação à logística reversa, no processo da indústria farmacêutica, seria melhor falar como se fala lá fora: descarte de medicamentos.

Vou passar a maioria dos meus *slides*, se vocês me permitirem, e vou entrar... Pode passar este porque o Governo já foi mais do que falado, mais do que explicado, as etapas cumpridas já foram explicadas. Estamos falando agora de reuniões que estão sendo realizadas com a participação dos governos estaduais, dos Municípios, do setor produtivo, das Visas, da assistência farmacêutica, do meio ambiente, do resíduo, da limpeza pública, dos sindicados da indústria, das universidades, entre outros, para discussão da viabilização de uma campanha, porque temos que começar por uma campanha.

O próximo, por favor.

O grupo de trabalho está sob coordenação da Anvisa, já foi dito aqui, e participam deste grupo representantes de entidades interessadas no tema, como setor produtivo, setor varejista, atacadista, enfim, todos nós estamos juntos para discutir.

Os principais pontos são: tornar viável a operacionalização da Campanha para Descarte Correto de Resíduos de Medicamentos dentro de cada Estado e, principalmente, nas cidades selecionadas.

Ou seja, gostaríamos de fazer uma campanha, começar... Não simplesmente pegar os 5.600, quase 6.000 mil Municípios no Brasil e, da noite para o dia, começar um sistema. Isso porque nem sabemos se esses Municípios têm condição de receber o descarte e o que eles vão fazer depois de recebê-los. Então, gostaríamos de pegar determinadas cidades e fazer um trabalho, uma campanha.

Evidentemente que os custos serão divididos entre todos os envolvidos na cadeia de medicamentos, a fim de que se aplique a premissa da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que diz que a responsabilidade é compartilhada.

O último, por favor.

O que já fizemos e as próximas etapas. Gostaríamos – e estamos estudando com a Anvisa – que a campanha começasse em todo o País a partir de junho de 2012. Para tanto, reuniões estaduais já estão sendo realizadas para operacionalização dessa campanha.

No dia 17 de maio, já na semana que vem, vai haver uma reunião em São Paulo sobre operacionalização da campanha no Estado de São Paulo. E no dia 25 de maio, também em São Paulo, vai haver outra reunião para apresentar à Anvisa a proposta de operacionalização da realização da campanha no Estado de São Paulo.

Gostaríamos de ter todo esse projeto, toda essa implementação feita até o início de 2013. Como a própria lei diz, são dois anos depois da lei que tem que ser implementado, e embora não exista o setor farmacêutico incluído, dois anos após – a lei é de dezembro de 2010 –, ou seja, em dezembro de 2012, gostaríamos de ter o sistema operacional e fazer essa campanha inicialmente.

A indústria está totalmente engajada e gostaria que acontecesse o sistema de descarte, mas acho que o Sérgio Mena Barreto foi muito feliz no seu último *slide*, quando ele aborda as três questões.

Aquelas três questões não são do setor varejista, mas devem ser do Governo, do setor industrial produtivo e da Anvisa. São três questões que precisam ser resolvidas, mas só serão resolvidas na medida em que o Cori, que o nosso grupo se reúna e discuta com o Estado cada vez mais para que se chegue a um sistema benéfico para todos e sem riscos para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Essa audiência da Comissão de Meio Ambiente não foi a única. Na realidade, nesta semana, foram marcadas várias outras audiências. E elas têm tido uma riqueza toda especial no sentido de levantar as inquietações, as angústias, os questionamentos e algumas proposições que, aos olhos do grande público, parecem muito tímidas quando falamos do tempo, principalmente, e quando prevê a possibilidade de um início de trabalho envolvendo todos os segmentos, todos os temas, principalmente a partir de 2013.

E nesse caso específico dos descartes farmacêuticos, temos o complicador de não estarem previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Então, verificamos que é necessário boa vontade, um espírito cidadão, uma responsabilidade social presente da parte desses segmentos no sentido de ir além do que a própria legislação estabelece, exatamente por consci-

ência absoluta dos riscos que esses descartes. E não só riscos, mas prejuízos reais ao meio ambiente, às pessoas e à saúde pública.

Temos uma audiência bastante prejudicada no que diz respeito à presença de Senadores. Por quê? Porque aqui no Senado acontecem muitas comissões simultâneas. Tivemos dois Senadores que estiveram presentes exatamente para justificar a presença em outras comissões e não aqui na audiência pública.

Como não temos Senadores aqui para fazer interrogações, mas de qualquer maneira este espaço é integralmente filmado pela TV Senado, esta discussão terá também repercussão e, como resultado, terá documentos que depois chegam ao conhecimento de todos os Senadores.

Não havendo Senadores para fazer perguntas, quero saber se os expositores gostariam de fazer uma conclusão a respeito desses aspectos levantados, considerando que as exposições são complementares, mas têm desafios, como os apresentados pelo Sérgio Mena Barreto, que, de maneira muito eloquente, coloca três desafios. Gostaria de saber também se há concordância de todos os segmentos em relação a esses desafios ou se há outros desafios que temos que levar em conta, principalmente quando se faz uma observação do que é praticado na Europa, nos Estados Unidos, ou seja, uma certa remuneração para a construção e para execução dessa logística reversa.

Que caminhos poderíamos adotar, uma vez que temos um país continental, mais de cinco mil Municípios e que se mostra completamente inviável, do ponto de vista financeiro, tanto para a indústria quanto para o comerciante na ponta? A pequena farmácia está completamente desassistida de uma organização, uma vez que as farmácias que compõem um corpo organizado, pelas exposições não chegam a 4 mil de um universo de 65 mil farmácias no Brasil. Assim, como trabalhar uma logística reversa considerando todos esses aspectos: a dimensão continental do País, a dificuldade de logística para se chegar aos rincões e, principalmente, os custos? Quem bancará esses custos? De que forma? Seria o Poder Público? Qual seria o entendimento desse grupo de expositores a respeito desses desafios apresentados.

Portanto, deixaria essas observações para as conclusões, começando pelo Sr. Silvano Silvério da Costa.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Não é um tema trivial, mas complexo, como todos os outros que estamos discutindo em relação à Política Nacional de Resíduos.

Quer dizer, esse assunto aparece... Algumas cadeias têm complexidades que refletem um pouco na dificuldade de se saber depois o que fazer com o descarte final, a disposição final dos chamados rejeitos. A Política diz que rejeito é tudo aquilo que não é passível de ser reciclado ou reutilizado. E nessa cadeia especifica há essa peculiaridade.

Essa mesma discussão sobre o custo está aparecendo também na discussão do descarte de embalagens de lâmpadas fluorescentes, porque o descarte final dos rejeitos das lâmpadas fluorescentes têm um custo muito alto e um valor agregado muito baixo para o resíduo daquela lâmpada. Então, fazer a logística reversa tem um custo alto. O setor apresentou uma proposta em que eles colocam um custo que tem que ser repassado para o produto. Não tem outra forma de isso acontecer. Agora, é claro, o assunto tem que ser discutido, temos que buscar instrumentos no sentido de que esse custo seja o menor possível, temos que ter metas sendo apresentadas em contrapartida a esse eventual aumento do custo.

Especificamente, no caso dessas logísticas reversas obrigatórias, não há muita alternativa. A única questão que precisamos incorporar, neste caso, é que não é pelo fato de essa cadeia não estar explicitamente definida como obrigatória no art. 33 da Lei que está isenta de logística reversa. Ou seja, é também uma cadeia passível de logística reversa, porque, como diz o § 1º, o seu descarte inadequado tem impacto no meio ambiente e também impacta a saúde pública, diante com todos esses argumentos apresentados.

O que acho que terá que acontecer é essa maturação do segmento. Em todos os grupos de trabalho temático esta discussão acontece: como se fará a distribuição do custo pelos distribuidores, fabricantes, comerciantes? Porque, na verdade, a lei define que não é só o fabricante o responsável, todos são responsáveis pela logística reversa: fabricantes, distribuidor, o varejo, no caso, o comércio, e, eventualmente, o importador. Quer dizer, todos têm responsabilidade compartilhada nesse processo.

O que se tem que descobrir é a forma como vai ser feito. Os outros países fizeram, provavelmente não vamos ter uma forma diferente de implementar essa logística reversa, mas ela tem que ser custeada, tem que ser levantada, já que, como eu disse, o comitê orientador é um conselho de ministros: tem o Ministro da Fazenda, a Ministra do Meio Ambiente, o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. São eles que, de certa forma, deliberam sobre esses acordos setoriais. São contratos também.

Mas acho que o setor vai ter que apresentar essa conta, vai ter que fazer o levantamento desses custos e apresentar a proposta de acordo setorial com base em metas que vão ser estabelecidas no edital de chamamento. Estabelece o edital de chamamento, este edital

define as metas e, a partir das metas, apresenta-se uma proposta de acordo setorial. Daí o Governo analisa e vê se tem pertinência para implementar.

O que estamos trabalhando é uma proposta com muita maturidade para que esse processo aconteça no País naquelas cadeias que são fundamentais.

De uma forma geral, é isto: tem que se avaliar o custo, fazer uma avaliação, de fato, do atingimento daquelas metas estabelecidas. O País é muito grande e tem muitos Municípios, mas não obrigatoriamente temos que implantar no Brasil inteiro de uma só vez. Podemos ter metas que têm graduação para serem implantadas no País. No entanto, imagino que nos grandes centros talvez acabe tendo um maior recolhimento do conjunto de medicamentos que são descartados. Isso me parece razoável. Talvez o caminho seja por aí.

Isso está acontecendo também nas outras cadeias. Embalagens, por exemplo. Há uma grande concentração nos grandes centros. Talvez seja por aí que o setor tenha que preparar a logística reversa de embalagens em geral; com lâmpadas a mesma coisa. Mas tudo tem que ser feito com o objetivo de dar conta dessa logística reversa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Silvano Silvério.

Agora passamos a palavra ao Sr. Jaime César de Moura.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA – Muito obrigado, Senador. De fato, tivemos desafios enormes para garantir a implementação não só desse sistema de logística reversa, mas para discutir a implementação do sistema de logística reversa de medicamentos, como de todos os outros.

Fico imaginando quais são os níveis de complexidade, por exemplo, das embalagens plásticas, que praticamente é o recurso de embalagem utilizado em uma variedade gigantesca de produtos com características diversas, com setores absolutamente diversos. Essas dificuldades vão existir, sim, e a gente tem que lembrar que a lei é de 2010. As primeiras experiências de discussão a respeito desse assunto que estamos tendo são estas das quais os senhores estão participando.

Agora, a lei trouxe uma orientação a respeito de como responder várias dessas questões, que é o tal do estudo de viabilidade operacional, o estudo de viabilidade econômica, que é um instrumento para onde confluem os dados do setor, os dados do Governo, as questões técnicas, as experiências nacionais, as experiências internacionais. Esses estudos têm de fornecer subsídios técnicos, subsídios científicos com tratamento metodológico, subsídios sólidos, portanto, para se decidir a respeito se a instituição de uma determinada logística reversa é viável ou não, sob o ponto de vista operacional e sob o ponto de vista econômico. Isso tudo está em desenvolvimento. Estamos na primeira fase desse estudo. Aqueles dados que eu apresentei para os senhores, ao final, são os dados preliminares a respeito de quantidade de resíduos gerados etc. Agora, vai-se partir para outra fase do estudo, em que vão entrar questões de cadeia de produção e de distribuição, questões de custo etc. Esse estudo vai ser enviado para o setor, para o setor ter conhecimento e se manifestar sobre ele, logicamente. Afinal, estamos num processo de negociação. Acordo setorial é isso.

Esse estudo, em algum momento, será submetido ao grupo de ministros que têm a responsabilidade de fazer a avaliação desses dados para chegar a uma conclusão e tomar uma decisão a respeito se essa cadeia vai existir ou não. Esses ministros, logicamente, vão levar em conta todas essas perspectivas. Se olharmos bem qual a composição desse conselho, veremos que estão o Ministro do Meio Ambiente, o Ministro da Saúde e três ministérios com vocação econômica e comercial, que, portanto, têm uma sensibilidade enorme para as questões de custo, para as questões de viabilidade etc., que são os Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio e da Agricultura. Então, a decisão será tomada dentro de um quadro deste.

Uma vez tomada a decisão de que, sim, é viável a implementação de uma cadeia de uma logística reversa em cima de medicamentos, aí, senhores, abre-se um mar de possibilidades, porque não podemos esquecer que a discussão da logística reversa dentro do acordo setorial é uma negociação, é um contrato. As partes têm ampla possibilidade de definirem o modelo, que é o modelo mais adequado para o País, sem amarras, sem restrições de ordem nenhuma. A lei deixou completamente ao encargo das partes, ao encargo dos setores, ao encargo do Poder Público, fazerem essa definição. Isso é importantíssimo, porque, ao mesmo tempo em que a lei transfere esse grau de liberdade, ela transfere um grau de responsabilidade.

A solução para esse problema de medicamentos que todos aqui, na mesa, reconhecem que, de fato, é uma questão importante... O cenário internacional mostra que é uma questão importante. Existe-se o consenso em torno de que o descarte correto de medicamentos é um problema a ser tratado. A ocorrência desse acordo setorial, na verdade, vai medir o grau de capacidade que tanto o Poder Público quanto o setor produtivo têm de tomar decisões importantes para o País e para o interesse social, para o interesse da população. Afinal, isso tem a ver com meio ambiente e saúde pública.

Eu não tenho dúvida. Eu creio que teremos, sim, um sucesso muito grande em toda a discussão da Po-

lítica Nacional de Resíduos Sólidos e isso vai incluir medicamentos, certamente. A forma como fazer será um grande desafio e está sendo um grande desafio, mas existe um mar de possibilidades: podemos modular espaço territorial que vai ser abrangido; podemos modular o tempo, a transição em que vamos de um modelo em que não existe um sistema de logística reversa para um modelo em que o sistema de logística reversa vai ser integral; podemos dar foco para determinadas regiões do País, modelos diferentes para regiões diferentes do País onde as características são diversas.

Então, as possibilidades são enormes, mas eu tenho plena certeza de que elas vão ser todas superadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Jaime César.

Agora, com a palavra o Sr. Sérgio Mena Barreto.

O SR. SÉRGIO MENA BARRETO – A responsabilidade é compartilhada, óbvio. A lei assim diz e temos absoluta consciência disso. A complexidade da pergunta um, e esse é o desafio que nós vamos ter que responder, daqui a um dois anos, na construção disso... E eu acho que a gente até já andou bastante até agora, a gente partiu do nada, de dados que não existiam, para um conjunto de entendimentos que a gente já tem no setor, esse conjunto de discussões do setor produtivo: Anvisa, Ministério do Meio Ambiente e todos os que compõem o GTT... Mas, por exemplo, a complexidade é quanto custa, no caso da minha parte, do varejo, energia, funcionário, manejo, armazenar, transportar. E esse é um custo que eu já tenho. A responsabilidade é compartilhada porque eu banco isso. O varejo banca isso hoje.

Para vocês terem uma ideia, tem uma grande rede de São Paulo, que é a Drogasil, que eu fui autorizado a colocar o nome, ela tem um centro de distribuição de 600m² para guardar resíduos. Ela tem computadores, oito funcionários, ela tem que dar baixa contábil, no caso do resíduo próprio dela, e ela tem outra área de 400m², onde ela recolhe, no caso, a Raia, onde ela recolhe as bombonas, antes de serem transportadas – hoje é Raia Drogasil –, para serem destinadas, no caso, em cidades que não tenham a coleta direta no ponto de venda.

Então, isso tudo tem custo, não é?

Provavelmente, essa discussão da responsabilidade compartilhada e do custo compartilhado vai envolver parcela do meu custo, porque a gente vai ter que fazer essa conta: quanto cada elemento vai custear dentro do que já custeia, inclusive. Porque, depois que o medicamento sai da indústria e passa para o atacado, e todos eles tem os custos deles, ele acaba comigo. E agora, acrescentando a logística reversa, eu tenho um custo adicional que eu tenho que manejar, que eu já tenho, e que é bem alto. Por isso que, por exemplo, aquela rede Panvel, que eu expliquei para vocês, não expandiu.

Mas eu quero colocar um outro elemento aqui, eu sei que eu já estou concluindo, mas eu diria que nós temos um elemento que está caminhando, *pari passu*, e a gente não está se dando conta da ligação deles, mas há um elemento que é a rastreabilidade de medicamentos, que é uma discussão que nós estamos tendo.

Essa discussão vai chegar ao ponto onde, ao final, tendo o sistema de rastreabilidade implantado, que é cada elemento da cadeia identificar aquilo que vendeu para quem, e voltar e ter um sistema de informação, a gente vai ter um ganho de escala, de logística, de qualidade dessa cadeia muito grande. Não vai sobrar medicamento. Vai-se trabalhar com mais eficácia na colocação do produto no ponto de venda. Vai-se trabalhar melhor todo o sistema de manejo, de distribuição e de realocação.

Então, assim, essa discussão, as duas discussões que estão acontecendo agora –, e a Anvisa também está promovendo uma discussão e vai regulamentar isso, que é a lei, a rastreabilidade, que foi uma lei aprovada em janeiro de 2009, que é uma discussão que caminha junto, a meu ver, porque ela vai chegar até... A lei diz que vai chegar até o consumidor.

Na medida em que eu tenho um sistema onde eu tiro do meio do caminho os entraves logísticos e dou mais transparência ao processo, eu também acabo tirando toda a tralha, a sobra, e a gente vai transformar essa cadeia numa cadeia ainda mais eficaz. Então, certamente, o País vai ganhar, vai ter um ganho em resíduos sólidos e vai ter um ganho ambiental, em função de também implantar a rastreabilidade. São dois temas que a meu ver caminham juntos.

Eu acho que a gente está chegando num ponto de discussão onde, agora, através da campanha, como o próprio Jorge citou, as reuniões que a gente tem tido com a Anvisa e intrassetorial, a gente vai trabalhar nessa campanha. Nesse próprio projeto, o estudo de viabilidade econômica vai trazer mais luz para isso. A Abrafarma e todas as redes que já estão participando, que já têm programas próprios, estão absolutamente engajadas e vão participar do projeto de viabilidade econômica, e a gente, da parte do varejo, está à disposição para dar a contribuição e fazer com que essa discussão tenha o seu final, que é resolver esse problema na sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado.

E agora o Sr. Jorge Raimundo.

O SR. JORGE RAIMUNDO – Senador, o senhor tocou num ponto que é meio complicado para a gente discutir: meio ambiente e custo.

Todos nós brasileiros estamos engajados no problema do meio ambiente.

É uma responsabilidade nossa, nós queremos resolver isso. Mas o senhor tocou no cerne da questão. Como é que se resolve um problema sem avaliar o seu custo? Quando a gente vê os exemplos de fora, como foi dito aqui – e nós temos os exemplos de fora – e a gente tenta interná-los no Brasil, a gente tem de avaliar algumas coisas aqui que diferem do resto do mundo. Não somos iguaizinhos ao que existe no resto do mundo. Por exemplo: o preço dos medicamentos, no Brasil, é controlado. Não é o fabricante que determina o preço, mas o Governo. A margem do varejo e do distribuidor é controlada, não é a farmácia que diz: eu vou vender por tanto porque quero. É controlado. A carga tributária sobre os medicamentos, no Brasil, é ímpar. Não existe em outro país do mundo uma carga tributária como tal. Se o senhor sair daqui e for ao México, a carga tributária sobre medicamento é zero. Nos Estados Unidos é zero. Na maioria dos países do mundo você não tem uma carga tributária que chega a 30% do preço do medicamento. Quando você vai a uma farmácia e paga um remédio de R$10,00, R$3,00 são de carga tributária. Quando você vai a uma farmácia e paga um remédio de R$10,00, o que sobra para o fabricante são R$4,60, porque entre o preço do fabricante e o preço que o consumidor paga temos carga tributária e margem de distribuição. Ou seja, do preço do medicamento, os 46% que sobram para o fabricante formam um volume em que a gente tem de considerar essa diferença da carga tributária, da margem do varejo, que é justa. Então, quando se fala em custos, nós temos de avaliar como é que essa responsabilidade compartilhada vai funcionar.

Qual é o papel do Estado? Se o Estado pode, por exemplo, rever o problema da carga tributária do medicamento ou não. Quando se fala em compartilhada, acho que a gente não tem de compartilhar só o setor farmacêutico produtivo, setor varejista, setor atacadista. Há o Estado, o Estado está presente e arrecada mais de 30% em cada frasco de remédio que é vendido, tanto em hospital quanto em farmácia.

Então, acho que a gente tem de pensar nessa hipótese, acho que não é inviável resolver o problema dos custos. O Setor produtivo, como o setor de ponta do varejo, está disposto a discutir, mas acho que, à mesa, o Estado tem de sentar e também discutir e avaliar qual é a sua participação nessa responsabilidade compartilhada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Jorge Raimundo.

Se temos a consciência de que o problema existe e se temos total disposição para continuar a discussão na busca da solução mais adequada, acho que já temos um caminho importante andado.

Esta Comissão de Meio Ambiente agradece imensamente as presenças e as contribuições dos expositores Silvano Silvério da Costa, do Ministério do Meio Ambiente; Jaime César de Moura Oliveira, da Anvisa; Sérgio Mena Barreto, da Abrafarma, e Jorge Raimundo, da Interfarma.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia quinze de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, VICENTINHO ALVES, VANESSA GRAZZIOTIN, CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, PEDRO TAQUES, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES.** Comparece o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPLICY**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA,** destinada a discutir os temas em foco no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com ênfase no assunto "Inovação para a Sustentabilidade", em atendimento ao Requerimento nº 07/2012-CMA. Comparecem os seguintes convidados: Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

– MCTI; Paulo Mól Junior, Diretor de Inovação – Confederação Nacional da Indústria – CNI; Henrique Lian, Gerente-Executivo de Relações Institucionais – Instituto ETHOS; José Carlos Barbieri, Professor – Fundação Getúlio Vargas – FGV. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, JORGE VIANA, SÉRGIO SOUZA e ANÍBAL DINIZ. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente audiência pública busca discutir os temas em foco no evento Rio+20, com ênfase no assunto "Inovação para a Sustentabilidade", em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa. O Sr. Carlos Nobre ainda não chegou. O Sr. Paulo Mol Junior, Diretor de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI); o Sr. Henrique Lian, Gerente Executivo de Relações Institucionais do Instituto Ethos; o Sr. José Carlos Barbieri, Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Informo que a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) encaminhou o Ofício nº 5.487, de 2012, justificando a ausência do seu Presidente Glauco Arbix.

Informo ainda que os Profs. José Eli da Veiga e Ana Romanelli justificaram a ausência.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados. Este é mais um debate que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal realiza, discutindo as questões que serão tratadas na Rio+20. Já tivemos uma série de debates aqui, tivemos a presença da Ministra do Meio Ambiente; deveremos ter ainda, no Dia do Meio Ambiente, a presença do Secretário-Geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner; e, na próxima terça-feira, o nosso debate será sobre cidades sustentáveis.

Tenho dito que, além das questões internacionais que estão em debate e a nossa expectativa de que possamos avançar na declaração de chefes de Estado e chefes de Governo, a ser assinada no Rio de Janeiro**,** no sentido de fixação de metas claras de desenvolvimento sustentável, o Brasil tem uma grande responsabilidade; uma responsabilidade por ter sido o anfitrião da Rio-92, considerada uma conferência de muito sucesso, pelos desdobramentos que produziu, como a Convenção do Clima, a Convenção sobre Biodiversidade, Convenção de Combate à Desertificação, a Agenda 21. Mas o Brasil também tem uma grande responsabilidade por ser o anfitrião desta convenção e por estar assumindo um protagonismo cada vez maior no cenário mundial como o país que, nos últimos anos, conseguiu aliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, redução da pobreza, redução do desmatamento, num ambiente de consolidação da democracia.

Temos imensas oportunidades e, ao mesmo tempo, temos imensos desafios pela frente. Um dos desafios é como o Brasil agregar valor à sua produção, à sua produção industrial, como ampliar a participação da produção industrial no Produto Interno Bruto brasileiro.

Muito se tem falado, discutido e debatido sobre o processo de desindustrialização do País, e é claro que nós temos aí uma série de fatores que provocam isso, mas também – é claro – precisamos investir bastante em inovação tecnológica para dar competitividade à indústria brasileira.

No que se refere à agenda da sustentabilidade, também tenho convicção de que a inovação é um instrumento fundamental, intersetorial, transdisciplinar, absolutamente indispensável para garantir a construção de uma sociedade sustentável.

Ainda há pouco, nas discussões sobre o Código Florestal, eu me referi a esse dado – conversava com os professores, aqui na sala da comissão –, a Embrapa trouxe um dado muito relevante: nos últimos 35 anos, o Brasil aumentou a sua área plantada algo em torno de 48%, e aumentou a sua produção em 268%. Isso demonstra claramente que a forma mais inteligente, mais sustentável, mais efetiva e mais eficiente de reduzir a pressão sobre novos biomas é investir em ciência, tecnologia e inovação, aumentar a nossa produtividade através da inovação, sem precisar avançar sobre novos biomas.

Outro dado trazido pela Embrapa, que mostra a importância da inovação tecnológica, apenas para dar

alguns exemplos, é a extensa área utilizada no Brasil, hoje, pela pecuária extensiva – em torno de 200 milhões de hectares – com uma produtividade muito baixa, de apenas uma unidade animal por hectare, o que nos leva a concluir que se o Brasil, nos próximos 20 ou 30 anos, conseguir dobrar a produtividade da nossa pecuária com o mesmo rebanho, teremos 100 milhões de hectares disponibilizados para o avanço da agricultura, para o avanço da agroenergia, sem precisar avançar sobre novos biomas.

Entre os desafios colocados para uma economia mais sustentável, outro exemplo do que a inovação pode produzir é a descoberta da pesquisadora da Embrapa, Joana Döbereiner, que descobriu há anos a bactéria, desenvolveu a bactéria que fixa nitrogênio no solo, permitindo que o Brasil pudesse fazer uma economia enorme na utilização de nitrogênio, nitrogênio este que, mal utilizado, inclusive, é um dos grandes emissores de óxido nitroso, que contribui enormemente para o efeito estufa.

Esses são alguns exemplos do que a inovação tecnológica pode contribuir para uma economia sustentável. E esse é o nosso debate de hoje. Portanto, mais uma vez, quero agradecer a presença dos nossos convidados e vamos começar ouvindo o Sr. Henrique Lian, Gerente Executivo de Relações Institucionais do Instituto Ethos.

Agradeço a presença da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Jorge Viana.

O SR. HENRIQUE LIAN – Muito bom dia a todos. Senador Rollemberg, em nome do Instituto Ethos, quero agradecer a oportunidade de compartilhar aqui, na Comissão, um pouco da nossa da análise sobre o papel do setor empresarial rumo a Rio+20, especificamente na questão da inovação.

Começaria situando a Rio+20 numa linhagem de conferências de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas que, apesar de algum conjunto legislativo robusto de Direito Internacional que elas vêm produzindo, ainda não se interlocutaram, de fato, com a chamada economia real.

Assim, a primeira conferencia, a Conferência de Estocolmo, há 40 anos, em 1972, que foi uma conferência de meio ambiente humano, ou seja, uma primeira preocupação em trazer o elemento social à discussão ambiental e uma protoconferência de desenvolvimento sustentável, teve como resultado produtos relevantes, tais como um acordo, uma convenção de meio ambiente, como a fundação do Pnuma, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. No entanto, os seus acordos não foram implementados no seu limite porque a economia real ia numa outra direção, muito em função das crises do petróleo de 1973 e 1979.

Vinte anos depois, a Rio-92, na época Eco-92 ou Cúpula da Terra, produziu o maior corpo, o maior *corpus* de acordos sobre o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, os Princípios do Rio e três grandes convenções: Desertificação, Mudanças Climáticas e Biodiversidade. Também não houve uma implementação no limite desses acordos e dessas convenções internacionais porque a economia real, a chamada economia real ia numa outra direção, na direção da desregulamentação da economia.

Mais dez anos se passaram e a Conferência de Joanesburgo, em 2002, concluiu que já havia convenções suficientes. Era preciso, sim, construir um caminho, um *road map* de implementação dos acordos já assumidos. Entretanto, mais uma vez, a economia real ia numa outra direção, na direção da financeirização que levaria às bolhas de 2008 em diante.

Agora, analisamos que a Rio+20 se coloca em outro momento histórico, o momento em que a economia global está em depressão. Há uma crise que não é apenas econômico-financeira, é uma crise alimentar, é uma crise ambiental, é uma crise climática, é uma crise política, é uma crise ética, enfim, é uma crise do modelo de desenvolvimento que se coloca, portanto, como uma excelente oportunidade de os chefes de Estado, os atores da sociedade civil, incluindo as empresas, repensarem o próprio modelo de desenvolvimento.

Nessa linha, a Rio+20 teve inicialmente três grandes temas a serem debatidos, uma avaliação de 20 anos desde a Rio-92, o tema da economia verde no contexto da erradicação da pobreza e a governança para o desenvolvimento sustentável. Sendo que o primeiro tema já foi abandonado, porque não haverá tempo nem fôlego suficiente para mais uma avaliação. E, num momento de crise, é preciso avançar, e avançar com rapidez.

E chegamos a esse tema chave da conferência, tema polêmico da economia verde, já glosado pelo bloco dos países G77+China, que na verdade são 134 países, acrescentando elemento, inclusive com apoio do Brasil, no contexto de erradicação da pobreza.

O que seria, então, essa economia verde? Na nossa análise, a tal economia verde tem início muito antes, tem início lá atrás, é contemporânea de Estocolmo 72, na verdade, do primeiro choque do petróleo em 73, quando, por questões alheias à questão ambiental, mas apenas por uma questão de segurança energética estratégica e geopolítica, um conjunto de países busca alternativa ao modelo de desenvolvimento, principalmente alternativas aos combustíveis fósseis.

Naquele primeiro momento de inovação para um novo modelo econômico, o Brasil dá uma resposta extremamente eloquente e inovadora com o desenvol-

vimento dos biocombustíveis, talvez a inovação mais diruptiva daquele primeiro ciclo tenha sido a resposta brasileira via biocombustíveis. A esse processo se acrescentam conhecimentos que não existiam antes, dos limites ao crescimento econômico trazidos pelo clube de Roma, dos limites da capacidade do Planeta de fornecer matéria-prima para produção, trazidos principalmente pelos relatórios do IPCC. E chegamos a este momento atual, que pede um segundo grande ciclo de inovação para resposta às questões, às crises ambientais, climáticas, econômicas, de emprego etc. que vimos vivendo.

Entendemos que a indução desta nova fase, deste novo ciclo, agora sim com uma preocupação socioambiental bastante marcada, tem dois atores estratégicos, os reguladores e os empreendedores. Os reguladores, recuperando a capacidade de gestão do Estado, e os empreendedores, recuperando o empreendedorismo visionário que foi meio amortecido nas últimas décadas por um *business as usual* infinito.

Quanto ao papel empresarial, notamos um apetite dos empresários por esta nova fase de inovação, de inovação diruptiva, ao mesmo tempo em que uma grande insegurança jurídica e um grande medo de perda da competitividade, caso eles se lancem a novos processos, produtos e serviços e a sua concorrência interna e externa não faça o mesmo.

Nesse sentido, o mundo empresarial vem acompanhando as conferências de desenvolvimento sustentável, mas o seu interesse e a sua presença, inclusive física, nessas conferências, não tem sido acompanhada por notas oficiais nos acordos, nas convenções, nos produtos dessas conferências.

Citando: em 1972, não houve nenhuma menção, nos documentos finais, ao papel do setor privado no desenvolvimento de nova economia.

Na Rio-92, que produziu todo aquele conjunto de acordos, apenas um estímulo a uma gestão socioambiental responsável.

Em Joanesburgo 2002, apenas um encorajamento a uma *performance* socioambiental e adoção de iniciativas voluntárias, por exemplo, os códigos de conduta, certificações e os *reports.*

Em mais de seis mil páginas de contribuição dos países e da sociedade civil, dos *major groups* ao *draft zero* da ONU, apenas poucas menções sobre o papel das empresas no desenvolvimento sustentável, com foco em transferência de tecnologia, parcerias público-privadas em investimentos verdes, para o qual passa do *draft zero* apenas uma nota no § 24, incitando as companhias listadas em Bolsa a considerar a sustentabilidade nas suas estratégias de negócios. E o próprio painel de alto nível arregimentado pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, faz duas recomendações de nºs 30 e 33, mais ou menos na mesma direção.

Na nossa análise, o setor privado pode e deve ir mais longe do que isso, obviamente, contornando as questões da instabilidade jurídica, os incentivos e desincentivos promovidos pelos reguladores, as contrapartidas, as ajudas financeiras a setores específicos, passando, então, de expectadores a protagonistas, a agentes sociais de mudança.

Concluindo esse breve panorama, que é a nossa visão, a gente vê que nos fatores da microeconomia tudo mudou, mas nada mudou. Os fatores essenciais da teoria da empresa e da teoria do lucro contemplam cinco elementos: a aplicação do capital, a aplicação do *know-how*, a gestão do risco, a gestão empresarial e a captura do lucro ou do prejuízo. Na verdade, todos esses elementos mudaram, porque atualmente o empreendedor não usa o próprio capital, mas o aloca nos bancos de investimento, desenvolvimento, no mercado de capitais, nos *angels* financiadores, nos fundos de *private equity*, assim por diante. Ele não tem mais necessariamente o *know-how* para produção ou para o desenvolvimento de serviços, mas ele contrata do mercado esse *know-how*. Ele não assume mais o risco no próprio capital, mas tem a oportunidade de securitizar esse risco. E ele não faz mais a gestão direta dos seus negócios, ele contrata executivos no mercado e na hora da repartição dos lucros ou dos prejuízos não cabe mais a ele a maior parte desses lucros ou prejuízos e sim ao conjunto dos investidores.

Então, tudo mudou na microeconomia, mas nada mudou, porque o empreendedor continua sendo o indivíduo responsável por identificar o próximo ciclo da economia, as oportunidades de mudança, as oportunidades de inovação, juntar esses elementos todos em torno dessa ideia, dessa visão e desenvolver o novo, capturando o chamando monopólio provisório, que é a sua vantagem comparativa enquanto a concorrência não se apropria da sua visão. Esse empreendedor visionário tem, obviamente, que pagar o custo de oportunidade por sair na frente, descobrir formas de atuar em escala e, evidentemente, trabalhar junto com os reguladores, evitando a perda da competitividade. Ser um empreendedor no Brasil hoje, olhando para a nova economia, é estar num país que desde o século XVI não apresenta tantas vantagens comparativas. No século XVI, o País tinha tudo que o mundo desejava: terra agriculturável, madeira, minérios, pedras preciosas, tudo isso foi transformado em *commodity*, pouco valor foi agregado e capturado pela economia brasileira da época.

Atualmente, vivemos um cenário bastante parecido, temos de novo tudo aquilo que o mundo deseja

para o desenvolvimento de uma nova economia, são recursos predominantemente renováveis, é a insolação, são as marés, é a água doce e salgada, a terra agriculturável para bioenergia. Precisamos transformar essas credenciais verdes, que são vantagens comparativas, em negócios verdes, que seriam as nossas vantagens competitivas, assumindo a liderança nessa nova fase da economia.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Henrique Lian, Gerente Executivo de Relações Institucionais do Instituto Ethos, pela sua apresentação.

Já temos entre nós também o Prof. Carlos Nobre, representando o Ministério da Ciêcnia e Tecnologia e vamos ouvir agora o Sr. Paulo Mol Júnior, Diretor de Inovação da CNI.

O SR. PAULO MOL JÚNIOR – Bom dia a todos.

Queria agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, pelo convite à CNI para vir a este plenário para falar sobre a questão de inovação e sustentabilidade.

Eu ocupo na CNI o cargo de Diretor de Inovação e sou uma figura até fácil nos comitês de ciência e tecnologia. Neste comitê de meio ambiente é a primeira vez, agradeço o convite.

É importante falar sobre a associação que temos entre inovação e sustentabilidade, porque, a princípio, parece uma associação tranquila, fácil de ser feita quando, na verdade, ela é mais complexa do que podemos imaginar pela própria definição de inovação. O que é inovação? Inovação não é só encontrar algo novo. Encontrar algo novo, encontrar um novo produto ou um processo novo é apenas parte de um processo inovador. A inovação acontece quando esse algo novo gera valor de mercado. Há duas ou três semanas, tive um seminário no MIT, em que o Professor – aliás, tinha acabado de receber o título de Professor Honorário de MIT, o melhor Professor da universidade – colocava exatamente estes pontos: os desafios da inovação, que era exatamente a conexão com o mercado, como é que se consegue produzir algo novo que tenha valor de mercado. Então, a inovação acontece a partir do momento em que se está muito conectado com o seu mercado consumidor, com o que as pessoas demandam.

Então, quando trazemos esse assunto para a área de sustentabilidade, a gente está falando de gerar valor de mercado para um ambiente que tenha como atributos questões ligadas à sustentabilidade. Isso acontece? Sim.

Quando a gente observa, verificamos que, nos últimos anos, há uma mudança no perfil dos nossos consumidores, na maturidade da sociedade, uma preocupação ambiental, uma preocupação com a sustentabilidade que não existia tempos atrás. Esses atributos começam a fazer parte do dia a dia dos nossos consumidores, do dia a dia da população, e aí começa a criar um grande espaço para investimentos em inovação nessa área. Então, a conexão tem que ser direta com a nossa população, com o nosso mercado consumidor, com as pessoas que de fato vão demandar esses produtos, e aí a conexão com o setor privado passa a ser perfeita. Portanto, não dá para falar, em hipótese alguma, sobre questões ligadas à sustentabilidade se excluir-se um ente fundamental, que é o ente privado, que é quem de fato vai fazer inovação.

Inovação, muitas vezes, as pessoas pensam que acontece na universidade. Não. Na universidade, você tem a ciência sendo catalogada, a geração de tecnologia; a inovação precisa de valor de mercado. Então, ela acontece na empresa. Então, desconectar esse ente que, durante um bom tempo, foi desconectado da questão socioambiental é algo perigoso, porque um dos grandes eixos colocados para a questão do meio ambiente é a necessidade de fazer inovações para que se consiga ter uma *performance* melhor na questão ambiental. Redução de custos, melhoria dos processos, produção de novos materiais, isso tudo são inovações, mas, para as inovações acontecerem, é preciso que tenha valor de mercado, é preciso que se consiga convencer os empresários a investir.

Aí entramos com outro componente, que é absolutamente importante. As pessoas até falam dele, mas é difícil lidar com ele. Inovação é por essência uma ação que envolve risco.

Nesse mesmo seminário do MIT, com esse mesmo Professor, ele disse o seguinte, e ele é premiado, laureado, candidato já a Prêmio Nobel e tudo: "Em média, de cada 100 experimentos que faço, 90 dão errado. Um ou dois são extremamente importantes, mas existe uma tendência muito grande de dar errado". Então, este componente, que é o risco, é algo que é absolutamente voltado para a área de inovação. Quem quer trabalhar com inovação tem que ter esse atributo embutido. E aí começo a perguntar como a sociedade brasileira e como as instituições brasileiras estão preparadas para lidar com o risco, senão a coisa fica muito no discurso. E isso é algo que tem que ser muito colocado.

Pergunto: *o.k.*, então, vamos trabalhar para fazer inovações diruptivas, como foi colocado pelo Prof. Henrique. É extremamente importante quando dá certo, mas eu posso garantir que, para se chegar ao biocombustível, para se chegar ao etanol, deve ter tido

mais de mil experimentos que deram errado. Thomas Jefferson disse que, para conseguir colocar a lâmpada, ele teve que fazer 999 experimentos que deram errado para no milésimo dar certo. Aí ele diz outra coisa: "Inovação envolve 99% do tempo de transpiração e 1% só de inspiração". Então, o risco é muito grande.

Por que insisto na questão do risco? Porque inovações diruptivas, inovações de grande porte é algo extremamente importante. E, como o risco é muito grande, não há condições de se atribuir exclusivamente ao setor privado a incumbência de fazer essas inovações, embora ele tenha o interesse, obviamente, porque, se está conectado com o mercado, se com o mercado ele se desenvolve para áreas de sustentabilidade que tenham importância maior e em que a importância tende a crescer; se ele está conectado com o mercado, isso é de interesse do setor privado. Mas, como envolve muito risco, esse risco tende a ser mitigado em parcerias público-privadas. É assim que acontece no mundo todo. Quando pegamos exemplos americanos fica muito claro como isso acontece. São setor público e setor privado trabalhando juntos, mitigando exatamente o efeito do risco.

Pergunto: os nossos órgãos de controle no Brasil estão preparados para lidar com risco? Não. É muito pouco provável. Isso é algo complicado. Quando falamos de inovações para sustentabilidade, quando você toma o termo "inovação" automaticamente tem de aprender a lidar com a variável risco. Como vamos tratar dessa questão? E os experimentos que deram errado? E aqueles recursos que foram bem utilizados na pesquisa, mas que não geraram resultado? Como se vai lidar com isso dentro das instituições?

Há uma diferença grande dos Estados para o Brasil. Nos Estados Unidos alguém, um empresário que investe e arrisca, se der errado, ele é tido até como um cara de grande valor no mercado, porque é alguém que investiu, que empreendeu e que, pelo menos, sabe como não se deve fazer, o que evitar. No Brasil, existe a cultura de que, se deu errado, a pessoa é automaticamente defenestrada porque ela não conseguiu fazer a coisa certa.

Então, com relação a essa agenda de inovação, quando se fala em inovação para a sustentabilidade, coloca-se como se fossem duas agendas que se casassem muito perfeitamente, como se fosse um casamento muito estável e feliz. Estou dizendo que é um casamento que é absolutamente necessário, mas ele envolve riscos, e riscos que são relevantes e importantes de serem pensados.

Aqui vou tocar em um ponto específico. Quando se fala da agenda de inovação – e isso eu já disse na Comissão de Ciência e Tecnologia e é um dos pontos em que a CNI tem investido bastante energia, porque é um tema que trabalha nas duas áreas –, há a seguinte questão: o Brasil é um dos países com o maior potencial – ele poderia ser líder – na área de bioeconomia; há estudos internacionais mostrando que, seguramente, temos em torno de 15% da biodiversidade do Planeta. Então, se quisermos, de fato, começar a dar exemplos de como trabalhar as questões de inovação e sustentabilidade juntas, deveríamos pensar de que maneira estamos trabalhando naquela área em que o Brasil, juntamente com a área de energia, tem as maiores possibilidades de evolução tecnológica e de inovação.

Na área de energia, o Brasil já conseguiu se colocar como *player* mundial. Na bioeconomia ou na área de biotecnologia, não. É bom perguntar: por que não? Por que o Brasil, embora tenha 15% da biodiversidade do Planeta, hoje não tem catalogados, por exemplo, nem 10% da sua biodiversidade existente? Então, isso é algo que tem de ser pensado, isso é algo que tem de entrar na agenda. Eu ficaria muito feliz se esse assunto começasse a entrar na agenda da Rio+20, na agenda do País, na agenda positiva, porque o processo começa a ser complicado.

Hoje, por exemplo, o Brasil não tem pesquisas na área de biotecnologia que envolvam o acesso à biodiversidade. Por quê? Porque o processo é muito burocratizado. O que acontece? Qualquer empresa, universidade ou instituto de pesquisa – Embrapa, Fiocruz, quem quer que seja – que vá fazer uma pesquisa e que tenha de buscar acesso à nossa biodiversidade tem de fazer uma solicitação ao Comitê do Patrimônio Genético, que demora um tempo enorme para dar uma resposta. Em dez anos, tivemos menos de trezentas aprovações.

Pergunto: como acontecem pesquisas no Brasil que estão ligadas a questões ligadas a patrimônio genético? Se acontecem, elas acontecem de forma pirata, que é uma coisa pavorosa para o País. A pior das coisas do mundo que pode acontecer é a seguinte: se, a partir dali, consegue-se encontrar nas pesquisas que envolvam questões de acesso à biodiversidade alguma coisa que tenha valor de mercado, que possa ser comercializado, automaticamente empurra-se isso para o exterior, porque, na verdade, como não teve autorização do Conselho, não se pode gerar patente, não se pode cadastrar esses produtos. Então, muitas vezes a pesquisa é feita aqui, e o patenteamento todo é feito lá fora, de maneira pirata. E não estou falando de empresa, não, estou falando de universidade, estou falando de empresas públicas. Estão todos nesse processo complicado.

Essa é uma área, por exemplo, em que destravar a pauta de pesquisas para acesso à biodiversidade sig-

nificaria liberar um eixo espetacular de pesquisas no Brasil com impacto de processo, quer dizer, trabalhar de maneira sustentável uma das nossas maiores riquezas, que é a questão ambiental, com impactos econômicos extremamente relevantes e com a possibilidade de arrecadação de impostos do setor público imenso, porque isso vai virar produtos e processos que, por sua vez, vão gerar impostos que aumentarão a base de arrecadação do Governo. Portanto, essa agenda seria prioritária, mas ainda vejo que está muito parada.

É um exemplo claro da maneira como as agendas de inovação e de sustentabilidade poderiam avançar. Estou falando de um exemplo claro, simples, de como essa agenda pode avançar. E trabalhando de maneira absolutamente tranquila. Esse é um ponto... Essa parte de bioeconomia me fez entrar muito... Andando pelos Ministérios e conversando com o pessoal da área ambiental, comecei a perceber claramente a importância de conversarmos, ou seja, as pessoas da área econômica com as pessoas da área ambiental, para que possamos alinhar as conversas e, assim, estabelecermos um diálogo que seja absolutamente tranquilo nesse processo. O grande problema nesse momento é a comunicação. A forma da conversa, a forma da fala acaba não deixando com que essa agenda prospere, e uma agenda que é preciso prosperar.

Finalizo reforçando a importância da agenda de inovação para a sustentabilidade. Fico extremamente feliz que essa agenda comece a entrar de maneira mais intensa nesta Comissão. E até para deixar muito claro o seguinte: a agenda de sustentabilidade não é estritamente ambiental, passa por questões jurídicas, econômicas, questões que são ligadas a outras áreas e que precisam estar no debate, porque restringir ou colocar essa área estritamente no campo ambiental pode ser um equívoco, como foi colocado nas edições passadas. Então ampliar a área de escopo, trazer o universo econômico, empresarial e jurídico é extremamente importante.

Parabéns por esta reunião e pela condução desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Paulo Mol Júnior, Diretor de Inovação da CNI.

Vamos ouvir agora o Prof. Carlos Nobre, que é Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. CARLOS NOBRE – Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente desta Comissão, Srªs e Srs. Senadores, meus colegas de Mesa, bom dia a todos e a todas.

Quero trazer uma perspectiva da ciência. O que os cientistas, em termos globais, gostariam de ouvir no fim da Rio+20. Então, inicialmente, vou ler um texto que um grupo de cientistas preparou – e parece uma coisa muito pretensiosa –, qual seria o tipo de declaração final da Rio+20 que nós gostaríamos de ouvir.

Isso foi preparado por um grupo de cientistas durante uma reunião científica importante que ocorreu de 26 a 29 de março, em Londres, *Planet under Pressure* (O Planeta sobre Pressão), o mais importante evento científico dos últimos anos, que foi realizado exatamente para trazer um pouco do que a ciência pode iluminar no debate do desenvolvimento sustentável. Foi uma reunião também com fins muito objetivos e pragmáticos de não só trazer o estado da arte do conhecimento científico, mas também quais são as rotas e trajetórias de sustentabilidade.

Um grupo de cientistas, eu inclusive, resolvemos fazer um pequeno exercício intelectual: o que gostaríamos de ouvir no final da declaração. Então, por favor, isso não tem nenhuma relação com nenhum documento que o Itamaraty ou mesmo o grupo executivo que prepara os documentos da Rio+20 está deliberando, esse é um processo complexo, diplomático. Isto aqui é o que os cientistas gostariam de ouvir.

Então vou ler as onze recomendações que nós – se, no fim, algumas dessas afirmações estivessem na declaração final dos chefes de Estado –, pelo menos os cientistas que tratam ou que militam no campo do conhecimento voltado para o desenvolvimento sustentável, certamente ficaríamos muito satisfeitos. Uma declaração final que fosse mais ou menos nestes termos:

"1. Nós, chefes de Estados e de Governos, reconhecendo a visão da ciência sobre o estado do Planeta, a nova responsabilidade que a nossa sociedade global interconectada tem com os sistemas de suporte da vida na Terra e a urgente necessidade de reduzir significativamente os riscos para todas as sociedades, resolvemos agir agora para assegurar um futuro sustentável para nossos povos, para nosso Planeta, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e as capacidades de cada país. Nós decidimos inovar rapidamente para cuidarmos efetivamente do Planeta.

2. Reafirmamos nossa determinação de erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e lutar por sociedades que sejam justas, equânimes e inclusivas, notando evidência científica que o atingimento desses ideais irá beneficiar todas as nações e os mais desprivilegiados da sociedade.

3. No mundo crescentemente interconectado e interdependente, nos comprometemos a desenvolver novos arranjos de governança internacional para pro-

teger todas as pessoas e os sistemas de proteção à vida no nosso Planeta como um todo.

4. Reconhecendo o risco de depender exclusivamente de políticas internacionais singulares [por exemplo, as convenções internacionais de clima, biodiversidade etc.] nós iremos promover parcerias novas, abordagens e políticas diversificadas, políticas entre governos locais, subnacionais, nacionais e regionais assim como com a sociedade civil e a sociedade empresarial.

5. Nos comprometemos a estabelecer novas metas universais de desenvolvimento sustentável para todas as nações [depois eu vou falar um pouquinho mais do que é a nossa visão sobre essas metas] com o objetivo de fornecer um espaço seguro de operação para toda a humanidade no presente e para as futuras gerações ao assegurar que nós respeitamos os limites planetários.

6. Nós nos comprometemos a colocar essas metas em funcionamento até 2015, em que cada meta deverá interconectar profundamente o tecido ambiental social e econômico do desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que o desenvolvimento sustentável deve ser introjetado dentro das instituições financeiras internacionais, especialmente o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os bancos regionais de desenvolvimento, a Organização Mundial do Comércio etc., na regulação do comércio global. Nesse contexto, solicitamos que as instituições financeiras internacionais se adaptem para assegurar apoio efetivo aos países em desenvolvimento para implementação efetiva do desenvolvimento sustentável.

7. Reconhecendo que os recursos globais comuns, como os oceanos e a atmosfera, não podem mais ser tratados como externalidades ao mercado, nós nos comprometemos a buscar uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, reconhecendo que o PIB é uma medida inadequada da atividade econômica sustentável e deve ser complementado com uma medida muito melhor de riqueza nacional, nos propomos que sejam reportados regularmente o capital natural e o capital humano em adição ao capital econômico, ou seja, à riqueza inclusiva de uma nação.

8. Afirmamos adicionalmente nossa determinação de fortalecer o quadro institucional para a sustentabilidade global resultando em desenvolvimento sustentável em âmbito global e apoiando o quadro institucional em âmbito nacional. Reafirmamos nosso compromisso ao Acordo de Copenhague de prevenir interferência antropogênica perigosa no sistema climático e requeremos rápida resposta de todas as nações na tentativa de manter o aquecimento do planeta em não mais que dois graus.

10. Recomendamos análises regulares de progressos com vistas à sustentabilidade global que envolva a tomada de decisões em políticas públicas, indústrias e sociedade civil com a ciência e uma iniciativa maior de pesquisas enfocando soluções para a sustentabilidade global.

11. Comprometemo-nos com o novo sistema global para aproveitar o potencial de nossas sociedades globais, recentemente interconectadas para uma tradução mais rápida de conhecimento em ação e, dessa maneira, tornando efetivo um sistema global de inovação funcional.

Não é mais suficiente trabalhar por um ideal distante de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade global deve tornar-se uma fundação pilar da sociedade atual; pode e deve ser parte dos pilares das nações e do tecido da sociedade.

Tomados em conjunto, nossos compromissos reconhecem o urgente imperativo científico de ação, visando a transformar o desenvolvimento sustentável de uma aspiração para algo operacional."

Logicamente, vocês vão ver que tem um recorte muito grande aqui de ciência. Foi feito por cientistas, com a cabeça de cientistas e é como os cientistas veem esse amplo debate, mas ele vai muito além puramente da ciência. É uma pequena contribuição inicial que trago a essa discussão aqui, no Senado.

Para complementar, eu quero ir um pouquinho mais longe num aspecto importante, que são as metas, assim como em Joanesburgo 2002, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, em que, ressalte-se que, em vários deles, principalmente na erradicação da pobreza, o Brasil já ultrapassou em muito as metas para 2012. O Brasil está bem avançado, pois, na verdade, já ultrapassou as metas de 2015 dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, em todas e especialmente na erradicação e na redução da pobreza. Eu acho importante que a Rio+20 convirja para algumas metas de desenvolvimento sustentável no horizonte de uma década, de duas décadas. Eu quero dizer pelo menos algumas que, do nosso ponto de vista, deveriam ser consideradas. Essas metas que vou ressaltar aqui são metas para 2032, então, num horizonte de 20 anos, ainda que o ideal seja que a Rio+20 oferecesse um resultado concreto e pragmático que é a concordância, pelo menos num certo número de metas, de que elas seriam implementadas rapidamente, ou seja, o início de implementação seria, por exemplo, em 2015.

Eu vou colocar cinco metas aqui que eu acho muito importantes. Elas todas interligam esses três pilares do desenvolvimento sustentável. E um aspecto

importante a destacar é que esses pilares não funcionam desconectados. Não há um pilar econômico, um pilar social e um pilar ambiental. Na verdade, a própria definição do desenvolvimento sustentável é a interconexão de todas as bases de desenvolvimento. Então, todos que vou ler aqui têm o elemento econômico, o elemento social e o elemento ambiental:

"Universalizar o acesso à água segura para 100% da população do mundo". Hoje, sabemos que 1,5 bilhão de pessoas não têm acesso à água em qualidade ou em quantidade. É um número enorme da população mundial, que é de 7 bilhões. Isso tudo até 2032.

O próximo que vou ler aqui tem diretamente a ver com o Brasil, com a discussão do Código Florestal – estou vendo aqui o Senador Jorge Viana, que foi o relator da matéria aqui, no Senado. É a agricultura sustentável, ou seja, aceitar globalmente os paradigmas da agricultura sustentável, quais sejam, "garantir segurança alimentar a 100% da população até 2032" e, aí, garantir a segurança alimentar da população é diferente de produzir alimentos para sete bilhões ou, em 2032, para perto de oito bilhões, como a população já será. É o acesso. Nós sabemos que há enormes perdas no sistema de produção, comercialização, transporte. Cerca de 20% a 30% são perdidos. Então, garantir o acesso e garantir o acesso à alimentação com valor nutricional. Ao mesmo tempo em que ainda existe fome crônica para quase um bilhão de pessoas no mundo – 900 milhões de pessoas ainda passam por fome crônica –, nós temos muitas pessoas que estão indo na direção contrária, que é a das doenças resultantes da obesidade. Então, tem um problema básico de segurança alimentar, que é garantir o acesso e uma melhor qualidade.

"Estabilizar a área utilizada pela agricultura mundial." Nos países desenvolvidos, acho interessante, voltando ao nosso debate acalorado do Código Florestal, que um dado que às vezes não aparece é que a ciência, a tecnologia, tem sido a principal parceira da agricultura, e não mais a expansão da fronteira agrícola. Então, isso precisa ser pontuado. O Brasil só vai realmente explorar racionalmente o máximo a ser, outra vez, esse um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável, a eficiência no uso dos recursos naturais, quando ele também aceitar o paradigma de que a agricultura moderna não é expansão de área, mas sim ciência e tecnologia.

Então, estabilizar a área utilizada pela agricultura mundial. De novo, países com as melhores produtividades agrícolas do mundo, a América do Norte, Europa, hoje e pelo menos nas últimas duas décadas, vêm diminuindo a área agrícola total ao mesmo tempo que aumentaram a produção mais de 50%. Esse é o paradigma da agricultura, e não a expansão indefinida de área. Porque a agricultura competitiva, no futuro, será uma agricultura produtiva, não uma agricultura de baixa produtividade que expande área.

"Reduzir em 30% as emissões do setor agrícola." Notem que, de todos os setores que contribuem para o aquecimento global, queima de combustíveis fósseis para gerar energia, a agricultura, se somarmos a emissão direta da agricultura com as emissões decorrentes da conversão de áreas de florestas para a agricultura, somando esses dois termos, porque ambos têm relação com produção agrícola, vamos ter que a maior contribuição de gases para o aquecimento global vem da agricultura. Se separarmos emissão direta da agricultura e, depois, emissão proveniente do desmatamento e, depois, emissão da geração de energia, vem da geração de energia. Mas, na verdade, os desmatamentos não são feitos, em quase todos os casos, para outra razão que não seja a agricultura, a produção de alimentos, a produção de proteína animal.

Então, somados esses dois termos, a agricultura é a maior fonte de gases de efeito estufa. Há uma necessidade muito grande, se quisermos estabilizar as emissões e reduzir o risco futuro de aquecimento global, reduzir emissões.

O SR. **PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prof. Nobre, quantos por cento, mais ou menos?

O SR. CARLOS NOBRE – A agricultura, perto de 30%. o Senador está correto.

O SR. **PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a conversão?

O SR. CARLOS NOBRE – Aproximadamente 18% a agricultura direta: emissão de gado, emissão da agricultura, de vários gases, e 12% a conversão de florestas. A energia total é de 21% a 22%.

Então, é possível, sim, a agricultura moderna, a agricultura sustentável produz mais e com menos emissão. O Brasil já tem um programa muito avançado nessa área do Ministério da Agricultura, o Programa de Agricultura de Baixo Carbono. Pelo menos conceitualmente, ele é muito poderoso, tem subsídios e esperamos que o setor de agricultura brasileiro adote a agricultura de baixo carbono.

Reduzir de 70% para 60% o uso da água na agricultura. Quem mais usa água no mundo? A agricultura. Do total de água superficial utilizado pela humanidade, 70% é pela agricultura, não é abastecimento, não é indústria, mas a agricultura. A agricultura é o grande usuário.

Aí, outra vez, a ciência e a tecnologia têm de vir, para contribuir. Estamos em 2032, então, estamos falando de uma agricultura muito mais produtiva, pro-

duzindo muito mais alimentos e usando menos água do que hoje.

O terceiro objetivo, nesse o Brasil já avançou muito, mas não podemos ficar adormecidos sobre o sucesso alcançado. Todas as metas que estou destacando aqui são globais, é aumentar o uso de energia renovável de 13%, que é a média global – muito desses 13% vêm de lenha, uma maneira ainda pouco tecnológica de aproveitamento de energia renovável. Quer dizer, a lenha é renovável, queima e depois cresce de novo. Mas o ciclo de aproveitamento é bastante primitivo; é o aproveitamento da lenha de baixa eficiência. O objetivo é de 13% para 30% até 2032.

O Brasil já está em 45%, mas estamos nesse patamar há muito tempo. Quer dizer, não dá para ficar muito tranquilo de que estamos na frente do mundo, então esse não é um objetivo importante. É, até porque, como é conhecido sobejamente – dois indicadores importantes –, o Brasil é o país que tem o maior potencial de energia renovável do mundo, mas o Brasil tem uma área muito grande. Alguém pode falar que isso é porque o Brasil é grande. Não. Por quilômetro quadrado, o Brasil também tem o maior potencial de energia quando a gente soma vento, eólica, com solar e com biomassa. Somando-se por quilômetro quadrado potencial de biomassa, eólica e solar, o Brasil tem a maior densidade de energia renovável do mundo, potencial; eólica é o segundo do mundo; depois, Estados Unidos; solar é um pouquinho, o quarto ou o quinto, porque não é um país desértico; e biomassa, é o maior potencial do mundo.

Então, quando se somam esses três, o Brasil não só tem o maior potencial no território como um todo, como tem a maior densidade de energia renovável por quilômetro quadrado, que é a maior do mundo.

Não vamos ficar tranquilos com 45% que temos hoje de matriz renovável e vamos realmente dar o exemplo e liderar e avançar muito mais. Aquela meta que foi colocada pelo IPCC, há alguns anos, no relatório especial – na verdade, no ano passado, foi lançado esse relatório sobre energias renováveis –, de que é perfeitamente possível em 2050 o mundo depender em 80% de energias renováveis; tecnicamente, não há nenhum segredo para atingir essa meta. Por que não imaginar que o Brasil seria o primeiro país a atingi-la? Acho que essa é uma proposta importante de vanguarda e de liderança.

Reduzir o desmatamento global a 20% dos valores atuais, da ordem de 40 a 50 mil quilômetros por ano. É global, porque não tem só desmatamento nos trópicos; é principalmente nos trópicos, mas há desmatamento ainda acontecendo em florestas de latitudes médias, altas, Canadá, Sibéria. Com relação a reduzir a 20%, quer dizer, reduzir no máximo 10 mil quilômetros quadrados por ano; reduzir a 20% dos valores atuais em 20 anos. Nesse sentido, o Brasil também é um país de liderança. Além de energias renováveis, o Brasil está dando um exemplo. Mais uma vez, menciono que o Código Florestal que queremos para o País tem que ser um instrumento de equilíbrio entre o desenvolvimento da agricultura e a conservação e, portanto, ele deveria realmente sinalizar para o Brasil atingir os seus objetivos, também escritos em lei, de reduzir os desmatamentos amazônicos para menos de 3,6 mil quilômetros em 2020. Possivelmente, mais para a frente, tenhamos condição de zerar o desmatamento líquido. Líquido significa que estaremos plantando mais florestas do que desmatando. Isso é perfeitamente exequível, até porque plantar florestas é uma atividade econômica muito importante para o País.

Por fim, aumentar o total de áreas protegidas de 5% para 10%. Isso é global. Áreas protegidas continentais e oceânicas. No Brasil, quando a gente olha o total de áreas protegidas, estamos bem acima certamente dessa meta continental. Quanto às áreas oceânicas, nós ainda temos um trabalho a fazer para proteger as nossas áreas mais importantes que guardam uma relação importante com o Atlântico Sul, em termos de biodiversidade, em termos de ecossistemas especiais, mas, no continente, temos muita área, principalmente na Amazônia. Um desafio enorme para o Brasil nessa área de aumentar para áreas protegidas é exatamente proteger os ecossistemas mais ameaçados, especialmente a Mata Atlântica. Tem a Lei da Mata Atlântica, aprovada pelo Congresso, mas o esforço é muito grande; a lei permite instrumentos, mas dar instrumentos para uma ação efetiva que proteja e expanda essa proteção num ecossistema muito fragmentado já é um desafio enorme.

Terminando, eu só queria destacar também que todos esses objetivos que estão sendo colocados aqui de novo, não tem nada que falei aqui que não tenha um componente social, um componente econômico e um componente ambiental. Todos precisam ter esses três componentes mutuamente, interdependentes para o seu atendimento, e, indiretamente, o atendimento de todas essas metas, em 2032, será também uma contribuição fundamental para a meta, o Acordo de Copenhague, de reduzir ou controlar o aumento da temperatura em não mais do que dois graus e as metas da Convenção da Biodiversidade, de reduzir drasticamente o risco de extinção de espécies, metas que a Convenção da Biodiversidade não atingiu em 2010, que era o seu primeiro marco, e que também a Convenção de Mudança Climática – e logicamente nós

estamos 20 anos lá das metas de 1982 –, as metas que não foram atingidas até hoje.

Então, essas aqui realmente são metas muito mais complexas e envolvem todos os elementos, mas elas também contribuem diretamente para o atendimento das metas de todas as convenções firmadas no Brasil em 1982.

Sr. Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço, Prof. Carlos Nobre, por sua contribuição sempre brilhante aos trabalhos desta Comissão de Meio Ambiente. V. Exª, realmente, traz uma contribuição e espero que já tenha encaminhado, inclusive, essa sugestão de metas de desenvolvimento sustentável para o Governo brasileiro como contribuição da ciência, do Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Governo nas negociações para a implementação de metas de desenvolvimento sustentável, para o documento a ser assinado por chefes de Estado e chefes de Governo.

Passo, agora, a palavra ao Dr. José Carlos Barbieri, Professor da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. JOSÉ CARLOS BARBIERI – Bom dia. Quero agradecer ao Senador Rollemberg pelo convite, aos demais Senadores, aos presentes e aos membros desta Mesa.

Lá na Fundação Getúlio Vargas, nós temos o Fórum de Inovação, onde a gente vem estudando essa questão da inovação e sustentabilidade já há algum tempo, inclusive o nosso enfoque é um enfoque acadêmico, mas também trabalhando junto com empresas no sentido de compreender melhor o processo de inovação e as dificuldades que ocorrem dentro das empresas.

Normalmente, quando a gente fala em inovação, a gente pode ter uma visão muito centrada em ciência, em produção de conhecimento, por meio de pesquisa e desenvolvimento. Mas, quando vai ser implementada – porque inovação, até por definição, é uma novidade que é implementada no meio produtivo ou no meio social, na sociedade, aliás, essa é a definição da Lei de Inovação –, ela implica em uma série de outras atividades que se dão no campo da economia, no campo das organizações. Uma série de trabalhos tem que ser realizados e muitas vezes envolve aquilo que o representante da CNI aqui falou: questões relacionadas com investimento, com risco e coisas desse tipo.

Então, por exemplo, quando a gente estuda uma inovação importante, a gente percebe, por exemplo, que todo aquele esforço de produzir o conhecimento por meio da pesquisa, envolve alguma coisa em torno de 3% a 5%, às vezes até um pouquinho mais, 10%, do valor total do investimento. O restante são os investimentos em prédios, equipamentos, sistemas, treinamento de pessoas, essas coisas todas. A inovação envolve aquela questão, que foi lembrada aqui, do risco, porque, por definição, a introdução de uma novidade significativa nunca se sabe corretamente se ela vai gerar os resultados que se espera.

Então, o nosso trabalho lá tem sido muito no sentido de examinar concretamente junto com empresas... Então, vou apresentar aqui um pouco o viés do estudo da inovação como nós estamos fazendo dentro da nossa escola.

Quando a gente examina inovação, vinculada à temática da sustentabilidade, a gente verifica que essa é uma relação bastante conflituosa, porque se espera que os resultados esperados, desejados das inovações, seja por meio de novos produtos, processos, seja por produtos e processos melhorados, métodos de gestão, novos negócios, gerem resultados econômicos significativos para aqueles que estão investindo nesse processo. E esses resultados são medidos como aumento de mercado, lucratividade, expansão para uma determinada área nova que a organização ou empresa deseja alcançar e coisas desse tipo. E, nesse aspecto, os resultados econômicos tendem a prevalecer sobre os demais pilares da sustentabilidade.

Nós estivemos analisando vários trabalhos concretamente feitos, ou seja, casos específicos de inovação e percebemos claramente a grande dificuldade de se trabalhar com esses três pilares quando estamos trabalhando no âmbito das organizações empresariais principalmente.

Em grande parte, isso é uma coisa que acontece aqui e em várias partes do mundo e, em grande parte, a superação dessa dificuldade de se trabalhar com esses três pilares simultaneamente quando se trabalha com inovação depende de uma série de questões. Depois vou comentar algumas, mas, por exemplo, quando aqui se falou – e é uma notícia bastante importante – que a área plantada no Brasil cresceu 40% enquanto a produtividade da agricultura cresceu aproximadamente 270%, nós estamos fazendo uma medida de caráter econômico; nós não temos ainda a avaliação de qual a consequência desse aumento da produtividade e da área ocupada com relação às questões sociais. As mesmas coisas ocorrem com as inovações de produtos e de processos feitas pelas indústrias de um modo geral.

As inovações, normalmente, as que estão sendo feitas hoje pela maioria das empresas já embutem uma grande componente ambiental. Ou seja, as empresas, desde que elas existem, sempre estão preocupadas com a redução do custo, e entre a redução do custo e o aumento da produtividade está a redução de material e de energia por unidade produzida, ou seja, aqui-

lo que a gente denomina eco-eficiência. No entanto, a consequência social nós geralmente não sabemos.

Por exemplo, qual a consequência de uma inovação sobre a geração de postos, ou seja, quantos postos serão destruídos em razão de uma inovação? Se nós trabalhamos em um ambiente competitivo, em que uma empresa compete com a outra – e a competição, hoje, é claramente com base em inovação –, uma inovação de produto, por exemplo, pode substituir um produto e, portanto, gerar problemas com relação ao nível geral de empregos e coisas desse tipo.

Aquela questão que o Prof. Carlos Nobre colocou, isto é, que esses três pilares – o econômico, o social e o ambiental – têm que ser tratados conjuntamente é o problema mais grave que a gente tem quando lida com inovação concretamente presente, quando a gente analisa casos, quando a gente trabalha com empresas no sentido de conduzir um processo de inovação para que ela possa atingir esses três aspectos fundamentais.

Por outro lado, as inovações são também o resultado dessa competitividade exagerada. Hoje, se vocês forem a qualquer entidade empresarial, verão que só se fala em inovação. Inovação é o assunto da CNI, da Federação das Indústrias, das escolas de administração, das escolas de engenharia. O mercado editorial publica, praticamente toda semana de dois a três livros sobre inovação. Todos os grandes papas de inovação, como o que foi citado aqui pelo Paulo, são traduzidos porque, dento do ambiente empresarial, existe aquela máxima: ou inovar ou morrer. Não há como: a sobrevivência das organizações baseia-se nisso. No entanto, as inovações mantêm uma relação conflituosa tanto com a questão social quanto com a questão ambiental. Há uma série de problemas, percebemos, que são resultado das inovações, ou seja, inovação também é uma forma de apropriação de recursos da natureza e enriquecimento de grupos, colocando-se para a sociedade uma externalidade na forma de punição, de pressão de recursos, modificação da composição da sociedade, mudança do padrão fundiário de uma região.

Veja, por exemplo, o que aconteceu com a revolução agrícola, pelo menos na sua fase inicial: aumentou a produtividade agrícola com base em inovações intensivas, em conhecimento científicos e tecnológicos, porém produziu uma série de problemas gravíssimos no âmbito das regiões onde foram implementadas, por exemplo, expulsão de camponeses que viviam em suas regiões durante séculos, que passaram a engrossar a massa de pessoas que passam a habitar favelas e ficam desenraizadas da sua comunidade; a concentração fundiária, aumento da importação de nutrientes e agrotóxicos, uma porção de coisas.

Então as inovações precisam ser, todas elas, pensadas, se atendem esses três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Quando se fala no pilar econômico, pelo menos em ambiente empresarial, que é um dos atores importantes como foi citado pelo representante do Ethos, geralmente se pensa no lucro da organização que está investindo naquela inovação. Parece bastante justo porque ela está investindo, existem riscos associados a isso. Porém, o lucro como um indicador da sustentabilidade econômica, nos parece uma medida bastante fraca. Assim como foi comentado aqui que o PIB, do ponto de vista da Nação, não é um indicador apropriado para medir o avanço da sociedade com relação à sustentabilidade, também o lucro empresarial, da maneira como é feito, baseado apenas no capital artificial adquirido, não tem condições de oferecer uma medida adequada da dimensão econômica;

A dimensão social é uma das coisas mais difíceis de a gente perceber, até porque o trabalho das organizações está restrito ao seu ambiente de negócios e, muitas vezes, não há uma avaliação completa. Temos trabalhado, no nosso empenho de mexer com a questão da inovação e sustentabilidade, com o conceito de ciclo de vida do produto. Aliás, é uma inovação, e precisariam passar por isso todas elas. Falo em ciclo de vida do produto, mas não apenas aquilo que já é, de alguma forma, bastante consolidado em termos de metodologia, mas não de prática que é o ciclo de vida ambiental, ou seja, aquela ideia de que tudo que produzimos, tudo que temos e usamos um dia esteve presente na natureza; foi extraído, beneficiado, processado, armazenado, distribuído, usado e, depois, ao final de sua vida útil, volta para a natureza, pensando em todas as, digamos assim, possibilidades de retorno, com reuso, reciclagem, essas questões dessa natureza. Porém, é preciso também pensar no ciclo de vida social: qual a consequência, do ponto de vista social, dessas inovações que estão acontecendo.

A realização de trabalhos como esses não é uma coisa fácil de fazer, até porque falta uma grande quantidade de conhecimentos e seria necessária uma série de trabalhos a serem realizados no âmbito da ciência, por instituições científicas, evidentemente com apoio, porque são coisas bastante onerosas, para fazer o levantamento a respeito dos impactos que o uso de certos recursos fundamentais está gerando. Por exemplo: quando se faz um estudo de impacto ambiental relativo ao ciclo de vida do produto, não há condições de se saber quais são os impactos da energia que estamos usando. Faltam informações a respeito disso. É impossível levar essas informações para o nível micro da empresa que está trabalhando com isso.

Então é preciso que os órgãos reguladores públicos definam uma política de ciência, tecnologia e inovação voltada para a sustentabilidade que articule os atores como aquilo que chamamos de tríplice hélice. Ou seja, se pegarmos uma inovação importante e analisarmos as suas entranhas, vamos perceber que questões que são produzidas nas instituições de ciência e tecnologia têm o dedo do Governo e o dedo das organizações.

Essas questões são fundamentais para que possamos implementar os processos de inovação no âmbito das empresas, porque são elas as maiores geradoras de inovação, nós não podemos deixar de contemplar esses atores, porém, a possibilidade de esses atores realizarem inovações sustentáveis ainda são bastante limitadas por várias razões. Uma delas é a dificuldade de se utilizarem métodos importantes e eficazes, como a avaliação do ciclo de vida do ponto de vista ambiental e social ao longo da cadeia de suprimentos.

Outra questão importante é que as inovações de um modo geral, o maior gasto delas, como eu comentei no início, é com a parte de implementação, que envolve investimentos em máquinas e equipamentos, plantas industriais, treinamento de pessoas, tudo isso. E, diante de uma situação macroeconômica totalmente adversa como a nossa, o que já foi apontado aqui, comparando com os riscos associados à novidade, porque toda inovação, por ser uma novidade, tem um risco mais elevado – será que o mercado vai adotar ou não –, nós temos um quadro bastante deficiente. Ou seja, não temos muita instrumentação para fazer estudos mais elaborados que sejam capazes de analisar a carga social e ambiental de uma inovação específica e os investimentos necessários, porque a parte mais importante da inovação é a sua implementação do ponto de vista do ator fundamental, empresa, como foi aqui reconhecido. Essa parte tem grandes dificuldades para ser trabalhada.

Por isso se verifica que a maior parte das inovações que ocorrem no nosso País não são diruptivas, como foi dito aqui. Elas são inovações por imitação, ou seja, inovações relativas, inovação para a empresa, mas não para o nosso setor. Não são novidades absolutas para o mundo, a não ser algumas, muito raramente, em setores muito específicos.

Portanto gostaria de finalizar a minha apresentação dizendo que um dos segmentos mais importantes para as inovações, pelo menos aquelas com as quais estamos habituados a trabalhar, são as empresas. Mas a questão fundamental, uma vez que nós já temos, dispomos, de um segmento de ciência e tecnologia razoavelmente muito bem colocado, com competência, com bastante massa crítica, é que nós precisamos de uma política de ciência, tecnologia e inovação para a sustentabilidade que seja capaz de examinar todas aquelas questões que favorecem, de um lado, e aquelas que prejudicam, criam obstáculo, de outro lado, para que possamos avançar e, inclusive, cumprir essas metas que foram apontadas aqui e outras. Por exemplo, o setor industrial tem uma grande função no sentido de reduzir esse processo de desindustrialização do Brasil, aumentar o valor da nossa produção, produzindo internamente, e não ficar vendendo tora, vendendo *commodity* e coisa desse tipo.

Complementando aqui – já estou finalizando –, é preciso entender também que uma política de ciência e tecnologia não se resolve por si só. Ela tem várias implicações. Essa é a política explícita, que pode estar colocada e tendo aí seus órgãos específicos. Porém, existe uma série de outras políticas na Nação, no nosso País, que prejudicam essa política. Ou seja, quando se dá com uma mão, tira-se com a outra. Por exemplo, juros altos, câmbio sobrevalorizado e a insegurança jurídica, que foi comentada aqui várias vezes, são elementos que precisam ser tratados juntamente com aqueles voltados para o aumento da produção de conhecimentos para serem aplicados e implementados.

Nós usamos a expressão: inovação significa novas ideias, implementação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. José Carlos, pela contribuição que traz a este debate.

Vamos começar a ouvir os Senadores.

A primeira inscrita é a Senadora Vanessa. Mas, antes de passar a palavra à Senadora Vanessa, também farei algumas poucas observações sobre o comentário dos nossos convidados.

Em primeiro lugar, o Sr. Paulo Mol Júnior, representando a Confederação Nacional da Indústria, colocou uma questão que considero relevante comentar.

Embora o Brasil tenha aprovado, recentemente, e foi um avanço, a Lei de Inovação, que permite uma interação maior entre a comunidade acadêmica, institutos de pesquisa e o setor produtivo, o fato é que nós não conseguimos constituir ainda, no Brasil, um ambiente de inovação, uma cultura de inovação, e nós temos inúmeros entraves de toda ordem, entraves jurídicos por parte das áreas jurídicas do setor público, que não compreendem a necessidade de um tratamento diferenciado para a questão da inovação, como propõe a própria lei. Há uma dificuldade de implementação da legislação em função de não haver uma cultura de inovação.

Por outro lado, a legislação brasileira – e eu tenho a impressão, a convicção de que o Congresso Nacional precisa rever isso, especialmente no que se refere às instituições acadêmicas e científicas – tem procurado dar uma importância maior aos processos formais do que aos resultados dos esforços empreendidos para o desenvolvimento científico e tecnológico. E há uma distorção enorme do ponto de vista da valorização das carreiras criativas, das carreiras tecnológicas por outras carreiras que são igualmente importantes, mas que não podem ser tratadas diferentemente. Ontem, eu participava de um debate no CDS da Universidade de Brasília e isso foi muito colocado. Hoje, grande parte dos nossos jovens que estão sendo formados nas carreiras tecnológicas, nas engenharias das universidades, em física, em química, em matemática, muitas vezes deixa de seguir as carreiras para as quais foram formados, para a qual houve um investimento público para sua formação, pois muitos deles em universidades públicas, deixa de seguir suas carreiras para fazer concurso para o Banco Central, para o Ministério Público, para a Controladoria-Geral da União, para o Senado, enfim, para carreiras muito bem remuneradas, e nada contra isso. Apenas seria importante que essas carreiras estratégicas ligadas ao desenvolvimento tecnológico também fossem igualmente valorizadas, para que pudessem absorver recursos humanos qualificados. Essa é uma distorção que o Brasil precisa enfrentar.

O segundo comentário, lembro-me que o início da legislatura passada, eu tinha acabado de me eleger Deputado Federal, nasceu sob os auspícios das conclusões do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas e teve no Prof. Carlos Nobre um dos representantes do Brasil, junto com a Profª Mercedes Bustamante e outros. Lembro-me, naquela ocasião, salvo engano numa reunião da Comissão de Mudanças Climáticas, que o Prof. Carlos Nobre apontou duas vertentes importantes que o Brasil deveria perseguir no que se refere à questão das mudanças climáticas: o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, no sentido de reduzir as emissões, de mitigar as emissões, e o outro de adaptação às mudanças climáticas. E, aí, mais uma vez, vem a importância do nosso tema "inovação para a sustentabilidade", no que se refere à biodiversidade.

Ainda algumas semanas atrás, lançamos aqui o sistema de informações da biodiversidade brasileira em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente. Mas entendo que o conhecimento dessa biodiversidade e o hoje Secretário, pesquisador da Embrapa, o Eduardo Assad, se refere ao Cerrado como o maior laboratório de genes do mundo. E, aí, estou citando o Cerrado para dizer, nessa agenda apresentada aqui, que achei muito interessante, apresentada pelo Prof. Carlos Nobre, da agricultura sustentável, como o conhecimento, num cenário de mudanças climáticas, de aquecimento global, a importância de utilizar os genes de plantas do Cerrado, e são 4400 plantas endêmicas, que só existem no Cerrado, para garantir a produtividade e a adaptação da nossa agricultura, da produção de alimentos aqui, no Cerrado, já que essas plantas estão adaptadas há milhões de anos a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperatura.

Do ponto de vista da segurança alimentar, ou seja, da produção de alimentos de qualidade e até de alimentos funcionais, que é uma nova vertente que vai crescer muito, certamente, da agricultura, da nutracêutica, enfim, ou seja, a compatibilização de determinadas funções nos alimentos, nesse aspecto, em aumentando-se a produtividade contribuir para estabilizar a área a ser utilizada pela agricultura, concordo inteiramente com o Prof. Carlos Nobre. Eu tinha me referido, antes de o senhor chegar, Professor, que os dados mostrados pela Embrapa na discussão do Código Florestal demonstraram isto: que a forma mais eficiente, mais inteligente de reduzir a pressão sobre os novos biomas é através da inovação tecnológica, aumentando-se a produtividade. E eu me referia à área utilizada pelo rebanho brasileiro de 200 milhões de hectares de pastagem, ou seja, duplicando a produtividade do nosso rebanho pecuário, poderemos liberar com o mesmo rebanho 100 milhões de hectares para o crescimento da agricultura e da agroenergia.

A questão da redução em 30% das emissões do setor agrícola que considero também com plantas adaptadas ao Cerrado com manejos, com a menor utilização de fertilizantes, podemos contribuir para isso, e também a redução de 70% para 60% no uso da água, já que estaremos falando de plantas adaptadas a longos períodos de estiagem porque são plantas do Cerrado. Portanto, acho que essa é uma agenda estratégica e fundamental para que o País persiga os objetivos apresentados pelo Prof. Carlos Nobre.

E, finalmente, eu gostaria de ouvir a opinião dos nossos convidados sobre a constituição de novos parâmetros para medir o desenvolvimento. O Senador Jorge Viana tem falado bastante disso, inclusive deveremos realizar uma audiência pública proximamente na Comissão de Meio Ambiente para discutir especificamente isso, mas é consenso o Produto Interno Bruto é absolutamente insuficiente e até equivocado, eu diria, para medir o desenvolvimento dos países. Basta registrar que, se um país produz armamentos e faz guerra, isso está contribuindo para o aumento do seu Produto Interno Bruto. Certamente, isso não está

contribuindo para a construção de uma humanidade melhor, de um mundo melhor. Portanto, nós precisamos constituir, construir novas metas, novas métricas de medição do desenvolvimento que possam aliar as questões econômicas às questões sociais e às questões ambientais.

Nesse sentido, eu gostaria de saber dos senhores – eu ouvi comentários sobre isto – e especialmente do Prof. Carlos Nobre se o Ministério da Ciência e Tecnologia está financiando algum tipo de pesquisa no sentido de buscar a constituição de novos indicadores ou de novos parâmetros para a construção de novos indicadores de desenvolvimento dos países.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos e passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. Vamos ouvir os Senadores e, em seguida, passarei a palavra novamente aos nossos convidados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço a V. Exª, Senador Rodrigo.

Quero cumprimentar, desde já, todos os convidados que aqui estão e dizer que é uma alegria poder ouvir todos.

A Rio+20 talvez esteja sendo o tema de maior debate nesta Casa, não apenas na Comissão de Meio Ambiente ou na Comissão de Mudanças Climáticas, cujo Relator aqui está, o Senador Sérgio, mas também em todas as Comissões que têm priorizado, de forma extremamente correta, penso assim, o debate desse tema.

Há alguns dias, encerrou em Nova York a reunião que já deveria ter aprovado o texto básico, mas não foi possível chegar a um consenso, a um acordo, e nova reunião para o final deste mês ou início do mês de junho já está marcada. Isso mostra como nós estamos tratando de questões polêmicas, extremamente polêmicas, mas extremamente necessárias também de serem enfrentadas.

O Dr. Nobre, meu querido amigo, uma pessoa que eu admiro muito, resistiu a dar-me cópia do manifesto dos cientistas. Nós precisamos ter um manifesto também dos parlamentares, Senador Rodrigo; isso é importante. Mas eu insisti em obter o manifesto, mesmo todo rabiscado, porque achei muito interessante quando ele fazia a leitura.

Quero destacar aqui o item 7, o finalzinho do que os cientistas elencam no item 7. "Nós propomos que sejam reportados, regularmente, o capital natural e o capital humano em adição ao capital econômico, a riqueza inclusiva de uma sociedade." Essa é a sociedade socialista, não é a sociedade capitalista. Essa é a sociedade socialista – não é verdade? –, livre de todos os seus defeitos. Como mudar o padrão de consumo? No fundo, é isso que estamos discutindo. Não é o padrão de produção; é o padrão de consumo, porque a produção é ditada pelo próprio consumo e vice-versa.

Deixando de lado a minha convicção plena de que nós só estaremos construindo um ambiente melhor, um mundo melhor quando a exploração não fizer parte do centro da sociedade, quando o lucro não for o principal objetivo da nossa sociedade – não tenho dúvida disso –, nós vivemos nesta sociedade em que o lucro é que manda, em que o capital financeiro é que manda. Olha a confusão aí para baixar as taxas de juros. Olha a confusão tremenda em que a Presidenta colocou o Governo, de forma correta, de forma justa.

Senador Rodrigo, nós estávamos, no início do mandato da Presidenta – lembra, Senador? –, numa reunião com PSB, PCdoB e PDT em que ela falou, do começo ao fim, só sobre os juros, e nós saímos de lá um pouco incrédulos com a possibilidade ou com a capacidade ou com as condições que teria – isso aconteceu no início do ano passado – a Presidenta para enfrentar efetivamente a mudança na política de juros. O que é a política de juros? Canaliza tudo, canaliza todos os recursos produzidos para o capital, um capital parasitário. Nós nunca alcançaremos a universalização do acesso ao Água Segura, por exemplo, caso se mantenha esse sistema.

Enfim, reconhecemos que é neste sistema em que vivemos. Ainda vai demorar um pouco para mudarmos essa lógica da sociedade. E o que fazer nesse sistema? A sustentabilidade. O que é possível fazer para garantir uma economia mais sustentável?

Eu li outra matéria importante, divulgada no dia de hoje na imprensa, de que a Cúpula dos Povos já se manifestou agora formalmente, Senador Rodrigo, contrária à econômica verde. Mas depende. O que é mesmo economia verde? Eu participei aqui de n debates sobre economia verde, muitos debates sobre economia verde. O que é? Tem uma teoria com início, meio e fim? Não tem. É algo que está em construção. Eu não tenho dúvida disso. Então como ser contra? Nós não podemos confundir economia verde com mercado de carbono, nós não podemos confundir – vai para muito além disso –, como também não podemos confundir os REDD, que são mecanismos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação só com mercado. Não é isso; são outros... Nós não temos um sistema de REDD plenamente estabelecido no Brasil, mas nós temos políticas que apontam para esse sentido.

Então eu acho que, primeiro, é isto, nós não podemos ser contra algo que ainda não está plenamente formatado, visível ou de forma palpável, definida. Não podemos ser contra, eu acho que é um equívoco isso. Tenho dito em vários debates que tenho participado que isso é uma construção. Economia verde fala em

inovação, é isso, porque é inovar, precisamos inovar os métodos para ver como diminuímos os impactos ambientais. Falar em inovação é falar em ciência e tecnologia.

A teoria é muito bacana. Eu dizia ontem, em um pronunciamento a respeito da decisão da Presidenta Dilma, que já anunciou a construção de mais 1.500 creches – foram 1.500 num primeiro momento mais 1.500 agora para chegar à meta das 6.000 – que, no Brasil, nós mudamos a LDO – educação é um direito de todos e um dever do Estado –, nós ampliamos a educação desde zero ano de idade, o nascimento, até à formação, que é bonito o texto escrito na Constituição, mas de pouca valia se ele não tiver ações que o torne realidade para a sociedade. Essas medidas que estão sendo adotadas tem se transformado em realidade.

Então a sustentabilidade não é fácil de encontrar, mas nós precisamos ir, passa a passo, encontrando mecanismos. Eu concordo que na área de energia nós alcançamos um bom patamar – 45% –, mas não podemos parar, temos que seguir melhorando a nossa base, a nossa matriz energética, temos que seguir nesse caminho. Agora, quando falamos de diversidade biológica, nós somos o maior do mundo e, ao mesmo tempo, talvez, um dos mais atrasados. Eu insisto em dizer, Dr. Nobre, infelizmente os investidores das pesquisas no Brasil não são agências brasileiras, pelo menos nos institutos públicos. Um instituto da minha cidade, o Impa, a maior parte das pesquisas lá desenvolvidas – a gente está conseguindo mudar um pouco – ainda é de organizações internacionais WWF e várias outras que financiam as pesquisas. Inclusive, a maior de todas, do clima, é financiada pela Nasa, que o Dr. Nobre também, outro pesquisador irmão do Dr. Carlos Nobre, faz essa investigação importante lá na região.

Então nós precisamos trazer isso como prioridade para a nossa pauta. Se a Rio+20 fizer isso, é uma evolução fantástica. Temos um Centro de Biotecnologia na Amazônia, todos os senhores já ouviram falar? Que não funciona. Funciona a meia trava, com bolsa. Esse é o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Cobrei da Ministra e vou continuar cobrando porque não adianta só falar, porque a fala tem que se traduzir em ações, e são essas ações. Tem que ter muito dinheiro ali, tem que ter uma prioridade ali. É claro que o fruto não será colhido agora, mas nem no médio, e eu diria, nem no longo prazo vamos colher frutos; e poderemos colher frutos importantes. Acho que temos que aproveitar esse momento, assim como os pesquisadores fizeram o seu manifesto, para fazermos o nosso, que vá desde a visão mais ampla, mais teórica, geral da questão até questões extremamente pontuais, possíveis de serem encaminhadas nesse momento exato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Senadora Vanessa Grazziotin.

Próximo inscrito, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria cumprimentar a todos e agradecer o privilégio de poder estar aqui na Comissão de Meio Ambiente, debatendo aquilo que precisa se enraizado no Brasil e, de alguma maneira, estamos procurando, cada um a sua maneira, debater o que podemos, o que devemos fazer e o que esperar da Rio+20. E aqui no Senado, em várias comissões, temos procurado ouvir cientistas, representantes dos mais diferentes setores da sociedade com esse propósito. Aqui hoje a gente dá sequência a esse trabalho, a partir de iniciativa do Senador Rodrigo e também dos que compõem a Comissão de Meio Ambiente no Senado.

Eu, particularmente, acho que, para não termos maiores frustrações, nós deveríamos entender quais são os desafios do mundo de hoje, um conjunto de problemas que o mundo está vivendo e que se acumulam. Certamente, fica difícil estabelecer um desligamento geral e irrestrito de todos os líderes, ou dos sujeitos desse processo que o mundo vive se livrarem dos seus problemas e pensar os problemas de todos. E seria fantástico termos um momento de sensatez, de lucidez, mesmo que fosse por poucos dias na Rio+20, que será realizada em uma cidade maravilhosa, num ambiente... Nosso País talvez seja um dos poucos países do mundo que está adequado para receber a Rio+20, por conta do momento e da fase que estamos experimentando com o crescimento, a inclusão social, a inovação, a democracia. O Brasil hoje reúne condições que poucos países reúnem para sediar o evento. Ao mesmo tempo, o Brasil é parte do bloco de países que são a perspectiva de um mundo diferente; são os países em desenvolvimento.

Da Rio 92 para cá, o mundo parece de ponta-cabeça. O mundo é outro, literalmente. A situação, obviamente, é outra, o século é outro, o milênio é outro, mas o mundo é outro. Eu começo a me preocupar também porque, quanto mais debatemos, mais parece que cada um quer a sua conferência; cada um quer a conferência para chamar de sua. Eu acho que são importantes as manifestações, é importante esse documento lido pelo Carlos Nobre. Sobre boa parte dos desafios que o mundo vive hoje nós devemos, por precaução, consultar a ciência, consultar aqueles que se dedicam a estudar com mais profundidade, com embasamento técnico-científico os problemas que estamos vivendo. Mas, de certa forma, os problemas não se prendem só aí. Todos sabemos que uma conferência como esta tem maior ou menor importância pela análise do peso

político que terá. Convencionalmente, o mundo vem tratando assim.

A Rio 92 teve um peso político muito importante. Obviamente, quando ela se encerrou, o noticiário foi muito pessimista: que não se havia decidido o que era para decidir, que os resultados não estavam bons. Mas hoje há quase um consenso no Brasil e no mundo de que os resultados foram muito bons. O que se fez na Rio 92 foi muito interessante, mas havia o elemento político lá colocado.

Nesta conferência agora, estamos correndo um sério risco de ter diminuída a força política. Angela Merkel, a Primeira-Ministra da Alemanha, está tendo problemas agora, acabou de perder parte da eleição em seu país, e que tem significado importante, está dizendo que não vem. A dirigente da maior economia da Europa dizendo que não pode vir. Todos nós sabemos que a eleição dos Estados Unidos está batendo à porta e que existe possibilidade concreta, os sinais começam a ser dados, de o Presidente Obama também não vir. Ora, se os dois não vêm, a gente começa a ter um componente que não é muito bom para o que queremos. Queremos uma conferência em que os líderes mundiais... Aliás, foi mexida um pouco, porque havia uma cúpula no México, foi alterada para que se pudesse ter os interlocutores políticos mundiais.

É óbvio que alguns pregam a tese de que se hoje nós tivermos um razoável entendimento entre China, Índia, Brasil, África do Sul e Rússia, já se teria uma base política importante. Mas eu penso que não. Acho que a velha Europa está ali; nos Países Baixos temos exemplos interessantíssimos de uma modelagem de desenvolvimento que se aproxima do que a gente entende como sustentável. Eles não têm peso político, mas têm o peso de terem experimentado mudanças muito significativas. Então, eu acho que é a soma de tudo isso que pode nos trazer uma conferência de sucesso.

Com essa situação que a gente vive hoje – a Senadora Vanessa estava falando sobre isso –, de fato, para mim, uma preocupação maior é que nós não podemos cair na armadilha de todos nós querermos a nossa conferência. De acordo com o cenário que a gente é capaz de analisar, que conferência a gente pode ajudar a fazer acontecer? E aí entra um aspecto importante sobre o qual ela estava falando: eu acho que nós temos dois enormes desafios.

Pelo lado meramente econômico, a situação não está boa nem para quem consome, nem para quem produz no mundo. Não está boa. É uma questão econômica pura e simples. Nem estou pondo a componente social nem a ambiental a princípio. Do ponto de vista econômico, as coisas estão complicadas. A inovação é permanente. Eu uso um equipamento como este aqui. Não pude comprar o iPhone 4 e já não vou comprá-lo, porque eu já vi no YouTube o lançamento do iPhone 5. Esse aqui vai ficar muito velho, pesado, antigo, do século passado. Já veio o iPad 3, e também eu não comprei o iPad 2. Não deu para comprar e já não vou comprar em hipótese alguma, porque é absolutamente inovador o outro.

Eu imagino como é para quem trabalha nessa área. Eu li, uma época, toda a biografia do Steve Jobs. Ele falou, quando foi demitido da Apple: "Eu vou fazer filme como Branca de Neve, porque o pessoal faz Branca de Neve, demora setenta anos e aquele filme vira uma história. E eu tenho que inventar um negócio a cada três, quatro, cinco meses. E se eu não encurtar o prazo no futuro, eu vou ficar envelhecendo todo dia".

Essa coisa da inovação também não tem qualquer sustentabilidade do ponto de vista temporal. É uma corrida maluca. Eu conversei, alguns anos atrás, com o Eugênio Staub, da Gradiente. E ele me falou: "Se eu não vou três vezes por ano à China" – faz uns oito anos que ele conversou comigo e olhe o que aconteceu com a Gradiente nesse período! –, "se eu não for pelo menos três vezes à China, eu vou desaparecer do mapa". O problema é que a Gradiente praticamente desapareceu do mapa, mesmo ele indo várias vezes à China.

Então, do ponto de vista tecnológico, eu acho que a comunicação é a inovação mais interessante que nós conquistamos no Planeta. Aí podem-se incluir as redes sociais, como queiram. Realmente aí nós fizemos uma revolução muito grande. Mas o nosso padrão de consumo está longe de ser, de nós indivíduos, da sociedade, o ideal. E o padrão de produção também. Nós temos um desencontro danado.

Gente, boa parte disso que eu estou falando não depende de governo. Repito: não depende de governo. Aliás, os governos são sempre muito atrasados em relação ao setor privado, ao setor produtivo e também à sociedade. Eu tenho falado aqui no Senado que acho que os governos são muito atrasados – eu estou falando no geral – em relação ao social, por exemplo; em relação ao ambiental nem se fala. Em relação ao desenvolvimento, tecnologia, inovação, também não se fala. Não estou querendo com isso desprezar governo, porque os governos estabelecem políticas e essas políticas fazem a condução do processo.

Sexta-feira ganhei o dia. Passei a manhã inteira na Embrapa Acre com quarenta cientistas, pesquisadores, metade deles acreanos, pessoas que, graças à sua dedicação, desenvolveram importantes bases para o que a gente pode chamar de um desenvolvimento razoável e sustentável no Acre e que vire referência na Amazônia. Os dados estão lá, as publicações também.

Vão da pecuária ao manejo florestal. São referência. E isso está disponível, está sendo incorporado pelo setor produtivo, está indo também ao consumo.

Eu acho que o elemento-chave desse processo todo é como nós lidamos com os desafios que o mundo tem de buscar a inovação, mas fazendo, ao mesmo tempo, um enfrentamento correto na soma de forças para poder ver se a gente muda o mundo para o século XXI.

Eu queria pôr aí só um elemento e, se pudesse, ter o comentário de cada um. Nós tivemos, na semana passada, um bom encontro aqui sobre a Carta da Terra. Eu distribuo a Carta da Terra aqui no meu gabinete e no Acre há muitos anos e acho que ali tem princípios, tem o caminho apontado que, no fundo, é a base de todas as conferências. Estão ali na Carta da Terra. Certamente o que está na Carta da Terra está no manifesto da comunidade científica, que acabei de ler. Ela está presa também a princípios que estão ali. Para os governos que querem ser sustentáveis, as empresas que querem ser sustentáveis, o consumidor que quer ser responsável do ponto de vista socioambiental também a Carta da Terra é um bom guia. Então, nós já temos. Demorou cinco anos a elaboração da Carta da Terra.

Eu queria pedir um comentário indo nesse propósito. Nós temos falado aqui no Senado... O Senador Rodrigo Rollemberg já levantou... Eu estou apresentando uma tese de que se a Rio+20 colocasse um desafio novo para o mundo em vez das novas três conferências, em vez da Agenda do Milênio, que avançamos bastante como consequência da Rio 92, de o mundo encontrar um novo indicador que não seja mais o PIB. É simples. O mundo hoje é guiado pelo PIB. A gente lê jornal todo dia e vê notícias como a Bolsa andou, o PIB, se as empresas estão indo bem ou mal pelo PIB. Hoje está aí o PIB da Alemanha. Ela cresceu no primeiro trimestre 0,5%. Isso está mexendo de novo com os mercados positivamente. A Argentina cresceu 8,8% no ano passado. A Argentina está indo bem. A Argentina está indo bem e o Brasil está indo mal porque cresceu só 2,7%.

A Presidente ontem lançou um programa fantástico com o Ministro da Educação, a Ministra da Ação Social, o Ministro da Saúde, que é o de cuidar das mães e incluir dois milhões de famílias que vivem numa situação de miséria absoluta. Aí nós nos guiamos, ainda, pelo PIB.

Outro dia, eu li que o PIB foi criado em 1930, e o criador dele em 1932 já estava criticando-o. Ele disse: "Não usem isso que eu criei para aferir se uma sociedade está indo bem ou está indo mal, se um país está indo bem ou está mal porque só pela conta isso não funciona". E não tem como funcionar. Isso é elementar isso. Depois ele ganhou o Nobel de Economia e um mês atrás, há menos de um mês veio o que criou outro Nobel de Economia, indiano – esse era russo –, que criou o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, que é algo que procura ser um pouco mais próximo da realidade. Eu, por exemplo, já fui à Unesco reclamar do IDH, porque, no Acre, a equipe do IDH vai ao Município e levanta se lá há creche e não leva em conta que a metade da população do Município é constituída de índios, que vivem numa situação muito melhor do que os não índios em determinados aspectos e aquilo ali não conta porque não está na carta. Ele mesmo fez duras críticas ao próprio IDH que ele criou. Mas isso não nos deve desanimar.

O certo é que, depois da Rio+20, o mundo vai seguir se guiando pelo PIB? Se em vez de querermos fazer uma governança global e criar um consenso global e querermos que cada país assine a mesma carta... Eu acho cada vez mais complexo isso principalmente num cenário socioeconômico e ambiental em que o mundo vive. Do ponto de vista ambiental e da sustentabilidade, acho um importante avanço e vamos avançar mais porque também há uma relação com o consumo e os consumidores estão ganhando consciência e obviamente os negócios têm que atender o consumo. Acho que aí há uma relação positiva.

O que eu queria indagar era: o mundo vai seguir guiando-se pelo PIB a partir da Rio+20? Se nós colocássemos isso, a comunidade científica, as pessoas que tiveram o privilégio de ganhar o Nobel de Economia, os cientistas sociais, todos juntos, trabalhando, quem sabe não poderíamos ter algo que pudesse nos levar ao que seria a base do desenvolvimento sustentável, porque aí não estaria só o econômico; estaria o ambiental e também o componente social.

Era isso que eu queria dizer para ouvir um comentário dos senhores. O que poderia suceder o PIB? Será que está na hora de fazermos isso, ou vamos completar cem anos de PIB num mundo que é cada vez mais insustentável e cada vez mais desafiador, porque são sete bilhões de pessoas – a população vai chegar a nove bilhões de pessoas – e boa parte dessas pessoas ainda não têm água, não têm alimentos básicos e muito menos acesso ao que é elementar na formação da cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, caros Senadores, senhores palestrantes, expositores que compõem a Mesa, eu ouvi o Sr. Carlos Nobre dizer que 30% dos gases de efeito estufa vêm da agricultura e da pecuária; os outros 70% de onde vêm?

Ouvi também que 70% da água é utilizada pela agricultura. Eu queria saber de V. Sª se há dados sobre se esse uso da água é feito de maneira correta ou não; se, no meio rural, a água é mal utilizada e é mais poluída do que no meio urbano, porque, ao que me parece, os rios são muito mais sem vida no meio urbano e, no meio rural... Pelo menos ao que me parece.

Por fim, nesse ponto ainda, dependendo da forma como a água é utilizada, se nós teremos um problema de fornecimento no meio rural no futuro, ou se a água é realmente renovável, passando por um ciclo em que há uma utilização, há uma evaporação, há uma migração para os grandes rios, oceanos, uma evaporação, e ela acaba voltando ao Planeta. E se, no meio rural, ela volta de uma maneira mais pura ou no meio urbano.

É importante que se diga isso, porque, se não, parece que há uma criminalização, um peso sobre a produção. E, por outro lado – aí dentro da tecnologia e da inovação, Senador Rodrigo Rollemberg –, eu percebo que, no campo da indústria e também no campo da mobilidade urbana, da utilização do solo urbano, nós, no Brasil, estamos muito atrasados em relação ao resto do Planeta. No meio rural, eu percebo que nós evoluímos muito nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à tecnologia e à inovação, agregando valor e melhorando a produtividade. Segundo um dado comentado recentemente pelo Senador Blairo Maggi na Comissão de Agricultura, há vinte anos, eles produziam qualquer coisa em torno de 1.800 kg de grãos por hectare; hoje, passa de 10 mil kg de grãos por hectare.

Há um avanço da agricultura sobre florestas? Eu percebo que há. Eu acho que o Brasil tem metas ousadas nesse sentido. Mas há um avanço do Brasil muito mais na pesquisa de desenvolvimento agropecuário. Hoje a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – está em dezenas de países e está em quase todas as unidades federativas no Brasil, e ela demonstra que a pesquisa e a inovação é realmente uma solução. E o Brasil percebeu, tão somente agora, que precisa também de uma Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial, criando-se a Embrapi.

Há um dado de que, no Brasil, em 2000, a balança comercial agropecuária representou US$20 bilhões. Em 2011, US$86 bilhões! Nos anos 80, a produção industrial no Brasil era cinco vezes maior do que a dos Tigres Asiáticos juntos; hoje, eles são cinco vezes maiores do que o Brasil! Então, essa estagnação do Brasil no que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento industrial se deu por quê? Eu gostaria de ouvir de V. Sªs: foi porque os países asiáticos foram mais prudentes? Investiram corretamente no campo da inovação, da tecnologia? Ou porque o Brasil deixou de investir? Qual a razão disso?

Dentro do que disse o Senador Jorge Viana, é importante que se perceba que é impossível imaginar a nossa vida sem a tecnologia e a inovação. Voltemos aos anos 80, quando não tínhamos acesso à Internet, ao telefone celular, não tínhamos computador; o máximo que nós tínhamos de agilidade em comunicação, de documentos, era um fax; em 1993, eu assessorava o então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Sr. Orlando Pessuti, e nós tínhamos um único fax na Assembleia Legislativa do Paraná, em 1993, um único, havia um setor específico para isso. Há quantos anos? Vinte anos. Isso não é nada. Não é nada! E o Brasil e o mundo mudaram tão rapidamente! Talvez seja aí que o Brasil tenha pecado: não pensou.

Nós temos – a Senadora Vanessa estava aqui até agora há pouco – a Zona Franca de Manaus, que cuidou um pouco do desenvolvimento tecnológico, mas eu percebo que o Brasil, de fato, está acordando, mas está acordando atrasado? Ainda dá tempo? Vamos ter passos e pernas para alcançar os demais que estão à nossa frente?

Percebeu-se que, além de termos uma Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial, precisamos também capacitar nosso cidadão, e abriram-se bolsas para o mundo, para cidadãos brasileiros estudarem no entorno do Planeta. É esta a solução? E a palavra de ordem sempre é sustentabilidade, porque nós temos de imaginar que nós precisamos de produção de alimentos com sustentabilidade e nós precisamos de produção de energia com sustentabilidade, nós temos de ter a sustentabilidade do social, do econômico. Então, nós temos de pensar como é que vamos ser amanhã e depois de amanhã.

Dentro do que foi colocado, não me lembro se foi pelo Paulo, acho que sim, no que diz respeito à energia hidrelétrica, eu gostaria de saber... Não foi colocado isso, eu tenho uma pergunta: dentro da produção de energia, a energia hidráulica é a energia, num comparativo global, aí considerando impacto ambiental, emissão de gases, é a energia renovável mais prudente e constante? Porque nós temos, por exemplo, a energia eólica, que dizem ser a mais limpa, mas ela não é constante, ela serve numa sazonalidade. É a solução?

A biomassa é a solução? Porque a transformação da biomassa em energia, hoje, evoluiu muito. Sou de um Estado, o Estado do Paraná, que a utiliza muito, talvez seja um dos maiores produtores de biomassa do Brasil. Visitei, esses dias, o interior do Estado, propriedades onde se cultiva a madeira, e eles aproveitam até mesmo o galhinho da folha, até mesmo a raiz, tudo isso transformado, triturado e utilizado na formação de energia – lógico que a madeira mais nobre é utilizada para outro fim. O Paraná tem a maior floresta de *pinus*

do Brasil e uma das maiores de eucalipto. Então, nós falamos em energia, mas é impossível nós pensarmos em energia sem biomassa.

Nós estamos discutindo, aqui no Senado Federal, agora, na Comissão de Agricultura, o marco regulatório dos biocombustíveis, e se discute o etanol de segunda geração, que é o etanol do bagaço da cana, num processo molecular de transformação, e assim por diante.

Mas são essas as soluções? Isso é sustentabilidade?

Deixo essas perguntas a V. Sªs.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Senador Sérgio Souza.

Consulto os Senadores Cícero Lucena e Anibal Diniz se querem fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, vou submeter ao Plenário a inclusão, extrapauta, de um requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, que requer, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participação, na qualidade de representante da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, no Seminário Internacional sobre Resíduos Sólidos, com o tema "Alternativas Tecnológicas para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos", que se realizará dia 16 de maio, próxima quarta-feira, na cidade de Recife, PE, conforme convite anexo.

Aqueles que concordam com a inclusão, extrapauta, do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o requerimento a ser apreciado:

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 43/2012-CMA

Requer, nos termos do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participação, na qualidade de representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal, no Seminário Internacional sobre Resíduos Sólidos com o tema "Alternativas Tecnológicas para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos", que se realizará dia 16 de maio, na próxima quarta-feira, na cidade de Recife, PE, conforme convite anexo.

Autor: Senador Cícero Lucena.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos retornar ao nosso debate, ouvindo, inicialmente, o Sr. Henrique Lian.

O SR. HENRIQUE LIAN – Obrigado, Senador.

Apesar da riqueza das questões, procurarei ser breve para não tomar o tempo dos meus companheiros de Mesa, focando-me um pouco nas observações do Senador Jorge Viana no que diz respeito ao PIB e do Senador Sérgio, na questão energética.

No ano passado, trabalhamos durante seis meses com algumas organizações parceiras e com as nossas 1.500 empresas associadas no sentido de formular um posicionamento do instituto para a nossa atuação na comissão nacional para a Rio+20, buscando influenciar o documento em alguns tópicos e também diretamente a ONU como entidade acreditada.

Nesse sentido, chegamos à conclusão de que uma boa contribuição era pensar o desenvolvimento sustentável do ponto de vista do seu planejamento, do seu financiamento e na mensuração do seu progresso. Isso por um lado. E por outro lado, da sua governança em nível global.

Na questão do planejamento, o nosso posicionamento fechou com incentivo aos países para que tivessem planos nacionais de desenvolvimento, cada um com a sua característica, com a sua potencialidade, com a sua ambição. E que dessa soma de 193 planos nacionais de desenvolvimento, a ONU tivesse parâmetros de melhores experiências, de *benchmarking,* também para conduzir a sua liderança global.

Quanto ao financiamento, vemos a necessidade de um fundo de financiamento global de desenvolvimento sustentável. Na verdade, não faltam recursos, mas uma alocação competente desses recursos. Os países vêm abdicando da prerrogativa de planejar o desenvolvimento, mas não têm abdicado do ônus de pagar a conta de um desenvolvimento insustentável.

Cito que a 84ª sessão da ONU, anterior, portanto à Rio 92, aprovou um investimento de 0,7% do PIB dos países ditos desenvolvidos da área da OCDE, em desenvolvimento sustentável do mundo em desenvolvimento ou do mundo emergente. Em valores atuais, isso corresponderia a mais ou menos a US$500 bilhões anuais. Esse valor nunca foi efetivamente investido.

Entretanto, com a crise econômico-financeira, apenas no ano de 2008 a 2009, o resgate a uma meia dúzia de instituições norte-americanas e inglesas resultou em um investimento de US$18 trilhões. Dinheiro esse que vem dos países, capitalizando o Banco Mundial e o FMI.

Então, é preciso voltar a planejar e investir no financiamento do desenvolvimento sustentável na medida da ambição necessária.

Quanto à mensuração do desenvolvimento, concordando plenamente com o Senador, o PIB não tem esta qualidade de mensurar o desenvolvimento global. Na verdade, ele nunca pretendeu ir além da mensuração do crescimento econômico, o que faz com bastante competência, o que não é suficiente.

Recentemente, o ex-presidente da França...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para ajudar.

O SR. HENRIQUE LIAN – Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Se a base da conferência é o desenvolvimento sustentável, não estou nem entrando no mérito do combate à pobreza, como vamos mensurar isto? Baseado no PIB? Vai ter um elemento novo? Seria muito interessante, mas enfim...

O SR. HENRIQUE LIAN – Perfeitamente.

Recentemente, há uns quatro ou cinco anos, o ex-presidente da França Sarkozy reuniu uma comissão de notáveis para pensar um novo indicador além do PIB, *Behond GDP*. Essa comissão tinha nada menos do que o Amartya Sen, o desenvolvedor do IDH e Prêmio Nobel de Economia, o economista Stiglitz, e o Fituci. Era uma comissão tríplice que chegou a alguns indicadores, mas não fechou um novo modelo de mensuração. Quem conseguir mensurar, será provavelmente o novo Nobel de Economia. E esse Nobel de Economia pode não estar necessariamente no MIT ou na London School of Economics, mas pode estar no Brasil, na África do Sul, pode estar em Bangladesh.

A nossa proposta é que as Nações Unidas incentivem os países a desenvolverem cada um a sua metodologia e que da soma dessas diversas experiências uma comissão da ONU de altos estudos possa chegar a um novo indicador.

Meu tempo está estourado, então abro mão de falar de energia. Só uma breve consideração, Senador, sobre a questão energética.

O Brasil é o sonho do mundo na questão energética. Numa matriz energética total, quase 50% é renovável; numa matriz elétrica, mais de 80% é renovável, por conta de uma base hidrelétrica que é renovável. No entanto, por conta do seu impacto ambiental local, que é importante, já que gera uma quantidade de energia que nenhuma outra fonte é capaz de gerar – uma hidrelétrica competente pode gerar até 30 megawatts por quilômetro inundado –, há alguma reação ambientalista a novos licenciamentos ambientais de hidrelétrica, o que acaba, por segurança do sistema, incentivando investimentos em energia fóssil, que tem um impacto local...

(*Interrupção do som.*)

O SR. HENRIQUE LIAN – Entendemos que manter a base hidrelétrica da matriz brasileira é fundamental justamente para o crescimento das novas renováveis de natureza intermitente, como a eólica que o Senador mencionou, também a solar e o crescimento de biomassa que é a nossa maior potencialidade.

Faz-se urgente o diálogo social, coordenado pelo Governo, evidentemente, sobre qual matriz queremos e podemos ter, sob pena de engessarmos novos investimentos em hidrelétrica e acabarmos caindo num REDD de uma energia fóssil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Henrique Lian, pelas contribuições trazidas a este debate.

Quero registrar que estou destinando cinco minutos apenas para, quando toca a campainha, dar uma noção de tempo. Mas todos podem ficar absolutamente à vontade para responder aos questionamentos.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Mol Junior, Diretor de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. PAULO MOL JUNIOR – Vamos começar pelo tema do PIB porque isso me faz lembrar o fim da década, na época da eleição do Presidente Kennedy. Ele tomou isso como tema principal, começou a querer bater no PIB. O discurso dele eu tinha até decorado. Hoje, já passou o tempo, já não lembro mais. Mas, em rápidas palavras, ele dizia o seguinte: "Olha, o PIB mede tudo, menos o que é importante. O PIB não mede a alegria das nossas crianças, não mede a solidez das nossas instituições, não mede a saúde das nossas famílias, não mede a alegria dos povos. Não mede nada. Ele mede tudo, menos o orgulho que temos de ser americano". Ele terminava e todos batiam palmas, aquela coisa toda. Ou seja, esse era um discurso muito forte contra a mensuração da riqueza vinda pelo PIB.

O PIB, na verdade, se propõe a medir a riqueza do país. É tão simples quanto isso. Agora, o que acontece? Na verdade, começou-se a perceber que existe uma forte associação entre a riqueza *per capita* e os indicadores sociais. Então, quando se tem, por exemplo, o Amartya Sen fez o IDH, o IDH quase que é idêntico ao PIB *per capita*, quase 60% ou 70% do peso do IDH é PIB. Quer dizer, aí tem expectativa de vida – mas quando você olha expectativa de vida e renda *per capita* são dois indicadores que são muito atrelados –, escolaridade e renda *per capita* você vê que são muito atrelados. O que começou a acontecer? Obviamente, ele não é uma medida exata do bem-estar de um país.

Agora, quando você olha em termos de associação, você faz uma associação entre o PIB e os outros indicadores sociais, você vai ver que existe uma grande correlação. Então, por simplicidade, acabou por se

utilizar muito o PIB *per capita* para outros indicadores. Obviamente, ele não é perfeito de forma nenhuma, mas ele dá uma indicação bastante positiva, por isso que ele foi tão longevo e utilizado com tanta insistência por todos.

É difícil imaginar outro indicador, quer dizer, desconsiderar esse indicador. E ele é utilizado à exaustão. Quer dizer, hoje, quando o governo fala que somos a sexta economia do mundo, você está utilizando o PIB. Esse é um indicador que é visceral. Pode-se utilizar outros, mas desconsiderar o PIB pode ser algo muito perigoso. O da moda agora é o Butão, que criou a felicidade bruta, quer dizer, a ideia de se medir a questão de felicidade de outra forma, que é talvez a forma alternativa ao PIB. Certamente, indicadores sociais são importantes, mas, na hora que se colocar e confrontar com o que tem de PIB, não sei se vai ser tão diferente assim. Mas vale a pena o esforço.

Com relação à questão de inovação, só tenho a comentar um ponto, Senador Rollemberg, quando se fala da questão da Embrapa. Olhar as quatro mil bioespécies existentes no Cerrado para fazer a pesquisa é extremamente importante, mas bate naquela questão: as espécies do Cerrado são patrimônio da biodiversidade brasileira. Então, para se fazer essa pesquisa, é preciso passar por todo processo de pedir liberação do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genérico) e tudo o mais. Isso também é algo que precisa ser pensado, ou seja, em rápidas palavras, muitas vezes, a questão da biodiversidade no Brasil, obviamente, é importante, em termos de pesquisa e valor de recurso, mas tão importante quanto a questão dos recursos é a questão do marco legal, de que forma a estrutura se dá. Na verdade, hoje, a Embrapa, pelo menos do que tenho notícia, como é o caso da Fiocruz, como é o caso de outras empresas públicas, um dos grandes desafios dessas empresas é ter condições de fazer a pesquisa no Brasil da biodiversidade. Então, se temos espécies vegetais ou animais que são mais adaptadas, que são objeto de pesquisa, embora sejam objeto de pesquisa, a pesquisa em si para esses produtos acaba sendo muito mais complexa por falta de um marco legal especificamente para isso.

É o mesmo caso do instituto que a Senadora falou no Amazonas. É difícil em grande parte. Pelo marco legal, é a dificuldade que você tem de levar pesquisadores, deslocar do eixo Centro-Sul para o Norte-Nordeste. Esse é o grande desafio, é algo que tem que ser colocado como desafio nacional, de que maneira você pode proporcionar esse deslocamento de pesquisadores de alto nível para essas regiões menos desenvolvidas no Brasil.

Então, o trabalho realmente é muito complexo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Paulo Mol Júnior.

Passo a palavra ao Prof. Carlos Nobre.

O SR. CARLOS NOBRE – Começo, primeiro, pela observação do Senador Rollemberg. É uma observação importante, Senador, que o senhor trouxe aqui, é um desafio para a agricultura.

Se o setor agrícola, principalmente o da pecuária, conseguisse ter feito o progresso no uso racional e na produtividade da pecuária que nós conseguimos como país em redução da mortalidade infantil, o Brasil estaria muito na frente. Nós reduzimos em 50% a mortalidade infantil em dez anos. Se o setor conseguisse aumentar a produtividade da pecuária em 50% em dez anos, o Brasil estaria em outro patamar. Então, é correto sim, Senador, a sua observação, 200 milhões de hectares com ainda uma baixa ocupação. Como o senhor sabe muito bem, não é o caso do seu Estado, mas o senhor conhece muito bem, é menos talvez que a média brasileira.

Este é um grande desafio: 200 milhões de hectares estão disponíveis, é uma área já utilizada, não há nem mercado mundial para proteína animal, para a carne, se a gente conseguisse dobrar ou triplicar, o que é perfeitamente possível. Então esse é um caminho, a pecuária é supertradicional, é uma indústria importante mundial e certamente no Brasil. O Brasil é potência agrícola, segundo produtor mundial de alimentos, segundo exportador de alimentos. Nos próximos anos, será o primeiro exportador; talvez, em dez anos, o maior produtor. A agricultura é fundamental, o Brasil é e continuará sendo uma potência agrícola, mas precisa aumentar a eficiência da produção.

Aí, Senador, sigo também a linha da importância de ciência e tecnologia para que o Brasil descubra esse outro potencial. O Henrique já falou, e também o colega da CNI, que é o potencial econômico da nossa biodiversidade. O senhor trouxe muito bem a questão do Cerrado, é verdade. As plantas do Cerrado já são mais adaptadas. Há extremos ambientais, seja de falta de água, seja de temperatura em comparação com Mata Atlântica, Amazônia, Pampa, Araucária, por razões que seria longo aqui me estender. Então, é um laboratório nacional de adaptabilidade ao que vem pela frente em mudança climática e um enorme potencial.

Em 20 segundos, já temos o exemplo de como utilizar esse potencial. Os senhores devem saber que hoje a indústria do açaí, lá da Amazônia, terra do Senador Jorge Viana, já vai daqui a pouco bater, se já não bateu, a indústria da madeira na Amazônia. O açaí, há dois ou três anos, num estudo que foi feito, já era uma indústria de US$1,8 bilhão de dólares. Muito em breve vai bater a madeira porque o potencial do açaí,

que é um nicho de mercado mundial, é muito grande. Uma indústria da biodiversidade brasileira que ainda tem uma agregação de tecnologia relativamente modesta, mas um enorme potencial econômico. Esse é um exemplo, Senador. Se o senhor pegar todas as espécies de que hoje nós já temos uso, do Cerrado e mais as da Amazônia, isso tem uma escala econômica que é muito maior que muitas indústrias tradicionais da agricultura.

Este é o grande potencial do Brasil nesse sentido, o uso da nossa biodiversidade em toda a escala, inclusive na escala de ciência e tecnologia mais ampla, que é a escala dos fármacos, cujos retornos são muito grandes, mas também um investimento em ciência, tecnologia e inovação é muito maior e o risco também é muito maior. Então o Brasil tem que acordar definitivamente para que esse seja um dos seus grandes potenciais.

Vou aproveitar também e tentar, muito brevemente, responder à pergunta do Senador Sérgio, quando ele fala dos investimentos da desindustrialização, da preocupação com a primarização da nossa produção e exportação, que é uma preocupação de todos. Temos um colega aqui da CNI, que se referiu a um marco legal. Eu acho que é um pouquinho mais complexo do que isso.

Em países altamente desenvolvidos, quem investe em desenvolvimento P&D é a indústria. O Brasil investe 0,65% em P&D pública e 0,50%, em privada. Dá 1,19%, dados de 2009; é 0,57%, dá 1,19%%, 1,20% – dados de 2009. Nós temos uma meta no plano Brasil Maior e na estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação de chegar a 1,80% até 2015. Porém, quando a gente olha todos os outros países desenvolvidos, grande parte desse investimento é da empresa privada, empresa inovadora. Aqui se falou muito de inovação. Não é só um problema de marco legal.

Nós podemos aceitar que, historicamente, talvez no passado, o marco legal para incentivar as empresas a inovar fosse menos adequado ou não ideal. Mas isso vem mudando ao longo dos anos. Existe, sim, uma questão de cultura empresarial. Até o nosso colega já relatou o fato de que às vezes não fazemos muita inovação brasileira, mas adaptamos coisas que já foram feitas fora. A invenção é feita fora, nós adaptamos com bastante sucesso, às vezes. Existe, sim, uma questão de cultura empresarial que é realmente investir. A Coreia investe 2,4% do PIB privado e mais 0,5%, 0,6%, governamental. Então, essa é a resposta.

Eu também queria responder ao Senador Sérgio sobre os dados de água. A questão aqui, Senador, longe de tentar criminalizar – e obrigado pela colocação, que me permite explicar –, não há dúvida de que, em muitos países do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, o uso da água urbana modifica muito a qualidade da água, prejudica a água e, depois, acaba ficando muito caro melhorar essa qualidade da água para o abastecimento humano. O senhor está totalmente coberto de razão. Na área rural, também quando o uso de fertilizantes é indiscriminado e não científico, a qualidade da água também é prejudicada.

Hoje, 70% da água disponível superficialmente para todos os usos humanos são utilizados na irrigação, o que é muito bom porque aumenta a produtividade. E jamais alguém vai ser contra isso. A questão é a seguinte: se a gente colocar a curva do uso agrícola da água – irrigação, projeção para os próximos anos e o aumento da produção agrícola –, esse número não vai ficar em 70%, vai para 80%, para 85%. E aí nós temos um problema grave: não há água de superfície para todos os usos – abastecimento humano, abastecimento animal, irrigação e indústria. Então, todos esses indicadores de melhoria da eficiência do uso dos recursos naturais visam a chegar às metas de produção de alimentos para todas as pessoas do mundo, nove bilhões daqui a algumas décadas, com o uso de menos água. É só uma questão de eficiência. Só. A continuar na meta que eu apresentei, que é apenas um número, é 60% em 2031. Ainda assim, a irrigação utilizará mais 50% da água de superfície, mas, vamos dizer assim, produzindo muito mais, utilizando água. Isso, do ponto de vista técnico, é perfeitamente exequível. São os métodos mais modernos de irrigação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Secretário Carlos, eu sou da Comissão de Mudanças Climáticas e sou relator este ano. Percebo que os estudos que nós temos indicam que as intempéries climáticas serão cada vez mais constantes no tempo e no espaço. E há uma predisposição de ampliar as áreas de irrigação, principalmente no Sul, que é algo que não é palpável, não é perceptível, hoje, do ponto de vista da irrigação em grande escala. Hoje, a irrigação no Sul se concentra em hortifruti. No Nordeste, sim, nós temos as grandes áreas irrigadas. Se passar a acontecer isso no Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, está se pensando isso gigantemente, então, a água vai para o proveito da agricultura, para o incremento da produtividade, talvez, no Brasil, ela venha a crescer. É uma atividade que a gente percebe que vem desde muito. Estamos acostumados a ver em filmes o rio Nilo, no Egito. As áreas férteis são as áreas irrigáveis próximas ao rio.

Acho importante se trabalhar isso. No entanto, para produzirmos alimentos para nove bilhões, em 2050, sem desmatamento ou com a diminuição de desmatamento, numa mesma área, aí, talvez, vamos ter

que cuidar das intempéries climáticas, porque a terra está ali. A terra é um substrato. Depende do clima e da precipitação para ela produzir alimentos. Muito obrigado.

O SR. CARLOS NOBRE – Sem dúvida, e não há nenhuma discordância de seus pontos. Esses números que trago são números mundiais. O Brasil, relativamente falando, usa menos água na agricultura do que outros países, como China e países da América do Norte e da Europa.

O Brasil tem bastante água. A mudança climática, aparentemente, já está mudando a variabilidade, os extremos. O Rio Grande do Sul é um bom exemplo que o senhor trouxe. As secas, nos últimos doze anos, estão acontecendo. A medida natural de adaptação às mudanças climáticas é buscar diminuir o risco dessa variabilidade, e irrigação é um dos mais importantes. O Brasil é um caso à parte. Esse número que eu dei é um número global.

Só para concluir, também quero mencionar que uma das metas em agricultura sustentável é a redução das emissões em 30%. Mas essa é uma meta perfeitamente exequível, do ponto de vista técnico-científico – por exemplo, a agricultura de baixo carbono, programa do Governo brasileiro. Agora, já para combustível de energia, combustíveis fósseis para gerar energia, as metas são muito rigorosas. Eu não citei todas, mas é uma redução de 80%.

Eu vou ficar por aqui porque vários colegas já falaram do PIB, e eu acho que não vou me estender muito. Se houver uma nova rodada, eu falo um pouco do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Tem tempo, só falta mais um convidado.

O SR. CARLOS NOBRE – Os colegas já falaram com bastante propriedade sobre o PIB.

Respondendo a sua pergunta, Senador, se, depois da Rio+20 o PIB continuará sendo o grande indicador, o mais importante indicador, como aqui já mencionado, o PIB espirra e é uma gripe na economia mundial, ou de um país. Essa sensibilidade eu acho absolutamente não exagerada. Eu não acho que essa sensibilidade é econômica. Eu acho que essa é uma sensibilidade de grupos de interesses, que conseguiram fazer o PIB se tornar algo mais de valor psicológico, vamos dizer assim, do que econômico. O senhor já bem lembrou que há outros elementos. Aqui no Brasil, se a gente melhorar a condição social da população brasileira – foram lembrados aqui exemplos recentes, como o programa das creches, o Brasil Carinhoso –, se a gente atacar essa questão e o PIB brasileiro crescer 2,7% e 3% e não 8%, o Brasil vai ser um país muito melhor.

O Butão, um país que também tem problemas, é um país pobre, foi já para outro extremo. Mas essa questão dos índices de felicidade ou variações dos índices de felicidade não é só do Butão, não. O Butão ganha muita visibilidade na mídia porque é um país pobre, um país longe. Esses índices estão começando a ter muito impacto na Europa Ocidental, que não cresce tanto, mas a qualidade de vida sempre sai em primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto. Todos os indicadores de qualidade de vida são Escandinávia, Alemanha, os países da Europa Ocidental.

Não que medir o produto da economia vai deixar de ser importante. Agora, por que isso regula tanto todas as outras relações importantes que existem na sociedade? Então, como desensibilizar o PIB, eu acho que a Rio+20 tem um papel, sim. Não é só gerar o próximo Prêmio Nobel, que eu acho difícil, porque são tantos e tantas as maneiras, mas é colocar menos peso, talvez, nas decisões de país. E quando um país estiver olhando para as suas políticas públicas, o seu avanço, não deve olhar só o PIB. O PIB, tudo bem, mas há outros indicadores, que talvez não sejam globais. Quais seriam para o Brasil? Temos que pensar.

O Brasil, que é um país de imenso capital natural de energia, sem dúvida, e de biodiversidade também, como eu destaquei e defendo, devia olhar outros indicadores. E o Brasil, especialmente, devia começar a quantificar o capital natural, o potencial positivo, por exemplo, o açaí, e vários exemplos similares, e também as externalidades, o que estamos reduzindo desse capital natural, em função do uso exagerado, às vezes, do recurso natural, inclusive os não renováveis, e o que isso significa para o futuro sustentável do Brasil.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Dr. Carlos Nobre. De fato, isso é o que o mundo deve buscar. Ao fazer este debate, acho que não devemos nos desvincular, de jeito nenhum, da atividade econômica; ao contrário. O problema é como incorporar, além dela, o socioambiental, que é uma agenda tão importante e que o Brasil hoje trabalha.

Eu passaria, rapidamente, para as considerações do Dr. José Carlos, para que pudéssemos rapidamente – o Senador Rodrigo pediu um tempinho para ficar ali na bancada – encerrar esta audiência.

O SR. JOSÉ CARLOS BARBIERI – Obrigado.

Quero começar respondendo à pergunta do Senador Jorge Viana se nós vamos continuar usando PIB depois da Rio+20. É claro que vamos continuar, por várias razões. Em primeiro lugar, porque o PIB é uma medida para comparação entre países. Essa é uma questão que vai continuar acontecendo. Ele, realmente, não é um indicador bom, já foram apresentadas, aqui, pelos colegas, suas deficiências, porém, ele continua sendo usado, por várias razões. Uma delas é porque ele um indicador cômodo, está certo? Todos os Esta-

dos já criaram uma infraestrutura interna para gerar o PIB mensal, semestral, trimestral. Essa é uma questão que já está consolidada.

Há muitos anos, há mais de trinta anos, a ONU vem desenvolvendo, incentivando – e há grupos de pesquisadores criando indicadores –, tentando gerar indicadores melhores. Há economistas importantes, como Herman Daly e Constanza, que já criaram dezenas de indicadores. Quando a gente olha, verifica o seguinte: bom, esse indicador, de fato, mede muito melhor, ele considera questões ambientais, sociais e econômicas, leva em conta a depleção do recurso natural e coisas desse tipo. Só que eles não são implementados, em grande parte, porque a estrutura dos Estados, para gerar essas informações, para que esses indicadores possam ser utilizados, não ocorre ou, se ocorre, ocorre com uma defasagem. Por exemplo, há vários indicadores criados que precisariam, digamos assim, de três, quatro anos de análise. O indicador que está saindo para o ano de 2012 só vai sair em 2015 em função das diferentes informações de que eles precisam. Por isso o PIB é tão resistente, ele tem resistido a todos esses anos, inclusive resistiu até à crítica do seu próprio criador, que foi o economista Kuznets, o gerador dele, em 1937.

Com relação à pergunta do Senador Sérgio a respeito da pesquisa industrial, nós precisaremos também pensar, já que estamos falando aqui na necessidade de juntar a inovação com sustentabilidade, em metas para a pesquisa de modo geral. Por exemplo, nós não podemos querer avançar em nada com esses números muito reduzidos de pesquisa realizada só pelo Poder Público – a maioria é feita por universidades públicas, instituições públicas. Agora estão criando uma Embrapa para a área industrial. Mas isso não tem a eficácia que se espera se o setor privado, que é aquele que incorpora, de fato, a inovação, não estiver investindo significativamente em pesquisa e desenvolvimento para inovação. O que as empresas fazem, de modo geral, e essa é a realidade da nossa indústria, é fazer inovações que já ocorreram em outros lugares, com as adaptações.

Inovação diruptiva é muito difícil fazer – e se faz pouco aqui no Brasil – porque depende de pesquisa e desenvolvimento, não só alguma parte que venha ser feita pelo setor público, como, fundamentalmente, pela própria empresa. Como o conhecimento vai ser aplicado para um objetivo específico da empresa, ela é que tem que fazer. Por isso, quando a gente vê as estatísticas relacionadas com os países que avançaram muito mais com o Brasil – o exemplo que se costuma dar é o da Coreia –, a gente verifica que a parte mais significativa do gasto de pesquisa e desenvolvimento global do País não é público, mas é das próprias empresas. É muito diferente no caso da agricultura. A agricultura, realmente, necessita de pesquisa mais pública, em função de várias razões que não vou apontar aqui.

Com relação à questão da matriz energética, há vários estudos que mostram que a energia hidráulica é muito importante. Devemos continuar trabalhando com ela, porém, é preciso que os projetos sejam avaliados de forma integral. Mesmo uma pequena usina hidrelétrica, quando é feita em certos lugares, afeta outros biomas. Pegue, por exemplo, o regime do Pantanal, que depende do regime do Cerrado. Se começarem a fazer uma série de pequenas hidrelétricas, vão acabar modificando uma série de questões do regime fluvial da região do Pantanal. Então, a hidrelétrica é fundamental, mas não pode ser feita de forma atabalhoada. Tem que se fazer estudos de impacto ambiental corretos. Não tem que ser apenas uma questão de gerar energia a qualquer custo.

Por outro lado, o Brasil tem que, necessariamente, pela sua condição, investir na energia de biomassa, na energia eólica, na energia solar, porque temos condição para isso, e podemos fazer com que a nossa matriz energética tenha alguma coisa como 80% de energia renovável.

Eu acho que essas questões são importantes e, para encerrar, gostaria de dizer que, dentre as metas que poderíamos estabelecer para 2030, como foi colocado aqui, a maioria delas relacionada com a agricultura, dever-se-ia se colocar também metas para ampliar a participação do setor produtivo privado industrial na produção de conhecimento científico e tecnológico aplicado às inovações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Prof. José Carlos.

Quero agradecer, mais uma vez, a presença dos nossos convidados. Tivemos um debate da melhor qualidade na manhã de hoje. Agradeço também a participação de todos os Senadores que nos prestigiaram e lembro que, na próxima terça-feira, o nosso debate continua, tendo a Rio+20 como motivação principal. O tema será “Cidades Sustentáveis”.

Quero registrar que, neste momento, está ocorrendo, na Presidência do Senado, o lançamento do novo Portal Transparência do Senado. Todos os Srs. Senadores estão convidados.

Mais uma vez, agradecendo, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada, às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 8 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, FLEXA RIBEIRO** e o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA,** destinada a discutir os temas em foco no evento RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com ênfase no assunto "Cidades Sustentáveis", em atendimento ao Requerimento nº 07/2012-CMA. Comparecem os seguintes convidados: Renato Balbim – Coordenador de Produtos do Departamento de Estudos, Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Eduardo Rombauer – Membro do Colegiado Executivo do Movimento Nossa Brasília; Elizabeth Pereira – Professora do Centro Universitário UNA; Celso Santos Carvalho – Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **EDUARDO SUPLUCY, RODRIGO ROLLEMBERG e ANA RITA**. Os convidados respondem as perguntas feitas e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente audiência pública busca discutir os temas em foco no evento Rio+20, com ênfase no assunto "Cidades Sustentáveis", em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2012, da CMA.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa: o Sr. Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades; a Srª Elizabeth Pereira, professora do Centro Universitário UNA. Registro que ainda estamos aguardando a presença do Sr. Renato Balbim, Coordenador de Produtos do Departamento de Estudos, Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Ipea, que confirmou presença; e do Sr. Eduardo Rombauer, membro do Colegiado Executivo do Movimento Nossa Brasília.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados; registrar a presença, sempre assídua, da Senadora Vanessa Grazziotin, e registrar que este é mais um evento que faz parte do ciclo de debates sobre a Rio+20.

Já tivemos aqui a presença da Ministra Izabella Teixeira; já tivemos um debate sobre inovação para a sustentabilidade; também um debate sobre a economia da sustentabilidade, sobre energias renováveis para a sustentabilidade. E não poderíamos deixar de debater uma questão muito presente para um país como o Brasil, com um índice de urbanização extremamente elevado, que são as nossas cidades sustentáveis.

Portanto, agradeço... Temos imensos desafios no que se refere às nossas cidades, à questão da mobilidade urbana, à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do empoderamento dos comitês de bacias hidrográficas, da implementação efetiva da Política Nacional de Recursos Hídricos; a agenda, também, das construções sustentáveis, da prevenção de acidentes e desastres naturais. Enfim, uma série de questões extremamente importantes nesse debate que, certamente, os especialistas convidados têm uma contribuição muito significativa para dar.

Mas eu não poderia, no início deste debate, deixar de fazer um comentário sobre as manchetes dos

jornais de hoje, todos eles ressaltando o programa, lançado pelo Governo, de redução de IPI para a compra de automóveis. Isto me parece, mais uma vez, um contrassenso. Ao invés de estarmos investindo numa política de inovação tecnológica, numa agenda de inovação tecnológica e em atividades de baixo carbono, o Governo, através de instrumentos de ampliação do consumo, e buscando um objetivo legítimo, justo, que é a garantia do emprego e a garantia do crescimento econômico, está mais uma vez estimulando o consumo de automóveis, o que, certamente, torna as nossas cidades cada vez menos sustentáveis, além de ser um veículo que emite uma quantidade imensa de gases de efeito estufa, enfim, na contramão do que estamos buscando discutir aqui e construir uma economia de baixo carbono.

Importante ressaltar também que essas medidas de redução do IPI, especialmente para a indústria automobilística, acabam sendo medidas concentradoras do desenvolvimento para a Região Sudeste, onde está grande parte das indústrias automobilísticas. E que toda vez que reduzirmos o IPI, estaremos a reduzir o bolo de recursos que são redistribuídos, através do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, para os demais Estados da Federação.

Portanto, também me parece uma medida concentradora do desenvolvimento.

Feitas essas observações, vamos iniciar o nosso debate, ouvindo inicialmente a Professora Elizabeth Pereira, do Centro Universitário UNA, a quem agradeço mais uma vez pela presença.

A SRª ELIZABETH PEREIRA – Bom dia, Senador, bom dia Dr. Celso, bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite, esta oportunidade de apresentar o trabalho que nós vimos fazendo na área do aquecimento solar e fazendo um recorte para o Programa Cidades Sustentáveis.

Pode passar.

Em relação ao aquecimento solar, a gente vive um momento que eu chamo único no Brasil, porque é a primeira vez que nós temos realmente concentradas todas as funções, todos os grupos e os órgãos de Governo que trabalham e têm um papel importante no desenvolvimento da energia solar no Brasil.

Há dois anos foi criado o GT Solar Térmico. Ele é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação expressiva de todos os Ministérios afins – Ministérios das Cidades, da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, o Mdic – e vários órgãos que cooperam para o andamento deste trabalho.

Pode passar.

A Ministra Izabella veio aqui, e estamos em fase final de aprovação. Ela já fez a primeira leitura do plano estratégico. Como disse, é a primeira vez no Brasil que nós temos uma meta para o setor da energia solar térmica, que seria, até o ano de 2015, totalizaríamos 15 milhões de metros quadrados instalados. Isso é um desafio muito grande, porque, até hoje, temos sete milhões de metros quadrados, o que corresponde a um esforço, nestes próximos quatro anos, de mais de oito milhões; é praticamente dobrar tudo o que já foi feito. Esse plano estabelece ações na área de políticas públicas, de capacitação, de inovação, informação em *marketing*, com a criação de uma plataforma solar.

Pode passar.

Como disse, o mercado brasileiro tem um crescimento sólido. As colunas em azul representam aquilo que foi instalado a cada ano, e a linha vermelha, a área acumulada. Ano passado, houve um crescimento mais modesto, da ordem de 7%, mas totalizando sete milhões de metros quadrados de coletores instalados no País.

Pode passar.

Que tecnologia é essa? Basicamente nós trabalhamos com tecnologias que nós chamamos de coletores fechados, que são para a aplicação banho. Então, a gente tem um projeto de casas populares e de um hospital à direita, e aquecimento de piscinas. Eu coloquei até uma foto do Palácio da Alvorada, onde o aquecimento de piscina é feito com energia solar.

Essas as tecnologias dominadas hoje no País.

Pode passar.

Eu fiz uma pesquisa no Programa Cidades Sustentáveis, em todos os eixos e os indicadores, e identifiquei aqueles eixos em que se teria uma aplicação mais direta do aquecimento solar: planejamento e desenho urbanos, bens naturais comuns, equidade, justiça social, cultura e paz; economia local, consumo responsável; do local para o global.

Então, eu vou trabalhar em cada um desses eixos, mostrando aos senhores o que já foi feito. Acho que o mais importante é a gente destacar que essa é uma tecnologia nacional, dominada pelo mercado nacional, com geração de emprego local, que é uma coisa que nós consideramos muito importante, e já certificado pelo Inmetro, desde 1997.

Então, é uma tecnologia que a gente pode considerar confiável.

Pode passar.

Bom, dentro de planejamento urbano, qual é o indicador importante? Seria o consumo de energia dos edifícios públicos municipais por metro quadrado. Bom, claro que existem diversas ações de eficiência energética que começam pela avaliação dos contratos vigentes no fornecimento de energia elétrica, esse

é um nicho de economia muito imediato. Medidas de iluminação eficiente, controle do ar condicionado, geração descentralizada de energia, por cogeração e por trigeração. Aí, destaquei o aquecimento solar de água em hospitais, em clínicas municipais públicas e escolas. Então, seria o uso do aquecimento solar nesses edifícios públicos.

Pode passar.

Aqui temos o caso muito emblemático do Hospital João XXIII, em Belo Horizonte. Trata-se de um projeto da Cemig, e foi colocado um sistema de aquecimento solar de oito mil litros, com uma área de 104 metros quadrados. É muito importante chamar a atenção para o fato de que esse sistema atende a área de queimadas. Não sei se os senhores sabem, mas, para os queimados, o ideal é que eles tomem banhos mornos duas vezes ao dia. Isso aumenta muito o conforto, reduz muito o tempo de internação. Como os hospitais têm contas de energia sempre muito altas, isso é evitado.

Então, depois que realizamos esse projeto – esse hospital atende somente casos de queimados –, houve uma redução no tempo de internação, uma melhoria, um conforto muito maior, redução de medicamentos. Então, o impacto é muito positivo e sabemos que essa tecnologia poderia ser disseminada nos hospitais de todo o Brasil.

Pode passar.

Aqui temos o exemplo de uma escola onde se pode usar o aquecimento solar no vestiário, no refeitório, no aquecimento de piscina. Isso também vale para equipamentos públicos de lazer.

Pode passar.

Como bens naturais, os indicadores do programa Cidades Sustentáveis, temos o consumo de energia produzida por fontes renováveis e a capacidade instalada do Município. Então, o uso da energia solar é uma fonte reconhecidamente renovável e limpa. Portanto, teríamos uma contribuição importante.

Pode passar.

Aqui temos o indicador, porque há certa dificuldade em correlacionar o aquecimento solar com a geração de energia. Para que os senhores tenham uma ideia, o Brasil tem hoje – como eu disse – sete milhões de metros quadrados instalados, o que equivale a uma produção, uma geração de energia de 5.100 mil megawatts. Para que possamos estabelecer uma correlação, são sete turbinas das 18 turbinas de Itaipu, o que demonstra o impacto que essa tecnologia tem de benefício. Teríamos de ter mais sete turbinas em Itaipu, se não tivéssemos aquecimento solar no Brasil.

Aqui, mostramos o caminho que deve ser percorrido. Em 2010, completamos 36 quilowatts para cada mil habitantes. A Grécia, que é um país tão ensolarado quanto o Brasil, mas muito menor, já tem 266, oito vezes o que o Brasil já tem.

Essa tecnologia é sustentável e dominada, mas ainda está longe do ponto de estruturação. Há realmente necessidade do nosso esforço para que nossas cidades sejam realmente mais sustentáveis.

Pode passar.

Em relação ao eixo equidade e justiça social, cultura de paz há os programas habitacionais. As famílias atendidas por programas habitacionais, unidades construídas, moradias em zonas de risco, domicílio classificados como adequados. Quanto a isso, vou mostrar o impacto que o aquecimento solar produz para essas famílias, para essas habitações de interesse social.

Pode passar.

Em 2000, começamos um projeto em Contagem, na região da Grande Belo Horizonte, um projeto financiado pela Eletrobrás. Aqui temos fotos dos 10 anos desse conjunto, para que vocês possam avaliar a mudança local que ocorre nesses conjuntos.

Pode passar.

Aqui, temos o nível de aceitação. Começamos a execução desse projeto em 2000 e, ano passado, fizemos o Projeto Contagem+10. Para que se verifique o nível de aceitação, em 2005, tínhamos 82% das famílias que consideravam o sistema muito bom e 13% bom. Então, vejam que isso dá 95% de aprovação. Dez anos depois, com alguns problemas de manutenção, às vezes, de uso inadequado, surgiram, mas a gente ainda tem 86% das famílias que consideram muito bom e bom.

Esses números nos motivaram a trabalhar com o Governo. Nós viemos, à época, à Caixa econômica Federal, apresentamos esse projeto. Depois, o Ministério das Cidades foi envolvido e todos esses números motivaram a criação do programa Minha Casa, Minha vida, com aquecimento solar.

Aqui, temos um trabalho que fizemos: a metodologia da implementação do programa Minha Casa, Minha Vida, que foi facultativo no primeiro ano, destinado apenas às Regiões Sudeste e Centro-Oeste, foi considerado um grande sucesso. Para vocês terem ideia, a meta era de 40 mil casas, a gente fez 42 mil casas com aquecimento solar. E ele, então, a partir deste ano, da portaria de julho, passou a ser obrigatório para todas as regiões do País, mas para as casas unifamiliares. Para os prédios, ainda não é obrigatório. É obrigatório só para essas casas.

Eu trouxe um resultado preliminar. Terminamos essa pesquisa na semana passada. Foi uma pesquisa feita pela Caixa Econômica Federal. Escolhemos cinco cidades de todas essas regiões para avaliar se o

nível de satisfação continua sendo adequado e se as famílias estão trabalhando bem com essa tecnologia.

Pode passar.

Eu trouxe algumas fotos; aqui é o PAR Mangueira, no Rio; o Sorocaba, em São Paulo.

Pode passar.

Para vocês verem, 80% das famílias estão muito satisfeitas ou satisfeitas com a tecnologia. É um resultado muito importante. As famílias, realmente, se apropriam dessa tecnologia e isso muda a vida deles. Depois, vou mostrar que há uma redução no consumo de energia em torno de 35%. É um recurso que costumo chamar de bolsa solar, porque a família que ganha até três salários mínimos tem uma economia da ordem de R$50,00.

Os relatos são emocionantes, de como isso tem auxiliado na qualidade de vida, na compra de medicamentos, um supermercado melhor.

Volta um pouquinho.

No eixo economia local, dinâmica criativa e sustentável seria a gente ter uma economia local que seja sustentável. E aí eu vou mostrar um trabalho que acabamos de fazer. Foi um estudo financiado pela Embaixada britânica em arranjos produtivos locais. A gente escolheu, por motivos óbvios, a fruticultura do Vale do São Francisco, porque é uma região muito ensolarada. São mais de 2.800 horas de sol por ano. Eles têm todo um trabalho – estou mostrando naquela foto – de produção de mangas destinadas à exportação. Essas mangas, para serem exportadas, precisam ser tratadas com água a 46 graus.

Pode passar.

As empresas, que a gente chama de *packing house*, de Petrolina e Juazeiro, já são certificadas pelos Estados Unidos e pelo Japão. Mas elas têm um consumo de gás.

Há possibilidade, também, de trabalharmos com os arranjos produtivos locais na substituição de combustíveis fósseis pelo aquecimento solar.

Esse trabalho gerou e está disponível um relatório sobre a pesquisa de campo que foi feita, um guia de implementação técnica e um guia de financiamento par ao setor. A ideia é que a gente passe a trabalhar com o setor produtivo. Hoje, o Brasil tem usado aquecimento solar muito no setor residencial, mas a gente passa a trabalhar com o setor industrial, agregando valor ao agronegócio.

Pode passar.

Em relação também ao desenvolvimento e à economia sustentável, um grande exemplo que nós temos é a região de Porto Seguro, na Bahia, que tem a área do turismo sustentável. São mais de 150 hotéis e pousadas com aquecimento solar. Nós fizemos uma pesquisa de campo, uma avaliação, visitamos os hotéis, fizemos um levantamento, uma radiografia desse setor.

Pode passar.

Olhem para vocês verem: 76% dos hóspedes ficaram muito satisfeitos. Eles nem sabiam que estavam utilizando aquecimento solar, e o nível de satisfação também foi considerado muito adequado.

Pode passar.

E o dos gerentes também. Por quê? Porque há uma economia real na operação e na manutenção dos sistemas nos hotéis.

Pode passar.

Consumo responsável. Então, esse eixo vem falar do consumo total de eletricidade *per capita*. O aquecimento solar vem reduzir o consumo de energia elétrica. O uso de painéis termossolares ainda está em construção no *site*, e a energia total consumida.

Então, o aquecimento solar é, com certeza, um item que vai trazer essa redução, e ele traz uma redução do consumo garantindo e muitas vezes até melhorando o nível de conforto, porque às vezes se restringe, mas se perde o conforto. No caso do aquecimento solar, não. Restringe-se o consumo, mas se garante a qualidade do serviço.

Pode passar.

Aqui, como eu disse, eu trouxe: antes de instalarmos o aquecimento solar em Contagem, nós tínhamos um consumo médio de 130 kWh por mês – isso nas 100 famílias que receberam aquecimento solar. E olhem para vocês verem como ele foi reduzindo e, em 2005, ele estava da ordem de 85%. Como eu disse, houve uma economia de 34,5% no consumo de energia elétrica final da família.

Pode passar.

E o último eixo, que é do local para o global: o total de emissões de CO_2 equivalentes *per capita*.

Pode passar.

Eu trouxe só para vocês verem: essa é a metodologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, que estabelece um fator de emissão média anual. Nós temos uma situação muito particular no Brasil porque a geração de energia elétrica também é renovável, então, a emissão associada a ela é menor, mas, para vocês terem uma ideia, esses 7 milhões de metros quadrados instalados hoje no Brasil evitam 1,5 milhão de toneladas de CO_2 por ano. Então, é um número que a gente também considera que é uma contribuição para a manutenção de uma matriz de baixa emissão.

Como o Senador Rodrigo colocou no início, a gente precisa realmente garantir e até mesmo melhorar a nossa matriz e mantê-la como uma matriz de baixa emissão.

E eu gosto sempre de terminar minha apresentação com esta história. A Dona Lindaura é uma moradora do conjunto de Contagem, que tem o aquecimento solar há dez anos, e ela, outro dia, emocionou-me com esta frase que ela disse: "Eu agora olho para o Sol e sei que ele é meu amigo".

Então, acho que a gente tem realmente um papel importante nesse setor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Professora Elizabeth Pereira, pela contribuição que traz a esse debate.

Já estão conosco também Eduardo Rombauer, membro do Colegiado Executivo do Movimento Nossa Brasília – muito bem-vindo, Eduardo, é uma alegria tê-lo aqui – e também o Sr. Renato Balbim, Coordenador de Produtos do Departamento de Estudos, Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea, cuja presença também agradeço.

Consulto se alguém tem prioridade. (*Pausa.*)

Então, vamos ouvir, agora, o Sr. Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Bom dia a todos e a todas.

Senador, muito obrigado pelo convite.

Cumprimento meus companheiros da Mesa.

A discussão sobre cidades sustentáveis, quando a gente pensa cidades sustentáveis, é uma discussão com múltiplas facetas, como o Senador colocou na abertura desse debate. E, para conversar sobre isso, a gente tem de escolher alguma, uma. E acho que, a partir das várias intervenções, a gente vai reconstruindo esse mosaico.

Vou falar aqui, pelo Ministério das Cidades, de um aspecto que a gente considera fundamental, que é a garantia do direito à moradia na estratégia de construção de uma cidade sustentável.

Próximo.

Vamos tentar construir esse argumento.

Primeiro, é uma característica das cidades brasileiras a irregularidade fundiária, a existência de assentamentos precários, a existência de assentamentos irregulares, onde as pessoas não têm acesso a infraestrutura urbana, aos serviços urbanos, não têm a garantia de posse, um título de propriedade e onde normalmente se vive numa situação de graves impactos ambientais.

Próximo.

Então, quando a gente vê uma foto como essa da Rocinha, no Rio de Janeiro, a gente vê, pela magnitude, que a irregularidade não é um fenômeno marginal ou um fenômeno assessório da nossa urbanização, mas é um fenômeno estrutural, ela faz parte da cidade. A Rocinha é tão parte do Rio de Janeiro quanto a Lagoa Rodrigo de Freitas, quanto Ipanema, Leblon, Gávea. Essa é uma situação estrutural das nossas cidades.

Próximo.

O processo de urbanização que a gente passou nos últimos 60 anos foi um processo em que a sociedade não proveu de moradia legal, regular, adequada a grande maioria da população mais pobre. E como essa população, sem ter uma alternativa de moradia legal, estava na cidade e precisava morar de algum jeito, o caminho que ela encontrou foi construir suas próprias moradias nas áreas onde o mercado imobiliário não podia atuar ou não tomava conta, e normalmente eram as áreas de proteção ambiental. Então, paradoxalmente, a nossa sociedade, por não prover de moradia a população mais pobre, acabou incentivando a ocupação irregular – e da forma mais perversa, tanto para as pessoas vítimas desse processo quanto para o meio ambiente e, portanto, para toda a cidade –, da forma mais perversa, a ocupação das áreas de interesse ambiental: as margens de rio, as encostas íngremes, as áreas de risco, as áreas de proteção ambiental.

Próximo.

Por exemplo, na região metropolitana de São Paulo, a área de proteção de mananciais está ocupada de forma irregular, com sérias carências de infraestrutura e, portanto, poluindo o manancial da nossa maior região metropolitana; ela está ocupada por mais de 1,5 milhão de pessoas em loteamentos irregulares e favelas.

Próximo.

Quando o Poder Público, nesse processo de urbanização, alocou recursos e investiu para construir habitação para essa camada da população, normalmente, em função do preço da terra, construiu nas periferias mais afastadas dos centros e dos locais de geração de emprego. Exemplo: a Vila Estrutural, aqui em Brasília, e vários outros conjuntos habitacionais ao longo do País.

Próximo.

Essa situação faz com que a população, morando distante dos seus locais de emprego, seja obrigada, diariamente, a cruzar a cidade para ir trabalhar e cruzar de volta para casa, gerando uma demanda por transporte, por viagens que contribui para o estado caótico do nosso trânsito e de todo o nosso sistema de transporte coletivo. Para se ter uma ideia, também pegando exemplos de São Paulo, o tempo médio de deslocamento em São Paulo é de duas horas e meia, ou seja, se é média, tem gente que gasta seis horas por dia para ir de casa para o trabalho e do trabalho para casa.

Próximo.

Portanto, eu acho que a gente poderia dizer que talvez a grande contribuição que o Brasil pode dar para a Rio+20 é trazer a tese e discutir a tese de que não é possível se ter uma cidade sustentável se essa cidade não for democrática, se as condições adequadas não forem estendidas para todos. A gente não consegue um bairro sustentável ou um bairro ecológico no meio de uma cidade segregada. É simplesmente uma peça de *marketing*. Não é efetivamente, não contribui efetivamente para a melhoria da qualidade ambiental. E por quê? Porque o esgoto não tratado de uma parte da cidade afeta os mananciais, que afetam a cidade inteira. A falta de transporte coletivo ou a necessidade de grandes deslocamentos advindos de uma urbanização que leva os pobres para as periferias mais distantes gera um impacto no transporte, na poluição do ar, que afeta toda a cidade. Os desastres naturais afetam toda a cidade. Ou seja, acho que essa é a nossa grande contribuição. E, quando a gente fala nisso, a ação do Governo Federal por meio do Ministério das Cidades é voltada para a construção de uma nova política de desenvolvimento urbano nas áreas de transporte, de saneamento, de habitação, de planejamento urbano e, em particular, na questão da moradia.

Próximo.

Portanto, alguns dos desafios encarados pelo Ministério das Cidades são:

1) a questão da concretização do direito à moradia. Isso passa por dois grandes blocos de ação. O primeiro é a regularização plena – urbanística, ambiental, fundiária – dos assentamentos precários. O Governo Federal está investindo hoje mais de R$30 bilhões em urbanização de assentamentos precários no âmbito do PAC;

2) a produção de habitações de interesse social em larga escala. Nosso déficit é avaliado em algo em torno de sete milhões de domicílios. Até 2014, no programa Minha Casa, Minha vida, serão construídos três milhões de unidades habitacionais. No entanto, não basta construirmos unidades habitacionais. Não bastam recursos para construção de unidades e recursos para subsidiar a aquisição dessa unidade pela população de mais baixa renda. É necessário que essas unidades estejam localizadas na área centrais, ou nas áreas onde existem muitos empregos. Novamente trazendo o exemplo da cidade de São Paulo, na zona leste de São Paulo, tem-se 40 moradias por emprego. Na região central de São Paulo, tem-se 40 empregos por moradia. Ora, as pessoas, principalmente os que precisam de emprego, devem morar onde? No centro, onde existe oferta de emprego, ou na extrema periferia e que ele vai precisar ficar três horas no ônibus para chegar ao emprego. Só que o terreno no centro, se não tiver o controle público, se for deixado simplesmente à lei do mercado, é um terreno mais caro, e que não permite, portanto, a construção, de habitação popular.

Nesse sentido, um programa habitacional, além dos recursos do Governo Federal, precisa ser complementado por uma ação municipal de controle da especulação imobiliária e do preço da terra. Instrumentos como a decretação de zonas especiais de interesse social, locais onde a única atividade permitida é a construção de habitação popular, IPTU progressivo, edificação compulsória, alguns instrumentos do Estatuto das Cidades podem, se utilizados pelos municípios, por meio do plano diretor, para diminuir o preço da terra, nas áreas próximas a emprego, permitindo que o Programa Minha Casa, Minha Vida chegue nessas regiões.

Próximo.

Além da questão específica então, da urbanização dos assentamentos precários e da ampliação da oferta de moradias em áreas centrais para a população mais pobre, nós também temos, nas nossas cidades, em algumas das nossas cidades, uma séria situação de risco associada aos desastres naturais. Os exemplos recentes no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, na região serrana do Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em São Paulo, em Salvador, hoje cedo, em Recife, no Rio de Janeiro, em Niterói, em Angra, todo ano, nós temos acidentes recorrentes em uma parte das cidades brasileiras.

Próximo.

Tendo em vista essa questão, eu queria levantar duas questões importantes para as nossas discussões e debates, que têm sido implementadas pelo Poder Público Federal. Primeiro é uma ação do Governo, diz respeito à construção de um programa de gestão de risco e respostas a desastres no PPA 2012 e 2015.

O Governo Federal construiu um programa amplo que vai da elaboração de um mapeamento geológico, execução de obras de prevenção, monitoramento do clima, fortalecimento das Defesas Civis Municipais e fortalecimento do nosso sistema de reconstrução das cidades após os desastres, que envolve a ação articulada de vários Ministérios, Minas Energia, Integração, Cidades, Ciência e Tecnologia.

E tem uma ação, e daí é uma ação do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado, que foi a aprovação da Lei 12.608, recentemente sancionada, um mês e pouco, a 10 de abril de 2012, que cria novo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, onde apontam algumas questões. Principais delas: os Municípios devem se preparar para os desastres naturais.

Em função disso, torna obrigatória uma série de instrumentos de prevenção de riscos a serem incluídas no planejamento urbano Por exemplo, os Municípios que têm graves problemas de deslizamentos vão ser cadastrados pela União e esses Municípios só poderão aprovar um novo parcelamento do solo se eles tiverem uma carta geotécnica que mostre qual é a forma mais segura, que dê as diretrizes para a urbanização mais segura daquele loteamento.

Da mesma forma, esses Municípios são obrigados a fazer o plano diretor e no seu plano diretor, um dos itens do conteúdo mínimo, é uma carta geotécnica que define as condições do meio físico, dos rios e dos morros, que impactam o planejamento urbano e, portanto, fornecem as diretrizes para um planejamento seguro.

Finalmente essa lei torna obrigatório para todo Município que quiser ampliar o seu perímetro urbano, um projeto urbanístico que defina questões como: diretrizes para a proteção ambiental e do patrimônio cultural e histórico; diretrizes para a infraestrutura urbana, para habitação popular, para outros usos e para a prevenção dos desastres naturais.

Próximo.

E finalmente acho que eu colocaria como um terceiro desafio – isso para toda a sociedade – a construção de novas diretrizes para as áreas de preservação permanente urbana.

Próximo.

O que o Ministério das Cidades tem defendido nos debates, no Senado e na Câmara, sobre o novo Código Florestal, por exemplo, é que tenha um regramento específico para as APPs urbanas, em que a gente possa recuperar as APPs, consolidar as ocupações de interesse social existentes nas APPs urbanas, desde que um projeto de intervenção resolva as questões de risco e comprove a existência de melhorias ambientais.

Uma política de remoção extensiva de ocupações de interesse social em APPs seria uma política de enxugar gelo, porque a gente tira as pessoas do local e, não tendo alternativa de moradia, elas são obrigadas a ocupar outro local; e outro local vazio, normalmente, é também um local de interesse ambiental.

A nossa proposta também pensa nas novas APPs. A gente acha que as novas APPs em áreas urbanas, para se manter como uma área de relevância ambiental, elas devem cumprir uma função urbana. E a melhor função urbana para uma APP é o uso coletivo, como espaço de lazer, de contemplação de atividades ao ar livre, espaços livres e áreas verdes.

Bom, o Código Florestal é um dispositivo que ainda está em discussão. Ele foi aprovado no Congresso, na nossa visão, com sérios problemas. O Governo está discutindo alternativas de adequação desse texto, mas as propostas colocadas e debatidas, inclusive nesta Casa, contemplam essas questões que foram defendidas pelo Ministério.

Próxima.

É isso que eu queria trazer para o nosso debate.

Muito obrigado, Senador. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço, Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades. Obrigado pela contribuição que o senhor trouxe a este debate.

Vamos ouvir, agora, o Eduardo Rombauer, membro do colegiado executivo do Movimento Nossa Brasília.

É uma alegria tê-lo aqui, Eduardo, e poder ouvi-lo.

O SR. EDUARDO ROMBAUER – É minha alegria também. Muito obrigado, Senador, pelo convite. Bom dia a todos da Mesa, a todos aqui presentes que estão nos escutando.

Sou um iniciante no tema da questão urbana, mas estou entrando na prática de um movimento de cidadãos de Brasília, no Movimento Nossa Brasília. Sou integrante do Instituto *Vitae Civilis*, em defesa do meio ambiente e da sustentabilidade. Nós estamos participando do Movimento Nossa Brasília, no colegiado executivo.

Vou fazer uma apresentação breve, com alguns dados sobre Brasília, e contar um pouco da experiência desse movimento, pelo convite que me foi feito, e concluir com algumas questões, talvez algumas provocações para esta discussão que estamos aqui tendo hoje.

Pode voltar.

Brasília é um Patrimônio Histórico da Humanidade. Brasília é a primeira cidade do século XX definida como patrimônio e o maior patrimônio histórico do Brasil, com uma população de 2,5 milhões de habitantes, a maior parte urbana, 96%, que tem um índice de higiene nacional que, de 2005 para 2009, recuou de 0,56 para 0,54%.

Então, enquanto higiene nacional recuou, Brasília cresceu de 0,6 para 0,1, ou seja, a desigualdade, em Brasília, está-se aprofundando na contramão do movimento do nosso País.

Próximo, por favor.

A análise apresentada pelo Ipea mostra que Brasília possui uma estável dependência. Noventa e três por cento do PIB local é gerado por serviços e apenas 6% em indústria e agropecuária, participando apenas com 0,5%.

Então, todos os serviços são pagos pelos funcionários públicos. Isso não é muita novidade. Então, eles são maioria? Não, mas, ao mesmo tempo em que eles têm um percentual pequeno da força de trabalho,

eles são os donos da maior renda. Aí temos, em 2001, 32,8%, e foi aumentando para 48,8%, em 2009; ou seja, apenas 17 de cada 100 empregos em Brasília são do setor público. Cada R$100,00 pagos em salário, R$41,00 vão para o bolso de algum servidor do Estado.

Brasília é muito rica. Ela tem 52 anos, e a sua população é bem instruída. Entre os adultos com 15 anos ou mais, a margem de estudo dá 9,6 anos, enquanto a média nacional é de 7,6 anos de estudo. Mas o entorno do núcleo abastado é miserável, e a cidade tem a mais alta taxa de homicídios do Brasil – 121 para cada 100 mil homens, de cada 15 a 29 anos, apesar de os policiais militares locais terem o maior salário, entre PMs do País.

Então, temos aí algumas contradições. E Brasília tem a segunda maior favela do Brasil. Foi apresentado aqui um pouco sobre a Rocinha. O Condomínio Sol Nascente, 56.500 moradores, segundo o IBGE, em 2011, em Ceilândia, que perde apenas para a Rocinha no Rio, com uma população oficial de 69.000 pessoas.

Assim, temos aqui todo esse processo, já apresentado pelo Celso, que é um exemplo bem concreto. Uma taxa de homicídio de 121 pessoas para cada 100 mil habitantes – são 101 homens –, é a mais alta do Brasil. O Centro-Oeste tem 96; o Brasil tem 94.

Podemos seguir.

O Índice de Gini, no DF, é de 0,62, que está bem acima do Brasil, que é de 0,54. Vocês estão vendo aí na tela.

Então, nesse contexto, temos também, além desses dados, uma história política delicada aqui em Brasília – não preciso falar a respeito disso –, de toda uma frustração com as lideranças políticas, toda uma história de denúncias, corrupções; enfim, toda uma imagem que a política local tem, somando à imagem que, infelizmente, alguns políticos criam da política que não é real, a respeito do que se faz em Brasília, qual a noção que os brasilienses e os brasileiros têm da política de Brasília.

Existe um movimento de cidadãos, há cerca de dois anos e meio, que vem se organizando aos poucos, de forma informal, até que, em 15 de março de 2012, resolveu oficialmente lançar o movimento com uma identidade, com uma proposta clara, depois de um ano e meio, realizando reuniões, com quantidades de pessoas interessadas na sua formação e consolidação.

Então, esse movimento faz parte da rede brasileira de cidades justas e sustentáveis. É um movimento mais amplo de cidades que têm propostas semelhantes a essa. São movimentos independentes de partidos, de governos. São organizados por cidadãos e empresas, com organizações da sociedade civil, com associações, enfim.

O próximo, por favor.

Definimos como nosso objetivo promover o protagonismo dos cidadãos e das cidadãs, para que juntos assumam a sua responsabilidade de contribuir para a transformação do Distrito Federal em um território sustentável, justo, democrático e bom para se viver.

Temos esta característica de querer incentivar o protagonismo do cidadão. Isso significa gerar novas iniciativas que envolvam as pessoas com as políticas públicas, mas principalmente fortalecer as que já existem. Em Brasília, nossa sociedade civil ainda é pouco estruturada. Há poucas organizações, poucos movimentos. Entendemos que o importante do nosso movimento é não competir, não ser mais um, mas somar, ajudar os que já existem a se fortalecerem. É um movimento de convergência das iniciativas que pensam as questões não só urbanas, mas, enfim, questões de mobilidade, de águas, culturais, comunitárias, movimentos culturais. Quaisquer temas que tenham a ver com qualidade de vida, sustentabilidade, justiça, democracia, nós queremos ajudar a convergir e a fortalecer.

Próximo.

Como característica, a autonomia. Essa autonomia é a total independência em relação aos governos e partidos.

A abertura à participação, ou seja, queremos que todos os cidadãos que se interessam possam participar, tenham a oportunidade de se envolver.

Promover a aproximação de instituições e pessoas com as políticas públicas e acompanhamento. Queremos, ao mesmo tempo, engajar as pessoas e torná-las mais próximas do Poder Público, sendo independentes, mas oportunizando que elas conheçam o Poder Público e que o Poder Público possa estar mais atento ao que a sociedade civil está organizando, está pensando, está fazendo.

Temos uma gestão horizontal e colaborativa. Nossa dinâmica interna do movimento é bastante horizontal, temos revezamento de lideranças, processos abertos e de autogestão de construção. Por essa mesma razão, temos um processo que vai sendo construído aos poucos. Estamos, desde março, estruturando o movimento. Fomos surpreendidos com o convite, pois estamos caminhando aos poucos, sem muita pressa, para fazermos com calma.

Definimos alguns valores e princípios: participação, desenvolvimento. Aliás, queremos provocar uma discussão sobre o que é desenvolvimento. Esse é um conceito que, nas nossas discussões, percebemos que não está suficientemente consolidado. E vejo isso também fora do movimento. O que é desenvolvimento? Não é crescimento econômico. Não pode ser. Mas o

que é? Essa resposta não está clara. Temos o ensaio de uma resposta para ser discutido mais adiante.

Transparência. Tanto para nós quanto para Brasília, queremos defender a transparência da utilização dos recursos públicos.

Diversidade. Queremos diversificar, ao máximo, a possibilidade de meios, formas e causas de engajamento em prol da qualidade de vida em Brasília.

Cooperação. É o que tentamos praticar entre os movimentos de Brasília. Nós queremos evitar o que vemos em muitas cidades onde a sociedade civil já tem um acúmulo maior, uma história maior, já está mais organizada, onde existe uma dinâmica muito forte de competição entre as organizações e os movimentos. A competição, em si, não é necessariamente ruim, mas quando ela não é complementada com uma cooperação acaba que a própria cidade se fragiliza e cria um vácuo para as más práticas na política.

Então, queremos difundir uma cultura, uma prática de cooperação entre os movimentos e as organizações da sociedade civil, inclusive de cooperação com as boas práticas da política, como esta, que é uma boa prática de diálogo.

Próximo, por favor.

Estamos organizados em quatro grupos de trabalho: dois já estão ativos e os dois outros estão sendo gestados pelos outros dois.

Indicadores de acompanhamento do cidadão. Esse é um projeto-chave que estamos construindo para identificar quais são os indicadores de sustentabilidade, de justiça social, de qualidade de vida para Brasília, quais os indicadores que os próprios habitantes de Brasília desejam para sua cidade.

E nós pretendemos construir esses indicadores, torná-los públicos e gerar compromissos dos representantes públicos de Brasília, Deputados, Governador, com esses indicadores.

O segundo GT é educação cidadã, que vai cuidar, então, de atividades de ordem direta de envolvimento dos cidadãos com os nossos bens públicos.

A partir dessas duas frentes, vamos gerando uma frente de mobilização em torno de um amplo envolvimento dos cidadãos com a causa do Nossa Brasília, com a causa da sustentabilidade, com a causa da justiça social aqui.

Temos também um grupo que protagonizou a formação do Comitê DF na Rio+20. Foi uma iniciativa que espelha bem como queremos atuar em algumas situações. Não foi uma iniciativa publicamente com a identidade do movimento, foi com a identidade das organizações da sociedade civil de Brasília, do Distrito Federal, mas que nós articularmos e para o qual demos apoio. Então, é esse tipo de iniciativa que queremos fazer. São iniciativas de convergência. Nossa primeira experiência foi no Comitê DF Rio+20. Esperamos realizar outras.

Os grupos estão em processo de formação, mas o grupo de acompanhamento/indicadores está com a seta apontada para o acompanhamento da CLDF, do orçamento, além de pensar em projetos para a construção de indicadores.

O grupo de educação cidadã está no início de um levantamento das atividades extracurriculares (horta, reciclagem, etc.), que já acontecem nas escolas; de fazer um mapeamento das atividades extracurriculares em outras escolas, apoiá-las e, por meio delas, fortalecer a comunidade ao redor dessas escolas; e de retomar a ideia de um grande encontro com as organizações e iniciativas culturais e socioambientais no DF. Com isso, tanto as ações locais quanto o movimento se fortalecem. Então, é já iniciar uma sinergia com o que existe no âmbito da educação.

Próximo, por favor.

Nós temos uma rede social, um site numa plataforma de redes, no qual estamos nos organizando virtualmente para dar suporte à atuação virtual. O nosso principal é a ação presencial, mas, no virtual ainda, temos essa rede, temos no *Facebook*, enfim, o normal, o básico que um movimento hoje em dia tem como ferramentas.

Próximo, por favor.

Nós temos o desafio de querer envolver todo o Distrito Federal, os cidadãos, criando núcleos em várias regiões; de ter esses indicadores desagregados para conhecermos, de fato, as diferentes realidades, para entender Brasília, pois existe muito pouca informação sobre a dinâmica social, cultural, humana e ambiental de Brasília; de construir uma pauta que seja importante territorialmente e, ao mesmo tempo, agregue pessoas. Então, tem a palavra-chave aqui do que quero dizer em seguida, que é a territorialidade, o pensar territorial, que eu imagino que, na próxima fala, vamos também ter alguns bons elementos a esse respeito.

Próximo, por favor.

A visão de futuro, então, é a de termos uma Brasília com menos desigualdades territoriais, de renda, de escolaridade, com cidadania e qualidade para todos, vendo a qualidade em todas as políticas públicas como direito humano universal.

Essas são as características básicas do nosso movimento. Como muitos aqui moram em Brasília, fica o convite para participar. Sejam bem-vindos! Nosso endereço está aí: www.movimentonossabrasilia.org.br. Podem se inscrever que estamos, aos pouquinhos, nos organizando e teremos encontros presenciais. E vocês podem participar.

Agora, eu queria fazer uma provocação, já da minha experiência no Nossa Brasília, no *Vitae Civilis* e também junto a alguns órgãos públicos, algumas políticas públicas, para estimular algumas questões.

Por favor, o próximo.

Eu queria trazer essa imagem que é uma imagem que a *Oxfam International* – uma organização da sociedade civil que defende a justiça social há muitos anos, uma pioneira de vários temas que hoje são pautas das políticas públicas – está trazendo para a Rio+20. É a imagem de que o desenvolvimento sustentável, para além daquela questão do tripé economia, meio ambiente e sociedade, nós precisamos construir um conceito de desenvolvimento que realmente consiga integrar as duas grandes questões de fundo que a sustentabilidade coloca, e que são esses dois grandes limites.

Voltando à imagem, temos um limite endógeno: Que limite nós não podemos nos permitir para a nossa própria civilização, para com as pessoas? Na base social, o que é o mínimo que a gente precisa garantir de água, renda, educação, resiliência, emprego, energia, equidade social, igualdade de gênero, saúde? Qual é esse limite básico? Quais são os indicadores? Como a gente os constrói? Como a gente trabalha para que todos tenham inclusão, justiça social e segurança?

O outro limite, o limite externo, é o limite que nos diz para onde nós não podemos mais avançar, onde precisamos nos conter em relação ao uso dos recursos naturais, como as mudanças no uso da terra, as mudanças climáticas, o uso de água doce, ciclo de nitrogênio, poluição química, destruição da camada de ozônio, perda de biodiversidade, enfim. Esse limite ambiental máximo, que está posto, a gente tem de reconhecer e construir, e o que o desenvolvimento sustentável nos impele agora é achar esse lugar que a gente chama de "rosquinha", *donut,* em inglês, o lugar seguro e justo para a humanidade.

Eu quero voltar à imagem.

Esse lugar seguro e justo para a humanidade seria a meta que a Oxfam está propondo como base para uma discussão de desenvolvimento sustentável. Isso será apresentado na Rio+20, e nós, do *Vitae Civilis*, estamos somando força a essa ideia.

Próximo, por favor.

A Oxfam coloca, então, quatro pontos que seriam as condições para esse desenvolvimento sustentável acontecer. Primeiro, acabar com a pobreza para todos. Aliás, são quatro conclusões a respeito de como esses dois limites se relacionam. Primeiro, acabar com a pobreza para todos atualmente não exige aumento da pressão sobre recursos, ou seja, é falso o discurso de que nós não podemos acabar com a pobreza porque o Planeta não aguenta. O segundo ponto é que o pequeno grupo de ricos que pressiona o Planeta. O terceiro é que a aspiração de muitos para serem como esses ricos e seguirem esse mesmo padrão de consumo é que manterá a pressão sobre o Planeta crescendo – faltou uma palavra ali. Quarto: o uso ineficiente de recursos naturais agrava essa pressão planetária.

Então, com esses quatro elementos, com essas quatro posturas, a Oxfam traz que o objetivo central do desenvolvimento econômico deve ser o de permitir que a humanidade se desenvolva em um espaço justo e seguro, acabando com a privação e mantendo elementos sustentáveis no uso de recursos naturais.

As políticas tradicionais de crescimento econômico têm fracassado em ambos os aspectos.

Eles trazem algumas questões; eu vou trazer só duas questões que se relacionam com o nosso tema.

Próximo, por favor.

O PIB pode ser mobilizado como ferramenta?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Pode ir para o próximo.

O SR. PRESIDENTE(Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Fique à vontade. Pode concluir.

O SR. EDUARDO ROMBAUER – Tudo bem.

Uma questão de fundo é: o PIB pode ser mobilizado como ferramenta para transição ou é necessária uma abordagem diferente? Essa é uma questão que não tem uma resposta. Nós precisamos de indicadores.

Quero trazer aqui uma percepção do José Eli da Veiga, publicada pelo Ipea, de que a tendência é a de que venha a ser adotada um índice de sustentabilidade ambiental que venha a ser confrontado com o Índice de Desenvolvimento Humano. Ou seja, já não seria nem o PIB, mas o Índice de Desenvolvimento Humano e o índice ambiental e que ambos possam ser constantemente confrontados.

Essa é uma possibilidade que dialoga com esses dois limites que nós estamos trazendo e com os indicadores de qualidade de vida que nós precisamos para as cidades. Talvez tenhamos índices ambientais e sociais e fazer um constante *check* entre eles.

Próximo.

Aí duas questões que a Oxfam traz que eu acho que dialogam diretamente com nosso tema. Quem deve determinar as fronteiras de uma base social estabelecida internacionalmente em acordo e um limite ambiental máximo? E como? Isso traduzido para o nacional, para o local. Quem diz, então, qual é esse limite? O que é a qualidade de vida? O que é a base que temos? Um primeiro elemento aqui é o seguinte: nós estamos falando de democracia participativa e temos de construir esse limite básico com diálogo.

Então, não bastam apenas as conferências nacionais. É excelente que as tenhamos, é um avanço na democracia, mas, no nível local, nas cidades, também temos de ter isso. E é isto o que estamos fazendo: os cidadãos dizendo o que eles acham que tem de ser o nosso limite básico.

A segunda pergunta: quais as principais mudanças de políticas requeridas para se alcançar o desenvolvimento econômico, que traz a humanidade para dentro das fronteiras sociais e ambientais? O que temos de mudar no nosso fazer político? Pela minha experiência – e eu vou trazer a minha opinião e termino por aqui – acompanhando vários processos de desenvolvimento de política pública pelo *Vitae Civilis* e por outras experiências – próximo, por favor –, eu acredito que o desenvolvimento sustentável só é possível com políticas públicas que sejam capazes de relacionar dimensões, temas e processos radicalmente diferentes, que sempre foram objetos de políticas especializadas e separadas; ou seja, temas como o econômico, o social e o ambiental, que já estão colocados, sempre foram tratados de forma separada. Níveis global, regional, nacional, local e até mesmo individual sempre foram vistos de forma separada. Processos como participação e diálogo ou planejamento de políticas públicas ou execução eficaz de políticas públicas sempre foram tratados também de modos diferentes, separados. Sociedade civil, comunidade, empresas, Estado, segmentos da sociedade que sempre foram também segregados não podem mais ser segregados. As políticas públicas têm de integrar esses múltiplos níveis.

Agora, como? Isso implica um aumento radical da complexidade em todas as etapas de desenvolvimento de uma política pública. E ainda não estamos preparados para lidar com essa complexidade. É muito complicado lidar com a complexidade, porque não temos ainda ferramentas para isso.

Próximo, por favor. Já é o penúltimo.

A transversalidade das políticas públicas tem sido defendida e perseguida como caminho dessa integração, contudo com sérias dificuldades do ponto de vista executivo. Eu acho que vocês devem estar sabendo disso muito bem aqui, especialmente o Ministério das Cidades, que trabalha muito com a questão da transversalidade. Sabemos como isso é complexa na hora da implementação.

Dentro dessas tentativas, o que eu vejo é a territorialidade se demonstrando ser um caminho possível de transversalidade e convergência dessas múltiplas dimensões de desenvolvimento. Acho que a territorialidade é uma chave mesmo para podermos fazer novas práticas na política para o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a questão urbana se torna um elemento central para o desenvolvimento sustentável, porque, hoje em dia, não tem como trabalhar territorialidade sem trabalhar a questão urbana. Então, o que eu quero dizer aqui é que a questão urbana é chave para trabalhar não apenas a questão urbana, mas todas as dimensões da sustentabilidade. Tudo está permeado pela questão do desenvolvimento urbano. É por isso que estamos aqui colocando esse tema na Rio+20.

Eu agradeço. Não sei se vocês vão concordar com a minha opinião aqui, mas agradeço por ter a oportunidade de expressá-la também.

Último, por favor.

Só para deixar o meu agradecimento e o meu contato, meu *e-mail*. Para quem quiser me escrever, dar um *feedback*, um retorno, eu agradeço.

Obrigado, Senador, pelo convite. Desculpe se eu passei do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sou eu que agradeço, Eduardo, a colaboração que V. Sª traz a este debate. Quero parabenizar, em meu nome pessoal, o movimento Nossa Brasília por estar mobilizando pessoas de diversas faixas etárias, sobretudo jovens do Distrito Federal, dentro de uma perspectiva de participação cidadã e de construção de uma nova cidadania no Distrito Federal.

Apenas para fazer uma rápida observação, antes de passar a palavra para o Renato, representando o Ipea. Primeiro, se tiver possibilidade de deixar os dados dessa pesquisa do Ipea que você apresentou no início, gostaríamos de ter – eu pessoalmente gostaria – acesso a essa pesquisa que traz dados do Distrito Federal.

Mas apenas para fazer um comentário. Você não tinha chegado quando eu abri esta reunião, comentando as decisões anunciadas hoje pelo Governo – agora acabo de saber que o Ministro Guido Mantega estará na Comissão de Econômica daqui a pouco – de reduzir o IPI dos automóveis, o que, de certa forma, vai contra as aspirações da Rio+20 de buscar um consumo mais sustentável, com foco nos transportes coletivos, de buscar de atividades econômicas de baixa emissão de carbono, mas há dificuldade de se aliar as dimensões globais, regionais, nacional, local e individual.

É muito provável que, se perguntarmos a cada pessoa o que acha da redução do IPI do automóvel, elas vão dizer que consideram positivo, porque ela torna o automóvel uma bem mais acessível. Mas, sem dúvida alguma, isso trará problemas no ambiente de nossas cidades.

Em Brasília, passamos a conviver, há poucos anos, com um problema que já é muito comum na cidade do Senador Eduardo Suplicy: os enormes congestionamentos. Como não temos um transporte coletivo

adequado, temos um número imenso de automóveis que só aumenta cada dia.

Portanto, eu gostaria de apenas fazer essa observação, dando um exemplo da complexidade de aliarmos todas essas dimensões do desenvolvimento.

Agora, com muita alegria, vamos ouvir a contribuição do Ipea, do Sr. Renato Balbim, que é Coordenador de Produtos do Departamento de Estudos, Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com o maior prazer, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu quero, inicialmente, cumprimentar os depoentes que hoje aqui contribuem de maneira tão significativa, sobretudo para esse tema das cidades sustentáveis.

Eu fiz questão de passar aqui, embora esteja aguardando o chamado da Comissão de Assuntos Econômicos, onde tenho de estar porque, antes do Ministro Guido Mantega, haverá votação de empréstimo para o Estado de São Paulo, com o qual tenho responsabilidade maior de estar presente.

Sobre o tema, sobre que V. Exª acaba de falar e em relação ao que o Sr. Eduardo Rombauer vinha tratando, estará, na próxima segunda-feira, em São Paulo, o Professor da Universidade de Harvard Edward Glaeser que trata do mesmo tema. Diz ele que é possível uma medida inteligente que leve em conta a sustentabilidade, a proteção do meio ambiente com a realização de justiça.

Mesmo que seja reduzido o IPI, poder-se-ia cobrar, daqueles que contribuem para a maior emissão de poluição, uma taxa. Obviamente, alguns iriam reclamar e dizer: Como assim? Mais um imposto? Mas ele justificando, alegando que, à medida que as pessoas vierem a compreender que esse imposto seria destinado para a criação de um fundo que pagaria a todos um dividendo, a exemplo do que acontece no Alasca – o que seria uma renda básica de cidadania –, quem sabe concordariam com essa iniciativa?

Portanto, esse é um exemplo de, ao mesmo tempo, criar-se sustentabilidade, proteção ao meio ambiente e realização de justiça.

Então, fica aqui essa recomendação e que leiam esse livro, que acaba de sair em português, de Edward Glaeser, *The Triumph of the Cities*, onde ele argumenta que as metrópoles são a grande invenção do século presente, que a população mundial prefere viver nas grandes cidades pelos atrativos que lá existem, e é possível, sim, a realização desses objetivos.

O livro, em português, chama-se, salvo engano, *Centros Urbanos,* de Edward Glaeser.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Apenas me permita, Renato, um comentário adicional, antes de lhe passar a palavra.

Hoje, Senador Suplicy, eu agregaria que, além da questão da emissão de gases de efeito estufa, um dos grandes problemas das nossas grandes cidades é do transporte coletivo, ou a falta de transporte coletivo adequado; e a questão do trânsito que se torna caótico em todas as cidades.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu conheço pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Infelizmente, atualmente eu também. Em função disso, a questão do transporte não se refere mais apenas às emissões.

Foi muito interessante o debate que fizemos aqui sobre energias renováveis, em que o Secretário-Geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas trouxe uma contribuição muito interessante, porque do ponto de vista da qualidade das nossas cidades, não basta apenas trocar a utilização de energia fóssil por energia renovável. Se não mudarmos o modelo, continuaremos em um caos apenas sem emissões, mas com uma frota enorme; com transporte individual utilizando uma grande quantidade de energia por habitante, por motorista; e gerando o caos completo do ponto de vista do trânsito em nossas cidades, em função do número ilimitado de automóveis. Ou seja, além da emissão de gases de efeito estufa, há outros componentes que precisam ser apreciados nesse processo, tal como o fortalecimento do transporte público, do transporte coletivo.

Mas V. Exª, como sempre, traz uma contribuição significativa e provocante para este debate.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Sr. Renato Balbim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Infelizmente, eu tenho de ir, porque preciso estar em outra reunião. Desculpem-me. Todos os dias nós enfrentamos esse fato de termos que ser três ao mesmo tempo.

Meus parabéns!

O SR. EDUARDO ROMBAUER – Obrigado.

O SR. RENATO BALBIM – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador. Em seu nome cumprimento os demais Senadores e aqueles que nos ouvem.

Agradeço, em nome do Ipea, o convite, porque novamente muito nos honra poder colaborar com a comissão, numa parceria do Ipea agora ainda mais profícua, já que desde 2010 estamos juntos. Inclusive, foi formalizado um acordo entre o Ipea e o Senado para um apoio técnico.

Discutir cidades sustentáveis é uma tarefa bastante árdua. Esse tema está sendo tratado, assim como outros dentro do Ipea, na perspectiva de se preparar para a Rio+20. E essa discussão não está sendo feita de maneira muito normal. Quer dizer, estamos tentando algum tipo de inovação, dentro do Ipea, para discussão de problemas muito antigos, tanto do Brasil quanto de outras cidades e outras realidades.

A nossa ideia aqui é apresentar um pouco este tema Perspectivas do Desenvolvimento, porque não entendemos que discutir cidades sustentáveis se discuta, a não ser dentro de novas perspectivas do desenvolvimento enfocando a questão da integração territorial.

Por favor, o próximo.

Por que integração territorial? Pegando o documento da contribuição brasileira para a Rio+20, verificamos que existem ali quatro principais resultados a serem alcançados, segundo a proposta brasileira. Erradicação da pobreza é um; o terceiro é o fortalecimento do multilateralismo; o quarto é o reconhecimento do reordenamento internacional entre as nações, etc. Mas tem esse segundo que é o principal, a nosso ver, ao qual estamos nos dedicando no Ipea, que é a plena consideração do conceito de desenvolvimento na tomada de decisões, alcançando uma sinergia maior e coordenando e integrando as três dimensões do desenvolvimento, superando, então, políticas e visões setoriais. Por isso, é preciso falar de integração e superação das questões setoriais para se discutir cidades e a possibilidade de cidades sustentáveis.

O próximo, por favor.

Também no acordo do desenvolvimento sustentável elaborado pelo conselhão, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, dentro das sete estratégias colocadas, como primeira estratégia, estão ali colocadas agendas nacionais para o desenvolvimento, em que uma das perspectivas é as políticas integradas.

Outra perspectiva é o desenvolvimento regional e local por meio de planos territoriais, ou seja, de políticas integradas. Nós entendemos, assim como outros exemplos de documentos brasileiros de outras perspectivas trazidas para a Rio+20, que discutir cidades sustentáveis, discutir sustentabilidade, discutir um mundo um pouco melhor passa pela integração de políticas públicas, ou seja, é uma tarefa bastante árdua, é uma inovação fazer políticas públicas de uma outra maneira.

O que nós temos são cidades feitas a partir de políticas setoriais. Essas são as cidades que o Senador colocou agora, o Senador Suplicy, o Senador Rollemberg também, com enormes problemas e que nós entendemos, assim como me parece que outros, não se resolvem a partir da visão do problema em si.

A redução do IPI para os automóveis não é simplesmente uma questão de mobilidade. Nós enfrentamos um processo de crescimento ou de baixo crescimento no nível mundial, são disputas econômicas. Esses são instrumentos que resolvem um problema, quem sabe de maneira paliativa, e criam outros. Essas questões estão todas integradas.

Discutir cidades e cidades sustentáveis é discutir uma perspectiva de desenvolvimento para o País. Quais as cidades que nós queremos? E isso passa, fundamentalmente, por justiça social, justiça social essa que já foi realizada em parte dos países, em parte das cidades que estão aqui trazendo exemplos para a Rio+20.

Então, a perspectiva é um pouco complexa, como o Eduardo colocou. Trata-se de uma complexidade. Para isso, a gente está tratando de alguns estudos.

Próximo, por favor.

Para entender essa complexidade, lógico que a gente tem de entender um pouco da nossa história, da formação do Brasil, dessa urbanização, que é uma urbanização que traz hoje desigualdades, segregações e exclusões, tanto no campo quanto na cidade. A urbanização não tem a ver exclusivamente com a cidade. A cidade é um fato concreto, do urbano, mas o processo de urbanização tem consequências no campo. Novamente, são questões integradas.

Essas desigualdades, segregações e exclusões são marcas indeléveis da nossa formação. Então, estamos falando de um processo histórico de difícil superação.

Próximo, por favor.

E aí vai aparecer um gráfico. Esse processo é um processo de urbanização que concentra, no tempo e no espaço, cidades, a formação de cidades.

A partir dos anos 60, a gente vê que essas curvas – a mais clara é o meio rural, um pouco mais escura é o meio urbano – invertem-se, e nossa população passa a ser predominantemente urbana. Isso está concentrado em 40 anos e em partes do território. Então, nosso problema das cidades sustentáveis é um problema resultante de um processo extremamente concentrado no tempo e no espaço.

Próximo, por favor.

É um processo que traz desafios, lógico, e um modelo que continua acontecendo até hoje. A notícia do IPI está aí para mostrar. Esse gráfico coloca a venda

de motos, que é a linha roxa, a venda de automóveis, que é a linha azul do meio, e passageiros por transporte nos ônibus, passageiros transportados em ônibus, que é a linha amarela, de 1998 para 2008. Vejam bem, Senadores, esse processo que estou colocando aqui, concentrado no tempo e no espaço nos últimos 40 anos, esse modelo dos automóveis etc. é um modelo que continua aí. De 1998 para 2008, quando a gente já tem toda essa consciência formada, ele continua e se acentua ainda mais: o número de automóveis cresceu 7% ao ano; o de motocicletas, 12% ao ano; o PIB, 4%, e o número de passageiros transportados em transporte coletivo continua o mesmo, ou seja, estamos acentuando ainda mais o modelo.

Próximo, por favor.

As características dessa urbanização no Brasil trazem o quê, como resultado? Uma parte substancial da população não tem acesso à cidade. O que é cidade? Novamente, não é o urbano. Cidade é um fato concreto. E aí temos um problema, Senadores, extremamente sério a ser discutido nesta Nação: o que é cidade? Para discutir cidade sustentável, deveríamos entender antes o que é cidade. No nosso País, cidade é toda sede de Município. Então, temos 5.564 cidades.

Em outros países, cidades têm características: um número "x" de leitos hospitalares, de equipamentos públicos, de infraestrutura, de acessibilidades, de urbanidades que definem aquilo que é chamado cidade. São critérios indicadores para podermos falar, então, o que é sustentável ou não. Como podemos falar o que é sustentável como a cidade de Altamira, no meio da floresta, com um processo de desenvolvimento completamente associado a padrões e interesses globais, comparada a uma cidade de São Paulo, ou a uma cidade pequena no Rio Grande do Sul, com uma formação completamente rural, agrária, etc.? Qual a sustentabilidade que se discute quando estamos falando de cidades tão díspares?

Mas sabemos que, de maneira geral, a população não tem acesso a essa cidade, à urbanidade, e o resultado é este: o crescimento por expansão horizontal, a ocupação das periferias, de maneira irregular, com riscos. Tudo aqui que o Celso já trouxe, o esforço enorme que o Ministério das Cidades vem fazendo há oito ou nove anos, desde a sua criação, tendo que trabalhar com essas cidades tão díspares.

Próximo.

A complexidade do modelo centro-periferia no Brasil é uma característica. É uma característica da nossa urbanização, diferente dos demais países, e, para discutir cidades sustentáveis na Rio+20, a gente tem que saber disso. O modelo centro-periferia que acontece na Europa ou nos Estados Unidos é completamente diferente do modelo que acontece aqui. Então, discutir horas no transporte coletivo ou transporte individual na periferia de Paris ou Londres é completamente diferente de discutir para São Paulo ou Salvador. As soluções também são diferentes, e temos de pensar soluções a partir da nossa realidade. Outra característica já colocada inclusive pelo Celso é o esvaziamento dos centros, o inchaço das periferias, áreas degradadas, etc.

Próximo.

Um aparato de planejamento, regulação e controle do uso e ocupação que só dialoga com uma cidade, a chamada cidade formal. E essa é uma característica da nossa urbanização, uma característica que nós temos de estar atentos na discussão do que sejam cidades sustentáveis.

Nós temos leis, nós temos códigos, nós temos planos que dialogam com uma parte da cidade. Há uma outra parte da cidade, chamada de informal, não à toa, justamente para que não haja aderência àquilo que é o formal, justamente para que a gente possa tratar como o outro, como o excluído, como o segregado, etc.

Cidade sustentável é uma cidade para todos. Não há como discutir cidades sustentáveis que não sejam para todos; senão, não há sustentabilidade alguma. Essas cidades continuam, esses modelos continuam dos investimentos públicos se concentrando na cidade formal. Mesmo com PAC, urbanização de favela, mesmo com outros investimentos recentes, os investimentos públicos continuam se concentrando na cidade-formal, gerando um resultado, que é um movimento cíclico progressivo e autoalimentado de periferização irregular, em áreas não urbanizadas, ambientalmente frágeis, acompanhado da criação de vazios nos espaços que ficam entre um investimento e outro.

Já na década de 90, havia uma tese na FAU-USP que falava dos equipamentos extensores urbanos. São investimentos que se fazem na periferia da cidade, fora da área contígua da urbanização, criando um pequeno espaço, de um solo não ocupado entre a cidade e esse novo investimento, revalorizando esse espaço e permitindo que a cidade vá-se expandindo cada vez mais.

A pergunta é: será que nós, hoje, não estamos reforçando isso com investimentos inclusive que, a princípio, não deveriam ser para isso, como os programas habitacionais? São perguntas que a gente tem de analisar, ou com esse contínuo processo de crescimento horizontal, porque não conseguimos estabelecer instrumentos urbanísticos capazes de colocar a população ocupando as áreas mais densas do centro, continuando a expandir essa periferia.

Próximo, por favor.

Vamos pular um pouquinho e vamos ao próximo, por favor.

As características da urbanização têm efeitos nefastos – e a palavra é "nefasto" mesmo – para quase todas: ocupação das áreas de preservação, os grandes deslocamentos, caos no sistema de transportes, inseguranças de diversos tipos: de posse, das precariedades, das violências. E elas se concentram e se sobrepõem. Isso é muito curioso!

Uma cidade sustentável é muito diferente para discutirmos determinadas áreas da cidade, porque há determinadas áreas da cidade em que a insegurança da posse se sobrepõe à insegurança da precariedade do domicilio e à insegurança gerada pela violência. É isso! O *rap*, a música, fala claramente: "periferia é periferia em qualquer lugar". É tudo igual, porque algumas características se sobrepõem dessa cidade fragmentada, uma cidade "guetizada", etc.

Próximo, por favor.

Uma pergunta que se faz sobre a característica da nossa urbanização é uma muito importante para se discutir cidades sustentáveis. Falta planejamento? Quer dizer, essa é uma pergunta que nós fazemos: falta planejamento? O discurso frequente é de que falta planejamento. Mas será que falta? Nós temos zoneamentos, planos diretores, políticas públicas que definem usos e infraestruturas de maneira seletiva, criando uma urbanidade para além da capacidade de absorção do mercado – e eu vou mostrar dados sobre ociosidade, sobre vacância – que se contrapõe às necessidades estruturais.

O que se verifica, por dados, é que existem planos; existem projetos, existe planejamento, que criam essa urbanidade em cidades ditas mais sustentáveis em algumas áreas da cidade, só que os dados vão mostrar que são áreas que nem o mercado consegue assimilar. Existe ociosidade, vacância nessas áreas. E outra parte da cidade, normalmente maior, que tem necessidades estruturais frequentes. Então, de um lado, nós temos vazios urbanos, subutilização, especulação imobiliária e baixa densidade; contrapondo-se com escassez de localização, uma expropriação urbana e uma imobilidade relativa.

Próximo, por favor.

Aqui, então, a questão da vacância. Vejam lá: segundo dados oficiais do IBGE, de 1991, 200 e 2010, no Brasil, nós temos 15%, passou para 17% e, depois, voltou para 15% de imóveis que estão vazios – imóveis para uso domiciliar. Vazios! Como é que a gente vai discutir sustentabilidade?

Algumas cidades, como Salvador, chegam a 17% em 2010. São nas regiões metropolitanas. Quer dizer, na cidade-sede, normalmente, a quantidade de vazios é maior. Curioso: onde você tem mais urbanidade, novamente. Planejamento acontecendo e o próprio mercado não dando conta ou não tendo interesse de assimilar esse planejamento. Por quê? Quem sabe o interesse esteja na expansão, esse modelo, que se tem de discutir, de crescimento e de desenvolvimento.

Próximo, por favor.

Aqui são os mesmos dados só que em formato de mapa.

Próximo, por favor.

Aqui, curioso: a Região Metropolitana de São Paulo. O Município-sede, ali, é a área maior, no centro, para quem não conhece. O primeiro mapa é de crescimento da densidade, entre 1991 e 2000. As cores frias, os verdes, indicam que a densidade demográfica diminuiu; as cores quentes, onde a densidade demográfica aumentou.

Já o mapa debaixo é uma correlação entre o aumento ou não da vacância. Então, os lugares que estão em vermelho são onde se tem ociosidade alta de imóveis entre um setor censitário e outro, constituindo uma mancha. Muitos imóveis vazios! E o que está em azul indica uma relação de imóveis mais baixa.

Ou seja: o Município-sede, onde estão emprego, urbanidade, etc., vem diminuindo a sua densidade demográfica. Isso é bastante sério. Significa que São Paulo, sede, e, sobretudo, seu centro, vem crescendo tão pouco em relação à sua periferia que a densidade de habitantes por metro quadrado diminui, e o número de imóveis vazios está aumentando. Que política é essa? Que padrão de desenvolvimento é esse? Como pensar cidades sustentáveis com essa realidade?

Próximo, por favor.

E aí fica a pergunta e, por isso, o território. A questão é integrar políticas ou integrar cidades, territórios.

Alguns exemplos: a primeira foto ali é Recife, gente. Vejam aqueles imóveis verticais de alto padrão e, aqui embaixo, começa uma classe média baixa, chegando-se à favela. Depois, à direita, superior, é Morumbi, São Paulo. O curioso é que aquela favela ali tem problema de água, logicamente – não é Senador? – como em todas as favelas. A piscina ali não tem.

Que padrão de desenvolvimento é esse? Não se trata simplesmente de discutir o padrão da nossa sociedade, mas a coisa está um pouco absurda demais. Por exemplo, os loteamentos fechados. A solução para Billings e Guarapiranga, aquela ocupação, é nos fecharmos nos loteamentos? São essas as questões aqui. Como esses loteamentos horizontais nas periferias estão impactando o trânsito?

Creio que o meu tempo está esgotando, então vou tentar passar mais rápido.

Próximo, por favor.

Novamente: integração de política ou de território? Novamente São Paulo. A área dos Jardins. Olhem como o reticulado é diferente da área da Guarapiranga.

Senador, eu entendo – e vou concluir – que a integração se faz, ao mesmo tempo, tanto das políticas quanto dos territórios. Só assim vamos conseguir discutir cidades sustentáveis. Esse é o entendimento que estamos discutindo no Ipea. Superar as políticas setoriais é ter uma visão desses territórios. Essa superação acontece ao mesmo tempo. A análise da realidade territorial possibilita as justificativas para novas políticas – políticas não mais setoriais. Só assim encontraremos soluções para situações como as que apresentamos.

Próximo, por favor. Vamos passando um pouco mais rápido.

Novamente, integração de políticas setoriais, integração de, por exemplo, investimento e custeio, questões simples, que estão separadas e que são enormes problemas, resultam em enormes problemas. Muitas vezes, há recursos para investimento, mas não se tem custeio, não se tem plano. Então, se faz investimento da maneira como for necessário fazer. Se há, por exemplo, uma situação econômica, em que se tem que imprimir um crescimento acelerado, faz-se investimento. Há plano? Não, o plano está meia boca, mas também não há dinheiro para custeio, porque tem que fazer superávit e tal. Deve-se rever a própria formulação da política e, ao mesmo tempo, essa revisão é a integração das cidades.

Próximo, por favor.

Tentarei terminar.

Aqui temos alguns exemplos de falta de integração, só para deixarmos esse discurso mais claro. A questão do lixo. Nós temos recursos da União para fazer aterros sanitários, na nossa meta de chegarmos a 2014 erradicando os lixões. Então, a União vai lá e coloca nos Municípios e Estados recursos para fazer aterros sanitários. Aterros sanitários são extremamente caros, como os senhores sabem. Entretanto, a União não pode depois passar recursos via custeio para fazer a manutenção do aterro sanitário. E aterro sanitário custa recursos para manutenção. Muitas vezes, você passa por um Município – e isso acontece no Brasil, tem acontecido – e vê um aterro sanitário que, ao longo dos anos, vai tornando a ser novamente um lixão porque não se tem capacidade de fazer manutenção.

Patrimônio histórico: muitas vezes, há recursos, a fundo perdido ou recursos internacionais, para recuperar fachadas do patrimônio histórico. Mas não se consegue colocar recursos para dar um uso ao patrimônio histórico, seja um uso habitacional ou outro uso. Só se preserva as cidades com uso. Não adianta fazer cenário.

Outro exemplo, falando de transporte coletivo: a integração de tarifa, bilhetagem. A tecnologia existe de se fazer bilhetagem integrada em sistemas de transporte – metrô, ônibus, etc. Onde está colocado isso no Brasil hoje? Temos em São Paulo, em Campinas, no Rio, e há alguns exemplos no interior. Só. Quais as dificuldades, etc.?

Próximo – e já vou finalizar.

Aqui os atores dessa integração, como nós entendemos. O Poder Público, com duas tarefas: fazer a integração vertical, na nossa Federação, tripartite; e horizontal, integrando programas e ações. A sociedade civil: não há integração de políticas públicas, não há integração de territórios e cidades sem a participação da sociedade civil organizada. Por quê? Porque é a partir do controle social, e, sobretudo, da participação que diz quais são os efetivos problemas, que essa integração acontece. Porque, se não, o problema, na cabeça do gestor, é um problema habitacional, ou então, é um problema de mobilidade. Para a cidade, para a pessoa, para a participação, o problema não é só de habitação. Quem sabe se resolve o problema de habitação com mobilidade?! Porque o problema nosso – seu, meu, etc. – sempre é um conjunto.

Então, a participação social é importante por isto: ela traz os problemas de maneira integrada e podem se discutir as soluções também dessa maneira. E lógico que é o capital privado que tem de ser chamado a isso. E aí entendemos, sobretudo, que expandindo o público, mas não o estatal.

Próximo.

Algumas dificuldades – eu já coloquei bastante – para a integração. Não vou ficar passando. Escala compatível de recursos; integração entre custeio e investimento; os recursos sempre – investimentos, recursos, políticas públicas em políticas integradas são mais dispendiosos, sim.

Vejam a urbanização de favelas. É extremamente dispendiosa. Mas eu não estou simplesmente trazendo casa: eu estou trazendo casa, saneamento, mobilidade, hospital, creche, escola, iluminação. É evidente que vai ser mais dispendioso. É evidente que vai ser mais demorado. É evidente que vai ser mais difícil. Mas eu estou resolvendo a questão como ela deve ser resolvida. Eu não estou criando novos problemas. Porque trazer... E isso, na urbanização de favelas, nós temos inúmeros exemplos. Trazer apenas saneamento num determinado momento e não resolver a questão da encosta é ter, daqui a quatro anos, novos problemas de saneamento, porque a galeria de água e esgoto foi embora, porque você não drenou a água.

Então, vai ficar mais caro se a gente ficar fazendo setorialmente, continuar fazendo ao longo dos anos. Temos que parar, pensar e discutir. Pode ser mais difícil inicialmente pensar a revisão de todas essas políticas setoriais em busca de políticas integradas, mas, ao longo do tempo... E isso a gente está aplicando lá no Ipea, porque queremos continuar trazendo contribuições. A gente está tentando demonstrar, inclusive na eficiência econômica, o quanto que isso é mais interessante, para além da justiça social já colocada aqui pelos senadores, que é evidente.

Muito obrigado pelo convite. Espero ter colaborado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Renato Balbim, Coordenador de Produtos da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea, pela contribuição importantíssima e interessante que traz a este debate.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Rita, eu quero fazer algumas observações muito rápidas, quero colocar algumas questões para os nossos convidados.

Em primeiro lugar, mais uma vez, quero agradecer a contribuição muito interessante, com visões bastante distintas do processo das cidades, da construção de cidades sustentáveis. O que fica muito claro – e acho que para todos os que ouviram as exposições – é que nós estamos muito longe, muito longe mesmo, de termos cidades sustentáveis no nosso País. E o que parece é que, além de estarmos muito longe, estamos nos afastando, cada vez mais, dessa possibilidade, ao invés de pelo menos estarmos nos aproximando da possibilidade de termos cidades sustentáveis.

Mas eu gostaria de colocar questões muito objetivas.

Primeiro, perguntar à Professora Elizabeth Pereira sobre energia solar. Do ponto de vista do preço do avanço tecnológico, que tipo de comparação a gente pode fazer e se o avanço tecnológico vem reduzindo significativamente o custo da utilização da energia solar. Claro que, ambientalmente, traz inúmeras vantagens que, em minha opinião, já justificam a utilização, em maior escala do que a que nós utilizamos hoje, mas é importante saber que esforços, que incentivos o governo vem realizando no sentido de baratear essa alternativa energética, até porque a gente sabe que algumas alternativas, como a própria utilização do etanol, no início passou por grandes incentivos do governo até que se tornasse economicamente bastante atraente. Então, esta é uma questão.

Ao Celso, eu gostaria de perguntar se nesses programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida, se vêm sendo incorporada a obrigatoriedade de utilização de novas tecnologias que levem as cidades a serem mais sustentáveis, especialmente na utilização de energia solar para aquecimento, por exemplo;se há algum tipo de incentivo para a utilização de materiais reciclados na construção civil. Enfim, o que do ponto de vista da sustentabilidade ou de *link* de relação com a sustentabilidade nós podemos ressaltar, se é que podemos, no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ao Renato, eu gostaria de perguntar se o Ipea está trabalhando em alguma nova proposta de índice de medir o desenvolvimento. Acho que esse discurso tem ganhado muita força – especialmente aqui na Comissão tem até um requerimento do Senador Jorge Viana buscando realizar uma audiência pública pra discutir a constituição de novos parâmetros, de novos índices para medir o desenvolvimento. Entendo que o Ipea é uma instituição que pode colaborar com isso, e gostaria de conhecer e saber o que o Ipea vem desenvolvendo de trabalhos nesse sentido.

Para o Eduardo, eu gostaria que ele fizesse um comentário. O Celso trouxe uma informação bastante relevante de que o centro de São Paulo tem 40 empregos por trabalhador, e a periferia de São Paulo tem 40 trabalhadores para cada emprego. Eu gostaria de saber dos dados relativos ao Distrito Federal. Infelizmente, não temos neste debate... Não sei se essa pesquisa que o Eduardo apresentou do Ipea, não sei se tem esses dados. Mas imagino que esses dados sejam mais concentradores ainda no que se refere aos empregos no Plano Piloto em relação à população, porque grande parte dos empregos no Distrito Federal ainda está concentrada no Plano Piloto nessa parte de serviço público; e de outros empregos, ainda, que não apenas de serviço público, em função da alta renda do Plano Piloto, o que acaba atraindo, também, diversos empregos.

Mas, eu quero fazer um comentário porque no Distrito Federal, desde as primeiras atividades que participei na política, há trinta anos, quando a Codeplan era ainda uma instituição que promovia o desenvolvimento econômico, depois se transformou numa instituição para desviar dinheiro da tecnologia da informação, de contratos da tecnologia. Mas, quando a Codeplan ainda desempenhava esse papel estratégico no Distrito Federal – e está resgatando esse papel agora, é bom frisar –, todos os convidados, os especialistas, os estudiosos que se debruçavam sobre o desenvolvimento de Brasília, concordavam em uma coisa: que deveriam desconcentrar o desenvolvimento, as alternativas de empregos na nossa cidade. Não sei como está acontecendo nas outras cidades, mas quando se tem uma grande oportunidade, por exemplo, com

a realização da Copa do Mundo, nós temos um dos maiores investimentos, talvez, da história do Distrito Federal, um bilhão de reais, pelo menos, na construção de um estádio no centro da cidade, mais uma vez é um investimento que poderia estar induzindo um novo eixo de desenvolvimento, com a construção de hotéis, com a construção de restaurantes, induzindo, enfim, o próprio processo de construção e de outros trajetos de mobilidade urbana, mas acaba também se concentrando no Plano Piloto, fazendo uma supervalorização dos imóveis, especialmente do setor hoteleiro, já existentes. Enfim, gerando uma concentração cada vez maior de renda, uma concentração do emprego, uma necessidade cada vez maior de deslocamentos, de transporte, absolutamente contrário a tudo ao que todos concordavam que deveria haver, ou seja, um processo de desconcentração.

Eu gostaria de ouvir um pouco um comentário do Eduardo sobre isso.

Antes, vamos ouvir as considerações da Senadora Ana Rita e, em seguida, passarei para cada um dos nossos convidados.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom dia a todos os nossos convidados que estão aqui hoje. É muito bom poder ouvir vocês, uma Mesa bastante qualificada, que traz informações importantes.

Quero dizer, neste primeiro momento, que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o Senador Rodrigo Rollemberg na Presidência, tem cumprido um papel fundamental de fazer debate sobre temas, nos preparando e preparando a sociedade, porque os debates aqui têm capilaridade por causa da TV Senado para a Rio+20. Na verdade, não é só em função da Rio+20, é uma oportunidade que esse evento está nos oferecendo para que esse debate possa acontecer de forma bastante intensa. Acho que esta Casa tem nos ajudado nesse sentido, em particular esta Comissão de Meio Ambiente, nos proporcionando diversas audiências públicas, onde pessoas, técnicos, profissionais, estudiosos, militantes da área ambiental têm vindo para falar sobre o tema. Particularmente, com esta Mesa de hoje, foi muito importante ouvir vocês, porque nos trazem vários questionamentos e afirmações importantes que nos subsidiam no debate.

Quero parabenizar a todos por esta Mesa de hoje.

Gostaria também de expressar neste momento um pouco do meu sentimento. Meu sentimento é bastante similar ao do Senador Rodrigo Rollemberg. A impressão que nos passa é de que parece que a nossa sociedade, parece que o Estado brasileiro, os Municípios e os Estados não estão caminhando na direção que a gente gostaria que caminhasse. A impressão que nos passa é isso. Parece que iniciativas que deveriam ser muito mais assertivas estão no caminho inverso dessas reflexões que nós estamos fazendo aqui hoje.

Falo isso, sabe por quê? Estou vivenciando nesses dias situações muito peculiares no Estado do Espírito Santo, em função das chuvas, em função de alguns debates que temos feito. A impressão que me passa é de que as pessoas ainda não conseguiram se apropriar... Quando falo pessoas, estou generalizando; com certeza, não é todo mundo, mas estou falando de profissionais, estou falando aqui de gestores públicos, estou falando de pessoas que têm o papel de implementar políticas integradas, territoriais, num processo, com certeza, com erros e acertos, mas na tentativa de avançar. E me parece que não está havendo essa tentativa de avançar; ou, se não está do mesmo jeito, está retrocedendo.

Isso me preocupa muito. Acho que essa discussão de um desenvolvimento sustentável e que precisamos refletir melhor o que é de fato desenvolvimento sustentável, o que é uma cidade sustentável, o que são políticas publicas integradas. Esse debate, nós precisamos fazer intensamente. Experiências positivas, nós temos, mas muitos desafios nós termos pela frente, e o principal desafio que me preocupa é a questão cultural. E quando falo dessa questão cultural, dessa visão, não é só por parte da sociedade, não é só por parte das pessoas, da população que ainda não conseguiu, na maioria das vezes, alcançar essa reflexão, esse debate, esse entendimento, e de ter uma nova postura, uma nova relação com a sua própria cidade. O que me preocupa é a concepção que gestores públicos têm no sentido de ainda implementar políticas e insistem em implementar políticas de forma desintegrada, não articulada, não pensando no todo. E aí a gente vê o resultado muito visível. Cito um exemplo da minha cidade que muito nos assusta. Toda vez que chove, a cidade inunda muito mais. É claro que há várias questões ali acontecendo. A gente vê que a infraestrutura que está sendo feita na cidade não possibilita trabalhar, preventivamente, algumas questões que poderão ser corrigidas a médio e longo prazo. Mas só serão corrigidas a médio e longo prazo se as iniciativas que forem adotadas hoje possibilitarem uma mudança a médio e longo prazo. O que me preocupa é que certas iniciativas não contribuem para isso. Há uma insistência ainda de adotar medidas atrasadas, antiquadas. E fica aqui esta reflexão.

Eu queria que nossos convidados avaliassem essa questão cultural. Como é que a gente supera isso? Eu sei que é fruto sempre de debate, de envolvimento, do entendimento das pessoas. Mas como você muda a concepção de gestores que, de quatro em quatro

anos, no máximo de oito em oito anos, estão mudando. A cidade, em vez de avançar, em minha opinião, não cria as condições para que a gente possa mudar essa realidade a médio e longo prazo.

É um pouco isso que eu queria levantar aqui. Eu acho que a gente teria inúmeros exemplos para citar. Hoje, pela manhã, assistindo ao Bom Dia DF, passou a questão do Lixão do Distrito Federal. Então, pensar a solução dos lixões não é só esconder o lixo debaixo da terra, de forma correta, mas é pensar também em quem cuida do lixo, quem sobrevive desse material, porque ele é importante. Então, é pensar na vida desses trabalhadores e trabalhadoras, o que vai se garantir para essas pessoas; pensar no lixo, na reciclagem do lixo, enfim, criar as condições para que essas pessoas possam também trabalhar de forma digna e tirar desse trabalho o sustento para suas próprias famílias. Então, acho que há várias questões que precisam ser realmente ser debatidas.

Para finalizar, sem me alongar muito, acho que vocês levantam aqui questões importantíssimas. Mas a minha preocupação, ainda, é como isso pode chegar a todo o mundo, como as pessoas podem, realmente, mudar a postura, mudar o jeito de se relacionar com a cidade, isso tanto por parte dos poderes públicos municipais, estaduais, quanto por parte da sociedade, que ainda, também, precisa avançar muito. Isso sem desconsiderar, com certeza, iniciativas positivas.

Eu acho que o Eduardo traz uma experiência muito interessante aqui de Brasília. Quero parabenizá-lo, Eduardo, pela sua fala, uma tentativa de construir conceitos envolvendo pessoas, no sentido de ter uma atuação que possa contribuir para melhorar as condições desta cidade. Experiências como essa possivelmente nós vamos encontrar também, claro, com outros perfis, em outros lugares, também positivas, e a gente sabe que existem.

Eu acho que, diante da realidade que nós estamos vivendo, ainda é insuficiente isso. Eu não sei se estou sendo muito pessimista hoje, mas estou colocando isso como um grande desafio. Acho que a Rio+20 vai ser uma grande atividade, mas vamos ver o que fica pós Rio+20, para que, de fato, a gente possa mudar a realidade das nossas cidades, começando pela cabeça dos nossos gestores, que precisam mudar também a sua concepção. Se a gente não muda a concepção dos gestores...

Muitas vezes a sociedade cobra, exige, tenta participara, mas ela, muitas vezes, também é alijada desse processo e fica sem saber como é que entra, como é que participa, como é que contribui. Então, é preciso garantir essa questão de trabalhar de forma participativa e que as entidades da sociedade possam ter uma atuação mais incisiva, mais ativa, mais proativa no sentido de contribuir.

Por último – lembrei aqui agora e, talvez, o Renato possa falar sobre isso também –, quero dizer que as conferências do desenvolvimento que já estão acontecendo no Brasil, não é isso? São conferências articuladas pelo Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, mas o Ipea está em parceria com a realização dessas conferências, que eu acho que é um grande momento porque aí vai até os locais para realizar essas conferências e possibilitam uma participação mais ativa por parte da sociedade lá nos Municípios, nos Estados, então acho que vais ser um momento muito interessante de fazer esse debate.

Era isso que gostaria de dizer, mais para constatar e colocar um pouco as minhas preocupações neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, V. Exª traz contribuições importantes para este debate e também ansiedades que nós todos temos em relação ao futuro das nossas cidades, ansiedades e expectativas.

Passo a palavra à Professora Elizabeth Pereira.

A SRª ELIZABETH PEREIRA – Vou tentar responder as perguntas que o Senador Rollemberg me passou com relação ao custo do aquecimento solar.

Esse custo e o retorno do investimento dependem fortemente da aplicação, se é no setor comercial, se é no setor industrial ou no setor residencial. Então para vocês terem uma ideia, um hotel em que há substituição do gás, ou da energia elétrica, pelo aquecimento solar, o retorno de investimento poder ser tão baixo quanto seis meses. Então a gente tem caso de seis meses, nove meses, um ano. No setor residencial depende da classe social, depende de qual o valor do kWh que é pago em cada residência. Para vocês terem uma ideia, na nossa casa, por exemplo, em torno de dois anos eu tenho retorno desse investimento. É um equipamento que consome energia na sua fabricação, e em um ano e três meses – os cálculos que são feitos – ele retorna a energia que ele gastou na sua fabricação. Então para vocês terem uma ideia, ele vai durar 20 anos; em um ano e três meses ele retorna o que nós chamamos de conteúdo energético; com dois anos é pago esse investimento.

Então a gente pensa, essa é uma tecnologia sustentável. Mas em uma casa como Minha Casa Minha Vida em que o consumo da energia é menor – mostrei para vocês –, 130 kWh por mês, nós precisamos de sete, oito anos para ter o retorno desse investimento. Daí a importância dos programas de Governo.

Uma família que ganha até três salários mínimos, hoje no Minha Casa Minha Vida II foi definido em R$2.000,00 o aquecimento solar, todo: coletor, reservatório e a instalação. Uma família que ganha até três salários mínimos ela não tem como investir nesse valor. Então, daí a importância das políticas públicas e do Programa Minha Casa Minha Vida.

O retorno, como eu disse, varia muito. A nossa tecnologia não é a tecnologia mais avançada do mundo. Eu sempre brinco com os meus alunos, porque a Alemanha, por exemplo, faz os melhores coletores do mundo, mas eles não têm sol. Nós temos muito sol. Então nós temos uma tecnologia apropriada. E um cuidado: sempre que a gente fala em custos do aquecimento solar eu preciso chamar a atenção do mercado chinês. O mercado chinês está instalando a cada ano dez milhões de metros quadrado de coletores solares. Então eu disse a vocês que o Brasil tem sete milhões. Então a China faz em um ano o que o Brasil fez na vida toda dele. Mas a China escolheu uma alta tecnologia: vácuo, tintas especiais; e no Brasil temos que tomar muito cuidado, porque quando se procura coletores de baixo custo eu acho coletores de garrafas Pet, de divisórias de PVC, que são tecnologias que vão durar seis meses, oito meses; não são tecnologias sustentáveis.

Daí a importância, na minha fala, eu chamei a atenção do Programa do Inmetro sobre Certificação dos Produtos. Então a gente tem que tomar muito cuidado, porque água quente também não se pode guardar de qualquer forma, por causa de proliferação de bactérias. Então estamos falando, quando falo em R$2.000,00, de coletores que utilizam cobre, alumínio, aço inoxidável.

Há necessidade de reduzir esse custo? Com certeza. Há necessidade, Senadores, de se diminuir o lixo? E nós precisamos não só tratar melhor o nosso lixo, como nós precisamos produzir menos lixo. Isso, eu acho, que é uma causa de sustentabilidade.

Aí quero contar para vocês sobre um projeto que nós temos, aprovado pela Cemig e Aneel, em que nós vamos trabalhar com resíduo sólido eletro eletrônico, computadores, máquinas de fax, impressoras. E esse resíduo, uma parte dele, já é aproveitada, mas a parte polimérica ainda não.

Então nós estamos trabalhando nesse projeto para utilizar uma parte desse material como matéria-prima reciclada nos coletores solares. Com isso, a gente espera reduzir significativamente esse custo. Mas ainda é um projeto, ainda está em fase de pesquisa, mas a gente sabe que há a necessidade de reduzir esse custo.

Espero ter respondido a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professora Elizabeth.

Vamos ouvir, agora, o Celso Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários, Urbanos e Prevenção de Risco do Ministério das Cidades.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Senador Rollemberg, em relação à questão do Programa Minha Casa Minha Vida, realmente o grande investimento nessa questão da sustentabilidade que estamos discutindo é no aquecimento solar. Realmente como a professora acabou de falar, o Estado brasileiro está subsidiando em R$2.000,00 todas as famílias que vão ter uma residência uni familiar do programa com o sistema de aquecimento solar. Acho que esse é o grande avanço, um primeiro passo, mas um grande passo na utilização de tecnologias mais apropriadas em habitação popular e num programa da amplitude como esse da Minha Casa Minha Vida.

A questão da Senadora Ana Rita é uma questão que temos que refletir, pois é uma coisa que nos leva a refletir. Acho que tudo que discutimos aqui nos leva a refletir por que as nossas cidades têm esse problema? Por que as nossas cidades não são sustentáveis? Por que as nossas cidades são segregadas? Por que temos tantos problemas ambientais? Por que temos tantos problemas de injustiça e de segregação?

Estamos no campo das ideias, mas acho que essa cidade da forma como ela é não surgiu do acaso; eu penso que tem uma razão muito clara, ela tem uma lógica que é uma disputa que se faz na sociedade entre o direito privado e o direito coletivo. As nossas cidades têm essa cara porque elas foram construídas com base numa lógica de supremacia do direito privado sobre o direito coletivo.

Então Senador, se eu tenho um terreno bem localizado na cidade, pelo direito privado, individual, eu vou querer o máximo de lucro do meu terreno. É lógico. E o máximo de lucro do meu terreno talvez seja construir, vender para construir um *shopping center* naquele local. Mas do ponto de vista coletivo, o *shopping center* naquele local pode gerar um problema de barulho para a vizinhança, um problema de trânsito para toda a cidade, uma série de outros problemas que, do ponto de vista individual, eu não estou nem aí. Da mesma forma que do ponto de vista individual eu fique muito contente com a diminuição do IPI para o automóvel, que eu fique muito contente em poder comprar um carro com menos imposto. Mas do ponto de vista coletivo, isso não é o melhor para a cidade. O melhor para a cidade seria, eventualmente, diminuir imposto para a produção de ônibus, ou de metrô, ou de VLT, ou de sistemas de transporte coletivo.

É legítimo que a sociedade, por exemplo, fale que um determinado terreno bem localizado numa área central só possa ser usado para habitação popular. Isso é um instrumento que se chama "zona especial de interesse social". Pode-se decretar que o único uso daquele terreno é habitação de interesse social.

O interesse coletivo pode decretar que, nesse terreno que deve ser usado para habitação de interesse social, é obrigatória a construção; eu não posso deixá-lo vazio. Esse instituto chama-se "edificação compulsória".

O interesse coletivo pode decretar que, se o proprietário não construir nesse local, o Imposto Territorial e Predial Urbano aumente ao longo do tempo. Isso é o "IPTU Progressivo no Tempo".

E o interesse coletivo pode decretar que, após cinco anos, com aumento do IPTU, se mesmo assim o proprietário não construiu, esse terreno possa ser desapropriado com títulos da dívida pública. Isso é a "desapropriação-sanção". São instrumentos do Estatuto das Cidades que podem ser aplicados para se fazer uma urbanização mais adequada, mais inclusive, nas cidades, desde que prevista no plano diretor.

Agora, que Município implantou todos esses instrumentos nos seus planos diretores? Nós acabamos de passar por um ciclo de produção de plano diretor. Mais de 1.800 Municípios que tinham a obrigatoriedade implantaram esses instrumentos, fizeram o seu plano diretor, mas nenhum implantou esse conjunto de instrumentos que visa ampliar a oferta de terras para moradia popular em áreas dotadas de emprego. Nenhum implantou em sua totalidade. Por quê? Há muitas razões. Parece-me que uma razão bem plausível é que ninguém gosta de imposição do Estado, ou ninguém gosta de aumento de imposto.

Do ponto de vista da lógica individual, esses instrumentos são ruins. Mas, do ponto de vista da lógica coletiva, eles são essenciais para a construção de uma cidade sustentável. Então me parece que esse debate sobre direito privado individual e direito coletivo é essencial não só nas políticas públicas, mas nas discussões na imprensa, nas conversas, no posicionamento dos partidos políticos. Acho que é aí que a gente constrói uma mudança conceitual na nossa sociedade que possa nos ajudar a avançar em direção a cidades sustentáveis.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Celso.

Vamos ouvir, agora, o Eduardo, representando o movimento Nossa Brasília.

O SR. EDUARDO ROMBAUER – Senador, quando o senhor pergunta a minha opinião a respeito dessa situação específica, eu acesso a minha ignorância ao meu próprio favor – eu não sei o que opinar a respeito disso.

Por que eu não sei? Porque nós não tivemos diálogo. Não há debate público. Não existe um processo aberto no qual possamos construir e formar uma opinião. Então isso é algo que o nosso movimento está...

É por isso que a gente está numa fase inicial de construir indicadores, para, à luz desses indicadores, começar a questionar as políticas públicas. Mas o que de pronto eu posso questionar é justamente por que não existe esse diálogo. Abre-se um processo de participação, mas ele é fragmentado. E a participação fragmentada não permite à sociedade, de fato, ter uma visão sistêmica. Porque poderia simplesmente dizer: "Ah, melhor seria fazer o estádio em outro lugar". Mas que elementos eu tenho para isso, não é? Apenas um diálogo público consistente e a mídia que possa acompanhar etc. Existe todo um aparato de reflexão que precisa ser feito e que nós não temos, a não ser dentro dos próprios espaços da prática da política pública. Mas, perante a sociedade, o que nós sabemos é que existe um governo que tem uma noção de desenvolvimento que é de crescimento econômico e que foi eleito para isso. Isso justifica intervenções que sigam um caminho de pouco diálogo, pouca reflexão e muita eficiência. Foi o que coloquei nas nossas contradições da complexidade – como é que se integra então diálogo, participação, com eficácia e desenvolvimento.

Quando a Senadora Rita traz essa questão cultural, aí eu sinto que ela aborda uma questão fundamental, porque o nosso conceito de modelo de desenvolvimento está equivocado, ele não serve para a atual situação que vivemos no Planeta, no mundo, no Brasil. O desenvolvimento não pode ser visto como crescimento econômico. Eu estive, na semana passada, vendo um palestrante que sugeria um novo conceito que era crescimento econômico com justiça social, qualidade de vida, etc., e respeito aos limites ambientais. Eu discordo também que seja crescimento com isso. Acho que até pode ser crescimento, mas crescimento econômico quando e onde necessário, a serviço da qualidade de vida, a serviço dos valores, porque na verdade nenhum de nós tem que responder sozinho. Nós temos que ter diálogo público, para saber a serviço de que o desenvolvimento tem que estar – o crescimento econômico a serviço de quê.

Aí, já há uma contribuição para isso. Eu acho que o nosso conceito de desenvolvimento tem que nos permitir ver o invisível. Não é apenas a dimensão material que se desenvolve, e não apenas as dimensões estatísticas de quantos alunos são educados, em quais matérias, e com que notas. Mas como a gente cria um conceito que nos permita ver o invisível, a di-

mensão cultural, o modo de vida, os nossos valores, os nossos sonhos. Como é que a gente pode fazer com que a política possa se relacionar com as aspirações das pessoas, com as suas realizações. Como é que a gente consegue enxergar o ser humano de um modo mais inteiro, e não apenas como um consumidor, alguém que vai e volta, paga um ônibus, vai a uma escola, está rico ou está pobre. Como é que a gente vê se a felicidade humana, por exemplo, está sendo realizada pelas pessoas.

Hoje existem movimentos sólidos, internacionais, que defendem a Felicidade Interna Bruta, por exemplo; como é que você reconhece a felicidade como elemento de desenvolvimento de um país.

Mas eu corroboro muito com isso. Acho que essa dimensão cultural do modo de vida que dialoga com a subjetividade humana é fundamental. Então a minha resposta seria um apelo que possamos nos engajar realmente nessa discussão.

O Ipea já tem uma reflexão muito interessante do desenvolvimento numa perspectiva aplicada. Mas o Senado, a sociedade civil, todos nós temos que – sou radical – acabar com atual conceito de desenvolvimento. Temos que virar a página, não serve. Com essas concepções e crenças embutidas nele, não tem como a gente construir uma sociedade sustentável, justa. É outro. Mas qual é o outro? O outro nós temos que construir juntos, e o Senado, o Congresso é um ator fundamental, porque aqui a gente pode ir além da dimensão aplicável.

O apelo também é para o Ipea, porque esse conceito de desenvolvimento é também para o Executivo. Nós também precisamos pensar num conceito que seja aplicável, mas precisamos de um conceito político, um conceito histórico, um conceito muito mais amplo, que faça muito mais sentido.

Essa é uma discussão que tem que estar na nossa pauta, com diálogo, com a sua devida... É a base.

Então a minha resposta é este apelo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Eduardo, pela colaboração que você traz a este debate aqui, representando o Movimento Nossa Brasília.

Agora eu passo a palavra ao Renato Balbim, representando o Ipea.

O SR. RENATO BALBIM – Bom, agradeço pelas questões colocadas, que me dão oportunidade de traduzir um pouco mais todos esses esforços que nós estamos fazendo no Ipea.

Já entrando na questão dos índices e índices de desenvolvimento, o Eduardo já me deu uma deixa de tratar um pouco o assunto. Existem inúmeros índices em debate hoje no cenário nacional e internacional. Um deles inclusive é o de felicidade bruta, que é analisado e contraposto nas pesquisas internas do Ipea.

O Ipea se debruça fortemente sobre indicadores. É a sua área core de atuação. Nós desenvolvemos um índice específico, que é o Índice da Qualidade do Desenvolvimento, que é uma publicação mensal, o IQD. E o IQD é composto do Índice de Qualidade de Crescimento mais um Índice de Qualidade da Inserção Externa do Crescimento Nacional e um Índice de Qualidade de Bem-Estar. É uma composição de três índices já bastante complexos, inclusive, trazendo, aí, por exemplo, se o índice dá como alto, é porque você tem um significativo crescimento econômico com distribuição de renda e inserção internacional brasileira. Entre outros componentes desse índice, inclusive, está o desmatamento. É curioso, é um índice extremamente composto, mas é um índice como os outros. E todos estão aí em discussão, em debate, como o da Felicidade Bruta.

E a deixa, também do Eduardo, é a questão política, discussão de futuro que se quer fazer desta Nação para que aí a gente selecione os índices. Isso porque os índices muitas vezes nos subvertem um pouco, invertem a pauta e colocam já definições políticas que estão embutidas no índice. E esse é um debate importantíssimo na Rio+20, porque existe uma série de indicadores em discussão na ONU, no cenário internacional, que vão ser colocados e debatidos para ver se entram como padrão, por exemplo, para substituir o PIB. O PIB, todos sabemos, não dá mais para se discutir cenário hoje mundial a partir de uma comparação de PIB.

E essa discussão política e discussão da nação que queremos é que a gente tem fazer e tomar o tempo para tanto. O problema é que a questão das ordens práticas elas nos subvertem. E aí um pouquinho depois tratar isso quando falar da questão com a Senadora Ana Rita, a quem eu agradeço muito as questões, a questão cultura colocada, etc.

Então, tem o IQD, que é um trabalho específico do Ipea, Senador, que eu acho que contribui, e tem uma série de outros trabalhos que, inclusive, se houver a perspectiva e o interesse, a gente pode selecionar de críticas e debates sobre os indicadores que estão sendo apresentados.

Entrando nessa questão, Senadora Ana Rita, e também trazendo um pouco o que o Celso colocou, entrando um pouco na discussão no plano da discussão das ideias, e é necessário fazer essa discussão no plano das ideias, que é a discussão da ordem política das coisas e da visão de futuro, eu acho que a senhora tem muita razão quando coloca que é uma questão cultural a superação dessas dificuldades e chegar a

políticas mais integradas, seja no plano setorial ou integradas no território. Mas aí novamente me vem essa questão do tempo, que eu estou colocando aqui, que é o que nós vivemos hoje neste País. Continuamos vivendo o tempo das necessidades e das urgências, ligado às carências. É esse o tempo que muitas vezes nós vivemos. E aí seja para o gestor seja para o político, pensando em política pública, por isso gestor público e político, se torna muito mais fácil ou evidente a tradução de uma solução na mesma esfera, na esfera da urgência, de um tempo rápido, de uma praticidade. E aí há o escorregamento dos especialistas aqui em área de risco do País – está aqui ao meu lado o Celso –; o escorregamento é resolvido só com a criação lá de um talude, de uma barreira, etc., quando a solução do escorregamento da encosta não está no talude. Isso é paliativo. A solução está no fato de que não se tem que ocupar aquela encosta.

Então, está numa discussão de um processo de urbanização, que é o que a gente quis trazer um pouco e estamos estudando e tentando mensurar isso, porque a discussão política, nós entendemos, como Instituto de Pesquisa Aplicada, que ela tem que estar municiada de instrumentos indicadores, senão fica muito na questão das ideias. Temos que municiar um pouco isso, valorar. E aí para valorar – e se pega outra questão pela senhora colocada, Senadora – a questão do lixo... Dois anos atrás o Ipea elaborou, em associação com o MMA, o Ministério do Meio Ambiente, um programa chamado Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos – o PSAL. Está lá na página do Ipea, qualquer um pode entrar ou com estas siglas PSAL ou Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos.

Então foi elaborado um programa específico para, entre outras coisas, a remuneração básica para os catadores, para que eles possam entrar numa cadeia produtiva de reciclagem. Isso porque o que a gente verifica – e aí a complexidade das coisas – é que muitas vezes você vê um catador – você pode reparar, reparem nas ruas –, você passa lá com um carrinho e você vê que o cara está cheio de papelão. Aí passam, sei lá, seis meses, um ano, repara de novo em catadores, ele está catando materiais ferrosos, alumínio, etc. E o papelão está ficando. Isso porque você tem movimentos econômicos nisso. Só que o catador está no limiar da pobreza. Você tem que dar o mínimo para ele, uma remuneração mínima para cada um desses produtos, para ele poder sempre estar pegando a quantidade exata, reciclando aquilo e você ter uma cadeia produtiva da reciclagem.

Por exemplo, se acontece alguma coisa na China, um crescimento acelerado, aumenta o consumo do minério de ferro das nossas jazidas; logo, tudo que é de material ferroso de descarte aumenta, e o catador já traz material ferroso. Só que se a China para ou diminui um pouco o seu crescimento, o que o catador faz? É aquela história da pinga. Tem uma música do Chico Buarque que fala da pinga, dos Estados Unidos, da guerra. Bom, eu não lembro agora e também não vou ficar citando música aqui, cantando música aqui. Mas sem isso, quando você vai ver, o consumo da cachaça, que está de graça, que é uma das rimas aqui, está ligado com o cenário internacional.

Então, o PSAL é um exemplo de uma política integrada e de como fazer uma política integrada. E aí a gente vê também as dificuldades, porque o PSAL não está implementado. Imaginem a dificuldade para o Poder Público conseguir repassar recursos para catadores, para cooperativas, com toda a fragilidade institucional da formalização que isso tem.

Então, isso está numa óptica, de discussão da política pública no sentido de que a gente vai requerer de uma cooperativa de catadores as mesmas garantias de uma cooperativa de crédito imobiliário? Não tem como.

Entrando nas Conferências do Desenvolvimento – só para dar uma notícia –, o Ipea fez, nos últimos anos, duas edições das Conferências do Desenvolvimento. O Ipea realizou conferências regionais e uma conferência nacional, inclusive a última no ano passado, ligando ou juntando diversos setores da sociedade, sobretudo a área mais acadêmica, para discutir a perspectiva do desenvolvimento. Isso está dentro de uma programação, de uma estratégia do Ipea da discussão das perspectivas do desenvolvimento brasileiro.

No seu biênio anterior, essa discussão das perspectivas do desenvolvimento resultou num volume de publicações, que também está no *site* do Ipea. Todas as publicações pensando no desenvolvimento a partir de diversas visões e numa perspectiva de futuro.

Iniciamos um segundo biênio da discussão das perspectivas do desenvolvimento em que uma das estratégias é as Codes – Conferências para o Desenvolvimento, agora realizadas pelo Ministério da Integração.

Então, já se traduzindo um pouco, esperamos mais em políticas públicas e com o Ipea dando subsídios para os debates que lá acontecerão. A primeira vai acontecer agora, em junho já, em Goiânia. Não lembro aqui a data, mas essas informações estão no *site* do Ipea.

Para finalizar, eu não poderia deixar de entrar um pouco na questão – tomando um pouco daquilo que o Celso falou, e trazendo novamente para a questão das cidades sustentáveis – da urbanização em si. O fato é – e o Celso citou aqui – que temos inúmeros instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários colocados

que possibilitariam o crescimento e o desenvolvimento de cidades muito mais inclusivas, muito mais justas, muito mais sustentáveis.

Pesquisas do Ministério das Cidades de acompanhamento dos planos diretores e da Munic, do IBGE, revelam que nenhum Município no País aplica todos os instrumentos do Estatuto da Cidade. Lei esta votada nesta Casa e aprovada por unanimidade. Não aplicam. E não aplicam por inúmeras razões, algumas aqui já reveladas.

Agora, não adianta nesse sentido. O que se aponta é: não precisamos muito reinventar a roda. A gente tem que colocar, muitas vezes, é a roda para girar mesmo. A aplicação desses instrumentos urbanísticos, entendo que esbarra numa questão fundamental e de ordem política para um debate nesta Casa, que é a discussão da função social da propriedade. Tema esse colocado na Constituição, regulamentado pelo Estatuto da Cidade. Mas que tem uma pegadinha lá no Estatuto da Cidade, que junta com a outra pegadinha, que inicialmente falei aqui, do que é cidade neste País.

Temos dois problemas que entendo são básicos: cidade, toda sede do Município. Não temos mais critério. O debate fica um pouco amorfo. E a outra pegadinha é a questão da função social da propriedade, que está colocada na Constituição, mas a definição da função social da propriedade se dá nos planos diretores.

Então, nós temos 5.564, em tese, definições da função social da propriedade no País, nessas tais cidades que não são, necessariamente, cidades. Quando jogamos isso para o arcabouço da ordem prática, dos interesses legítimos da sociedade, seja do capital, seja dos interesses das necessidades e carências, ou no plano jurídico, a gente vê a complexidade disso e por que isso muitas vezes não se efetiva.

Bom, eu encerro a minha participação por aqui, deixando este recado: devemos pensar como colocadas perspectivas novas para o desenvolvimento deste País, buscando justiça social e cidades, sim, sustentáveis. Em parte, essas perspectivas acontecerão, como as pesquisas que a gente vem elaborando revelam, através da simples colocação em execução de políticas de instrumentos já traçados no nosso ordenamento jurídico. Em outra parte, lógico, está na discussão do plano das ideias de uma política de futuro para esta Nação.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador. Agradeço aos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Renato.

Quero agradecer a todos os nossos convidados: Renato Balbim, Coordenador de Produtos do Departamento de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais do Ipea; Eduardo Rombauer, Membro do Colegiado Executivo do Movimento Nossa Brasília; Srª Professora Elizabeth Pereira, Professora do Centro Universitário UNA; Celso Santos Carvalho, Diretor de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades.

Agradeço a todos que também acompanharam este debate. Debate rico, que trouxe uma contribuição importante para os debates que a Comissão de Meio Ambiente vem fazendo e que antecedem a Rio+20.

Quero lembrar que vamos fazer um intervalo. Vou encerrar esta reunião e, daqui a pouco, em minutos, começaremos uma reunião deliberativa da Comissão de Meio Ambiente.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

Um bom dia a todos!

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, FLEXA RIBEIRO** e o Senhor Senador não-membro **EDUARDO SUPLICY**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, WALDEMIR MOKA, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 44, de 2012**, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater formas de utilização dos recursos oriundos da renovação a título oneroso, por prorrogação ou nova licitação, de concessões de geração de energia elétrica, espe-

cialmente na destinação, em parte, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias, tendo como convidados: Representante da Agência Nacional de Águas (ANA); Representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica de Menor Porte (ABRADEMP); Representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia; Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Representante do Ministério de Minas e Energia (MME)". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado**: Aprovado com aditamento para inclusão como convidado de um representante do Instituto Acende Brasil. **ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 45, de 2012**, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a utilização do bioquerosene de aviação como alternativa para a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa, bem como a formulação de políticas públicas coerentes com as necessidades deste importante mercado global, tendo como convidados: Representante da International Air Transport Association (IATA); Representante da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER); Representante da Boeing Commercial Airplanes; Representante da União Brasileira de Biodiesel (UBRABIO); Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Representante da Casa Civil da Presidência da República; Representante da Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA)". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 46, de 2012**, que "Requeiro, nos termos dos artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir a substituição do PIB por novo índice de desenvolvimento sustentável que incorpore as variáveis econômicas, sociais e ambientais, e não apenas as econômicas, como é o caso do PIB. O tema da audiência tem a importância de trazer ao debate, no Senado, uma das relevantes discussões da Agenda da Conferência Rio+20. Para tanto, posteriormente indicaremos os convidados para a Audiência". Autoria: Senador Jorge Viana. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, de 2012**, que "Nos termos do Art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam convidados para audiência pública, nesta Comissão, representantes do Ministério do Meio Ambiente, da FUNAI e do Ministério Público Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a situação na região de Açailândia-MA, em especial sobre a produção de aço e ferro-gusa, que tem gerado desmatamento, poluição, exploração de mão-de-obra escrava e violência". Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 48, de 2012**, que "Nos termos do Art. 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada diligência desta Comissão, para apurar denúncias trazidas por recente reportagem publicada no Jornal o Globo, tratando da prática de crimes ambientais na região de AÇAILÂNDIA – MA. Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Jorge Viana. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 6) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 8, de 2012 – Não Terminativo**, que aduz "Copa do mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras no Porto de Natal/RN". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo conhecimento da matéria, comunicação à Subcomissão da Copa do Mundo e arquivamento. **Resultado**: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, comunicação à Subcomissão de Copa do Mundo e arquivamento. **ITEM 7) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 9, de 2012 – Não Terminativo**, que "Copa do mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras de construção do terminal marítimo de passageiros do porto de Mucuripe, em Fortaleza/CE". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pelo conhecimento da matéria, comunicação à Subcomissão da Copa do Mundo e arquivamento. **Resultado**: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, comunicação à Subcomissão de Copa do Mundo e arquivamento. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** do seguinte requerimento: **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 49, de 2012**, que "Requer a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, da Exposição Rios Voadores, no período de 5 a 15 de junho de 2012, na Senado Galeria e Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, como parte das atividades em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado**: Aprovado. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa

Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Informo o recebimento dos seguintes documentos que se encontram à disposição dos Membros na Secretaria da Comissão:

– Ofício PGR/GAB nº 538, informando que o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República do Município de Campos dos Goitacazes, resolve instaurar inquérito civil público, na área de meio ambiente, com o objetivo de colher e investigar elementos que permitam conhecer a atuação da Agência Nacional de Petróleo – ANP, e de outros órgãos públicos, na fiscalização de empresas atuando na exploração de petróleo *offshore*, por empresas nacionais e estrangeiras, incluindo a possível revisão de parâmetros e recursos alocados para tal atividade (humanos, técnicos e materiais);

– Informe do Tribunal de Contas da União sobre o seminário Desastres Naturais – Ações Estrangeiras, a fim de promover o debate e a troca de experiências entre técnicos, especialistas, acadêmicos e autoridades públicas (ministros, governadores, senadores, deputados e presidentes de tribunais). A missão é enfrentar as dificuldades causadas pelos desastres naturais, obedecendo aos rigores da legislação brasileira.

Passa-se ao item 1:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 44, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater formas de utilização dos recursos oriundos da renovação a título oneroso, por prorrogação ou nova licitação, de concessões de geração de energia elétrica, especialmente na destinação, em parte, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente ripárias, tendo como convidados:

– Representante da Agência Nacional de Águas (ANA);

– Representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica de Menor Porte (Abrademp);

– Representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia;

– Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);

– Representante do Ministério de Minas e Energia (MME).

Quero também acrescentar o Representante do Movimento Acende Brasil.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Item 2:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 45, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública pela Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a utilização do bioquerosene de aviação como alternativa para a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa, bem como a formulação de políticas públicas coerentes com as necessidades deste importante mercado global, tendo como convidados:

– Representante da International Air Transport Association (IATA);

– Representante da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer);

– Representante da Boeing Commercial Airplanes;

– Representante da União Brasileira de Biodiesel (Ubrabio);

– Representante da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
– Representante da Casa Civil da Presidência da República;
– Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 46, de 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 93, inciso II, e 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir a substituição do PIB por novo índice de desenvolvimento sustentável que incorpore as variáveis econômicas, sociais e ambientais, e não apenas as econômicas, como é o caso do PIB.

O tema da audiência tem a importância de trazer ao debate, no Senado, uma das mais relevantes discussões da Agenda da Conferência Rio+20.

Para tanto, posteriormente indicaremos os convidados para a Audiência.

Autoria: Senador Jorge Viana

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os itens 4 e 5, são de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 47, de 2012

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam convidados para audiência pública, nesta Comissão, representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Funai e do Ministério Público Federal, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a situação na região de Açailândia – MA, em especial sobre a produção de aço e ferro-gusa, que tem gerado desmatamento, poluição, exploração de mão de obra escrava e violência.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Item 5:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 48, de 2012

Nos termos do art. 90, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada diligência desta Comissão, para apurar denúncias trazidas por recente reportagem publicada no Jornal O Globo, tratando da prática de crimes ambientais na região de Açailândia – MA.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senador Jorge Viana

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6:

ITEM 6

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONROLE Nº 8, DE 2012

Copa do Mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras no Porto de Natal/RN.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pelo conhecimento da matéria, comunicação à Subcomissão da Copa do Mundo e arquivamento.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, cumprindo o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, eu gostaria de pedir a V. Exª que me dispensasse da leitura completa do relatório, tendo em vista nós estarmos diante de um procedimento corriqueiro da própria Comissão, que cumpre o Ato nº 2, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª está atendido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O Aviso nº 8, de 2012 (Aviso nº 01875, de 7/12/2011, na origem), referente à Copa do Mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras no Porto de Natal/RN.

Passo, com a autorização de V. Exª, direto para a análise.

Análise.

O aviso em análise apresenta determinação do Tribunal de Contas da União para corrigir irregularidades ou falhas pontuais no processo licitatório. Ainda informa que os órgãos de controle responsáveis pelo aviso adotaram as providências necessárias para o seu tratamento.

As finalidades legais do mecanismo preventivo foram cumpridas e as providências acordadas com o gestor farão com que os prejuízos ao Erário e aos princípios da Administração Pública não sejam concretizados.

Voto.

Uma vez que os objetivos do controle prévio foram cumpridos e as determinações do Tribunal de Contas da União foram acatadas pelo gestor, somos de opinião de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do aviso;

b) dê conhecimento à Subcomissão da Copa do Mundo;

c) remeta o processo a arquivamento.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Senador Jorge Viana permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Como V. Exª tinha já anunciado, está sob minha relatoria o Aviso nº 9. Solicito também que me dispense da leitura do relatório, tendo em vista ser um procedimento do Tribunal de Contas da União. Como veio em forma de aviso, cumprindo o Ato nº 2...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só um minutinho, Senador Jorge Viana. É o item 7.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou ler:

ITEM 7

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 9, DE 2012

Copa do Mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras de construção do terminal marítimo de passageiros do Porto de Mucuripe, em Fortaleza/CE.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo conhecimento da matéria, comunicação à Subcomissão da Copa do Mundo e arquivamento.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço a V. Exª que me dispense da leitura...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª tem autorização para ir direto ao voto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 9, de 2012 (Aviso nº 1283, de 7/12/2011, na origem), referente à Copa do Mundo de 2014. Levantamento de auditoria sobre obras de construção do terminal marítimo de passageiro no Porto de Mucuripe, em Fortaleza/CE.

Passo à análise, Sr. Presidente, como V. Exª autorizou.

Análise.

O Aviso em análise apresenta determinações do Tribunal de Contas da União para corrigir irregularidades ou falhas pontuais no processo licitatório e ainda informa que os órgãos de controle responsáveis pelo Aviso adotaram as providências necessárias para o seu tratamento.

As finalidades legais do mecanismo preventivo foram cumpridas e as providências acordadas com o gestor farão com que os prejuízos ao Erário e aos princípios da Administração Pública não sejam concretizados.

Voto.

Diante do exposto, tendo o Tribunal de Contas da União desempenhado às ações de controle que deveriam ser efetivamente realizadas e, por sua vez, a Companhia Docas do Ceará ter acatado as sugestões de alteração do edital, isto posto, somos de opinião que esta Comissão:

a) tome conhecimento do feito;

b) informe a Subcomissão da Copa;

c) remeta o processo ao arquivamento.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do Relatório do Senador Jorge Viana permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Agora, vou submeter à Comissão a inclusão de um requerimento de minha autoria, extrapauta.

Item extrapauta:

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 49, de 2012

Requeiro a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da Exposição Rios Voadores, no período de 5 a 15 de junho, de 2012, na Galeria Espaço Cultural Evandro Cunha Lima, do Senado Federal, como parte das atividades em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Submeto o requerimento à inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Bom, nós temos ainda dois itens não-terminativos, mas os relatores ainda não chegaram.

Quero fazer uma consulta aos Membros da Comissão.

V. Exªs entendem, Senador Jorge Viana e Senador Pedro Taques, que a Comissão de Meio Ambiente deve apresentar algum documento, com a posição da Comissão de Meio Ambiente sobre a Rio+20?

Eu gostaria de ouvir V. Exªs sobre isso.

Se entenderem que isso é importante, nós vamos buscar construir, junto com a Consultoria da Casa, uma Minuta sobre o que entendemos deva ser a posição da Comissão de Meio Ambiente da Casa, para submeter, ao longo da semana, a todos os Membros desta Comissão, a fim de que possa ser apreciado na próxima reunião deliberativa.

Teria apenas o objetivo de ter uma posição política da Comissão de Meio Ambiente, acerca das expectativas em relação à Rio+20.

Consulto V. Exªs sobre a ideia.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Rodrigo, eu agradeço e acho da maior importância, porque, se tem um espaço no Senado Federal que está acolhendo, há meses, esse tema ou os temas que serão tratados daqui a poucos dias na Rio+20, é a Comissão de Meio Ambiente presidida por V. Exª.

Aliás, nós estamos debatendo essa questão desde o ano passado, logo que iniciamos os trabalhos legislativos.

Foram debates interessantes. Ouvimos os mais diferentes setores da sociedade, num primeiro momento vinculados ao Código Florestal, mas já antecipávamos a discussão sobre os temas da Rio+20.

Tem algumas ameaças rondando, às vésperas da Rio+20, e uma delas é de desprestígio político, tendo em vista a possível ausência de importantes líderes mundiais.

A Presidente, a Primeira-Ministra da Alemanha, o Primeiro-Ministro da Inglaterra, o Presidente dos Estados Unidos, se essas figuras não vierem, a líder da maior economia da Europa, o líder da maior economia do mundo, certamente essa conferência perde, no aspecto da representação política das lideranças mundiais hoje. Mas o mundo também está meio de cabeça para baixo em relação à Rio 92.

Hoje, as grandes economias vivem numa crise profunda, e a esperança do mundo é voltar a ter crescimento, voltar à normalidade, principalmente nos países em desenvolvimento: Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul.

A Presidente Dilma tem feito um esforço, já tem a confirmação de mais de 100 líderes mundiais. E vamos ter, de fato, uma grande conferência. Espero que ela seja ousada como foi a Rio 92. Espero que a participação da sociedade seja também singular, seja marcante, porque tenho afirmado que a sociedade, quando o tema é desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, combate à pobreza, preocupação com o clima e com o meio ambiente, ela está bastante na frente de governos; aliás, as organizações sociais estão na frente dos partidos. E aqui, no Senado, nós temos um conjunto de Senadores que têm seus mandatos comprometidos com o debate de temas que possam atender os interesses do País e do mundo.

Esse é um tema de que eu tenho participado aqui, nesta Comissão, e acho muito oportuno o pro-

pósito de V. Exª. Nós fizemos um debate aqui sobre a Carta da Terra; temos aí a sociedade civil também se manifestando. E o Brasil está ajudando junto com os representantes da ONU a definir um documento básico; eu acho que o Senado tem autoridade, a Comissão de Meio Ambiente tem autoridade, depois das audiências que fizemos de, quem sabe tirando uma média dessas opiniões que chegaram até aqui, termos um posicionamento que possa colaborar com o sucesso da Rio+20.

Concluo, dizendo que, como foi falado aqui, na semana passada, num debate, somos 7 bilhões de pessoas no planeta; os recursos estão se esgotando e o mundo segue injusto.

Se nós incluirmos, como consumidores, aquilo que os europeus e americanos já acessam, do ponto de vista do uso da energia, das condições de moradia, do acesso à água e aos alimentos, o mundo estaria absolutamente inviabilizado. Então, mais do que nunca, nós precisamos de uma concertação, se queremos construir uma civilização sustentável, se queremos mudar o padrão de produção e consumo, é muito importante que enxerguemos na Rio+20 uma oportunidade para o mundo pactuar.

Eu sei que é muito difícil. A maioria dos países que estão vivendo a crise na Europa, os próprios Estados Unidos, agora dizem: Não, a prioridade é sair da crise. Mas não adianta. Sai da crise sem nenhuma sustentabilidade. A agenda socioambiental só cresce; a luta por segurança alimentar, combate à pobreza, por garantias individuais de cada cidadão, é uma agenda do século XXI e, lamentavelmente, a prioridade da política de muitos países ainda está focada no século XX.

Então eu acho que seria muito oportuno a Comissão começar a trabalhar um rascunho; que o quanto antes nós possamos colocar, para o debate nacional e mundial, a posição da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, afim de que possa, quem sabe, nos ajudar a tirar uma posição, do conjunto de Senadores, com os alertas, as preocupações, com as sugestões, e apontando caminhos para que a gente possa, após a Rio+20, colaborar para que o mundo entre definitivamente no século XXI; que os que sofrem no planeta parem de sofrer; que o abuso na utilização e no acesso aos recursos naturais possa cessar. E que a gente possa, de fato, ter uma forte mudança no padrão de consumo e de produção para que o mundo se aproxime da sustentabilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Senador, eu entendo como válida a elaboração de um material desta comissão para que possamos levar a este debate significativo, como bem disse o Senador Jorge Viana. Quero subscrever a importância da sua fala, e nós aqui no Senado não podemos ficar fora desse debate, temos que levar para esse encontro de significativo valor para o futuro da humanidade a nossa posição.

Quero louvar o trabalho desta comissão, nas várias audiências públicas que foram realizadas, notadamente na que trata da economia verde.

Isso precisa ser debatido e não podemos ficar aqui guardados, com essas informações dentro de uma gaveta.

Nós precisamos abrir a gaveta e tenho certeza que V. Exª fará isso de uma forma que possa nos orgulhar nesta conferência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

V. Exªs receberam uma Minuta de um texto, Senador Jorge Viana e Senador Pedro Taques, que é apenas para o início de um debate. A ideia é passar a todos os Membros desta Comissão ao longo da semana, recolher sugestões até segunda-feira, para que na terça-feira nós possamos apreciar um documento que reflita a posição oficial da Comissão de Meio Ambiente.

Quero registrar que, no Dia do Meio Ambiente, dia 5 de junho, nós teremos aqui, às 18h30min, a presença do Sr. Achim Steiner, Secretário-Geral do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Enquanto aguardamos a presença do Relator, Senador Anibal Diniz, que é o Relator do próximo projeto, eu vou ler a Minuta do documento, proposta, o nosso *Draft Zero*, para iniciar o debate no âmbito da Comissão de Meio Ambiente:

> *"A Rio+20 que queremos.*
> *Considerando que as Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ocorrem a cada dez ou vinte anos, a Rio+20 é uma oportunidade estratégica tanto para avaliar os resultados dos compromissos anteriormente assumidos como para refletir sobre os destinos do mundo de modo desvinculado das preocupações cotidianas, os objetivos gerais da Rio+20, definidos pelas Nações Unidas, são a renovação do compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável. A avaliação do progresso na área e a identificação de gargalos e novos desafios à implementação das ações previstas nas conferências anteriores, as discussões sobre desenvolvimento sustentável devem considerar no mínimo suas três dimensões principais: econômica, ambiental e social.*

A Rio+20 terá dois focos:

1 – a promoção da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;

2 – a formatação de uma estrutura institucional efetiva e eficiente para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, orientada para a implementação da Agenda 21, o acompanhamento dos resultados das principais cúpulas mundiais sobre o desenvolvimento sustentável, e a identificação de novos desafios ao desenvolvimento sustentável.

A economia verde só faz sentido quando inserida no quadro mais amplo da promoção do desenvolvimento sustentável, crescimento econômico com proteção ambiental e inclusão social.

Parece cada vez mais urgente a necessidade de criação de uma instituição internacional de promoção do desenvolvimento sustentável que harmonize os regimes internacionais relacionados ao tema. A dinâmica das políticas domésticas não deveria condicionar o encaminhamento das decisões estratégicas da Conferência.

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil, integrantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal brasileiro, desejamos que o documento final da Conferência Rio+20 contemple os seguintes pontos:

1 – Renovação do compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável, consideradas no mínimo suas três dimensões principais: crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social;

2 – Reafirmação dos Princípios da Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento, firmada durante a Conferência Rio 92;

3 – Avaliação do andamento das medidas previstas na Agenda 21 e dos resultados obtidos na promoção do desenvolvimento sustentável desde a Rio 92;

4 – Identificação de novos desafios no desenvolvimento sustentável e atualização das estratégias traçadas na Agenda 21, inclusive com uma reflexão profunda sobre os atuais padrões de produção e consumo da sociedade;

5 – Conceituação mais precisa da economia verde e da sua importância como instrumento para a promoção do crescimento econômico, com proteção ambiental e inclusão social;

6 – Definição mais precisa dos elementos da economia verde para que os países possam traçar as suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável;

7 – Criação de uma estrutura institucional internacional que atribua igual relevância, no mínimo, às dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância das constantes interações entre elas;

8 – Fortalecimento dos organismos ambientais internacionais com a promoção da imprescindível articulação entre as estratégias de implementação dos diversos tratados ambientais internacionais;

9 – Criação, quando inexistentes, e fortalecimento de instituições internacionais voltadas para a efetiva promoção da inclusão e da justiça social;

10 – Criação de indicadores e objetivos de desenvolvimento sustentável a serem atingidos por todos os países até 2030;

11 – Indicação da necessidade de se firmarem convenções internacionais sobre águas, responsabilidade socioambiental das empresas e florestas, inclusive com a criação da área de preservação permanente mundial;

12 – Definição de mecanismos de financiamento do desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento, inclusive com a reafirmação dos compromissos assumidos desde 2002, na Conferência de Monterrey, sobre o financiamento do desenvolvimento;

13 – Criação de instrumentos efetivos de desenvolvimento e transferência de tecnologias verdes para os países em desenvolvimento;

14 – Indicação da necessidade de criação de mecanismos de regulação e controle do mercado financeiro internacional com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável."

Repito que essa é uma mera sugestão para o início do debate sobre o documento a ser aprovado no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Infelizmente, os nossos projetos não-terminativos, devido ao baixo quórum e devido ao fato de que os relatores dos mesmos estão ausentes, nos impossibilitam de prosseguir. Nesse sentido, eu agradeço, mais uma vez, a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 2 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **SÉRGIO SOUZA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, WALDEMIR MOKA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VICENTINHO ALVES, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, ROMERO JUCÁ, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO, GIM ARGELLO e RANDOLFE RODRIGUES.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. **COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA**. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: – Comunicado do "Instituto Ambiental Biosfera" sobre a realização do "Seminário Internacional sobre Prevenção, Mitigação e Remediação de Desastres Ambientais" (Disaster Management 2013), a transcorrer no período de 18 a 21 de março de 2013, no Centro de Convenções do Hotel Atlântico Búzios Convention e Resort, em Búzios, no estado do Rio de Janeiro. O instituto solicita ainda o apoio institucional do Senado Federal através desta comissão; – Ofício nº 263 GABIN/SEAE-MF, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda ,que encaminha relatório de atividades 2011; – Leitura de aviso, em conformidade ao ato n° 02, de 2009 da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle do senado federal: aviso nº 433-SESES-TCU-PLENÁRIO, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1036/2012-TCU-PLENÁRIO, referente ao relatório de acompanhamento, realizado na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos ou financiamentos aos governos estaduais ou municipais para as obras de mobilidade urbana relacionadas com o evento copa do mundo de futebol de 2014. Passa-se à **PAUTA. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 50, de 2012**, que "Requeiro, nos termos do artigo 102-A, combinado com o artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência para verificar a real situação do Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, patrimônio cultural da humanidade, tombado pela UNESCO em 1991 e que segundo noticiado pela Arqueóloga Niéde Guidon, encontra-se em estado de abandono por falta de recursos públicos federais, com avançada devastação da fauna e da flora e com os sítios arqueológicos e palentológicos depredados". Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Não Terminativo**, que "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural". Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Em discussão, usa da palavra a Senhora Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado com a emenda nº 1-CMA (substitutivo). É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 51, de 2012**, que "Requer, nos termos regimentais, aditamento ao RMA 131/2011 – CMA, para incluir o tema "Cooperação Internacional" entre aqueles a serem abordados pelo referido requerimento". Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 52, de 2012**, "Requer, nos termos regimentais, seja a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) representada na cerimônia de Premiação dos Campeões da Terra (Champions of the Earth) , evento promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP – United Nations Environment Programme), como parte das celebrações do Dia Mundial do Meio Ambiente 2012 e pré-evento oficial do Encontro Rio+20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no dia 4 de junho do corrente ano". Autoria: Senadores Jorge Viana e Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Sérgio Souza,** Presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada e será publicada no Diário do Senado.

Comunicados da Presidência.

Informo o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros, na Secretaria da Comissão.

Comunicado do Instituto Ambiental Biosfera sobre a realização do Seminário Internacional sobre Prevenção, Mitigação e Remediação de Desastres Ambientais *(Disaster Management 2013)*, a transcorrer no período de 18 a 21 de março de 2013, no Centro de Convenções do Hotel Atlântico Búzios Convention e Resort, em Búzios, no Estado do Rio de Janeiro.

O Instituto solicita ainda o apoio institucional do Senado Federal, através desta Comissão.

O Ofício nº 263, Gabin/CAE/MF, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que encaminha o Relatório de Atividades 2011.

Leitura do aviso em conforme ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente. Aviso nº 433, Plenário do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1036/2012, referente ao Relatório de Acompanhamento, realizado na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos ou de financiamentos aos governos estaduais ou municipais para as obras de mobilidade urbana, relacionadas com o evento da Copa do Mundo.

Conforme análise prévia, o aviso ou os avisos serão distribuídos a um dos Senadores membros para apresentação de relatório.

Passemos, então, aos itens da Pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 50, de 2012

Requeiro, nos termos do artigo 102-A, combinado com o artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada diligência para verificar a real situação do Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, patrimônio cultural da humanidade, tombado pela UNESCO em 1991, e que segundo noticiado pela Arqueóloga Niéde Guidon, encontra-se em estado de abandono por falta de recursos públicos federais, com avançada devastação da fauna e da flora e com os sítios arqueológicos e paleontológicos depredados.

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Sérgio Souza

Em votação o presente requerimento, subscrito também por mim, Senador Sérgio Souza.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o presente requerimento.

Temos também dois requerimentos extrapauta, um deles de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, também subscrito por mim, e o outro de autoria do Senador Jorge Viana, também subscrito por mim.

Primeiro, submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a inclusão dos Requerimentos nºs 51 e 52 na pauta de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão dos presentes requerimentos e passamos à deliberação dos mesmos.

Enquanto não chega o Requerimento nº 51, vamos passar à votação do Requerimento nº 52.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 52, de 2012

Requer, nos termos regimentais, seja a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) representada na cerimônia de Premiação dos Campeões da Terra (Champions of the Earth) , evento promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP – United Nations Environment Programme), como parte das celebrações do Dia Mundial do Meio Ambiente 2012 e pré-evento oficial do Encontro Rio+20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no dia 4 de junho do corrente ano.

Autoria: Senador Jorge Viana e Sérgio Souza

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O Requerimento nº 51 é o seguinte:

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 51, de 2012

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao RMA 131/2011 – CMA, para realização de um conjunto de audiências para tratar do controle e avaliação das políticas públicas brasileiras, já no requerimento aprovado em dezembro, com a inclusão, através do Requerimento nº 131, do tema "Cooperação Internacional" entre aqueles a serem abordados pelo referido requerimento.

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Sérgio Souza

Em discussão. *(Pausa.)*

Senador Aníbal Diniz, V. Exª deseja discutir o requerimento?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não. Eu aprovo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) –

Os Senadores que aprovam a inclusão do termo *Cooperação Internacional* permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Aníbal Diniz pela ordem.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, temos também o Item nº 06 da pauta, que não é terminativo. Se houver concordância de V. Exª, proporia que fizéssemos a leitura final do substitutivo com a aprovação, uma vez que não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa concorda? *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz para relatar o Item 6 da pauta sobre o Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2011, da Senadora Ana Rita, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Sr. Presidente, historiando a respeito dessa matéria, apresentamos o relatório aqui, em reunião da Comissão de Meio Ambiente. Houve um pedido de vista do Senador Pedro Taques, para que houvesse um acordo em relação a alguns aspectos da proposta da Senadora Ana Rita.

Fizemos a reunião das duas assessorias e, com a concordância de ambos os Senadores, tivemos a apresentação do seguinte substitutivo, que passo a ler na íntegra, por conta das modificações efetuadas.

A proposição em exame ao Projeto de Lei do Senado nº 679, de 2011, da Senadora Ana Rita, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, para instituir a Política de Apoio ao Agrotóxico Natural, contém dois artigos, sendo que o primeiro altera a Lei nº 7.802, de 1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos, para instituir a referida política, com o objetivo de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural. O art. 2º trata da cláusula de vigência.

O PLS prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos não sintéticos de origem natural, preconiza ainda que o Poder Público financie o estabelecimento de unidades industriais para a produção de agrotóxicos não sintéticos de origem natural, através de linhas de crédito subsidiado, e estimule os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural, através de linhas de crédito, com taxas de juros menores.

Conforme a justificativa que acompanha o PLS, a autora argumentou que os defensivos naturais são menos tóxicos e causam baixo impacto ambiental por serem altamente específicos, decomporem-se rapidamente e não serem persistentes no meio ambiente, usados em combinação com defensivos sintéticos, tem demonstrado melhor eficiência, melhores rendimentos e aumento da lucratividade da lavoura.

No Senado Federal, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 679, de 2011. Além desta Comissão, o PLS também será analisado pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo a última decisão terminativa.

Com respeito ao mérito, entende-se o Projeto de Lei como muito oportuno. Há anos, a comunidade científica brasileira, inclusive com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vem discutindo a importância das pesquisas e da utilização de agrotóxicos agrícolas naturais.

O Brasil, como um dos maiores produtores agrícolas do mundo, tem o grande desafio de promover maior sustentabilidade dessa produção tanto pelos benefícios ao meio ambiente quanto pela segurança alimentar da população e dos mercados externos aos quais se destinam os produtos agropecuários.

Para a implantação da política proposta, é de fato necessário prever o financiamento das pesquisas

científicas do estabelecimento de unidades industriais e do uso por produtores rurais, sendo o crédito devidamente subsidiado.

Essas são importantes medidas de estímulo relacionadas à política nacional de apoio ao agrotóxico natural, a ser prevista por alteração da Lei do Agrotóxico.

Entretanto, recebemos importantes contribuições do Ministério do Meio Ambiente e do Senador Pedro Taques, para o aperfeiçoamento do PLS. Destacamos que é inadequada a percepção de que os produtos sintéticos sejam totalmente indesejáveis, uma vez que há moléculas, como as de feromônios sintéticos, por exemplo, que são seguras, do ponto de vista toxicológico e ambiental, e importantes no controle de muitas pragas.

Tais produtos também precisam ter sua produção, comercialização e utilização estimuladas. Por outro lado, também há produtos naturais dotados de elevada toxicidade. Portanto, devem ser evitados.

Nos últimos anos, com a edição do Decreto nº 6.193, de 2009, e Instruções Normativas Conjuntas dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, a legislação tem sido aprimorada, dispensando tratamento prioritário para a concessão de registro a produtos biológicos, microbiológicos, semioquímicos e químicos, além dos destinados ao uso na agricultura orgânica, os quais são, em geral, mais seguros que os agrotóxicos convencionais.

Por tais razões, entre outras alterações, propomos a instituição de uma política nacional de apoio ao agrotóxico e afins de baixa periculosidade, na forma de um projeto substitutivo.

Do voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, PLS nº 679, de 2011, nos termos seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679 (SUBSTITUTIVO), DE 2011

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, fica acrescida do seguinte artigo 21-A:

"Art. 21-A Fica criada a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade, com os seguintes objetivos:

I. diminuir o uso de agrotóxicos químicos convencionais dotados de alta toxicidade;

II. disponibilizar novas tecnologias ao produtor rural;

IV. obter produtos agrícolas mais saudáveis;

IV. diminuir a contaminação de trabalhadores rurais e da população em geral;

V. contribuir para a preservação da qualidade e o equilíbrio dos recursos naturais.

§ 1º São considerados agrotóxicos e afins de baixa periculosidade os produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos que se enquadrem nos termos do inciso I do art. 2º desta Lei e que possuam as seguintes características:

I. pouco ou não tóxico ao ser humano, de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão federal responsável pelo setor de saúde;

II. pouco ou não perigoso ao meio ambiente, de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão federal responsável pelo setor de meio ambiente;

III. eficiência no combate à ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

§2º O Poder Público estimulará o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, nos termos do regulamento desta Lei, devendo ser priorizada:

I. a busca de produtos substitutos dos agrotóxicos convencionais dotados de elevada periculosidade;

II. a oferta de produtos que possam suprir a necessidade de controle de pragas e doenças em culturas desprovidas de alternativas ou para cujo controle os métodos disponíveis não mais se mostrem eficazes;

III. a oferta de produtos com custo reduzido para aquisição e utilização e simplicidade de manejo e aplicação.

§3º O Poder Público estabelecerá programas específicos de incentivo ao estabelecimento de unidades industriais para a produção e distribuição de agrotóxicos e afins de baixa periculosidade e de estímulo aos produtores rurais para a sua utilização, prestando o apoio creditício, assistência técnica e capacitação necessários.

§4º Em função do registro concedido a agrotóxicos e afins de baixa periculosidade, os órgãos federais dos setores da agricultura, da saúde e do meio ambiente avaliarão a necessidade ou não de manutenção do registro anteriormen-

te concedido a produtos empregados para a mesma finalidade e com custo mais elevado, de acordo com o regulamento desta Lei.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Aníbal Diniz.

Em discussão a presente matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro que considero importante neste momento.

Quero parabenizar o Senador Aníbal Diniz que, com muita dedicação, debruçou-se sobre o Projeto de Lei de nossa autoria, inclusive consultando o Ministério do Meio Ambiente, conversando com outros Senadores, como o Senador Pedro Taques, e trouxe aqui uma contribuição valiosa, que aperfeiçoou o nosso Projeto.

Então, quero parabenizar o Senador Aníbal Diniz, pela sua dedicação e pela disposição de poder melhorar o nosso Projeto. Obrigada, Senador Aníbal Diniz. Quero dizer que mais do que nunca é importante que tenhamos, de fato, uma política nacional de apoio ao agrotóxico natural, considerando que alguns produtos, hoje, sofrem, em função de um excesso de agrotóxico comum que traz prejuízos à saúde, e o Brasil deixa de comercializar determinados em função disso.

Assim, é importante investirmos no agrotóxico natural, termos pesquisa nessa área, no sentido de avançarmos, possibilitando que os agricultores, de um modo geral, e, em particular, os agricultores familiares, possam produzir, cada vez mais, produtos naturais e, através do agrotóxico natural, ter uma produção de melhor qualidade e, desta forma, podermos competir de uma maneira mais saudável no mercado.

Sabemos que vários produtos têm resistência no mercado, principalmente no mercado internacional, em função do excesso de agrotóxico, que traz prejuízos à nossa saúde e à saúde da nossa população.

Então, é isto que gostaria de destacar: parabenizar o Senador Aníbal Diniz e agradecer pelo seu empenho, para que o nosso projeto tivesse uma qualificação maior.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Continua em discussão a presente matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório e voto do Senador Aníbal Diniz permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a presente matéria, e o relatório passa a constituir o parecer da CMA pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 da CMA (Substitutivo).

Consulto aos Srs. Senadores se alguém mais pretende usar da palavra. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª pretende usar da palavra? *(Pausa.)*

Não havendo, então, mais o que tratar na presente reunião, declarando que os demais itens ficam adiados para a próxima sessão deliberativa desta Comissão, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Eduardo Lopes, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, João Vicente Claudino e Vicentinho Alves**. Justifica ausência o Senador **Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a lista de presença a Senadora, não membro desta Comissão, **Ana Amélia**. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da 15ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 310, DE 2009**, de autoria do Deputado Fernando de Fabinho, que "Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros – REITUP, condicionado à implantação do bilhete único temporal ou rede integrada de transportes." Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2010**, de autoria do Senador Acir

Gurgacz, que "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte público coletivo de passageiros." Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2011**, de autoria do Senador Pedro Taques, que "Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira." Designado Relator *ad hoc* o Senador Aloysio Nunes Ferreira, foi proferido o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela rejeição do Projeto. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 649, DE 2011**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público." Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2012**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em todas obras, serviços ou compras." Designado Relator *ad hoc* o Senador Aloysio Nunes Ferreira, foi proferido o Relatório. Usou a palavra para discutir a matéria a Senadora Ana Amélia. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2011**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC." Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2011**, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Adiado. Usam a palavra os Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda, a Senadora Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Da nossa pauta, o item 1 foi retirado; o item 2 também foi retirado; o item 4 também foi retirado de pauta a pedido do Relator Cyro Miranda; também o item 6 foi retirado de pauta e o item 7 também foi retirado de pauta a pedido dos senhores relatores.

Então, nós temos, para deliberar, o item 3, e eu pediria ao Senador Aloysio Nunes que fosse o Relator *ad hoc* para que pudéssemos apreciar esse projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (substituído por a*d hoc*).

Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: pela rejeição do projeto.

A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 02/06/11.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para relatar o seu parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o projeto de lei cuja epígrafe V. Exª acaba de enunciar – "Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira" – foi apresentado ao Senado pelo Senador Pedro Taques.

Nos termos da proposição, as aeronaves somente poderão ser convertidas para a utilização de álcool combustível ou biodiesel em oficinas credenciadas pela autoridade aeronáutica e segundo padrões e procedimentos por ela estabelecidos. Essas aeronaves não poderão, entretanto, ser exportadas, operadas fora do

território nacional ou exploradas em serviços de transporte comercial de passageiros.

A cláusula de vigência prevê prazo de 180 dias após sua publicação para a entrada em vigor da lei proposta.

A justificativa é permitir maior utilização de combustíveis renováveis na aviação comercial. A medida beneficiaria sobretudo a aviação agrícola, que teria seus custos operacionais reduzidos, assim como seria reduzida a emissão de gases causadores do efeito estufa.

O autor informa ainda que, atualmente, a utilização de componentes experimentais, como os propulsores convertidos na forma do projeto, depende de prévia anuência da autoridade aeronáutica. O que se propõe, então, é substituir o procedimento atual por uma regulação do processo de conversão pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), seguida da certificação de oficinas aptas a realizá-la.

A proibição de exportar essas aeronaves e de empregá-las no transporte regular de passageiros visaria restringir o campo de aplicação da medida à aviação agrícola.

Não foram oferecidas emendas.

Não se pode deixar de reconhecer o mérito da proposição. De fato, a evolução das tecnologias, agregada à utilização de combustíveis de origem vegetal, tem permitido nos últimos anos a abertura de uma série de oportunidades. No campo da aviação, ao lado de propiciar menor impacto ambiental, a utilização de biocombustíveis torna o setor menos dependente das oscilações do preço do petróleo no mercado internacional.

De início, contudo, importa observar que a lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil, em seu inciso XVII do art. 8º, atribui a essa agência, entre outras prerrogativas, a de "proceder à homologação e emitir certificados, atestados, aprovações e autorizações, relativos às atividades de competência do sistema de segurança de voo da aviação civil".

Nesse sentido, sob pena de recair em vício de injuridicidade, propostas de alteração normativa referentes a exigências procedimentais de natureza técnica na aviação civil devem incidir no corpo da Lei nº 11.182, de 2005, que estabelece as competências da Anac, e não no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA).

Em harmonia com a Lei nº 11.182, de 2005, o CBA trata da homologação de aeronaves e componentes aeronáuticos no Capítulo IV, relativo ao Sistema de Segurança de Voo.

Em síntese, o Código determina à autoridade aeronáutica, representada pela Anac, que promova a segurança de voo, mediante o estabelecimento de padrões mínimos relativos a projetos, materiais, mão de obra, construção e desempenho de aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos; e à inspeção, manutenção em todos os níveis, reparos e operação de aeronaves, motores, hélices e demais componentes aeronáuticos. Esses padrões são estabelecidos em Regulamentos Brasileiros de Homologação Aeronáutica, editados pela Agência.

Com exceção das aeronaves experimentais, somente podem voar aeronaves munidas de certificado de aeronavegabilidade expedido pela autoridade aeronáutica. Ademais, tanto a aeronave quanto seus componentes devem ser homologados pela Anac.

Essas disposições guardam consonância com a Convenção de Chicago, promulgada no Brasil, que integra a legislação nacional. Essa convenção rege a aviação internacionalmente.

O Brasil é pioneiro no uso de aeronave movida a álcool.

Aí ele dá todo um histórico sobre nosso pioneirismo e diz o seguinte: para economizar na conversão, no entanto, muitos proprietários fazem uso de peças em oficinas não autorizadas, colocando em risco a segurança dessas aeronaves. O projeto em análise visa a oferecer uma alternativa menos onerosa de conversão, mediante dispensa de homologação de aeronave, desde que a conversão seja atualizada por oficina credenciada e observe os padrões fixados pela autoridade aeronáutica. Esse procedimento é imprescindível para a segurança e confiabilidade da aviação. Não há impedimento algum na legislação atual à utilização de *kits* produzidos por empresa distinta da que fabricou a aeronave, basta que os fabricantes os submetam à apreciação da Anac.

A utilização das aeronaves ou componentes não homologados, contudo, representaria um risco, não apenas para os pilotos e passageiros, mas também para a população em geral, pois terceiros no solo podem ser vítimas de acidentes aéreos. Tal liberalidade, outrossim, ensejaria uma grave ruptura em um sistema de segurança operacional que é praticado não apenas no Brasil, mas em todos os países desenvolvidos.

O voto do Relator Senador Vital do Rêgo, que eu reproduzo, é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela rejeição do projeto.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, então, a reprovação do relatório.

O item 5 de nossa pauta... Eu também... Não abusando de V. Exª, pediria que também fosse o Relator *ad hoc* do item 5 de nossa pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2012 – Não Terminativo –

Altera o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para limitar em 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato tanto os acréscimos quanto as supressões em todas as obras, serviços ou compras.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Valdir Raupp (substituído por *ad hoc*)

Relatoria *ad hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: – A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– A matéria constou da pauta da reunião do dia 10/5/2012.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes para ler o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o voto do Senador Valdir Raupp já está publicado, e eu me permito ir diretamente à análise do mérito.

No tocante ao mérito, consideramos apropriada a afirmação da ilustre Senadora Ana Amélia de que "o permissivo existente na atual redação do § 1º do art. 65 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos tem sido usado de forma irresponsável. Normalmente, em prejuízo da Administração, do melhor interesse público e dos cofres públicos".

Efetivamente, os contratantes já veem como certa a ampliação em 50% do valor inicial de um contrato de reforma de edifício ou de equipamento. O permissivo hoje existente leva, inclusive, a certo desleixo do administrador quando do orçamento da reforma.

Vê-se a valorização do princípio do planejamento, citado pela autora do projeto, como consequência da sua aprovação. Haverá mais zelo por parte dos gestores ao elaborarem editais e ao orçarem os serviços que serão contratados, além de garantir maior segurança na execução financeira do orçamento público.

Esse é, portanto, o fundamento, quanto ao mérito, do voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

A matéria está em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, a autora do projeto, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É inacreditável o que a gente tem de fazer aqui: uma verdadeira maratona. Estou presidindo uma Comissão, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de Agricultura, onde estamos debatendo o Ato Cooperativo. Uma lei muito importante, com grandes debatedores, inclusive dois ex-Ministros, entre eles Roberto Rodrigues, que é uma das lideranças internacionais de cooperativas; Odacir Klein, Prof. Paul Singer e representantes; Pepe Vargas também já falou e foi a uma reunião. Abri uma reunião na Casa e agora fui avisada de que V. Exª estava iniciando a leitura deste projeto.

No momento, Presidente Blairo Maggi, eu gostaria de, antes, agradecer ao Senador a gentileza de ter feito a relatoria *ad hoc* deste meu projeto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Foi uma honra, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... em um momento em que estamos em dois eixos discutindo... Aprovamos no Senado, contra meu voto e contra seu voto, Senador Aloysio, o RDC, que é o Regime Diferenciado de Contratações para a Copa do Mundo, alterando a Lei 8.666. Isso abriu espaço para algumas formas de descontrole e falta de fiscalização em obras. Então, o que nós estamos vendo em uma CPI, que está investigando o caso Delta, é a prova clara de que é preciso botar um freio, pelo menos mínimo, em relação à questão de reajustes de obras contratadas. A legislação hoje já prevê um reajuste de até 25% em obras novas; mas de 50% em alterações. Ora, então, como diz o ditado em espanhol: "*Hecha la ley, hecha la trampa*." Então, é a porta aberta para criar a possibilidade de imediatamente fazer uma licitação e já estar pronto para aplicar o reajuste porque a lei está abrindo essa porta. Então, o objetivo de limitar tudo a até 25% de reajuste, acho que seria um freio, não radical, porque o ideal seria um reajuste de acordo com a inflação. Mas como essas questões a gente não tem um cálculo preciso e nem esses dados podem ser confiáveis; então, limitar a 25% me parece bastante mais sério para o dinheiro público preservado em nosso País, dinheiro esse que falta para a saúde, segurança, educação e para tantos outros.

Eu queria agradecer e dizer que daremos uma boa contribuição e uma resposta à sociedade na hora em que a CPI está dando pouco resultado efetivo em relação às investigações que envolvem uma empreiteira que tem o maior volume de contratações dentro do Programa de Aceleração do Crescimento.

Muito obrigada, Presidente; muito obrigada, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A matéria continua em discussão.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Foi uma honra, para mim, ter tido essa oportunidade, graças a esse malabarismo a que V. Exª se referiu, e no qual eu também estou, de alguma maneira, prisioneiro. Mas foi uma honra relatar um projeto que realmente é mais do que oportuno e necessário. Como diz V. Exª em sua justificativa, isso vai levar ao aprimoramento do planejamento, a projetos feitos com mais cuidado e maior responsabilidade por parte dos gestores públicos, o que levará, seguramente, a coibir oportunidades de fraudes contra o Erário.

Vou até falar com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, porque o projeto vai para lá, para que, se ele puder, designe-me como Relator lá. Seria uma honra para mim também fazê-lo. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da mesma forma. Muito obrigada, Senador. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A matéria continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O resultado do relatório passa a constituir parecer desta Comissão pela aprovação do projeto. O projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação. Dessa forma, nós encerramos os itens, os projetos que estavam para votação na Comissão.

Antes de encerrar, deixo a palavra aberta e pergunto aos Srs. Senadores se querem fazer algum pronunciamento. Por favor, fiquem à vontade.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma solicitação a V. Exª, pois esta Comissão tem uma participação direta e fez isso até do ponto de vista de audiência pública, e em algumas reuniões já experimentamos com ministros, fazendo deslocamento da Comissão para reuniões com ministérios. Eu queria insistir que, como desdobramento daquela reunião que nós fizemos aqui, da audiência pública onde debatemos ferrovias, Senador Blairo Maggi, que agora a Comissão de Infraestrutura pudesse tentar uma reunião em que nós dialogássemos com o Ministério do Planejamento e o Ministério dos Transportes acerca exatamente de ferrovias que são centrais para o processo de desenvolvimento, principalmente na região de V. Exª.

A gente vê aí os resultados que saíram anteontem, anunciados pelo Ministro Mantega, no que diz respeito à execução de obras do PAC. Mas me preocupa muito o fato de problemas, principalmente no que diz respeito às alterações de projetos, problemas ambientais... E há trechos muito pequenos que faltam para a conclusão de obras, como a ferrovia, que, de certa maneira, integrará o norte do País. Então, é importante que a gente tenha a oportunidade de fazer esse debate, não numa forma, Senador Aloysio, de audiência pública para um processo talvez até de exposição de um ministro com um nível, eu diria até, com um calhamaço de informações e de números sem efetivamente a gente debater, pontualmente debater esses problemas. Então, a Comissão fez essa experiência aqui em uma reunião com o Ministro. É importante que a gente pudesse reeditar essa reunião, inclusive tratando especificamente dessa questão.

Outra ideia, meu caro Blairo Maggi, era que a gente pudesse ter uma reunião também com o Ministério do Planejamento, agora com a presença do Ministro Aldo, porque ele tem falado muito das obras que têm a ver com a Copa do Mundo e, particularmente, nessa área de infraestrutura urbana, até porque, ainda no dia de ontem, foram anunciados e até relatados pelo próprio Ministro Aldo Rebelo que diversos lugares, diversas cidades que serão sedes da Copa do Mundo dificilmente conseguirão concluir as obras para a mobilidade urbana.

Então, seria importante que a gente pudesse ver com o Planejamento e com o Ministro Aldo quais seriam as condições e o que tem pautado, para a gente não ficar só fazendo esse debate a partir do que circula na imprensa, mas, efetivamente, a gente ter condição de fazer a compatibilização entre aquilo, inclusive, que nós aprovamos. Várias dessas matérias passaram por aqui ao mesmo tempo com a questão da execução orçamentária. No que diz respeito a esses dois grandes vetores de investimentos pautados aqui, principalmente alguns deles pautados até para dezembro de 2012, outros em dezembro de 2013, numa expectativa de que os de dezembro de 2012 possam atender às exigências da Copa das Confederações e

os de 2013, pelo menos na expectativa de um atendimento à Copa de 2014.

Então, eu deixaria com V. Exª essa sugestão para que a gente pudesse marcar isso. Talvez até possa ser numa única reunião patrocinada lá pelo Planejamento, de maneira que nós conversássemos com o Ministério dos Transportes, que representa a Valec, portanto, seria importante, com o próprio Ministro e com o Ministério dos Esportes, para também tratarmos dessa questão da mobilidade urbana. Até poderia, nesse caso, inclusive, da mobilidade, incluir o Ministro das Cidades, para que a Comissão pudesse fazer essas duas discussões com o Governo de projetos e de obras que têm importância e que, de certa forma, impactam diretamente na economia de diversas regiões do País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Eu gostaria de dizer a V. Exª que a sugestão será acatada, nós vamos providenciar os encontros para que a gente possa discutir.

E, na semana passada, trouxemos aqui uma audiência pública, onde se tratou das ferrovias brasileiras. Terrível! Nós tivemos aqui, então, o Governo e tivemos também os usuários e os concessionários. É interessante de ver sob o ponto de vista, sob o ângulo, cada um tem uma visão diferente dos assuntos. Mas, o que mais me chamou a atenção na discussão da semana passada foi o número de entidades que estão envolvidas para decidir um único projeto. Ficou claro que não se consegue avançar, porque são muitas entidades, são muitos órgãos envolvidos e, quando se consegue acertar com um, o outro já fugiu, ele já andou, já teve a sequência dele normal.

Obrigado, Senador. Está bem, muito obrigado.

Então, nós constatamos isso na semana passada. Eu até fiz uma sugestão na semana no sentido de que nós pudéssemos resgatar um pouco da experiência do que foi feito no Avança Brasil. Quando o Presidente Fernando Henrique lançou esse programa, ele criou uma estrutura de gerentes de projetos específico, que era um facilitador dessas várias entidades, vários órgãos que estavam envolvidos dentro de um projeto. Acho que é uma coisa na qual vale a pena a gente insistir um pouco.

Eu estive nesta semana, na segunda-feira, pela Comissão de Fiscalização da CMA, visitando as obras da Copa do Mundo em Curitiba. Estávamos programados no dia de hoje para estarmos em São Paulo, até o Senador Aloysio Nunes já havia confirmado a presença, mas não conseguimos ir, ou tivemos que adiar, em função da greve que ocorreu no dia de ontem em São Paulo e achávamos que iria para hoje também. Portanto, não havia como se movimentar, já que uma das pautas era exatamente a visita ao metrô e à parte ferroviária para entender como é que estão aquelas obras e como as pessoas vão se deslocar até o estádio durante o período da Copa do Mundo.

Mas, em Curitiba, onde fiz essa visita, também pude perceber a mesma sensação que estamos colocando aqui. Quer dizer, tem uma sala de situação, tem já lá uma espécie de gerência, estou vendo que o Ministro Aldo está-se movimentando muito. Em Cuiabá, por exemplo, em 45 dias, ele foi a segunda vez agora. E tenho observado que ele tem ido às outras sedes. Então, parece-me que o Ministro Aldo virou agora uma espécie de fiscalizador das obras, indo pessoalmente para sentir aquilo que está acontecendo e ver se está avançando. Porque, quanto ao relatório, nós temos um portal aqui, Senador Walter, aqui no Senado, que é, segundo o pessoal que está envolvido nas obras dos Municípios e dos Estados, é o melhor portal que tem, é o que mais tem informação e o mais fácil de nós alimentarmos.

Nossa Presidente Lúcia Vânia acaba de chegar.

Então, as dificuldades que temos nessa ordem são muito grandes, Senador Arruda, nós não conseguimos reunir todos os dados. Esse pessoal da Copa do Mundo tem 16 fiscalizações, são 16 órgãos que fiscalizam. Quer dizer, quando você fala de fazer uma visita, eles já estão arredios, porque eles quase não conseguem mais trabalhar, é muita gente fiscalizando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Podiam botar metade desses órgãos para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para trabalhar. Nós estamos virando um país que fiscaliza...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Cachorro com muito dono morre de fome.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Morre de fome, exatamente. Um país fiscalista, onde as pessoas têm medo de assinarem, as pessoas têm medo de tomar a decisão, porque se tomarem a decisão pelo lado direito, virá o Ministério Público; se tomarem à esquerda, virá o outro que vai pressioná-lo. Então, a situação está bastante complicada, e acredito que nós aqui do Senado temos um papel importante nessa área. V. Exªs, que são mais experientes, inclusive, na formação junto da LOA, têm as previsões de fiscalização. Talvez aí seja um dos pontos em que a gente tenha que mexer, porque, quando você coloca a partir daqui uma determinada regra, o formalismo de um Tribunal de Contas, por exemplo, é imenso, se a vírgula estiver fora do lugar ele vai multar, ele vai pressionar o gestor, porque a vírgula está fora do lugar.

Outra constatação, Senador Walter, que nós temos feito é o seguinte: a CGU, que é um órgão de

apoio ao Governo, entendo assim, como era a minha auditoria dentro do Estado do Mato Grosso, ela é de apoio ao Governo, não é um órgão punitivo, ela tem que levantar os problemas com antecedência, orientar o gestor e fazer as mudanças necessárias, justamente para que essas obras não parem lá na frente por uma atuação do próprio Ministério Público Federal ou estadual ou, enfim, que se corrijam os problemas que você vai, de repente, tomando sem muita preocupação. Mas a CGU também, ultimamente, transformou-se num outro órgão igual ao Ministério Público, já chega com a Polícia Federal, já chega com a imprensa e é mais um órgão para fazer as obras pararem.

Então, eu confesso a V. Exªs que estou bastante desanimado com esse tipo de situação que vem ocorrendo no País. Não que não queiramos a fiscalização. Sim, temos que ter, até porque se nós admitíssemos que todo mundo fosse extremamente sério, nós não tínhamos que ter órgão de controle, não precisaríamos nem ter Ministério Público estadual, nem federal, nem CGU, absolutamente ninguém, nem as auditorias, porque estaria todo mundo certo, não se teria que fiscalizar. Então, se nós fiscalizamos é porque admitimos que problemas poderá haver, mas o Governo tem que ter órgãos para prevenir os problemas, e não simplesmente colocá-los nas manchetes dos jornais e nas barras dos tribunais. Isso, acho que é uma questão que nós precisamos discutir e, como disse V. Exª, que tem mais conhecimento já na formação aqui da LOA, que nós pudéssemos limitar, ou pudéssemos trabalhar essa questão.

Continua aberta a discussão.

Senador Arruda quer fazer alguma intervenção?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a preocupação nossa é enorme com esse problema dos trens no Brasil, o sistema metroviário brasileiro. Você imagina que uma cidade como a cidade do México tem mais de 300 quilômetros de metrô, deve alcançar os 400 quilômetros de metrô brevemente. São Paulo não tem 100 quilômetros de metrô, a maior cidade brasileira, e nas cidades grandes do País as linhas de metrô são muito pequenas, Rio de Janeiro nem pensar. Não é um problema... A Copa do Mundo é a oportunidade de nós podermos avançar no problema da mobilidade urbana brasileira. É assim que eu vejo. O Lula, na sua sabedoria e na sua intuição e franqueza, dizia o seguinte: "O que é preciso para a Copa do Mundo? Só tem que ter um estádio, um bom gramado, uma boa arquibancada e cadeiras confortáveis para o povo sentar lá". O resto não é problema para a Copa do Mundo, mas é problema para nós todo dia. Você imagina ontem uma greve daquela de São Paulo, você não tinha alternativa. Então, o investimento público é muito travado no Brasil. São impressionantes essas travas que nós temos.

E nós mesmos às vezes travamos na LDO, que depois trava o Orçamento, entendeu? Então, é uma situação dramática que nós vivemos no Brasil para garantir que aquilo... Você imagina o seguinte: nós liberamos agora, a Presidente da República nesta segunda fase da mobilidade urbana, que pegou novamente todas as 12 cidades da Copa, são R$18 bilhões de investimento. Bilhões, 18 bi. Para cada investimento desses, para cada projeto desses sair do papel, nós vamos tomar mais de um ano no projeto executivo. Isso considerando que as obras que estão relacionadas com Copa do Mundo podem usar o regime diferenciado de contratações. Não fora isso, dois anos para tirar uma obra do papel. Isso é uma coisa lastimável! Acho que nós estamos corretos ao fazer o debate aqui sobre a questão. Estamos falando de trens urbanos, neste caso, mas a malha ferroviária brasileira, para um país do tamanho do Brasil, também é um vexame. Você ter esse cipoal de órgãos, primeiro para fiscalizar e, depois, para poder colocar o projeto em funcionamento, é barbaridade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Inácio, sabe quantos por cento faltam para concluir a Norte-Sul? *(Pausa.)* Você tem ideia?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, não tenho esse dado não.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Menos de 5%...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Menos de 5%.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... para concluir a Norte-Sul.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Está praticamente pronta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, imagine... Isso que estou dizendo, o que você está colocando é correto. Quer dizer, o processo numa etapa dessa, imagine o metrô de Fortaleza, o metrô de Salvador... Então, esse processo... Por isso que eu estou dizendo, a gente tem que mudar essa abordagem nossa da audiência pública para a gente ver qual é efetivamente a ação que a gente pode empreender para culminar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É como se nós tivéssemos, Walter Pinheiro, no Congresso Nacional que agir como uma frente, quer dizer, um grupo que destrava, ajuda a destravar, de chegar para o Governo e dizer: "Não dá para ter uma obra com 20 instituições querendo discutir essa obra, amigo. Espera aí." Entendeu? Isso aqui tem que ter, no máximo, uma ou duas, isso aqui é absurdo. Não tem em

lugar nenhum no mundo, não tem, só o Brasil hoje vive essa situação de se ter dezoito, vinte, vinte e poucos órgãos para discutir a realização de uma obra. Quer dizer, 5% para terminar uma obra que liga o Norte do Brasil ao Centro-Oeste e ao Sul do Brasil, é uma barbaridade, e não anda. Aí, para você tirar uma obra do papel, uma linha de metrô subterrânea na cidade de Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Fortaleza é coisa de louco. Os gestores, prefeitos, governadores e o próprio Presidente da República – no caso agora, a Presidenta da República – acho que ficam loucos de verem: "Estou com recursos, estou com dinheiro e não consigo tirar a obra do papel." É algo bárbaro, entendeu? Impressionante.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de uma palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra nossa Presidente Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Primeiro, quero agradecer ao meu Presidente, que me salva em toda quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nem em todas, não é?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu gostaria de fazer uma comunicação, Presidente, diante daquela nossa sugestão de, após aquela audiência pública sobre as ferrovias, marcarmos a ida de um grupo de Parlamentares à Casa Civil. Já conversei com a Ministra Gleisi, já está praticamente entendido que nós faríamos essa reunião na quinta-feira da próxima semana, no dia da nossa audiência pública. Em vez de fazermos aqui, faremos na Casa Civil, onde vamos apontar esses gargalos que foram apresentados na audiência pública sobre ferrovias.

Então, isso que o Senador Inácio acaba de dizer, acho que a gente pode colocar. Nós temos todo o material, eu vou encaminhar para a Casa Civil o material da audiência pública e gostaria muito que os Senadores pudessem estar presentes com a gente, porque, senão, fica uma coisa meio vazia. A que nós fizemos no Ministério dos Transportes acho que foi muito boa, os resultados estão vindo, o cronograma de atendimento está fluindo. Pelo menos a gente tem uma data preestabelecida em que as coisas vão acontecer e, se ao final do período estabelecido no cronograma não estiver realizado, a gente chama para uma audiência pública. Mas eu acho que essa da Casa Civil é fundamental, porque a questão das ferrovias e dos portos que foi levantada ontem é muito séria.

Acho que nós poderíamos formar, como sugestão de V. Exª, esse grupo de trabalho para tentar destravar essas questões que estão sendo colocadas aqui. O que eu acho difícil é que elas estão sendo colocadas, nós estamos tomando conhecimento, nós sabemos que as coisas não andam, e a gente pode fazer muito pouco em uma audiência pública. Então, acho que, se não houver essa interlocução com o Governo, levando a nossa apreensão, a gente não vai ter bom resultado.

Agora, em relação ao Orçamento, Senador Inácio – eu trabalho há mais de trinta anos –, eu nunca vi o Orçamento tão flexibilizado, a LDO tão flexibilizada como ela está hoje. O Governo tem total autonomia em 30% do total dos recursos do PAC para serem remanejados. Então, eu acho que, em relação ao Orçamento, a Casa Civil hoje tem um controle que poucos governos tiveram; ela tem o controle total do Tesouro e ela tem o controle total do Orçamento no sentido de remanejar. O que eu acho que emperra não é o Orçamento que o Governo trava; o que eu acho que emperra é a questão da gestão e da falta de reformulação interna da estrutura dos órgãos.

A gente vê que o Dnit...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A senhora me permite?

É que uma boa parte dessa trava brasileira está amparada em lei que nós produzimos no Congresso Nacional. Acho que uma boa discussão na Casa Civil é...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O marco legal das ferrovias e o marco legal dos portos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Uma boa discussão na Casa Civil, talvez até o Planejamento tivesse de participar como envolvido, seria nós levantarmos isso junto com a Casa Civil.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – É outra coisa que nós levantamos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E a gente tirar... Talvez tirando metade da legislação já ajudasse.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Veja bem, o Senador Walter apontou uma questão aqui muito séria e que, desde que nós abrimos esta Comissão, a gente está discutindo: é o Sistema Nacional Viário. Esse sistema nacional está em conflito com o Plano Nacional de Transportes. Nós temos sessenta ou oitenta projetos que estão parados porque nós não temos a definição se vai viger o Sistema Nacional Viário ou se viger o Plano Nacional de Transporte, e um está mutilado em função do veto da Presidência nos anexos, o sistema viário.

E o que é mais sério que a gente vê aqui e para o que há demanda, principalmente dos consumidores, dos usuários do serviço público, é a questão da interligação dos modais. Não havendo um sistema nacional viário, é muito difícil a gente saber como irão funcionar esses modais, como um se interligará a outro. Então, é uma coisa muito improvisada. Eu acho que a gente

tem que levar essa apreensão ao Governo, para que a gente, pelo menos, faça a nossa parte aqui.

Mas, no mais, quero agradecer ao Presidente esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Só para complementar a discussão, eu penso que a sociedade nos julga, os eleitores nos julgam no final do nosso mandato ou no final do ano, e os *sites*, os jornais fazem isso. Quero dizer, levantam quantos projetos você conseguiu aprovar durante o ano. As pessoas acham que é um critério de eficiência; eu, sinceramente, acho que é um critério de gastança e de ineficiência, porque são 81 Senadores e 513 Deputados fazendo leis, e as leis que se podem fazer aqui são restritivas. Então, o tempo inteiro criam-se condições para dificultar as atitudes de quem está na ponta executando. Então, nós deveríamos ser julgados ou premiados pelo menor número possível de projetos que a gente apresenta ou se pudéssemos retirar alguns que já estão aprovados.

Além de nós, da lei que nós fizemos, tem o decreto que regulamenta, tem as portarias, tem as normativas, tem mais quatro ou cinco itens que podem ser escritos lá embaixo pelos gestores, e cada um deles vai fechando mais. Ninguém pode abrir nada, só fechar, só fechar. Quando chega à mão do executor, ele não tem mais nada a fazer. Ele está de mãos atadas, está algemado o cidadão, e, aí, as obras, de fato, não conseguem acontecer. E vêm os órgãos de fiscalização, como a própria CGU, e depois o Ministério Público Federal, estadual e mais o Tribunal de Contas, no formalismo. Se está escrito e não fez, pare! E mais Ibama, mais não sei quê. Não tem mais jeito! Não consegue.

É igual quando eu era criança no Paraná. Havia uma comunidade do lado que se chamava Aurora do Iguaçu. Era uma comunidade de alemães, e tinha uns bailinhos lá. Eu era bastante jovem, mas eu ia àqueles bailinhos. E a turma brigava muito lá, sabe, Senador? Então eram aquelas brigas para cá, alguém empurrava para lá. Aí, o dono do salão dava um grito e falava: "Pare o baile!". De vez em quando tinha de dar um tiro para cima. Parava todo mundo e falava: "Vão se organizar, e vamos começar de novo."

Nós vamos ter de fazer uma coisa parecida. Não há condições de tocar o País e fazê-lo avançar da forma como todos nós queremos, porque está tudo absolutamente emperrado e não se consegue mais. As coisas não saem mais do lugar. Se você avança um pouquinho, vem outro e manda parar. Há situações, Senadora, em que um órgão pede determinado certificado que B tem de conceder, mas o B tem uma normativa pela qual ele só pode emitir se A emitir também. Então, não tem como sair do lugar mais. Lamentavelmente, é o que vem acontecendo no nosso País. É tipo assim: nós não temos para quem reclamar, nós não temos bispo para reclamar. Nós somos o bispo. O problema está em nossas mãos e nós temos de achar um jeito de resolver esse problema aqui dentro do Congresso mesmo.

Por isso essa discussão começou aqui, chamada à atenção pelo Senador Walter. A senhora já vinha nessa direção. E nós precisamos levar, sim, à Casa Civil, semana que vem, quantos órgãos estão envolvidos e com quantas licenças tem que ter para mexer em um pedaço de ferrovia. Levar coisas concretas. A nossa Comissão tem de botar na mão da Presidente isto: para mexer em uma ferrovia, são dezesseis órgãos – pelo menos é o que nos disseram aqui – que estão envolvidos e que precisam se reunir. Não se consegue cinco em uma sala, imaginem dezesseis para tomar uma providência. Nas rodovias há a mesma coisa, assim como nos portos.

Acho que é passada a hora de nós ficarmos aqui reclamando, reclamando e não tomarmos atitude. Temos de tomar atitude para fazer essa coisa andar.

Senador Flexa, V. Exª quer...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria só de fazer um comentário.

Ontem, Senador Walter e Senador Flexa, foi a leitura da análise das contas do Governo de 2010. Foi muito interessante. Eu acho que é documento de que a Comissão toda deveria ter oportunidade de fazer uma análise. São preocupantes, principalmente, os investimentos em relação aos portos. E ontem nós vimos isso aqui na audiência pública.

Há um projeto de lei da Senadora Kátia Abreu que procura restabelecer a lei de abertura dos portos e que tem parecer contrário do Senador Jorge Viana, o que é uma coisa muito ruim, porque o decreto mutilou inteiramente o espírito da lei. O decreto que foi elaborado para regulamentar a lei limita aquilo que a lei propôs, e isso desfavorece os investimentos.

Ao mesmo tempo que temos esse projeto, que será terminativo aqui nesta Comissão, que é um projeto muito importante e ao qual temos de estar atentos, acho que seria interessante também, nesta audiência da Casa Civil, a gente levar essa questão dos portos. Também é a mesma situação. Ele fez a guerra nas estrelas, ele colocou, para a liberação de uma licença para construir ou para buscar a concessão de um porto, a necessidade de se relacionar com vinte e tantos órgãos, então, com vinte e tantos interlocutores. Isso está tudo documentado na audiência pública de ontem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Lúcia Vânia, nós estamos com o Porto Sul na Bahia. Para que V. Exª tenha ideia, o Porto Sul é

uma espécie de chegada natural da Ferrovia Oeste-Leste. Ontem, inclusive, houve uma assinatura, com a presença do representante da Valec, para os trechos para a questão da desapropriação para a construção da ferrovia. Estou colocando isso para que V. Exª veja exatamente como se movimentam essas chamadas etapas de fiscalizações. Todo mundo diz o seguinte: "Se a gente emperra a ferrovia, a gente consegue parar o porto, porque não justifica ter um porto se a ferrovia não anda." Por outro lado, se diz: "Mas como não começa a obra do porto, a gente pode parar a ferrovia." Então, é sempre um jogo. Não é uma estrutura montada para viabilizar os investimentos e tirar os obstáculos; é um negócio exatamente para construir a inviabilização. A lógica da questão da licença poderia ser a seguinte: se você entrou com o pedido, deu ou não deu, responde, porque você, inclusive, agiliza as etapas posteriores para se mensurar exatamente o que se pode fazer, que alternativas se podem consolidar. Então, é um exemplo bem claro disso que estamos discutindo aqui.

Há outra coisa que nós estamos enfrentando desde 2009. Eu tive a oportunidade de ser Secretário de Planejamento do Estado, e uma das coisas com que a gente trabalhou lá foi exatamente com a reestruturação completa dos nossos centros de logística dos portos, aeroportos e exatamente desse eixo de interligação que V. Exª lembrou aí.

Eu fiz isso na LDO. Quando eu voltei para cá em 2010, eu ouvi, sobre a LDO, que a gente não pode colocar dinheiro do Governo Federal em estrada estadual. Eu disse: "Sim, mas venha cá. Eu faço um porto, e a única estrada que liga esse porto a alguma coisa, para alguém chegar ao porto com caminhão é uma estrada estadual. E o Governo Federal não pode fazer essa estrada estadual?". Nós botamos uma exceção. Não existe isso! O que interliga portos, aeroportos e outros centros de logística, enfim, não pode ficar de fora do investimento.

Vamos lá. Se no Mato Grosso a gente faz um senhor centro de logística integrado a uma ferrovia e depois chega e diz: "Governador do Mato Grosso, vire-se agora, porque os canais de interligação disso aqui com o centro de captação dessas cargas etc. é problema seu." Aí, o Mato Grosso vai dizer: "Eu não tenho como fazer isso!". Qual é o nível, qual é a capacidade de investimento do Mato Grosso? O Mato Grosso tem R$1,2 bilhão por ano para fazer investimento? Não tem! A Bahia não tem e tem um orçamento maior do que o do Mato Grosso. Então, portanto, essa discussão é que é importante de termos com o Governo Federal.

Se disser: "Vamos fazer um baita investimento no Pará!". Eu vou lá e digo que vou fazer um porto não sei onde. Está bom. Eu chego, entro nesse porto e saio dele por terra para levar carga? Como? Aí, o Pará que se vire lá e faça.

Então, são esses canais, esses vasos comunicantes que são importantes. É o que a gente discutia ontem com o Senador Armando Monteiro. Eu vou ficar fazendo pacote? Acho que é importante, as medidas do IPI são importantes para um momento da economia, mas, por outro lado, o IPI tira uma pancadinha boa. São R$600 milhões a menos, pelo menos na minha conta – pode ser que eu esteja errado, pode ser até que tenha mais – este ano para o FPE e FPM. E aí? Qual é a base central de produção? Ainda é local. Estímulo a consumo são investimentos locais. Então, seria importante que a gente pudesse fazer isso.

Então, esse debate sobre questões de concessão de portos acho que teria de ir na mesma linha do que o Governo fez quando folgou a mão na questão das concessões de aeroportos. Nós estamos brigando lá para ter uma autorização do Governo Federal para construir um aeroporto privado na segunda maior cidade da Bahia, que é Feira de Santana. Não tem aeroporto em Feira de Santana, e Feira Santana é a segunda cidade da Bahia. Então, nós fizemos uma licitação para construir um aeroporto, mas o Estado não tem bala na agulha para fazer isso. Botamos o edital na rua para algum ente privado, assim como em Amarantes ou como agora em Viracopos e em outros lugares do Brasil. A mesma coisa tem que ser discutida sobre os portos e terminais, você pode dialogar com a iniciativa privada sobre os portos brasileiros.

Portanto, esse debate é importante: quem pode fazer investimentos? O Estado da Bahia não tem a menor capacidade de fazer investimentos de R$3 bilhões, por exemplo, no porto de Aratu, que é necessário, mas diversos operadores daquele porto topam fazer isso, eles têm necessidade para seus negócios. Então, por que não tiramos determinadas amarras, permitindo exatamente esse nível de investimento com dragagem, construção de píer e outras coisas mais? Quando falamos disso é no sentido de discutir, Senadora Lúcia Vânia, de ter oportunidade de conversar com o Governo para apresentar um orçamento no ano passado, trabalhávamos com isso...

Agora, sempre tenho lembrado, para que tenhamos dimensão do que acontece, que, do nosso Orçamento previsto para 2012, R$106 bilhões, dos R$165, meu caro Flexa, vêm das estatais, R$106 bilhões dos R$165 bilhões do Orçamento de 2012 saem das estatais.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Para investimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Para investimento.

Desses R$106 bilhões das estatais, a nossa gloriosa Petrobras responde por R$78 bilhões. Se fizermos hoje um corte, hoje, 24 de maio... Portanto, como quinta-feira já vai chegando, já posso tranquilamente dizer que vamos voltar a discutir isso na próxima semana, na quinta-feira, que coincidentemente é o fim de maio, ou seja, quase junho. Significa dizer que, dos 78 bi da Petrobras, o que já está pautado... Estou falando do meio do ano, início do mês que completa o meio do ano. Será que temos capacidade para afirmar que, até 30 de junho, 50% desses 78 bi estão pelo menos contratados? Eu quero dizer que não. E estou falando de um gigante, que até tem grande mobilidade, grande capacidade, não só de investir, como de se mexer, tem grandes projetos, e aí vão estaleiros, a própria questão do pré-sal, a relação envolvendo investimento enorme em pesquisa e, principalmente, o que acontece em cada Estado, refinarias e outras coisas mais.

Dá para afirmar que a partir da quinta-feira da semana vamos chegar e encontrar 50% desses 78 bilhões encaminhados?Não dá. E aí é preocupante para a gente e esse é o drama. Quando chegar no segundo semestre, pior ainda. Tudo em nome da famosa eleição. Aí adiamos e deixamos para novembro, consequentemente, novembro e dezembro. Não vamos ver nem resto a pagar; é no próximo ano, para o ano, como se diz na Bahia, "para o ano sai 'mió'". Por isso, é importante a gente tentar apertar a mão porque, do ponto de vista da economia, ou mexemos nessa base estruturante ou vamos ficar fazendo pacotes e pacotes de IPI e vai chegar uma hora que o laço do pacote velho não aguenta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Ontem, por incrível que pareça, o ex-Ministro Delfim colocou exatamente isso que V. Exª está colocando. Não adianta liberação dos impostos se não avançarmos nos investimentos. Ele citou 20 investimentos no País que poderiam fazer com que a economia fosse atrativa e trouxesse grandes investidores aqui, citando as PPPs e abertura para uma parceria com o setor privado.

Acho também que, nessa reunião da Casa Civil, seria muito interessante levarmos... A sugestão de V. Exª em relação ao orçamento da Petrobras, é preciso levantar o de transportes. Acho que mais grave, apontado ontem pela conta do Governo, foi a paralisação que existe hoje na área de transportes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu gostaria, Senadora Lucia Vânia, só para enriquecer o seu comentário – e já lhe passo a palavra, Senador Flexa, sobre a questão do transporte, fiquei extremamente preocupado nesses últimos 15 dias, porque tive conversas com segmentos que fabricam máquinas, máquinas que vão exatamente para as rodovias, para as obras de infraestrutura, como tratores, pás carregadeiras, retroescavadeiras, caminhões, enfim, são equipamentos que são demandados para obras de infraestrutura. Segundo dois grandes fabricantes com que conversei no Brasil, eles estão literalmente parados, as fábricas estão paradas, quer dizer, os pátios estão cheios, e eles não conseguem vender seus equipamentos. Pior que isso, além de não vender equipamentos, aqueles que eles venderam, através de financiamento dos bancos de fábrica, como chamam, os empreiteiros, os donos das empresas que estão prestando serviço estão em processo de quebra, estão falindo, porque pararam de irrigar as obras que eles vinham fazendo. Quer dizer, além de não vender, o que tem reflexo na economia brasileira no emprego e nos impostos – e por isso tem que fazer pacote em determinadas áreas em que ainda se ache que tem dinheiro para gastar –, ainda estamos vendo uma paradeira geral.

No Dnit, as informações que se tem é que, quando as obras estavam acontecendo, o Ministério dos Transportes, Dnit, o conjunto vinha pagando ao redor de R$1,2 bilhão por mês de obras que eram realizadas.

Se você está pagando é porque você tem obras que estão acontecendo, você está medindo, fazendo a vida rodar. Hoje é da ordem de R$100 milhões a R$120 milhões por mês. Então, você vê que o sistema parou, o Governo freou, e aí se vê a economia realmente sendo prejudicada porque as obras não estão mais acontecendo.

Além dos empregos que estão sendo perdidos, das fábricas que não conseguem fazer... da quebra do sistema das empreiteiras brasileiras, vamos ter o grande problema da infraestrutura, falta de rodovias e estradas para que as pessoas possam andar. Sinceramente, só acredito numa mudança daqui para frente quando o eleitorado, quando a população brasileira começar a exigir uma coisa diferente.

Nas eleições de 2010 saiu uma pesquisa, feita pela Rede Globo, sobre os itens com que a população mais se preocupava. "Qual era a sua preocupação para aquela eleição?". Apenas 2% da população brasileira achavam que a infraestrutura era importante. Então, se você já não tem apoio da população para fazer infraestrutura, se você já tem o Ministério Público Federal, o Ibama e todo mundo em cima, como V. Exª colocou, atrapalhando A para atrapalhar B, sair dessa situação, fazer as coisas andarem não está fácil.

Nós temos, sim, que fazer essas reuniões, senão o País... Eu disse antes: o País infelizmente está parando e vai parar. Estou extremamente preocupado com a questão econômica do nosso País.

Ouvi o Guido Mantega ontem aqui e acho eu que os números, que as coisas que estão aí colocadas não

são exatamente como estão pintadas, que nós vamos ter problemas sérios. Os problemas virão de fora do País, virão pela crise da Europa, vão atingir o nosso País, e não vai ser com pacotinho de automóvel que vamos resolver. Vamos resolver esses problemas com investimentos de fato em infraestrutura.

Gostamos tanto de copiar os Estados Unidos! Deveríamos copiá-los agora na crise de 2008. Quando aconteceram aqueles problemas nos Estados Unidos, o que eles fizeram? Fizeram um programa de infraestrutura, reforma de ponte, reforma de estrada, construção de estrada, construção de pontes e viadutos. E olha que quem conhece aquele país sabe que tem uma estrada do lado da outra, não falta estrada para chegar a lugar nenhum, mas a saída deles para a crise foi investir em infraestrutura e também, claro, nas escolas, reformas, formação de centros acadêmicos e tudo o mais. E nós ficamos, infelizmente, tomando dinheiro dos Municípios e dos Estados, que já não têm, para fazer com que um setor da economia ande. Vai ser passo de tartaruga de novo, vai dar um pulinho e vai parar, não tem sustentabilidade para o tipo de coisa que está sendo feita.

Eu quero dizer para vocês: infelizmente, estou pessimista e gostaria muito de estar errado. Gostaria muito de estar errado, mas acho que não estou.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Blairo Maggi, Senadora Lúcia Vânia, Senador Walter Pinheiro, faço minhas as suas palavras.

Por ocasião da audiência na CAE, na terça-feira, com o Ministro Guido Mantega, fiz referência a essa preocupação. O que se ouve, Senador Walter Pinheiro, hoje, dos economistas do resto do mundo em relação ao Brasil já não são mais aqueles comentários que se faziam no passado, já são comentários preocupantes em relação ao futuro da economia do País.

Parece que estamos vivendo ainda um conto de fadas aqui no Brasil. Na audiência com o Ministro Guido Mantega ele colocou, numa de suas transparências, a expectativa de crescimento do PIB dos países no resto do mundo, sendo o Brasil como um dos poucos países em que o PIB de 2011, em relação a 2012, terá crescimento. S. Exª colocou para 2011 o percentual de 2,7 e insiste em dizer que a projeção do PIB brasileiro para 2012 é de 4%, quando todas as simulações, as projeções, indicam que o PIB do Brasil, lamentavelmente, não chegará a 3%. Muitos já indicam que não chega aos 2,7% de 2011.

O editorial de ontem, que já foi comentado aqui, como me disse o Senador Walter Pinheiro, da *Folha de S.Paulo, "*Déficit de ousadia", é uma peça que deveria constar nos *Anais do Senado Federal*, porque é exatamente isso que o Senador Blairo acabou de dizer e a que o Senador Walter Pinheiro, da base do Governo, fez referência. É exatamente isso que está faltando para o Governo da Presidenta Dilma ver.

O que o Governo tem feito, por meio do Ministério da Fazenda, é mais do mesmo sempre, é a mesma solução emergencial que o Governo busca. É necessário? É necessário, mas não vai resolver. Ontem eu dizia, num comentário que fiz, que é tratar o câncer com Cibalena, é tratar uma infecção com analgésico. Você não vai curar. Você pode até tirar a febre, mas a febre vai voltar em seguida. Na hora em que o analgésico deixar de fazer efeito, a febre vai voltar.

O editorial – lerei só alguns trechos, Presidente Blairo – diz assim:

> *"A situação da economia brasileira é diversa da de quatro anos atrás. O limite de endividamento das famílias já parece próximo de ser alcançado, o que restringe a margem para estímulos pela via do crédito e do consumo."*

As famílias estão endividadas, os brasileiros estão endividados, Senador Walter Pinheiro, não há mais limite para tomar. A inadimplência junto ao sistema financeiro já ultrapassou o limite da prudência. Os bancos vão dar mais crédito? Não vão. Quem comprou uma geladeira, um fogão, uma televisão não vai comprar outra, quem comprou um carro não vai comprar outro. Vai facilitar o crédito? Não sei se a solução é essa.

Acho que aí V. Exª tem toda a razão. O que temos que fazer é aumentar o investimento, investimento público e investimento privado. Diz ainda o editorial:

"A alternativa seria aumentar a taxa de investimento público e privado [é nisso que estamos insistindo todo o tempo], hoje em redor de 19% do PIB. Mas isso não será alcançado sem enfrentar barreiras estruturais que o pacote nem chega a roçar: gastos estatais e carga tributária."

Não é possível que a gente não possa enfrentar esse esqueleto, vamos dizer assim! E o momento é oportuno para isso. As receitas do Governo central aumentam, a arrecadação bate recorde a cada mês. Então, o momento podia ser esse. O Senador Walter Pinheiro tratou, e nós tratamos isso na audiência, do incentivo na redução do IPI. Aí vai ter reflexo... E questionei isso com o Ministro, fiz até uma emenda para que a redução do nível de IPI não atingisse os Estados e Municípios, que fosse retirado só da parte da União, porque os Estados e Municípios... No meu Estado do Pará, saiu uma matéria, anteontem, no jornal *O Liberal*: dos 143 Municípios, 127 estão inadimplentes, inclusive a capital Belém, ou seja, não podem receber transferências e firmar convênios.

E aí o Ministro disse que estão flexibilizando para que os Estados e Municípios recebam financiamentos da União. Mas não podem receber com juros facilitados, menores. É mais endividamento. Já não suportam mais endividamento.

Nós temos que rever.

E diz mais o editorial:

> *"O Governo Federal gastou 5,7% do PIB com juros em 2011, a maior rubrica depois do INSS (6,8% do PIB). Haveria condições no Brasil, assim, para economizar até 3% do PIB ao ano. Essa diferença entre o que gastamos e a média latino-americana equivale a quase três vezes o investimento federal em 2011."*

E nós quitamos a dívida, Senador Walter Pinheiro, com o FMI e nos orgulhamos de ter uma reserva de mais de US$300 bilhões. Quanto nos custa isso? Nós temos uma dívida de mais ou menos R$2 trilhões, não é isso? Ou são 3? Nós temos uma reserva de US$300 bilhões ou US$400 bilhões, em torno disso, e estamos devendo em reais. A que custo nós devemos aqui em reais e temos lá uma reserva? Nós estamos pagando um diferencial nisso que onera esses juros que o Governo está pagando e que poderia estar investindo, fazendo investimentos.

Foi proposto e nós não resolvemos também – e parte culpa nossa, porque nós temos que legislar aqui no Congresso – a questão da revisão do indexador das dívidas dos Estados e Municípios. Essas dívidas estão sangrando os Estados e Municípios que já não têm capacidade. V. Exª acabou de dizer que seu Estado da Bahia não tem capacidade de investimento, como não tem o Pará, como não tem Goiás, como não tem Mato Grosso. Todos esses Estados renegociaram as dívidas lá em 1998, 1999, já pagaram várias vezes o valor da dívida negociada; devem também várias vezes esse valor, e precisa mudar o indexador.

O Senador Luiz Henrique, como o Ministro Mantega, disse que poderia acertar com o Governo Federal que essa diferença da parcela a ser paga não deveria ser livre para os governos usarem à vontade, para custeio. Deveria ser aprovada pelo Governo Federal e aplicada em investimento. Aí o Ministro Mantega diz que isso pode afetar a Lei de Responsabilidade Fiscal – eu acho que isso deve ser tratado como dogma, não pode mexer na LRF. Mas a solução seria o próprio Governo Federal pegar essa diferença da parcela da dívida e ele, Governo Federal, repassar aos Estados em investimentos.

Seria a forma, Senador Walter Pinheiro, de alavancar a economia, gerar emprego, no momento em que todos nós nos preocupamos com a situação da economia mundial e, agora, estou me acostando ao Senador Blairo Maggi e outros Senadores, preocupados também com a economia do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador.

Senadoras e Senadores aqui presentes, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e onze minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ivo Cassol e Alvaro Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 632-GP/TCU, de 17 de maio de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, referente à BR-158/PR – Construção Campo Mourão–Palmital, com relatório sintético de auditoria em mídia digital. A Presidente informa que o Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, Senador Vicentinho Alves, recebeu convite do Vice-Presidente de Relações Institucionais da Embraer, Jackson Schneider, para visita institucional a essa Empresa Brasileira em 15 de junho de 2012. Sua Excelência estende o convite aos membros desta Comissão. A Presidente comunica, ainda, que o Senador Vicentinho Alves fez entrega da Minuta de Relatório Parcial da Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Ministro Wagner Bittencourt, no dia 30 de maio do corrente ano. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2011**, de autoria do Senador Wilson Santiago, que "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer redução

do imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar ou eólica." Designado Relator *ad hoc* o Senador Inácio Arruda. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela rejeição do Projeto. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 26, DE 2012**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Requeiro, nos termos regimentais, a Vossa Excelência a realização de Seminário nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Acre para apresentar o planejamento e discutir a implantação da Ferrovia Transcontinental nesses Estados, com a participação das Comissões da Câmara dos Deputados de Viação e Transportes; e da Amazônia, Integração Nacional, e com os seguintes convidados: Representante da Empresa Pública – VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Representante do Ministério do Meio Ambiente; e Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 27, DE 2012**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Requeiro, nos termos regimentais, a Vossa Excelência a realização de Seminário no Estado de Rondônia para apresentar o planejamento e discutir a construção da Usina Hidrelétrica da Cachoeira do Ribeirão, com a participação das Comissões da Câmara dos Deputados da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Minas e Energia; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e com os seguintes convidados: Representante do Governo do Estado de Rondônia; Representante do setor produtivo local; Representante do Ministério de Minas e Energia – MME; Embaixador do Brasil na Bolívia, Sr. Marcel Fortuna Biato; e Embaixador da Bolívia no Brasil, Sr. Jose Alberto Gonzales Samaniego. Aprovado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 649, DE 2011**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público." Designado Relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01-CI. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2011**, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico o recebimento do Aviso nº 632 do TCU, de 17 de maio de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, referente à BR-152, Paraná, construção Campo Mourão-Palmital, com relatório sintético de autoria em mídia digital. O referido documento encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

Informo que o Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, Senador Vicentinho Alves, recebeu convite do Vice-Presidente de Relações Institucionais da Embraer, Jackson Schneider, para visita institucional à Embraer. S. Exª estende o convite aos membros desta Comissão, esclarecendo que a Embraer colocará à disposição aeronave para translado Brasília-São José dos Campos-Brasília. A visita ocorrerá no dia 15 de junho do corrente ano. Será encaminhada a programação às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores.

Comunico ainda que o Senador Vicentinho Alves fez entrega da minuta do relatório parcial da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil ao Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Ministro Wagner Bittencourt, ontem, dia 30 de maio do corrente.

Item 1, decisão não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, de 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer redução do imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar ou eólica.

Autoria: Senador Wilson Santiago

Relatoria: Senador Francisco Dornelles (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: A matéria será apreciada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para proferir, como relator *ad hoc*, o relatório elaborado pelo Senador Francisco Dornelles.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente, embora seja meritória a iniciativa do Senador Wilson Santiago, o Senador Dornelles considerou por bem rejeitar o projeto, digamos no momento, porque é importante incentivarmos, no futuro, com muita força, a energia solar, a energia eólica e o uso doméstico dessas energias, podendo vender para o sistema o seu excedente. Acho que podemos criar um mecanismo positivo nessa área, mas o Senador Dornelles, um homem muito preocupado com a questão tributária do País, analisou profundamente o tema e optou pela rejeição do projeto. Vamos seguir a sua posição.

Pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão pela rejeição do projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 26, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a Vossa Excelência a realização de Seminário nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Acre para apresentar o planejamento e discutir a implantação da Ferrovia Transcontinental nesses Estados, com a participação das Comissões da Câmara dos Deputados de Viação e Transportes; e da Amazônia, Integração Nacional, e com os seguintes convidados:

– Representante da Empresa Pública – VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

– Representante do Ministério do Meio Ambiente;

– Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

Autoria: Senador Valdir Raupp

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Agradeço a agilidade de V. Exª, na Presidência desta Comissão, em colocar prontamente e com rapidez esse requerimento. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Item 5 da pauta.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 27, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a Vossa Excelência a realização de Seminário no Estado de Rondônia para apresentar o planejamento e discutir a construção da Usina Hidrelétrica da Cachoeira do Ribeirão, com a participação das Comissões da Câmara dos Deputados da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Minas e Energia; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e com os seguintes convidados:

– Representante do Governo do Estado de Rondônia;

– Representante do setor produtivo local;

– Representante do Ministério de Minas e Energia – MME;

– Embaixador do Brasil na Bolívia, Sr. Marcel Fortuna Biato;

– Embaixador da Bolívia no Brasil, Sr. Jose Alberto Gonzales Samaniego.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Coloco em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Eu gostaria de dizer, Senador, que vamos entrar em contato com os convidados e vamos estabelecer uma agenda de acordo com V. Exª.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 649, DE 2011 – Não Terminativo –

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades

privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Cyro Miranda (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda apresentada

Observações: 1 – A matéria será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

2 – A matéria constou da pauta da reunião do dia 24/5/2012.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Relatores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 649, de 2011, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público. A proposição tramitará ainda pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a esta última deliberar terminativamente sobre a matéria.

O projeto regula de maneira abrangente o relacionamento entre as entidades do Terceiro Setor, mais comumente chamadas de organizações não-governamentais, e o Estado. Suas disposições são dirigidas à administração pública das três esferas da Federação e, em grande parte, conferem *status* legal a normas atualmente presentes em decretos, bem como cristalizam o entendimento do Tribunal de Contas da União a respeito do tema, manifestado em sua reiterada jurisprudência.

Composto por 120 artigos, o PLS se divide em 11 capítulos, que cuidam: das disposições gerais; da celebração da parceria; da seleção das entidades; das modalidades de parceria; de sua execução; da prestação de contas; da fiscalização, transparência e controle; do fortalecimento da participação social; da responsabilidade e das sanções; e do procedimento de cobrança judicial das dívidas.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Então, vamos ao voto.

Voto

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 649, de 2011, nos termos do art. 133, I e V, *c*, do Risf, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI

Acrescente-se, ao fim do § 2º do art. 44 do Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, a expressão "sem prejuízo do exposto no art. 60, I, desta Lei".

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo quem queira discutir, coloco em votação

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Comunico aos Srs. Senadores que, não havendo quórum qualificado para os demais itens da pauta, nós vamos encerrar a reunião, não sem antes dizer aqui o resultado em relação a esse projeto.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01, da Comissão de Infraestrutura.

O projeto vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prosseguimento de sua tramitação.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2012, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e doze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente em exercício da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Jayme Campos, José Pimentel, Wellington Dias, Romero Jucá, Sérgio Souza, Casildo Maldanes, Aécio Neves e Armando Monteiro.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 17ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela

Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PLN nº 03, de 2012 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências. A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda. Usam da palavra para discutir as emendas o Senador Walter Pinheiro e as Senadoras Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin. São aprovadas as emendas de meta: **Emenda 1-CI**: **Código da Ação**: 7S29 – **Descrição da Ação**: Adequação de Trecho Rodoviário – Trecho Entrocamento BR – 060/GO – Entroncamento BR– 365 (A) (Xapetuba/MG) – na BR-452 – No Estado de Goiás. **Acréscimo de Meta**: 3. **Emenda 2-CI**: **Código da Ação**: 7S27 **– Descrição da Ação**: Construção de Trecho Ferroviário – Lucas do Rio Verde/MT – Cruzeiro do Sul/AC – Na EF-354 – Na Região Centro-Oeste. **Acréscimo de Meta**: 100. **Emenda 3-CI**: **Código da Ação**: 20A9 – **Descrição da Ação**: Apoio a Iniciativa de Uso Produtivo de Energia Elétrica. **Acréscimo de Meta**: 20. **Emenda 4-CI**: **Código da Ação**: 13ZV – **Descrição da Ação**: Apoio a Projetos de Inclusão Digital **Acréscimo de Meta**: 81. **Emenda 5-CI**: **Código da Ação**: NOVA **– Descrição da Ação**: Implantação da Hidrovia Tocantins-Araguaia. **Acréscimo de Meta**: 10. São aprovadas as emendas de texto: **Emenda 6-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 21 **Ementa**: Agências Reguladoras. **Emenda 7-CI**: **Tipo**: modificativa. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 13 – Parágrafo 2. **Ementa**: Contenção de acidente na exploração de petróleo e gás. **Emenda 8-CI**: **Tipo**: Supressiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 74 Parágrafo 2. **Ementa**: Exclui o parágrafo 2º do art. 74. **Emenda 9-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Anexo V – Inciso I Item 66. **Ementa**: Ressalva Contingenciamento Agências. CI/IND. Às nove horas e vinte minutos assume a Presidência a Senadora Lúcia Vânia. A Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente. Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em função da aprovação das emendas, passaremos agora ao item único de nossa pauta desta reunião extraordinária.

O item único é sobre o relatório das emendas ao Projeto de Lei nº 3, de 2012. São emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura apresentadas ao referido Projeto de Lei nº 03, de 2012, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

Autor do projeto: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O relator é o Senador Cyro Miranda, a quem passo a palavra agora para que leia o seu parecer e profira o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora.

Presidente Vanessa Grazziotin, Srªs e Srs. Senadores, com base nos arts. 43, 44, 87, 91, 126 e 142 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 PLDO 2013.

Foram apresentadas, Srª Presidente, 64 emendas ao projeto. As emendas estão listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem.

Do voto.

Emendas de texto.

Foram propostas 26 emendas de texto. De todas elas, as Emendas nºs 1 (Senador Mozarildo Cavalcanti), 20 (Senador Acir Gurgacz), 39 (Senadora Lúcia Vânia) e 40 (Senadora Lúcia Vânia também) correspondem à área ou subárea de competência da CI de acordo com o que estabelece a Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. Propõem-se, dessa forma, o seu acolhimento e a inadmissão das demais emendas de texto. Vale lembrar que os autores poderão apresentar à CMO essas emendas de texto de forma individual.

Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Sobre as emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, há o número máximo de cinco a ser observado pelas comissões permanentes. De acordo com o art. 87 da Resolução, cada uma dessas pode apresentar até cinco emendas desse tipo.

Inicialmente, propõe-se que sejam inadmitidas as Emendas nºs 2 a 6, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42 a 44 e 56 a 63 com base em alguma das razões já constantes da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. São elas:

ausência de caráter institucional ou falta de interesse nacional ou não observância da competência da CI.

Por fim, dentre as emendas admitidas, propõe-se o acolhimento das Emendas nºs 30 (Senador Flexa Ribeiro), 36 (Senador Vicentinho Alves), 41 (Senadora Lúcia Vânia), 54 (Senador Cyro Miranda) e 55 (Senador Romero Jucá). O acolhimento da Emenda nº 41 atende também ao objetivo da Emenda nº 45. Da mesma forma, o acolhimento da Emenda nº 55 atende à pretensão da Emenda nº 46.

Conclusão.

Em razão de todo o exposto, voto:

pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das Emendas de Texto nºs 7 a 19 e 21 a 29 e das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 2 a 6, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 42 a 44 e 56 a 63;

pelo acolhimento das Emendas de Texto nºs 1, 20, 39 e 40 e das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 30, 36, 41, 54 e 55;

pelo não acolhimento das demais.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Agradecemos ao Senador Cyro Miranda pelo seu competente relatório, muito responsável.

A matéria está em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sei que o Senador Cyro, tão brilhantemente, fez o seu relatório, mas eu só queria levantar uma preocupação.

Eu até já dialoguei com o relator, Senador Cyro, ontem, durante a tarde, após a sessão de ontem à noite, e com alguns técnicos e com alguns membros da Comissão de Orçamento em relação à questão da LDO. Na maioria das vezes, confundimos um pouquinho. Alguns aproveitam a LDO e tentam fazer o que deveria ser emenda ao Orçamento na LDO. A LDO é um caminho. Qual é o caminho com que estou preocupado? Na LDO de 2012, Senador Cyro, eu tive a preocupação – o relator era o Deputado Márcio Moreira – de discutir com o relator e com diversos pares da Comissão de Orçamento acerca do impedimento para a apresentação de emenda ao Orçamento com matérias relacionadas a obras que são de atribuições dos Estados. Por exemplo, rodovias estaduais. Nós não temos a prerrogativa aqui nem tampouco a compatibilidade com a destinação de recursos federais para estradas estaduais, sejam de Goiás, sejam do Amazonas, sejam da Bahia. Naquele ano, eu tive a preocupação de chamar atenção do relator para o capítulo que trata das incongruências. Eu fiz questão de discutir com ele um texto que permitisse que, toda a vez que uma obra de infraestrutura, um porto ou uma ferrovia ou aeroporto ou coisa do gênero... Todas essas obras em que, Senador Cyro, exclusivamente, a partir, principalmente, dessa nossa legislação, temos o aporte, para esses empreendimentos de infraestrutura, feito por verba federal. Só que há uma incongruência e é para isso que eu tinha chamado a atenção em 2012: uma vez liberada uma ferrovia no Estado de Goiás, uma estrada estadual que, porventura, chegue a um pátio, a um centro de logística, a um pátio de manobra dessa ferrovia não poderia receber recursos da mesma fonte que alimentou a construção dessa ferrovia. Isso vale para um porto, para um aeroporto... Imaginem: verba federal para construir um aeroporto e a via de acesso a esse aeroporto, que é uma estrada estadual, não pode receber recursos para essa obra. Se o Estado não fizer a obra, teríamos uma situação extremamente complicada, em que se constrói um aeroporto e a sua rodovia de acesso fica a mercê de quando o Estado, porventura, tenha condições de fazer.

Então, eu acertei ontem com o relator – e, por isso, eu fiz questão até de não apresentar a emenda, até porque parte disso está no texto – para que, nessas exceções, o nosso relator, inclusive de modo próprio e também já recepcionando a própria LDO deste ano, possa manter esse indicativo, porque é isso é que facilitará, aí, sim, a participação nossa na apresentação de emendas que constam do PPA - nesse particular, as emendas para o Orçamento de 2013 -, levando em consideração exatamente isso. O termo que eu usei na época, Senador Cyro, foi exatamente o seguinte: a construção de vias, de obras rodoviárias estaduais destinadas à integração de modais de transporte. Era exatamente para permitir integrar um porto, um aeroporto, uma ferrovia, que fazemos com verba federal. A estrada que interliga isso é estadual. E aí? Termina-se tendo uma situação esdrúxula no que diz respeito a isso. Então, essa malha rodoviária federal, a própria questão... Em alguns casos, temos estradas que, em convênios com os departamentos estaduais, também deveriam ser aqui abrigadas por essa medida, desde que essa interligação seja o elemento crucial para abrigar ou recepcionar essa emenda.

Então, foi essa exceção que tínhamos patrocinado da vez passada e que agora, de novo, a gente busca fazer aqui essa ponderação com o nosso relator. Ontem à noite, ele já me dizia, tranquilamente, além de vir no texto, o reforço que fará o Senador Valadares para que a gente mantenha essas estruturas, ou melhor, essa interligação de modais, o acesso a estruturas modais; que esses acessos sejam no bom "garantizado" para

que a gente possa colocar recursos federais nessas obras de infraestrutura.

Era isso, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – V. Exª me permite...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, relator, para fazer seus comentários.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Walter Pinheiro, nós que convivemos bastante na Comissão Mista de Orçamento, no ano passado, essa ponderação é de extremo bom senso, porque termina, por falta desse aporte, sendo inviabilizado. Faz a ferrovia, não tem interligação; faz aeroporto e os portos secos... Então, esse intermodal é de muito bom senso.

Pergunto a V. Exª: foi acatado para este ano? Então, está valendo.

Então, isso é um ponto que o senhor marcou e que vai ter uma relevância tremenda.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – (*Fora do microfone*) em discussão.

Antes, eu gostaria de convidar a Senadora Lúcia Vânia, Presidenta desta Comissão, para que tome seu lugar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de fazer uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Se V. Exª puder continuar presidindo até eu usar a palavra...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Cyro Miranda pelo seu trabalho, pela relatoria. Quero aqui apenas dizer que apresentei algumas emendas, que foram acolhidas pelo relator. Essas emendas foram frutos de observações feitas durantes as audiências públicas aqui da Comissão de Infraestrutura.

Eu gostaria de destacar a nossa preocupação com o descontingenciamento do orçamento das agências reguladoras, que tem sido um grande gargalo aqui observado durante as audiências públicas. Trabalhamos também nessa direção, para descontingenciar os recursos da Embrapa, que é um organismo importante e tem prestado um bom serviço ao País.

Algumas emendas foram feitas no sentido de adequar o texto, e quero, nesta oportunidade, dizer da nossa satisfação em ter colaborado com a aprovação dessas emendas para que o texto possa ser aprimorado.

No mais, quero agradecer, mais uma vez, ao relator e dizer que o seu trabalho, sem dúvida nenhuma, foi um trabalho importante para esta Comissão.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Nós estamos aqui discutindo, eu e o relator... Mas, Senadora, a senhora poderia vir aqui, porque eu gostaria de fazer também algumas observações?

Quero dizer que foi um prazer substituí-la. Não sei se com a competência de V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, mas fizemos o que foi possível, não foi, Senador Cyro?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É verdade. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradecendo à Senadora Vanessa, quero...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já cumprimentei, já tive a oportunidade de cumprimentar o Senador Cyro Miranda, e quero dizer que não há nenhum óbice em relação às emendas que foram acolhidas.

Obviamente, o Centro-Oeste está extremamente bem representado aqui, Senadora Lúcia Vânia, Senador Walter. Das cinco emendas, uma trata de energia elétrica na região Norte, outra trata de inclusão digital, e três tratam de obras de infraestrutura na região Centro-Oeste. Mas eu apenas faço essa observação. Considero justo o que estamos votando aqui.

Portanto, quero cumprimentar, mais uma vez, o Senador Cyro Miranda pelo relatório.

Obrigada, Senadora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, deixe-me só justificar.

O Sul e o Sudeste não nos apresentaram nada. Nós acolhemos a parte do Norte, a parte do Senador Jucá, e eu tinha muita vontade de acolher a de V. Exª, na obra localizada no seu Estado, mas eles vetam, na CMO, quando ela só... E o trecho, infelizmente, é só dentro... E tem toda a razão de reclamar, pelo seguinte: só falta aquele trecho no Estado. Mas eles vetam, e a gente então perderia uma dessas metas, entende?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Posso...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu nem toquei nesse assunto, porque V. Exª me convenceu, de fato. Agora, é um problema. Nós vamos ter que trabalhar o orçamento, não agora nesse projeto, mas logo no projeto de lei orçamentária, porque nós estamos tratando de uma BR – não é uma estrada estadual, é uma BR –, e há um problema grave.

Acho que a Comissão de Infraestrutura pode ajudar muito, Senadora Lúcia Vânia. A BR-319 é a única ligação terrestre do Estado do Amazonas com as outras regiões do País. Não há nenhuma outra ligação. É impossível chegar ao Pará, chegar a outro Estado para o sul que não seja pela BR-319. E nós estamos com uma BR que tem um trecho de 600 quilômetros, aproximadamente, parado, há muitos anos, por questões ambientais principalmente.

Então, nós precisamos, esta Comissão, Senador... Eu vou apresentar brevemente, porque nós estamos entrando em um período político de muita efervescência, para, depois das eleições, a gente debater com muita força essa questão aqui na Comissão de Infraestrutura. E eu gostaria, sinceramente, Senador Walter, que a Comissão tivesse uma opinião em relação a essa BR, porque não é um problema do Estado do Amazonas, isso é um problema do Brasil. E, a partir do estabelecimento de uma opinião, que possa o Senado Federal, através desta Comissão, ajudar na resolução desse problema. Não tenho dúvida nenhuma. Foram tantos os óbices que o meio ambiente colocou – e não é a construção de uma estrada, a estrada já existe, é a reconstrução –, que até agora não conseguimos dar um passo adiante. Então, depois das eleições...

E eu compreendi perfeitamente sua posição, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Qual é a rodovia, Senadora Vanessa?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Nós temos o primeiro trecho, próximo a Manaus, em torno de 200 quilômetros, todo recuperado, e o último trecho, que é entre Humaitá – um Município do Amazonas – até a cidade de Porto Velho, também recuperado. Mas o principal, em torno de 600, 700 quilômetros, sem nenhuma obra, o que inviabiliza esse tipo de transporte

Hidrovia é importante? Sem dúvida nenhuma, muito importante. Agora, nós não podemos abrir mão de uma estrada que já existe e que é importante para a integração do meu Estado com o restante do País.

Por que há uma forte resistência na reconstrução dessa BR? Por questões ambientais. Porque essa é a parte mais preservada da Amazônia brasileira. Mas já existem, todos os cuidados ambientais já existem. Esteve em bom funcionamento, ou seja, em pleno funcionamento, em um período aproximado de 10 a 15 anos, e o impacto ambiental não é aquilo que se imaginava inicialmente.

Então, com todos os cuidados ambientais que precisam ser tomados – e eu concordo plenamente –, a BR pode ser recuperada. Agora, são responsabilidades públicas todas as determinações. Então, se não sai, porque não tem dinheiro, porque não tem recurso, é porque não há nenhum interesse, por parte do poder público, de reconstruir essa estrada.

No que diz respeito à emenda, Senador Cyro, eu compreendo, não há nenhuma reclamação. Eu só, ano que vem, vou estar mais atenta a essas questões. Mas muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço à Senadora Vanessa.

Vamos colocar em votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda, que conclui pelo acolhimento das Emendas de texto nºs 1, 20, 39, 40 e das Emendas dos Anexos de Metas e Prioridades nºs 30, 36, 41, 54 e 55.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Em função da aprovação das emendas do PL nº 3, de 2012, informo que a ata desta reunião deve ser entregue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Assim, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar nesta reunião, declaro-a encerrada, e vamos dar prosseguimento na segunda reunião desta Comissão.

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 28 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9H30, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, José Pimentel, Vanessa Grazziotin e Casildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Jayme Campos. A Presidente declara aberta a reunião, comunicando o recebimen-

to do Aviso nº 629-Seses, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão com vistas a verificar a regularidade da execução do Programa de Trabalho referente à implantação da Refinaria Premium II no Estado do Ceará. Comunica, também, o recebimento do Aviso nº 676-Seses, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão com o objetivo de avaliar a qualidade e a segurança do controle migratório e do controle aduaneiro nos aeroportos internacionais brasileiros, realizados, respectivamente, pelo Departamento da Polícia Federal e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Comunica, ainda, o recebimento do Ofício nº 1261/2012/ASPAR, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, Georgenor Cavalcante Pinto, em resposta a Ofício desta Comissão sobre andamento dos projetos debatidos durante reunião com o Ministro dos Transportes, realizada dia 03 de maio de 2012. Comunica, também, o recebimento do Ofício nº 1262/2012/ASPAR, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, Georgenor Cavalcante Pinto, em resposta a Ofício desta Comissão, sobre os Projetos que tratam do Plano Nacional de Viação. Comunica, ainda, o recebimento do convite da Associação Nacional de Analistas de Infraestrutura – ANEInfra para o 1º Seminário Nacional de Infraestrutura, com a Oficina Preparatória a realizar-se dia 03 de julho de 2012, das 14 às 18 horas, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O evento visa contribuir com um debate de alto nível sobre os desafios para avançar na implementação de políticas relacionadas à infraestrutura, fundamentais para o desenvolvimento nacional, no qual se busca congregar representantes do governo, da indústria, da academia e da sociedade civil. Comunica, também, o recebimento de Mensagem do presidente da TAM S.A. e da TAM Linhas Aéreas S.A., Senhor Marco Antonio Bologna, sobre a união entre TAM e LAN para a criação do Grupo LATAM Airlines. Comunica, por fim, o recebimento de telefonema da direção do DNIT manifestando agradecimento pelo apoio de parlamentares ao regime diferenciado de licitações. **PAUTA: 1ª PARTE – REUNIÃO DE TRABALHO** – Com a finalidade de apreciar de Ato que estabelece procedimento a ser adotado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com referência aos Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) que encaminhem matéria atinente às competências dessa Comissão. Adiado. **2ª PARTE – ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2008,** de autoria do Senador Paulo Paim, que "Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências." Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2010,** de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o transporte público coletivo de passageiros." Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2012,** de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias." Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2011,** de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Adiado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº , DE 2012,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidada a Senhora Presidente da PETROBRAS, Maria das Graças Foster, para comparecer a esta Comissão com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa." Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. *(Pausa.)*

Como não há número regimental, quero apenas fazer alguns comunicados.

Comunico o recebimento do Aviso nº 629, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando para conhecimento cópia do acórdão, com vistas a verificar a regularidade da execução do programa de trabalho referente à implantação da refinaria Premium II, no Estado do Ceará.

Recebimento do Aviso nº 676, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando para conhecimento cópia do acórdão,

com o objetivo de avaliar a qualidade e a segurança do controle migratório e do controle aduaneiro nos aeroportos internacionais brasileiros, realizados, respectivamente, pelo Departamento de Polícia Federal e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Recebimento do Ofício nº 1.261, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, Georgenor Cavalcante Pinto, em resposta a ofício desta Comissão sobre o andamento dos projetos debatidos durante a reunião com o Ministro dos Transportes realizada no dia 3 de maio de 2011.

Recebimento do Ofício nº 1.262, de 2012, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes, Georgenor Cavalcante Pinto, em resposta a ofício desta Comissão sobre os projetos que tramitam do Plano Nacional de Viação.

Acerca desses projetos, ressalta-se que constarão, em breve, na pauta desta Comissão.

Recebimento do convite da Associação Nacional de Analistas e Especialistas em Infraestrutura (Aneinfra) para o I Seminário Nacional de Infraestrutura, com a Oficina Preparatória a realizar-se dia 3 de julho de 2012, das 14 às 18 horas, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O evento visa contribuir com o debate de alto nível sobre os desafios para avançar na implementação de políticas relacionadas a infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento nacional, no qual se buscam congregar representantes do governo, da indústria, da academia e da sociedade civil.

Recebimento da Mensagem do Presidente da TAM S.A. e da TAM Linhas Aéreas S.A., Sr. Marco Antonio Bologna, sobre a união entre TAM e LAM para criação do Grupo LATAM Airlines.

Quero também comunicar aos Srs. Senadores que recebemos, através de um telefonema do Ministério dos Transportes, os agradecimentos da direção daquele órgão no sentido de que vários Parlamentares que compõem esta Comissão apoiaram ontem o Regime Diferenciado de Contratações. Segundo o diretor-executivo do Ministério, o regime diferenciado de licitações virá agilizar, de forma efetiva, o andamento dos trabalhos daquele órgão.

Portanto, transmito aos Srs. Senadores os agradecimentos da diretoria do Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião. *(Pausa.)*

Senador Walter, na próxima reunião, nós já poderemos colocar, segundo o comunicado do Ministério dos Transportes, todos aqueles projetos que tratam da questão do Sistema Viário Nacional. Acho que V. Exª tem alguns relatórios, então, se puder, deve agilizá-los para fazermos uma limpeza na pauta.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 33 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente em exercício, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Pimentel, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Alvaro Dias e Vicentinho Alves**. Justifica a ausência o Senador Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica que foi recebido, do Presidente do Conselho Diretor da agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, João Batista de Rezende, exemplar em mídia digital do Relatório Anual 2011, com balanço das atividades desenvolvidas por essa Agência ao longo do último exercício. O Presidente faz um balanço das atividades da Comissão de Serviços de Infraestrutura durante primeiro semestre de 2012. **PAUTA: 1ª PARTE – REUNIÃO DE TRABALHO** – Com a finalidade de apreciar de Ato que estabelece procedimento a ser adotado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura com referência aos Avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) que encaminhem matéria atinente às competências dessa Comissão. Adiada. **2ª PARTE – ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2008,** de autoria do Senador Paulo Paim, que "Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências." Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2012,** de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Destina recursos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para o pagamento por serviços ambientais e para a recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ripárias." Adiado. **ITEM 3 – TRA-**

MITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2007, de autoria do Deputado Vander Loubet, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona." **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2007,** de autoria do Deputado Eduardo Valverde, que Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário para expansão da BR-421." Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2011,** de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2009,** de autoria do Deputado Geraldo Pudim, que "Inclui trecho da Rodovia RJ-196, entre os Municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação." Adiado. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2009,** de autoria do Deputado Giovanni Queiroz e outros, que "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para dar novos pontos de passagem à BR-222." Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2010,** de autoria da Deputada Rose de Freitas, que "Inclui o Rio Santa Maria da Vitória na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que cria o Plano Nacional de Viação." Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 327, DE 2009,** de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica (trecho de acesso ao Município de Laguna, via Balneário Praia do Sol)." Adiado. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2010,** de autoria do Deputado Afonso Hamm, que "Inclui na relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação rodoviária entre a BR-293, Município de Santana do Livramento, à BR-290, Município de Alegrete, ambos no Estado do Rio Grande do Sul." Adiado. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2010,** de autoria do Deputado Zonta, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." Adiado. **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2010,** de autoria do Deputado Wellington Fagundes, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres os portos de Santo Antônio de Leverger, Barão do Melgaço e Santo Antônio de Leverger – Porto Cercado, no Estado de Mato Grosso." Adiado. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 2010,** de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-445 saindo de Mauá da Serra, no entroncamento entre as rodovias BR 272 e 376, passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo, no município de Primeiro de Maio." Adiado. **ITEM 13 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2010,** de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, para modificar a diretriz da ligação ferroviária EF-489." Adiado. **ITEM 14 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2010,** de autoria do Deputado Alex Canziani, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia de ligação que permitirá o acesso à Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Londrina." Adiado. **ITEM 15 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 175, DE 2010,** de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-090 saindo de Curitiba passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo nos Municípios de Alvorada do Sul e Porecatu." Adiado. **ITEM 16 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2011,** de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." Adiado. **ITEM 17 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2010,** de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera a Lei nº. 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na BR -293, constante da Relação Descritiva de Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, trecho que especifica." Adiado. **ITEM 18 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2012,** de autoria do Senador Pedro Taques, que "Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), com as alterações realizadas pela Lei nº 12.379, de 06 de janeiro de 2011, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional o trecho da

Rodovia MT-473 situado entre o Entroncamento com a BR-174 em Pontes e Lacerda e o Entroncamento com a MT-265." Adiado. **ITEM 19 – REQUERIMENTO Nº , DE 2012,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, requeiro seja convidada a Senhora Presidente da PETROBRAS, Maria das Graças Foster, para comparecer a esta Comissão com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Plano de Negócios 2012-2016 da empresa." Adiado. **ITEM 20 – REQUERIMENTO Nº , DE 2012,** de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome do Sr. Reginaldo Almeida Medeiros, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL, na audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 13, de 2012 para debater sobre os encaminhamentos que estão em curso para as renovações das concessões do setor elétrico brasileiro." Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntam – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Recebido do Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, João Batista de Resende, exemplar em mídia digital do Relatório Anual de 2011, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência ao longo do último exercício. Isso já está disponível também a todos os Senadores e Senadoras Membros da Comissão de Infraestrutura.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que esta é a última reunião antes do recesso Parlamentar.

Neste primeiro semestre de 2012, foram realizadas 20 reuniões da Comissão, sendo que seis foram audiências públicas que trataram dos leilões dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília; da construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste; da situação da Celpa, Centrais Elétricas do Pará S.A., do Grupo Rede; do marco legal que rege o setor de informática; do marco legal do setor ferroviário brasileiro; e do PLS 118/2009, que permite a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. Diga-se de passagem, uma das melhores audiências públicas realizadas não só pela Comissão de Infraestrutura, mas também pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Informo também que a Comissão apreciou um total de 45 matérias. Portanto, os trabalhos da Comissão de Infraestrutura se desenvolveram de uma forma bastante eficiente e competente, comandados pela Senadora Lúcia Vânia. Houve muitas audiências públicas de temas relevantes como o leilão de aeroportos; a ferrovia de integração do Centro-Oeste; o Grupo Rede, por intermédio da Celpa; o marco legal da informática e especialmente o marco legal do setor ferroviário brasileiro.

Portanto, eu, como integrante da Comissão de Infraestrutura, fico feliz de concluir os trabalhos nesse primeiro semestre, porque teremos esforços concentrados agora já definidos pela Mesa do Senado, ao longo do mês de agosto, setembro e até as eleições.

E, por último, também gostaria de registrar que nós iríamos fazer uma audiência pública com a presença da Presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, mas conversando com a Presidente Graça esse encontro foi adiado. Nós vamos definir outra data para realizá-lo, até porque aprovamos um requerimento aqui na Comissão de Infraestrutura e um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos para se fazer uma audiência pública conjunta das duas comissões, onde a Presidente Graça vai expor o plano de negócios da Petrobras 2012/2016. Como ela tem feito uma série de viagens para expor esse plano de negócios para acionistas da Petrobras no exterior, nós entendemos as razões e vamos aguardar, agora, a definição de uma nova data.

Nós esperamos realizar essa audiência pública, importante para o Congresso, especialmente para o Senado e para a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, pelo que efetivamente o tema energia representa para o Brasil e mais especificamente pelo que a Petrobras representa para o nosso País e os desafios que temos à frente, de 2012 a 2016, principalmente em função de ajustes de revisões promovidos no plano de negócios, especialmente na priorização de obras voltadas à exploração e produção de óleo e gás natural. Por isso, quero agradecer a todos vocês.

A Senadora Lúcia Vânia está ocupada com a CPMI, que tem hoje uma audiência marcada que se iniciou às 10 horas da manhã. Portanto, quero agradecer todo acompanhamento e o trabalho que V. Sªs Assessores, mídia, realizaram ao longo dos trabalhos da Comissão de Infraestrutura.

Declaro a reunião encerrada. Estaremos juntos no próximo esforço concentrado do Senado, que ocorrerá na primeira semana de agosto, como diz aqui a Assessoria.

Muito obrigado a vocês e, se Deus quiser, nos encontramos na primeira semana de agosto.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e quatro de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões número 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Paulo Paim, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Justifica a ausência o Senador Cássio Cunha Lima. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo que a primeira está destinada a eleição do Vice-Presidente da Comissão e informa que, de acordo com o art. 60 do RISF, a eleição deverá ser realizada em escrutínio secreto e com chamada nominal. Após a votação, o Presidente convida os Senadores Paulo Paim e José Pimentel para atuarem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: o Senador Eduardo Amorim é eleito por unanimidade. O Presidente proclama o resultado e empossa o eleito. Dando prosseguimento, passa-se à segunda parte da Reunião, que tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1** – **Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, de 2008**, que *"Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências".* **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação com a Emenda nº 01 que apresenta. **Observação:** Em 24/04/2012, após a leitura do relatório, foi concedida vista aos Senadores Ana Rita e Rodrigo Rollemberg, nos termos regimentais. Colocado em discussão, usam da palavra os Senadores: Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg e José Pimentel, que se manifestou contrariamente ao Relatório apresentado. **Resultado:** Rejeitado o Relatório da Senadora Lúcia Vânia. Vota vencido o Senador Rodrigo Rollemberg. O Presidente da Comissão designa o Senador José Pimentel Relator do Vencido, que conclui pela rejeição do Projeto, nos termos do art. 128 do RISF. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2011**, que *"Acrescenta dispositivo à Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, para elevar a cinquenta por cento o percentual máximo do setor de serviços na carteira de financiamentos do FCO destinada ao Distrito Federal".* **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 01 (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2011**, que *"Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes".* **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão da Matéria, ficando adiada a sua votação. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2011**, que *"Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE)".* **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Zeze Perrella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 01 (Substitutivo). **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame do Relatório. **EXTRAPAUTA** – **ITEM 1** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17, de 2012**, que requer, "*Nos termos do Artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos – CAE, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – e de Assuntos Sociais – CAS, para debater a pauta da Marcha dos Municípios, prevista para ser realizada de 15 a 17 de maio, em Brasília, com atenção para as situações emergenciais motivadas, por exemplo, pela estiagem e por enchentes, bem como, os projetos que viabilizem a capacidade de investimento e de desenvolvimento dos municípios brasileiros".* **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** A pedido do Autor, o Re-

querimento é arquivado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, de 2012**, que requer, *"Em aditamento ao Requerimento nº 12, de 2012, que solicita a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, sobre a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal no estado da Paraíba, requeiro que seja acrescentado, como convidado, em substituição ao Ministério da Integração, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, e o Secretário de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes, Sr. Daniel Sigelmanm".* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, dou por aberta a presente sessão.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª e da 10ª Reuniões da Comissão.

Em discussão as Atas. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

De acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe ao Presidente da Comissão designar, entre os componentes da comissão, os membros da subcomissão e fixar sua composição.

Nesse sentido, designo o Senador Eduardo Amorim para compor, como membro titular, a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, conforme pauta previamente distribuída.

A presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira reservada à eleição do Vice-Presidente da Comissão, e a segunda é destinada à deliberação das proposições.

Até o momento, esta Presidência... Manifestação do interesse do Senador Eduardo Amorim para ocupar o cargo de Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, proponho aprovação do nosso Vice-Presidente por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sendo regimental, submeto...

Está dizendo aqui a Secretaria da Mesa que não se pode fazer por aclamação. Se é chapa única, não tem outro concorrente e em todos os lugares existe votação por aclamação... Aqui não pode. Tudo bem.

Considerando que...

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores titulares cédulas devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas para votação, de acordo com o art. 60 do Regimento Interno.

A eleição será feita em escrutínio secreto.

Está aberto processo de votação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quanto à Ordem do Dia, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nós vamos dar sequência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu proponho a inversão da Ordem do Dia, para o Item 2...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Exª é o relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Ele é não terminativo. Eu sou o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o requerimento do Senador Pimentel, que pede a inversão de pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, DE 2011
Não terminativo

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para elevar a cinquenta por cento o percentual máximo do setor de serviços na carteira de financiamentos do FCO destinada ao Distrito Federal.

Autor: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relator: Senador José Pimentel.

Relatório: pela aprovação do projeto, na forma da Emenda nº 01 (Substitutivo).

Obs.: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel, que fará a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, cabe a esta comissão, nos termos do art. 104-A, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional. Nesse sentido, será analisado o mérito do Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2011, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta apresentada pelo Senador Rodrigo Rollemberg visa à modificação do art. 4º da Lei nº 7827, de 1989, que regula os Fundos Constitucionais de Financiamento. Segundo o § 3º do art. 4º, *in verbis*:

> *Art.4º .....*
> *§ 3º Os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos comerciais e de serviços até o limite de 20% (vinte por cento) dos recursos previstos, em cada ano, para esses Fundos, admitindo-se a diferenciação dos valores aplicados nas diversas Unidades da Federação, mediante decisão do respectivo conselho deliberativo, no contexto da aprovação da programação anual de aplicação dos recursos, desde que o valor médio aplicado nessas finalidades não ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) em cada Fundo Constitucional.*

Pela redação atual do § 3º do art. 4º da Lei nº 7.827, o limite de cada Fundo Constitucional de Financiamento para a aplicação na atividade de serviços é de vinte por cento. Ele pode ser majorado para um determinado ente federativo, mas, no total de recursos dos Fundos, o percentual máximo deve ser observado.

O PLS nº 648, de 2011, propõe a inclusão de um § 4º, ao art. 4º, da Lei nº 7.827, de 1989, com o intuito de aumentar o teto para a aplicação de recursos em empreendimentos comerciais e de serviços para cinquenta por cento para o Distrito Federal. Depreende-se da justificação do autor da proposta que isso se justifica por uma razão de ordem geral e outra de caráter mais específico. A questão de ordem geral seria a de que a visão de desenvolvimento econômico não deve se circunscrever à produção de bens materiais agrícolas e industriais, pois isso não reflete a realidade atual. Há, no setor de serviços, segmentos dinâmicos da economia geradores de inovações e de valor agregado.

Já a questão de ordem específica diz respeito à estruturação econômica do Distrito Federal, que, segundo o autor, tem uma vocação para atividade do setor de serviços como, por exemplo, serviço em engenharia, comércio, logística, informática. De acordo com o autor da matéria, os serviços tem peso superior a 90% do Produto Interno Bruto do Distrito Federal. Não faria sentido, então, limitar em 20% o montante de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, que pode ser destinado ao setor terciário do Distrito Federal.

O raciocínio do autor está correto, mas o problema não se circunscreve ao Distrito Federal. Em primeiro lugar, o peso do setor de serviços do Produto Interno Bruto cresce à medida que o País enriquece. Esse é um fato estilizado do crescimento econômico e tem ocorrido no Brasil. Além disso, dentro das outras duas regiões, beneficiado o Fundo Constitucional de Financiamento Norte-Nordeste, que contam respectivamente com FNO e o FNE também há áreas que possuem vocação econômica para o setor terciário e cujas estruturas econômicas refletem essa vocação. A participação do setor de serviços no Produto Interno Bruto dessas áreas é superior à média nacional.

Cito, como exemplos, várias capitais do Nordeste que são centros de serviço de saúde, de educação e de turismo. Por isso o limite de 20% não deveria ser modificado apenas para o Distrito Federal, mas para todas as regiões beneficiárias dos três Fundos Constitucionais de Financiamento Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Assim sendo, proponho uma emenda substitutiva para garantir que empreendimentos comerciais e de serviços também sejam beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sem que se aplique o teto de 20%.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2011, na forma da seguinte Emenda Substitutiva:

EMENDA Nº – CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, DE 2011

Altera o art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir entre os setores beneficiários dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) os empreendimentos comerciais e de serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º, caput, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989,

passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º São beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. ..... " (NR)

Art. 2º Revogue-se o § 3º do art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, quando o fundo constitucional foi constituído, em 1988, nobre Senador Eduardo Amorim, o setor de serviços e o setor de comércio não eram financiados pelos fundos constitucionais. Em 2001, nós fizemos uma alteração na Lei nº 7.827, determinando que até 20% dos recursos dos fundos constitucionais seriam destinados ao setor de serviços – comércio e serviços. Esse processo, com o crescimento econômico, com a urbanização, com o PIB – do PIB brasileiro, o setor de serviços hoje já é a maioria –, nós temos todo esse debate sobre o processo de desindustrialização, com o qual temos preocupação, mas, na verdade, também o segundo fator da diminuição da indústria no PIB brasileiro é exatamente o crescimento acelerado do setor de serviços.

As micro e as pequenas empresas são eminentemente voltadas para o comércio, e, seja lá em Aracaju, seja em Sergipe, seja em Maceió, seja em Alagoas, seja em Fortaleza, em todas as cidades, o comércio é o setor que mais emprega, é o setor que mais cresce, e, se nós formos para o Simples Nacional, com o empreendedor individual, com o crescimento da micro e da pequena empresa, estamos chegando, neste maio de 2012, a 6,4 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil. Se voltarmos a 1989, quando nós regulamentamos o Fundo Constitucional, basicamente esse setor era mínimo. Em 2007, as micro e pequenas empresas formais no Brasil eram 1,337 milhão; estamos hoje com 6,4 milhões. E esse setor não consegue ter crédito por parte dos fundos constitucionais – e aqui em Brasília isso também é gritante – porque os recursos são mínimos.

O que estamos propondo? Não tem limite, seja para a indústria, seja para a agricultura, seja para o setor de serviços. E o Condel, a partir do planejamento que é feito por cada Estado com as entidades que compõem o Condel – no caso da Sudene, para a região Nordeste; a Sudam, na região Norte, e a Sudeco, na região Centro-Oeste –, define esses percentuais para aquele Estado.

Vamos supor que o Estado de Alagoas, em determinado ano, queira priorizar o setor que produz leite. Aí ele vai, nesse ano, de acordo com essa demanda apresentada pelos empreendedores, para o setor do leite, reservar para a agropecuária um percentual maior.

Vamos supor que aqui em Brasília, dada sua realidade, o Condel entenda que aqui deve priorizar a micro e a pequena empresa, que é um dos focos dos Fundos Constitucionais. Então, para Brasília, o Condel aporta um valor maior para a micro e a pequena empresa.

Sou daqueles que aprendi, ao longo de minha vida, Sr. Presidente, que, no que se refere a um Fundo desse, cujo objetivo é diminuir as desigualdades regionais e alavancar os setores que mais necessitam do apoio do Estado, se você fixa percentual, em determinado momento, ele será importante, mas, em outro momento, ele será superado, dado o dinamismo na economia.

Agora, se nós transferirmos para o Condel – que no caso é a Sudene, no Nordeste; a Sudam, na região Norte; e a Sudeco, na região Centro-Oeste – que é composto pelos empresários, pelos trabalhadores, pelos governadores e pelos ministérios afins, fica mais dinâmico esse processo. E é isso o que nós estamos fazendo aqui.

Portanto, Sr. Presidente, esse é nosso voto, e estou encaminhando favoravelmente à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cumprimento o nobre Senador Pimentel pelo seu brilhante voto.

Submeto o parecer com o substitutivo.

Em discussão. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as providências cabíveis.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2011
Terminativo.

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamento os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência

técnica e financeira aos Municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

O relatório é pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Eduardo Amorim, para a leitura de seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, vou direto ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei nº 356, 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que acrescenta novo inciso ao art. 3º do Estatuto da Cidade com vistas a atribuir à União competência para prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para a elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.

Na justificação do projeto, Sr. Presidente, a autora aponta os diversos dispositivos legais que hoje tornam obrigatória a elaboração do Plano Diretor em determinados casos e registra a tendência no sentido de torná-la obrigatória para todos os municípios, como pretendem diversas proposições legislativas ora sob exame no Congresso Nacional, que tem merecido ampla acolhida e recebido o respaldo de representantes municipais.

Para ela, haja vista a evidência, a importância e a necessidade do Plano Diretor para o desenvolvimento urbano, devem ser estabelecidas, no Estatuto da Cidade, as condições que tornem viável esse objetivo, quais sejam, a assistência técnica e o apoio financeiro da União.

A matéria foi distribuída exclusivamente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A teor do art. 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito do projeto e, por força de competência terminativa e exclusiva, também sobre os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Encontram-se adequadamente atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. Nos termos do art. 21 da Constituição Federal, incumbe à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. Esse encargo constitucional resultou atendido pela Lei nº 10.256, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, norma que a proposição em pauta pretende alterar.

A deliberação sobre a matéria constitui competência do Congresso Nacional, não havendo restrição à iniciativa parlamentar.

Em relação à técnica legislativa, o PLS 356, de 2011, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, alteração e consolidação das leis.

No mérito, Sr. Presidente, somos favoráveis ao projeto, que institui louvável contribuição para a execução, pelos entes municipais, da política de desenvolvimento urbano, conforme requer o art. 182 da Lei Maior.

Portanto, Sr. Presidente, em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2011.

Esses foram o relatório, a análise e o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra o Senador José Pimentel. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como se trata de matéria terminativa, adia-se a votação para outra oportunidade, para a próxima reunião.

Tenho o requerimento do nobre Senador Wellington Dias, mas este pede...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu pedi a retirada, Sr. Presidente, só para...

V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nós tínhamos aqui a Marcha dos Municípios, e a ideia era de que pudéssemos, na ocasião da Marcha, fazer um debate sobre os temas de aspectos regionais que estavam em discussão, em debate. Quero apenas dizer que já terminou, foi concluída.

Aliás, quero aqui aproveitar, Presidente, para dar uma informação. Estive ontem com o Deputado Zarattini, relator do projeto que trata do pré-sal, vi o seu relatório, que é muito próximo do que aprovamos aqui. Ele faz apenas uma alteração. O nosso, como foi apresentado em 2011, garantia ao Rio e ao Espírito Santo o valor de *royalties* e de participação especial recebidos no ano anterior. E era 2010. Ele atualizou para 2011. E ali ele coloca também um trecho, que achei correto, que transforma esse montante que esses Estados vão receber num equivalente-petróleo: se o petróleo subir, eles ganham; se cair, também cai. Se não fosse assim, correriam o risco de se determinar um valor mínimo e depois, se o preço do petróleo caísse, isso tiraria dos outros Estados.

Então, quero aqui dizer que, lá, a única dependência para votação na Câmara, hoje, inclusive, com um razoável entendimento, nunca é de 100%, mas um razoável entendimento com a bancada do Espírito Santo e do Rio, é de que se tenha essa votação.

O projeto, quero aqui também reafirmar, tem os requisitos que a Presidente anunciou no encontro dos prefeitos, não tem quebra de contrato, não desequilibra os dois Estados, e, ao mesmo tempo, ele tem um regramento daqui para frente.

Então, eu acredito que nós temos condições de, em junho, ter essa votação e devemos acompanhar com todo carinho, porque sei do interesse com que V. Exª e esta Comissão trabalharam para a aprovação desse projeto.

Então, como já passou a Marcha dos Municípios, eu quero pedir a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cumprimento por conta desse momento em que nós estamos realmente precisando resolver esse pendenga que há lá dos *royalties.* A informação que eu tenho é de que precisávamos trabalhar sobre isso – está aqui o Líder do Governo no Congresso Nacional – ver a possibilidade de limpar a pauta. Porque a informação que chegou também ontem para mim era de que a pauta trancada na Câmara está impedindo que outros projetos possam ter tramitação regular.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O Item 1, Sr. Presidente, já foi lido, nós abrimos a discussão e foram dadas vistas coletivas desde o dia 24 de abril. Essa matéria cria um fundo para o Entorno de Brasília, além do Fundo Constitucional de Brasília. Quanto a isso, já temos a Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), que envolve as cidades satélites e o Entorno de Brasília.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Região Integrada de Desenvolvimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Região Integrada de Desenvolvimento, como lembra muito bem aqui o nosso governador e gestor neste segmento.

E os critérios de atualização do Fundo Constitucional de Brasília são totalmente diferentes dos critérios de atualização do Fundo Constitucional das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como o senhor e nossos pais sabem muito bem, são um percentual do IPI e do Imposto de Renda Anual. Como tem muita isenção, esses percentuais não crescem tanto. Já o Fundo Constitucional de Brasília foi criado em 2002 e passou a vigorar a partir de 2003 com um valor fixo. E ele é atualizado todo ano pelas receitas correntes líquidas da União, com um patamar muito alto. Então, isso termina concentrando muitos recursos numa região, e eu acredito que está maduro para a gente votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ele já foi aprovado na manhã de hoje aqui.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, senhor. É o Item 1, para o qual eu pedi inversão de pauta, Presidente. Falta o Item 1, porque eu pedi a inversão de pauta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Seria basicamente a votação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ah, muito bem.

Então, vamos? *(Pausa.)*

Projeto de lei...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Porque eu estive na reunião em que fizemos todo esse debate. Então, nós iríamos retomar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nós aprovamos agora o Item 2, que foi relatado por V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Exatamente. Nós iríamos voltar ao Item 1 com a discussão, porque já foi lido o parecer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O parecer é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pela aprovação. O parecer é pela aprovação. *(Pausa.)*

Nobre Senador José Pimentel, V. Exª está a par desse projeto e, considerando que a nossa Relatora não se encontra, deseja fazer algumas considerações ou serão dadas apenas as considerações que já foram anunciadas na preliminar da sua apresentação? Porque, se não, daremos início ao processo de votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A Srª Relatora fez a apresentação do parecer na sessão anterior...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E foi debatido.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Foi solicitado vista coletiva, foi feita uma discussão. Acho que nós deveríamos hoje, Sr. Presidente, dar continuidade à discussão e, se acharmos por bem encerrar e votar, nós faríamos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª, que pediu vista do projeto, tem alguma consideração a apresentar?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer e cumprimentar o Senador José Pimentel pelo parecer relativo ao Item 2 da pauta, projeto de minha autoria que trata dos fundos constitucionais. Realmente, no caso do Distrito Federal, havia uma distorção muito grande porque, para o FCO, o limite para aplicação em investimentos na área de serviços é de apenas 20%, e o perfil da economia do Distrito Federal é basicamente, em grande parte, majoritariamente, alicerçado no setor de comércio e serviços. Isso produzia uma distorção porque o Distrito Federal, embora tenha direito a 19% dos recursos do FCO, nos últimos anos está aproveitando em torno de 9%, porque muito rapidamente, ainda no mês de maio, conseguia atingir o limite, batia no limite dos 20%.

O Ministro Fernando Bezerra, mostrando grande sensibilidade e atendendo ao pleito da Bancada do Distrito Federal e do setor produtivo, determinou, já para este ano, uma ampliação de R$60 milhões nos recursos para financiamento de comércio e serviço. Mas o Senador Pimentel traz uma contribuição ainda mais significativa, deixando para cada ente federado possa definir, que o Conselho de Desenvolvimento Econômico possa definir o percentual a ser utilizado pelo fundo. Portanto, aperfeiçoou o projeto, e quero agradecer o Senador Pimentel.

Em relação a esse projeto, o Senador Pimentel pediu vista junto comigo. Eu não sei qual é a posição dele em relação ao projeto. Eu quero registrar a minha posição extremamente favorável a esse projeto. Eu gostaria, inclusive, se fosse possível, de que ele fosse votado com a presença da relatora, a Senadora Lúcia Vânia, porque nós estamos vivendo, no Entorno do Distrito Federal, uma situação dramática, Sr. Presidente, dramática.

Nós temos no Entorno do Distrito Federal os maiores índices de violência do País, a menor renda *per capita* do Brasil. Para que o senhor tenha uma ideia, o Município de Águas Lindas, a cinquenta quilômetros de Distrito Federal, tem uma renda média *per capita* anual de R$2.800,00 anuais; a média do Brasil é de R$16 mil e, no Distrito Federal, esses valores ultrapassam R$50 mil por ano. Em Novo Gama, é de R$3.300,00; em Valparaíso, R$4.100,00. Todos esses Municípios têm renda média *per capita* anual inferior, por exemplo, à do Estado do Piauí, muito bem representado aqui pelo Senador Wellington Dias. Isso mostra que há uma necessidade de um esforço conjunto do Distrito Federal, do Estado de Goiás e da União para garantir investimentos na região do Entorno do Distrito Federal.

Portanto, essa proposta de autoria do ex-Senador Marconi Perillo é importante para garantir o desenvolvimento da região, e faço o apelo aos nobres Pares para que possamos votar a favor desse projeto no âmbito desta comissão. Como ele não é terminativo, vamos continuar esse debate nas demais comissões da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o senhor sabe do carinho que eu tenho pelo nosso querido Senador Rollemberg e da alegria de sermos bem recebidos aqui no Distrito Federal. Sabemos dos problemas do Entorno. Há dois problemas: o primeiro é de aspecto legal. É um vício de iniciativa. Nós temos a criação de uma nova despesa a partir da iniciativa de um Parlamentar. O segundo é que o Entorno de Brasília... E cito aqui o exemplo do Entorno de Teresina, no meu Estado, que é uma Região Integrada de Desenvolvimento. Hoje já existe, pela lei, uma priorização de recursos para essas regiões. Eu acho que o que precisaria mais era de trabalhar no sentido de se utilizar a legislação existente. Confesso inclusive que, lá no nosso caso, nós temos uma dificuldade enorme com o conselho, que é um conselho que tem de ter a participação dos Municípios do Entorno, mais o Estado – no caso aqui, o Distrito –, mais os Municípios, Câmara, prefeitos, enfim. Se um só não indicar, já não conseguem validar o...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É o papel carbono do Confaz.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade, é verdade.

Então, eu quero aqui apenas ressaltar isso e dizer que a minha posição é semelhante à do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero registrar o empenho do Senador Rodrigo Rollemberg nas questões nacionais, mas com um olhar muito forte para o Entorno de Brasília e Brasília, até porque ele é Parlamentar dessa região, portanto, está no seu papel.

Sabemos das necessidades de mais apoio para as regiões mais pobres do Brasil. Se nós pegarmos a nossa Aiuaba, no Estado do Ceará, que fica no coração do semiárido, neste 2012, choveram 16 mm, no inverno de 2012. Ou seja, nem água nas cisternas caseiras que nós fizemos, nós conseguimos ter. Ao longo desse período de secas, de êxodo, que V. Exª conhece muito bem, Sr. Presidente, nós tivemos, naquela região dos sertões de Inhamuns, muito êxodo.

Eu sou dessa região, mas virada para o outro lado, de Picos, no nosso Piauí, onde nasci, e também tive de migrar depois, dado as dificuldades.

Essa região tinha o chamado caminho do carro-pipa, ou seja, todo ano, para ter água de beber para o ser humano, tinha o carro-pipa.

Aí, em 2004, o Presidente Lula determinou que fosse feito um estudo sobre isso e construiu cisternas caseiras ao longo desses chamados caminhos do carro-pipa, que era para poder ter água, só que, neste ano, não choveu. Portanto, não temos água e estamos lá, de novo, com o carro-pipa.

As desigualdades são presentes, no Brasil.

Nós temos o fundo constitucional de Brasília, que é justo, que foi criado em 2002 e vigorou a partir de 2003, e temos os fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com critérios diferentes de atualização.

Os fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como eu já havia dito, são constituídos de um percentual do IPI e do Imposto de Renda. Acontece que as políticas de desenvolvimento nacional, de fortalecimento do parque industrial, de aumento do consumo sempre estão calcadas na isenção do IPI, que tem impacto direto nos fundos constitucionais e também no Fundo de Participação dos Municípios e nos Estados.

Já o fundo constitucional de Brasília tem outro critério de atualização. O critério de atualização é o crescimento das receitas correntes líquidas da União, que crescem em patamares bem maiores, por conta do crescimento econômico. É justo esse critério. O que é injusto é o critério nosso, das outras três regiões.

Portanto, como existe a Ride, que é aqui da região do Entorno de Brasília, que tem o mesmo critério do Entorno de Fortaleza e das demais capitais do Brasil, eu acho que nós deveríamos ter uma discussão mais integrada sobre a diminuição das desigualdades na grande Teresina, na grande Fortaleza, na grande Recife, na grande Maceió, na grande Aracaju, na grande Salvador, na grande Brasília, em Porto Alegre e tantas outras, e não tratar diferentemente uma região, com o agravante de que a iniciativa sobre essa matéria é privativa do Executivo. Não é, lamentavelmente, do Congresso Nacional.

Por isso, eu também encaminho o voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão, ainda, a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem da palavra queira mais fazer uso, eu encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Então, rejeitado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, de 2012

Em aditamento ao Requerimento nº 12, de 2012, que solicita a realização de audiência pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), sobre a Ferrovia Transnordestina e a inclusão de ramal no Estado da Paraíba, requeiro que seja acrescentado, como convidado, em substituição ao Ministério da Integração, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, e o Secretário de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes, Sr. Daniel Sigelmanm.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão, em votação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ontem me ligou o Senador Crivella, para tratar desse tema. A pergunta que eu faço, Sr. Presidente, por ser um projeto importante, é a seguinte: ele é terminativo nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Item 4 é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Item 4 é terminativo e saiu de pauta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu designo o Senador José Pimentel para relatar o voto vencido.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Voltando ao Item 1, encerrado o processo de votação, eu designo os Senadores Wellington Dias e Paim para escrutinadores, para sabermos se elegemos ou não o Vice-Presidente.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Senador Eduardo Amorim é eleito Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, por unanimidade dos votantes. Nove votos.

Parabenizo o nobre Senador e companheiro desta Comissão e convido S. Exª para ocupar o espaço que lhe é reservado pela decisão dos seus Pares.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero agradecer a todos os colegas de Comissão pela votação, pela escolha, e digo que procurarei honrar esse voto com muita hombridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrado o processo de votação e a pauta da Ordem do Dia, e nada mais havendo a tratar, eu encerro a presente reunião. Convido os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para a próxima reunião, no horário regimental.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE MAIO DE 2012.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia nove de maio de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ZEZE PERRELLA, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, BLAIRO MAGGI e WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Antonio Russo, Casildo Maldaner, Benedito de Lira, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Registra-se a presença do Deputado Nelson Marquezelli – PTB/SP. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião será realizada em duas etapas: **1ª PARTE:** Análise do documento a ser encaminhado à Excelentíssima Senhora Dilma Roussef, Presidente da República Federativa do Brasil, relativo às mudanças realizadas pela Câmara dos Deputados no projeto do Código Florestal – PLC nº 30, de 2011 (PL nº 1876, de 1999, na Câmara dos Deputados). Após a apresentação do documento pelo Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, os Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Waldemir Moka, Jayme Campos, Blairo Maggi, Ivo Cassol, Luiz Henrique e Eduardo Suplicy fazem uso da palavra para discussão acerca do documento proposto. Colocado em votação a Comissão aprova o documento que será encaminhado à Excelentíssima Senhora Dilma Roussef, Presidente da República Federativa do Brasil. **2ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 18, de 2012**, aprovado em 26.04.2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz e da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater sobre o tema "Regulação Sanitária e o Mercado de Agrotóxico", por ocasião da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela ANVISA, com a presença dos seguintes convidados: **José Agenor Álvares da Silva** – Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; **Anamaria Tambellini –** Pesquisadora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; **Victor Pelaez** – Professor da Universidade Federal do Paraná **– UFPR**; **Eduardo Daher** – Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, a Senadora Ana Amélia e o Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) **–** Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se, em primeira parte, à leitura do documento a ser encaminhado à Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil, com relação às mudanças realizadas pela Câmara dos Deputados no projeto do Código Florestal.

Informo aos Srs. Senadores que cópia do documento se encontra sobre a bancada. Se não foi distribuída, já deve estar sendo.

Passo a ler a proposta do texto.

Proposta para a deliberação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que diz o seguinte:

O texto final do Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, está sendo avaliado nesse momento pela Casa Civil da Presidência da República.

Regimentalmente, a Presidenta Dilma tem até o dia 25 de maio para sancionar ou vetar a matéria parcial ou integralmente.

Considerando a prerrogativa presidencial e respeitando a autonomia e independência dos poderes, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou, em sua última sessão deliberativa, dia 13 de maio, o requerimento para discutirmos um posicionamento sobre o tema.

A proposta é que a Comissão de Agricultura encaminhe esse posicionamento à Casa Civil da Presidenta Dilma para subsidiar a decisão do Poder Executivo sobre o Código Florestal Brasileiro.

Nesse sentido, à luz da racionalidade, razoabilidade, economicidade, eficiência, desenvolvimento e proteção ambiental, defendo a sanção integral do texto final aprovado pelo Congresso.

Considerando que o texto final do Código Florestal foi aprovado no Senado Federal por maioria absoluta e que aproximadamente 90% desse texto também foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 25 de maio, a sanção integral legitimará a decisão das Casas Legislativas.

Defendemos também a tramitação em regime de urgência do PLS nº 123, de 2012, apresentado pelos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que dispõe sobre as áreas consolidadas em área de preservação permanente, as APPs, e em áreas de reserva legal.

De forma complementar, se necessário, sugerimos a edição de medida provisória que possa regulamentar a proteção, utilização e recuperação de APPs.

Ratifico que não podemos ficar nessa situação de insegurança jurídica. Precisamos de uma legislação que garanta condições para quem produz alimento e protege o meio ambiente com inclusão social.

Essa é a proposta que apresento para o debate nesta Comissão.

Continuando, o que eu entendo, Srªs e Srs. Senadores, é que não podemos ficar sem o Código Florestal. Nós precisamos ter um Código Florestal. Nós não podemos não aceitar apenas porque a Câmara fez mudanças no que aprovamos aqui. Não devemos ter uma posição de radicalismo entre a Câmara e o Senado. Entendo que é importante mantermos a boa conduta que tivemos até aqui, para que não se estabeleça agora uma disputa entre a Câmara e o Senado.

Portanto o que fizemos aqui foi legítimo: mudar o que a Câmara fez. E o que a Câmara mudou também é legítimo, pelas funções da Câmara Federal, como também é legítimo a Presidenta vetar, mas entendo que seria inadequado um veto total pela Presidenta, em função do trabalho que foi feito tanto na Câmara quanto no Senado e que voltou também para a Câmara.

Por isso, no meu entendimento, sugiro que a gente encaminhe um pedido de sanção geral ou de veto parcial, para que não fiquemos sem o Código Florestal, que, durante anos, foi debatido na Câmara dos Deputados e no Senado e que voltou para a Câmara, para continuar o debate.

Espero que a Presidente, Senador Moka, aceite o que o Congresso fez. Entendo que isso é muito importante. Não pode haver um Código Florestal somente por meio de uma medida provisória. É importante que haja um Código Florestal feito pelo Congresso Nacional e que continuemos a fazer as mudanças necessárias. Com a tramitação em regime de urgência do PLC nº 123, apresentado no Senado pelos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, poderemos fazer as mudanças que o Senado acha pertinentes.

Então, esse é nosso encaminhamento.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, Sr. Senador Waldermir Moka!

Sr. Presidente, inicialmente, quero fazer um apelo a V. Exª no sentido de que a Comissão não aprecie esse documento hoje. E vou dizer por quê. O Palácio do Planalto só recebeu esse texto aprovado na Câmara ontem ou, salvo engano, anteontem. Entendo que deveríamos, ao longo da próxima semana, ensejar negociações das diversas Comissões do Senado com a Presidência da República para termos um conhecimento maior do que pensa a Presidência da República, de quais serão os vetos, se efetivamente forem proferidos, que deseja fazer a Presidenta da República, para, em torno disso, buscarmos construir um entendimento.

Por que digo isso? Entendo que nossa prioridade, neste momento, deve ser a de reconstituir o entendimento produzido pelo Senado Federal num texto que foi considerado equilibrado pela opinião pública de forma geral e que foi objeto de vários editorais dos principais jornais, após muitas críticas ao texto aprovado na Câmara. Houve o reconhecimento de que era um texto equilibrado, que atendia aos objetivos da produção

rural brasileira e que dava tranquilidade e segurança jurídica ao produtor rural, garantindo, ao mesmo tempo, a questão da sustentabilidade ambiental.

É importantíssimo resgatar, nesse processo, o reconhecido papel desenvolvido pelo Senador Waldemir Moka, que, desde quando era Deputado, teve papel fundamental no início da tramitação desse projeto na Câmara dos Deputados.

É importante registrar – sou testemunha disto – que o texto do Senado foi exaustivamente debatido com as lideranças da Câmara dos Deputados que estavam à frente desse processo naquela Casa.

Hoje, pelas próprias declarações de alguns Deputados Federais, o que a gente percebe é um arrependimento – talvez, exista uma expressão mais adequada – em relação ao que foi feito na Câmara, porque, por informações e declarações de juristas, a aprovação do texto, com o consequente veto de algumas partes, já anunciado por diversos Ministros do Governo da Presidenta Dilma, pode gerar uma insegurança jurídica enorme no meio rural, o que não interessa a ninguém.

Por exemplo, por interpretação regimental, o Presidente Marco Maia entendeu que não poderia deixar de constar no texto a obrigatoriedade de recuperação de pelo menos 15 metros para rios de até 10 metros de largura. Mas saiu do texto a regra, construída por entendimento no Senado, de recuperação das Áreas de Preservação Permanente nos rios de maior largura. No entendimento de alguns juristas, essa questão, ao não estar explícita, levaria a uma insegurança jurídica. Haveria a obrigatoriedade de se fazer a recomposição total, como consta no Código Florestal atual e no que será sancionado – as Áreas de Preservação Permanente foram mantidas nas suas totalidades, indo até 500 metros –, ou como ficaria isso? A simples sanção, a sanção completa desse texto, geraria essa dúvida de interpretação.

Ao mesmo tempo, entendo que há o objetivo de construir uma saída política. Conversei ontem com a Ministra Izabella. E tive informações da vinda da Ministra Ideli Salvatti ao Senado, com a qual não estive. Mas tive informações de que o Governo veria com bons olhos a construção de uma solução política para o impasse, evitando a edição de uma medida provisória. Entendo que devemos caminhar nessa articulação, nesse diálogo junto com o Governo.

Sabendo, em determinado momento, o que o Governo pretende vetar, poderíamos construir, a partir do projeto dos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique – é um projeto que poderia ser apreciado em regime de urgência na Casa ou em tramitação conjunta nas quatro Comissões, como fizemos, numa única reunião ou em duas ou três reuniões –, a aprovação de um texto que suprisse aquelas lacunas e que fizesse retornar a segurança jurídica.

Entendo que nosso objetivo, neste momento, deve ser o de restaurar o entendimento produzido no Senado Federal. Devemos restaurar a segurança jurídica produzida pelo entendimento realizado pelo Senado Federal.

Então, esta é a ponderação que eu gostaria de fazer a V. Exª: talvez, fosse mais prudente analisar esse documento em outra oportunidade, quando houver um cenário mais claro dos entendimentos com o Governo. Com isso, poderemos restaurar o entendimento acerca do Código Florestal.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Entendemos que o texto inicia uma discussão com relação ao tema. Nossa intenção é a de ir à Casa Civil para levar o texto e a de iniciar, assim, o debate, a discussão com relação à sanção ou ao veto parcial, mas não ao veto integral. Entendo que não podemos trabalhar com essa insegurança jurídica, principalmente, na agricultura brasileira. Se fosse apresentada mais uma medida provisória para regulamentar a questão, depois de tanto debate, depois de tanta discussão, haveria, aí sim, uma animosidade entre o Congresso e a Presidência da República.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, primeiro, concordo com a argumentação sobre a insegurança jurídica. Acho que este não é o melhor momento, com tantos temas polêmicos sendo discutidos no Congresso Nacional, para se criar esse contencioso político, que pode redundar numa dificuldade de relacionamento entre os Poderes. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é a seguinte: isso significaria jogar no lixo praticamente todo um trabalho que o Senado, na Comissão de Agricultura, na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia, fez de maneira exemplar, num processo novo, inaugurando uma nova articulação entre as Comissões para tratar do mesmo tema, dada a relevância da discussão e do trabalho feito nesta Casa.

Os Relatores, o Senador Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique da Silveira, e os demais Senadores trabalharam na construção desse entendimento. Penso que isso tem de ser preservado. É um patrimônio

que a Casa conquistou numa questão de interesse maior, que foi um projeto em que se buscou garantir produção com sustentabilidade, com preservação do meio ambiente.

Todos os que aqui estão, V. Exª, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Moka, o Senador Blairo Maggi, o Senador Jayme Campos, e as outras Comissões trabalharam intensamente. Precisamos preservar o trabalho que esta Casa fez em relação a um patrimônio brasileiro, que é a questão da produção de alimentos e também a questão da preservação ambiental.

Concordo com isso e também acho que o Senador Rodrigo Rollemberg está no ritmo político certo, para que não haja atropelos de parte a parte, para que se consiga, pela via do diálogo, encontrar uma saída política, para evitar que esse impasse acabe desaguando numa insegurança jurídica, o que é indesejável sob todos os aspectos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Para discutir, tem a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que a fala do Senador Rodrigo Rollemberg não vem de encontro, não é contrária ao que V. Exª está propondo. V. Exª trouxe um documento aqui e pretende iniciar um debate que visa a trazer contribuição, diante notícias de que, possivelmente, haveria um veto por parte da Presidenta Dilma.

Entendo que temos de tomar certo cuidado. O consenso produzido no Senado é facilmente obtido. Nós conseguimos isso. Basta estabelecermos o texto. Até por questão de coerência, os Senadores que ajudaram a construí-lo são todos favoráveis.

O problema é que o veto... Na minha avaliação, se a Presidenta sancionar o projeto do jeito que está, por incrível que pareça, em função do que V. Exª falou... O que produzimos no Senado? Um acordo em relação à mata ciliar: no mínimo, seriam 15 metros; no máximo, 100 metros. Esse foi o acordo produzido.

Há pesquisas que dizem... A própria Agência Nacional de Águas (ANA) diz que não há necessidade de mais do que 30 metros, para efeito de água, de rio. Não se entra na questão da biodiversidade. Mas mais de 30 metros de mata ciliar não seria necessário. Trinta metros seria o suficiente, do ponto de vista da água. Mas evoluímos para 100 metros, que é uma mata ciliar razoável.

Meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, sempre digo que não foi por falta de conversa que a Câmara... Na minha avaliação, os nossos companheiros, no intuito de acertar, de querer melhorar, de fazer avançar, vendo o aspecto da produção, exageraram na mão. E o ótimo do ponto de vista da produção é inimigo do bom. Tínhamos produzido um bom texto, um texto que tinha isolado aqueles radicalismos, aquele fanatismo. Também há alguns fanáticos que nunca foram ao campo, que não conhecem a produção e que ficam defendendo: "Veta, Presidenta! Veta totalmente!". Como vetar totalmente? Noventa por cento do texto aqui produzido não entraram sequer em discussão!

Vou dar um exemplo para vocês. Há uma coisa que, no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, resolve 90% dos problemas. Aliás, na época da Câmara, uma emenda foi proposta por mim mesmo ainda ao texto do Aldo: dos 20% de Reserva Legal, a gente podia debitar todas as APPs. Se o cara tem uma propriedade de mil hectares, 20% da sua propriedade, que corresponde a 200 hectares, são Reserva Legal. Lembro que, em lugar nenhum do mundo, as propriedades particulares têm Reserva Legal; a Reserva Legal é terra do Governo. Somente no Brasil, a propriedade do particular tem de reservar 20% para a Reserva Legal.

O que produziu o texto? Dentro desses 20%, pode-se, então, descontar mata ciliar, se houver morro, se houver brejo. Se o sujeito tem mil hectares, 200 hectares são de Reserva Legal. E, se há 100 hectares entre morro e mata ciliar, ele só preservaria a reserva de 100 hectares mais 100 hectares, totalizando 200 hectares. Isso, em Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, resolve o problema.

Durante o processo da discussão, o Senador Blairo, o Senador Rollemberg, o Senador Jorge Viana, o Senador Pedro Taques e eu fomos à propriedade do Dom Jayme. Falo Dom Jayme, porque ele é o comandante no Mato Grosso. Fomos até lá. E vocês viram lá que, numa propriedade grande, se se fala em 30 metros ou em 50 metros, não há problema.

O problema se dá em Estados como o seu, o Rio Grande do Sul, e como o de Santa Catarina, em que a maioria das propriedades é composta de minifúndios. Aí os 15 metros de um lado e de outro fazem diferença.

Essa é que era a polêmica! E, na verdade, o Aldo tinha proposto um texto que, na minha opinião, era o melhor. Para as pequenas propriedades, fazia-se uma progressão a partir de 5 metros e de 7 metros até se chegar a 15 metros. Talvez, isso é que tenha faltado. Isso é que não houve entre nós.

Vou ser objetivo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Permita-me um aparte, por um minuto?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero dizer o seguinte: imagino que, quanto a esse texto aprovado pela Câmara, é possível fazer uma negociação com o Planalto, vetando, naturalmente, alguns pontos do texto.

Todavia, o que me chama a atenção? V. Exª diz que há 20% de Reserva Legal e de APP, mas, em alguns casos, há algumas particularidades. Por exemplo, no caso de Mato Grosso, uma medida provisória, que V. Exª conhece, de 20 anos atrás nos gerou um impeditivo grande. O Blairo a conhece bem, assim como outros Senadores. Oitenta por cento da região amazônica acima do paralelo 16º têm de ser preservados. Isso deve abranger também o Estado de Rondônia. E há um questionamento nesse sentido. Naquela oportunidade, foi feita essa medida provisória. Essa medida provisória, até hoje, está no limbo, não veio ao Congresso Nacional para ser votada.

Outro ponto não seria de bom alvitre. É que nós, desta Comissão, estamos sugerindo, Sr. Presidente e Senador Moka, que o Governo Federal, por meio do Poder Executivo, edite uma medida provisória. Temos combatido sistematicamente, no Congresso Nacional, as edições de medidas provisórias. Eu, particularmente, sugiro que esta Comissão marque uma audiência com a Presidente Dilma, junto com a Ministra do Meio Ambiente, naturalmente conversando com as lideranças ruralistas da Câmara Federal, para propormos que alguns pontos sejam vetados.

Particularmente, V. Exª disse: "Meu Estado, o Mato Grosso do Sul, foi atendido até certo ponto. Estou satisfeito. Nós estamos satisfeitos". Todavia, alguns Estados não estão se sentindo contemplados, estão se sentindo prejudicados.

Então, o ideal, meu caro Presidente Acir Gurgacz, seria marcarmos uma audiência da Comissão de Agricultura, de forma articulada com a Câmara, para fazermos uma proposta para que o projeto seja vetado parcialmente.

O Senado Federal tem combatido, de forma sistemática, de forma contundente, a edição de medidas provisórias, sobretudo porque isso desmerece o trabalho dos Senadores e dos Deputados. Acho que não é uma boa ferramenta esse excesso, esse volume gigantesco de medidas provisórias no nosso País.

Eu queria só fazer essa ponderação, meu caro Senador Moka. Essa é a minha opinião. Era a observação que eu queria fazer, porque nós não podemos incentivar o próprio Governo Federal, por meio Executivo, a editar mais uma medida provisória. Isso dará uma demonstração de que somos incompetentes para fazer um projeto que, sobretudo, dê segurança jurídica para a nossa agricultura, para a nossa pecuária, para o campo brasileiro.

Essa era a observação que eu queria fazer.

Muito obrigado, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou incorporar o discurso do Senador Jayme ao meu aparte, Sr. Presidente.

Quero dizer ao Senador Jayme o seguinte: você chegou aqui, e nós já fizemos essa discussão. Estamos sugerindo que possamos fazer um trabalho... O Senador Rodrigo Rollemberg viu essa possibilidade, com o que concordo. Oficialmente, a Presidenta só tomou conhecimento do texto anteontem ou ontem. Mas, na verdade, sabemos que o texto está sendo discutido. Mas, oficialmente, o texto foi encaminhado ao Palácio do Planalto ontem ou anteontem. Então, parece-me que os jornais noticiam que o prazo para o veto é até o dia 25 deste mês. No requerimento da semana passada, havia uma preocupação em discutir isso logo, em função de que se noticiava que o veto seria dado até o dia 15 deste mês.

Então, acho que temos de construir... Fui procurado ontem pelo Senador Jorge Viana, que pediu que pudéssemos conversar novamente a respeito disso. Mas quero chamar a atenção para um detalhe: não adianta um consenso só do Senado. Isso não adianta, porque nós não vamos resolver o problema. Acho que, depois do que aconteceu, talvez, os Deputados entendam que, quando fizemos o acordo, nós o fizemos dentro do que era possível.

Há gente que radicaliza de um lado e gente que radicaliza do outro lado. Houve alguns votos contrários aí.

Então, acho que tínhamos de produzir o texto, conversando entre nós, mas, novamente, procurando entender... Se vai haver um veto parcial, esse veto vai ser apreciado, evidentemente. Mas, não havendo consenso, ele pode até passar pela Câmara – ou passa pela Câmara e não passa pelo Senado.

Enfim, acho que sempre é importante ouvir os Deputados Federais mais uma vez, mesmo entendendo que os Deputados podem ter errado na mão. Há algum tempo, eu era Deputado Federal. Os Deputados Federais, em função do seu mandato, têm legitimidade para derrubar, para pôr... Isso é legítimo. Mas, talvez, não tenha sido o que a sociedade queria.

Eu me lembro de que, na nossa discussão, setores ambientalistas tentaram fazer uma campanha de veto, que não pegou, porque isolamos aqueles radicais na discussão, mostrando que, aqui, tínhamos bom senso e que caminharíamos para um texto que seria o melhor para o País. Não pegou! Agora, depois de votado, podemos ver a reação de toda a sociedade contrária

ao texto, mostrando, visivelmente, que houve um erro na avaliação, pelo menos.

É claro que o setor urbano está distante também da realidade do campo! Mas quero respeitar essas opiniões, que, para mim, são muito válidas. A Casa não pode fazer texto ou lei sem estar sintonizada com o que pensa o conjunto da sociedade civil organizada.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Moka, V. Exª me concede um aparte por um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero só registrar, Senador Acir Gurgacz, que, na *Folha de S.Paulo* ou no *O Estado de S.Paulo* – não sei qual foi o jornal –, há um artigo do Professor José Eli da Veiga, que respeito muito. Num trecho do artigo, ele se refere a uma frase do Nelson Marquezelli, que disse que o que foi aprovado foi uma maluquice. Não sei em que contexto o Deputado Marquezelli, por quem tenho o maior respeito, disse isso. O próprio José Eli da Veiga, que foi um grande crítico desse processo do Código Florestal, registra o bom senso que foi alcançado no texto do Senado.

Então, talvez, seja prematuro apreciarmos o documento agora. Como disse o Senador Moka, não sou contrário a que a gente aprecie o documento. Mas acho que deveríamos usar esta semana e a próxima semana para fazer negociações com o Governo e com a Câmara dos Deputados.

A possibilidade de veto é absolutamente legítima dentro do processo político. É legítima a possibilidade de o Senado, a Câmara e a Presidência da República vetar. Mas, sem dúvida, a possibilidade de veto é um instrumento de pressão para a construção de um entendimento.

O artigo intitulado "Código Florestal 'feito por maluco'" está na *Folha de S.Paulo*. Depois, vou ler um trecho do artigo de José Eli da Veiga.

A Câmara aprovou esse texto, por um pouco mais do que a maioria absoluta, o que, em tese, poderia mostrar a tendência de que a Câmara derrubaria o veto da Presidenta da República. Mas é importante registrar que o Senado aprovou o texto do entendimento quase por unanimidade; salvo engano, apenas sete Senadores foram contrários. Então, também a perspectiva de que há a possibilidade grande de manutenção do veto parcial no Senado é um instrumento importante para a construção de uma negociação em torno de um entendimento.

Concordo inteiramente com o Senador Waldemir Moka: esse entendimento deve envolver a Câmara dos Deputados, para que possamos construir uma solução política para o caso, sem precisar utilizar medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Moka e Senador Jayme, quero só justificar: a nossa intenção com esse documento é iniciar o diálogo, é abrir o diálogo. Com esse documento, vamos ter oficialmente uma reunião com a Casa Civil, para que possamos inaugurar o diálogo a partir da chegada do projeto à Casa Civil, para a Presidenta sancionar, vetar ou analisar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que eu trouxe aqui uma contribuição da minha assessoria, que analisa, ponto por ponto, todos os itens modificados pela Câmara dos Deputados. Depois, posso distribuir esta análise. É apenas uma visão técnica do Nelson, que é o principal assessor meu nessa área, que conhece o assunto e que acompanhou as discussões. Acho que este seria um documento que, tecnicamente, poderia ajudar nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sugiro que o inclua no nosso texto, para que formemos um texto único.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Como não, Sr. Presidente? Vou sentir-me honrado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Esse é o ponto.

Para discutir, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, acho que o que aconteceu com esse Código na Câmara Federal trouxe um grande problema para a Presidente Dilma. Acho que a Presidente tem um grande problema nas mãos agora se analisamos isso pelo lado político.

Todo mundo diz que tem legitimidade, e não podemos tirar, de forma alguma, a legitimidade que a Câmara tem de fazer um projeto de lei.

Diferentemente do que muitos acham, penso que a pressão que ocorre lá fora por parte de 200 a 300 pessoas não pode ser algo tão determinante que mude a relação que os parlamentares têm com sua base. Na verdade, os parlamentares e os partidos políticos trabalham conforme a necessidade e a vontade da sua base. No caso da votação do Código Florestal na Câmara, isso não foi diferente. Essa questão, aliada à vontade de alguns parlamentares que pensam de forma diferente do que pensamos no Senado, é que criou essa grande confusão.

Então, a Presidente tem sobre a sua mesa um problema grave para resolver. Se a Presidente vetar tudo, se todo mundo na Câmara resolver derrubar o

veto da Presidente... E eles já mostraram que têm força! Não queremos esse tipo de situação. Acho que a nossa função aqui é a de harmonizar e fazer as coisas.

O projeto que saiu do Senado Federal foi acompanhado pela Presidência, porque o Ministério do Meio Ambiente aqui esteve. Todos nós conhecemos aqueles que participaram do processo com a autorização da Ministra. E, se participaram do processo com a autorização da Ministra, quero crer que o fizeram com a autorização da Presidente da República. E, em relação a todos os pontos que mudamos, em que avançamos ou até retroagimos, houve a concordância por parte do Ministério do Meio Ambiente para fazermos essas negociações.

E mais: aqui também esteve a grande maioria das ONGs que ficam ali fora protestando. Elas tiveram espaço dentro de qualquer um dos nossos plenários e tiveram a nossa atenção e também o nosso carinho. Passamos até a conhecer quem não conhecíamos pelos nomes, de tanto que eles frequentaram as nossas reuniões!

O texto que saiu do Senado não foi aquele que eu gostaria que fosse definitivo, mas foi o texto possível de se construir. Quando estamos construindo uma lei como essa, não são as nossas vontades pessoais que devem estar na frente, mas aquilo que é possível construir. Então, o Senado construiu o que foi possível – o Senador Moka é testemunha disso e coordenou o processo –, junto com vários Deputados Federais. E, se fosse pela vontade e pela compreensão dos Deputados Federais, esse texto teria passado na Câmara sem grandes dificuldades. Porém, lá houve o embate, e chegamos a esse ponto.

Eu queria dizer que não concordo, Sr. Presidente, em defendermos a sanção total desse projeto. Há coisas que foram feitas na Câmara que merecem uma reflexão nossa, até em respeito àqueles que fizeram as coisas corretas até agora.

Somos muito cobrados em nosso País. É dito: "Eu, que obedeci o tempo inteiro à legislação, estou sendo penalizado agora, porque aqueles que não obedeceram ganharam uma oportunidade que não aproveitei lá atrás". Na sua região e na minha região, a gente ouve isso constantemente.

Eu gostaria que nós, da Comissão de Meio Ambiente, liderada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, e da Comissão de Agricultura, liderada por V. Exª, pedíssemos uma audiência na Casa Civil. Aí vamos ver o documento que vamos levar àquela Casa, para mostrar esta nossa preocupação que estou expondo ou outra que vamos construir.

Temos de dizer o seguinte: "Presidente, a senhora não pode vetar tudo isso". Sinceramente, acho que isso seria, Senador Rollemberg, um desrespeito muito grande ao Senado, à Câmara e aos setores produtivos.

Para o setor ambientalista, essa discussão, essa briga, Senador Moka, nada mais é do que uma bandeira. É uma bandeira legítima, mas é uma bandeira! Então, se eles ficarem aqui defendendo isso e brigando por mais um ano ou dois anos, não haverá problema algum. Eles terão até ocupação, eles terão uma bandeira para defender! Mas, para o setor produtivo, isso significa insegurança jurídica, significa prejuízo, e o País poderá enfrentar retrocessos na produção.

Então, estamos falando de coisas diferentes. Se eu fosse somente torcedor de times, eu torceria a vida inteira. A gente torce, ganha e perde, sem problema algum! Mas não é isso que está acontecendo.

Há o Brasil real, que produz e que está no campo, e o Brasil verde, ambiental, que também defendemos. Mas, entre defender e não produzir e defender e produzir, temos de buscar o meio-termo. Essa é nossa responsabilidade aqui.

Mais uma vez, quero dizer o que sempre digo: não há nenhum país no mundo que fica assim preocupado... Ontem, conversei com o líder Eduardo Braga, que me disse: "E a nossa imagem lá fora?". Pelo amor de Deus, gente! A nossa imagem lá fora tem de ser a melhor possível. Nenhum país – e olhem que conheço muitos países! – tem as mesmas condições que temos de conservação de água, de conservação de floresta, de tudo o que já foi dito aqui, e a condição de produzir sustentavelmente. Ninguém tem isso! Então, que nos respeitem, por favor! E deixem que tomemos as decisões internamente, ajustando essas questões! Não acho que a Presidente Dilma tem de estar preocupada com o que o Príncipe Charles vai dizer na Rio+20.

A minha empresa, Senador Rollemberg, faz parte de um grupo que chama Grupo do Príncipe. Nosso pessoal vai para lá e discute com eles, e eles têm negócios no Brasil. Eles também fazem questão de ser pró-ativos, de ser não só aqueles que criticam. Não se deve dizer somente "não pode, não pode, não pode". Não! É preciso dizer: "Pode". E é preciso dizer de que jeito se pode fazer.

Os senhores são conhecedores de que a Maggi, neste ano, foi a única empresa a conseguir um certificado do FFB como a empresa mais sustentável do mundo. Nenhuma outra empresa no mundo, no setor da agricultura, conseguiu os pontos que conseguimos, ao fazermos as coisas de forma transparente e correta, como V. Exªs puderam ver naquela fazenda que visitamos.

Então, há espaço para fazer as coisas. Mas, pelo amor de Deus, não me digam que se tem de vetar tudo isso, depois do esforço gigantesco que foi feito! Mais

uma vez, esse será um desrespeito a todo mundo! Foram 10 anos de negociação! Por esta Casa, passaram cientistas, ambientalistas, agricultores contrários e favoráveis. Todos tiveram direito de falar! E, agora, simplesmente porque 200 caras estão aí fora e vieram aqui fazer pressão – apareceram na capa de uma revista –, as pessoas dizem "veta, Dilma!". Nem sabem o que estão pedindo para vetar! Um assunto desses é tratado em *shows*, em que se pede: "Veta! Veta!". Isso virou *hit*, virou moda.

Há pontos que têm de ser vetados, porque a linha em que propusemos que o País andasse e avançasse é um pouco diferente daquela que foi estabelecida. Mas simplesmente jogar o texto fora não é possível!

Então, eu gostaria de pedir aos dois Presidentes e às lideranças que fôssemos à Casa Civil para mostrar o nosso ponto de vista.

Por exemplo, o texto do art. 62 produzido pelo Senado, sobre o qual se deu a grande discussão, foi trocado pelo texto da Câmara. Nesse artigo, mora a questão das distâncias de proteção das matas ciliares. Ora, para mim, é fácil a solução: retira-se isso fora. É claro que se deve ver onde ele está engastalhado, onde há problemas de inter-relação. E se recoloca, sob a forma de medida provisória, o que o Senado fez. Foi uma coisa altamente discutida. Não foi uma coisa alienígena, que caiu de qualquer lugar.

Sr. Presidente, eu queria expor essa preocupação e dizer que, além de todo o debate, temos de considerar isto: um lado levanta uma bandeira, o que é legítimo, é democrático, não tem problema algum; o outro lado é o do chão, é o do dia a dia. É questão do Ministério Público, é questão da legalidade dos nossos produtos que são exportados e que são colocados aqui dentro. Queremos estar dentro do que a legislação diz, mas a legislação tem de ser exequível e possível de ser obedecida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo. A sua colocação vem ao encontro da nossa, que é a de iniciarmos um debate com a Casa Civil, para acharmos os pontos de convergência e de divergência. Quando há um veto parcial, é preciso haver uma medida provisória para repor... É exatamente essa a discussão que queremos fazer.

Tem a palavra para discutir...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero só dar uma sugestão. Na minha avaliação, tínhamos de começar conversando com os dois Ministros da área, o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro da Agricultura, para que eles participassem dessa tentativa de entendimento. Aí, se possível, poderia chegar à Casa Civil um texto que representasse a harmonia do que foi possível tirar. E isso poderia envolver tanto a Comissão do Meio Ambiente quanto a Comissão de Agricultura. Tenho informações de que a Ministra do Meio Ambiente tem interesse nessa conversa, bem como o Ministro da Agricultura, no sentido de criar alternativas, para que possamos resolver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem!

Para discutir, tem a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero reforçar 100% as palavras dos meus colegas, especialmente as do Senador Blairo Maggi.

Pela frente, há esta polêmica: haverá o veto? O que se vai vetar na verdade?

Também estou vendo pela frente que, pela primeira vez, haverá a possibilidade de o Congresso Nacional votar um veto. Isso nunca aconteceu na Casa até hoje. Todos os vetos feitos pelos ex-Presidentes da República não foram apreciados até hoje.

Vemos a situação que vive o campo, a instabilidade existente no campo. E percebemos que se corre o grande risco de a Presidente Dilma fazer um veto parcial ou total, como está sendo solicitado por algumas categorias e entidades. No fim de semana, vi artistas fazerem discursos, pedindo à Presidente Dilma: "Veta, veta!". Eles o fazem como se essa fosse a solução. Essas mesmas pessoas, como sabemos, vivem sempre no bem-bom.

Tentamos construir nesta Casa, Sr. Presidente, um texto para integrar os interesses múltiplos de todos. O texto voltou para a Câmara dos Deputados. É um direito lógico e legal que aquela Casa tem. E, se aquela Casa tomou aquela posição, isso se deu porque a maioria daquela Casa estava atendendo ao anseio da população brasileira.

Fico preocupado quando vejo muitas pessoas discutindo essa questão preocupadas com o mundo, como se o restante do mundo estivesse preocupado com o Brasil. Olhem a situação que vive a Grécia hoje! A Grécia, hoje, vive um momento de crise, um momento de fome, e não vejo nenhum país dar dinheiro de graça para a população daquele país.

O Brasil é diferente. O Brasil tem um potencial extraordinário, produz alimentos não só para o Brasil, mas também para o mundo inteiro. Somos altamente competitivos mundialmente. E, aqui, muitos organismos

e entidades estão contra a questão da regularização, da legalidade para quem produz, porque, infelizmente, estão sendo pagos por alguém.

Nós, aqui, em momento nenhum, colocamos no texto que é para derrubar 100%. Em momento nenhum, colocamos no texto que queremos que continue o desmatamento. Colocamos no texto – esta foi a proposta desta Casa – que não se desmatasse mais nada!

Mas, ao mesmo tempo em que procuramos um texto de consenso, vejo alguém querendo discursar para a plateia: "Vai haver a Rio+20. Temos de nos preocupar!". Que conversa para boi dormir! Alguma vez, algum país, a exemplo dos Estados Unidos... Vamos ver qual é a preservação do território dos Estados Unidos e a de outros países, Sr. Presidente!

Portanto, nós, na nossa casa, temos de discutir o que é melhor para esta casa.

Estou de acordo quando se discute isso nesta Comissão de Agricultura. O Senador Rodrigo Rollemberg, que está aqui, é da Comissão do Meio Ambiente. As duas Comissões têm de andar juntas nesse procedimento.

O Senador Moka levantou uma questão fundamental. Temos de fazer por partes. Na primeira parte do nosso trabalho, nós nos sentaríamos com a Ministra do Meio Ambiente e com o Ministro da Agricultura ao mesmo tempo. Assim, poderemos subsidiar a Presidente Dilma, para que a Presidente possa, na verdade, não fazer um veto total, como muitos querem por aí.

E, se houver o veto total, a Presidente Dilma, infelizmente, mesmo que sejamos da base do seu Governo, vai ter sua primeira derrota aqui, no Congresso Nacional, em termos de decisão em torno de uma legislação.

Portanto, vejo com preocupação a situação que vivemos. Sou a favor do que disse o Senador Blairo Maggi, que, aqui, disse que é um exemplo de produtor. Da mesma maneira, também digo que sou um exemplo. Sou contra aqueles que, no passado, desmataram mil hectares de terra. Preservei 50%. Como homem público, sou um exemplo; como produtor, sou um exemplo. Podem ir às minhas propriedades, que estão à disposição disso. Mas não é por causa disso que temos de sacrificar quem produz neste País.

Vi o Senador Moka falar da preocupação que tem. Há várias situações. Dou o exemplo do nosso Estado, Senador Acir. Lá há assentamento agrário. Lá há pequenas e médias propriedades, e, se formos impor 15 metros para cada lado, alguns sítios vão ter de replantar 80% da sua área.

Então, a preocupação que se tem é a de se colocar um marco zero, para que se possa, daqui para frente, tomar o cuidado de preservação total e também consolidar o que está feito. E, em nível nacional, 61% de toda a nossa mata atlântica e da mata amazônica estão preservados. E não vejo ninguém discursar para dizer do que já cuidamos até hoje.

Além disso, sabemos que o mundo e o Brasil não podem parar de produzir alimentos. Toda vez em que se faz o censo do IBGE, vemos que o número de habitantes no País aumenta. Quando se levanta esse dado, não sei de quantos em quantos anos, vemos que ele aumenta consideravelmente. E, se esse número aumenta consideravelmente, também temos de nos prevenir no sentido de aumentar a produção agrícola. Não há outro jeito! Só existe uma maneira de se tirar a produção agrícola. Não vejo como se vai conseguir colher alface, rabanete, feijão ou qualquer outro produto nas nuvens ou nas estrelas! É preciso plantar na terra, no solo. E, para se plantar no solo, ele tem de estar desmatado, porque ele tem de receber os raios do sol. O local tem de estar preparado para isso.

Então, essa é a preocupação que temos.

Vejo que, se a Presidente for atender à reivindicação de alguns poucos radicais e se algum Senador estiver preocupado com o discurso da Rio+20... Não estou preocupado com Rio+20, nem com Rio+50, nem com Rio+60, nem com Rio+100! Não estou preocupado com França, nem com Estados Unidos! Estou preocupado é com o Brasil. Nós moramos aqui, somos independentes. Esta terra é nossa. E nós, aqui, estamos dando exemplo para o mundo! Felizes seriam eles se tivessem feito o que estamos fazendo aqui. A exemplo disso, há o zoneamento econômico em Rondônia. O Brasil está preocupado.

Portanto, nós, Senadores, precisamos auxiliar nessa questão. Com certeza, de repente, os Senadores que me antecederam...

Não tem obrigação nenhuma a Presidente ou a Ministra do Meio Ambiente de acatar alguma sugestão nossa. Agora, essa é uma decisão que a Presidente tem de tomar com a caneta dela. Mas é importante que ela tente construir, junto com as duas Casas, algo de consenso, sem precisar vetar. Mesmo que a Presidente vete, vejo, pela primeira vez... Se ela vetar e se o projeto voltar para o Congresso, com certeza, votarei para derrubar o veto! Mesmo que percamos em algum lugar, voto pelo setor produtivo. Não quero ver o nosso Brasil morrer de fome amanhã com a quantidade de terra que tem! Quero ver nosso País produzindo riqueza e gerando renda, para poder empregar.

O Blairo falou aqui do discurso de alguns ambientalistas. É o mesmo que vi o Paulinho da Força Sindical fazer aqui! Ele veio aqui, há poucos dias, junto com a Fiesp, com a Fier, com as federações, para defender emprego, posicionando-se contra os produtos que vêm

da China. E o que é mais caro no produto brasileiro? Os encargos sociais. Eu ouvi o discurso dele. E, no dia em que eu ia fazer uma pergunta para ele, ele caiu fora daqui! Enquanto isso, a Força Sindical está querendo diminuir de 44 horas para 40 horas a jornada de trabalho. Se, hoje, a nossa mão de obra e o nosso produto já estão caros para disputarem em nível mundial, imaginem o que ocorrerá se ainda diminuir a jornada, encarecendo ainda mais o produto!

Muitas pessoas discursam para a plateia, mas, na verdade, não estão preocupadas com o País. Estou preocupado é com o País, defendo quem está aqui. Especialmente, os Deputados representam as suas bases. Eu também represento a nossa base lá. Portanto, estou ao lado do povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, por suas ponderações.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o texto que eu havia mencionado, no final, emite uma opinião relativa a veto. Acho que, neste momento, não deveríamos considerar se veta ou se não veta. Acho que essa é uma questão que temos de construir. É claro que essa é uma opinião que defendo, mas, neste momento, não vale a pena externar opinião, porque vamos buscar um consenso. Para haver consenso, é preciso haver posições abertas a respeito do assunto. Não vamos conseguir estabelecer o consenso se cada um quiser começar a discussão colocando o que pensa.

Penso que é possível a gente restabelecer aqui uma contribuição, para que a Presidenta possa sair, na verdade, de um problema que está criado. O Blairo tem razão. Ela está com um problema sobre a mesa. E o que ela vai fazer? É obrigação do Senado, sim, dar uma contribuição, uma sugestão, na minha avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Antes de conceder a palavra ao Senador Luiz Henrique, quero reiterar que a nossa intenção, ao termos aqui um documento, é iniciarmos uma conversa com a Presidenta Dilma. Não queremos emitir opiniões pontuais, mas, sim, iniciar um diálogo, um debate, junto com a Câmara dos Deputados, junto com os Ministros da área do meio ambiente e da área da agricultura, para que possamos dar nossa parcela de contribuição. Nossa intenção é a de ajudar neste momento delicado em que a Presidenta se encontra: veta ou não veta? O voto será parcial ou total? Ou sanciona? Vamos dar nossa parcela de contribuição ao setor produtivo e à questão ambiental brasileira!

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para debater a questão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui, no Senado, tivemos a preocupação de buscar a convergência e fizemos um grande acordo. Mas não buscamos simplesmente a convergência entre nós, Senadores, mas, sim, entre nós, Senadores, o Governo, os Deputados que lideravam a Frente Parlamentar da Agricultura e a sociedade. E produzimos um texto que, certamente, não era a realização total ou majoritária da vontade de cada um, mas que era o texto possível, que balizava um equilíbrio entre as duas forças principais que atuam nesse processo, um equilíbrio entre preservação e produção.

Agora, mais do que nunca, precisamos de um grande acordo. Isso é urgente! Precisamos de um grande acordo a respeito desse assunto já!

As alterações feitas na Câmara, em vez de atenderem aos interesses que se propunham de maior proteção à produção rural, foram, na verdade, um desastre contra a produção rural. Vou citar um exemplo: reduzimos a necessidade de reflorestar as regiões ribeirinhas em relação aos grandes rios de 500 metros para o máximo de 100 metros. A Câmara restabeleceu os 500 metros, dando um tiro no pé das suas próprias pretensões.

O capítulo que, na minha opinião, foi mais elaborado e que, além de técnica legislativa, encontrou um ponto de equilíbrio entre preservação e produção foi o capítulo referente aos apicuns. Manteve-se, na parte geral, na parte permanente, a proteção dos manguezais como um todo, entendendo serem eles integrados pelos apicuns, mas estabeleceu-se uma regra transitória, preservando os antrópicos daquelas áreas até 22 de julho de 2008. Esse artigo contou com muitas mãos: a do Ministro Benjamin, do STJ; a do Senador José Agripino, que teve uma participação muito grande; a do Líder na Câmara, Henrique Alves; e, ao final, aquele texto, que atendeu tão bem às pretensões de quem pratica a extração de sal e carcinicultura na região nordestina, acabou sendo suprimido na Câmara. Hoje, o extrator de sal e o produtor de camarão no Nordeste estão sujeitos à criminalização.

Então, nós estamos diante de um impasse que reclama um grande acordo, um grande entendimento, não para restabelecer a vontade do Senado sobre a Câmara, isso não pode nunca acontecer – o Parlamento é bicameral, e o Senado é uma instituição revisora e não que estabeleça um processo de reprimenda àquilo

que fazem os nossos colegas Deputados –, mas um grande acordo em que se demonstre, como, aliás, já é demonstrado aqui neste trabalho feito pela assessoria do ilustre Senador Waldemir Moka, que encontre uma forma de restabelecer aquele equilíbrio que nós conseguimos fazer no texto aqui, no Senado.

A situação é grave. A Presidente tem duas bombas de hidrogênio na mão: a primeira, ela veta tudo: "Ficou um projeto desarranjado, ficou um quasímodo, ficou um ornitorrinco legislativo; então, vamos vetar tudo, e vou deixar como fica"; e tem uma bomba atômica na mão que é não renovar o decreto, e aí ficam os nossos agricultores todos – grandes, médios e pequenos – sujeitos à criminalização.

Então, é preciso que haja uma flexibilização dos nossos colegas Deputados e talvez uma nova flexibilização do Governo em relação aos pequenos agricultores, os agricultores de dois módulos que são 80% do universo que está sujeito à criminalização, e nós construímos conjuntamente um grande entendimento que nos permita aprovar aqui, no Senado, rapidamente, o texto, já pré-aprovado pelos Deputados, a fim de que nós possamos suprir determinadas disposições que têm no veto uma condição inevitável; há determinadas disposições que têm no veto uma condição inexorável.

Então, agiu bem esta Comissão no sentido de não propor nada tópico específico, mas de propor que se restabeleça um clima de entendimento e que essa matéria que é a mais importante para balizar o desenvolvimento do País não seja tratada com base em nenhum sentimento de luta partidária, de oposição e Governo, mas que seja tratada como a grande matéria a balizar o desenvolvimento do nosso País.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Lembro que nós temos uma audiência pública com a Anvisa, então peço aos Srs. Senadores que possam, pelo adiantado da hora...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu peço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...escusas, mas eu tenho que acompanhar o depoimento do Ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia, onde, dentre outros assuntos, quero discutir a política nacional para as terras raras; esses matérias estratégicos são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu sugiro, Senadores – só um minutinho, Senador Eduardo Suplicy –, que possamos formar uma comissão e aqueles que quiserem integrá-la, Senador Casol e Senador Rollemberg, o façam para que possamos ir até a Casa Civil para iniciar esse diálogo com o Executivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu estou insistindo que, antes da Casa Civil...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas é que é via Casa Civil que nós vamos chegar oficialmente; Senador Moka, é a Casa Civil que organiza todas essas reuniões.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu sei, Presidente. A Casa Civil é uma decisão – perdoe a minha insistência –, mas a Ministra Izabella e o Ministro já demonstraram interesse de conversar com essa comissão. V. Exª inclusive será contatado, e eu tenho informação a respeito disso. Por quê? Porque eu acho que, como a discussão e o texto que nós fizemos aqui o tempo todo foi negociado com os dois Ministérios, é importante. Pode-se até construir lá, na Casa Civil, com a presença dos dois. Mas, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu só não queria pular etapas, porque é via Casa Civil que nós vamos chegar ao Ministério do Meio Ambiente e ao da Agricultura.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sugestão de encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É assim que funciona o trâmite, mas não tem problema nenhum, podemos mudar.

Pois não, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – A minha sugestão é que constituamos uma comissão composta dos quatro presidentes de comissão pelas quais tramitou o projeto do Código Florestal, os dois Relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, e mais os Senadores Waldemir Moka e Blairo Maggi, para que possamos fazer essas negociações, esses diálogos com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Agricultura, com a Casa Civil e com a Câmara dos Deputados, buscando construir uma solução política para o impasse. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu gostaria de ouvir o Senador Eduardo Suplicy, que pediu pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Senador Acir Gurgacz, eu quero aqui expressar a minha confiança no discernimento da Presidenta Dilma Rousseff.

O Senador Rollemberg citou aqui o artigo de José Eli da Veiga, que inclusive foi um dos colaboradores mais próximos da ex-Ministra e ex-Senadora Marina Silva, que tem inclusive recomendado o veto total.

A própria *Folha de S.Paulo* hoje traz essa charge das dificuldades por que está passando a Presidenta

Dilma Rousseff diante de todas as pressões, as opiniões que estão sendo expressas por todos e inclusive à véspera da Conferência Rio+20. Certamente, ela está ciente da repercussão enorme que terá para o Brasil com respeito a essa decisão. Acho que ela e a Ministra Izabella Teixeira colaborarão muito para aquilo que aqui no Senado se considerou como um bom senso, ainda que com algumas críticas aqui e acolá, inclusive citadas por Eli da Veiga hoje, mas eu quero aqui expressar que a Presidenta Dilma certamente fará todo o esforço para manter o texto do Senado, especialmente naquilo que foi fruto de um processo democrático para dar segurança jurídica, em especial, aos pequenos agricultores.

Então, era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Passamos, então, para concluirmos, formando essa comissão, e, Senador Rodrigo Rollemberg, que também o faça na Comissão de Meio Ambiente, para que possamos nos juntar novamente – isso tem que ser feito também na Comissão de Ciência e Tecnologia –, mas vamos aqui fazer a nossa parte, na Comissão de Agricultura. Vamos iniciar o diálogo, iniciar o trabalho, como sugere o Senador Moka, com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Agricultura, montar aqui uma comissão, depois nos juntaremos à Comissão de Meio Ambiente para avançarmos na discussão. Nós temos até o dia 25 apenas, é pouco tempo para debater, discutir, fazer reunião. Eu sugiro, então, que montemos essa comissão aqui, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, para que possamos debater e avançar nesse tema que é da maior importância a todos nós. Nós não queremos, de forma alguma, colocar aqui uma discussão entre as duas Comissões, pelo contrário, nós queremos nos unir, como sempre fizemos, e a proposta nossa é nos unir. Não queremos perder esta etapa do dia de hoje para que possamos ter aqui alguma coisa em mão para avançarmos na discussão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só a título de informação prática: para que essa unidade ocorra, é importante registrar que nós já estamos com o requerimento, assinado pelos quatro presidentes de Comissão – eu, V. Exª, Senador Eduardo Braga e Senador Eunício Oliveira –, para que o Projeto de Lei, de autoria do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique, possa ter tramitação conjunta nas quatro Comissões. Eu entendo que ele será o caminho – digamos assim – do diálogo e do entendimento, e é importante construir com o Governo e com a Câmara essas pontes para buscar construir essa solução do entendimento para a resolução do impasse. Então, eu diria que a ação prática já está posta. Vamos conversar hoje com as assessorias se, efetivamente, esse é o melhor caminho regimental; em sendo, nós já podemos protocolar hoje, já que têm as quatro assinaturas, para garantir a tramitação conjunta desse projeto nas quatro Comissões, e podemos apreciá-lo, até o dia 25, em caráter terminativo, nessas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Peço o apoio de V. Exª para que possamos andar em paralelo com as duas ações para que possamos ter resultado, ou uma ou outra, mas que tenhamos resultado neste momento.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só insisto que acho que a estratégia é correta, só que nós temos que, de alguma forma, envolver as lideranças da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. É evidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho que não tem sentido aprovar aqui, em caráter terminativo, sem que eles lá estejam em consonância com o texto daqui, porque, mais uma vez, nós vamos esbarrar no que já aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Certo. Isso no paralelo é o novo PLC nº 123, que foi assinado pelos dois Senadores.

Então, vamos encaminhar, finalmente?

Os Senadores e as Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos à segunda parte da nossa reunião de hoje, que é a audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 18, aprovado em 26 de abril, de minha autoria e de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de debater sobre o tema regulação sanitária e o mercado de agrotóxico, por ocasião da Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, promovida pela Anvisa.

Convido a compor a mesa o Dr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Drª Anamaria Tambellini, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Victor Manoel Pelaez, Professor da Universidade Federal do Paraná; e Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef.

Agradeço a presença dos senhores e das senhoras aqui presentes, pedindo desculpa pelo atraso, mas o tema ora debatido pelos Senadores é da maior importância, não somente para esta Comissão, mas para a agricultura brasileira e também para a preservação do

meio ambiente. É um dever da nossa Comissão debater e discutir esse assunto que foi amplamente debatido aqui no Senado, não só pela Comissão de Agricultura, mas pela Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Comissão de Constituição e Justiça, como também durante anos ficou na Câmara dos Deputados com debate, e agora temos a obrigação de dar, mais uma vez a nossa contribuição, de oferecer a nossa contribuição para que possamos auxiliar ou colaborar com a presidência da República, com os ministérios, Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, para com relação à agricultura brasileira. Principalmente, levando ao campo essa questão importantíssima, que é a segurança jurídica para o agricultor brasileiro.

Agradeço a presença dos senhores e das senhoras aqui conosco.

Passo a palavra ao Dr. José, para que possa fazer a sua colocação. Consulto se dez minutos estaria bom ou...

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Eu tenho uma apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O senhor tem uma apresentação?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Tenho, rápida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, deixo o tempo para que o senhor administre.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Bom, obrigado, Senador. Muito obrigado pela oportunidade da convocação dessa audiência para que possamos mostrar um pouco do processo de regulação e o mercado de agrotóxicos no Brasil.

Pode ir passando, por favor.

Para iniciar o debate, aí temos agrotóxicos. Por que devemos regular os agrotóxicos. Como o tempo é curto, não vou entrar em muitos detalhes nessas coisas.

Próximo, por favor.

Então, o art. 2º da Lei nº 7.802, de 89, que é a Lei de Agrotóxicos, considera:

> *I – agrotóxicos e afins:*
> **a)** *os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;*

Próximo, por favor.

A Constituição Federal traz também a questão da saúde como dever do Estado, e expressa bem no seu art. 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Próximo.

A Constituição Federal, no seu art. 200, estabelece:

> *Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:*
> *(...)*
> *II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;*
> *(...)*
> *VI – fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;*
> *VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;*

Pode passar, por favor.

E a Anvisa? A Lei nº 7.802, de 89, em seu art. 3º, estabelece qual é o papel da Anvisa na regulação dos agrotóxicos.

Os agrotóxicos, seus componentes e afins deverão ser registrados de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

No caso do setor de saúde, a responsabilidade fica clara pela Anvisa, desde que a Anvisa foi criada. E o papel da Anvisa na regulação dos agrotóxicos está bem claro no decreto que regulamenta aquela lei, que, no seu art. 2º e seguintes, diz:

> *Cabe aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Saúde e do Meio Ambiente, no âmbito de suas respectivas áreas de competência, dentre outros:*
> *I – estabelecer as diretrizes e exigências relativas a dados e informações a serem apresentados pelo requerente, para registro e reavaliação de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins. (...)*
> *IX – controlar, fiscalizar e inspecionar a produção, a importação e a exportação dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como os respectivos estabelecimentos;*

Então, aqui fica claro o papel dos órgãos e, especificamente no nosso caso, o papel da Anvisa na regulação dos agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Aqui, só para a gente mostrar para os senhores como se processa a questão do registro de agrotóxicos no Brasil. Nós temos, nos três órgãos, a produção de dossiês relativos a cada área de responsabilidade. Temos o Ministério da Agricultura e Pecuária, que produz o dossiê agronômico, que, em função das suas conclusões agronômicas e, baseado nos dossiês toxicológicos da Anvisa e no dossiê ambiental do Ibama, concede ou não o registro de agrotóxico.

Então, para concessão do registro de agrotóxico, você tem de ouvir tanto a Anvisa, com as suas conclusões toxicológicas, quanto o Ibama, com as suas conclusões ambientais. E o resultado desse pleito poderá ser a restrição. Pode ter inclusive no seu registro alguma indicação de restrição ou exclusão de cultura e pode ir para comercialização, e todos esses dados da comercialização também serão avaliados no impacto desses produtos na saúde da população, o que poderá gerar ou não um processo de reavaliação. Inclusive temos hoje alguns ingredientes ativos em reavaliação que vamos colocar mais à frente.

Pode passar, por favor.

O papel da Anvisa na regulação de agrotóxicos é regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam riscos à saúde na sua área de competência. Propor, acompanhar e avaliar as atividades de monitoramento dos resíduos de agrotóxicos, componentes e afins, drogas veterinárias e outras substâncias tóxicas em alimentos.

Então, o papel da Anvisa não pode sair dessas atribuições, e nós temos uma preocupação muito grande em colocar que a Anvisa, ao produzir o seu dossiê de avaliação toxicológica, não fuja dessas questões que são estimuladas nas leis e decretos que regulamentam essa área.

Próximo, por favor.

E os aspectos sanitários da avaliação toxicológica para que chamamos a atenção são os seguintes: verificar a possibilidade de autorização de registro de produto frente aos perigos para a saúde dos trabalhadores, frente ao perigo para a saúde dos consumidores e da população em geral.

Então, nós temos uma obrigação de ater a nossa ação exatamente sobre o impacto que determinado agrotóxico pode ter sobre a saúde humana. E as condições para proibição dos registros de agrotóxicos estão muito claras na Lei nº 7.802, de 1989, que diz que, quando não houver antídoto ou tratamento eficaz no Brasil para determinado agrotóxico, este não pode ser registrado. Quando revelarem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas.

A lei e o decreto fazem referência a isso, e esses são pontos proibitivos do registro de um agrotóxico. Quando causarem distúrbios hormonais e danos ao aparelho reprodutor. Quando se revelarem mais perigosos para o homem do que em animais de laboratório e quando são mais tóxicos que outros registrados para a mesma finalidade.

Então, vejam bem os senhores a responsabilidade que a Anvisa tem. Quando ela analisa qualquer dossiê apresentado pelas empresas que buscam o registro de agrotóxicos e apresenta o dossiê toxicológico, nós temos de analisar essas questões.

Sendo teratogênico, carcinogênico ou mutagênico, causando distúrbio hormonal ou dano ao aparelho reprodutor, nós estamos impedidos por lei de conceder o registro. E, mesmo que não houvesse um impedimento por lei, não poderíamos, em hipótese alguma, permitir que um ingrediente ativo, que um agrotóxico que tenha qualquer característica agressiva à saúde humana... Temos por obrigação constitucional concluir que esse agrotóxico não pode ir para uso na agricultura brasileira.

E um tema que é muito contestado hoje é a toxicidade de alguns agrotóxicos com relação a outros que já existem no País. Ora, se já temos agrotóxicos com um nível de toxicidade registrado e em comércio, seria totalmente contraditório nós autorizarmos outros agrotóxicos, com as mesmas finalidades, para as mesmas culturas e com uma toxicidade diferente, com uma toxicidade muitas vezes muito mais agressiva do que aqueles que já estão no mercado.

Próximo, por favor.

Aqui, agora, Senador, eu queria só mostrar alguns resultados de uma pesquisa recente que fizemos, durante mais de um ano, com suporte do Prof. Victor Pelaez, que vai mostrar também alguns dados que estão fora disso.

Mostra o mercado brasileiro de agrotóxicos. Conforme vocês estão vendo aqui em baixo, de 2000 a 2010, o mercado mundial de agrotóxico teve um crescimento de 93%. No Brasil, esse crescimento em dez anos, chegou a 190%. E vamos vendo aqui que começou a haver um crescimento no Brasil, a partir de 2003/2004, e um crescimento totalmente diferente do crescimento que se vê no mundo.

Aqui, há várias explicações, e o Prof. Victor depois pode entrar em detalhes, se for o caso. Mas chama a atenção a diferença de crescimento do mercado. No mundo inteiro, cresceu 93% e, no Brasil, cresceu 190%.

São dados de uma pesquisa recente que produzimos, e convocamos todo o setor de agrotóxico e

todas as entidades – inclusive há convites para setor de agricultura, comissão de agricultura do Senado e da Câmara – para conhecer essa pesquisa que apresentamos à Anvisa há cerca de três semanas.

Próximo, por favor.

Aqui começa um dado muito interessante: estimativas da participação mundial do Brasil e dos Estados Unidos no mercado mundial de agrotóxicos e de produtos formulados. Quer dizer, o mundo hoje, tirando Brasil e Estados Unidos, tem uma participação no mercado de 64%. O Brasil tem uma participação nesse mercado de 19%. Praticamente um quinto desse mercado é no Brasil. Nos Estados Unidos, são 17%.

Nós vamos mostrar hoje que o mercado americano é 10% menor que o mercado brasileiro, e as exigências para que se registre um produto nos Estados Unidos são muito maiores do que para um registro no Brasil.

Próximo, por favor.

Aqui, mostramos também, só para orientar, as vendas mundiais de agrotóxicos. Constatamos que as seis maiores indústrias hoje têm uma participação de 68% desse mercado. Se olharmos as 13 maiores do mundo têm 90% desse mercado, e as outras empresas todas têm 10% desse mercado.

Aqui é um dado interessante para vermos quem determina o uso desses agrotóxicos não só no País, mas no mundo inteiro. Quer dizer, as seis maiores empresas, 68%, e algumas bastantes significativas. Há uma que é... Em torno de um quinto de todo o mercado mundial está na mão apenas de uma empresa. Chamam a atenção esses números, e é alta a concentração das vendas de agrotóxicos. E 10% apenas ficam entre outras empresas. E aqui, a gente olhando, a maioria são empresas transnacionais.

Próximo, por favor.

Um dado interessante que constatamos. Hoje, coloca-se muito isso em vários debates públicos, entre parlamentares e entre as próprias empresas que produzem agrotóxicos. Coloca-se sempre a questão do registro, o prazo do registro, como o maior empecilho que temos para desenvolver e diminuir o custo de agrotóxicos e aumentar a concorrência. Este é um dado interessante: 50% de tudo o que é registrado no Brasil não são comercializados. Agora, desses 50% que não são comercializados, gasta-se tempo para registro, gasta-se tempo para análise. O Ibama tem de colocar seus técnicos para analisar; o Mapa coloca seus técnicos para analisar, a Anvisa coloca seus técnicos para analisar, e 50% deles não vão para o mercado. Em alguns casos, eles são concorrentes; em outros casos, não são concorrentes. Eu vou mostrar isso um pouco mais à frente. Mas esse é um dado que para nós chama a atenção. Houve uma pequena melhora de dois anos para cá. Há dois anos, nós tínhamos 60% que não eram comercializados.

Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para não perder o gancho. Com a permissão, pela ordem, Presidente. Nesta Comissão, aprovamos exatamente um projeto para que a validade do certificado da Anvisa fosse de dois anos apenas.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – A validade do registro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele não pode, depois de vencido o prazo, usar esse registro.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Não, Senadora. O projeto é o seguinte. Eu vou mostrar mais para frente, porque, no Brasil, diferentemente da área de medicamentos, o registro de agrotóxicos vale *sine die*. O projeto de lei que foi aprovado aqui diz que, se em dois anos de aprovado o registro, não foi comercializado, está cancelado o registro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É isso aí.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Exatamente. É ótimo. Isso para nós, para mostrar isso aqui é fantástico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria exatamente destacar esse ponto.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Exatamente, foi um projeto de lei da Senadora Kátia Abreu, uma das grandes defensoras disso e uma das críticas dos órgãos que registram, mas este é um dado importante. Chamo a atenção, porque estamos aqui com o pessoal do Mapa. Não sei se os colegas do Ibama estão, mas, para eles, o tempo para analisar esses 50% que não foram... Foi consumido o tempo. Se 100% estivessem no mercado, com certeza, o preço de agrotóxico poderia estar mais baixo e a concorrência maior. Com toda certeza.

Pode passar o próximo, por favor.

E aqui outro dado interessante. Mostramos aqui o número de empresas que não comercializaram produtos no segundo semestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011. Nós pesquisamos 130 empresas, e 34 não informaram. Das que informaram, em 43 delas não houve comercialização alguma de agrotóxico, e agrotóxico registrado.

E as empresas que comercializaram foram 77. Quer dizer: olha de novo a expressão de empresas que não comercializaram os agrotóxicos após o registro desses agrotóxicos, e eles estando aptos a ir para o mercado. Isso é também um número considerável.

Pode passar, por favor.

E, aqui, eu vou dar um exemplo do que significa, muitas vezes... Aqui está em português e, na próxima

lâmina, colocamos em inglês, porque é como está na página da empresa. Ela mostra as maiores unidades geradoras de caixa da empresa e seus valores intangíveis. O Brasil, US$297 milhões. Isso em função dos registros que ela tem na empresa.

É um valor importante?

É um valor importante. Vemos que 38% do valor da empresa correspondem aos registros de produto, e 16% do valor da empresa correspondem aos registros no Brasil. São 89 produtos registrados no Brasil, 41 comercializados no segundo semestre de 2010, e no primeiro semestre de 2011. Apenas 41. Agora, o valor desses registros para a empresa é um valor expressivo; vale 38% do valor da empresa. E mostra uma comparação: nos Estados Unidos, vale US$178 milhões, comércio de sementes US$70 milhões; na Holanda e no Reino Unido, US$65 milhões; aqui, é um preço expressivo, US$44 milhões; na Austrália, US$42 milhões e, na França, US$28 milhões...

Passa, por favor. O próximo.

Isso aqui nós colocamos, e não achamos inconveniente colocar, porque isso a empresa publica na sua pág. 79, sobre o perfil da empresa que eles colocaram. Isso está numa publicação disponível para o mundo inteiro, e isso nos chamou a atenção. Por isso, nós fomos ver o que significava isso. Quer dizer, 38% da empresa correspondem a registro e, desses registros, o maior valor da carteira de registros está no Brasil. E mais da metade não é produzido para ir para o mercado.

Próximo, por favor.

Aqui, outra questão interessante. Acho que isso aqui chama a atenção. Temos 130 empresas aptas a produzir. Os produtos informados são 2.426; em toneladas, são 936 mil toneladas; e vendas em 2010, US$7,3 bilhões.

Esses são dados do Sindag (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola); não são dados da Anvisa. A Anvisa não construiu esse dado. Nós pegamos na página do Sindag. Agora, chama atenção que 53% dos registrantes de agrotóxico possuem apenas escritórios. Não têm fábrica no Brasil, e o Victor vai mostrar aqui uma outra distorção: 90% de tudo o que é usado no Brasil vêm de importação.

Então, esse dado também... São três dados que julgamos importantes: 50% dos registros não são comercializados, não são colocados; 24% das empresas não produziram nada durante um ano, na última safra; e 53% dos registrantes de agrotóxico possuem apenas escritório. Não têm uma única fábrica no Brasil. São apenas importadores de produtos.

O próximo, por favor.

Aqui, para entrar na discussão sobre taxas e prazos de registro, na nossa pesquisa, também verificamos isso. Nos Estados Unidos, a taxa de registro de um ingrediente ativo vai de US$1,1 mil a US$630 mil. A manutenção desse registro é de US$100 a US$425 anuais, e qualquer reavaliação que seja necessária fazer custa US$150 mil. E, nos Estados Unidos, o prazo de validade do registro é de 15 anos.

No Brasil, a taxa de registro vai de US$51 a US$1 mil; manutenção, não possui manutenção alguma; a reavaliação, quando necessária – está determinado por lei que tanto o Ibama quanto o Mapa e a Anvisa podem fazer a reavaliação quando houver algum fato concreto em relação às três áreas – também não custa nada para as empresas. Prazo de validade no Brasil é indeterminado. No Reino Unido, são dez anos.

Então, estamos trazendo esses dados aqui para mostrar o quanto esse projeto que a Senadora Ana Amélia citou aqui é importante para nós, para tirar um pouco isso e tirar a sobrecarga. Quer dizer, se hoje temos, nos três órgãos que vou mostrar...

Passa, por favor. O próximo.

Aqui, uma outra questão interessante é a capacidade ou garantia financeira que as empresas têm de fornecer. No Brasil, inexiste. Qualquer problema com agrotóxico que aconteça, a responsabilidade maior é do Estado brasileiro.

Nos Estados Unidos, na União Europeia, no Japão, na Índia, na Argentina e Paraguai, nossos parceiros do Mercosul, eles têm de ter um seguro ambiental obrigatório, ou então um fundo nacional de proteção fitossanitário. E nos outros países, temos os Estados Unidos em fase de regulação pela EPA (Agência de Proteção Ambiental) mecanismo de opção de segurança, garantia, carta de crédito, tudo isso é importante. Na unidade europeia, a capacidade..., em fase de implementação em vários países, é obrigatória na Bulgária, Eslováquia, Grécia, Hungria, Espanha, República Tcheca e Romênia. No Japão, é definido em nível local e regional; na Índia, contratação de seguro obrigatório e, na Argentina e Paraguai, nossos parceiros do Mercosul, já há também uma questão que exige capacidade financeira ou garantia financeira das empresas.

Não sei se esse é um dado que o Victor vai apresentar e se lá há um número expressivo de escritórios de registro sem nenhuma fábrica. No Brasil, é inexistente qualquer...

O SR. NEWTON LIMA – O Brasil é mesmo um paraíso para os agrotóxicos.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – É, para essas empresas eu não tenho dúvida. Para aquelas empresas que não têm nenhuma produção no Brasil. Deixar bem claro isso.

Pode passar, por favor.

Aqui, mostramos de novo... É uma discussão que estamos tendo no Brasil de forma muito decisiva. Até duas semanas atrás tivemos uma reunião no Ministério da Agricultura para tentarmos resolver algumas situações, mas o número de técnicos que temos disponíveis é isso. Na Anvisa, temos 21 técnicos. No Ibama, existem 16 técnicos; e, no Mapa, 7 técnicos.

Vejam bem que o Mapa é o órgão que tem de fazer a concessão do registro. Ele tem uma responsabilidade, talvez, maior do que o Ibama e... Quer dizer, aqui temos 44 técnicos, e o número de técnicos de avaliação de agrotóxicos na agência americana é de 854 técnicos. Então, quer dizer, quando vamos avaliar a capacidade de atendimento à demanda, esses números muitas vezes não são avaliados, porque a lei estabelece um prazo e, pela força de trabalho disponível, pelos servidores disponíveis, não temos como fazer. E lá vimos que, além do mais, o custo para registro, nos Estados Unidos, por exemplo, é alto, e o prazo de concessão do registro pode chegar até a quatro anos, com esse número de técnicos que há aqui. Só para avaliação toxicológica, se não me engano, são 174 – só para avaliação toxicológica. E os nosso 21 aqui não são todos só para avaliação toxicológica.

Agora isto chama a atenção: quer dizer, o Mapa tem sete técnicos. O Rangel está aqui e ele pode até corrigir esse número, mas é isso. São sete técnicos no Ministério da Agricultura para fazer essa avaliação; no Ibama, 16; e na Anvisa, 21. A Anvisa está um pouco melhorzinha aqui por causa do concurso que nós fizemos em 2005, e entraram vários técnicos em 2005 e 2007 para fazer essa avaliação.

Então, vejam essa discrepância. É importante ressaltarmos sempre essa discrepância.

Pode passar, por favor.

Aqui, queremos mostrar rapidamente uma mudança que fizemos nos produtos técnicos de equivalentes, que o CTA (Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos) fez. Foi uma mudança que, na época em que a fizemos... Quero destacar que o CTA é um órgão cuja coordenação muda de ano em ano: neste ano está com a Anvisa, e no ano passado estava com o Mapa, e era o Rangel, que está aqui presente, o coordenador.

Essa mudança visava a quê? Pedia às empresas... Fizemos um contato... O CTA decidiu isso por unanimidade, e nós fizemos uma solicitação às empresas para que elas revissem os seus processos. Por quê? Porque tínhamos processos lá, conforme vou mostrar daqui a pouco que, quando chegavam para ser analisados, o nível de exigência era tão grande que algumas empresas iam demorar três anos para cumprir as exigências, mas ele estava na fila.

Depois dessa mudança – inclusive o CTA teve uma ação judicial contra ele, e o Rangel e o Luís Cláudio, os dois, tiveram que produzir a defesa disso –, nós vimos isso. Depois que nós tivemos... Isso produz técnicos na fila aguardando a análise conjunta Mapa/Ibama/Anvisa. A mudança que fizemos proporciona isso.

Sobre o prazo de adaptação: 188 pediram o prazo para adaptação. Aptos para avaliação com ingresso anterior ao ofício do CTA que pediu às empresas que fizessem essa correção, eram 96, e aptos para avaliação e ingresso posterior ao ofício do CTA nós tínhamos 94. Então, vejam o absurdo: 188 pedidos não estavam aptos para ser avaliados pelos três órgãos.

Passa, por favor.

Aqui, um dado chama bastante a atenção. Daqueles que nós mostramos, que estavam na fila e precisavam correção, três processos, três empresas pediram 785 dias para adaptar o seu projeto; três pediram 630 dias; outras três, 548. Quer dizer, essas nove pediram de dois a três anos para adaptação, e chama a atenção aqui. E 34 empresas pediram um ano para adaptação; 45 empresas, seis meses para adaptação.

O que isso significa?

Significa que ele entra na fila sem nenhum tipo de responsabilidade com a qualidade do processo pelo qual ele está entrando na fila. Ele entra na fila. Quando fazemos a exigência, quando os três órgãos faziam a exigência, eles ficavam três anos para cumprir as exigências; quando voltava, ele voltava para o lugar da fila onde estava antes. Detalhe: esses três anos que ele saiu contaram como se houvesse empecilho burocrático dos três órgãos. "Olha, o meu processo está lá há três anos, há cinco anos", mas nesses três anos ele teve de completar o seu processo para avaliação. Então, essas questões aqui são interessantes para mostrarmos que alguma coisa também tem de ser feita aí.

Acho que o CTA está tendo uma conduta bastante profissional, bastante responsável e com uma responsabilidade social muito grande perante o País, para que nós demos preferência àqueles que estão aptos, e vamos mostrar como isso evoluiu de lá para cá.

Pode passar, por favor.

Aqui, estamos mostrando para V. Exª ver, Senador, como, em dez meses antes daquele ofício circular que nós colocamos, nós conseguimos conceder 60 registros; apenas seis meses depois, concedemos 50 registros. E a tendência é de que esse número aqui aumente. Por quê? Porque vamos ter processos limpos, todos completos. Está certo?

Nós não teremos de ficar convivendo com aquela expectativa de as empresas ficarem de três a quatro anos para cumprirem uma exigência, e esse prazo de três quatro anos de cumprimento de exigência ficar

contando como se isso fosse empecilho burocrático dos órgãos. Não estou dizendo que não temos de fazer nenhum tipo de revisão do nosso processo de registro, questão que inclusive está em curso e em discussão pelo próprio Governo, agora sob a coordenação do Ministério da Agricultura.

Próximo, por favor.

Aqui, só para mostrar os aspectos sanitários dos programas de monitoramento e pós-registro de agrotóxico. A reavaliação toxicológica. Por que há a reavaliação toxicológica? Sempre que houver avanço de conhecimento científico ou suspeita de carcinogenicidade, mutagenicidade, neurotoxicidade, desregulação endócrina sobre determinado produto; decisões internacionais de organismos internacionais de restrições ou banimento de produtos; e alerta de organizações internacionais.

Isso está na regra. Quando isso acontece, nós temos de fazer a reavaliação.

Quando isso acontece em relação à saúde, a Anvisa tem de fazer. Quando acontece em relação à questão agrícola, o Mapa faz. Quando a questão é ambiental, faz o Ibama.

Próximo, por favor.

Aqui, só para mostrar os ingredientes ativos, reavaliados desde 2002 até 2012. Em vermelho, mostramos que produtos foram reavaliados e que foram banidos. E esse banimento tem de ser decidido pelos três órgãos. Aí, o órgão que fez o relatório leva para discussão, e os três órgãos avaliam se pode ou não ou se faz alguma adaptação, ou se faz alguma indicação de retirada de cultura, de indicação de melhor aproveitamento daquele agrotóxico.

Em laranja, são dois que estão em consulta pública. No caso da Anvisa, quando fazemos a reavaliação toxicológica, nós colocamos em consulta pública e abrimos a possibilidade para as empresas que têm interesse nos ingredientes pedirem reuniões técnicas. Aí, é discussão técnica. Os técnicos da empresa com os técnicos da Anvisa para discutir os argumentos das empresas.

E aqui os verdes, de que fizemos a reavaliação e vimos que realmente podiam ser mantidos no mercado.

E sempre aparece uma acusação de que a Anvisa só faz depois que expira o prazo de patente, o que não é verdade. A maioria dos produtos não tem patente há muito tempo.

Então, pode passar, por favor.

Aqui, só para mostrar rapidamente como foi a última avaliação do programa de monitoramento de registro de agrotóxicos em alimentos, o Para (Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos). Isso é até interessante, porque para nós ficou emblemática uma discussão que houve há três, quatro meses, sobre a questão do suco brasileiro no mercado americano.

Por regra, cada país pode determinar o nível de resíduo aceitável pela sua população, mas aquilo é importante para colocarmos. É emblemático? É.

Então, mostrar: total de amostras insatisfatórias, 28%; total de amostras satisfatórias, com resíduo, que tinha resíduo: 35%; e total de amostras sem resíduos: 37%.

E aí há várias situações. Há agrotóxicos que não são utilizados por uma cultura e que estão sendo utilizados em outra, e coisas dessa natureza.

Pode passar, por favor.

E as fiscalizações, só para mostrar para o senhor, para ver como estamos colocando: nós fiscalizamos 18 empresas em 24 unidades fabris. As principais irregularidades encontradas foram alterações não autorizadas de formulações, falta de controle de qualidade na produção de agrotóxicos, indicações de mistura sem autorização, reprocessamento de produtos vencidos, sem garantia de qualidade e segurança para a saúde pública. Essas são as irregularidades que encontramos nas fiscalizações aprovadas pela Anvisa.

Pode passar, por favor.

Aqui, mostrar uma situação bastante interessante: a revista *Carta Capital*, de 23 de abril de 2012 trouxe essa matéria, mostrando Multinacional de Agrotóxico Altera Fórmula sem Autorização e Culpa Anvisa. Isso aqui é interessante, porque, quando iniciamos o processo de fiscalização, as empresas começaram a se preparar para a fiscalização da Anvisa, e simplesmente vazou nos *emails* internos para a imprensa que essa empresa, na expectativa de uma fiscalização da Anvisa, mudou as formulações para não ser pega pela fiscalização. A própria empresa disse isso, e isso aqui está na *Carta Capital.* Não houve desmentido da empresa, o que nos faz ver e nos faz crer que realmente isso aqui é verdade.

Pode mudar, por favor.

E a empresa é a Dow Química. Está aqui na revista *Carta Capital*.

Pode passar, por favor.

Então, essas são as considerações que nós queríamos colocar. E só para ressaltar uma questão final, Senador, que é a seguinte: passa-se muito a impressão de que a Anvisa tem um comportamento ideologicamente contra os agrotóxicos. Não é isso.

Nós achamos que, para o bem da agricultura brasileira, o agrotóxico pode ser bem utilizado. Se ele for bem utilizado, dentro das regras que os três órgãos do Governo autorizam a fazer, de acordo com a legislação que existe, ele pode ter um aproveitamento muito

melhor, sem contaminar o meio ambiente e, principalmente, sem contaminar as pessoas. Então, nós não temos restrição alguma.

E eu até digo, digo para o senhor com muita tranquilidade que o agrotóxico é um mal necessário. O próprio nome diz: é um agrotóxico; é tóxico. Ao contrário de as pessoas acharem que ele tenha outra finalidade. Não!

Agora, bem utilizado, eu acho que entra uma discussão de outra natureza, discussão que muito fazemos, sobre a consequência de não utilizá-lo num país com a diversidade climática que tem o Brasil. Mas, dentro dessa diversidade climática, e com uma diversidade muito grande de cultura, onde são utilizados esses agrotóxicos, e aquele número imenso de agrotóxicos existe, eu acho que podemos caminhar no sentido de que a utilização de agrotóxico siga todas as regras que foram discutidas nesta Casa, que forem emanadas desta Casa, e que os órgãos que produzem os registros e fiscalizam têm de seguir.

Então, queria agradecer V. Exª por esta oportunidade e colocar-me à disposição para qualquer esclarecimento que, porventura, seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. José Agenor.

Uma questão que todo o mundo gostaria de colocar é se esse alto índice de utilização do agrotóxico na produção de alimentos no Brasil compromete os nossos alimentos. A população pode ficar tranquila com relação a isso? Ou tem que se preocupar?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – A Professora Drª Anamaria Tambellini, essa pesquisadora brilhante, vai responder isso para o senhor daqui a pouco, de forma, eu diria, mais segura, e baseada em dados científicos, que, com certeza, vai apresentar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quer dizer que a Anvisa não tem a segurança, então?

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Tem. Nós temos essa segurança.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, estou perguntando.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES SILVA – Não, eu estou colocando para o senhor que eu não queria somente antecipar uma questão importante que ela vai colocar, mas eu digo para o senhor o seguinte: o agrotóxico tem duas repercussões imediatas, e há casos que pegamos de uma reação aguda. Mas o principal que nós temos é o processo cumulativo que ele dá no organismo das pessoas. Se você continua sempre a utilizar, a se alimentar com culturas, com plantas que tenham a utilização de agrotóxicos acima dos limites autorizados, isso cumulativamente pode trazer consequência orgânica para as pessoas. Temos plena consciência disso e temos plena certeza.

Temos dados científicos que referendam isso. Nós não trabalhamos na base do achismo. Temos dados científicos que mostram que o agrotóxico, de acordo com sua utilização, se for mal utilizado e, mesmo em alguns casos, com a utilização correta, de acordo com o que preconizamos, pode trazer consequências danosas para nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Obrigado, Dr. José Agenor.

Passo a palavra agora ao Professor Victor Manoel Pelaez, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

O SR. VICTOR MANOEL PELAEZ – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Eu vou complementar aqui alguns dados em relação ao que o Agenor falou e que ajudam também a entender, digamos assim, a dinâmica e a pressão que existem sobre os órgãos reguladores no Brasil. E isso não acontece só no Brasil, não é exclusividade do Brasil; é no mundo inteiro.

Para isso, precisamos entender as estratégias de crescimento de concorrência dessas empresas, e como isso funciona.

Próximo, por favor.

Aqui, o que estou mostrando foi a estratégia de crescimento da Monsanto nos últimos dez anos, então na primeira década do ano 2000. A Monsanto desenvolveu – justamente foi a pioneira no seu desenvolvimento – sementes geneticamente modificadas, resistente ao principal produtos dela, que é o herbicida glifosato. A Monsanto, a partir daí, passou a adquirir empresas de sementes.

Então, tudo o que está em azul são empresas de sementes adquiridas ao redor do mundo, e ela se transformou na maior empresa de sementes do mundo. Então, hoje ela é muito mais uma empresa sementeira do que uma empresa de agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Aqui, podemos ver, no caso da Bayer, que ela segue um padrão no qual a Monsanto foi pioneira, ou seja, nessa estratégia de crescimento, diversificando para o mercado de sementes. O que está em amarelo foram aquisições de empresas de agrotóxicos.

Próximo, por favor.

Aqui, no caso da Dow, nós podemos ver a mesma coisa, com um detalhe importante: isso que está hachurado são os mais recentes. São aquisições entre 2008 e 2010. Então, essa é uma estratégia de intensificação da diversificação no ramo de sementes.

Próximo, por favor.

A DuPont, a mesma coisa.

Então, esse é um padrão de crescimento que passa a existir nessa atividade industrial.

Próxima, por favor.

A Basf, muito menos. É interessante perceber. A Basf é a maior empresa química do mundo. Então, ela não tem, digamos assim, esse foco, ou essa intensificação do crescimento das demais.

Próximo, por favor.

Aqui, a Syngenta, esta, sim, a maior empresa de agrotóxicos do mundo, e especializada em dois ramos de atividade que são essencialmente complementares: sementes e agrotóxicos. Ou seja, elas estão produzindo insumos para a agricultura e, portanto, há uma complementaridade tecnológica e comercial. Por isso, a estratégia dessas empresas.

Então, vocês veem que há uma estratégia global de crescimento e de controle do mercado mundial no ramo de sementes e também no de agrotóxicos, como o Agenor já mostrou.

Próximo, por favor.

Então, pode ir colocando. Próximo.

Aqui, nós podemos ter ideia, ou seja, numa visão panorâmica, desse padrão de crescimento, ou seja, como o capital se mobiliza de uma indústria química para o ramo de sementes, onde há uma complementaridade intensa do desenvolvimento tecnológico e obviamente na estratégia das vendas dessas empresas. E eu digo que justamente são empresas que, juntamente com as grandes *traders*, vão definir política agrícola alimentar nos vários países do mundo, porque eles trabalham focos – justamente são as grandes *commodities* agrícolas, com exceção da cana-de-açúcar, que é parcialmente alimentar. Mas, de fato, o foco delas são os grandes mercados consumidores de sementes e de insumos químicos.

Próximo, por favor.

Aqui também uma outra estratégia de crescimento e não de aquisição. É uma estratégia que antecede, que são os acordos que essas empresas – as seis maiores estão aqui – fazem com outras empresas. Para se ter uma ideia, juntamos agrotóxicos e sementes. Então, elas criam uma rede de relações, o que é muito estratégico no sentido de gerir o risco; ou seja, estabelecem cooperações, seja em pesquisas de desenvolvimento, seja uma produzindo para a outra, comercializando; quer dizer, numa lógica intensa de gerir esse risco inerente à atividade. Portanto, é uma estratégia muito bem articulada no sentido da criação dessas redes e que, na sequência, leva, por exemplo, à aquisição daquelas que são mais interessantes.

No caso do Brasil foi o que a Monsanto fez com duas empresas nacionais, a Alellyx e a CanaVialis, que inclusive eram financiadas com dinheiro público, do BNDES e, depois, foram adquiridas pela Monsanto. Então, isso faz parte da estratégia mundial do capital, de crescimento.

Próximo, por favor.

Então, podemos caracterizar esse mercado como uma estrutura, que é um oligopólio.

Próximo.

Tem um grau de concentração elevado, como nós vimos, em que 13 empresas controlam 90% desse mercado. As formas de concorrência se dão numa combinação de qualidade, no caso são as marcas, e de preços. E isso implica principalmente que a dinâmica de concorrência vai ser ditada principalmente pelas empresas líderes, que vão ter um grande investimento em pesquisa e desenvolvimento, que vão patentear produtos, diferenciar seus produtos pela qualidade e pela marca. E que isso se transforme em barreiras a entradas; quer dizer, são características estruturais.

Próxima, por favor.

Então, nós podemos simbolizar esse mercado com esse núcleo oligopolista. No caso, a Monsanto está ali em amarelo, porque é muito mais empresa de sementes, mas com grande capacidade neste mercado.

Próxima, por favor.

A Sumitomo, que tem grande capacidade de patenteamento, mas com uma capacidade financeira ainda não tão intensa nesse mercado.

Próxima.

E as empresas que estão nas franjas desse mercado, empresas que chamamos especializadas em produtos com patentes vencidas, o que seria, no caso, os chamados produtos equivalentes ou genéricos.

Próxima, por favor.

Uma empresa de destaque é justamente é justamente a **Makhteshim Agan**, no Brasil representada pela Milenia, e 51% das suas ações foram adquiridas pelo grupo chinês estatal ChemChina.

Próxima, por favor.

E, obviamente, nessas franjas de mercado onde a competição se dá cada vez mais pelos preços, as empresas chinesas são cada vez mais competitivas, e aí há uma política explícita também do governo chinês, de concentração dessa indústria. Na China, são duas mil empresas de agrotóxicos, uma coisa absurda, tanto que estão numa estratégia de concentração para ter essa competitividade em nível internacional, numa lógica de ganhar em economia de escala. Isso é fundamental.

Próximo, por favor.

Então, essa a característica; ou seja, há um núcleo oligopolista e há uma franja de mercado, onde a concorrência tende a predominar em preço. Não quer

dizer que aquelas como Nufarm, como a **Makhteshim Agan**, como a Química 9FMC, a United Phosphorus, que é indiana, também têm uma estratégia de usar marcas, mas aqui o preço... Digamos que tem uma dinâmica mais intensa a concorrência por preços nesse mercado.

Outro aspecto importante é considerarmos o seguinte: nessa estratégia oligopolista, o núcleo de qualquer estrutura de mercado oligopolista tem uma dinâmica de que ele está preocupado muito mais em estabelecer barreiras à entrada do que concorrer entre os próprios membros desse núcleo. É onde aqui nós podemos ver a intensificação, muitas vezes, de cooperação entre as empresas. O que nós vimos no *slide* anterior, dos acordos.

E outra coisa que se pode observar nos registros de agrotóxicos é que, por exemplo, em 2010, para algumas dessas empresas aqui, 50% dos registros eram os chamados produtos clones.

O que é um clone?

Um clone é igual ou quase igual ao produto original de referência com uma marca diferenciada.

Qual é a estratégia, na realidade, dessas empresas?

É justamente poder negociar os seus produtos com outra marca para essas empresas aqui, de tal forma que essas empresas passam a ter uma dependência comercial das empresas desse núcleo. Ou seja, isso faz parte de qualquer dinâmica de estrutura oligopolista, ou seja, como gerir as franjas desse mercado, até porque essas empresas não podem expandir-se totalmente no mercado sob o risco de serem acionadas pela defesa da concorrência, por excesso de poder de mercado.

Próxima, por favor.

Bom, aqui podemos ter uma ideia, no Brasil, da participação do mercado nas vendas às empresas, não por valor, mas por quantidade. Então, podemos perceber aqui a importância da Syngenta, que vende 18% nesse mercado, depois a Monsanto; a Milenia aqui aparece numa outra posição. Essa diferença das posições está justamente ligada à agregação de valor de produtos; por isso, pode variar essa posição em relação ao valor.

Próxima, por favor.

Bom, então, nós temos aí barreiras à entrada importantes, que estão ligadas justamente à economia de escala, à economia de escopo, à marca. A capacidade de assistência técnica dessa empresas é muito importante, principalmente das maiores.

A capacidade de financiar o produtor rural, seja adquirindo como troca parte da produção desse agricultor, que é chamada de *barter*, ou avalizando esses produtores junto aos bancos públicos e privados. Então, as empresas pequenas não têm essa capacidade. Então, essa é uma característica de novo estrutural desse mercado. E, como havíamos indicado, justamente a complementaridade de ativos, ou seja, a possibilidade de fazer o que se chama de uma venda casada. Quer dizer, isso dá um grande poder de barganha para uma empresa, ou seja, ela está vendendo um pacote tecnológico e, portanto, muito mais competitividade. Obviamente que patentes, e os registros como foram mostrados, são ativos intangíveis importantes e que geram barreiras à entrada nesse mercado.

Próximo por favor.

Aqui, para a gente ter uma ideia do que é uma barreira à entrada.

Vejam o caso do relatório financeiro da Syngenta, que é a maior empresa de agrotóxicos, que vendeu, em 2010, US$8,9 bilhões em nível mundial, investiu US$550 milhões, e 6% dessa receita ela investiu em pesquisa e desenvolvimento – isso equivale, gente, ao superávit da balança comercial brasileira agora em março, não é pouca coisa, somos a sexta economia do mundo. Mas vejam aqui: o investimento em *marketing* é muito maior ainda, em *marketing* de distribuição. Então, percebam: a capacidade de investimento das empresas... São inerentes a isso barreiras à entrada significativas, e essas barreiras à entrada são muitíssimo mais importantes do que a atividade de registro que vai acontecer em qualquer país.

E mais do que isso: hoje há em torno de mil pedidos de registro na fila. Essa é a explicação por que... Mesmo que esses mil pedidos de registro fossem liberados hoje, esses produtos não entrariam necessariamente no mercado, essa é a questão fundamental. Isto explica em parte por que 50% dos produtos registrados não são comercializados, porque há barreiras à entrada nesse mercado. Não basta ter o registro, tem de ter canal de comercialização, tem de ter capacidade de financiamento, assistência técnica. Então, não há uma relação direta entre a entrada de um registro no mercado e a sua comercialização. Então, a barreira à entrada deve ser muito relativizada nesse sentido, é uma das menores, é uma das menos significativas.

Outros aspectos estão ligados... O fato de um produto não ser comercializado... Isso pode ser decorrência de uma tecnologia que deixa de ser uma tecnologia eficiente, há outras que a substituem e vários registros então deixam de ser eficientes, ou seja, dos produtos em comparação a outros. Então, há vários aspectos que envolvem a não-comercialização de 50 produtos-registros, mas, com certeza, esse é um dos mais importantes.

Próximo por favor.

Este pode ser pulado.

Pode retirar a apresentação, por favor.

Para concluir.

A questão fundamental é que pensar em política regulatória é ir muito além da concessão de registros. Esse é um aspecto fundamental, principalmente se a gente considerar que os recursos de registro neste País são recursos extremamente escassos. Então, há que se ter uma política regulatória capaz de gerir esses recursos escassos.

E outro aspecto importante, que vive sendo objeto de polêmica e me parece que não faz sentido, é considerar que a lógica econômica e a saúde são antagonistas nesse processo. E o exemplo maior de que não são antagonistas é o caso do suco de laranja exportado para os Estados Unidos e que foi barrado por ter resíduos de um produto proibido lá, o carbendazim. Ou seja, mostra que saúde está ligada, sim, a uma dinâmica de mercado, a barreiras técnicas e comerciais que são cada vez mais impostas pelos grandes mercados consumidores do Brasil.

Então, não faz sentido dissociar economia de saúde. Quer dizer, essa é uma lógica, é uma estratégia comercial, isso mostra que a agricultura brasileira está integrada no mercado mundial. As especificidades que ela tenha têm de ser consideradas para isso, e o papel de qualquer órgão regulador, em qualquer área, é justamente o de provocar e estimular a inovação tecnológica, e é por isso que, obviamente, esse mercado também se concentra, porque são grandes empresas que têm capacidade de atender essas atividades inovadoras.

Então, não é simples reduzir a regulação a uma lógica simplesmente de autorizar, o mais rápido possível, o registro. Ou seja, há uma política, há uma combinação de política agrícola, econômica e saúde que é fundamental estabelecer, não se pode tratá-las isoladamente. Essa é a questão fundamental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Dr. Victor Manoel.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Eduardo Daher, Diretor Executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal – Andef.

O SR. EDUARDO DAHER – Eu queria agradecer e perguntar se eu não posso assistir à apresentação da pesquisadora Anamaria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pode, claro, o senhor vai estar conosco aqui. É que o pedido dela foi para falar por último.

O SR. EDUARDO DAHER – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos aqui atender a única senhora que está à Mesa. Por isso, o senhor pode iniciar a sua apresentação.

O SR. EDUARDO DAHER – Perfeito, muito obrigado, Senador Acir.

Bom-dia a todos.

Eu quero agradecer o convite, ainda que tardio, do Requerimento nº 28. Eu vi que foi colocado o representante da Andef pela Senadora Ana Amélia, que não está mais presente; eu queria agradecer especialmente a ela por ter lembrado do nome da nossa instituição.

Sinto-me confortável aqui, perante os órgãos reguladores, numa semana de vigilância sanitária, embora não seja essa a minha especialidade. Eu queria também explicar ao público presente que, em 48 horas, não foi possível fazer uma apresentação tão bem elaborada quanto a do Professor Víctor, a que eu já tinha tido a oportunidade de assistir e, seguramente, como a da professora Anamaria, que eu vou ter a condição de assistir.

Exatamente porque é uma semana de vigilância sanitária e como eu não entendo do assunto, eu tomei a liberdade de trazer à tela a agricultura brasileira. Parece-me que o objetivo de todos nós seja... O fim do mercado é a produção agrícola e o produtor rural brasileiro sobretudo.

Então, o meu foco são pouquíssimos eslaides. Ainda que não tenham sido elaborados com foco na vigilância sanitária, vão mostrar o que o nosso segmento tem feito. E vou repetir, talvez seja redundante, que nós estamos falando aqui de 26% do PIB, 36% das exportações e de 40 milhões de empregos diretos da agropecuária brasileira. Efetivamente, nosso foco é vegetal, não é animal.

Eu vou pedir, então, o primeiro eslaide. Por favor.

Essa é a evolução, de 1992/1993 até este ano, da área plantada no Brasil. Ou seja, a área plantada no Brasil teve, nesse período, um crescimento da ordem de 20%.

Você pode dar mais um clique?

Vocês vão ver que a área plantada subiu nesse período algo como 20 e poucos por cento.

Pode dar mais um clique.

E nós, se tivéssemos permanecido com a mesma produtividade da década de 90, teríamos de ter incorporado 75 milhões de hectares para a produção agrícola brasileira. Esta me parece ser a melhor fotografia da evolução da produtividade agrícola brasileira.

Evidentemente que há vários fatores que levaram a isso, Senador. Vou relembrar aqui quem acabou de fazer 39 anos, que foi a nossa querida Embrapa; eu vou relembrar aqui o crédito rural, que é um grande promotor do avanço da agropecuária brasileira; eu vou lembrar os órgãos reguladores, tanto o Ibama como

a Anvisa e o Mapa, trazendo tecnologia e regras ao mercado; e vou lembrar também a força da agricultura brasileira, que conseguiu produzir cada vez mais sem avançar na mesma proporção.

Aí temos um pingo de decepção porque, se o crescimento da área plantada foi de 21%, o crescimento da produção agrícola foi de 230, o Dr. Agenor mostrou que as nossas vendas só cresceram 130% ou 140%. Nós deveríamos ter crescido na mesma proporção.

Pode clicar.

De qualquer forma, eu coloquei aqui os dados em milhões de dólares, e aqui nós estamos já com números de 2011, em torno de US$8,4 bilhões, que também representam a evolução da incorporação de insumos agrícolas. Se eu colocasse aqui a reta da venda de fertilizantes, ela estaria absolutamente conectada com o aumento da produtividade, de sementes melhoradas, de calcário e de tecnologia em geral. Então, boa parte da explicação da agricultura sustentável e da área poupada tem muito a ver, sim, com a nossa indústria e com a adoção de tecnologia para isso.

Próximo por favor.

Quero relembrar o plantio direto.

Alguém aqui... Estou me sentindo um pregador no deserto, não estou vendo nenhum dos colegas Senadores do Paraná ou do Rio Grande do Sul.

Queria relembrar o que era erosão da década de 70 e 80 no Brasil. Nós ficávamos adubando a Argentina constantemente, durante séculos, através do processo de erosão. Todos aqui lembram do arado, da grade. Isso é uma coisa que faz parte de um folclore da agronomia, mas foi desaparecendo e se incorporou o plantio direto. O que é plantio direto? O plantio direto na palha significa plantar sem erodir o solo, sem passar mais arados e grades, plantando diretamente sobre a palhada. Isso, curiosamente, tem a ver com a adoção de herbicidas no Brasil, que eu chamo de defensivos agrícolas, mas aceito o termo legal "agrotóxico", "pesticida", "veneno", o que vocês quiserem. É uma questão semântica, mas os herbicidas propiciaram o plantio direto. O plantio direto é, reconhecidamente, uma das técnicas que ajudou a prevenir o processo de erosão e que deu ao Brasil um salto de produtividade também, e ele depende da utilização dos nossos insumos.

Próximo.

Aqui eu faria uma homenagem ao Senador Blairo Maggi. Essa fazenda é a fazenda Filadélfia, do Eraí Maggi. Essa foto é conhecida de todos os senhores, ela foi tirada no final da década de 90, início dos anos 2000. Ela tem aqui 37 colheitadeiras em linha. Àqueles que não são versados em agricultura: aqui se colhe soja e atrás se planta milho. E o Brasil tem o predicado – e aí eu volto à apresentação do Dr. Agenor, do Victor Pelaez e de todos os colegas aqui que militam na área do agronegócio –, o Brasil, por ser um país tropical, tem a capacidade de fazer duas safras por ano. Em sistemas de irrigação, fazemos até três e, se formos para culturas de ciclo curto, como a do rabanete, fazemos a cada três semanas produções de rabanete. Então, isso depende do ciclo, e eu quero colocar que o plantio direto foi uma das técnicas que, incorporadas através da utilização de defensivos agrícolas, aumentou dramaticamente a produtividade e, consequentemente, a venda de herbicidas, o que faz parte das apresentações anteriormente feitas, sobretudo glifosato e sobretudo Monsanto e sementes de alteração transgênica.

Próximo.

Este é um número que nos orgulha muito, o da incorporação da técnica de plantio direto: o Brasil chegou a 33,504 milhões de hectares, e é, de longe, o país que tem a maior área de plantio direto. Aqueles que conhecem o mercado internacional sabem que isso é chamado de *no-tillage* ou *direct drill*. Os Estados Unidos ficaram aquém de nós, o Canadá também, mas todas as agriculturas temperadas e sobretudo a dos países da América Latina, hoje todos adotaram o plantio direto. É uma opção da sociedade voltarmos a erodir o solo e não usarmos mais herbicidas para dessecação e fazer essa palhada que a gente conhece. Então, o Brasil é líder inconteste na área de plantio direto e, consequentemente, será líder inconteste na utilização de produtos que levam a essa prática.

Próximo por favor.

Eu acho que esse é um quadro emblemático. Aqueles que têm dúvidas acerca da contribuição das várias indústrias de insumos modernos, sobretudo daquela que eu represento – dirijo-me aos colegas que estão aqui, sejam da Anvisa, do Ibama ou do Ministério da Agricultura –, deveriam se orgulhar muito ao saber que, descontada a inflação, desde 1975 até hoje, o valor da cesta básica deflacionada caiu pela metade.

Isso significa dizer que, independentemente de serem nacionais ou multinacionais, de terem especialidades químicas ou genéricas, de serem pequenas, médias ou grandes propriedades, nacionais ou estrangeiras, todos os esforços do agronegócio brasileiro e da agricultura brasileira trouxeram o valor da cesta básica, que é sobretudo consumida pelas classes C e D, mas também por todos nós que estamos aqui, à metade do valor que custava anteriormente. Essa é, de longe, uma contribuição da qual todos nós devemos nos orgulhar de ter dado, e eu mantenho o *slide* básico da Embrapa, que apresentou isso em seu fórum de inovação no ano passado.

Próximo.

Essa é a revista *Veja* mais recente. Eu não trouxe outras revistas *Veja* porque sei que ela não é apreciada por todos, mas, se nós clicarmos – por favor, pode fazer um clique –, nós vamos ver que ela traz uma matéria sobre a vida mais longa e fala da importância da revolução verde.

Aqui eu destaco um salto na expectativa de vida. Eu me recordo que o meu avô chegou aos 60 e poucos anos, mas isso não vai se repetir constantemente. Nós estamos vendo que está havendo um aumento da longevidade não só no Brasil, mas na comunidade internacional como um todo, e eu trago essa informação porque aqui, curiosamente, o Prêmio Nobel da Paz Norman Bourlaug, representando a revolução verde, cita nominalmente fertilizantes e defensivos agrícolas, e eu trago isso ao conhecimento de todos. Muitos leram, muitos podem não concordar, muitos podem até preferir que a gente não tivesse a extensão da nossa expectativa de vida.

Pode clicar.

Para não ficar na informação da imprensa: o próprio IBGE mostra que, em 1980, a idade média era 62 anos, vai a 73 – clique mais uma vez –, e estão projetados para 2030 78 anos de expectativa de vida. Acho que esse também é um número importante e eu o estou incorporando para todos nós, independentemente da apresentação da Drª Anamaria, e, de certa forma, ratificando a sua preocupação. Será que nós devemos continuar nos alimentando ou devemos ter preocupação com isso?

Por favor.

Esse é um quadro que eu uso. Neste momento eu queria destacar... Não quero fazer confronto, quero abrir condições de debate. Aqui eu estou falando de novos produtos químicos, novos ingredientes ativos – dados compilados da própria Anvisa de 2011, como é que foi em 2008, como é que foi em 2009, 2010, 2011 e 2012. Evidentemente que eu não tenho condições de antever o futuro e também não estou falando aqui dos genéricos, dos biodefensivos, de tudo aquilo que tem sido largamente aprovado e caminhado, mas nós também sabemos que nós vamos ter *fade out* de alguns produtos.

Pode clicar novamente.

Em 2013 nós sabemos que, por processo que é absolutamente legal, de revisão de todos os nossos produtos, saem produtos do mercado.

Próximo.

Para terminar. Eu já estive nesta Casa, a esta mesa, junto com o Luiz Cláudio, que está lá no fundo, e eu volto a apresentar este dado aos senhores, que foi elaborado pela Kleffmann Group, que é um grupo internacional de origem alemã.

Ele mostra o volume gasto em dólares para se produzir alimento de defensivos. Estou falando especificamente daquele mercado regulado, cujos reguladores estão aqui presentes – o professor Víctor Pelaez está aqui. Efetivamente, quem tem... Eu confio muito pouco na estatística chinesa, mas na China a propriedade média tem 1,5 hectare e lá se usa US$1,31 de agroquímicos para se produzir uma tonelada de alimento. Na Rússia, US$2,12, e esse número tem crescido aceleradamente. E a Rússia, quero lembrar, passa seis meses embaixo de neve num rigoroso inverno, o que tem sido uma grande dádiva aos países de clima temperado no sentido de utilizar menos agroquímicos, pelo impacto do frio e da neve. E o Brasil aparece aqui com US$7,39 para cada tonelada de alimento produzido. Isso é menos do que o mercado americano, embora reconhecidamente – o Agenor é absolutamente claro e o Víctor também – o mercado brasileiro consuma mais do que o mercado americano – e eu vou dar mais alguns elementos sobre isso –, menos do que os irmãos argentinos – já na ordem de 20%; 30% ou mais –, 1/3 do que o mercado europeu gasta, do que o mercado francês, e 1/10 em relação aos japoneses.

Eu peço um último clique.

Eu queria traduzir essa escada.

Pode dar o primeiro clique.

No Japão, com US$100 e investimentos em defensivos agrícolas, você faz uma tonelada de alimento, basicamente arroz. É movida a proteção química, é a única cultura, é altamente subsidiada... O Japão tem as maiores proteções alimentares conhecidas, por razões óbvias, e esse é o nível dele.

No caso da Europa, especificamente da França, para cada US$100, são produzidas 4 toneladas de alimento. E eu, como brasileiro, fico extremamente feliz em saber que, a cada US$100 no Brasil, você consegue converter esses dólares gastos em defensivos em 13 toneladas de alimento. Isso nos traz a obrigação de incorporar o papel de ser celeiro do mundo, alimentar a população, através daquele preço de cesta básica que eu coloquei e, efetivamente, exportando e pagando a conta.

Eu quero fazer só três comentários para encerrar a minha fala e, a partir daí, só ouvir.

Eu não queria que ninguém nesta sala esquecesse que nós estamos falando do Brasil, que tem clima tropical e que faz duas safras por ano e que, consequentemente, usa mais defensivos agrícolas do que outros países que não têm essa possibilidade. Se nós temos o bônus de produzir mais na mesma área, nós temos o ônus de ter de utilizar defensivos para o controle de pragas, doenças e ervas daninhas.

Eu queria também lembrar que o Brasil, e não foi pela mão da indústria, infelizmente, em 2006, teve, via Paraguai, a entrada da ferrugem asiática. A ferrugem asiática, no ano que passou, fez com que fossem consumido no País – esse é um dado importante, Víctor – US$2,3 bilhões em fungicidas para o combate da ferrugem asiática.

Esta também é uma opção soberana: se nós não quisermos mais ter soja, não quisermos mais o complexo soja, se não quisermos mais ter fungicidas, a própria ferrugem asiática se incumbirá de liquidar com a produção agrícola brasileira. Coloco isso porque, nos climas temperados, infelizmente, não chegou. Os Estados Unidos têm 1% de contaminação, a Argentina está tendo agora. O país tropical, volto a insistir, tem esse problema.

Então, quando nos comparam com o mercado americano... Há uma pequena diferença neste momento, de somente US$2,3 bilhões de fungicida. Eu coloco isso porque eu escuto na imprensa e vejo algumas vezes palavras como "uso abusivo", "uso indiscriminado", como se o produtor rural brasileiro, qualquer que fosse o tamanho dele, fosse um indivíduo não-racional que não cuida dos seus recursos, que rasga dinheiro, que aplica defensivo porque quer, não porque precisa. Então, em defesa do agropecuarista brasileiro, eu lembro que defensivo funciona como uma obrigação de uso para prevenir pragas, doenças e ervas daninhas.

Concentração, fusão e aquisição é uma realidade dos mercados de escala, de largo investimento. Um novo ingrediente ativo entra no mundo depois do investimento de US$250 milhões a US$260 milhões. Não é um jogo para amadores, é um jogo para profissionais. Falo de fusões e aquisições, Víctor, porque me preocupa a concentração da cerveja no Brasil. Eu tenho medo de a gente sair daqui chateado com a AmBev. Eu tenho mais medo ainda de a gente ficar revoltado com o mercado de varejo do Brasil. Quando Casas Bahia e Ponto Frio foram comprados pela rede Pão de Açúcar, isso também me pareceu concentração, sem falar dos bancos.

Concentração econômica é um fenômeno que acontece em todos os países do mundo, é uma tendência que se aprofunda quando existe custo Brasil e é uma tendência que ainda vejo com muito mais clareza no sentido de tentar buscar a economia de escala e de barateamento de produtos.

Uma discordância da fala do colega e amigo Agenor: quem determina a procura não são as empresas; é o produtor rural brasileiro. Ainda que a gente possa falar em defesa de qualquer outra coisa, ainda que existam campanhas contrárias à nossa indústria, curiosamente, no ano passado, ela mais uma vez teve recorde de faturamento. Alguma coisa faz com que o produtor, de forma insensata, pouco inteligente, compre insumos agropecuários. O que determina valores no mercado é oferta e procura, e isso vale também para registro. Se o registro tem valor e aparece como *intangible asset* nos balanços, é porque nós estamos com restrições, com um problema de oferta e demanda; temos uma burocracia, temos um jogo de importação *versus* custo Brasil, que está fazendo com que os registros tenham uma valoração maior do que aquela que deveria ter realmente.

Concordo plenamente com a apresentação do Victor e concordo também, e fortemente, com a demanda que é colocada nesta Casa, pela segunda vez, pelo Agenor: com esse número de técnicos, nós não vamos a lugar nenhum. Se o Brasil pretende ocupar o cenário internacional de produção de alimentos, nós precisamos estar mais capacitados e mais colocados frente à necessidade das nossas agências reguladoras.

Agradeço ao Victor. Eu estava mais perto dos *slides* e vi as fontes. Proponho que a gente troque as apresentações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Resumindo em partes, o aumento do uso de agrotóxico no Brasil está ligado diretamente ao aumento da produtividade brasileira. Esse é o ponto que realmente a gente tem acompanhado e debatido aqui nesta comissão.

Passo a palavra, agora, à Profª Drª Anamaria Tambelllini.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – Bom dia.

É muito salutar estar aqui com vocês e aprender uma porção de coisas, principalmente como funciona esta Casa, que é o lugar onde estão os cidadãos que nós, politicamente, escolhemos para nos representar.

Eu vou falar de coisas um pouco diferente das que foram faladas até agora. Eu não vou falar de comércio, eu não falar só de substâncias; eu vou falar de processos de saúde e doença. Na verdade, eu vou falar de processos de vida.

A vida cria normatividades para doença e para a saúde. E é assim que nós vivemos: nós vivemos períodos em que nós nos sentimos muito bem, cumprimos o nosso papel social, estamos satisfeitos conosco; chamamos isso de saúde. E a gente vive períodos em que não temos capacidade para trabalhar, temos dores, não cumprimos as nossas funções sociais, estamos infelizes; chamamos isso de doença. Então, essas dimensões da vida significam experiências diferentes, experiências de vida.

A doença, vista pelo doente e pelo clínico, é uma experiência crítica que interrompe o processo normal de uma vida. Mas, depois de um determinado momento, a gente começou a ver essas coisas como um objeto da ciência. Então, a experiência individual é uma experiência subjetiva da doença, da dor, em que a ciência não consegue penetrar muito. A minha dor é diferente da sua, a sua doença é diferente da minha. Essa particularidade, esse nível não sei. Mas a ciência pode, sim, transformar esse processo num objeto, e ele vira um objeto da ciência.

É sobre isso que nós vamos falar um pouco hoje, mas sem esquecer a dimensão da vida, que é a dimensão da experiência. Quando falo da doença como experiência, tem de ser um cientista, um indivíduo, um médico ou qualquer coisa assim para falar dela. Mas, em relação à outra dimensão, nós temos experiência de como é, vivendo a doença.

Hoje, para esse processo que se transforma em doença, nessa dor, de maneira geral, haveria dois tipos de explicações teóricas, que são resultado de muito trabalho, de muita pesquisa: ou ele é causado por uma exposição ou é consequência de um desequilíbrio. No caso da exposição, ela é sempre externa. É alguma coisa de fora que o indivíduo experimento, cujo organismo não consegue assimilar, destruir ou fazer com que faça parte de si mesmo, transformando-se em uma doença que poderá vir a matá-lo. Ou o próprio organismo, internamente, tem um desequilíbrio. Esse desequilíbrio é algo com o que indivíduo já pode ter nascido ou que é decorrência de outros agravos, inclusive produzidos por exposição externa, que alteram o organismo e o desequilibram. Isso também é uma doença.

Essas doenças podem ser abruptas, agudas ou crônicas, que são processos larvados ou visíveis. Por exemplo, uma pessoa tem tuberculose e ela se torna crônica. Mas uma pessoa pode ter uma doença – por exemplo, um câncer – e demorar muito tempo para ficar sabendo que está doente, porque os avanços da ciência não permitem que se conheça antes a doença. Em alguns casos, não se sabe identificar os determinantes ou o complexo de determinantes, sendo, na verdade, é um processo larvado que só irá aparecer quando começar a se exteriorizar. No caso dos agudos, não. Vê-se logo, como, por exemplo, uma intoxicação.

Eu vou começar a puxar as coisas para o campo que nos interessa, que é relação saúde/consumo de agrotóxico. Não estou falando de indústria, de nada disso. Estou falando de consumo, de tudo isso que foi falado aqui e que chega até a gente, que somos animais e fazemos parte da vida. Nesse sentido, todos os agrotóxicos são biocidas; eles foram criados para matar determinados organismos que fazem mal ou que causam incômodos à produção de plantas na agricultura, mas eles matam. Preferentemente, a gente gostaria que eles só matassem aqueles que incomodam, mas, infelizmente, a gente não tem esse controle completo.

E eles matam outros também. Por exemplo, os casos registrados no Brasil de efeitos de agrotóxicos referem-se principalmente a suicídios ou a indivíduos que se expuseram intensamente ao realizar trabalho com agrotóxicos.

As substâncias usadas não são usadas nisso tudo. Elas podem ser usadas, por exemplo, pela saúde, que usa determinados tipos de pesticidas para acabar com vetores de doenças. Feliz ou infelizmente – porque é um alerta – a gente vê isso na dengue; a gente não consegue acabar com os mosquitinhos que transmitem a dengue, porque eles têm uma repetição muito grande. Há uma razão de ser: eles não são malvados; eles são importantes para a manutenção do equilíbrio do ecossistema, que é quem nos fornece as matérias-primas para a agricultura, para tudo, para a nossa vida. Nós tiramos da natureza, dos sistemas ecológicos, aquelas coisas com que nós trabalhamos, do ponto de vista do processo de trabalho, para transformar em alimentos, em roupa, no que seja, e, quando nós fazemos isso, nós mudamos o ambiente. Estou entrando em outra questão. Ou seja, que existe uma relação e que essa relação não é exclusiva do agrotóxico. É uma maneira de a saúde pensar. Estou vendo o processo de saúde do doente como objeto. Então, não estou vendo a doença do fulano e do sicrano, mas como um coletivo entre a produção, o ambiente e a saúde, de tal maneira que, sempre que se faz uma produção e que se penetra a natureza e a transforma, tem-se um impacto sobre a natureza, sobre o meio ambiente. O impacto é sempre uma mudança que foi causada, e essa mudança pode ocasionar alguns problemas para as pessoas que convivem com o ambiente que podem ser problemas de saúde. Por outro lado, quando a produção de agrotóxicos se realiza, dependendo do que nela se usa – não só dos objetos, mas dos instrumentos e dos meios de produção –, pode, de certa maneira, expor quem trabalha nessa produção a determinados agravos na saúde.

Vou voltar para a questão dos agrotóxicos. Toda vez que se produzem agrotóxicos, a substância – e quem produz isso sabe, você sabe, nós todos sabemos –, os trabalhadores que fazem essa produção têm de ser protegidos, porque, se eles forem expostos a essas substâncias que são usadas na formulação dos agrotóxicos, podem ficar doente e virem a falecer, dependendo da intensidade da exposição.

Isso já é um aviso, mas há leis para isso e estudos científicos afirmando que as pessoas não são indenes

a essas substâncias. Elas são feitas para matar o bichinho que incomoda a produção agrícola, mas elas matam os trabalhadores que a produzem se eles não estiverem protegidos. Mas não só esses trabalhadores. O uso dos agrotóxicos pode ser feito de várias maneiras. A gente sabe também que as pessoas que irão usar esses agrotóxicos na agricultura têm de ser protegidas, porque eles podem causar exposições não adequadas para a vida saudável desses trabalhadores. Uma das formas de usar agrotóxico na lavoura é jogando-o de avião e, assim, a coisa fica complicada, porque se pode atingir os trabalhadores. Eles deveriam saber – mas, no Brasil, a maioria não sabe – que aquilo faz mal. Inclusive o piloto do aviãozinho – meu irmão já fez isso, e eu vi o que aconteceu com ele – pode ficar doente. Mas, quando eles jogam, dependendo da quantidade e da forma como é feito esse voo, contaminam áreas residenciais e pessoas que nada têm a ver com isso.

Então, a gente sabe que é perigoso e que tem de haver controles. Isso não significa que não deva ser usado, porque há o problema alimentar, principalmente de populações vulneráveis e desprotegidas que precisam de alimentação para sobreviver. O Brasil passou por um período em que isso foi uma coisa muito importante, mas essa coisa não pode ser desmedida.

Existe uma coisa em saúde que se chama vigilância, e a vigilância tem dois sentidos: um sentido coercitivo, que é uma vigilância aversiva ao outro, que é baseada na coerção, na repressão e pela qual, por meio uma autoridade competente – que pode ser competente –, o Estado proíbe determinadas coisas que possam lesar os seus cidadãos. Mas há uma vigilância, que é a vigilância em saúde principalmente, que é do bem querer, do afeto; que é o zelo, o cuidado. Quem trabalha em saúde tem de ter cuidado com as pessoas, tem de ter cuidado com as coisas e com a relação das pessoas com as coisas. Essa vigilância tem de ser de projetos coletivos que leve a consenso. Isso faz parte da saúde também.

Então, na verdade, o que eu queria colocar sobre os chamados agrotóxicos é: se eles levam ao aumento da produção, se eles aumentam o nível possível de alimentação para aplacar a fome de grande parte das pessoas, eles também podem causar muitos problemas.

Às vezes pergunta-se: por que uma vigilância sobre agrotóxicos? Por que a saúde se mete com isso? Ela tem de se meter com isso, e a função da vigilância sanitária em relação ao agrotóxico é a de não deixar registrar produtos que possam fazer mal.

A Anvisa não vai fazer pesquisas sobre os produtos; para isso, ela usa uma grande literatura internacional. Não estou aqui dizendo que é para não se usar agrotóxicos, mas não se podem usar todos e não se pode usá-los de maneira desconsiderada. Isso significa que se tem de ensinar quem vai usar que deve usar equipamento de produção, que não pode usar muito e que, mesmo estabelecendo limites, esses limites não são seguros. Não há limite para câncer; para câncer não há limites de dose. Se o produto é cancerígeno – é por isso que eles têm de ser proibidos –, ele vai produzir câncer se o indivíduo for exposto uma vez a ele; há indivíduos que não, porque têm uma resistência diferente. As pessoas não são iguais, mas é uma porcentagem muito pequena de pessoas.

Você havia perguntado se há dados. Eu tenho aqui alguns, mas não irei falar de todos, porque são milhares de estudos no mundo inteiro.

A Abrasco produziu um dossiê que é um alerta sobre os impactos de agrotóxicos em saúde. Ele está no site da Abrasco, que chama www.abrasco.com.org.br. Independente das tomadas de posições políticas e ideológicas que existam neste documento, ele é um documento importante, porque foi feita uma pesquisa muito exaustiva e que continuará sendo feita.

Todos esses produtos de que nós estamos falando aqui podem produzir isso, e quem irá dizer se eles podem produzir isso e a quantidade que pode ser usada é a ciência, de um lado. Os órgãos reguladores assumem a ciência como um avaliador competente em relação à saúde.

Há outra coisa sobre os nossos agrotóxicos: na verdade, ele não mata só o bichinho; ele penetra nos alimentos, e esses alimentos, ao serem produzidos pela população, irão produzir problemas. Então, o agrotóxico produz vários tipos de situações de risco para as pessoas.

Há uma coisa que considero importante – eu teria uma série de coisas – é sobre uma experiência na Serra Gaúcha sobre a quantidade de agrotóxico, os tipos de agrotóxicos. A gente não tem controle. Lá, de 37 grupos químicos usados, 30% eram produtos irregulares; 3 eram proibidos; 32 estavam ausentes do Sia, e 17 não tinham nenhum registro. Ou seja, a comercialização está complicada. Não adianta só falar de produção; há alguma coisa errada nisso. Como há esse despautério?

A última coisa que queria dizer é que a gente não pode ficar tranquilinho não. A curva de expectativa de vida é muito bonita. Eu gostaria que ela fosse possível. Eu, felizmente, venho de uma família longeva, em que quase todos morrem com quase cem anos; então, a minha família não obedece a essa curva. Eu não estou fora da curva; eu possa sair e ser atropelada. O problema é que essas pessoas que estão hoje com essa expectativa de vida de 70 anos cresceram em outro tempo; foram criadas e alimentadas, quando crianças,

num tempo em que os agrotóxicos não eram utilizados da maneira com que eles são usados agora. Eu não estou dizendo que é por causa dos agrotóxicos; é por causa de muitas outras coisas.

Nós já temos a expectativa de que essa expectativa de vida irá começar a diminuir. Estão ocorrendo tipos de cânceres em fases muito precoces da vida e alguns deles são muito rápidos, têm uma agressividade enorme e que só se descobrem quando o indivíduo já está todo tomado. Eu não sei se os agrotóxicos contribuem ou não para isso. Ninguém sabe ainda. Essa é a outra coisa de que eu queria falar. Existe uma área opaca do conhecimento, da realidade da vida, dessas relações que ainda não foram penetradas pela ciência. Ou porque não há método ou porque não há equipamento, não se pode penetrar nessas questões.

No fim das contas, eu peço respeito pela vida. Pelo respeito à vida, nós não podemos. Nós temos uma série de riscos que eles são visíveis e previsíveis ao conhecimento humano atual, mas há uma série de risco que são invisíveis e praticamente imprevisíveis do ponto de vista do conhecimento humano. Então, quando a gente começa com a inovação – todo mundo fala em inovação tecnológica, que parece ser uma maravilha –, na medida em que se começa a acelerar o uso de inovações tecnológicas e o transforma em instrumentos ou em produtos, a gente começa a ter outros riscos desconhecidos.

Não há tempo – e vocês viram o dado sobre quanto o indivíduo gasta em propaganda e quanto ele gasta em pesquisa – para se formular o conhecimento necessário para se saber se aquele produto irá ou não produzir doença ou morte nas pessoas. Existe uma coisa chamada princípio da precaução. Ninguém gosta dele, porque ele tem uma forma competente de ser usada, mas, de repente, há alguém que quer usar porque quer usar, porque acredita, porque tem medo. Mas não é assim que o princípio da precaução deve ser usado. Ele deve ser usado quando você já tem evidências – não comprovações – científicas de que ele possa estar involucrado na produção de determinados agravos à saúde.

Os maiores inimigos do princípio da precaução no mundo são os Estados Unidos e seus aliados. Eu já fui para vários acordos sobre a questão saúde e meio ambiente, e eles entram em bloco. A Europa inteira, a África inteira, a América Latina inteira, Estados Unidos, Japão, Austrália e outros penduricalhos, aí, sempre votam juntos contra, então, na verdade, eu queria terminar só dizendo que, por exemplo, eu sou uma pesquisadora, eu sou uma professora universitária. Para nós, é uma questão ética, é uma questão de dignidade profissional lutar para que a gente possa realizar pesquisas, e não pesquisas só de laboratório, porque em laboratório você trabalha com bichinho. O que acontece com o homem é completamente diferente. Que a gente possa trabalhar esses produtos novos e fazer grupos de pesquisa com as pessoas que vão estar submetidas a essa exposição.

Isso não existe neste País. Então, a gente de fazer isso, nós temos de aumentar a capacidade de pesquisa em relação a essas substâncias que são chamadas de agrotóxicos. Se quiserem colocar como pesticidas, defensivos, para mim não interessa esse nome. A gente pode até discuti-los, o que significam, se significam uma posição ideológica que o indivíduo tem em relação a essa questão, para defendê-la ou atacá-la, mas isso não tem importância. Todos nós devemos ter... Existe posição ideológica, existe posição política e não vamos brincar que a ciência está imune a isso, porque quem tem dinheiro paga para cientista produzir um resultado específico. A gente viu isso com o fumo, a gente viu isso com o asbesto, e a gente sabe que acontece essa coisa.

Então, o que estamos querendo é que a gente possa pesquisar, que a gente possa avançar em laboratórios do SUS que possam fazer exames para comprovar intoxicações agudas ou crônicas com mais facilidade. Formação de recursos humanos, médicos e outros tipos, são necessários para essa coisa, e que a gente possa formar muitos recursos humanos para isso. Os médicos têm de aprender clínica toxicológica, os farmacêuticos têm de entender isso, e daí por diante.

Então, na verdade, o que eu mais queria dizer é que nós não temos uma posição fechada, nem quem escreveu esse dossiê. De vez em quando, podem alguns achar que eles são exagerados, mas nós temos muito receio do que nós estamos construindo para o nosso futuro, de alguns de nós que estamos aqui, a maioria, e o dos nossos filhos e netos. A gente não sabe dos efeitos teratogênicos que esses tipos de agrotóxicos e de alguns medicamentos que são comumente usados pela Medicina para, supostamente, controlar a possibilidade de doenças vão ocasionar nas pessoas, porque, se lesar o genezinho, lá, pode saber que, daqui a uma ou duas gerações, essa coisa vai aparecer.

Então, é só um chamamento. Eu acho importante que exista uma vigilância sanitária e que essa vigilância sanitária tenha maioridade, tenha recursos, tenha laboratórios, tenha competência, que a normatização, que a regulação, a normatização legal fique muito clara a respeito disso, e que a gente deixe muito claro, também, o que a gente não sabe, por um lado.

Então, ela é muito importante, e que ela possa... Eu advogo uma vigilância do amor, do bem querer, do consenso, do coletivo, mas, se for preciso, que ela

use a prerrogativa do Estado de exercer a coerção que lhe é devida como a entidade pela qual é possível nós existirmos num lugar chamado Brasil.

Então, o meu desejo é que nenhum de nós coma nenhuma coisa que tenha agrotóxico em quantidade diferente, que os nossos fazendeiros, e eu também sou uma fazendeira, que a gente tenha a consciência de saber o que a gente está fazendo e não utilizar, e que as empresas produtoras de agrotóxicos refreiem um pouquinho essa ânsia pelo lucro, pela acumulação. A gente não vai fazer nada com isso, não vai ser bom para a felicidade de ninguém, e eu não sei como pode dormir sossegada uma pessoa que sabe – porque sabe – que pode estar condenando os outros à doença ou à morte. Então, eu acho até que isso deveria ser motivo para nós podermos abrir processo. Para político que rouba, deveríamos calcular quanto de dinheiro iria poupar quanta vida, se fosse usado na saúde, ou na educação. Então, tem de fazer um processo na vara cível. Não se pode fazer, mas é uma coisa assim:dever-se-ia fazer um processo e condená-lo por homicídio culposo, porque quando o cara rouba dinheiro do Estado, que precisa gastar em coisas importantes, num sistema de saúde, ele está matando gente.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – É doloso.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – É doloso, sim. Não é culposo. Desculpe.

Então, eu tenho impressão de que acontece também com empresas. Com todos nós acontece; com as empresas, com donos de empresas. Não pode ficar no anonimato.

Sabemos, por exemplo, que uma empresa do Brasil, TKS/CSA, que estava no Rio, até tentou processar um colega nosso, porque disse que tinha problemas de poluição que afetavam a população em volta daquilo, mas ela foi. Ela vendeu a empresa, foi-se embora do Brasil e está condenada. Os seus diretores na Itália estão condenados – um deles a dez anos, outro de três a sete anos –, porque houve mortes na empresa, e eles foram considerados culpados, responsáveis, e estão comendo dez anos de cadeia.

Então, eu acho que temos de... Nós somos do Brasil mesmo. Adoro isso aqui, acho que somos muito mais tranquilos com algumas coisas, muito mais satisfeitos com a vida, mas há alguns exemplos que temos de acatar também, porque, no mundo lá fora, nós escolhemos um modelo de desenvolvimento em que amanhã nós seremos Japão, amanhã nós seremos Estados Unidos, amanhã nós seremos, quiçá, essa Europa conturbada e largada que está aí, porque o modelo determina como vamos viver.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professora e Drª Anamaria, pelas suas explanações.

Eu consulto os nossos convidados. Vamos fazer o encerramento. Cada um com a palavra. Inicialmente, Dr. Agenor.

O SR. JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA – Primeiro, Senador, queria agradecer a V. Exª pela oportunidade de trazer este tema aqui. Eu acho que a Mesa foi interessante e teve alguns dados e informações que complementaram.

Eu só queria fazer um comentário para o Daher. Temos uma relação muito boa na nossa convivência entre o setor regulado e o que regula. É o seguinte: a fala dele foi muito interessante, mas há dados que ele coloca, até de forma bastante irônica, como se fôssemos contrários à produção agrícola.

Isso nunca passou em nenhum tipo de posição da Anvisa, dos técnicos da Anvisa, dos técnicos que trabalham na área de toxicologia, que avaliam os processos que chegam lá. Nós nunca, absolutamente nunca, nunca, nos colocamos contra a produção agrícola.

Acho até que o Brasil hoje está entrando num patamar bastante importante e há dados aí que têm mostrado isso. Aquela velha máxima de que o Brasil é o celeiro do mundo cada vez mais parece que é verdade.

Agora, afirmamos que é nosso dever colocar a questão da utilização de agrotóxicos de forma irregular. Para isso, ele tem de ser regulado. Inclusive, estamos agora com um processo de regulação, de classificação toxicológica que estamos encerrando. Já fizemos consulta pública, vamos fazer audiência pública, e abrimos para toda a sociedade participar, inclusive as empresas. O que sempre colocamos, que é o nosso alerta, é para determinado tipo de agrotóxico que seja registrado, ou para determinado tipo de pressão que enfrentamos, pressão que sabemos que visa única e exclusivamente a interesse econômico, financeiro e comercial. Não tem nenhum interesse para outros segmentos. Só tem o interesse econômico, financeiro e comercial. E isso é a questão importante.

Outra questão que sempre nos batemos: por exemplo, quando colocamos ali o resultado do programa de análise de avaliação de risco que fazemos, de resíduos de agrotóxicos, o que colocamos é isso. Isso é para orientar o produtor. Nós já fizemos acordos com empresas, já fizemos acordos com a Associação Brasileira de Supermercados, de orientar o produtor, de orientar a cadeia produtiva dele, está certo? Tudo isso é importante. O que nós sempre ressaltamos e acho que isso é a posição tanto da agricultura quanto do mapa que está aqui presente é pelo uso irregular.

E muitas vezes tal uso é irregular até induzido para ser irregular mesmo. O uso do agrotóxico.

Eu viajo para Minas Gerais, que é a minha região. Eu passo pelo norte de Minas e vejo plantações e plantações bonitas de soja. Eu passo lá e tem um avião colocando agrotóxico independentemente de atingir só aquela lavoura que está sendo borrifada. Aquilo vai atingir o pasto e o gado que estão ao lado. É sobre isso que estamos falando.

Se diretamente na cultura ele gera problema, conforme a professora Anamaria colocou e nós constatamos em algumas avaliações que fazemos, imaginem ele irregularmente colocado fora dos padrões autorizados pelas autoridades sanitárias – por exemplo – que avaliam todos os agrotóxicos segundo a ciência, as bases científicas.

Eu concordo com que ainda temos de evoluir tecnologicamente, cientificamente. O nosso próprio processo de reavaliação é isso. Há dez, doze anos não tínhamos os instrumentos que temos agora. Hoje, há instrumentos mais eficazes. Então, não estamos dizendo aqui que vamos acabar com o agrotóxico.

Na minha região, no centro-oeste de Minas, onde nasci, lembro-me de que o meu sogro era fazendeiro, produzia arroz, feijão e milho e eu nunca o vi colocar um pouquinho de agrotóxico na plantação.

Hoje, com a expansão, pode ser que em algumas culturas seja necessário. Não deixo de reconhecer, Senador, essa questão. Temos diversidade climática? Temos. Mas é isso que a Ana disse. Ele é feito para matar. Então, existe uma linha tênue entre para aquilo que é destinado e o efeito na saúde da população.

Eu queria ressaltar isso, porque a apresentação do Daher foi interessante, boa, mostrou muito, mas ficou – no meu entendimento, Daher, desculpe-se se interpretei errado – meio irônico você achar que estamos aqui contra a produção agrícola. Não é isso em hipótese alguma.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Sr. Agenor pela sua presença.

Passo a palavra ao Victor Manoel Pelaez.

O SR. VICTOR MANOEL PELAEZ – Bom, eu me refiro ao Eduardo. Ele apresentou uma transparência bem interessante, do *Kleffmann Group,* sobre o custo de agrotóxico por tonelada de alimento produzida. E seria importante ter as fontes de metodologia, se ele pudesse falar a respeito, porque são critérios de cientificidade fundamentais que a Andef preza.

Também uma pequena correção, aqui, em mercados oligopolizados. A definição de mercado oligopolizado é de que ele define as condições da oferta independentemente da demanda. Então, não há um equilíbrio entre oferta e demanda como nos manuais de microeconomia neoclássicos. Então, isso é pura ingenuidade ou alteração da realidade.

Para dar um exemplo típico, a indústria automobilística, que é uma indústria ologopolizada, é uma indústria que – se alguém se lembra que me diga – abaixou o preço dos automóveis em todas as crises econômicas que o Brasil viveu e havia uma crise de demanda. Então, essa é uma característica inerente ao oligopólio. Por isso as empresas investem tanto em marca.

Essa é uma lógica inerente à estrutura, que, obviamente, não é exclusiva da indústria de agrotóxicos e é predominante em grande parte das atividades industriais. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Victor.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Daher.

O SR. EDUARDO DAHER – Obrigado. Agradeço à Casa e ao Acir, mais uma vez. Agradeço aos Senadores.

Quero fazer duas colocações rápidas. A primeira é que efetivamente eu tive 48 horas de preparo para vir a uma Semana de Vigilância Sanitária. Não sou médico, mas sou filho de médico, casado com médica e genro de médico. Então, eu tenho um problema de "esmeraldite" em volta. Existe um cuidado médico muito grande.

E queria agradecer mais uma vez ao convite que a própria Anvisa e o Agenor fazem para eu estar presente. Não foi proposital. E, se sentirem assim, por favor, desconsiderem. Não procurei fazer picardia. Procurei apresentar os dados de agricultura, que são aqueles que estão disponíveis, até porque não vi agricultura aqui representada nesta Mesa, mas concordo com a preocupação que todos da sociedade temos. Quero tranquilizar a Profª Anamaria e quero convocar o Senado, porque eu e o Luiz Cláudio já fizemos isso, há quase um ano, quando estivemos aqui. Se o País se orgulha de ter a Embrapa como o máximo em termos de pesquisa agropecuária, o País esqueceu que, em 1990, nós acabamos com a Embrater, que era aquilo que provia a extensão rural no País, a difusão de boas práticas agrícolas, a difusão de utilização de EPIs. Esta Casa pode promover a volta da extensão rural, do ensinamento, da utilização correta de produtos. Isso me parece um subproduto.

Queria fazer uma pergunta ao plenário: alguém aqui, desta sala, desta Mesa ou do plenário, esteve presente no Agrishow, agora, em Ribeiro Preto, que se encerrou na semana passada? *(Pausa.)* Vocês perderam uma excelente oportunidade. Tem máquinas maravilhosas, existem robôs desenvolvidos para a aplicação de defensivos, o que pode, muito provavelmente, na

sequência, tranquilizar todos nós. Não faremos mais discussões dermatológicas e respiratórias. Estamos com a tecnologia a serviço da agricultura, evoluindo no setor de máquinas e equipamentos para evitar qualquer problema que possa ser colocado em... Nós vamos ter um problema sim, que é o mesmo que aconteceu com a eliminação da queima da cana e da colheita da cana, que é o desemprego, mas esta Casa vai ajudar a resolver isso. Nós vamos tentar resolver para minimizar todos os riscos. Eu também queria tranquilizar, professora. Os aviões agrícolas hoje atuam com GPS. Uma pessoa só fará aplicação imponderada se quiser. Não há nenhum elemento humano que possa ficar debaixo da aplicação. Isso tem que ter sido feito através dos cuidados também da tecnologia.

Então, eu queria agradecer e dizer ao Victor: eu vou me comprometer a lhe entregar o estudo internacional completo 2004 a 2009 do Kleffmann Group. Não posso fazê-lo, porque ele não é meu, mas eu peço ao Lars, que é o Presidente da Kleffmann. A gente pode promover um encontro em São Paulo. Até já havia me comprometido com o Luiz Cláudio – acabamos não cumprindo, porque não houve agenda – para ele apresentar o trabalho.

Tem um viés sim, que vou lhe dizer qual é – acho que você mesmo colocou: é cana-de-açúcar, porque, quando você coloca cana-de-açúcar, você tem uma cultura, que os agrônomos aqui presentes sabem, que não é nem anual, nem perene; é semiperene. E o açúcar não é feito na usina. Ele é feito no campo. Você dá o teor de açúcar pelo que você produziu agronomicamente. Dali para frente, a usina pode virar ou açúcar ou etanol. E aí as funções são diferentes: alimentar ou não. Então, a cana-de-açúcar talvez favoreça o Brasil e não pode favorecer outros países, como a China. A cana-de-açúcar é uma dádiva do Brasil. Curiosamente, na Argentina, não cresce a cana-de-açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Agradeço, Dr. Eduardo, pela sua presença.

Passo a palavra à Profª Drª Anamaria Tambellini para fazer as suas considerações finais.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – Também quero agradecer muito o convite da Anvisa.

Não posso deixar de falar uma coisa a você em relação à cana-de-açúcar. Sabe o que acontece? A gente pode não acreditar nas previsões climáticas, mas acho que hoje já não dá mais para a gente saber que alguma coisa diferente está acontecendo. E uma das previsões de cenários para essa mudança climática mostra, que não é a pior delas... Das três, tem uma que é quase nada, tem uma que é meio termo e tem uma que é tudo muito ruim. Eu vou pegar a do meio termo, que vai significar uma coisa: primeiro, vamos ter uma área grande de desertificação no Centro-Oeste e no Nordeste brasileiro. É um estudo, inclusive, da COOP e significa que a plantação de soja e de outras coisas não vão se manter se acontecer essa previsão. E vai se manter cana do Sudeste para baixo.

Isso é uma coisa – não deu tempo na hora, então agora aproveitei – que temos que ficar atentos, pois significa uma catástrofe para o nosso País, porque os efeitos dessa mudança climática vão ser sentidos mais no Hemisfério Sul; nós é que vamos ser penalizados. Esses países menos desenvolvidos vão ser os mais vulneráveis a essa mudança.

E o que vai acontecer é que vamos perder a possibilidade dessa produção e vamos perder mercado. Por outro lado, vamos estar com a cana para baixo e vamos ter... O problema maior que vejo não é só esse, mas vamos ter um êxodo dessas regiões para a Região Sudeste e Sul do Brasil.

Outra coisa, todas as previsões que o Governo tem feito de auto-suficiência de energia elétrica principalmente, com essa previsão, quando chegar a década de 30, porque ele está pensando que lá vai estar tudo... Elas não vão funcionar mais, o déficit vai ser muito grande, porque vai secar rio.

Temos que estar atentos a essas coisas. Não estou olhando com olhos ruins, mas, sim, encarando para ver o que podemos fazer. Se temos tanta inovação tecnológica, que ela seja jogada em cima dessas questões também. Não podemos só ficar vendendo coisas que já sabemos que dá muito dinheiro, senão vamos de novo pegar inovações tecnológicas que são feitas fora daqui e vamos comprá-las, vamos voltar a uma situação de século passado, década de 40 ou 50.

Tenho impressão que a nossa visão é muito míope e a da produção e do capital é só míope. Quando ele se realiza... Porque ele precisa daquilo. Não estou discutindo. É assim que é. Como pessoa da área de ciências, sou obrigada a colocar essas questões, porque elas levantam a possibilidade de outros ramos de produção mais avançados tecnologicamente, com os quais temos que procurar trabalhar.

Não precisamos ficar presos na energia hidrelétrica, temos que começar a pensar em outras fontes, porque essa vai furar, provavelmente.

Mas se essas previsões todas não se tornarem realidade, porque não é profecia nem nada, estão apenas baseadas em evidências, que pelo menos a gente aproveite esse empuxo para inovação tecnológica e isso nos ajude a crescer mais ainda do que seria permitido só com esta grande potência agrícola que o Brasil é.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professora Dr. Anamaria, espero que não tenhamos que voltar para a energia atômica.

A SRª ANAMARIA TESTA TAMBELLINI – Nós temos muito vento, muito sol.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ou para o óleo diesel, queimando para gerar energia. Temos muitas alternativas. O Brasil é um país maravilhoso.

Este debate foi muito importante. Nós, com certeza, teremos outras etapas, outros momentos para continuá-lo, porque isso não acaba nunca. O uso de agrotóxico é um problema e uma solução. E a população brasileira precisa estar sempre acompanhando essa questão da produção de alimentos para o País e para a exportação, lembrando sempre que a produção agrícola brasileira ou o agronegócio responde pelo saldo positivo da balança comercial brasileira. Além de alimentar os brasileiros, nós exportamos e temos esse saldo graças ao agronegócio.

Portanto, temos que cuidar muito da nossa produção agrícola, não somente da quantidade, mas principalmente da qualidade, que passa a ser discutida e debatida não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo. A qualidade dos alimentos é importante para que possamos ter uma melhoria da qualidade de vida da população.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo os nossos convidados pelas suas presenças e também as suas equipes de assessoria que estão acompanhando esta audiência.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE MAIO DE 2012.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia dez de maio de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, RODRIGO ROLLEMBERG, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, WALTER PINHEIRO, LUIZ HENRIQUE, KÁTIA ABREU, MOZARILDO CAVALCANTI, BLAIRO MAGGI e WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Waldemir Moka, Sérgio Petecão e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 11, de 2012**, aprovado em 12.04.2012, de autoria do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia, e ao **Requerimento nº 16, de 2012**, aprovado em 19.04.2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir biotecnologia e pagamento de royalties, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **César Borges Sousa** – Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados – ABRANGE; Sr. **Ivo Marcos Carraro** – Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Sementes e Mudas – ABRASEM; Sr. **Irineu Orth –** Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul – APROSOJA-RS; Sr. **Filipe Teixeira** – Chefe da Secretaria de Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Sr. **Glauber Silveira da Silva** – Presidente da Associação dos Produtores de Soja – APROSOJA; Sr. **Pierre Marie Jean Patriat** – Presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso – APROSMAT. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentário sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Blario Maggi, Kátia Abreu e Casildo Maldaner. **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 22, DE 2012-CRA** – **ASSUNTO:** Requer que seja realizada em conjunto pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e pela Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, Audiência Pública para discutir a concentração das atividades de abate e comercialização de bovino no Brasil, conforme os artigos 93, 11, e 113, do Regimento Interno do Senado Federal, convidando-se as seguintes autoridades nas áreas envolvidas: **ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA** – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **FERNANDO FURLAN** – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (**CADE**); **MARCOS ANTONIO MOLINA DOS SANTOS** – Presidente do Conselho de Administração do **Grupo Marfrig**; **JOESLEY BATISTA** – Presidente da holding que controla o frigorífico **JBS**; **FRANCISCO MAIA** – Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – **ACRISSUL**; **LUCIANO COUTINHO** – Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – **BNDES**; e a Comissão

Nacional de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**. **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. No encaminhamento, fazem uso da palavra, o Senador Delcídio do Amaral e a Senadora Ana Amélia, que sugere a inclusão do Senhor Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, e da Comissão Nacional de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA como convidados. **Resultado:** Aprovado o Requerimento, com o Adendo da Senadora Ana Amélia. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 11, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia; e ao Requerimento nº 16, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir biotecnologia e pagamento de *royalties*, com a presença dos seguintes convidados, os quais eu convido para compor a Mesa: César Borges Souza, Presidente da Associação Brasileira de Produtos de Grãos não Geneticamente Modificados; Pierre Marie Jean Patriat, Presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso; Glauber Silveira da Silva, Presidente da Associação dos Produtores de Soja; Filipe Teixeira, Chefe da Secretaria de Negócios; Ireneu Orth, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul; e Ivo Marcos Carraro, Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Sementes e Mudas.

Sejam todos bem-vindos à nossa audiência pública.

Srªs e Srs. Senadores, atendendo ao requerimento do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia, estamos realizando esta audiência pública para discutirmos o desenvolvimento da biotecnologia e o pagamento de *royalties* na agricultura brasileira.

Vamos ouvir representantes de empresas e institutos de pesquisa, de associações de produtores de grãos e de sementes, para que possamos compreender melhor os avanços e implicações econômicas, legais e científicas do assunto.

A biotecnologia é basicamente a utilização de microrganismos, plantas e animais para o estudo e aplicação de tecnologias em atividades ligadas principalmente à medicina, à indústria e agricultura.

A biotecnologia está transformando a agricultura e abrindo diversas oportunidades tecnológicas, incluindo o melhoramento genético de plantas, a redução e substituição parcial ou total de defensivos químicos, o melhoramento da fertilidade dos solos, bem como a melhoria da qualidade de diversos alimentos.

Por conta das pesquisas e investimentos para o desenvolvimento de processos e produtos da biotecnologia, existe uma legislação de propriedade intelectual resguardando os direitos dos detentores desses produtos, tais como a Lei de Patentes e a Lei de Cultivares.

Mesmo assim, temos visto diversos conflitos no que diz respeito ao pagamento de *royalties* de produtos da biotecnologia, como a recente disputa judicial envolvendo a Monsanto e produtores do Rio Grande do Sul.

A Justiça Federal, baseada na Lei de Cultivares, considerou abusiva a cobrança da taxa tecnológica sobre a comercialização da soja transgênica. Por outro lado, a Monsanto cobrava os valores com base nos direitos de propriedade intelectual, a Lei de Patentes.

Considerando que a biotecnologia está em constante desenvolvimento e trata da vida, seja ela, humana, animal ou vegetal, precisamos estar atentos para que a regulamentação legal acompanhe o desenvolvimento tecnológico.

Recentemente tratamos no âmbito desta Comissão do projeto que regulamenta a clonagem animal. Sendo que construímos e aprovamos um texto de consenso que agora está tramitando na CCJ.

Outro exemplo é a discussão em torno da cobrança de *royalties* do feijão resistente ao vírus do mosaico dourado, desenvolvido pela Embrapa.

Atualmente, a novidade na agricultura brasileira é a introdução de uma variedade de soja transgênica, já aprovada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), batizada de Intacta RR2, desenvolvida pela Monsanto.

Eu agradeço a presença dos senhores na nossa audiência.

Iniciando os nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Ivo Marcos Carraro, Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Sementes e Mudas.

Vamos colocar como 15... O Ivo não está aqui; o Ivo não chegou. Eu estou seguindo, aqui, a orientação do nosso Senador Blairo Maggi.

Passamos, então, ao Dr. Ireneu Orth, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul.

Vamos estabelecer 15 minutos com... É que foram pedidos 20, mas estou reduzindo para 15 (*Risos*.), na tentativa de se manter aí...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone*.) – É o desejo dos jornalistas. Desculpem-me os oradores, mas eles falam muito pouco.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós ficaríamos sem o seu áudio na gravação... Seria bom que você falasse ao microfone, porque depois vai ser transmitido pela TV. É importante.

O SR. IRENEU ORTH – Em primeiro lugar, bom dia a todos. Cumprimentos à Senadora Ana Amélia, ao Senador Blairo Maggi; o meu agradecimento pela oportunidade de podermos comentar aqui esse assunto que é tão importante para a agricultura brasileira, que é justamente os royalties, uma questão que têm nos afetado muito, justamente em função do volume de recursos que é gasto com a biotecnologia com uma empresa só.

Eu pediria ao Fabrício que abrisse o material que nós trouxemos aqui, para eu poder já começar a explanação. (*Pausa*.)

A nossa proposta é no sentido de criarmos fundos nacionais para o fortalecimento das culturas, da agropecuária de um modo geral. Este fundo poderia ser em todas as culturas. Evidentemente que nós estamos aqui hoje falando em soja, mas nós colocamos como fundos nacionais que seriam justamente para podermos ter a oportunidade de continuar com o nosso crescimento em termos de produtividade em todos os campos. Esses fundos seriam administrados por conselhos compostos por representantes do Governo e por entidades nacionais representativas de cada cultura. Esta é a idéia básica que estamos apresentando aqui.

Próxima.

O objetivo é podermos oferecer alimentos em quantidade e qualidade por meio da pesquisa sistemática; a extensão ao fortalecimento, o fortalecimento, também, das associações de classe de cada uma das culturas; as opções tecnológicas; atividade agrícola profissionalizada; profissionalizarmos cada vez mais a agricultura; a preservação dos recursos naturais, que hoje é importante, até em função do Código Florestal; a expansão da exportação, porque, hoje, queiramos ou não, o Brasil é o País em evidência, com grande capacidade de aumentar a exportação; e o bem-estar no campo. Essas são as idéias básicas.

Próxima.

Os dados que vamos apresentar rapidamente aqui todos eles saíram da revista *Política Agrícola,* publicada pelo Ministério da Agricultura, são dados oficiais, editada com dados até 2011. Então, daqui para frente os dados que nós vamos ver são dados até 2010, foi publicada em 2011.

Próxima.

Aqui nós temos um quadro onde vamos demonstrar rapidamente a área colhida e a taxa de crescimento anual. A linha de cima é de 35 anos, é de 1975 a 2010. Quanto à média anual no arroz, houve um decréscimo médio de 2,38% ao ano; milho, um crescimento de 0,38; feijão, negativo de 0,64; a soja subiu nesses 35 anos; e o trigo decaiu.

Mas vamos entrar especificamente nas quantidades abaixo, que são as que nos interessam.

Quantidade produzida, taxa de crescimento anual. De 1975 a 2010, a soja – que é o nosso foco aqui – cresceu 5,55% a média anual nos 35 anos. Na década de 80, 90, especificamente, 4,16; de 1990 a 1999, 6,8; e de 2000 a 2010, 6,6%.

A taxa de produtividade, o crescimento através da produtividade, por hectare – para quem não está habituado às informações do campo propriamente dito –, na soja, nós tivemos um crescimento na produtividade nos 35 últimos anos, médio, de 1,9% ao ano. Na década de 80 a 89, 0,79%, e o grande crescimento da produtividade da soja foi antes do lançamento das sementes RR, foi dos anos 90 a 99, nós crescemos, em média, 4,4% ao ano, e na década 2000/2010 o crescimento foi de apenas 0,96% ao ano.

Então, é importante esse dado: 4,4% na década de 90, onde tivemos um grande *boom* de crescimento na produtividade da soja.

Próxima.

Aqui as principais tendências de produção que também estão nessa revista e que prevêem, no caso da soja, o crescimento de 57 para 81 mil toneladas no ano de 2020. No ano de 2008/2009, tínhamos 57,9%. Também estão aí colocadas as demais culturas, até porque na proposta macro, quando se fala em criação de fundos, a ideia é de que todas as *commodities* possam ter um fator futuro de crescimento.

Próxima.

A participação do Brasil no comércio mundial de alimentos. Aqui é apenas uma projeção. Para o açúcar, a tendência é ser estável até 2020, para o café também. Para a soja, prevê-se algum crescimento na participação no mercado mundial, chegando a 35,8 milhões de toneladas no ano de 2020, daí tem a divisão de soja e óleo, e o milho também, cuja perspectiva não é tão grande, mas existe uma perspectiva de

nós partirmos de 10, 10,1, 10,9 que estamos hoje até 12,7, nos próximos oito anos.

Próxima.

Aqui é a composição das exportações, o quanto representa a *commodity* de soja, carnes, que são as duas mais importantes, e os derivados das florestas, mais importantes em percentuais, e o comércio total de cereais, embaixo também, que tem um valor expressivo. Esses dados depois poderão ser repassados para serem analisados com mais detalhes.

Próxima.

Aqui é a área de plantio, lógico, do Brasil, a produção em toneladas. Saímos de 2002 a 2011, de 41 a 74,8 milhões em 2011 – não temos os números de 2012 – e a área plantada. Dá para se ver que já tivemos, em 2005, 23 milhões, baixamos para 22, para 20; daí subimos novamente e, em 2011, atingimos 24 milhões de toneladas.

(Intervenção fora do microfone.)

Área – exatamente.

Próxima.

A soja total, a produção total é de 74 milhões, no ano de 2011, com uma produtividade média de 51,85 sacas por hectare – esse é um dado importante. A área da Soja RR atinge 85%; são 20 milhões de hectares, 442. Semente própria: são 6 milhões de hectares, o que representa, com 2% de *royalties*, 1,04 saco de soja/ano nessa área de semente própria.

Próxima.

Estimativa de arrecadação de *royalties*. Aqui nós fizemos uma mera expectativa. Nos 2% das sacas da semente própria, se o preço for de R$40,00 a saca, a arrecadação da Monsanto seria de R$255 milhões. Apenas em cima da semente própria; aí não está computada a incidência de *royalties* na venda das sementes, esse valor não está computado aí. Aqui é o valor apenas da semente própria no ano 2011. Uma projeção de acordo com os preços: se fosse preço R$30, R$35 ou R$40 a saca.

Próxima.

Aqui estamos apresentando uma proposta justamente dentro desse fundo que nós achamos que seria importante, até porque se nós tivermos um fundo vamos propiciar a que as empresas brasileiras, especialmente a Embrapa e as demais nacionais, também tenham oportunidade de participar desses fundos. Da forma como está posto hoje, temos apenas uma empresa, que é a Monsanto, que faz a arrecadação de 2% na RR, e não se tem um incentivo às nossas principais empresas. Ressaltamos sempre as nacionais.

A nossa proposta: Pegamos aqui como exemplo a produção de 2011, que já está computada, que seria de 74,829 milhões de toneladas. A ideia é cobrar meio por cento na fatura, na venda da soja, na hora da venda, na hora da fatura, de todos os produtos, de todos os produtores, independente se é soja de uma variedade ou de outra. Com meio por cento do valor, a ideia é repassarmos, do total da arrecadação – esses números calculados aqui não fecham porque mudamos os percentuais hoje de manhã –, mas o volume total, com meio por cento, é 250 milhões. Os quebrados, os números do meio não fecham nesse percentual. Nós tínhamos outros percentuais e ajustamos agora, de manhã. Mas o interessante é o valor total, que daria 250 milhões, descontando apenas meio por cento, ao invés de 2%, de toda a produção brasileira. A ideia é esse recurso repassar para o obtentor das tecnologias 65%; para pesquisa, 15% desse volume; para os sementeiros, aqueles que produzem a semente, 10%; e associação de classe, 10%.

É lógico que essa proposta pode ser estudada, pode ser modificada. Se formos para 1% do volume, o número total, embaixo de 500,498 milhões, é o que daria o total de desconto, descontando apenas 1% da produção. Não deu tempo para nós ajustarmos os cálculos, que foi feito agora, um pouquinho antes de iniciarmos a reunião, esses números parciais, que estão com percentuais diferentes.

Mas a ideia básica é esta: fazer com que, no faturamento do produto, se faça um desconto, esse recurso vá para o fundo institucional, um fundo nacional, que será gerenciado por órgãos do Governo e pelas entidades participantes e dividida, proporcionalmente, a produção ou a participação de cada obtentor no mercado, assim como os centros de pesquisa, os sementeiros e as associações de classe.

Próxima.

Exportação do complexo soja. Esta seria uma proposta paralela. Se nós não quiséssemos descontar na venda, poderíamos fazê-lo na exportação. É apenas uma apresentação sobre o produto exportado, se nós descontássemos os 2% os números que dariam. Mas é uma proposta, acho que não precisamos no ater muito.

Vamos para a seguinte.

Aqui são apenas os números que apresentamos das outras culturas. Não se apresentou nenhum cálculo, porque aí depende de *commodities* – no caso, o trigo, a cevada, aveia, enfim, as que estão aqui –, que poderiam, dependendo da ideia macro do País, também terem seus fundos, assim como em países desenvolvidos, especificamente Estados Unidos. Cada cultura tem a sua organização própria e tem os percentuais dos seus fundos justamente para incentivar a pesquisa como um todo em cada uma das cultivares que nós temos no País hoje. Com isso, a expectativa, no nosso

entender, é de que vamos ter a condição de melhorar a tecnologia, a condição de produção, de produtividade de cada uma das nossas culturas.

Próxima.

Aqui nós fizemos uma projeção, em cima do ano de 2011, o que seria a participação da semente nova, da nova tecnologia que está sendo lançada pela Monsanto, hoje, se nós considerarmos 24 milhões de toneladas, o preço de 2011, preço da soja a quarenta sacos e a alíquota de 7,5% de *royalties* que é proposta hoje. Se a empresa tiver 40% de participação no mercado brasileiro, representaria 9,620 milhões de hectares; e 7,5% daria a participação da empresa em torno de 1,496 bilhão, ou seja, 1,5 bilhão seriam o resultado disso. No momento em que atingir 50% do mercado nacional, vai a 1.870. Quando atingir 60, 2240 e 80, que é o percentual que tem hoje – hoje tem 85 na RR –; se atingir, nessa nova tecnologia, 80%, vai chegar a R$3 bilhões por ano. Aí, não teríamos incentivos para as empresas nacionais. Esse recurso seria para uma empresa que tenha tecnologia, é evidente. Ela merece, ela precisa, mas não nesses percentuais. A ideia é que esses números sejam menores e rateados entre todas as empresas que atuam nesse mercado de sementes e tecnologias.

Próxima.

Aqui são só dados da Aprosoja – RS, que está apresentando essa proposição para o debate.

Esses são números reais que apresentamos no inicio. São projeções que estamos trazendo para o debate. É evidente que vai haver interferências, e é necessário que haja debates. Mas o que nós pretendemos com isso é que o Brasil, que é o País marcado, pelo seu destino, a ser um grande exportador de alimentos, que ele possa, cada vez, melhorar em termos de produtividade, em termos de produção. Na proposta principal, nós nos embasamos na soja, mas que seja não apenas a soja, mas, também todas as demais culturas, que são interessantes e fazem parte da produção e da economia brasileira.

Agradecemos pela oportunidade e, se precisar, nós estamos aqui.

Eu não sei se vou ter oportunidade de falar depois. Terei?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sim. Depois fazemos mais uma rodada.

Agradeço a participação do Dr. Ireneu e passo a palavra, agora, ao Dr. Ivo Marcos Carraro, Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Sementes e Mudas.

O senhor tem a palavra por 15 minutos.

O SR. IVO MARCOS CARRARO – Muito bom dia a todos. Gostaria de dizer para vocês da minha satisfação e honra de estar participando deste debate sobre este assunto muito importante, o valor da tecnologia. Estamos vivendo no Brasil, nos últimos trinta, trinta e cinco anos, sucessivos recordes na agricultura. Se formos analisar de forma global – e você já apresentou dados muito interessantes –, nós levamos 25 anos, de 1975 até 2000, para nossa produção passar de 40 para 80 milhões de toneladas. Aí eu pego todos os produtos porque todos os produtos estão tendo um ganho de produtividade e crescimento. Não vamos focar exclusivamente na soja, embora o assunto seja motivado hoje pela soja. Depois, nós levamos dez anos para chegar de 80 para 160.

Então, para mim, é muito significativa essa velocidade e nos coloca no mundo do agro com um destaque muito grande, a ponto de todo o mundo estar olhando para nós. E isso aconteceu com um crescimento de área muito pequeno.

Eu fiz um cálculo uma vez. Se tivéssemos mantido os níveis de produtividade que tínhamos em soja e milho, por exemplo, em 1976 – soja, 1.500 quilos por hectare; milho, 1.250, mais ou menos –, hoje nós estamos com 3.000 na soja, números redondos, 4.000 no milho, se tivéssemos mantido aquela produtividade durante os 35 anos, para chegarmos em 160 milhões de toneladas, teríamos que ter avançado, desmatado ou desbravado mais 80 milhões de hectares. Portanto, a agricultura, com a sua eficiência, talvez seja a maior preservadora do meio ambiente que podemos ter, com a busca da tecnologia da eficiência para aumentar a produtividade e não a área plantada. É claro que o Brasil tem uma fronteira agrícola estupenda e todo o mundo está de olho nisso, mas, sobretudo, temos que valorizar o que conquistamos.

Eu dividiria também esses dois períodos, esse crescimento nosso, numa primeira fase, antes da abertura do Brasil para o mercado internacional, que ocorreu na década de 90, onde nós tínhamos um esforço de pesquisa apenas desenvolvido com os recursos internos do País, com a criação da Embrapa em 1973. Lá no Paraná foi criado o Iapar também nessa época. Outros Estados mais antigos na agricultura já tinham os seus institutos. E foi criada também a empresa na qual eu trabalho há muitos anos, criada pelas cooperativas do Paraná, que é a Coodetec. O senhor, que é lá de Cascavel, deve conhecer a nossa luta lá. E nós trabalhamos muitos anos sem recurso de origem do reconhecimento da nossa tecnologia. E assim mesmo, usando recurso da sociedade, através do Tesouro Nacional, que sempre custeou e continua custeando, e deve custear ainda mais a Embrapa, e os recursos das cooperativas daquela época, que dedicavam até um valor expressivo e nós conseguíamos, somando

esforços com outras entidades – depois veio a Fundação Mato Grosso –, enfim, não vou numerar todas aqui, até essa primeira fase.

Estrategicamente, este Congresso decidiu nos anos 95, 96 e 97 criar um marco legal que foi muito importante. Primeiro, foi a Lei de Biossegurança, que permitiu o Brasil entrasse na era da biotecnologia – isso em 1995.

Em 1996 tivemos a mudança na Lei de Patentes e o reconhecimento de alguns produtos, inclusive os produtos oriundos da biotecnologia patenteáveis. E o terceiro foi a criação da Lei de Proteção de Cultivares, que digo para vocês como um testemunho da minha empresa. Se não fosse isso, nós já teríamos fechado as portas há muito tempo; seria uma empresa a menos, gerando cultivares e tecnologia para a agricultura, assim como tantas outras que nem surgiriam, nem teriam uma sustentação.

A Fundação Mato Grosso é outro exemplo importante disso. O Senador Blairo sabe muito disso, foi fundador lá e sempre um estimular, mas vocês custearam a Fundação durante muito tempo. Hoje, ela é autossuficiente pelos *royalties* que recebe pela sua tecnologia, assim como nós das cooperativas, que se somam às empresas públicas e outras empresas nacionais nessa luta. Porém, o Brasil ao escolher o caminho da abertura e do reconhecimento do valor da tecnologia, através das leis que eu já citei, Patentes e a... A biossegurança não faz isso, mas permite e organizou muito bem a pesquisa de biotecnologia aqui.

Então, nós entramos em uma nova era, em um novo cenário totalmente diferente. E isso ainda não terminou; isso está começando agora. Se o teu número de soja – que você mostrou –, na última década, não teve um ganho significativo de produtividade somente naquele período, tudo isso está por vir ainda, porque estamos apenas começando uma nova fase.

Para vocês terem uma ideia, esse novo cenário que nós estamos vivendo, praticamente 10, 12 anos – porque nós começamos a ter presença maior de empresas globais... Talvez para as empresas nacionais isso aí seja um pepino muito grande, um problema muito grande, porque você muda o teu nível de competição, que antes era entre Coodetec, Embrapa, Fundação etc., Fundacep, lá no Rio Grande do Sul. Hoje, não. Hoje a gente tem que competir com a Monsanto, com Syngenta, com Pioneer, etc. Mas para a agricultura brasileira isso não é ruim. E se é ruim para nós, eu parabenizo, Ireneu, pela proposta de se criar um fundo porque isso é um problema brasileiro, gente. As empresas globais estão no mundo, elas são empresas privadas que buscam colocar o melhor valor possível no seu produto. E se nós não temos como nos defender, nós temos que pagar, porque o que a Monsanto cobra, esses 7,5% que você colocou como *royalties*, não é *royalties*; isso aí nós somos os culpados por isso, porque o nosso agricultor tenta sonegar a semente. Ele não está prejudicando a Monsanto, ele está prejudicando a Fundação, a Coodetec e outras empresas, a Embrapa, quando ele sonega a compra de semente ilegal, e isso aí é um freio nesse problema.

Ora, ninguém é santo totalmente. Se eu falasse que todo agrônomo é legal, é santo. Não, eu estaria mentindo. Se eu falasse que todo o padre é santo... Todas as classes têm as pessoas que querem sobreviver à custa dos outros. Gente, não existe almoço de graça; alguém está pagando, você pode ser convidado, mas alguém está pagando.

Então, esses 7,5% não são *royalties*. A bem da verdade, eu quero dizer para vocês que esses 7,5 são um freio na sonegação de *royalties*. O *royalty* é outro valor, é menor.

E outra coisa, a Monsanto... Não estou aqui para defender a Monsanto, mas quero ser justo. Por quê? Porque do *royalty* que ela está cobrando... E não importa o valor, esse valor o mercado vai ajustar. Ninguém é obrigado a implantar uma tecnologia. Ninguém é obrigado, há outras.

Nós acabamos de lançar agora, César, uma variedade convencional para o cerrado. Será que nós, a Coodetec, estamos *démodé*? Não. A Fundação lança variedade convencional, a Embrapa lança variedade convencional; o agricultor é livre para escolher. Agora, estamos discutindo aqui se o valor é grande. É grande sim. Agora, o mercado tem que regular, o agricultor é livre. Se ele adotar a tecnologia e tiver resultado com ela é porque vale. A minha tese é esta: o mercado é livre. O que nós temos que discutir – e eu acho que o Ireneu entrou muito bem nesse assunto aqui e que diz respeito a esta Casa – é uma política de pesquisa nacional efetiva, porque do jeito em que nós estamos hoje nós não podemos competir e criar níveis de competição com as empresas que investem muito.

Eu fiz uma conta ontem, somando Syngenta, Dupont, Monsanto e Dow, essas quatro empresas, somadas, elas investem dez milhões de dólares por dia. A Coodetec investe dez milhões de reais por ano em pesquisa. A Embrapa tem um orçamento anual, para todos os produtos, pouco mais de um bilhão. Não sei o número exato, mas é por aí. Então, gente, nós precisamos pensar numa alternativa para que o Brasil tenha mais competição nessa área, privilegiando, naturalmente, nessa política, as empresas nacionais, não somente as públicas. Tem muita iniciativa privado que tem um mérito muito grande. Eu acabei de citar a Fundação, Fundacep, Fundação MT, Coodetec etc.,

que estão somando aí. Agora, nós podemos ficar sem a tecnologia que as empresas globais trazem? Não! Não podemos ficar, nem a Embrapa pode ficar. A tecnologia não tem nome, a tecnologia é uma coisa que chega e o agricultor quer. Por isso que o agricultor migra, ele nunca compra uma semente baseado no nome da empresa, ele compra baseado no desempenho daquela semente, não importa de quem seja, se é da Monsanto, se é da Embrapa ou se é da Fundacep ou se é da Fundação. Então, é isso que precisa ser analisado.

Por isso estou muito feliz, hoje, por essa oportunidade de a gente discutir esse assunto. E eu acho que muito mais relevante que ficar discutindo o valor da tecnologia que a Monsanto está propondo é discutir qual é a política brasileira de pesquisa na agricultura. Se quisermos ser um país agrícola, de reconhecimento mundial, nós não podemos ficar na mão do mercado, como nós estamos hoje. Nós temos que ser mais competitivos.

Mais um exemplo para finalizar. A China, o Governo da China investiu em biotecnologia, nos últimos 15 anos, um volume de recursos igual ao que a Monsanto investe, ou seja, dois, três milhões de dólares por dia. Eles têm o *trait* Bt, próprio do governo à disposição dos agricultores, competindo com o *trait* da Monsanto. Por que nós não podemos ter isso? É foco, gente; é foco no que temos que fazer. Se a empresa do César quer manter um mercado de material convencional, a pesquisa tem de oferecer para ele essa alternativa; e nós estamos fazendo isso. Então, discutir valor não é o caso. O mercado regula isso. Nós temos de discutir coisas superiores, maiores do que isso, em minha opinião.

Então, eu queria dar essa contribuição.

Para o setor sementeiro, existe uma participação no *royalty* que a Monsanto... No *royalty*, não nos 7,5%, que são castigo. O *royalty* é de R$115,00 por hectare. É um preço que a Monsanto colocou. Eu achei caro, também. Confesso para vocês que achei caro. E os 7,5% estão atrelados. Não adianta você cobrar na semente um valor "x" e na moega, que é o castigo para aquele que não comprou semente, ou sonegou o *royalty*, você pôr um valor menor.

Aí, nós vamos transformar o Brasil no paraíso dos piratas, entende? Isso aí não pode acontecer. Eu acho que o Congresso precisa proteger também isso. A pirataria de semente é uma coisa séria, e atrapalha e dá prejuízo para o País, não para as empresas só.

Então, a Monsanto pegou esse valor e compartilha com a cadeia. O obtentor da variedade recebe uma coisa chamada *bridge incentive.* Se nós não temos incentivos do agricultor, nós estamos tendo na participação do *royalty* que a Monsanto coloca no mercado, porque nós desenvolvemos as variedades. Nós, que eu digo, desde Coodetec, Embrapa e todo mundo que está envolvido.

A Monsanto, nesse caso, abriu... Não sei se todos sabem, mas ela, desde o início dessa pesquisa da soja intacta, convidou várias empresas. Hoje, são 10 empresas. Então, você vai ter soja intacta de 10 marcas diferentes. E ela vai compartilhar, também, parte desse *royalty*.

Então, parte daquele ganho que você mostrou e que, na verdade, é bem menos do que aquilo ali, vai vir para as empresas, o melhoramento vai vir para os sementeiros, para o setor sementeiro; e seria uma boa, também, que houvesse, nesse *royalty*, a participação da Abrasem, das empresas todas, das entidades de classe todas, mas eu acho que vindo de uma proposta como essa para o Congresso analisar, isso pode ser.

Eu lembro, aqui, um exemplo muito positivo que houve quando o trigo nosso era controlado pelo Cetrin. Era 0,4% dedicado à pesquisa, e isso possibilitou que muitas empresas surgissem, inclusive as cooperativas do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Então, têm exemplos aí.

Pessoal, muito obrigado.

Eu queria só dizer que tecnologia, toda tecnologia tem seu valor e quem regula esse preço é o mercado, porque nós temos uma decisão livre por parte do agricultor. Ele é quem vai decidir se é caro ou se é barato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ivo, pela sua explanação.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Filipe Teixeira, Chefe da Secretaria de Negócios da Embrapa.

O SR. FILIPE TEIXEIRA – Bom dia. Primeiro, eu gostaria de agradecer, em nome da Embrapa, o convite para estar aqui.

Esse tema "Biotecnologia e Propriedade Intelectual" é um tema de extrema importância para nós, quer dizer, a gente sabe do impacto da biotecnologia para a agricultura e do futuro que virá com relação a isso, e propriedade intelectual da mesma forma.

Então, a apresentação, que não é exatamente essa que está na tela... Eu pediria que o colega colocasse ali. Ela vai tentar tratar desses dois assuntos, como base para toda essa discussão que a gente vem trazendo aqui.

Bom, rapidamente, como introdução, eu estou aqui para falar em nome da Embrapa, como vocês sabem, uma empresa pública, quer dizer, pertencente, portanto, a todos nós, que tem como objetivo e missão – a gente pode passar para o próximo *slide* – trabalhar para trazer soluções para a agricultura nacional, para a sociedade brasileira de forma geral.

É uma instituição já a completar os seus 40 anos, com quase 10 mil empregados, 2,3 mil pesquisadores, um grande número de doutores, quer dizer, uma massa crítica capaz de gerar tecnologia de algo impacto, distribuída em todo o território nacional, através de seus centros de pesquisa e com cooperação pública e privada nos mais diferentes países.

Próximo *slide*.

É uma empresa que tem contribuído para que o nosso País possa trabalhar com uma agricultura de alta *performance*.

O Brasil foi capaz, através das mais diversas instituições –universidades, instituições de pesquisa públicas e privadas, inclusive –, de desenvolver uma agricultura de alta *performance* num território tropical.

Nossos agricultores são responsáveis por isso, por terem trabalhado dessa forma, mas a tecnologia foi fundamental para que a gente pudesse construir isso.

Mais uma.

Eu vou pedir muitas desculpas, porque alguns *slides*, infelizmente, estão em inglês, porque a fonte era em inglês e eu não consegui alterá-la.

Tecnologia essa que faz diferença no campo, faz diferença para o produtor. Esses números já foram colocados com relação à manutenção de área produzida e ao aumento da produção, o que se reflete diretamente, a partir de um aumento da produtividade no Brasil, produtividade essa que é resposta à aplicação de tecnologia no campo.

Mais uma.

Isso nas mais diversas culturas. Alguns dados foram trabalhados, aqui, com relação à soja, mas não só na soja, como no arroz, no milho, no trigo.

Se a gente pegar os 40 últimos anos de pesquisa, eles foram responsáveis por mais que dobrar a produção das mais diversas culturas no País. Esse aumento de produção e produtividade tem sido altamente responsável pela manutenção da questão do meio ambiente e pelo aumento de renda no campo – mais um *slide*, por gentileza –, e pelo crescimento da agricultura em todo o território nacional, ou seja, levando desenvolvimento para mais diversas partes do País.

O caso da adaptação da soja é um exemplo clássico disso. A gente, a partir de tecnologia, conseguiu fazer com que todo o País pudesse ser beneficiado pela agricultura.

Mais um *slide*, por gentileza.

A biotecnologia entra nesse cenário com muita força e no mundo inteiro. Se a gente pegar os números do crescimento em termos de aplicação em biotecnologia no campo, a gente vê que tem sido uma opção do agricultor, em várias culturas e por todo o mundo. O crescimento tem sido bastante exponencial.

Mais um *slide*.

Hoje, no mundo, por exemplo, 82% do algodão já vêm da biotecnologia; 75% da soja, 32% do milho e 26% da canola já utilizam biotecnologia na produção.

Mais um *slide*.

No Brasil, não tem sido diferente. Os números têm demonstrado que o produtor também tem optado pela utilização da biotecnologia.

Os números da soja, por exemplo, demonstram claramente que nos mais diferentes Estados, com exceção de alguns poucos Estados, a biotecnologia tem sido aplicada no campo e, como o Dr. Ivo colocou, tem sido aplicada porque tem trazido retorno ao produtor.

Mais um *slide*.

Isso não é verdade só para a soja, mas para o algodão também. A gente tem visto o crescimento em termos da aplicação de biotecnologia, com mais de uma tecnologia sendo aplicada, e esse foi um dos pontos em que o Ivo tocou e que eu gostaria de reforçar, quer dizer, o importante é que o produtor tenha essa opção. O que a gente não pode permitir é que ele perca a opção de escolha, mas, uma vez tendo a opção, deverá caber a ele optar por escolher ou não a biotecnologia.

Mais um *slide*.

Aí, é interessante, por exemplo, o arroz. Quando a gente fala de biotecnologia, a gente costuma atrelar, diretamente, a questão da transgenia, mas, por exemplo, no arroz a gente tem uma experiência no campo, com relação à mutação, que também é biotecnologia, porque também é interferência nas cultivares, através de técnicas de modificação. Então, também uma aplicação clara de biotecnologia no campo.

Portanto, é uma tendência mundial, é uma tendência nacional, os agricultores têm optado por utilizar esse tipo de tecnologia.

Mais um, por gentileza.

Então, fica claro, portanto, que o tema biotecnologia e utilização de biotecnologia será cada vez mais importante para o País.

A gente vem para a segunda parte da discussão, que é: quando a gente fala em cobrança de *royalties*, a gente está falando baseado em um modelo, que é um modelo de propriedade intelectual.

Então, como tem sido aplicada a propriedade intelectual e, no final, a gente faz o *link* disso com biotecnologia. Eu trouxe essa informação, aqui, mais a título de curiosidade.

A primeira informação sobre propriedade intelectual no Brasil remonta a 1752.

Foi um privilégio de invenção, e notem vocês, que foi exatamente na área de Agricultura.

Era uma máquina de arroz, ou seja, a primeira patente, ou o que deu origem, futuramente é uma pa-

tente no Brasil, surgiu no campo, demonstrando que aqui agricultura sempre foi algo de vanguarda.

Mais um *slide*.

Com o passar dos tempos, a propriedade intelectual se reforçou no Brasil e tem sido trazido num conjunto de leis que criaram, atualmente, baseados na nossa Constituição Federal e num conjunto de leis, um arcabouço jurídico sólido que fez com que o Brasil fosse reconhecido e respeitado pela propriedade intelectual. E isso tem um impacto extremamente importante do ponto de vista de desenvolvimento do País, porque é isso que permite que não só a gente gere tecnologia no Brasil, mas que a gente atraia tecnologias que sejam aplicadas em nosso País gerando modelos de negócios factíveis.

Mais um *slide*, por favor.

E na agricultura não é diferente. Quer dizer, falar de propriedade intelectual e, consequentemente, de pagamento de *royalties* na agricultura, a gente tem isso em nosso dia a dia. Grande parte das tecnologias que são aplicadas no campo está de alguma forma protegida. Então, a gente costuma ver muito claramente na questão da biotecnologia, talvez até por haver uma separação entre pagamentos, mas no momento em que você está usando inoculantes, está usando fertilizantes, está utilizando equipamento, você está utilizando propriedade intelectual e está pagando *royalties* de certa forma, só que embutidos no preço do produto.

No caso da semente não é diferente. A semente, na verdade, é um grande vetor de transferência de tecnologia. Dentro dela está inserido um conjunto de tecnologias desenvolvidas pelas mais diversas fontes, pelas mais diferentes instituições, nos diferentes tempos, tecnologias que se reúnem naquele objeto físico, uma semente, para ser levado até o campo.

Então, hoje, um conjunto de tecnologias tem sido inserido nesse objeto, tanto por modificação convencional quanto por modificação através de organismos geneticamente modificados. Essa semente, portanto, é um vetor de transferência de tecnologia que carrega, assim como as outras tecnologias, a proteção intelectual sobre o conhecimento gerado.

Mais um, por gentileza.

E essa proteção intelectual tem permitido, nos mais diferentes campos, portanto, que você construa modelos de negócios capazes de favorecer a geração de tecnologia e levar essa tecnologia ao campo. É através da propriedade intelectual que tem sido possível montar modelos de negócios para a geração de parcerias, atração, portanto, de outros parceiros, de outros intelectos, para que, em conjunto com instituições brasileiras e outras instituições, gere-se tecnologia, o acesso à tecnologia de terceiros.

É garantindo um mercado seguro, com legislação segura, que a gente consegue atrair tecnologias de terceiros para que sejam aplicadas no nosso campo, que, no final das contas, irá concorrer mundialmente – afinal, a gente está falando de uma área extremamente aberta ao mundo. E o retorno é investimento em pesquisa. É assim que as instituições se mantêm, é assim que elas podem reinvestir em pesquisa.

Mais um.

Esse modelo de proteção intelectual tem permitido que instituições, como a Embrapa, gerem parcerias, e isso aqui é um exemplo que serve para diversas instituições.

Meu amigo Ivo falou novamente sobre a geração de tecnologia conjunta. A Embrapa tem trabalhado com a geração de tecnologia, atraindo tecnologias de empresas, inserindo-as não só nas suas cultivares, mas gerando tecnologia em conjunto, gerando novos eventos, e a maioria das empresas tem tido acesso a esse tipo de tecnologia.

Essa forma de geração de tecnologia, baseada em parcerias, baseada em retorno em pesquisa, necessita de uma proteção intelectual que garanta um retorno para esse investimento. Portanto, a discussão se torna cada vez mais importante por reforçar que o país é um país que respeita a propriedade intelectual, que respeita as leis de mercado e que se insere no mundo dessa forma. Garantir essas regras, portanto, é fundamental, garantir que as instituições possam se colocar no mercado de uma forma organizada e comercial para que cheguem até o fim da linha.

Mais um, por gentileza.

Agora, é importante que isso não fique restrito a poucos e, novamente, como já foi mencionado anteriormente, o agricultor precisa ter opções, o agricultor precisa ter o direito de escolha, de escolher a tecnologia que quer utilizar. Hoje a gente tem como eventos liberados pela CTNBio, eventos para soja, milho, algodão e feijão. É importante que a gente mantenha, e manter significa continuar investindo em pesquisa, continuar garantindo acesso ao mercado para variedades convencionais.

Existe, sim, um campo para esse tipo de tecnologia, e é importante que o agricultor tenha sempre isso a seu alcance. A gente não pode – a gente tem essa experiência em outros países – tender a uma retirada das instituições ou desse tipo de tecnologia do mercado. Então, é papel também da Embrapa garantir que o agricultor sempre terá a opção de escolher, por exemplo, tecnologia convencional.

E além da tecnologia convencional, a gente tem de garantir que o conjunto de tecnologias geneticamente modificadas seja também impactante para o

produtor; ou seja, que ele não fique ligado somente, por necessidade, a uma ou outra empresa. E que não seja, inclusive, somente a Embrapa, que existam outras empresas que possam prover tecnologia. E é isso o que tem acontecido no mercado.

Hoje, para a soja, a gente tem um conjunto de tecnologias sendo liberado, a Embrapa inclusive liberará muito, já tem a liberação comercial no Brasil, a gente está aguardando a liberação no exterior para que a gente possa lançar uma soja geneticamente modificada... E já temos também o nosso feijão. Agora, diversas empresas têm participado desse mercado.

Certamente, ter proteção intelectual vai garantir que outras empresas também entrem nesse mercado. Ter investimento em pesquisa e em pesquisa nacional, atrair pesquisadores, ter recursos para a pesquisa, buscar soluções no exterior certamente farão com que a gente aumente esse número de tecnologias à disposição do produtor.

Mais um.

A colocação dessas tecnologias no mercado tende a crescer. O *park-line*, hoje já posto dessas empresas, por exemplo, do ponto de vista da soja, de eventos de uma forma geral, para insetos e resistência, em 2008, eram 21 e, em 2015, serão 57 tecnologias à disposição, tolerância a herbicidas de 10 para 32, resistência a vírus, de 5 para 10. Portanto, haverá, sim, um *input* de tecnologia forte no mercado nesse tema – isso aqui mundialmente falando. O que a gente precisa é a garantia de que o agricultor brasileiro terá acesso a isso, que ele será capaz de concorrer no mercado internacional acessando tecnologia de ponta onde quer que ela exista, seja por meio da Embrapa ou por meio da Coodetec, por meio de outras instituições nacionais ou mesmo por meio de instituições multinacionais. O benefício que o agricultor tem acesso é mais importante, nesse caso, do que a fonte. Certamente, é preciso que a gente tenha, para isso, o investimento, o que foi muito bem colocado pelo Dr. Ireneu. É preciso que todas as partes se beneficiem disso de alguma forma.

Agora, o benefício não pode prescindir o respeito às regras já postas no País, ele não pode prescindir a observância da propriedade intelectual.

O último, por gentileza.

Para que a gente possa garantir – esse número é muito mais conhecido dos senhores – essa pujança do agronegócio; para que a gente possa garantir que o nosso produtor tenha as melhores condições tecnológicas disponíveis para competir no mercado globalizado e fazer com que o nosso agronegócio seja um agronegócio lucrativo e respeitado em qualquer parte do País.

Esse era o último *slide*. Peço desculpas, se eu corri um pouco, tenho o costume de falar rápido. Mas a gente lá na Embrapa está à disposição para qualquer nova discussão. É um tema, como eu disse, extremamente importante para a Embrapa, no qual nós gostaríamos de estar inseridos constantemente discutindo que tipo de oportunidade a gente pode levar ao campo, como atrair novos investimentos para pesquisa, novas pesquisas, novas tecnologias e trabalhar em conjunto com o agricultor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Filipe.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Glauber Silveira da Silva, Presidente da Associação dos Produtores de Soja.

O SR. GLAUBER SILVEIRA DA SILVA – Bom dia a todos. Obrigado e parabéns por esta audiência, é muito importante. Esse tema biotecnologia, sem dúvida, é fundamental. É muito importante essa discussão.

Passe, por favor.

Bom, ali está, como foi já apresentado, a adoção da biotecnologia. Então, hoje, nós estamos aí, no âmbito de Brasil, já vamos chegar, provavelmente, nessa próxima safra com 85% de adoção de biotecnologia. É claro que, no caso das variedades convencionais, nós estamos diminuindo muito. E, realmente, é uma grande preocupação dos produtores. Já fizemos vários seminários, a Aprosoja junto com a Abrange. Temos o programa Soja Livre, onde buscamos manter um número mínimo, pelo menos, de sojas convencionais. Isso é só uma questão – também, muitas vezes, foi dito até pelo Senador Blairo Maggi –, uma questão de segurança nacional. Acho muito importante que a gente mantenha, principalmente que o Brasil detenha um banco de germoplasmas que seja importante para a alimentação brasileira.

Próximo, por favor.

Então, está aí. O Brasil em relação ao mundo, hoje, com relação à soja, está acima do mundo em relação à adoção de biotecnologia. O Brasil, sem dúvida, a partir da liberação da biotecnologia, avançou muito. Hoje, somos o segundo país já em adoção de biotecnologia, estamos muito evoluídos. Vejam bem a Argentina. Há pouco tempo, perdíamos para a Argentina com relação a isso e, hoje, superamos a Argentina. Somos o segundo do mundo, só perdendo para os Estados Unidos, e estamos avançando muito.

Há algumas culturas. Por exemplo, o caso do milho, em que a adoção tem sido muito rápida. Ou seja, como produtor e como presidente de uma associação, como já foi dito aqui, nós estamos interessados realmente naquilo que aumente a nossa produtividade, mas principalmente em que haja um aumento da nossa receita, da nossa rentabilidade. Eu lembro quando

a gente plantava: eu, meu pai e meu avô plantávamos soja; no começo a gente muitas vezes colhia lá 20 sacas de soja, mas, em compensação, era uma festa toda. Hoje muitas vezes tem produtor colhendo 50 sacas de soja, e é uma choradeira toda. O importante é que realmente haja o que se chama de rentabilidade, que é o principal que nós perseguimos, como em todas as culturas.

O próximo, por favor.

Só para a gente entender um pouquinho, porque esse negócio de... O que é? O que acontece? Tudo começa com uma cultivar. Isto que é importante: o Brasil manter um Banco de Germoplasma, em que você tenha lá o lançamento de uma nova cultivar. E a gente vê que houve momentos em que houve produtividade muito grande. Eu lembro que foi no ano de 1990, quando a gente teve o cancro da haste, e aí a pesquisa evoluiu demais. A gente fala que, em guerra, geralmente os países se superam. Nós, aqui no Brasil, a gente tem se superado. Quando surgem algumas doenças, algumas crises na agricultura, foi quando a gente conseguiu lançar variedades resistentes ou cancro da haste e houve um grande ganho de produtividade.

Então, aí a gente tem uma cultivar, que é a expressão do germoplasma. E esse é um direito da Lei de Proteção de Cultivares.

Próximo, por favor.

Então, está lá o gene patenteado. Depois, a gente tem uma patente. Quando você tem um evento, como foi caso do RR1, que se colocou lá um evento dentro de uma cultivar. Então, aí você vai ter uma soja, por exemplo, uma Pintado, que a gente plantou muito no Mato Grosso... Então, a Pintado é uma cultivar que, depois, pode ter virado resistente ao glifosato. Colocou lá a resistência ao glifosato. Então, ela, além de ser uma variedade da Pintado, com todos os benefícios, como foi o caso da resistência à chuva no Mato Grosso, da resistência a nematóides, assim por diante, ela passa a ser também resistente a uma coisa além que é ao glifosato.

Próximo.

Então, aí você tem a Patente 1 e tem o direito do obtentor.

Próximo, daí que surgem as questões. Muitas vezes, mesmo dentro de uma cultivar, mesmo que seja uma Pintado – e estou dando esse exemplo porque é do meu Estado –, você pode ter várias patentes. Ou seja, você pode ter várias patentes. Você pode ter a resistência ao glifosato, você pode ter a resistência a nematóides, você pode ter resistências a doenças, e assim por diante. Essa é a grande questão do produtor.

Hoje você tem... Como vai se gerar tudo isso? Essa é a grande discussão. Como é que a gente vai controlar tudo isso? Você pode ter uma patente, como vocês podem ver lá, eu, por exemplo, posso ter uma cultivar, lancei uma cultivar que pode ter, lá dentro, um monte de patentes de outras empresas, seja da Dow, da Monsanto, da Embrapa e assim por diante. Como é que se vai dar essa cobrança de *royalties* nisso tudo? Quer dizer, o produto ficar no emaranhado.

Próximo.

O que temos hoje em perspectiva? Vejam o que está acontecendo. Então temos agora... O que está acontecendo? Por exemplo, a Monsanto está lançando um novo evento, por exemplo, que é o caso da Intacta. Mas o Brasil está sendo muito eficiente de aprovar esses eventos, só que estamos tendo problemas de aprovação na Europa e em outros países. Ou seja, porque a agricultura brasileira é uma agricultura tropical. Toda a agricultura se deu com base em climas temperados. Depois, hoje, a agricultura tropical avançou. Então, temos aqui doenças, temos pragas que outros países não têm. Então, no caso de uma Intacta, que ela é Bt. Na Europa, você não tem problemas de pragas, não é? E daí você chega lá, e os caras não têm por que testar essa variedade lá. Então, eles ficam fazendo restrições para aprovar.

Então, o que pode acontecer com o Brasil? O Brasil, por ter uma agricultura tropical, muitas vezes pode até estar assinando acordos internacionais que podem prejudicar o próprio Brasil. Eu acho que é para isto que eu gostaria de chamar muito a atenção do Senado: para algumas barreiras que estão se criando não tarifárias em relação à biotecnologia e à tecnologia gerada no Brasil, como é o caso de você ter muita demora de aprovação de tecnologia gerada aqui dentro em outros países, como é o caso de pragas e doenças.

Próximo, por favor.

Então, o que a gente tem? A gente em um monte de novos eventos ali. Então, há eventos de estresse hídrico. Ou seja, a biotecnologia, assim como a tecnologia em si, é fundamental. Agora, como a gente vai segregar isso na propriedade? Porque, hoje, como a gente só tem a RR1, nós, como associação, tivemos diversos embates com as empresas detentoras para poder normatizar isso. Muitas vezes, eu tenho um produtor, tenho só um armazém e, no caso, como eu segrego isso? Como acontece isso? Como é que se dá essa questão? E quando você tiver todos esses outros eventos, como é que vai ser a cobrança dos *royalties*? Então, essa é a grande discussão que é importante também a gente colocar e que o Senado levantou muito bem para a gente discutir.

Próximo.

Hoje, por que estou batendo em cima disso? Nós temos quatro formas de cobrança. Então o produtor re-

almente pode pagar no boleto, você vai direto para a compra da semente; você declara, você paga de forma direta na compra da semente, você tem a semente que é salva, você tem só na entrega do grão, tem aquele que não declarou que chamam de semente pirata e de quem vai ser cobrado também o *royalty* na moega. Ou seja, dos grandes problemas que acontecem, muitas vezes, o produtor paga na semente, compra a semente de soja transgênica e muitas vezes quando ele vai entregar a soja na *trading*, dependendo da produtividade que ele teve – a gente tinha problemas há pouco tempo –, ele ainda tinha uma retenção da soja desse produtor. Esse tem sido um grande problema. Os produtores ficam aborrecidos com as formas, o jeito intransigente que essa cobrança tem sido feita dos produtores.

No próximo *slide* isso fica mais claro.

Então, qual é o grande problema? No Brasil, nós temos duas coisas: uma, a lei de proteção de cultivares e, outra, o caso das patentes. O Brasil adotou, ele tinha opções e adotou as duas coisas. Então nós temos a lei de proteção de cultivares e a lei de patente. E, por incrível que possa parecer, vocês viram lá atrás, quando você tem uma cultivar, você tem uma lei de proteção de cultivares e, se alguém coloca lá uma patente, você misturou. Então, quer dizer, nós já misturamos duas leis, como foi apresentado aqui, e aí virou uma salada. O que vale, o que não vale... Aí, no caso, você tem leis discutidas aqui no Congresso que querem acabar com a semente salva, que é uma proteção do produtor.

Então, grandes questionamentos surgem. É porque nós temos uma preocupação muito grande, não só os produtores, mas, tenho certeza, também os sementeiros deste País, de não se poder salvar a semente – e tem lei tramitando hoje no Brasil que proíbe a venda da produção. Se eu salvei uma semente, eu reproduzi essa semente eu não posso vendê-la no mercado, é só para o meu consumo. Mas para eu comer um hectare de soja não é fácil, não é, Senador? É um pouco difícil.

Então, realmente, hoje como é a cobrança de *royalties* é muito complicado. Quando você pega uma lei que proíbe a venda de produção, só pode consumir como alimento, é muito complicado um negócio desses. Hoje, a cobrança é muito confiscatória. Sou sincero em falar para vocês que é um problema que os produtores reclamam muito. Porque, hoje, o produtor não tem muita liberdade, porque a empresa compradora é que audita e fiscaliza essa questão dos *royalties*. Então é preciso realmente mudar algumas coisas.

Próximo.

Então, a nossa posição, a posição dos produtores. Nós pedimos para o Senado manter a semente salva do Brasil; ela é importante para a nossa segurança. O Brasil, como um grande País que vai ser cada vez maior na produção de alimentos, tem que ter esta garantia: garantia da venda e da produção oriunda da semente salva, mas é claro que defendemos o pagamento dos *royalties*. Não estamos aqui, de forma alguma, a nossa associação, os produtores não defendem a ilegalidade; nós somos pela legalidade. Agora, é claro que, dentro da cobrança de *royalties,* nós defendemos a uniformidade da forma de cobrança. Ou seja, o que se vai pagar que seja na semente e não que você tenha várias opções. Nós defendemos uma opção. Mas tem produtor que salva a semente pirata, tem a tal da semente pirata. Isso é uma coisa de ilegalidade. O grande problema é que os produtores bons estão pagando pelos maus. Está todo mundo colocado na mesma ala. E no Brasil parece que, muitas vezes, ser bandido é um benefício. Então, o produtor que paga direitinho, que faz direitinho, sofre uma penalidade com isso.

Então, o *royalty* tem que ser um benefício comprovado. É isso que nós dizemos. Quando você tem lá, por exemplo, a RR1, você tinha uma cultivar e colocou lá uma patente, essa patente fazia a resistência ao glifosado. Então, qual é o ganho? A resistência ao glifosado. Isso trouxe que ganho? Você diminuiu os herbicidas. Qual foi a economia do produtor? Foram 20 reais? Beleza. Nós vamos pagar uma parte desse ganho para a patente. Agora, isto tem que estar muito bem comprovado, esse ganho. E também precisamos de uma solução para o problema de contaminação. Esse é um problema muito serio que precisa ser normatizado.

Próximo.

Outra coisa que eu queria chamar a atenção aqui do Senado é que o Brasil tem assinado muitos acordos internacionais. Vou dar um exemplo: um acordo internacional que foi assinado com relação à proteção da biodiversidade da Amazônia, porque vinham muitos pesquisadores aqui e pegavam lá uma planta da Amazônia, faziam um remédio... E o Brasil simplesmente assinou tratados internacionais e pode assinar agora o de Nagoya.

O que esse de Nagoya está dizendo? Ele simplesmente está dizendo que se você não tem a soja – a soja aqui, por exemplo, o que ela é? Ela é chinesa – nós todos vamos ter que pagar *royalties* para a China. Se eu quiser desenvolver uma nova pesquisa sobre soja aqui, no Brasil, vou ter que pagar *royalties* para a China.

No caso nosso da agricultura não temos nada que é brasileiro mesmo. Muito pouca coisa. Temos a borracha. Agora, o arroz, o milho, o feijão, a soja, não são brasileiros. O Brasil terá que pagar *royalties* para

outros países e vai ter que pagar toda vez que fizer pesquisa; ele vai ficar engessado.

Então, o Brasil tem que tomar muito cuidado.

Peço a atenção do Senado, porque o Senado é onde se pensa muito no Congresso. O Brasil, infelizmente, muitas vezes por alguns acordos internacionais, não tem pensado no longo prazo. Tem pensado muitas vezes na proteção de um determinado setor e pode prejudicar outros setores. Então, essa realmente é uma grande preocupação.

Eu queria colocar aqui a questão que foi colocada de que o mercado é livre. Como produtor, eu não vejo assim. O mercado não é tão livre – vocês entenderam? Não é tão simples. Então é aquela questão, por exemplo, do carro. Vou pegar um exemplo para vocês: o cara que inventou o limpador de pára-brisas – acho que muita gente já viu esse filme. Hoje tem como a gente viver sem o limpador de pára-brisas? Não – está certo? Só que esse limpador de pára-brisas ele está em todas as marcas. Agora, se eu invento o limpador de pára-brisas e falo que esse limpador de pára-brisas meu só vai ser usado pela GM ou pela Ford ou Hyundai, como é que fica – vocês entenderam? Então, essa é outra questão.

Então, a gente fala assim: mas o mercado é livre. É livre entre aspas. Então, realmente, nós nos preocupamos muito com isso. Como foi dito aqui: muitas vezes, você tem uma nova patente, e essa patente muitas vezes é uma patente tão importante para o Brasil, mas como acontece, por exemplo, com uma empresa, como é o caso da Pioneer, que produz a sua semente e ela mesma vende. Está na mão dela esse mercado.

E quando a gente fala que nós temos muitas empresas, não temos nada. Temos quatro empresas produzindo biotecnologia no Brasil. Então, não é tão simples, a coisa não é poética e se fala de muita poesia. E nós produtores sabemos que não queremos ficar escravos de biotecnologia nenhuma também. Queremos é ter oportunidade, e essa oportunidade não está tão clara.

Por isso acho muito importante o que está sendo discutido aqui. E quero parabenizar este Senado por ter tomado essa decisão. Agora, é preciso levar essa discussão aqui para um nível muito técnico também e não só a um nível político e filosófico. Porque inclusive já até falei que vamos levantar na Câmara Setorial da Soja e levar essa discussão para discutir a fundo realmente o que está acontecendo com obtentor, o que está acontecendo com relação aos sementeiros e o que está acontecendo com o produtor; quais são os gargalos, pensando no futuro, porque nós produtores precisamos e não podemos ficar sem a biotecnologia. Agora, essa biotecnologia, sem dúvida, o benefício dela tem que ser também para o produtor, e 60% como se diz.

Então, esta é a minha mensagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Glauber, pelas suas colocações.

Agora, na sequência, teríamos o Sr. Pierre.

Consulto se conseguiu resolver a questão operacional. (*Pausa*.)

Ainda não?

O SR. PIERRE MARIE JEAN PATRIAT – Está OK.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está OK? Então, está bom.

Então o Sr. Pierre, Presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso, tem a palavra.

O SR. PIERRE MARIE JEAN PATRIAT – Bom dia a todos. Quero agradecer à Senadora Ana Amélia pela presença. E quero agradecer ao Senador Blairo, por poder participar desta audiência pública.

Nosso mundo evoluiu muito nos últimos 15 anos a uma velocidade que, muitas vezes, a gente tem dificuldade de acompanhar.

Hoje, sou Presidente da Aprosmat, que é a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso, que congrega a corrente de três produtores, que foi criada em 1980, representando hoje 30% das sementes certificadas de soja do Brasil em produção.

Seguinte, outro *slide*.

Essa é a Aprosmat.

Outro *slide*.

A gente não pode se esquecer, e vou lembrar aqui, que semente tem a ver com alimento. E alimento e segurança alimentar, por consequência, é segurança nacional. Então, não pode ser tratado como um celular, como um automóvel, uma coisa que todo mundo usa e precisa.

Certamente as novas tecnologias de engenharia genética estão permitindo um avanço muito grande e são de extrema importância, mas é um campo novo que temos de estudar um pouco melhor e temos de ver as consequências e como ele está sendo cobrado.

Seguinte.

Vou colocar algumas reflexões, porque após ser o quarto colocado com palestrantes tão conceituados é até difícil colocar tudo, porque eles falaram muita coisa importante.

Quero lembrar que o produtor de semente tem que investir alguma especialidade nele mesmo. Por quê? De manhã, talvez ele seja produtor de semente e depois do almoço ele é produtor de grão, porque ele produz semente e produz grão. De repente, ele é associado a uma série de pesquisa. Então, no mesmo dia tem que refletir em várias pessoas nele mesmo e

geralmente é o primeiro a questionar a cadeia e o que está acontecendo.

No que concerne à pesquisa, não podemos esquecer que tem que trazer benefícios não só para pesquisa, mas para o produtor também e, principalmente, para o consumidor. O que vai ser colocado no mercado vai ter um preço superior, vai ter que trazer uma vantagem para alguém. Para o consumidor tem que a qualidade do alimento ou alguma coisa a mais, seja ômega 3, seja um alimento mais saudável ou mais barato, mas todo mundo tem que ser contemplado pela cadeia.

Como produtor de semente hoje licenciada, hoje para quem não sabe, no setor de semente, o produtor é o elo entre o detentor e o produtor de grão, porque o trabalho do produtor de semente é garantir a pureza física da semente, garantir a pureza genética da semente e garantir uma semente com uma extremamente boa germinação para o produtor ter sucesso na lavoura. Hoje o produtor é licenciado, ou seja, o detentor que autoriza ele ou não a plantar tal e tal cultivar. Hoje sabemos que no mercado existem pressões para licenciar não muitas vezes o que o produtor quer. É oferecido ali um leque de cultivar e nesse leque ele pode escolher, mas muitas vezes ele não pode escolher o cultivar que tem a demanda, mas que a empresa não oferece mais ou não quer oferecer.

Como falou o Glauber, muitas vezes a escolha não é tão simples, porque existem vários caminhos e a escolha é reduzida.

Na biotecnologia é usada a Lei de Patentes, geralmente é uma facilidade de cobrança na qual o produtor de semente tem uma remuneração pequena. Existe uma remuneração, mas ela é muito pequena. Quem paga a biotecnologia é o produtor de grão.

O assunto pagamento de *royalties...* Eu escutei falarem que o Brasil teve um grande ganho de produtividade e realmente teve, mas o grande ganho de produtividade até agora foi principalmente promovido pela pesquisa tradicional de melhoria, cultivar mais produtiva, resistência a nematóide. Na biotecnologia que temos na soja é a resistência ao glifosato. O glifosato não agrega aumento de produtividade se a lavoura foi feita corretamente. Ele agregou produtividade se o produtor tinha o descontrole de erva daninha na lavoura. Realmente, a aplicação de glifosato permitiu que ele tivesse uma lavoura limpa e uma produtividade melhor, mas não foi a tecnologia em si que ocasionou esse aumento de produtividade. Então, os últimos aumentos de produtividade foram feitos, na realidade, por melhoramento genético normal de melhoria de pesquisa, que tem a ver com a lei de cultivar.

Então, hoje não podemos dizer que o aumento de produtividade é conseqüência da biotecnologia, mas ela está vindo como uma ferramenta, porque estamos enfrentando algumas dificuldades. Em clima tropical, sabemos que os insetos têm uma reprodução mais rápida e que as doenças se multiplicam mais rápido. Não temos 6 meses de inverno, como tem o europeu e o americano, que, na realidade sanitária, faz um vazio, nas plantas e na terra, que não temos. Então, temos que enfrentar tudo isso de modo um pouco diferente, juntando a biotecnologia, mas também não nos esquecendo de que a agricultura tem que ser feita de um modo correto. E, muitas vezes, por não respeitar o que deveria ser feito, que é a rotação de cultura, que é o manejo de solo, que é o manejo de praga, cria-se resistência e criam-se novas pragas que achamos que a biotecnologia vai resolver. Mas não é só isso, não; é um conjunto.

Na cobrança da biotecnologia, estão chegando, como já foi falado, algumas novidades. Agora, vamos ter o controle da lagarta, por meio da biotecnologia, de algumas lagartas, com uma cobrança, como foi falado, relativamente alta, de R$115,00 por hectare.

O que temos que pensar é: Como é cobrada essa tecnologia e em que ela é cobrada? Se, por exemplo, nessa tecnologia nova, está sendo cobrada uma parte com uma resistência à lagarta e uma parte como a produtividade. Resta-nos saber se realmente a produtividade é de patente. Por quê? A proteção da lagarta, faça sol, faça chuva, vai funcionar. Agora, será que a produtividade, faça sol, faça chuva, vai ser a mesma? Será que posso cobrar em cima de uma produtividade estimada? A pessoa paga R$115,00 por hectare, no mês de dezembro, e, de repente, deu uma seca, e vai colher o mesmo volume de soja por hectare de uma variedade que não paga a tecnologia. Aí, esse pagamento é injusto. Então, temos que saber o que é cobrado, quanto é cobrado e por que é cobrado. E, de repente, está-se cobrando em cima de uma produtividade que tem a ver, na realidade, com o método da proteção de cultivar e está sendo usado na patente. Isso quer dizer que temos que separar bem as coisas. O que é patente realmente, faça chuva ou faça sol, vai dar a proteção da lagarta. E vamos ter que comprovar se a produtividade realmente existe ou se é estimada. Isso tem que ser comprovado. Esse é um fator, hoje, de cobrança dos *royalties* que é importante saber como está sendo feito.

Outra coisa. Devido a essas cobranças, devido a essa concentração, estamos vendo que o produtor de semente, independente, licenciado, como falei, está deixando de existir. As empresas estão preferindo incorporar o produtor de semente na empresa, transfor-

mando-o em terceirizado. Quer dizer, amanhã, não vai haver 20 empresas oferecendo o mesmo cultivo; vai haver 20 produtores produzindo para uma empresa, que vai oferecer esse cultivo no mercado. Isso envolve alguns riscos: de concentração de mercado, também de possível aumento de preço e, no pior dos casos, de fortalecimento eventual. Então, esse é um assunto extremamente importante, porque estamos vendo que nossa classe de produtores de semente está em diminuição. No nosso caso, aproximadamente há 10 anos, havia 68 associados; hoje, ficaram 43. Quer dizer, o mercado está realmente se concentrando e se verticalizando. Chamamos de verticalização, quando a empresa verticaliza tudo. Quer dizer, o produtor de semente não é mais independente; ele produz para uma empresa e é remunerado de uma maneira ou outra por isso.

Outro fator também que temos de considerar nesta discussão, para não arriscar que amanhã haja um possível abuso de poder econômico, é que as mesmas empresas de biotecnologia são as mesmas empresas, muitas vezes, do químico que produz o herbicida ou o fungicida. E, no mercado, existe, hoje, na hora de vender o produto, o risco de cartelização, de pacote, por meio do qual se oferece outro produto onde está a semente, está o químico, está o fertilizante, e o agricultor, na realidade, não sabe exatamente o que está pagando, o que é, dentro desse pacote, semente, o que é fertilizante, o que é químico.

Então, tem que ser uma coisa muito clara. Não podemos... Temos certeza de que a pesquisa tem de ser remunerada, mas tem de ser remunerada corretamente. Então, sem haver esses riscos.

Acho que o Congresso tem de prevenir, por meio de lei, os possíveis abusos, porque sabemos que, se der toda a liberdade, a empresa realmente vai cobrar o que puder, porque as empresas, hoje, de pesquisa são empresas de capital aberto; elas têm de remunerar o acionista e remunerar bem os funcionários de alto nível delas. Então, a motivação é o lucro. Só que, quando falamos em alimento, estamos falando de segurança nacional. Então, tem de ficar muito claro até onde pode ir a cobrança e como ela tem de ser feita. Porque, como falou o Glauber também, o poder de escolha do produtor não está ficando tão simples, porque, muitas vezes, a empresa deixa de colocar à disposição o cultivo que menos ganha, o que é menos remunerado, o que não é interessante mais, para privilegiar a que vai dar maior rentabilidade para ela; e a outra vai desaparecer do mercado. Então, a oferta não está, assim, tão grande; ela é regulada. Temos de ter cuidado para realmente poder manter essa concorrência, e esses limites têm de ser estabelecidos em lei.

Então, a cobrança de *royalties* é importante, a pesquisa tem de ser remunerada, mas temos de ver como têm de ser feitos os limites exatos, porque biotecnologia é uma coisa nova. Então, precisamos ainda discutir muito aqui, trazer pesquisador, trazer pessoas, para apresentarem o que está acontecendo em outras partes do mundo também.

Coloquei também, aqui, a durabilidade da tecnologia, que tem a ver com resistência, porque sabemos, hoje, que, no milho, já há a tecnologia de resistência à lagarta e estamos vendo que, com cinco anos, já está resistindo, já não está funcionando mais tão bem. Então, amanhã, vou pagar R$170,00 por hectare, que se paga no milho transgênico, para não ter mais resistência à lagarta? Será que durante quanto tempo? A patente vai até onde? Então, de repente, tem de ser mais bem estudado, em cima de plantas, com uma revisão de cinco, seis anos, para verificarmos se a patente está tendo o efeito que tem de ter. Então, isso tem de ser estudado.

O refúgio. Hoje, quando falamos de inseto, estamo-nos colocando que tem de fazer 20% da área em refúgio, quer dizer, plantar outro para cultivar o que não tem a mesma resistência. Acho que o refúgio, para o agricultor que planta, é um encargo. Para o milho, uma parcela de... Imagina o produtor do Paraná de 10 hectares numa parcela. Ele tem de plantar oito hectares de uma variedade de cultivo e dois hectares da outra? Quanto vai custar para ele de máquina e de logística, na colheita, no plantio, a mais? Isso é um custo. Então, tem que ser calculado.

E, depois, temos de estudar melhor os efeitos, na cadeia alimentar, da lavoura, porque estamos suprimindo o alimento de alguns outros insetos e, de repente, retirando alguma coisa da cadeia alimentar, podemos aumentar os insetos. Por exemplo: amanhã, vamos economizar na lagarta, mas vamos triplicar em percevejo. Então, isso tem de ser um pouquinho mais bem estudado.

Seguinte. O último.

Então, o que propus é que a validade da patente tem que dizer respeito à patente, mas só que tem de ser igual a um celular, com 20 anos, com 17 anos? A evolução tem de ser acompanhada para ver até onde vai.

Como foi falado no início, sobre se ampliar a pesquisa pública e a pesquisa privada, acho que a criação desses fundos – e isto foi muito bem colocado – é uma coisa interessante, porque alimento tem a ver com público, e o Governo tem também de ter certo controle em cima disso.

Lembrei como a biotecnologia da semente não vai resolver todos os problemas, não. Muitos dos problemas de hoje, tais como as pragas, os nematóides,

se dão, muitas vezes, por falta de incentivo ou de planejamento, em longo prazo, da agricultura, em termos de governo, em termos de financiamento, pelo fato de a pessoa, economicamente, não ter feito o que a agronomia recomenda, por exemplo: plantação de cultura, manejo de solo, manejo de planta. Realmente, tem que se investir nesse setor, porque a biotecnologia, sozinha, não vai resolver o nosso problema.

E uma grande questão que eu vejo hoje: as empresas desse segmento no mundo estão compondo outra, na realidade, muitas vezes não é compondo a marca, está compondo o Banco de Germoplasma. E o Banco de Germoplasma está ficando nas mãos de poucas empresas. Tem que ver até que ponto é legal, até que ponto é bom para o País em si, até que ponto nós vamos ter acesso amanhã, as empresas pequenas vão ter acesso ao Banco de Germoplasma, porque sem o Banco de Germoplasma não tem novas pesquisas. Isso eu acho que é uma coisa extremamente importante, que tem que ser pensada e discutida.

Eu acho que o meu tempo já esgotou.

Vou agradecer. Das colocações, há muitas coisas para discutir, eu acho, o assunto está começando, vai dar muita discussão, realmente é um assunto de muita relevância. Ninguém fica sem comer, o alimento é a base da pessoa, ninguém trabalha sem ter o alimento. É importante.

Agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Pierre.

Passo a palavra, agora, ao Dr. César Borges Souza, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados.

O SR. CÉSAR BORGES SOUZA – Bom dia a todos.

Acho excepcional esta oportunidade que a gente tem de discutir um pouco este tema. Para mim ficou muito claro que a gente precisa investir muito mais do que a gente vem investindo na área de pesquisa. Isso para criar a possibilidade de oferecer de fato uma alternativa, manter o direito de escolha a permitir, controlar melhor a concorrência, porque tivemos momentos neste País em que houve, inclusive está mencionado nos jornais, uma retirada de oferta de sementes convencionais, sementes não transgênicas; e até por isso iniciamos o movimento em conjunto com a Embrapa, com a Aprosoja e outras entidades, para lançar o programa Soja Livre. De fato, nós estamos tendo bastante trabalho e estamos mostrando, inclusive permitindo falar sobre desmistificação, que aqui já foi dito também, de que biotecnologia realmente é uma grande ferramenta, mas não resolve tudo.

Até hoje o Brasil teve um grande desenvolvimento e conseguiu dominar o cerrado. Isso foi graças a um trabalho da Embrapa, que cada vez recebe menos recursos para pesquisa.

Eu também queria mencionar que a capacidade empresarial tem sido vital para que o Brasil ganhe produtividade. De nada adiantaria ter biotecnologia, ter pesquisa, se não houvesse a capacidade empresarial. A gente pode observar – e até brinco que existe o fator gaúcho – aqueles empresários de fato, que saem lá do Rio Grande do Sul e se espalham pelo Brasil inteiro. Então, sem isso, eu acho que a nossa agricultura não seria o que é.

Como não posso ficar o tempo todo falando sobre isso, eu queria então dizer que em Rondônia a gente tem produtividade de 74 sacos de soja por hectare, quer dizer, isso de soja convencional, de soja não transgênica. Agora, por que abrange, atua nessa área do não transgênico? A gente é uma entidade jovem, com três anos de idade. O que a gente percebeu é que na Europa muito se dizia que o mercado não iria mais produzir soja não transgênica, então, nós quisemos dar uma resposta adequada, mostrando que é importante a existência desse mercado, algumas empresas de grande porte aqui no Brasil aproveitam esse mercado especial, sendo que o Brasil é líder mundial na produção de soja convencional, é líder mundial na exportação de grãos, farelos, óleo e lecitina de soja, recebendo prêmios e repassando esses prêmios aos agricultores.

Também eu gostaria de mencionar aqui que 50% do farelo exportado pelo Brasil é de soja não transgênica. A Europa importa 20% do complexo soja, na forma de não transgênico e tem crescido o interesse em reconhecer, em rotular produtos como sendo produtos feitos à base de insumos não transgênicos. Isso na cadeia do leite e na cadeia das carnes. Isso é muito importante.

Eu gostaria de insistir para que não se repita o que já houve, aquele momento de venda casada, e agora, com o lançamento dessa, digamos, soja geneticamente modificada, a chamada Soja 2 ou Intacta, é que ela, de forma alguma, ameaçasse a oferta da soja transgênica a *Roundup Ready*, a primeira que veio, a número um.

Também queria mencionar que um custo bastante pesado ficou para quem opera a soja convencional, a soja original. É o custo da segregação.

Também queria mencionar a injustiça que existe quando um produtor compra uma semente convencional, uma semente não transgênica, quando ele vai vender acaba, porque houve um processo de mistura ou até um problema na produção da semente, também

de mistura, ele acaba tendo que pagar *royalties* por um produto que ele de fato não plantou.

Não sei, precisaria pensar aqui que mecanismos a gente pode criar para dar segurança, garantia e para que o produtor faça a sua escolha e, de fato, receba a remuneração por essa escolha que ele fez. Portanto, ele possa receber esse prêmio que o europeu quer pagar. Então, enquanto o europeu quer pagar esse prêmio, esse mercado, naturalmente, precisa ser aproveitado. E não precisamos ficar pensando que todo mundo aqui vai vestir camisa azul, podemos vestir camisa rosa, vestir camisa amarela e assim por diante. Não é necessário que todos plantem a mesma soja.

É preciso que tenha alternativa e que se plante soja transgênica, que se plante soja não transgênica e que o consumidor possa ter o direito de escolha, para ele consumir a soja transgênica e também a soja não transgênica.

Agora, com relação ao objeto em si, eu até não teria muito a agregar, porque já foi bastante falado. De alguma forma, eu diria que quanto mais aumentar o custo da cobrança dos *royalties* mais interessante vai ficar para nós, que somos da área da soja convencional, porque o diferencial ainda irá aumentar. Temos pesquisa, principalmente no Mato Grosso, que o custo de produção e a produtividade não são de fato favoráveis à soja transgênica. Eles têm sido bastante equilibrados em alguns itens, como custo de produção, ele chega a ser até menor para a soja tradicional. É bom que o pessoal que vai cobrar os *royalties* fique com bastante atenção e cuidado, porque senão eles poderão criar um problema para eles mesmos.

Eu acho que era isso que eu tinha a mencionar.

Eu estive na Embrapa/milho e vi que existe uma preocupação muito grande dos sementeiros de milho, que eles estão se acabando. Eu não sei o que é possível ser feito, mas, de maneira geral, essa é uma área que esta tendo esta grande concentração e essa desnacionalização. Então, acho que o Senado poderia olhar com cuidado.

Eu, mais uma vez, parabenizo. Eu nunca tinha vindo aqui na Comissão de Agricultura do Senado, já havia ido à Comissão da Câmara, mas este é um grande momento. Vejo que há bastantes Senadores e acho muito importante que tenha havido esta nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao César Borges e aos demais palestrantes

Passamos, agora, para a segunda etapa. Vamos ouvir os autores do requerimento, começando pela Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone. Inaudível*.) – Não, é ele, faço questão, pois ele está afiadíssimo nessa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu concedi a palavra à Senadora Ana Amélia, porque nós vamos dar preferência para as damas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas hoje as Senadoras estão em maioria nas bancadas. (*Risos*.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero agradecer ao Senador Acir, mas cumprimentar a todos pelas exposições muito claras, objetivas, sobre um tema bastante complexo. Aí têm questões de segurança jurídica, questões de tecnologia embutida nisso, os direitos, as patentes – como foi lembrada aqui pelo Filipe – e aí nós temos um espaço muito grande para trabalhar.

Mas eu queria – e não é para puxar brasas para o meu Rio Grande, para o nosso Presidente da Aprosoja/RS, o nosso Ireneu Orth – um detalhamento sintético sobre esse fundo, que foi apresentado como sugestão, referido pelo Carraro também. Como é que ele funcionaria? E que forma nós aqui poderíamos trabalhar para, eventualmente, criar esse marco regulatório? Se for o caso, trabalhar em relação a isso.

O SR. IRENEU ORTH – Obrigado. Na verdade, a ideia do fundo surgiu porque quando eu jovem lá atrás, nos anos 70, eu trabalhava em uma cooperativa e fazia o certificado de procedência do trigo, quando o trigo era compra estatal pelo governo, o Cetrin. E lá, entre outros descontos, tinha fundo de pesquisa, com um percentual "x", e aquele percentual era destinado às empresas que na época faziam as pesquisas. E na década de 80, quando isso efetivamente aconteceu, em 70 e 80, mais especificamente em 80, o trigo teve um aumento de produtividade na ordem de 9% ao ano, na década. Depois, na década de 90, este índice já caiu e, atualmente, na última década de 2000 a 2010 foi mínimo, porque se deixou de investir no trigo, não houve mais pesquisa. E as pesquisas que aconteceram foram mínimas.

Então o trigo tem muito campo para expandir: quando olhamos a produção do trigo em países onde essa tecnologia avançou, as possibilidades são muito altas.

A ideia é parecida com esta: criar o fundo em cada uma das *commodities*, mais especificamente nós falamos aqui no soja; descontar de todo produtor, independente se é transgênica ou não, e este fundo que deverá ser gestionado, dirigido por um conselho a ser formado por lei, logicamente, por representantes de órgãos governamentais e das entidades, para, a partir disto, fazer a distribuição de acordo com o obtentor da tecnologia, um percentual; um percentual

para pesquisa; um percentual para os sementeiros; e um percentual pequeno também para as entidades – a própria Aprosoja, no caso da soja; a entidade do milho, a Bramilho, de repente um fundo também. E extinguir todas as demais cobranças eventuais que possam existir. Por exemplo, cobrança de soja dos *royalties* na moega da soja, que alguém comentou aqui que é uma penalização para aquele produtor que não paga *royalty* na semente. Ele tendo a semente própria, quando ele vai vender, quando ele vai entregar na moega, ele é descontado automaticamente. Isso é uma penalização.

Então, nessa nova sistemática, a cobrança poderia continuar na semente, como é de lei, como é lógico e de todo mundo um percentual pequeno que formaria esse fundo. E, com isso, nós vamos ter oportunidade de incrementar avanços em todas as áreas, na biotecnologia, na criação de novas variedades ou o aumento de produtividade, até da semente que não é transgênica, como o companheiro César falou aí, de que a própria semente convencional da soja tem altas produtividades – até nisso dá para investir.

Então, a ideia básica, Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele vai ter algum tipo de papel na equalização de *royalties*, de pagar *royalties* no caso o fundo, ou não?

O SR. IRENEU ORTH – Não. Na minha concepção isso é uma ideia, acho que a empresa teria o direito de cobrança na semente, o que ela tem hoje também. E tem o boleto, aquela história toda que o pessoal conhece. Então faria ali, pode até baixar esse percentual e cobrar de todo mundo na hora da venda, um percentual pequeno. Os números nós apresentamos aí, com 0,5% nós chegamos a um valor expressivo que pode ser dividido entre todos depois.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está incluído no meio por cento de *royalties*.

O SR. IRENEU ORTH – Meio ou 1%, pode ser 0,7%, pode ser outro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas estaria incluído dentro?

O SR. IRENEU ORTH – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só que tem outra pergunta bem simples. É que na sua exposição o senhor falou sobre a questão da evolução da estimativa de 2020, que pode chegar a 84 milhões toneladas de soja, que é a principal *commodity*. E aí deu a média da produtividade média brasileira de 50 e...

O SR. IRENEU ORTH – De 51,85 foi a média de 2011.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa média não pode aumentar, não está baixa essa média?

O SR. IRENEU ORTH – Está baixa. Como média ela é alta, porque tem muitas regiões do País onde a produtividade é bem menor. Nós temos regiões com 70, 80, até 90, em 2011; teve regiões com 90 sacos, com áreas isoladas, na Bahia. O produtor Jacob Lauck, um dia, nos apresentou, ele que foi Vice-Prefeito de Luiz Eduardo Magalhães, que teve talhões de 400 hectares, onde atingiu entre 88 e 90 sacos por hectare. Lógico com um ano correndo normal e tal. E são produtividades de ponta. Mas nós perfeitamente podemos chegar, no meu entendimento, a 55, 60, como é de geral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o César falou outra... Ele me deu ali que quebra um pouco o paradigma... O César Borges falou sobre a questão da produtividade da soja convencional para a transgênica. É igual a produtividade? Está-se conseguindo nesse ponto, César? Desculpe-me, é o custo de produção.

O SR. CÉSAR BORGES SOUZA – Em algumas pesquisas feitas no Mato Grosso mesmo, em que o custo de produção é bastante semelhante, mas com uma pequena vantagem para a soja convencional.

Agora, produtividade também é bastante semelhante, porque no fundo nada mudou. Não tem nada excepcional; apenas você criou uma possibilidade de a soja ser resistente ao glifosato, o que fez com que houvesse certa facilidade para o agricultor de manejo. Mas, por outro lado, o que tem aumentado o uso de glifosato é uma coisa assim estrondosa. Não sei se isso poderá um dia causar problema em contaminação de água ou coisa que o valha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra, então, ao autor, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nobre Senador Acir Gurgacz, a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Ana Amélia, os nossos convidados que aceitaram o convite de estar aqui, como o Filipe Teixeira, que veio pela Embrapa; o Ireneu, que é Presidente da Aprosoja/RS; do Pierre, que é Presidente da Aprosmat, do qual tive já a honra de ser Presidente também dessa entidade no Mato Grosso; também o nosso Glauber Silveira, que é nosso Presidente da Aprosoja nacional e já foi o presidente da nossa entidade estadual; como também o Ivo, que é da Abrasem, do qual também já fui Vice-Presidente dessa entidade e já militei nessa entidade; além do César Borges, que é Presidente da Abrange, além de termos uma amizade muito antiga, nós temos um neto em comum. A minha filha é casada com o filho dele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é a parte mais importante.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É a mais importante. Até disse que o menino devia ter passado pelo Cade antes de nascer, porque ele é o único acionista da Caramuru e da Maggi agora. (*Risos*.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É a concentração do poder.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É o Blairo César, ele leva o meu nome e o nome do César.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É colorado?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É colorado claro, já te mostrei a foto no celular. (*Risos*.)

Então, quero cumprimentar a todos e agradecer a presença e também dos demais convidados, que estão aqui. E dizer que eu vejo essa questão da biotecnologia com muita tranqüilidade e naturalidade, pois sempre defendi o uso da tecnologia como mais uma ferramenta para o agricultor; quem tem que definir o que vai fazer ou não é o agricultor. Só que nós como entes, como entidade política, este Senado, as entidades privadas, precisamos estar atentos para que não sejamos levados no canto do ringue ou nas cordas do ringue, sem saber o que fazer depois com a pressão que vêm das grandes empresas multinacionais, eu não tiro o direito e até o dever dos executivos de darem um maior lucro possível para cada um dos seus acionistas. A vida é assim, é regida dessa forma no capitalismo, como nós vivemos. Agora, o Governo, os entes políticos, o Senado, todos os demais, têm que tomar o cuidado de saber como fazer esse enfrentamento.

Na minha avaliação, nós não podemos proibir nada, mas também temos que dar aos órgãos públicos as condições para que ele, esse órgão público ou esses órgãos públicos possam fazer frente ou fazer um combate direto com esse tipo de situação que acabei de me referir. E quero dizer que tem o dever de fazer é a Embrapa e tem o dever de fazer com recurso nosso, recurso público. Então eu já disse várias vezes aqui nesta comissão e em outras que a Embrapa não é merecedora de alguns milhões de reais do Orçamento da União todos os anos. Ela é merecedora de alguns bilhões de reais, porque a Embrapa deveria estar fazendo aquilo que as multinacionais fazem: investindo aí 10, 12, 15 milhões por dia ou 5 milhões, como foi dito aqui.

Este é o papel da nossa entidade pública de pesquisa: desenvolver pesquisas tão boas ou melhores do que aquelas que vêm sendo feitas. Aí, sim, nós vamos ter a competição entre um órgão público que tem não só vamos chamar assim o direito e o dever também de se manter com os seus *royalties,* mas de fazer uma regulação de preços onde os produtores possam manter suas atividades.

O que nós não podemos deixar acontecer é aquilo que todo agricultor tem medo de um dia ser no jargão que se diz: "Olha eu não quero ser integrado, eu não quero ser um criador de frangos", porque, nesse processo, quem determina tudo é quem está na cadeia de cima, quem é o frigorífico, o distribuidor, e nós, como agricultores, pois acho que para o Brasil não é importante, não é interessante que isso aconteça.

Então nós aqui, como políticos, Senadora Ana Amélia, temos que forçar o Governo cada vez mais colocar recursos na Embrapa para que ela possa fazer o enfrentamento, com a Monsanto, com a Bayer, com a Basf, com todos os demais que estão no mercado e estão desenvolvendo tecnologias.

Nós precisamos compreender também que tudo isso é um jogo financeiro; é um jogo financeiro desde o início quando apareceram os primeiros transgênicos. E aí nós vamos fazer aqui uma reflexão bem rápida e entender por que houve no mundo uma resistência organizada contra os transgênicos, porque se nós olharmos a história, nós vamos ver que as empresas americanas e, principalmente, a Monsanto foi quem saiu na frente nessa tecnologia. As empresas européias não acreditaram muito nisso no começo e ficaram sentadas. Quando perceberam, as empresas americanas, no caso mais específico a Monsanto, que até tem representantes aqui, quando eles perceberam, a Monsanto já estava no mercado.

Como desenvolver e como alcançar esse pessoal? Foi botando barreiras e vieram para o Brasil e outros países com organizações, ONGs organizadas, devidamente financiadas, e começaram a colocar medo nos consumidores, dizendo "você não pode comer isso, não pode fazer aquilo, não pode isso", até que, em determinado momento, a pesquisa deles avançou e chegamos todos nós no mesmo patamar. Então, não temos mais movimentos grandes hoje contra os transgênicos, pelo menos não temos mais organizados. Eles existem porque foi plantado nas nossas cabeças e nas cabeças das pessoas no mundo afora que isso fazia mal. Mas, na realidade, não faz mal nenhum; está mais do que comprovado.

Então o que nós precisamos aqui é ter essa consciência de que tudo é um negócio e como negócio nós temos que saber lidar com isso. A transgenia e a biotecnologia vêm para ajudar o produtor; ela não pode vir para penalizar o produtor. Como é que nós ficamos livres dessa tecnologia? Mais uma vez, dando à Embrapa, e é o que César defende através da Abrange, para que ela mantenha a tecnologia não só na biotecnologia fazendo frente aos demais, mas manter o nosso Banco de Germoplasma à disposição daqueles que queiram fazer ainda a soja convencional.

Eu, como produtor, gostaria de fazer só convencional. Não que eu seja contra a biotecnologia, mas não é possível mais para mim nem para todos os produtores, porque a soja transgênica ou a biotecnologia é uma ferramenta para o agricultor. Eu tenho áreas, eu tenho talhões dentro de fazendas que, se eu não usar o transgênico, eu não posso mais plantar soja, porque já se passaram 20 anos, 30 anos de cultura, praticamente de monocultura – agora que chega o milho nessas regiões, agora que chega o algodão – e, portanto, as pragas já tomaram conta, ficaram resistentes aos herbicidas tradicionais. Como diz o cunhado Itamar, é até um adubo para elas. Você passa algumas pragas, alguns leiteiros, algumas coisas, você coloca aqueles herbicidas que no passado faziam efeito, parece que a planta dá risada, fica até mais vistosa. Aí você tem que entrar então com uma técnica de transgenia. Agora, essa técnica de transgenia também tem seu tempo – e o Pierre foi correto aqui –, também tem seu tempo, porque aquilo que, por exemplo, um glifosato, que matava 100% das plantas, lá no Rio Grande do Sul, eu tenho certeza de que não é mais verdade. Ah, ela ganhou resistência? Não é que a planta ganha resistência. Temos plantas naturalmente resistentes e que, com o passar do tempo, vão sendo selecionadas e vão, num ambiente sem competição, ganhando e sendo reproduzidas e, em determinado momento, elas são a maioria e, portanto, o herbicida já não funciona mais. São novas plantas, novo mato que era sufocado e consegue ganhar espaço na vida e crescer.

Então, o que nós precisamos aqui debater claramente é, primeiro, é caro o que está se cobrando? É caro. Então o produtor não deve usar. Se é muito caro, o produtor que não use. E se for a única tecnologia disponível para a gente trabalhar e não tem como fazer por outra via, aí o Governo tem que intervir, como já intervimos como Governo em outras situações como na questão do combate à Aids, com quebra de patentes e outras coisas. Quer dizer, há mecanismos. O que nós temos que estar aqui foi o que o Pierre disse, atentos, atentos no sentido de saber se aquilo que estamos pagando é justo e se aquilo que estamos pagando é merecedor naquele momento, e não pagar por uma tecnologia que já venceu, já não tem mais efeito, mas que ele tem direito ainda pela lei. Talvez nós tenhamos que prever isso, num determinado momento, da revalidação dessa patente para saber se ela ainda é viável ou não.

Então eu quero aqui dizer aos senhores que vieram à nossa audiência que isso é um tema realmente importante, é um tema que por muitas vezes já foi debatido e eu sou defensor de que o Brasil, pela sua empresa pública, invista, como já disse aqui, alguns bilhões de reais ou de dólares, que nós sejamos autossuficientes, que nós possamos fazer um enfrentamento e que nós não fiquemos dependentes pela vida inteira e pelo resto da vida das empresas multinacionais. Elas têm todo o direito? Tem todo o direito, mas o Brasil tem a obrigação de fazer isso como foi dito aqui pelo Marcos, como a China vem fazendo. Isso, sim, é soberania; não só nessa questão de biotecnologia, mas na questão de fertilizantes. E não adianta o Brasil ter terras planas – e as têm – para produzir e terras pobres, como nós temos no Centro-Oeste, com gente capacitada, conhecimento, dependente de importação de fertilizantes, dependente sempre da importação de tecnologias.

Eu acho que nós não vamos mais cair numa guerra mundial ou que seja em uma guerra de fato, ou uma guerra comercial de alguém dizer assim: "Nós não vamos passar essa tecnologia para os produtores brasileiros este ano". E aí o Brasil quebra porque ele não consegue produzir. Acho que não vai acontecer. Mas é possível? Sim, é possível, é possível. Se você tem a chave do cofre, se você tem a chave da tecnologia, um dia alguém pode ir lá e virar: "Ah, Brasil, você está muito pedante no mercado, você é o maior produtor de alimentos, você está cobrando muito caro e eu não vou te dar mais tecnologia". Virou a chave, dois anos depois, e nós estaremos todos quebrados, como País, como negócio e com problemas de alimentação também. Então, é uma questão de segurança nacional, de segurança alimentar e de segurança financeira, porque esse negócio que está Comissão aqui representa: a agricultura e a pecuária, é que sustentam este País. O saldo da balança comercial brasileira sai daqui. Quer dizer, desta Comissão, que representa os agricultores. Então, é um negócio muito sério que estamos tratando.

Mais uma vez, nós, como Senadores, como Casa, nós temos de dar à Embrapa às condições necessárias para ela ir para frente, porque até onde vocês vieram Felipe – você está aqui representando a Embrapa –, o trabalho feito foi extremamente interessante. Se hoje nós estamos produzindo soja aqui no Centro-Oeste, na Bahia e no Nordeste, devemos à Embrapa, devemos à Fundação Mato Grosso, à fundação de Goiás, às outras entidades, além das particulares, o Francisco Terasawa, e tantos outros que deram aí o seu trabalho. Mas foram pesquisas feitas pelo setor público e setor privado.

Dizer que esta questão do pagamento de *royalties* ela é importante. O Marcos, aqui, disse que nós, da Fundação Mato Grosso, conseguimos sobreviver na cobrança de *royalties*. Quero dizer mais: antes da lei da produção de cultivares, antes, nós, junto com a Embrapa, já fazíamos, em um mercado fechado em

Mato Grosso, um pagamento de voluntário de *royalties*. Era um voluntário. Assim: "Eu, como sementeiro, pago para poder ter a semente da Aprosmat", um convênio que nós tínhamos, Então, antes do surgimento disso, nós já fazíamos esse pagamento voluntário.

Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer o seguinte: de fato o mercado, hoje, não é tão livre, não é Glauco, como você diz e como os outros disseram. O que me mete medo – e eu sou sementeiro–, é o seguinte: quem é o detentor dessas patentes hoje sabe que o produtor quer aquela determinada tecnologia, mas ele vem ao sementeiro, vem aqui no meu querido Senador, e diz o seguinte: "Eu te licencio, mas só que você não pode produzir mais a variedade convencional". Aí é que mora o perigo. Aí é que mora o perigo, da força que tem essa tecnologia de impedir os sementeiros de reproduzirem as sementes convencionais. Isto é um monopólio.

Isto é que um crime que se está cometendo contra o País, e que precisa ser observado, e que precisa ser denunciado.

Mas o sementeiro, muitas vezes, tem medo de ficar de fora. "Ora, se eu falo, eu fico de fora". Mas precisa dizer.

Eu não consigo concordar com isso. Para eu reproduzir uma variedade, que está vindo aqui agora, se é intacta ou coisa parecida, eu tenho de abrir mão de produzir as demais. Não pode ser assim.

O mercado, então, de fato, ele já não é tão livre como nós pensamos. Casildo, a coisa está ficando apertada. "Você produz esta variedade, mas você não pode produzir nenhuma outra". Então, nós temos variedades de soja, hoje, convencionais, que são importantes em determinadas regiões de Mato Grosso, como na região do Araguaia, quase divisa com Tocantins e Goiás, que já não tem mais o mercado. Mas o produtor daquela região ele pede por ela, mas o sementeiro não consegue mais multiplicá-la, porque quem detém a patente diz: "Eu não vou te dar porque eu só quero que você faça isso".

Então, de fato, o mercado não é tão livre. Nós precisamos estar atentos a isso.

Eu gostaria de dizer à Aprosmat e às demais associações produtoras de sementes no Brasil que denunciem essa situação, que tragam essa situação para a Comissão de Agricultura, para que nós possamos tomar as providências devidas junto à entidade nacional e junto ao Ministério da Agricultura e, de repente, até fazer uma modificação na lei, para que a empresa que ainda detém a patente, mas que não queira multiplicar, por que conveniente a ela, que ela perca essa patente, passe para a Embrapa, e que a Embrapa continue fazendo multiplicação da semente, para que o agricultor tenha o direito e a liberdade de escolher aquilo que quer.

Mais uma vez, quero cumprimentá-los pela presença.

Sr. Presidente, não tenho nenhuma pergunta específica a fazer.

Agradeço a todos pela presença em nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Para discutir, tem a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os nossos convidados que vieram aqui contribuir com esta importante audiência pública. Eu acho que o debate é interessante, é necessário e muito apropriado.

Eu gostaria de fazer algumas considerações antes de entrar no mérito.

Eu acho que o Brasil fez opções inteligentes pela democracia, pelo capitalismo. Então, esta opção precisa ser observada todos os dias.

O capitalismo é uma opção extraordinária, mas, como tudo no mundo, tem a suas distorções, que precisam ser observadas. Eu inclusive escrevi – uma pequena contribuição – um artigo na *Folha de S.Paulo* da última quinzena, em que eu discutia capitalismo, ética e espiritualidade. O erro não está no capitalismo; o erro está na ganância que determinadas pessoas e segmentos têm e que desvirtuam todos os princípios do capitalismo.

Uma das coisas importantes da democracia, um dos pilares importantes da democracia, é o direito de propriedade. Muitos confundem direito de propriedade com direito de terra. Acham que o direito de propriedade é uma exclusividade dos fazendeiros, dos produtores rurais; e o direito de propriedade é um princípio extraordinário que funciona em todos os países livres, independentes, e que exercem sua democracia plenamente. E o direito de propriedade também está na propriedade intelectual.

Então, eu quis apenas fazer esta prévia para que nós, que defendemos tanto a propriedade privada, no caso eu, da CNA, tenho a obrigação de fazer isso, como instituição, e tenho lutado contra essas questões que agridem e trazem insegurança jurídica para os produtores. Então, eu tenho muita dificuldade em defender um princípio em uma área e não defendê-lo em outra área.

Direito de propriedade é direito da casa, da bicicleta, do ar, de viver, direito a falar, direito seu, pessoal, e da sua propriedade intelectual. Seja de um produto

pesquisado, seja de um livro, seja da composição de uma música. Então, nós precisamos ter muito cuidado para não relativizar esses princípios de acordo com os nossos interesses, em que pesem todos os interesses muito legítimos.

É justamente o direito de propriedade que faz com que as pessoas cresçam, que impulsionem uma sociedade, que impulsionem uma economia. Numa casa alugada, eu, provavelmente, não farei investimento nela. Posso até passar uma tinta, mas não tenho interesse em progredir nessa propriedade. Quando a propriedade é privada, quando a casa é sua, você logo, logo encontra meios de ampliar essa casa para que ela fique mais confortável.

Assim é com a propriedade privada. Todos os países do mundo, recentemente a China, já estão modificando toda a legislação com relação à propriedade de terras, justamente para que não haja o empobrecimento generalizado, como houve em outros países, que eu não quero aqui citar, porque a agricultura, além de insumos importantes, tecnologia e inovação, ela precisa de um sol muito mais forte e brilhante, que é o sol da liberdade para produzir.

Em todos os países em que esse sol da liberdade foi apagado, a agricultura não prosperou e nenhuma atividade econômica. Então, se nós queremos ter pesquisa, e eu sou uma das maiores, junto com outros brasileiros, claro, mas eu me coloco na primeira linha de defesa da Embrapa. Eu digo até que a Embrapa deveria pagar-me *royalties* ou cachê, porque eu sou garota-propaganda da Embrapa, porque eu sou apaixonada por pesquisa, inovação, por tecnologia. Eu acho que isso é que move o mundo, assim como a educação. Educação e pesquisa, nada mais importante do que isso para um país.

E é claro que a pesquisa é importante, não interessa a origem. Mas é muito interessante que nós tenhamos a nossa pesquisa própria. Todas as outras são bem-vindas, mas nós não podemos perder não apenas pelo perigo de uma exclusividade. Mas um país que não tem o seu próprio patrimônio intelectual, que não tenha o seu próprio time, que não tenha uma corporação forte em pesquisa, de acordo com as suas prerrogativas, com os seus climas, com as suas terras é um país que tende ir para trás, não só na pesquisa agropecuária, mas em todas as pesquisas, em todos os setores da economia.

Então, eu acho que essa questão é muito importante e não pode haver uma relativização disso, por mais antipático que possa ser o tema para determinadas cadeias.

Com relação a ter ou não a patente, o prazo ou não de uma patente, isso é uma questão legal. Basta o Congresso Nacional querer e votar que a patente dure dois anos, ou que a patente dure 100, ou que ela dure 10 ou dure 20.

Qual é a consequência da votação de um prazo de duração de uma patente? Será o estímulo ou não para essas empresas continuarem a fazer pesquisa. Aí, eu pergunto: quem terá o prejuízo? Essas empresas, provavelmente, vão achar outro rumo, outro país, assim como a Basf, que está saindo da Europa, o próprio presidente internacional me disse, porque cansou de lutar contra a transgenia na Europa. Está indo para os Estados Unidos.

Então, essas empresas têm uma facilidade de locomoção que é uma coisa extraordinária, e nós não podemos dizer o mesmo. Não há como eu pegar a minha fazenda em Aliança do Tocantins e transferi-la para os Estados Unidos. Infelizmente, não há possibilidade. Eu podia até vender e comprar, mas as dificuldades e os preços são muito diferentes e eu, provavelmente, teria uma propriedade muito menor.

Então, essas coisas precisam ter equilíbrio.

A pesquisa interna é importante, a pesquisa externa é importante. Pesquisa não tem nacionalidade. Por uma questão estratégica, nós devemos ter a nossa pesquisa.

Na segunda-feira, eu tive uma audiência muito interessante com a Presidente Dilma, em que nós só discutimos as questões da agropecuária brasileira por uma hora e meia. Quando eu desço e encontro os jornalistas, eu digo sempre para eles que as minha audiências são muito sem graça para jornalistas. Não têm nada de assunto político, só assuntos da agropecuária, que, às vezes, não têm muita graça.

Então, um dos assuntos foi exatamente esse. Nós estamos elaborando um grande projeto nacional, e a Presidente me garantiu que ela tem dinheiro para isso, e dinheiro razoável, e que ela pretende investir na pesquisa privada e também na Embrapa; que as empresas possam fazer pesquisa, mas que também vai fortalecer a Embrapa.

Nós estamos finalizando, porque nós estamos chamando todas as entidades de pesquisa do País, para ouvi-las, para que a CNA possa terminar esse trabalho e dar, como contribuição, uma sugestão para a Presidência, que, claro, vai ouvir o Governo, o MAPA, a Embrapa e tudo o mais.

Então, eu acho que é da maior importância que isso seja feito.

Uma consideração muito importante é nós avaliarmos a história da desindustrialização brasileira. Eu gosto de fazer uma ressalva: alto lá! Desindustrialização para setores da economia brasileira, porque a agroindústria vai bem, obrigada.

Claro que enfrenta as mesmas dificuldades e no mesmo território em que estão as indústrias que estão chorando, moram também as indústrias do agro; e outras indústrias que vão muito bem, porque a diferença dessas indústrias foi justamente investir, fortemente, em inovação e em tecnologia.

Quem quiser ver o que está acontecendo no agro não pode perder o *Agrishow*, em Ribeirão Preto. Claro que tem outras feiras no Brasil inteiro, mas é uma das maiores do mundo. É de cair o queixo o que a agroindústria está fazendo neste País, em termos de máquinas, implementos e pesquisas na área de insumos. Isso é impagável. Foram justamente a inovação e a tecnologia que fizeram com que a agroindústria, a agropecuária e a indústria, que se transforma no agronegócio, pudessem superar as dificuldades do câmbio, as dificuldades com logística e as dificuldades de tributação.

Infelizmente – e eu tenho a maior admiração pela indústria, em geral, do meu País –, tem alguns segmentos da indústria nacional que não estão fazendo o dever de casa com relação à inovação, principalmente setores que são patrocinados pelo Governo, que são subvencionados ao longo de décadas e décadas, que é o paternalismo. É assim como um filho adulto, de 40 anos, continua recebendo mesada do pai. Provavelmente, ele não vai dar para nada na vida.

Então, esse encaminhamento é importante e essa pesquisa em todos os setores fez com que o agronegócio construísse uma grande poupança nos últimos 30 anos.

Nós tivemos um aumento em área de produção em torno de 32% e tivemos um aumento na produtividade de quase 200% ou mais.

Se nós estivéssemos produzindo 160 milhões de toneladas, hoje, com a mesma tecnologia de 20 anos atrás, nós precisaríamos do dobro de terras, do dobro de desmatamento para poder produzir.

Então, essa poupança verde, ambiental, nenhum país do mundo construiu com tanta competência como nós.

Essa questão do algodão, por exemplo, como viver sem os transgênicos no algodão? Cinquenta por cento dos defensivos agrotóxicos é o custo de produção do algodão, que exigem a aplicação de oito mãos de defensivos, de agrotóxicos. E nós sabemos que o transgênico, em torno de três aplicações.

Não tenho nada contra a semente convencional. Quem vai decidir qual é boa e qual é ruim? É o mercado. As pessoas têm o direito de continuar produzindo em seu livre mercado. Se temos mercado e a maioria quer consumir por preço baixo, vai se submeter a comprar transgênico, como a China faz. A Europa não se incomoda com o preço porque tem um bilhão de subsídio por dia para a agropecuária. Ela pode bancar uma agricultura retrógrada e que não tem competitividade como a nossa. Isso é uma questão de interesse público, interesse de governo e interesse dos mercados. Agora, nós, brasileiros, podemos comer uma soja, por exemplo, muito mais cara por conta da aplicação dos insumos de uma soja convencional? Eu, sinceramente, não estou apropriada aqui para discutir os custos da convencional com a transgenia, com as sementes transgênicas.

Eu sei que o custo do convencional, é lógico, é óbvio, deve ser mais baixo, porque não tem *royalties* para começar. Agora, em termos de produtividade, primeiro ponto: nunca vi nenhuma semente transgênica, nenhuma pesquisa transgênica ter se proposto a fabricar e produzir o evento para aumentar a produtividade. Não é esse o objetivo. O aumento de produtividade da transgenia é indireto. Por quê? Porque, na hora em que mato a lagarta, tiro o mato, o que acontece com essa planta? Ela vai produzir muito mais. Então, é uma coisa consequente e não porque é transgênico, não por conta da patente. É porque o transgênico deu condições melhores para aquela planta crescer e dar todo o seu potencial de grãos num pé de soja.

Então, essa questão de que a patente de alguns produtos não está funcionando como antes eu acho uma coisa tão natural. É só não usar. Porque, se eu quebrar a patente desse produto que já não está tendo o mesmo efeito, quem é que vai querer produzir o genérico dele? Para vender para quem? Se o de patente não está combatendo aquela lagarta, por que o genérico estaria? Então, tanto faz como tanto fez. É o mercado, é a inteligência competitiva de cada produtor, é a gestão de cada fazenda. Então, isso precisa estar bem na cabeça de todos. Eu acho que isso é um ponto que deve ser considerado.

Essa outra confusão, por último, que não é uma confusão, mas, às vezes, é complicado de as pessoas compreenderem, é a Lei de Cultivares e a Lei de Patentes. Eu confesso que ela traz discussões, traz dúvidas. Eu acredito que sim, porque, na verdade, essas duas leis não podem ser confundidas. Elas precisam estar muito bem separadas. A Lei de Cultivares protege uma pesquisa que foi feita por qualquer pessoa, por uma semente simples, que pode se chamar semente Glauber. Essa semente simples é de cultivares. Ela permite salvar e não pagar o *royalty* posteriormente. Então, eu pago o *royalty* para o Glauber, planto a minha semente; depois, se eu quiser guardar essa semente para plantar no ano seguinte, eu não pago *royalty*; mas, se eu comprar a semente do Glauber, que é convencional,

e produzir um componente transgênico dentro dessa semente, é a Lei de Patentes. Isso é claríssimo.

Então, não pode haver uma confusão nisso nem de boa-fé e nem de má-fé. O que nós precisamos compreender é como cobrar na moega, quais são as discussões. Eu acho que essas discussões precisam ser intensificadas. Não pode haver dúvidas nas cadeias. Na compra da semente, é mais fácil, mas, na semente guardada, é claro que vai ter confusão. Agora, precisa muito mais o produtor entender esse manejo e chegar a um bom termo para definir a moega, porque a moega é aquela excedente que guardei, plantei e plantei transgênico e não transgênico. Plantei da Basf, plantei da Monsanto, plantei da outra e preciso separar tudo isso para o pagamento. E, na moega, confesso que entendo que haja complicações, mas confesso que entendo que haja complicações.

Encerro dizendo, mais uma vez, que existe uma relação muito interessante de amor e ódio entre as multinacionais e os produtores do Brasil e do mundo inteiro, porque nós precisamos dos recursos deles para plantar a lavoura – 65% da lavoura plantada no Brasil de soja e de milho são financiadas pelas multinacionais –, mas precisamos da pesquisa que eles fazem com transgenia e outras variedades; mas precisamos desesperadamente desse capital, mas, ao mesmo tempo, há uma relação de ódio pela concentração.

Só quero lembrar que a concentração é geral e o que pode evitar os danos dessa concentração é claro que é a regulação, o marco regulatório. Mas a concentração vem desde o frango, do porco, do frigorífico, dos adubos, dos fertilizantes, da semente, enfim, toda a cadeia é uma concentração terrível no mundo inteiro. Nós temos de enfrentá-la e procurar marcos regulatórios que possam dar um pouco mais de equilíbrio a essa situação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Há um requerimento sobre a mesa, mas antes vamos ouvir o Senador Casildo Maldaner para debater o tema.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, caros Colegas, prometo ser breve.

Nesta Casa, sabem como são as comissões, e eu devo ter perdido uma parte importante da exposição dos senhores neste debate público aqui. Inclusive, teve a participação do Ireneu, lá da nossa terra. Sou oriundo de Tapera, o antigo Carazinho. O Ireneu aqui comparece para participar.

O SR. IRENEU ORTH – Tapera é demais, não é? (*Risos*.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso. Tapera é demais. (*Risos*.) E para me aventurar em novas terras, quando eu tinha dois anos de idade, meus pais foram para o oeste catarinense. São as circunstâncias.

Eu quero confessar, ouviu Kátia?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu estou indo para a CPI. V. Exª me desculpe. Mas eu vou te ouvir.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Delcídio está chegando. Eu conheço o Delcídio por ser Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, um nome nacional, todo mundo sabe. Sobre a nossa Senadora Ana Amélia, não pude sentir, mas já sei quem é a Ana Amélia nesta Casa, e polivalente também. A Ana Amélia faz tudo, 24 horas por dia, anda a 100 km por hora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou te pagar *royalty* pela propaganda. (*Risos*.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas é mesmo. Agora, sei que a Kátia precisa sair. Eu termino com o Blairo. A Kátia... Parece-me que este debate aqui se transformou em um verdadeiro congresso sobre um tema importantíssimo. A Kátia até poetisa é. Ela defende o sol da liberdade para cultivar as propriedades. Não é só problema da terra, Delcídio. É a propriedade da casa, é a propriedade intelectual. É o direito a respirar, de viver melhor. Essa propriedade, esse sol da liberdade, a proteção dos insumos da terra para que o fruto seja mais forte. Essa é Kátia da CNA. A Kátia dá um *show* no Brasil. A Kátia é isso. (*Risos*.)

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu vou ter de sair para o depoimento na CPMI.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vai, Kátia. Mas isto aqui é um congresso de debates, na verdade. Transformou-se nisso, não é, Presidente Acir? E eu já sabia que o Blairo é um grande produtor, entende de produção, mas eu não sabia que ele é inserido na tecnologia, ele mergulha lá dentro. Ele conhece os detalhes, as entranhas das questões técnicas. Ele debate tudo isso de maneira tão natural que se transforma em uma palestra. E começamos a ficar em silêncio, ouvimos o zumbido das moscas voando. Conheço-o do tempo que fui governador de meu Estado...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Depois, diz que a Kátia é que é poetisa. (*Risos*.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas você é mais prático. Você disse que a verdadeira soberania nacional é isto que temos: termos independência, produtividade da ciência e da tecnologia, que está nas mãos da Embrapa. A Embrapa somada à pesquisa privada, de mãos dadas, para termos a verdadeira soberania nacional. Buscando as melhores

que existem no campo internacional, elas vêm aqui, formam *joint ventures*, talvez se instalem aqui formando um conjunto para criarmos a verdadeira soberania que você disse.

Quero combinar com isso, Sr. Presidente. Acho que vou ser um propagandista disso aqui no Senado, por onde eu andar neste País, não só no meu Estado de Santa Catarina, que preza a inovação, que preza a ciência, que preza essa questão do alimento, da agroindústria, da tecnologia. Santa Catarina tem essa coisa de berço, gosta disso. Eu serei o propagandista daquilo que senti aqui, nesta audiência pública da comissão do agronegócio, na Comissão da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, por sua contribuição para o nosso tema de hoje.

Eu peço licença para interromper um minuto o nosso tema para ler o requerimento que está sobre a mesa, em função de o requerente ter também de ir para a CPI – aliás, a Comissão de Ética também me chama, mas vamos continuar os nossos trabalhos porque todos são importantes.

Requerimento de autoria do Senador Delcídio Amaral, que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro que seja realizada em conjunto pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública para discutir a concentração das atividades de abate e comercialização de bovinos no Brasil, conforme os artigos 93, inciso II, e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, convidando-se as seguintes autoridades nas áreas envolvidas: Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Marcos Antônio Molina dos Santos, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Marfrig; Joesley Batista, presidente da ***holding*** *que controla o frigorífico JBS; Francisco Maia, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – Acrisul.*

Para justificar o requerimento, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que hoje estamos aqui com quatro ou cinco comissões funcionando ao mesmo tempo, uma CPI e o Conselho de Ética. É difícil a gente acompanhar com qualidade os debates importantes que acontecem hoje aqui, no Senado Federal.

Eu tomei a liberdade, Sr. Presidente, de apresentar esse requerimento, porque há uma preocupação muito grande com relação a esse excesso de concentração na comercialização de carne bovina.

Hoje, em Mato Grosso do Sul, 70% da comercialização estão nas mãos de dois frigoríficos somente. O cenário que estamos vivenciando é um cenário de absoluta devastação. Os pequenos frigoríficos, os médios frigoríficos, que têm um papel importantíssimo na vida dos Municípios, na geração de emprego, na geração de renda, eles estão simplesmente fechando. E o pior: alguns deles estão sendo comprados para serem fechados e não comprados para continuar operando. Acho que essa política é muito prejudicial, não só para os produtores, mas também, e especialmente, para os consumidores.

Vai acontecer na segunda-feira à noite, na Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul, um grande evento para discutir esse tema com a presença de parlamentares de vários Estados brasileiros, Senadora Ana Amélia. Vamos debater essa questão. Eu compreendo as iniciativas no sentido de disciplinar, de tornar competitivo esse setor, especialmente nas vendas para o exterior, para esse mercado que é extremamente competitivo e exige muito de todos nós, não só na qualidade de nosso rebanho bovino, mas também, e principalmente, no que se refere à sanidade animal, até porque hoje, para comercializar lá fora, o imposto acabou. Agora o principal é sanidade animal, que é uma barreira que traz um discurso muito importante, que tem um apelo muito forte e que, consequentemente, nos leva a ter uma atenção especial com relação a essa questão.

Então, acho que a iniciativa é importante, de criar empresas que tenham competitividade, que disputem o mercado internacional, mas, ao mesmo tempo, temos de olhar os pequenos e os médios também, até porque essa realidade é muito presente em vários Municípios, especialmente da Região Centro-Oeste. Então, estou apresentando este requerimento para se fazer uma audiência pública, meu caro Presidente Acir Gurgacz, não só na Comissão de Agricultura, mas na Comissão de Assuntos Econômicos, porque viriam não só representantes dos criadores, os representantes dos dois frigoríficos que hoje concentram boa parte da comercialização de carne bovina no Brasil, mais o Cade que vai ter de se posicionar, porque essa voracidade está se tornando tão avassaladora que quem vai perder é o Brasil, quem vai perder somos nós.

Portanto, tomei essa iniciativa de apresentar este requerimento e o apresento na Comissão de Assuntos Econômicos na próxima terça-feira também para que a gente faça uma audiência pública com esses convidados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gugacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em votação o requerimento. Eu gostaria de debater esse assunto, mas eu não queria desvirtuar o tema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Eu acho que foi relevante e não deixa de ser porque também é um problema de concentração. Eu gostaria apenas de não só apoiar o requerimento do Senador Delcídio, mas queria apenas, modestamente, sugerir a inclusão do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e também do representante da pecuária de corte da CNA. Foi feita uma grande investigação no Brasil em função das questões – todas relacionadas ao abate. Então, o representante da CNA na área de pecuária bovina ou de corte. São as minhas sugestões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gugacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento com adendo da Senadora Ana Amélia.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Senador Delcídio, eu sugiro dia 20 de junho, uma quarta-feira, que não o dia nem da CAE nem da Agricultura, e que nós comecemos às 8h30min da manhã para termos o tempo da manhã e não avançarmos no almoço, já que são cinco e mais duas pessoas, sete pessoas, que teriam de ter, no mínimo, meia hora cada um.

É um debate profundo também e da maior importância para não somente os produtores, mas para a população brasileira. Vinte de junho como sugestão. A assessoria entrará em contato com a Assessoria da CAE para ver a possibilidade.

Continuando com o nosso tema, eu passo a palavra novamente aos palestrantes, para fazerem suas considerações finais.

Inicio com o Ivo Marcos Carraro, para suas considerações finais.

O SR. IVO MARCOS CARRARO – Muito bem.

Eu queria dizer que foi uma honra muito grande participar. Quero dizer que fiquei muito impressionado com a forma como os Senadores se manifestaram, mostram que estão conhecendo do assunto. Sempre é uma preocupação nossa... São tantas coisas que vocês trabalham aqui... Eu fiquei bastante satisfeito com essa demonstração de conhecimento, o que é muito importante.

Eu queria destacar que, de toda essa discussão que nós tivemos aqui, sobre o valor de *royalties* e essas questões, praticamente todo mundo colocou suas posições, e eu acho que muitas delas são bastante particulares e importantes. Mas a nossa legislação é rica em alternativas, como aquela que o Senador Blairo colocou quanto a uma variedade que não quer mais ser... A Lei de Proteção de Cultivares, principalmente de uma variedade que seja convencional, ela já tem um recurso para que o domínio dela passe para outro, se houver essa situação.

Nosso marco legal está muito bom e precisa ser melhorado em alguns aspectos. Meu ponto principal é a competição. Nós temos de entender no Brasil que o nível de competição é outro. Nós estamos vivendo, dos últimos dez anos para cá, que o nível de competitividade não é mais criar variedades. Criar variedades continua sendo uma coisa muito importante, mas a competitividade brasileira perante a competitividade global precisa melhorar muito no aspecto das ferramentas novas e isso não está acontecendo por falta de duas coisas: um foco definido e recursos. Muito mais recursos do que a Embrapa tem hoje são necessários. Só que recurso sem foco também não adianta nada.

Então, eu queria chamar a atenção para esses dois aspectos. Se o Senado for trabalhar essa ideia de buscar competitividade nas empresas nacionais, sejam públicas ou privadas, é preciso também dar o recurso e dar o foco também, certo?

Então eu parabenizo a todos por terem identificado onde está nosso problema. É mais gente competindo, principalmente empresas nacionais, nesse novo patamar que se criou. Aí, nós vamos ter um equilíbrio maior e mais facilidade.

Em minha opinião, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, muito obrigado, Sr. Ivo.

Dr. Ireneu Orth, para suas considerações.

O SR. IRENEU ORTH – Agradeço à Senadora Ana Amélia e ao Blairo pelo convite.

Logicamente, não poderia deixar de fazer aqui um agradecimento todo especial a meu conterrâneo. Embora não seja, Senadora Ana Amélia, Senador pelo Rio Grande do Sul, mas o é por Santa Catarina, é o quarto Senador gaúcho. Eu como Prefeito pela terceira vez na minha cidade, eu só posso me orgulhar em ter um Senador como o Dr. Casildo aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para dizer, Blairo Maggi também é gaúcho.

O SR. IRENEU ORTH – É gaúcho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, isso.

O SR. IRENEU ORTH – É gaúcho, mas é de Torres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós temos uma bancada não de três, mas de cinco Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está havendo uma concentração aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas a primeira-dama desta Comissão aqui, que é esposa do Senador Acir, é catarinense, de Gaspar.

O SR. IRENEU ORTH – Mas, o Senador Blairo é de Torres e o Casildo é de Tapera.

Mas é uma alegria estar aqui.

Agradeço a oportunidade, acho que tivemos um belo e importante debate. Apresentamos essa sugestão, que acho que deve ser analisada, deve ser estudada, e nos colocamos à disposição com o propósito de que isso possa de repente avançar, justamente no sentido de que as empresas e as entidades brasileiras possam ter sim mais recursos para investir em tecnologia e em pesquisa. Esse é o nosso propósito.

Mas eu queria aproveitar aqui, rapidamente, outro assunto que o pessoal me levantou lá nas últimas reuniões da Aprosoja, no Rio Grande do Sul, que é o problema da seca no Rio Grande do Sul.

A Senadora Ana Amélia está bem a par desse assunto. O problema é seriíssimo, temos a quebra média no Estado de 50%. Em algumas regiões, na região das Missões, a quebra chegou a 80%. Aquela região já vinha sendo castigada em outros anos com produtividades baixas e os agricultores com sérios problemas de endividamento. As contas que haviam sido prorrogadas até junho/julho pelos órgãos governamentais, por enquanto não têm sinal de um alongamento de longo prazo, um prazo maior. Inclusive, os bancos e fábricas já estão começando as execuções, também bancos particulares.

Então, quero aproveitar este momento para colocar essa situação. Já existe a ideia de fazer movimentos lá na região da maior seca, que é a região de Santiago, Capão do Cipó, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, onde os produtores estão pensando em se mobilizarem. Acho que é importante colocar isso com antecedência aqui, porque medidas poderão ser tomadas, não para evitar isso, mas, principalmente, para confortar aquele produtor que já há muitos anos vem sendo sacrificado pelas secas do Rio Grande. Aquela região, especialmente aquela região, em dez safras, teve oito com problemas; algumas com intensidade maior, outras com menor. Mas, sem sombra de dúvidas, esta última e a de 2005 foram as piores de todas. Isso elevou efetivamente o endividamento daquela região.

No mais, muito obrigado pela oportunidade.

Orgulho-me muito em poder estar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Sr. Ireneu.

Passo a palavra agora a Filipe Teixeira, da Embrapa.

O SR. FILIPE TEIXEIRA – Bom, eu gostaria, inicialmente, de agradecer todo suporte desta Casa à nossa instituição. É um orgulho muito grande trabalhar na Embrapa e saber que a gente pode contribuir desta forma com o País. A instituição tem isso como compromisso. O nosso compromisso lá, a nossa vida dentro da Embrapa é buscar soluções para a agricultura, buscar fazer com que os parceiros aqui presentes há meses, agricultores de forma geral, tenham acesso ao melhor tipo de tecnologia. Não é simples, é um mercado extremamente competitivo e esta Casa tem sido extremamente empenhada em garantir que nós tenhamos todas as condições para fazer isso.

Agradeço as palavras gentis que foram faladas em relação à instituição, ao reforço e à necessidade de suporte financeiro, que são extremamente importantes. Lembro que não é só isso. Além do suporte financeiro, a Embrapa tem que ter a capacidade de utilizá-lo. E seria importante retirar algumas amarras, para que a gente possa atuar nesse mercado extremamente competitivo da biotecnologia.

Agradeço o convite para que a gente pudesse debater esse tema aqui. A Embrapa é uma casa que é nossa e que está sempre à disposição para discutir com os produtores, com os agricultores, com o Legislativo todas as ações.

Com relação ao fundo específico, só um comentário: a gente já tem no Brasil a experiência do Fundo do Algodão, tem a experiência do Fundo do Arroz, e os *checkoffs* americanos são algo dessa espécie. Acho que é algo que precisa ser debatido e que pode, realmente, ser uma fonte interessante de recursos e, inclusive, de demandas para o setor, se bem trabalho, de acordo com as regras existentes.

Mais uma vez coloco a Embrapa à disposição para novos debates e agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Filipe.

Tem a palavra o Sr. Glauber Silveira da Silva.

O SR. GLAUBER SILVEIRA DA SILVA – Quero agradecer mais uma vez aos Senadores. Fico feliz em ver que nós estamos muito bem representados aqui nesta Comissão do Senado. Acho que o nível de conhecimento dos Senadores nos deixa muito satisfeitos, porque são pessoas que realmente conhecem a nossa atividade. Parabéns por tudo isso.

Quero dizer que nós já temos um projeto de lei que está no Congresso, na Câmara dos Deputados, com relação ao Fundo Nacional das Culturas. Com certeza, esse projeto deve vir para esta Casa. Acho que isso já está encaminhado. A Aprosoja Brasil já encaminhou

um projeto que já está há dois anos tramitando. Sem dúvida, espero poder contar com o apoio de vocês todos para que a gente possa tornar isso uma realidade, que é muito importante. Os países bem desenvolvidos estão muito avançados nisso.

Quero dizer que a Aprosoja está à disposição para futuros debates e para aquilo que for importante.

Essa questão da concentração, a gente viu, realmente está acontecendo em todos os setores. É uma máquina que está vindo em nível mundial. Então, nós temos de buscar alternativas para possibilitar que os produtores possam manter-se nessa atividade. Então, realmente esse é um grande desafio para a agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Glauber.

Passo a palavra ao Sr. Pierre.

O SR. PIERRE MARIE JEAN PATRIAT – Primeiramente, eu quero dizer que fiquei extremamente honrado por participar desta Comissão, principalmente pela atenção do Senador. Acho que é extremamente importante discutir o que está acontecendo e nada melhor do que esta Casa. Acho que a contribuição de todo mundo foi muito grande para trazer alguma luz sobre o que está acontecendo.

Alguns pontos eu quero relembrar. Como falou o Ivo, a competição é extremamente saudável, desde que ela seja feita de modo saudável e que não seja a competição de cartelização. Acho que esse que é um ponto importante.

Também quero dizer que todas as tecnologias que nós temos estão sendo aplicadas em países de clima tropical; as outras estão sendo aplicadas em países de clima temperado. As reações são totalmente diferentes, a duração das tecnologias é totalmente diferente. Isso tem de ser estudado; é uma coisa que está em andamento. Não é dizer "Eu vou deixar a patente por quinze anos, porque ninguém vai investir nela." Podem ser quinze anos, mas acho que isso tem de ser revisado, porque, em clima tropical, o único país do mundo que se faz produção em grande escala de alimentos é o Brasil. Nenhum outro país produz assim no mundo. Então, isso tem de ser pensado e bem repensado.

Acho que o que foi sugerido aqui, na realidade, é uma ideia importante e que está sendo colocada no conjunto. Até agora, cada um estava falando no seu setor de maneira independente, talvez sem o conhecimento público. Então, isso está sendo levado a público hoje. É uma coisa nova que está sendo discutida. Logicamente, como eu sempre falei, com respeito à Lei de Patente e à Lei de Propriedade, que têm de ser respeitada. Estamos em um país capitalista, mas não de capitalismo selvagem. Então, ele precisa de normas. Tem de ser normatizado e tem de ser regulamentado e, como foi dito, temos de achar os marcos regulatórios, para evitar possível abuso de poder econômico, porque, como falou a Senadora Kátia Abreu, se deixar, vem a ganância, e a ganância condena o sistema.

Então, eu fiquei extremamente satisfeito de poder participar, de ter trazido alguns elementos.

E eu digo obrigado. Que tenhamos mais possibilidades outras vezes também de discutir este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Pierre.

Com a palavra, o Sr. César Borges Souza.

O SR. CÉSAR BORGES SOUZA – Bom, foi um prazer estar aqui.

Complementando, gostaria de reforçar a necessidade de minorar a burocracia aqui no Brasil. Para o aspecto que foi levantado pelo Ivo já há legislação, mas na hora de aplicar uma legislação pode-se passar muito tempo e o tempo da agricultura não pode esperar.

Então, eu gostaria de mencionar que precisaríamos ter mais celeridade em registros para tornar o custo de produção da agricultura menor e também para que ele não fique tentado a adquirir produtos não autorizados, não legais. Acho que seria muito adequado.

Eu também queria mencionar que, como Delcídio apresentou esse requerimento, esta Comissão poderia ser ampliada, ela poderia também ser uma Comissão de Agricultura e de Defesa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, César, por sua colocação.

A audiência pública, para nós, é de uma importância muito grande porque baliza o nosso trabalho. Faz com que os Senadores aprendam e saibam o que está acontecendo nos segmentos. Esta audiência pública teve uma importância muito grande para todos nós, Senadores. Há Senadores que são muito ligados à área, mas há outros que não são ligados à área e precisam debater e ouvir. Para nós, esta audiência pública de hoje teve uma importância muito grande. Cumprimento os autores do requerimento, Senador Blairo Maggi e Senadora Ana Amélia.

Há um expediente recebido que passo a ler:

> *A Embaixada do Brasil na Cidade do México informou que Senadores mexicanos, membros da Comissão Especial para a Agroindústria Açucareira do Senado daquele país, pretendem realizar visita a São Paulo e a Brasília, em maio, a fim de conhecer a experiência brasileira em matéria de biocombustíveis.*
>
> *A Delegação visitante será composta pelos seguintes Senadores: Arturo Hervis Reyes, do Partido da Revolução Democrática, do Estado*

de Veracruz; Presidente da Comissão: Jesús Dueñas Llerenas, do Partido da Ação Nacional, do Estado de Colima; e Raúl Mejía González, do Partido Revolucionário Institucional, do Estado de Nayarit.

Dado o presente, precede consulta a respeito da possibilidade de os Senadores desta Comissão receberem a mencionada Delegação, em visita a Brasília, na tarde do dia 23 de maio.

Agradeceria encaminhar a resposta para o endereço tal.

Vamos receber aqui os colegas Senadores do México.

Muito bem, agradeço mais uma vez a presença dos debatedores, dos Senadores, das Senadoras aqui presentes e de toda a equipe de assessores que faz parte desta comitiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE MAIO DE 2012.

Às sete horas e cinqüenta e dois minutos do dia dezessete de maio de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY, WALTER PINHEIRO, BLAIRO MAGGI e WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 17, de 2012 – CRA**, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 19.04.2012, com a finalidade de discutir e avaliar a renegociação das dívidas de agricultores rurais afetados pelas secas ou enchentes, bem como a liberação de créditos emergenciais, com a presença dos seguintes convidados: **João Luiz Guadagnin** – Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA** (em substituição ao Exmo Sr. Pepe Vargas, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário); **João Pinto Rabelo Júnior** – Secretário adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – **MF** (em substituição ao Exmo Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda). Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Benedito de Lira, Sérgio Souza, Walter Pinheiro e Waldemir Moka. **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 23, DE 2012-CRA** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Antônio de Pádua Rodrigues**, Diretor Presidente Interino da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (**UNICA**); **Luiz Custódio Cota Martins**, Coordenador do **Fórum Nacional Sucroenergético**; **Pedro Robério de Melo Nogueira**, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas (**Sindaçúcar-AL**); **Ismael Perina Júnior**, Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (**ORPLANA-SP**); **Marco Antônio Martins Almeida**, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (**MME**); **José Carlos Vaz**, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**). **Autoria:** Senador Benedito de Lira. No encaminhamento, o Senador Benedito de Lira e o Senador Sérgio Souza fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, com a anuência da nossa Senadora Ana Amélia, aqui presente, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 17, de 2012 – CRA, de minha autoria, aprovado em 19 de março de 2012, com a finalidade de discutir e avaliar a renegociação das dívidas de agricultores rurais afetados pelas secas ou enchentes, bem como a liberação de créditos emergenciais, com a presença de vários convidados.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, passo a ler os expedientes.

Para informação, o requerimento à Mesa diz o seguinte:

> *"Ao renovar nossos cumprimentos, solicitamos a V. Exª a reelaboração do despacho ao PLS nº 123, de 2012, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente, em áreas de reserva legal, e dá outras providências, para que, nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno, seja encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária, de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa com a determinação de que seu estudo seja feito em reunião conjunta."*

Assinam os quatro Presidentes das Comissões: Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ; Senador Eduardo Braga, Presidente da CCT; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA e o Presidente da CRA, que vos fala neste momento.

Lembro da visita dos Senadores do México à nossa Comissão, para discutir o setor sucroalcooleiro. No dia 23/05, à tarde, receberemos aqui então a visita dos Senadores.

Lembramos também que, conforme o Requerimento nº 19, será realizada diligência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária à Feira do Cerrado Brasileiro – Agrobrasília, a realizar-se hoje, 17 de maio, no parque Ivaldo Cenci, às 10 horas, com a finalidade de visitar e avaliar as tecnologias apresentadas na vitrine do agronegócio brasileiro oferecidas na grande feira.

Ontem já estiveram lá integrantes da Comissão de Agricultura – Senadora Ana Amélia, Senador Blairo Maggi, Senador Casildo Maldaner, Senador Moka, com o Senador Rodrigo Rollemberg –, e hoje nós teremos outra equipe que vai visitar a Feira.

Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz, eu queria dizer a V. Exª que ontem tive a oportunidade de acompanhar a comitiva, liderada pelo nosso colega Rodrigo Rollemberg, aqui do Distrito Federal, visitando a Agrobrasília, que encerra as atividades dessa importante Feira, na sua 5ª edição, no dia 19.

Pude perceber exatamente o esforço dos agricultores – agricultores familiares, agricultores médios, grandes agricultores – no sentido do aumento da produtividade, com aplicação de manejos modernos de sustentabilidade e preservação ambiental e aplicação de ciência como a biotecnologia para aumentar os índices de produção.

À chegada lá, a gente pode perceber, dos dois lados da estrada, umas belas lavouras de milho e sorvo, contrariando a visão triste e dramática do meu Estado, Rio Grande do Sul, onde a perda com soja e milho foi, em algumas áreas, de 50% e em outras chegando a 80%, sequer dando ao agricultor a condição de colher o pouco que sobreviveu à seca. Então é realmente a contradição deste imenso País continental, da realidade vivida por agricultores.

O próprio Senador Blairo Maggi acompanhou-me nesta comitiva ontem, com o Senador Casildo Maldaner e o Senador Waldemir Moka, e pudemos constatar exatamente essa diversidade. Quer dizer, a Amazônia, região do Acre e Manaus, mergulhada numa enorme enchente, o Nordeste, a Bahia, com uma seca também muito forte, e o meu Estado, Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina e Paraná igualmente sofrendo as consequências da seca.

Então eu queria aproveitar a oportunidade. E V. Exª hoje terá a chance de verificar esse trabalho, renovar os cumprimentos a esses dirigentes da Coopa-DF, que é a Cooperativa do Distrito Federal que vem sendo responsável por essa mudança de cenário aqui no cerrado brasileiro, no Entorno de Brasília, levando desenvolvimento e sobretudo um aumento de renda para a agricultura familiar. Porque lá existe uma seção especializada na área de agricultura familiar, para exatamente fazer esse chamamento de desenvolver também os setores que mais precisam de assessoria técnica para desenvolver suas habilidades.

Eu queria cumprimentar V. Exª e, ao mesmo tempo, Presidente Acir Gurgacz, eu gostaria de receber de V. Exª alguma informação sobre aquela iniciativa das comissões que trabalharam no Código Florestal, qual encaminhamento foi dado ao que nós discutimos aqui de levar à Presidente Dilma Rousseff algumas ideias sobre aquilo que nós havíamos aprovado e que a Câmara modificou substancialmente em relação ao Código Florestal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia.

No caminho do nosso trabalho em relação ao Código Florestal, cumprimentando os prefeitos que estiveram aqui, na Marcha dos Prefeitos. Eles também fizeram um documento endereçado à Presidenta Dilma, que diz o seguinte:

> *O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski [gaúcho, não é?], pediu ontem à Presidenta Dilma sanção integral do texto do Novo Código Florestal como foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 26 de abril.*
>
> *Nós temos 4.400 Municípios agropecuários no País. A decisão da marcha por ampla maioria é de pedir à senhora que sancione o Código Florestal que foi aprovado na Câmara. Tem discrepância? Tem. Mas vou pedir que a senhora sancione o projeto. Declarou Ziulkoski na abertura da Marcha dos Prefeitos, que reuniu representantes de 3.500 Municípios de todo o Brasil.*

Nós elaboramos o documento e estamos agora formando a comissão para ir à Presidenta Dilma, ou à Casa Civil, para que possamos entregar e debater esse assunto, que é da maior importância para nós.

Eu acredito que deva ser o tema mais importante que temos relacionado à agricultura, neste momento, para resolver, uma vez que já o votamos aqui no Senado e já foi votado na Câmara. As duas Casas fizeram as mudanças que acharam necessárias, pertinentes ao assunto, tanto aqui no Senado quanto na Câmara. Portanto, nós esperamos que a Presidenta possa sancionar a integralidade, se for possível; se não, na maioria. Que faça alguma modificação pequena, cirúrgica, extraindo alguma coisa, para que nós possamos levar essa tranquilidade jurídica ao homem do campo, que realmente precisa desse novo Código Florestal.

Srªs e Srs. Senadores, o objetivo desta nossa audiência pública de hoje é discutir o endividamento rural, um problema que atormenta a vida de milhares de agricultores brasileiros todos os anos e que se agrava em situações de adversidades climáticas, como secas prolongadas, enxurradas, enchentes.

Mas, antes de entrarmos em definitivo nesse tema, vou fazer alguns relatos sobre as atividades recentes da nossa Comissão, bem como alguns comunicados sobre a agenda para os próximos dias.

Realizamos, na última quinta-feira, aqui na Comissão de Agricultura, uma audiência pública para discutir o pagamento de *royalties* de produtos da biotecnologia, atendendo a requerimento do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia.

Na audiência, os representantes dos produtores de soja e de sementes defenderam regras mais claras para a cobrança de *royalties* para Biotecnologias, em especial para sementes transgênicas.

O Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, Glauber Silveira da Silva, explicou que os *royalties* são cobrados na compra da semente geneticamente modificada e também na entrega da colheita, o que caracteriza o confisco de parte da produção.

O Presidente da Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso, Pierre, apontou o domínio que as empresas que controlam os transgênicos exercem sobre os produtores, explicando que elas licenciam apenas as variedades de interesse das corporações.

O Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudas, Ivo Carraro, entretanto, alegou que há liberdade de mercado, tendo o produtor amplo direito de escolha para fazer a compra da suas sementes.

Para desonerar os produtores, Irineu Ortiz, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul, sugeriu a criação de fundos que remunerem detentores de patentes, pesquisadores e produtores de semente. Seria um fundo para cada uma das *commodities*, abastecido por 0,5% do valor obtido na comercialização e administrado por representantes do Governo Federal e de entidades nacionais representativas de cada cultura.

O representante da Embrapa, Felipe Teixeira, reconheceu a importância das investigações em Biotecnologia, mas ressaltou a necessidade de manter também a pesquisa sobre variedades convencionais.

Entendo que é necessário que a regulamentação legal acompanhe o desenvolvimento tecnológico e o mercado para que o Brasil avance na Biotecnologia aplicada na agricultura.

Precisamos ampliar as pesquisas em Biotecnologia, pois, só assim, vamos reduzir os custos com o pagamento de *royalties*.

Esse foi um tema amplamente debatido e chegamos à grande conclusão de que nós precisamos investir mais na ciência e tecnologia e por meio da Embrapa, que é o canal mais eficiente e que já nos deu prova suficiente para que o Governo do Brasil possa investir ainda mais na nossa Embrapa.

Com relação à clonagem, destaco também que ontem, pela manhã, apresentei, na Comissão de Constituição e Justiça, relatório com parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente, comercialização de clones de mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Esse projeto já foi aprovado aqui na Comissão de Agricultura;

e na CCJ, ontem, a votação não ocorreu por conta de pedido de vista.

A nossa expectativa, no entanto, é aprovar com celeridade esse projeto, visto que ele tramita há cinco anos nesta Casa e, por conta disso, o Brasil está atrasado na regulamentação dessa importante Biotecnologia. O Brasil está na vanguarda dessa tecnologia, mas, para que não fique para trás no conhecimento e manipulação dos recursos genéticos por meio da Biotecnologia, precisamos de uma legislação que assegure o *status* legal à pesquisa brasileira no âmbito internacional, bem como ao comércio desses animais.

Portanto, não podemos mais nos privar de uma legislação que atenda às necessidades da pesquisa dos órgãos de fiscalização e do setor produtivo, dando as garantias, a segurança e a transparência necessárias para todos os atores envolvidos, principalmente os consumidores e os parceiros comerciais brasileiros.

Para o próximo dia 24 de maio, temos programada uma audiência pública para debater um encaminhamento para a Lei Geral do Cooperativismo, que tramita nesta comissão e deve ser formulada a partir do PLS nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, do PDT; e o PLS 153, de 2007, também, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, do PT. Ambos têm por objetivo substituir a Lei nº 5.764, de 1971, atual norma disciplinadora do cooperativismo brasileiro.

Creio que todos aqui concordam que devemos dar celeridade à tramitação desses projetos para que possamos definir, de uma vez por todas, o ato cooperativo, bem como equacionar questões referentes à tributação das cooperativas, à unicidade e representatividade, além da abertura de capital das cooperativas, que são importantes para o fortalecimento tanto da agricultura familiar como do agronegócio brasileiro.

Considerando que as cooperativas são comprovadamente uma boa alternativa no enfrentamento da crise financeira internacional, além de promotoras do desenvolvimento humano, creio que, ao aprovarmos a Lei Geral do Cooperativismo, daremos uma grande contribuição para que esse segmento possa contribuir com mais efetividade ainda para o fortalecimento da economia brasileira.

Nesta sexta-feira, em nosso ciclo de palestras e debates, vamos discutir a infraestrutura ferroviária e hidroviária das regiões Norte e Centro-Oeste, que está muito aquém da necessidade para escoamento da produção agropecuária e o desenvolvimento da região.

O foco do debate serão as ferrovias e hidrovias, mas, desde já, chamo atenção para a importância da integração intermodal, sendo fundamental a restauração e ampliação de toda a malha rodoviária dessas duas regiões, principalmente da BR-364, que é a espinha dorsal de meu Estado de Rondônia e a principal ligação rodoviária da região Norte com o Sudeste e o Sul do País.

A Revista Exame desta semana traz uma reportagem que ilustra bem a precariedade e o atraso estrutural da região Norte. O jornalista recorre aos tempos áureos da Estrada de Ferro Madeira Mármore, que este ano completará cem anos, desde sua inauguração, para mostrar que esse foi o maior investimento para o escoamento da produção de riquezas da Amazônia.

Passado um século da construção da Estrada de Ferro Madeira Mármore, em certos aspectos, a infraestrutura e logística da região ainda são limitadores para seu desenvolvimento.

Segundo a Confederação Nacional de Transportes, mais de 55% das rodovias da região estão em estado de conservação ruim ou péssimo, o pior resultado do País. Por isso, nesta sexta-feira, estaremos reunidos com o Ministério dos Transportes, Dnit, Antaq, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Confederação Nacional da Agricultura e a Secretaria de Portos e Hidrovias de Rondônia, para discutirmos os projetos existentes para a região e vermos como podemos acelerar sua viabilidade.

No próximo dia 25, realizaremos o nosso ciclo de palestras e debates na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, onde discutiremos as novas tecnologias agropecuárias, aliadas à assistência técnica e ao crédito. A audiência fará parte da programação Rondônia Rural Show, primeira feira de tecnologias e oportunidades de negócios agropecuários. A audiência pública contará com a presença do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Banco do Brasil, da Embrapa e do Governo de Rondônia.

No mesmo dia, discutiremos com produtores de Rondônia outros temas, como a integração da lavoura pecuária à floresta e a agricultura de baixo carbono, além da renovação do parque cafeeiro de Rondônia e a introdução de novas variedades de café.

Foram convidados o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, o Governo de Rondônia, Banco do Brasil e Embrapa, além de associações de produtores e cooperativas de Rondônia.

Com relação ao tema do endividamento rural, nosso objetivo hoje, lançar alguma luz sobre esse problema crônico que nossos agricultores enfrentam. O Governo Federal – é verdade – tem tentado diversos mecanismos para encontrar uma solução para o endividamento rural, mas, até agora, tem resolvido apenas parte do problema. E o endividamento rural vem tomando proporções impagáveis a cada ano, o que acaba quebrando muitos produtores e inviabilizando o pagamento do saldo devedor.

Outra questão que agrava o endividamento do setor é a falta de informação dos produtores sobre os benefícios contidos em leis e normativas. De fato, há benefícios legais exclusivos para o setor agropecuário, haja vista que o empréstimo rural tem a finalidade legal de fomentar a agricultura e não de gerar lucro para os agentes financeiros. No entanto, está havendo uma inversão na finalidade dos financiamentos rurais, pois os bancos, inclusive os oficiais, estão operando com os contratos rurais objetivando lucros e não apenas incentivar o setor agropecuário.

Para esclarecer melhor os agricultores sobre esses riscos é que estamos promovendo esta audiência. Trataremos da inadimplência dos produtores rurais com o Banco da Terra e com o crédito fundiário; dos prazos e como se dará a adesão voluntária para a renegociação dos débitos em atraso, junto às instituições financeiras; e, em especial, teremos que discutir a situação dos agricultores que tiveram suas atividades afetadas por fenômenos naturais, como a seca do Nordeste e as enchentes do Norte, que continuam ainda fortes.

As enchentes do Amazonas, por exemplo, e a seca do Nordeste é um dos temas que têm ocupado a grande mídia nacional nos últimos dias, tanto a seca, da Bahia principalmente, como a enchente do Amazonas, que é a maior enchente da história do Amazonas. O Amazonas enfrenta grandes dificuldades e a Bahia também enfrenta grandes dificuldades com a seca que acontece no Nordeste.

Eu convido a compor a Mesa, o Dr. João Luiz Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da SAF, do MDA.

Dr. João seja bem-vindo à nossa audiência, que começa hoje um pouco mais cedo, em função da agricultura, não é? A agricultura começa cedo.

Nós iniciamos os nossos trabalhos bem cedinho, até porque as pessoas que nos assistem, os nossos agricultores já estão trabalhando, já foram para a roça e já voltaram e daqui a pouco voltarão novamente, enfim.

Enquanto não temos aqui ainda a presença dos demais, eu consulto a V. Exª se gostaria de iniciar; ou esperamos?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Podemos começar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Amélia, podemos começar?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é uma boa providência, Presidente, que assim adiantamos.

E aqueles que forem chegando vão falando.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está muito bem.

Dr. João Luiz é um prazer tê-lo conosco. O senhor tem a palavra pelo tempo que achar pertinente.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Primeiro, muito obrigado pelo convite, em nome do Ministro Pepe Vargas e do nosso Secretário da Agricultura Familiar, Laudemir Müller. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem uma relação muito forte com esta comissão, com o Senador Acir, com a Senadora Ana Amélia e com os demais Senadores que a compõem. Nós temos necessidade e disposição para sempre estarmos aqui debatendo. Este espaço permite que uma porção de pessoas, técnicos, agricultores, líderes dos movimentos sociais, tomem conhecimento daquilo que o governo se propõe a fazer e das dificuldades eventuais que nós temos para avançarmos nas políticas públicas da agricultura familiar.

Especificamente quanto ao tema da dificuldade gerada pelos fenômenos climáticos que ocorrem no Brasil, desde dezembro, praticamente, é preciso dizer que há situações distintas. Nós temos agricultores que perderam muito, numa situação de seca, por exemplo, no Rio Grande do Sul – a Senadora Ana Amélia há pouco se referiu a isso – e temos agricultores, mesmo no Rio Grande do Sul, que tiveram uma situação diferenciada.

Então, a primeira conclusão a que chegamos desses fenômenos climáticos históricos é que há práticas agrícolas que permitem a convivência com as adversidades climáticas especialmente.

Então uma porção de agricultores familiares, a grande maioria, felizmente, adota práticas de uso, manejo e conservação do solo, práticas de rotação de cultura, ações que a pesquisa e a extensão rural levam aos agricultores, que, mesmo numa situação de frequência de chuvas muito irregular, como a que ocorreu na safra 2011/2012, os agricultores conseguem uma produção bastante razoável.

Então, nós temos vizinhos, agricultores próximos uns dos outros, em que o fenômeno foi igual, mas a produtividade obtida é distinta. Basicamente o que diferencia são as técnicas agrícolas, o manejo do solo, o manejo da água, o manejo das culturas, que caracterizam diferentes situações e diferentes produtividades.

Então, o primeiro esforço dos agricultores familiares – e, felizmente, a grande maioria já está nessa linha – é entender a realidade da natureza do solo, do clima, das plantas e a ela adequar-se, tentando antecipar-se aos problemas. Portanto, manejo de solo e água, culturas adequadas à realidade de pouca chuva já são hoje práticas bastante usuais entre os agricultores, especialmente os agricultores do Sul, mas isso também vale para a região Nordeste.

Nós temos, produzidos pela pesquisa, especialmente pela Embrapa, culturas que são menos exigentes em água, são mais preparadas – vamos dizer assim – para a convivência com pouca chuva.

A outra consideração é a de que os agricultores familiares têm políticas estruturantes que protegem os agricultores nessa situação. Nós temos um programa de seguro, o Seguro da Agricultura Familiar, que é bastante avantajado. Ele cobre 100% do valor financiado e mais até R$3,5 mil da receita líquida esperada. Então, o agricultor que realiza atividades agrícolas de culturas zoneadas, que está dentro do zoneamento agroclimático do Ministério da Agricultura, que segue a boa técnica agrícola tem proteção. Nós temos um grupo hoje de agricultores do Sul, com cerca de 90 mil agricultores que comunicaram perda em função da seca e que estão já sendo indenizadas. Nós temos já hoje cerca de 30 mil agricultores indenizados e um total de aproximadamente R$250 milhões pagos aos agricultores. Quer dizer, esses agricultores – claro – sofrem porque, se tivessem uma colheita normal, teriam uma renda muito maior, mas não ficam com dívida no banco e ainda, em algumas situações – a maior parte delas –, parte da receita líquida esperada é paga como indenização ao agricultor. Esse seguro é compulsório. Os agricultores, aderindo ao financiamento de custeio agrícola do Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, obrigatoriamente têm que aderir ao seguro. A alíquota é muito baixa. O valor, o prêmio do seguro é apenas 2% e ele tem coberto 100% do valor financiado, mais até R$3,5 mil da receita líquida.

Então, essa nós consideramos outra medida estruturante. Além da boa prática agrícola que a maioria dos agricultores adotam, existe uma política de proteção aos agricultores que é efetiva e funciona. A maior parte desses 90 mil agricultores está no Rio Grande do Sul. Nós temos no Rio Grande do Sul cerca de 65 mil agricultores prejudicados pela seca, agricultores familiares protegidos por esse seguro e esses agricultores estão em processo de indenização. Na maior parte dos casos – praticamente todos –, a perícia já esteve lá. O perito é nomeado pelo agente financeiro, pelo banco, e esse laudo é um laudo que o perito, uma vez comunicado da perda pelo agente financeiro, faz em até dez dias.

O processo de análise, numa situação de crise como esta, em que nós estamos com quase 100 mil comunicados de perda, é um pouco lento, porque as estruturas para análise dos laudos não estão preparadas para esse volume.

Então, apesar dessa dificuldade, que é verdadeira, nós já temos indenizado um terço praticamente dos agricultores prejudicados pela seca. Quer dizer, este ano nós estamos com uma velocidade da realização da perícia e de indenização muito maior do que em anos anteriores. Vejam que estamos na metade de maio. Seria a época de os agricultores terem a receita da venda da produção, e nós já indenizamos praticamente um terço dos agricultores atingidos. A meta é de que até julho todos os agricultores familiares que comunicaram perda estejam com a dívida resolvida junto ao agente financeiro e com a sua indenização da receita líquida paga. Este é o compromisso que temos feito e que os agentes financeiros, especialmente, estão procurando cumprir

O principal agente financeiro na região Sul é o Banco do Brasil, mas há também o Bansicred, que é um importante banco; o Bancop – os bancos cooperativos têm uma presença cada vez maior; as cooperativas, especialmente a Cresol; e o Banrisul, que financia os agricultores do Rio Grande do Sul.

Essa diversidade de agentes financeiros que há na região Sul permite que a velocidade de avaliação das perdas e da indenização dos agricultores seja mais efetiva.

Todos esses agentes financeiros têm uma preocupação muito grande em fazer logo essa indenização. É preciso dizer que esses agricultores que comunicam perda ficam com seu contrato postergado até a análise final do processo. Então, não há nenhum tipo de mora sobre ele, não há nenhum prejuízo em relação à eventual demora na avaliação das perdas. Uma vez comunicado perda, esse contrato fica postergado até a data do julgamento final.

Hoje, os peritos, que são especialmente do serviço público de assistência técnica de extensão rural, conhecem muito o sistema e avaliam, com muita precisão, as perdas.

O Proagro Mais, o seguro da agricultura familiar, começou na safra 2004-2005, com a grande seca que se abateu no sul do Brasil. Naquele ano, houve algumas dificuldades, porque uma parte dos peritos ainda não estava adequadamente preparada para a realização da perícia.

Como já se passaram várias safras e infelizmente o sul do Brasil é o principal usuário desse seguro, já indenizamos, ao longo dessas safras, desde a safra 2004-2005, cerca de R$2 bilhões. Dessa indenização, a maior parte foi para o Estado do Rio Grande do Sul.

A Senadora Ana Amélia sabe, as dificuldades do clima no Rio Grande do Sul têm-se agravado, possivelmente por mudança climática, por várias razões. Mas, desses R$2 bilhões de indenização, nós já indenizamos, do Rio Grande do Sul, metade disso. Então, a presença do seguro no Rio Grande do Sul é muito expressiva.

É preciso dizer que essa indenização é equitativa – vamos dizer assim – ao que o Rio Grande do Sul faz de financiamentos na agricultura familiar. Temos hoje cerca de 550 mil contratos segurados no Proagro Mais, o seguro da agricultura familiar, dos quais a metade está no Rio Grande do Sul. Então, a indenização é equivalente ao tamanho que o Rio Grande do Sul tem no seguro.

Mas a presença do Governo Federal no apoio aos agricultores familiares que têm sinistros em função de seca, de granizo, de geada se efetiva.

A outra ação estruturante atinge os agricultores da região Nordeste ou os beneficia. Nós temos um programa bastante grande, que se chama seguro da agricultura... Perdão. Chama-se Garantia Safra ou Fundo Garantia Safra ou Programa Garantia Safra. Ele indeniza os agricultores que não fazem financiamento.

No Nordeste, há o Seguro da Agricultura Familiar para quem realiza financiamento, que é o mesmo do Rio Grande do Sul e do resto do Brasil, e, para quem não faz financiamento, há um fundo que é uma participação do agricultor, com 1%; do Município, com 3%; e do Estado, com 6%, formando-se 10%, e com mais 20% de recursos do Governo Federal. Isso constitui um fundo de cerca de 30% daquilo que se imagina que haverá de perdas.

Neste ano, a perda é muito grande. Estamos estimando que, do total de agricultores – são 830 mil agricultores familiares que estão no Garantia Safra – pelo menos, 80% serão indenizados.

A seca começou em Minas e na Bahia e está alastrando-se por uma parte importante, hoje, no Piauí, em Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte. Vários Municípios já estão sendo atingidos. Nós imaginamos que 80% desses 830 mil agricultores receberão indenização.

Essa é uma medida estruturante. Todas essas políticas – é preciso dizer – são políticas antigas do Brasil. Acho que é preciso reforçar que o comportamento republicano, que o Brasil tem, de fortalecimento, de melhoria das políticas já vem, há anos.

O Seguro da Agricultura Familiar, ou Proagro Mais, é uma ação muito antiga. Há essa política desde os anos 1970, no Brasil. Foi melhorado, aperfeiçoado, a partir da criação do Seguro da Agricultura Familiar, o Proagro Mais, em 2004. Mas ela é uma política antiga.

Então, o mérito é de nós todos, da sociedade brasileira, que construiu essa política e que perseverou nela. O Programa Garantia Safra é uma política que foi instituída em 2002 e implementada em 2003.

O primeiro ano de efetiva indenização dos agricultores familiares nordestinos foi em 2003. E ele veio em um crescendo. Nós estimamos que, na próxima safra, deveremos ter cerca de 940 mil agricultores familiares nordestinos protegidos pelo Fundo Garantia Safra.

Esse Fundo, como já falei, tem apenas 30% de previsão de sinistralidade, de perdas, e a perda média no Nordeste se aproxima de 60%. Essa diferença de cerca de 30% médio anual é bancado pelo Governo Federal.

Há cerca de 30 dias, a Presidenta Dilma Rousseff emitiu uma medida provisória, que os senhores apreciarão em breve, em que se alocaram recursos extraordinários ao Fundo Garantia Safra da ordem de R$281 milhões, para que indenizemos os agricultores familiares que participam do programa. Por quê? Porque essa diferença de 30 para 60 é bancada sempre pelo Governo Federal.

Como o Orçamento estava prevendo 30 de indenização e vamos pagar 80, essa diferença de aproximadamente R$281 milhões já está assegurada ao programa.

A indenização no Nordeste começou por Minas Gerais e pela Bahia. Esses dois Estados já estão sendo indenizados agora. Já há agricultores sendo pagos. O valor da indenização da perda é de R$680 divididos em cinco parcelas de R$138. Então, ficamos pagando para o agricultor pelo período em que ele estaria usufruindo da produção.

Há que se lembrar que esses agricultores são basicamente produtores de alimentos para consumo próprio. Eles usam a produção de milho, de feijão, de arroz, de mandioca para alimentação familiar. Então, o recurso é distribuído ao longo de cinco meses para permitir que aquilo que a lavoura não produziu seja comprado, seja adquirido, ou seja, que a subsistência esteja garantida.

Ele é talvez o maior programa de seguros da América Latina, não existe outro desse tamanho, e seguramente um dos maiores programas de seguro agrícola mundial. Ele tem sido, inclusive, objeto avaliação por países da América Latina e da África. Quem tem visitado o Brasil, tem conversado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário no sentido de buscar ideias para que programa parecido seja implementado nesses países.

A outra preocupação da Comissão, que é procedente e importante, é a região Norte. Nessa região, começando pelo Acre, tivemos uma enchente excepcional e estamos hoje com mais de 30 Municípios do Amazonas altamente prejudicados por essa mesma enchente do rio Amazonas e dos rios da região.

A região se caracteriza sempre ou por excesso de chuvas, por enchentes como essa, ou por secas. Há também um fenômeno importante que ocorre na região em que os cursos d'água quase secam e a

navegação, que é o principal meio de transporte da região, fica prejudicada.

Nessa região ainda não temos uma presença expressiva do seguro da agricultura familiar. São poucos os agricultores familiares da região Norte que são protegidos pelo seguro, porque há poucos financiamentos de custeio agrícola. Agora que o zoneamento agrícola está chegando, especialmente em Rondônia, em Tocantins, em muitas culturas do Pará e no Acre. Mas é recente esse processo de zoneamento agrícola e de adesão ao seguro na região Norte. Também porque fazemos poucos financiamentos de custeio agrícola e ainda não temos o seguro da agrícola familiar tão presente e atuante nessa região.

Em relação ao Fundo Garantia Safra, há uma proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sei que existem inclusive propostas aqui no Senado de vários Senadores da região Norte, no sentido de estender o Fundo Garantia Safra para a região Norte. Esse programa deve ser realmente estendido para a região e o fenômeno que vai ocasionar ou deflagrar a indenização, o *start* da indenização deve ser necessariamente uma enchente exagerada como essa ou uma seca muito forte como também acontece na região.

Nessa ação de extensão do Programa Garantia Safra, ele não será provavelmente estendido só para a região Norte. Há agricultores familiares da região Sul que não fazem financiamento, que têm uma renda líquida baixa, que são agricultores basicamente de subsistência e que por não realizarem financiamento de custeio agrícola estão fora do seguro da agrícola familiar. Esses agricultores da região Sul também são público do Garantia Safra. Então, a proposta do MDA é de que a lei seja alterada para permitir que agricultores de todos os Estados brasileiros que preencham as condições do Garantia Safra, que é ter até um salário mínimo de renda familiar mensal, possam aderir, quando não realizam o financiamento de custeio agrícola, ao Garantia Safra.

Esta ação estruturante provavelmente será, em função desses fenômenos do Norte e Nordeste, é possível que exista uma decisão do Governo Federal, nos próximos dias – nós imaginamos – no sentido de permitir que, na próxima safra, todos os agricultores familiares que não estão no seguro da agricultura familiar, que não realizam o custeio agrícola, passem a aderir, ou tenham a possibilidade de aderir ao Garantia Safra.

Para a região Norte, nós estimamos que temos cerca de 100 mil agricultores como público do Garantia Safra. São basicamente os ribeirinhos. O ribeirinho da região Norte é agricultor, pescador, eventualmente tem uma pequena criação e é extrativista. As criações, todas as atividades são basicamente de subsistência. O excedente, quando ele existe, é usado para a venda e para a busca de renda monetária para o ribeirinho. Agora, esse é que é realmente o prejudicado pela enchente ou pela seca.

A forma de mensuração das perdas da região Norte deverá ser a altura do rio, o nível da água da enchente ou da seca. Quer dizer, baixou além do nível aceitável, em que a navegação fica prejudicada, nós indenizaríamos também. Ou pelo excesso de chuva como agora. Essa é uma proposta que está em discussão forte dentro do governo.

As outras medidas gerais que o Governo Federal fez, de postergação de pagamentos, com a presença do Dr. João Rabelo, do Ministério da Fazenda, espero Rabelo, que você especifique, até porque são medidas que nós contamos com muito apoio do Ministério da Fazenda, da Casa Civil, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Integração Nacional. Foram realizadas várias resoluções do Conselho Monetário, tanto para o Sul, como para o Norte e para o Nordeste; há outras em fase final de aprovação, que nós esperamos que aconteça se possível esta semana, ou hoje ou amanhã, um custeio para os agricultores familiares da região Nordeste em condições bastantes favorecidas, mas as medidas de crédito, como elas dependem muito do Conselho Monetário Nacional, penso que a pessoa mais preparada para debater ou apresentá-las é o Dr. João Rabelo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João Luiz.

Antes de darmos prosseguimento, há um requerimento sobre a mesa e, a pedido do Senador Benedito de Lira, nós vamos colocá-lo em votação neste momento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 23, DE 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Antônio de Pádua Rodrigues, Diretor Presidente Interino da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA); Luiz Custódio Cota Martins, Coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético; Pedro Robério de Melo Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL); Ismael Perina

Júnior, Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA-SP); Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; José Carlos Vaz, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, para defender o seu requerimento.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. João Pinto Rabelo, Sr. João Luiz, como é sabido, o setor sucroalcooleiro deste País vem passando por diversas dificuldades, principalmente no que diz respeito a crédito, no que diz respeito a câmbio, no que diz respeito a choque de produção entre açúcar e álcool.

Há uma queixa muito grande do governo quando trata o assunto etanol. Qual é a alavanca de tudo isso? No momento em que há melhoria no preço do açúcar, o produtor de álcool e açúcar produz mais açúcar que álcool. Isso, na verdade, tem criado alguns embaraços e até uma melhor convivência entre o setor produtivo e o governo.

Recentemente, numa conversa que tivemos com a Ministra Gleisi, a fim de que pudéssemos fazer uma audiência com o setor, considerando que diversas indústrias da área estão praticamente todas recorrendo a uma ação de reparação junto ao Poder Judiciário.

No meu Estado, por exemplo, que até pouco tempo era o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, a coisa é terrível, principalmente considerando que ultimamente tem sucessivas dificuldades no que diz respeito ao clima, à produção etc.

Antes do governo do Presidente Lula, havia um subsídio entre Norte, Nordeste e o Centro-Oeste.

Com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a se conversar muito que esse subsídio era para pagar usineiro. Na verdade, não era para pagar usineiro, mas sim para pagar os pequenos produtores, os pequenos fornecedores.

Hoje há uma invasão no setor alcooleiro de capital internacional, transformando aqui, futuramente, se não tomarmos alguma providência, brasileiro não planta mais cana e não tem mais usina.

Temos, por exemplo, um projeto inédito no Brasil que é a primeira usina no mundo, Senadora Ana Amélia, que não tem a participação de usineiro ou do dono da usina, ou de sociedade familiar. É a Cooperativa de Pindorama, que tem 1.100 associados. Num determinado momento, ela teve um avanço considerável; hoje já está passando por um processo de declínio por conta exatamente das restrições de crédito que o governo tem proporcionando.

Temos dito e conversado com alguns segmentos do governo que o governo tem dado uma assistência muito boa a outras indústrias, como no caso a indústria branca, para preservar o emprego, e a indústria canavieira é uma das que mais empregam no País.

Então, Sr. Presidente, por conta dessas dificuldades e pelos vexames que tem passado o setor é que estamos propondo essa audiência pública para que possamos, o governo e a iniciativa privada, discutir parâmetros e caminhos, que a gente não tenha, amanhã, maiores dificuldades, haja visto o que está acontecendo hoje, a seca é assoladora no Nordeste brasileiro. Ouvindo aqui o Dr. João Luiz, quando ele faz a observação que, dos 831 mil produtores que têm o seguro safra, desses, 80% poderão ser indenizados.

Tenho a dizer o seguinte: no Nordeste, por exemplo, é 100%, porque o meu Estado, a Bahia, o Rio Grande do Norte, o Ceará, Alagoas, é uma coisa estarrecedora. Nada sobrevive, absolutamente nada. O governo tem adotado determinados procedimentos paliativos.

O que temos que levar a cabo no Senado Federal, nobre Presidente, é que temos que ter um programa de governo para atender e assistir o Nordeste. Um programa de governo. Não adianta, por exemplo, você estar fazendo transferências de débito ou prorrogando débitos dos pequenos agricultores, dos agricultores familiares. Ontem mesmo, cerca de mais de onze leilões foram realizados no Município de Major Isidoro, no meu Estado; estão tomando até bicicleta. É preciso que tenhamos uma posição para que as coisas possam acontecer, ou pelo menos se criarem possibilidades de futuro.

Daí a minha preocupação com esse setor, que deve ser a preocupação de todos nós que fazemos esta Casa, que eu estou propondo a esta Comissão esta audiência pública, para ouvirmos o setor, ouvirmos o governo e sabermos quais os caminhos que teremos que traçar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Sérgio Souza, para encaminhar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, recentemente tivemos aqui em Brasília uma reunião com o setor, com a presença do Senador Benedito de Lira, estava o FORO, a UNICA, sindicatos, a Alcopar (Associação de Produtores de álcool e Açúcar do Estado do Paraná), do meu Estado, e surgiu essa ideia de promovermos essa audiência pública, porque aqui, nesta Comissão, tramita o marco regulatório dos biocombustíveis. Isso é de suma importância para o

setor produtivo e também para o Brasil. Então, a ideia é debatermos a fundo esse projeto.

Eu só gostaria de sugerir, não sei se constou do requerimento, que essa audiência pública seja com a finalidade, Senador Benedito de Lira, de discutirmos o Projeto de Lei que tramita nesta Comissão e que é o marco regulatório dos biocombustíveis, porque isso vai dar a todos os demais membros desta Comissão o conhecimento de que é para discutir especificamente esse projeto também, o que dá uma amplitude necessária, e nós poderemos avançar na análise do projeto que aqui tramita, repetindo, o marco regulatório dos biocombustíveis, do qual eu tenho a honra de ser o Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu tive informações – não sei se o Sérgio também teve – de que muitos desses representantes estão em viagem do setor para o exterior e deverão retornar no final deste mês. Seria interessante que V. Exª pudesse marcar para o próximo mês, começo de junho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu sugiro, se os senhores e as senhoras concordarem, o dia 28 de junho. Por isso a consulta aos nobres Senadores e Senadores para que a gente possa se organizar e fazer uma audiência dessa importância.

Então, fica marcada para o dia 28. Peço a nossa Assessoria que faça a devida organização.

Senadora Amélia pediu a palavra?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu pedi pela ordem, Presidente.

Sr. Presidente, imagino que por ter chegado cedo o Sr. Guadagnin, o senhor deu tempo livre, mas eu queria dizer que eu tenho, às 10 horas, relatoria em outra Comissão. Acho que também nosso palestrante também tem compromisso.

Solicito que seja fixado um determinado tempo, porque temos perguntas a fazer e isso agiliza o trabalho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos agora somente o Dr. João Pinto Rabelo Júnior e aí passaremos ao debate dos Senadores. Portanto, o tempo é realmente curto, não muito extenso.

Com a palavra, João Pinto Rabelo Júnior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Quinze minutos serão suficientes?

Então, 15 minutos para que o senhor possa discorrer sobre o assunto.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – Bom dia, Srs Senadores, Srªs Senadoras; Senador Acir.

Agradecemos, em nome do Ministério da Fazenda, o convite para conversar e debater sobre este tema de suma importância. O Governo Federal tem feito ações conjuntas para enfrentar essa que pode ser uma das maiores crises dos últimos anos com a tendência de poder de se aproximar de uma das grandes secas que tivemos nos útimas 20 anos, 30 anos.

A anomalia de precipitação está acima do que é esperado. Em algumas regiões, a perda da agricultura foi por volta de 80%. Em alguns outros Municípios, não teve chuva suficiente nem para começar a plantar. Existe uma preocupação muito grande com a forragem de animal. Há uma tendência de descapitalização do sertanejo por causa dessa seca. Ele começa a vender suas matrizes.

Bastante preocupado com isso, o Governo Federal lançou um conjunto de medidas que vai desde o fornecimento de água, a bolsa, como o Dr. Guadagnin já deixou claro aqui, mas também há preocupação com o fornecimento de milho para consumo animal, para manutenção dessas matrizes. Está sendo feito um programa específico para os pequenos produtores, levando milho, por intermédio da Conab, a um preço de R$18,10 para saca de 60 kg, com limite de três toneladas por agricultor. O objetivo desse milho é complementar a alimentação animal e, com isso, ser possível a manutenção dessas matrizes na região, para que ela não precise sair da região para ser alimentada durante esse período de seca, nem que o agricultor precise se desfazer dela.

Além disso, o preço do milho na região está acima do esperado para esse período. Está sendo feito também um prêmio para escoamento da produção, para que possa chegar milho lá por volta de R$27,00. Hoje, a saca de milho na região, em média, está por volta de R$35,00. Se conseguirmos chegar a R$27,00, viabilizará boa parte da avicultura e da ovinocaprinocultura.

Mas também não adianta só chegar o milho. A bolsa é importante, mas como fazemos com as operações que estão em ser? O Conselho Monetário Nacional já autorizou que todas as operações vencidas e vincendas este ano sejam automaticamente prorrogadas para o início do ano que vem. Todas essas opera-

ções passam a ter como data de vencimento dia 2 de janeiro naqueles Municípios onde forem decretadas situações de emergência e que não estejam cobertos por um seguro agrícola, evidentemente.

Se for comprovado que a perda foi superior a 30%, a operação de investimento será prorrogada para um ano após o vencimento da operação, e a operação de custeio será renegociada em até cinco anos, dando tempo suficiente para que o produtor possa se restabelecer.

A preocupação principal, Senadores, é que o agricultor possa manter-se dentro de uma agricultora de qualidade. Nós evoluímos muito nos últimos anos na qualificação desse empreendedor. As obras de convivência que foram feitas, as cisternas que foram criadas, todo esse processo deu melhores condições de convivência com a seca por parte dos sertanejos.

Ação semelhante está sendo feita na região Norte para todos aqueles agricultores que estão sendo atingidos pelas enchentes. Além disso, foi autorizada pela Presidenta Dilma a criação de três novas linhas de crédito. Uma linha de crédito destinada a agricultores familiares no valor de até R$12 mil, com taxas de juros de 1% e até dez anos para pagar. Quando for só custeio, será até cinco anos, mas quando for custeio e investimento, o agricultor terá até dez anos para pagar, com três anos de carência. Para que serve essa linha? Serve exatamente para conviver. Não adianta oferecer uma linha curta agora, porque ele vai precisar ter tempo para pagar essa operação ao longo do tempo. Essa linha de agricultores familiares tem, inclusive, um rebate no principal de 40%. Então, pagando em dia, ele terá acesso a um rebate de 40%. Além disso, estão sendo abertas duas novas linhas com recursos também do FNE para os agricultores que não fazem parte da agricultura familiar uma linha de até R$100mil, com taxas de juros de 4% sem rebate e com até 8 anos para pagar.

O comércio da região acaba sendo afetado também. O Senador Benedito de Lira colocou isso muito bem, que se a agricultura vai mal e o comércio míngua. Então, para o comércio também está sendo dada oportunidade de criação de uma linha, com recursos do FNE também, de até R$100 mil, taxas de juros de 4% e até 5 anos para efetuar o pagamento.

Esse conjunto de ações do Nordeste também foi levado para o Norte; essas linhas vão ser operadas basicamente pelo Banco do Nordeste e no caso do Norte vão ser operadas pelo Banco da Amazônia.

Com essas linhas, esperamos dar o conforto necessário, reduzir o desconforto, vamos colocar dessa forma, das pessoas que estão sendo afetadas por esses fenômenos climáticos, seja na região Norte ou na Nordeste.

Fico à disposição para qualquer outra informação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. João.

Antes de passar a palavra aos Senadores, passo a ler um questionamento feito por Adroaldo Santos Soares, do sindicato rural de Vitória da Conquista da Bahia. Ele diz o seguinte:

> *"Todos os agricultores são iguais do ponto de vista legal. A Lei nº 12.249 quitou todos os contratos do BNB, tomados pelos agricultores brasileiros, com valor até R$1.000,00; deu desconto de até 85% para todos os agricultores da Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste) que tomaram até R$35mil. Até hoje não entendi qual a diferença entre os agricultores que tomaram empréstimos até R$35mil e os que tomaram empréstimo de R$35 mil a R$100 mil. Qual a diferença que existe de um para outro?*
>
> *Para resolver essa situação basta incluir no texto da Lei nº 12.249 as operações que foram renegociadas pelo art. 3º da Lei nº 11.322 e não só pelo 2º, como diz na lei.*
>
> *As operações negociadas pelo art. 3º da Lei nº 11.322 foram de valores superiores a R$35 mil e inferiores a R$100 mil. No aguardo da resposta.*

Gostaria que fosse comentada não sei se o João Luiz ou o João Rabelo que deveria comentar essa pergunta do Sindicato Rural de Vitória da Conquista – Bahia, Sr. Adroaldo Santos Soares.

Por que até R$35 mil há um tratamento e até R$100 mil há outro tratamento, sendo que todos são iguais perante a lei.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – A Lei nº 12.249 tem como objetivo dar um tratamento diferenciado para agricultura familiar, para o pequeno produtor. Na última vez que estivemos aqui, a convite do Senador Benedito, nós conversamos basicamente sobre a dívida dos pequenos e estava em negociação na Casa o alongamento do prazo da Lei n º 12.249, que na semana seguinte foi aprovado e já está sendo implementado.

Então, automaticamente essas operações que eram a reclamação inicial, alguns produtores não tiveram tempo suficiente para aderir, isso foi alongado e agora já estão fazendo. Na agricultura, em todo o processo do crédito agrícola, desde que foram criadas as linhas específicas para agricultura familiar, existe

um tratamento diferenciado para o mini e O pequeno. É orientação desta Casa e orientação do Governo ter um tratamento diferenciado com aquele com menor capacidade de acesso a crédito, com produtividade menor e com a menor possibilidade de geração de renda.

O entendimento que tivemos – e divido isso um pouco com esta Casa, porque construímos juntos esse processo da Lei nº 12.249, que foi bastante conversado entre o Governo Federal e as duas Casas do Congresso – era fazer com que tivéssemos condições adequadas de renegociação, porém dando condições diferenciadas para os agricultores de menor porte. Pela impossibilidade de se estabelecer pela renda do mutuário, chegou-se a um consenso entre o Legislativo e o Executivo de trabalhar pelo tamanho da dívida. Por isso, foram estabelecidas condições diferenciadas para o favorecimento dessa população considerada mais frágil na agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João, espero ter esclarecido a pergunta do Adroaldo, de Vitória da Conquista.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Pela ordem de inscrição para fazer as perguntas, concedo a palavra à Senador Ana Amélia.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou direto adiantar ao representante do Ministério da Fazenda, Dr. João Pinto Rabelo Júnior. O senhor falou que as dívidas vencidas e vincendas dos Municípios em que foi decretada situação de emergência foram prorrogadas. Eu queria a precisão da data da prorrogação. Eu solicitei ao Ministério da Fazenda e não obtive resposta – talvez a medida já tenha sido dada e nem tenha sido transmitida ao Senado sobre a mudança. Foram prorrogadas algumas dívidas de custeio e não foi incluído o BSI, programa de financiamento de máquinas agrícolas. Então, eu queria saber se o BSI entrou nessa prorrogação, porque é uma decisão muito importante. Essa é para o senhor. Depois faço as perguntas para o Dr. João Luiz. Não sei se vão ser feitas as perguntas todas coletivamente.

Para o meu conterrâneo – saúdo novamente o João Luiz Guadagnin – pergunto: o senhor falou que algumas práticas de manejo têm mostrado que a agricultura tem se comportado de maneira diferente, mesmo em situações adversas. Porém, quando o senhor falou dos números, eles não revelaram essa realidade. Então, eu queria saber do senhor dados concretos, se possível, no meu Estado. Em que região e que tipo de prática de manejo foi adotada para fazer isso? Até porque o Poder Público, Secretário, deveria prover com ações, por exemplo, irrigação. Então, quando há uma pequena propriedade, é mais fácil fazer uma irrigação, dispondo de um poço artesiano ou um poço natural, de fonte natural, uma cacimba, como se costuma falar para fazer a irrigação de uma pequena área para, por exemplo, irrigar o pasto para o gado leiteiro ou para colheita de uma horta, para produção de menor escala. Quais são as práticas e onde estão localizadas essas, digamos, reações favoráveis ao manejo, que reduziram o prejuízo do agricultor em região de seca?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Senador por Rondônia, meu conterrâneo do Paraná, ao lado do Blairo também, o Paraná tomou conta do Senado, não é? Temos vários representantes aqui, viemos todos lá debaixo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, fomos para o Mato Grosso, não é, Jayme?

Bom, Sr. Presidente, acho que as dívidas dos agricultores, João Luiz Guadagnin, também João Pinto Rabelo Júnior, elas têm uma causa, e a causa está normalmente em uma safra frustrada.

Nós temos, hoje, no âmbito do Governo, pendente de regulamentação, o fundo de catástrofe, que foi votado, aprovado. Faço uma referência ao Deputado Micheletto, que tanto lutou por esse fundo de catástrofe. O fundo de catástrofe, ao que entendo, traz uma garantia de renda ao produtor, não só o seguro safra, mas uma garantia de renda. Se você tem somente o seguro safra, ele não é o suficiente para que o cidadão, durante o ano de cultivo da terra, produza o suficiente para o seu sustento, o sustento da sua família e também para o pagamento do financiamento da sua safra. Você tem um valor determinado pelo seguro agrícola para pagar o custeio da safra. Mas e a manutenção da vida desse cidadão? A grande causa das dívidas agrícolas são as catástrofes naturais, secas, chuvas, geadas, no sul, mas, principalmente, secas.

Deixo essa indagação aos dois expositores e também faço uma consulta não sei se ao MDA, acho que ao Ministério da Agricultura: no ano passado, o Governo anunciou uma liberação de recursos, Senadora Ana Amélia, da ordem de R$30 milhões, dos quais R$10 milhões seriam para Paraná, para socorrer emergencialmente algumas regiões que foram fortemente atingidas pela seca. Salvo engano, foram R$10 milhões para o Estado do Paraná, anunciados. Recentemente, em uma reunião em Curitiba, com a presença de todos os setores produtivos, do Ministro da Agricultura e do Secretário Estadual de Agricultura, houve uma manifestação do Secretário dizendo que não houve a liberação desses recursos. Isso foi pela seca de 2011.

Então, percebo que há um engessamento, por parte do Governo, nesse sentido. Anuncia-se o recurso, há uma burocracia toda, às vezes, o tomador não está preparado para tomar os recursos e para enfrentar a burocracia em cima disso, e, quando os recursos são liberados, os efeitos dessa catástrofe natural, por exemplo, a seca, talvez já passaram há anos. E, aí, o resultado não é aquele que se esperava, que é o de amenizar o sofrimento do produtor rural de forma imediata ou, pelo menos, daquela comunidade.

Então, são essas duas reflexões que deixo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. Com a palavra, Senador Benedito de Lira para fazer os seus questionamentos. Na sequência, Senador Walter Pinheiro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, já estou nesta Casa há alguns anos. E todos os anos da minha presença aqui e de outros Senadores que chegaram depois de mim, e antes – melhor dizendo, antes, não como Senador, mas como Deputado Federal, porque vim da Câmara dos Deputados –, todos os anos temos as mesmas questões: discutimos aqui créditos, pagamentos, inadimplência, execução, enfim, essa é a história que está traçada com relação ao pequeno, médio e digo até ao grande, porque, quando se fala em produção, não se pode alijar o grande produtor. Ele terá que ter também tratamento do Governo.

E chamo a atenção principalmente do Sr. João, representante da Fazenda, porque não compreendo – eu, talvez até porque seja leigo nessa área econômica – como se faz agricultura cobrando praticamente, até há pouco tempo – juros de mercado. Foi exatamente daí a ocorrência da quebradeira dos pequenos. Esses não sobreviveram e não sobrevivem. Depois, então, o Governo vem com mecanismos de prorrogação de dívidas. Vou dar o exemplo para que fique claro aquilo por que passa o pequeno e médio produtor. Sou homem que gosta do campo. Tenho propriedades. Certa vez, eu pensei em comprar um pedaço de terra no semiárido, no meu Estado. Por quê? Porque eu precisava fazer leite, produzir leite. O Banco do nordeste fez o projeto, e aquilo me entusiasmou, e entrei no crédito bancário. Tirei, à época, em 1999, se a memória não me falha, cerca de R$200 mil. À época, não era real. Pois bem, paguei mais de 70%. Do que me propus a fazer, fiz o dobro.

Para encurtar a conversa, confesso que perdi a propriedade. Mas perdi para seca, por quê? Porque, depois que não tinha mais como pagar o débito porque tinha produção zero, quando cheguei ao Banco do Nordeste para fazer um ajuste de contas, me deram uma conta de mais de R$5 milhões. Cobraram-me juros de mercado, uma tal de TJLP, e, no final, dava uma faixa de 17%, 18%. Como pagar? Dei graças a Deus porque encontrei um sujeito que gosta de terra no sertão, e ele assumiu o débito. A última proposta que me foi feita para conciliar esse débito agrícola desceu, fizeram uma composição de débito que deu em torno de R$1,8 milhão, e a propriedade, em si, valia pouco mais de R$600 mil, R$400 mil. Então, transferi a propriedade para esse cidadão, consequentemente tudo aquilo que investi perdi.

Eu gostaria de saber o seguinte: o Governo, a Fazenda não pensa em criar um mecanismo capaz de fazer com que os pequenos, os médios e até os grandes produtores possam sobreviver quando, principalmente, enfrentam catástrofes, já que elas acontecem naturalmente todos os anos? As catástrofes acontecem todos os anos. Temos, por exemplo, as enchentes que acontecem todos os anos. Todo ano tem um lugar em que aparece um desastre ecológico. Todos os anos. Em 2000, foi em Santa Catarina, depois Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, agora Minas Gerais. Quer dizer, todo ano tem um Estado em que acontece isso, mas infelizmente não temos um plano, um programa de governo. As emergências, por exemplo, o socorro imediato, isso fica muito mais caro para o Governo do que se tivéssemos um plano gradativo. Vamos dar o exemplo das secas. Todo ano, todos sabemos que ninguém acaba com as secas. Não há como acabar com as secas, porque é uma situação climática, é um fato da natureza, mas teríamos que ter um programa de governo para conviver com a seca.

Confesso que o maior constrangimento que tenho na vida, como cidadão e como homem público é ainda ouvir essa conversa de carro-pipa para atender à população do semiárido brasileiro. Carro-pipa, isso existe desde a época em que esse País foi descoberto, e infelizmente não temos um plano de nação. Em todos os outros lugares, propõe-se isso, mas, aqui, infelizmente, não. Parece que é melhor fazer economia, e, quando chegar um momento desses, desembolsar bilhões de reais, em sessenta dias, está tudo resolvido, depois teremos mais à frente a mesma situação. Então, estamos aqui com o Senador Walter, que é o relator da 65, com o Sérgio, que está com o projeto, com o relatório do setor canavieiro, e eu perguntaria, Dr. João: o que é que desmotiva o Governo a estabelecer juro zero para os pequenos, médios e até grandes produtores, para produzirem alimentos, para a agricultura? O que é que desmotiva o Governo a fazer um plano de ação para atender outros setores produtivos que não a indústria convencional, aquela que produz

o automóvel, a geladeira, o fogão etc. Para esses o governo tem planos para motivar, para incentivar, para dar crédito a ele? Não. Dar incentivos fiscais. No setor que nós estávamos debatendo há pouco tempo, que citei aqui, o setor sucroalcooleiro, que tem uma capacidade extraordinária de ajudar a balança comercial deste País, esta área não tem esse tratamento.

Então, como último item, eu gostaria de apenas propor o seguinte: qual é a dificuldade que tem o Governo, por exemplo, de anistiar os pequenos, os agricultores familiares? De anistiar, porque ele não paga! Você prorroga para amanhã, ele vai ter os mesmos problemas depois de amanhã, no outro ano e, assim, sucessivamente. Nunca paga, porque ele não tem como pagar! Como o sujeito planta milho e não colhe, planta feijão e não colhe, planta batata e não colhe, planta o inhame e não colhe, planta a lavoura de subsistência e não colhe, no sertão, semiárido? Como ele paga? Como ele compra uma vaca de leite para tirar o leite, para vender o leite, para poder, então, ter uma rendazinha complementar, se o animal não tem alimentação?

Eu estava aqui, há poucos instantes, fazendo umas contas.

Presidente, vou encerrar.

Os insumos aumentam todas as semanas. Eu digo assim porque eu sou produtor e compro. Não é porque ouvi dizer; eu compro. Agora mesmo nós estamos comprando um saco de soja no meu Estado por quase R$70,00 para fazer ração, para produzir leite, para alimentar o gado. Setenta reais um saco de soja!

Eu falava aqui com o querido Senador Jayme Campos que estou pagando por um saco de milho, no meu Estado, por exemplo, que não é produtor de milho, na faixa de R$45,00 a R$48,00. Esta semana, eu vou pagar R$48,00 por um saco de milho. Um saco de trigo; o que é o trigo? O trigo é um bagaço que não tem valor energético praticamente nenhum; eu vou pagar uma média de R$28,00 por um saco de trigo.

É esse tipo de coisas que eu não posso admitir do pequeno agricultor, da pecuária, da pessoa que produz para vender, para melhorar a sua renda, para alimentar a população. Então, são esses gargalos que nós temos. Infelizmente, as coisas não animam mais. Confesso a vocês: viver de agricultura no Brasil parece uma atividade marginal. Dizem logo: "Caloteiros!" Não é. O pequeno e o médio são bons pagadores; agora, só pagam quando têm dinheiro para pagar ou quando se produz.

Então, eram esses os comentários que eu gostaria de fazer.

Era isso, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer essas observações e de ouvir, principalmente da Fazenda, que tipo de entrave há para não se poder chegar a esse entendimento, considerando que outros países têm a mesma coisa.

Ontem mesmo eu tive uma reunião com os representantes do coco, do Sindicato Nacional dos Produtores de Coco.

Senadora Ana Amélia, ainda dá tempo de V. Exª chegar a sua audiência.

E a gente recebe coco de muitos países, que é coco ralado no fundo de quintal. Até tem problemas de saúde, mas nós temos uma cota considerável de coco recebido, e os produtores de coco aqui não podem competir porque o de lá vem muito mais barato – inclusive a mão de obra é baratíssima, e o daqui tem todos os encargos. Inclusive, se o cara vai subir em quatro pés de coqueiro, além da cota que ele tem previsão, talvez seja um trabalho degradante, e lá vem a história do trabalho escravo. Está entendendo?

Então, essas eram as considerações que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu não sei se a Senadora Ana Amélia estava com problema de agenda ou se ela queria ouvir as respostas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não. Tranquilo.

É o famoso Benedito do Rala Coco.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Seu Estado ontem estava lá. Ele produz muito coco.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito coco, apesar de a gente estar a cada dia perdendo mais.

Sr. Presidente, eu quero, primeiro, saudar V. Exª pela iniciativa e os dois representantes, tanto o do Ministério do Desenvolvimento Agrária quanto o do Ministério da Fazenda. Até aqui a gente está com uma tarefa de tentar juntar esses dados e, ao mesmo tempo, produzir, como disse aqui o Senador Benedito de Lira, definitivamente, uma legislação que trate esse problema. A ideia, inclusive, desta audiência surgiu a partir disso: tentarmos auscultar e até receber dos Ministérios, principalmente desses três... Na realidade, os Ministérios da área – o MDA e a Agricultura – e o Ministério que tem, inclusive, mais do que a Agricultura e o MDA, a possibilidade efetiva de um encaminhamento, tanto para a solução de um passado que impacta permanentemente no presente, quanto as soluções

de crédito, também em duas frentes: o emergencial e o crédito na sua essência.

Então, nós recebemos a Medida Provisória... Óbvio que a 565, quando veio para cá, veio com um foco. Muito claramente ela trata, na prática, de dois pontos: tanto o crédito especial para atender a esses setores produtivos – rural, industrial, enfim, comercial – e, ao mesmo tempo, para essa nova linha de ação do chamado auxílio emergencial. Então, dois focos aí seriam importantes de serem trabalhados.

Agora, uma das coisas que me chamou a atenção na medida provisória – e é por isso queria ouvir aqui dos representantes dos Ministérios – é algo que tem a ver especificamente com essa questão do que é que ela busca na prática. Digo isso porque o ponto central dela é tentar aperfeiçoar esse marco legal do funcionamento dos fundos. Óbvio que ela traz duas medidas pontuais. Então, se a gente busca fazer esse aperfeiçoamento, meu caro Moka, no que diz respeito a esse marco legal dos fundos, portanto, é uma oportunidade que a gente tem de tentar arrumar essa história. Não dá para ficar mais picotando as medidas aqui no Congresso Nacional.

O Senador Benedito de Lira disse que estamos aqui há muito tempo... Estou insistindo com um dado – e obviamente os Ministérios têm essa informação muito mais do que eu, tanto que, se for brincar aqui, vou dizer que conheço Gerardo Fonteles desde a época de Fernando Henrique Cardoso. Era o "negociador-mor". De Gerardo Fonteles, a gente ia negociar com Pedro Parente, que era o titular da Casa Civil da época. E essa coisa se repetiu. O Gerardo Fonteles até continuou; o Pedro já não tem mais o mesmo parente no Governo; é outro. Então, a gente continuou fazendo a mesma negociação.

Se eu pegar do ano de 1997 até o ano passado, nós fizemos discussão sobre medida provisória, projeto de lei, emenda aqui, emenda acolá, renegociação de dívida em todos esses anos – de 1997 a 2011. Todos esses anos! Então, nós temos algo que não é mais sazonal nem emergencial, nem tampouco pontual.

Então, na realidade, eu queria levantar aqui alguns pontos que encontrei na medida provisória para a gente ter uma ideia de como é que a gente vai poder trabalhar com isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pegando o raciocínio do Senador Walter, eu queria dizer o seguinte: agora nós temos uma seca muito grande no Nordeste. Há produtores lá... Eu não sou da região, mas eu tenho informação de que há produtor que perdeu tudo, 100%. Aí você renegocia para ele pagar na próxima safra, mas ele não tem como pagar. Essa é uma questão de renda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Qual é a próxima safra? Essa é a pergunta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim. Então, o que nós podemos... Eu era Presidente da Comissão Mista de Orçamento – e V. Exª, ano passado, foi o Relator – e insisti na negociação do fundo de catástrofes, porque é a única forma de se sair disso. Foram negociados dois bilhões, uma parte em aporte do Governo, e chegaríamos a quatro bilhões em quatro anos. Não foi feito o aporte. Então, enquanto nós não tivermos um seguro que proteja... O que aconteceria com uma frustração como essa?

Você acionaria o seguro e o produtor não pagaria nada, porque houve uma frustração de 100%. Essa é a alternativa. Claro que nós temos de, à luz da medida provisória, discutir medidas emergenciais.

Mas foi só para contribuir com o debate e deixar registrado. Nós vamos novamente para outro orçamento e nós temos que inserir, nessa discussão, recursos para que possamos garantir o chamado fundo de catástrofes, visto que basicamente, no Nordeste, é uma questão de clima, e, para isso, não tem alternativa. Claro que a estiagem no Rio Grande do Sul e no meu Estado... Dourados, por exemplo, um Município altamente produtivo, está colhendo 25 sacas de soja quando a média sempre foi acima de 50 sacas. Então, estamos falando disso.

Desculpe-me, Senador Walter Pinheiro, se lhe atrapalhei o raciocínio, mas eu queria contribuir, dizendo que nós vamos discutir medidas emergenciais, mas eu estou convencido de que a única forma de realmente garantirmos... E, se olharmos o saldo dessa dívida, mesmo com os juros mais baratos, nós vamos ver que ela só tem se avolumado ao longo desse tempo.

Muito obrigado pelo aparte, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Essa é uma constatação, Senador Waldemir Moka, que todo mundo tem, mas eu não sei se nós deveríamos esperar. Essa é a nossa agonia. Nós estamos discutindo a possibilidade de começar a resolver isso. É nisso que eu quero insistir: a medida provisória trata de pontos específicos, mas ela abre efetivamente

para nós aperfeiçoarmos um marco legal. Então, está na hora de pegarmos esse marco legal e o definirmos aqui, Senador Moka.

Então, vamos lá. Quais são os pontos que eu queria levantar aqui? Eu só vou tocar em cinco pontos aqui, muito rapidamente.

Primeiro, as linhas dos créditos especiais, que é o que vem nisso que nós poderíamos chamar de a nova norma. São os recursos do fundo destinado a atender os setores produtivos, enfim, no caso da emergência ou da calamidade. Portanto, é o caso, por exemplo, como o Senador Moka diz, da seca aqui no Sul ou no Mato Grosso do Sul. Elas são efetivamente....

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esporádicas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E, aí sim, nós podemos considerar calamidades.

O problema é que a seca no Nordeste é permanente. Óbvio que nós estamos enfrentando uma situação de calamidade, porque enfrentamos, agora, uma seca com uma intensidade muito maior, segundo os técnicos, do que a que nós experimentamos há trinta anos. Óbvio que a tendência natural é que a gente vá vivenciando, cada vez mais, situações mais difíceis do que essa. Esse, então, é o primeiro aspecto.

Segundo, essa história das linhas de crédito especiais. Linha de crédito especial é temporária. Portanto, nós vamos enxergar esse momento, ou seja, colocar na medida provisória aquilo que de temporário podemos adotar.

Terceiro, as linhas de crédito que serão diferenciadas de acordo com a modalidade de crédito e de acordo com os setores produtivos envolvidos. Essa é outra preocupação que nós vamos ter com a medida provisória.

Quarto, a aplicação dos recursos nas áreas de atuação de fundos.

E, portanto, o quinto, a questão de fixar os encargos, como citou muito bem o meu amigo Benedito de Lira: prazo, limite, finalidades e demais condições para o financiamento que a gente quer dessa primeira etapa.

Então, esses são os pontos da chamada primeira ação, da chamada emergência, que nós vamos tratar na medida provisória. Vamos ter que, obrigatoriamente, seguir esses cinco pontos; porém, para tratar a emergência.

Aí, quando a gente fala que ainda vai haver a questão de como é que vai fazer o chamado auxílio, a elevação do valor do auxilio ou a garantia-safra. Essas são parcelas, principalmente o garantia-safra, meu caro Guadagnin, que, de certa maneira, nós já estamos com isso funcionando. Então, pegar e trazer o garantia-safra para isso agora é extremamente complicado. Na realidade, trata-se de repetir, de fazer uma medida provisória e repetir os mesmos recursos. Nós queremos é mais! O garantia-safra, eu diria, tem um público está fora. Eu entendi assim: o Governo traz uma medida, o que significa ampliação, até porque o garantia-safra, para usar uma linguagem popular, está garantido. Então, isso aqui tem que ser para além do garantia-safra; pelo menos o texto da medida provisória nos leva exatamente a isso.

A outra questão é a oportunidade que temos de, uma vez por todas, modificar, em caráter geral, Senadora Ana Amélia, em caráter definitivo, as questões tratadas na Lei nº 10.954. Agora, não dá mais para ficar fazendo colcha de retalhos. Porque, todo ano – e talvez a turma do MDA já conheça essa história –, a gente, quando resolve tudo, engasga ali, porque se diz: "Ah, não; mas esse dinheiro aqui veio do BNDES". O outro diz: "Ah, mas esse veio do FAT". E, assim, a gente fica com uma lógica completamente perversa.

A outra questão é a seguinte: eu faço toda essa engenharia do crédito emergência e está todo mundo pendurado. Aí, nós vamos fazer, depois, Senador Acir, uma espécie de pente fino para ver quem é que não está devendo para poder ter direito. Quem é que não está negativado para poder ter direito? E, aí, vai sobrar quem? Nós e os fantasmas. Não adianta! Não vai ser por esse caminho.

Ainda há outros três pontos que eu queria levantar aqui como provocação, que são os seguintes: a medida provisória, na realidade, se a gente pegar pela relação e pelo que a gente pode entender desse universo, poderia tratar de algo em torno de 500 mil pessoas... Perdão; 500 mil famílias a serem atendidas – para o universo específico da emergência, da calamidade. A outra é a questão do cadastro único, que é a utilização dos mesmos cadastros que os Ministérios têm como referência para os programas sociais. E, ainda, a questão a que eu me referi aqui agora, que é essa separação – o terceiro ponto –, ou seja, você pegar num vale e envolver, nesse cadastro, a turma que está no garantia-safra. Se não, nesse universo de 500 mil, só na Bahia são 600 mil famílias de agricultores. Então, se o garantia-safra entrar nisso, o universo da medida provisória fica até negativo; fica com menos 100 mil e não com 500 mil a mais.

Então, quero levantar esses pontos e até pedir aos Ministérios aqui para que possamos receber deles... Nós estamos marcando, inclusive, na próxima terça, com o Secretário Executivo do Ministério, Nelson Barbosa, uma espécie de concertação, com a presença dos dois Ministérios mais a Fazenda, para tentar chegar exatamente ao foco. Qual é o foco da medida provisória? Um é atenuar a crise. Portanto, atender a

isso, à angústia, aos problemas, à falta de perspectiva nessa questão, para se tentar, inclusive, esperar a chegada das chuvas de final do ano.

Na Bahia, por exemplo, nós estamos trabalhando com a tese de que a safra de 2013 foi embora. Foi embora! Pegue, por exemplo, a região do feijão lá, que na realidade nem planta mais feijão. A região do feijão agora é a região Nordeste do Estado. A gente chama de região do feijão a região de Irecê. Mas o maior produtor de feijão da Bahia é aquela região próxima a Sergipe – Adustina, Paripiranga etc. –, ali na região Nordeste. Mas pegue a região de Irecê. Nós estamos com expectativa de chuvas só para outubro. Mirorós, que é o ponto central de captação de água para irrigação, está indo embora. As obras da adutora não ficam prontas agora; só fica pronta uma etapa no final do ano. Assim, se as chuvas não chegarem em outubro, esses caras vão plantar como? Então, a safra de 2013 foi para o saco! É isso que os caras estão dizendo: acabou! Não temos mais como atender isso.

Então, esse foco é importante; é para fazer esse chamado atendimento social. Ele tem que ir, exatamente, na linha desse aperfeiçoamento que estou insistindo. E, aí, a gente tem que entrar na linha dos fundos constitucionais e entrar na linha daquilo que o meu companheiro Moka citou: respostas ou consolidação de fundos de programas de desastres, sejam eles por chuvas, sejam eles por estiagens prolongadas, e que represente a necessidade de a gente adotar essas medidas.

Então, o que a gente está querendo dos Ministérios neste momento é um pouco disso. Aliás, na terça-feira, inclusive, nós estamos chamando também o Banco do Nordeste. Já solicitamos também o Banco do Brasil. O Banco do Nordeste já fez um levantamento, que é para termos uma idéia: o que é que eu tenho? Porque, para a Fazenda, por exemplo, qual é o questionamento que estamos fazendo? Será que vale a pena continuarmos gastando rios de dinheiro com custas e com cartórios? Porque, quanto é que eu pago de advogado para executar um trator velho? Quanto é que se paga de cartório? E ainda tem aí.. Jegue nem tem mais; lá só tem moto agora. Então, o cara não toma mais o jegue, toma a moto. E vai ficando aquela montanha...

O Banco do Nordeste, por exemplo, pegou toda essa dívida e isolou no seu balanço. Não conta mais; não conta para imposto de renda; é prejuízo já no Banco do Nordeste. Agora, tem outro prejuízo que os bancos terminam enfrentando que é o que eles têm que bancar todo dia com as custas de cartórios. Então, nós precisamos desses dados, Acir, para termos uma ideia exata do que é que se tem e de qual a parcela dessa dívida podemos, inclusive, fazer uma limpeza. Limpar o cadastro das pessoas para permitir que elas tenham a possibilidade não só de receber o crédito emergência, mas também de receber, a partir de agora, outro tipo de linha de crédito de outros programas.

Então, acho que seria importante que os Ministérios pudessem levantar isso, minuciosamente, e colocar na mesa esses dados. Nós temos quanto? Quantas famílias nós temos nisso? Quais são os problemas? O que resta do Pesa? O que resta ainda da estrutura do Pronaf? O que tem de pendência do FNE, do FAT, dos recursos do BNDES?

Nós temos, ainda, João Luiz, uma coisa que é a interação com os Estados. Eu fui Secretário de Planejamento da Bahia e participava das reuniões do Conselho de Administração da Desenbahia, e nosso maior problema lá era exatamente esse: nós fazíamos o financiamento para a agricultura, em parceria com o BNDES, e todas as vezes que a fazíamos negociação essa parcela de agricultores estava fora, por serem recursos do BNDES.

Portanto, aí vem a história do *mix* que a gente tanto se acostumou a tratar ao longo dos anos. Então, se é um *mix*, tratemos isso como um *mix*. Vamos juntar tudo, Acir, da seca, da chuva, do crédito A, B, C, D, não importa, e a gente tenta identificar que tipo de solução é possível. Como é que a gente limpa a área neste momento agora? Chega com a emergência, atende ao socorro, mas já planta as condições efetivas para nós começarmos a funcionar, eu diria até, de forma zerada, daqui para frente, e teríamos condições de trabalhar de forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Deixe-me fazer uma provocação aqui, Dr. João: o discurso sempre é muito positivo – do MDA, do MAPA e do Ministério da Fazenda –, mas nem sempre chega até a ponta, chega até o agricultor, chega até aquela pessoa que realmente precisa, na maioria das vezes. Então, é uma dificuldade grande que se tem com relação a esse ponto: entre o que falamos aqui, o que se diz no discurso e o que é feito na prática.

Era só para fazer uma provocação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria, acrescentando ao que eu já havia solicitado, a informação sobre qual é o grau de inadimplência da agricultura familiar diante desse cenário de seca? A mesma pergunta faço ao Ministério da Fazenda e à Pasta da Agricultura de um modo geral.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Então, com a palavra o Dr. João Luiz Guadagnin.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Sr. Presidente, começo pelas perguntas da Senadora Ana Amélia.

A questão do comportamento distinto dos agricultores frente às secas e aos fenômenos climáticos. A agricultura familiar, por definição, é uma agricultura diversificada. Todos os agricultores que perseveram nessa diversificação têm menos perdas, até porque, como têm várias culturas, com plantios distintos, em épocas distintas, os fenômenos ocorrem de forma distinta cada cultura.

De uns anos para cá, especialmente com o surgimento dos transgênicos, as datas de plantio ficaram muito uniformes. É feito num único dia. Então, é uma loteria. Uma parte dos problemas está em que, além da falta de diversificação de plantio, não há escalonamento de data de plantio, como se fazia há alguns anos.

Então, diversificação, escalonamento de plantio, isso distingue um agricultor do outro. A adequada correção da acidez e da fertilidade do solo. Há um grupo de agricultores – a maioria, insisto – que faz um bom manejo do solo, corrige adequadamente a acidez, corrige a fertilidade; e outros que fazem uma subadequação dessas práticas. E, lógico, um solo com pouca fertilidade e muita acidez, a seca é muito mais severa.

As práticas culturais, desde o plantio direto, realmente plantio direto, o não abandono das práticas conservacionistas, das práticas mecânicas tipo terraço, murundu, curva de nível, uma parte da agricultura familiar se iludiu que, com o plantio direto, podia destruir todos os terraços. E aí temos desastres. Ao lado de uma boa propriedade, em que os terraços e a boa prática conservacionista permanecem, há agricultores com grandes prejuízos, às vezes até de 100%.

A outra é o uso de plantas melhoradoras, a incorporação de massa verde, especialmente no Sul, o uso de tremoço, de ervilhaca, do nabo forrageiro, para melhoria do solo. Grande parte dos agricultores já faz isso. Quem não faz está entre os nossos clientes do seguro.

E claro: reserva de água e irrigação.

Realmente, o Rio Grande do Sul, diferentemente do Nordeste, é contemplado com muita chuva, mas usa pouco essa chuva do inverno para reservar. Não reserva. Esse é um dos problemas que temos sérios lá.

Só para lhe dar em número isso que eu estou dizendo: não há nenhum Município em que 100% dos agricultores comunicaram perda. Significa que há agricultores que estão colhendo, colhendo bem, e outros que estão tendo prejuízo sério. Dos 250 mil aproximadamente que nós temos segurados no Rio Grande do Sul, nós temos 60 mil, entre 60 e 65 mil, depois eu prometo lhe passar, para a Comissão os números reais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. João, me desculpe interromper. Mas é que a chuva ou a seca não acontece em 100% do Estado. Às vezes, num Município, chove do lado esquerdo, mas não chove do lado direito.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aí, há uma diferença grande na questão da colheita. É só para pontuar,

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Isso é verdade. Mas, quando a gente vai para o terreno, e a gente se tiver oportunidade, é interessante: agricultores vizinhos um dos outro, um perdeu muito, o outro não perdeu nada ou perdeu muito pouco. O que diferencia basicamente são as práticas agrícolas, o manejo, o gerenciamento.

Aí, a gente pode passar pela falta de orientação, de assistência técnica. Há alguns fatores em que os três níveis de Governo seguramente têm um pouco de culpa nisso. E nós assumimos isso também. Nem tudo são flores. Mas há muita flor. Acredite.

A maior parte... A inadimplência... A inadimplência dos agricultores familiares é muito pequena. Hoje, no Rio Grande do Sul, ela não chega a 3%. Agora, se nós olharmos isso ao longo da história do Pronaf, nós já realizamos ali milhões de contratos, que foram se acumulando, se repetindo desde o começo do Pronaf, em 1996, nós temos um universo importante. Nós calculamos que, no Rio Grande do Sul, nós devemos ter cerca de 40 mil famílias fora do crédito rural, fora do seguro da agricultura familiar. Por quê? Porque estão inadimplentes.

No Nordeste, adiantando ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Walter Pinheiro, há um grupo importante de agricultores familiares do Nordeste inadimplentes. Grande parte deles está naquele grupo que é o agricultor familiar – não é o grupo "b", não é o microcrédito produtivo rural. O microcrédito produtivo rural, nós praticamente resolvemos o problema. A 2.249 liquidou partes das operações, deu prazo e deu rebate, deu condições de pagamento. O problema está no agricultor familiar, aquele que está acima de R$6 mil de renda bruta familiar anual, até os R$110 mil. E devemos ter cerca de 25% dos agricultores familiares do Nordeste com dificuldade de pagar. Esse é um número importante, é grande. Realmente, é um problema estruturante, que preocupa.

A outra, já aproveitando, Senador Acir, para ajudar um pouco no debate daquilo que o Senador Walter Pinheiro, apropriadamente, corretamente levanta,

a medida provisória se desdobrou em resoluções do Conselho Monetário. Os créditos para agricultura familiar – depois eu peço que Rabelo possa falar um pouco melhor dos demais créditos – que estão sendo concedidos para a agricultura familiar nordestina são de R$12 mil, é o semiárido, é o Pronaf Semiárido, com 40% de bônus. Dez anos para apagar, 1% de juro, três anos de carência. Então, a linha de crédito para que se enfrente a realidade da seca é uma coisa que nunca antes tínhamos conseguido. Quer dizer, 40% de bônus é um avanço extraordinário. Além disso, R$12 mil, dez anos, para agricultura familiar.

Além disso, estamos próximos de uma resolução – creio que depois o Rabelo também pode falar sobre isso – de custeio. O pensamento é de que se deem R$5 mil por agricultor familiar, com 40% de bônus e cinco anos para pagar. Então, ele vai pagar R$600 por ano. Para quê? Para possibilitar a esse agricultor a compra especialmente de forragem. Hoje, a grande dificuldade é de que os criadores, especialmente de ovinos e de caprinos – a grande maioria da agricultura familiar tem essa atividade como atividade econômica importante – não têm como comprar a cana que está no litoral. Milho ajuda, mas não resolve, porque são ruminantes. Aliás, em alguns casos até pode prejudicar a criação.

Então, essa linha de crédito de custeio, que está próxima de acontecer, vai permitir que com R$5 mil ele compre uma atividade razoável hoje lá no sertão da Paraíba, em Conceição do Piancó. Uma tonelada de cana posta lá está cerca de R$120 e, dependendo do rebanho que ele tem, com essa tonelada de cana ele alimenta o rebanho por muito tempo.

Então, nós precisamos... Claro que há que ter uma organização – e nisso estamos trabalhando com as secretarias estaduais de agricultura, com as secretarias municipais de agricultura – no sentido de que essa cana... Um agricultor sozinho não vai encher um caminhão daqueles, não é? Então, tem que ter uma organização.

Os Estados nos estão ajudando muito. O Secretário Eduardo Salles tem feito um esforço extraordinário na Bahia, todos os secretários de agricultura e nós vamos conseguir fazer com que a cana que está no litoral chegue até o sertão. E, com isso, seguramente salvar... Eu reconheço que parte do rebanho já foi vendida para evitar que eles perecessem por falta de alimento ou está numa situação bastante lastimável. Se nós não chegarmos logo com essa cana para esses animais, nós teremos dificuldades. O logo é na semana que vem, eu reconheço isso.

O Banco do Nordeste já está com o sistema pré-aprovado. O que nos falta é a resolução. O que a medida provisória deu foi condições para que se estabelecessem essas linhas de crédito.

Quanto ao Bolsa Estiagem, a preocupação que, por orientação da Presidenta da República nós tivemos é de que não prejudiquemos o agricultor que está no Garantia-Safra. A política estruturante, o senhor disse bem, é o Garantia-Safra e ela vai permanecer. Agora, há um grupo grande de agricultores – porque o Município não aderiu àquela mecânica de adesão do Município ou porque o agricultor mesmo não aderiu – que acabou ficando fora do Garantia-Safra. Então, para esses estão-se dando R$80,00 durante 5 meses, R$400,00, para que ele consiga minimamente ter alimentos, essa que é a ideia, suprir a falta de alimentos que acabaram com a seca. O que é o Garantia-Safra? O Garantia-Safra dá R$138,00; para quem está fora do Garantia-Safra, R$80,00. Por quê? Porque com isso se prestigia a política que é estruturante, o senhor disse bem, que é o Fundo Garantia-Safra. Eu creio que é isso.

Ah, sim. Quanto a... Estão pendurados no Nordeste. Existe um grupo grande de agricultores, familiares, que não está no "B", que estão com problemas. Agora, a maior parte da crise, da dívida no Nordeste, é de agricultores que estão além do Pronaf. Para esses, nós não tivemos nenhuma medida. Nós temos, presentemente, uma resolução no Conselho Monetário que dá a possibilidade de os agricultores de todo o Brasil recomporem as dívidas e que termina, o prazo dela vai até março do ano que vem. Essa recomposição de dívidas vai significar para muitos agricultores a condição de receber. O que talvez – e estamos discutindo com o Dr. João Rabelo lá fazenda, quem aderir a esta resolução fica impossibilitado de aderir a novos créditos de investimento, não de custeio. Para algumas situações, essa pode ser uma trava, uma dificuldade que a gente só vai sentir depois. Agora, crédito de custeio, uma vez que ele faça recomposição de dívidas, ele volta a ter a vida normal dele.

Então, esse é o processo que está aí em andamento.

Por isso que eu digo, Senador Acir, a vida é difícil, mas há políticas estruturantes e elas têm sido aperfeiçoadas; a medida provisória nos ajuda, as resoluções do Conselho Monetário e o apoio do Ministério da Fazenda são efetivos e, quanto à situação da agricultura familiar, mesmo na situação do Nordeste, nós temos condições de dizer que há um cenário diferente. Não é uma maravilha, porque a seca é extraordinária. Por que os mecanismos de prevenção à seca não funcionaram neste ano? As cisternas estão vazias, não choveu. Quer dizer, o fenômeno da seca começou cedo e foi muito intenso. A precipitação em algumas regiões...

Não existiu chuva. Como o senhor mesmo disse, há situações muito distintas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Tem cidades na região norte da Bahia em que no mês de março não choveu um dia sequer, o mês de março inteiro, nenhuma gota. Para não dizer chuviscou: zero.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Agora, quanto aos números de inadimplência e a solução do mix é o Ministério da Fazenda que capitaneia isso. Seguramente, Rabelo vai ter informações para dar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João.

É evidente e visível a evolução da agricultura familiar no Brasil inteiro. É exatamente por isso que se aumentou a exportação e diminuíram até os preços dos alimentos no País.

Com a palavra o Dr. João Rabelo.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – Obrigado, Senador.

Vou começar pelas questões da Senadora Ana Amélia. Peço desculpas, realmente, se a informação não chegou até a senhora, mas com aquele pedido que a senhora tinha feito de incluir o PSI nós o reanalizamos. O PSI foi incluído na última reunião do Conselho Monetário Nacional. Já está contemplado a partir do mês anterior. O BNDES está se adaptando para poder fazer funcionar, mas as instituições financeiras já estão autorizadas também a prorrogar, no caso da região Sul e agora também no caso das regiões Nordeste e Norte, as operações do BNDES PSI.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe a informação. Como não chegou na hora certa, deixou de ganhar um discurso elogiando o Ministério da Fazenda por uma decisão que era aguardada pelos agricultores. A decisão tem de ser certa e na hora certa. Mas agradeço-lhe o gesto de reconhecer que a informação não foi repassada.

Obrigada, Doutor.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – Bom, a senhora pediu alguma precisão nas datas. Essas operações que estão sendo renegociadas agora pelo Conselho Monetário Nacional do Nordeste e do Norte são vincendas entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012. Nordeste e Norte. As instituições financeiras passam a estar autorizadas a prorrogá-las para o dia 02.01.2013.

Bom, no Sul, a prorrogação está até agosto, com a possibilidade de renegociação para um ano após a última parcela ou a de custeio em cinco anos.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Só para esclarecer. As operações cobertas pelo seguro — pelo seguro da agricultura familiar, logicamente –, o número de operações de custeio do Norte, do Nordeste e do Sul que serão postergadas por cinco anos é muito pequeno. São os custeios fora do seguro da agricultura familiar. É o custeio pecuário, eventualmente uma ou outra cultura que não está ainda no zoneamento agrícola e que não foi objeto do seguro, mas é um pequeno número dessas que iremos postergar, ou seja, apesar do fenômeno climático, o carregamento da dívida vai ser pequeno. Ela vai existir, com alguns agricultores, mas felizmente será com um número pequeno. Cerca de 5% dos contratos vão sofrer essa situação.

O SR. JOÃO RABELO JÚNIOR – O Senador Sérgio Souza e o Senador Benedito de Lira falaram sobre as ações estruturantes, o que está sendo feito nesse sentido. O Senador Acir reforçou esse ponto. Vou dar alguns números para dizer o que já aconteceu. Só para mostrar que o esforço dessa Casa e do Executivo tem funcionado.

No caso da região Sul, 95% dos agricultores familiares atingidos pela seca estavam cobertos pelo Proagro ou por um outro tipo de seguro agrícola. Então, ele não tem de pagar mais, Senador. Quer dizer, aquela operação, por um instrumento de mercado, está resolvida. Não é nenhuma benesse a ele, nenhum outro processo, entende, Senador Acir? Ele pagou por aquilo e recebeu uma solução de mercado como a nossa agricultura, com o alto nível que a agricultura brasileira tem, é passível de desenvolver. O que nos temos de montar são soluções como essas, soluções que sejam estruturais e que nos levem a ter uma agricultura com menos risco para o agricultor e estável, com regras estáveis, para que nós possamos, Senador Walter Pinheiro, usar cada vez menos medidas provisórias, cada vez menos paliativos. Infelizmente, estamos tendo de fazer porque a seca este ano está sendo muito acima do que era esperado. E a enchente no Norte começou no Acre, os senhores lembram bem, nos afluentes do Solimões. Agora, está chegando aos afluentes do rio Negro. Vai pegar aquela parte do Pará, do Amapá. Essa parte toda está subindo acima do nível histórico, ou seja, acima dos cálculos normais das instituições de seguro.

Aí, vou falar um pouco sobre o Fundo de Catástrofe. Só para deixar claro, o Fundo de Catástrofe não é, necessariamente, um seguro de renda. São coisas diferentes. O objetivo do Fundo de Catástrofe são eventos climáticos. Nesse Fundo de Catástrofe, o Ministério da Fazenda trabalhou fortemente nesse programa no ano passado. A previsão é abrir para audiência pública para todos os interessados, para consulta pública, perdão, o estatuto do fundo em 1º de agosto. Em 1º de agosto teremos uma versão, que será aberta para a contribuição da sociedade, para que depois possamos fazer a sua regulamentação.

O seguro-renda, no Brasil, está muito pequeno. As seguradoras que trabalham com seguro-renda estão fazendo uma pequena experiência com soja, na região Sul. É muito pequena ainda. Existem algumas soluções de *head* de proteção de preços. Infelizmente, boa parte delas são transacionadas nas bolsas internacionais. Estamos fazendo análises e estudos para trazer essas negociações para cá e, com isso, poder ampliar esse seguro-renda.

Sobre os recursos da Defesa Civil, infelizmente, não tenho as informações aqui. Essas informações são do Ministério da Agricultura.

Senador Benedito de Lira, V. Exª falou sobre por que não, simplesmente, anistiar os pequenos? Vamos pensar: o que nós estamos fazendo, todos nós juntos? O que estamos construindo nessa agricultura? Primeira coisa: foi tomada a decisão de Estado de separar a agricultura em dois olhares e olhar a agricultura familiar de um jeito específico e a agricultura empresarial de outro.

O Estado brasileiro – todos nós juntos – entende que essa agricultura familiar precisa de instrumentos de proteção. Fomos criando e aprimorando os instrumentos de proteção que reduzissem as incertezas dessa produção. Para o problema climático foi criado o Proagro, foi recriado o Proagro. Ele já existia há muito tempo, foi recriado e, agora, é efetivo. Temos, aí, da agricultura familiar como um todo, 90% dos agricultores familiares cobertos com o Proagro.

O que ainda não está funcionando, Senador Walter, que está na pauta do João Guadagnin e na nossa? Desenvolver esse seguro para a pecuária. Ele não está, ainda, adequado para a pecuária. Essa é uma das coisas que a gente tem de trabalhar. Temos de nos desenvolver nesse sentido. É compromisso nosso entregar uma solução o mais brevemente possível que atenda, também, a perda de produtividade na pecuária. Mas a agricultura está bem coberta, inclusive com um mix de produtos que é característico da agricultura familiar.

Então, de um lado há os eventos climáticos. Junto com isso há a bolsa, o Garantia-Safra, que está funcionando adequadamente. Agora, há um pedaço, Senador Walter, que não conseguiu ser atendido pelo Garantia-Safra. Essa é a proposta da medida provisória: a recriação – o Bolsa Estiagem já existiu no passado – para esse grupamento de pessoas para que possam, mesmo não tendo optado pelo seguro, lá atrás, perceber que isso é importante. E que a gente tenha uma universalização do Garantia-Safra daí para a frente.

Uma saca de milho a 48 realmente não dá, não tem como fazer isso de ração. Por isso, queria anunciar, em primeira mão, a portaria de VEP (Valor de Escoamento de Produção). Para o Nordeste vai ser publicada segunda-feira com um incentivo ao escoamento da produção do Mato Grosso e também do oeste da Bahia. Há um excedente no oeste da Bahia de 2 milhões de toneladas aproximadamente, o escoamento do milho que tem lá para as outras regiões do Nordeste. A nossa expectativa é a de que com esse programa o milho volte a um patamar de R$27,00 por saca. Essa é uma coisa na qual já estamos atuando também.

É importante dizer que a nossa agricultura, por esses instrumentos todos, tem já uma série de proteções. Esses instrumentos estão perfeitos? Não. Eles têm de ser aprimorados. Muitos deles são muito deficientes. Só para citar, o Sr. falou que é da Comissão de Orçamento. A Comissão de Orçamento autorizou R$5bilhões para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar. Esses R$5 bilhões, este ano, serão menos utilizados porque o preço das commodities está lá em cima. É importante lembrar também que com tudo isso que a gente está falando vamos ter uma das melhoras safras. Mesmo com todo esse problema climático que estamos tendo vamos ter uma das maiores safras de grãos dos últimos anos. Então, esse recurso não foi totalmente usado ainda, quer dizer, esse recurso do programa de garantia de preço mínimo não precisou ser acionado porque os preços continuam remuneradores na maior parte das commodities, mas fazem parte das ações estruturantes de que a gente está falando.

Concordo com V. Exª no sentido de que não faz mais sentido falar de carro-pipa em 2012. Isso é uma coisa impressionante. Mas, como disse o João Luiz, houve a construção das cisternas. Foram construídas 483 mil cisternas nos últimos anos. O problema é esse sobre o qual o Senador Walter falou: não choveu, não tem água. Então, a Operação Carro-Pipa, este ano, está acontecendo, mas está sendo diferente. Está sendo, também, com o objetivo de abastecer as cisternas. Então, o objetivo, agora, é levar água lá. O Exército está mobilizado. A Presidenta tem acompanhamento semanal da evolução dessas ações, da qual todos nós participamos, para poder entregar e mostrar o que está sendo feito.

Senador Walter, o objetivo dessa linha extraordinária é exatamente para que a gente possa atuar, com o FNE, o FNO e o FCO, nos casos de calamidade. Então, permitir alguma liberdade ao Governo para que possam ser estabelecidas linhas de crédito especiais para o atendimento dessas situações extraordinárias. Não posso concordar mais com V. Exª – já que concordo 100% – no sentido de que ela tem de ser temporária. Ela tem de atender aquele momento. As linhas permanentes dos fundos não podem ser afetadas por essas questões. Só sugiro que não coloquem encargos financeiros na medida provisória porque este ano

o encargo financeiro vai ser um, daqui a dez, dois, três anos, a gente pode estar falando de taxas de juros diferentes. Foi por isso que solicitamos que na medida provisória fosse autorizado, ao Conselho Monetário Nacional, definir quais são os encargos financeiros que irão aparecer nesse processo.

Senador Acir, estamos muito assustados, também, com a seca e com a chuva. Assustados não, estamos trabalhando para que a coisa não aconteça. Uma coisa que nós conseguimos fazer este ano foi antecipar as medidas. Não esperamos que a coisa estivesse em situação mais grave ainda – quer dizer, que a fome já estivesse instalada – para poder tomar as medidas. Essas medidas terão tempo suficiente – é a nossa expectativa e no que estamos trabalhando – para que cheguem em momento adequado para o produtor e não atrasadas, como em outros momentos aconteceu.

Acho que cobri todos os pontos. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João Rabelo.

Concordo com o senhor no sentido de que a produção de grãos, no Brasil, não vai diminuir este ano. Mas um ponto é importante: esses problemas climáticos não estão acontecendo onde há uma produção grande de grãos. A produção do Acre é pequena; a prdução de grãos do Amazonas é menor ainda; a produção do ponto da Bahia que está tendo problemas também é uma produção pequena. Então, não vai afetar realmente a produção de alimentos no País para exportação. Afeta as famílias que moram nessa região. Essas famílias têm de ser atendidas, é esse o ponto que está sendo discutido, e é essa ação que o Governo está fazendo, através do MDA – principalmente através do MDA –, com o apoio do Ministério da Fazenda.

É fato que as coisas evoluíram no Brasil. O MDA está mais presente, o Ministério da Fazenda também, junto com o MDA, sempre participando atentamente e tentando se antever ao problema. Mas não há como imaginar que iria acontecer uma enchente como essa que está acontecendo hoje. É histórica no Brasil, é histórica na região amazônica. É a maior enchente de todos os tempos. Não há realmente como se prever uma situação como essa.

Eu agradeço, Dr. João Guadagnin, pela sua presença aqui. Agradeço, da mesma forma, ao Dr. João Rabelo, pela sua presença, pela sua exposição, aos nobres Senadores que participaram da nossa audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 7 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 4 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE MAIO DE 2012.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **WALDEMIR MOKA**, da Senadora **ANA AMÉLIA** e do Senador **EDUARDO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 10, de 2012**, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 22.03.2012, com o objetivo de debater e aperfeiçoar a instrução dos textos dos **Projetos de Lei do Senado nº 3 e 153, de 2007**, que dispõem sobre as **sociedades cooperativas**, bem como o parecer já aprovado na CCJ, da lavra do Senador Renato Casagrande, que foi objeto de consenso entre as partes envolvidas no tema, com a presença dos seguintes convidados: **Pepe Vargas** – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; **Paul Singer** – Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – **MTE**; **Arildo Mota Lopes** – Diretor Presidente do Conselho Executivo da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – **UNISOL Brasil**; **Odacir Klein** – Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – **OCB** (**representante de João Muzzi – Advogado e representante da OCB**); **Luiz Possamai** – Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – **UNICAFES**; **Roberto Rodrigues** – Ex-Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **Vergílio Frederico Perius** – Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – **OCERGS**; **Jerônimo Rodrigues Souza** – Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **SDT/MDA**; **Daniel Rech** – Assessor Jurídico

da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – **UNICAFES**; **Armindo Augusto dos Santos** – Diretor de Formação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – **UNICAFES**. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy, concede a palavra ao Senhor **Márcio Lopes de Freitas**, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – **OCB**, para breve pronunciamento. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, Eduardo Suplicy e Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Vice-Presidente, no Exercício da Presidência da CRA – Senadora **Ana Amélia,** no exercício da Presidência da CRA – **Senador Eduardo Suplicy,** no exercício da Presidência da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Com as ausências, consulto à Senadora Ana Amélia se podemos dispensar a leitura da Ata da reunião anterior.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sem dúvida, caro Sr. Presidente. Está autorizada a dispensa da leitura da Ata. Podemos iniciar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dispensa da leitura da Ata, que é dada como aprovada.

Cumprimento o Ministro Pepe Vargas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e agradeço a sua presença.

A Presidente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2012, da Comissão de Agricultura, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 22/03/2012, com o objetivo de debater e aperfeiçoar a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, e do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Informo, ainda, que foi aprovado, em 15/12/2010, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) o parecer pela rejeição do PLS nº 153, de 2007, e pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, na forma do substitutivo de lavra do Senador Renato Casagrande, que foi objeto de consenso entre as partes envolvidas no tema.

Dessa forma, convido para compor a Mesa os seguintes convidados: já está, para nossa satisfação, o Ministro Pepe Vargas; convido o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Paul Israel Singer; convido o Diretor-Presidente do Conselho Executivo da Central de Cooperativas de Empreendimento Solidários, Sr. Arildo Mota Lopes; convido o Sr. Odacir Klein, ex-Ministro do Transporte e representante da Organização das Cooperativas Brasileiras; convido o Sr. Vergílio Frederico Perius, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

Há muita gente chegando.

E o Sr. Luiz Ademir Possamai, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Eu tenho a informação de que ainda estão se dirigindo para cá alguns dos convidados, entre eles o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Waldemir Moka, antes de iniciar a exposição dos convidados, a quem nós antecipadamente agradecemos especialmente na pessoa do Ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, do Ministro Odacir Klein, do Dr. Luiz Ademir Possamai, porque o debate é extremamente relevante. É uma espécie de audiência pública para debater o projeto do cooperativismo, Senador Waldemir Moka, eu queria cumprimentá-lo pela relatoria, ontem, da questão relacionada à expansão do microcrédito.

Como no caso das cooperativas é importante, digamos, esse crédito solidário, eu fui autora de um projeto que prevê o repasse direto dos recursos do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que tem um custo melhor para repassar aos tomadores do empréstimo, para as cooperativas de crédito, todas elas, independentemente da sua finalidade.

Isso foi aprovado pelo Senado e houve uma emenda do Senador Francisco Dornelles, incluindo, aí, também os repasses dos bancos de fomento, oficiais, e os bancos estaduais.

Então, essa medida que foi aprovada aqui, que beneficia as cooperativas de crédito, junto com isso que V. Exª, ontem, com muita competência, aprovou no plenário do Senado, Projeto de Conversão da Medida Provisória 554, autorizando a União a conceder a subvenção econômica a instituições financeiras, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.

Parabéns pelo seu trabalho. Isso é uma grande contribuição que dá, a disseminação do crédito a quem precisa, que é exatamente o pequeno crédito, onde há, digamos, uma muito baixa inadimplência.

Então, parabéns pelo seu trabalho.

Agora, saudamos o ex-Ministro da Agricultura, que já está chegando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço, Senadora Ana Amélia, e peço que componha a Mesa o ex-Ministro Roberto Rodrigues, para nossa honra e satisfação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Presidente Waldemir Moka, quero cumprimentá-lo e todos, o Ministro Pepe Vargas, o Sr. Luiz Ademir Possamai, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, o ex-Deputado e ex-Ministro Odacir Klein, o Sr. Vergílio Frederico Perius.

Eu queria informar que, ontem, eu fiz um apelo ao Ministro Pepe Vargas, que foi chamado para discutir o Código Florestal no Palácio do Planalto daqui a instantes, para que ele possa se o primeiro a aqui expor o seu ponto de vista. Se ele avaliar como adequado, pode deixar, aqui, um dos seus principais colaboradores, em seu lugar.

Ele atendeu a essa gentileza, já que ele tem de estar, às nove horas, lá na reunião sobre o Código Florestal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Composta a Mesa, nós vamos... A audiência pública tem um objetivo específico.

Nós temos pelo menos três versões de um único projeto, que é a questão da organização das cooperativas. Começou com o Senador Osmar Dias, depois o Senador Augusto Botelho, o Senador Eduardo Suplicy, há um substitutivo, já aprovado, do Senador Renato Casagrande, e temos, também, na Comissão de Assuntos Econômicos, relatado pela hoje Ministra Gleisi Hoffmann, na época Senadora.

Então, qual é o objetivo? Uma audiência pública.

Eu sou o relator, na Comissão de Agricultura, desse projeto, e eu penso que está na hora de nós estabelecermos uma convergência, de nós estabelecermos um texto que seja possível, para que a gente possa... É claro que se o texto que veio da CCJ tiver esse consenso, se esse texto que está aí, em análise, for aprovado... A própria Ministra Gleisi Hoffmann, eu tive a oportunidade de ler, já, disse que o texto aprovado na CCJ, do Renato Casagrande, não atendia o acordo entre as entidades. Então, isso está escrito e é uma coisa que me preocupa, daí porque, eu penso, nós chamamos, aqui, as pessoas que têm condições de expor o ponto de vista e que conhecem o assunto.

Está aqui, e eu quero saudar, também, com entusiasmo, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, Dr. Márcio de Freitas.

Eu gostaria então, sem mais delongas, atendendo ao pedido... Vou dizer que nós vamos dar 10 minutos, inicialmente, para cada um dos expositores. Quando faltar um minuto, vai soar a campainha do relógio. É automático, é um minuto. Com 10 minutos, nós faríamos isso.

Eu também tenho um outro pedido do ex-Ministro Odacir Klein, que será o segundo a falar.

Então, com a palavra o...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, que é também membro do debate, acaba de chegar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por favor, tome assento.

Então, com a palavra o Ministro Pepe Vargas.

O SR. PEPE VARGAS – Bom dia, Srs. Senadores, Senadora. Todos os integrantes da Mesa, eu queria saudá-los... Deixe-me cumprimentar o Prof. Paul Singer. *(Pausa.)* Eu queria saudar a todos e todas, saudando o Senador Moka, que preside esta reunião da Comissão de Agricultura, dizendo que é um prazer muito grande estar aqui. É a segunda vez que tenho a oportunidade de ser convidado a comparecer a esta Comissão. Então, é com muita honra e com muito prazer que atendemos ao convite dos nossos Senadores e da nossa Senadora Ana Amélia. Eu queria saudar o ex-Ministro Roberto Rodrigues, o ex-Ministro Odacir Klein, o Vergílio Perius, o Possamai, o Prof. Paul Singer.

De fato, como foi dito aqui, estamos na reta final dos temas relativos ao Código Florestal e eu tenho uma reunião, agora, às 9 horas, mas, em função do convite, eu não poderia deixar de comparecer.

Minha fala vai ser bastante genérica. Não vou adentrar no texto que está em discussão, nas propostas exatamente em discussão, até porque temos aqui, na mesa, um corpo extremamente qualificado de pessoas que têm uma representação muito ampla do setor. Temos aqui desde a representação das maiores cooperativas brasileiras até a representação de pequenas

cooperativas que são tão importantes quanto as grandes. Cada uma delas tem de ter um olhar cuidadoso e distinto sobre o texto que está sendo apreciado.

Antes de mais nada, eu queria dizer que é muito importante esta iniciativa do Senado. Nós estamos mais de 20 anos depois da Constituição de 1988, que estabeleceu claramente a importância do sistema cooperativo para o desenvolvimento econômico e social do País, para as atividades econômicas, nos mais variados segmentos da atividade econômica brasileira. Acho que seria desnecessário ficar falando aqui da importância das cooperativas para o desenvolvimento econômico e social do País. Então, mais de 20 anos depois da Constituinte, de fato, é importante que ocorra definitivamente a lei que regulamente de forma mais moderna o sistema cooperativo brasileiro.

Eu só queria colocar aqui algumas questões que afetam um pouco o público que está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nosso público, como os senhores e as senhoras sabem, são os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, os povos e as comunidades tradicionais, como os quilombolas, os extrativistas, os povos indígenas, de certa forma também, pois cabe a nós fazer a assistência técnica e a extensão a eles, em muitos casos. Então, esse é o nosso público, que tem desde uma agricultura familiar desenvolvida com muita tecnologia já aplicada, extremamente produtiva e que cumpre um importantíssimo papel econômico no nosso País, até situações de extrema pobreza. Esse é o nosso público. Eu costumo dizer que o Ministério do Desenvolvimento Agrário visa ao desenvolvimento econômico; ele tem profunda vocação social, mas é um ministério que visa ao desenvolvimento econômico. Nossa tarefa é fazer com que esses que estão em extrema pobreza saiam dessa condição de extrema pobreza; temos outra parcela de agricultores familiares que estão em processo de desenvolvimento que precisa ainda de muita política pública, mais que outros segmentos, para poder se desenvolver plenamente; e temos uma agricultura familiar já consolidada que precisa, obviamente, de instrumentos para o seu pleno desenvolvimento. Esse é o nosso público. Portanto, no nosso público, temos diversas situações.

Vou falar primeiro dos mais fragilizados, os mais pobres, aqueles que estão na extrema pobreza. Para esse segmento, precisamos de uma legislação que trate das questões das cooperativas e que, em última instância, facilite a criação de uma cooperativa. A organização associativa dos mais pobres é extremamente importante para o seu desenvolvimento e a nossa legislação, hoje, dificulta a criação de uma pequena cooperativa desse segmento mais desvalido – digamos assim – e encarece a sua criação. Portanto, ela é, de certa forma, desestimuladora, do ponto de vista de organização cooperativa dos pobres.

Então, para nós, essa é uma questão muito importante.

Uma segunda questão diz respeito a um grupo de cooperativas que já têm algum grau de desenvolvimento, mas são muito pequenas e o ato cooperativo ainda, digamos assim, do ponto de vista tributário, não lhe traz vantagens plenas. Essas pequenas cooperativas, quando vão comercializar os seus produtos ou seus serviços, acabam tendo uma assimetria competitiva com micro e pequenas empresas que se beneficiam do Simples. Esse é outro problema.

Sei que não se faz necessário fazer referência à questão do ato cooperativo, mas esse tema é importantíssimo, e a razão é muito simples: o ato cooperativo, nessa pequena cooperativa, é pouco representativo, mas, ao comercializar, ela sofre a incidência de uma cadeia de tributos, enquanto a microempresa tradicional, individual, de um proprietário só, tem benefícios no Simples. Como se sabe, o Simples tem uma alíquota única, onde incidem até seis tributos federais, um estadual e um municipal. Como estamos tratando de um universo de pequenas cooperativas e microempresas, estamos falando em um faturamento de até R$ 360 mil/ano, em que a alíquota do Simples, no caso de uma agroindústria, por exemplo, é 4%, quatro e alguma coisa, na primeira faixa, que é de até R$ 180 mil, e cinco vírgula alguns percentuais – não me lembro agora exatamente as casas decimais –, a segunda faixa. Ali está embutido o IPI, Confins, incluída contribuição social sobre o lucro líquido, Imposto de Renda, tudo.

Então, essa pequena cooperativa não tem o benefício do Simples porque ela não pode optar por ele. A lei não permite que a pequena cooperativa opte pelo Simples.

Então, essa é uma outra questão que, para esse público que não é público exatamente mais empobrecido, já é um público que conseguiu subir um degrau da escada para chegar ao pleno desenvolvimento, mas há esses segmentos com essa dificuldade. Para esses, repito, o processo de criação de cooperativa, o custo de criação de criação de uma cooperativa é desestimulador.

Então, dentro da nossa estratégia do plano Brasil sem Miséria, que visa retirar da pobreza extrema oito milhões de pequenos agricultores que vivem no campo brasileiro, metade dos extremamente pobres do Brasil, para esse público, precisamos de uma grande simplificação.

Bom, temos outro público já bastante desenvolvido. Vou dar um dado que, sei, é pouco conhecido. Em

geral, tem-se a ideia de que um agricultor familiar dificilmente exporta. Em geral, essa é a ideia. Eu diria que o senso comum diz: o agricultor familiar não exporta, ele é pequeno, não tem promoção comercial, não em acesso a um conjunto de instrumentos.

Pois bem, do total das exportações do agro brasileiro, 28% têm, na base, a agricultura familiar. Esses são dados do sistema de comércio exterior do Ministério da Indústria e Comércio. Lá, quando fazemos a pesquisa desses dados, vemos que, na produção da matéria-prima. Muitos deles viabilizam, estão nessa cadeia produtiva de exportação porque estão integrados a algum grande grupo com capacidade de exportação e fazem integração de pequenos agricultores. Acho que esse tema é bastante conhecido, mas também temos um conjunto de cooperativas de agricultores familiares que tenham presença importante nas exportações. Como está excluído, digo que identificamos, nos três Estados do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, cerca de 30 cooperativas que têm em sua base 183 agricultores familiares com declaração de aptidão ao Pronaf e que com uma forte presença exportadora.

Então, para esse segmento, também precisamos de um olhar especial.

Por fim, nós temos também um grupo de pequenas cooperativas que produzem aquilo que a gente convencionou chamar de produtos da sociobiodiversidade e que têm mercado. Em alguns países como Estados Unidos e os da Europa, há uma parcela da população de uma boa renda que quer comprar produtos produzidos agroecologicamente, que quer comprar produtos produzidos através daquilo que eles chamam de um comércio justo e solidário, que distribui melhor os seus resultados. Nós temos pequenas cooperativas que exportam para esse segmento em nosso País, mas também temos um enorme espaço para crescer, porque o Brasil, comparativamente a países vizinhos, como Colômbia e Peru, por exemplo, exporta menos nesse mercado, nesse nicho de mercado da sociobiodiversidade do que países vizinhos, que teriam, em tese, menor capacidade organizativa, menor capacidade econômica para fazer isso.

Então, para esse segmento, este debate que vocês estão fazendo do ajuste da lei que regula o sistema cooperativo, e para nós, é muito importante. Então, quero parabenizar a Comissão de Agricultura do Senado, os Senadores e Senadoras. Esperamos que este debate seja profícuo e que ele nos permita avançar nesse processo de organização produtiva e econômica dos agricultores familiares.

É óbvio que o nosso sistema cooperativo é importante também para outra escala, a de médios produtores, mas aqui na Mesa há interlocutores qualificadíssimos que irão poder falar sobre isso. Então, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e pedir escusas por ter de me retirar em função do debate do Código Florestal. Mas vai permanecer aqui o Jerônimo, nosso Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério, que tem condições de entrar no debate.

Obrigado pelo convite, Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço a presença e agradeço o esforço do Ministro Pepe Vargas em estar aqui e que nos brindou.

Acho que esse é o caminho do nosso entendimento. Sou um daqueles que aposta que é sempre possível ter uma grande convergência.

Muito obrigado.

Convido o representante do Ministro para que ele possa assumir o lugar do Ministro Pepe Vargas.

Ganhando tempo, com a palavra o ex-Ministro do Transporte, representando aqui a OCB, o Dr. Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Sr. Presidente, Senador Moka, Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy. Não vou saudar nominalmente os integrantes da Mesa, em função do tempo que nós temos, mas tenho grande prazer em estar aqui a convite do Presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Quero, inicialmente, Sr. Presidente, agradecer a gentileza de V. Exª, porque, quando eu fui comunicado de que deveria estar neste debate, eu logo ponderei que às 10 h eu teria uma audiência para tratar da questão do biodiesel com o Ministro Fernando Pimentel, acompanhando a diretoria de uma associação da área e que, em conseqüência, eu precisaria ser um dos primeiros a falar. Mas como eu estou aqui a pedido da OCB, ao lado de um ex-Presidente da OCB, o Ministro Roberto Rodrigues, e ao lado de um dirigente de entidade estadual dos que conhece profundamente a legislação cooperativista, o Dr. Vergílio Perius, estou muito à vontade para apresentar essas ponderações e pedir licença para poder cumprir o compromisso posterior.

Cumprimento também o Senador Blairo Maggi.

Sr. Presidente, eu entendo que, para que nós tenhamos condições de chegar a consensos, é preciso que alguns radicalizem. Em consequência, eu vou cumprir a tarefa aqui, na questão de representação cooperativista, de radicalizar, de um lado talvez até para dar a minha contribuição para que se possa a chegar ao andamento da tramitação do projeto no Congresso Nacional.

Hoje, temos um sistema cooperativista no País. Durante a Constituinte, o Ministro Roberto Rodrigues era Presidente da OCB. O Dr. Vergílio Perius, como professor universitário com doutorado em cooperativis-

mo, a convite da OCB, assessorou as atividades dos Constituintes e defendeu os pontos de vista do cooperativismo. Era coordenador da Frente Parlamentar Cooperativista o então Deputado Vanderlinde, e esse trabalho resultou em algumas conquistas importantes. A OCB, representada pelo seu Presidente, Roberto Rodrigues, com a assessoria do Dr. Vergílio Perius, cumpriu um papel fundamental para que saíssemos daquele estado anterior da Lei nº 5.764, altamente intervencionista, e pudéssemos ter liberdade de formação de cooperativa.

A Lei nº 5.764 era altamente intervencionista. Ela previa que a cooperativa, após fundada, precisava de uma autorização de uma entidade federal que tinha representações nos Estados. Essa autorização poderia ser negada. Essa entidade federal poderia intervir no funcionamento das cooperativas e até optar pela liquidação das mesmas. Com esse trabalho feito pela OCB - eu acompanhei, eu era Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul à época –, exatamente no artigo que trata de direitos e garantias individuais na Constituição, foi colocado o seguinte texto: "Art. 5º. Inciso XVIII – A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização" - a Constituição bania aquele processo anterior de intervenção – "sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento". Esse "e na forma da lei" entre associações e cooperativas significou que o desejo do Constituinte era dizer e expressar que há liberdade para formação de associações e também de cooperativas, mas, para essas, na forma da lei, e que há uma diferença entre uma pura e simples associação e uma associação que, embora com objetivos sociais, mas agindo na área econômica, precise de certa organicidade para atuar com suficiência no setor.

Mas a mesma Constituição que contemplou as cooperativas com liberdade para formação contemplou o sistema cooperativista, porque, no art, 174, §2º, ela contém o seguinte: "A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo", ou seja, estimulará o cooperativismo, destacadamente, e outras formas de associativismo. A Constituição, ao tratar, num dispositivo, de cooperativas e liberdade de formação e ação e, noutro, do apoio ao cooperativismo, consagrou a liberdade para as cooperativas, mas consagrou o sistema cooperativista.

A Lei nº 5.764, que continha todos os dispositivos intervencionistas, continha também dispositivos que continuaram em vigor depois da nova Constituição, porque não revogados por ela, que consagravam a representação do sistema cooperativista. O capítulo XVI da lei trata da representação do sistema e, expressamente, diz: "A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sociedade civil com sede na capital federal", etc.

Isso tudo quer dizer liberdade de organização, na forma da lei, liberdade de organizar cooperativas dentro daquilo que a lei disser que é cooperativa, a partir dos princípios advindos de Rochdalle, mas, de outra parte, no art. 174, §2º, a consagração do sistema cooperativista que a Lei nº 5.764, nos dispositivos não revogados, prevê que é cumprido pela OCB.

As cooperativas não são associadas à OCB. A OCB tem representações estaduais na forma da lei. As cooperativas são registradas na OCB e têm seus atos constitutivos arquivados na junta comercial. Não há uma compulsoriedade, mas eu sou advogado, sou contabilista e sou registrado no Conselho Regional de Contabilidade e na Ordem dos Advogados do Brasil. Há um organismo com funções legais com condições para, exatamente, exercer essa atividade de representação, fazer com que haja uma coordenação das atividades dos mais diversos ramos, ramos que são diversificados e, às vezes, até com interesses um pouco conflitantes. A área de crédito, às vezes, tem interesses um pouco conflitante com a área, por exemplo, do produtor agrícola.

A OCB tem exercido essas atividades com muita suficiência. Então, Senador Moka – sei que tenho um minuto e meio e lhe pedi para falar neste momento, para que eu possa me retirar sem cometer uma indelicadeza –, quero chamar a atenção para o fato de que, no aspecto representação, é preciso ter muito cuidado. Modificar radicalmente o *status quo* sem que exista na lei uma organização que tantos serviços prestou – inclusive como o de lutar para colocar na Constituição os dispositivos libertadores –, retirar-se de um texto legal a presença de uma organização que representa o sistema, que também está consagrado na Constituição, no meu entendimento, seria altamente prejudicial. Chamo a atenção nesse sentido.

Tenho a certeza de que o Ministro Roberto Rodrigues e o Dr. Vergílio Perius, mesmo com a minha saída, terão condições de continuar o debate sobre essa questão.

Muito obrigado pelo convite, pela deferência da OCB de me convidar para aqui representá-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço ao ex-Ministro Odacir Klein, que também tem compromissos assumidos, mas percebo que, independente dos compromissos, o Ministro Pepe Vargas fez questão de estar aqui, assim com o ex-Ministro Odacir, dada a importância, Senador Eduardo Suplicy, Senadora Ana Amélia, Senador

Blairo Maggi, Senador Antonio Russo, do projeto que teremos de analisar nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Vergílio Perius.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS – Minha Saudação e meu abraço gaúcho aos nossos Senadores, ao meu querido amigo Roberto Rodrigues, com o qual tive o prazer de conviver por dois anos, durante a Constituinte, ao Dr. Márcio, à representação da Unicafes, a todos os Senadores e autoridades que conhecem bem e estão muito interessadas no sistema cooperativista.

Tenho, Senador Moka, duas preliminares, dez contradições quanto ao projeto que está aí e três sugestões que não são alcançadas pela legislação que aí está.

Quanto às preliminares, a primeira delas se refere à atual lei cooperativa, que, no meu entender, é atualíssima e moderna. Ela consagra a essencialidade, aquilo que a ONU nos disse este ano quanto à identidade cooperativa requer três critérios fundamentais: ser uma cooperativa de pessoas e não de capital, distribuir, de forma justa, o resultado – fizemos isso pelo sistema de sobras –, e ser democrática, um voto por pessoa. Temos tudo isso. É essa a essência do que a ONU define ser uma cooperativa. A 5764 defende isso. Há pequenas rugas aí, mas, na essência, ela é boa.

O que era entulho autoritário – esta é a minha segunda preliminar -, a Constituição enterrou. Graças ao nosso Constituinte de 1988. Parabéns a todos esses Constituintes. Quem estiver aí, eu parabenizo e de forma espetacular. Nós enterramos sete ranços interventórios, referidos pelo Dr. Odacir, pela Constituição de 1988 e não estão mais em vigor, como disse o Senador Bisol, quando se despediu desta Casa. Não estão mais em vigor, foram enterrados. Ainda constam nos documentos, mas sua pratica não mais existe.

Quanto às dez contradições ou erros, equívocos do projeto atual que aí está, primeiro, não há, no art. 1º, § 3º, o Poder Público apoio creditício fiscal. Ora, quando tudo que se quer, a lei atual diz isso no art. 1º, que o Governo vai dar e o Poder Público vai dar apoio creditício e fiscal, nós não temos isso. Temos outros apoios de gestão, de organização, mas não esses essenciais.

O Poder Público tem, em relação às sociedades privadas, de dar apoio creditício e fiscal. Essa é a regra fundamental e ela não está prevista na atual legislação, inclusive de forma um pouco contraditória, porque, lá no fim, ele fala isso, mas não está nas premissas do art. 1º.

Pessoas jurídicas – esse é o maior gravame da nossa legislação, que está aí no projeto. Permite que pessoas jurídicas possam até construir cooperativas, e o art. 15, §1º, diz uma coisa mais grave ainda: "desde que não sejam concorrentes entre si".

Aí, eu faço a seguinte demonstração: uma montadora de automóveis monta uma cooperativa, não diz o número a atual lei – pode ser com dois, pode ser com três, a lei atual fala em 20 –, mas vamos dizer que fossem 20, no bom senso, na boa-fé. Ela pega seis pessoas físicas e 13 pessoas jurídicas da área de supermercados. Ela forma cooperativa, a montadora forma cooperativa.

Gente, vamos nos dar conta: termina o físico para o Governo. Não tem mais Imposto de Renda. O Brasil inteiro vai formar cooperativas.

O projeto é anacrônico, é contra o Estado, é contra nós. As empresas vão-se transformar em cooperativas, por esse projeto, para não pagar mais tributo.

Não que as cooperativas sejam um privilégio, não. Imposto de Renda de pessoa física, cooperativa não paga porque a pessoa física paga lá, mas as empresas vão-se utilizar desse princípio para se transformarem em cooperativas.

Dr. Senador Suplicy, temos de abrir bem os olhos para esse art. 2º, combinado com o art. 15, art. 10, §1º, porque o capital pode ser total de um só, até 99%.

Um outro fato: a filiação entre singulares está proibida.

Gente, isso é milenar. Até o decreto que era do Getúlio, de 22, permitia que uma companhia poderia se filiar a outra. Agora, proíbe, não sei por quê. É parte da integração cooperativa, contraria o princípio da integração.

Art. 34, a vacância: vacância pelo conselho fiscal – gente, conselho fiscal tem uma missão.

Aí, a contradição, também, do projeto, porque o art. 24, inciso VIII, prevê que haveria uma comissão provisória, mas o *caput* do art. 34 diz que, quando há uma vacância, quem assume é o conselho fiscal. No Brasil, o conselho fiscal fiscaliza. Não é o Poder Judiciário que vai sentar à mesa do Parlamento para ser parlamentar. É a mesma coisa que se cria por essa lei aqui. É a mesma coisa. Vai vir um Ministro do Supremo Tribunal Federal para ser parlamentar aqui.

O voto exercido, possivelmente, pela mulher e pelo filho – isso é anacrônico, gente! Nós queremos a participação do jovem e da mulher.

Quando a ONU apelou, neste ano: "Jovens, venham para o cooperativismo", nós estamos dizendo que o homem pode mandar o seu filho e a sua mulher para a cooperativa. Ela tem de ser sócia? A mulher tem de ser sócia, o filho tem de ser sócio, e com 16 anos, porque essa é a nossa missão, a de trazer a comunidade brasileira para o processo da democracia cooperativa.

Os contratos e parcerias que estavam previstos no art. 74 – não são parcerias comerciais, são societárias e aí está o perigo, porque diz que poderiam ser para atividades apenas complementares, ou essenciais, até.

Gente, terminaram a agroindústria e a cooperativa. O que estamos vivendo, hoje, é exatamente o fim da agroindústria e, com esse projeto, mata inteiramente, porque as parcerias, as empresas privadas vão tomar conta das cooperativas para terem apenas a matéria-prima dos produtores, via cooperativas. Terminou o cooperativismo brasileiro.

O art. 68, parágrafo único: "dissolução judicial". Tirou a moratória, esse projeto, mas se esqueceu de dizer que temos de ter equiparação com concordata. Nós não temos nenhuma proteção jurídica de cooperativa; as empresas privadas têm.

Então, a equiparação tem de criar um dispositivo equiparado ao que seria o atual art. 76.

Então, isso exige mais uma... A dissolução judicial não diz "judicial" quando o juiz determina. Então, há uma série de contradições na legislação que está escrita.

O artigo da representação – o crucial problema, no meu entender, é todo resolvido pela Constituição de 88.

Creio que têm duas funções os órgãos de representação. De um lado, as cooperativas se filiam, livremente, ao órgão que quiserem, porque a Constituição assim diz. Nós lutamos por isso, para que o Estado saísse e que as cooperativas tivessem liberdade de opção, mas tem que haver o registro e o cadastro e o Ministério da Agricultura sempre fazia isso ao longo da história do cooperativismo brasileiro. E em 1971 o Ministro Cirne Lima disse que passaria isso para as cooperativas, para a OCB. Então, tem que haver um registro e um cadastro obrigatório, porque senão vamos perder as informações, ninguém terá mais os dados. Assim, é importante manter clara essa distinção entre registro e cadastro.

No caso há uma omissão fundamental da legislação. Eu esperava tudo, menos o que se esqueceu: a omissão de penalidade. Os países mais avançados do mundo... Pegue a Alemanha que tem penalidades gravíssimas para cooperativas irregulares. Então, a certificação tem que ser dada. Cooperativa irregular na Alemanha: em primeiro lugar, não pega dinheiro público; em segundo, vai à falência, não tem liquidação; em terceiro, não alcança as condições do ato cooperativo, portanto, vai ser empresa igual à outra em termos de tributação. E em quarto, os diretores não podem ser reeleitos.

Sugiro, Senador Moka, que incluamos isso na nossa lei que tem um cunho eminente liberal, evidentemente, sem intervenção do Estado, como a Constituição a faz, mas temos que incluir penalidades para as cooperativas. Hoje não há nenhuma penalidade. Forma-se a cooperativa, está irregular, vai para a outra, irregular, e não há punição.

Eu, que sou presidente de uma entidade do Estado, não consigo punir as cooperativas. A única coisa que nos resta quando uma cooperativa opera com o dinheiro público é encaminhar para o Ministério Público tomar alguma providência. A única. Quando não tem dinheiro público em jogo, a cooperativa é eminentemente com recursos particulares, só nos resta dizer que continue funcionando, porque não há mecanismos para afastar uma cooperativa irregular. Felizmente, não são muitas no País.

O último ponto. As três questões que a lei não resolveu. Em primeiro lugar, a regulamentação do ato cooperativo. Estamos esperando isso há 23 anos. O Congresso deve isso ao cooperativismo brasileiro. Em segundo lugar, as agências reguladoras interferem demais. Se afastamos o Estado, as agências reguladoras são piores do que o tempo do governo do Incra. E digo isso porque fui 12 anos funcionário do Incra. Não intervínhamos tanto quanto a ANS na área da saúde, nas operadoras, e nem a Aneel, nas cooperativas de eletrificação rural, que mandou separar em duas. Quando fere a identidade cooperativa, o Estado não pode interferir. O Estado não pode interferir na identidade; pode em outras coisas, mas não na identidade.

E o último ponto mais grave. A lei não resolve a capitalização. Certificados, parcerias não resolvem, nem capitalização própria. Hoje, nós precisamos – para resumir em meio segundo – alcançar o BNDES para as cooperativas.

O cooperativo agropecuário estará morto em dez anos. Não temos como resistir à investida de bilhões de reais em empresas concorrentes de cooperativas sem recursos próprios e nós com o PROCAP-AGRO com juros de 9,5% para investimentos. Essa é a contradição, esse é o discurso, essa é a realidade! Não adianta dizer que não. PROCAP-AGRO com juros de 9,5% e as empresas concorrentes ganham custo zero, porque a participação financeira do BNDESPar... e foram injetados R$70 bilhões nos últimos 20 anos para empresas concorrentes de cooperativas agropecuárias.

Portanto, no meu entender, a nossa proposta é reformular isso com o BNDES, Senador Moka, e oferecemos 50% das sobras para o BNDESPar a fim de remunerar as ações de investimentos. E o BNDES ainda vai ter remuneração melhor do que as empresas privadas hoje oferecem na questão do BNDESPar.

Obrigado pela oportunidade e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a exposição lúcida. E sobre essa questão do BNDES, vamos abordá-la mesmo.

Essa história do BNDES financiar grandes empresas e impor uma dificuldade extrema para conseguir recursos para as cooperativas, vamos ter que realmente lutar contra isso no Congresso.

Mas quero chamar a atenção para o fato de que temos que estar juntos mais do nunca: as cooperativas solidárias, a OCB. Temos que formar um bloco monolítico. Assim, vamos ser muito mais fortes para fazermos esse enfrentamento que, às vezes, é necessário.

Concedo a palavra ao Prof. Paul Singer.

O SR. PAUL SINGER – Bom dia. Quero agradecer o convite da Comissão de estar aqui nesta audiência e dizer que temos problemas, e problemas graves, com o cooperativismo da economia solidária, que é formado por praticamente 100% de pessoas pobres, subcapitalizadas e informalizadas contra os seus desejos.

No mapeamento que a Secretaria Nacional de Economia Solidária faz regularmente, praticamente 90% dos empreendimentos em economia solidária são informais. Há um obstáculo total a que cooperativas de pessoas pobres possam se formalizar. Eles desejam, e isso leva anos; não leva meses, leva anos, com sacrifícios inacreditáveis.

O sistema atual, que exige a formalização das cooperativas nas juntas comerciais, é totalmente discriminatório, não contra a raça, não contra o gênero, mas contra a condição econômica. Dá a impressão de que cooperativa de gente pobre não deveria existir. Existe. E existe em quantidade enorme. Simplesmente à margem da lei. Não paga impostos e não recebe benefícios. Isso é uma injustiça gritante e que a lei terá, a meu ver, que superar.

Há que se criar uma forma descente e humana para que cooperativas de gente pobre, mas conseguiu se organizar e está ficando menos pobre, está deixando de ser extremamente pobre, dentro do plano do Brasil Sem Miséria, possa se registrar com a mesma facilidade de qualquer empreendimento econômico. Não é fácil no Brasil. O Brasil não é um país que se destine pela facilidade com que inclusive os empreendimentos econômicos capitalistas possam viver dentro da lei. Mas nada se compara às cooperativas, todas as cooperativas de indígenas, de quilombolas, de pequenos agricultores, de extrativistas, de pescadores e assim por diante.

Eu diria que essa é talvez a principal missão que esta lei que estamos discutindo já há tantos anos... Eu me encontro no Governo Federal há nove anos, e desde as primeiras semanas que assumi estive aqui no Parlamento discutindo exatamente esses mesmos pontos.

No que se refere à representação, do jeito que está é um absurdo. No mundo inteiro, no Brasil também, os representantes são escolhidos pelos representados. Ou não é assim? No Brasil, a lei impõe o sistema. A OCB representa todas as cooperativas e ponto final. E vem lá de trás, do regime militar. Manter isso dessa maneira é absolutamente antidemocrático. Não dá para fazer.

Há uma diferença entre as cooperativas, elas não são homogêneas. Pelo contrário, as cooperativas são tão heterogêneas quanto a sociedade brasileira. Somos campeões ainda em desigualdades. O cooperativismo reflete isso. Não pode deixar de refletir. Dizer que há uma mesma representação de todos está errado.

É preciso criar um sistema democrático em que o cooperativismo escolha quem os represente na sua diversidade, nos seus antagonismos e interesses. Não vamos negar. É fácil falar em estarmos todos de acordo. Eu participo, com prazer, desse discurso, mas ele não tem nada a ver com a realidade. Há uma luta pela terra, uma luta pelo Código Florestal, uma luta pela preservação da natureza. Estamos com a Rio+20 à porta.

Seria absurdo que, ao legislar sobre o cooperativismo, tudo isso fosse deixado de lado, como se não existisse, como se fosse um ramo econômico qualquer. Não é um ramo econômico; é uma modalidade de organização econômica de qualquer tipo de atividade econômica. Nossa legislação tem de abordar não só as cooperativas agrícolas, e aqui estamos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para as cooperativas industriais, as cooperativas de artesãos, as cooperativas comerciais, de tudo. Temos que ter uma lei geral do cooperativismo, entendendo que o cooperativismo é uma parcela crescente da economia brasileira como um todo. Portanto, tomar a cooperativa agrícola como um modelo do cooperativismo brasileiro está errado. Não dá para tomar nenhum tipo específico de cooperativa como sendo a representação do cooperativismo brasileiro. Não representa. As cooperativas de trabalho hoje são em maior número do que as cooperativas agrícolas, mas elas também não representam todo o cooperativismo. Portanto precisamos ter o sistema democrático da representação, em que as diferenças por tipo de atividade e sobretudo as diferenças socioeconômicas possam estar refletidas em um sistema flexível, democrático de representação.

Eu gostaria de alertar o Senado, através desta audiência, contra um sistema rígido de representação nacional, que exige uma enorme representatividade de cada órgão da representação. Isso enrijece e limita as opções. Eu diria que as pequenas cooperativas deveriam ter o mesmo direito de terem pequenas cooperativas como seus representantes, escolhidas por elas, com mandato. E não exigir que, para ser representante do cooperativismo brasileiro, uma cooperativa ou uma associação de cooperativas tem que estar

em todos os Estados brasileiros e representar todos os setores do cooperativismo de uma vez. Por quê? Por que não podemos ter, na representação política do cooperativismo, as cooperativas dos garimpeiros se eles o quiserem? As cooperativas das empresas industriais recuperadas pelos seus próprios trabalhadores se eles o quiserem? Por que não? Por que não se criar um sistema como qualquer outro?

Vamos pensar no sindicalismo. Temos hoje muitas centrais sindicais formadas pelos trabalhadores e ponto final. Não se exige, para ser uma central sindical, que esteja no Brasil inteiro e em todos os ramos de atividade econômica. Há centrais sindicais as mais diferentes. Algumas enormes, como a CUT, a Força Sindical, outras menores. Estou meramente tomando como modelo. Quer dizer, se não há restrição para que os trabalhadores assalariados se façam representar, por que os trabalhadores cooperativados não têm a mesma liberdade? Eu, pelo menos, defendo aqui o sistema o mais democrático possível para que o cooperativismo, que vem se desenvolvendo muito no País e no mundo inteiro, tenha a sua adequada representação e, portanto, possa defender os seus interesses e ajudar a transformar este País, esta sociedade, esta economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Prof. Paul Singer. Só gostaria de dizer-lhe que esta é uma das Comissões. Eu presido a Frente Parlamentar do Cooperativismo, conheço todos os ramos e tenho clareza de que, embora as cooperativas agropecuárias hoje representam, sem dúvida nenhuma, uma força muito grande, elas não são as únicas. Para nós aqui, o esforço vai ser no sentido de um projeto que contemple todos os ramos. O senhor pode se tranquilizar nesse aspecto. Talvez a força maior da representação esteja, dentre as comissões, nesta Comissão de Agricultura, mas, por exemplo, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu já disse, a atual Ministra Gleisi Hoffmann já relatou esse projeto. Existe uma versão hoje relatada pelo Senador Lindbergh, se não me falha a memória.

Mas, conforme eu já disse, na verdade, nós temos várias versões e temos que promover um texto que seja o mais convergente possível. Vou insistir no acordo, agora, não tendo acordo, em algum momento nós vamos a voto. Também não podemos ficar a vida inteira discutindo, discutindo. Terá que ter uma decisão sobre esse projeto.

Com a palavra, eu o chamo de ex-Ministro, mas, na verdade, Roberto Rodrigues está aqui. Ele foi presidente da Cooperativa Agrícola de Crédito, foi presidente da OCB, foi presidente da Aliança Cooperativa Internacional – acho que foi o único brasileiro que presidiu a Aliança –, e é professor de cooperativismo da Unesp, em Jabuticabal, desde 1967. Portanto, para nós, uma referência no cooperativismo.

Com a palavra, o ex-Ministro Roberto Rodrigues.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente Moka, Srs. Senadores, permitam-me saudá-los na pessoa da Senadora Ana Amélia, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com todos os senhores nesta manhã.

Presidente, serei bastante sucinto na minha fala, porque o Vergílio colocou os temas centrais em relação ao projeto em tramitação, os quais subscrevo integralmente.

Quero tratar de duas questões apenas. Uma é eminentemente doutrinária. O cooperativismo é doutrina. O cooperativismo não é sindicalismo, não é associativismo, é uma doutrina, com princípios universalmente aceitos, com valores básicos aceitos em todos os países, seja de qual for a sua origem política, religiosa, ideológica.

O cooperativismo é uma doutrina com sete princípios universais. E esses princípios são defendidos universalmente por uma única instituição mundial, chamada Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Genebra, na Suíça, que afilia mais de cem países relacionados, com cerca de um bilhão de pessoas afiliadas a cooperativas do mundo inteiro. Se imaginarmos que cada cooperativista tem três dependentes, são quatro bilhões de pessoas, quando a população do mundo tem sete bilhões. Então, temos hoje mais da metade da população do mundo ligada direto ou por intermédio de algum tipo de cooperativa.

Não há nenhuma organização, nenhuma doutrina mais forte, defendendo a democracia, defendendo a paz, do que o cooperativismo, razão pela qual a própria ONU decretou 2012 como Ano Internacional do Cooperativismo. A ONU, que é a instituição responsável pela defesa da democracia e da paz, atribuiu ao cooperativismo mundial essa condição doutrinária. Então, é a doutrina.

Doutrina tem uma definição clássica, também universal, que é trisecular. Cooperativismo é uma doutrina que visa a corrigir o social através do econômico. Essa é a definição clássica. E a legislação não pode fugir disso, Presidente. A legislação tem que conceitualizar a doutrina muito claramente. E ela tem de ser um instrumento de veiculação dessa doutrina.

Cooperativismo é uma doutrina. Mal comparando, o cristianismo é uma doutrina. Qual é o instrumento do cristianismo? É a Igreja. Qual o instrumento do cooperativismo? A cooperativa, que é uma empresa, uma empresa que tem de competir, tem de avançar, tem de progredir, tem de conferir aos seus associados

uma condição de avançar economicamente, para ter a escalada social, para cobrir doutrina. O instrumento da doutrina é a cooperativa. Portanto, ela é uma empresa. Não é uma empresa capitalista, porque ela tem uma vertente social clara. E aí são os temas todos que o Vergílio colocou: cada homem é um voto, aquela questão toda que já sabemos aqui.

Cooperativa não é uma entidade assistencialista, ela é uma empresa. Ela não é uma entidade de economia solidária, ela não pode ser paternalizada pelo Estado. Ela tem de ser livre. É um princípio da cooperativa. Um dos princípios: autonomia é independência. Em relação a tudo, inclusive ao Estado. Ela tem de ser livre. O Estado quer paternalizar organizações civis para promover a riqueza. Está certíssimo, está absolutamente certo. Mas talvez não seja através de cooperativa. A cooperativa é uma empresa.

Finalmente, Presidente, uma cooperativa, para ter sucesso, precisa de três condições básicas. Isso é universal, não é um problema brasileiro, é universal. Primeiro, ela tem de ser necessária. Não adianta colocar cooperativa de cima para baixo. Cooperativa é um movimento de base, ela tem de ser necessária. Os futuros associados têm de sentir a necessidade de criar uma cooperativa para sobreviverem de alguma forma. Quando são agredidos por mecanismos, sobretudo de caráter capitalista ou liberal, organizam-se para enfrentar isso e, dessa forma, sobreviverem num mundo altamente competitivo.

Então, tem de ser necessária. Se não for necessária... Eu já vi governos... Fui presidente da Aliança Mundial das Cooperativas, senhores. Eu visitei 81 países do mundo, cooperativas do mundo inteiro: agrícola, de trabalho, de crédito, de consumo, de habitação, de todo tipo.

Eu fui presidente de cooperativa singular, fundei cooperativa de crédito, presidi a OCB, presidi a Copac, a organização mundial de cooperativas, maior que a ACI, inclusive, que incorpora a ONU, a FAO e a OIT. Presidi a Copac, também em Genebra, durante quatro anos, então, devo dizer aos senhores o seguinte: cansei de ver governos criarem mecanismos para apoiar cooperativa, fazer crescer cooperativa. Não funciona! Se os associados não quiserem, não funciona.

Inclusive, no Brasil, no regime militar, quando foi criado o Incra, criaram-se cooperativas integrais de reforma agrária – CIRAs. Centenas de CIRAs foram criadas de cima para baixo.

O governo criava cooperativas para quê? Para estimular as pessoas pobres a crescerem. Não funcionou. Não tem mais nenhuma, todas desapareceram. Por quê? Porque não era uma necessidade, não era uma demanda dos associados. Tem de haver a demanda dos associados.

O governo tem de paternalizar? Sim. Tem de fazer com que os pobres cresçam? Sim. Brasil sem miséria? Sim, mas talvez não seja através de cooperativas. Outra lei, uma lei de economia solidária, para ter um outro mecanismo que não seja a cooperativa.

Primeiro, tem de ser uma necessidade.

Segundo, tem de ser viável economicamente. Não vai funcionar para o Brasil com subsídio pela vida inteira. Tem de ser livre do Estado; tem de ser viável economicamente. Não é uma sociedade beneficente, não é uma associação de pobres. É uma associação para conquistar o mercado e que pode incorporar, como o Vergílio me conta aqui: no Rio Grande do Sul, 82% dos associados de cooperativas são da agricultura familiar, e estão no mercado, estão competindo, exportando via cooperativas. Empresas competitivas, eficientes, geridas pelos seus associados. Chama-se autogestão.

Terceira condição, Presidente... Primeira condição: tem de ser necessária. Segunda: tem de ser viável. Terceira: tem de ter liderança com espírito associativo. Não adianta, como fizemos no passado, botar uma cooperativa: "Agora, vai fulano, que vai lá de Jaguariúna, administrar uma cooperativa de Campo Grande." Não funciona. Tem de ser gente com liderança local, que tenha condição de transmitir aos associados a visão cooperativa e de trabalhar em conjunto.

Eu queria trazer essa visão, Sr. Presidente.

É uma doutrina e, portanto, é fundamental que haja unicidade de representação. Não é uma associação de classe, é um instrumento que verbaliza e defende a doutrina, com seus princípios.

Não podemos ter três igrejas representando, ou cinco igrejas representando a mesma doutrina. É uma doutrina só! Senão, o que acontece é o cisma, e o cisma, a divisão, é o que deseja o adversário do cooperativismo, que é o quê? É a empresa capitalista radical, que só pensa em lucro.

O cooperativismo tem de ser forte, poderoso – seja pequena, média ou grande cooperativa –, para que possa representar o sistema integralmente e possa construir a condição de crescimento social, através de avanços econômicos.

De modo que a minha posição é apenas esta, Presidente: clarear que cooperativismo é doutrina; que o instrumento é cooperativa; e que cooperativa tem necessidade de ter representação. E que cooperativa não é assistencialista, não é entidade beneficente. É empresa.

Entidade beneficente é fundamental, é necessária, mas é outra coisa, é para outra lei.

SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu agradeço.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele falou, e eu anotei os três princípios: é necessária, é viável economicamente, e o terceiro?

O SR. ROBERTO RODRIGUES (*Intervenção fora do microfone*.) – Liderança. Liderança com espírito associativo, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero agradecer a fala do ex-Ministro Roberto Rodrigues e dar uma notícia que me passaram aqui, Roberto.

O Ministro Roberto Rodrigues vai assumir como Embaixador do Ano Internacional das Cooperativas, indicado pela FAO, que é um órgão da ONU.

Eu o parabenizo e o Brasil estará muito bem representado. (*Palmas*.)

Parabéns.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Senador, não era para contar isso. Isso será terça-feira que vem ainda, não vamos contar com essa coisa, não.

A verdade é a seguinte: a FAO, como todos sabem, é dirigida, hoje, pelo Dr. José Graziano da Silva, que foi nosso Ministro da área de desenvolvimento solidário, aqui no Brasil, e que foi eleito com uma pequena diferença numa disputa muito clara entre ricos e pobres. Ganhamos por dois votos, com uma dificuldade enorme na votação final.

Mas o Graziano, que é um homem com um espírito solidário muito grande – conversei com ele logo depois que ele tomou posse –, ele disse que era um absurdo a instituição da ONU, que cuida de agricultura e alimentação, não ter um departamento de cooperativismo. Não tinha um departamento de cooperativismo. É o fim do mundo. Como vai desenvolver a agricultura na África, ou nos países da América Latina ou no Brasil, em algumas áreas, sem cooperativismo? E ele concordou e vai criar um departamento de cooperativismo. Nós combinamos, então, que será feito no Dia Internacional do Cooperativismo, que é o primeiro sábado do mês de julho.

Portanto, vamos a Roma na segunda-feira que vem para combinar com a FAO como será essa solenidade em parceria com a ACI. Há poucas semanas, o Graziano decidiu criar um cargo de embaixador da FAO e da ONU para o cooperativismo ao ensejo deste ano e me convidou para esse cargo.

Acho que isso é uma coisa honorífica, não tem nenhuma vantagem adicional, só vou viajar um pouco mais do que eu quero, mas acho que é uma questão interessante. E se o senhor me permitir falar um pouco sobre história. Dou aula em Jaboticabal desde 1967. São 45 anos dando aula de cooperativismo. Agora faço 70 anos e, na Universidade de São Paulo, chamam isso de expulsória, pois você é obrigado a se aposentar. É compulsória, mas, na verdade, é expulsória. Então eu me aposento definitivamente desse negócio com dor no coração, porque adoro o cooperativismo e também falar sobre esse assunto. Mas ganho a condição de falar sobre o cooperativismo no mundo inteiro por esse cargo que a FAO me oferece. Portanto, fecha-se uma porta e abre-se outra.

Agradeço muito pela gentileza, mas é apenas uma questão honorífica.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nós é que nos sentimos muito bem representados.

Passo a palavra para o Sr. Luiz Ademir Possamai, mas antes quero que vocês me entendam. Hoje, estou indo para uma reunião na Secretaria de Direito Econômico para tratar de um assunto, que é a questão da concentração do mercado da carne no nosso País. Mais de dez entidades desse segmento vão ser recebidas pelo Secretário de Direito Econômico, Sr. Vinícius de Carvalho, e já estão aí no meu gabinete. Mas lá não deve demorar.

Para tanto, convido a Senadora Ana Amélia para assumir a Presidência por ser autora do requerimento que propiciou a vinda de ilustres representantes. Não poderíamos ter uma Mesa melhor representada para discutir o cooperativismo. E insisto: vou perseguir um texto para que possamos fazer uma grande convergência e fortalecer ainda mais o cooperativismo.

Passo a Presidência à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Waldemir Moka. Desejo êxito nessa empreitada, que é necessária para os interesses do setor primário, agropecuário brasileiro.

Queria também destacar que fui requerente desta audiência pública junto com o Senador Eduardo Suplicy, que, tanto quanto eu, tem grande interesse nesta matéria.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Luiz Ademir Possamai, para falar.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidenta, queria explicar ao ex-Ministro Roberto Rodrigues que precisei sair e corri até a sala seis porque precisava assinar o quorum, mas estou aqui de volta. Acho que perdi um minuto e meio da sua ex-

posição, foi o tempo de ir até lá e voltar, mas era importante. Desculpe.

Aqui temos que estar em três ou quatro lugares simultaneamente nas manhãs de terça, quarta e quinta-feira. Perdão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tive o mesmo problema, Senador Eduardo Suplicy. Tive que abrir uma reunião na Comissão de Assuntos Sociais com o Senador Casildo Maldaner. Esse é o problema do Senado sobre o qual já falamos diversas vezes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mesmo problema meu, pois terei que me afastar para presidir a Comissão de Relações Exteriores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu também faço parte dessa Comissão. Mas o nosso dia a dia é assim, para a população que nos ouve e nos assiste pela TV Senado entender os dilemas que temos nessas escolhas.

Então, como disse, passou a palavra ao Dr. Luiz Ademir Possamai.

O SR. LUIZ POSSAMAI – Eu quero saudar a Senadora Ana Amélia e o Senador Eduardo Suplicy, parabenizando-os pela iniciativa de a gente ter esse momento oportuno de fazer esse debate de um segmento tão importante da sociedade brasileira que é o cooperativismo.

Quero saudar os demais Senadores, os colegas aqui da Mesa, do sistema OCB, da Unisol, do Governo, os colegas da Secretaria – a gente vê uma porção deles aqui no plenário –, os colegas diretores das cooperativas e da Economia Solidária, também, que estão aqui prestigiando este momento.

Eu quero começar a falar, Ana Amélia, da importância do desenvolvimento do rural e também do urbano brasileiro. Para mim, não há outra saída tão importante para o desenvolvimento se não for o cooperativismo. O cooperativismo tem um papel muito importante da inclusão das pessoas das famílias.

Há poucos dias, eu estava numa assembleia de uma cooperativa num Município que pouca gente deve conhecer aqui que é Honório Serpa, no interior do Paraná. O Prefeito sentou-se ao meu lado e eu tive o prazer de ouvi-lo dizer que hoje seria mais importante ser presidente da cooperativa lá do Município dele, uma pequena cooperativa, do que ser prefeito da cidade, pelo volume de recursos que essa cooperativa injeta no Município. É maior do que toda a movimentação da prefeitura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Perdão, qual é a cidade?

O SR. LUIZ POSSAMAI – Honório Serpa, no interior do Paraná. O Prefeito disse-me isso à mesa: "É mais importante ser presidente da cooperativa". É uma pequena cooperativa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em Santa Catarina, as eleições para as cooperativas são mais movimentadas até que as eleições para prefeito municipal.

O SR. LUIZ POSSAMAI – É. Então temos essa oportunidade. O Senado está vendo a oportunidade de debater esse tema.

As pequenas cooperativas são tão importantes quanto as grandes cooperativas. A gente reconhece o papel de todas elas. Mas nós, as pequenas iniciativas, sejam elas de economia solidária, precisamos desse aporte, desse apoio, desse reconhecimento da sociedade brasileira.

Estamos aí no Ano Internacional das Cooperativas. A própria ONU reconhece; o mundo reconhece isso. É impossível que nós no Brasil não tenhamos a coragem de ter uma lei que inclua todo mundo. Há alguns detalhes. Precisamos nos entender em alguns princípios, algumas coisas assim, mas o princípio cooperativo é o mesmo para a pequena e para a grande, assim como há hoje na regra financeira. Tanto faz para uma pequena cooperativa que comece com R$3 mil e vinte associados.

Aliás, o grande papel das cooperativas não é só o econômico, é o social. É fazer com que as pessoas consigam ter oportunidade. E há muita gente que até hoje tem oportunidade porque passou pelas cooperativas; teve oportunidade de ser o que é na vida pelo cooperativismo.

Então, quero mais uma vez agradecer a oportunidade. O Prof. Daniel vai falar com mais detalhes sobre o nosso pensamento, a nossa luta pela inclusão das pequenas cooperativas da agricultura familiar e economia solidária nesse esforço desse projeto de lei.

Aqui a gente reconhece que quando o projeto de lei começou a ser discutido as nossas cooperativas de economia solidária praticamente não existiam. Então, nos últimos dez anos, o Prof. Singer aumentou o número das cooperativas. Eu acho que foi oportuno, porque a lei não foi mexida há dez ou onze anos e está sendo debatida hoje, para que a gente possa fazer a inclusão dessas cooperativas.

Eu vou pedir ao Prof. Daniel que fale um pouquinho mais sobre os detalhes daquilo que nós achamos que é importante estar incluído na lei, para que a gente possa ser incluído também neste momento no cooperativismo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Prof. Daniel Rech, que vai complementar o tempo do Luiz Ademir Possamai, Presiden-

te da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Como temos aqui os microfones, eu gostaria que o senhor viesse até a frente. Inclusive porque essa transmissão é da TV Senado e é preciso que haja o mesmo tratamento. O senhor vai ter cinco minutos e dezoito segundos para fazer a exposição.

O SR. DANIEL RECH – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, que é do meu Estado e que o representa muito bem.

Eu agradeço a oportunidade de complementar algumas informações. Na verdade eu queria apenas destacar que, em relação aos projetos de lei que estão em tramitação, chegamos a um consenso muito próximo daquilo que seria ideal para uma nova lei das sociedades cooperativas.

Existem, de fato, duas versões...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Rech, eu peço licença a V. Srª. Há um projeto meu de grande relevância em uma comissão que está neste momento sendo examinado. Eu preciso fazer a defesa dele e voltarei aqui. Então, peço ao Senador Suplicy que venha assumir a Presidência, e você pode, por favor, continuar a exposição. Em seguida, eu retorno. Obrigada.

O SR. DANIEL RECH – Obrigado, Senadora.

A questão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço apenas para descontar o tempo – dois minutos a mais.

Com a palavra o Prof. Daniel Rech.

O SR. DANIEL RECH – Então eu me referia exatamente a duas versões em relação ao relatório do substitutivo: a primeira versão, que foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, e a segunda versão, em uma revisão feita pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Na verdade, em relação a isso, depois de muitas contribuições, de muitos acertos, acho que chegamos a pontos absolutos de consenso. Havia duas pendências às quais eu deveria me referir, Senador Suplicy. A primeira, que me parece que vem sendo resolvida, diz respeito à questão do registro. E o Prof. Vergílio Perius teve a gentileza de contribuir no sentido de avançar não numa licença prévia, mas no sentido da constituição do cadastro. A mim me parece que, com isso, nós chegaríamos a um consenso a respeito da questão do registro. Mesmo porque a licença prévia é proibida pela Constituição.

Fica, portanto, pendente, Senador Suplicy, a questão da representação. Preocupam-me fundamentalmente os argumentos apresentados, tanto pelo ex-Ministro Odacir Klein quanto pelo Ministro Roberto Rodrigues, em relação à obrigatoriedade da unicidade de representação.

Há, Senador, inúmeras posições no sentido de que é impossível exigir, frente à determinação constitucional, a filiação a um sistema imposto por lei.

Celso Bastos, no livro *Curso de Direito Constitucional*, diz que existe a impossibilidade de as autoridades públicas imporem a adesão. E o próprio Celso Bastos e Ives Gandra Martins, num livro também sobre a Constituição Federal, dizem que o direito de não se associar é válido e indiscutível relativamente nas ações de caráter privado, não ocorrendo o mesmo no que diz respeito às instituições de direito público.

Nesse caso dos colegiados profissionais, a que se referiu o Senador Odacir Klein, sustentam os autores que a compulsão está justificada pelo princípio da solidariedade social e pelas exigências do mundo contemporâneo. Mas isso não vale para as outras iniciativas, principalmente frente à determinação constitucional de que ninguém é obrigado a associar-se e muito menos permanecer associado.

Pinto Ferreira afirmou em livro, também, que o princípio da tutela jurídica constitucional do direito de associação refere-se diretamente às pessoas jurídicas de direito público, e não às de direito privado. Portanto, as de direito privado não podem ser obrigadas compulsoriamente a aderir a um único sistema de representação.

Finalmente, Whitaker, também, com diversos autores sobre Direito Constitucional, diz que documentos ou votos de perpetuidade, filiação, em face da pública constitucional vigente entre nós, de nada valem, ficando o interessado livre a qualquer tempo para invocar, onde preciso e couber, a garantia individual da liberdade, seja da pessoa física como também da pessoa jurídica, porque a argumentação de que o dispositivo constitucional de que ninguém é obrigado a associar-se ou a permanecer associado está relacionado tanto às pessoas físicas quanto às pessoas jurídicas.

Nesse sentido, então, há necessidade, efetivamente, frente à disposição clara constitucional de que não se pode impor uma estrutura de representação única, de se avançar, no sentido de que seja preservada a liberdade de organização das cooperativas.

Se conseguirmos, Senador, avançar nesse sentido, teremos constituído uma lei que promova as cooperativas e que promova, inclusive, a liberdade democrática das cooperativas de se constituírem na forma representativa, e, com isso, poderemos inserir o movimento cooperativista brasileiro no âmbito da doutrina cooperativista internacional, que se refere especificamente à liberdade de organização e à não interferência estatal, impondo restrições a essa perspectiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado ao Sr. Daniel Rech, que, há muitos anos, vem colaborando com os projetos relativos à constituição das cooperativas, por sua tão enriquecedora contribuição para estarmos aqui trazendo luz para o debate.

Tem a palavra o Sr. Arildo Mota Lopes, Diretor Presidente do Conselho Executivo da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil).

O SR. ARILDO MOTA LOPES – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o nosso Senador Eduardo Suplicy, que preside a mesa; cumprimento Luiz Possamai, Presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes); cumprimento o Jerônimo, do MDA; cumprimento o Roberto Rodrigues.

É uma honra, Roberto Rodrigues. Quando eu não era cooperativista, eu ouvia muito falar de você, do Daniel Rech, que são grandes mestres e professores em quem nos inspiramos para poder tocar esse cooperativismo do século XXI.

Cumprimento o Vergílio; cumprimento os demais gestores públicos; meu amigo Márcio de Freitas, que acabou de ser reeleito.

Parabéns, Márcio, pela reeleição para mais um mandato frente à OCB.

Cumprimento os amigos, o Ney Barros, do Rio Grande do Sul; os demais cooperativistas do sistema Unicafes; e os gestores.

Estamos debatendo, aqui, no Parlamento brasileiro, especificamente no Senado, a Lei Geral. Vimos debatendo isso desde 1999.

Como disse o Roberto Rodrigues, este é um ano muito especial para nós, e o Roberto Rodrigues tem muito a ver com isso, quando ajudou, no debate da ONU, que 2012 fosse o Ano Internacional do Cooperativismo.

No cooperativismo, Suplicy, não há divergência ideológica conceitual. Não é esse o debate; o debate é outro. E nós, Suplicy, num esforço grande, Márcio de Freitas, conversando com as nossas bases, com as OCBs regionais, a Unisol discutindo com a sua base, a Unicafes, temos a oportunidade de modernizar a Lei nº 5.764. Preocupei-me, quando o Vergílio falou um pouco a respeito dessa lei. Creio que podemos aperfeiçoar ainda mais, se for necessário, o relatório do Casagrande, mas penso que seja um bom relatório, num belo esforço discutido com todas as entidades de representação.

Digo isso porque estamos no Ano Internacional do Cooperativismo, Roberto Rodrigues, e as pessoas não sabem sobre o que consomem, os alimentos, as cooperativas de serviço, a produção, as eletricitárias, enfim, sobre esse conjunto de cooperativas que produz e que tem uma representação importante no PIB brasileiro.

Portanto, necessitamos modernizar a Lei nº 5.764. O relatório do Casagrande traz à luz novidades importantes sobre a modernização. Por que digo isso? Na cooperativa da qual sou sócio, faturamos, em média, R$200 milhões, por ano. É uma cooperativa de uma empresa recuperada. E nós, com toda a competência, com toda a gestão, pois é uma empresa, temos que cuidar dos sete princípios cooperativistas, temos que fazer esse debate na sociedade, no Município, porque as pessoas não sabem disso. Então, por ser o Ano Internacional, não podemos ficar só no *marketing*, apesar de que seja importante que a sociedade saiba da necessidade do cooperativismo, do associativismo, mas precisamos, no Parlamento, no Executivo e no Judiciário do nosso País, avançar. As empresas tradicionais, por algumas variações de mercado, têm sido apoiadas, o que é importante, mas nós, do cooperativismo, precisamos avançar na questão da Lei Geral do Cooperativismo, na questão do ato cooperativo e na questão tributária, que também está no nosso Parlamento.

Cumprimento a nossa Senadora Ana Amélia, que tive a oportunidade de ver na Agrobrasília, muito rapidamente, e que é uma pessoa que entende do cooperativismo.

Estou dizendo, aqui, Senadora, que não temos divergência conceitual de princípio, de ideologia. Todos somos cooperativistas de pequenas, médias, grandes cooperativas. Não quero ser repetitivo, mas disse, aqui, aos companheiros, e digo isto para a Ana Amélia, que nós, da Unicafes, da OCB e da Unisol, com o Presidente Márcio de Freitas, temos feito um esforço muito grande para trabalhar à frente deste Parlamento a fim de que possamos modernizar a Lei Geral do Cooperativismo, a questão do ato cooperativo, a questão da tributação, porque, como disse anteriormente, quando você vai acessar um crédito, quando você vai participar de uma licitação, cooperativa não pode participar.

Mas representamos 6% do PIB do Brasil. Insisto, somos todos cooperativistas. O que está pegando, aqui, meus senhores e minhas senhoras, é a questão da representação e do registro. Não vamos nos enganar; vamos trabalhar para um grande acordo para que possamos avançar e destravar isso que está parado no Parlamento brasileiro. Este é o grande debate: é a questão da representatividade e a questão do registro. E é importante que surjam novas entidades de representação, porque, às vezes, um sistema não abarca

o surgimento de cooperativas como a minha, que vem de uma empresa recuperada, que quebrou. E, no Brasil, existem alguns casos de sucesso. No nosso caso, vimos tocando isso desde 1995. São 500 cooperativistas, homens e mulheres, que têm um faturamento médio de R$ 200 milhões e que, este ano, acaba de pagar o BNDES.

Mas vamos falar de inovação tecnológica?

A própria agricultura brasileira, acabei de ler um artigo do Roberto Rodrigues sobre isto, em 2000, exportava R$20 bilhões; agora, exporta R$100 bilhões; em 2020, R$200 bilhões; em 2030, exponencialmente. Existe a pequena cooperativa da agricultura familiar, que produz para o consumo interno, mas também são importantes as médias e as grandes cooperativas para que possamos ter uma balança comercial virtuosa e equilibrada.

Portanto, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, temos de fazer uma grande festa no Parlamento para comemorar o Ano Internacional do Cooperativismo, mas precisamos avançar naquilo que falei anteriormente: não é fácil ser sócio de cooperativas, não é fácil fazer gestão, precisamos de instrumentos modernos para que haja competitividade com as empresas tradicionais que estão colocadas.

Dito isso, digo para o Vergílio, para o Roberto Rodrigues e para o Suplicy, principalmente para este, que tem nos convidado e colocado para fazer um debate da questão da representatividade, que, se fizermos um acordo com este Parlamento, acho que teremos condições, este ano, de aprovar a lei geral e avançar na questão tributária.

O grande debate que está colocado: se a representação é um problema, por que não criamos critérios, critérios rigorosos, para que seja uma entidade de representação e para que possamos avançar na questão do registro?

Dito isso, Suplicy, demais companheiros, tenho que elogiar o trabalho do Márcio de Freitas, frente a essas outras entidades de representação, tanto a Unisol quanto a Unicafes, o próprio Senador Suplicy e muitas outras pessoas. Nós precisamos avançar nessa questão, Roberto Rodrigues, porque, no século XXI, as cooperativas têm que ter uma gestão competente, têm que trabalhar a inovação tecnológica, têm que trabalhar a agregação de valor, porque, senão, não vamos conseguir gerar renda e distribuir com equidade.

Então, esse é o nosso grande debate, Senadora Ana Amélia. E nós estamos abertos para fazer um debate coerente, com tranquilidade, com transparência, para que possamos construir consensos. Venho a esta Casa, desde 1999, e ficaria eu muito feliz se, no Ano Internacional do Cooperativismo, o Brasil tivesse um gesto e nós conseguíssemos o maior número possível de leis que pudessem apoiar esse cooperativismo, que, há várias décadas, vem gerando riqueza e distribuindo renda neste País.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Sr. Arildo Mota Lopes, pela forma construtiva com que aqui procurou trazer o caminho de um entendimento.

O Sr. Jerônimo Rodrigues Souza, que aqui representa o Ministro Pepe Vargas, está aqui para resolver e responder as perguntas no lugar do Ministro.

Senadora Ana Amélia, agora vêm os inscritos, mas nós tivemos o entendimento de ter um equilíbrio dos diversos pontos de vista, e assim está. Mas, mesmo que possa haver certo desequilíbrio, e para o seu lado, como está aqui o presidente da OCB, Sr. Márcio de Freitas, eu gostaria de proporcionar a ele a oportunidade de, pelo menos, dizer uma breve palavra, se a Senadora Ana Amélia estiver de acordo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que ousadia teria eu para contrariar o Senador Suplicy? O senhor é que manda neste Senado.

É um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, se o Sr. Márcio de Freitas puder vir aqui à frente e utilizar o microfone...

Agora, o Sr. Luiz Ademir Possamai tem um compromisso urgente e gostaria de pedir licença...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Daniel fica representando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Sr. Luiz Ademir Possamai.

O SR. LUIZ POSSAMAI – Rapidamente, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de a Unicafes estar aqui também neste debate e elogiar o que vocês estão fazendo aqui e o esforço que estão fazendo para termos uma nova lei do cooperativismo brasileiro.

Temos um compromisso, agora à tarde, com o Governo do Estado do Paraná, e meu voo é às 11 horas; não dá para perder muito tempo, senão, não consigo chegar lá. Vamos fazer um debate lá com o Governo também.

E o meu colega Armindo Costa dos Santos, que é o diretor de Formação da Unicafes nacional e que é de Minas Gerais, vai nos substituir aqui a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

Sr. Armindo Costa dos Santos, o senhor pode se sentar aqui, então.

Então, tem a palavra, para uma mensagem, o Sr. Márcio de Freitas, por favor.

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Muito obrigado, Presidente Suplicy. Quero agradecer a gentileza e a deferência de me dar aqui a palavra – é uma honra estar falando diante desta Mesa –; agradecer e cumprimentar aos Senadores, à Senadora Ana Amélia. Gostaria de agradecer, Senadora, e de aqui, publicamente, me desculpar por ter pedido o adiamento, a prorrogação desta audiência, porque a última data marcada coincidia com a Assembleia Geral da OCB. Portanto, a Assembleia Geral é o nosso patrão, é o órgão supremo do sistema cooperativo, e eu estava nesse momento, e todo o movimento cooperativista ligado à OCB estava vivendo esse momento. Então, agradeço a sua compreensão e a do Senador Suplicy, por ter adiado para hoje esta audiência, o que nos proporcionou a oportunidade de estar aqui com vocês e ouvindo pessoas fantásticas falando.

Então, não tenho nada a acrescentar sobre os temas, Senador Suplicy. Tudo aqui foi colocado, até eventuais divergências, que ficaram muito claras. Mas acho que temos muito mais convergências do que divergências, porque nós lidamos com uma sociedade, como dizem muito bem todos aqui, de gente, de pessoas. A razão de ser do sistema cooperativo são as nossas pessoas. As cooperativas são só criaturas. O criador é a nossa gente, são as nossas pessoas.

E, como nós temos esse interesse em comum, acho que está fácil de construir um entendimento; de amadurecer, dentro da modernidade; separar, dignamente, o que é filiação do que é registro, separar isso com muita clareza. E, hoje, nós temos ferramentas modernas, temos sistemas de informática funcionando, que podem propiciar que isso aconteça de maneira mais ágil, que não se atravanquem os registros e as questões operacionais.

Acho que o cooperativismo tem muito a avançar. Mas precisamos, sim... Concordo com tudo que foi colocado aqui. Mas, principalmente, as nossas questões, os nossos desafios são muito maiores do que o marco legal geral regulatório. Os nossos desafios são de mitigar os efeitos nocivos dessa sociedade globalizada que vem atropelando todo mundo por aí. Esse é o grande desafio que acho que temos de enfrentar juntos.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Márcio de Freitas. Importante sua postura construtiva, também, para com o cooperativismo no Brasil.

Vamos dar a palavra aos oradores inscritos. Primeiramente, aos autores de requerimento (a Senadora Ana Amélia e eu), mas não veria problema de, então, em seguida, dar a palavra ao Senador Sérgio Souza, ao Senador Casildo Maldaner.

E compartilho com a Senadora Ana Amélia o procedimento: gostaria V. Exª que as respostas sejam logo após as suas perguntas ou os três indagam?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que, para agilizar, porque todos... Inclusive o Ministro Roberto Rodrigues já me havia antecipado que tem uma audiência com o Ministro da Agricultura. Então, vamos, para tornar mais célere... Todos têm problema de viagem. Eu serei sucinta, e já o Senador Sérgio Souza e o Senador Casildo também fazem as suas... E aí encerramos e ficamos liberados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os quatro fazemos as indagações e, em seguida, os senhores respondem, está bem?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso. Também, da mesma forma. Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Veja como nos entendemos bem!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Suplicy, eu queria dizer que o ato cooperativo de tomar decisões aqui é o mais eficaz sempre.

Tive muita honra de, junto com o senhor, ter assinado o requerimento para esta audiência pública, para trazer, exatamente, à luz aquelas informações que são fundamentais na definição desse relatório, que está em muito boas mãos, com o Senador Waldemir Moka.

Quero dizer que tenho pelo sistema cooperativista não só um apreço, mas um respeito muito grande. E, ao longo de 40 anos, como comunicadora, fazendo cobertura da área agropecuária, eu tive um olhar para esse setor, porque penso que, no mundo em que vivemos hoje, de uma economia em que o capitalismo entrou em muitos conflitos e muitas crises, acabou-se valorizando, cada vez mais, o cooperativismo como uma forma mais solidária de se exercer o capitalismo. A cooperativa é uma empresa, mas é uma empresa solidária, na sua essência.

Sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, em que 80% do setor produtivo são de cooperativas. Foi também... No setor de carne, ele caiu um pouco, porque o mercado também esteve concentrado com o setor privado, que foi o que falou o Perius, o nosso Vergílio, sobre a questão dos financiamentos a que as cooperativas não têm acesso, como, por exemplo, as linhas do BNDES, ou pagam muito caro, 9,5%, quando as taxas cobradas, em R$70 milhões, como se diz, ao BNDES para apenas dois grandes grupos.

É preciso exatamente um pouco mais de igualdade. Além disso, as cooperativas, como o setor, como o agricultor, cada vez que sofrem uma crise, como agora a seca no meu Estado, 70%, 80%, 85% em algumas regiões de perda do milho, e 90% em outras regiões

de soja. Como essa sociedade de pessoas que não tiraram da terra aquilo que plantaram vão poder.

Houve um programa na época do endividamento agrícola, houve uma CPI nos anos 90 que discutiu muito o problema. Foram criados programas, mas ainda persiste um patrimônio, um passivo, melhor dizendo, de muitas dificuldades. Claro que as cooperativas ao longo deste tempo entenderam que é preciso uma atualização, uma modernização, uma profissionalização dos seus quadros diretivos e sob lideranças que sejam empreendedoras sobretudo e focadas, identificadas com a sua comunidade. É isso que o professor Paulo Singer fala, estar representado todo o segmento, independente de serem pessoas que precisem da inclusão, e a inclusão poderá vir com isso, mas ela precisa ser espontânea. Ela não pode ser, como dizia o Ministro Roberto Rodrigues, forçada, ela tem que ser de uma forma de convivência.

Fiquei particularmente feliz em perceber que há sim, Senador Suplicy, uma disposição sincera, especialmente nas palavras do Arildo e do nosso Presidente da OCB e dos demais que falaram aqui de convergência.

Penso que à construção de um consenso, depois do que ouvimos aqui, também não vejo nenhum conflito de você compatibilizar os segmentos. Nós inclusive no Brasil criamos um ministério de agricultura e um ministério de reforma agrária, o que o ex-Ministro Mangabeira Unger dizia que não entendia isso do ponto de vista da universalização. Mas não importa, se for necessário criar uma forma de convivência dentro do processo tem que ser facilitado. São situações diferentes, mas que devem preservar essa questão da doutrina do cooperativismo.

Então, penso que a audiência de hoje a mim foi muito esclarecedora. Aprendi muito aqui da evidência, disso que a própria Constituição-Cidadã de 88 construiu com a Lei nº 5764.

Estamos agora diante de um desafio. O Arildo fez uma provocação. No dia 6 de julho haverá nesta Casa uma sessão solene para comemorar o ano internacional do cooperativismo. Já faço o convite antecipado ao nosso líder do cooperativismo internacional, o ex-Ministro Roberto Rodrigues, e a todos que estão aí para essa sessão muito importante que vamos mostrar exatamente esse lado. Evidentemente faremos um esforço até lá de pelo menos ter chegado a um consenso em torno dessas questões e, não tenho dúvida, pelo esforço que teremos.

A sessão especial será no plenário do Senado. Agradeço muito a todos que vieram aqui, que deram uma valiosa contribuição, ao Dr. Paulo Singer, ao Possamai, que já deixou, ao Ministro Pepe Vargas que falou, ao ex-Ministro Odacir Klein, ao brilhante depoimento do ex-Ministro Roberto Rodrigues, ao professor Vergílio Perius, que tem um conhecimento dessa área muito grande, ao Arildo, que se mostrou um líder cooperativista com uma visão política bastante aguçada.

Muito obrigada a todos. Não faço perguntas, porque o que ouvi aqui me satisfaz, apenas renovo cumprimentos a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Também fiquei contente de estar requerendo esta audiência juntamente com a senhora. O seu trabalho e a sua dedicação merecem o respeito e os cumprimentos de todos os seus colegas.

Tem a apalavra agora o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente quero cumprimentar a todos que compõem esta Mesa, especialmente aqueles que estão sentados aqui nesta bancada que se preocupam com o cooperativismo do Brasil e do meu Estado, o Estado do Paraná. E vejo que o Senado da República não se furta aos grandes debates do tema. Temos aqui um Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, o Senador Moka – sou integrante também dessa frente –, Senadores que debatem o dia a dia da importância da agricultura no cenário nacional não podem se esquecer em momento algum do cooperativismo.

Também, na mesma linha da Senadora Ana Amélia, mais uma reflexão do que uma pergunta. Pergunta eu teria uma única a todos que é a minha preocupação com o Prodecoop. Parece que o Governo não estaria aportando recursos neste ano para o Prodecoop. Quem me disse isso foi o João Paulo Koslovski, Presidente da Ocepar, na última segunda-feira, quando estive com ele, na reunião semestral que se faz em regiões do meu Estado, na cidade de Ponta Grossa, pegando a região dos Campos Gerais. Ele me colocou esta preocupação, pedindo também ajuda para que venhamos a conversar com o Governo, principalmente com o Ministério da Fazenda, porque é inadmissível, no momento em que o Brasil aporta recursos para fortalecer várias áreas da economia, no sentido da industrialização ocorrer de encontro à desindustrialização, deixar de aportar recursos que são muito bem investidos e que isso transforma num retorno enorme para o Brasil, que é ao setor do cooperativismo.

É uma preocupação que tenho e gostaria de ouvir dos senhores qual é a posição do setor e o que poderíamos fazer nesse sentido.

Tenho para mim que o cooperativismo, vendo aqui também ligado ao cooperativismo da agricultura familiar, eu venho da agricultura familiar, o meu pai é agricultor familiar, o meu pai é cooperado, desde a

década de 70 há cooperativas do interior do Paraná, antes a Copiva lá em Ivaiporã, depois a Coamo, que foi lá para a região, e eu percebi o seguinte: se não fossem as cooperativas, os Municípios não seriam do tamanho que são hoje, porque as cooperativas não têm evasão de divisas no que diz respeito à arrecadação de impostos – arrecadam 100% dos impostos. Se não fossem as cooperativas, os agricultores não teriam como se manter nas propriedades, principalmente as pequenas propriedades, porque você adquire mais barato, há um autofinanciamento pelas cooperativas no momento em que os bancos não o assim fazem. Hoje as cooperativas estão muito preparadas para isso, fazendo equivalência em produto.

Depois, na sequência, veio nas cooperativas de crédito, dentro das cooperativas agrícolas, o que ajudou muito e cresce muito, porque o crédito mais barato hoje no Brasil é o crédito das cooperativas – temos absoluta certeza disso. E o lucro volta para o cooperado. Isso que é fantástico. Temos uma cooperativa do Paraná que ao final do ano ou no início do ano, não me lembro agora, ela partilha os seus lucros. Ela dividiu mais de R$100 milhões com os cooperados agora no ano de 2012.

Eu percebo que o cooperativismo é uma forma de dar competitividade ao agricultor, porque sozinho ele não teria outra forma de se manter e de se fixar. Provavelmente estaríamos quase todos na periferia dos grandes centros, causando outros problemas. Então me vem a questão. O investimento para fixar o homem através do cooperativismo dá um retorno muito maior que aquele somente do cooperativismo. Ele dá um retorno, diminuindo a despesa do Governo ou dos governos em grandes centros e assim por diante.

Percebo que o Brasil é do tamanho que é hoje porque nós tivemos um crescimento exponencial da agropecuária, da agroindústria, da transformação de uma agricultura horizontal em uma agricultura vertical, pegando o subproduto, o produto primário e aprendendo a transformar, industrializando esse produto, agregando valor. E aí o Brasil cresceu nesse patamar. Todos nós que estamos aqui sabemos o tamanho que é a agricultura do Brasil, o tamanho que ela representa para o PIB nacional, mais de 20%. Se não fosse a agricultura do Brasil, a agroindústria, o agronegócio, não teríamos, Senadora Ana Amélia, PIB positivo no Brasil no ano de 2011, porque o PIB do agronegócio foi quase 6%.

Temos de perceber este momento no Brasil, momento em que a agricultura e o agronegócio, através do cooperativismo, agregam valor e fixam o cidadão no interior, dando a ele condição de subsistência, para si e para sua família. Entendendo o tamanho disso, precisamos correr ao Governo e pedir socorro ao Governo, porque neste ano, em que em várias áreas há uma redução exponencial de juros, não se fala, dentro do Governo pelo menos, nos juros agrícolas.

Falei ontem com o Ministro Mendes Ribeiro – junto com o Presidente Michel Temer, participamos de uma reunião no final da manhã. Eu falei da necessidade de se colocar essa questão dos juros agrícolas e colocar o Pronacoop. Como é que está isso? Está fora do plano agrícola? Como é que está, porque isso é incentivar o desenvolvimento. Senão, é mais ou menos assim. Um cidadão que gasta mais do que ganha chega ao final do mês e escolhe uma das dívidas para pagar. Como ele não tem condições de pagar todas as dívidas, no mês seguinte ele vê a que está mais apertada e vai lá pagar. Daqui a pouco o Governo corre, socorre o setor automobilístico, mas deixa de cuidar daquele setor que está ajudando no crescimento do Brasil e, daqui a pouco, nesse setor há uma diminuição ou se perde competitividade.

Hoje nós vivemos num mundo globalizado. Ontem eu recebi alguém do setor de produção de aves e carnes que me disse que estão investindo bilhões na Argentina por conta de não ter havido a devida conversa com o Governo brasileiro e o Brasil ter perdido em competitividade.

Deixo minha reflexão sobre isso e ressalto mais uma vez a importância do cooperativismo dentro do agronegócio, dentro da agricultura, a importância que tudo isso tem para o Brasil, para a economia do Brasil. Não fosse a agricultura e o agronegócio no Brasil, nós não teríamos o tamanho que temos hoje.

Ontem ouvimos em audiência pública aqui no Senado Federal que há pouco mais de trinta anos nós éramos importadores de alimentos. Gente, isso é muito recente, é a minha geração, é a geração de todos nós. Nós éramos importadores de alimentos e hoje somos o segundo produtor mundial de alimentos e em menos de dez anos seremos o primeiro! Essa é uma das grandes saídas para o Brasil ser do tamanho que quer ser.

Deixo essas reflexões e agradeço imensamente a presença de cada um dos senhores nesta Comissão. Parabenizo a Senadora Ana Amélia e o Senador Suplicy por esta iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Sérgio Souza, muito obrigado também por suas considerações tão enriquecedoras.

Tem a palavra o Senador Casildo Maldaner e, em seguida, o Senador Luiz Henrique.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senhoras e senhores, vejam as comissões de

que participamos. Fomos, para finalizar, ver as assinaturas nas votações, as presenças e assim por diante.

Caro Presidente Suplicy, ao cumprimentá-lo como um dos autores, ao lado da Senadora Ana Amélia, eu quero aqui, na presença do Senador Luiz Henrique e do Senador Sérgio Souza, cumprimentar a Mesa e, com a permissão dos senhores, na pessoa do nosso ex-Ministro Roberto Rodrigues, cumprimentar todos os senhores presentes. Eu, inclusive, sou assíduo leitor de seus artigos, que nos alimentam de conhecimento. Por extensão, cumprimento o presidente da OCB, que está aqui, e todos os presentes.

Falo como catarinense, nosso Estado tem suas peculiaridades. Uma época depois de eu ter estado aqui exercendo um mandato no Senado, em outra oportunidade, e mesmo quando eu exercia as funções de Governador de Santa Catarina, convivi muito de perto com questões que dizem respeito ao assunto que agora discutimos. Quando presidi uma instituição de fomento na região Sul, que é o BRDE, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, comecei a conhecer mais de perto o que é o cooperativismo, principalmente no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Entendi melhor a participação do BRDE, das cooperativas e, por extensão, no meu Estado, por suas características como disse antes, pude me aproximar de um cooperativismo que permite que o associado participe e que a cooperativa possa oferecer oportunidades.

Ainda mais: nós temos algumas regiões com minifúndios lá em Santa Catarina. No minifúndio, às vezes você tem uma área que pode ser mecanizada, às vezes pode-se mecanizar 20% ou 30% da área. Aí tem mais 20% ou 30% que não têm condições em função de suas dobras, são terrenos dobrados. Aí, a cooperativa motiva para fazer um pequeno reflorestamento onde você não pode fazer uma boa pastagem, com animais de boa genética para produzir leite – é uma bacia leiteira muito forte. Então, onde não dá para fazer isso, ou se faz o reflorestamento ou se faz a fruticultura. Quer dizer, numa propriedade de 20 a 50 hectares, a cooperativa ajuda, com programas que ela elabora, a diversificar aquela propriedade. E com a diversificação, o associado tem diversas rendas, ele acaba tendo rendas. A cooperativa ajuda a fomentar a produção. Se for um pequeno reflorestamento, 4 ou 5 hectares, ela começa a organizar depois o aproveitamento dessa madeira, da lenha ou da madeira, para fazer móveis ou coisa que o valha. Quer dizer, tudo isso começa a agregar valores para o associado. Então, essa é uma tese que cada vez mais nos convence e apaixona. Esse é um depoimento que trago.

O segundo depoimento que quero trazer diz respeito a algo que talvez a Senadora Ana Amélia já tenha declinado aqui em função da proposta que ela apresentou no ano passado para que as cooperativas, os bancos cooperativos e as cooperativas, tenham direito a acesso direto ao FAT. Não sei se ela já falou sobre isso aqui, mas, se o fez, eu quero só renovar que tive a honra de ser o relator dessa matéria proposta pela Senadora Ana Amélia.

Hoje, no Brasil, quem tem direito a acesso ao FAT são só os bancos federais, que os senhores conhecem – Banco do Brasil, Caixa Econômica e os bancos regionais que são federais, como o Banco do Nordeste e o Basa. Eles têm direito de acessar diretamente o FAT, quer dizer o FAT deposita já... E o BNDES, é claro, que é o grande receptor, recebe 40%, compulsoriamente, dos recursos do FAT. Aí, os demais, inclusive nós do Sul, que não temos o fundo constitucional, quem tem é o Norte, o Nordeste e o Centro Oeste... O nosso banco de desenvolvimento da região Sul não é federal, porque os controladores do BRDE são os Estados; apesar de ele ter as características de um banco federal, não tem direito a acessar os recursos do FAT. E as cooperativas também não possuem esse direito, nem os bancos cooperativos o possuem.

Aí, a inteligência dessa Senadora que anda a cem por hora nesta Casa, que veio do Rio Grande, a Ana Amélia, resolveu propor que os cooperados do Brasil tivessem também o direito de acessar diretamente o FAT.

Eu tive a honra de conviver com o BRDE, de conviver com essa área e ser o relator da matéria. No Senado, depois de uma luta muito forte, trabalhada, com a participação do Senador Luiz Henrique, que governou Santa Catarina por oito anos – S. Exª trabalhou intensamente com Jorge Viana e outros colegas do Senado na elaboração do relatório do Senado do Código Florestal brasileiro –, conseguimos aprovar a matéria nesta Casa. O Senado aprovou o direito de as cooperativas e os bancos cooperativos de crédito acessarem diretamente o FAT. Isso vai baratear os custos, porque indo ao BNDES ou indo aos bancos de desenvolvimento, quer queira quer não queira, existe um pedágio, o dinheiro fica mais caro. E como nós estamos numa campanha – o próprio Governo Federal está à frente disso – de baixar os custos, nada melhor do que a Câmara agora apurar um pouquinho – está na Câmara a proposta.

A OCB vem acompanhando. Eu lembro que o ex-Deputado Zonta acompanhou aqui no Senado e vem acompanhando na Câmara. Eu gostaria até que pudesse o presidente da OCB...

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – A relatoria é de outro catarinense...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Valdir Colatto, outro catarinense.

Quem sabe até, em homenagem ao Ano Internacional do Cooperativismo, nós possamos elaborar e anunciar essa legislação que possibilita o acesso direto ao FAT? Eu acho que seria uma grande conquista, baixaria o custo para as cooperativas, baixaria para os associados.

O ex-Deputado Federal Paulo Macarini – quando fui Governador ele foi nosso Secretário do Planejamento –, um grande parlamentar, um grande criador de ideias, Constituinte, sempre dizia, esse catarinense, depois esteve no Paraná também, que, no Brasil, tínhamos de produzir grãos, Ministro Roberto Rodrigues, uma tonelada por habitante. Se tivermos 100 milhões de habitantes, por que não 100 milhões de toneladas de grãos? Se nós tivermos 180 milhões de habitantes, por que não 180 milhões de toneladas de grãos? E se chegarmos a 190 milhões de habitantes? E está subindo, estamos chegando, está caminhando para isso graças ao cooperativismo e, melhor ainda, se for uma tonelada por habitante, se pudermos trabalhar, industrializar, vamos dizer, 60% desse produto aqui no Brasil, agregarmos valores, melhor ainda. Acho que esse é o caminho. Então, quero aqui parabenizá-los, me colocar à disposição nessa caminhada, é uma luta muito forte para alimentarmos não só o Brasil, mas para alimentarmos o mundo. Ainda mais agora, que temos o Embaixador de Honra na FAO na pessoa do nosso Ministro Roberto Rodrigues. Acho que o Brasil se prepara cada vez mais para ajudar a alimentar não somente os brasileiros, mas para alimentar o mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Casildo, por sua contribuição. Senador Luiz Henrique, observando que o Ministro Roberto Rodrigues tem um compromisso às 11 horas, ele quer lhe ouvir e dar a sua contribuição antes de sair.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a S. Exª. Sr. Senador Eduardo Suplicy, que preside esta reunião, Sr. Presidente da OCB, cooperativista Márcio Freitas, que nos honra com a sua presença, Srs. Palestrantes, Srªs e Srs. Senadores, demais presentes a esta Comissão. Quando olho para o sistema cooperativista eu penso que o seu nascedouro é a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Essa Encíclica surgiu num momento de grande confrontação mundial, em que duas potências em antagonismo ideológico chegaram a produzir um arsenal nuclear capaz de destruir o Planeta sessenta vezes. Então, a Encíclica Leão XIII criou a tese do Estado Intervencionista, do Estado que garante a liberdade de iniciativa, mas fixa regras, marcos regulatórios. Essa doutrina foi apropriada por alguns países, inclusive pela Alemanha, destruída pela Segunda Guerra, que adotou a economia social de mercado. Dessa doutrina, eu penso que derivou ou se fortaleceu o cooperativismo.

Num dos livros mais importantes para compreender a realidade atual, intitulado *A Era dos Extremos*, do historiador inglês *Thomas Hobsbawm*, relata um fato muito marcante: "Saindo da prisão, *Václav Havel*, vai a um comício em que a população tcheca exultava pelo fim do regime stalinista naquele país, e os discursos eram todos na linha de uma mudança radical do Comunismo para o Capitalismo". Ele, então, fez uma advertência: "Não queiram pular do Muro de Berlim para chegar ao sul do Bronx." Ele disse: "se é verdade que o Comunismo foi capaz de distribuir riqueza, mas não foi capaz de produzi-la, é verdade também o inverso, que o Capitalismo é capaz de produzi-la, mas é incapaz de distribuí-la."

No meio dessa discussão ideológica que pontuou todo o período da Guerra Fria, surge o cooperativismo como uma força nova no sentido de demonstrar que é possível ao mesmo tempo produzir e distribuir a riqueza. Eu sou testemunha, Senador Eduardo Suplicy, V. Exª, que vem da renda mínima para a competência máxima, porque tenho vivenciado em Santa Catarina assembléias de cooperativas distribuindo para os seus associados cheques de 100 mil, 80 mil, 70 mil, 50 mil, conforme a participação desses associados nas cooperativas, e vejo um milagre que aconteceu neste país. Santa Catarina tem 1% do território nacional, mas a grande região produtora, onde o cooperativismo tem grande proeminência, é a região do oeste catarinense, que deve representar 0,40% do território brasileiro, onde nós encontramos a 5ª produção de alimentos do país. A força disso vem do cooperativismo. Eu anotei as palavras precisas do Ministro Roberto Rodrigues, infelizmente não tive condições de assistir às demais, porque tive um compromisso antes do início desta reunião e depois tive de presidir a Comissão de Relações Exteriores, mas prestei bem atenção às palavras do Ministro Roberto Rodrigues no sentido de que o cooperativismo é uma doutrina, é efetivamente uma doutrina que se coloca entre os extremos, entre o Comunismo e o Capitalismo. Ele falou que a cooperativa deve ser um ato de baixo para cima, que não pode ter um fator indutor, ela surge da necessidade, ela surge da viabilidade e ela se sustenta por uma liderança, mas quero também concordar com o nosso grande professor *Paul Singer*. Acho que sempre a mão do Estado é neces-

sária para induzir à inclusão de excluídos. Eu lembro-me de uma frase de Gallart Folch, estabelecendo a função do Direito Trabalhista, que vem desse Estado intervencionista, que é filho também, a consolidação, é filha da *Rerum Novarum*, como são as APPs e as reservas legais da propriedade, do conceito da *Rerum Novarum* de que a propriedade deve ter sobre ela uma hipoteca social. Então, Gallart Folch disse o seguinte: "na relação entre a empresa e o empregado, temos uma balança com o prato da empresa mais forte. É preciso o Estado colocar os seus pesos no outro prato para que haja um equilíbrio social." Ora, não teria havido a NASA, não teria havido a corrida espacial, não teria havido a façanha de o homem pisar a lua, se o Estado não tivesse socorrido o nascente *sili convali* com o peso da sua intervenção.

Eu acredito que é possível, sim, conciliarmos esse princípio da liberdade, da necessidade, da viabilidade econômica e da liderança com uma força indutora do Estado, para que essa lei garanta um capítulo que permita, como nós fizemos no Código Florestal, tratarmos diferentemente a agricultura familiar e os pequenos agricultores de até quatro módulos. Tratamos privilegiadamente.

Aliás, eu quero lhes dizer que eu estou na luta pelo movimento da microempresa desde o seu nascedouro, quando eu era Deputado Federal. Se não tivesse havido a força indutora do Estado, as microempresas não teriam a força que têm hoje, e elas também são negócios. Elas são empresas, mas, não fora a força indutora do Estado, elas não teriam tido o êxito que têm. E eu sou testemunha, pelo que elas representam hoje em Santa Catarina, onde 80% dos trabalhadores são empregados nas microempresas.

Então, nesse sentido de exaltar o cooperativismo, exaltar a OCB, eu creio que nós podemos construir nessa lei um espaço indutor para que as cooperativas da economia solidária se tornem cooperativas iguais às outras, pela força estatal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, que, por sua contribuição, bem como os Senadores Casildo Maldaner e Ana Amélia, de Estados onde o cooperativismo é tão importante, trazem um testemunho tão significativo.

Agora vou passar a palavra ao Ministro Roberto Rodrigues, mas queria primeiro dizer algumas coisas.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós ouvimos três Conselheiros do Cade, inclusive os indicados para a Presidência e para a Superintendência, e queria lhe dizer que a sua recomendação de que, tal como o Consecana, deveria se instituir o Consecitrus, foi objeto inclusive do diálogo muito relevante. E agora houve uma preocupação que eu mesmo externei de como o Consecitrus possa, de fato, ter a representatividade a maior possível de todos os produtores de laranja para dialogarem com os produtores de suco de laranja, mas a sua recomendação foi sempre lembrada, inclusive ontem.

E considero muito interessante também, na sua experiência como cooperativista e presidente que foi em matéria de organização internacional, se desses elementos precisam ser necessários, viáveis economicamente e ter liderança.

O Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, falou daquelas cooperativas que existem até informalmente e que, se houver justamente um ambiente até pela legislação de estimulá-las a se integrarem e se formalizarem, dadas as facilidades, isso poderá efetivamente ocorrer e ser resultado da legislação que estamos por definir.

Até possivelmente no dia seis de julho, será publicado um livro de uma história de uma cooperativa muito interessante que eu tive a oportunidade de testemunhar, porque sou frequentador do Parque Ibirapuera. Permita-me, muito brevemente, aqui relatar.

Era o ano 2000 e eu, que costumava e sempre ainda faço caminhadas e exercícios no Parque Ibirapuera, certo dia, a Presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes me disse: "Olhe, o prefeito está pedindo que a gente saia daqui. Se quisermos vamos ter que ser empregados, porque vão fazer licitação. Cinco grandes empresas. Vai haver quiosques. E nós temos que sair". Eu disse: "Que tal vocês proporem a formação de uma cooperativa?" E assim o fizeram, até encontraram uma advogada que trabalhou doze anos na Cooperativa Agrícola, psicóloga e que resolveu solidariamente dar assessoria jurídica para escrever o Estatuto.

Após 11 anos, se for ao Parque Ibirapuera de vez em quando, lá se pode examinar todas as cooperadas que tenham seus carrinhos padronizados, obtiveram junto a uma empresa que concedeu. A Prefeitura acabou reconhecendo o direito delas, continua até hoje e são pessoas praticamente todas que vieram das regiões mais pobres do Brasil que chegaram a São Paulo em busca de sobrevivência, não tinham adequada formação, formação precária e hoje praticamente todas as suas crianças, algumas adolescentes, estão estudando, alguns chegando à universidade. Agora não são membros, que eu saiba, da OCB. Tem o seu Estatuto e tudo o mais e está no caso justamente que o Prof. Paul Singer observou de tantas cooperativas de setores informais que, neste caso, constituíram o seu Estatuto, e estão regularizados. E essa bonita história está no prefácio de um livro que o Prof. Paul Singer escreveu

da Srª Mônica Dalari. Vai ficar pronto. E quero lhe dar o livro a respeito.

Mas queria lhe perguntar – depois aos demais – o que pensa do relatório do Senador Renato Casagrande, que, na verdade, absorveu quase todo o projeto e deu parecer favorável ao projeto Osmar Dias. Mas, num aspecto, ele acordou com o projeto que eu tinha apresentado, referente à questão da unicidade da representação do sistema cooperativista que foi amplamente discutido. Ele ouviu todas as entidades por meio de audiências como esta, e chegou à conclusão de que a unicidade da representação proposta então pelo Senador Osmar Dias fere direito à plena liberdade de associação, garantido pelo art. 5º, inciso XVIII, da Constituição. Diante disso, a proposta que ele apresentou garante expressamente a liberdade de associação das cooperativas a entidades de representação, conforme o Prof. Daniel enfatizou.

Então, assim são estabelecidos alguns critérios para que as entidades de representação possam ser consideradas de abrangência nacional, mas o princípio da obrigatoriedade de associação leva em conta o que está previsto claramente na Constituição.

Cumprimento. Muito obrigado. Tem a palavra antes do encontro lá no Ministério da Agricultura, às 11 horas. Tenha todo o tempo que for necessário.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Srs. Senadores, muito obrigado pela oportunidade de ouvi-los e aprender. Senador Luiz Henrique, o senhor é sempre um mestre em coisas da história que a gente vai sempre aprendendo e guardando. Muito obrigado pela contribuição que o senhor nos deu aqui.

Senador Suplicy, o duro de ficar velho é que temos vontade de contar um monte de histórias, porque, contando histórias, a gente vai lembrando as razões pelas quais as coisas acontecem. Então, gostaria de ficar até depois de amanhã contando coisas sobre cooperativismo, mas não temos tempo, nenhum de nós.

Vou responder à Senador Ana Amélia, ao Senador Luiz Henrique, ao Senador Casildo Maldaner, ao senhor também, ao próprio Senador Sérgio Souza, que se retirou, com algumas informações. A primeira delas é a seguinte: o agronegócio representa hoje 23% do PIB Nacional. Agora, o que é importante é o seguinte: o agronegócio é a soma das cadeias produtivas. Uma cadeia produtiva tem três componentes: antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira. O antes da porteira, hoje, no Brasil, é apenas 11% do PIB do agronegócio: insumos defensivos, máquinas agrícolas: 11%. Dentro da porteira, que é a atividade produtiva propriamente dita: 23%. E depois da porteira, que é indústria, armazenagem, embalagem e distribuição: 66%. Na verdade, a atividade produtiva, que é 23% sobre 23%. Então, a atividade produtiva da agropecuária é menos de 5% do PIB nacional. E a concentração da renda está, como foi dito aqui, depois da porteira, como o senhor disse, Senador Casildo Maldaner; é na industrialização, na transformação. E o produtor rural não tem acesso a essa participação se ele também não for industrial. E é por isso que a cooperativa tem um papel fundamental no aumento da renda do produtor rural, seja ele pequeno, médio, não importa, da agricultura familiar. Não importa o tamanho do produtor. Todo mundo tem que ser beneficiado pela cooperativa, instrumento da doutrina que corrige o social através do econômico. Como? Agregando valor.

Então, a cooperativa, em Santa Catarina, é um modelo extraordinário. Rio Grande do Sul... Eu cheguei ontem, Senadora, lá de Cachoeira do Sul, onde fui encontrar o pessoal do arroz. Nesses dois Estados e mais no Estado do Paraná, do Senador Sérgio Souza, de fato o cooperativismo é um modelo extraordinário de agregação de valor com uma característica... E aqui quero associar-me ao Senador Luiz Henrique. Então, essa questão fundamental de que o cooperativismo agrega valor para pequenos, médios e grandes, mas essencialmente para o pequeno, porque um pequeno sozinho não vai ter nunca uma fábrica. Um grande pode ter uma fábrica, mas o pequeno jamais. Só faria isso no coletivo da cooperativa. A cooperativa, eu sempre digo para os meus alunos na universidade, é um mecanismo pelo qual a gente faz, no conjunto, o que não pode fazer sozinho por questões da economia social.

Então, aqui, Senador Luiz Henrique, eu estou absolutamente de acordo com o senhor de que o Estado precisa oferecer o seu manto protetor àqueles que não têm como chegar ao mercado, e o sistema cooperativista é indiscutivelmente o modelo para isso. Aliás, devo aqui lembrar que a Constituição de 88 – eu presidente na OCB e trabalhei muito nisso, vinha todos os dias a esta Casa – tem o art. 5º que estabelece o fato de que o Estado não pode intervir na constituição e funcionamento de cooperativas. Mas tem o art. 172; § 2º que diz o seguinte: "Ao Estado compete estimular e fomentar o cooperativismo e outras formas de cooperativismo".

Eu era também presidente da OCB também quando o Presidente Collor foi eleito e fez o Plano Collor. Pelo Plano Collor ele extinguiu a Secretaria de Cooperativismo, extinguiu o BNCC e extinguiu o Conselho Nacional de Cooperativismo. De modo que o Estado não tinha nenhum mecanismo para cumprir esta determinação da Constituição de apoiar e fomentar o cooperativismo. Falei então, na época, com o Ministro da Agricultura, Ministro Antônio Cabrera Mano Filho, e graças a isso foi criado o Denacoop, que é o Depar-

tamento de Cooperativismo do Ministério da Agricultura, que apoia as cooperativas, de todos os tipos, de todos os tamanhos. Resgatamos, portanto, com essa atuação do Ministro,a criação de um instrumento que permite apoiar o cooperativismo de qualquer tamanho, de qualquer natureza.

Então, só para confirmar que estou de acordo com o senhor. O Estado precisa oferecer o seu manto protetor àquelas pessoas que não tem condições de avançar.

Bom, feitos estes dois comentários: um, o cooperativismo como um papel relevante na agregação de valor para que o pequeno produtor, sobretudo, possa alcançar o mercado e ganhar fatias adicionais da renda da cadeia produtiva.

E sobre a ideia cooperativa queria aqui contar um pouquinho de história, associando-me ao Senador Luiz Henrique com a sua importante aula para nós todos.

O cooperativismo, como o senhor disse muito bem, enquanto doutrina é tricentenário. Aliás, o homem é um animal gregário. Cooperar está na índole humana, no DNA do ser humano, como competir também, não é? Então, o cooperativismo é uma doutrina definida classicamente há 200, 300, 400 anos. Mas as cooperativas, enquanto instrumentos da doutrina, só surgiram de fato quando houve a revolução industrial na Europa, com a revolução industrial, na metade do século XIX, na Europa. Por quê? E aqui me parece uma coisa essencial, Senador Ana Amélia, porque a revolução industrial produziu duas correntes simultâneas: uma de exclusão e outra de concentração na riqueza – dois modelos graves para a paz social, dois modelos graves para a democracia, para a própria sustentação da democracia. Foram excluídas pessoas aos milhares pela revolução industrial, porque os teares substituíram, a tecelagem industrial substituiu os teares que cada um tinha no seu fundo de quintal, substituiu "n" mecanismos de sobrevivência familiar, inclusive através do escambo que existia naquele tempo. Isso levou a uma exclusão brutal; milhares de pessoas foram excluídas de qualquer mecanismo de mercado. Por outro lado, aqueles que tiveram o domínio da indústria concentraram a riqueza em suas mãos. E concentração de renda e exclusão social são dois mecanismos claramente adversários da democracia e da paz.

Muito bem, por causa desses dois mecanismos surgiram as cooperativas da Inglaterra. Em primeiro lugar na Inglaterra, depois esparramaram pelo mundo inteiro. Juntando quem? Os excluídos. Razão pela qual no DNA do cooperativismo está o fato de ser um instrumento inclusivo socialmente. E mais do que isso: ao trabalhar também com os mesmos mecanismos de agregação de valor, passou a ser um fator mitigador da concentração da riqueza.

As cooperativas, desta forma, transformaram-se, Senadores, num mecanismo fantástico de defesa da democracia e da paz. Por quê? Porque combateram os inimigos delas: a exclusão e a concentração.

Este fato gerou, como o Senador Luiz Henrique muito claramente assinalou, a condição de o cooperativismo ser tratado desde então como a terceira via para o desenvolvimento econômico-social, entre o capitalismo e o socialismo. E aí se esparramou pelo mundo inteiro. Todos os países do mundo têm cooperativas dentro de princípios claros, universais, valores básicos que são universalmente reconhecidos: solidariedade, transparência, democracia, essas coisas todas que nós conhecemos e que não vamos aqui repetir agora.

Até, Senador, a queda do Muro de Berlim. Com a queda do Muro de Berlim, o socialismo sofreu um desmaio significativo, e o capitalismo virou liberalismo. De modo que as duas vias, a primeira e a segunda, sofreram um processo de desgaste. Ora, não havendo primeira via, não havendo a segunda via, como chamar o cooperativismo de terceira via? Isso produziu uma enorme perplexidade mundial no cooperativismo, que levou à Aliança Cooperativa Internacional – que eu presidi –, mais tarde, a discutir universalmente os princípios. Os princípios são ainda válidos, ou não são mais válidos?

Essa discussão levou anos, até que, em 1995, no Congresso Mundial de Cooperativas, em Manchester, na Inglaterra, berço da primeira cooperativa de Rochdale, refizemos os princípios – na verdade, ratificando-os –, de tal forma que a dicotomia entre social e econômico ficasse mais ainda visível e consolidada. Só que introduzimos um sétimo princípio, que é aquilo que foi tratado aqui pelo Senador Suplicy, dando o seu exemplo do Parque do Ibirapuera, que é o compromisso das cooperativas com a sociedade, com a comunidade em que a cooperativa está inserida. Ela não é mais uma preocupação apenas com os seus cooperados, mas vai além disso. E o conceito por trás disso é óbvio: não pode haver felicidade de quem vive ao lado de quem é infeliz.

Estou tratando aqui de felicidade, que não é um conceito próprio a uma reunião como esta. Mas quem quer ser infeliz levante a mão. Então, o tema é um pouco nessa direção.

Ora, quando a discussão da reforma dos princípios ocorreu, em 1995, nós já estávamos, Senadores, em plena vigência da globalização da economia. E a globalização da economia foi e está sendo um fenômeno repetidor – e ainda mais enfático por causa da

rapidez da comunicação que existe hoje em dia – de exclusão social e de concentração de riqueza.

Por esta razão é que o cooperativismo renasceu depois da globalização da economia. Ao contrário do que imaginavam os adversários, que agora as empresas capitalistas vão esmagar o sistema de cooperativismo, ao contrário, o recrudescimento da exclusão e da concentração verificados na revolução industrial e repetidos, recrudescidos, portanto, com a economia globalizada são fenômenos que deram ao cooperativismo outra dimensão ainda mais vibrante, embora o termo terceira via tenha perdido um pouco do brilho que tinha no passado, pelas razões já apresentadas, transformando-se o cooperativismo num bastião formidável de defesa da paz e, portanto, da democracia.

É por esta razão e não por outra que, quando presidente da ACI, lutei para que a ONU considerasse o cooperativismo como uma organização poderosa em defesa da paz e da democracia. E conseguimos este ano ser reconhecido como o Ano Internacional das Cooperativas. Mas é pouco.

Eu estou trabalhando hoje – e o presidente Márcio é o grande comandante desse processo, e transmito isso ao Senado da República – pelo reconhecimento do cooperativismo, do movimento do cooperativismo. Não é nenhuma pessoa, mas o movimento do cooperativismo como digno do prêmio Nobel da Paz, porque é isto que faz a diferença: eliminar a exclusão, incluir aqueles que estão fora do mercado. Reduzir, mitigar a concentração de riqueza, distribuindo-a é defesa da paz. E o cooperativismo tem feito isso com uma grandeza extraordinária, com seu um bilhão de associados no mundo inteiro.

Então, queria trazer essas vertentes aqui para nossa conversa.

Agradeço, muito Senador Suplicy, pela oportunidade que o senhor me dá. Uma, mostrar que, quando trabalhamos na Constituinte brasileira trabalhamos, sim, na mesma direção do Prof. Paul Singer, a quem muito admiro e muito respeito, para que as cooperativas tivessem o apoio do Estado – está escrito na Constituição brasileira –, e para isso criamos o Denacoop, como consequência. Está escrito na Constituição brasileira. Isso é trabalho nosso, da OCB, da Frente Parlamentar de Cooperativas, liderada naquela época pelo Deputado Ivo Vanderlinde, também de Santa Catarina, um grande amigo, um grande companheiro, que teve um papel preponderante, com a orientação aqui do mestre Vergílio Perius, que era nosso assessor parlamentar na época. Conseguimos colocar seis artigos na Constituição defendendo o cooperativismo. O sétimo nós não queríamos. Aquele que foi colocado à revelia nossa, porque nós não queríamos privilégio e tem um artigo que dá privilégio para... Para garimpeiros eu sou contra privilégio. Eu queria ter igualdade de tratamento para todo mundo. Mas são sete artigos, seja lá como for.

Inclusive quando foi colocado pelo Senador Casildo Maldaner o tema da poupança, da aplicação do FAT para as cooperativas, nós vivemos isso no passado, Senador. Nós conseguimos as cooperativas de crédito às cadernetas de poupança, o que não havia, era proibido. Vou dizer para o senhor, eu era presidente da OCB, era proibido ter cooperativa de crédito no Brasil. Havia um grande líder gaúcho chamado Mário Kruel Guimarães, que foi o meu mestre em cooperativa de crédito, que nos ensinou... E o Mário Kruel e eu gastamos os tapetes do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional para conseguir liberar o cooperativismo. Finalmente, conseguimos liberar o cooperativismo de crédito como instrumento do sistema financeiro, também pela Constituinte, também pelo artigo da área financeira, que coloca as cooperativas em posição de igualdade em relação aos demais organismos do sistema financeiro.

Então, na verdade, eu queria contar para o senhor aqui que com relação ás cooperativas de crédito, eu era presidente da OCB e levei líderes brasileiros para conhecer o Banco Cooperativo da Holanda, o da França, o da Alemanha, o da Itália, e o do Japão, e o da Bélgica, que para mim era o mais interessante. E fizemos o modelo de cooperativa de crédito naquele tempo. As cooperativas que existem hoje, os bancos que existem hoje nasceram naquele tempo, graças ao trabalho da Frente Parlamentar do Cooperativismo e de conseguirmos colocar na Constituição brasileira.

Então, o senhor tem toda a razão. A cooperativa de crédito, no Rio Grande do Sul, é hoje uma potência – 40% do crédito rural, no Rio Grande do Sul, já é de cooperativa de crédito, do Banco do Brasil e do Sicredi. É fantástico isso aí.

No Brasil, somos 5%, não é, Márcio, mais ou menos?

O SR. MÁRCIO LOPES DE FREITAS – Esse ano 22% do crédito rural.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Do crédito rural. Já é notável, notável!

Estamos avançando. Isso tudo nasceu há vinte anos, Senador Casildo Maldaner. Eu deixei a presidência da OCB em 1991; faz 21 anos. Isso nasceu naquele tempo. Então, nós estamos colhendo hoje frutos que foram plantados há 20, 25 anos aqui no Brasil e que eram sementes de frutos plantados há 100 anos, 150 anos na Inglaterra e no mundo inteiro.

Mas nós não estamos aqui tratando de um assunto da cooperativa “a” ou da cooperativa “b”. Nós

estamos tratando de uma doutrina, de uma doutrina mundial, que funciona em qualquer país do mundo. E é por isso que eu insisto muito, Senador Suplicy, que a lei trata da doutrina, a lei vai dar as condições de praticabilidade de aplicação da doutrina. Mas ela tem que estar clara; os conceitos têm que estar claros na legislação brasileira. E isso é que me parece fundamental que seja tratado daqui para frente.

Eu agradeço muito pela oportunidade, Senador Suplicy, Senadora Ana Amélia, meu mestre, Senador Luiz Henrique; Senador Casildo Maldaner, que eu acompanhei também quando eu estava no governo de Santa Catarina, em alguns eventos, naquele maravilhoso Estados; senhores companheiros de Mesa, senhoras e senhores, muito obrigado pela oportunidade, e eu quero dizer que, embora já tenha 70 anos, eu estou muito confiante, Senador Luiz Henrique, que eu viva mais uns 30 anos ainda para depois morrer daquele jeito que nós já sabemos. Então, até lá, o cooperativismo vai estar no meu sangue. Eu digo que eu saí da CI e da OCB, mas o cooperativismo não saiu de mim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E que depois que depois de 100 anos, o seu desejo se realize.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Assim seja!

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Seja assassinado por um jovem ciumento.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – No flagrante. *(Risos.)*

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Empatamos no 70.

Muito obrigado, Ministro Roberto Rodrigues, pela sua brilhante cooperação para conosco.

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos continuar, então.

Passo, agora, a palavra aos demais membros da Mesa para que possam responder às questões formuladas pelos Senadores.

Como o Sr. Jerônimo Rodrigues Souza, Secretário de Desenvolvimento Territorial, representa, aqui, agora, o Ministro Pepe Vargas, agradeço-lhe se puder fazer uma reflexão a respeito dos diversos temas levantados, inclusive do parecer que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça apresentado pelo Senador Renato Casagrande, que teve como Relator *ad hoc* o Senador Augusto Botelho.

Tem a palavra o Sr. Jerônimo Rodrigues Souza.

O SR. JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar, aqui, o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia e, em nome dos dois, quero saudar esta Casa.

Senador, quero reafirmar as palavras do nosso Ministro Pepe, que, na sua passagem aqui, foi bastante claro no sentido de se colocar na condição de poder somar para que esse consenso possa acontecer.

Queria aproveitar o meu tempo para citar dois ou três exemplos do quanto nós, do Governo Federal, padecemos pelo fato de essa lei ainda não ter sido aprovada.

Quero estender, aqui, as saudações ao Professor Vergílio, ao Armindo, da Unicafes, ao Arildo, da Unisol, e ao nosso colega e professor o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sr. Paul Singer.

Há uma motivação muito significativa, Senador, para nós do MDA, o fato de este tema estar há cerca de 13 anos sendo dialogado no Congresso e agora vir à tona talvez com uma sensibilidade ainda mais forte desta Casa, e em especial desta Comissão, para poder dar andamento ao processo.

Para nós, acho que a motivação se iniciou com a passagem do Presidente Lula pelo Governo Federal, e agora da Presidenta Dilma, pois os dois contribuíram para que este debate pudesse se consolidar, no sentido de valorizar, sem mácula alguma, um lado ou outro das cooperativas. Então, a forma republicana como o Presidente Lula tratou este tema deu uma ascensão àquelas camadas da economia mais baixas e ainda reconheceu o papel de uma economia de escala do agronegócio, sem qualquer partidarismo que pudesse infringir ou prejudicar a economia nacional. Para nós, isso é muito importante, e penso que seja salutar, Senadora, que, neste momento, tragamos de volta este debate para a sociedade.

Seguindo as orientações do nosso Ministro Pepe Vargas, penso que este tema colocado pelo Professor Roberto Rodrigues seria importante, na academia e também como postura, no sentido da terceira via, mas não vou adentrá-lo, Senador. Creio que seria fundamental que pudéssemos debater melhor a ideia da doutrina, que são princípios, mas as estratégias de praticar os princípios devem se modificar. E, nesse sentido, a orientação do Ministro Pepe é que nós temos a necessidade de regulamentar ou de finalizar uma parte desse processo, Senador, porque... Nós poderíamos destacar aqui uns três ou quatro exemplos. Como o enfoque, neste momento agora, é o que temos no Congresso, nós temos o momento posterior a essa aprovação, a esse andamento aqui na Casa, por exemplo, do processo tributário. É preciso que a

gente possa enfrentar esse tema. E o Ministro Pepe destacou isso aqui para a gente.

É importante que a gente possa averiguar que um conjunto de leis, Senador, está paralisado – e os senhores bem sabem, pelo fato da passagem em governos –, porque a legislação estadual, em alguns pontos, não pode prosseguir por conta de que aqui a gente não conseguiu avançar em alguns pontos. Então, as próprias legislações estaduais estão, de certa forma, paralisadas por conta de orientações que este Congresso deverá dar.

Outro aspecto importante para nós – e, aí, posso trazer o exemplo concretamente –, é o relacionamento com algumas políticas de Estado brasileiras, principalmente do Governo Federal, com as cooperativas. Nós, no MDA, temos, por exemplo, um programa de financiamento para infraestrutura que, de certa forma, temos dificuldade de aplicar às cooperativas por conta de que um conjunto de decisões jurídicas, na prática, não nos favorecem para que possamos fortalecer as atividades econômicas ligadas às cooperativas.

E poderia ainda dizer que temos um desafio muito grande. E aí, acho que precisamos, em nível de governo... Acho que essa lei vai ajudar-nos a, dentro do Governo Federal, orientar quais são os papéis de alguns Ministérios. A orientação da Presidenta Dilma é que possamos aproximar, ainda mais, o diálogo do MDA com o Mapa, até porque a agricultura se divide, no sentido de algumas atividades em cadeia, mas não se divide no sentido do papel econômico que procede na geração de empregos, na produção de alimentos. E nós temos, eu diria assim, esse papel de, a partir do que este Congresso acenar, podermos fazer as arrumações dos papéis definidos nos Ministérios.

E acho que, nesse sentido, o próprio recurso – pena que o presidente Márcio já tenha saído –, os próprios recursos que estão alocados no Mapa, a partir do Denacoop, nós precisamos dialogar melhor um pouco sobre esses recursos. Nós gostaríamos de aprofundar nesse debate, e acho que a lei poderá nos ajudar.

Por fim, Presidente, eu gostaria de trazer aqui, por último, um aceno nosso ao parecer do Casagrande. Nós fizemos uma avaliação no Ministério. Nós temos um acordo, principalmente no que diz respeito à ideia da unicidade, nós concordamos. E, na verdade, a orientação do Ministro Pepe é que a Senaes... O professor Paul Singer tem sido, na verdade, a figura nossa que representa o local da política onde se orienta a política de economia solidária. É no Ministério do Trabalho e junto à Senaes que temos o Conselho Nacional de Economia Solidária. E ali são pautadas as diretrizes por onde passa, principalmente, essa ideia da unicidade. E nós entendemos que, embora acreditemos e defendamos o cooperativismo como uma doutrina, nós entendemos que as estratégias devem ser repensadas.

Por conta disso, temos, por exemplo, a informação de que a Unicafes, para além da OCB, que respeitamos e temos a referência – enquanto para a história do cooperativismo no Brasil a OCB contribuiu, e muito; contribui e vai contribuir –, mas a Unicafes tem cerca de 700 cooperativas filiadas. Então, não é qualquer movimento. Então, por conta disso, nós entendemos... E assim também a Unisol. A Unisol tem cerca de 300 ou 400 cooperativas e empreendimentos.

Então, é preciso... Isso é um sinal para nós do Governo. E nós não queremos... Queremos acompanhar aqui as posturas todas da Mesa. Nós entendemos assim: é importante para nós essa unidade nessa construção. O que está posto na pauta brasileira é uma agenda em que possamos consolidar as opiniões.

E, por fim, nós temos uma relação – o Arildo faz parte disso, o professor Paul Singer tem contribuído, a Unicafes –, e nós do Governo Federal, tanto o MDA quanto o Mapa, temos sido chamados, a todo tempo, como referência para a América Latina, para a América Central e para fora do País, como referência de políticas públicas. E temos agora uma oportunidade neste Ano Internacional do Cooperativismo. Está aí o exemplo, onde estamos colocando a contribuição do Roberto Rodrigues na esfera internacional.

Então, temos uma responsabilidade e uma demanda concreta de que essa lei possa vir acenar, tanto para o País, de forma concreta, mas para além do País como uma ação que possa ser referência no cenário internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Vamos passar agora a palavra ao professor Paul Singer, para que possa então fazer uma reflexão conclusiva sobre as diversas contribuições feitas e também sobre as indagações dos Srs. Senadores e Srª Senadora Ana Amélia.

O SR. PAUL SINGER – Eu não estava preparado para falar mais uma vez, mas o debate tem sido, eu diria, bastante rico.

A minha impressão é de que o cooperativismo não está em jogo. Acho que ninguém está imaginando que o cooperativismo não vai avançar, etc. A questão nossa é uma questão política, de que o cooperativismo é uma coisa só. Não é só empresa, e isso ficou claro. O próprio Roberto Rodrigues, na primeira vez que falou, não sei se vocês notaram, insistiu enfaticamente – aliás, ele diz tudo com ênfase muito grande – que cooperativa é empresa, não é uma entidade social. E ele mudou. Porque é. Ela é um instrumento de

desconcentração de renda e inclusão social. É o que ele acabou de dizer, contradizendo toda a sua primeira introdução. Lamento que ele não esteja aqui, mas acho que ficou claro para todo mundo. Não é empresa ou instrumento de inclusão social e de redistribuição de renda, são as duas coisas juntas. E isso está nos princípios do cooperativismo.

Rochdale, a que o Roberto Rodrigues se referiu, com toda a certeza não é a primeira cooperativa, mas é a que deu forma aos princípios do cooperativismo, foi feita por trabalhadores desempregados. Perderam o emprego porque fizeram greve. Foi a partir dessa situação de exclusão social e de pobreza extrema que surgiu o cooperativismo. E continua desempenhando um papel fundamental.

Que hoje nós tenhamos grandes cooperativas, *tradings* que dominam o mercado mundial de alimentos, muito bom, bom para o Brasil. Agora não é o tipo. São cooperativas porque assim quiseram ser. E respeito o direito deles. São chamadas cooperativas, mas não têm nada a ver com o DNA do cooperativismo, é outra coisa.

Então, o que estou defendendo aqui não é eliminar uma ou outra parte desse cooperativismo tão contraditório que temos no nosso País. É, pelo contrário, ter um sistema de registro, um sistema de representação que faça justiça a todos. Que todos possam estar dignamente representados e ter o seu espaço de desenvolvimento, ter seu espaço de luta, para criar um País melhor.

Estou, na verdade, defendendo aqui – não sou apenas eu, boa parte dos que estão aqui na Mesa – a democratização do cooperativismo, porque no momento não existe, não há essa democracia. Uma grande parte do cooperativismo simplesmente não tem a representação. E não tem condições mínimas de cidadania, gente, quando você exige de uma cooperativa de artesãs documentos após documentos, numa capital do Estado, porque só nas capitais temos onde a cooperativa pode se registrar, por enormes tempos, para que finalmente consigam. A maior parte desiste, por isso que 90% são informais. Acho que isso tem a ver com essa lei. Essa lei tem que criar vias de cidadania para o cooperativismo brasileiro total. Não só os que são ricos, os que têm muito capital, os que exportam e assim por diante, não só o agronegócio, também o "agropovo".

Era basicamente isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Professor Paul Singer, por sua grande contribuição, contribuição dada ao longo de sua vida como professor, como criador das incubadoras de cooperativas da USP, da FGV e de tantas outras universidades, e pelo estímulo que continuamente vem dando ao longo de seus 80 anos de vida, completados este ano. O Sr. Paul Singer tem dado uma contribuição muito valiosa.

Queria até pedir uma informação para o Sr. Paul Singer, acho que é relevante para este dia. A Secretaria de Economia Solidária tem o número aproximado de cooperativas hoje existentes no Brasil. Se porventura o senhor tiver esse número, seria uma informação muito relevante para nós.

O SR. PAUL SINGER – O número é uma estimativa – estamos fazendo um levantamento atualmente com muita dificuldade, mas isso não vem ao caso agora. A nossa estimativa é que os empreendimentos de economia solidária, que são cooperativas de fato, mas não de direito, são cerca de 30 mil no País e devem, provavelmente, ser sustentados por cerca de 3 milhões de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito obrigado.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul Vergílio Frederico Perius, que, aliás, citei no projeto que originalmente foi apresentado como PLS nº 605, em 5 de novembro de 1989, depois reapresentado como PLS nº 153, de 2007. Ali eu coloco o agradecimento às entidades que colaboraram, a CPT, a Congrab, a Cotrimaio, o Departamento Nacional de Trabalho da CUT, o Instituto de Cooperativismo e Associativismo de São Paulo, o Ceris, a Cotec (MG), APAEB (BA), Vianei (SC), Cetap, Cedac, Deser e os estudiosos Daniel Rech (Ceris), Professor Dinarte Belato (Universidade de Ijuí), Vergílio Perius (então na Unisinos) e Marcelo Mauad (Unisol/Brasil). Então, quero agradecer desde então por sua colaboração para o projeto, que, de alguma maneira, foi considerado exatamente no aspecto a que já me referi aqui pelo Senador Renato Casagrande quando conseguiu, depois de ouvir todos, chegar a um consenso no seu parecer.

Conforme vimos nas suas observações iniciais, o senhor ainda tem algumas contribuições para melhorar o projeto tal como está aprovado no parecer do Senador Renato Casagrande. Então, para que responda as inúmeras perguntas e observações, tem a palavra.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS – É motivo de muita alegria para mim, Senador, poder abraçar o senhor de novo. Gostaria de saudar especialmente a nossa Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, cujo PIB agropecuário é 67% das cooperativas gaúchas.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul reconheceu tanto a importância desse segmento que no

ano passado criamos seis leis favoráveis. Criamos o Simples – alguém reclamou que ele não existe, mas o Estado pode criar o Simples para as cooperativas. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul fez isso, em janeiro saiu a decisão da publicação e mais cinco leis de incentivos fiscais e de fundos de avais para as cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul.

Acho que o Estado pode complementar o arcabouço jurídico do Estado em cada uma de suas peculiaridades. Colocamos à disposição de todos os Estados, Senadora Ana Amélia... Quem sabe através deste tão importante mecanismo da democracia brasileira, que é a Comissão de Agricultura e Pecuária, reunida aqui no Senado Federal.... Esta Comissão tem de dar o toque da nossa lei, porque se arrasta o agropecuário... Não que ele seja o mais importante, talvez o mais importante sejam as cooperativas de trabalho, porque todos somos trabalho, e o melhor batismo seria esse. Mas nós arrastamos o crédito, que veio rural, arrastamos a infraestrutura e arrastamos todo o setor de transporte e habitação rural, que está linkado ao desenvolvimento do setor agrário. Quer dizer, estamos unindo os treze ramos de cooperativismo que temos hoje e sintetizamos a grande orquestra do desenvolvimento cooperativo em nosso país.

Parabéns, Senadora Ana Amélia, fico muito feliz por essa iniciativa. Quero dizer que, em relação ao grande tema que vejo hoje, na condição de presidente da Organização das Cooperativas do Estado, falta-nos capital, o que nos leva a uma luta desigual. Nós queremos desenvolver! Temos agora trancados sete projetos de investimento da ordem de mais ou menos 700 milhões de reais em cooperativas. O produtor, com as safras, com a seca, não tem capital. Nós queremos capital, não o Procap-Agro, de 9,5% de juros, esse está fora de cogitação, ou o FAT, que a Senhora encurtou o caminho, e tomara que o Senado possa conduzir isso e aprovar, ou o BNDESPAR, que é a mesma fonte, o BNDESPAR se alimenta do FGTS e do FAT. A Senhora foi muito inteligente e cortou o caminho, pegamos o FAT e não precisamos do BNDESPAR, mas de qualquer maneira, 3% de juros... O Pronafim É 2%, o Pronaf é 4%, não é, Dr. Paulo? Isso nos ajuda a desenvolver os nossos projetos de investimento, que estão nas nossas gavetas esperando melhores linhas de financiamento. Isso é política pública, essencialmente política pública. Essa aliança que temos de fazer ainda tem de ser melhor construída para o conjunto das cooperativas.

A única coisa, desculpem-me dizer aos Senhores e às Senhoras com todo o respeito, é que discordo do Roberto Rodrigues quando ele faz uma análise histórica da origem do cooperativismo, que nasceu em 1627, na República dos Guaranis. Hoje, existem vários livros que vieram da Europa. As trinta reduções jesuísticas eram cooperativas na sua essência, porque os seus princípios eram rigorosamente respeitados. A segunda cooperativa do mundo, portanto, é brasileira, é gaúcha. Em 1629, nas ruínas de São Miguel das Missões.

Aliás, os europeus estudam isso, porque a única coisa que sobrou das reduções jesuíticas, nobres Senadores, é que os baús dos padres jesuítas, que levaram para a Universidade de Barcelona, agora estão sendo estudados por contabilistas, por historiadores, por economistas. Temos dois grandes livros: *La contabilidad en las reducciones jesuíticas,* que prova por mais b que os princípios eram respeitados, e *Las Estratégias de desarrollo (rural) em los pueblos guaranies*, ambos da Universidade de Barcelona. Excelentes obras, que mostram que o cooperativismo nasceu em terras da América Latina, orgulho para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E era no Brasil, no Paraguai e na Argentina.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS – A primeira redução foi no Paraguai, em 1627, a segunda foi brasileira, em 1629, e a terceira foi na Argentina, em 1630, a dos Guaranis, todas cercadas, e era inclusão social. Os Senhores, que filosofaram hoje tanto, era a inclusão do índio para que não fosse destruído pelo povo europeu que vinha, principalmente os espanhóis e os portugueses, e pelos bandeirantes, que estavam destruindo. O índio se agregou e chama essa agricultura coletiva diferente. *Abambaé* era do cacique e *tupambaé* era plantação coletiva, que era a cooperativa, *tupambaé* era a cooperativa Então, seria importante estudar essa história. Evidentemente, isso é um paralelo, mas é um consenso.

Para concluir, estava na Constituinte, em 1988, com o Roberto Rodrigues, com o nosso Senador Suplicy e com Senadores dos quais ainda hoje me lembrei, que tanto lutaram pelo cooperativismo. Estávamos numa reunião com o Mário Covas, que coordenava essas reuniões de liderança, o Senhor deve se lembrar, e todos estavam discutindo as diferenças, ao invés de discutir as semelhanças, e o Mário Covas disse o seguinte: "Vamos abandonar o adjetivo e ficar no substantivo, vamos todos defender o cooperativismo, seja de esquerda, seja de direita, seja do centro, seja de onde for, pequeno, médio e grande. Vamos defender o cooperativismo!" O pedido do Mário Covas deu certo. Se não fosse esse pedido não teríamos sete artigos hoje na Constituição Federal protegendo as cooperativas. Então, acho que dentro desse consenso, nós somamos. Para mim, a Constituição Federal deu o norte da liberdade de organização, a liberdade de que possa ser representada, mas ainda temos que

trabalhar muito claramente a questão do registro que foi confiado, em 1971, à OCB fazê-lo, porque o registro, o cadastro e a atualização dos dados têm que ser de forma concentrada.

E temos que pensar muito. Dentro desse princípio da liberdade – aí há um erro também da nossa lei –, diz que é livre. Se nós dermos liberdade, as pessoas jurídicas que criam cooperativas vão ficar soltas. Elas têm que se filiar a algum sistema. É opção livre para alguma entidade de representação. Agora, no cooperativismo, nós sabemos as idiossincrasias, as diferenças culturais, as diferenças geográficas. Toda a nossa cultura brasileira, que é totalmente diferente. Por que o cooperativismo é forte no Sul? Porque lá há etnias diferentes. Nós tivemos outra origem um pouco melhor de sentido cooperativo. Até Amstad era suíço. Trouxe o cooperativismo a Nova Petrópolis, em 1902. E o nosso amigo Pepe Vargas deu à cidade o título de Capital Nacional do Cooperativismo, porque lá nasceu a primeira cooperativa, em 1902. Temos que respeitar essas diferenças. Isso só é possível se nós, que temos civilização e que precisamos ter responsabilidade, nos entendermos num chapéu maior de entendimento nessas entidades todas que estão surgindo no cooperativismo e que não têm fronteiras. Se tivesse fronteiras, seria limitado.

Para concluir, quero parafrasear Dom Hélder Câmara. Perguntado se era do centro, da direita ou da esquerda, ele disse que era do centro, como nem Cristo pregado na Cruz.

Eu posso dizer a mesma coisa: o cooperativismo é de centro, como a imagem de Dom Hélder. Dom Hélder disse: "À esquerda tem um ladrão e à direita tem um ladrão. A diferença dos dois é que a esquerda se arrependeu e a direita nunca vai se arrepender". Isso significa dizer – é uma frase de Dom Hélder Câmara a respeito: "O cooperativismo é uma proposta que visa corrigir a direita principalmente, a concentração de renda, o poder político na mão do capital, e não das pessoas". Ele corrige isso, faz melhor distribuição de renda. E a esquerda, ajudando a dizer, a esquerda também, simbolicamente, na economia centralizada, que a liberdade e a democracia devem prevalecer em todas as instâncias.

Obrigado pela oportunidade e um abraço gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Vergílio Frederico Peres. Como o senhor é tão preciso em invocar a história corretamente, eu preciso lembrar-lhe de que, na verdade, em 1986, quando eu era Deputado Federal, fui candidato ao Governo do Estado de São Paulo pelo PT e não fui eleito, nem fui Constituinte. Só para lembrar, embora estivesse em 1988 participando bastante das coisas, fui candidato a Vereador e eleito Vereador e Presidente da Câmara Municipal. Depois, nós convivemos aqui quando o senhor colaborou com o projeto e onde está dito, até na justificativa, que o inciso XX do art. 5º da Constituição Federal estabelece que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, garantindo-se a total e irrestrita liberdade de associação. Então, precisamos ver como as entidades representativas do cooperativismo possam ter efetiva possibilidade de colaborar para o propósito maior com que todos estamos de acordo: vamos criar um ambiente com a legislação o mais propício para a existência e o fortalecimento das cooperativas.

Vou passar a palavra agora ao que representa o Sr. Luiz Possamai, Presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Sr. Armindo Augusto dos Santos, para refletir sobre as considerações feitas e, finalmente, ao Sr. Arildo Mota Lopes.

Tem a palavra agora o Sr. Armindo Augusto dos Santos, da Unicafes.

O SR. ARMINDO AUGUSTO DOS SANTOS – Quero cumprimentar o companheiro Senador Eduardo Suplicy e em nome dele, se me permite, cumprimento todos os componentes da Mesa. Cumprimento todos os Senadores; os participantes aqui no plenário; os companheiros da Unicafes; os companheiros da Unisol. Enfim, todos.

O meu nome é Armindo Augusto. Sou agricultor familiar do Semiárido mineiro, de uma cidadezinha chamada Rio Pardo de Minas. Estamos passando problema sério com a seca que assola a região Nordeste e aquela parte de Minas Gerais. Mas estamos sobrevivendo e aprendendo a conviver com isso.

Estou hoje Diretor de Formação da Unicafes Nacional. Venho fazendo um trabalho no cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, em Minas Gerais e agora no Brasil.

Orgulha-nos muito estar participando desse evento. Queremos parabenizar o Senador Suplicy e a Senadora Ana Amélia por esse evento, pela promoção desta audiência pública.

Eu também participo de uma cooperativa de produção e comercialização naquele pequeno Município do Semiárido mineiro e vimos que a partir de 2005, com a iniciativa da criação da cooperativa surgiram outras cooperativas e observamos como é visível a transformação da vida daqueles agricultores e daquelas agricultoras que estão no cooperativismo.

Aproveito a oportunidade para dizer que nós da Unicafes, depois de vários debates e discussões com a Unisol e com outras organizações do cooperativismo, concordamos plenamente com o relatório do então Se-

nador Casagrande e fazemos um apelo ao Parlamento brasileiro, que na questão do cooperativismo está em dívida conosco, com os trabalhadores, com os agricultores e com as cooperativas da economia solidária.

Nós estamos trabalhando uma lei de 50 anos. Passaram constituições e a Lei do Cooperativismo ainda é de 1971. É impossível vermos os reflexos disso lá na base. Então, fazemos um apelo ao Senado para que realmente toque em frente o mais rápido possível. Aproveitando que este ano é o Ano Internacional das Cooperativas, nós queremos ser presenteados com essa nova lei do cooperativismo.

É difícil para nós das pequenas cooperativas, da cooperativa de economia solidária do Brasil, sermos tratados como as grandes cooperativas. O Brasil, na Lei do Cooperativismo, trata o diferente de forma igual. É impossível, na legislação sanitária, na tributária e na legislação total do cooperativismo sermos tratados como uma Nestlé, como uma Perdigão. O mesmo que é exigido de uma Nestlé é exigido de uma pequena cooperativa.

Então, se nós sabemos da responsabilidade que devemos ter na questão do cooperativismo em si, da legislação sanitária e da tributária, se somos importantes como dizem os estudos que mostram a importância da agricultura familiar, do cooperativismo e da economia solidária, precisamos ter uma lei com que pelo menos dialoguemos bem, que favoreça o nosso trabalho e que nos dê um tratamento diferente, porque somos diferentes.

Eu agradeço por estar participando aqui e colocamos a Unicafes à disposição para o debate. Estaremos sempre debatendo e cobrando do Parlamento brasileiro, para que essa reivindicação de anos seja agora um tipo de presente para o Brasil, pelo Ano Internacional das Cooperativas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Armindo Augusto dos Santos, da Unicafes.

Senador Waldemir Moka, falta apenas o Sr. Arildo Mota Lopes falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu aguardo. O único de que não ouvi a fala foi do seu Armindo. Todos os outros eu escutei.

Eu gostaria, depois, de fazer, não como Presidente, mas como ouvinte e como Relator do projeto aqui, na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está muito bem.

Então, o Sr. Arildo Mota Lopes tem a palavra, como Diretor Presidente da Unisol.

O SR. ARILDO MOTA LOPES – Muito bem, Senador Suplicy e demais Senadores. Está de volta aqui o nosso Senador Moka.

Na verdade, nós estamos de acordo com o relatório do ex-Senador e agora Governador Casagrande, com esse relatório que foi aprovado na CCJ no dia 15/12/2010. Como aqui o nosso intuito é fazer uma fala, e acho que fazemos isso, fazemos uma fala política, não vou entrar no mérito de artigo a artigo, mas está bem interessante. Acho que os Srs. Senadores de Santa Catarina foram também muito felizes, porque entendem o cooperativismo, como a Senadora Ana Amélia, entendem e conhecem, foram sócios, são sócios. Quem vivencia, quem vive sabe, não é, Suplicy? Há avanços, mas temos limites para poder acessar crédito na questão da inovação tecnológica. Tenho um amigo, Paulo Velhinho, do Rio Grande do Sul, que diz que nós temos a mania de exportar o boi berrando.

Então, foi muito bem falado por Senadores de Santa Catarina e pelos demais que o Estado tem de fomentar isso, como fomenta alguns setores que são importantes para a economia, para o País, a geração do PIB, divisas, distribuição de renda etc. Nós necessitamos, de fato, que as leis de fomento ao cooperativismo sejam modernizadas para que atendam, dentro do mundo globalizado, às cooperativas, porque as empresas são competitivas e as cooperativas, praticando a autogestão, com todos os princípios – um homem, um voto –, tem de ter gestão, tem de ter competitividade para que possamos, de fato, distribuir renda.

Achei maravilhoso quando me disseram, os Senadores de Santa Catarina ou o Senador do Paraná, que os sócios conseguiram ter uma sobra de resultado operacional de 50 mil, de 100 mil para os agricultores. A gente fica muito feliz, Suplicy, de ouvir isso.

Mas emendo dizendo o seguinte: somos a favor do relatório do agora Governador do Espírito Santo, ex-Senador Casagrande, de todo o debate, de todo o acúmulo, com todas as entidades.

Mas eu me lembrei aqui e quero comentar com os demais: recentemente, no México, fui eleito Presidente da Cicopa Américas, que é o ramo trabalho da ACI, internacional. Mais uma vez, nós, do Brasil, com muito orgulho de ser brasileiros, vamos ocupar um espaço para trabalhar a questão do ramo das cooperativas de trabalho. Isso nas Américas, do Canadá para cá.

Então, temos uma tarefa. Eu e o Prof. Singer estaremos na III Cúpula do Cooperativismo das Américas, que vai acontecer agora, de 27 de maio a 1º de junho, na cidade do Panamá, onde o Professor nos abrilhantará com um debate sobre a crise capitalista e o cooperativismo, porque há estudos concretos... Por exemplo, vou falar de alguns setores importantes. A Mondragon é um exemplo no País Basco. Para sermos cooperativistas, temos exemplos maravilhosos no

Brasil, no Paraná e em vários Estados brasileiros, mas as pessoas devem conhecer a Mondragon.

Há o sistema Desjardins, no Quebec, no Canadá, e ali, na região da Emilia-Romagna, com a Legacoop etc., e nossos exemplos aqui no Brasil, como a própria cooperativa da qual sou sócio, a Uniforja, a Coamo, a Coopavel e várias cooperativas centrais. Eu citaria vários exemplos exitosos aqui no nosso País.

Então, Srªs e Srs. Senadores, Senador Suplicy, estamos de acordo com esse relatório. Necessitamos, Suplicy, aprovar isso o mais rápido possível. Na minha fala inicial, eu disse que necessitamos construir consenso. Estamos de coração aberto para construir consensos juntamente com toda a equipe técnica, gestores, para que nossos dirigentes cooperativos possam auxiliar os nossos Senadores e Senadoras para que possamos de fato... O Brasil está um pouquinho atrás de alguns países com relação à comemoração do Ano Internacional das Cooperativas, com relação a medidas efetivas de fomento ao cooperativismo, independentemente do ramo, do setor e das entidades de representação.

Temos de caminhar juntos porque, consequentemente, com o PIB do cooperativismo é possível erradicar a pobreza, é possível distribuir renda, mas com uma governança, com fomento, com apoio do Estado – o Estado tem de ser indutor – e com apoio do nosso Parlamento, do Senado, o Parlamento brasileiro. Precisamos pautar o Executivo, o Judiciário e o Legislativo para que possam nos apoiar.

Agradeço ao Senador Moka e ao Senador Suplicy por mais esta oportunidade. Estaremos junto com vocês, com certeza, porque o cooperativismo não tem cor e bandeira. Todos nós somos cooperativistas, e juntos seremos fortes. Vida longa ao cooperativismo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Arildo Mota Lopes, Diretor Presidente da Unisol.

Antes de passar a palavra, eu queria fazer uma sugestão, levando em conta o que a Senadora Ana Amélia aqui ponderou. Nós teremos, dia 6 de julho, uma comemoração, em plenário do Senado, do Dia Nacional das Cooperativas, e eu gostaria de fazer um apelo diante da contribuição hoje havida.

V. Exª, como Relator, terá condição de apreciar todas as considerações, até porque serão feitas as notas taquigráficas. Mas, se pudermos realizar um esforço de votarmos essa matéria antes dessa sessão solene, e quem sabe tenhamos tempo, quero colaborar com V. Exª, Senador Waldemir Moka, nesse sentido. Acho que seria como que um presente a todos os interessados no cooperativismo que possamos agora acelerar a tramitação do projeto.

Tem a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Primeiro, Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez, quero me desculpar porque eu tomei o compromisso de levar os pecuaristas, não só do meu Estado, mas do País inteiro... Há uma preocupação com a chamada concentração do mercado da carne. Acabamos de ser recebidos pelo Dr. Vinícius Carvalho, que, aliás, ontem foi sabatinado na CAE e vai ser, sem dúvida nenhuma, agora de fato e de direito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Presidente do Cade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Do Cade, exato.

Eu só não ouvi o Sr. Armindo Augusto dos Santos, da Unicafes, que falou quando saí, mas eu fiz questão de ouvir todos os outros que participaram, então, fico à vontade também para dizer que o que percebo, o que percebi é que há boa vontade, mas há divergências bem colocadas aqui. Há divergências de ponto de vista.

Começo dizendo que o próprio relatório da Ministra Gleisi hoje, na CAE, não podemos ignorar. Ela parte do princípio de que o relatório do atual Governador Renato Casagrande não foi produto do entendimento das entidades. Então, é complicado isso. Quer dizer, ela tem outro relatório. Daí por que eu quero ter exatamente ajuda do Senador Eduardo Suplicy. Vou conversar com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Srª Gleisi, e todos os que puderem ajudar. E quem sabe...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com o Secretário de Economia Solidária, Sr. Paul Singer e com o Ministro Pepe Vargas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com todos aqueles que puderem ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E aí eu quero ver se é possível um relatório. Que eu vou apresentar um relatório, eu vou apresentar, sem dúvida. Se esse relatório vai ser objeto de consenso ou não, nós é que vamos esgotar nossa capacidade de diálogo e de entendimento. E se não for possível, Suplicy, aí não tem jeito. Quando não tem consenso, só tem um jeito de dirimirmos: é votar. Aí não tem jeito.

Agora, eu sou um daqueles, vocês vão perceber, que vão perseguir o consenso. Eu sou aqui conhecido por alguém que gosta muito de estabelecer convergência, e acho que esse é o caminho do Parlamento.

No mais, agradeço a cada um dos senhores, mais uma vez me desculpando, mas eu acho que a contribuição aqui é inestimável. Todos aqui que falaram podem ter até opiniões divergentes, mas não há ninguém aqui que não conhece profundamente o ramo do cooperativismo, e fico muito feliz com isso.

E no meu Estado eu não tenho dificuldade nenhuma com as chamadas cooperativas de agricultura familiar, Professor. Ao contrário, eu me orgulho hoje porque temos uma cooperativa pequenininha, chamada Caracol, em que montamos um laticínio, e hoje praticamente toda a rede de merenda escolar é abastecida com leite produzido na minha pequenina Caracol. E eu ajudei e contribuí para que eles se fortalecessem. Só para mostrar que eu não tenho absolutamente... Ao contrário, tenho tudo a favor; agora, nós precisamos de um texto que ao mesmo tempo discipline essa questão do cooperativismo e não discrimine também as pequenas cooperativas. Esse seria meu intento. Se eu conseguir isso, acho que vamos ter a convergência.

No mais, muitíssimo obrigado pela presença de todos os senhores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Waldemir Moka. Quero me colocar à disposição e também transmitir o seguinte: tenho certeza de que o Prof. Daniel Rech, que está aqui, pode também cooperar muito. Quem sabe ele pode ainda dizer uma mensagem final. Faltou ainda alguma coisa a ser dita?

O SR. DANIEL RECH – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vou sugerir que o senhor também conte com a sua colaboração, assim como de todos que estão aqui. O Sr. Daniel Rech é um dos mais profundos conhecedores do cooperativismo e se coloca à sua disposição também para ajudar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E eu percebo que o senhor está tentando fortalecer seu time, Senador Eduardo Suplicy... Mas fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª tem razão, porque, se, como o Senador Luiz Henrique aqui fala, todos precisamos ser competentes, então temos de colocar o time completo, com todos os titulares em campo, não é?

Senadora Ana Amélia, V. Exª quer dizer a palavra final como Presidenta da Comissão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, eu prefiro que seja o nosso Vice-Presidente da Comissão, que tem a responsabilidade, eu diria o grande desafio da construção desse relatório para o Ato Cooperativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se me permitir, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem, muito obrigado.

Parabéns a todos.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 31 DE MAIO DE 2012.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **ANA AMÉLIA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA LUIZ HENRIQUE e MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – EMENTA:** *Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.* **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **RESULTADO: Lido o relatório pelo Senador Waldemir Moka, a Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2012 – Terminativo – EMENTA:** *Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.* **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 8, de 2012. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou da Pauta da 8ª Reunião Extraordinária da CRA em 19/04/2012. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **RESULTADO: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Benedito de Lira. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

518, de 2011 – Não Terminativo – EMENTA: *Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo.* **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 518, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou da Pauta da 10ª Reunião Extraordinária da CRA em 3/05/2012. 3. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Flexa Ribeiro, para reexame da matéria. ITEM 4: TRAMITAÇÃO CONJUNTA – AVISO Nº 51, de 2008 – Não Terminativo – EMENTA:** *Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 2.045/2008, proferido nos autos do processo nº TC-018.303/2007-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Representação em face a notícias veiculadas na imprensa, acerca de possíveis irregularidades envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica, sem o atendimento dos requisitos legais pertinentes, e o aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas.* **Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União. **TRAMITA EM CONJUNTO – AVISO Nº 14, de 2010 – Não Terminativo – EMENTA:** *Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 111, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica e ao aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas (TC 018.303/2007-6).* **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatório:** Pelo arquivamento do AVS nº 51, de 2008, e do AVS nº 14, de 2010. **Observações:** 1. As matérias serão apreciadas pela CRE. Iniciada a discussão da matéria, depois da leitura do relatório pelo Senador Antonio Russo, Relator AD HOC, usa da palavra para tecer comentário sobre o assunto, o Senhor Senador Waldemir Moka. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório do Senador Antonio Russo foi aprovado. **RESULTADO: Aprovado o relatório do Senador Antonio Russo, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo arquivamento do AVS nº 51/2008 e do AVS nº 14/2010. ITEM 5: AVISO Nº 15, de 2012 – Não Terminativo – EMENTA:** *Encaminha cópia do Acórdão nº 356, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na implantação e operacionalização dos Assentamentos Itamarati I e II, em Ponta Porã (TC 020.918/2008-7).* **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 15, de 2012. **RESULTADO: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Waldemir Moka, para reexame da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 24, DE 2012-CRA – ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir a redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos destinados ao setor agropecuário. **Autoria:** Senadores(a) Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Antonio Russo e Cyro Miranda. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto os(a) Senadores(a) Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ana Amélia e Cyro Miranda. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado o Requerimento por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Requerimento. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Amélia,** Presidente da CRA, em exercício.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da segunda sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a Mesa, o Ofício 264, do Ministério da Fazenda, datado de 17 de maio de 2012, subscrito pelo Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, o qual encaminha o relatório das atividades em mídia digital daquela Secretaria de Acompanhamento Econômico.

A nossa reunião, hoje, se destina à deliberação de várias matérias que vão necessitar de quórum. Vamos apenas apresentar algumas outras questões que estão na nossa agenda.

Tendo em vista a aprovação de um Requerimento de nº 14, de 2012, desta Comissão, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Acir Gurgacz, nosso Presidente, convido os membros para participarem da reunião em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a realizar-se no Rio de Janeiro por ocasião

da Rio+20, no dia 20 de junho corrente, às 10 horas, no Píer Mauá, no Espaço Agro Brasil.

O Congresso Nacional, particularmente o Senado, está, agora, com a incumbência de fazer um exame acurado sobre algumas matérias importantes, entre as quais o Código Florestal. Também queria mencionar, Senador Luiz Henrique, que tivemos, na semana passada, uma produtiva audiência pública que debateu problemas regionais na região de Rondônia, no Estado de Rondônia, sob a liderança do Senador Acir Gurgacz, Presidente da nossa Comissão, dos Senadores de Rondônia, Valdir Raupp, do seu Partido PMDB, Presidente do Partido, aliás, do meu correligionário Senador e ex-governador Ivo Cassol, do PP, e, claro, do Presidente Acir Gurgacz, que presidiu aquela reunião, durante um evento, que foi a primeira edição da Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná, evento marcado pelo sucesso, com R$270 milhões comercializados na primeira edição, entre máquinas e equipamentos agrícolas, mais de dois mil produtos, variando da sofisticada máquina de alta precisão até equipamentos mais simples, o que denota a esperança dos agricultores, especialmente em razão da aprovação do Código Florestal.

O Senador Acir Gurgacz tem propiciado esse debate nacional levando-o para várias regiões. Durante o Código Florestal, no seu Estado Santa Catarina, Senador Luiz Henrique, V. Exª como Governador, teve a ousadia de criar uma legislação própria no Estado; foi o primeiro no País a avançar na legalização da questão ambiental. Também fez audiências no meu Estado, no Rio Grande do Sul, durante a Expointer. Tive a honra de lá recebê-lo, como também o Senador Jorge Viana e o nosso Presidente Acir Gurgacz. Além de debates em outros Estados, no Paraná mesmo, em Curitiba, com o Senador Sérgio Souza, no próprio Estado de Rondônia, ampliando aí a compreensão e a abordagem do tema Código Florestal. Então, o Senador Acir Gurgacz deu a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária um espaço com grande alcance nacional para o exame dessas matérias.

Eu gostaria de contar que o nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Moka, assumisse a Presidência para a condução dos trabalhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Está melhor representada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador. Já sei, quer que eu trabalhe para V. Exª. Vou fazer isso com muito prazer; Mato Grosso vai ser bem representado aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Do Sul, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Exª sempre se lembra do meu Estado e do seu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senadora Ana Amélia, que preside esta reunião, Srªs e Srs. Senadores, Senador Moka, Vice-Presidente da Casa, eu gostaria de transmitir a toda a Casa e aos telespectadores da TV Senado que, não por mérito pessoal ou parlamentar, mas por ser o menos jovem dentre os membros designados pelo Presidente José Sarney para constituírem a Comissão Mista, que vai apreciar a Medida Provisória que estabeleceu novas diretrizes para o Código Florestal, quer dizer, na condição de Presidente daquela Comissão Mista, eu estou convocando todos os seus membros para a reunião de instalação da Comissão na próxima teça-feira, às 14 horas, na sala da Comissão de Justiça. Portanto, na próxima terça-feira, às 14 horas, na sala da Comissão de Justiça.

E aproveito, Srª Senadora Ana Amélia, para fazer um histórico das razões que levaram a Assembleia Legislativa e o Governo de Santa Catarina a editarem um código ambiental. A questão fundamental residia numa angústia que viviam os pequenos agricultores, principalmente em relação à área ripária, principalmente em relação à área de preservação permanente relativamente à margem dos rios. É que havia uma cultura na agricultura nacional, na produção rural nacional de preservar 5 metros. Quer dizer, os 5 metros deveriam ser florestados ou reflorestados com vegetação ciliar. E essa tradição foi acolhida quando da edição do Código Florestal, em 1965, durante o pleno regime autoritário, e os agricultores catarinenses como os gaúchos, em geral os pequenos deste País afora, vinham preservando ou por cultura antiga, enraizada, ou por determinação do Código de 65 o afastamento de 5 metros. Quando o Código Florestal sofreu alteração, estabelecendo a metragem mínima de 30 metros, os agricultores começaram a sofrer sanções. Os membros da Polícia Florestal, os membros do Ministério Público, para darem execução à Lei – não estavam fazendo nada arbitrário, nada fora dos ditames legais – passaram a exigir esse afastamento.

Muitos agricultores, para não serem criminalizados, tiveram que se submeter a termos de ajustamento de conduta; outros foram multados; outros foram criminalizados. Então se criou lá no Estado de Santa Catarina, principalmente nas regiões planaltinas, na serra catarinense, no oeste, mas também em outras regiões do Estado uma verdadeira comoção. E aquele Código Ambiental que eu sancionei resultou não de

uma decisão impositiva do governo, mas resultou de uma ação reivindicatória da sociedade. Tanto que no dia em que aquele código foi deliberado pela assembleia, mais de 10 mil agricultores acorreram, uns com ônibus, a maioria com carro, com carro de amigo, viajando de ônibus, acorreram à assembleia para pedir aos deputados que votassem aquele texto. E texto foi aprovado por unanimidade; foram 36 votos a favor e nenhum contra.

Pois bem, Srª Presidente e nobres Srs. Senadores, ao editar a medida provisória que trata do Código Florestal, Sua Excelência a Presidente Dilma Rousseff agiu em dois sentidos. Primeiro, restabeleceu o texto convergente. O texto que nós construímos aqui, Senador Moka, construímos conversando com todos, ouvindo todos, ouvindo o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, ouvindo as organizações não governamentais desde as internacionais até as domésticas, ouvindo os agricultores familiares, os pequenos agricultores, os agricultores médios e os grandes produtores do agrobusiness, ouvindo o setor cooperativista, o importante setor cooperativista, ouvindo o governo e ouvindo os deputados líderes da Frente Parlamentar da Agricultura, cujos assessores principais nós chamamos e incorporamos à nossa assessoria.

Mas, a medida provisória, Srª Presidente, não ficou ai em restabelecer o texto convergente; ela foi mais além. Ela reconheceu a dificuldade de recomposição das áreas ripárias em até 15 metros. Aliás, relativamente a isso, eu quero ressaltar que o texto do relatório Aldo Rebelo, do nosso Ministro, do grande brasileiro Aldo Rebelo, que foi aprovado na Câmara, veio com essa metragem mínima de 15 metros e foi aprovado por 78% dos Srs. Deputados. Então, é uma norma que não teve pressão de mudança durante a tramitação aqui no Senado. E a Presidente Dilma Rousseff nos surpreendeu, reconhecendo que aquela metragem, estabelecida em 1965, era fundamental, não para todos, mas para os agricultores que têm área equivalente até dois módulos.

Pois bem, Srª Presidente, eu fiz um levantamento em Santa Catarina. Nós, quando assumimos, fizemos um levantamento agropecuário; nós temos a estatística perfeita, completa, casa por casa, feita por recenseadores com aparelhos digitais para medir os terrenos e para obter as informações. E o levantamento agropecuário de Santa Catarina diz o seguinte: Agricultores até dois módulos: 87% – essa medida beneficia; agricultores até quatro módulos: 92%; e entre dois e quatro módulos a medida provisória estabelece o limite de preservação de até oito metros.

Então, acredito que a decisão da Presidente de beneficiar a agricultura familiar e pequenos agricultores vai representar a pedra de toque para que consigamos fazer um novo projeto convergente aqui na Casa, dialogando com os Srs. Deputados, com a sociedade e com o Governo.

Esse é o nosso propósito, Srª Presidente, Srs. Deputados.

Peço licença, porque tenho uma audiência agora, às nove horas; mas, tão logo termine, procurarei voltar para o final desta audiência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Antes que V. Exª saia, pela ordem, concedo com prazer a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – RS) – Eu só queria fazer uma observação.

Quando da discussão do texto na Câmara – e eu me encontrava lá –, o Relator Aldo Rebelo queria fazer essa graduação, sempre quis. Não foi permitido, em função da discussão na época.

Quero fazer esse registro porque me lembro de que o então Deputado Aldo Rebelo dizia isso: dependendo do tamanho do rio, se vamos começar com cinco metros, passamos para oito, até chegar aos quinze metros, o que é algo que a mim me parece absolutamente razoável, não aquela loucura de se fazerem 500 metros. Não há, técnica e cientificamente, nada que justifique a recuperação de mata ciliar de mais de 100 metros de um lado e de outro do rio, tecnicamente, levando-se em conta o fator hídrico, a questão da biodiversidade. Isso me foi perguntado. O pessoal da Embrapa, o pessoal da ANA, todo mundo diz isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Essa é outra alteração importante na medida provisória.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O que me parece é que a Presidente Dilma acertou em cheio ao fazer isso e, é claro, nós temos que ter abertura para conversar com a Câmara, porque não podemos mais incorrer novamente... E V. Exªs sabem do esforço que eu fiz no sentido de consultar a Câmara, de conversar com os Deputados. E hoje houve até uma declaração do Líder do meu Partido na Câmara, Henrique Eduardo Alves, dizendo que ele só participou do acordo sobre apicuns e salgados. E é verdade. Quem é que participava aqui? Os Deputados que lá na Câmara fazem parte da chamada Frente Parlamentar de Agricultura. Nem todos, como V. Exª sabe, tinham consenso. Do seu Estado mesmo, o Deputado Colatto sempre foi um que se colocou com dificuldade.

Mas eu diria que a grande maioria – do Estado de V. Exª, Srª Presidente, o Heinze – foi sondada.

Lembro-me de que, para terminar, havia 20 Deputados na 2ª Vice-Presidência participando. A Drª Samanta chegou a rascunhar o que seria então o objeto de acordo.

Lembro-me de ter ido à Senadora Kátia Abreu, que representa e preside a CNA – eu estava autorizado. Não fui sozinho. O Senador Blairo Maggi foi comigo. V. Exª participou com muita intensidade desse debate. Agora, como diz V. Exª, eu não esperava nenhum outro comportamento.

Primeiro, acho mais do que justo; segundo, não podia estar em mãos melhores a relatoria da medida provisória; e, terceiro, V. Exª começa a sua fala dizendo que pretende fazer novamente uma intensa convergência, ouvindo a Câmara, até porque a medida provisória será analisada por uma comissão mista. Vale dizer, Deputados e Senadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O que é muito bom.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O que é muito bom. Nós vamos, sem dúvida alguma, participar. E o produtor rural, as entidades de classe, todo mundo quer um texto final para que possamos resolver essa questão da produção.

Para finalizar, quero dizer o seguinte: o nosso País, Senador, nós, brasileiros, temos que ir para esse Rio+20 como vanguarda. É com isso que eu não me conformo. Por que adotamos um discurso acuado, como se nós, no mundo, fôssemos alguém que estivesse devendo alguma coisa ao meio ambiente? Eu não consigo entender isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) **–** Nós temos aqui no Senado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós somos vanguarda. País nenhum preservou mais do que o Brasil. Nós somos detentores de 66% da nossa vegetação nativa. Meu Deus do Céu! O que nós precisamos fazer mais? Agora vêm as pessoas lá de fora... Eu vi hoje no jornal: os Estados Unidos e a China não vão participar da Rio+20. Os maiores poluidores do mundo. E ficam aqui brasileiros, lamentavelmente desinformados, na maioria das vezes, outros com má-fé, querendo fazer um discurso de que aqui no Brasil nós não protegemos o meio ambiente.

Se nós não protegemos, quem é que protege? Agora, isso não significa que não devamos continuar protegendo. Isso não significa que não devemos fazer um texto que preserve o meio ambiente. Mas nós tínhamos que ter um discurso diferente. O Brasil, maior produtor de grãos e de carnes do Planeta, é, sem dúvida alguma, o País que melhor protege os seus recursos naturais, só para encerrar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Apenas para acrescentar, Senador Moka, é um dos poucos países que têm uma rigorosa legislação ambiental. Nossos vizinhos, que disputam conosco uma posição de protagonistas na produção e na exportação de *commodities* agrícolas e de carne, como é o caso da Argentina, não têm uma legislação ambiental.

Então é preciso também que os brasileiros conheçam a realidade, tenham uma informação maior, para evitar criminalizar ou tratar com preconceito o agricultor, deixando de lado a poluição, as questões de agressão ambiental nas zonas urbanas. Então só se olha um lado. É preciso que se olhe o conjunto. E essa legislação vem também.

Nós acrescentamos, por uma emenda, a questão das grandes metrópoles como forma de tornar mais equilibrada essa preservação ambiental. É um dever de todos, não é, Senador Moka? V. Exª tem razão.

Fico presidindo interinamente, Senador Cyro, Senador Benedito de Lira, Senador Antonio Russo, animada pela perspectiva anunciada pelo Senador Luiz Henrique de, nessa comissão mista, formada por Senadores e Deputados, haver o distensionamento dessa questão, como houve na votação em segunda etapa na Câmara Federal. E a medida provisória realmente cria um ambiente favorável para essa discussão.

Esses percentuais trazidos pelo Senador Luiz Henrique, de um Estado cuja estrutura fundiária é de pequena propriedade, refletem bem a possibilidade de entendimento nesta Casa, a partir dessas reuniões da Comissão.

Fico feliz por ter sido nomeada pela liderança do Bloco do PMDB para integrar essa lista. Vamos trabalhar muito.

Vou abrir a ordem do dia com as questões que temos em pauta, começando pelo Item 1, com um projeto de lei que é terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA.
2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto.
3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Senador Waldemir Moka está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, vou ler o relatório, embora V. Exª já tenha anunciado que o projeto é terminativo e que precisaríamos de número para que fosse votado.

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 396, de 2011, de autoria da nobre Senadora Ana Rita, que *altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental*.

O art. 1º do PLS inclui o art. 5º-B na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar o Poder Executivo a conceder, nas operações de crédito rural realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural, subvenções econômicas na forma de rebates, bônus de adimplência, redução de juros, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios a agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que atendam os requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e adotem práticas de conservação do meio ambiente. Estabelece também que essas práticas ambientais deverão ser atestadas pelo órgão federal competente na forma do regulamento.

Para fazer jus aos benefícios acima referidos, nos termos dos §§ 1º a 3º do PLS, o agricultor familiar ou empreendedor deverá ser posseiro, proprietário, assentado de programas de reforma agrária, meeiro, parceiro ou arrendatário, condição que deverá ser comprovada mediante apresentação de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou Contrato de Arrendamento Rural, de Meação ou de Parceria Agrícola, Escritura de Proprietário Rural ou Certidão de Registro do Imóvel ou Concessão de Direito Real de Uso. Essa comprovação não será exigida quando o beneficiário for posseiro.

O art. 2º determina que, para o cumprimento do disposto no art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Poder Executivo estimará o montante do benefício proposto pelo projeto e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação da lei que resultar do projeto ora referido.

O art. 3º, por seu turno, estipula que essa subvenção produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Por fim, o art. 4º estatui a cláusula de vigência da futura lei.

O PLS nº 396, de 2011, foi distribuído à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e, em decisão terminativa, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Na CMA, o Projeto recebeu parecer pela aprovação, tendo sido Relator *ad hoc* o Senador Anibal Diniz.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União (art. 22, da Constituição Federal – CF); às atribuições do Congresso Nacional (art.s 48 a 52, CF); e à iniciativa (art. 61, *caput*, CF).

No que concerne à juridicidade, o PLS nº 396, de 2011, inova no ordenamento jurídico e dispõe de coercitividade, estando, dessarte, consoante com a legislação pátria.

Além disso, entende-se que a Proposição está também vazada na boa técnica legislativa de que tratam as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001.

Com respeito ao mérito, cabe destacar que compete à CRA, nos termos do art. 104-B, VIII e IX, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas ao uso e conservação do solo na agricultura e utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos.

Nesta oportunidade, observa-se uma proposta clara de incentivo econômico para fomentar boas práticas ambientais no âmbito da agricultura familiar. O instrumento escolhido se mostra altamente pertinente, uma vez que esse segmento da agricultura necessita de financiamento público para geração da produção agropecuária.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, ou seja, 84,4% do total, ocupando 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (80,25 milhões de hectares) e com produção de cerca de 38% do valor total da produção dos estabelecimentos. Portanto, o segmento é muito importante para a agricultura brasileira.

Em 2005, a Organização das Nações Unidas patrocinou a elaboração de um relatório sobre a avaliação de ecossistemas. Naquela oportunidade, estudos

sobre pagamento por serviços ambientais foram feitos notadamente em três áreas: mitigação de mudanças climáticas, preservação de bacias hidrográficas e conservação de biodiversidade.

Entendemos que a proposta da nobre Senadora Ana Rita contempla medidas que podem ajudar nessas três vertentes ambientais.

Portanto, por tratar de importante segmento produtivo e por contribuir para medidas de mitigação de danos ambientais com orientação econômica, o PLS nº 396, de 2011, merece ser aprovado.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela *aprovação* do PLS nº 396, de 2011.

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O relator, Senador Waldemir Moka, conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita.

Como é matéria de caráter terminativo, nós só poderemos apreciá-la com quórum adequado.

Então, feito a leitura, passamos ao segundo item da pauta, que também é em caráter terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para dispor sobre a distribuição entre os estados de recursos públicos federais para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 8, de 2012

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.
2. O Projeto constou da Pauta da 8ª Reunião Extraordinária da CRA em 19/04/2012.
3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, este projeto está pronto para ser relatado e votado pela Comissão.

O Senador Raupp deu entrada em dois requerimentos pedindo que esse projeto possa também ser objeto de apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos e na CDR. Por conta disso e como a Mesa ainda não tomou a decisão de fazer a redistribuição, eu solicito de V. Exª e do Plenário a retirada de pauta, para que a gente possa fazer essa apreciação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Atendendo à solicitação do relator, Senador Benedito de Lira, a matéria é retirada de pauta para contemplar a solicitação de encaminhamento do assunto.

Vamos para o Item 3, não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo.

Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do PLS nº 518, de 2011

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.
2. O Projeto constou da Pauta da 10ª Reunião Extraordinária da CRA em 3/05/2012.
3. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa.

O relator pede a retirada de pauta desta matéria. A Mesa acolhe a solicitação do relator e a matéria é retirada de pauta.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

AVISO Nº 51, DE 2008
– Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 2.045/2008, proferido nos autos do processo nº TC-018.303/2007-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Representação em face a notícias veiculadas na imprensa, acerca de possíveis irregularidades envolvendo a aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica, sem o atendimento dos requisitos legais pertinentes, e o aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

TRAMITA EM CONJUNTO

AVISO Nº 14, de 2010
– Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 111, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à aquisição de terras por estrangeiros na região amazônica e ao aumento do desmatamento no sul do Estado do Amazonas (TC 018.303/2007-6).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por *ad hoc*)

Relatoria *ad hoc*: Senador Antonio Russo

Relatório: Pelo arquivamento do AVS nº 51, de 2008, e do AVS nº 14, de 2010.

Observações:

1. As matérias serão apreciadas pela CRE.

Eu indico como relator *ad hoc* o Senador Antonio Russo, que está com a palavra.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Srª Presidente, passo ao relatório.

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Aviso nº 51, de 2008, do Tribunal de Contas da União – TCU (nº 1.325, de 17 de setembro de 2008, na origem), que encaminha cópia do Acórdão 2.045/2008-Plenário, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram.

Do aviso constam ainda as fls. 42/44, 57/71, 112/124 e 134/150 dos autos do processo nº TC 018.303/2007-6, no qual foi adotada a deliberação por aquele tribunal.

A Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União do Estado da Amazônia apresentou representação motivada por matérias publicadas no periódico "Amazonas em Tempo", no site UOL e por duas vezes no jornal "A Crítica", respectivamente de 2 de maio, 23 de maio e 7 e 12 de junho, todos de 2007. Noticiou-se que, em desalinho com os requisitos legais, o empresário sueco Johan Eliasch teria adquirido 160 mil hectares de terra no Estado do Amazonas.

Os meios noticiosos acrescentaram que teria havido aumento do desmatamento da Floresta Amazônica, especialmente nas fronteiras com Acre, Mato Grosso, Pará e Rondônia, o que demandaria uma atuação fiscalizatória mais intensa pelos órgãos ambientais.

Este Aviso tramitou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na qual o Parecer do ilustre Senador Augusto Botelho foi aprovado, concluindo pelo conhecimento do assunto por aquela CRE e pelo encaminhamento do Aviso, assim como dos documentos que o acompanham, juntamente com cópia do próprio Parecer, a esta Comissão, para posterior arquivamento.

Depois de aprovado o Parecer na CRE, o TCU enviou o Aviso nº 14, de 2010 (nº 66, de 3 de fevereiro de 2010, na origem), pelo qual encaminha cópia do Acórdão 111/2010-Plenário, assim como do relatório e do voto que lhe deram suporte, relativo a desdobramentos da matéria objeto do AVS nº 51, de 2008.

Por essa razão, o AVS nº 14, de 2010, foi apensado ao Aviso ora em análise.

Como a Análise é bastante cumprida, eu passaria ao voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ao voto direto, Senador Relator *ad hoc*.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – À luz do exposto, opinamos pelos arquivamentos dos Avisos nºs 51, de 2008, e 14, de 2010, ambos do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que os acompanham.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Antonio Russo, que concluiu pelo arquivamento dos Avisos 51, de 2008, e do Aviso 14, de 2010.

Em discussão o relatório do Senador Antonio Russo, que foi Relator *ad hoc.*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, é importante, eu até vou pedir para retirar de pauta o próximo, que é exatamente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Relacionado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – À semelhança do que acabou de relatar o Senador Antonio Russo, Relator *ad hoc*, mas o relatório é do Senador Delcídio do Amaral. E o Tribunal de Contas manda um relatório, e ele, evidentemente, é um órgão auxiliar do Congresso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do Congresso, fiscalização.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – De fiscalização.

Então, eu percebo que muitas vezes eu estou passando por um problema como esse numa outra Comissão, e os Senadores querem... Eu acho que o Congresso Nacional tem que se valer tecnicamente do Tribunal de Contas da União. Ora, se o Tribunal de Contas da União, que examinou, que tem gente especializada para isso, manda para o Arquivo, ele manda para o Arquivo e conhecimento do Senado. Eu pelo menos entendo dessa forma. Cabe a nós aqui... Evidentemente, o Senado pode...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Alterar, entender de outra maneira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É. Entender de outra forma e dizer "não cabe o arquivamento, nós precisamos reabrir o processo". Eu digo assim: se você tem um Tribunal de Contas e ele está aparelhado para fazer essa análise e recomenda o arquivamento, eu quero dizer que voto com o parecer, invocando estas razões: que acho que tecnicamente o Tribunal de Contas da União está aparelhado para fazer esse tipo de análise e recomendar ou não o arquivamento. Às vezes, ele recomenda punições, como é o caso que estou pedindo para ser retirado de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito bom esse esclarecimento, que amplia o entendimento sobre a matéria que acabou de apresentar o Senador Relator *ad hoc*.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As matérias serão apreciadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vamos para o próximo e último item, que é o item 5, não terminativo.

ITEM 5

AVISO Nº 15, DE 2012
– Não Terminativo –

*Encaminha cópia do Acórdão nº 356, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na implantação e operacionalização dos Assentamentos Itamarati I e II, em Ponta Porã (TC 020.918/2008-7). Autoria***:** *Tribunal de Contas da União.*

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 15, de 2012.

O Relator é o Senador Waldemir Moka, que está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu estou pedindo para ser retirado de pauta até porque eu quero fazer um exame. O Tribunal de Contas denuncia uma série de omissões, de irregularidades. Encaminhou punições, mas pede o arquivamento.

Mas eu achei melhor, porque a origem disso, Senadora Ana Amélia, foi na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Nós temos lá uma figura na Comissão de Agricultura, cria-se uma Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, eu quero, antes de proferir o parecer, mandar levantar o arquivo – já o fiz – até para que possamos mostrar que tomamos, à época, uma medida séria, que fiscalizamos. Não sei se os Senadores e a Senadora estão lembrados, o Itamaraty foi um dos grandes proprietários...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do País, do Centro-Oeste.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Do País. Tanto do Mato Grosso do Sul como do Mato Grosso. E aquelas terras foram adquiridas e transformadas num assentamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Olacyr de Moraes, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, eu queria, na verdade, trazer aqui e fazer até uma análise melhor de como se encontra hoje o assentamento e de porque, nessa Comissão de Fiscalização e Controle, na época da Comissão de Agricultura, porque havia denúncia dos próprios assentados de uma série de irregularidades.

Nesse sentido, peço que possamos retirar de pauta e, na próxima reunião, eu possa trazer todas essas informações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A sua solicitação será atendida. Está retirado de pauta para reexame da matéria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, meus colegas Senadores, eu tenho constantemente falado com o Governo e principalmente com o Ministro da Agricultura que nós não podemos, nós defensores desse setor produtivo do Brasil... Tem-se mostrado que o resultado positivo da balança comercial é fruto da agricultura, do agronegócio; que o PIB positivo do Brasil no ano de 2011 é o resultado de um País que investiu nesses últimos 30, 40 anos, Senador Moka, em pesquisa, em desenvolvimento e transformou a realidade da produtividade. Mas está hoje o Brasil caminhando para um novo momento, e esse novo momento é que os juros praticados até hoje no Brasil são irreais.

Ontem à noite, nós ouvimos no noticiário que o Governo chegou à taxa mais baixa da Selic de todos

os tempos da história do Brasil. Que maravilha isso! Que maravilha podermos fazer isso!

Mas eu tenho cobrado do Ministro da Agricultura – falei com ele ainda esta semana – que precisamos baixar os juros agrícolas em pelo menos 0,5%. Um por cento seria o ideal, de 6,75% para 5,75%, porque esses juros de 6,75%, Srª Presidente, vêm desde quando a taxa Selic era 18%, 19% ao ano. E é a agricultura que devolve tudo isso para o País.

Ontem, ouvi o Senador Paim, da tribuna, falar sobre os prejuízos, lá no Rio Grande do Sul, com relação à seca. Já chegaram a R$5 bilhões. No Paraná, ano passado, foi nesse nível. Imagine o quanto o Brasil não perde! Imagine quanto seria para o Brasil. Imagine a importância disso tudo para o Brasil.

Então, 0,5% é o mínimo que nós poderíamos fazer. Eu conclamo os demais pares aqui desta Comissão para que façamos um movimento junto ao Governo para que o Governo agora, no lançamento do Plano Safra, que deve acontecer no mês de junho, venha com uma boa notícia para o setor, em pelo menos 0,5%. Um por cento é o ideal, mas nós temos que buscar isso, porque o nosso produtor rural é aquele que tem feito a diferença, fazendo diferente no nosso País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio, só me permite uma observação. Eu acho que o Ministro da Agricultura é importante. É a ele que se deve pedir. Mas a nossa pressão deve ser dirigida à área econômica, em especial ao Ministro da Fazenda. Diga-se de passagem, eu sempre fui um defensor do Ministro Guido Mantega, porque, nas vezes em que, ainda na Câmara, nós o procuramos, ele sempre foi muito atencioso. É claro que há uma limitação. Mas eu não posso deixar de reconhecer que o Ministro Guido Mantega sempre teve uma atenção especial para com esse setor.

É claro que eu acho que o que V. Exª coloca é de importância fundamental. Precisamos, sim, e é isso. Esses juros de 6,5% ainda são da época em que você praticava uma taxa Selic de dois dígitos. É importante a lembrança. Acho que nós tínhamos que fazer isso. Eu não sei se não caberia, em algum momento proposto por V. Exª, que deu a ideia, uma audiência pública, para que a gente pudesse trazer aqui o Ministro Guido Mantega, o próprio Tombini, do Banco Central

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Concordo, Senador Moka, fazer um requerimento, protocolar para a gente aprovar na próxima semana, com a assinatura de mais pares desta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí sim, fazer um grande debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma boa iniciativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – À luz do que V. Exª está argumentando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma boa iniciativa essa para debater a questão do custo do dinheiro para o financiamento do custeio do investimento para a agricultura na safra 2012/2013.

É muito prudente e também oportuna essa sua advertência e esse aviso, porque, se as taxas de juros do mercado estarão caindo, não é possível deixar, porque proporcionalmente ficarão altas as taxas cobradas, mesmo que elas sejam menores, porque ficarão caras, comparativamente às taxas praticadas pelo mercado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, me permite. Nós estamos falando de financiamento de uma safra 2012/2013. Quanto serão os juros da taxa Selic em 2013, quando o nosso produtor rural vai começar a pagar o custo do financiamento da sua safra?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E como estará o dólar também naquele período, para saber?

Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é bem oportuno o que o Senador Sérgio está colocando. Eu participei de uma audiência com outros Senadores e o Ministro Mantega, e um dos Senadores colocou, já antecipadamente, esse problema. Isso é uma coisa para a gente se preparar para ter...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um anteparo, um contra-argumento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Um contraponto. Ele disse assim: vocês não podem esquecer que estamos falando de uma inflação ao redor de 5%. Então, eu estou cobrando da agricultura juros reais de 2,75%. Então, eu estou trazendo esse subsídio para, quando nós o chamarmos, nós fazermos essa avaliação. Isso eu ouvi dele. Então, vamos ficar preparados porque ele vai dizer que os juros, descontando a inflação... Ele diz que não pode diminuir na mesma proporcionalidade, que ele está próximo ao limite. Mas eu acho que a reivindicação do Senador Sérgio é extremamente pertinente, porque 0,5% não vai alterar essa relação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para agilizar a solicitação, que é oportuna, eu pediria à assessoria da Comissão que preparasse agora esse requerimento, com assinatura, para aprová-lo ainda agora, porque estamos terminando a reunião, para terminar.

Enquanto isso, eu gostaria de avisar que as nossas reuniões na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária são às quintas-férias. Na próxima semana, é

feriado de Corpus Christi. Eu queria, então, pedir ao Senador Moka, como eu sou sua convidada, estaremos no seu Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Moka, que o senhor informe qual é o compromisso que teremos no Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós vamos visitar uma das cidades mais importantes, Chapadão do Sul. E vocês imaginem a população de Chapadão do Sul. É uma cidade, na grande maioria, de gaúchos, paranaenses, catarinenses que criaram uma cidade progressista com agricultura invejável de alta tecnologia. É a abertura da exposição. Os produtores me intimaram, eles querem a Senadora mais atuante e mais brilhante do Congresso Nacional para fazer esta abertura, que é a Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não era para falar isso, Senador Moka, era apenas para falar do fato.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Moka, abriram um espaço nessa agenda para os gaúchos ensinarem aos matogrossenses do sul como fazer um bom churrasco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Isso é verdade. Teríamos que levar meus conterrâneos de Lagoa Vermelha.

Senador Moka, vai ser um prazer. Porque na quinta-feira, feriado, nós estaremos trabalhando. Para que o telespectador entenda, quando se cobra da classe política algumas coisas que não são adequadas às práticas legislativas ou à convivência da civilidade, nós temos que mostrar também que nós estamos trabalhando. Então, num dia feriado em que as pessoas estão descansando, nós estaremos trabalhando, a maior parte dos Senadores estará trabalhando. Eu penso que é preciso informar à população. E não é só em Chapadão do Sul, no Mato Grosso do Sul que moram paranaenses, catarinenses, gaúchos, sulistas, mineiros. Estive recentemente, na semana passada, com o Senador nosso Presidente Acir Gurgacz e os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp em Ji-Paraná, que é também uma fronteira agrícola importante no Estado de Rondônia, e lá encontrei brasileiros de todas as paragens, como a gente fala, mas especialmente do Sul, do meu Estado, do Estado do Paraná – que é nome de rio grande – e foi muito importante para ver a obstinação dessas pessoas pelo desenvolvimento e, hoje, com a preocupação da preservação, com a sustentabilidade.

Queria informar que, por requerimento da Senadora Kátia Abreu, esta Comissão discutirá na próxima quinta-feira, dia 14 de junho, as questões relacionadas ao Basa, Banco da Amazônia. E na quarta-feira, dia 20 de junho, a Comissão participará da Rio+20, com uma comitiva especial desta Comissão no evento muito importante no Rio de Janeiro, a Rio+20, que tem tudo a ver.

O Senador Moka, no início desta reunião, anunciou que a ausência dos Estados Unidos e da China é um claro indicador de que o Brasil está envolvido só com a questão ambiental. Está fazendo o dever de casa, é um País avançado e evoluído que preserva o seu ambiente.

Faço a leitura então:

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas para discutir os juros praticados no setor agrícola, bem como a redução dessas taxas. Em data a ser aprovada. Assinam a Senadora e vários Senadores.

Concordam com esses termos?*(Pausa.)*

Então está submetido e aprovado, pela aquiescência dos Srs. Senadores – depois fazem a assinatura deste requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Srª Presidente, se me permite, nessa semana, Senador Moka, eu estive com o Ministro Paulo Sérgio Passos, dos Transportes, tratando da ferrovia Maracajú/Porto Paranaguá, que é uma importante ferrovia para o escoamento da produção de toda aquela região, inclusive de Chapadão do Sul. O ministro nos deu a brilhante notícia de que vai abrir, nos próximos dias, um processo de licitação para o estudo técnico de viabilidade econômica e ambiental desta que será uma ferrovia de 1.116 quilômetros – salvo engano, aproximadamente isso; a importância disso para o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós tivemos uma reunião, aliás, proposta aqui na Comissão de Infraestrutura com a Senadora Lucia Vânia, com o Ministro Paulo Sérgio Passos. Ele disse isto: talvez toda aquela região ali, o cone sul do Mato Grosso do Sul, a partir de Maracajú, que é uma das cidades de maior produção agrícola do nosso Estado e passando por Dourados e Mundo Novo, saindo lá em Cascavel e depois Porto Paranaguá. Nós vamos baratear o custo do escoamento da nossa produção, tornando o nosso produto mais competitivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Olha, esse é outro tema que poderemos trazer aqui a debate, porque eu disse que sou a quarta Senadora de Rondônia, serei de Mato Grosso do Sul – vai ter muito trabalho. Mas a 364, Senador Moka, Senador Sérgio, Senador Antonio Russo, que é uma rodovia fundamental no escoamento, por pegar uma parte do Mato Grosso, no trecho entre Ji-Paraná e Rolim de Moura, no Estado

de Rondônia, é inacreditável o estado dessa rodovia, por onde transitam caminhões e caminhões carregados de soja para levar para a região Norte para embarcar para os mercados, especialmente da Ásia. Quer dizer, nós temos que debater esta questão da logística no caso das rodovias e trazer sem dúvida o ministro aqui para conversar conosco sobre essas matérias.

Muito obrigada. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 35 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE JUNHO DE 2012.

Às oito horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de junho de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, ZEZE PERRELLA, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP e KÁTIA ABREU**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 13, de 2012 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 19.04.2012, com a finalidade de conhecer e avaliar a performance do Banco da Amazônia S.A. – BASA, nos últimos cinco anos no que tange as suas competências como principal agente financeiro de fomento ao desenvolvimento da Região Amazônica, com a presença dos seguintes convidados: **Abidias José de Sousa Júnior** – Presidente do Banco da Amazônia S.A. – **BASA**; **Jenner Guimarães do Rêgo** – Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional – **SFRI/MI**; **Paulo Vinhas Lima Júnior** – Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – **TCU**; **Gil Castelo Branco** – Consultor de Economia da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Valdir Raupp e o Deputado Irajá Abreu (PSD – TO). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Lembro à Comissão da reunião conjunta que faremos com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle na cidade do Rio de Janeiro por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, no dia 20 de junho corrente, quarta-feira próxima, com a finalidade de debater a questão das áreas de proteção permanente mundial e os compromissos da Rio +20.

Comunico o recebimento do Ofício nº 228, de 2012, do Senador Pedro Taques, que passo a ler.

Sr. Presidente, encaminho a V. Exª Ofício nº 155, de 2012, do Sr. José João Bernardes, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso – Acrimat, através do qual anexa documento intitulado Carta de Campo Grande. Narra que, além dos tradicionais problemas inerentes ao elevado custo de produção, falta de logística adequada, morte súbita de pastagens e ainda subsídios internacionais recebidos pelos concorrentes, eleva-se o grau de concentração da indústria frigorífica.

Diante do exposto, requer a abordagem da questão por parte desta Comissão, ressaltando a importância do setor de bovinocultura de corte no contexto nacional, que gera empregos e contribui para o superávit da balança comercial.

Passo a ler ofício da Acrimat.

A bovinocultura de corte brasileira é destaque nacional e internacional em vários aspectos. O seu rebanho, com mais de duzentos milhões de cabeças, atende plenamente, com carne de qualidade, à demanda nacional. Ainda permite a exportação para sessenta países que ofere-

cem à Nação brasileira importante superávit na balança comercial.

Já o Estado de Mato Grosso, maior produtor dessa proteína no Brasil, possui um rebanho de, aproximadamente, trinta milhões de cabeças em constante avanço no uso de tecnologias, produzindo carne bovina com a necessária sustentabilidade ambiental e com o tradicional sabor que fideliza seus consumidores em todos os mercados.

Apesar de tudo isso, nos últimos anos, além dos tradicionais problemas de elevados custos de produção, falta de logística adequada, morte súbita de pastagens e ainda subsídios internacionais recebidos pelos nossos concorrentes, eleva-se violentamente o grau de concentração da indústria frigorífica.

Dessa forma, as instituições signatárias da Carta de Campo Grande, anexada ao presente Ofício, contém, em sua segunda folha, pleitos que pedimos a V. Exª, destacando que a manutenção dos cenários apresentados comprometerá a atividade da pecuária de corte do Centro-Oeste brasileiro, em especial no Mato Grosso.

Antecipamos convite para evento similar em Cuiabá.

De fato, é um problema que nós estamos enfrentando e já estamos debatendo essa questão através de audiências públicas já realizadas e outras que serão realizadas, que é a concentração dos frigoríficos no nosso País.

É um tema recorrente não só no Mato Grosso, mas também no Estado de Rondônia, também em Mato Grosso do Sul e nos demais Estados brasileiros.

Já estamos tomando providências neste sentido e essa Carta vem nos ajudar a pleitear, junto ao Cade, junto ao Ministério da Fazenda, junto ao BNDES, informações sobre a concentração dos frigoríficos no nosso País.

Agradeço, portanto, a Carta tanto do Senador Pedro Taques como também a manifestação da Acrimat, que é a Associação dos Criadores de Mato Grosso.

A audiência pública será feita novamente. Foram feitas algumas e vamos fazer outra audiência pública para debater esse assunto.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 13, de 2012, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 19 de abril de 2012, com a finalidade de conhecer e avaliar a *performance* do Banco da Amazônia, Basa, nos últimos cinco anos, no que tange às suas competências como principal agente financeiro de fomento ao desenvolvimento da região amazônica.

Dessa forma, convido para compor a Mesa os seguintes convidados: Dr. Abidias José de Sousa Júnior, Presidente do Basa, Dr. Jenner Guimarães do Rêgo, Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Dr. Gil Castelo Branco, Consultor de Economia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

Agradeço a presença dos senhores atendendo ao nosso convite para estarem aqui.

Dr. Abidias, é um prazer tê-lo novamente na nossa Comissão. O senhor tem feito um grande trabalho à frente do Basa. O Basa tem uma importância muito grande na vida da Amazônia, em especial no nosso Estado de Rondônia. A atuação do Basa é uma atuação diferenciada, uma atuação que prioriza o crescimento e o desenvolvimento da região amazônica, investindo sempre na nossa agricultura, na nossa indústria, dando uma atenção especial ao amazônida.

Falo isto principalmente em função de o Estado de Rondônia ter uma relação muito próxima do Basa, que tem feito realmente um grande trabalho à frente da economia do nosso Estado de Rondônia.

Srªs e Srs. Senadores, ontem, no discurso da abertura do Pavilhão Brasil, na Rio+20, a Presidenta Dilma disse que o País mostrará, durante a Conferência, que o País cumpre compromissos com a sustentabilidade e com a redução das desigualdades.

Nós estaremos também, com a Comissão de Agricultura, no dia 20 de junho, às dez horas da manhã, em audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, no espaço da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, para afirmar que os compromissos assumidos na Rio+20 deverão ser para todos os países, respeitadas as peculiaridades e a soberania de cada nação. A questão ambiental não é apenas do nosso País, mas uma questão mundial.

Dentro dessa premissa, seria importante que os Chefes de Estado de países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, China, Índia e Inglaterra estivessem presentes chefiando suas delegações para a tomada de decisões.

O fato de sediarmos mais uma vez essa Conferência onde vamos discutir como conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico já nos coloca na condição de protagonistas, mas precisamos ir além e assumir o papel de líder na governança global, que é a forma como os países estão se organizando para colocar esse novo modelo de desenvolvimento sustentável em prática.

Essa liderança é uma condição natural a ser assumida pelo Brasil, visto que ele é o único país do mundo entre os desenvolvidos ou em desenvolvimento que possui mais de 68% do seu território com cobertura florestal e áreas protegidas.

O Brasil, segundo dados do Ministério da Agricultura, IBGE, utiliza apenas 29% de um total de 851 milhões de hectares para a produção agropecuária. Nossa produção de grãos cresceu 17,2 milhões de toneladas, em 1960, para mais de 150 milhões de toneladas, em 2010. No mesmo período, a área utilizada para o plantio cresceu de 22 milhões de hectares para 47 milhões de hectares. Crescemos 305% em produtividade e 116% em áreas convertidas para a agricultura graças ao nosso compromisso com a tecnologia e com boas práticas conservacionistas do solo e das águas, com controle da erosão e recuperação de bacias hidrográficas inteiras e práticas de agricultura sustentável, como, por exemplo, o plantio direto.

Na pecuária, o nosso rebanho cresceu 56 milhões de cabeças, desde 1960, para 204 milhões de cabeças, em 2010. Praticamente multiplicamos por quatro nosso rebanho numa área de pastagens 40% maior. Passamos de 122 milhões de hectares de pastagem para 170 milhões.

Mais uma vez, demonstramos aqui o compromisso com a produtividade e com o crescimento sustentável. Atualmente, estamos implantando o programa, desenvolvido pela Embrapa, de agricultura de baixo carbono, a integração lavoura, pecuária, floresta, possibilitando a recuperação principalmente de áreas de pastagens degradadas.

Temos a Amazônia, o Pantanal e 12% da água doce do mundo, além da maior biodiversidade do Planeta e uma grande riqueza mineral. O Brasil produz e preserva suas florestas e possuímos instrumentos de controles ambientais, como a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente, APPs, tão discutidas no processo de formulação do Código Florestal Brasileiro.

A questão das APPs é um compromisso que gostaríamos de ver assumido com todos os países. No final das contas, rios e tocos de morros existem em todo o Planeta. A propósito, este ano ocorre o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal dos últimos 23 anos.

Mas hoje, aqui no Ministério da Agricultura, vamos ouvir e debater a atuação do Basa na Região Amazônica, com a consciência da importância do crédito como instrumento indutor do desenvolvimento. Para citar um exemplo, agora em maio realizamos a Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná, a primeira feira tecnológica de Rondônia; e apenas o Banco da Amazônia contabilizou 1.650 propostas, no valor de R$52 milhões em financiamentos de máquinas e equipamentos, que somados ao Banco do Brasil atingiram R$130 milhões em investimentos para a agricultura no Estado de Rondônia.

Também aqui na comissão debateremos a necessidade da redução das taxas de juros para o crédito rural. O Governo tem aplicado mecanismos para dinamizar a economia, mas para o setor rural é necessária uma reavaliação da política de créditos. O recente processo de queda da taxa básica de juros da economia, Selic, atualmente em 8,5%, abre possibilidade para a diminuição das taxas do crédito rural.

Uma proposta que discutiremos com o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias, que esteve conosco no ciclo de debates da Comissão de Agricultura que realizamos em Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, é a redução, já para o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, dos atuais 6,75% ao ano para 4% de juros nas linhas de crédito dedicadas ao custeio da produção, no caso de grandes produtores; e para 3% na categoria dos pequenos e médios produtores.

Há espaço para isso, não é, Senador? Trata-se de um momento importante em que os bancos e o Governo podem reduzir os juros para a agricultura brasileira. Essa redução poderia contemplar instrumentos como o seguro rural e a assistência técnica.

Entendo que não adianta apenas oferecer o crédito, temos que dar condições para que os agricultores saibam aplicar esses recursos e ampliar assim a produtividade, além de assegurar a safra.

Agradeço a presença de todos. Antes de passar a palavra aos nossos convidados, pergunto se a Senadora Kátia Abreu, signatária, quer iniciar fazendo suas colocações?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, Sr. Presidente.

Eu agradeço a presença de todos os nossos convidados e gostaria de me manifestar em uma hora posterior.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Passo a palavra ao Dr. Gil Castelo Branco, Consultor de Economia da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Bem, bom-dia a todos.

Eu gostaria somente de aguardar alguns instantes, porque nós temos ali alguns quadros que vamos passar. Ele está preparando a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Então, vamos passar a palavra ao Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, Auditor Federal de

Controle Externo do Tribunal de Contas da União, para fazer suas colocações, enquanto prepara... ou já conseguiu? Já está no ponto?

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Já está no ponto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, voltamos para o Dr. Gil Castelo Branco.

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Bem, acho que vou até me abster, nos meus quinze minutos – parece-me que é isso, não é, Sr. Presidente? Quinze minutos? –, de comentar sobre a importância do banco, naturalmente. Fundado em 1942, é um banco que teve como nome inicial Banco de Crédito da Borracha. Mas acho que todos aqui conhecem e sabem bem da relevância do banco para a Região Amazônica.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de comentar a respeito da transparência da própria instituição. Vejam vocês que até buscando dados para trazer a esse Plenário, nós fizemos uma navegação no *site* do banco. Ali fica muito claro, por exemplo, que no que diz respeito aos relatórios de gestão, os relatórios mais recentes disponíveis são os de 2007 e os de 2010. No caso de 2007 para o próprio banco e do Fundo para 2010. Esses são os relatórios mais recentes disponíveis no *site* da instituição.

Em relação aos relatórios de auditoria, vejam que os mais disponíveis no *site* da instituição são de 2009. Portanto, isso já cria embaraços para trazermos a esta sala todas as informações que até gostaríamos de ter.

Inclusive, essa não disponibilização dos relatórios me parece que conflita com o que diz o Decreto nº 5.481, em seu art. 20-B:

> *Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, sujeitos a tomada e prestação de contas, darão ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao relatório de gestão, ao relatório e ao certificado de auditoria, com parecer do órgão de controle interno, e ao pronunciamento do Ministro de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, em até trinta dias após envio ao Tribunal de Contas da União.*

Portanto, eu não tive a oportunidade de ter esses relatórios. Inclusive, vali-me da Lei de Acesso à Informação, de 16 de maio, mas ainda não obtive as respostas. A bem da verdade, a Lei de Acesso à Informação prevê um prazo de vinte dias, prorrogáveis por mais dez, para que essas respostas sejam concedidas. Portanto, ainda não tive oportunidade de receber esses relatórios, com os quais talvez eu pudesse me ter aprofundado nas informações que estou trazendo hoje a esta Casa.

Em relação às constatações do Tribunal de Contas da União, eu também creio que talvez não deva me estender, porque temos aqui entre os convidados um auditor que poderá, muito melhor do que eu, explicar o que vem sendo constatado pelo Tribunal.

Nós temos ali constatações que foram feitas a respeito da política nacional do desenvolvimento regional. Esse trabalho já tem algum tempo. Inclusive, no *site* do Tribunal havia promessa de que esse trabalho seria revisado, atualizado. E talvez o auditor que está aqui, o doutor tenha informações sobre isso. Eu creio que não vale a pena me estender nisso, já que temos ali justamente a pessoa mais indicada.

Em relação aos investimentos do banco no seu próprio desenvolvimento tecnológico, observamos, tomando uma série histórica de 2000 a 2011 – aqui nesse primeiro quadro temos valores correntes –, que no período, por exemplo, de 2000 a 2006 – esses valores são correntes, mas no quadro seguinte teremos em valores constantes – vemos que a média de execução percentual do banco, em termos de percentual do autorizado em relação ao efetivamente realizado, é sempre muito baixa.

A bem da verdade, inclusive, houve uma recuperação agora em 2001. Dos 58 milhões autorizados, 38 milhões acabaram sendo realizados. Mas vejam que se tirarmos 2011, vemos ali anos em que não se chegou sequer à metade daquela dotação que estava inicialmente prevista.

No quadro seguinte, nós temos esses mesmos investimentos já em valores constantes. E podemos perceber claramente que no período de 2000 a 2006 o banco investia uma média de R$60 milhões – isso já em valores atualizados – de investimentos no seu próprio desenvolvimento. Enquanto isso, no período de 2007 a 2011 o investimento caiu para R$24 milhões.

No que diz respeito aos indicadores do Basa na relação com os investidores, vemos também que as informações, infelizmente, não estão atualizadas como gostaríamos. Mas de 2003 para 2008, observa-se que o retorno sobre o patrimônio líquido caiu de 24% para 12%. Esses são dados do mercado, que informou, já no final do ano passado, que o retorno, em dezembro do ano passado, estava em torno de 7%. Isso tendo como fonte a Economática – que todos conhecem –, o órgão que de certa forma produz esses indicadores.

No que diz respeito aos indicadores do mercado financeiro, nós vemos que a *performance* é descendente. É claro que tendo em vista a crise internacional – não podemos desconhecê-la – isso acontece também com outras instituições. Portanto, seria necessário que tivéssemos dados mais aprofundados para que pudés-

semos separar o que foi decorrente da crise e o que poderia ser decorrente da gestão.

Em relação às aplicações dos recursos, dos empréstimos concedidos pela instituição, essas informações são do Dest, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. As estatais preenchem uns formulários eletrônicos, que são chamados Siest. E foi desse sistema eletrônico que nós extraímos essas informações.

Vejam, por exemplo, algumas constatações. O Estado de São Paulo é o terceiro colocado nos financiamentos do Basa. Isso em 2010. Vários estados não foram contemplados, alguns da área de abrangência do banco. Os empréstimos para a indústria são duas vezes maiores do que os financiamentos para a área rural. Só os empréstimos para a indústria em São Paulo superam todos os financiamentos de alguns estados, além dos não contemplados.

É claro que seria necessário nós obtermos a relação dos beneficiados, porque esse sistema informa as UFs, Unidades da Federação, onde são feitas as operações financeiras. Portanto, poderíamos ter alguém recebendo recurso em uma praça e aplicando em outra praça. Seria importante termos a relação dos beneficiados, para avaliarmos corretamente e sob o ponto de vista regional ou estadual onde estão acontecendo os empréstimos do banco.

Nesse quadro procuramos fazer um resumo colocando três anos: 2008, 2009 e 2010. E vimos que há uma alteração clara no perfil dos empréstimos da instituição. Vejam que em 2008 os empréstimos para a área rural correspondiam a 35% dos empréstimos globais. Esses dados também são do Siest. São todos dados oficiais produzidos pelo próprio banco e encaminhados ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Então 35% eram empréstimos da área rural e a indústria ficava, nesse momento, com 27%.

Em 2009, a situação fez com que a área rural se elevasse, com 41% para a área rural e 22% para a área da indústria. Estou falando somente sobre aqueles setores mais relevantes ou que tiveram maior aporte de recursos.

Em 2010, a situação já se alterou significativamente. A área rural ficou só com 23%, enquanto a área industrial ficou com 44%. Isso são constatações de números oficiais produzidos pelo próprio banco.

No que diz respeito a demonstrações financeiras e dados dos orçamentos, vejam que estamos trazendo também informações do próprio Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Essas informações são interessantes porque são agrupadas em vários segmentos. Vejam, por exemplo, nesse primeiro caso, algumas informações de balanço. Marcamos, ali, numa cor amarela, alguns dos dados que poderiam ser mais interessantes sob o ponto de vista de um debate.

Vejam que o ativo, se pegarmos ali... Isso está em valores correntes, de qualquer forma. Mas podemos ver o salto que deu o ativo circulante. O ativo saiu de... Nós temos ali 2,3 bilhões e ele saltou para 3,8. Já o passivo saltou de 1,8 para 4.

Um pouco mais abaixo, temos o resultado líquido do exercício e também vemos que o resultado foi se deteriorando ao longo dessa série histórica de 2005 a 2010, que são as últimas informações disponíveis.

Os dividendos propostos. Vemos, inclusive, que aparentemente o banco não distribuiu dividendos em 2008, 2009 e 2010. Não sei se o fez ou se o fará em 2011, mas de qualquer maneira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Então, naturalmente o Presidente Abidias poderá esclarecer várias dessas colocações que eu estou fazendo justamente com o objetivo de ensejar o debate.

Vemos que as despesas com pessoal saltaram de 92 para 135. Como estamos falando em valores correntes...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de pedir um pouco menos de velocidade, porque está ficando difícil de compreender, seu Gil Castelo Branco.

Eu queria entender um pouco mais o ativo circulante. E do passivo qual o resultado líquido? Eu não compreendi.

O SR. GIL CASTELO BRANCO – Certo. Ali foi só... Como os dados estão em valores correntes, quer dizer, valores da moeda da época, procuramos ressaltar que o crescimento do passivo foi muito maior do que o crescimento do ativo. O objetivo desse quadro era apenas mostrar, até porque os dados são correntes, considerando a moeda da época sem estarem atualizados a valores constantes que nos permitissem uma comparação em valores reais. Mas, de qualquer maneira, como estamos comparando ativo e passivo, o objetivo era mostrar que houve um salto maior do passivo – aliás, bem maior – do que do ativo.

No caso do resultado, mostramos o decréscimo do resultado líquido do exercício. Esse decréscimo é evidente. Em 2005 nós tínhamos... Esses dados vão estar disponibilizados para qualquer um que se interesse exatamente como nós estamos apresentando.

De 252,4 milhões para 142 milhões. Estou pegando só os extremos: 2005 e 2010.

Falamos há pouco, e naturalmente o Presidente vai falar sobre os dividendos.

Nos quadros de baixo, nós vemos que as despesas com pessoal cresceram. Inclusive nós fizemos um trabalho apenas corrigindo pela inflação e vimos que houve um crescimento real da despesa também. Embora os dados registrem as despesas correntes, houve também um crescimento real das despesas.

O aumento do efetivo foi relativamente pequeno, pelo que eu pude ver, pelo menos nesses dados, segundo informações disponíveis nesses anos. O aumento do efetivo foi pequeno, mas houve um ganho aparentemente real de salários tanto nas despesas com pessoal, no que diz respeito especificamente aos salários, como também no total das despesas com pessoal. Por exemplo, isso acaba se refletindo nesse indicador da taxa de gasto com pessoal, ou seja, as despesas com pessoal divididas pelo resultado líquido. Vejam, então, que também há um comprometimento, há uma participação maior das despesas com pessoal no resultado líquido do exercício.

Também chama a atenção o fato de como se elevaram as despesas com serviço de terceiros. Vejam ali que aumentou de 0,14 para 0,47. Quer dizer, houve um crescimento da taxa de serviço de terceiros sobre a receita líquida. Ali fica evidente isso, pegando os dois extremos: de 0,14 para 0,47.

Também houve um crescimento expressivo nas taxas das despesas correntes. Vejam: ali tínhamos 0,94, e temos ali, no outro extremo, 4,10. Então, houve um crescimento expressivo também nas despesas correntes tanto nos serviços de terceiros em relação à receita líquida, como também nas despesas correntes em relação à receita líquida.

Com esses dados, nós temos ali informações de balanço que mostram o quanto, digamos, a saúde da instituição tem-se deteriorado ao longo desses anos. Observem que, pelo índice de liquidez corrente, nós tínhamos um índice de 1,21, em 2005, no primeiro ano da série; depois, isso passou a 1,07, 1,05, 0,81, 0,72 e 0,76, com uma pequena variação a favor no último ano da série, nesse último ano de 2010, já que nós não temos essas informações para 2011. São dados que dizem respeito à liquidez corrente, aquela liquidez de curto prazo.

No que diz respeito à liquidez geral – aí já tomando um período maior –, nós teríamos também uma deterioração de 1,50 para 1,41, para 1,35, para 1,30, para 1,28, para 1,26. De qualquer maneira, esse dado ainda está acima de 1, que é o limite, ou seja, o banco ainda teria condições de arcar com o que deve em função daquilo que possui.

Na terceira linha, nós temos, por exemplo, a parte do endividamento. Vejam que o endividamento foi crescendo. Nós temos ali a relação com o total do passivo. Vejam que passou de 0,63 para 0,67, para 0,71, para 0,74, para 0,76 e para 0,77. Quer dizer, o endividamento foi crescendo. Estou repetindo sempre porque esses dados inclusive são aqueles que eu obtive na Secretaria de Controle das Empresas Estatais.

O retorno sobre o capital próprio foi caindo. Observem ali que aparecia 0,15, 0,10, houve ali uma pequena aceleração para 0,11, e, depois, mais uma vez, nós tivemos um decréscimo em relação ao retorno sobre o capital próprio.

A margem de lucro sobre as vendas, outra avaliação que faz o Departamento de Controle das Estatais, também foi caindo. Vejam que nós temos ali, no extremo de 2005, 0,28 e, no outro extremo, 0,11.

A receita líquida por empregado também caiu. Nós tínhamos 322,7 e fomos para outro extremo de 109,7. Quanto aos dividendos, o Presidente certamente vai esclarecer.

Bem, diante dessas informações e do tempo que eu não queria ultrapassar, até para podermos passar para a fase dos debates, que pode ser mais rica, eu diria que, a meu ver, dois aspectos poderiam ser debatidos e enfatizados tendo em vista esses números.

Em primeiro lugar, no caso, ressalto a maior transparência, porque penso que, hoje em dia, a transparência é algo que não há retorno. Nós tivemos recentemente a Lei Complementar 131, aquela que obrigava União, Estados e Municípios a disponibilizarem suas contas na Internet em decorrência da própria Lei de Responsabilidade Fiscal; nós tivemos também a Lei de Acesso à Informação, mas nós precisamos de mais informações. Nós percebemos, por exemplo, que não há informações disponíveis no *site* – não são tão relevantes como essas que eu apresentei – sobre passagem dos funcionários do banco. Existe até um local na página em que se previa que essas informações fossem disponibilizadas, mas elas não estão disponíveis.

Quando nós procuramos os resultados de receitas e despesas do banco, o que acontece? O *site* do banco, o portal do banco nos remete ao Departamento de Controle das Estatais, quando, a meu ver, seria desejável que o próprio banco pudesse divulgar essas informações sem precisar nos remeter inclusive ao *site* do órgão ministerial.

Por fim, nós evidentemente estamos aqui reunidos – parece-me que é este o objetivo – para discutir quais são as medidas que poderemos eventualmente – qualquer um de nós – sugerir a fim contribuir para o

fortalecimento da instituição. Parece claro que esse é objetivo. Acho que as pessoas que aqui estão – naturalmente cada um com a sua intervenção – vão poder suscitar soluções, propostas, enfim, que possam ser acolhidas por todos, especialmente por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Gil Castelo Branco.

Passo a palavra o Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, do TCU.

O SR. PAULO VINHAS LIMA JÚNIOR – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Presidente, que honrou o TCU com esse convite. Em nome do Presidente Benjamin Zymler, apresento aqui a todos os Senadores e às pessoas presentes a satisfação de o TCU colaborar com esta Comissão do Senado ao prestar as informações sobre o controle que o TCU exerce sobre o Banco da Amazônia e os fundos por ele geridos.

A nossa apresentação vai focar especificamente no trabalho que o TCU desenvolveu sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A origem desse trabalho foi uma auditoria feita pela Secretaria de Macroavaliação Governamental, em 2009, sobre a PNDR. O resultado desse trabalho apresentou uma série de conclusões sobre distorções entre as diretrizes da política e a distribuição dos recursos dos fundos que servem de braço financeiro e de instrumento financeiro para a política. Como resultado, o Tribunal determinou que fossem feitas auditorias operacionais nos fundos constitucionais e nas instituições operadoras.

A nossa Secretaria no Pará ficou incumbida de realizar esse trabalho de auditoria e realizou duas auditorias operacionais no exercício de 2010.

Então, os objetivos dessas auditorias foram, no caso do FNO, avaliar o desempenho das entidades responsáveis pela administração do fundo como instrumento da PNDR. Essa auditoria que nós vamos enfatizar foi especificamente a auditoria feita no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, e também foi realizada, concomitantemente, uma auditoria no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) administrado pela Sudam.

A abrangência dessa auditoria foi de 2007 até o início de 2010, quando houve a realização do trabalho. Então, vemos que os dados não estão atualizados, infelizmente, porque a quantidade de dados era muito grande e não tivemos a possibilidade de fazer uma atualização desses dados.

Acredito que o que será possível apresentar aqui não demonstra grande discrepância nas tendências que nós pudemos observar no curso do trabalho.

A auditoria operacional teve basicamente duas questões. A primeira analisa o grau de aderência das aplicações do fundo à Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Então, essa questão principal veio no sentido de fazer um aprofundamento daqueles achados que já tinham sido feitos pela Semag e encontrar possíveis causas e apontar possíveis soluções para disfunções verificadas nessa aderência entre a distribuição dos recursos e as diretrizes da política.

E a segunda: qual o desempenho operacional do banco exatamente nessa função de operador do FNO. O trabalho foi desenvolvido junto ao Banco da Amazônia e a Sudam e, com base nos dados fornecidos pelo próprio banco obtidos junto à Sudam e publicações do Ministério da Integração, foi possível formular algumas conclusões sobre esse grau de aderência, esse grau de observância da PNDR nas aplicações do FNO.

Então, nossos principais achados em relação inicialmente ao planejamento das aplicações e avaliações dos resultados: sabemos que a administração da FNO é feita por um conjunto de instituições, quer dizer, o Ministério da Integração Nacional atua num nível de programação macro das aplicações do fundo, de planejamento das aplicações, passa diretrizes a cada exercício para serem observadas, atua em conjunto com o Condel da Sudam – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e com o Banco da Amazônia, que faz a administração do fundo, todo o gerenciamento financeiro, a programação operacional e a aplicação dos recursos.

Então, em relação à atuação dos órgãos que fazem o planejamento das aplicações e avaliação dos resultados, verificamos inicialmente que um dos principais instrumentos para direcionar os recursos do fundo em consonância com as diretrizes da política, que seria o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, não foi aprovado para o quadriênio 2008 a 2011. As informações que nós obtivemos, as mais recentes é que ainda não houve a aprovação desse plano, ainda está em fase de discussões. Trata-se de um instrumento complexo que envolve a participação de diversos atores institucionais e da sociedade civil e ainda não houve o encaminhamento do projeto para aprovação pelo Congresso Nacional.

Em seguida, vimos a baixa aderência dos planos de aplicação do FNO aos critérios da PNDR, traduzindo, esses planos de aplicação do FNO são os instrumentos utilizados pelo banco para direcionar a aplicação de recursos pelo fundo, apresentam orientação por diversos critérios, como, por exemplo, o critério de distribuição por Estado, o critério de distribuição por porte do produtor, o critério por distribuição de setor econômico de atividade, mas, nos planos que nós ti-

vemos oportunidade de examinar, não havia critérios de alinhamento dessas aplicações com o que está estabelecido na PNDR.

Então, detalhando um pouco mais, a PNDR estabelece que a distribuição de recursos deve seguir uma lógica de equilíbrio das distorções que há no desenvolvimento entre as regiões e dentro das próprias regiões. Então, nesse sentido, as aplicações devem ser direcionadas prioritariamente para as áreas de baixa renda e para as mesmas regiões prioritárias que apresentam indicadores de desenvolvimento e de rendimento mais reduzidos. Então, não se encontrava nesse plano de aplicação critérios específicos que direcionassem a atuação para atender a PNDR.

Verificamos ainda uma reduzida atuação do Condel da Sudam no planejamento das aplicações e avaliação dos resultados. Esse achado diz respeito exatamente a que não verificamos nas deliberações do Condel uma avaliação mais aprofundada sobre essas distorções na distribuição dos recursos e nem de proposição de alterações nos planos de aplicação, de repasses de orientações para o Banco da Amazônia no sentido de medidas que viessem a reverter ou minimizar essa tendência de descolamento entre os critérios da política e a efetiva aplicação dos recursos.

Em relação à distribuição dos recursos em si, quer dizer, a parte realmente operacional da distribuição dos recursos do fundo, a gente pode verificar que, em relação aos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, vem acontecendo uma concentração dos recursos nas regiões consideradas como de alta renda na região. Então, a gente pode ver aí pelo gráfico que hoje a distribuição dos recursos na alta renda supera todas as demais e que algo em torno de 50% de todos os recursos aplicados pelo FNO estão indo para as regiões de alta renda. Repito: cerca de 50% do total de recursos está indo para a alta renda.

Além da distribuição estática, esse achado também mostrou uma tendência. Há uma tendência de crescimento paulatino, desde 2007 até 2010, dessa concentração nas regiões de alta renda.

Verificamos ainda que há uma concentração de recursos em projetos de infraestrutura, principalmente a partir de 2009, quando houve a retirada da legislação específica do fundo da limitação de percentual de aplicação de recursos em projetos de infraestrutura. A partir da retirada dessa limitação, houve um crescimento expressivo das aplicações em infraestrutura em grandes projetos como os de energia e isso ocasionou esse crescimento acentuado da aplicação nesse setor econômico em relação aos demais.

A gente chama a atenção aí para o fato de que a aplicação em infraestrutura é, efetivamente, para a nossa região amazônica, importantíssima, prioritária. Nesse sentido, compreende-se o esforço e o interesse do banco de aumentar a aplicação em infraestrutura, mas ponderamos que essa linha de atuação apresenta também um descolamento com a política no sentido de que muitas vezes, nessas aplicações, não há uma demonstração nos projetos da vinculação entre essa infraestrutura, seja ela energética ou de outra natureza, e os arranjos produtivos, a organização produtiva da região, o que, no nosso entender, é algo que deveria ser exigido.

Nesse sentido, recentemente, consultando a orientação do Ministério da Integração para aplicação dos recursos a partir de 2011, se não me engano, aliás, 2012, incluíram na mesma linha que nós sugerimos na auditoria que fossem estabelecidas exigências para que esses projetos em infraestrutura financiados demonstrassem, na fase de aprovação, que essa infraestrutura iria servir, estaria inserida no contexto produtivo local, de forma que esse investimento trouxesse os efeitos multiplicadores sobre a produção, renda e geração de tributos na região.

O outro achado diz respeito à concentração por porte. Já foi apresentada pelo Dr. Castelo Branco anteriormente essa questão e nossa constatação foi na mesma linha. Esse gráfico apresentado aí mostra claramente a tendência de aumento da concentração da distribuição de recursos para o porte grande, em detrimento dos portes pequenos, que apresentam até, no caso, algum grau de decréscimo em relação ao período de 2007 a 2010. Esse até tem uma abrangência maior e mostra que nós tivemos, no período enfocado pela auditoria, efetivamente uma tendência de decréscimo das aplicações em menor porte.

Quanto às causas desse fenômeno, o banco vem esclarecendo ao controle interno e ao próprio TCU que essa concentração deve-se ao comportamento da própria demanda. Os empreendimentos de maior porte naturalmente absorvem maior grau de recursos. Eles apresentam uma qualidade maior dos projetos exatamente por serem de grandes empresas, que têm condições de apresentar projetos mais bem estruturados, e essa tendência também é explicada pelo crescimento das aplicações em infraestrutura, que subiram a partir de 2008/2009. Então, a causa principal dessa concentração é uma resposta a uma demanda do próprio mercado em relação aos recursos do fundo.

Então, esses foram os principais achados em relação à aderência das aplicações do FNO em relação aos critérios da PNDR. De modo geral, a gente viu que há um descolamento e há uma tendência de agravamento dessa dissociação entre o que preconiza a política e a distribuição dos recursos.

A segunda questão básica desenvolvida no curso da auditoria operacional diz respeito à atuação operacional do banco, quer dizer, o desempenho operacional do banco, mas enfocando a atuação como administrador do fundo.

Em primeiro lugar, verificamos que o banco vem alcançando um bom desempenho e novas contratações, tem aumentado expressivamente o grau de novas contratações, novos contratos que vêm sendo feitos desde 2007, o banco vem alcançando bons resultados no aumento da alocação de recursos do fundo.

Porém, se fizermos uma segmentação dessas contratações, veremos que as metas estabelecidas nos planos de aplicação por segmento, em alguns segmentos elas não vêm sendo alcançadas, como, por exemplo, para os de porte pequeno, mini e micro e também para alguns Estados. Na distribuição de recursos por unidade da Federação não tem acontecido o alcance das metas.

Verificamos que há deficiências nos ciclos de contratação e fiscalização de projetos. Os dados das entrevistas que realizamos dentro do banco e a análise de relatórios do Controle Interno apontam que há deficiências no quantitativo e em qualificação de profissionais e isso estaria na raiz dessas deficiências nesse processo de contratação de novas operações de crédito e também no acompanhamento e fiscalização de projetos, que é uma atividade essencial para prevenir a inadimplência e para garantir o retorno financeiro das aplicações.

Verificamos também a deficiência no sistema de controle de operações. Nesse sentido, destaca-se o atraso na implantação do projeto de excelência tecnológica do banco, que vem sendo desenvolvido desde o exercício de 2004, numa contratação com a empresa Cobra. O Presidente deve ter informações mais atualizadas sobre o grau de implementação do PET do banco, mas verificamos que até o último levantamento que o tribunal fez, em 2011, o sistema de fomento, que estaria previsto para gerenciar os recursos do FNO, ainda não tinha entrado em operação.

Finalmente verificamos deficiências na gerência de auditoria interna, no que diz respeito aos processos de trabalho. Notamos que os trabalhos de auditoria interna não têm um foco adequado nas contratações do FNO. Quer dizer, a auditoria do banco ainda não estabeleceu rotinas, procedimentos de fiscalização de auditoria mais específicos para o crédito de fomento, há limitações de pessoal e também de tecnologia da informação para modernizar e aumentar a eficiência dos trabalhos de auditoria.

Verificamos também deficiências no que diz respeito ao controle da inadimplência. No exercício de 2007 a 2009, verificamos que houve um crescimento acentuado da inadimplência, mas em 2010 já houve uma tendência de reversão do índice de inadimplência, que caiu para cerca de 5% do máximo de 6%, atingido em 2009.

Ao lado vemos que, apesar dessa tendência de queda, se fizermos uma análise por segmento veremos que os setores Pronaf e rural, principalmente, apresentam um índice de inadimplência bastante elevado se comparado com setores de comércio e serviços e indústria.

Esse também é um indicador de necessidade de melhoria de aperfeiçoamento do trabalho do banco para reduzir o índice de inadimplência por segmentos, principalmente no setor de agricultura.

Ali nós temos a deliberação que o TCU adotou. Ao apreciar esse relatório de auditoria operacional, fez um conjunto de determinações ao Banco da Amazônia relacionadas inicialmente com a análise de eficácia e efetividade do FNO como instrumento da PNDE, ou seja, é preciso avaliar quais os impactos sobre geração de empregos e renda nas regiões prioritárias definidas pela política, de forma a fazer uma avaliação do grau de eficácia e de eficiência dessa aplicação.

O aperfeiçoamento do desempenho das agências e superintendências com baixo desempenho na concessão de crédito com recursos do fundo aos portes pequenos, isto é, aumentar o foco da qualidade da atuação do banco exatamente sobre esses produtores que são os prioritários de acordo com a política e com a própria legislação do fundo.

Incrementar a medidas de divulgação de programa de financiamento do fundo. Nesse sentido também reconhecemos que o banco tem feito um grande esforço para aumentar a publicidade e atrair novos clientes para o fundo.

Aperfeiçoar as ações de acompanhamento da inadimplência, como já mencionamos, com foco na prevenção de inadimplência principalmente por parte dos pequenos produtores, com uma atuação segmentada, focada conforme as tipologias da política, além da implementação de critérios e padrões de avaliação da eficiência, efetividade e eficácia das áreas de reestruturação de ativos.

Ainda operacionalmente, a alocação de mais profissionais e recursos financeiros, capacitação de pessoal, revisão de procedimentos de acompanhamento, comprovação e vistoria de operações, o já falado instrumento de avaliação da eficiência e eficácia e aperfeiçoamento da atuação da gerência de auditoria interna nos aspectos operacionais em que foram verificadas deficiências.

Foram ainda dirigidas recomendações à Casa Civil da Presidência no sentido de estudar a possibilidade de fazer alteração da legislação do fundo para tentar determinar o estabelecimento de condições operacionais, principalmente de taxas de juros diferenciadas para as regiões prioritárias na PNDR, porque nós verificamos que a legislação do FNO, que é anterior à aprovação da política, não está alinhada no que diz respeito a essas condições operacionais, com os critérios colocados na PNDE.

Quanto à Sudam, também foram propostas medidas para o estabelecimento de metas e critérios quantitativos de distribuição dos recursos, conforme os critérios da política, por tipologia de microrregiões, algo que verificamos que não existia, e a inclusão dos planos anuais de critérios objetivos para a aferição da adequação dos pleitos de investimento às diretrizes da PNDR.

Nesse sentido, mencionei que o Ministério da Integração já atuou visando o aperfeiçoamento dessas diretrizes para direcionar as aplicações de acordo com os critérios definidos na política.

Finalmente, foram feitas recomendações à Secretaria de Políticas e Desenvolvimento Regional no sentido de encaminhar ao Congresso, ainda no exercício de 2010, a minuta referente ao PRDA – verificamos que isso ainda não aconteceu –, trabalhando o aperfeiçoamento dos pareceres de avaliação do FNO e incrementar as ações em coordenação com os demais órgãos e governos estaduais para o aumento de qualificação da demanda e a facilitação de acesso ao crédito por micro, mini e pequenos produtores.

Sobre esse último aspecto, ressaltamos que os trabalhos feitos tanto pelo Controle Interno quanto pelo TCU apontam que o aperfeiçoamento da atuação do banco é importante para o alcance dos objetivos da política, mas o alcance efetivo para os resultados depende de um trabalho coordenado das três esferas governamentais, principalmente de um alinhamento da atuação dos Ministérios, do Governo Federal, no sentido de proporcionar mudanças estruturais nas áreas de transporte, de infraestrutura e de educação, de forma que essa demanda nas regiões prioritárias possa crescem e contribuir para a erradicação dessas grandes disparidades que se verificam nos indicadores econômicos e sociais dentro da Amazônia.

Muito obrigado. Estou à disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Passo agora a palavra ao Dr. Jenner Guimarães do Rêgo. O senhor tem quinze minutos para fazer as suas colocações e os acréscimos necessários, com certeza.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Obrigado, Senador.

Queria agradecer a oportunidade de participar dessas discussões, que reputo como da maior relevância, da maior importância para que possamos também prestar os devidos esclarecimentos acerca da atuação do Ministério da Integração como gestor dos fundos de desenvolvimento regionais e fundos constitucionais, bem como da intensa e necessária parceria que o Ministério mantém com o Banco da Amazônia para a implementação dessas linhas de financiamento com o sucesso que esperamos obter.

Queria, primeiramente, Senador, não entrar no detalhe dos números apresentados em relação aos indicadores econômico-financeiros do Basa, porquanto o Banco da Amazônia, como todas as instituições financeiras federais, à exceção do BNDES, é vinculado ao Ministério da Fazenda. Consequentemente não caberia ao Ministério da Integração fazer essas análises relacionadas à questão de índice de liquidez ou evolução patrimonial, além do fato de que o próprio Presidente do Banco da Amazônia está aqui presente e poderá, obviamente, dar detalhes mais específicos e esclarecedores a respeito desse assunto.

Gostaria de fazer algumas ponderações em relação ao relatório do Tribunal de Contas da União, apresentado aqui de forma resumida, mas bastante pertinente nas suas colocações no que diz respeito aos relatórios que envolvem o fundo constitucional, FNO, e também as mudanças que estão sendo implementadas na própria política nacional de desenvolvimento regional e nas diretrizes e orientações gerais para a utilização de recursos dos fundos constitucionais.

Primeiramente, com relação à aderência do FNO com a PNDR, o que identificamos ao assumir a Secretaria de Fundos Regionais do Ministério da Integração, em janeiro do ano passado, é que a própria PNDR está sendo trabalhada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração no sentido de buscar a sua revisão, para corrigir também algumas distorções ali existentes, como por exemplo as questões que dizem respeito ao status econômico de cada Município ou de cada região quando se faz a classificação em termos de economia dinâmica, economia estagnada, baixa renda e alta renda. Por que isso?

Se tivéssemos atrelado no passado a questão da política de aplicação de recursos dos fundos 100% aderente à PNDR, em função do crescimento e dos programas de distribuição de renda implementados pelo Governo Federal ao longo dos últimos nove ou dez anos, perceberíamos que existem economias paupérrimas

cuja população tem uma renda muito baixa, mas que, pelo crescimento sobre uma base pequena, apresenta um grau de dinamismo bastante elevado. Isso poderia prejudicar o atendimento na demanda a esses Municípios, porque eu teria que fazer essa diferenciação. Quando pegássemos a análise, veríamos uma capital ou uma região metropolitana com uma economia dinâmica e igual situação se repetiria em Municípios cuja população é extremamente carente, mas onde o programa Bolsa Família dentre outros, para não citar aqui os inúmeros programas de distribuição de renda, tiveram um efeito proporcionalmente muito grande, transformando a classificação desse Município de uma situação de baixa renda para uma economia dinâmica.

Então nós tivemos essa preocupação e estamos trabalhando agora justamente no sentido de fazer com que os próprios encargos financeiros e os limites de financiamento sejam diferenciados em relação aos Municípios, mas buscando também o estabelecimento de um grau de prioridade para aquelas regiões onde o Governo Federal pretende ver uma intensificação maior do nível de investimento, como no caso da Região Norte, as regiões e áreas de fronteira. Precisamos fazer desses fundos constitucionais e fundos de desenvolvimento regionais instrumentos da política econômica do Governo para ter um desenvolvimento mais equilibrado.

Queria entrar num outro ponto relacionado a isso. Quer dizer, a PNDR está sendo revisada e, ao mesmo tempo, a própria política de aplicação dos recursos dos fundos. Para 2012, nós já procedemos a algumas correções, alguns ajustes, inclusive, digamos assim, forçando um pouco mais a distribuição dos recursos, sobretudo para os pequenos e miniprodutores rurais, mas é importante considerar nessa avaliação dos números do desempenho do Basa em relação à aplicação desses recursos, dois fatores que considero importantes.

O primeiro deles é que fazemos a análise normalmente com base nos valores alocados, mas não se observam os quantitativos. Há efetivamente uma gama muito maior de operações de crédito concedidas para micro e pequenas empresas em toda a Região Amazônica do que para as grandes empresas.

Então, em termos de direcionamento, em termos do esforço do próprio banco, entendemos nós, no Ministério da Integração, que o banco tem feito esse esforço e tem contratado efetivamente uma quantidade maior de operações com micro e pequenas empresas.

Obviamente, o valor médio dessa operação faz com que as operações com grandes empresas, sobretudo com projetos de infraestrutura, terminem apresentando uma distorção no volume de recursos aplicados, fazendo com que, aparentemente, o banco esteja priorizando as grandes empresas.

Quando o nosso companheiro do Tribunal de Contas falou dos financiamentos para infraestrutura, principalmente na área de energia, cada projeto desses, individualmente, absorve uma gama de recursos muito grande e, preocupados, inclusive com esse direcionamento de recursos, em função desses investimentos, absolutamente necessários para a região, mas que não têm, obviamente, o impacto direto sobre aquela região, como teria, por exemplo, a chegada de uma montadora ou de uma indústria intensiva em mão de obra, mas têm uma importância muito grande. Por outro lado, eles não são investimentos que se movem em função de um incentivo maior ou menor na taxa de juros, existindo linhas de âmbito nacional que podem, muito bem, abrigar esse setor de energia, por exemplo, como é o caso do BNDES. E não por outro motivo, nas discussões ao longo do ano de 2011, o Ministério da Integração, juntamente com o Ministério da Fazenda e o próprio Banco da Amazônia, assim como o Banco do Nordeste, que tinha também uma quantidade considerável de financiamentos na área de geração de energia, tomou-se a decisão de excluir o setor de energia das linhas de financiamentos dos Fundos Constitucionais e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais.

Esses serão e estão sendo atendidos com as linhas de recurso de âmbito nacional do BNDES. Por outro lado, houve também um reforço na aplicação, ou melhor, na disponibilidade de recursos para o Banco do Amazônia, assim como também na região Nordeste, a partir de um artigo que foi colocado na Medida Provisória nº 564, que está sendo objetivo, inclusive, de relatoria por parte do Deputado Danilo Fortes, para que promovêssemos a financiamento dos Fundos de Desenvolvimento Regionais. O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, por força de um artigo colocado pela MP 564, agora não estarão mais sujeitos ao contingenciamento orçamentário que acontecia não só no momento da distribuição do Orçamento, mas, sobretudo, na hora do desembolso. Era comum contratar operação de crédito, o cronograma estava ali ajustado e, na hora do desembolso, em função da inexistência ou insuficiência de espaço fiscal naquele momento, a Secretaria do Tesouro Nacional se via, por vezes, obrigada a retardar o desembolso dessas operações. Isso inibia a procura desses recursos por parte dos investidores privados, sobretudo as grandes empresas que, embora esses fundos apresentem uma taxa de juros mais baixa do que o próprio Fundo Constitucional, seria preferível e

mais confortável buscar a linha de financiamento do Fundo Constitucional.

Aí, precisamos, também, enfatizar outro aspecto. É que temos diferenças e, sobretudo desigualdades regionais e também intra-regionais.

É preciso que não percamos a oportunidade de dizer aqui para os senhores que é muito importante que o banco, o Ministério da Integração, o próprio Ministério da Fazenda, todos os órgãos envolvidos com o desenvolvimento regional tenham a preocupação, assim como os próprios Governos estaduais, de tentar, o máximo possível, carrear o que puder de investimentos para os Municípios mais carentes. Mas não podemos esquecer que toda a região é, comparativamente, muito carente.

Então, eu diria que o Banco da Amazônia e o Ministério da Integração não estariam em condições de descartar investimentos de grande porte nas regiões metropolitanas das capitais da região Norte, em função de um, digamos, excessivo cuidado com uma maior ou menor concentração de recursos em grandes empresas. Além de uma outra distorção essencial, que era também a forma e os critérios de classificação de porte, que eram definidos para essas empresas até o ano de 2010, inclusive durante boa parte de 2011. Quer dizer, historicamente, a classificação de porte de empresas era definida pelo próprio Fundo Constitucional. Então, havia situações em que o banco, atuando como repassador de recursos do BNDES e repassador do Fundo Constitucional, uma empresa poderia ser classificada como média ou até pequena empresa, para efeito de classificação de porte do BNDES, enquanto que no Fundo Constitucional era considerada grande, porque o critério é o de projeção de receita e os limites dessa receita que estabeleciam essa classificação eram diferentes. O que acontece de fato é que uma empresa é grande ou pequena em função da sua receita. Ela não passa a ser grande no Norte e no Nordeste e pequena no Sul e no Centro-Oeste. Ela é a mesma empresa.

Então, promovemos a correção dessa distorção, classificando adequadamente essas empresas, de sorte que hoje as empresas com faturamento anual até R$ 90 milhões são consideradas médias empresas. Então, se pegarmos e excluirmos da carteira, da análise, melhor dizendo, as operações de financiamentos que foram concedidos nos segmentos de infraestrutura, sobretudo energia, se classificarmos essas operações anteriormente concedidas às grandes empresas e colocarmos essa empresa dentro do novo e adequado critério de classificação de porte, perceberemos que, na verdade – vou chutar um número, mas não tenho dúvida -, no mínimo, 80% dessas empresas que eram consideradas grandes, na verdade, são médias empresas, algumas até pequenas.

Então, é outra análise que pode ser feita pra que verifiquemos até que ponto, realmente, essa concentração. Primeiramente, se ela realmente existe nesse patamar e, segundo, o quanto é nociva ou não.

Nós temos o esforço no sentido de que se intensifique realmente a divulgação dessas linhas de financiamento do FNO em todo o território da região Amazônia, em toda a região Norte e a Amazônia em função do FDA, também, embora só atenda a grandes empresas. Para isso, foi criado o FNO Itinerante.

Temos levado, junto com o Banco da Amazônia, colegas do Ministério da Integração têm se deslocado a essas comunidades mais distantes, juntamente com o pessoal do Basa, justamente para mostrar e evidenciar essa linha. Agora, é óbvio que, por mais que se intensifique a quantidade, nós continuaremos tendo essa diferença em relação ao volume de recursos, por quanto, como disse, não esgotamos, estamos longe de esgotar a capacidade de absorção de investimentos e de necessidade de investimentos privados na região Norte do País.

Sem contar que Municípios merecem toda a atenção, mas o perfil da economia deles precisa ser acompanhado adequadamente, para que não corramos o risco, também, de colocar uma carga de investimentos excessiva nesses Municípios.

Vou trazer da minha experiência passada aqui à frente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco. Aconteceu uma situação em que uma enchente provocou praticamente a destruição de boa parte dos Municípios da Zona da Mata sul do Estado. Essa situação calamitosa levou as autoridades do Estado, assim como as autoridades do Governo Federal a anunciar a disponibilização de uma linha de investimento da ordem de R$ 1 bilhão, para fazer frente à recuperação dos empreendimentos implantados e existentes naqueles Municípios. Só que a nossa avaliação – e ela se confirmou posteriormente – era a de que essas regiões não tinham capacidade de absorver, sob a forma de crédito, tamanho volume de recursos, por quanto a economia desses Municípios não tinham capacidade de geração de receita para pagar um investimento daquela monta.

Então, esse aspecto, também, precisa ser observado, porque, por mais que queiramos promover o crescimento de alguns municípios, o perfil da economia deles, enquanto não surgir um potencial de atividade econômica capaz de suportar um grande ou até mesmo um médio investimento, nós temos que limitar esses recursos ao potencial de absorção de crédito daquele município.

Então, esse é mais um fator limitante, para que pudéssemos chegar aqui, como é o ideal, e apresentar um volume de recursos mais expressivo na aplicação com os pequenos produtores e as pequenas empresas, do que com as médias e grandes.

Mesmo assim, os critérios de distribuição de recursos foram estabelecidos de tal forma que, o Banco da Amazônia assim como o Banco do Nordeste, hoje estão limitados. Eu diria que hoje a regra para 2012 foi modificada para que, no máximo, 20% dos recursos sejam comprometidos com grandes empresas. Os 80% restantes teriam de ser distribuídos entre as médias, pequenas e microempresas, com um percentual equivalente a pelo menos 50%, com pequenas e microempresas e pequenos e miniprodutores rurais.

Aí precisamos recorrer, mais uma vez, e fazer com que os programas e as linhas de financiamento público tenham aderência com a política de desenvolvimento econômico do País. Havia uma distorção, no passado, inclusive em relação a equipamentos importados, porque o BNDES, na sua política de desenvolvimento setorial, restringia ou minimizava a possibilidade de financiamento de importados, enquanto os Fundos Constitucionais financiavam abertamente isso. Então, essa percepção nos leva a observar, na aplicação dos recursos do Fundo, também as políticas nacionais de desenvolvimento regionais e a política nacional de desenvolvimento setorial.

Então, neste momento, quando temos um cenário de crise internacional, em que temos que cuidar para que o nível de investimentos no País e, principalmente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não caiam, foi promovida, também, uma abertura, para que ainda neste ano de 2012, financiamentos com grandes empresas possam ser atendidos e até mesmo estimulados, para que não tenhamos o reflexo disso na economia do País fazendo com que terminemos chegando ao final do exercício sem comprometer os recursos do Fundos Constitucionais, o que seria um absurdo, se considerarmos que a região é carente, que a região busca, o tempo todo, inclusive através de suas bancadas parlamentares, um maior esforço do Governo Federal no sentido de prover os recursos necessários e os investimentos necessários em infraestrutura e estímulo ao setor privado, entrarmos, agora, em um processo de contingenciamento de crédito justamente para os grandes investimentos que sejam capazes de gerar uma quantidade de mão de obra maior e empregar maior quantidade possível de pessoas. Isso sem prejuízo, obviamente, de que o Banco da Amazônia, nem por orientação do Ministério, muito menos também por sua própria atuação, não está fechado ao crédito para os pequenos. Agora, é preciso que essa demanda exista. É preciso que as pessoas também procurem, busquem essas linhas de financiamento.

A questão é a seguinte: pode o Basa até chegar ao ponto de aplicar até 100% dos recursos disponível com micro, mini e pequenas empresas. Para isso, estamos trabalhando no sentido de que o FDA venha a ser a linha de financiamento ou o fundo de financiamento dos grandes projetos e dos projetos de infraestrutura, mas temos de ter a convicção e consciência de que a limitação está aberta. Eles podem fazer 100%, e não poderiam fazer mais de 20% com as grandes empresas, por quanto, disponibilizaríamos outra linha.

Mesmo assim, essa participação vai continuar sendo necessária. As regiões não estão em condições de abrir mão de grandes investimentos e, consequentemente, há que se administrar essa situação e passar a olhar essa análise dessa prioridade que é dada aos pequenos a partir dos quantitativos de operações e não somente a partir dos valores colocados à disposição das empresas.

Eu acho que eram esses os comentários que queria colocar. Mas gostaria de fechar um ponto relativo à questão em relação à aderência com PNDR e com relação aos encargos comentada aqui pelo Sr. Senador muito pontualmente e de forma pertinente. Hoje, com a queda dos juros, as taxas de financiamento dos fundos passaram a ser pouco atrativas e até, diria, pouco competitivas.

O próprio Banco da Amazônia tem nos procurado. Nós tivemos algumas reuniões envolvendo o pessoal do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, do próprio Banco do Brasil, e já está em tramitação uma proposta junto ao Conselho Monetário Nacional, no sentido de que essas taxas sejam revistas. Estamos entrando em entendimento com a Fazenda, para buscar uma redução proporcional, da mesma forma como caíram os juros do BNDES, que é uma fonte de cunho nacional, para que tenhamos uma diferenciação regional que se mantenha em relação a essas taxas.

Obviamente, não podemos ainda declinar que taxas serão praticadas, porque ainda estamos em negociação com a Fazenda. Mas quero crer que até o final da próxima semana, o Ministro Guido Mantega estará reunido com o Ministro Fernando Bezerra Coelho, para que entremos em consenso sobre qual o percentual a ser aplicado em relação aos financiamentos rurais, com pequenas, miniempresas, com pequenas e médias empresas e também grandes do setor industrial, comercial e de prestação de serviços. E, na sexta-feira da próxima semana, até lá, acredito que esse ponto vai estar fechado e essa resolução ser aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, promovendo o ajuste

dessas taxas de juros que, mais do que desejável, é absoluta necessária.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Jenner,

Passo a palavra ao Dr. Abidias José de Souza Júnior, Presidente do Basa.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR – Bom dia, Sr. Senador, Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

Já tivemos diversas oportunidades conversando seja sobre a questão do agronegócio, aqui nesta Comissão, como também discutindo assuntos de interesse do Estado de Rondônia, onde V. Exª atua de forma implacável. Agora não estão aqui mais os Senadores Sérgio, Benedito e Jayme, mas está aqui a Senadora Kátia, com seu filho, Deputado, Parlamentar. Agradeço pelo convite. O Banco da Amazônia está aqui. Tivemos outra oportunidade, mas não foi possível. E, naquela oportunidade, como o senhor presenciou, nós trouxemos aqui a diretoria inteira do Banco da Amazônia, o Conselho de Administração e também a Secretaria Executiva da Fazenda.

É muito importante para esta Casa, para esta Comissão e para a sociedade brasileira conhecer o trabalho que está sendo feito, as diretrizes que estão sendo colocadas e a capacidade da diretoria de estar aderente à proposta do Conselho e do seu acionista majoritário.

O tempo é curto. O senhor viu que as demandas aqui são grandes. Vou tentar correr. Se eu não conseguir, a gente vai nas respostas. Depois vai ter o debate, a gente tenta passar.

O Banco da Amazônia é responsável, hoje, por 13% da malha de agências da região amazônica. Nós temos 72% de todo o crédito e fomento praticado na região Norte, ou seja, a cada cem reais aplicados no fomento, R$72,00 saíram do Banco da Amazônia, os demais 28% saíram do Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Itaú, e por aí vai.

Outro ponto muito importante que eu ressalto é que 98% dos Municípios da região Norte estão contemplados com crédito do Banco da Amazônia. Isso, até uns quatro anos atrás, estava em torno de 83% e tem um trabalho intenso para poder fazer uma abordagem e preencher 100% dos Municípios. Ainda existia uma carência no Bico do Papagaio, nós conseguimos vencer essa dificuldade e estamos tentando, também, superar na região do Alto Solimões, lá no Amazonas.

Isso aqui foi muito bem colocado pelo Dr. Jenner – aliás, uma saudação ao Dr. Gil, ao Dr. Jenner e ao Dr. Paulo Vinhas –, nós conseguimos alavancar para 98% dos Municípios atingidos, em função de um trabalho que está sendo feito, em parceria com o Ministério da Integração, já na gestão do Dr. Fernando Bezerra, que é o FNO Itinerante, de onde nós saímos, o Banco da Amazônia, Ministério da Integração e parceiros, sobretudo os Estados e Municípios, para fazer a divulgação e as oportunidades que o Fundo pode trazer para a região.

Aqui, é uma dispersão de como está a aplicação dos recursos nesses dez anos que nós pegamos aí. Hoje, nós podemos colocar que está em torno de R$22 bilhões. Este ano já tem um desembolso perto de R$1,5 bilhão para R$2 bilhões. Então, ele tem concentrado, desse valor que foi colocado, oito bilhões no setor rural e doze bilhões no setor não rural. Essa é a série histórica.

Aqui também, na série histórica, a gente coloca como estava a dispersão. Em 2002, era 38% para o setor não rural e 62% para o rural. Em 2011, está 60% para o não rural e 40% para o rural.

Aqui é uma dispersão no tempo das aplicações para a agricultura familiar. Em 2002, R$ 94 milhões; em 20110, que é ano fechado, 491. Aqui é safra. Pega julho de um ano a julho do ano seguinte. Então, tem que fechar a safra.

Aqui, dentro do agronegócio, como estava caracterizada a dispersão dos recursos. Então, para a agropecuária, agroindústria, aquicultura, silvicultura, e aqui o total, que bate com aquele anteriormente divulgado para os senhores.

Dentro do agronegócio, pegando aqui a questão da dispersão, pecuária pegou 61% e a agricultura, 35%. São as duas frentes de maior assistência dos recursos.

Aqui, estamos colocando por setor, por Estado. Vamos pegar o Estado do Senador Presidente: rural, R$1 bilhão, 15% do montante, e para o não rural, R$1,6 bilhão, 21% do montante. Aqui nós podemos colocar que os dois Estados que mais realizam são o Estado do Pará e o Estado de Tocantins. Aliás, o Estado de Tocantins é a segunda carteira do Banco. Quando cheguei, foi até uma surpresa. Eu pensei que seria o Amazonas, por estarem ali muito concentradas as indústrias nacionais, mas, pelo contrário, o Amazonas é a quarta carteira do Estado – Pará, Tocantins, Rondônia e Amazonas.

Na Amazônia existe muito potencial, e nós estamos conseguindo dar uma alavancagem boa. Só para fazer uma comparação, no período de 89 a 2002, foram aplicados no Fundo R$3,7 bilhões. De 2003 a 2006, R$4,2 bilhões, e de 2007 a 2012, R$10,6 bilhões. Aqui já pode colocar R$1,7 a mais, que já chegou a R$11,2, mais ou menos.

Outra novidade que nós conseguimos fazer acontecer é a aplicação dos recursos do Fundo de Desen-

volvimento da Amazônia. Até então, muito embora ele seja de 2002, não tinha sido feita nenhuma contratação no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Nós conseguimos especializar o pessoal do Banco. Eu digo que hoje temos uma célula pronta para tratar de operações de *project find*, de c*orpore find*, que são operações estruturantes. O FDA, até então, era restrito a empresas S/A. Então, conseguimos dar essa alavancagem e contratar R$3,7 bilhões com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Existe, sim, nesse montante aqui, uma concentração na área de energia. Como foi colocado, são empresas S/A. Os Estados do Tocantins, Pará e Rondônia são os três Estados que mais receberam assistência do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia.

Vou passar rápido. Trata-se dos benefícios que são gerados com as aplicações do Fundo. De cada cem ocupações viabilizadas pelo financiamento, 76 são geradas na própria região Norte. Coloca-se o recurso, faz-se o investimento na região Norte, é lá mesmo que se está gerando emprego, é lá mesmo que se está buscando a mão de obra, ou seja, gerando emprego e renda para a população.

Aqui seriam os destaques dos setores onde foram contemplados – serviços, comércio, construção civil, infraestrutura, indústria, agroindústria, extrativa, agropecuária. Então, é onde os empregos estão sendo gerados.

Aqui, os efeitos na economia regional. A cada ano de aplicação dos recursos, existe uma metodologia que é a do próprio Ministério da Integração. Como foi bem colocado aqui pelo Dr. Jenner, o Banco da Amazônia é apenas um operador do Fundo. O gestor do Fundo é o Ministério da Integração. As mudanças, as proposições e o amadurecimento das regras do Fundo se dão no Conselho Deliberativo da Sudam, que está composto por nove ministérios, que tem que ser o Ministro e o seu secretário executivo. Os nove governadores da Amazônia Legal compõem o Conselho Deliberativo. Então, por exemplo, colocamos a questão da energia. A energia foi inserida no plano de aplicação do Fundo Constitucional do Norte porque os governadores da região amazônica pediram que fosse colocado e que era uma oportunidade de fazer atratividade de recursos para a região e, consequentemente, efetivação de projetos estruturantes para melhorar a qualidade de vida e as oportunidades para o setor.

Foi agora tirada a opção de fazer aplicação em energia também por uma decisão, que não está ainda muito pacificada, mas a maioria entendeu que deveria tirar a aplicação do Fundo. Nessas aplicações que a gente faz ano a ano, pela metodologia do Ministério da Integração, você tira a quantidade de postos gerados. Em 2011, a expectativa foi de que 243 mil postos de serviços foram gerados com a aplicação do Fundo Constitucional do Norte na região Norte.

É uma metodologia do próprio Ministério da Integração. Senadora, existe uma matriz e nessa matriz a senhora coloca o setor, o segmento: pecuária gera tanto, agricultura gera tanto por hectare, por animal. Então, chega naqueles números. E é de conhecimento público. Se for o caso, eu posso até passar para a senhora analisar mais amiúde no gabinete.

A inadimplência do Banco tem 20% no grande produtor, 23% no médio, 12% no pequeno e 44% no mini e no micro. É aqui onde está repousando a inadimplência do Banco: Pronaf, 10.44%; FNO Biodiversidade, 10.8%; FNO Rural, 8.25%; FNO não Rural, 1.76%; e o microempreendedor individual, 0,57%

Senadora, uma proposição para o Conselho foi trabalhar linhas de crédito mais ou menos aderentes à política de baixo carbono. Temos, hoje, o projeto ABC, do BNDES, a linha ABC. Nós também repassamos o ABC via Banco da Amazônia, e tem a Biodiversidade. Seria o plantio direto, consórcio, floresta, pecuária, lavoura. Seria um ABC do Fundo, com a linha do Fundo Constitucional do Norte, porque a linha do BNDES é recurso específico dele. Só que existem características diferentes no limite. O BNDES é limitado a R$1 milhão. Nesse caso, pode ir a R$7,5 milhões para a nossa região e, na região bem depreciada, pode ir a R$10 milhões.

A inadimplência final, em 30/12/2011, foi 5,81. Essa inadimplência, hoje, está em 5.2. Ela vem sendo trabalhada porque nós tivemos um período grande de paralisação no ano passado. As coisas não foram tratadas durante aquele período. Nós estamos recuperando o tempo. Então, ela, caiu para 5.2 hoje.

Alguns detalhes, só para conhecimento de vocês. O Banco, além de fazer a política de desenvolvimento, é o principal agente estimulador da pesquisa na região Foram mais de 366 projetos contemplados, dez anos de assistência e busca de propostas que possam fazer a diferença.

Há algumas sugestões do que contemplamos. Um exemplo é aquela proposta da Universidade Federal de Tocantins. O biodiesel através da batata-doce foi uma proposta financiada também por nós, patrocinada por nós.

Há também outros casos também. Assistência rural. O banco fez um aporte de R$3 milhões para poder ajudar na assistência técnico-rural. Foi possível comprar carros, computadores, fazer treinamentos, lanchas, para poder dar melhor qualificação no processo de concessão de crédito para os mini e pequenos. Dois mil técnicos. Faço até questão de ressaltar, isso

não é papel do Banco, seria papel da Sudam, mas a Sudam está em fase de reestruturação. Então, para podermos alavancar e qualificar os nossos aportes, trouxemos para nós essa possibilidade de fazer essa qualificação. Então, dois mil técnicos foram treinados e vinte mil agricultores familiares também foram treinados com esses recursos repassados pelo Banco, R$3 milhões.

Aqui, alguns desafios para a Amazônia. Temos que buscar a questão do ordenamento mediante regularização fundiária, ampliação dos investimentos em infraestrutura, elevação do nível de organização dos pequenos produtores e das micro e pequenas empresas, a melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural, capacitação tecnológica, geração de conhecimento, pesquisa. Essas são algumas contribuições que a gente deixa.

Para poder não fugir ao tempo, vou tentar responder rapidamente as provocações dos colegas, que foram colocadas à mesa durante as exposições. Eu queria acolher essa sugestão do Dr. Gil. Para mim, também é surpresa dizer que, se temos relatórios disponíveis, porque esses relatórios não estão publicados. Recebi, agora, uma informação da minha assessoria de que de alguns relatórios têm que ser extraídas as informações estratégicas. Então, que se extraiam as informações estratégicas e se divulgue aquilo que pode ser divulgado.

Com a Lei da Transparência, não tem por onde. Isso aí tem de ser colocado, exceto as que forem consideradas estratégicas da empresa, com o caráter restrito, que vamos ter de colocar e dizer que isso está lá por ser enquadrado como caráter restrito.

As demandas aqui são tantas que vou tentar consolidar. Foi falado aqui sobre a questão do investimento em tecnologia, um projeto. Foi citado o nome da empresa. O que eu posso dizer para os senhores? Esse projeto é de 2003 e ele contamina, Dr. Gil, aquela questão dos investimentos que o senhor colocou lá. O senhor pode ver que, em 2004, foi para cento e sessenta e tantos milhões – 169, eu anotei aqui –, que é justamente o valor do projeto que foi colocado lá.

O que aconteceu? Quando chegamos à empresa, no meio de 2007, esse projeto tinha 85% do financeiro desembolsado e apenas 15 do físico entregue. Está sendo uma batalha forte. O colega Paulo, do TCU, está aqui. Ele acompanha. Nós temos tratado isso com muita seriedade, com muita rigidez. É o dinheiro público que foi colocado para fazer a modernização de uma empresa e esse recurso tem de ser aplicado. Hoje, existem, 87% do físico entregue, com 86% do financeiro desembolsado. E mais: em 2009 – é de conhecimento também do Tribunal de Contas –, nós provocamos uma mediação, buscamos um terceiro, uma empresa terceira, jurídico e tecnológica, para fazer a mediação desse problema do atraso.

O Banco da Amazônia saiu vencedor, e houve um retorno para o banco. A empresa que está fazendo a implantação do projeto retornou para o banco R$42 milhões.

Então, essa aplicação que foi colocada lá, esse aumento de investimento é esse projeto aqui que foi desembolsado e que não havia sido entregue. Hoje está 87% do físico entregue; 86% do financeiro pago. Eu praticamente não paguei nenhum centavo desse projeto, e conseguimos, por intermédio da gestão do diretor Antônio Carlos, que é o diretor de tecnologia, elevar o grau de execução desse projeto. Hoje, são 87% físico, e 86%, financeiro. E houve esses R$42 milhões que retornaram para o banco, que foi o processo que nós botamos de mediação para descobrir onde aconteceram as fragilidades e o retorno para todos nós.

Então, essa questão de TI, o banco precisa. Foi feita uma modernização jamais vista na história financeira do País. Propuseram uma coisa que realmente é muito ousada. Porém, eu entendo perfeitamente a disposição dos gestores à época. O banco estava realmente carente, quase que inoperante em função da tecnologia. Então, fizeram um projeto ousado. Envolve a frente *(Inaudível.)* bancária, uma frente RP e uma frente fomento. RP você compra no mercado. Existem vários fornecedores, você compra o produto, você instala, mesmo sabendo que há um grau de não execução de 70% na maioria das RPs. Quem entende de RP pode retornar sobre isso. Está retornando agora com uma força maior. Agora, fomento, não existe em prateleira um projeto de fomento, um sistema de fomento para você comprar. Os grandes bancos operadores de fomento no País chamam-se Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Nem o Banco do Brasil tem um programa de fomento da estatura do que está construído no Banco da Amazônia. Quer dizer, ousaram demais, e, nesse meio tempo, houve essa situação.

Eu cheguei ao banco e me deparei com essa situação, e não era uma matéria que eu conhecia. Tecnologia eu sei usar bem, mas não sei a construção de sistemas, de linhas, a consecução toda. Eu fui me permitir conhecer sobre isso.

Nós temos que entender também que, no mundo, cerca de 72% dos projetos de modernização tecnológica têm problema na sua execução, seja por falta de recursos, seja por estimativas errôneas, seja por problema na execução, seja na sua integração. Ou seja, é complicada mesmo a questão tecnológica, e tenho certeza de que o Dr. Paulo, que aqui está, deve ter

feito outras auditorias e constata que existe esse tipo de situação que você vai conhecendo à medida que você vai implantando, ainda mais no banco, em que um projeto muito ousado foi colocado.

Mas eu coloco aqui, Senadora: eram 44 sistemas esse projeto de modernização tecnológica. Quando eu assumi, havia apenas seis sistemas entregues e seis sistemas sem grande importância. Hoje nós já temos 39 sistemas entregues desse pacote de 47. Então, o banco já está se beneficiando dessas possibilidades, dessas oportunidades.

O Dr. Gil colocou também sobre São Paulo estar se beneficiando sendo o terceiro maior colocado dos benefícios de recursos do banco.

Na verdade, Dr. Gil, existem empresas que fazem essa contabilidade lá. Eu posso emprestar o FNO na agência de São Paulo. Agora, ele não é aplicado em São Paulo. Ele só pode, por força de lei, ser aplicado na região Norte. Então, esse recurso está aqui.

Um outro variante dos recursos do banco é que nossa mesa de câmbio está centralizada em São Paulo. Então, todas as operações de câmbio da Amazônia são feitas via São Paulo. Mas a geração dos benefícios e aplicação dos recursos é na região de atuação do banco, na Amazônia.

Uma outra situação foi colocada pelo senhor sobre a questão da elevação do passivo. O que acontece? Eu vou deixar esse ponto aqui, pois eu precisaria de uma atenção para poder informar.

A questão de despesas de pessoal, o senhor colocou que houve uma alavancagem das despesas de pessoal. Qual é a política do banco? A política nossa foi: ao entrarmos no banco, sentarmos à mesa da Fenaban, e o indexador que for tirado pela Fenaban o banco vai seguir e vai passar para os seus colaboradores. Então, nós estamos fazendo o que todos os demais bancos estão propondo para os seus colaboradores. Aquilo que é tirado na mesa da Fenaban, como indexador de correção, nós temos colocado. E realmente a categoria bancária, nos últimos aos, nos últimos cinco anos, todos eles têm conseguido, na mesa da Fenaban, a reposição da inflação mais aumento real. E isso, realmente, ao final, ele impacta na diferença, como o senhor colocou por aí.

Mas é uma decisão da diretoria, é uma decisão do conselho de administração do banco. E é uma política de ter uma sintonia. A partir do momento em que você aceita sentar à mesa da Fenaban, para poder, ali o que for negociado, você repassar, seria incoerente você sentar lá para pegar outros pontos, e aquele que é o principal, de interesse dos colegas bancários, nós não fazermos essa aderência àquilo que foi tirado.

Mas eu queria, então, retornar à questão do passivo que o senhor colocou.

Para poder resumir, todas as fragilidades que o senhor apontou em nível de balanço, elas não são de hoje. Eu, quando entrei no banco, com dois meses, eu fiz um relatório para o Sr. Ministro da Fazenda e coloquei expresso a minha preocupação com o que estava acontecendo. Não estou julgando ninguém, não é isso. É que o Banco da Amazônia, na sua história, teve uma concentração das suas receitas pautadas e auferidas da tesouraria. Setenta e oito por cento da margem de contribuição do resultado do Banco da Amazônia chegou a vir de tesouraria, em detrimento do repasse do crédito.

E aqui também quero corrigir um conceito. Foi dito por um parlamentar há alguns anos que os bancos públicos operadores dos fundos constitucionais preferiam não operar os fundos para deixar o dinheiro entesourado – se eu tiver falando algum linguajar que foge ao entendimento dos senhores, me deem uma corrigida –, se houver algum recurso que está lá para ser aplicado no mercado financeiro, vamos dize assim, no extramercado, para poder auferir receita.

Na verdade, aquilo que você tem em tesouraria, que é aplicado no mercado financeiro, é remunerado para o próprio fundo. Noventa e cinco por cento da receita que você auferir dessa intermediação financeira é alocado no próprio fundo. Ou seja, você está vitaminando o próprio fundo.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Vocês recebem taxa de administração por essa aplicação...

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Nós só recebemos a taxa, Senadora, quando nós aplicamos em crédito. Em crédito. O que nos temos é 5% do auferimento dessa receita para aplicar os custos operacionais para você botar o recurso no mercado, mas a taxa de administração você só recebe... Agora, é 5% do ganho no mercado, não é do recurso. Senão nós vamos... Não, porque já houve conceitos de todas as maneiras.

Então, Dr. Gil, aquela questão do endividamento ali está carreado para uma política ousada de tesouraria. Eu estava falando sobre a questão de 78% da concentração em tesouraria. O que acontece? Qual foi a minha preocupação quando eu fiz o relatório para o Ministro? O Brasil vinha num processo de buscar a queda das taxas de juros. Quando eu entrei, as taxas de juros eram de 16%. E já havia uma sinalização tanto dos analistas de mercado quanto do próprio Governo de que essa taxa de juros ia cair. Aí eu peguei, nessa concentração do banco, no seu resultado como tesouraria e fui ver. O meu colega que me antecedeu, no primeiro ano de gestão, ganhava em tesouraria 36%

de taxa de juros. Então, ele teve um resultado só em tesouraria de R$1,3 bilhão. Aí se você não aplica recurso, se você não intensifica cobrança dos créditos que estão inadimplidos, eles não vão aparecer, porque eles vão ser absorvidos por aquele colchão que você ganhou com as taxas de juros.

Eu peguei com 16% e sabia, já tinha indicativo do mercado e do Governo, de que essas taxas iriam cair. Então, estava claro que ia aflorar as fragilidades que aconteciam no banco. Então, isso foi muito bem mapeado a seu tempo, tanto que, ao descobrir isso e ao colocar ao Ministério de maneira muito tranquila e muito serena, por meio do relatório que ali entreguei, ali me foi pedido que fizesse uma reestruturação plena do banco. E, nessa reestruturação plena no banco que nós começamos a implantar, foi dito, com dez anos, nós vamos ter que trabalhar e buscar com muita intensidade essa maneira de você fazer o ajuste do banco. Você não consegue fazer uma reestruturação no que se propõe e no que se precisa para essa empresa num curto período de tempo.

Esses dias, quando caiu a taxa de juros agora, para o seu mais baixo patamar, eu escutei do diretor Antônio Carlos, do banco, porque eu mandei uma mensagem para eles, SMS. "Nosso desafio aumenta mais. Acaba de acontecer novamente a redução da taxa de juros. Multipliquem as suas metas". Daí ele me manda de volta. Ele é colega de banco, 33 anos de empregado no Banco da Amazônia. "Presidente, eu até prefiro. Que a gente agora saiba que a nossa sobrevivência depende do nosso trabalho, um trabalho qualificado, um trabalho mais ousado, de uma expansão forte daquilo que nós estamos fazendo". Então, isso está sendo colocado para os colegas: aquele banco... A maneira como a coisa acontecia lá no passado, que eu não estou julgando que era certo, que era errado. Nada disso. Muito pelo contrário. Ele só não cabe mais para o dia de hoje. Nós temos que agora buscar. E é aí que aumenta o passivo da gente. Nós temos que fazer uma política de tesouraria muito mais firme, efetiva, para que você possa obter aqueles ganhos que você imaginava que você tinha lá no passado, de R$1,3 bilhão – estou falando quando estava em 36%, mas já chegou a 49% a taxa de juros no País –, nós possamos buscar.

A política de tesouraria, também nós fazemos a proposição para o conselho de administração. O que fez com que nós nos endividássemos mais? Nós saímos de uma política de tesouraria que podia aplicar em títulos privados o máximo de 20%. E nós propusemos ao conselho de administração, como uma opção de nós conseguirmos buscar recursos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Vou concluir o mais rápido possível. Nesse momento em que existe essa dificuldade de crédito, nós pudéssemos colocar esses recursos em títulos privados, elevando para 28%. Apenas colocamos uma condicionante que, de 20%, que era o que existia, para 28% será só para clientes *triple way*, clientes com *rate* primeiríssima linha, para que nós pudéssemos alavancar a política de tesouraria. Então, isso impacta diretamente lá no nosso passivo.

Dizer aqui também sobre a questão transparência, passagem, essas coisas todas. Vamos trabalhar para poder colocar isso aí. Agora, eu posso garantir ao senhor. Se há uma pessoa que foi mais austera na questão dos gastos do banco da Amazônia, eu, com toda simplicidade, eu posso dizer que é esta diretoria. Nós temos trabalhado de maneira efetiva. Veja bem, eu venho para cá, vim do Rio de janeiro hoje, às seis horas da manhã, eu sequer ando com um assessor ao meu lado para poder me orientar em eventuais situações. Cartão corporativo. Eu sou capaz de afirmar: o que se gasta em cartão corporativo no Banco da Amazônia hoje não é 15% do que se gastava em 2006. Isso tudo não é porque se gastava mais, não. É porque nós temos pedido para poder trabalhar com austeridade, porque nós temos que controlar cada centavo gasto no Banco da Amazônia.

A política de reconhecimento dos empregados. Não usei minha caneta em nenhum momento para poder nomear ninguém. Desde a nossa chegada lá, é processo seletivo para que aqueles que têm o melhor preparo, que tenham buscado se aperfeiçoar possam ser contemplados. Então, essa é a política de funcionários.

Eu quero contemplar a sua sugestão aqui sobre a questão da despesa de pessoa. É que quando você faz... Um exemplo: a despesa pessoal de 2012 já está toda comprometida agora em junho, porque foram mais de mil pessoas treinadas neste ano. Então, temos que olhar a questão de valorização e da formação do quadro e também cuidar daquelas despesas que o senhor está me cobrando ali, que aumentaram. Então, é aquela dosagem: gasta daqui, mas há que haver o devido retorno do outro lado.

Sobre qualquer tipo de gasto. Sendo necessário, Sr. Presidente, eu tenho o maior presente em mandar para o gabinete do senhor quanto é que gastou em passagem tal ano, quanto é que gastou, não sei, em cartão corporativo tal ano. Estou à disposição. Isso aí é obrigação do gestor público. O dinheiro é da sociedade, e ela deve nos cobrar, e nós temos o dever de apresentar tudo isso.

Sobre o que falou o Dr. Paulo a política da PRDA, acredito que o Dr. Jenner tenha colocado para o senhor. A política é desenhada por uma serie de atores dentro do Condel da Sudam, por orientação do Ministério da Integração, e o Banco da Amazônia também é um autor dentro desse processo. E, em 2012, já temos a sinalização, já foi aprovada uma política para 2012, nós já nos comprometemos quando da aprovação dessa política, que foi lá em Manaus, no Condel, com o Sr. Ministro. Já está se buscando um aperfeiçoamento dessa política. Então, quer dizer, existe um trabalho feito e já direcionado para o aprimoramento isso tudo.

Os recursos concentrados na alta renda, como foi colocado aqui. É importante, mais uma vez, salientar: 92% do número de operações de crédito da Amazônia vai para o mini e pequeno. Noventa e coisa por cento do número de contratos. O que acontece? Logicamente, com uma operação de uma agroindústria, de uma energia ou de qualquer outro empreendimento de grande porte, ele consome e absorve diversos contratos em relação ao pequeno. Mas nós temos um olho crítico para essa situação. Os projetos que foram aprovados de energia, seja no Tocantins, seja no Pará, seja em Rondônia, todos eles tiveram o cuidado para que, na contratação, não fizessem um desembolso imediato. Em Rondônia, por exemplo, nós fizemos um desembolso em quatro anos. Aprovamos e, em quatro anos, fizemos o desembolso desse projeto. Tem uma *tranche* para ser feita agora.

O Paulo citou aqui um aumento nas contratações, e consegue enxergar também as contratações que são feitas agora e as que foram feitas no passado. Nós temos hoje muito critério nessas contratações. Logicamente, quem está no mercado, quem está investindo dinheiro, tem um risco associado a sua atividade. Nós temos trabalhado para fazer essa qualificação, e os colegas do Banco da Amazônia estão preparados para isso. No Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, nós temos feito desembolsos bem superiores ao que Banco da Amazônia tem feito em número de contratos, porque nós temos já... o Banco do Nordeste tem feito número de contratos, pela especificidade que fizemos: nós qualificamos o grupo, e o grupo consegue suprir e se colocar sobre isso.

Eu falei do FNO itinerante, mas também teve uma ação que tem ajudado bastante no desembolso, sobretudo para micros e pequenas empresas. Eu não vou passar ou outro *slide* que eu tinha. Alavancamos, saímos de R$12 milhões, R$7 milhões em anos atrás. Tenho a relação aqui. Em 2006, para micros e pequenas empresa, o Banco, em si, não aplicava R$20 milhões. Fizemos, em 2011, R$700 milhões.

Teve um avanço considerável em função também de um trabalho feito com o Sebrae, que é o Sebrae e o Banco da Amazônia mais perto da micro empresa. Isso está sendo possível. São 143 seminários sendo realizados na Amazônia. Todos os Estados já foram contemplados com esse seminário, e estamos caminhando para o final.

Foi colocada também pelo Paulo a questão de fiscalização de projetos. É um constante aperfeiçoamento. Contratamos 50 mil projetos por ano e temos que estar em cima de todos, acompanhando. Criamos uma gerência executiva efetiva para isso, que é a Gerência de Acompanhamento de Crédito e de Fomento, que é a Geafo. É do seu conhecimento. Na reestruturação, nós criamos essa gerência executiva específica para acompanhar os projetos. Agora, é uma luta constante.

A questão de controle também foi colocada. Também foi na nossa gestão, na nossa reestruturação. Você também coloca que nós criamos a gerência de controle e segregamos a gerência de risco. Essa gerência tem aperfeiçoado seus controles. Colocamos os coordenadores de conformidades, que é do conhecimento também do TCU, em cada superintendência. Esse coordenador de controle, na superintendência, não é vinculado ao superintende, mas ao diretor. Assim, intensificamos as contratações qualificadas, ou seja, qualquer contratação, hoje, acima de R$100 mil passa previamente pelo departamento do controle para ser contratada. No controle, identificamos se estão lá as licenças prévias, as garantidas constituídas, as assinaturas de todos os intervenientes do contrato, se foram cumpridas todas as exigências dos estudos pré-contratuais. Então, hoje, tem tido uma qualificação maior porque estão colocados esses analistas de controle. Farei uma proposição para a diretoria e para o conselho, se assim for permitido, de aumentar ainda mais, porque deu para ter a certeza de que, após a implantação da estrutura de controle no Banco em que o desembolso somente é feito após passar pelo setor, nós ganhamos em qualidade, e a carteira tem melhorado.

A questão de pessoal também foi colocada. Somente no ano passado, eu não tenho esse número muito preciso, contratamos em torno de 300 a 400 novos colegas. Esse concurso foi encerrado agora em junho. Temos uma limitação: o número de empregados do Banco permitido pelo Departamento de Controle das Estatais, como foi citado pelo senhor, é de 3.250. Estamos agora com um novo concurso em andamento, porque o anterior venceu agora em abril ou maio. Estamos buscando para fazer sempre essa reposição.

E eu quero me associar ao que foi colocado aqui também pelo Paulo: a questão dos bônus. Eu já ouvi

o pessoal da CNI, o pessoal do MI, vários colegas de várias instituições falarem sobre a questão do bônus ambiental. Eu, sabe, me associo a isso, também entendo que temos que ter taxas diferenciadas, mas eu queria fazer só uma consideração. Às vezes é atribuído ao Banco da Amazônia a fala "a taxa é alta". O Jenner sabe, quando eu vi a questão do PSI, eu fui lá. Não dá para trabalhar com uma taxa desse valor, sendo que estamos vendo a prática de mercado. Está certo que é para bens de capitais, como é o PSI do BNDES. Ele está muito aquém do que estou praticando, só que essas modificações acontecem no Congresso, em janeiro. Então, agora, tem que mandar uma MP para tentar trazer isso para ser autorizado pelo Conselho Monetário, e já está bem encaminhado, como foi dito pelo Jenner, não como gostaria, pois já gostaria de estar como o BNDES também, operando nessas taxas mais baixas. Mas é interessante. Está surgindo.

E reitero aqui, já com o Jenner, para a gente fazer um estudo para a área da Amazônia sobre essa questão do bônus ambiental. Tem muita gente fazendo muita coisa boa. Há projetos interessantíssimos, projetos em que não só existe a preservação, mas em que o próprio empreendimento é de baixa de emissão, e é importante que esses projetos sejam considerados.

Finalizando, o Jenner foi mais claro. Vou deixar passar essa questão que foi colocada para o MI, mas só cito o projeto estruturante. A Amazônia é muito carente. Tenho como entendimento que, se a política nacional de desenvolvimento regional e se o plano de aplicação do FNO permitir, é importante que aconteça um projeto estruturante. Ele gera emprego e renda e estimula toda uma cadeia de suprimentos que podem potencializar e melhorar a economia regional. Logicamente, também, para fazer uma operação para um grande proponente, tem que se ter a segurança de que, desembolsando esse recurso, não faltará para o pequeno e para o médio. Em momento algum, no Banco da Amazônia, na minha gestão, pelo menos, eu posso afirmar, se teve demanda para o pequeno e médio, teve assistência para o pequeno e médio.

Eu fiquei muito preocupado, e já externei isso em outras ocasiões, quando tiraram, reduziram – e falo reduziram, mas eu também estava no meio porque eu faço parte do conselho deliberativo – para 20% do montante de aplicação do FNO, porque podem surgir, e elas têm surgido, propostas interessantes em todos os Estados. Eu tenho me reunido com os governadores dos Estados para potencializar cadeias produtivas em todos os Estados: no Pará, o dendê; no Tocantins, o biodesel; no Amazonas, a seringueira, que tem avançado de forma muito interessante; no Acre, o peixe. Agora, vai chegar uma hora em que vai se ter que ter uma planta para beneficiar o dendê, uma planta para filetar os peixes, mas nós podemos ser, de repente, obstruídos de fazer isso em função da reduzida possibilidade de aplicação.

Mas o Condel está aí para ser discutido, os governadores têm assento no Condel, os Ministros têm assento no Condel. Se tiver que alguma fragilidade, a gente pode aperfeiçoar.

Eu vou encerrar por aqui. Se não atendi a todos, depois a gente pode aperfeiçoar. E fico à disposição para debater com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Abidias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vai ter o momento, Dr. Gil.

Eu registro a presença do Deputado Irajá Abreu. Seja bem-vindo a nossa audiência pública.

Passo a palavra à signatária desta audiência, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Presidente, Senador Acir Gurgacz. Obrigada mais uma vez pela presença de todos aqui.

Sr. Presidente do Banco da Amazônia e da nossa Comissão, que já me conhece um pouco, há dois assuntos por que eu tenho verdadeira obsessão para finalizar, para resolver, para buscar soluções, para que nós possamos não vencer a minha ideia, mas colocá-la de forma útil ao País: um deles é a questão do Código Florestal brasileiro, que já estamos em vias de finalização – se Deus quiser, vai dar tudo certo, procuraremos o maior consenso possível – e o segundo é a abertura dos portos do Brasil e a construção das hidrovias – e vou me dirigir à Casa Civil daqui a pouco. E eu inclui mais um terceiro ponto, que é o do Banco da Amazônia.

Eu só quero dizer para o senhor que o Banco da Amazônia não vai fechar. Nós não vamos deixar o Banco da Amazônia fechar, mesmo que muitas forças queiram que isso aconteça.

Com todo o respeito, Sr. Presidente, eu ouço aqui o Presidente do Banco falar como se nada estivesse acontecendo, como se eu não tivesse nada mais o que fazer, e nem o senhor, como se nós estivéssemos aqui apenas sendo injustos com V. Sª, como se estivéssemos aqui porque nós temos tempo de sobra a perder, como se nós estivéssemos aqui apenas para reclamar do Banco da Amazônia, para fazer algum papel e para fazer aqui um jogo de cena.

Eu sou a Presidente da CNA – todo mundo sabe –, e Presidente da Federação de Agricultura do meu Estado e construí a minha carreira defendendo os produtores rurais do Tocantins. Essa audiência hoje está

acontecendo porque os produtores rurais da Amazônia inteira não aguentam mais o Banco da Amazônia como ele está, principalmente depois da gestão de V. Sª. É considerado quase uma tragédia e motivo de riso e chacota quando alguém fala que vai entrar com um projeto no Banco da Amazônia. O senhor esteve no Tocantins um dia desses e disse ao Governador Siqueira Campos que tem R$1 bilhão para investir no Tocantins. Ele ficou animado, ele acreditou no senhor. E eu disse a ele para ter cautela e não tantas esperanças, porque essas promessas são vans e essas promessas não se concretizam.

Eu não estaria aqui, Sr. Presidente, se o banco estivesse minimamente trabalhando em condições medianas. O Banco está um desastre, o banco está um fracasso. É opinião minha, da torcida do flamengo e de todos os servidores do banco. Só o senhor que está certo? Só o senhor e o Ministério da Integração Nacional que estão corretos?

O Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia está aqui, o Sr. Sílvio Kanner. Ele veio hoje de madrugada de Belém para poder assistir à audiência, porque gostaria de poder falar, mas não deu tempo de aprovarmos o nome dele. Então, ele veio para assistir.

O banco esteve em greve até um dia desses, por mais de 90 dias, por insatisfação, porque os servidores – não sei se 90 dias, talvez mais, menos – estão apavorados com medo de perder o emprego, com medo de o banco fechar. Eles estão vendo o banco ir à bancarrota. O senhor fez uma opção não correta. Optou por tratar o banco como um banco comercial, mas este banco é de fomento. Se o senhor não está satisfeito com essa linha, o senhor saia desse banco e vá para o Banco do Brasil, que é a sua origem. O Banco da Amazônia é de fomento, meu senhor, e o senhor não pode utilizar esse fomento, esses recursos que não são seus, que não são do Banco que o senhor representa, mas do fundo constitucional. São valores constitucionais, da União, são valores arrecadados de imposto de renda para fomentar a minha região, que se encontra pobre. As maiores pobrezas estão no Norte e no Nordeste, justamente onde tem os dois bancos de fomento do Brasil. Parece que os dois bancos têm funcionado como uma praga e não como uma solução para as duas regiões.

Agora, na minha região, eu estou de olho nela, Sr. Presidente. Vou pegar o Banco da Amazônia até conseguir fazer com que ele volte ao que era antes.

Começo com as primeiras considerações.

Com relação à transparência, achei sua resposta imoral. Também concordo com a transparência. São doze anos, meu senhor, e o senhor está lá, se não me engano, desde 2007. Nós, a CNA construiu uma plataforma de gestão agropecuária, a maior do mundo em parceria com o MAPA, em três anos, e isso custou R$12 milhões. A sua dura doze anos e custou mais de R$80 milhões – custou R$140 milhões –, e o senhor não faz nada para que alguma coisa aconteça. O seu banco está morto, mórbido, não funciona. Nem se o senhor quiser o senhor põe a transparência na internet amanhã. Não prometa o que o senhor não pode cumprir, porque o senhor não tem sistema de TI para fazer. Isso é um absurdo, e muito me admira o Ministério da Integração Nacional assistir isso de braços cruzados e compatibilizar dizendo que está tudo a mil maravilhas, e nós estamos aqui fazendo um teatro, decerto, perdendo o nosso tempo, porque eu devia estar com a Ministra Gleisi Hoffmann, desde as 9h30 e estou aqui ainda.

Não, Sr. Presidente, não nos trate dessa forma. O senhor, por favor, reconheça a suas inabilidades, as suas deficiências.

Eu quero saber o seguinte: O que o TCU poderá ainda fazer, além dessa auditoria, com relação a essa famigerada empresa que cobrou R$140 milhões, há doze anos, e não entrega os sistemas? O senhor disse aqui que já entregou 39 sistemas, com seis, 42. Não sei onde está isso, porque não é sentido pelos clientes. Eu converso com os clientes durante 24 horas, converso com os presidentes de sindicatos rurais, converso com as empresas de projetos no Tocantins, mas ninguém sente a diferença desses processos que estão funcionando. Onde é que isso está funcionando? Esse Banco da Amazônia não é o do Tocantins e dos Estados da Amazônia, meu senhor. O senhor está contando de outro banco que não é o que eu estou falando.

Próximo questionamento, com relação às taxas de juros. Francamente, no mínimo, há um ano e meio as taxas do BNDES são de 5,5% ao ano. Os senhores estão descumprindo a Constituição, que diz que as taxas do Banco da Amazônia e dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste, Centro-Oeste têm que ser as mais baratas do País. Ou o senhor não conhece esse artigo da Constituição, da criação dos Fundos Constitucionais? Se o senhor não conhece, eu envio para o seu gabinete.

Teve reunião do Condel agora, no Amazonas. Durou não mais do que 15 minutos. Um Ministro, pelo qual eu tenho a maior consideração, o maior apreço, levantou-se e foi embora. Ninguém disse nada, ninguém discutiu nada e ninguém teve oportunidade de nada nessa reunião do Condel, no Amazonas. Em um ano e meio, vocês não deram conta de alterar essas taxas de juros no Condel? Quero saber se, a partir do momento em que o BNDES ficou com 5,5%, vocês vão

ter a dignidade e a ética de chamar esses produtores e esses empresários de todos os contratos que vocês assinaram, de lá para cá, de 6,5% e reduzir a taxa de juros deles à ré, à anterior, para cumprirem a Constituição, o que é obrigação de vocês, tanto do Ministério da Integração Nacional quanto do Sr. Presidente do Banco. Não há desculpas para o senhor não ter reduzido essa taxa de juros. Não há desculpas! Reunião de Condel se faz quando se quer. Tivemos uma há pouco tempo, e nem proposta de redução houve. Estamos ainda com taxas de juros de até 8,75%, de 10 pontos, sendo que no BNDES está 5,5%. Isso é descumprimento descarado. É crime de responsabilidade o senhor não ter alterado essas taxas de juros até hoje, e ainda vêm se justificar aqui nesta Comissão.

Como é calculada a inadimplência? Os créditos baixados em prejuízo estão contabilizados como inadimplência? Pergunto ao senhor sobre os créditos baixados em prejuízo há mais de 180 dias. Quero saber se o senhor vai continuar com a extinção do jurídico do Banco da Amazônia, se o senhor vai continuar só terceirizando o jurídico da Casa. Não é por nada, até gosto da terceirização, mas a CNA tem, como todas as confederações do País, como todos os bancos, o seu departamento jurídico. A gente sempre contrata e terceiriza processos especiais. Isso não é a normalidade, mas uma exceção, porque um departamento jurídico tem de ter o histórico da entidade. Isso é importante para que tenha sucesso nas suas atividades. O senhor destruiu o jurídico da casa. Não existe mais jurídico no Banco da Amazônia.

Não me interessam as suas risadinhas. Depois o senhor responde o que quiser.

Como se encontra o Basa em relação aos índices de Basileia I, II e III? Hoje, sem a remuneração do FNO, o Basa teria viabilidade econômica? Se nós pegássemos os fundos constitucionais, que não são seus, e passássemos para outro banco, se pudessem ser distribuídos para outros bancos... Isto nós vamos conseguir aqui: vamos distribuir esses recursos. Chega de cartel e de monopólio. O senhor não vai conseguir fazer isso com a minha região e com esses recursos. Pode-se afirmar que, sem o FNO, o Basa estaria enquadrado na Basileia hoje? Será que conseguiria, sem os fundos constitucionais? Ou a ineficiência da administração do Banco impediria que sobrevivesse até hoje sem os fundos constitucionais como muleta para essa administração?

Ao Ministério da Integração Nacional. Foram feitos estudos acerca da eficiência e eficácia da atuação do Basa como operacional do fundo? Quais são os resultados? Há dez minutos, o Presidente atual fez críticas à gestão anterior, mas o Ministério da Integração é o mesmo. *(Pausa.)*

Entendi como crítica. Por mais que o senhor diga que não foi, o senhor fez uma crítica.

Como é essa análise? Que importância o Ministério de Integração Nacional tem dado ao fundo constitucional do Norte? A gente percebe que na integração nacional, infelizmente, só há uma visão, quase que 80%, direcionada ao Nordeste. Estamos vendo todos os dias na imprensa esse direcionamento. Tenho o maior respeito pelo Nordeste. Sei das dificuldades, sei da sua importância, sei do sofrimento do povo nordestino, mas existe o povo do Norte. Precisamos que o Ministério da Integração Nacional esteja atento às condições do Banco da Amazônia. Quero saber como vocês têm analisado e feito a gestão do fundo pelo Banco da Amazônia? Vocês encaram como uma gestão temerária ou encaram como uma gestão que não requer preocupação? Os balanços foram aqui apresentados. Os lucros do Banco, antes do Sr. Abidias Júnior, acumulavam mais de R$900 milhões, mas hoje não passam de R$600 milhões. Os lucros do Banco estão diminuindo.

Com relação ao PNDR, o Sr. disse que, de acordo com o desenvolvimento, com as condições da região – segundo entendi –, não estão sendo cumpridos à risca. Vocês mesmos têm direcionado para outros setores e segmentos. O PNDR é feito pelo Ministério da Integração Nacional. Se ele não está a contento, deve ser mudado a partir de uma ampla discussão com o conselho de representantes, que são os Governadores.

O Tribunal de Contas disse aqui, Sr. Jenner, que recomenda aperfeiçoar os pareceres de avaliação da gestão do FNO. Por isso eu lhe faço essa pergunta. Estou lhe fazendo essa pergunta a partir de uma recomendação do Tribunal de Contas da União. O que o Ministério tem feito para melhorar e avaliar essa *performance*?

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer aqui alguns comentários a respeito de procedimentos da vida real, do preto no branco; do que está escrito e do que vem acontecendo com os gerentes no dia a dia. Primeiro, esse banco, a partir da gestão do Sr. Abidias Junior, decidiu pela alçada zero. Decidiu pela alçada zero!

Os gerentes das agências do Banco da Amazônia na região Norte não têm alçada. São figuras decorativas. Se não me engano, são R$20 mil.

Tudo tem que ir para a superintendência. E ainda tem o cliente velho e o cliente novo. Se o cristão for novo, 400 mil; se o cliente for velho, um milhão. E aí existe uma prática de que tudo vai para Belém, e se for um projeto de R$3 milhões, eles aprovam dois milhões

e mandam de volta para o Estado sem dar nenhuma justificativa de por que aprovaram dois milhões, e não três, comprometendo totalmente um projeto que foi montado. E assim com quase todos os projetos. Se vai de um milhão, volta com 800; se vai de 2 milhões, volta com 1,5, como se nada tivesse acontecido. É algo do tipo: altere o seu plano de negócio e daqui para lá não tem recomendação nenhuma.

Eu tenho notícia, Sr. Presidente, de que tem mais de cinco anos de concurso de analistas de projetos que nunca foram treinados pelo Banco da Amazônia.

Já falei sobre o sistema de TI, que a documentação, que as pré-análises dos projetos a serem enviados ao local de análise, que é a superintendência ou Belém, demoram tanto que na hora que voltam, todas as certidões, todos os documentos já venceram, e aí as pessoas precisam de novo de ir atrás de todas essas questões.

E, assim mesmo, imposição, que é uma das coisas mais graves para mim de todo o sistema. A imposição de produtos como o clube de férias ou contratos de capitalização.

Então, veja bem. Eu sou gerente do Banco da Amazônia. Aí chega o produtor rural para me tomar dinheiro emprestado. Eu exijo dele, depois de um ano, dois anos, para liberar o recurso, na hora da liberação... Depois da autorização, até o dinheiro chegar ao produtor são trinta dias. Ninguém sabe explicar por quê.

Aprovado, mais trinta dias esperando. Ele agora chega com a exigência de produtos.

Eu até acho que um banco privado, com recursos privados, totalmente seus, pode exigir o que quiser. Até que o cliente vista roupa preta para ir lá. Agora, com chapéu alheio, Sr. Presidente, como é que eu posso exigir produtos, vender produtos com chapéu alheio. Quer dizer, os fundos constitucionais não são do senhor, não são do Banco da Amazônia. O senhor não pode impor condições em empréstimos de dinheiro que não é seu. O senhor recebe taxa de administração para tanto. Porque o senhor já está muito bem pago e mal comportado pelo que recebe.

Então, como é que eu vou exigir de um cliente que está tomando dinheiro do fundo um título de capitalização ou um produto vendido pelo Banco da Amazônia?

O que eu tenho com isso, meu senhor? Eu não estou tomando dinheiro seu não, eu estou tomando dinheiro dos fundos constitucionais. O senhor não tem o direito de fazer isso, o senhor está agindo de má fé com relação a isso. O senhor que sustente seu banco com a sua competência, e não exigindo recursos alheios para que seu banco se sustente.

A demora nos procedimentos é de trinta dias.

Sr. Presidente, quando o projeto vai, Sr. Presidente da Comissão, Senador Acir, quando o documento vai para Belém, cada documento demora 15 dias de malote. Eles não têm sistema de TI para escanear e mandar na frente para as coisas funcionarem. Então, estão quase na época do jegue, quando o correio andava no lombo do jegue. São 15 dias para os documentos chegarem em Belém e serem incluídos nessa situação.

Agora, o mais grave da mudança que também ele fez foi misturar toda a questão comercial de fomento, sendo que 90% do dinheiro desse banco é fomento vindo dos fundos constitucionais. Mas ele mistura com a carteira só de comercial justamente para obrigar esse mesmo cidadão, esse mesmo servidor que está ali a usar as duas práticas. E o fundo fomento como instrumento do comercial.

Então, antes tinha alguém que cuidava do fomento e alguém que cuidava do comercial. Era desconectado. E assim é que devia ser. Vocês que fiquem competentes e vão vender produtos onde quiserem. E o fomento cumpria a sua obrigação de liberar os recursos do fundo. Quando ele junta os dois, eu imputo isso como... Má fé, não; até não vou dizer. Talvez não, talvez o senhor não conheça bem essas coisas. O que ele dá? Ele dá um instrumento para esse cidadão, ou seja, você só vai...

Você é o responsável pelas duas metas. Fomento e comercial. Ele pega e atrela uma à outra. Ele só libera o fomento se ele crescer no comercial. Aí ele mata o cliente, exigindo, Sr. Presidente, produtos pelos quais o produtor rural tem que desembolsar de R$1,5 mil até R$2 mil por mês para pagar. Eu esqueci o nome do produto, mas o produto mais utilizado. Plano de Previdência, por exemplo.

Exigem que um coitado de um produtor que não tem nem essa renda às vezes por mês vá pagar mesada de fundo de Previdência de R$2 mil por mês, sendo que não é a sua vontade. Para dar lucro ao banco e não aos fundos. E os títulos de capitalização.

Ainda, Sr. Presidente, normas e procedimentos. Como não existe o mundo da informática no Banco da Amazônia, eles não conhecem ainda, porque faz 12 anos, 140 milhões, e não deram conta de colocar para funcionar, então, repito, uma plataforma de gestão agropecuária maior do mundo, maior do que a americana, que vai rastrear todos os produtos do Brasil em três anos, por R$12 milhões. Não chega nem perto do que o senhor precisa no banco o que significa essa plataforma de gestão agropecuária.

As normas de procedimento mudam todo dia. Manual tal, manual tal. Não existe uma rotina na casa. Além de não ter treinamento para os pobres servidores, eles recebem todo dia um procedimento de Belém

e eles têm que procurar no manualzinho. Manual tal e tal refere-se ao manual 14, 15, 18. Aí ele tem que ir lá, porque não tem Internet, no 14, no 15, no 18, abrir papel por papel. Não há quem consiga viver desse jeito e trabalhar dessa forma.

Nós não vamos admitir que esses procedimentos continuem dessa forma. O senhor não é Deus para centralizar os recursos dos fundos constitucionais lá nas suas mãos, em Belém. Nós queremos o retorno imediato e significativo das alçadas dos gerentes do banco e da superintendência, nós queremos um treinamento imediato de todos os servidores que analisam projetos, e nós queremos uma providência imediata.

Se o senhor quiser contratar a CNA para fazer por um preço bem irrisório esse sistema de gestão de TI, eu acho que nós damos conta de fazer para vocês.

Nós queremos, Sr. Jenner, uma solução imediata para essa questão de TI. Isso é o cúmulo do absurdo e da incompetência, da insensatez e do descaso com a coisa pública. Nós queremos que isso seja revertido imediatamente.

Muito obrigada por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Kátia Abreu, que fez suas considerações.

Vamos iniciar pelo Dr. Jenner Guimarães, para que possa falar sobre as considerações feitas pela Senadora Kátia.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Senadora,...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de saber se é permitido ao Deputado Irajá fazer suas manifestações, ou, por a comissão não ser conjunta,... Ou se ele faria as perguntas todas de uma vez. Seria possível ele se manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu consulto a assessoria. É possível?

É possível sim. Pode.

Então vamos ouvir o Deputado, Dr. Jenner, e depois o senhor responde em bloco, que fica mais fácil.

Deputado Irajá Abreu com a palavra.

O SR. IRAJÁ ABREU (PSD – TO) – Bom dia, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem eu cumprimento, e aos demais expositores desta audiência pública, Sr. Abidias, Presidente do Banco da Amazônia, o Banco da Amazônia, hoje, está prestando um desserviço ao Estado do Tocantins e à região Norte do nosso País.

O Estado do Tocantins não representa nem 0,4% do PIB. E no ano passado, num evento que tive oportunidade de presenciar, um evento no Tocantins ao qual chamamos mais de 500 investidores, empresários, para ouvir ali as oportunidades que o Estado poderia oferecer, pude testemunhar um representante do Banco da Amazônia dizer de forma clara que os recursos do Banco da Amazônia serão direcionados aos clientes tradicionais do banco.

Imagine a ducha de água fria em 500 empresários – o Governador Siqueira Campos, a Senadora e eu, pessoalmente, trabalhamos para levá-los – ao ouvirem isso do maior banco de fomentos do Estado de Tocantins. Fiquei com cara de palhaço. Não tem outro nome dar.

Você vender, fazer uma propaganda enganosa e chamar pessoas sérias, idôneas e com boas intenções no Estado, que precisa ser industrializado, e ouvir do principal banco de fomento que aquele recurso só pode ser direcionado a cliente tradicional, só pode ser uma vergonha. Não entendo o porquê que o Banco da Amazônia, no Estado de Tocantins, tem essa orientação da diretoria ou da presidência do banco.

A Senadora Kátia Abreu comentou que os juros hoje do Banco da Amazônia estão incompatíveis. Mas ficarão ainda mais, porque, a partir do próximo semestre, o ABC, esse grande programa federal, os juros vão cair de 5,5% para 4%. E o teto de um milhão vai subir para três.

Então, como é que vai fazer agora o Banco da Amazônia para ser competitivo com o BNDES? Não existe outra forma a não ser cumprir a lei.

Como se não bastasse, esses juros que não são competitivos diante do Banco do Desenvolvimento, o BNDES, hoje o financiado de qualquer Estado, não só o do Estado de Tocantins, precisa passar por uma verdadeira via-sacra.

Fiz questão de trazer o formulário do Banco da Amazônia, que exige 48 documentos para que o financiado possa ter o seu projeto analisado. Só está faltando aqui – sabe o quê, Presidente? – exame de sangue ou de urina ou de fezes, porque todos os outros temos aqui. É inconcebível uma burocracia tamanha para que um pequeno, um médio ou um grande empresário ou produtor rural tenha o seu projeto submetido ao Banco da Amazônia.

Queria entender também por que o Banco da Amazônia, diferentemente de todos os bancos comerciais, exige daquele financiado, que está pleiteando 100 mil, 200 mil, 300 mil, seja de investimento e custeio, tenha que ter 30% do capital integralizado na sua empresa. Ou seja, se ele vai pleitear 100, ele tem que ter 30. É a contrapartida.

Agora, tem sentido um novo empreendimento, que vai começar do zero, esse financiado precisar de uma contrapartida de 30% do valor pleiteado? Não faz sentido. Então, não é a garantia. É a integralização do capital social da empresa. A sua empresa, para poder pleitear 100 mil, tem que ter 30 mil de capital social integralizado, fora a garantia de 130%, que se torna, na verdade, uma garantia de 150%, porque a avaliação tem um deságio de 20%. E o senhor saber disso.

Outra ponderação que queria fazer é que, realmente, não compreendo como é que banco trata o mesmo assunto de duas formas. Na hora em que você vai classificar o porte da empresa, Senador, classifica pela receita global anual. E não é só da empresa que está pleiteando o financiamento. Se você tiver mais do que 10% de participação em outras empresas ou atividade agropecuária, tudo isso é somado, englobado. Só que na hora de avaliar a garantia que o financiado vai apresentar o banco não aceita a garantia do global, dos empreendimentos, das empresas que estão por trás do grupo empresarial.

Então, não consigo entender. Na hora de provar a receita, leva em conta todas as receitas das empresas, seja agropecuária, comercial ou industrial; mas na hora de dar a garantia não pode. Só pode daquela empresa, objeto do financiamento. É uma coisa que não dá para entender.

Outra coisa que acho um retrocesso: por que o banco, que está recebendo um projeto de financiamento agropecuário, industrial, comercial, não se atém à empresa que está sendo objeto do financiamento? Ele tem que fazer uma devassa na vida daquele cidadão. Tem que analisar a saúde financeira da empresa, que tenha acima de 10%, seja de uma atividade fim ou de uma atividade meio, relacionado ou não relacionado. Qual é o sentido de se fazer isso? É para criar dificuldade? Porque não tem outra explicação.

O que está em questão é aquela empresa que está apresentando um projeto de financiamento e que o banco precisa ter a viabilidade, a garantia e o cadastro da empresa. Qual a razão de se fazer toda essa devassa na vida do sujeito?

Outro ponto, que também foi levantado pela Senadora Kátia Abreu, é com relação às alçadas ou às autonomias das agências. As superintendências hoje têm uma alçada para cliente tradicional, cliente antigo, de 1,2 milhão. E para clientes novos 800 mil.

Oitocentos mil numa superintendência, Presidente – V. Exª deve saber disso –, não é nada. Não é absolutamente nada. Se você fizer um projeto de investimento agropecuário, para citar aqui como exemplo, ele não consegue financiar uma propriedade pequena, de quatro módulos fiscais, que são 320 hectares no Estado de Tocantins.

E o banco operou, para pequenos, algo em torno de 31%. Os outros 60% dos recursos foram emprestados a médio e grande porte. Ou seja, não está atendendo nem à exceção, à minoria, que são os pequenos.

Então, qual é a razão de centralizar na matriz as análises dos projetos? É para ter poder e influência? Porque não há sentido. Quer dizer, que a superintendência não tem capacidade técnica para analisar os projetos? O que aqueles servidores qualificados estão fazendo lá, querendo trabalhar? Então, não dá para entender.

Outro ponto que tem sido objeto de reclamação pelos projetistas, pelos servidores, pelos financiados principalmente, é a taxa de avaliação da garantia, 0,5%. Nenhum banco, sem exceção, cobra essa taxa. Só o Banco da Amazônia.

Por que inviabilizar o projeto? De imediato, de cara, você paga na cabeça do projeto 0,5% para avaliar a garantia. Você nem sabe se o projeto vai ser aprovado.

Outro fato que vem acontecendo, com frequência, é que o Banco da Amazônia, em determinados projetos – e é legítimo o banco querer analisar com mais profundidade determinados projetos –, às vezes, vai *in loco* àquela empresa ou àquela propriedade rural ou àquela indústria, que é objeto do financiamento. Mas tem um detalhe: está indo com ônus para o financiado. Você quer imputar ao financiado uma dúvida do banco? Que é legítima, não está importando. Mas que faça à custa do banco e não do financiado.

É uma coisa inconcebível. É debitado na conta do correntista, na conta corrente do financiado. Ele não tem nem que perguntar, nem saber. É debitado.

Outro fato que também vem chamando a atenção e também foi lembrado pela Senadora Kátia é com relação às certidões. O Banco da Amazônia inventou – não vejo outro termo mais apropriado – um departamento chamado conformidade. Depois de tudo analisado – documentação, garantia –, depois da cédula emitida e registrada, ainda precisa passar por uma tal de conformidade, que foi criada. Essa conformidade, como se não bastasse todo tempo despendido pelo banco, pelo financiado, ele precisa reemitir as certidões todas.

É claro que o projeto não vai ser aprovado em 30 dias. Se a certidão tem 30 dias de validade, quando ela chega à conformidade tem que ser reemitida novamente, as 48 certidões – 48.

Bem, esse pequeno resumo, Presidente Abidias, só nos deixa muito clara uma realidade, que é o desempenho pífio do Banco da Amazônia. Prova disso são os números. De um bilhão, de orçamento, destinado ao Estado de Tocantins o banco só teve a com-

petência de aplicar 440 milhões, 44%. Nem a metade do recurso não foi possível aplicar.

Você sabe o que vai acontecer com esse banco, Presidente Abidias? O BNDES vai engolir esse banco. O que acontece com o ABC é o que está acontecendo. Estão todos os produtores saindo do Banco da Amazônia e buscando financiamento no Bradesco, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal. Qual é a razão da existência, então, desse banco? Não consegue competir com o BNDES.

Senador, precisamos refletir sobre esses dados. Precisamos entender o seguinte: quando a maioria está errada ou pelo menos é colocada como errada é porque tem alguma coisa. Não pode estar o senhor certo e todo mundo errado.

Despeço aqui com minhas palavras e agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Deputado, pela sua visita à nossa Comissão.

Pois não, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, que o Presidente do Banco pudesse ser o primeiro a se colocar. Eu preciso me dirigir à Casa Civil, porque já está passado o meu limite.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

Passo a palavra então ao Presidente Abidias.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Obrigado.

Senadora e Deputada, para mim não é nenhum desconforto, não é nenhum problema discutir fragilidade, discutir oportunidades e discutir onde eventualmente acontece alguma situação. Quero deixar claro que eu não discordo de muitas coisas que vocês falaram. Talvez não exista o correto conhecimento da assessoria de vocês para muitas coisas. Assim, não chegaram as coisas como realmente elas acontecem. Agora, eu jamais posso aceitar, Senadora, que a senhora diga que nós estamos fazendo vocês de palhaços, que nós trouxemos vocês para cá para isso, de maneira alguma. Existe, sim, aqui uma pessoa séria, uma pessoa que sempre pautou as suas ações dentro dos mais elevados padrões éticos e de governança. Eu gostaria de deixar muito claro para a senhora, para o Deputado e para todos aqui presentes que, se existem fragilidades, vamos nos sentar sobre elas e debater. Agora, realmente, essa atribuição, eu tenho convicção de que ela é excessiva e não acontece.

Eu não vou falar sobre o Código Florestal. Não é o caso.

Desde o início da minha fala, fui claro. Quando eu tomei posse no banco, eu entreguei um relatório, a pedido do Sr. Ministro, com muito do que nós estamos discutindo, sobretudo a questão patrimonial, que foi muito bem tratada aqui pelo Dr. Gil, a questão de resultado, a questão de índices e indicadores, todos que foram colocados. Comecei a minha fala aqui hoje colocando essa situação. Muito do banco não foi tratado a seu momento e da maneira como deveria porque existia um colchão de conforto que dava resultado e que não acontece. E já quero ir lá para o final, quando a senhora dizia que dava lucro de R$900 milhões na gestão anterior. Na verdade, em 2004, foram R$114 milhões; em 2005, R$116 milhões; e, em 2006, R$167 milhões. Então, a realidade dos fatos é essa.

Quero dizer, sobre essa questão de R$1 bilhão, que jamais falei que vai aplicar R$1 bilhão. O que a gente fala sempre, eu e o Dr. Siqueira Campos, com quem estive só este ano por duas vezes – nós debatemos e discutimos oportunidades –, para este ano, se não me engano, são 600 e alguma coisa. Eu falei que, se tiverem projetos, se tiver efetividade, se esses projetos forem bons, podemos buscar. Agora, juntando recursos da área comercial, da parte internacional e do FNO, é plenamente possível aplicarmos R$1 bilhão.

A greve dos funcionários foi por 77 dias, Senadoras. Se a senhora perguntar ao representante da associação, que eu não conheço, depois eu queria até... Essa greve foi excessiva. Ela não acompanhou... Demos mais do que os bancos todos deram e, ao final, ajuizamos o dissídio, e o Tribunal decidiu por um valor inferior ao que já tínhamos dado. Greve não é legal para ninguém. Greve não é legal, sobretudo, para a sociedade, que depende dos trabalhos. Nós fizemos, e eu estou disposto a passar à senhora, um leque de concessões aos funcionários do Banco. Falta muito? Falta. Agora, eu tenho que olhar para uma gestão de uma empresa e eu tenho que olhar pela questão dos colaboradores. É sempre assim. A dificuldade vai fazendo com que você vá entregando, e você vai acompanhando. Essa é a realidade dos fatos.

Em momento algum, quis dizer que não botei alguma coisa no sistema, porque não consigo colocar, porque não tem transparência. Eu vou querer saber como aconteceu a situação e por que não está lá um relatório que foi citado pelo Dr. Gil, e vamos fazer a coisa acontecer. É um direito de todos conhecer as informações. É direito de todos ter acesso às informações.

Essa questão da TI também, só fazendo um reparo, não são trinta e nove, mas seis entregues. Foram seis sistemas quando cheguei e nós avançamos até 39. Eu posso falar para a senhora todos os sistemas que nós conseguimos entregar. Agora, de fato, o

mais interessante, vamos dizer assim, para a fluência do Clésio, é o fomento. É onde não tem em prateleira.

Agora, gostaria de deixar bem claro, mais uma vez, que eu tenho dedicado energia em cima dessa situação, porque foi um projeto que não participei do deferimento, nem a diretoria participou do deferimento, mas temos trabalhado para ir salvando uma coisa que estava perdida. Isso é fato. O projeto era de 149 milhões, foi aditivado para 180 milhões, e nós já trouxemos de volta 42 milhões. Têm 25 milhões por liberar, que nós não liberamos, desde quando chegamos.

A taxa de juros, eu só posso dizer que vocês estão com a razão, mas a decisão de baixar a taxa de juros é constitucional, é dentro do Congresso Nacional, no mês de janeiro. O que está se propondo agora, Presidente? O Ministério da Integração e a Fazenda, diante dessa situação que nós estamos sofrendo na ponta, estão propondo que essa autorização passe a ser do Conselho Monetário Nacional. É isso que nós vamos tentar...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, por gentileza, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O senhor falou que é o Congresso Nacional que aprova a taxa de juros? Tem algum equívoco.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR – É por suposição.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não. Quem aprova a taxa de juros e rebaixa a taxa de juros é o Condel.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Não, não, perdão. Deixe-me fazer uma correção aqui. Ele colocou que era constitucional, mas não é constitucional. É Lei nº 10.177 estabelece que os encargos dos fundos constitucionais somente poderão ser alterados no mês de janeiro, quando a TJLP variar 30%, para mais ou para menos, o que não ocorreu. Diante desse quadro, o Ministério da Integração encaminhou uma proposta de medida provisória, que já está tramitando no SIDOF, para que seja alterado esse dispositivo legal para permitir que essa taxa seja alterada a qualquer tempo, por proposição do Ministério da Integração para o Conselho Monetário Nacional. A partir daí, a gente passará a ter uma flexibilidade maior para, nos momentos oportunos e necessários, fazer esses ajustes. Se a gente quiser mudar hoje a gente não consegue, porque a lei estabelece que é só no mês de janeiro e quando a TJLP variar 30% para mais ou para menos. Se a TJLP cair 29%, não se pode alterar a taxa mesmo em janeiro.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR – Então, é constitucional quando faz a proposição para poder passar a autonomia para o Conselho Monetário Nacional.

Deixe-me buscar aqui de novo.

Queria, por justiça e pelo trabalho que o Ministro tem feito para ajudar o Banco, esclarecer que a reunião do Condel, em Manaus, durou pelo menos duas horas e meia, Senadora, com a presença dele. Tiveram dois *ad referenduns*, um que ele soltou – falo ele, mas foi um trabalho de todos os componentes do Condel – em dezembro e outro em fevereiro. Nós tínhamos que analisar. Eu fui o Relator desses *ad referenduns*. Começaram a colocar na cabeça do Ministro a responsabilidade da coisa e ele pediu, então, que eu fizesse a narrativa. Tratamos de diversos assuntos, inclusive da criação das linhas emergenciais para o Nordeste... Não, no caso do Nordeste foi na Sudene, mas para a Amazônia, onde temos o problema das enchentes, e inclui o Pará, o Acre e também o Amazonas. Foram duas horas e meia, no mínimo. Depois, Jenne pode colocar isso para a senhora.

A senhora falou sobre extinção da área jurídica. Jamais, jamais! É preciso conhecer toda essa história, toda a realidade que está acontecendo. Eu não vou, numa plenária dessas, colocar o que acontece com o setor "a", "b" ou "c" do banco. Isso não cabe. Sou filho de procurador aposentado. Minha irmã é advogada há vinte anos da Funcef, Fundo da Caixa Econômica Federal. Tenho o maior respeito pela categoria. Agora, é preciso que a gente discuta o que realmente acontece. Não é isso! Que gestor, que precisa todos os dias estar sendo acompanhado por um profissional da área jurídica, vai extinguir, em sã consciência, um departamento desses? Não cabe. A senhora foi muito feliz quando a falou sobre a questão da memória, de conhecer a empresa. Isso é fato. É realidade.

A senhora nunca me recebeu. Eu estou disposto, a qualquer hora, a qualquer momento, sentar com a senhora para discutir cada problema que a senhora colocou aqui e botar a minha visão, botar o que eu penso, o que a diretoria do banco pensa, o que o conselho de administração do banco pensa, o que o Ministério da fazenda pensa. Podemos falar assim: "Olha, está tudo errado. Vamos pensar por aqui de novo?" É aprendendo, é buscando. Jamais, jamais, com colega algum, com categoria alguma, eu falaria em extinção. Agora, digo para a senhora, com toda a franqueza do mundo, se eventual categoria do Banco do Amazonas, e aqui eu aparto a jurídica, tiver qualquer situação que descaracterize o trabalho profissional, a responsabilidade, a ética nos trabalhos, eu não teria nenhum problema de capitanear um processo desse. Não é o caso que

acontece. Agora, tem muitas coisas que acontecem ao longo de anos e anos e que não dá para aceitar ficarmos vendo uma situação dessa, e não tratarmos disso.

Diferentemente do que a senhora pensa, quando a senhora coloca assim e me ataca de maneira assim tão ferrenha... E acho legal. Admiro as pessoas que realmente são sinceras e colocam o que pensam. Aqui tem uma pessoa que não deixa nenhum tipo de fragilidade acontecer sem dar o devido tratamento. Se a senhora conhecer a realidade dos fatos, as coisas que aconteciam e a maneira como eram tratadas, a senhora vai ficar assustada.

Nós tivemos uma campanha eleitoral para Presidente. A senhora viu que dos cinco bancos tratando, quatro foram com evidências à televisão por situações desagradáveis. E a nossa, não, porque era em cima. Eu falava para o diretores: qualquer situação de que eles venham suspeitar, eles não vão vir buscar, não; eu é que vou entregar vocês, porque não compactuo com esse tipo de situação e por essa questão.

A questão da Basileia, só para colocar para a senhora, nós temos nela hoje uma situação das mais confortáveis dos bancos públicos. Porém, tem um sinal de alerta, uma lâmpada amarela virando vermelha, pelo fato de a caixa da previdência – e pensei que vocês fossem tratar desse assunto também; e a senhora uma vez, em reportagem, tratou desse ponto, o que é correto, porque isso mexe com as finanças da empresa – sempre estar quebrada. Há problemática desde o dia em que ela foi criada; não foi dado o tratamento no seu devido tempo; e tem uma situação que temos de fazer e estamos em cima para poder tratar.

Sem considerar essa questão da caixa de previdência hoje, nós estamos com a Basileia de 17,3, o que é superconfortável. O Brasil, que tem uma necessidade acima do que é no exterior, que é de 9, o Brasil tem de 11. Então, estamos com 17,3.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Basileia não envolve fundo. Vou tentar colocar para a senhora depois. O que acontece? O Banco Central, periodicamente, pede para fazermos um teste de estresse. O que é isso? É agravar o risco das operações para ver se você, tendo um problema atípico, se você suporta. Mesmo assim, a nossa Basileia vai para 15,5, mais ou menos, algo nesse sentido. Então, sem considerar questão de caixa de previdência, está confortável.

Vou chegar à pergunta que a senhora fez: sem o FNO, tem viabilidade? Não, porque hoje a principal margem de contribuição, a principal receita, vamos falar assim, porque receita não quer dizer que é resultado, a principal receita advém do fundo. No passado, a principal, era a tesouraria. Falei que 78% do resultado do banco era auferido na tesouraria. Hoje, a tesouraria cai para uns 40% mais ou menos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, tesouraria é uma carteira de títulos. Você pega esse título, esse dinheiro, e coloca no mercado. Vamos supor, um banco pequeno quer comprar dinheiro para poder emprestar em CDC lá. Eu pego, cedo esse dinheiro para ele, e ele me paga.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – É uma mesa de operações.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – É uma mesa de operações. Tesouraria parece que é onde se guarda dinheiro, não é? Mas não é isso, não, Senador. Desculpe-me.

Então, hoje a principal margem de contribuição do Fundo, eu pego: taxa de administração *del credere*. A principal fonte, hoje, de auferição de resultado do banco é o FNO. Se tirar o FNO, não existe. O patrimônio do Banco da Amazônia – é algo que falei aqui e não sei se os senhores sabiam – é um; o patrimônio do fundo constitucional é outro. O patrimônio do fundo constitucional é 12 bilhões, 13 bilhões; o patrimônio do Banco da Amazônia é 2 bilhões. Então, são grandezas totalmente diferentes; as contabilidades são apartadas, tudo é apartado. O que vem para o banco é só a remuneração. E o banco pega 50% do risco dessa operação.

Então, a viabilidade da Basileia hoje nós temos, mas temos de ver essa questão lá na frente.

Distribuição de recursos, Senadora – e a senhora também falou na distribuição de recursos –, eu sou o primeiro a estimular isso. Inclusive com a Fomento-TO, como se chama lá, tentei, e, quando foi-se buscar a garantia do Estado, o Governador não quis fazer, tanto o Governador Marcelo; depois o Governador gaguinho; e agora o Governador Siqueira.

Então, tenho discutido isso. O Presidente da Fomento-TO é membro e eu sou vice-presidente da ABDE. Segundo ele me colocou, na hora de se prestar essa garantia, vai-se ao Tesouro, porque é o Governo do Estado. E por questões lá, não se viabilizou.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E as alçadas?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Vamos chegar lá. Críticas à nossa gestão? Pode criticar, Senadora. É o papel da senhora mesmo. A senhora foi eleita pelo povo; a senhora tem de defender o seu Estado. Eu acho que é um direito e dever da senhora estar fazendo isso. Não tenho nenhum problema quanto a essas críticas, embora ache que algumas coisas colocadas aqui foram excessivas e não fazem valer a realidade dos fatos. Mas estou disposto, a qualquer

momento em que a senhora quiser, vamos nos sentar; vamos lavar essa roupa suja, e me mostrar qual é a verdade dessa coisa. Estou propenso a fazê-lo. Talvez a senhora seja a única governadora do Amazonas com quem não tive a oportunidade de me sentar.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, desculpe-me, a Senadora da Amazônia com quem não tive oportunidade de me sentar. Mas é que a senhora com o cargo de presidenta lá supera; então, falamos governadora, porque talvez estamos vislumbrando alguma coisa para frente.

A questão das alçadas. A senhora está me cobrando aqui e vou antecipar.

O que acontece? A política de crédito é deferida por um conselho de banco. Não vou deixar alçadas – e aí estou falando em nome do conselho do banco – em agências que tenham um alto índice de inadimplência. Essas alçadas só são tiradas das agências quando elas superam o limite tolerável de inadimplência. E olha que o limite tolerável no Banco da Amazônia é totalmente superior ao limite tolerável do mercado.

Aliás digo, com experiência financeira que tenho em duas instituições e uma terceira em que passei por um trabalho, que 50% do crédito aprovado no Banco da Amazônia não é aprovado em outros bancos. A política de crédito do Banco da Amazônia é uma política de crédito muito mais tranqüila do que nas outras empresas.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Quer dizer então que, em vez de o senhor tirar o gerente que não cumpre meta, o senhor tira a alçada prejudicando os tomadores?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Na verdade, Senadora, é um conjunto. Hoje, todos os gerentes...Na nossa gestão, implantamos, e não sei se é de conhecimento de V. Exª, um *business caling card*, em que todos os produtos do banco, seja resultado operacional, seja índice de inadimplência, seja a venda de crédito, sejam os processos internos, são avaliados diariamente. Nós temos problemas de tecnologia, mas também temos muita coisa que está acontecendo.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, o problema é que os quatrocentos pontos que o senhor exige, o grande percentual deles é de venda de produtos.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, não. Eu posso afirmar...Eu quero me sentar com a senhora para ter oportunidade de mostrar que não é isso. A parte de seguridade, Senadora, não representa 10% dos quatrocentos pontos do acordo de trabalho. O peso dele é ínfimo em relação. Estou pronto para poder colocar isso aí. E se a senhora tiver a oportunidade e quiser, posso mostrar depois para a senhora.

A questão que foi dita aqui também sobre registros do TCU. Estou aqui com todas as...

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Pois não.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É só para não atropelar o assunto.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, perfeito. Fique à vontade.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Você tem o dado de quantos por cento dessas agências, na região como um todo, estão acima do limite prudencial da inadimplência?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Meu mestre, não tenho. Tenho aqui um quadro...

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Eu tenho aqui um quadro que me fala assim...Está naquela planilha...

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Mas é aceitável, não é?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Lógico.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É inferior a 5% das agências?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não, se estiver até 5%, está com alçada.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Não. Não é inadimplência de 5%.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – A inadimplência do banco hoje é 5,2%.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Sim. A pergunta não foi essa. A pergunta foi: quantos por cento das agências estão acima do limite prudencial da inadimplência?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Aí eu fico te devendo. Mas eu posso...

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Você prejudicar a maioria em detrimento da minoria...

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Tenho certeza de que é a minoria.

O SR. ZEZÉ PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pois é. Por que então tirar a alçada de todas elas e não daquelas que pontualmente estão acima do limite prudencial? Seria uma forma de puni-las.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Eu tenho aqui um arquivo. Depois, se tivermos tempo, ou então podemos conversar. Posso fazer esse levantamento. É um dado muito amiúde que não deu para... Não está nesse aqui. Não seria esse aí. Pode deixar, não é esse não. Mas posso analisar e ver para o senhor.

Só para eu me localizar. Ah, sim, aprovação de contas. Então, eu as trouxe; estão com o diretor:

Em 2007, as contas do banco – temos duas análises de conta, banco e FNO – estão aprovadas pela CGU e estão aprovadas pelo TCU. Em 2008, as contas do Banco e do FNO estão aprovadas pela CGU; estão aprovadas pelo TCU. Em 2009, as contas do banco e do FNO estão aprovadas pela CGU, estão aprovadas pelo TCU; as contas de 2010, banco e fundo, estão aprovadas pela CGU e estão sob análise do TCU. E às de 2011, ainda não terminou o processo de sua apuração e de análise.

Então, todas as contas estão aqui presentes, Presidente. Se necessário for, podemos deixar com a Mesa, pois elas estão comprovando que esse processo, todo ele, foi cumprido.

Agora, quero só fazer uma ressalva. Numa empresa do tamanho do Banco da Amazônia, com a quantidade de lançamentos de atores participando desse processo, sair com relatório sem ter nada, não existe esse gestor. Estou pronto para ver as contas de uma empresa do porte do Banco que consiga não ter qualquer tipo de registro. Esses registros pequenos que tem ali nenhum deles, nenhum deles, vêm a macular a conduta, a seriedade e o espírito ético dos gestores do Bando da Amazônia. Então, quero deixar isso bem registrado. As contas estão aqui. Não posso aceitar esse tipo de ilação para com o Banco.

A questão do prazo de análise, Senadora. É uma briga constante. Mas peguei o Banco... O prazo médio de análise era de oito meses, era de oito meses o prazo de análise de uma operação no Banco. Estou falando de operação de fomento, de um projeto. É mais complicado, é mais trabalhoso. Hoje, o prazo médio de análise de operações do Banco é de 65 dias. Logicamente, há projetos estruturantes, complexos, que vão durar quatro, cinco meses. Agora, existem projetos simplórios, que demoram dez, quinze dias. No número de projetos, a média de análise é de 65 dias. Os próprios analistas são avaliados por dia de projeto internalizado. Há um relatório, hoje, uma ferramenta... A gente fala de tecnologia, mas a tecnologia, através do Diretor Antônio Carlos, tem apresentado a nós, dia após dia, possibilidades de melhoria. Tem de melhorar? Tem. Agora, conheço o mercado. A senhora sabe que sou egresso do Banco do Brasil. Quero ver a gente fazer uma análise de projeto – lá nos trabalhamos com o BNDES – em 65 dias: mandar carta consulta, fazer a alocação de recursos, mandar para a central de análise, conseguir voltar e entregar. Agora, a senhora tem razão. A senhora tem de reclamar que esse prazo venha para 20 dias, que venha para 30 dias. É isso o que tem de acontecer. Já tivemos uma melhora considerável. Não poderia deixar de fazer esse registro porque seria, assim, até deselegante com os colegas que têm trabalhado para fazer essa melhoria.

Imposição de produtos. Falei que comigo, com a nossa gestão, impera a ética. Se estão querendo forçar alguém, vamos apurar. Vamos chegar... O Diretor Comercial está aqui e já sai com a missão de apurar onde está essa questão que a senhora colocou, que é casada. Fazer venda de produto e ser massivo na oferta para comprar e vender, o funcionário tem de fazer, sim. É um produto de banco. Agora, para eu te dar um recurso, você vai ter de fazer isso? Vamos apurar disciplinarmente se isso está acontecendo. A senhora, por favor, se tiver um caso específico – para poder facilitar – para ser moralizado, me passe porque vai servir de...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ninguém vai provar nada e ninguém vai atrás de nada, porque o cliente já está tão massacrado e louco para pegar o dinheiro – pois já está atrasado para fazer o seu projeto – que não vai se identificar, nem eu vou me propor a isso. Estou dizendo ao senhor o que acontece. O que ocorre? O senhor exige uma meta do gerente. O gerente não tem argumento, não tem outro atrativo. Ele usa o fomento para condicionar a venda do produto. Então, faz de conta que o senhor não sabe que o gerente usa esse artifício. É lógico que o senhor tem de saber que ele usa esse artifício, na hora de soltar o fomento, para vender os produtos. Na garganta seca, ele não dá conta de vender. Na situação em que as pessoas estão hoje, quem é que vai comprar esses produtos? Para quê? Titulo de capitalização para quem está pegando dinheiro a juros para poder fazer o seu investimento!?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Senadora?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não vamos fazer de conta não, Presidente. O senhor sabe que esse instrumento deve estar sendo utilizado. É lógico que está sendo utilizado. Se é exigido dele, ele vai usar o quê? Ele vai usar o instrumento que tem. Agora, fazer de conta que isso não existe? Pedir sindicância?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Senadora, a senhora não pode afirmar uma situação a mim. Estou falando para a senhora que desconheço e que não aceito esse tipo de postura dentro da empresa. Eu me proponho a tratar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Não é questão de conhecer, não é Senadora. A senhora coloca uma situação de forma aguda, mas não é dessa maneira. Estou me predispondo a conhecer essa situação.

Tem aqui uma pessoa que foi gerente do Banco. Eu tinha o melhor dos relacionamentos com ela. É a Drª Benildes. Está ali atrás. Qual foi o dia em que ela me procurou, com toda a liberdade que tinha, para conversar, para apontar essas situações? Jamais ela me levou isso. Você me falou alguma vez, Benildes?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Você trouxe a mim alguma vez?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Você trouxe a mim isso aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Por mim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Tinha toda a liberdade. Admiro a Benildes. Ela jamais me trouxe uma coisa dessas.

Agora, a senhora está dizendo e eu acolho. Vamos trabalhar, vamos buscar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos nos limitar aqui, Presidente, aos assuntos...

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – É porque é uma questão muito... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É porque temos uma audiência pública marcada para as 11h. As pessoas já estão aqui.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – A senhora falou sobre impressora corporativa. "Não dá para escanear?" Nós trabalhamos com uma impressora corporativa, sim. Dá para escanear e mandar lá para o outro lado, Senadora.

Mistura de comercial e fomento. O que nós fizemos, na reestruturação, foi justamente isto: apartar o que era comercial do fomento. Criamos gerências específicas para grandes clientes, para pequenos clientes e para pessoas físicas. Reitero aqui, como foi falado aqui pela Senadora umas três vezes, a questão da má-fé. Senadora, não existe da minha parte. Não sou uma pessoa que trabalha nesse nível. Não é essa a minha maneira de ser.

Manual de normas – busca ao manual. O manual de normas é eletrônico. Você vai ao sistema e busca as normas.

Por fim. A questão do crédito, Presidente, da política de crédito do Banco. Se termos de aperfeiçoar é o que vai vamos buscar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Presidente.

Só para mencionar. De repente, o Banco da Amazônia, de Tocantins, parece que é diferente do Banco da Amazônia de Rondônia. Em Rondônia, nosso agricultor tem acesso ao Banco com facilidade, tem uma parceria com o Banco. De repente, é um Banco diferente, administrado de forma diferente. Mas, Deputado, Senadora, a experiência que nos temos em Rondônia, com relação ao Banco, é muito positiva. O Banco da Amazônia ajuda muito a economia do nosso Estado, com o pequeno agricultor, com o médio agricultor, com a indústria. De repente, houve um problema localizado. Não vou dizer pessoal porque não acredito que seja, mas localizado no Estado do Tocantins.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só para fazer aqui um breve comentário.

Quero primeiro cumprimentar o Presidente Abidias e os demais convidados. Quando fui Governador em Rondônia, o Presidente Fernando Henrique tinha sido recém eleito para seu primeiro mandato como Presidente da República e chamou todos os governadores do Norte para discutir o Basa. O Basa estava em uma situação tão complicada que a intenção do Governo Federal era liquidá-lo ou transferir as ações do Basa para o Banco do Brasil. Os governadores fizeram um apelo porque o Basa era muito importante para o Estado do Amazonas, para financiar os nossos produtores e empresários. Ela nos atendeu buscando a Drª Flora Valadares. Disse que iria dar um tempo para ver se o Basa conseguia se recuperar. Aí assumiu, naquele momento, a Drª Flora Valadares. Ficou lá por um período. O Basa começou a se levantar.

Então, a pergunta que eu queria fazer ao Presidente, além de parabenizar o Banco da Amazônia pelos investimentos que tem feito no meu Estado... Como falou o Senador Acir, nosso Presidente, não sei o que está ocorrendo nos outros Estados, mas em Rondônia nos temos um histórico de sucesso do Ban-

co da Amazônia. Em média, 1 bilhão por ano. Talvez até mais, em alguns anos, por causa das usinas. São empreendimentos e investimentos que têm fomentado a economia do nosso Estado. Mas a pergunta que eu queria fazer é: como está neste momento? Naquele momento , há 15 anos, a saúde de Banco era muito ruim. Então, pergunto: como está hoje a saúde do Banco da Amazônia?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Obrigado, Senador Raupp.

Realmente, tivemos diversas oportunidades de discutir o Estado de Rondônia e a Amazônia. V. Exª, como Presidente do PMDB, já presenciou em outros Estados a gente buscando essa situação. Fiz um *review* aqui. Nosso colega da CNA mencionou, realmente, a questão dos indicadores do Banco.

Existe uma questão muito forte. O Banco tinha uma dependência da carteira de títulos. Não tinha operações de crédito, no passado, e dependia da carteira de títulos. Como a Selic chegou a 45% neste País, você não precisava fazer nada que as coisas não emergiam, ou seja, eram consumidas por esse colchão de liquidez. Com a Selic a 50%, você tem lá... Tenho hoje uma carteira de títulos de R$6 bilhões. Se for 50% a taxa de juros, R$6 bilhões. Se hoje essa carteira de títulos me desse 50%, o que aconteceria? Ela me daria R$3 bilhões. Para que buscar aplicações, para que buscar a realização de outras coisas? Então, o que aconteceu? Nesse tempo todinho o Banco ficou nessa situação. A taxa de juros mergulhou. O que acontece? Hoje nós temos que, de fato, incrementar negócios para que você possa ter receita. E esses negócios têm de ser incrementados não somente via repasses, mas também na estrutura de outras operações que a gente tem buscado. É preocupante? Esse cenário não me pegou de surpresa. Com dois meses, quando entrei no Banco, já foi colocado isso para o Ministério. Colocamos que isso, com dez anos, vai ser batalha pesada fazer essa situação acontecer. As ferramentas têm que chegar junto com isso aí, e nós temos que ter também o retorno dos colegas no seu ponto de trabalho.

Se você pegar um indicador, como foi questionado pela Senadora, Basileia, essas coisas... Hoje nós ainda temos um conforto, só que nós temos projetos e problemas que são da história da empresa, que são pontos de alerta, como o caso da caixa de Previdência. A caixa de Previdência, para se estruturar aquilo lá, precisa um valor estratosférico. Então, tem essa questão, essas dificuldades.

Agora, o Banco não trabalha só com FNO. No Estado do senhor, fizemos aplicação com o FNO, fizemos aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, fizemos aplicação da carteira própria, fizemos aplicação do BNDES e fizemos aplicação de recursos próprios. Então, o Estado do senhor recebe recursos hoje não só oriundos do fundo, mas de todas as linhas. Até fundo da Marinha Mercante, nós já conseguimos para o Estado do senhor, porque tem uma atratividade na navegabilidade que passa por lá.

Então, eu digo ao senhor, e é de conhecimento pleno, é um desafio muito grande. Aquilo que se poderia auferir com taxas de tesouraria, que é onde está a carteira de títulos, está chegando no limite, no fundo do poço. Essa taxa de juros pode cair, se a economia se comportar, se a união europeia deixar, mais um ponto, ao longo de dois anos, mas chegou quase na sua estabilidade. O desafio agora é ter pouco retorno de tesouraria ou potencializar, aumentar o risco da sua tesouraria. Hoje nós temos 28% para títulos privados e 72% atrelados à Selic. Então, somos muito conservadores na administração da carteira de títulos.

Então, respondendo diretamente a pergunta que o senhor fez, é usado, tem que trabalhar forte, tem que acompanhar de perto cada gasto feito, tanto é que hoje, em 2012, o Conselho de Administração aprovou um programa que está calçado em um tripé: potencializar mais a aplicação do FNO, reavaliar todos os custos e contingenciar R$100 milhões na despesa do banco. Então, nós temos feito desta maneira...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O que se tem disponibilizado para cada Estado de abrangência do Banco da Amazônia para esse ano de 2012, para investimento?

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – O todo, não é? FNO?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) **–** Do FNO.

O SR. ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR – Esse ano está disponibilizado R$4,020 bilhões. Quando fizemos o plano de aplicação, aquele que nós vamos discutir com todos os Governadores, Prefeitos e entidades, que sentamos para discutir, era R$4,020 bilhões, mas era uma estimativa, porque foi antes de fechar o ano e depende do Tesouro fazer as suas arrecadações. O Tesouro refez as suas arrecadações e tem uma perspectiva de aplicação, somente do FNO, para 2012, de R$4,4 bilhões. Aplicava-se, em 2006, algo em torno de R$800 milhões de FNO. Nós estamos falando de aplicar R$4,4 bilhões. Só na nossa gestão, eu projetei aqui de 2007 para cá, aplicamos quase R$12 bilhões do FNO. Quando se pega a gestão anterior, era R$4,3 bilhões. Agora, o mercado melhorou, as oportunidades estão crescendo, os senhores estão levando empreendimentos para a região e, com isso, o banco pode fazer a assistência creditícia e potencializar.

É muito recurso, tem muito recurso para aplicação, e não foi só do FNO. O Fundo do Desenvolvimento da Amazônia não aplicava nada. Nós aplicamos de 2007 para cá R$3,7 bilhões, é mais ou menos o que o senhor... era mais ou menos essa...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu preciso dar vazão aqui para os nossos trabalhos.

Com a palavra o Dr. Jenner Guimarães para as considerações finais.

Nós temos uma audiência pública às 11h da manhã com outro tema e nós precisamos avançar.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Senador, procurarei ser bastante objetivo.

Eu queria só fazer um comentário aqui a respeito das ponderações que foram feitas pela Senadora Kátia Abreu e pelo Deputado Irajá Abreu com relação ao posicionamento do Ministério da Integração.

Não compete ao Ministério da Integração, e não foi isso que nós dissemos aqui, fazer avaliação do banco. O Banco da Amazônia, assim como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, é vinculado ao Ministério da Fazenda e supervisionado pelo Banco Central. Não é competência, absolutamente, do Ministério da Integração analisar e muito menos se posicionar sobre o desempenho do banco como instituição financeira. O que nós fazemos é um acompanhamento mensal do fundo. Com relação ao acompanhamento mensal do fundo, é que eu me pronunciei aqui no sentido de que o que está previsto na política nacional de desenvolvimento regional está sendo buscado. Obviamente, não há uma aderência de 100% pelos motivos que eu expliquei aqui. Existem problemas relacionados com a própria PNDR. Por isso, estamos trabalhando dentro do Ministério para ajustar a PNDR, o que não é de competência da Secretaria de que exerço o cargo, mas da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração. Isso obviamente tem que ser bastante discutido. Não é uma mudança que você faça com uma canetada. É preciso envolver, sobretudo, os Parlamentares, que têm experiência dos Estados e que podem trazer grandes contribuições para isso.

Sobre a questão dos relatórios dos fundos, eles são apresentados semestralmente. São divulgados e publicados na internet. Nós, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração, também teremos imenso prazer de, se vocês necessitarem de alguma informação que eventualmente não consigam no Basa ou na internet, responder as questões dos senhores.

Eu quero também enfatizar a questão da CNA como parceira inclusive da modelagem dos financiamentos. Nós inclusive constituímos um grupo de trabalho no Ministério da Integração, por solicitação da CNA, para que levássemos em consideração uma série de ponderações que a CNA tinha a fazer em relação à aplicação dos fundos constitucionais. Boa parte delas foi levada em conta quando da programação dos fundos constitucionais para o ano de 2012. Estamos abertos. Obviamente, alguns pontos ainda ficaram pendentes, algumas coisas dependem de lei, dependem de uma série de fatores – como eu disse, não é simplesmente uma canetada de um ministro que pode resolver –, mas, naquilo que foi possível atender – e vejo que temos colegas aqui representantes da CNA que podem confirmar o que estamos dizendo –, o Ministério da Integração tem buscado esse entendimento e tem levado isso em consideração.

Sobre a questão da taxa de juros, já falei aqui que há necessidade de alteração. É um dispositivo legal. Essa situação, contudo, em que a taxa dos fundos constitucionais se apresenta incompatível ou pouco competitiva em relação às taxas do BNDES não é de um ano atrás. É uma situação de agora, surgida com a queda dos juros. Na verdade, a menor taxa praticada pelo BNDES é 5,5%, mas o BNDES tem taxas que variam de 5,5% a 10%, 11%, 12%, e a dos fundos constitucionais, no caso o FNO, têm também um escalonamento de acordo com o tipo de atividade, de acordo com o porte do produtor. Então, se nós pegarmos a maior taxa do BNDES e compararmos com a maior taxa dos fundos constitucionais, a taxa do BNDES se apresentava maior; se pegarmos a menor taxa do BNDES e compararmos com a menor taxa dos fundos constitucionais, também verificaremos facilmente que a taxa do fundo constitucional é menor. Houve uma perda de competitividade em função da redução imediata das taxas do BNDES, que não dependiam de lei. Estamos tentando trazer a mesma redução proporcional para as taxas dos fundos constitucionais, mas, para isso, nós precisamos mudar a lei. Esse processo está tramitando e, para isso, contamos com a colaboração dos Srs. Parlamentares, que muito podem ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco PDT – RO) – É essa medida provisória que está para ser assinada...

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – É essa medida provisória que está tramitando, já deve ter chegado na Fazenda e deve estar chegando em breve aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não foi emitida ainda. Ela está em estudo.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Não, ela não foi emitida, porque como nós dissemos, está faltando um último entendimento com relação ao tamanho da redução. Não tenham dúvidas os senhores de que essa taxa, com toda a certeza, vai se apresentar logo, logo, em patamares novamente inferiores ao BNDES. A expectativa do Ministério da Integração é que essa queda se dê na mesma proporção. Até sexta-feira da próxima semana, certamente, um entendimento entre o Ministro Guido Mantega e o Ministro Fernando Coelho Bezerra vai por um ponto final nessa questão e a medida provisória vai chegar aqui ao Congresso para que seja relatada por alguém. Esperamos obter o apoio para o tamanho da redução que queremos fazer.

Sobre a questão do banco... Eu queria falar primeiro sobre a questão do Conselho da Sudam e do Condel.

As reuniões são normalmente rápidas. Há de se convir que não dá para reservar a agenda de nove Governadores e representantes de diversas entidades de classes por dois expedientes. Esta reunião é feita em um expediente inteiro, em geral, das 9h ao meio-dia. Todos os temas que são levados ao Conselho são previamente tratados em um comitê técnico, que conta com a participação de representantes de todos os Estados e de todas as entidades que têm assento no conselho deliberativo da Sudam. A gente não tem motivos para questionar ou arguir que o Ministério da Integração não tem dado a devida atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso é conhecido. Não é uma novidade. É uma prática normal.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO – Quanto ao banco, eu diria que ao Ministério da Integração não cabe sequer questionar o Banco da Amazônia como instituição financeira. O Fundo Constitucional é alocado através do Basa até por imposição constitucional. Existe o Ministério da Fazenda para fazer cumprir esse papel e existe o Banco Central, os órgãos de controle. Do ponto de vista, e foi o que a gente colocou aqui, de atendimento e perseguição ao cumprimento de toda aquela programação que está estabelecida, o Banco da Amazônia tem sim apresentados os resultados e o esforço comprovado para atender essa demanda. É óbvio, como a gente colocou aqui, que havia distorções passadas. O ano de 2011 foi de aprendizado para nós, que assumimos o Ministério da Integração a partir de janeiro. Todas as mudanças necessárias para que esses objetivos sejam alcançados estão sendo implementadas, inclusive, com a forte parceria com a própria Confederação Nacional da Agricultura, parceira, principalmente, no que diz respeito aos financiamentos da área do crédito rural.

E no caso de TI, questões legais relacionadas a contrapartidas ou exigências outras que o banco esteja fazendo, existem os canais competentes, e, obviamente, não é o Ministério da Integração. Qualquer prática danosa que venha sendo praticada pelos agentes financeiros, não só os públicos, mas também os privados, deve ser levada ao conhecimento do Banco Central, obviamente, primeiramente, à ouvidoria da própria instituição, que, obrigatoriamente tem que responder a essas demandas.

Queria deixar registrado aqui apenas que há o compromisso do MI. Estamos abertos, Deputado, para qualquer questionamento. Para qualquer coisa relacionada aos fundos regionais, aos fundos constitucionais, o Ministério da Integração estará inteiramente disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários; mas sobre o banco, como instituição financeira, quanto à sua liquidez, quanto aos seus procedimentos operacionais internos, infelizmente, isso não é da nossa competência. Lembro, inclusive, que nós, como maior supridor de *funding* dos bancos do Nordeste e do Banco da Amazônia, estamos reivindicando junto ao Ministério da Fazenda um assento no conselho de administração desses bancos, o que não temos. Então, nem por esse lado, pode ser cobrada ainda do Ministério da Integração qualquer opinião ou pode o Ministério expressar qualquer comentário relacionado ao desempenho financeiro e operacional desses bancos, especificamente, aqui, no caso o Banco da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Jenner.

Antes de concluir, sabemos, Dr. Abidias, que o Basa tem ampliado as suas agências no Estado de Rondônia. Temos em Jaru, em São Miguel, em Pimenta Bueno a inauguração do Banco este ano, mas, em contrapartida, temos um problema localizado em Cujubim, onde foi fechada a agência em função de assaltos da região. Então, fica aqui o nosso pedido para que retomem novamente a agência, esse entreposto em Cujubim, porque é importante, é uma agência que ajuda muito a fomentar a agricultura no nosso Estado, naquela região, que é uma região isolada. Faz falta essa agência do Banco. Então, fica aqui o nosso pedido.

Agradeço a presença do Dr. Gil, Dr. Abidias, Dr. Jenner, Dr. Paulo. Agradeço a presença de todos.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 8 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada ás 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE JUNHO DE 2012.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia quatorze de junho de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP e WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 24, de 2012 – CRA**, de autoria dos Senadores Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Antonio Russo e Cyro Miranda, aprovado em 31.5.2012, com a finalidade de discutir a redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos destinados ao setor agropecuário, com a presença dos seguintes convidados: **João Rabelo** – Secretário Adjunto de Política Agrícola da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – **MF** (em substituição ao Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda); **Wilson Vaz Araújo** – Diretor do Departamento da Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA** (em substituição ao Exmo. Sr. Mendes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); **Rosemeire Cristina dos Santos** – Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA** – (em substituição a Exma. Sra. Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); **Paulo César Dias do Nascimento Júnior** – Analista de Mercado da Organização das Cooperativas Brasileiras – **OCB** (em substituição ao Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras). Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka, e Sérgio Souza. **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, de 2012 – ASSUNTO:** Requer, nos termos regimentais, a realização seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de debater e analisar "Políticas de mitigação de diferenças regionais na Amazônia através da organização ambientais das cadeias produtivas, compensações e agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar, do extrativismo e da silvicultura", a realizar-se na cidade de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia, no dia 06 de julho de 2012, sexta-feira às 14 horas, horário de Brasília, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; Representante do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – **ICMBio**; Representante do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – **MDIC**; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Representante do Governo do Estado de Rondônia. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Requerimento. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, de 2012** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a atual crise por que passa a suinocultura brasileira. Para tanto, sugere que sejam convidados: Sr. Mendes Ribeiro Filho – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sr. João Rabelo Júnior – Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Marcelo Lopes – Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (**ABCS**); Sr. Pedro de Camargo Neto – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (**ABIPECS**); Sr. Sussumu Honda – Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (**ABRAS**). **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Sérgio Souza. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Requerimento. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência das Srªs e dos Srs. Senadores, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos, mais um requerimento que passo a ler.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 25, DE 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos regimentais, a realização seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de debater e analisar "Políticas de mitigação de diferenças regionais na Amazônia através da organização ambientais das cadeias produtivas, compensações e agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar, do extrativismo e da silvicultura", a realizar-se na cidade de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia, no dia 06 de julho de 2012, sexta-feira às 14 horas, horário de Brasília, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio; Representante do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Representante do Governo do Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Mais um requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 26, DE 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a atual crise por que passa a suinocultura brasileira. Para tanto, sugere que sejam convidados: Sr. Mendes Ribeiro Filho – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. João Rabelo Júnior – Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Marcelo Lopes – Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS); Sr. Pedro de Camargo Neto – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS); Sr. Sussumu Honda – Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Sérgio Souza

Com a palavra, para debater, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bem rápido, Sr. Presidente, pois já estamos prontos para ouvir nossos expositores sobre a questão da taxa de juros para o Plano Safra, 2012/2013.

Quero dizer que, no dia de ontem, o Senador Sérgio Souza, que subscreve também este requerimento, e os Senadores por Santa Catarina, Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Paulo Bauer e eu própria, estivemos em uma peregrinação, uma verdadeira maratona de audiência, com o Ministro Mendes Ribeiro Filho, com o Secretário João Rabelo que, aliás, abriu a agenda e o agradecemos – daqui a pouco falará para nós. Agora, de manhã, na audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann, levamos a ela a gravidade deste problema. Estamos tratando dos criadores de suínos e não de uma cadeia produtiva, mas dos criadores de suínos, não só os que trabalham de forma integrada com as grandes indústrias, mas também do criador autônomo ou independente.

Se, em 30 dias, não forem tomadas pelo menos duas medidas, uma de prorrogação dos créditos ou dos financiamentos de custeio e investimento e também a abertura de um crédito para retenção de matrizes, haverá uma quebradeira geral. Não é nada de terrorismo, não é nada de alarmismo, mas é a situação real que o setor está vivendo, por isso, a solicitação.

Se for possível, dada a urgência que o tema requer, Presidente Acir Gurgacz – e V. Exª é muito sensível a isso –, se possível fazer essa audiência pública no dia 05 de julho, o que seria em um tempo hábil porque, semana que vem, não teremos sessões deliberativas em função da Rio+20. Então, se puder ser agendada para 05 de julho, ficaria muito grata a V. Exª em nome dos Senadores por Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e de outros Estados, porque estavam presentes, também. Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. De fato, é um tema recorrente e nós precisamos tomar providências urgentes.

Em votação o requerimento para marcar a data para o dia 05 de julho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a audiência pública para o dia 05 de julho. Que se expeçam os pedidos convidando os nossos convidados.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 24/2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, Senador Antonio Russo e Senador Cyro Miranda, aprovado dia 30 de maio com a finalidade de discutir a redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos destinados ao setor agropecuário.

Dessa forma, convido para compor a Mesa os seguintes convidados:

– Dr. João Rabelo, Secretário Adjunto de Política Agrícola da Secretaria Econômica do Ministério da Fazenda;

– Dr. Wilson Vaz Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura – Mapa.

– Drª Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da CNA, e

– Dr. Paulo César Dias do Nascimento Júnior, Analista de Mercado da OCB.

Agradeço a presença de todos. Sejam bem-vindos!

Iniciamos nossos trabalhos, pela ordem.

Com a palavra, Dr. João Rabelo para suas colocações com relação à baixa dos juros para os nossos agricultores, em face da baixa da taxa Selic para que a gente possa reduzir proporcionalmente os juros para nossos agricultores.

Desculpem-me. Vamos colocar 10 minutos para cada um? Menos? Então, até 10 minutos.

O SR. JOÃO RABELO – Bom dia, Srs. e Srªs Senadoras; Presidente. Muito obrigado. Nós, do Ministério da Fazenda, agradecemos mais uma vez a oportunidade de estar aqui nesta importante Comissão.

As taxas de juros do crédito rural costumeiramente são taxas de juros compatíveis com a atividade. A partir de 2002, quando foi implementada a taxa de juros fixa, ela vem viabilizando – o fato de termos taxas de juros fixa – uma série de atividades rurais e reduzindo, significativamente, os riscos de endividamento excessivo e prorrogações.

A taxa de juros tem sido calculada com base na taxa de juros brasileira, sim, mas também na sua capacidade de tomar crédito de cada um dos tomadores e também na rentabilidade de seus rendimentos. A primeira taxa fixa era um pouco abaixo de 10%, fixada em 2002. Em 2006, teve uma alteração e ela foi reduzida para 6,75% e permanece assim desde 2006.

Durante esse período, nós tivemos reduções e aumentos da taxa Selic e não necessariamente a taxa básica da agricultura permaneceu como está, exatamente para que desse a tranquilidade ao homem do campo para que ele tivesse a certeza de quanto seria o seu crédito e pudesse se planejar.

É importante dizer que 6,75% é a taxa do grupo mais alto, da classe mais alta da agricultura. Quando nós falamos do médio agricultor, sua taxa já é 6,25. Isso foi implementado anteriormente. Quando nós falamos do Pronaf, no custeio, varia entre 0,5% e 4,5%. Então, essas são as taxas de juros hoje para custeio.

Do ponto de vista de investimento, recentemente o Governo já fez um esforço grande na redução das taxas de juros do PSI, programa que tem sido utilizado para a renovação das máquinas e equipamentos. A taxa do PSI chegou a 5,5%. A taxa, para uma operação de 10 anos, é extremamente competitiva, mesmo do ponto de vista internacional. Novas mudanças de taxas de juros ainda estão em estudo no Ministério da Fazenda, e venho aqui para escutá-los e ouvir as ponderações dos Senadores e Senadoras, mas também dos outros palestrantes da Mesa.

Mais uma vez, obrigado. Coloco-me aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João Rabelo. Realmente, bastante objetivo em suas colocações.

Eu registro a presença aqui do Edir, Prefeito de Cacaulândia, em Rondônia, e seu Vice-Prefeito, Daniel. Sejam bem-vindos em nossa Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Dr. Wilson Vaz Araújo, do Ministério da Agricultura.

O SR. WILSON VAZ ARAÚJO – A todos, à Srª Senadora Ana Amélia; ao Presidente da Mesa, é um prazer está aqui falando com vocês e com todo o público.

Não tem muita coisa diferente do que o colega do Ministério da Fazenda, João Rabelo, mencionou. Mas eu tenho duas lâminas que quero mostrar.

Nós, em fevereiro, começamos... Quer dizer, esse negócio de Plano Safra, na verdade, quando se está encerrando um, imediatamente se inicia já todo o preparativo do próximo. Inicia-se, porque você acompanha e monitora e registra o que precisa ser corrigido, o que precisa ser melhorado, sugestões que surgem ao longo do tempo. Mas, a partir de fevereiro, nós encaminha-

mos correspondências a umas trezentas instituições e representações de produtores, bancos, de insumo e tudo, pedimos sugestões ao Plano Safra...

Enfim, recebemos umas 500 sugestões. A grande maioria delas, de uma forma ou outra, já está contemplada e há, às vezes, alguns ajustes, trabalhamos nisso nestes últimos meses. Claro que, dentro desse conjunto de propostas, mesmo antes de esse movimento mais forte, recente, de queda de juros, já havia propostas de vários segmentos solicitando a redução da taxa de juros. É claro que a questão de juros, vista em um contexto maior, conforme bem mencionou o colega Rabelo, não necessariamente tem um vínculo exclusivamente com o movimento da Selic. Como mostrarei na próxima lâmina, vocês podem ver o que nosso Colega João Rabelo, da Fazenda, mencionou. A próxima lâmina mostrará bem isso.

Outra coisa que nós temos de trabalhar e estamos trabalhando com bastante ênfase é o de assegurar o recurso do crédito. Veja bem, aqui há uma série de 1999/2000. A linha verde é o que nós programamos em cada ano/safra. Este Plano Safra está findando agora em 30 de junho. Estamos com 107 bilhões de programação, aplicados até abril 73 bilhões, o que, em relação ao ano passado, estão quase no mesmo patamar.

Mas no ano de 2010/2011, quando se fechou o ciclo, nós realizamos 94% do que nós programamos. Quer dizer, não temos errado muito, não, temos ficado bem ajustados em termos de uma programação que se faz um ano antes e depende de um conjunto de variáveis. Nós não temos ingerência nas fontes de financiamento. Depois que elas são dadas, é o mercado que dá a dimensão da disponibilidade de uma fonte e outra. Enfim, nós temos feito uma programação bastante ajustada com relação ao que tem acontecido.

Próxima, por favor.

Aqui o foco está nas taxas de juros. Peço desculpas se alguém achar meio confuso, porque há muitas variáveis no gráfico, mas eu poderei mencionar rapidamente.

Este aqui é o comportamento da Selic, pegando novembro de 1996. Aqui a gente corta, porque, digamos assim, foram níveis muito fora da curva. Foram longe demais.

Mas vejam bem, sempre em uma tendência decrescente. As taxas de juros do crédito rural – a gente vem trabalhando com ela fixa, desde 1996. Olha aqui o período longo em que ela ficou, com 8,75%. E da safra 97/98 para cá está com 6,75%. Taxas de juros com recursos controlados de crédito rural. Não está plotada aqui a taxa do Pronamp – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural –, que está em 6,25%.

Quando você pega a linha vermelha, é o Pronaf. Casualmente, aqui é a criação do Pronaf. Em 1995... Começou mesmo operar forte em 1996. Mas esta é a taxa de juros do Pronaf. Aqui você passa a ter taxa de juros diferenciadas, também no Pronaf. Este é o maior nível de uma categoria do Pronaf, que está nessa linha vermelha. Aqui, certo? E aqui você tem a taxa inferior, 1,5, e tem caso, até, de 0,5% de taxa no caso do Pronaf. Não está plotada aqui, mas existe essa taxa também.

Esta aqui é em que foi mencionado o PSI, criado, acho, a partir de junho de 2009, me parece, quando começou a contratar alguma coisa. Na origem, foi criado com 4,5. Ele teve um pequeno momento com 5,5, subiu a 6,5 e agora, neste ano, ele está com 5,5%. É esta taxa, esta curva aqui, certo?

O que mais temos aqui? Bom, a linha azul é o IPCA nesse período também, anual, anualizado. Então, o IPCA serve para mostrar a diferença do juro da agricultura com... Seria extrair o juro real, a diferença: com a taxa de juro do crédito rural menos a variação do IPCA no ano se teria o juro real. Então, ele está ligeiramente acima de 1%, talvez, o juro real da taxa controlada do crédito rural. É claro que o Pronaf tem taxa de juro negativa, taxa de juro real.

De maneira que é claro que tem, aí, a área econômica do Governo, juntamente com o Ministério da Agricultura, Banco Central, área econômica também, então, essa questão da taxa de juro está sendo avaliada, mas você não tem, ainda, nenhum indicativo de para onde vai, de quanto vai, até porque eu falei que não é a Selic a única referência de aumento ou redução da taxa de juros. É claro que é uma variável bastante significativa, mas está no escopo da discussão e, enfim, a gente espera que ainda neste mês de junho nós consigamos sair com as novidades que, eventualmente, foram introduzidas.

Senador, então, basicamente é isso.

Aí, vamos ouvir os demais colegas e estamos abertos aos questionamentos.

Muito obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Wilson.

Passo a palavra à Drª Rosemeire Cristina dos Santos, que retorna à nossa Comissão.

Seja bem-vinda, Rosemeire.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Obrigada, Presidente.

Agradeço o convite que nos foi feito, que foi feito à Confederação da Agricultura para debater taxa de juros, num momento que é bastante importante. Nós estamos tratando das negociações do Plano Agrícola e Pecuário, então é bastante oportuna essa discussão.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia e o Senador Moka.

Muito obrigada pelo convite.

Bom, nós temos observado que embora a Selic não seja o principal ponto a ser considerado, gera-se uma expectativa para o produtor rural.

A gente vê comerciais – "bom para todos" – e nós acreditamos, também, que o "bom para todos" seja bom para o agricultor brasileiro também, que tem aguardado com bastante expectativa a divulgação do Plano Agrícola e Pecuário, até porque, Senador, nós tivemos uma perda de 20 bilhões no valor bruto da produção neste ano, em função tanto de perdas de safra, em função de problemas na região Sul do País, como agora no Nordeste.

Então, teoricamente, se eu tenho o produtor recebendo menos pelo seu faturamento bruto, eu vou ter, também, uma necessidade maior de capital de terceiros para financiar a minha safra. Some-se a isso, também, a elevação dos custos de produção. Se nós considerarmos os preços dos fertilizantes comparados aos do período de comercialização no ano passado, nós teremos um aumento médio ao redor de 32%.

Então, crédito vai ser um dos problemas que nós teremos para financiar 2012 e 2013. Então, é uma safra de bastante expectativa e que nos traz muitas preocupações.

Com relação à taxa de juros, eu gostaria que projetassem aqui. Nós fizemos só... Comparada a quando foi divulgado o Plano Agrícola e Pecuário no passado, quando a gente negociava o Plano Agrícola e Pecuário do ano passado, a taxa Selic, até o presente momento, caiu cerca de 29,16%.

Então, esse aumento... Eu gostaria que projetassem o próximo *slide*. Essa redução é a nossa expectativa do que haja, então, nas taxas de juros do próximo Plano Agrícola e Pecuário.

Então, se eu tinha, lá, o ABC. O ABC até caiu, hoje, a 5%, não é? Caiu nessa revisão, no mês de fevereiro, mas o Produza e outros programas que eram 5,5% na época de divulgação passassem a pelo menos 3,9% e 4% na próxima safra.

Moderinfra, Moderagro e Prodecoop – houve uma debandada desses programas para o PSI, porque o PSI oferece condições e taxas de juros muito mais atrativas do que um programa que é específico para a área rural.

A questão do Moderfrota, para o grande produtor, também. Na época, foi divulgado com taxas de juros mais elevadas, então, a gente aguarda uma redução, e os fundos constitucionais, que são um outro problema que precisa ser solucionado. Em vista de a última alteração na taxa de juros de longo prazo ter sido em junho de 2009, mantém-se ao redor de 6%, então, seria necessária uma revisão também das taxas de juros dos fundos constitucionais.

Então, a expectativa nossa é essa. Temos apresentado proposta ao Governo, participado de algumas reuniões, colocado esse posicionamento e essa nossa preocupação com relação à safra 2012/2013.

Nós tivemos, aí, pelo menos três anos de bons anos de agricultura, com preços bons, safras recordes. Os produtores anteciparam o pagamento de suas contas, só que precisam investir, precisam continuar investindo na atividade.

Um ano de perda de safra não é recuperado de um ano para o outro. A gente vai levar, aí, pelo menos dois ou três anos para reequilibrar as contas, principalmente dos produtores da região Sul do País, que mais sofreram com as perdas climáticas.

Então, nós aguardamos o Plano Agrícola, que deve ser divulgado no final do mês, e aguardamos com essas reduções de taxas de juros.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Drª Rosemeire.

Passo a palavra ao Dr. Paulo César Dias do Nascimento Júnior, da OCB.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Prezado Presidente, prezados Senadores, a OCB agradece, na verdade, a oportunidade de falar e tratar de um tema tão relevante, na verdade, para o panorama do agronegócio, da agricultura e da pecuária, até porque, na verdade, a taxa de juros é vista pelo produtor rural como um encargo. Para o produtor rural, sob a ótica do produtor rural, e leia-se nossos cooperativados, ela é vista como um encargo.

Então, necessariamente, medidas que visem à redução da taxa de juro fazem com que os custos para o produtor sejam mitigados.

Uma outra situação é que o *mix* de operações que o produtor rural faz hoje, necessariamente, quando envolve custeio, os seus investimentos e comercialização, é de operações, relativamente, pelos limites implantados e definidos pelo manual de crédito rural, com limites altos.

Então, qualquer variação, na verdade, na redução da taxa de juros é um fator preponderante de estímulo para que ele possa continuar e avançar no seu perfil de contratação de crédito.

De certa forma, nós da OCB, claro, apoiamos toda e qualquer iniciativa que vise a reduzir as taxas de juros.

Pode passar para a próxima.

Aqui, é uma lâmina bastante simples. Ela descreve, na verdade, um comportamento. Nós temos, aí, uma série histórico-temporal de 10 anos, onde nós temos a taxa básica de referência da economia brasileira, a

taxa Selic, e nós percebemos, aí, que ela atingiu determinados valores, desde 2002, 2003, valores quase que até de 25% – um cenário totalmente diferente, em termos de conjuntura macroeconômica, daquilo que nós vemos hoje.

Nós percebemos uma redução mais do que proporcional, quer dizer, quando nós analisamos um decréscimo de 23,6 a um ponto de 2012 em que ela chega em 8,5%, houve um decréscimo muito mais do que proporcional.

Os juros controlados, a partir de 2002, nós tivemos, aí, detalhes de 8,75%.

Necessariamente, em 2007, até pela queda mais do que proporcional na taxa, houve uma mudança e uma redução na taxa de juros controlados do crédito rural, chegando, até 2011, a 6,75.

O que nos interessa, necessariamente, é ver esses diferenciais, quer dizer, quando nós comparamos os diferenciais da taxa Selic com os juros controlados, a gente percebe que, necessariamente, ela chegou a um diferencial de até 15%.

Então, nós vemos um espaço bastante grande para que essa taxa, necessariamente, seja reduzida.

Aquela taxa proposta, de 5%, foi uma taxa que nós propusemos, na verdade, para o Ministério da Agricultura no início do ano, no momento em que o relatório do banco Focus sinalizava um taxa Selic de 9,5%.

Então, nós sinalizamos, como proposta do Plano Agrícola e Pecuário, uma taxa de 5% e nós teríamos diferenciais de 3,5%.

Pode passar.

Agora, por que, na verdade, existe esse espaço para essa redução? Aqui, de forma bem simples e bem sucinta. Todos sabem, na verdade, da importância do crédito, da importância do setor do agronegócio. É um setor estratégico, que garante a segurança alimentar, então, ele deve ser tratado com condições especiais e com especificidades.

Necessariamente, nós percebemos, aí, o PIB.

Qual é a riqueza que o agronegócio tem trazido à agricultura e à pecuária? Na verdade, nós podemos sinalizar, ali, montantes de quase R$550 bilhões para o País.

Pode passar.

Quando nós trabalhamos com a balança comercial, e aqui nós inserimos a questão das cooperativas, nós temos, na verdade, um saldo superavitário, onde, justamente no agronegócio, nós percebemos um saldo da balança comercial de 29,7 bilhões, quer dizer, por que 29,7 bilhões? Porque houve uma compensação muito grande pelo agronegócio e pelo saldo das cooperativas, pelo saldo superavitário, em contrapartida com as atividades não agro, em que houve, na verdade, um déficit de quase US$50 bilhões.

Então, atualmente, nós participamos – o setor cooperativo, as cooperativas agropecuárias – com 2% do volume total dessas exportações e, necessariamente, num valor de 6,17. Nós podemos perceber que o saldo é muito superavitário, porque do total de 6,17%, nós temos um saldo de 5,82 – poucas importações, quer dizer, quase que na sua totalidade, 5,82 milhões em exportações.

Pode passar.

Isso aqui são só propostas do sistema cooperativista.

Nós temos tido um excelente relacionamento com o Governo, em especial com o Ministério da Agricultura. Neste ano, o Ministério da Agricultura, na Secretaria de Política Agrícola, tem-nos chamado para discussões específicas e pontuais, e naquele momento, uma das primeiras chamadas que nós fizemos, que foi demandada, foi a redução da taxa de juros controlados para 5%. Hoje, nós achamos que... Até porque, naquele momento, a taxa Selic prevista pelo banco Focus, a taxa básica era de 9,5. Hoje, ela está em 8,5 e nós achamos que aquele valor de 5% poderia ser baixado também.

É um documento consubstanciado em propostas técnicas e em justificativas técnicas, é um documento robusto, de mais ou menos 24 páginas, e o *layout* de apresentação que nós encaminhamos para o Ministério é esse aí.

Apresentamos em mão para o Secretário, o Vilson estava presente nessa reunião, então, nessa oportunidade, nós demandamos a elevação de recursos, elevação dos limites do Procap e Prodecoop, que são programas, para nós, extremamente importantes, um que foca a questão de capital de giro e o outro que foca, necessariamente, a modernização do nosso parque agroindustrial, e assim por diante. Nós fizemos algumas outras considerações.

Agora, por que para nós é relevante a questão da taxa de juros? Esse é um gráfico que, talvez, descreva muito bem isso.

Nós temos, aí, um anuário estatístico do Banco Central de 2001. O que ele descreve? Ou seja, ele compila todas as informações contratadas de crédito rural e o valor total das contratações de produtores mais cooperativas. Eles se situam, aí, no valor de quase R$95 bilhões.

As cooperativas participam, no todo, de quase 5 bilhões, quase 4,7 bilhões, o que representa, necessariamente, 5,1% do total. Em custeio, 1,5; em investimentos, 7%; em comercialização, 13,8. Ou seja, num montante tão grande, de 4,7 bilhões, quer dizer, qualquer avanço que nós tenhamos, na verdade, nas

próximas safras, em termos de redução desses encargos, significa uma questão de redução e de economia para o setor que é relativamente grande.

Então, é o final da minha apresentação. Estou à disposição e aberto para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo, pela sua explanação.

Eu passo a palavra, então, para a nossa signatária, Senadora Ana Amélia, para fazer as suas colocações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma das. Aqui está a outra também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Uma das.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ela não costuma fazer perguntas, ela faz uma inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A signatária e o signatário...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, ele vai ter uma liga. Ele vai ter uma liga agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu acho que você não conhece bem a Senadora.

Senadora, com a palavra, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu vou direto ao ponto.

Secretário João Rabelo, diante do que a Rosemary apresentou de argumentação, porque ela falou pelos produtores, qual espaço existe para a redução dessas taxas de juros para o setor agrícola? Que é penalizado em todas as avaliações. Essa primeira pergunta é para o senhor.

A pergunta seguinte é para o Paulo César. Uma redução das taxas – falo das cooperativas de crédito – de juro, seja da taxa Selic ou mesmo do crédito rural -, não vai criar nenhum problema para as cooperativas de crédito, já que o juro é também um elemento remunerador da instituição, da cooperativa? Então, como fica essa redução da taxa de juros?

Do Diretor do Departamento de Economia, Dr. Gilson Araújo, gostaria de saber se o senhor está otimista, porque o Ministério da Agricultura pode propor uma política maravilhosa, mas, em matéria financeira, não é ele que decide, mas a Fazenda e o Banco Central. Então, considerando a realidade de hoje, uma situação complicada, com o surgimento do problema de seca, do endividamento, o senhor está percebendo se há uma disposição das autoridades financeiras, especialmente do Ministério da Fazenda e Planejamento, em relação ao que está sendo proposto nesse Plano Safra 2012/2013?

Para dizer para o Senador Waldemir Moka que eu falo pouco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, também signatário do requerimento para a realização dessa audiência pública.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Inicialmente, quero dizer que não estou afirmando que ela fala muito. Ao contrário, porque gente que não sabe o que perguntar ou não tem conteúdo pode falar pouco que sempre vai parecer muito. Ao contrário, V. Exª pode falar pelo tempo que quiser porque é muito preparada, e sempre vamos achar que falou pouco, porque fala com conteúdo.

Presidente, Senador Acir Gurgacz, devo dizer que nós sentimos a falta de V. Exª ontem, na grande festa da Frente Parlamentar da Agricultura, onde, tenho a impressão, havia muita gente do Governo, os líderes e tal.

Posso dizer que estou aqui há 16 anos e nunca tinha visto um evento que tivesse uma mobilização, tanto em quantidade quanto em qualidade, de lideranças do setor: dois Ministros, Ministro Aldo e Ministro Mendes Ribeiro, Senadores, além de centenas autoridades. V. Exª conhece a dificuldade que temos aqui, até porque é realmente difícil, somos poucos e os compromissos são muitos, mas chegamos a ter 15 Senadores no evento. A Frente Parlamentar costumava ter o Jonas, Senador Jonas, do Mato Grosso, o saudoso Senador Jonas, e um ou outro. Mas ontem estávamos em 15, Presidente.

Eu registrei que V. Exª realmente não tinha condições, estava acamado e também estava se preparando para duas audiências.

Primeiro, gostaria de dizer algumas coisas importantes. Dr. João Rabelo, Secretário Adjunto de Políticas do Ministério da Fazenda, os bancos dizem, quanto ao crédito, que ele tem um imposto muito alto. Eu queria ouvir algo mais concreto quanto a isso. Se o Governo abrisse mão do imposto daquilo que é dinheiro para crédito rural, que é igual a investimento, o setor bancário poderia realizar uma redução maior. Esse é o meu primeiro questionamento.

Com o é isso? Que percentual incide no dinheiro? Estou falando do dinheiro do depósito livre. Ele pega o dinheiro que, a rigor, não custaria nada para o banco, mas há um imposto embutido ali. Quando empresta, empresta com uma taxa de imposto do Governo. Não sei se estou sendo claro. A minha pergunta é muito específica. Porque eu já ouvi isso dos segmentos financeiros. Eles dizem que seria interessante a gente brigar junto, para que o Governo reduza um pouco a mordida dele aqui no imposto do investimento no crédito rural, porque isso é investimento. Eu concordo

com isso. Eu acho que essa é uma margem que nós devíamos explorar.

E depois dizer – e o gráfico mostrou ali – que chegamos a ter taxa Selic de 18%. Era 8,75%, foi reduzindo até chegar a 6,75%, mas hoje é 8,5%, e continua o mesmo 6,75%. Quer dizer, é claro que há uma margem para diminuir; a não ser que me provem o contrário, mas fica muito claro para mim isso.

Vejo aqui – o Dr. Wilson já estava praticamente terminando e não pude ouvi-lo, mas ouvi a Rosemeire e ouvi o Paulo César – que o setor, vocês já encaminharam a proposta, e eu acho que a CNA, nós tínhamos que ter uma proposta conjunta, Presidente. Nós teríamos que juntar esses dados aqui, e veja ali, o Paulo César mostrou: do superávit da balança comercial, de R$29 bilhões, quase R$30 bilhões, só temos isso porque o setor cobre o déficit de praticamente R$50 bilhões de todos os outros segmentos. E nós conseguimos ainda colocar um superávit de R$30 bilhões, praticamente R$30 bilhões. E, na hora do crédito, se não me falha a memória, parece-me que nós só temos 13% desse crédito. E as cooperativas muito menos.

Então, eu acho que é essa proposta, Presidente Acir Gurgacz, que a Comissão como um todo deveria encaminhar. Nós teríamos que ir para uma negociação com a área econômica munidos disso. Ora, por que é que nós que geramos o superávit temos essas taxas? E por que é que estamos vendo estímulos para a indústria automobilística, para isso, para aquilo, e por que não para o nosso setor? "Ah, porque para o setor também!". Mas pode ir melhor. E, na verdade, é importante dizer que, muitas vezes, esses números mostram recursos do superávit que as indústrias ou as agroindústrias têm. Não significa que o produtor rural tem esse tipo de superávit. Isso nós vamos deixar claro aqui. Quer dizer, o produtor rural, que é o dono da matéria-prima, fica com a menor fatia desse lucro. E o que estamos reivindicando aqui são juros menores, até para que o produtor rural tenha um pouco mais de renda.

Então, eu acho que o Paulo César consegue, até porque, quando ele projeta ali, a gente acaba fixando mesmo. Essa é uma estratégia importante. Mas eu acho que tanto a CNA quanto a OCB, em conjunto, devem formular uma proposta. E aí nós iríamos, Wilson, junto ao Ministro Mendes, para que a gente pudesse... Porque a gente tem que ter objetividade nessas audiências públicas. Qual é o objetivo? Não precisa nem de audiência pública! É uma audiência com o Ministro da Fazenda, ou com o adjunto dele, se ele não puder, mas alguém que tenha autonomia, e nós, acompanhados do Ministro Mendes Ribeiro, da Agricultura, para colocarmos... Agora vai haver um plano de safra, não é, Wilson? Eu acho que nós tínhamos que discutir essa questão antes que o Governo anunciasse o próximo plano, para que, com esse plano de safra, Presidente Acir Gurgacz, a gente já tenha condições, e talvez o Governo tenha condições de anunciar juros menores, para a gente estimular mais investimento na safra deste ano para o ano que vem.

Eu parabenizo, não quero me estender, mas eu gostaria de ouvir, tanto do Wilson, quanto da Rosemeire, esta questão que me parece que é o que vamos ter que discutir com o Governo. O Governo tem como abrir mão de alguma coisa desse percentual dos juros que ele cobra quando o setor bancário dá o dinheiro, na forma de crédito para o setor rural? Tem como diminuir esse imposto? Porque eu acho que aí seria o espaço para negociação: o Governo abre mão disso, de uma parte aqui, e o setor financeiro diminui juros para compensar isso que o Governo está fazendo. Eu acho que é uma forma...

O Governo, por exemplo, abre mão de IPI... É engraçado que o Governo abre mão de imposto, mas, na hora de arrecadar, ele arrecada na forma de contribuição, porque aí ele não divide nem com os Estados, nem com os Municípios. Mas, na hora em que ele vai abrir mão de alguma coisa, ele abre do IPI. Esse é imposto, e esse é rateado. Então, ele abre mão de recursos que iriam para os Municípios e para os Estados. Ele nunca abre mão de contribuição, porque contribuição só fica com o Governo Federal.

Então, essa é uma realidade que, lamentavelmente, quando se abre mão do IPI, coitado do governador, coitado do prefeito, porque o FPE dele e o FPM dele certamente vão ter uma redução.

E eu paro por aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Também fiquei realmente chateado por não ter podido ir ontem à posse do nosso colega Homero Pereira, como também não fui à reunião dos mil servidores de Rondônia, que estavam aqui ontem. E também não consegui assistir ao jogo do Corinthians. *(Risos.)*

Na esteira do que falou o Senador Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia, Dr. João, nós vemos o Governo reduzir impostos e reduzir taxas de juros para o consumo, para tirar emprego nas grandes indústrias, para que não haja problema na economia. Isso é importante. Mas também é chegada a hora de reduzirmos impostos para o setor produtivo, e reduzirmos juros para o setor produtivo também, que movimenta a economia brasileira. Aliás, se nós temos um saldo na balança comercial brasileira é em função do agronegócio.

Então, é o momento de olharmos, como já foi olhado para o consumo, para as indústrias. Agora é o

momento de olharmos para o setor produtivo, que é a grande força da economia brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Wilson; na sequência, ao Dr. Paulo e ao Dr. João; depois, para a Rosemeire.

O SR. WILSON VAZ ARAÚJO – Senador Moka, V. Exª chegou um pouco depois, mas é sempre um prazer tê-lo conversando conosco. Tanto o senhor quanto à Senadora Ana Amélia estão sempre presentes, ativos ali no Ministério. A gente costuma até brincar internamente, dizendo que há alguns Parlamentares que já passaram da hora de ter um DAS 5 no Ministério, de tão frequentes que lá estão, defendendo o setor. Isso é muito bom.

Bom, a Senadora fez uma pergunta: "Qual é o clima, qual é a expectativa do Ministério em relação às tratativas com a área econômica do Governo?"

Senadora, nessa área de política agrícola e nesse tipo de negociação dos Planos Safra, eu já estou lá há 15 ou 16 anos. E eu digo que estamos num ambiente muito, muito positivo, seja em volume de recursos, que estamos tentando trabalhar – não foi um ano muito fácil esse que passou, embora esteja acontecendo de forma satisfatória –, seja em relação a outras cláusulas econômicas, vamos dizer assim, e a programas de investimento, de ajustes. Enfim, está um ambiente muito fértil. Nós temos conversado muito, e não há uma distância... O Rabelo e sua equipe têm sido muito parceiros da agricultura. Eles percebem que o tratamento é profissional mesmo. A gente não está brincando de fazer política, até pelo compromisso que a gente tem com o setor. E, do lado de lá, a gente percebe isso com muita clareza.

Então, eu diria assim: essa expectativa positiva não está apenas no Ministério da Agricultura; ela cresce muito até quando se chega com a Presidente Dilma, e com o Ministério da Fazenda, com o Secretário do Tesouro, com o Banco Central; enfim, nas esferas de Governo, eu diria que a expectativa, as perspectivas nossas, se não tivermos avanços, seriam bastante frustrantes, porque nós estamos realmente otimistas. Estamos bastante otimistas mesmo.

Essa questão tributária, o Senador colocou bem. É uma preocupação nossa também. A nossa é mais focada no IOF, que incide na taxa de juros do crédito rural. Eu sei que a Fazenda também está com esse assunto em pauta lá, eu não sei como estão conduzindo, o Secretário Rabelo deve ter informações sobre isso também.

Enfim, no tocante à questão da estiagem, sabemos de todas as dificuldades que passaram sobretudo os produtores do Sul, além da questão das enchentes na região Norte, e estiagem no Nordeste também, que ocorre com mais frequência. E tem-se procurado trabalhar de forma antecipada, pelo menos tentando dar mais tranquilidade a esses produtores que foram afetados por essas adversidade climáticas.

O primeiro ponto é tirar os compromissos deles da linha de frente, dando um prazo até que se tenha clareza do tamanho das perdas, e aí, sim, já há toda uma orientação para se tomarem medidas de cunho mais de longo prazo.

Quanto ao endividamento, acho que foi a colega Rose que mencionou a respeito dos três anos de um quadro geral bastante positivo, em termos de resultado da agropecuária brasileira. Então, se nós estivéssemos analisando apenas resultado operacional de safras, estaríamos no melhor dos mundos. Mas há os produtores que estão carregando dívidas há algum tempo. Então, há segmentos que, de fato, carregam algumas dificuldades, a gente tem conversado sobre isso também, mas eu diria que, neste exato momento, estamos com todas as baterias voltadas para fechar o Plano Safra de preferência este mês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Wilson.

Dr. Paulo com a palavra.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Prezada Senadora, a pergunta de V. Exª esteve vinculada à questão dos impactos para as cooperativas de crédito.

De fato, existe impacto, até porque ela é um agente financeiro que empresta o seu recurso. Mensurar o impacto nós não mensuramos. Nós temos uma gerência específica de crédito, e nós podemos solicitar a eles que façam esse estudo. Existe esse impacto.

Contudo, o que está em contexto é uma questão mais estratégica, em nível de atividade agrícola, de segurança alimentar e da importância do setor do agronegócio.

Então, eu acho que, pesando as duas situações na balança, a balança sempre tenderá mais para o lado do agronegócio, que é uma questão muito mais estratégica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Vamos ouvir a Rosemeire fazer as suas considerações, para depois ouvirmos uma boa notícia do Rabelo. O Rabelo por último, para dar uma ênfase maior, já que ele vai anunciar a taxa de juros zero, e é bom para todo mundo.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Aguardamos ansiosamente a divulgação do Plano Agrícola.

É oportuna essa discussão, acreditamos que há espaço, sim, para reduzirem-se as taxas de juros. Se

nós considerarmos toda a função agricultura, o que o Governo dá de subvenção é muito pouco comparado aos outros setores da economia brasileira e até com o que os outros países com os quais concorremos dão à agricultura. Então, há muito o que crescer.

A taxa de juros é um dos instrumentos principais para incentivar o setor agropecuário, assim como a questão do crédito rural, que tem que avançar no País, tem que melhorar, porque o produtor não financia 100% da sua safra no banco: ele financia também com *trading*, financia também com multinacionais. Ele tem um fundo de financiamento bastante complexo, e isso tem onerado e dificultado para esses produtores fazer o gerenciamento de risco da sua produção.

Hoje nós podemos afirmar que o produtor assume 100% do risco da atividade agropecuária, seja ele relacionado ao clima, seja ele relacionado a flutuações.

Já que nós estamos tratando de plano agrícola, vamos avançar um pouco mais! Vamos tratar de instrumentos de gerenciamento de risco para esses produtores! Nós precisamos defender um seguro rural para o setor.

Hoje nós temos 7% da área plantada assegurada no Brasil. As perdas que nós tivemos na região Sul do País foram bastante graves. Quando pegamos o relatório da Conab e olhamos lá safra de 162 milhões de toneladas, a gente avalia que houve uma perda de 1,7%. Só que esse número é falacioso! O produtor perdeu muito mais do que isso, porque o produtor que perdeu soja nem sempre planta milho. O produtor que perdeu soja, que perdeu arroz, está na Região Sul do País, que raramente tem safrinha. Esse número é falacioso porque o Mato Grosso vai colher sozinho 13 milhões de toneladas.

Então, quando a gente vê que o País teve uma queda de 12% e recuperou 10% com a safrinha dá a falácia de 1,7% de queda de safra, mas nós sabemos que não foi isso. Foi muito mais, e esses produtores demorarão para recuperar essa renda que eles perderam. Esses produtores, se tivessem um seguro-rural, teriam uma estabilidade maior de renda, e a gente manteria os níveis de investimento, os níveis de geração de emprego preservados, e infelizmente isso não tem acontecido.

Então, se estamos falando de taxa de juros, e taxa de juros está dentro de um plano agrícola e pecuário, eu acho que é um desafio para o Governo, é um desafio para a bancada ruralista, para os parlamentares criarem uma frente ampla para rever o posicionamento e a questão da política agrícola no Brasil. A gente não pode ficar de tempo em tempo, de ano em ano, discutindo se reduz a safra ou se a mantém, como se política agrícola fosse somente taxa de juros. E a gente sabe que não é. Então, é um desafio para todos nós.

Nós temos mantido esse posicionamento na CNA. Só taxa de juros e só crédito não resolve. Nós temos de ter assistência técnica para o pequeno produtor, nós temos de difundir tecnologias, nós temos de ter um sistema de seguro rural forte no País, porque é isso que vai reduzir a volatilidade de renda; é isso que vai garantir investimento e vai possibilitar que a gente dobre a produção agropecuária nos próximos anos.

O Brasil tem condições de, até 2020, produzir 400 milhões de toneladas de grãos, mas isso vai acontecer se nós tivermos incentivo do Governo, tanto na questão de desonerações, em que há muitas agendas pendentes; na questão do Reintegro, que não foi resolvido; na questão do IOF para taxa de juros; na questão do PIS/Cofins de rações para animais que não resolvida, e que precisam ser solucionados de forma a incentivar os produtores a manter a próxima safra e a manter o ritmo de crescimento que vimos tendo nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado à Rosemeire.

Com a palavra o Secretário Rabelo, e com uma grande responsabilidade.

O SR. JOÃO RABELO – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadores e Senadoras. Meus colegas de Mesa, senhoras e senhores, há vários pontos aqui para falar, e vou ter de gastar um pouco mais do que os meus três minutos iniciais.

Em matéria de taxa de juros, isso está sendo discutido. A própria Presidenta Dilma e o Ministro Mantega nos encomendaram estudos. Nós estamos elaborando esses estudos, Senadora. Nós vamos concluir isso para anúncio do plano Safra, então, ainda estamos em processo de estudo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas dá uma expectativa para a gente. A gente não pode ficar nessa conversa "de cerca Lourenço" aqui. Está bom. Eu quero dizer o seguinte: qual é a tendência? Porque isso importante para nós. Claro que você não está anunciando que vai baixar juros, mas você acha que realmente tem condições, tem espaço? Porque aqui a gente pede uma coisa, e a pessoa diz que vai estudar isso com muito carinho.

O SR. JOÃO RABELO – Nos últimos anos, não tinha sido encomendado para fazer nenhum estudo de redução de taxa de juros. Dessa vez, foi pedido que estudássemos a possibilidade de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eles são treinados para não falar nada. (*Risos.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Inaudível.*)

O SR. JOÃO RABELO – Outra coisa que o senhor colocou, Senador Moka, é sobre os impostos. Na hora da captação, não dá para dizer exatamente para onde vai o recurso. O dinheiro vem para as instituições financeiras e são emprestados. Os impostos pagos são os mesmos para todos eles. Mas, há alguns anos, esta Casa criou uma letra de crédito do agronegócio. Essa letra de crédito do agronegócio é um título de captação do banco. O banco capta com isenção de IOF e de Imposto de Renda. Então, isso já foi criado com o objetivo de repor aquele *funding* fora do recurso controlado – é importante dizer isso – que os bancos estão colocando.

Então, vamos pegar um pouco do plano Safra como um todo. A CNA está com a previsão entre 180 e 190 bilhões – 188 bilhões – de necessidade de recursos para o plano de custeio do Plano Safra. Pegando a safra passada, a expectativa era de 160, Rose?

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – 174.

O SR. JOÃO RABELO – 174. O governo entrou com 107 total, mas, para custeio 65, se não me engano.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – 62.

O SR. JOÃO RABELO – Então, 62, e a gente vai fechar com 65, salvo engano.

Então, nós temos que trabalhar nas outras fontes. Como a CNA colocou, existem outras fontes. Normalmente, nos últimos anos, quer dizer, em toda a história do crédito rural, mais ou menos, tem sido isso. Nós temos trabalhado: o Governo entra com um terço; um terço, recursos próprios; e um terço do financiamento da safra normalmente tem vindo dos fornecedores de um modo geral. Fornecedores ou compradores. O que nós vamos trabalhar fora do plano Safra é a taxa de juros desses outros instrumentos, Senador, porque nós chegamos a ver algumas CPRs com taxa de juros de 20%. Então, temos de olhar o que está acontecendo ali. O que devemos mexer no instrumento da CPR para que ela possa ter uma taxa de juros compatível com a atividade?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O senhor está dizendo que os bancos captam isso com custo baixo e acabam, quando se financia a parte deles, com juro elevado?

O SR. JOÃO RABELO – Não, estou dizendo que nós já criamos um instrumento, que é a LCA...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Entendi.

O SR. JOÃO RABELO –..que já tem captado hoje 15 bilhões no mercado, e esses 15 bilhões que estão hoje no mercado são captados já sem IOF e sem Imposto de Renda. Então, as instituições financeiras que se interessam podem emitir, em cima das operações que elas fizerem, as suas LCAs, que eles vão fazer a captação sem os impostos.

Em relação ainda a impostos, já há alguns anos está desonerada a exportação ou o PIS/Cofins, a contribuição dos produtos primários, dos grãos e da carne.

O que nós precisamos e o que estamos trabalhando na Fazenda é para termos mais bancos operando, para que possamos ter mais limite de crédito, para que possamos ter mais tomadores e poder acompanhar, sim, o crescimento da agricultura. Por isso, esse estudo de redução ou não de taxa de juros é muito importante. Isso influencia, como a senhora sabe, o apetite ou não das instituições.

É verdade que o Governo tem vários instrumentos. Um deles são as exigibilidades. Hoje, estamos com uma exigibilidade forte no depósito à vista e na poupança rural, e o Governo vai utilizar essas fontes para poder ajudar a ter mais recursos para o crédito rural.

Em relação a alguns outros pontos que foram colocados, a garantia de preço, as políticas de PGPM, o Governo tem alocado cerca de R$5 bi por ano, por intermédio das emendas.

Se falarmos de tecnologia, na área de investimento, ano passado só com PSI, foram financiados R$6 bilhões em máquinas e equipamentos só para modernização tecnológica. Se olharmos o pacote como um todo, o Governo está emprestando em linhas de investimento para manter o alto nível de competitividade do setor agrícola algo entre R$9 e R$10 bilhões nos últimos anos.

Concordamos totalmente que o seguro é fundamental, Senador. O seguro é um assunto que nós temos de trabalhar.

Sobre os 7% da área plantada, é importante dizer o seguinte: os 7% da área plantada são a área assegurada com o seguro privado. Se nós colocamos o seguro do Proagro tem uma quantidade muito maior, tanto que no caso da Região Sul e do Nordeste, na Região Sul...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – 96%.

O SR. JOÃO RABELO – 96% dos contratos estavam segurados com o Proagro do agricultor familiar. Então, isso deu 96% dos contratos da agricultura familiar na Região Sul. No Nordeste, foi um pouco menos: tivemos cerca de 75% desses contratos com garantia do Proagro, dos pequenos, aí das operações até 150 mil.

Esse é um dos temas que estamos trabalhando, a pedido do Ministério da Agricultura, para aumentar a segurança. Como poderíamos fazer para ampliar? Então, o tema seguro também está dentro dos temas em estudo agora para anúncio do plano Safra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Secretário João Rabelo, por que o Governo não mexe no *spread* bancário para ter... Até teria maior significado sobre taxa de juros do que propriamente reduzir IOF ou outro tributo.

O SR. JOÃO RABELO – Estamos estudando esse ponto também, Senador. Como trabalhar também na taxa básica? Uma parte desses recursos vem do depósito à vista. Então, é realmente a parte do *spread* bancário. Eles captam e fazem o empréstimo. Então, esse é um dos aspectos que está em estudo no Ministério da Fazenda agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Primeiro, Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pela presteza em marcar esta audiência pública o mais rápido possível. O requerimento é de cerca de 15 dias atrás, aprovado. A coordenação dos trabalhos desta Comissão, como sempre prestativa. Também agradeço a todos os que vieram e atenderam ao convite desta comissão, que foi feito ainda nesta semana. E rapidamente conseguiram passar ao Senado Federal, ao povo brasileiro, uma posição com relação aos juros agrícolas. Sou signatário desse convite. No entanto, acontece a CPI no mesmo momento e lá, com alguns embates, e acabamos de fazer a última votação que dependia de quórum e da minha presença.

Mas não poderia deixar de fazer, ao menos, um breve comentário. A Senadora Ana Amélia já disse que foi anunciada por V. Sªs a pretensão do Governo, e a mensagem do Governo é de realmente baixar os juros no que diz respeito ao plano Safra. É isso? Não?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – (*Fora do microfone.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Determinação do Governo...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Ah, determinação do Governo. A determinação de fazer um estudo nesse sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Determinação do Governo para reduzir para o setor agrícola.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas eu entendo também que, dentro dessa questão dos juros, está a inflação, porque o produtor... Ou não está? Está dentro da inflação.

Há uma projeção de inflação de 4,5%, segundo anunciou aqui no Senado, agora nessa semana, o presidente do Banco Central. São 4,5%...Nós tivemos quase 6%. Juros de 6,75%. Então, terá aí uma redução na inflação em torno de 1,5% para este ano. Então, naturalmente, nós poderíamos ter uma redução de juros de 1,5%, sem comprometer o lucro dos bancos ou daqueles que financiam a agricultura, naturalmente.

No entanto, a minha reflexão é no sentido de que o setor agrícola brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Desculpe interromper, Senador. Estávamos aqui tentando tirar o Secretário Rabelo uma posição mais definitiva, mas não conseguimos. Mas a ideia que se tem é de que os juros caiam para 4,5% e, para pequeno, 3%. Então, essa é a expectativa de nós aqui da Comissão da Agricultura. É um número bastante ousado, mas entendemos que é possível.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não é, Rosemeire? É possível esse número em função da baixa da taxa Selic. É só para a gente poder encaminhar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas para acrescentar também, Presidente e Senador Sérgio, que, no dia em que esteve o Presidente Alexandre Tombini, eu levantei a questão dos juros para o plano Safra, e ele também, na mesma linha do Secretário João Rabelo, e do Wilson Vaz Araújo, ele disse que o Governo estava tratando da elaboração com essa finalidade. Então, já é uma decisão de Governo. Apenas os detalhes... Essa sua informação é ótima.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não é informação. É um pedido nosso, é um pleito nosso, para podermos traçar como política nossa, interna, e também levarmos ao Ministério da Fazenda o nosso anseio, Secretário.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu entendo, Sr. Presidente, que o Governo realmente está preocupado com toda a economia. Inclusive com o indutor de um desenvolvimento sustentável. Se falarmos em 1% de redução de juros agrícolas, num plano Safra que chega a cerca de R$100 bilhões, um pouquinho mais, esse pouquinho também são bilhões... Mas será...vamos pegar o número redondo R$100 bilhões, e 1% é R$1 bilhão. Esse R$1 bilhão vai ser reinjetado na economia de forma direta, porque o produtor rural vai aplicar isso na sua própria propriedade, no consumo de insumos, de máquinas. O comércio das cidades terá esse R$1 bilhão, e o bolso do cidadão terá esse R$1 bilhão. Eu acho que o Governo brasileiro está pensando nisso realmente. Eu tenho conversado com várias pessoas do Governo. Essas coisas estão na pauta do Governo, mas nós, aqui, na Comissão de Agricultura

do Senado, que vem buscando sempre debater de forma responsável e de forma a chamar na mesma mesa as duas partes, o setor que defende a produtividade e o Governo, que controla as suas contas e a economia, nós temos uma postura e uma obrigação de ouvir o Governo e ouvir as entidades neste sentido, até mesmo para pautar as nossas ações enquanto Parlamentares, no dia a dia, na presença nos Ministérios, na conversa, nos debates dentro do Senado, nos debates no plenário, porque eu entendo que o dado apresentado pela OCB é de 18% do PIB brasileiro. Já vi dados de vinte e um vírgula alguma coisa, produzido pela Esalq-USP, do PIB brasileiro, sendo o agronegócio responsável por isso no momento em que não se fala em desindustrialização na agricultura. Nós temos um temor, mas na agroindústria não se fala.

No momento em que se mostrou aqui, no Senado Federal, acho que nesta Comissão ou na Comissão de Assuntos Econômicos, que houve uma inversão da indústria brasileira, que era cinco vezes maior do que a dos Tigres Asiáticos juntos na década de 80 e hoje eles são cinco vezes maiores do que o Brasil, mas a agroindústria foi diferente. Ela cresceu dezenas e dezenas de vezes desde a década de 80. O país, que era importador de alimentos e se tornou o segundo maior produtor mundial, não pode perder o passo neste momento em que a política de Governo é de redução de juros e não reduzir os juros para o agronegócio.

Estivemos, agora, pela manhã, numa audiência com a Ministra Gleisi tratando dos modais de transportes e falamos com ela, por exemplo, da crise que está vindo na suinocultura e também se assola na avicultura, empresas que deixam de investir por uma série de questões no Brasil. Estão dizendo que vão investir na Argentina. Inclusive, estão dizendo que vão investir na África e na Austrália, por uma questão climática parecida com a do Brasil. O Brasil acaba perdendo o espaço em investimentos e sabemos da necessidade e da importância desses investimentos quando falamos em sustentabilidade e em crescimento, e a agricultura é, hoje, como foi demonstrado aqui, a responsável pelo PIB positivo brasileiro e, principalmente, pela balança comercial. Se nós tirarmos os 6%, 5,73% que cresceu o agronegócio em 2011, dos 2,7 que é o PIB anunciado pelo IBGE, talvez o PIB estivesse quase zero, porque representa 20% do PIB nacional e está dentro, em números redondos, é o agronegócio. Tira esses 20%, que cresceu 6%, para ver qual seria o crescimento do PIB brasileiro.

Então, não é somente socorrer na hora dos desesperos, como agora está aqui tramitando a MP nº 563, do Brasil Maior, por exemplo, a questão dos automóveis, da indústria metal-mecânica e assim por diante. O setor agropecuário vai bem? Vai bem, muito obrigado. Mas precisa de ajuda? Precisa de ajuda, sim, para não ir mal. Se não, nós vamos ter que socorrer e, depois, até nós retomarmos isso... É o que acontece, por exemplo, com a indústria de calçado e de couro, que foi embora do Brasil. E agora, para nós trazermos de volta, quanto nós perdemos? Quanto custa isso?

Então, acho que nós não podemos perder a oportunidade. Sr. Presidente, para encerrar eu digo isto: nós não podemos perder a oportunidade, neste momento em que até o juro de poupança, que é onde o cidadão guarda suas economias, foi reduzido e não haver uma redução dos juros agrícolas.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Consulto a Mesa...

Rosemeire, gostaria de fazer uma colocação? Por gentileza. Por favor.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Nós temos um estudo que realizamos mensalmente, que se chama Indicadores Rurais. Nesse estudo, Indicadores Rurais, a gente avalia o PIB do agronegócio brasileiro mês a mês. Infelizmente, a agroindústria brasileira está em recessão. Acumula nove meses de queda consecutiva, e isso é uma recessão técnica. O agronegócio brasileiro caiu, no primeiro trimestre, 0,75. No ano passado, no mesmo período, nós havíamos crescido 2,78. Então, é preocupante, sim. A agroindústria brasileira está espremida, e isso nos traz uma preocupação, porque, à medida que eles perderem renda, eles vão começar a pressionar os produtores rurais, e isso vai gerar muitos problemas na cadeia produtiva.

Eu já falei anteriormente, e volto a repetir, que a safra 2012/2013 é de muito cuidado; é uma safra em que as margens estarão espremidas; é uma safra em que está se consolidando um processo recessivo no agronegócio e isso vai gerar problemas e consequências para a economia do País. A própria agricultura nos números divulgados pelo IBGE caiu 7,5%, em função dessa queda de produtividade que tivemos agora. Então, é um quadro que demanda bastante cuidado dos agentes públicos e um acompanhamento de lupa de todo o setor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Rosemeire.

Consulto se alguém gostaria de fazer alguma colocação.

Dr. Wilson, por favor.

O SR. WILSON VAZ ARAÚJO – Só um comentário. Às vezes a gente fica um pouco incomodado quando se coloca que não se tem política agrícola ou não existe, ou coisa assim. Não é verdade. Senão, a gente

não estaria lá há tantos anos tentando fazer alguma coisa. A gente só fez coisa errada até aqui? Acho que é um pouco injusto esse tipo de comentário.

Do que foi colocado, eu me lembro de que, em 1999, foi criado um programa, capitaneado pela Casa Civil e a Secretaria-Geral da Presidência da República, chamado Brasil Empreendedor Rural, que acompanha o agronegócio. Quando se começou a discussão, havia 32 medidas, algumas delas, até foi falado para a Rose, não foram superadas até hoje. Quando fechamos, no dia 19 de janeiro de 2000, foi anunciado em 17 ou 19 de janeiro de 2000, foi possível anunciar 16 medidas. Naquele conjunto de 32, estava essa questão do IPI para alguns segmentos, revisão de IPI, harmonização de ações de órgãos de saúde, ambiental e agrícola, por exemplo, em portos e aeroportos. Nessa harmonização de ações, estava o Cadin, aceitava uma certidão única, como assim, negativa, para se ter acesso a alguma coisa. Foi aprovado o Pronaf. Teve a questão da taxa de renovação, AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Frota da Marinha Mercante), estava lá e continua o imbróglio até hoje; estava a questão do transporte de cabotagem, está até hoje também.

Então, Rose, a gente não desconhece, esses problemas estão lá; a gente está sempre tentando ver se superamos, mas não se supera tudo como se quer. Então, política agrícola... É engraçado isso, porque vêm delegações de diversos países querendo saber o que o Brasil faz de política agrícola, porque não existe nos países deles praticamente nada.

Na verdade, existe uma espinha dorsal, digamos assim, e você tem sempre que ajustar, porque, senão, não tinha razão a gente estar trabalhando. Você vai ajustando. Claro, algumas coisas novas temos que estar sempre incorporando, mas não que o Governo esteja desatento a isso. Não é isso. A gente está, mas tentando cada vez avançar mais, e acho que tem avanços. Se você for pegar mesmo o que nós tínhamos, com intervenção plena do Estado, num passado de 15 anos, no processo produtivo e de comercialização agrícola, hoje, não. Há resultados muito mais eficazes, efetivos, sem que tenha essa intervenção tão forte do Estado, sobretudo nessa agricultura dinâmica, de que a gente fala, de mercado. E a pesquisa também tem evoluído muito. Enfim, acho que existe e, da forma que a gente está trabalhando, conversando, e as portas do Ministério e da Secretaria estão permanentemente abertas, os colegas são testemunhas disso. Então, é assim que a gente avança: trabalhando lá no Executivo, aqui com esta Casa, sempre rica em encaminhamentos e sugestões para a gente trabalhar, das organizações de produtores. Acho que é nessa linha que a gente avança.

Só esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Wilson. Nós temos que reconhecer que o investimento do Governo com relação à agricultura, houve um avanço muito grande na produção do agronegócio brasileiro.

Cada vez que o Brasil mexe, investe, os nossos concorrentes também mexem e acabam fazendo com que o Brasil passe a ser mais competitivo, mais eficiente, digamos assim. E o Governo, é evidente, está atento, tanto é que o Brasil bate recordes de safra ano a ano, e o agricultor não faria isso sozinho, como o Governo também não faria isso sozinho. Então, essa política agrícola que hoje estamos tendo, os Ministérios sempre a postos, MDA, Mapa, junto com o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Basa, que é o Banco da Amazônia, OCB, CNA, essa união toda tem feito uma diferença. E temos que reconhecer que há, de fato, uma política agrícola que tem que ser melhorada ano a ano, e ela está sendo melhorada de acordo com a necessidade do mercado internacional, principalmente. O mercado exige uma eficiência maior do Brasil, do produtor brasileiro e isso está acontecendo.

Agradeço a presença da Rosemeire, do Secretário Rabelo, do Dr. Wilson, do Dr. Paulo, dos nossos Senadores, da Senadora Ana Amélia, sempre conosco aqui, mais uma vez, do Senador Sérgio Souza.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 2 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE JUNHO DE 2012.

Às 14 horas do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **ANTONIO RUSSO, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPLICY, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, ALVARO DIAS e SÉRGIO SOUZA**. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **ACIR GURGACZ**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PL nº 3, de 2012– CN – PLDO 2013**. Em seguida, o Presidente esclarece que as 12 emendas apresentadas

perante a Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador **CASILDO MALDANER**, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA/2012 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: Apoio à Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira, Código do Programa 2052, Código da Ação 20TL, Acréscimo de meta: 40.000 Infraestrutura apoiada; **Emenda nº 2-CRA/2012 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, Código do Programa 2029, Código da Ação 8991, Acréscimo de meta: 800.000 Projeto apoiado; **Emenda nº 3-CRA/2012 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, Código do Programa 2014, Código da Ação 8611, Acréscimo de meta: 40.000.000 Projeto apoiado; **Emenda nº 4-CRA/2012 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: INCRA – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, Código do Programa 2012, Código da Ação 4470, Acréscimo de meta: 500.000 Família assistida; **Emenda nº 5-CRA/2012 (METAS E PRIORIDADES):** Ementa: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Sustentabilidade do Agronegócio, Código do Programa 2042, Código da Ação 4680, Acréscimo de meta: 60 Pesquisa desenvolvida; **Emenda nº 6-CRA/2012 (TEXTO):** Anexo V, II, Aditiva, Anexo V – Inciso I Item 66, Despesas com as ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Emenda nº 7-CRA/2012 (TEXTO**): Art. 004 – Inclui funções da Embrapa entre as prioridades da administração pública federal, Modificativa, Corpo da lei – Artigo 4, Art. 4º – As prioridades da administração pública federal para o exercício de 2013, atendidas as despesas contidas no Anexo V e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos fiscal e da Seguridade Social, correspondem às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa; **Emenda nº 8-CRA/2012 (TEXTO**): INCRA – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, Aditiva, Anexo V – Inciso I Item 66, Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas, conforme art.9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: 67. Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária; **Emenda nº 9-CRA/2012 (TEXTO**): INCRA – Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na Área de Abrangência da Lei, Aditiva, Anexo V – Inciso I Item 66, Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas, conforme art.9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: 67. Georreferenciamento e Digitalização da Malha Fundiária na Área de Abrangência da Lei nº 11.952, de 2009; **Emenda nº 10-CRA/2012 (TEXTO**): INCRA – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, Aditiva, Anexo V – Inciso I Item 66, Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas, conforme art.9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: 67. Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento; **Emenda nº 11-CRA/2012 (TEXTO**): Seguro – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003), Modificativa, Anexo V – Inciso I Item 66, Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas, conforme art.9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) – Nacional; e **Emenda nº 12-CRA/2012 (TEXTO**): Sanidade Agropecuária, Aditiva, Anexo V – Inciso I Item 66, Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas, conforme art.9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: 67. Despesas com ações diretamente relacionadas à segurança da sanidade agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, que *dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências* (Mensagem nº 29, de 2012-CN; 135/2012-CN, na origem).

Esclareço à Comissão que foram apresentadas 44 emendas à LDO de 2013, conforme quadro que se encontra sobre a mesa.

Com a palavra o Relator, nobre Senador Casildo Maldaner, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente Acir Gurgacz, eminente Senadora Ana Amélia e caros colegas, em primeiro lugar, quero

agradecer a incumbência que recebi de V. Exª para relatar essa proposta da LDO para o exercício de 2013.

Dentro do possível, procurei aglutinar, uma vez que foram diversas as propostas que chegaram, e, nas metas, nas ações, entre as diversas que apareceram, precisamos fazer uma coleção. Eram 17 ações que foram propostas e que, pelo regulamento do Regimento, eu tinha que partir, aglutinando, até ficarem cinco ações, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

Procuramos, então, analisá-las, e vou submeter à Presidência e aos caros colegas este relatório da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências".

A autoria é da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e tive a incumbência, então, de ser o Relator.

Relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3, de 2012-CN – PLDO 2012, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências".

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2013, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1,de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CRA tem competência para propor emendas ao texto, sem limite de número, e emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, limitadas a até 5 ações, e respectivas metas físicas, constantes da LOA 2012 ou novas, desde que compatíveis com o PPA2012-2015.

Encontram-se, em análise, por esta Comissão, 43 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Antonio Russo, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Rodrigo Rollemberg e Waldemir Moka, tendo sido retirada pelo autor a Emenda nº 13, distribuídas em 17 emendas ao texto e 26 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Esse, em tese, é o relatório.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais e legais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Somos pela apresentação, por esta Comissão:

– das Emendas ao texto do PLDO2013:

– 1, nela aglutinadas as Emendas nºs 9, 11, 14, 16 e 37, em razão do mesmo conteúdo;

– 2, nela aglutinadas as emendas 8, 12, 15 e 36, em razão também do mesmo conteúdo;

Também a 39**,** igualmente aglutinada a Emenda 10, em razão da mesma especificação;

E 20, 21, 22 e 38;

E das emendas ao Anexo das Metas e Prioridades do PLDO 2013, respeitado o limite de 5 emendas fixado pelo Parecer Preliminar da mesma LDO.

– 24**,** na ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, do Ministério da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento, nela aglutinada a emenda 31;

Essa é uma ação.

A segunda (35**,** na ação 4680) Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a sustentabilidade e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais da Embrapa, nela aglutinada a Emenda 41;

Então, a primeira é Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, do Ministério da Agricultura.

Procuramos contemplar o Ministério da Agricultura; procuramos contemplar a Embrapa. Em todo caso, procuramos contemplar com a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias para a sustentabilidade e o agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais da Embrapa, nela aglutinada a Emenda 41;

E a 17, na ação 4470 – Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária, do Incra;

Essa também é uma – e diversos Srs. Senadores propuseram – em relação à assistência técnica e extensão rural para reforma agrária, do Incra, especificamente nessa área.

E na ação 8991 – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

E a última, a quinta, é Apoio à Implantação de Infraestrutura Agrícola e Pesqueira, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Então, procuramos contemplar, Sr. Presidente, caros colegas, uma ação no Ministério da Agricultura; a ação também na questão da pesca, que é o Ministério da Pesca, para incluir, e havia várias propostas; e também uma ação na Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É outro Ministério do Desenvolvimento.

Dentro desses princípios, então, ficamos com o Ministério da Pesca, o Ministério da Reforma Agrária, o Ministério da Agricultura, e também com a Embrapa, uma emenda que é a extensão da assistência técnica.

São as cinco ações que nós concluímos, Sr. Presidente, nobres colegas, para contemplar. Dentro

das 17 propostas, resumimos em cinco, que é a nossa obrigação.

Naturalmente que as outras também vão para a Comissão de Orçamento. É uma comissão mista que vai então analisar essas propostas todas, que, ao contexto, foram todas elas acatadas. Essas metas são ações, e somos limitados a acatar cinco delas, e elas vão à Comissão Mista de Orçamento para serem analisadas oportunamente quanto ao mérito e quanto a essas questões aqui arroladas. Mas o compromisso, vamos dizer assim, a compulsoriedade desta nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é elencarmos cinco ações dessas que foram apresentadas.

Então, essas são as que apresento a V. Exª, aos caros colegas, para o debate, não sem antes agradecer a confiança que V. Exª delegou a este relator. Também quero deixar um agradecimento ao consultor Lacerda, que foi muito dedicado também a nos ajudar a aglutinar as diversas propostas e a chegarmos a esse resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner pela sua contribuição a esta comissão e ao belo relatório que V. Exª apresenta nesta tarde, contribuindo e acatando as emendas de todos os Senadores que apresentaram as suas sugestões, as suas opiniões, que convergiram quase que todas para o mesmo caminho, para o desenvolvimento, investimento em reforma agrária e investimento em infraestrutura, ou assistência técnica que é importante para os nossos agricultores brasileiros.

O Relator concluiu que as emendas atendem às disposições constitucionais e legais aplicáveis e, no mérito, pela apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em discussão, a matéria.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, eu queria primeiro cumprimentar o nosso dedicado Relator, Senador Casildo Maldaner, porque não é fácil compatibilizar em tão poucas emendas que a Comissão tem que encaminhar, a LDO, advindas de tantas contribuições que os Senadores trabalham para oferecer. Mas eu penso que ele foi feliz em ter direcionado para setores prioritários, a começar pelo caso da Embrapa, que deve merecer de todos nós uma acolhida sempre protetora, eu diria, apoiadora e colaborativa em todos os aspectos possíveis.

E também na questão do Ministério da Agricultura, a questão da infraestrutura, da assistência aos pequenos agricultores, o que alcança o Brasil inteiro não apenas o Sul, mas até a sua região lá de Ji-Paraná e o Estado de Rondônia.

Eu queria cumprimentá-lo e dizer que vamos continuar pautando esse trabalho. Apenas aproveitando a oportunidade, renovar o agradecimento a V. Exª pela acolhida da audiência pública que nós faremos no dia 12 de julho. Nesta semana, nós teremos, amanhã, o lançamento do Plano Safra. O Ministro Mendes Ribeiro Filho se empenhou pessoalmente nesse plano. Penso que virão notícias importantes não só no aumento do volume de recursos, mas também na redução das taxas de juros que foi tema desta Comissão que discutiu aqui bastante. E foi provocado pela Comissão, o Senador Sérgio Souza, V. Exª, o Senador Casildo, o Senador Moka e eu tivemos esse olhar para redução da taxa de juros. Isso virá também no bojo do Plano Safra.

Espero também que o Ministro Mendes Filho consiga nesse plano antecipar algumas medidas de socorro à suinocultura brasileira, que está vivendo uma crise sem precedentes. E V. Exª já aprovou um requerimento, nós adiamos em função do plano que está sendo discutido agora para o dia 12 de julho, quando virá um grupo grande de produtores de suínos de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, virá também de Minas Gerais, de Goiás, cerca de 400 agricultores que vão fazer uma manifestação para dar visibilidade ao problema.

Em Santa Catarina, foi feita uma manifestação numa feira. Em vez de colocarem os animais nos estábulos destinados aos suínos, foram colocadas cruzes para simbolizar a morte do suinocultor.

Então é preciso o olhar da nossa Comissão para isso. E eu gostaria de insistir com V. Exª no sentido de que, dado o grande número de suinocultores, seria conveniente que a audiência pública nossa no dia 12 fosse realizada no auditório Petrônio Portela. E que a direção da Casa e também a área da segurança entendesse que são produtores, não são pessoas que vêm aqui para praticar atos de qualquer tipo de vandalismo, vêm aqui fazer uma manifestação pacífica para demonstrar a dura realidade que estão enfrentando.

Fico muito grata pelo apoio de V. Exª no encaminhamento à Mesa do Senado para que ceda o auditório Petrônio Portela para realização desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, pela sua contribuição. De fato é importante essa audiência pública. Nós, durante este ano, no ano passado, fomos muito incisivos nos problemas que afetavam a agricultura brasileira.

Em todos os momentos esta Comissão esteve presente, discutindo, debatendo. E um dos temas que foi recorrente durante praticamente todas as nossas audiências foi a questão do juro. O barateamento do

juro, Senador Casildo Maldaner, é um anseio muito grande dos nossos agricultores brasileiros.

Acreditamos que com o lançamento do Plano Safra 2012/2013 esteja incluída nesse plano a redução dos juros para o agricultor, que precisa desse apoio e tem tido esse apoio de todos os membros desta Comissão. Mas também não somos nós que assinamos, não somos nós que determinamos; nós apenas reivindicamos ao Executivo e esperamos que esse nosso pleito seja atendido com relação também à baixa dos juros para os empréstimos que os agricultores têm que fazer para ampliar a sua produção.

E estaremos pedindo, reforçando, ao 1º Secretário da Casa a liberação do auditório Petrônio Portela para que possamos receber todos os convidados para essa audiência pública, que é da maior importância, no dia 12 próximo, onde vamos debater a produção de suinocultura no nosso País.

Continua em discussão.

V. Exª com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas, Sr. Presidente, para agradecer, mais uma vez, a V. Exª a confiança, a participação dos colegas, em especial da Senadora Ana Amélia, do consultor Lacerda e do nosso pessoal do gabinete também.

É claro que esta Comissão diverge pelas propostas, mas nós procuramos contemplar aquelas dentro dos limites das cinco ações, como disse antes, e esta Comissão aqui procura atender a pesquisa. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária trata do alimento, trata da assistência técnica, como há outras propostas, em outras comissões, que procuram ver outros temas. Então, há o tema da saúde, há o tema da parte social, dos deficientes, de assistência; os de infraestrutura, por exemplo, uma comissão que trata da logística, dos transportes, dos portos; e assim por diante. E a nossa Comissão, apesar de sermos apenas cinco, procuramos aglutinar aquilo que é possível.

Para concluir, quero reforçar a tese que a Senadora Ana Amélia levantou de, no próximo dia 12 de julho – e agora contemplados com a presidência que V. Exª exerce, Senador Acir –, termos esse grande encontro aqui. Lembro que ela falou daquele protesto, lá em Santa Catarina, no Município de Braço do Norte, que fica no sul catarinense, em que os produtores, simbolizando a situação difícil da suinocultura catarinense brasileira, colocaram cruzes simbolizando a morte do setor, que é muito forte, tem uma expressão extraordinária no nicho de mercado no Brasil, não só no equilíbrio da exportação, na alimentação e assim por diante.

Então, são essas as considerações, endossando e agradecendo, mais uma vez, esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo, lembrando que, às 14h30, Senadores e Senadoras, estaremos acompanhando o Ministro da Polônia, em visita ao Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro. E, à noite, teremos um jantar.

Eu gostaria muito da presença do Senador Casildo Maldaner, hoje à noite, para participar desse jantar na embaixada da Polônia, Senador Casildo. A Senadora Ana Amélia já confirmou presença. Se V. Exª puder nos dar a honra da sua presença...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª já confirmou.

Vamos lá experimentar uma cozinha polaca.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se nós pudéssemos fazer uma propaganda da carne suína nossa... Na carne polaca, misturar a carne suína como uma propaganda nossa. Acho que faz bem. Vamos tentar fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

Será às 20 horas, antes do jogo do Corinthians. E amanhã, às oito e meia, evidentemente, nós estaremos aqui recepcionando o Ministro da Agricultura da Polônia e mais sua comitiva, que estarão visitando a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

(Iniciada às 13 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 1 minuto.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012.

Às dez horas e quatro minutos do dia treze de junho de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Pre-

sidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves e Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 340, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviços de prestação continuada." O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o relatório é pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 481, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de constrangimento e de ameaça praticados por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET" que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 484, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de calúnia, difamação e injúria praticados na rede mundial de computadores – INTERNET." O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o relatório é favorável ao PLS 481/201, na forma do substitutivo oferecido, e pela prejudicialidade do PLS 484/2011 e da emenda a ele apresentada. A deliberação da matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 439, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e a Comissão aprova o parecer favorável, com a Emenda nº 01, de autoria do Senador Cyro Miranda, na forma de Subemenda, numerada como Emenda nº 01-CCT, aprova, ainda, as Emendas nº 02-CCT, 03-CCT, 04-CCT, 05-CCT, 06-CCT e 07-CCT, e rejeita as demais emendas apresentadas. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 129, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer favorável é aprovado. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 90, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA ROSA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 424, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JESUS LIBERTADOR DE GALVÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 450, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a conces-são outorgada à RÁDIO AURILÂNDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 5, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV SANTA ROSA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GERAL DE MORADORES DO LOTEAMENTO FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA VALE DO JURIGUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 43, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JURITI DE PARACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SERRANA COMUNITÁRIA – ASERCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 431, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MONSENHOR MANOEL PEREZ DESCANPS DE OCAUÇU – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocauçu, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE RIO DOCE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE NOVA FM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUARANY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pacajus, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NONOAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 169, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE DOURADINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradina, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 426, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato

que renova a permissão outorgada à ACAIABA EMISSORAS INTEGRADAS LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 248, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE APARECIDA DO TABOADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 418, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTIAGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 459, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DO NORDESTE S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 36, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES – RÁDIO COMUNITÁRIA CURI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO SOCIEDADE COMUNICAÇÃO CULTURA E TRABALHO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA QUADRANGULAR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais" O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ANDAIÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 455, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO PARECIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIMPATIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE MONTENEGRO para executar serviço de radiodifusão co-

munitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NORTE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 399, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INDAIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRO OESTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 429, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA DE BARCELONA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Valdir Raupp requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Projetos de Decreto Legislativo com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Projeto de Decreto Legislativo n.º 119, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ALTERNATIVA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 2: Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício do Presidência e publicada, no *Diário do Senado Federal*. – Senador **Gim Argello,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Rogando a proteção divina, damos por aberta mais uma reunião da nossa CCT.

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciamos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal***.**

Antes das deliberações sobre os itens da pauta, lembro que amanhã, das 8h30min às 16h30min, teremos o Seminário Caminhos para a Inovação. A solenidade de abertura será às 9 horas e o seminário será dividido em dois painéis. O primeiro painel, às 9h40min, traz o tema Infraestrutura e capacitação de recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica. A presidência é do Prof. Marcelo Gleiser, muito reconhecido nacionalmente e internacionalmente. O segundo painel, às 14h30min, é sobre Mecanismos de financiamento e participação privada para a pesquisa científica e tecnológica. A presidência será do Prof. Miguel Nicolelis, Professor da Duke, Universidade da Carolina do Norte.

Nós temos hoje quórum e temos dois projetos...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Pela ordem, nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu pediria, se possível, a inclusão extrapauta dos PDS nºs 119, de 2012, e do 125, também de 2012. E, se possível, a inversão de pauta para votar o item 4, que não é projeto de rádios e é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Submeto ao plenário o pedido do nobre Senador de inclusão extrapauta e de inversão para o item 4 como primeiro item da ordem do dia.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, então, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2010 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.709, de 18de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.

V. Exª está com a palavra, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se sob apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei nº 9.079, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Após a manifestação desta Comissão, o projeto será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O projeto acrescenta dois parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.079, de maneira a permitir a contagem das assinaturas eletrônicas de eleitores em projetos de lei de iniciativa popular e determinar a tramitação daqueles projetos que não alcançarem o número mínimo de assinaturas na forma de sugestões legislativas.

Na justificação, a autora lembra que a lei exige hoje a assinatura de 1% dos eleitores do País para a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular, distribuídos em pelo menos cinco Estados, com um percentual mínimo de eleitores em cada um deles. Como o eleitorado brasileiro ultrapassa os 135 milhões de eleitores, essa exigência importa hoje em mais de um milhão e trezentos e cinquenta mil assinaturas.

A autora aponta que coletar esse montante de assinaturas e controlar sua autenticidade constituem tarefas difíceis, que na prática inviabilizam um importante instrumento de participação direta do cidadão, consagrado na Constituição de 1988.

Vamos ao voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 129, de 2010.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp e coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do nobre Senador Valdir Raupp.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o relatório do nobre Senador Valdir Raupp, que passa a constitui o parecer da CCT, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos agora:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senadora Angela Portela

Peço ao nobre Senador Alfredo Nascimento que faça o relatório *ad hoc.*

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia ao Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criar mecanismos de proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico*.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2011, com as emendas a seguir apresentadas, pela aprovação da emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada, e pela rejeição das emendas nºs 2, 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Alfredo Nascimento, Presidente Nacional do nosso querido PR, e coloco a matéria em discussão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o relatório do Senador Alfredo Nascimento, *ad hoc*, em substituição à Senadora Angela Portela.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto, acatando a Emenda nº 1, na forma da subemenda, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3 e 4, apresentadas pelo Senador Cyro Miranda; apresentando, ainda, as Emendas nºs 5, 6, 7, 8 , 9 e 10.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Vamos aos próximos itens. Eu vou pedir para a gente ler as matérias, o nobre Senador Valdir Raupp, o nobre Senador Alfredo Nascimento, Senador Ivo Cassol, e depois que tivermos mais dois Senadores para completarmos o quórum faremos, se vocês concordarem, a votação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) –Vamos fazer, Sr. Presidente, no final. Lemos todos os itens e no final, até chegarem os demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Muito bem. Então, vamos ao Item nº 5.

Peço, então, ao nobre Senador Valdir Raupp que faça a leitura dos Itens 5 a 14.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 90, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Santa Rosa Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

Da mesma forma, o Item nº 6: o nosso parecer é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Jesus Libertador de Galvão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Também o nosso parecer é pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aurilândia Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

O Item nº 8, também o parecer é pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à RBS TV Santa Rosa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Esse parecer também é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Vale do Jurigue para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso.

Também pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Juriti de Paracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O Item nº 13 também é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Monsenhor Manoel Perez Descanps de Ocauçu – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocauçu, Estado de São Paulo.

Também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Rio Doce para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais.

Esse são os pareceres, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp.

Comunico, novamente, que faremos votação em globo, logo no final dos relatórios.

Peço ao nobre Senador Ivo Cassol que faça o relatório dos Itens nºs 15, 16, 17 e 18, por favor.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 135, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Rede Nova FM de Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais.

Portanto, o voto é favorável.

O Item nº 16. Também vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 55, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Guarany Ltda.* para explorar serviço

de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

Também o Item nº 17, vamos pelo voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 11, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Nonoai Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

Vamos ao voto do Item nº 18.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 169, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária e Cultural de Douradina* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradina, Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Ivo Cassol pelo relato dos Itens nºs 15, 16, 17 e 18.

Peço ao Senador Flexa Ribeiro, que já foi um brilhante Presidente desta Comissão, que V. Exª faça, por favor, o relato dos Itens nºs 19 ao 24.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Gim Argello, Srs. Senadores, Item nº 19.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2012, que renova a concessão outorgada à Fundação José de Paiva Netto para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2012, está correta, não há nenhuma violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o voto é pela aprovação da renovação da concessão outorgada à Fundação José Paiva Netto.

O Item nº 20, Sr. Presidente. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aqui tão competentemente representado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Da mesma forma, o exame da documentação que acompanha o PDS nº 426, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o voto é pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Item nº 21, Sr. Presidente. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2007, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Acaiaba Emissoras Integradas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Também o voto é pela aprovação, desde que a documentação está correta e não há reparos quantos aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

O Item nº 22, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 2010, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Taboado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.

Também o voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Taboado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, porque o exame da documentação está correto, não evidenciou violação da legislação pertinente e não reparos quanto à constitucionalidade juridicidade e técnica legislativa.

Item nº 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

O voto também é pela aprovação, desde que a documentação que acompanha o PDS nº 418, de 2011, está correta, não havendo nenhum reparo quanto a legislação que disciplina a matéria, quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Então, o voto é pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Santiago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Item nº 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura do Nordeste S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

O voto, da mesma forma que os anteriores, Sr. Presidente, é pela aprovação, pois a documentação que acompanha o PDS nº 459, de 2011, está correta, não apresentando nenhum reparo quanto à legislação

que disciplina a matéria e também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Então, o voto é pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultural do Nordeste S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Flexa Ribeiro pelos votos proferidos aos PDS dos itens nºs 19, 20, 21, 22, 23 e 24; e peço ao nobre Senador Alfredo Nascimento que, por favor, faça o relato dos itens nºs 25, 26, 27, 28 e 29.

Com a palavra o nobre Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Obrigado, Presidente.

Item nº 25. Projeto de Decreto Legislativo n° 36, de 2012, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações – Rádio Comunitária Curi FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 36, de 2012, cumpre a determinação legal, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações – Rádio Comunitária Curi FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará, do meu querido Senador Flexa Ribeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item nº 26, Projeto de Decreto Legislativo n° 98, de 2012, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, do meu querido Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O voto, em sua homenagem, Senador, pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Senador. Muito honrado.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Item nº 27. Projeto de Decreto Legislativo n° 99, de 2012, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa Quadrangular para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 99, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa Quadrangular para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item nº 28. Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 22, de 2012, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Andaiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, do meu querido Deputado José Rocha, que nos dá a honra de sua presença nesta Comissão.

Somos pela aprovação, em função do cumprimento das exigências legais do ato que renova ato que renova a permissão outorgada à Rádio Andaiá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os meus votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Alfredo Nascimento. Mais o item nº 29, Senador, por favor, nobre Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Item nº 29, Projeto de Decreto Legislativo n° 455, de 2011, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, do meu querido Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Quase que eu não dei o meu voto, mas, quando eu soube que era da sua cidade, do seu Estado e que é uma rádio histórica, sou favorável.

Opino pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Sociedade de Cultura Rádio Parecis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado

de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Em homenagem ao Senador Cassol, sou pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, depois dessa retificação, quero aqui agradecer ao Senador e dizer que, tanto para o Senador Raupp quanto para mim, é uma alegria, porque essa rádio é de um grande comunicador, um grande parceiro do povo do Estado de Rondônia; foi Deputado Estadual por dois mandatos, foi meu aliado. Quando eu não era conhecido em Porto Velho, o Deputado Everton Leoni me levava aos quatro cantos, Senador Alfredo Nascimento, em Porto Velho. Então, é uma alegria estar aqui junto, votando para a renovação dessa Rádio Parecis. Só posso dizer obrigado aos nobres Colegas nesta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, quero também agradecer ao Relator Alfredo Nascimento. Dizer que o Everton Leoni é um grande comunicador, apaixonado pela comunicação, pelo rádio e pela televisão. Então, justamente a renovação da outorga à Rádio Parecis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado. Eu é que agradeço a ambos Senadores do Estado de Rondônia e agradeço também ao nobre Senador Alfredo Nascimento, por ter relatado os itens nºs 25 a 29.

Agora peço ao nobre Senador Aloysio Nunes que, por favor, faço o relato dos itens nºs 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36.

Por favor, nobre Senador Aloysio Nunes, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

Item nº 30. Projeto de Decreto Legislativo n° 3, de 2012, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista documentação que consta dos autos, o nosso voto é pela aprovação.

Item nº 31. Igualmente do Rio Grande do Sul, Projeto de Decreto Legislativo n° 20, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada.

Também o voto é favorável, tendo em vista o que consta do processado.

Item nº 32. Também do Estado do Rio Grande do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo n° 32, de 2012, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Montenegro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Também merece a nossa aprovação, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL.

Item nº 33. É do Estado de Goiás agora, cidade de Mimoso de Goiás.

Projeto de Decreto Legislativo n° 58, de 2012, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Norte de Radiofusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.

Nosso voto é igualmente favorável, tendo em vista a documentação que se encontra acostada aos autos.

Item nº 34. No Estado de Santa Catarina.

Projeto de Decreto Legislativo n° 399, de 2011, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Indaial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Também merece o nosso voto favorável, tendo em vista o exame da documentação.

Item nº 35. Estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Decreto Legislativo n° 102, de 2012, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Igualmente, Sr. Presidente, a documentação que consta do processo nos leva ao voto favorável.

Finalmente, item nº 36. Também em homenagem ao Deputado José Rocha.

Projeto de Decreto Legislativo n° 429, de 2011, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Fundação Rádio Educativa de Barcelona para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.

Igualmente, nosso voto favorável, tendo em vista a documentação que consta do processo.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Aloysio Nunes, por ter relatado os itens nºs 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36.

Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Peço ao nobre Senador Cyro Miranda que, por favor, faça o relato do item nº 12, que é o PDS nº 83, de 2012.

V. Exª está com a palavra, nobre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Item nº 12. Projeto de Decreto Legislativo n° 83, de 2012, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Serrana Comunitária (Asercom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 83, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos, somos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Serrana Comunitária (Asercom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Cyro Miranda.

Peço os dois itens extrapauta, ao pedido já concedido e aprovado por este Plenário. Senador Cyro, peço a V. Exª só um minutinho para fazermos a votação aqui.

Peço ao nobre Senador Valdir Raupp que faça o relato dos dois itens extrapauta, a pedido de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso voto é pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, o voto pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alternativa de Radiodifusão para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp.

Vamos passar, então, ao processo de votação. Será um processo em globo de votação, se assim os nobres Senadores permitirem, dos itens terminativos nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e extrapauta, a pedido do nobre Senador Valdir Raupp, PDS nº 119, de 2012, e PDS nº 125, de 2012.

Pergunto como vota, em globo, o nobre Senador, Presidente da CAE...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – "Sim", meu caro Presidente, Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral. Muito obrigado.

Como vota o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – "Sim", com os Relatores.

Nobre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores.

Nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores.

Nobre Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Com os Relatores. "Sim", com os Relatores. Muito obrigado, Senador Alfredo Nascimento.

Nobre Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – "Sim", com todos os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – "Sim", com os Relatores.

Nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Senador Aloysio Nunes, "sim", com os Relatores.

Vou fazer a conferência de votos. (*Pausa.*)

Como vota o nobre Senador João Capiberibe? (*Pausa.*)

Nobre Senador João Capiberibe, como vota V. Exª? (*Pausa.*)

"Sim", com os Relatores. Obrigado, Senador João Capiberibe.

Comunico ao Plenário que os PDS nºs 90, de 2012; 424, de 2011; 450, de 2011; 5, de 2012; 1, de 2012; 44, de 2012; 43, de 2012; 83, de 2012; 431, de 2011; 449, de 2011; 135, de 2012; 55, de 2012; 11, de 2012; 169, de 2012; 54, de 2012; 426, de 2011; 125, de 2007; 248, de 2010; 418, de 2011; 459, de 2011; 36, de 2012; 98, de 2012; 99, de 2012; 22, de 2012; 455, de 2011; 3, de 2012; 20, de 2012; 32, de 2012; 58, de 2012; 399, de 2011; 102, de 2012; 429, de 2011; e os dois PDS extrapauta, que são os PDS nº 119, de 2012, e o PDS nº 125, de 2012, estes extrapauta, pedidos pelo nobre Senador Valdir Raupp.

Eu declaro, então, todos esses itens terminativos. Todos que foram relatados agora foram aprovados terminativamente nesta Comissão pelos votos dos Senadores João Capiberibe, Valdir Raupp, Cyro

Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol e Aloysio Nunes. Então, todos esses itens foram aprovados terminativamente na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 90, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA ROSA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 424, de 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JESUS LIBERTADOR DE GALVÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 450, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AURILÂNDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 5, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV SANTA ROSA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 1, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GERAL DE MORADORES DO LOTEAMENTO FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 44, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA VALE DO JURIGUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso.

***Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática*
***Relatoria:** Senador Valdir Raupp*
***Relatório:** Favorável*

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 43, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JURITI DE PARACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em ondas médias na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 83, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SERRANA COMUNITÁRIA – ASERCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 431, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA MONSENHOR MANOEL PEREZ DESCANPS DE OCAUÇU – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ocauçu, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Lopes
Relatório: Favorável

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 449, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE RIO DOCE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Doce, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Lopes
Relatório: Favorável

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 135, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à REDE NOVA FM DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 55, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUARANY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 11, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NONOAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 169, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE DOURADINA para executar serviço de radio-

difusão comunitária na cidade de Douradina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 426, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, DE 2007 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ACAIABA EMISSORAS INTEGRADAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, DE 2010 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE APARECIDA DO TABOADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Favorável

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 418, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTIAGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 459, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DO NORDESTE S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES – RÁDIO COMUNITÁRIA CURI FM para exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Pará, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO SOCIEDADE COMUNICAÇÃO CULTURA E TRABALHO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Favorável

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA QUADRANGULAR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Favorável

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ANDAIÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 455, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO PARECIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 20, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SIMPATIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Favorável

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE MONTENEGRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 58, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NORTE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 399, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INDAIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 102, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRO OESTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 429, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA DE BARCELONA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

EXTRAPAUTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 119, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL ALTERNATIVA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

EXTRAPAUTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 125, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) **–** Agradeço a todos porque foi mais um dia profícuo na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia e houve alguns itens adiados, que foram o PLS nº 340, de 2008, da relatoria do nobre Senador Ricardo Ferraço, que pediu para ser adiado, e também em conjunto com o PLS nº 484, de 2011, também da relatoria do Senador Sérgio Souza, que pediu para adiar também. Todos os outros projetos, então, foram aprovados, mostrando eficiência e trabalho desta Comissão e dos membros desta Comissão.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2008 – Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviços de prestação continuada.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

1) A matéria constou na pauta da reunião do dia 6/6/2012.

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de constrangimento e de ameaça praticados por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – Internet.

***Autoria:** Senador Eduardo Amorim*

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 484, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de calúnia, difamação e injúria praticados na rede mundial de computadores – Internet.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável ao PLS 481/201, na forma do substitutivo oferecido, e pela

prejudicialidade do PLS 484/2011 e da emenda a ele apresentada

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado a todos e dou por encerrada mais uma reunião da nossa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado da República.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012.

Às dez horas do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Paulo Paim, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, João Capiberibe, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e José Agripino. Havendo número regimental abre-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 340, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviços de prestação continuada." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o relatório é pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. É concedida vista ao Senador Alfredo Nascimento, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 481, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de constrangimento e de ameaça praticados por meio das redes sociais presentes na rede mundial de computadores – INTERNET" que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 484, de 2011**, de caráter não terminativo, de auto-

ria do Senador Eduardo Amorim, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre os crimes de calúnia, difamação e injúria praticados na rede mundial de computadores – INTERNET." O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o relatório favorável ao PLS 481/201, na forma da Emenda nº 01-CCT (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PLS 484/2011 e da emenda a ele apresentada é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 387, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o relatório é favorável, com as emendas oferecidas. A deliberação da matéria é adiada. **Item 4: Requerimento n.º , de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria João Capiberibe, que "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir a política nacional de biogás. Como o biogás é importante energia renovável, com potencial para fortalecer a economia nacional, favorecer o meio ambiente, e como sua política, aplicações e usos são pouco discutidos, sugerimos sejam convidadas as autoridades abaixo para tratar desses e outros temas correlatos: 1. Dr. Hamilton Moss de Souza – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético, do Ministério das Minas e Energia; 2. Dra. Thaís Brito de Oliveira – Analista de Infraestrutura, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; 3. Dr. Rodrigo Chaves, Gerente Executivo de Engenharia MAN América Latina, Rio de Janeiro; 4. Prof. Dr. Joachim Werner Zang – Coordenador de Pesquisa e Inovação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Goiânia; 5. Dr. Daniel Alker – Conselheiro para Cooperação, Embaixada da Alemanha em Brasília." A deliberação da matéria é adiada. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 140, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à T.L. COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aramari, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 446, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E DE RADIODIFUSÃO MONTE CARMELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Ausentes, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MAIS CIDADANIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE COTIPORÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CRISTO REI COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 37, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE SUSSUAPARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sussuapara, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decre-**

to Legislativo n.º 51, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à AMAS – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO SERRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA MARANHENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ÁGUA SANTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 447, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO UIRAPURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 136, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA BEIJA FLOR DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 92, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE AMPARO SOCIAL DE BOM PRINCÍPIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Princípio, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à O DIÁRIO RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 382, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E BENEFICENTE "CAMISÃO" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 387, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE COSTA RICA – MS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RURAL DE TUPACIGUARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM DE PORTO DA FOLHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristinápolis, Estado de Sergipe." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

(CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à ESTUDIOS REUNIDOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 149, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM PORTO DA FOLHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe." O relator designado, ad hoc, é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CAMAQUENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 420, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA ALEGRETENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE MIRASSOL D'OESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RAIO DE SOL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO LIBERDADE DE CULTURA E COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 251, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAPIRANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiranga, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BONSUCESSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Pombal, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 436, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ICATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício do Presidência, e publicada, no *Diário do Senado Federal*. – Senador **Gim Argello,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, pedindo a Deus que nos proteja durante todos os trabalhos.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Temos várias matérias. Convido os nobres Senadores membros desta Comissão que se encontram em outras dependências do Senado que venham para cá, pois temos matérias importantes a serem votadas no dia de hoje.

Começo com o Item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2008 – Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviços de prestação continuada.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

1) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 06/06/2012 e 13/06/2012.

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Peço ao Senador Sérgio Souza que faça a relatoria do Item nº 1.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2008, do Senador Valdir Raupp, que acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviço de prestação continuada.

Sr. Presidente, passarei à análise.

A análise do referido projeto de lei foi bem feita em relatório apresentado, em 2009, pela Senadora Kátia Abreu, quando a matéria encontrava-se sob apreciação da CMA. Em nossa avaliação, o PLS nº 340, de 2008, avaliação feita pelo Relator Ricardo Ferraço, estou aqui como relator *ad hoc*, precisaria ser aprimorado em dois aspectos.

Em primeiro lugar, a redação proposta afeta qualquer serviço de prestação continuada e retira flexibilidade do mercado e dos órgãos reguladores para definir estruturas de preço condizentes com os distintos perfis de consumo. Entendemos que não há razão para condenar *ex ante* a existência de componentes de preço associados a expectativas de consumo, dado que essa estrutura de cobrança pode ser mais eficiente para a coletividade do que aquela que vincula estritamente o pagamento ao uso em cada período de tempo.

A prestação continuada de telefonia, de banda larga e de TV por assinatura, entre outros, depende do cabeamento de cada domicílio.

Passo, então, Sr. Presidente, ao voto.

O voto proposto pelo Senador Ricardo Ferraço é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2008, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CCT (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 103 da Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para tornar obrigatória a oferta de planos de serviço cuja estrutura tarifária contemple cobrança apenas pelo efetivo uso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 103 da Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 103. .....

.....

§ 5º É obrigatória a oferta de planos alternativos cuja estrutura tarifária contemple apenas valores associados ao consumo medido do serviço, resguardada a cobrança por serviços de instalação e de manutenção corretiva nas dependências do usuário.

..... " (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente, na forma do presente substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Em discussão.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Sr. Presidente, a pedido da assessoria do autor da matéria, Senador Valdir Raupp, peço vistas da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Vistas concedidas ao nobre Senador Alfredo Nascimento do Item nº 1 da Ordem do Dia, o projeto acrescenta ao Inciso LI, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Então, vista concedida, ao Projeto de Lei do Senado nº 340/2008, ao nobre Senador Alfredo Nascimento.

Neste momento, peço ao Senador...

Item nº 3 da Ordem...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não poderíamos votar o Item nº 2 que é de minha relatoria?

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Não, ele pediu vista do Item nº 1.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Foi pedido o 1, não o 2. E eu pedi a pedido do autor.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – É que houve alteração pelo relator. Deve ser por isso.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Senador Sérgio Souza, por favor, o Item nº 2, de autoria de V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, trata-se sobre os Projetos de Lei nºs 481 e 484, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, que altera o Código Penal Brasileiro para dispor sobre crimes praticados por meio de redes sociais presentes na Internet.

Passo ao Relatório, Sr. Presidente.

Relatório

Submetem-se ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em tramitação conjunta aos Projetos de Lei do Senado 481 e 484, de 2011, ambos de autoria do Senador Eduardo Amorim, que propõem alterar o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre crimes praticados por meio dos serviços de Internet conhecidos como "redes sociais".

Argumenta o autor que a não imposição de restrições ao uso das redes sociais tem estimulado condutas consideradas criminosas pela legislação pátria, e que a simples remoção do conteúdo, ordenada pela Justiça, não tem sido suficiente para desestimular tais práticas, devendo o Estado tutelar o direito das vítimas.

O PLS nº 481, de 2011, aborda o constrangimento ilegal e a ameaça (tipificados, respectivamente, nos arts. 146 e 147 do Código Penal), ao passo que a calúnia, a difamação e a injúria (arts. 138 a 140) são tratadas conjuntamente no PLS nº 484, de 2011. Propõe-se acrescentar ao final do texto de cada um desses dispositivos a expressão:

Este Relator, Sr. Presidente, apresentou uma emenda ao PLS 484 com o propósito de prever, no Código de Processo Penal, que a autoridade policial materialize as provas do suposto crime, imprimindo as páginas virtuais nas quais se publica o material ofensivo no ato da lavratura do respectivo termo. Tal medida dificultará que o autor da ofensa dificulte a produção da prova ao suspender a publicação do material. A emenda também acrescenta uma cláusula de vigência ao projeto.

Após análise desta Comissão, os projetos seguem ainda, para decisão terminativa, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal a quem compete apreciar a matéria de Direito Penal, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise

Embora os projetos versem, em essência, sobre matéria penal, compete também à CCT analisá-los, tendo em vista o enfoque das inovações legislativas propostas, que suscitam novamente o debate sobre a necessidade de se caracterizar a responsabilidade penal sobre atos praticados na Internet, considerada, nesse contexto, um meio de comunicação similar ao rádio, à televisão e aos jornais.

Nesse debate confrontam-se princípios de corte constitucional. De um lado, a liberdade de expressão e o direito à comunicação e à informação; de outro, a proteção à honra, à privacidade e à segurança das pessoas.

Após anos de reflexão e de tentativas frustradas de regular, de maneira equilibrada, o conflito entre esses bens jurídicos, percebe-se não haver solução trivial, nem no Brasil nem em outros países nos quais a Internet é livre.

Interessante observar que não há como identificar os atores que estão em cada campo desse jogo. A imprensa, por exemplo, ora está em defesa da liberdade de expressão, quando ameaçada pelo poder político, ora se põe contra o uso irrestrito da Internet como meio de comunicação, para proteger interesses comerciais. Os políticos veem na rede uma grande aliada para disseminar sua imagem, suas ideias e, assim, se aproximar dos eleitores; mas, ao sentirem o impacto de uma denúncia, verdadeira ou não, que circula sem possibilidade de controle para milhares de eleitores, questionam a natureza livre da Internet. Os operadores dessa revolucionária tecnologia, como os provedores de serviços e os fabricantes de equipamentos, também podem ser colocados, a depender do contexto da discussão, em campos diferentes. A livre circulação de conhecimento e de conteúdo digital na rede, ora é vista como impulsionadora dos negócios, ora é tratada como ameaça às regras de propriedade intelectual e classificada como crime de "pirataria".

Não se pode, Sr. Presidente, afirmar, sem analisar o caso concreto, que o direito assiste a um dos lados. O próprio cidadão comum que passou a ter voz e visibilidade em um mundo que, vinte anos antes, nem sequer o enxergava, tem interesses conflitantes nessa seara. Preocupamo-nos em zelar por nossa privacidade e honra, mas se somos impelidos a acusar outrem, por qualquer razão que nos pareça legítima, muitas vezes não medimos a extensão dos danos decorrentes de nossa ação.

A Internet representa um ponto de inflexão na forma de as pessoas se comunicarem e manterem

relações sociais. Diferentemente de outras mídias eletrônicas, o que se veicula na rede pode nunca mais ser apagado do mundo virtual. E isso, Sr. Presidente, é realmente preocupante.

A injúria pela Internet, por exemplo, inflige uma pena eterna à pessoa. O recente caso da atriz Carolina Dieckmann dá a medida do estrago a que está sujeita qualquer pessoa.

Vislumbra-se que o uso equilibrado desse poderoso recurso virá gradualmente, à medida que novas gerações, que utilizam a tecnologia desde o berço, assimilem integralmente as consequências de seu emprego.

No entanto, Sr. Presidente, em casos especiais como o de pedofilia, de fraudes financeiras e de danos à imagem das pessoas, não nos parece prudente aguardar a natural evolução de hábitos das gerações, mas tutelar o direito e punir práticas criminosas imediatamente. Reconhecemos que regular o espaço público implica estabelecer limites que restringem a liberdade, em nome do imperativo de evitar o dano. As dificuldades dessa tarefa são largamente conhecidas, pois, como legisladores, lidamos com ela constante e diretamente. A Internet, por sua natureza, torna ainda mais difícil essa tarefa de equilibrar liberdade e segurança.

Registre-se, Sr. Presidente, que a produção intelectual na doutrina penal brasileira sobre os chamados crimes de informática é incipiente e bastante controvertida. Alguns juristas consideram que os crimes virtuais são atípicos, não faziam parte da realidade do legislador quando elaborou o Código Penal (CP) de 1940 e, por conseguinte, não podem ser punidos com base na legislação penal tradicional vigente. Outra corrente defende a punição dessas condutas criminosas com base no argumento de que os crimes praticados pela via eletrônica são os mesmos tratados pelo CP, com a peculiaridade de serem apenas versões modernas dos mesmos tipos, apenas com novo *modus operandi*.

Outra vertente, com a qual nos alinhamos, considera necessário estender o campo de incidência de tipos penais já existentes, com o fim de incorporar ao nosso ordenamento jurídico penal os novos tempos – a chamada Era Digital, imprevisível quando da confecção de nosso Código Penal. Não podemos esquecer que o Direito Penal geralmente não admite analogia. Exige que cada conduta seja individualmente tipificada para que venha a ser punida.

Veja-se, portanto, que o projeto em exame tem o mérito de oferecer segurança jurídica para o enquadramento de crimes de calúnia, difamação, injúria, bem como o constrangimento ilegal e a ameaça quando cometidos por meio de uma rede social. Demonstra, por outro lado, que, no caso das redes sociais – ou, mais genericamente, no caso da Internet, há especificidades que requerem uma referência explícita, sob pena de o sistema penal não ser capaz de caracterizar e penalizar o crime.

Em que pese nossa concordância com a preocupação de Sua Excelência em inibir a prática de crimes contra direitos fundamentais, entendemos que o projeto merece um reparo.

Consideramos que a menção explícita a "redes sociais" pode restringir equivocadamente o alcance da lei. Mais adequado seria que fizéssemos referência genérica ao uso da internet, tendo em vista que o conteúdo ofensivo, uma vez publicado na rede, independentemente da forma ou local, se propaga a taxas semelhantes.

Cumpre ainda registrar a necessidade de se alterar o art. 143 do Código Penal, que prevê a retratação por parte do ofensor e a consequente isenção da pena.

Entendemos que quando crimes contra a honra e a vida privada das pessoas são perpetrados pela Internet, é impraticável uma retratação que efetivamente elimine ou evite os danos materiais ou morais incorridos pela vítima, por isso estamos oferecendo emenda no sentido de ressalvar, dessa isenção, os crimes de calúnia ou difamação praticados pela Internet.

Por todo o exposto, alteramos a redação do texto final de cada um dos dispositivos destacados pelos PLS nº 481, de 2011, e no 484, de 2011, propondo substitutivo que engloba o conteúdo das duas proposições. Tendo em vista o que determina o art. 260, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), terá precedência o projeto mais antigo, no caso o PLS nº 481, de 2011.

Por fim, acolhemos integralmente no substitutivo proposto a emenda apresentada perante o PLS nº 484, de 2011, por julgá-la indispensável à finalidade e efetividade da lei.

Voto

O voto, Sr. Presidente, é no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2011, nos termos da emenda substitutiva que apresentamos, restando prejudicado, por conseguinte, o Projeto de Lei do Senado nº 484, de 2011, bem como a emenda a ele apresentada.

O Substitutivo ficaria com os seguintes termos, Sr. Presidente:

Art. 1º.

Os artigos 138, 139, 140, 146 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime, inclusive por meio da internet.

E também os demais dispositivos são incluídos ao final, o termo "inclusive por meio de Internet".

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado. Eu estava no telefone. Desculpem-me todos.

Coloco em discussão, então, o parecer do Senador Sérgio Souza.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado, então, o parecer do Senador Sérgio Souza.

Peço aos Srs. Senadores, Senador Sérgio Souza, que, por favor, faça os relatos. Conforme combinado com o Senador ex-Presidente desta Comissão, Flexa Ribeiro, vamos votar em modo global alguns desses terminativos de rádio. Vamos chamar os Senadores para que todos possam participar. Então, vou pedir aos Senadores que, por favor, façam os relatórios *ad hoc*.

Então, peço ao Senador Flexa Ribeira – já que o senhor precisa sair – que faça o relato dos itens 5, 8, 9, 10. *(Pausa.)* Ele precisa sair, não é isso? Então, item 5, 8, 9 e 10.

Senador, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Itens 5, 8, 9 e 10.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Gim Argello, Srs. Senadores, Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 140, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à T.L. Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aramari, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, a análise da documentação não apresenta nada em desacordo com a legislação.

O Parecer não evidenciou nenhuma violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, o parecer é pela aprovação do ato que outorga permissão à T. L. Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aramari, Estado da Bahia.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 33, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Mais Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da mesma forma, o parecer é pela aprovação. O exame da documentação está de acordo com a legislação, tanto com o aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Então, é pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária mais Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 7, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Difusão Cultural e Comunitária Amigos de Cotiporã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotiporã, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

E, finalmente, o Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 129, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Da mesma forma que os anteriores, o parecer é pela aprovação, desde que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do ato que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Agora, com a palavra o nobre Senador Alfredo Nascimento para os itens 11, 12, 13, 14, 17 e 18.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Sr. Presidente, o item 11 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2012.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 37, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Educativa de Sussuapara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sussuapara, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

O item 12 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2012. Terminativo.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 51, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à AMAS – Associação Dos Moradores e Amigos do Serpro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 120, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 2, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Água Santa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e de Amparo Social de Bom Princípio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Princípio, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à O Diário Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Alfredo Nascimento pelos itens relatados.

Agora, peço ao nobre Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou passar a ler os pareceres.

A análise do projeto, Sr. Presidente. Ele atende aos pré-requisitos estabelecidos pelo Regimento Interno do Senado Federal e, quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nada tem a opor.

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Beija Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.

Na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Beija-Flor de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Os itens são os 16, 19, 20, 22, 23 e 24, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, Item 19.

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 382, DE 2010 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Beneficente "Camisão" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

A matéria teve a sua apreciação regularizada de acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal, quanto às normas de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Nada tenho a opor. Portanto, o voto é pela aprovação do ato de outorga da autorização da Associação Comunitária, Cultural e Beneficente "Camisão" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 387, DE 2010 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Costa

Rica – MS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

A matéria atende aos pré-requisitos estabelecidos pelo Regimento Interno da Casa, Regimento Interno do Senado Federal. E quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa nada tenho a opor.

Por isso, esta Comissão outorga autorização para Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico do Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 128, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM de Porto da Folha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristinápolis, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

A matéria teve a sua tramitação regulamentada pelo que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal e, quanto a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nada tenho a opor.

Por essas razões e circunstâncias.

V. Exª deu o parecer pela aprovação do ato que outorga permissão para a Rádio FM de Porto da Folha Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristinápolis, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 132, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Estúdios Reunidos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

A matéria, Sr. Presidente, teve sua tramitação regulamentada pelo que estabelece o Regimento do Senado Federal. Quanto à sua constitucionalidade e juridicidade, nada tenho a opor.

Por essas razões e circunstâncias, V. Exª deu parecer pela aprovação do ato que outorga permissão para a Rádio FM de Porto da Folha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristinápolis, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E o item 24, também de autoria de S. Exª, o Senador Gim Argello.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 149, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Porto da Folha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Gim Argello (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

A matéria está regulamentada, pelo que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal, quanto a sua tramitação e competência para a execução desse ato, bem como a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa nada tem a opor.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Porto da Folha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Itabaianinha, em Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o parecer, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PDT –DF) – Muito obrigado, nobre Senador Benedito de Lira, pelos pareceres ora relatados.

Aviso a todos que a votação será em globo, logo no final dos outros relatórios.

Peço agora ao nobre Senador Flexa Ribeiro que, por favor, faça o item 15 e o item 21.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo ao:

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 447, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

O projeto está de acordo com a legislação.

O parecer é pela aprovação.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 57, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rural de Tupaciguara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

O projeto está de acordo com a legislação vigente.

O parecer é pela aprovação.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PDT – DF) – Agradecemos ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, deixar declarado meu voto pelos relatores, favorável a todos os projetos.

Vou um relatar um projeto de empréstimo ao Estado de Tocantins na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PDT –DF) – V. Exª passa aqui na volta, por favor, porque precisamos da sua presença na hora, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Farei atendendo a determinação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PDT –DF) – Muito obrigado. É um pedido com muita humildade.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para fazer o relato dos itens: 07, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Se. Presidente Gim Argello, Srªs e Srs. Senadores.

Somos pela aprovação das seguintes outorgas de autorização:

Associação Cultural Social e de Radiodifusão de Monte Carmelo.

Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Águas Santa – Rio Grande do Sul.

Pela aprovação da Sociedade Rádio Camaqüense, no Estado do Rio Grande do Sul.

Também pela outorga e aprovação da Rádio Difusora de Mirassol D'Oeste Ltda, na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Pela aprovação também da Rádio Raio do Sol FM, Ltda, Estado da Bahia.

Item 29:

Também pela aprovação da Associação de Liberdade e Cultura e Comunicação no Estado do Rio Grande do Sul.

Item 30:

Pela aprovação Associação Rádio Comunitária de Itapiranga– Santa Catarina.

Por último, Senador Gim Argello.

Rádio Icatu Ltda no Estado de São Paulo.

Todas pela aprovação, estando em consonância com a sua juridicidade e constitucionalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PDT – DF) – Nobre Senador Cyro Miranda, por favor, faço o relato também do Item nº 31.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Item 31:

Pela aprovação da outorga á Rádio Bonsucesso Ltda, de ondas médias na cidade de Pombal, Estado da Paraíba.

Tendo observado todos os preceitos de juridicidade e constitucionalidade, somos pela aprovação.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 84, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Social e de Radiodifusão Monte Carmelo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Ausentes, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 14, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Camaquense ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)
Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 420, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Alegretens Lltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 42, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Mirassol D'oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 116, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Raio de Sol FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 45, DE 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Liberdade de Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 251, DE 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Itapiranga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 436, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Icatu ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável)

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, nobre Senador Cyro Miranda, representando o Estado de Goiás,.

Neste momento, peço para fazer o relato do item 6 a Senadora Angela Portela.

Por favor, Senadora Angela Portela, V. Exª tem a palavra.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não, Sr. Presidente, Senador Gim Argello

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, Senador Gim Argello, é o seguinte:

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 446, DE 2011 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Permanente)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

O nosso voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 446, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço à nobre Senadora Angela Portela.

Então, estamos prontos para fazer a votação: Item 5, da Ordem do Dia, PDS 140, de 2012; Item 6, PDS 446, de 2011; Item 7, PDS 84, de 2012; Item 8, PDS 33, de 2012; Item 9, PDS 7, de 2012; Item 10, PDS 129, de 2012; Item 11, PDS 37, de 2012; Item 12, PDS 51, de 2012; Item 13 da Ordem do Dia, PDS 120, de 2012; Item 14, PDS 2, de 2012; Item 15, PDS 447, de 2011; Item 16, PDS 136, de 2012; Item 17, PDS 92, de 2012; Item 18, PDS 100, de 2012; Item 19, PDS 382, de 2010; Item 20, PDS 387, de 2010; Item 21, PDS 57, de 2012; Item 22, PDS 128, de 2012; Item 23, PDS 132, de 2012; Item 24, PDS 149, de 2012; Item 25, PDS 14, de 2012; Item 26, PDS 420, de 2011; Item 27, PDS 42, de 2012; Item 28, PDS 116, de 2012; Item 29, PDS 45, de 2012; Item 30, PDS 251, de 2011; Item 31, PDS 89, de 2012; Item 32, PDS 436, de 2011.

Vamos passar à votação global de todos os itens, de todos esses PDS, no dia de hoje.

Pergunto: como vota o nobre Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Vota com os relatores, Senador Sérgio Souza.

Pergunto: como vota a nobre Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Com os relatores.

Como vota o nobre Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Nobre Senador Alfredo Nascimento?

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Com os relatores.

Muito obrigado, nobre Senador Alfredo Nascimento, Presidente do brilhante PR.

Nobre Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Com os relatores.

Nobre Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Com os relatores.

Hoje foi uma votação muito profícua. Estão chegando os outros Senadores para votação. Estamos limpando a pauta, conforme orientação do nobre Senador Benedito de Lira, do Senador Alfredo Nascimento, do nobre Paulo Paim, que muito nos honra com a sua presença hoje na nossa comissão.

Estamos fazendo a votação dos Item 5 ao 32.

Foram adiados os Itens, conforme informa a assessoria, os itens não terminativos, os Itens 3 e 4 foram adiados e foram votados já os Itens 1 e 2.

Conforme me pediu o nobre Senador Paulo Paim, pediu para confirmar e realmente está em votação também, em globo, os itens nº 18, que é o PDS nº 6, de 2012; o PDS nº 19; o PDS nº 382, de 2010; o Item nº 20, PDS nº 387/2010; o Item 21, PDS 57, de 2012; o Item 22, PDS 128, de 2012; o Item nº 23, PDS 132, de 2012 e o Item nº 24, PDS 149, de 2012.

Só para reafirmar que todos os itens da Ordem do Dia, do nº 5 ao 32, foram relatados e todos estão em processo de votação.

Já votou a nobre Senadora Ângela Portela, já votou o nobre Senador Ciro Miranda, já votou o nobre Senador Alfredo Nascimento, já votou o nobre Senador Paulo Paim, que muito nos honra com sua presença aqui, o nobre Senador Sérgio Souza e o Senador Benedito de Lira.

Nós estamos agora aguardando que os Senadores que passaram aqui já estão voltando, estão retornando, para fazer a votação já que eles foram relatores de vários desses projetos.

Agradeço a todos, em especial ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Eu que agradeço Senador Paulo Paim, o senhor é um exemplo para todos nós aqui no Senado de luta, de perserverança, daquele que defende realmente aqueles que mais necessitam.

Fizemos a Ordem do Dia de hoje, em primeiro lugar, com a relatoria do nobre Senador Ricardo Ferraço, que foi relatado pelo Senador Sérgio Souza, o Item nº 1, que é não terminativo, o PLC nº 304, de 2008.

Em seguida, o Item nº 2, que era o PLC nº 481, de 2011, em tramitação conjunta com o PLS nº 484, de 2011, também, que foi relatado pelo nobre Senador Sérgio de Souza.

Estamos em processo de votação dos itens nº 5 a 32, todos eles em caráter terminativo por esta comissão.

Logo em seguida, ainda no dia de hoje, nós vamos fazer a votação. Essas são as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Tem várias emendas apresentadas. Foram 42 emendas apresentadas. Quarenta e três?

Quarenta e três emendas apresentadas, várias emendas de redação também. Vamos colocar também as emendas de redação para votação, em conjunto com todas as outras emendas.

Nós temos direito, nesta comissão, de apresentarmos cinco emendas. E foram apresentadas até agora 43...Não, 43 foi entre inclusão de metas e emendas ao texto não é? De inclusão de metas, que nós temos emendas aqui apresentadas por vários Senadores que fazem parte desta Comissão.

São todas as emendas, então a Emenda nº 2, todas elas de apoio a criação e ao desenvolvimento de museu, ciência e tecnologias, ciência, apoio à criação de desenvolvimento de museus de ciência e tecnologia, apoio a espaços públicos de inclusão digital, comunicações para o desenvolvimento da inclusão digital, que é o programa, o programa de ciência e tecnologia de inovação, de gestão de risco, de resposta a desastres, a política nuclear, programa de mar, zona costeira e antártica, as florestas, a preservação e controle do desmatamento e dos incêndios, a ciência e tecnologia e inovação, as comunicações para o desenvolvimento e a inclusão a democracia...

Pois não...

Acho muito importante na nossa comissão é que todos os temas importantes para o País estão incluídos nesses programas.

Eu pergunto como vota o nobre Senador Eduardo Amorim?

Desculpe, Senador Eduardo Lopes, nobre representante do PRB. Com os Relatores. Muito obrigado, Senador Eduardo Lopes, V. Exª que representa tão bem neste Senado o Partido PRB.

Então, nós estamos agora fazendo a votação. Vamos, daqui a pouco, começar o relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre as propostas de emendas apresentadas à comissão, referente ao Projeto de Lei nº 3, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as

diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

Estamos em processo de votação dos Itens nºs 5 a 32.

Os Senadores fizeram o relato, como o nobre Senador Flexa Ribeiro, que me pediu mais um minuto...

Agora, confirmando também quem já votou.

Votaram a nobre Senadora Ângela Portela, o nobre Senador Cyro Miranda, o nobre Senador Alfredo Nascimento, o nobre Senador Paulo Paim, o nobre Senador Eduardo Lopes, o nobre Senador Sérgio Souza, o nobre Senador Benedito de Lira.

Nós temos, então, o relatório.

Muito bem. Só mais uma informação importante que eu tenho que repassar a todos. Logo em seguida à conclusão dessas matérias, que são em caráter terminativo, nós abriremos, então, a sessão para a votação das matérias que são importantíssimas sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Convido para vir a este recinto o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O relatório que se faz sobre as diretrizes para a elaboração da lei da execução da Lei Orçamentária de 2013, que faremos logo em seguida, diz o seguinte: no prazo estabelecido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) foram apresentadas 43 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

Dessas propostas, 33 buscam incluir ações no anexo de metas e prioridades e outras; 10 referem-se ao texto de texto ao projeto. O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada comissão poderá apresentar até cinco emendas.

Pergunto como vota o nobre Senador, interrompendo o parecer aqui, como vota o nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) Com os Relatores. Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Comunico, então, que foram aprovados os PDS de 5 a 32. Pergunto se o som precisa registrar novamente todos os itens que foram aprovados. *(Pausa.).*

Não há necessidade.

Então consideramos aprovados pelos votos dos Senadores, que votaram os itens da Ordem do Dia dos nºs 5 a 32: nobre Senadora Angela Portela, nobre Senador Cyro Miranda, nobre Senador Flexa Ribeiro, nobre Senador Alfredo Nascimento, nobre Senador Paulo Paim, nobre Eduardo Lopes, nobre Senador Sérgio Souza, nobre Senador Benedito de Lira.

Estão aprovados os itens de caráter terminativo, da Ordem do Dia de hoje de 5 a 32. Todos os PDS que foram há pouco relacionados. Então, considero-os aprovados.

Vou dar por encerrada esta reunião, abrindo outra reunião imediatamente.

Agradeço a Deus até agora a condução dos nossos trabalhos. Damos por encerrada esta sessão da CCT. *(Pausa.)*

Está muito bem.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2012.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO/2013

Às onze horas do dia vinte e sete de junho de dois mil e doze, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ângela Portela, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com as presenças dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Paulo Paim, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Maria do Carmo Alves reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, João Capiberibe, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Ângela Portela submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Senhora Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 03, de 2012 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências". Neste momento a Senhora Presidente, passa a palavra ao Senador Gim Argello, Relator das Emendas ao PLDO – 2013 nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as 05 (cinco) emendas de meta ao PL nº 03/2012 – CN: **Emenda n.º 01:** 2345

– "Missão Antártica**"**, quantidade de meta 100, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda e Eduardo Braga. **Emenda n.º 02:** 0901 **– "**Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores e Profissionais para C,T&I**"**, quantidade de meta 80.000, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata e Cyro Miranda. **Emenda n.º 03:** 13ZV **– "**Apoio a Projetos de Inclusão Digital**"**, quantidade de meta 160, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 04:** 00HJ **– "**Apoio a Programas e Projetos Prioritários do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus CT-PIM**",** quantidade de meta 1, apresentada pelo Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 05:** 8470 **– "**Fomento às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos**",** quantidade de meta 300, apresentada pelo Senador Gim Argello. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 10 (dez) emendas de texto ao PL nº 03/2012 – CN: **Emenda n.º 06**: Referência: Artigo 105. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "As despesas administrativas decorrentes da execução de emendas parlamentares poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações aprovadas pelas respectivas emendas, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social". Autoria: Senadora Lídice da Mata. **Emenda n.º 07**: Referência: Inciso I, Item 1. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "EMENDA DE TEXTO ADITIVA ANEXO V DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUIREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO. Alterar o título para: DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF. Criar um inciso para as obrigações constitucionais: I) DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO. Incluir o inciso: II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LRF. 1. Despesas com ações classificadas na função 19 – Ciência e Tecnologia e nas subfunções: 571 – Desenvolvimentos Científico, 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico (573), no âmbito do Poder Executivo;". Autoria: Senador Aníbal Diniz. **Emenda n.º 08**: Referência: Artigo 87 Inciso V. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "V – para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e o BNDES, promoção do desenvolvimento da infraestrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à inovação, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul, à geração de empregos e à redução do impacto ambiental; e". Autoria: Senador Aníbal Diniz. **Emenda n.º 09**: Referência: Inciso I Item 66. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUIREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO. Alterar o título para: DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF. Criar um inciso para as obrigações constitucionais: I) DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO. Incluir o inciso: II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LRF. 1. Despesas com ações classificadas na função 19 – Ciência e Tecnologia e nas subfunções: 571 – Desenvolvimentos Científico, 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico (573), no âmbito do Poder Executivo;". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 10**: Referência: Artigo 87 Inciso V. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "V – para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e o BNDES, promoção do desenvolvimento da infraestrutura e da indústria, da agricultura e da agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica, à inovação, à melhoria da competitividade da economia, à estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercosul, à geração de empregos e à redução do impacto ambiental; e". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 11**: Referência: Artigo 57 Parágrafo 2. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "§ 2o Os limites mínimos e máximos de contrapartida fixados no § 1o poderão ser reduzidos, mediante critérios previamente definidos ou justificativa do titular do órgão concedente, quando for necessário para viabilizar a execução das ações a serem desenvolvidas ou decorrer de condições estabelecidas em contratos de financiamento ou acordos internacionais." Autoria: Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 12**: Referência: Artigo 57 Parágrafo 1. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "§ 1o A contrapartida, será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, tendo como limite mínimo e máximo:". Autoria: Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 13**: Referência: Artigo 55. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "Inclui-se: § 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências

de recursos de que trata o caput deste artigo somente poderá efetuar essas transferências caso disponha de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições recebedoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso, e desde que garanta a transferência eletrônica desses dados semanalmente para o SICONV." Autoria: Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 14**: Referência: Artigo 4. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "§ 1o Observada a compatibilidade com as diretrizes, objetivos e metas constantes do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2012 deverão considerar, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, pela sua relevância no âmbito de cada área de governo, as seguintes prioridades: I – Educação e Ciência e Tecnologia: expansão das universidades públicas com ênfase nos novos campi avançados, Reuni e educação profissional, transporte escolar, ensino à distância, inclusão digital com banda larga e implantação de centros tecnológicos;". Autoria: Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 15**: Referência: Inciso I Item 66. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Inclua-se: Despesas relativas a acordos de cooperação internacional que preveem transferência de tecnologia;". Autoria: Senador Eduardo Braga. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PLDO – 2013, a Senhora Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada, no *Diário do Senado Federal*. – **Senadora Ângela Portela,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Senhoras e Senhores Senadores presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 27 de junho de 2012.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, apresentadas ao Projeto de Lei 03/2012, do Congresso Nacional, PLDO, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

A Comissão recebeu 43 emendas. Foi designado relator das emendas o Senador Gim Argello, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu parecer e de suas considerações.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Agradeço, nobre Senadora Angela Portela. Passamos ao relatório da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão, referentes ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências. Agradeço ao nosso Presidente Eduardo Braga pela indicação da relatoria.

Relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, foram apresentadas 43 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências. Dessas propostas, 33 buscam incluir ações no anexo de metas e prioridades e outras 10 referem-se ao texto do projeto.

O Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até 5 emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades. Quanto à quantidade de emendas de texto que cada Comissão temática pode apresentar, referido parecer não estabelece número máximo. As emendas a serem apresentadas pela Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definir.

As 33 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para 23 ações distintas, voltadas para o Ministério da Defesa, Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Diante do fato de que a Comissão poderá apresentar apenas 05 emendas, decidimos priorizar ações voltadas para a inclusão digital, a formação de pesquisadores, a missão antártica e o apoio a incubadoras de aplicação tecnológica e a polos industriais.

Em face do caráter estratégico dos investimentos em capacitação e infraestrutura tecnológica em nosso País – condição para se garantir competitividade econô-

mica e crescimento sustentável –, propomos que esta Comissão apresente emendas que incluam as ações "2345 Missão Antártica" (proposta da nobre Senadora Lídice da Mata, do nobre Senador Eduardo Braga e do nobre Senador Cyro Miranda), "0901 Concessão de bolsas de formação e qualificação de pesquisadores e profissionais para C, T & I" (proposta dos nobres Senadores Lídice da Mata e Cyro Miranda), "13ZV Apoio a projetos de inclusão digital" (proposta do nobre Senador Flexa Ribeiro), "00HJ Apoio a programas e projetos prioritários do Centro de Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus" (proposta do nobre Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão) e "8470 Fomento às incubadoras de empresas e parques tecnológicos" (proposta do Senador Gim Argello).

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

Ao Anexo de metas e prioridades, pelo maior valor proposto para as metas:

1.1 – 2345 – Missão Antártica – Propostas 7, 28 e 42;

1.2 – 0901 – Concessão de bolsas de formação e qualificação de pesquisadores e profissionais para C, T & I – Propostas 04 e 25;

1.3 – 13ZV – Apoio a projetos de inclusão digital – Proposta 16;

1.4 – 00HJ – Apoio a programas e projetos prioritários do Centro de Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus – Proposta 36;

1.5 – 8470 – Fomento às incubadoras de empresas e parques tecnológicos – Proposta 15;

Ao texto, as referentes às propostas nºs 01, 09, 10, 20, 21, 31, 32, 33, 34 e 35.

Sala da Comissão, 27 de junho de 2012 .

Assinam o Senador Eduardo Braga, Presidente, e eu, que sou o relator.

Então, este é o nosso relatório, Srª Presidente. Com muita satisfação o faço pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática, CCT.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Gim Argello.

Em discussão as emendas apresentadas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas .

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 8 minutos.)

Edição de hoje: 424 páginas

(OS: 13571/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL